CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA

ANAIS

XCNA

Realização

Patrocínio

Parceria

Apoio

X CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA

anais

REALIZAÇÃO

Fórum Nacional das Associações de Arquivologia do Brasil – FNArq
Associação dos Arquivistas da Bahia – AABA

PARCERIA

Universidade Federal da Bahia – UFBA
Instituto de Ciência da Informação – ICI

COMISSÃO ORGANIZADORA

Presidente: Leide Mota de Andrade

Comissão de Infraestrutura:
Ana Paula dos Santos Ramos
Tassila Oliveira Ramos

Comissão de Comunicação:
José Claudio de Carvalho Rodrigues
Renato Motta Rodrigues da Silva
Comissão Administrativa e Financeira: Erica Carolina Serrano Borges
Comissão de Apoio e Patrocínio: Fernanda Marcele Santana Lage Linhares

COORDENAÇÃO COMISSÃO CIENTÍFICA

Presidente: Profa. Dra. Maria Teresa Navarro de Britto Matos (UFBA)
Profa. Dra. Ana Claudia Medeiros de Sousa (UFBA)
Prof. Dr. Gillian Leandro de Queiroga Lima (UFBA)
Profa. Dra. Gleise da Silva Brandão (UFBA)
Prof. Dr. Josemar Henrique de Melo (UEPB)
Profa. Dra. Mabel Meira Mota (UFBA)
Profa. Dra. Maíra Salles de Souza (UFBA)
Profa. Dra. Monica Tenaglia (UFPA)
Prof. Dr. Natanael Vitor Sobral (UFPE)
Prof. Dr. Rayan Aramis de Brito Feitoza (UFPB)

COMISSÃO CIENTÍFICA GERAL

Prof. Dr. Alexandre de Souza Costa (UFAM)

Profa. Dra. Ana Cláudia Cruz Córdula (UFPB)
Prof. Dr. André Malverdes (UFES)
Profa. Dra. Anna Carla Almeida Mariz (Unirio)
Profa. Dra. Brenda Couto de Brito Rocco (Unirio)
Profa. Dra. Carla Maria de Almeida (UFPB)
Profa. Dra. Carolina de Souza Santana (UFBA)
Profa. Dra. Cintia Aparecida Chagas (UFMG)
Profa. Dra. Clarissa Moreira dos Santos Schmidt (UFF)
Profa. Dra. Camila Schwinden Lehmkuhl (UFSC)
Profa. Dra. Cynthia Roncaglio (UnB)
Prof. Dr. Daniel Flores (UFAL)
Profa. Dra. Denise Braga Sampaio (UFBA)
Prof. Dr. Derek Warwick da Silva Tavares (UFBA)
Prof. Dr. Eliandro dos Santos Costa (UEL)
Profa. Dra. Eliete Correia dos Santos (UEPB)
Profa. Dra. Evelin Melo Mintegui (FURG)
Prof. Dr. Francisco Alcides Cougo Junior (UFSM)
Prof. Dr. Francisco Aragão Pedroza Cunha (UFBA)
Profa. Dra. Georgete Medleg Rodrigues (UnB)
Prof. Dr. Gilberto Gomes Cândido (UFPA)
Profa. Dra. Guilhermina de Melo Terra (UFAM)
Profa. Dra. Ivana Denise Parrela (UFMG)
Profa. Dra. Ívina Flores Melo (Ibict)
Profa. Dra. Jaires de Oliveira Santos Guterres (UFBA)
Profa. Dra. Julianne Teixeira e Silva (UFPB)
Profa. Dra. Leolíbia Luana Linden (UFRGS)
Profa. Dra. Leyde Klebia Rodrigues da Silva (UFBA)
Profa. Dra. Lúcia Maria Velloso de Oliveira (FCRB/PPGMA)
Prof. Dr. Luíz Antonio Santana da Silva (UFAM)
Prof. Dr. Luíz Carlos da Silva (UFES)
Profa. Dra. Marcia Cristina de Carvalho Pazin Vitoriano (UNESP)
Profa. Dra. Margarete Farias de Moraes (UFES)
Profa. Dra. Maria Meriane Vieira da Rocha (UFPB)
Profa. Dra. Natalia Bolfarini Tognoli (UFF)
Profa. Dra. Raquel do Rosário Santos (UFBA)
Prof. Dr. Renato Pinto Venancio (UFMG)
Prof. Dr. Rodrigo França Meirelles (UFBA)
Prof. Dr. Sérgio Franklin Ribeiro da Silva (UFBA)

Profa. Dra. Shirley Carvalhêdo Franco (UnB)
Profa. Dra. Sonia Maria Troitiño Rodriguez (UNESP)
Profa. Dra. Tânia Barbosa Salles Gava (UFES)
Prof. Dr. Welder Antônio da Silva (UFMG)

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Maria Teresa Navarro de Britto Matos
Gleise da Silva Brandão
Maíra Salles de Souza
Rayan Aramis de Brito Feitoza
Leide Mota de Andrade

Maria Teresa Navarro de Britto Matos
Gleise da Silva Brandão
Maíra Salles de Souza
Rayan Aramis de Brito Feitoza
Leide Mota de Andrade
(Organizadores)

X CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA

anais

Salvador
UFBA
2026

Este livro é licenciado com uma Licença Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional. Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original.

Grafia atualizada conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, em vigor no Brasil desde 2009.

Projeto Gráfico
Rodrigo Oyarzábal Schlabitz e Joseilda Sampaio de Souza

Diagramação
Cecylle Amaral

Capa
Giulia Lagrotta baseado na identidade visual do evento criada por Fagner Barboza

Revisão e Normalização
Equipe Edufba

Sistema Universitário de Bibliotecas - SIBI/UFBA

Congresso Nacional de Arquivologia (10.: 2024: Salvador, BA). Anais do X Congresso Nacional de Arquivologia/ Maria Teresa Navarro de Britto Matos, Gleise da Silva Brandão, Maíra Salles de Souza, Rayan Aramis de Brito Feitoza, Leide Mota de Andrade, organizadores. - Salvador, 2026.
1374 p. : il., color. ; 19 x 26 cm.

Acesso em: https://repositorio.ufba.br/handle/ri/44526
ISBN: 978-65-5631-200-2

1. Arquivologia. 2. Arquivologia - Brasil - Congressos. I. Matos. Maria Teresa Navarro de Britto. II. Brandão. Gleise da Silva III. Souza. Maíra Salles de. IV. Feitoza. Rayan Aramis de Brito. V. Andrade. Leide Mota de. II. Fórum Nacional das Associações de Arquivologia no Brasil. Associação dos Arquivistas da Bahia. 2. Universidade Federal da Bahia. Instituto de Ciência da Informação.

CDD: 371

Elaborada por Renata Oliveira de Souza | CRB-5: BA - 1716

Realização

FNARQ
FÓRUM NACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES DE ARQUIVOLOGIA DO BRASIL

AABA
Associação dos Arquivistas da Bahia

Parceria

ICI
UFBA
Instituto de Ciência da Informação

Patrocinio

A3DG
SOUTH AMERICAN DG

LONDON
ARQUIVOS E SISTEMAS

PYTÁ
Preservação Digital e Tecnologia

QUALY
Outsourcing de Impressão e Gestão de Documentos

ESCOLA GDI
ESCOLA PARA GESTORES DE DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES

Innova Gestão
consultoria em informação

META
DOCUMENTOS DIGITAIS

Apoio

EDUFBA

ibict
Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia

CAPES
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

GOVERNO DO BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

FUNDAÇÃO PEDRO CALMON

GOVERNO DO ESTADO BAHIA
SECRETARIA DE CULTURA

fapesb
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia

GOVERNO DO ESTADO BAHIA
SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

SUMÁRIO

25 APRESENTAÇÃO
Maria Teresa Navarro de Britto Matos
Gleise da Silva Brandão
Maíra Salles de Souza
Rayan Aramis de Brito Feitoza
Leide Mota de Andrade

PARTE I- CONFERÊNCIA DE ABERTURA E PLENÁRIAS

30 ARQUIVISTA DIGITAL: EXPLORANDO CENÁRIOS E OPORTUNIDADES
Ívina Flores Melo
Daniel Flores

38 ARQUIVO.PT: CATÁLOGO DE SERVIÇOS PARA PRESERVAÇÃO DIGITAL
Daniel Gomes

48 DEVE HAVER UMA EPISTEMOLOGIA DA ARQUIVOLOGIA NA ERA DIGITAL?
Clarissa Moreira dos Santos Schmidt

59 POSTURAS EPISTEMOLÓGICAS PARA UMA ARQUIVOLOGIA SOCIAL E POLÍTICA
Evelin Melo Mintegui

70 ARQUIVOLOGIA NA ERA DIGITAL: REFLEXÕES EPISTEMOLÓGICAS E A DIMENSÃO ACADÊMICO-CIENTÍFICA
Maria Teresa Navarro de Britto Matos

79 PATRIMONIALIZAÇÃO CULTURAL DE ARQUIVOS NO BRASIL: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
Francisco Alcides Cougo Junior

92 O ARQUIVO INSTITUCIONAL COMO FONTE ESSENCIAL PARA A VALORAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL ARQUIVÍSTICO
Ivana Denise Parrela

102 **DIVERSIDADE CULTURAL E DIREITOS HUMANOS ANDAM JUNTOS: ENTRELAÇOS E PERSPECTIVAS COM OS ARQUIVOS E AS TECNOLOGIAS NAS SOCIEDADES CONTEMPORÂNEAS**
Mônica Tenaglia

111 **POR UMA HISTÓRIA DO CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA**
Angelica Alves da Cunha Marques

129 **O I CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA: UM OLHAR PARTICULAR SOBRE A EXPERIÊNCIA COLETIVA DE ORGANIZAÇÃO DE UM EVENTO CIENTÍFICO**
Georgete Medleg Rodrigues

PARTE II- EVENTOS PARALELOS E SESSÕES DE DIÁLOGO

140 **1º ENCONTRO NACIONAL DE ARQUIVOS DE ARQUITETURA**
Coordenação: Monica Cristina Brunini Frandi Ferreira
Relatoria: Maria Teresa Navarro de Britto Matos

146 **2º SEMINÁRIO SOBRE LGPD E ARQUIVOS**
Coordenação: José Antonio Pereira do Nascimento
Relatoria: Mayara Machado Leite

148 **I ENCONTRO NACIONAL DE CONSULTORES E EMPRESAS DE GESTÃO DE DOCUMENTOS: NOVAS ESTRATÉGIAS**
Coordenação: Pablo Soledade
Relatoria: Aline Carvalho

151 **I ENCONTRO ARQUIVOS E MULHERES**
Coordenação: Patricia Ladeira Penna Macêdo, Karla Simone Willeman Schütz e Priscila Rosa Martins
Relatoria: Aline Carmes Krüger

158 **MINICURSO - BOAS PRÁTICAS NA PRESERVAÇÃO DIGITAL**
Coordenação: Ywstter Moura
Relatoria: Lara Aquino

160 **I ENCONTRO DE ARQUIVOS, TURISMO E PATRIMÔNIO**
Coordenação: Caroline Buiz Cobas Costas
Relatoria: Joseane Oliveira da Cruz

163 **INOVAÇÃO E IA NA GESTÃO DE ARQUIVOS**
Coordenação: Charlley Luz
Relatoria: Rafaella D'Arco

166 **I ENCONTRO NACIONAL DOS ARQUIVOS FOTOGRÁFICOS**
Coordenação: André Malverdes
Relatoria: Eduardo Luiz dos Santos

168 **REUNIÃO DO FÓRUM NACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES DE ARQUIVOLOGIA DO BRASIL**
Coordenação/Relatoria: Wagner Ramos Ridolphi

170 **IV SEMINÁRIO ARQUIVO E CULTURA**
Coordenação: Heloísa Esser dos Reis
Relatoria: Leonardo Augusto Silva Fontes

172 **VIII ENCONTRO NACIONAL DE DOCUMENTAÇÃO AUDIOVISUAL, ICONOGRÁFICA, SONORA E MUSICAL**
Coordenação: Pablo Sotuyo Blanco
Relatoria: Marcelo Nogueira de Siqueira

174 **FÓRUM DE DISCUSSÃO: POR UMA POLÍTICA NACIONAL DE ARQUIVOS**
Coordenação: Heloísa Esser dos Reis
Relatoria: Clarissa Moreira dos Santos Schmidt

179 **MODELO HIPÁTIA: INOVAÇÃO EM PRESERVAÇÃO DIGITAL**
Coordenação: Alexandre Oliveira

181 **INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS EM ARQUIVOS DO PODER JUDICIÁRIO**
Coordenação: Neide De Sordi
Relatoria: Andréa Vanêssa Costa Val e Mônica Maria de Pádua Souto da Cunha

PARTE III- COMUNICAÇÕES ORAIS

EIXO 1: EPISTEMOLOGIA DA ARQUIVOLOGIA NA ERA DIGITAL

194 **A GESTÃO DE TIPOLOGIA DOCUMENTAL E DOS SISTEMAS ARQUIVÍSTICOS DIGITAIS NOS HOSPITAIS FEDERAIS DO RIO DE JANEIRO: A PERCEPÇÃO DAS FUNÇÕES ARQUIVÍSTICAS PELOS GESTORES DE SAÚDE**
Louise Anunciação Fonseca de Oliveira do Amaral
Francisco José Aragão Pedroza Cunha
Daniel Flores

204 **ASPECTOS INICIAIS DA RELAÇÃO ENTRE JOSÉ PEDRO PINTO ESPOSEL E O ENSINO DE ARQUIVOLOGIA NO BRASIL**
Paulo José Viana de Alencar
Michele Domingues
Clarissa Moreira dos Santos Schmidt

213 **MODELO DE PRESERVAÇÃO HIPATIA E O MODELO ONTOLÓGICO DE CREDIBILIDADE (INTERPARES): APROXIMAÇÕES E APLICABILIDADE**
Ívina Flores Melo

220 **NOVOS HORIZONTES NA DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA: DA CONCEPÇÃO ESPACIAL MODERNA À COMPLEXIDADE MULTIDIMENSIONAL CONTEMPORÂNEA**
Cássio Murilo Alves Costa Filho
Renato Tarciso Barbosa de Sousa
Angelica Alves da Cunha Marques

235 **A NOÇÃO DE ONTOGÊNESE DOCUMENTAL E O CONTEXTOS DE PRODUÇÃO DE DOCUMENTOS NATO DIGITAIS**
Julianne Teixeira e Silva
Daniel Pericles Santos Canuto
Rosa Zuleide Lima de Brito

EIXO 2: GESTÃO DE DADOS, DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO EM ARQUIVOLOGIA

246 **A ELABORAÇÃO DE INVENTÁRIOS DE LEGADOS DE SERVIDORES PÚBLICOS: TRATAMENTO TÉCNICO E ACESSO**
Irany Rodrigues Barbosa
Luiz Henrique Souza de Giacomo

255 **O ARQUIVISTA NA GESTÃO DE DADOS CIENTÍFICOS: REFLEXÕES**
Pedro Felipy Cunha da Silva
Wagner Junqueira de Araújo

263 **DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA NO CONJUNTO DE PLANTAS ARQUITETÔNICAS DA FORTALEZA DE SÃO JOSÉ DA PONTA GROSSA/SC**
Cristiano Cavalheiro Lutz

276 **IDENTIFICAÇÃO DOS FUNDOS CUSTODIADOS PELO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS PARA ELABORAÇÃO DO GUIA DE PESQUISA ARQUIVÍSTICO E SUA DIFUSÃO NO ICA-AtoM**

Thaiana Caroline Pires dos Santos
Bianca da Silva Guedes
Eliane Silveira Gonçalves
Márcia Fabíolla Holanda Ferreira
Márcia Regina Guedes de Menezes

291 **A IDENTIFICAÇÃO TIPOLÓGICA COM O GOOGLE FORMS: AÇÕES PRÁTICAS DO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**

Márcia Fabíolla Holanda Ferreira
Márcia Regina Guedes de Menezes
Eliane Silveira Gonçalves
Bianca da Silva Guedes
Thaiana Caroline Pires dos Santos

306 **ORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO MUSICAL: ANÁLISE DO ACERVO DE PROGRAMAS DE CONCERTO DA ORQUESTRA SINFÔNICA DA BAHIA**

Ana Claudia Medeiros de Sousa
Cecília Nascimento da Silva

317 **A ESSENCIALIDADE DA DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA PARA DIFUSÃO DOS ACERVOS DA FUNDAÇÃO CASA DE JOSÉ AMÉRICO**

Andrea Medeiros de Sousa Maia
Acrisonélia Medeiros de Sousa Rocha
Ana Claudia Medeiros de Sousa

329 **DIAGNÓSTICO ARQUIVÍSTICO: UM OLHAR DO DOCUMENTO FÍSICO AO DIGITAL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ**

Amanda Marissa Soares da Silva
Natacha Oliveira Janes

343 **ANÁLISE DE TIPOS DE PROCESSO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE RONDÔNIA: ESTUDOS PRELIMINARES PARA IMPLEMENTAÇÃO DO MODELO DE PRESERVAÇÃO HIPÁTIA**

Leolíbia Luana Linden
Simone Soares Sena de Oliveira

355 **DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA DE FUNDOS DOCUMENTAIS DE MULHERES**

Luciane Paula Vital
Camila Schwinden Lehmkuhl
Jefferson Higino da Silva

364 **DOS INVENTÁRIOS ANTIGOS PARA O AtoM: OS DESAFIOS DE IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA NO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO**
Ygor Souza
Maria Letícia Sério

375 **PERFIL DE APLICAÇÃO DE METADADOS DESCRITIVOS PARA DOCUMENTOS ACADÊMICOS DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR**
Alexandre Fernal
Rodrigo Eduardo Botelho-Francisco
Gustavo Resende da Costa
Paula Hara da Silva
André Vieira de Freitas Araújo

388 **ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE CLASSIFICAÇÃO E TABELA DE TEMPORALIDADE DE DOCUMENTOS DAS ATIVIDADES-MEIO DO PODER EXECUTIVO DO ESTADO DO AMAZONAS NA COMPANHIA DE SANEAMENTO DO AMAZONAS: DESAFIOS E RESULTADOS**
Rodolfo Almeida de Azevedo
Karlison Reginaldo de Sá Ferreira

401 **BASE DE DADOS EM ARQUIVÍSTICA NAS REDES SOCIAIS**
Katia Isabelli Melo
Isabelle Borges
Kamilla Cardoso Pinheiro

407 **BOAS PRÁTICAS DE ACESSIBILIDADE: UMA AVALIAÇÃO DAS BASES DE DADOS EM ARQUIVOLOGIA ATRAVÉS DO ACCESS MONITOR**
Maria Eduarda dos Santos de Sousa
Maria Meriane Vieira da Rocha

414 ***RECORDS IN CONTEXTS* (RIC): CONHECENDO E APLICANDO O NOVO PADRÃO DE DESCRIÇÃO (RIC) EM ARQUIVOS DE LÍNGUA PORTUGUESA**
Jair Martins de Miranda

424 **OS PRINCÍPIOS ARQUIVÍSTICOS NA ORGANIZAÇÃO DE ÁLBUNS FOTOGRÁFICOS: UMA REFLEXÃO SOBRE PRESERVAÇÃO E CUSTÓDIA**
Melina de Brito dos Santos
Rosali Fernandez de Souza
Jeorgina Gentil Rodrigues

438 **MODELO CONCEITUAL DE SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO ARQUIVÍSTICO: CONTRIBUIÇÕES PARA A GARANTIA CONTEXTUAL**
Denize Laureano Rocha
Clarissa Moreira dos Santos Schmidt

EIXO 3: ATUAÇÃO PROFISSIONAL, PRÁTICAS FORMATIVAS E COMPETÊNCIAS NA ARQUIVOLOGIA FRENTE À TRANSFORMAÇÃO DIGITAL

449 **ATUAÇÃO DO ARQUIVISTA EM SISTEMAS INFORMATIZADOS E SUA RELAÇÃO COM A MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO**
Livia Braz Silva Soares
Gleise da Silva Brandão

463 **O ARQUIVISTA COMO MEDIADOR DA INFORMAÇÃO NAS EMPRESAS**
Victor de Souza Ramos
Henriette Ferreira Gomes

476 **DO DOCUMENTO AOS DADOS: O ARQUIVISTA COMO ENCARREGADO PELO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS**
Wellington da Silva Gomes
Rodrigo Almeida Dias da Silva

492 **ESTRATÉGIAS PARA A ELABORAÇÃO E A APLICAÇÃO DE PLANO DE CLASSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS E DE TABELA DE TEMPORALIDADE E DE DESTINAÇÃO DE DOCUMENTOS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA**
Rebeca de Oliveira Patrício
Wellington da Silva Gomes
Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira

506 **INOVAÇÃO NO ARQUIVO CENTRAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**
Ana Paula Alves Soares
Jeovana Diomar Pinheiro Januário
Priscila Machado Borges Sena

521 **NOVOS OLHARES SOB A INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA: CONCEITOS, PRODUÇÃO E GESTÃO**
Lucas Thery Monte Verde Silva
Renata Lira Furtado

536 **O PAPEL DO ARQUIVISTA E O DESENVOLVIMENTO DA COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO PARA USO DO PROCESSO ELETRÔNICO**
Larissa Coimbra do Nascimento
Rosa Milena dos Santos

550 **A CONTEXTUALIZAÇÃO DA *LITERACIA DIGITAL* NAS PRÁTICAS SOCIAIS E ARQUIVÍSTICAS: UMA ANÁLISE DAS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS NA ARQUIVOLOGIA**
Ana Carolina Soares Santos
Eliete Correia dos Santos

563 **A REDE NACIONAL DE ARQUIVISTAS DAS IFES - ARQUIFES E A TRANSFORMAÇÃO DIGITAL: UMA ANÁLISE DE SUA CONSTITUIÇÃO E SEUS DESAFIOS**
Renato Motta Rodrigues da Silva

570 **COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO NA ARQUIVOLOGIA: MODISMO TEÓRICO OU TENDÊNCIA EM CONSOLIDAÇÃO?**
Renata Lira Furtado
Lucas Thery Monte Verde Silva

587 **MODELO HIPÁTIA DE PRESERVAÇÃO DIGITAL COMO INOVAÇÃO EM ARQUIVOS**
Leolíbia Luana Linden
Marilete da Silva Pereira

599 **O CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO TRANSFORMAÇÃO DIGITAL EM GESTÃO DOCUMENTAL: A IDEALIZAÇÃO FRENTE A UMA NECESSIDADE**
Diana Vilas Boas Souto Aleixo
Luciana Itida Ferrari
Margarete Farias de Moraes
Tânia Barbosa Salles Gava

EIXO 4: TECNOLOGIAS DISRUPTIVAS E A ARQUIVOLOGIA

615 **ARQUIVO POSITRÔNICO: REFORMATANDO A MEMÓRIA NA ERA DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL**
Lucas Vinicius de Oliveira

631 **ARQUIVOLOGIA E APRENDIZAGEM DE MÁQUINA: CLASSIFICAÇÃO AUTOMÁTICA DE DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS**
Gustavo Zanini Kantorski
Débora Flores

640 **O USO DE INTELIGÊNCIAS ARTIFICIAIS GENERATIVAS NOS ARQUIVOS: EPISTEMICÍDIOS E TECNOCÍDIOS CONSEQUENTES**
Felipe Arthur Cordeiro Alves
Wendia Oliveira de Andrade
Edivanio Duarte de Souza

651 ***BLOCKCHAIN* E A APLICABILIDADE EM DOCUMENTOS DE ARQUIVO**
Natália Bruno Rabelo
Clarissa Moreira dos Santos Schmidt

662 ***BLOCKCHAIN, SMART CONTRACTS E NON-FUNGIBLE TOKEN* (NFT): A TRÍADE PARADIGMÁTICA NO ÂMBITO DOS DOCUMENTOS ACADÊMICOS**
Alexandre Fernal
Rodrigo Eduardo Botelho Francisco
Gustavo Resende da Costa
Paula Hara da Silva
Telma Campanha de Carvalho Madio

672 **EXTRAÇÃO DE METADADOS PARA UM GRANDE ARQUIVO DE DECISÕES JUDICIAIS: UMA ABORDAGEM COM INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL**
João Lima
Aerty Santos
Eduardo Almeida
Juliana Pirovani
Elias de Oliveira

681 **INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL APLICADA A DOCUMENTOS EM SUPORTE PAPEL: O CASO DO SISTEMA SEP NO ES**
Jussara Teixeira
Juliana Oliveira de Almeida
Tânia Barbosa Salles Gava
Tatiana Canelhas
José Márcio Moraes Dorigueto

693 **O MARKETING COMO FERRAMENTA PARA COMUNICAÇÃO DA ARQUIVOLOGIA NAS REDES SOCIAIS: UM ESTUDO DE CASO DO PERFIL ARQUIVOU**
Mirna Galiza

706 **A TRANSFORMAÇÃO DIGITAL NOS ARQUIVOS: CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS E CONCEITUAIS**
Roberta Pimenta da Cruz
Daniel Flores

715 **ARCHANGEL: APLICAÇÃO DA TECNOLOGIA *BLOCKCHAIN* PARA AUTENTICAÇÃO DE DOCUMENTOS ACADÊMICOS PERMANENTES**
Alexandre Fernal
Rodrigo Eduardo Botelho-Francisco
Paula Hara da Silva
Gustavo Resende da Costa
André Vieira de Freitas Araújo

725 **SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS PARA PRESERVAÇÃO DE DOCUMENTOS DIGITALIZADOS: O CASO DO VALIDAPRES**
Marcos Sigismundo da Silva
Marcelo Moro Brondani
Marilete da Silva Pereira

736 **AVALIANDO A INTEGRIDADE DE UM REPOSITÓRIO**
David Marques
Emely Rossim
Jean-Rémi Bourguet
Elias de Oliveira

746 ***LINKED OPEN ARCHIVES* (LOA): UM *HUB* PARA APLICAR A ONTOLOGIA RIC E CONECTAR ACERVOS ARQUIVÍSTICOS NA *WEB* SEMÂNTICA**
Jair Martins de Miranda
Alison Carlos Figueiras
Eusébia de Fátima Diniz

EIXO 5: PATRIMÔNIO, CULTURA E DIVERSIDADE NA ERA DE DADOS

759 **O PRIMEIRO CONCURSO PÚBLICO PARA ARQUIVOS EM MINAS GERAIS: O PREENCHIMENTO DE CARGOS NO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO (1895-1898)**
Ygor Souza
Ivana Denise Parrela

769 **TEMPO PASSADO, HORA PRESENTE: RELATO DA EXPERIÊNCIA DO ARQUIVO DE RIO CLARO/SP NA CONDUÇÃO DAS VISITAS PEDAGÓGICAS**
Talita Gouvêa Basso
Carolina Hirai Suzuki
Monica Cristina Brunini Frandi Ferreira

782 **ARQUIVOS MUNICIPAIS DA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR UM RELATO DE PESQUISA**
Daniel Santana de Souza
Lázaro Augusto Garcia Castro
Francisco José Aragão Pedroza Cunha

790 **A INSTITUCIONALIDADE ARQUIVÍSTICA NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS: UMA PROPOSTA DE PESQUISA**
Francisco Alcides Cougo Junior
Nicole Postai Ostwald

799 **OLHARES SOBRE A MEMÓRIA INSTITUCIONAL: A TRAJETÓRIA DO CENTRO DE MEMÓRIA DA NOVONOR**
Tatiana Souza Nascimento
Leyde Klebia Rodrigues da Silva

813 **DIAGNÓSTICO DE CONSERVAÇÃO DO ACERVO ANALÓGICO DA TV UFSC**
Laura Tuyama
Luciane Paula Vital
Danielle Rocha Benício

823 **S.O.S. MEMÓRIA E PATRIMÔNIO DO RS: RELATO DE EXPERIÊNCIAS SOBRE OS ARQUIVOS ATINGIDOS PELAS ENCHENTES NO RIO GRANDE DO SUL**
Juliano Silva Balbon
Carla Vargas Segatto
Gabriel Gaziero

838 **OS ARQUIVOS DOCUMENTAIS PESSOAIS DA PROFA. MARIA JOSÉ RABELLO: UM RELATO DE PESQUISA EM CURADORIA DOS ESTUDOS BAIANOS/UFBA**
Daniel de Jesus B. C. Branco
Joseane Oliveira da Cruz
Zeny Duarte de Miranda

848 **A DOCUMENTAÇÃO CIENTÍFICA POR IMAGEM APLICADA AO PATRIMÔNIO DOCUMENTAL: ESTUDO DE UM MANUSCRITO ILUMINADO DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO**
Marina Furtado Gonçalves
Ygor Souza

863 **CONSTITUIÇÕES PRIMEIRAS DO ARCEBISPADO DA BAHIA (1707): NORMATIVAS PARA A PRODUÇÃO DOCUMENTAL**
Diovani Favoreto
Jussara Teixeira

875 **A REPRESENTAÇÃO DO ARQUIVISTA EM INTELIGÊNCIAS ARTIFICIAIS**
Marcelo Kosawa da Costa Nogueira de Siqueira
Giseli Frota de Souza Nascimento
Taiane Figueiredo da Silva
Talia Raquel Oliveira Carvalho

889 **ENTENDENDO OS ARQUIVOS COMUNITÁRIOS E SUAS PARTICULARIDADES: UM PANORAMA DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA NO PERIÓDICO ARCHIVARIA**
Ana Cláudia Cruz Cordula
Carla Maria de Almeida

900 **O ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO RIO GRANDE DO SUL: CASTILHISMO E SUBISTEMA POLÍTICO DE ARQUIVO**
Paulo Ricardo de Souza Soares
Evelin Melo Mintegui

908 **PROTAGONISMO DA MULHER NA CIÊNCIA: EVIDÊNCIAS NO ARQUIVO PESSOAL DE SONIA ANDRADE**
Leide Mota de Andrade
Kátia de Oliveira Rodrigues
Francisco José Aragão Pedroza Cunha

922 **MODELO DE AVALIAÇÃO DO *SOFTWARE* AtoM: UMA ABORDAGEM BASEADA NO MODELO HIPÁTIA DE PRESERVAÇÃO**
Sérgio Augusto Coelho Diniz Nogueira Junior
Viviane Ribeiro Correia

934 **ANÁLISE DE FERRAMENTAS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL EM DADOS GOVERNAMENTAIS ABERTOS SOBRE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO BRASIL**
Bruna Lessa
Leide Mota de Andrade

946 **O PAPEL ESTRATÉGICO DO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA NA GOVERNANÇA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**
Luana Lobo dos Santos
Marli Dias de Souza Pinto

957 **MULHERES E ARQUIVOS: A REPRESENTATIVIDADE FEMININA NO CURSO DE ARQUIVOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**
Shirley Carvalhêdo Franco
Rosale de Mattos Souza
Thais Ketlyn da Silva Medeiros

972 **MEMÓRIA E ARQUIVO: A AFIRMAÇÃO DO CENTRO DE MEMÓRIA PROFESSORA NALVA PEREIRA CALDAS**
Claudio Paulino de Oliveira
Luiza Mara Correia

983 **ARQUIVOS PRESIDENCIAIS BRASILEIROS: NATUREZA JURÍDICA E ACESSO AOS DOCUMENTOS PRIVADOS DE INTERESSE PÚBLICO**
Renato de Mattos

992 **A IMPORTÂNCIA DE ESTUDOS RELACIONADOS AOS USUÁRIOS DA INFORMAÇÃO NO ÂMBITO DO SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES – SEI**
Raissa Kelly Marinho dos Santos
Jacqueline Echeverría Barrancos
Manuela Eugênio Maia

1004 **PROJETOS DE CENTROS DE MEMÓRIA NO VERSALIC: UM PANORAMA**
Felipe Lopes Gonçalves
José Francisco Guelfi Campos

1017 **TOCAR AS PAREDES DO TEMPO: O DIREITO À ACESSIBILIDADE CULTURAL ATRAVÉS DAS FOTOGRAFIAS NA UFC**
Marcela Gonçalves Teixeira
Josivan Soares Ferreira
Ana Isabel Ferreira Wanderley

1026 **A AGENDA 2030 (ONU) E O PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR COMO ESTRATÉGIAS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS ARQUIVÍSTICAS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**
Marcela Gonçalves Teixeira
Ana Isabel Ferreira Wanderley
Josivan Soares Ferreira

1040 **A DIFUSÃO DE ARQUIVOS POR MEIO DE JOGOS: O EXEMPLO DO ARQUIVO NACIONAL DO REINO UNIDO**
Marcelo Kosawa da Costa Nogueira de Siqueira
Jefferson Loureiro Silva
Renan Filipe Caranhas Feitoza
Taiane Figueiredo da Silva
Thaís de Carvalho Mar

1053 **O FOMENTO DA ARQUIVOLOGIA NO TRIÂNGULO MINEIRO: O IMPACTO E A IMPORTÂNCIA DAS AÇÕES DE EXTENSÃO REALIZADAS PELO CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA EM HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**
Raphael Bahia do Carmo
Maria Andréa Angelotti Carmo
Sonia Maria Troitiño Rodriguez
Alex Fernandes de Oliveira
André Ribeiro dos Santos

1062 **OS ARQUIVOS DE DIREITOS HUMANOS E O DIREITO À INFORMAÇÃO: PERSPECTIVAS ACERCA DA DIFUSÃO**
Roselene Candida Alves

1071 **A FOTOGRAFIA ESCOLAR E A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO CAPIXABA: CATÁLOGO SELETIVO DOS ACERVOS FOTOGRÁFICOS CUSTODIADOS PELO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**
André Malverdes

1089 **ARQUIVOS E MULHERES: ANÁLISE DOS ANAIS DO CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA**
Karla Simone Willemann Schütz
Patricia Ladeira Penna Macêdo
Priscila Rosa Martins

1104 **OS ARQUIVOS MUNICIPAIS DAS CAPITAIS DOS ESTADOS DO BRASIL NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS ARQUIVÍSTICAS**
Juliana Loureiro Alvim Carvalho
Ana Célia Rodrigues
Renato de Mattos

EIXO 6: GESTÃO ARQUIVÍSTICA E PRESERVAÇÃO DIGITAL

1120 **POLÍTICA DE GESTÃO E PRESERVAÇÃO DE DOCUMENTOS: A EXPERIÊNCIA DO GRUPO DE TRABALHO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FLUMINENSE**
Fernanda Maria Pessanha Viana Maciel
Larissa da Silva Canto Bastos
Vivian dos Santos Maia
Marcella Chaves Faria
Kevyn Gonçalves Silva

1131 **PROGRAMA DE ACESSO DIGITAL AOS ACERVOS ARQUIVÍSTICOS DO MUSEU NACIONAL DE BELAS ARTES**
Thaís Rodrigues de Freitas
Eliezer Pires da Silva

1142 **ELABORAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE GESTÃO DOCUMENTAL: RELATO DE EXPERIÊNCIA DO ARQUIVO PÚBLICO E HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE RIO CLARO**
Ednaldo A. R. da Mata
Monica Cristina Brunini Frandi Ferreira

1153 **A RELEVÂNCIA DO DIAGNÓSTICO ARQUIVÍSTICO NO CENÁRIO DA TRANSFORMAÇÃO DIGITAL DO ACERVO ACADÊMICO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS: UMA PERSPECTIVA A PARTIR DA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA**
Maria Abdilene Correia
Luciana Marques da Silva

1161 **DECRETO DE DIGITALIZAÇÃO DO GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**
Tânia Barbosa Salles Gava
Daniel Flores
Juliana Oliveira de Almeida
Wagner Santana Bianchi

1172 **ESTUDO DE ADERÊNCIA DO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO AO RDC-ARQ: UMA ANÁLISE CRÍTICA**
Tânia Barbosa Salles Gava
Alex Pereira de Holanda

1187 **GESTÃO DE DOCUMENTOS INTEGRADA AOS PROCESSOS DE NEGÓCIO**
Rafael Soares Carvalho Alvim
Ana Celeste Indolfo
Danilo André Cinacchi Bueno

1203 **INSTRUMENTOS DE GOVERNANÇA ARQUIVÍSTICA PARA IMPLEMENTAÇÃO DO MODELO HIPÁTIA DE PRESERVAÇÃO DIGITAL**
Leolíbia Luana Linden

1214 **RECOMENDAÇÕES PARA A PRESERVAÇÃO DE DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS DIGITAIS PRODUZIDOS PELO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**
Claudio Paulino de Oliveira
Mariana Lousada Pinha
Brenda Couto de Brito Rocco

1226 **ARQUIVO EM INSTITUIÇÃO PÚBLICA ESTADUAL: ESTUDO DE CASO SOBRE AS AÇÕES DE GESTÃO ARQUIVÍSTICA DIANTE AS IMPLEMENTAÇÕES DE NOVAS FERRAMENTAS DIGITAIS**
Flávia de Araújo Telmo

1236 **GESTÃO DE DOCUMENTOS NA USINA HIDRELÉTRICA DE ITAIPU: DESENVOLVIMENTO DE APLICATIVO WEB PARA MAPEAMENTO E ARRANJO DO ACERVO DE DOCUMENTOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA.**
Rafael Felipe de Souza
Jefferson Rodrigo de Melo
Juan Jesus Ferreira Rojas

1246 **HIPÁTIA SMA: SERVIÇO DE METADADOS DE ACESSO PARA REPOSITÓRIOS ARQUIVÍSTICOS DIGITAIS**
Cássio Felipe de Oliveira Pires
Luiz Felipe Sandes Nogueira
Marcelo Moro Brondani

1259 **O PROTOCOLO NO SERVIÇO PÚBLICO FRENTE AO USO DO PROCESSO ELETRÔNICO: UM ESTUDO NO INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE**
Juliana Soares da Fonseca
Larissa Coimbra do Nascimento
Ana Claudia Medeiros de Sousa

1271 **ASSENTAMENTO FUNCIONAL DIGITAL: REFLEXÕES SOBRE A CULTURA ORGANIZACIONAL E AS PRÁTICAS DE GESTÃO DO CONHECIMENTO E DA INFORMAÇÃO NO IFPE**
Waldemir Machado Leão Neto
Petrônio Pereira da Silva

1284 ***BLOCKCHAIN* E CADEIA DE CUSTÓDIA DIGITAL: CARAMURU UM MODELO LÓGICO DE AUTENTICAÇÃO DISTRIBUÍDA PARA DOCUMENTOS ACADÊMICOS**
Alexandre Fernal
Rodrigo Eduardo Francisco Botelho
Gustavo Resende da Costa
Paula Hara da Silva
André Vieira de Freitas Araújo

1299 **DESAFIOS E ESTRATÉGIAS NA IMPLEMENTAÇÃO DAS RESOLUÇÕES Nº 52 E Nº 53 DO CONARQ: PRESERVAÇÃO DIGITAL E ARQUIVAMENTO DA *WEB* NO BRASIL**
Jonas Ferrigolo Melo
Moisés Rockembach

1308 **MODELO HIPÁTIA: INTEGRAÇÃO COM O *SOFTWARE* DSPACE**
Alexandre Faria de Oliveira
Raul Carlos Neres
Marilete da Silva Pereira

1318 **MODELOS DE MATURIDADE EM PRESERVAÇÃO DIGITAL: PRIMEIROS PASSOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DE REPOSITÓRIOS DIGITAIS**
Alex Pereira de Holanda

1330 **OS ARQUIVOS DO PODER LEGISLATIVO: UMA PROPOSTA DE GESTÃO DOCUMENTAL PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR**
Fernanda Marcele Santana Lage Linhares

1338 MODELO HIPÁTIA: DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO DA PESQUISA EM PRESERVAÇÃO DIGITAL

Marilete da Silva Pereira
Marcos Sigismundo da Silva
Alexandre Faria de Oliveira

1347 PRODUÇÃO DOCUMENTAL NO SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÃO DA PREFEITURA DE CARIACICA - ES: AVALIAÇÃO DOS REQUISITOS ARQUIVÍSTICOS NA PERSPECTIVA DO E-ARQ BRASIL

Leandro Porto
Luiz Carlos Silva
Luciana Itida Ferrari

PARTE IV- DELIBERAÇÕES, RECOMENDAÇÕES E MOÇÕES APROVADAS NA CERIMÔNIA DE ENCERRAMENTO DO X CNA

PARTE V - "PRÊMIO DE MELHOR TRABALHO DO X CNA" POR EIXO TEMÁTICO

PARTE VI - TEXTO DA FALA DE APRESENTAÇÃO DA PROFESSORA CLARISSA SCHMIDT (UFF) ACERCA DA NOVA COORDENAÇÃO (2024-2027) DO FÓRUM NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA EM ARQUIVOLOGIA (Feparq), NA CERIMÔNIA DE ABERTURA DO X CNA PROFERIDA EM 14 DE OUTUBRO DE 2024

APRESENTAÇÃO

O Congresso Nacional de Arquivologia (CNA), promovido pelo Fórum Nacional das Associações de Arquivologia do Brasil (FNArq) e organizado pela associação do estado-sede, teve a sua primeira edição em 2004. Passados 20 anos, a realização do X CNA coube à Associação dos Arquivistas da Bahia (AABA), em parceria com o Instituto de Ciência da Informação (ICI) da Universidade Federal da Bahia (UFBA). O evento ocorreu de 14 a 18 de outubro de 2024, na cidade de Salvador (BA), com o honroso apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB) e do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict).

O X CNA mobilizou a comunidade arquivística nacional ao responder uma demanda latente por espaços de debate, articulação e fortalecimento da área. Consolidou-se como um evento de grande legado acadêmico-científico, ao estimular o pensamento crítico e a interlocução acadêmico-profissional. Mas foi além da sua dimensão científica ao imprimir, também, um caráter político às reflexões e debates de determinadas temáticas de pesquisa, que emergiram como sintoma correlacionado ao contexto de fenômenos sociais mais amplos. Com base nos depoimentos e análises realizadas ao longo do evento, é possível afirmar que esta edição do CNA refletiu a diversidade do campo arquivístico brasileiro, evidenciando suas assimetrias, desigualdades e relações de poder entre diferentes sujeitos sociais. O Congresso reafirmou seu papel essencial na valorização da Arquivologia, no fortalecimento da categoria profissional e na promoção de debates fundamentais para o avanço da área no país.

O evento contou com um total de 530 participantes inscritos(as), distribuídos(as) por região da seguinte forma: Nordeste 208 (39,25%), Sudeste 143 (26,98%), Centro-Oeste 78 (14,72%), Sul 74 (13,9%), e Norte 27 (5,09%). Reuniu gestores(as) e servidores(as) vinculados(as) aos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo que atuam nas áreas de Arquivologia e Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC). Além de professores(as), pesquisadores(as) e estudantes dos 17 (dezessete) cursos de graduação em Arquivologia no Brasil, e dos Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação de diversas universidades brasileiras, que dispõem de linhas de pesquisa dedicadas a área, bem como aos Programas de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro); em Gestão de Documentos e Governança Arquivística (convênio Universidade Estadual da Paraíba e Universidade Federal da Paraíba); em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências da Saúde da Casa Oswaldo Cruz (Fiocruz); e em Memória e Acervos (Fundação Casa de Rui Barbosa). Participaram, também, empreendedores(as) e profissionais que atuam em diversos segmentos da área.

Nessa edição, o tema central escolhido foi *"A Arquivologia e as Tecnologias Disruptivas: o Arquivista na Era da Ciência de Dados e da Inteligência Artificial"*, estruturado em seis eixos temáticos apresentados a seguir:

Eixo 1 - *Epistemologia da Arquivologia na Era Digital*;

Eixo 2 - *Gestão de Dados, da Informação e do Conhecimento em Arquivologia*;

Eixo 3 - *Atuação Profissional, Práticas Formativas e Competências na Arquivologia frente à Transformação Digital*;

Eixo 4 - *Tecnologias Disruptivas e a Arquivologia*;

Eixo 5 - *Patrimônio, Cultura e Diversidade na Era de Dados;*

Eixo 6 - *Gestão Arquivística e Preservação Digital.*

Os referidos eixos orientaram a construção da programação do evento. Importante registrar que esta edição manteve a prática de editais de chamamento público. Dois deles foram consolidados a partir da experiência do IX CNA (2022): o *Edital nº 01/2024 Submissão, Apresentação e Publicação de Trabalhos* e o *Edital nº 03/2024 Chamada Pública para Seleção de Propostas de Eventos Paralelos*. Foi retomado o *Edital nº 02/2024 "Prêmio de melhor trabalho" por eixo temático do X CNA*, resgatando proposta do VIII CNA (2018).

Os Anais do X CNA refletem a diversidade e a abrangência da programação do evento. Reúnem os textos completos encaminhados pelos(as) autores(as) à Comissão Organizadora do X CNA , correspondentes à conferência de abertura, as plenárias, às duas sessões de diálogo, de doze dos dezesseis eventos paralelos e as comunicações orais. Integram, ainda, as deliberações, recomendações e moções aprovadas na plenária final. Cabe ressaltar que a revisão ortográfica e gramatical, além da normalização das referências bibliográficas, conforme disposto no edital específico, são de responsabilidade dos(as) autores(as), coordenações e relatorias.

A *Parte I - Conferência de Abertura e Plenárias reúne a conferência de abertura*, dedicada à reflexão sobre o papel do arquivista na era digital, com ênfase nos desafios e nas oportunidades decorrentes da transformação tecnológica. Somam-se os textos completos encaminhados pelos(as) conferencistas convidados(as) das quatro plenárias do X CNA, que abordam temas centrais para a Arquivologia contemporânea.

A Plenária 1 - *Arquivamento da Web e Preservação Digital* tratou de estratégias, metodologias e ferramentas destinadas à preservação conteúdos digitais e ao arquivamento da web, com foco na manutenção da autenticidade, integridade e acessibilidade da informação a longo prazo. Soluções inovadoras foram apresentadas como o Arquivo.pt, além da discussão de desafios técnicos, normativos e éticos relacionados à custódia digital, à gestão da informação em rede e à sustentabilidade dos repositórios digitais.

A Plenária 2 - *Epistemologia da Arquivologia na Era Digital* promoveu reflexões teóricas e conceituais sobre os fundamentos e princípios da Arquivologia à luz dos impactos das tecnologias emergentes e das transformações socioculturais contemporâneas.

Destacaram-se abordagens epistemológicas que sustentam uma Arquivologia de caráter social e político, enfatizando suas dimensões acadêmico-científicas, os diálogos interdisciplinares e a redefinição do papel dos arquivos na sociedade contemporânea.

A Plenária 3 - *Patrimônio, Cultura e Diversidade na Era de Dados* abordou os processos contemporâneos de patrimonialização dos arquivos no contexto das transformações tecnológicas e informacionais, destacando a valoração do patrimônio cultural arquivístico e a centralidade dos arquivos institucionais como fontes de memória e identidade social. Também foram discutidas as articulações entre diversidade cultural, direitos humanos e tecnologias, promovendo reflexões sobre acessibilidade, justiça social e sustentabilidade na gestão e difusão do patrimônio arquivístico no ambiente digital.

A Plenária 4 - L*egado dos Congressos Nacionais de Arquivologia* apresentou uma análise crítica dos 20 anos de realização dos CNAs (2004–2024), evidenciando sua relevância histórica, científica e social. Foram abordados os desafios enfrentados na organização do primeiro congresso e a construção de parâmetros que orientaram as edições seguintes, contribuindo para a institucionalização da área e o fortalecimento da identidade científica da Arquivologia. Destacou-se, também, o legado das dez edições, expresso no fortalecimento das redes de cooperação, no estímulo à pesquisa, na difusão do conhecimento científico e no protagonismo da Arquivologia em debates contemporâneos, como a transformação digital, as políticas de transparência e a preservação do patrimônio documental.

A Parte II - *Eventos Paralelos e Sessões de Diálogo* reúne os relatórios, com informações sobre a programação, considerações finais e encaminhamentos – notadamente propostas de recomendações e moções. Esses registros têm como objetivo documentar as atividades realizadas e subsidiar futuras edições do CNA. Destaca-se, ainda, a relevância dos eventos paralelos, que se consolidaram como espaços de reflexão ampliada e aprofundada sobre temáticas específicas de interesse da comunidade arquivística, perspectivas emergentes e tendências contemporâneas, reafirmando sua contribuição para a construção de futuros possíveis frente aos desafios da área no Brasil.

Após avaliação duplo-cega por pares, foram aprovados 129 trabalhos, sendo 112 comunicações orais e 17 pôsteres, distribuídos pelos eixos temáticos do X CNA, com seus resumos publicados na *Programação e Caderno de Resumo do X CNA*. Das 112 comunicações orais aprovadas, 13 não foram apresentadas durante o evento, razão pela qual a *Parte III – Comunicações Orais* reúne 99 textos completos. Com base na análise da rede semântica dos títulos dos trabalhos aprovados no X CNA, conduzida com o apoio de ferramentas tecnológicas de análise de redes, foi possível identificar oito comunidades temáticas[1]. A maior delas, intitulada "Tecnologias e Arquivos", evidencia o crescente

1 LIMA, Gillian Leandro de Queiroga. Inovações tecnológicas e transformação digital: perspectivas e desafios para a Arquivologia do século XXI. Live promovida pela Associação dos Arquivistas da Bahia, no âmbito das atividades de divulgação que antecederam o X Congresso Nacional de Arquivologia, realizada em 2 out. 2024.

protagonismo da transformação digital e da inteligência artificial nos debates arquivísticos. Destacaram-se, ainda, as comunidades "Arquivista e Gestão de Dados" e "Instituições e Políticas Arquivísticas", reforçando o compromisso da área com a atuação profissional e o fortalecimento das instituições arquivísticas. Tal análise possibilitou, sobretudo, uma visão qualitativa da produção apresentada no evento, ao revelar articulações conceituais e vínculos temáticos entre os trabalhos, apontando para uma Arquivologia em diálogo permanente com a inovação e as demandas sociais contemporâneas.

A *Parte IV – Deliberações, Recomendações e Moções* sistematiza as propostas apresentadas ao longo da programação, elaboradas notadamente no âmbito dos eventos paralelos, e aprovadas na plenária final. A *Parte V – "Prêmio de Melhor Trabalho do X CNA"* apresenta a relação nominal dos(as) premiados(as) e das menções honrosas, ordenada por eixo temático. Por fim, apresenta-se a *Parte VI - Texto da fala de apresentação da professora Clarissa Schmidt (UFF) acerca da nova Coordenação (2024-2027) do Fórum Nacional de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (Feparq)*, na cerimônia de abertura do X CNA proferida em 14 de outubro de 2024.

Esta edição do CNA ampliou de forma significativa a cooperação e as redes acadêmico-profissionais, reafirmando a materialidade de uma comunidade científica e profissional engajada diante dos desafios que emergem do cenário nacional.

Registra-se os agradecimentos à Editora da UFBA cujo apoio foi decisivo para viabilizar a publicação dos Anais do X CNA, em formato de e-book, assegurando a divulgação da produção científica apresentada.

Salvador, Bahia, 2026.
Maria Teresa Navarro de Britto Matos
Gleise da Silva Brandão
Maíra Salles de Souza
Rayan Aramis de Brito Feitoza
Leide Mota de Andrade

PARTE I
CONFERÊNCIA DE ABERTURA E PLENÁRIAS

ARQUIVISTA DIGITAL: EXPLORANDO CENÁRIOS E OPORTUNIDADES

Ívina Flores Melo
Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
Daniel Flores
Universidade Federal de Alagoas

INTRODUÇÃO

Este ensaio dedica-se a apresentar brevemente aspectos tratados na conferência de abertura do X Congresso Nacional de Arquivologia, realizado em outubro de 2024 em Salvador pelos professores Doutores Ívina Flores e Daniel Flores. A conferência intitulada *Arquivista Digital: Explorando cenários e oportunidades* surge como uma reflexão crítica sobre os desafios impostos pela era digital. Na ocasião, a apresentação contextualizou o cenário contemporâneo, onde a digitalização, o crescente volume de dados, informações e documentos e o avanço das tecnologias, como a inteligência artificial, exigem que o arquivista amplie seu campo de atuação. Assim, os profissionais da área são convidados a incorporar competências que vão desde a organização e classificação de documentos "nato-digitais" até a gestão de dados e a utilização de ferramentas analíticas e de aprendizado de máquina.

Este ensaio, portanto, busca explorar os principais pontos discutidos na apresentação, situando-os no cenário de transformação digital e destacando como a integração entre métodos tradicionais, inovações e disrupções tecnológicas que podem redefinir a prática arquivística para torná-la mais dinâmica, estratégica e alinhada às demandas contemporâneas e sociais.

O ARQUIVISTA DIGITAL NÃO EXISTE

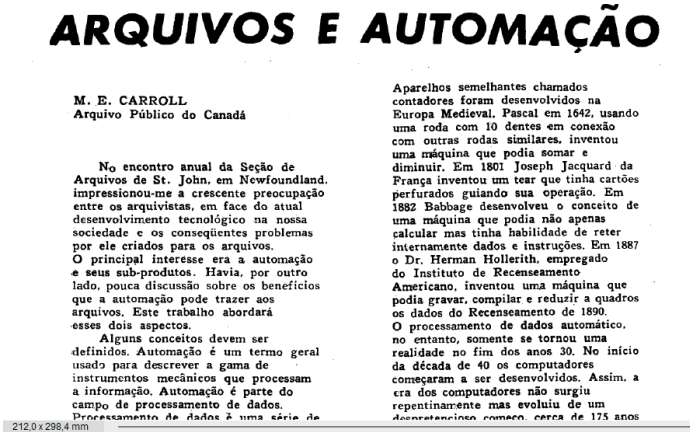
"O arquivista digital não existe". Após, a conferência nos deparamos com o incômodo do termo "arquivista digital", então iniciaremos nosso diálogo neste ponto. De fato, este profissional não existe em nossa legislação, a Lei nº 6.546/1978 é categórica ao regular "arquivistas" e "técnicos de arquivo". A Lei ainda, por meio de seu Art. 2º, estabelece um conjunto de atribuições fundamentais para a atuação dos arquivistas, definindo responsabilidades que vão desde o planejamento e organização dos serviços

de arquivo até a elaboração de pareceres e estudos sobre documentos de relevância cultural. (Brasil, 1978)

Embora, a lei não mencione explicitamente o arquivista "digital", argumentamos que esse profissional, assim como o arquivista de dados e o arquivista de inteligência artificial, baseia-se nos fundamentos da legislação vigente, mas necessita incorporar novos conhecimentos e competências em tecnologias como automação, modelagem de metadados e inteligência artificial. Os fundamentos legais que sustetam a atuação do arquivista são a base para que os profissionais se reinventem e adotem novas práticas em contexto digital dinâmico e inovador. Os princípios e atribuições definidos em 1978 já eram e continuam sendo pilares para a atuação estratégica e qualificada do arquivista, seja qual for a era que estivermos.

Em âmbito mais amplo e de maneira a compreender o contexto de discussões que a legislação se situava, pesquisamos o acervo da revista Arquivo & Administração e localizamos o artigo intitulado **"Arquivos e Automação"** M. E. Carroll, do Arquivo Público do Canadá.

Figura 1- Arquivo &Administração, 1975



ARQUIVOS E AUTOMAÇÃO

M. E. CARROLL
Arquivo Público do Canadá

No encontro anual da Seção de Arquivos de St. John, em Newfoundland, impressionou-me a crescente preocupação entre os arquivistas, em face do atual desenvolvimento tecnológico na nossa sociedade e os conseqüentes problemas por ele criados para os arquivos. O principal interesse era a automação e seus sub-produtos. Havia, por outro lado, pouca discussão sobre os benefícios que a automação pode trazer aos arquivos. Este trabalho abordará esses dois aspectos.

Alguns conceitos devem ser definidos. Automação é um termo geral usado para descrever a gama de instrumentos mecânicos que processam a informação. Automação é parte do campo de processamento de dados. Processamento de dados é uma série de

Aparelhos semelhantes chamados contadores foram desenvolvidos na Europa Medieval. Pascal em 1642, usando uma roda com 10 dentes em conexão com outras rodas similares, inventou uma máquina que podia somar e diminuir. Em 1801 Joseph Jacquard da França inventou um tear que tinha cartões perfurados guiando sua operação. Em 1882 Babbage desenvolveu o conceito de uma máquina que podia não apenas calcular mas tinha habilidade de reter internamente dados e instruções. Em 1887 o Dr. Herman Hollerith, empregado do Instituto de Recenseamento Americano, inventou uma máquina que podia gravar, compilar e reduzir a quadros os dados do Recenseamento de 1890. O processamento de dados automático, no entanto, somente se tornou uma realidade no fim dos anos 30. No início da década de 40 os computadores começaram a ser desenvolvidos. Assim, a era dos computadores não surgiu repentinamente mas evoluiu de um despretencioso começo, cerca de 175 anos

212,0 x 298,4 mm

Fonte:Caroll, 1975

Carrol (1975) discute a preocupação dos arquivistas com a crescente onda de automação e seus impactos no trabalho arquivístico. O autor mostra que, mesmo naquela época, já se debatia a inevitabilidade da adoção de novas tecnologias e como elas podem tanto beneficiar quanto desafiar a Arquivologia e os arquivistas.

O artigo ilustra que o debate sobre a relação entre arquivistas e tecnologias (no caso, a automação) não é recente. Ao contrário, reforça que a incorporação de inovações no universo dos arquivos – hoje ampliada pela inteligência artificial, big data e outros recursos – sempre esteve no horizonte da profissão. Assim, Carroll (1975) antecipa preocupações

que permanecem atuais: como equilibrar a adoção de ferramentas tecnológicas com a preservação dos arquivos, dos documentos e das teorias arquivísticas tradicionais.

Dessa forma, retomamos a premissa inicial: "O arquivista digital não existe". No entanto, constatamos que não apenas existe, mas se torna central nos contextos arquivísticos contemporâneos. Contudo, é essencial uma abordagem crítica para compreender as nuances dessa afirmação. Radick (2013) aponta a confusão gerada pela expressão "arquivista digital". Há quem associe essa função exclusivamente ao tratamento de documentos nato-digitais (*born-digital*), enquanto há quem busque um arquivista digital para liderar projetos de digitalização de documentos analógicos. Ao contrário, ou de forma complementar, nossa abordagem é muito mais ampla, um arquivista digital que contempla tanto registros digitais como analógicos e os representantes digitais ademais dos metadados e paradados sempre com um viés sistêmico e gerencial.

Essa ambiguidade se reflete tanto na literatura arquivística quanto nas descrições de vagas de emprego, tornando o campo de atuação do arquivista digital bastante amplo e, por vezes, impreciso. (Radick, 2013). Análises a anúncios de emprego realizadas por Radick (2013) mostram que, na prática, o arquivista digital pode desempenhar funções variadas. Isso inclui: planejamento e execução de projetos de digitalização de acervos analógicos; gestão de documentos nato-digitais (como e-mails, bancos de dados ou arquivos de áudio/vídeo produzidos diretamente em meio digital); implementação de ferramentas e metodologias de preservação digital; elaboração de metadados para acesso e preservação; desenvolvimento de políticas e estratégias de curadoria digital, considerando tanto materiais já digitalizados quanto aqueles criados originalmente em formato eletrônico.

Em suma e a partir de Radick (2013) se antes o arquivista era majoritariamente responsável por documentos convencionais e sua gestão, hoje ele precisa lidar com a curadoria e a preservação digitais, estruturadas e não estruturadas, bem como com a complexidade dos algoritmos que processam e interpretam esses dados. Nesse cenário, ampliamos a visão de Radick (2013) e entendemos que três perfis distintos emergem, todavia interligados: o arquivista digital, o arquivista de dados e o arquivista de inteligência artificial.

O arquivista digital é aquele que atua na organização, preservação e acessibilidade dos documentos digitais. Suas atribuições incluem a implementação de políticas de preservação digital, o gerenciamento de repositórios eletrônicos e a aplicação de normas e padrões arquivísticos para garantir a autenticidade e a integridade da informação. Esse profissional desempenha um papel fundamental na continuidade dos princípios tradicionais da arquivologia dentro do ambiente digital, assegurando que documentos eletrônicos permaneçam acessíveis e confiáveis ao longo do tempo.

O arquivista de dados trabalha diretamente com grandes volumes de informações estruturadas e não estruturadas. Ele domina técnicas de curadoria de dados, modelagem e

metadados, além de compreender princípios de interoperabilidade e governança da informação. Sua atuação é essencial em contextos como a ciência aberta, onde a reutilização de dados é um pilar fundamental, bem como em ambientes corporativos e governamentais que exigem gestão eficiente de informações estratégicas.

Diferentemente do arquivista digital, cuja preocupação central são os documentos eletrônicos em si, o arquivista de dados foca no ciclo de vida dos dados e na garantia de sua acessibilidade, qualidade e conformidade com normas regulatórias. Além disso, conforme destaca Olson (2009), o arquivista de dados muitas vezes assume o papel de modelador de dados. Isso ocorre porque a arquitetura da base de dados arquivísticos (sim, dados arquivístico!) precisa ser compatível com a do sistema de origem, exigindo um mapeamento das estruturas de dados. Como o RDC-Arq (Repositório Arquivístico Digital Confiável) é também um banco de dados relacional, o arquivista de dados projeta e mantém essa estrutura para garantir a coerência entre o banco de dados operacional e o de arquivamento.

Por fim, o arquivista de inteligência artificial (IA) surge como um profissional essencial na auditoria e explicabilidade dos algoritmos e no processamento de linguagem natural que geram e processam informações. Com a adoção de sistemas automatizados para classificação, recuperação e tomada de decisão baseada em dados, é imprescindível que haja um especialista que assegure a documentação de processos algorítmicos, na auditoria de decisões automatizadas e na mitigação de vieses que possam comprometer a integridade informacional. Seu papel é basilar quando da manutenção dos princípios arquivísticos mesmo em um contexto altamente automatizado. Como apontam Colavizza et al. (2021), a implementação da IA nos arquivos vem sendo discutida desde os anos 1960, e sua aplicação tem se expandido especialmente com o advento da aprendizagem de máquina e do processamento de grandes volumes de dados. Métodos como aprendizado supervisionado e não supervisionado permitem extrair padrões e categorizar documentos de arquivo de maneira eficiente, reduzindo a carga de trabalho manual e aprimorando a acessibilidade e recuperação da informação.

A coexistência dessas três especializações ilustra a dinamicidade da Arquivologia, disciplina autônoma, com identidade própria, na Ciência Social Aplicada, em resposta aos desafios sociais e coevos. Nesse contexto, os perfis de arquivista digital, arquivista de dados e arquivista de inteligência artificial emergem como especializações complementares, representando a diversificação das funções arquivísticas diante das novas exigências do mundo digital. O arquivista digital assume um papel central na organização, preservação e acessibilidade dos documentos digitais, indo além da digitalização ao atuar na curadoria, na preservação digital e na implementação de repositórios alinhados aos princípios arquivísticos. O arquivista de dados, por sua vez, foca na governança e gestão

de grandes volumes de dados e nas concepções e conformações recentes de documentos arquivísticos em dados, sejam eles estruturados ou não, assegurando sua qualidade e acessibilidade. Já o arquivista de inteligência artificial se responsabiliza pelo controle e transparência dos algoritmos utilizados na automação de processos arquivísticos, garantindo explicabilidade e mitigação de vieses nos sistemas automatizados.

Ao refletirmos sobre a expressão "arquivista digital" e suas implicações no contexto das competências, constata-se que, embora o termo não esteja formalmente definido na legislação vigente, ele revela a adaptabilidade da profissão às exigências tecnológicas. A análise das contribuições de Carrol (1975) e Radick (2013) ilustra que, desde as primeiras discussões sobre a incorporação de inovações tecnológicas no campo arquivístico, a profissão tem se reconfigurado para absorver novas práticas e desafios. Embora a Lei nº 6.546/1978, que regula a atuação dos arquivistas no Brasil, não mencione explicitamente o arquivista digital, ela oferece os princípios e atribuições que continuam a fundamentar a prática arquivística, que agora se estende ao universo digital. Estamos, então, modelando o perfil de competências do arquivista do século XXI e entendemos que seu perfil possa conter (quadro 1):

Quadro 1- Competências dos arquivistas do século XXI

Competências	Descrição	Exemplos de Ferramentas
Organização e Preservação Digital	Implementação de políticas de preservação digital, garantindo que os documentos permaneçam autênticos, acessíveis e confiáveis ao longo do tempo.	Archivematica, DSpace, RODA, Preservica, Libnova, Rosetta
Gerenciamento de Repositórios Digitais Confiáveis	Criação e gestão de repositórios para garantir a integridade e acessibilidade dos dados ao longo do tempo. Conhecimento em normas de auditoria e certificação de respositório	Fedora, Islandora, ePrints, OpenDocMan, Archivematica
Aplicação de Normas Arquivísticas	Garantia da autenticidade e integridade dos documentos digitais com base nas normas e padrões arquivísticos. Conhecimento em padrões de metadados e metodologias de crosswalk	OAIS (Open Archival Information System), METS (Metadata Encoding and Transmission Standard)
Curadoria de Dados	Curadoria de dados estruturados e não estruturados, incluindo coleta, organização, e estruturação de dados de maneira acessível e reutilizável. Conhecimento em ciclos de curadoria digital, dados abertos e políticas e padrões de reuso.	Dataverse, CKAN, OpenAIRE, OpenRefine
Modelagem e Metadados	Modelagem de dados e gerenciamento de metadados, para garantir a interoperabilidade e a conformidade com os padrões e regulamentos de governança da informação. Conhecimento em padrões de metadados e metodologias de crosswalk	R, Python (pandas, numpy), SQL, DDI (Data Documentation Initiative)

Competências	Descrição	Exemplos de Ferramentas
Governança de Dados	Implementação de políticas de governança da informação para garantir a conformidade, qualidade e integridade dos dados. Conhecimento em DMBOK, ciclos de governança de dados	Collibra, Alation, Informatica, Microsoft Purview
Interoperabilidade	Garantia de que os dados possam ser acessados e utilizados por diferentes sistemas e plataformas, mantendo sua qualidade e contexto. Conhecimento em padrões e formatos de interoperabilidade	OAI-PMH (Open Archives Initiative Protocol for Metadata Harvesting), JSON, XML, RDF
Modelagem de Dados Arquivísticos	Projetar e manter a estrutura de bancos de dados arquivísticos, como RDC-Arq, compatível com o sistema de origem, garantindo a coerência dos dados. Conhecimento em DMBOK, ciclos de governança de dados	SQL, ER/Studio, IBM Db2, PostgreSQL
Documentação de Processos Algorítmicos	Garantir a explicabilidade dos algoritmos de IA, auditoria de decisões automatizadas e mitigação de vieses informacionais. Conhecimento em linguagem de programação e lógica computacional.	Python (scikit-learn, TensorFlow), Jupyter, MLflow, FAIR Principles
Auditoria de Decisões Automatizadas	Monitoramento e controle de decisões automatizadas em processos arquivísticos, assegurando que as práticas e resultados sejam transparentes e éticos. Conhecimento em linguagem de programação e metodologias de treinamento de IA.	Python (PyAudit), TensorBoard, DataRobot, Explainable AI (XAI)
Mitigação de Vieses em IA	Garantir que os algoritmos e sistemas de IA utilizados em processos de arquivamento não resultem em discriminação ou erro sistemático. Conhecimento em linguagem de programação e metodologias de treinamento de IA.	Fairness Indicators, AIF360 (IBM), AI Fairness 360 Toolkit, LIME
Adoção e Aplicação de IA para Classificação e Recuperação	Implementação de IA para classificar e recuperar documentos de maneira eficiente, utilizando aprendizado supervisionado e não supervisionado. Conhecimento em processamento de linguagem natural, bancos de dados e linguagem de programação	TensorFlow, Keras, PyTorch, NLTK (Natural Language Toolkit)

Fonte: elaboração própria

Diante dessa pluralidade de funções, torna-se evidente que a formação de um arquivista digital exige, além de uma base firme em teorias arquivísticas clássicas, o domínio de ferramentas tecnológicas e uma maior aproximação com as áreas de tecnologia da informação, ciência de dados e aprendizado de máquina e até mesmo da Arquivologia Computacional (CAS). Ao mesmo tempo, cada especialização abre novas possibilidades

de atuação, permitindo que os arquivistas assumam papéis estratégicos na gestão de documentos, seja em instituições públicas ou privadas. (Pearce-Moses; Davis, 2009)

A formação do arquivista já requeria uma carga de práticas em laboratório nos seus componentes curriculares, e agora do arquivista digital, esta premissa se tornou muito mais premente, a necessidade de laboratórios, aulas práticas, os componentes práticos dos componentes curriculares devidamente qualificados nos cursos de arquivologia que atendam aos requisitos da formação destes profissionais e sejam para o cômputo das cargas horárias das disciplinas, afinal, formar um arquivista digital somente com componentes teóricos, sem habilidades práticas diante de todas as demandas atuais.

No sentido ainda da formação continuada, movimentos associativos têm promovido iniciativas de capacitação e qualificação que fomentam a capacidade de arquivistas atuarem nesses novos contextos tecnológicos. No Brasil, nos 4 últimos anos, as Associações ativas sistematicamente ofereceram cursos de curta duração com temáticas voltadas ao universo digital. A Rede Arquifes também oferece formações de mesma natureza. No âmbito latino-americano, a Associação Latinoamericana de Arquivos (ALA) oferta anualmente o *Diplomado em Documentos Digitales*, cujo objetivo é proporcionar uma visão integral da gestão de documentos digitais no mundo, bem como fornecer os elementos teóricos necessários para compreender os ecossistemas digitais.

No âmbito norte-americano, a *Society of American Archivists* (SAA) disponibiliza o *Digital Archives Specialist (DAS) Certificate Program*, uma certificação estruturada para garantir que seus titulares compreendam a natureza dos documentos digitais e eletrônicos, os desafios de preservação e a integridade dos documentos ao longo do tempo. O programa também habilita os profissionais a formular estratégias para descrição, organização e preservação de acervos digitais, além de integrar tecnologias, ferramentas e mídias nos processos de gestão de documentos.

HABEMUS O ARQUIVISTA DIGITAL

A discussão sobre a existência do arquivista digital nos leva a uma reflexão mais ampla sobre a evolução da Arquivologia frente aos desafios tecnológicos. Embora a legislação vigente não contempla explicitamente essa nomenclatura, é inegável que as transformações digitais demandam novas especializações dentro da profissão. A integração de tecnologias como inteligência artificial, aprendizado de máquina e governança de dados ampliou o escopo de atuação dos arquivistas, exigindo deles uma postura proativa na adoção de novas metodologias.

Ao longo deste ensaio, analisamos como o arquivista digital, o arquivista de dados e o arquivista de inteligência artificial representam desdobramentos necessários para atender às demandas contemporâneas. Cada um desses perfis atua de maneira complementar, refletindo a necessidade de uma Arquivologia mais dinâmica e interdisciplinar.

O arquivista digital preserva e organiza documentos eletrônicos; o arquivista de dados lida com grandes volumes de dados estruturadas e não estruturadas e o arquivista de IA se ocupa da explicabilidade dos algoritmos e no controle do processamento de linguagem natural com olhar arquivístico.

Mais do que discutir nomenclaturas, é essencial reconhecer que a Arquivologia não está alheia às mudanças da sociedade. Assim como os arquivistas do passado precisaram se adaptar à era da digitalização de processos e serviços, os profissionais atuais enfrentam o desafio de equilibrar a implementação de novas tecnologias com a manutenção dos princípios arquivísticos fundamentais, das teorias clássicas fundadas nos séculos anteriores e obviamente o fomento constante da organicidade, o coração que bate no peito da Arquivologia. Então, notem, a profissão não desaparece, mas se transforma.

O arquivista digital não apenas existe, como se consolida como peça-chave em um mundo cada vez mais orientado por tecnologias e transformações digitais. Cabe à comunidade arquivística e acadêmica seguir refletindo sobre as implicações dessas mudanças, assegurando que a evolução da profissão ocorra de forma ética, estratégica e alinhada aos valores que sempre fundamentaram a Arquivologia.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 6.546, de 4 de julho de 1978.** Dispõe sobre a regulamentação das profissões de Arquivista e de Técnico de Arquivo, e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 5 jul. 1978. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6546.htm>. Acesso em: 4 fev. 2025.

CARROLL, M. E. Arquivos e automação. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 3, 1975.

COLAVIZZA, G.; BLANKE, T.; JEURGENS, C.; NOORDEGRAAF, J. Archives and AI: An Overview of Current Debates and Future Perspectives. **Journal on Computing and Cultural Heritage**, v. 15, n. 1, p. 4:1-4:15, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.1145/3479010. Acesso em: 1 fev. 2025.

OLSON, J. E. **Database Archiving: How to Keep Lots of Data for a Very Long Time**. Burlington: Morgan Kaufmann, 2009.

PEARCE-MOSES, Richard; DAVIS, Susan E. **New skills for a digital era: Proceedings of a colloquium sponsored by the National Archives and Records Administration**, Society of American Archivists, Arizona State Library, Archives and Public Records, 31 May - 2 June 2009, Washington, DC. Washington, DC: National Archives and Records Administration, 2009.

RADICK, Caryn. Ambiguity and the digital archivist. **The American Archivist,** v. 76, n. 2, p. 307-334, 2013. Disponível em: https://doi.org/10.17723/aarc.76.2.84827m3772h64707. Acesso em: 4 fev. 2025.

ARQUIVO.PT: CATÁLOGO DE SERVIÇOS PARA PRESERVAÇÃO DIGITAL

Daniel Gomes
Fundação para a Ciência e a Tecnologia

INTRODUÇÃO

A transformação digital fez com que os meios de comunicação impressos usados pelas organizações e cidadãos transitassem para informação nascida digital, publicada e disseminada através da Internet. A Web é a maior fonte de informação inventada pela Humanidade e a vida quotidiana nas sociedades da informação modernas é regida por informação digital publicada exclusivamente em linha.

No entanto, a memória desta informação tem sido continuamente perdida. Apesar da informação em linha se tornar imediatamente acessível a milhões de pessoas assim que é publicada, a maioria é irremediavelmente perdida após alguns anos. De acordo com um estudo de 2024 (Chapekis, 2024), 38% das páginas Web que existiam em 2013 já não estão acessíveis passados 10 anos.

Figura 1. Analogia entre a preservação da informação publicada através de meios impressos e em linha

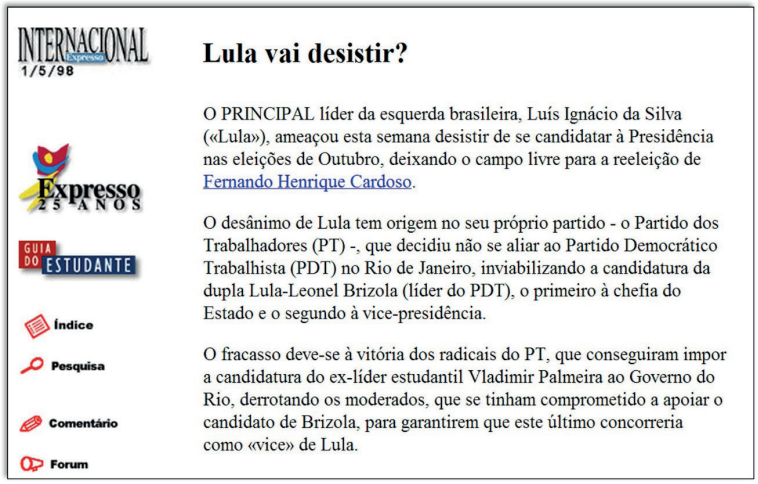
Portanto, são necessárias soluções tecnológicas inovadoras prontas a utilizar para salvaguardar a informação publicada em linha, a fim de salvaguardar este legado digital para as gerações futuras e resolver problemas do quotidiano causados pela perda de informação recente, tais como o famoso, mas frustrante erro 404 "Página não encontrada".

Figura 2. O primeiro jornal em linha nacional de Portugal desapareceu após 17 anos de atividade e os seus conteúdos informativos deixaram de estar disponíveis

A Figura anterior apresenta o exemplo do Diário Digital, o primeiro jornal nacional de Portugal em linha que desapareceu após 17 anos de atividade. Sem os arquivos da web, os seus conteúdos informativos, que são fontes únicas para descrever os acontecimentos do século XXI, ter-se-iam perdido irremediavelmente.

ARQUIVO.PT PRESERVA A INFORMAÇÃO PUBLICADA EM LINHA

Figura 3. Página arquivada do jornal português"Expresso" no dia 1 de maio de 1998, disponível em: https://arquivo.pt/wayback/19990830180642/ http://www.expresso.pt:80/ed1331/i303.asp?i30 2,i303



O Arquivo.pt é um serviço público que preserva informação publicada em linha (Gomes, 2022). O Arquivo.pt preserva mais de 20 000 milhões de objetos digitais (1,3 PB) em múltiplos formatos e idiomas, adquiridos a partir de websites de todo o mundo. O perfil público dos objetos digitais salvaguardados está disponível (https://arquivo.pt/collections). O Arquivo.pt detém 176 coleções compostas por 20 041 milhões de ficheiros web (1 311 TB de dados históricos web) obtidos a partir de 47,9 milhões de websites. Inicialmente, o objetivo do Arquivo.pt era o de preservar o legado digital em linha relacionado com Portugal, como memória nacional para as gerações futuras. No entanto, as informações históricas preservadas ao longo do tempo têm um interesse de âmbito internacional. Por exemplo, a Figura anterior apresenta um exemplo de uma notícia do website do jornal português "Expresso" publicada no dia 1 de maio de 1998 que se encontra preservada no Arquivo.pt. Esta notícia intitulada "Lula vai desistir" fornece informação acerca de como as eleições, que são um evento de âmbito nacional no Brasil, são descritas fora do seu país. A Figura seguinte apresenta como exemplo a página arquivada do jornal brasileiro Estadão no dia 21 de maio de 2009 que descreve a morte do mais famoso cantor de música pop Michael Jackson.

Figura 4. Página arquivada do jornal brasileiro "Estadão" no dia 21 de maio de 2009, disponível em: https://arquivo.pt/wayback/20090626105349/ http://www.estadao.com.br/home/index.shtm

Com o passar do tempo, o Arquivo.pt evoluiu para se tornar uma infraestrutura mundial para a preservação digital de objetos em linha. Atualmente, o Arquivo.pt produz e mantém vários tipos de coleções de acordo com a sua abrangência, frequência de ingestão e qualidade do processo de aquisição.

O desenvolvimento do Catálogo exigiu um esforço significativo de Investigação e Desenvolvimento que originou contribuições de longo prazo para a preservação digital, como artigos técnicos e científicos disponíveis em acesso aberto (https://arquivo.pt/publica) ou software de código aberto (https://github.com/arquivo/). Todos os objetos digitais preservados estão disponíveis em acesso aberto através de múltiplos métodos para apoiar a sua ampla reutilização ao longo do tempo. O Arquivo.pt disponibiliza o acesso a humanos e máquinas para suportar atividades de preservação digital. Os objetos preservados também foram replicados nas coleções do Internet Archive para aumentar sua longevidade (https://archive.org/details/portuguese-web-archive). Todo o software aplicado no desenvolvimento do Arquivo.pt é gratuíto e de código-aberto, tendo sido desenvolvido principalmente pelas organizações WebRecorder.net, Internet Archive e Apache Software Foundation.

CATÁLOGO DE SERVIÇOS PARA PRESERVAÇÃO DIGITAL

Após 15 anos de Investigação e Desenvolvimento, o Arquivo.pt lançou um Catálogo de 13 ferramentas inovadoras para apoiar a preservação de informação em linha. Estas ferramentas estão ao dispor dos cidadãos e organizações para que processos de transformação digital, como por exemplo a renovação de um website institucional, possam ser realizados de forma mais eficaz e eficiente, evitando perdas de informação. Qualquer cidadão pode armazenar, pesquisar e aceder a informação histórica preservada da Web desde a década de 1990. Os serviços do catálogo do Arquivo.pt (https://arquivo.pt/catalogo) são os seguintes:

- Pesquisa e acesso (arquivo.pt): inclui pesquisa sobre os textos e imagens das páginas, listagem de histórico de versões arquivadas de uma determinada página, pesquisa avançada, geração automática de narrativas e reprodução de conteúdo arquivado com 6 opções complementares (ex. “Detalhes técnicos”, “Completar a página” ou “Ver com browser antigo”);

- Interfaces de programação para aplicações (arquivo.pt/api): facilitam o desenvolvimento de aplicações de valor acrescentado por terceiros que utilizem automaticamente os serviços de pesquisa e acesso (API Arquivo.pt, API Image Search, API CDX-server, API Memento);

- Sugerir websites (arquivo.pt/sugerir): qualquer cidadão pode sugerir websites para passarem a ser preservados para memória futura. Apenas é necessário submeter o endereço da página inicial. Opcionalmente, podem fornecer um email para que sejam notificados quando o website sugerido estiver disponível no Arquivo.pt, e possam avaliar a qualidade do conteúdo arquivado;

- SavePageNow (arquivo.pt/savepagenow): permite aos cidadãos arquivar imediatamente páginas web no Arquivo.pt. Apenas necessitam de introduzir o endereço de uma página e iniciar a navegação para que todo o conteúdo visitado seja preservado. Permite por exemplo, preservar todas as páginas de um pequeno website de forma autónoma;

- Integração de coleções históricas de dados da web (arquivo.pt/doar): o Arquivo.pt iniciou a preservação de informação publicada na web em Janeiro de 2008. No entanto, fontes externas têm doado conteúdos históricos anteriormente publicados para serem salvaguardados;

- Formação (arquivo.pt/forma): é um programa de formação gratuito que visa conscientizar acerca da importância de preservar o legado digital e disseminar boas práticas de publicação e preservação digital nas Tecnologias de Informação e Comunicação. É composto por quatro módulos: "Arquivo.pt: uma nova ferramenta para pesquisar o passado", "Bem publicar, para bem preservar", "Acesso e processamento automático de informação preservada da Web através de APIs" e "Arquivar a Web: faça-você-mesmo!";

- Dados abertos (arquivo.pt/dadosabertos): são conjuntos de dados que contêm metadados sobre os objetos digitais preservados, como listas de URLs que documentam eleições. Estes conjuntos de dados foram reutilizados e melhorados por outras organizações também interessadas em preservar este legado digital, como por exemplo, Museus. O Arquivo.pt é fornecedor oficial do Portal de Dados Abertos da Administração Pública;

- CitationSaver (arquivo.pt/citationsaver): extrai links de documentos e preserva os objetos digitais citados para que possam vir a ser posteriormente recuperados a partir do Arquivo.pt. Os documentos convencionais são criados para serem impressos, por exemplo em formato PDF, mas citam objetos digitais em linha referenciando os seus URLs. Porém, quando esses links se tornam inacessíveis, mesmo os documentos impressos perdem a integridade porque suas citações ficam inacessíveis;

- Arquivo404 (arquivo.pt/arquivo404): apresenta páginas preservadas em vez de mensagens de erro (ex. "Erro 404: Página não encontrada"). Os webmasters

só necessitam de inserir uma única linha de código na página que gera a mensagem de erro 404. Quando um visitante do website tenta aceder a uma página que já não está disponível, o Arquivo404 verifica automaticamente se existe uma versão arquivada daquela página. Se existir, apresenta um link para a página arquivada para que o visitante possa aceder a esta informação, em vez de desistir or ir procurá-la noutro website;

- Memorial (arquivo.pt/memorial): preserva a informação publicada num website após a sua desativação. Os custos de manutenção aumentam à medida que os websites envelhecem devido à obsolescência das tecnologias de suporte e às consequentes perigosas vulnerabilidades de segurança. O Memorial oferece preservação de alta qualidade do conteúdo histórico de um website desativado. O nome do domínio original é mantido, não ocorrem links quebrados para as páginas do website e todo o conteúdo mantém-se pesquisável através dos motores de busca (ex. Google);

- Arquivo de alta qualidade (a-pedido): permite a preservação em alta-qualidade de websites selecionados que são arquivados e curados em colaboração com os seus donos usando a melhor combinação de tecnologias disponíveis;

- Criação de coleções e exposições temáticas (arquivo.pt/expos): são exposições em linha de páginas web preservadas, organizadas por tema e com curadoria realizada em colaboração com instituições especialistas na área (ex. imprensa, rádio, municípios, unidades de I&D, escolas ou museus). Cada exposição é seguida de campanhas de divulgação promovidas pelas instituições parceiras que amplificam a consciência para a importância da preservação da informação digital;

- Exposição itinerante de cartazes em instituições externas (arquivo.pt/posters): a desvantagem de preservar exclusivamente artefatos nascidos digitalmente é que se torna um desafio atrair a atenção de potenciais novos utilizadores no mundo físico. Muitas iniciativas de preservação digital dependem de métodos digitais para preservar documentos impressos. Invertemos esta estratégia e imprimimos um conjunto de cartazes com páginas da web históricas (ex. a primeira página da web portuguesa) para sensibilizar sobre a pertinência de preservar o legado nado-digital.

A Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Instituto Público é responsável pela sustentabilidade económica do serviço público Arquivo.pt (Decreto-Lei 55/2013).

Os serviços do Arquivo.pt são utilizados por cidadãos e instituições de todo o mundo

Figura 5. Distribuição geográfica da origem dos utilizadores do Arquivo.pt

1.	Portugal	72,493	44.96%
2.	United States	23,006	14.27%
3.	Brazil	6,356	3.94%
4.	United Kingdom	5,394	3.35%
5.	Japan	4,231	2.62%
6.	Germany	3,460	2.15%
7.	Canada	2,667	1.65%
8.	India	2,494	1.55%
9.	Russia	2,414	1.50%

O principal objetivo da criação do catálogo de serviços do Arquivo.pt foi apoiar a preservação digital, disponibilizando um conjunto de serviços de acesso gratuito a um vasto leque de utilizadores, para que qualquer utilizador da Internet possa gerir de forma eficaz e eficiente o ciclo de vida da informação digital publicada em linha. Cerca de metade dos utilizadores do Arquivo.pt são internacionais (ver Figura anterior).

Como diferentes utilizadores têm diferentes necessidades em relação à preservação digital, fornecer um catálogo abrangente de ferramentas potencia a resposta à maioria dos requisitos dos diferentes utilizadores. Desta forma, arquivistas, investigadores, especialistas em Informática ou utilizadores comuns da Internet podem contribuir para a preservação digital de objetos em linha, utilizando as ferramentas do Arquivo.pt para selecionar, adquirir, armazenar, aceder, reutilizar e divulgar informações históricas valiosas publicadas em linha ao longo dos últimos 30 anos.

O Arquivo.pt é também um catalisador de inovação tecnológica. A quantidade de casos de uso de um arquivo da web é vasta. Os investigadores são utilizadores assíduos e existem pelo menos 800 trabalhos científicos relacionados com o Arquivo.pt. O Prémio Arquivo.pt distingue anualmente trabalhos inovadores que utilizaram o Arquivo.pt. Ao longo de 8 edições, foram recebidas 194 candidaturas e os 29 trabalhos premiados demonstram claramente como os arquivos web beneficiam amplamente o legado digital, abrangendo todas as áreas do conhecimento, como Saúde, Humanidades Digitais ou Ciências da Computação.

A lista dos vencedores do Prémio Arquivo.pt está disponível em https://arquivo.pt/vencedores. As ferramentas do Catálogo têm sido utilizadas e ampliadas pelos candidatos aos prémios Arquivo.pt e utilizadas para produzir conjuntos de dados para investigação.

As exposições em linha têm sido promovidas por instituições ligadas ao Património para complementar as suas coleções (ex. Museu do Turismo) ou celebrar eventos através da criação de "Viagens no Tempo" (ex. Museu da Presidência da República). O serviço SavePageNow recebeu 45 000 solicitações em 2023 e foi usado pela Agência de Imprensa Alemã (DPA) para proteger informações de verificação de factos ou por utilizadores da Wikipedia para proteger

links para citações externas. Em 2023, as ferramentas do Arquivo.pt forneceram acesso a 470 TB de informação preservada (100 milhões de pedidos à API). Outras estatísticas em tempo-real acerca do Arquivo.pt podem ser consultadas em linha em https://arquivo.pt/numeros.

ARQUIVO.PT É INOVADOR A NÍVEL MUNDIAL

O Arquivo.pt foi o primeiro arquivo da web do mundo público a suportar pesquisa de páginas e imagens sobre todo o seu acervo. O desenvolvimento do Arquivo.pt levantou desafios em áreas como Information Retrieval, User Experience ou Machine Learning (Inteligência Artificial) que tiveram de ser superados autonomamente para criar o serviço atual adaptando as melhores práticas de TIC (ex. SRE, DevOps, ITIL). Todo o software desenvolvido está disponível em regime de código-aberto gratuito (https://github.com/arquivo/) para que possa ser aplicado noutras instituições ou países. Toda informação preservada está disponível em acesso aberto através de múltiplos métodos de acesso para permitir a sua ampla reutilização ao longo do tempo. As ferramentas do Arquivo.pt que suportam o acesso tanto por humanos quanto por máquinas, incluem interfaces web de utilização, APIs e suporte para *downloads* em massa (arquivo.pt/api#bulk) para apoiar outras atividades de processamento (ex. Big Data).

Além de desenvolver, manter e operar o serviço, os membros da equipa Arquivo.pt publicaram mais de 30 artigos científicos em acesso-aberto tendo em vista a partilha de experiências, incluindo o livro "The Past Web: Exploring Web Archives", e mais de 20 relatórios técnicos que incluem teses de mestrado e doutoramento. O Arquivo.pt é um dos arquivos da web de referência mundial.

Arquivos da web para sociedades digitais robustas e resilientes

A informação publicada em linha é património intelectual e a sua perda contínua compromete a sustentabilidade económica das organizações. O PIB de Portugal em 2023 foi de 267 384 milhões de euros. Estima-se que foram investidos 516 000 milhões de euros na produção da informação preservada no Arquivo.pt, que teriam sido desperdiçados se não existisse este serviço.

O Arquivo.pt é uma ferramenta para a segurança da informação para que esta não se perca e pode ser usada para áreas tão importantes como a Cibersegurança. O Memorial preserva a informação de websites antigos que já não são atualizados, evitando vulnerabilidades de segurança. Os dados-web históricos suportam investigações forenses e as APIs permitem análises automáticas em larga escala. O SavePageNow guarda evidências para posterior investigação. O Arquivo.pt contribui também para reagir a ataques maliciosos através da redireção temporária de tráfego para a informação arquivada quando

os websites sucumbem a ataques maliciosos como aconteceu no ataque ao Instituto Politécnico de Leiria (Ferreira 2023).

A reutilização de informação preservada da web também contribui para a sustentabilidade ambiental. O Memorial poupa recursos ao manter acessível a informação de websites históricos e o Arquivo404 mostra páginas preservadas em vez de "páginas não encontradas". Ambos os exemplos evitam que se tenham de desperdiçar recursos para recriar informação que já havia sido produzida no passado.

O Arquivo.pt é uma fonte de informação única que gera economias de escala e tem permitido derivar tendências, treinar modelos grandes de linguagem (LLM) para Inteligência Artificial (Lopes, 2024) ou recuperar trabalhos julgados perdidos. O programa de formação do Arquivo.pt ministra boas práticas de preservação digital que agilizam o desenvolvimento de sistemas de informação em linha e reduzem custos de manutenção.

CONCLUSÕES

Em apenas 30 anos, os objetos digitais que circulam em linha tornaram-se o meio de comunicação dominante, enquanto os meios impressos, anteriormente prevalentes, tornaram-se um produto de luxo. Perder o legado digital dos objetos em linha coloca em risco a sustentabilidade das organizações porque representam a grande maioria da informação utilizada para organizar a Humanidade. Objetos digitais em linha preservados também são uma fonte única de informação para derivar tendências evolutivas, treinar modelos de Inteligência Artificial ou recuperar obras consideradas perdidas.

A preservação digital exige a aquisição de objetos digitais em risco antes que desapareçam, armazenando-os com segurança e mantendo-os acessíveis para que continuem úteis aos cidadãos do presente e do futuro. O Arquivo.pt foi o primeiro serviço de preservação digital a suportar um catálogo tão abrangente de ferramentas para salvaguardar o legado digital de objetos em linha. As suas ferramentas abordam todas as etapas da preservação digital. Por exemplo, o SavePageNow e o CitationSaver suportam métodos alternativos para a aquisição de objetos digitais em linha. Os serviços de pesquisa, o Memorial e as coleções e exposições temáticas suportam o acesso aos objetos preservados. Em 2023, as ferramentas do Catálogo do Arquivo.pt receberam 1,7 milhões de utilizadores únicos e forneceram acesso a 470 TB de objetos digitais preservados (100 milhões de solicitações de API).

Sem memória, não é possível sustentar sociedades humanas a longo prazo. O Arquivo.pt é uma infraestrutura de memória para as sociedades digitais.

REFERÊNCIAS

CHAPEKIS A., BESTVATER S., REMY E., RIVERO G., When Online Content Disappears, **Pew Research Center Report**, 17 de maio de 2024.

GOMES D., Web archives as research infrastructure for digital societies: the case study of Arquivo.pt, **Archeion** 123, 2022.

LOPES T, MAGALHÃES J., SEMEDO D., GlórIA: A Generative and Open Large Language Model for Portuguese, **Proceedings of the 16th International Conference on Computational Processing of Portuguese -** Vol. 1, pages 441–453, Santiago de Compostela, Galicia/Spain. Association for Computational Lingustics, 2024.

FERREIRA M. L., Polícia Judiciária investiga ataque informático no Instituto Politécnico de Leiria, **Jornal Público**, 4 de maio de 2023.

DEVE HAVER UMA EPISTEMOLOGIA DA ARQUIVOLOGIA NA ERA DIGITAL?

Clarissa Moreira dos Santos Schmidt
Universidade Federal Fluminense

Quando fui convidada para essa mesa, fiquei pensando sobre o que seria uma epistemologia da Arquivologia na "Era digital", sobre quais seriam as reflexões importantes nesse sentido e, sobretudo, se havia ou deveria haver uma epistemologia específica do digital para o campo dos arquivos. Não à toa, o título que guia minha fala é: **Deve haver uma epistemologia da Arquivologia na Era Digital?**

Partimos do pressuposto que as implementações tecnológicas estão cada vez mais rápidas, assim como as mudanças políticas no mundo. Torna-se, então, fundamental, compreender como a Arquivologia se desenvolve nesse contexto, da mesma maneira em que foi importante pensá-la em outros momentos e outros contextos. Sendo assim, para analisá-la na dita "Era digital", devemos estabelecer uma reflexão histórica, ou seja, examiná-la enquanto resultado de um processo histórico. Além disso, é preciso entender como o disruptivo está inserido nesse processo, uma vez que ele acontece em dinâmicas variadas e há bastante tempo. Vale sublinhar que a Arquivologia não começou a lidar com o disruptivo apenas na dita "Era digital", pois não é de hoje que as formas de produção e uso dos documentos de arquivo são atravessados por tecnologias. Por isso é tão importante reconhecer historicamente esse cenário e sua dinâmica própria que vem sendo colocada o tempo todo e de maneiras diferentes no mundo globalizado.

Então, ao passo que minhas colegas de mesa abordaram as dimensões acadêmico científica; e política e social da epistemologia da Arquivologia, pretendo aqui abordar a dimensão histórica. Justifica-se essa perspectiva tendo em vista a concepção de conhecimento científico empenhada em apresentar e fundamentar procedimentos para conhecer determinados aspectos da realidade. Dessa maneira, busco discutir a Arquivologia em termos de articulação com a realidade histórico-social na construção de seu conhecimento.

Para tanto, inicialmente é fundamental circunscrevermos nosso entendimento sobre a "Epistemologia" e perspectivá-la na Arquivologia. De acordo com Abbagnano (2004, p. 380), "Epistemologia é um termo de origem grega que possui dois significados. Um primeiro como sinônimo de teoria do conhecimento e um segundo como sinônimo de filosofia da ciência. Ambos estão estritamente vinculados[...]".

A teoria do conhecimento refere-se a um "aspecto estrutural da reflexão filosófica a respeito de problemas relacionados com o modo de agir prático-político, bem como dos problemas relacionados com os modos de conhecer". (Abbagnano, 2004, p. 218-219). Já a Filosofia da ciência diz respeito

> à reflexão crítica acerca do conteúdo conceitual, das metodologias e das implicações culturais das diversas ciências. Volta-se a ciência em si mesma, estudando os conceitos que emprega, os métodos que usa, seus possíveis resultados, a forma de seus enunciados, os tipos de lógica que são aplicáveis. (Abbagnano, 2004, p. 163 a 165).

Por sua vez, segundo Tesser (1995, p.92), podemos considerar a epistemologia "como o estudo metódico e reflexivo do saber, de sua organização, de sua formação, de seu desenvolvimento, de seu funcionamento e de seus produtos intelectuais. A epistemologia é o estudo do conhecimento".

Em nosso caso, o conhecimento em questão é o arquivístico, desenvolvido no bojo da Arquivologia. Parafraseando Eastwood (1992, p. 233), ao falarmos da Arquivologia é sempre necessário esclarecer as relações entre teoria, metodologia e prática. Se tomarmos a teoria como a análise de ideias, então a teoria arquivística é a análise de ideias sobre o que são os arquivos, suas características essenciais e propriedades comuns. A teoria é necessariamente abstrata, generalizante e lógica em seu desenvolvimento. Seu produto é a compreensão da natureza das coisas. A metodologia arquivística atua como uma ponte entre a teoria e a prática. Ela consiste em ideias baseadas na teoria sobre como tratar os documentos de arquivo e regras e procedimentos para seu tratamento. Portanto, ideias sobre o que o arquivo é, são teóricas; ideias sobre como tratá-lo, são metodológicas. Os resultados da aplicação da metodologia no tratamento dos documentos de arquivo constituem a prática. É claro que é possível testar ideias de um elenco teórico ou metodológico em um estudo empírico, sejam essas ideias enunciadas ou não, mas isso não significa - como é frequentemente suposto - que observar os resultados da prática seja suficiente para estabelecer se qualquer tipo de ideia se encaixa na natureza da coisa que está sendo explicada. Fazer isso necessariamente considera a teoria e o método independentemente da prática.

Para Duranti (2001, p. 39), a ciência arquivística compreende as ideias sobre a natureza dos documentos de arquivo, a teoria arquivística, e os princípios e métodos para o controle e preservação destes documentos. A análise destas ideias, princípios e métodos arquivísticos, a história da maneira como foram aplicados ao longo do tempo (ou seja, da prática arquivística) também são parte integrante desta ciência. Assim, a Arquivologia pode ser definida como um "sistema que inclui teoria, metodologia e prática, que deve sua integridade à sua coesão lógica e à existência de um propósito claro que o governa de fora, determinando os limites nos quais o sistema é projetado para operar.

Conjugando o que nos fala Tesser – que a epistemologia é o estudo do conhecimento – com a afirmação de Eastwood que teoria, metodologia e prática, juntas, constituem a ciência arquivística - o lado "puro" sendo teoria, o lado aplicado compreendendo metodologia e prática, bem como a perspectiva da Arquivologia enquanto sistema, tal como apresentado por Duranti, me parece mais pertinente pensarmos epistemológicamente a Arquivologia no lugar de falarmos em uma epistemologia da Arquivologia.

Além disso, é primordial ressaltar que uma discussão como essa só é possivel se tivermos clareza do "lugar" que a Arquivologia ocupa no campo científico. Isto é, para persarmos epistemológicamente a Arquivologia pressupõe considerá-la uma área de conhecimento autônoma e não uma Ciência da Informação, tampouco auxiliar da História, da Administração ou qualquer outra disciplina. Significa dizer que é é justamente por isso, por essa autonomia, que podemos discuti-la nesta perspectiva. Afinal, se a Arquivologia fosse Ciência da Informação, os recursos epistemológicos seriam outros. Vale ressaltar que a autonomia a qual me refiro à Arquivologia não implica uma independencia, e sim um profundo diálogo com outros campos do conhecimento, permitindo, inclusive, que as dicussões epistemológicas sejam possíveis, constantes e, sobretudo, fascinantes.

O arquivista italiano Elio Lodolini apresenta bem essa autonomia quando afirma que a Arquivologia é uma ciência completa em si mesma, que se realiza plenamente na enunciação teórica e na aplicação prática de princípios válidos; princípios da ciência arquivística e não de outras disciplinas ou emprestados por elas. (Lodolini, 1993, p. 199).

Enquanto uma área autônoma, pensar epistemológicamente a Arquivologia significa reconhecer seus pilares de sustenção, ou ainda, as bases fundamentais do trabalho arquivístico. Então, do meu ponto de vista, tais pilares se fundamentam no objeto da teoria arquivística, qual seja, os documentos de arquivo e sua natureza. "A Arquivologia, como disciplina, consiste na construção do conhecimento sobre estes documentos e na ação sobre eles para proteger as propriedades e atributos que possuem" (Eastwood, 2013, p. 19).

Ainda segundo Eastwood (2013, p. 20), a Arquivologia sustenta-se em duas proposições que, certamente, necessitam de ampla contemplação, quais sejam, que documentos de arquivo atestam os fatos e atos, e que sua confiabilidade depende das circunstancias de sua produção e preservação. Justifica sua afirmação – a qual compartilho- que as raízes da teoria arquivística passam a ser delineadas quando se observa que os documentos são "produzidos para registrar os fatos de uma ação futura para referencia, para prolongar a memória de atos e ações e para torná-los duradouros, estabelecendo, portanto, uma relação do documento com o ato, evento ou fato". Ressalta que nós, arquivistas, devemos estar sempre alertas, pois no nosso campo há muitas perspectivas que têm se preocupado mais com os "meios de tratamento do que com as questões das propriedades da matéria em si". Nunca é demais lembrar que *são* "estas

propriedades que precisam de proteção; logo, a aplicação do método e a prática advêm da teoria" (Eastwood, 2013, p. 21).

Continuando a proposta de discutir epistemologicamente a Arquivologia de modo a refletir sobre os impactos da dita "Era digital" nesse cenário, é preciso delimitar conceitualmente "documento de arquivo" e "natureza", pois sabemos que os conceitos organizam o campo do conhecimento e dão identidade às disciplinas. Ao nos referirmos à natureza de alguma coisa, estamos falando de uma combinação particular das qualidades relativas à sua origem e constituição (Eastwood, 2009). Já para fundamentar o conceito utilizado em nossa reflexão acerca do documento de arquivo, recorro à saudosa Ana Maria de Almeida Camargo que magistralmente o define enquanto conjuntos de documentos que, independentemente de gênero, suporte, formato, forma, técnica de registro, meio de transmissão ou espécie, são acumulados por pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, como instrumento e prova de suas atividades práticas (Camargo, 2021).

Uma vez que o documento de arquivo está no centro da discussão, igualmente não poderia deixar de lembrar a querida Heloisa Bellotto (2010) e sua afirmação de que o caráter probatório e testemunhal, o vínculo originário e necessário com os demais documentos de seu conjunto e com a entidade produtora é que diferem os documentos de arquivo dos demais e tributam identidade à Arquivologia. Por sua vez, novamente recorro à Eastwood (2009), que aprofunda a questão da natureza dos documentos arquivísticos ao identificá-los como um produto social, que revelam e testemunham os feitos da sociedade devidamente representada por pessoas físicas e jurídicas.

Contudo, não podemos perder de vista que esse documento que dá identidade à área vai sendo revisitado ao longo do tempo...

Então, colocando esse objeto em perspectiva histórica, é fato que a ciência dos arquivos surge em um momento de desenvolvimento de métodos científicos, inclusive no bojo da história científica e metódica. Isso nos leva a supor que a Arquivologia se delineia para garantir confiança em relação à origem dos documentos. Assim, até meados do séc. XX, no período por nós abordado como Arquivologia Clássica (Schmidt, 2012), considerava-se como documento de arquivo aquele de valor histórico, em suporte físico, o "documento oficial" que estava custodiado em instituições arquivísticas. Ao longo desse período foram estabelecidos, fundamentalmente na Europa, princípios e métodos para o tratamento destes documentos.

Esse cenário começa a sofrer modificações a partir da reorganização do contexto mundial pós Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e coloca diferentes atuações ao campo dos arquivos, derivadas do desenvolvimento administrativo, burocrático e tecnológico da sociedade. É um tempo no qual a gestão administrativa, aliada às inovações tecnológicas, ganha fôlego e demanda novas atitudes por parte da Arquivologia e seus profissionais. Temos, assim, ao menos em cenário ocidental, o aumento vertiginoso da produção

documental, potencializado por novas "técnicas" para a produção dos documentos, e novas relações do Estado com o cidadão.

Portanto, de meados da década de 1940 até o final dos anos 1980, a Arquivologia amplia seu olhar para aqueles documentos que ainda não estavam nas instituições arquivísticas, o que Schellenberg (2006) denominou como "arquivos modernos" – ou ainda, aqueles documentos que estavam nos escritórios - e atualmente denominamos como arquivos correntes. Em seu decorrer, outros fatores vão se delineando e demandando novas concepções, como por exemplo, o Ciclo Vital e os modelos de gestão de documentos.

Além disso, é pertinente destacar os reflexos do desenvolvimento tecnológico nos suportes nos quais as informações estavam sendo registradas e nas maneiras em que os documentos estavam sendo produzidos a partir de então, o que Favier definiu como "tecnologia documental". Disse o autor, em 1979, quando ainda ocupava o cargo de diretor dos arquivos nacionais franceses, que um importante fator que transforma a arquivística é, naturalmente, o progresso da tecnologia documental. Em um século, evoluiu-se da pena à esferográfica, do copista à máquina de escrever elétrica e daí às máquinas multicopiadoras, à fotocópia e à xerografia. O documento único, antes regra, tornou-se exceção (Favier, 1979, p. 6).

Nesse sentido, *o* "progresso da tecnologia documental" durante a fase da Arquivologia Moderna (Schmidt, 2012) também pode ser caracterizado como "disruptivo," acarretando preocupações diretamente relacionadas à estabilidade de concepções até então atribuídas ao documento de arquivo e que vão além daquelas como a conservação do seu suporte e as relacionadas à sua forma, por exemplo. Todavia, estas e outras instabilidades atribuídas ao documento de neste período não suscitaram questionamentos mais aprofundados quanto a sua natureza, visto que sua materialização ainda se dava em suportes físicos.

Então, ao longo do período que identificamos como Arquivologia Moderna, percebemos o alargamento de questões teóricas e a ampliação da área para outros documentos que não apenas os permanentes. Delineiam-se disputas no interior de um campo científico cada vez mais consolidado, emergem diferenças terminológicas, princípios são difundidos e adaptados para novas ou diferentes realidades, e conceitos são elaborados, como Ciclo Vital e teoria das Três Idades. Podemos considerar que essas foram as maneiras encontradas pelos arquivistas de então, para enfrentar a realidade a partir das ferramentas que tinham. Contudo, à semelhança da época da Arquivologia Clássica, todo o desenvolvimento vivido pela área em sua fase "Moderna" está concentrado no objeto de trabalho e estudo dos arquivistas, o documento de arquivo, ainda que, agora, materializado em suportes que não apenas o papel. Ou seja, mesmo com todas as mudanças que vão sendo estabelecidas no período, não encontramos referências ou diferentes perspectivas sobre o que pode ser considerado o objeto científico da disciplina, tampouco uma

epistemologia específica para Arquivologia na "Era Moderna". O que observamos foram ampliações e adaptações, e não rupturas teóricas e metodológicas, uma vez que o documento de arquivo continuou sendo o que confere identidade para área e o elemento que sustenta a disciplina, só que ampliado para além do valor histórico. Porém, é preciso destacar que nesse período, em alguns países, sobretudo com a perspectiva das três idades, que demandou tratamentos diferentes aos documentos a partir de seus usos, estabeleceu-se uma fratura no âmbito profissional, uma cisão no perfil de atuação e, consequentemente, de formação, do profissional que trabalha em arquivos, ou seja, criou-se o gestor de documentos para trabalhar com arquivos correntes e intermediários, e o arquivista para lidar com os arquivos permanentes.

Continuando a perspectiva de discutir epistemologicamente a Arquivologia de modo a refletir os impactos da dita "Era digital" nesse processo, avançamos ao final da década de 1980, quando do "progresso da tecnologia documental" advém o documento eletrônico – hoje conceituado como documento digital – acarretando na separação entre a informação e o suporte, definindo assim um período denominado, por muitos, como de "crise" ou "mudança de paradigmas" para a Arquivologia.

Em um primeiro momento, as incertezas advinham das novas demandas apresentadas à profissão com a introdução da informática e de outros elementos sociais e tecnológicos no cotidiano da sociedade, além da valorização da informação como produto. A crise configurava-se justamente porque os arquivistas não consideravam possuir ferramentas teóricas e práticas para lidar com novas formas do *Fazer* que se anunciavam. As dúvidas não estavam mais polarizadas entre como organizar, preservar e dar acesso os "novos" documentos (modernos/correntes) versus os "velhos" documentos (históricos) e os paradigmas que os estabeleciam. Naquele momento, o cerne da "crise" vivenciada pela profissão se dava através das inovações tecnológicas que transformaram as maneiras pelas quais e sobre as quais os documentos de arquivo – objeto de trabalho e estudo dos arquivistas – passaram a ser produzidos. Além de isso influenciar diretamente o trabalho destes profissionais tanto em relação à teoria como a prática, as novas formas de produção documental afetaram a representação, materialização e fisicalidade do documento de arquivo.

Neste final do século XX e início do XXI, os problemas giravam em torno da gestão e preservação de documentos (objetos) digitais em sistemas informatizados. Em busca de respostas, a Arquivologia flertou profundamente com a Ciência da Informação e muitos foram os discursos que acreditavam que o documento arquivístico estava se desmaterializando e virando informação (com muitas derivações: informação orgânica e informação arquivística, por exemplo). Em termos de discussão epistemológica, podemos afirmar que o saldo foi positivo, uma vez que foram concebidos diferentes projetos, abordagens e correntes teóricas em busca de respostas.

Mas de lá para cá já se passaram mais de 30 anos. E por óbvio, muitas questões foram resolvidas, muitas mudanças aconteceram e novos problemas surgiram. Sabemos que no ambiente digital, os documentos arquivísticos podem não ser facilmente identificados como no papel. Os elementos do documento que no papel estão indissoluvelmente ligados não acontece no caso dos documentos digitais. O suporte não é mais elemento do documento, ele está externo ao documento fazendo parte do contexto tecnológico como o *software* e o *hardware*. Também os elementos como destinatário, data de produção, data de recebimento, data de arquivamento, ação, código de classificação, dentre outros, podem não estar na face dos documentos, como é o caso de aplicações como banco de dados, nos quais cada elemento pode estar em tabelas diferentes do banco. Tornou-se mais complexo reconhecer e identificar a unidade documental para fazer sua gestão e preservação, além do risco de tratar tudo como informação e esses elementos, que estão dispersos, mas que fazem parte do documento, serem apagados em razão do volume de dados ou da dificuldade de manter esse volume, ocasionando prejuízos para a administração, seus funcionários e o cidadão que pode perder direitos e benefícios. Se nos documentos tradicionais, os elementos dizem respeito à face do documento: nome do produtor, data, destinatário, número etc, e o que está fora da face do documento é contexto, nos documentos digitais isso não é assim, em virtude da própria tecnologia que dispersa esses elementos em diferentes tabelas, bancos de dados ou mesmo em aplicações diferentes como página *web*.

Atualmente, as mudanças em nossa área não estão limitadas às novas formas de produção documental. A transformação digital altera profundamente a forma como a gestão e a preservação dos documentos deve ser realizada. O campo dos arquivos passa a ter de lidar com *blockchain*, big data, inteligência artificial, por exemplo. Para alguns, atualmente os documentos de arquivo se manifestam em dados, para outros há documentos de arquivo com dados. A inteligência artificial precisa de dados.

Será, então, que na dita "Era digital" nosso objeto são os dados? A natureza do documento de arquivo se transforma em dados? Logo, os fundamentos que embasam e sustentam a nossa área precisam ser outros que não aqueles já consolidados?

Vejamos que interessante algo que o arquivista canadense Greg Bak (2024, p. 14) afirmou em seu artigo "Proveniência Digital" publicado no último número da "Archival Science", agora em setembro:

A proveniência digital não é um novo tipo de proveniência; não é uma reinvenção do conceito. Trata-se de um subconjunto: é a aplicação da proveniência a uma tecnologia específica de produção e manutenção de documentos. Qualquer meio de inscrição e manutenção de documentos pode ser analisado por suas dimensões técnicas, sociotécnicas e dimensões sociais. No entanto, atualmente o trabalho com documentos arquivísticos digitais exige esse tipo de compreensão detalhada e precisa da proveniência digital.

Essa perspectiva apontada por Bak não me parece tão diferente das reflexões do Projeto Interpares ao problematizar os contextos de produção documental, que engloba, dentre outros, o contexto tecnológico – que nada mais é do que o "Ambiente tecnológico que envolve o documento". (Glossário 2020).

Bak (2024) afirma que a proveniência digital complementa outras formas de proveniência. Documentos digitais, tanto quanto não digitais, formam muitos vínculos de proveniência na produção devido a uma série de fatores funcionais e não funcionais (Bak, 2012). A proveniência digital não é um tipo distinto de proveniência. Em vez disso, é uma maneira de falar sobre como as tecnologias de produção e manutenção de documentos informam ou "infundem" a proveniência (Bak, 2024, p. 19). A proveniência digital é um exemplo de proveniência tecnológica, que pode ser rastreada a qualquer tecnologia de produção de documentos digitais ou não digitais. Todas as tecnologias de produção e manutenção de documentos infundem todos os outros aspectos da proveniência, pois a tecnologia é um aspecto da cultura e é por meio dos documentos que conhecemos a cultura (Bak, 2024, p. 19).

Logo, as tecnologias de produção de documentos são parte da proveniência dos documentos, e ao afirmar que a tecnologia é parte da cultura, Bak (2024) explica que isso era verdade desde os calendários dos Maias, da "Grande Geração" de mainframes IBM da década de 1960, dos clones de desktop MS DOS da década de 1990 e iPhones da década de 2010". O autor reafirma a suspeita de Nietzsche, que começou a ver seus modos e hábitos de escrita mudarem depois que começou a usar a máquina de escrever em 1882, em resposta à sua cegueira invasora. "Nossas ferramentas de escrita", ele escreveu a um amigo, também estão trabalhando em nossos pensamentos". (Bak, 2024, p. 20). Isso vai ao encontro do que nos falou Favier, no final da década de 1970, quando se referiu ao "progresso da tecnologia documental".

Na esteira dessa discussão, Duranti, em publicação de maio de 2024, afirma que desde os primeiros dias dos documentos legíveis por máquina até o presente, cada avanço tecnológico trouxe entusiasmo pelas possibilidades de novas capacidades documentais e formas documentais, bem como preocupações sobre como as novas tecnologias impactariam a identificação, preservação e confiabilidade dos documentos. Embora a Inteligência Artifical represente desafios significativos para o patrimônio documental, os desafios podem ser enfrentados se embasados nos fundamentos arquivísticos abordados por meio de esforços colaborativos e interdisciplinares.

Duranti (2024) também afirmou que o Interpares desafiou essas preocupações e mostrou que os princípios e conceitos arquivísticos podem dar suporte à confiabilidade dos documentos, independentemente da tecnologia usada para produzi-los, gerenciá-los e preservá-los.

Com isso, volto a pergunta que guiou esta minha fala. De haver uma epistemologia da Arquivologia na "Era Digital"? Penso que não. O digital não é um pilar de sustentação

na nossa área. Então estou dizendo que nada mudou e nem deve mudar? Também não. Acredito que seja recorrente e constante a necessidade em discutir epistemologicamente a Arquivologia frente às inovações tecnológicas e as transformações digitais. Revisitar e adaptar teorias e métodos e ampliar o diálogo com outras áreas de conhecimento, mas sempre tendo como direcionador, como centro das questões, a natureza do documento de arquivo, que sustenta o arcabouço da Arquivologia e a permite autônoma. Ao menos por ora, o documento arquivístico digital continua sendo um documento arquivístico, mas agora temos que nos preocupar com metadados e paradados se quisermos garantir a identidade do documento.

Como diz nossa mestra Antonia Heredia (2021, p. 164), as transformações digitais não podem derrubar e encurralar os conceitos fundamentais de nossa área, substituindo-os por novos conceitos obtidos em novos ambientes. O desenvolvimento da Arquivologia deve ser considerado a partir de um processo consistente e de acordo com as mudanças provocadas pela aplicação de novas tecnologias e pelas mudanças sociais que, entre outras, devem priorizar um papel forte aos cidadãos.

De maneira semelhante, não vejo relevância em adjetivar o arquivista, com toda sua complexidade, como arquivista digital. Separando-o e distinguindo-o de outros "tipos" de arquivistas, como um "arquivista analógico". Alguns podem acreditar que esse discurso trará fôlego à Arquivologia, mas aceitar essa perspectiva é acreditar que os elementos que edificam a Arquivologia devem ser diferentes – quiçá opostos- para o analógico e para o digital. Se na década de 50 do século passado assistimos uma fratura na profissão ocasionada pelas fases do documento, não devemos repetir o equívoco separando o profissional a partir do suporte ou ambiente em que o documento de arquivo se manifesta. Penso que nós, arquivistas, devemos nos preocupar em nos capacitarmos continuamente para enfrentar a cultura digital/ambiente digital, que nos atravessa não apenas na vida profissional. Além disso, é nosso dever sermos críticos e tomar decisões éticas, principalmente no momento em que parece que nosso trabalho operacional será realizado pela inteligência artificial.

Duranti, na aula inaugural que proferiu na Universidade Federal do Pará em 2021, foi contundente ao questionar:

As pessoas confiarão nos governos para determinar como a evidência documental de suas ações será preservada? As pessoas confiarão nas corporações? Não. São os arquivistas que têm a responsabilidade de se unirem em um esforço internacional comum, para desenvolver soluções que sirvam a todas as pessoas, independentemente de cultura, regime político, crença religiosa ou tradições, porque os arquivistas estão em uma posição privilegiada, entre os produtores dos documentos e os seus usuários, entre o passado e o futuro.

Finalizo minha fala observando que não é apenas a tecnologia que transforma a nossa área. A falta de investimento nos arquivos, o descaso dos governantes em relação

à gestão dos documentos, o despreparo daqueles que assumem cargos importantes em instituições arquivísticas e a consequente perda do protagonismo destas insituições, a precarização das relações de trabalho, o neoliberalismo, a fragilidade e quase ausência das políticas públicas arquivísticas, e uma coleção de outras questões que nos assombram podem transformar de maneira muito perversa a Arquivologia e os arquivos. Nós, comunidade arquivística, precisamos estar unidos e preparados para enfrentar crises de curto prazo e a falta de direção a longo prazo.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Diccionario de filosofia.** Atualizado e aumentado por Giovanni Fornero. 4. ed. México: FCE, 2004.

BAK, Greg. Continuous classification: capturing dynamic relationships among information resources. **Archival Science** 12, 2012, p. 287–318.

BAK, Greg. Digital Provenance. **Archival Science** 24, 847–869 (2024).

BELLOTTO, Heloisa L. Da gênese à função: o documento de arquivo como informação e testemunho. In: FREITAS, Lídia; MARCONDES, C. H.; RODRIGUES, Ana Célia (orgs.). **Documento: gênese e contextos de uso**, Niterói, EdUFF, 2010.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. **Os arquivos, seu potencial informativo e a busca de aportes externos**. 2021. 30 slides.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). **Glossário de documentos arquivísticos digitais**. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: http://antigo.conarq.gov.br/images/ctde/Glossario/glosctde_2020_08_07.pdf. Acesso em: nov. 2020.

DURANTI, Luciana. The impact of digital technology on archival Science. **Archival Science** 1: 39-55, 2001.

DURANTI, L., BERRÍO ZAPATA, C., & SILVA, E. F. da. (2023). Por que me tornei arquivista e por que você deveria considerar ser um arquivista? aula inaugural do PPGCI/UFPA: aula inaugural do PPGCI/UFPA. **Informação & Informação**, 27(4), 514–528. https://doi.org/10.5433/1981-8920.2022v27n4p514

DURANTI, Luciana. Artificial Intelligence and Documentary Heritage. **SCEaR Newsletter** 2024 - Special Issue 2024. Disponível em: https://interparestrustai.org/assets/public/dissemination/SCEaRNewsletterSpecialIssue2024ArtificialIntelligence.pdf

EASTWOOD, Terry. Nailing a Little Jelly to the Wall of Archival Studies. Archivaria 35 (February), 1992, 232-52. Disponível em: https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/11900. Acesso em: set. 2024.

EASTWOOD, Terry. O que é teoria arquivística e por que ela é importante? **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 15-27, 2013.

EASTWOOD, Terry. Um domínio contestado: a natureza dos arquivos e a orientação da ciência arquivística. In: EASTWOOD, Terry; BELLOTTO, Heloísa Liberalli (Orgs.). **Correntes Atuais do Pensamento Arquivístico**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2016. p. 19-46.

FAVIER, J. Arquivos, memória da humanidade. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 5-7, abr. 1979.

HERRERA, Antonia Heredia. Desde la Archivística, evolución de la gestión documental. **Boletín ANABAD**. LXXI (2021), Núm. 1, Enero-Marzo. Madrid. ISSN: 2444-0523, p. 164.

LODOLINI, Elio. **Archivística:** principios y problemas. Madrid: Anabad, 1993.

SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt. **Arquivos Modernos: princípios e técnicas**. Tradução Nilza Teixeira Soares. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SCHMIDT, Clarissa Moreira dos Santos. **Arquivologia e a construção do seu objeto científico: concepções, trajetórias e contextualizações**. 2012. Tese (Doutorado em Cultura e Informação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-02072013-170328/pt-br.php.

TESSER, Gelson J. Principais linhas epistemológicas contemporâneas. **Educar**, Curitiba, n. 10, p. 91-98, 1995.

POSTURAS EPISTEMOLÓGICAS PARA UMA ARQUIVOLOGIA SOCIAL E POLÍTICA

Evelin Melo Mintegui
Universidade Federal do Rio Grande

Este texto se propõe a explorar a questão da epistemologia da Arquivologia na Era Digital, trazendo a discussão para os aspectos políticos e sociais relacionados ao nosso tempo. Com esse objetivo, explora os conceitos de ontologia e epistemologia na pesquisa científica, para então relacionar os conceitos de comunidade epistêmica e de problema político, como fundamentais para uma estratégia coletiva para a Arquivologia Contemporânea.

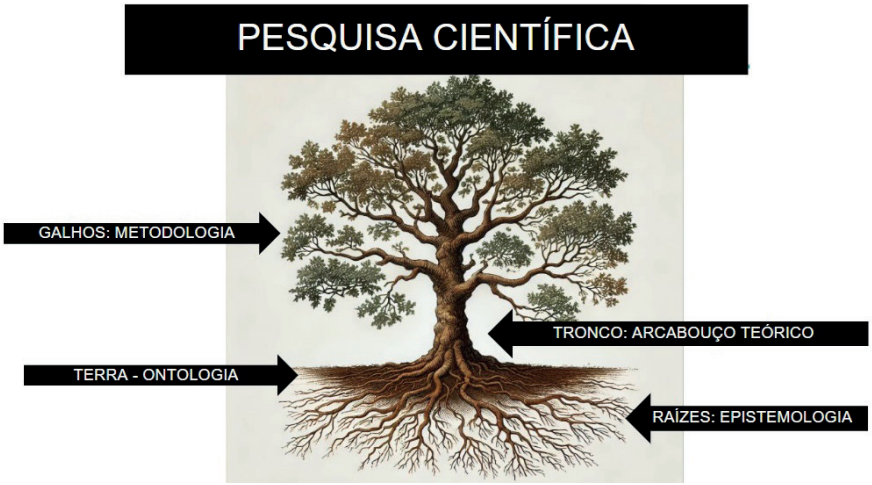
AS FLORESTAS ARQUIVÍSTICAS

As questões epistemológicas rondam todos os aspectos da pesquisa científica. De acordo com Tesser (1994, p. 92), Epistemologia "É o estudo crítico dos princípios, das hipóteses e dos resultados das diversas ciências. É a teoria do conhecimento". Ao planejar uma pesquisa científica, nossa definição de objeto, o tipo de abordagem, a maneira como pensamos poder conhecer esse objeto e a forma como vamos validar aquele conhecimento dependem de escolhas epistemológicas. A Epistemologia está intimamente relacionada com a Ontologia, ou seja, o questionamento acerca da realidade, seus limites e possibilidades. Ela trata sobre aquilo que existe, o que é real (seus elementos e propriedades), como esse real se estrutura. O fato é que a Epistemologia está diretamente relacionada com a Ontologia, especialmente no que se refere ao tipo de realidade que esta última pressupõe e as possibilidades de acesso à essa realidade. Nas discussões epistêmicas contemporâneas, novos elementos e concepções da realidade vem sendo incorporados, especialmente em relação aos sujeitos e ao tipo de objeto de pesquisa observado.

Ou seja, as raízes epistemológicas de abordagens científicas contemporâneas têm sido ampliadas por meio de novas concepções de realidade – Ontologias. Epistemologia e Ontologia, nesse sentido, se influenciam mutuamente porque, dependendo da epistemologia que for adotada, pode haver fenômenos que sequer seriam admitidos como objetos de determinada disciplina. A grande marca das novas epistemologias (feministas, decoloniais, indígenas, ambientais etc.) tem sido permitir o questionamento de abordagens que, se supondo neutras, não reconheciam o peso dos sujeitos que realizam a pesquisa, e conformação do conhecimento produzido por essa investigação.

A depender da configuração epistêmica que for assumida, constrói-se para a pesquisa, seu arcabouço teórico, que é o conjunto de conceitos, de definições, teorias e modelos que o pesquisador vai utilizar para explicar, interpretar e contextualizar o fenômeno que está sendo estudado. Dependendo da construção do arcabouço teórico (*theoretical framework*), escolhe-se a metodologia mais adequada àquela aproximação. Isso tudo, em relação à pesquisa científica individualmente. Cabe aqui a analogia com uma árvore, em que a Ontologia representaria a terra, a Epistemologia comporia as raízes, o arcabouço teórico constituiria o tronco, e a metodologia comporia os galhos (Figura 1).

Figura 1: Árvore da pesquisa científica



Fonte: Gerado por ChatGPT em 30 set. 2024.

Ainda empregando a mesma analogia, ao nos referimos à Epistemologia de uma disciplina científica, não observamos apenas uma árvore isolada, mas o conjunto de raízes que sustenta uma floresta inteira. Ao explorar esse horizonte, os epistemólogos questionam tanto o modo como a disciplina geralmente se comporta quanto como ela deveria idealmente se comportar.

Entre os estudos que apresentam a discussão epistemológica na Arquivologia, citam-se os trabalhos de Cook (2001), Schmidt (2012), Marques (2013), Araújo (2014), Barros (2017),) e Avila, Matos e Rendón-Rojas (2021). Alguns deles se concentram mais diretamente às questões epistemológicas, no sentido em que propomos até aqui, enquanto outros dão ênfase às construções teóricas derivadas daquelas raízes.

Cook (2001) discutiu a transição paradigmática naquilo que ele identificava como ciência arquivística, movendo-se de uma abordagem tradicional e positivista para uma perspectiva pós-moderna, dinâmica e contextual. Para ele, as mudanças sociais, tecnológicas e teóricas teriam exigido uma reformulação dos conceitos fundamentais da

Arquivologia, o que impactaria na concepção epistemológica do objeto e na metodologia arquivísticas.

Schmidt (2012) argumenta que a Arquivologia deve atender a critérios que legitimem seu status científico, como possuir um objeto específico de estudo, um corpo teórico consistente, métodos próprios e uma comunidade científica estabelecida. Entre seus objetos, menciona o arquivo como conjunto de documentos, o documento de arquivo, a informação arquivística ou orgânica e o conceito de *process-bound information*, ou seja, a informação gerada por processos administrativos. Schmidt ressalta que a clareza na definição do objeto científico é essencial para a consolidação da Arquivologia como ciência, e o documento de arquivo ocuparia, então, esse papel. Essa definição impacta diretamente os princípios, métodos e funções da área, além de sua legitimidade acadêmica e prática.

Quando aos argumentos de Cook (2001), é possível entender que Schmidt (2012) não rejeita a totalidade de suas ideias, mas propõe um diálogo mais integrativo, que valorize tanto as contribuições das abordagens tradicionais quanto das pós-modernas. Ela defende que a Arquivologia deve buscar equilíbrio entre o passado e o presente, adaptando-se às transformações tecnológicas e sociais sem perder suas raízes teóricas e históricas. Schmidt (2012) questiona a polarização entre o tradicional e o pós-moderno, e a retórica de Cook, que por vezes apresenta as "novas teorias" como uma ruptura radical com o passado, algo que a autora considera reducionista

Refletindo sobre os territórios históricos, teóricos e epistemológicos da Arquivologia, Marques (2015) dedicou-se a situar esta última no campo da informação, destacando as características próprias que justificam sua autonomia como disciplina científica, em especial, seu objeto – a informação orgânica registrada. Além de apresentar como evidência o exame de seus fundamentos teóricos, por meio do conceito de campo científico bourdesiano, a autora explora sua interação dinâmica com outras disciplinas, ainda que defendendo as peculiaridades teóricas e históricas que configuram sua independência, fundamental para que sua cientificidade seja reforçada.

Partindo de uma outra abordagem, Araújo (2014) sugere que a disciplina tenha atravessado pelo menos quatro estágios epistemológicos distintos: funcionalista, crítico, dedicada a estudos de usuário e estudos sobre representação. O autor aponta que o auge do desenvolvimento da Arquivologia como ciência autônoma ocorreu com o enfoque nos documentos de arquivo, nos instrumentos de processamento e nas instituições arquivísticas. Paralelamente, Araújo observa que os fenômenos sociais, marcados pela exclusão sistêmica de minorias, influenciaram tanto as realidades sociais quanto as científicas. As teorias associadas a cada momento epistemológico promoveram transformações nas investigações arquivísticas, ampliando as reflexões para além dos documentos, instrumentos e instituições. A abordagem arquivística teria passado a considerar, de forma

mais ampla, os contextos socioculturais. Por fim, entende que a Arquivologia, assim como a Ciência da Informação, tenderia, com o passar do tempo, cada vez mais, a incorporar os paradigmas discutidos no âmbito das ciências humanas e sociais, ampliando seus objetos e metodologias.

Barros (explorar e analisar as bases teóricas e práticas da Arquivologia (no texto referida como Arquivística) sob a perspectiva da Análise do Discurso, utilizando um enfoque histórico-conceitual para compreender os fundamentos epistemológicos da área. A obra busca traçar um panorama histórico da Arquivologia, investigando as práticas de representação arquivística (descrição e classificação) e as relações entre discurso acadêmico e institucional nos contextos do Brasil, Canadá e Espanha. A pesquisa adota como metodologia os princípios da Análise do Discurso, especialmente de Michel Pêcheux e Michel Foucault, para evidenciar as relações de poder/saber e os discursos formativos, contribuindo para uma compreensão crítica e interdisciplinar da disciplina.

Avila, Matos e Rendón-Rojas (2021), em texto intitulado *Teorizar la teoría: un debate sobre la independencia epistemológica archivística*, analisa as discussões ocorridas entre 1982 e 1999 nas revistas *American Archivist* e *Archivaria*, refletindo sobre as lutas da Arquivologia para se afirmar como uma ciência autônoma. O texto identifica três movimentos epistemológicos principais. O primeiro deles seria o que identifica a busca por teoria no campo arquivístico refletir muito mais uma necessidade de reconhecimento social da profissão do que uma necessidade científica genuína, embasado em uma crítica à ineficiência das generalizações científicas (teoria como obstáculo). O segundo movimento já seria caracterizado pelo reconhecimento da teoria como crucial para estabelecer a cientificidade da disciplina, reconhecendo propriedades essenciais ligadas ao objeto de estudo que precisam ser estudadas e protegidas (teoria como fundamento de cientificidade). Por sua vez, o terceiro movimento epistemológico entenderia a teoria como agente transformador, ferramenta para questionar e modificar práticas tradicionais dentro do campo, promovendo mudanças necessárias para seu desenvolvimento (teoria como transgressão).

Como podemos observar, todos esses autores evidenciam a ocorrência de transformações nas concepções epistemológicas ao longo do tempo e em diferentes contextos. E é nesse mesmo sentido que a contribuição da ideia de multiverso arquivístico se faz interessante. Trata-se da percepção de que as tradições arquivísticas são múltiplas, contextuais, e desenvolvidas de maneira distintas em diferentes momentos e lugares, gerando epistemologias muito próprias. Dando continuidade da analogia da árvore para representar a pesquisa científica, a ideia de multiverso coloca o fato de que em uma análise epistemológica contemporânea, não se observaria o conjunto de raízes de uma floresta apenas, mas sim para vários conjuntos múltiplos e peculiares de ciências arquivísticas ou teorias arquivísticas (Figura 2).

Figura 2: Diversidade de florestas científicas

Fonte: Gerado por ChatGPT em 30 set. 2024.

De acordo com Gilliland, McKemish e Lau (2019, p. 41), multiverso arquivístico seria definido como

> [...] pluralidade de tradições arquivísticas, com aspectos epistemológicos, ontológicos, ideológicos, práticos e até mesmo linguísticos bastante distintos, trabalhados dentro do cenário arquivístico profissional, assim como dentro das diferentes comunidades de registros que tem funções de guarda de registro e memória fora da perspectiva profissional arquivística.

As diferentes percepções sobre os objetos e metodologias arquivísticas em diferentes espaços e ao longo do tempo permitem associação no sentido das proposições de Bachelard (1996), que propunha uma epistemologia não cartesiana: os métodos devem evoluir conforme o objeto exige, mantendo vigilância e rigor como bases constantes da ciência, sem confundir rigor com rigidez, que limita a criatividade e o pensamento. E o objeto talvez exija constante alteração nas metodologias e métodos de exploração, porque se trata de uma construção que exige o rompimento com o senso comum e suas experiências associadas. Logo, é possível conceber uma Arquivologia em que o problema de pesquisa seja capaz de levar à construção de tantos objetos científicos próprios quanto forem as iniciativas de pensamento nesse sentido.

Portanto, ao retomar a reflexão sobre a postura epistemológica que a Arquivologia deve adotar para enfrentar os desafios da Era dos Dados e da Inteligência Artificial, considera-se fundamental que essa postura seja a mais aberta possível. Isso se justifica pelo fato de que, apesar de estarmos confrontados com novas problemáticas no universo

arquivístico, para as quais ainda não dispomos de soluções adequadas, continuamos a lidar com questões tradicionais amplamente exploradas, cujas soluções, embora já conhecidas, frequentemente esbarram na falta de recursos necessários para sua plena implementação.

Como revolucionar o paradigma da avaliação de documentos sem que exista um teto, cadeiras, material de trabalho, instrumentos técnicos e pessoas qualificadas? Como tornar minha instituição mais presente e relevante na vida dos usuários quando ela é hostil a seus próprios trabalhadores? Conseguiremos automatizar processos arquivísticos por meio de inteligência artificial, quando não dispomos sequer de orçamento próprio para garantir a tomada de decisão estratégica necessária para a manutenção ao longo prazo Estes são apenas alguns exemplos que demonstram que há problemas que são teóricos, técnicos e tecnológicos, mas há uma gama de questões relacionadas aos arquivos que são eminentemente políticas.

COMUNIDADE EPISTÊMICA E PROBLEMA POLÍTICO

Dessa forma, destaca-se a relevância das contribuições oriundas do campo das políticas públicas, que oferecem subsídios para a compreensão de diversos fenômenos relacionados às questões arquivísticas, além de proporcionar um vocabulário acessível tanto para políticos quanto para burocratas. Nesse contexto, sobressaem-se conceitos como o de comunidade epistêmica e o de problema público.

O conceito de comunidade epistêmica é amplamente reconhecido no campo dos estudos sociais da ciência e tecnologia, sendo compreendido como um desdobramento da ideia de comunidade científica. De acordo com Hacking (apud Kuhn, 2013), em A Estrutura das Revoluções Científicas, a comunidade científica é definida como um grupo de pessoas que compartilham paradigmas ou um conjunto deles. O paradigma, conceito central na análise epistêmica de Kuhn, refere-se a um conjunto de teorias, regras, métodos e formulações universalmente reconhecidas e aceitas por uma comunidade científica. Esses paradigmas sofrem alterações abruptas de tempos em tempos, resultando nas chamadas revoluções científicas.

Um conceito semelhante ao de comunidade científica é o de coletivo de pensamento, proposto por Ludwik Fleck (1896–1961). Fleck define o coletivo de pensamento como o elemento que molda o estilo de pensamento e caracteriza o conhecimento de uma época, sociedade, grupo ou organização. Diferentemente de Kuhn, Fleck argumenta que as mudanças no conhecimento científico não ocorrem de maneira abrupta, mas sim gradualmente, com o estilo de pensamento sendo transformado de forma incremental pelos coletivos que o sustentam (Condé, 2012).

Dessa forma, os conceitos de comunidade científica e coletivo de pensamento fornecem ferramentas para localizar o locus social da criação científica, identificando os grupos responsáveis por processos de descoberta, acumulação de conhecimento e

formação de novos membros. Por outro lado, conforme apontado por Perissinotto et al. (2024), o conceito de comunidade epistêmica, desenvolvido no campo da Ciência Política e das Relações Internacionais, apresenta uma abordagem mais pragmática. Esse conceito não apenas articula conhecimentos técnicos especializados e orientações normativas, mas também se refere a um grupo de pessoas capazes de fornecer aos governos informações que ajudam a reduzir incertezas em processos de tomada de decisão política.

De acordo com Haas (1992, p. 3):

> Uma comunidade epistêmica é uma rede de profissionais com experiência e competência reconhecidas num determinado domínio e uma reivindicação autorizada de conhecimentos relevantes para as políticas nesse domínio ou área problemática. Embora uma comunidade epistémica possa ser constituída por profissionais de várias disciplinas e formações, têm (1) um conjunto partilhado de crenças normativas e de princípios, que fornecem uma fundamentação baseada em valores para a ação social dos membros da comunidade; (2) crenças causais partilhadas, que derivam da sua análise das práticas que conduzem ou contribuem para um conjunto central de problemas no seu domínio e que servem de base para elucidar as múltiplas ligações entre possíveis ações políticas e os resultados desejados; (3) noções partilhadas de validade - ou seja, critérios intersubjetivos e definidos internamente para ponderar e validar o conhecimento no domínio da sua especialização; e (4) um empreendimento político comum - ou seja, um conjunto de práticas comuns associadas a um conjunto de problemas para os quais a sua competência profissional é direcionada, presumivelmente com a convicção de que o bem-estar humano será melhorado como consequência (Tradução nossa)[1].

> Ao explicar o conceito, Haas (1996, p. 3) explica que se refere a ele de maneira a ressoar muito mais com a ideia de comunidade de pensamento, de Fleck, já que o que a define é sua "crença ou fé partilhada na veracidade e aplicabilidade de formas particulares de conhecimento ou verdade específica".

O conceito de comunidade epistêmica pode ser particularmente interessante para ampliar a compreensão de cenários de interação em torno dos arquivos, como

1 *An epistemic community is a network of professionals with recognized expertise and competence in a particular domain and an authoritative claim to policy-relevant knowledge within that domain or issue-area.4 Although an epistemic community may consist of professionals from a variety of disciplines and backgrounds, they have (1) a shared set of normative and principled beliefs, which provide a value-based rationale for the social action of community members; (2) shared causal beliefs, which are derived from their analysis of practices leading or contributing to a central set of problems in their domain and which then serve as the basis for elucidating the multiple linkages between possible policy actions and desired outcomes; (3) shared notions of validity- that is, intersubjective, internally defined criteria for weighing and validating knowledge in the domain of their expertise; and (4) a common policy enterprise-that is, a set of common practices associated with a set of problems to which their professional competence is directed, presumably out of the conviction that human welfare will be enhanced as a consequence.*

exemplificado pelo Congresso Nacional de Arquivologia. Nesse contexto, torna-se evidente que esse conjunto de pessoas não é composto exclusivamente por pesquisadores no campo da Arquivologia ou por arquivistas com formação específica em cursos de graduação. Trata-se, portanto, de um grupo heterogêneo, cujas interações e conhecimentos compartilham o objetivo comum de debater e promover avanços na área, articulando diferentes perspectivas e especialidades.

Ainda sem abandonar a analogia da árvore e das florestas, a comunidade epistêmica poderia ser compreendida como o conjunto de pessoas que vive naquelas diversas florestas., nós seríamos as pessoas que vivem naquela floresta, que estão imersas nela. Como se caracteriza a comunidade epistêmica Arquivística?

Levando em conta os atributos apontados por Haas (1992) para comunidades epistêmicas, pode-se fazer o exercício de caracterizar a comunidade epistêmica arquivística no país:

- A crença comum compartilhada em nossa comunidade é a ideia de que a Arquivologia, em suas múltiplas configurações epistêmicas, contribui para uma vida melhor para as pessoas;

- Considerando a multiplicidade de epistemologias em voga no multiverso arquivístico, nosso sentimento compartilhado de validade não deve se limitar a uma concepção epistêmica única;

- Somos um conjunto de indivíduos disseminados em agências governamentais, institutos de pesquisa, partidos políticos, organizações não governamentais e grupos de interesse.

Em relação ao último elemento apresentado, temos potencial e legitimidade para influir nas políticas públicas, assim que possamos determinar quais são (ou quais deveriam ser) nossas iniciativas políticas comuns.

Para refletir sobre essa questão, é fundamental que haja consenso em relação aos problemas que necessitam de solução. No campo das políticas públicas, o conceito de problema público assume papel central, sendo relevante tanto em abordagens mais estadocêntricas quanto em perspectivas que consideram outros atores sociais. Algumas teorias, inclusive, definem política pública como uma resposta a problemas públicos, independentemente de a ação ser promovida diretamente pelo Estado. Essa abordagem amplia a compreensão do papel de diferentes agentes na formulação e implementação de soluções para questões coletivas.

Mesmo em abordagens mais tradicionais, é o conceito de problema público que orienta a definição dos principais parâmetros para o monitoramento e avaliação de

políticas públicas. É a partir dessa identificação que se desenvolvem indicadores e critérios para avaliar a eficácia e a adequação das respostas do Estado. Dentro da perspectiva das análises *ex-ante* e *ex-post* de políticas públicas, é a definição do problema que orienta a teoria do programa. Dessa forma, o problema público funciona como uma referência central para a formulação de métricas capazes de mensurar tanto o impacto das políticas quanto o cumprimento de seus objetivos. E se trata de uma concepção relativamente simples: Um problema público é a diferença entre o que é, e aquilo que se gostaria que fosse a realidade pública" (Secchi, 2014, p. 34).

Entre as questões políticas relacionadas ao subsistema político arquivístico brasileiro, destaca-se a proposta de alteração da Lei de Arquivos, apresentada pelo Projeto de Lei 2789 (Brasil,2021). Esse caso evidencia uma expressiva discrepância entre as percepções de problema público dos propositores da alteração legislativa e aquelas defendidas pela comunidade epistêmica arquivística.

Os propositores do projeto justificaram a modificação da lei com base na necessidade de uma melhor definição da responsabilização pela perda de documentos públicos, especialmente em resposta às perdas patrimoniais decorrentes do incêndio do Museu Nacional, ocorrido em 2018. Em contraste, a comunidade epistêmica arquivística fundamentou suas críticas e contribuições em referenciais técnicos e normativos consolidados. Seus argumentos enfatizaram que o problema reside muito mais na insuficiente implementação da lei existente do que em uma necessidade premente de sua alteração (Mintegui, 2024). Assim, o debate reflete não apenas diferenças de perspectiva sobre o problema público em questão, mas também sobre os caminhos mais adequados para solucioná-lo.

Nesse sentido, é essencial destacar elementos que contribuam para uma definição mais precisa dos problemas enfrentados no campo arquivístico. Essa clareza é fundamental para que se aproveitem de maneira mais eficaz os diversos espaços acadêmicos e políticos que vêm sendo construídos e consolidados para tratar das questões políticas arquivísticas. Uma identificação mais acurada dos desafios permite alinhar esforços e estratégias entre os diferentes atores envolvidos.

Machado (2024), apresenta algumas orientações para que os problemas públicos sejam melhor declarados:

- Pensar em termos de déficit ou excessos;
- Não incluir a solução no problema;
- Ter cuidado com alegações implícitas;

- Procurar expressar o problema com a perspectiva do cidadão, e não do formulador ou implementador da proposta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, emerge a multiplicidade epistêmica da Arquivologia contemporânea, uma característica que reflete a diversidade de problemas de pesquisa enfrentados nesta chamada nova era de dados. Manter uma perspectiva epistemológica aberta é essencial para compreender tanto os cenários atuais quanto aqueles que possam surgir futuramente. Além dos desafios epistemológicos e técnicos, sejam eles novos ou recorrentes, relacionados à produção, uso e preservação de arquivos, é igualmente importante reconhecer os aspectos políticos envolvidos na solução de questões arquivísticas. Para avançar nesse sentido, torna-se necessário o fortalecimento da comunidade epistêmica arquivística, de modo que esta consiga expressar de forma mais clara e articulada os problemas públicos que enfrenta.

Por fim, recomenda-se o desenvolvimento de novos estudos que contribuam para uma caracterização mais precisa da comunidade epistêmica arquivística no Brasil. Esses estudos devem explorar suas interações no campo das políticas públicas e suas relações com outras comunidades epistêmicas, ampliando a compreensão sobre seu papel e impacto na resolução de questões arquivísticas e no avanço do conhecimento na área.

REFERÊNCIAS

ÁVILA, R.; MATOS, M. T.; RENDÓN ROJAS, M. Ángel. Teorizar la teoría: un debate sobre la independencia epistemológica archivística. **Investigación Bibliotecológica: archivonomía, bibliotecología e información**, [S. l.], v. 35, n. 86, p. 13–28, 2020. DOI: 10.22201/iibi.24488321xe.2021.86.58228. Disponível em: http://rev-ib.unam.mx/ib/index.php/ib/article/view/58228. Acesso em: 26 nov. 2024.

BACHELARD, G. **A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BARROS, Thiago Henrique Bragato. **Uma trajetória da Arquivística a partir da Análise do Discurso: inflexões histórico-conceituais**. São Paulo: Editora UNESP; Cultura Acadêmica, 2015. 268 p. Disponível em: http://books.scielo.org. Acesso em: [insira a data de acesso]. ISBN 978-85-7983-661-9.

BRASIL. **Projeto de Lei n. 2.789/2021**: Moderniza a Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, e cria nova hipótese de improbidade administrativa. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2293801&fichaAmigavel=nao. Acesso em 4 dez. 2024.

CONDÉ, Mauro Lúcio Leitão (Org.). **Ludwik Fleck: estilos de pensamento na ciência**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

COOK, Terry. Archival science and postmodernism: new formulations for old concepts. **Archival Science**, v. 1, n. 1, p. 3-24, 2001. DOI:10.1007/BF02435636.

COSTA, A.; RONCAGLIO, C. O diálogo entre as vertentes clássica, moderna e contemporânea da Arquivologia. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 26, n. 2, p. 355–386, 2020. DOI: 10.19132/1808-5245262.355-386. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/90306. Acesso em: 26 nov. 2024.

MACHADO, K. **Análise de políticas públicas**: Definição de problema para o monitoramento e avaliação. Brasília. 16 set. 2024. Apresentação de Slides. 151 slides. color.

MARQUES, Angélica Alves da Cunha. Os lugares da Arquivologia no campo da informação**. Ciência da Informação**, Brasília, v. 42, n. 1, p. 13-25, jan./abr. 2013. Disponível em: https://doi.org/10.18225/ci.inf.v42i1.1397. Acesso em: 26 nov. 2024.

MINTEGUI, E. Mudanças na Política Nacional de Arquivos: análise do contexto de alteração da Lei de Arquivos. **Brazilian Journal of Information Science**: research trends, Marília, SP, v. 18, p. e024030, 2024. DOI: 10.36311/1981-1640.2024.v18.e024030. Disponível em: https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjis/article/view/15819.. Acesso em: 4 dez. 2024.

GILLIAND, A.; MCKEMMISH, S.; LAU, A. (Org.). **Pesquisa no Multiverso arquivístico**. Salvador: 9Bravos, 2019. 397p. ISBN: 978-85-67178-10-3.

HAAS, P.M. Introduction: Epistemic communities and international policy coordination. **International Organization**, v.46, n.1, p. 1-35, 1992.

KUHN, T. **A estrutura das revoluções científicas**. 12. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

SCHAFFER, Jonathan. Monism. **The Stanford Encyclopedia of Philosophy**. Edward N. Zalta (ed.), 2016. Disponível em: Acesso em: set 2024.

SECCHI, L. **Políticas Públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2014.

SZCZEPANIK, G. A concepção de comunidade científica segundo Thomas Kuhn. **Revista Paradigmas Filosofia, Realidade & Arte**, v. 13, n. 40, ISSN 1980 – 4342, maio/jun, 2013.

TESSER, G. J.. Principais linhas epistemológicas contemporâneas. **Educar em Revista**, n. 10, p. 91–98, jan. 1994.

ARQUIVOLOGIA NA ERA DIGITAL: REFLEXÕES EPISTEMOLÓGICAS E A DIMENSÃO ACADÊMICO-CIENTÍFICA

Maria Teresa Navarro de Britto Matos
Universidade Federal da Bahia

Considerando a ementa delineada para a Plenária intitulada - "Epistemologia da Arquivologia na era digital" no âmbito do X Congresso Nacional de Arquivologia, propomos compartilhar uma reflexão com ênfase na dimensão acadêmico-científica, revisitando elementos conceituais da construção e compreensão do conhecimento científico em geral, e do conhecimento arquivístico, em particular. A motivação para o desenvolvimento dessa abordagem, partiu de uma observação inicial sobre a necessidade de convidar a comunidade arquivística a repensar e lançar um olhar crítico sobre o seu próprio campo de estudo e investigação, diante da realidade de um cenário crescente de tecnologias disruptivas.

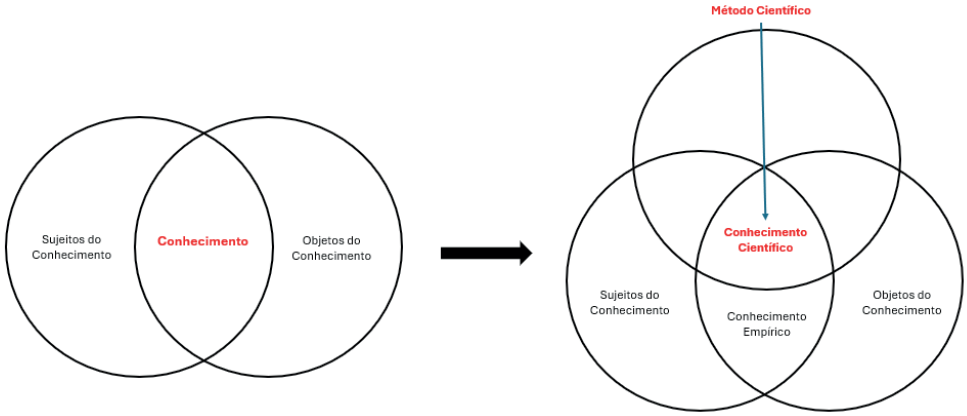
Essa reflexão foi construída a partir do diálogo com a produção científica de autores(as) de expressão internacional e nacional, notadamente pesquisadores(as), vinculados(as) a universidades. Do ponto de vista epistemológico, compreendemos que a dimensão acadêmico-científica se refere à forma como o conhecimento é construído, validado e disseminado dentro de um campo de estudo e pesquisa, como a Arquivologia.

A história do conhecimento é uma jornada fascinante que reflete a capacidade singular do ser humano de representar a realidade por meio da linguagem e de desenvolver métodos que transformaram o entendimento do mundo ao nosso redor. De acordo com o historiador Peter Burke em "Uma História Social do Conhecimento" (2003), essa trajetória é marcada por um constante diálogo entre diferentes formas de saber, onde a linguagem se torna não apenas uma ferramenta de comunicação, mas também um meio de construção do conhecimento. Desde as primeiras representações pictóricas nas cavernas até os complexos sistemas de escrita, inclusive códigos de programação e algoritmos, a linguagem permitiu que as ideias e visões de mundo fossem compartilhadas e preservadas, formando a base para o desenvolvimento de culturas e civilizações.

Com o advento da Revolução Científica nos séculos XVI e XVII, a construção do conhecimento ganhou novos contornos, impulsionada pela observação, experimentação

e pensamento crítico. À época, filósofos como Francis Bacon (1561-1626) e astrônomos como Galileu Galilei (1564-1642) deram importante contribuição epistemológica sobre a natureza, a origem, os limites e a validade do conhecimento humano, mediado por um método baseado na observação e na experimentação. O que viria a ser o método científico começava a se constituir como um poderoso instrumento lógico/cognitivo que mudou completamente a forma como percebemos e entendemos a realidade. Assim, entre o sujeito e o seu objeto, surge um anteparo metodológico, sistemático, que estabelece controles à elaboração do conhecimento, agora, científico. A dinâmica da disposição inicial dos elementos básicos da epistemologia (sujeito e objeto do conhecimento), destacando em seguida o efeito do desenvolvimento do método científico como mediador da relação entre o sujeito e objeto, consolidando um conhecimento metódico, controlado, estruturado e organizado: o conhecimento científico (Ferrater More, 1978), ilustrado na figura a seguir.

Figura 1 – A construção do conhecimento científico



Fonte: A autora.

A integração entre método científico e conhecimento não apenas ampliou nosso entendimento sobre a realidade, mas, também, a importante constatação de que a ciência é dinâmica, e está sempre em transformação. A ciência concilia duas noções intuitivamente antagônicas. É ao mesmo tempo rigorosa e impermanente. E, pensar a ciência e o seu conhecimento, envolve questões sobre como é possível saber o que sabemos, conhecer cientificamente o que conhecemos e quais são os critérios para a verdade e a justificação do conhecimento, matéria da epistemologia. Nesse quadro de transformação epistemológica, compreendemos que a "ciência" e a "filosofia" estão interligadas. A filosofia, além de buscar compreender questões fundamentais sobre a existência (ontologia) e os valores (éticos e estéticos), também investiga as possibilidades de conhecimento, inclusive conhecimento como ciência, resultado direto

da aplicação de métodos empíricos e racionais para entender a realidade. Marilena Chaui sublinha que "os fundamentos teóricos das ciências não são científicos, mas filosóficos" (2000, p. 11).

Vivemos, hoje, um momento de forte transição epistêmica, à semelhança da passagem do conhecimento "escolástico" para o conhecimento "empírico e científico", liderada outrora por Galileu e Bacon. É uma época disruptiva, de profundos questionamentos. Na construção do saber científico, tão importante quanto as respostas são as perguntas que impulsionam a busca pelo conhecimento. Nesse sentido, Thomas Khun, na "Estrutura das Revoluções Científicas" (2000), afirma que as verdadeiras perguntas demandam a superação de um paradigma. Diferente das "charadas", questões com respostas prontas no paradigma vigente. Experimentamos um tempo de muitas perguntas e poucas respostas. O desafio que está posto, portanto, é a nossa capacidade de fazer as perguntas certas, e não "charadas", com vistas a impulsionarmos a superação paradigmática.

Refletir sobre a Arquivologia, como campo de conhecimento, pressupõe o reconhecimento da sua trajetória histórico-epistemológica. É nessa percepção que José Maria Jardim (2012) destaca que Carol Couture e Daniel Ducharme (2005) nos lembram que a Arquivologia é muito antiga como prática. Contudo, se constitui um fenômeno contemporâneo como disciplina científica, consolidada no final do século XIX e início do século XX (Schmidt, 2015). A prática arquivística passou por um processo de sistematização e teorização que a transformou em uma disciplina cientifica autônoma. Essa consolidação aconteceu à medida que os arquivos se tornaram reconhecidos como essenciais não apenas para a administração pública, mas também para a pesquisa histórica e a preservação da memória histórica e institucional. Nesse contexto, as novas formas de produção e uso da informação arquivística impulsionaram a revisitação de conceitos, princípios teóricos e métodos como requisito para o avanço do arcabouço teórico e prático, face:

> as singularidades do documento digital, a web como espaço arquivístico, a perspectiva não custodial, o funcionamento das instituições e serviços arquivísticos, as formas de uso e transferência da informação arquivística, a preservação, a identidade do arquivista, a sua formação etc. (Jardim, 2012, p. 138).

Assim como outros campos de conhecimento científico, conforme ressalta Angélica da Cunha Marques (2016, p. 196), identificamos uma articulada conjugação na "formulação e na consolidação da epistemologia da Arquivologia em torno do seu objeto científico, numa ciranda que avança e recua entre passos e (des)compassos de conceitos, princípios, teorias, métodos e discursos arquivísticos". O contexto digital não apenas aponta novos desafios, como também expandiu o escopo da disciplina, demandando a ampliação de suas fronteiras acadêmicas com outras áreas do conhecimento. Com efeito, "o avanço

científico e tecnológico é uma teia construída de maneira multidisciplinar, onde cada área tem um papel a cumprir" (Juruá, 2021, p. 14).

Claudia Lacombe e Rosely Curi Rondinelli (2016, p. 62) observam que:

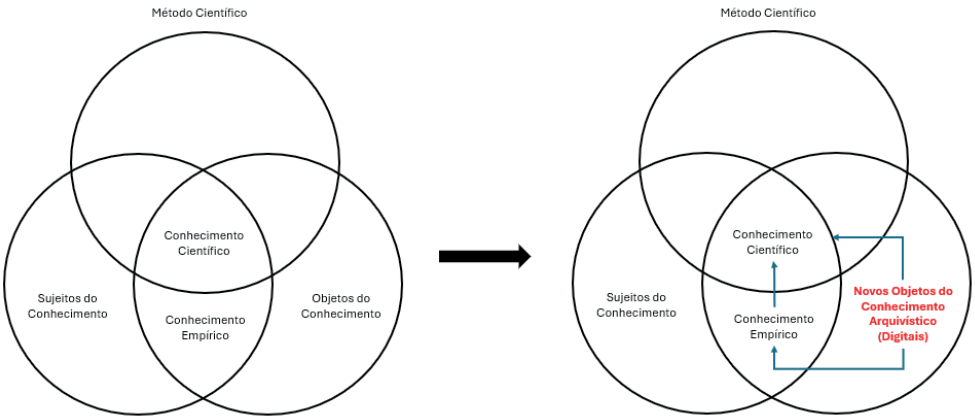
> desde a segunda metade dos anos de 1980, quando a tecnologia digital começou seu processo de disseminação na sociedade moderna, até os dias de hoje, a gestão e a preservação de documentos arquivísticos digitais evoluíram do impacto inicial entre os próprios arquivistas e o mundo do trabalho para o reconhecimento da importância da sua implementação em instituições públicas e privadas em geral (...). Entretanto, a percepção da necessidade de adoção de procedimentos arquivísticos para a produção e manutenção, a curto, médio e longo prazo, de documentos arquivísticos digitais confiáveis e autênticos é algo incontestável. Nesse processo de conscientização, há que registrar o significativo e importante papel da comunidade acadêmica arquivística, nacional e internacional, com seus relevantes projetos de pesquisa, estudos de caso e eventos sobre as implicações da tecnologia digital no pensar e fazer arquivísticos.

> Na verdade, as iniciativas acadêmicas ora mencionadas representam um verdadeiro processo de releitura e ressignificação da teoria, metodologia e práticas preconizadas pela Arquivologia até então. Nesse processo, a interdisciplinaridade com áreas do conhecimento como a diplomática, o direito e mesmo a filologia emergiram de um certo esquecimento, sobretudo em comparação à história, para um reavivamento bastante profícuo.

A partir desse olhar de Claudia Lacombe e Rosely Curi Rondinelli, propomos destacar o exemplo de alguns conceitos cuja revisitação iluminou a adequação ao ambiente digital. O conceito do próprio objeto da Arquivologia, o documento arquivístico, cujos alicerces, num primeiro momento, pareciam bastante abalados pela tecnologia computacional. Afinal, um dos primeiros impactos dessa nova realidade tecnológica foi a separação do que até então parecia inseparável, ou seja, documento e suporte. Junte-se a isso a maneira aleatória com que os profissionais da então chamada "informática" passaram a se referir à cadeia semântica de *bits*, chamando-a ora de dado, ora de informação, ora de arquivo. Era preciso sair da perplexidade. E assim fizeram os(as) pesquisadores(as) da área de Arquivologia, empenhando-se em mostrar a diferença entre documento, informação, dado, documento arquivístico, documento digital e, finalmente, na ponta dessa hierarquia conceitual, o documento arquivístico digital. Com a consolidação das tecnologias digitais da informação e comunicação na década de 90, "novos" objetos do conhecimento arquivístico surgiram, demandando da disciplina arquivística o aprofundamento e a

ampliação das discussões sobre a sua epistemologia, visando demarcar os seus fundamentos teóricos, práticos e metodológicos.

Figura 2 – "Novos" objetos do conhecimento arquivístico



Fonte: A autora.

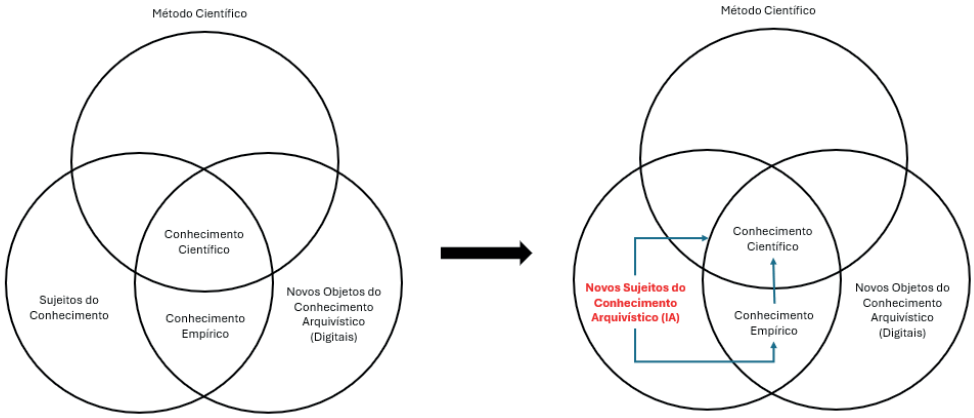
Os arquivos digitais, suportados por *bits*, circuitos eletrônicos e algoritmos, desafiaram as práticas convencionais de pesquisa e construção do conhecimento arquivístico. A possibilidade de armazenar, organizar e compartilhar informações em ambientes digitais eliminaram as barreiras físicas que antes delimitavam o acesso aos documentos. Nesse sentido, a Arquivologia teve que considerar novas metodologias para garantir a integridade, autenticidade e preservação a longo prazo dos arquivos digitais. As questões relativas à obsolescência tecnológica e à variação dos formatos digitais tornaram-se centrais no debate arquivístico contemporâneo, demandando um conhecimento profundo sobre as ferramentas e técnicas digitais disponíveis.

Como lembram Freire e Santos (2023, p. 124) "o universo acadêmico já se sentiu significativamente ameaçado pela internet e pelas "maravilhas" geradas em seu ambiente, como o *Google* e a *Wikipedia*, seja por conta da suposta fragilidade da leitura não linear, seja pelo receio diante da facilidade da "cópia e cola" e do plágio puro e simples. Com a inteligência artificial (IA), a ameaça parece mais alargada e profunda."

De fato, com a chegada da IA, um novo ciclo se inicia na Arquivologia, trazendo implicações significativas para a epistemologia da disciplina. A IA, como uma forma avançada de "prótese cognitiva", é capaz de analisar e processar vastas quantidades de dados, transformando não apenas a gestão da informação, mas também a natureza do sujeito do conhecimento da Arquivologia, assim como em outras áreas do conhecimento. Tais "[...] transformações da era digital operou uma mudança de paradigma, uma revolução científica na perspectiva Kuhniana (2000)." (Elian dos Santos, 2024, p. 52). De

acordo com Theo Thomassen (1999), Heather MacNeil (1994), entre outros, a repercussão das tecnologias disruptivas impulsionará um redimensionamento da Arquivologia, no seu campo específico de conhecimento. Se na década de 90 do século passado vivemos uma revolução digital que produziu "novos" objetos arquivísticos, agora vivemos uma revolução "algorítmica", afetando o polo ativo da tríade epistemológica: o sujeito que conhece, também conhecido como pesquisador(a). Com a consolidação das Inteligências Artificiais, de forma análoga ao que ocorreu com os objetos da Arquivologia na década de 90, "novos" sujeitos do conhecimento arquivístico surgiram, e já demandam da "disciplina científica" ou "campo disciplinar" (Elian dos Santos, 2024, p.43) uma profunda e ampla discussão epistemológica, para também adaptar a aplicação dos princípios teóricos, dos métodos e das práticas arquivísticas.

Figura 3 – "Novos" sujeitos do conhecimento arquivístico

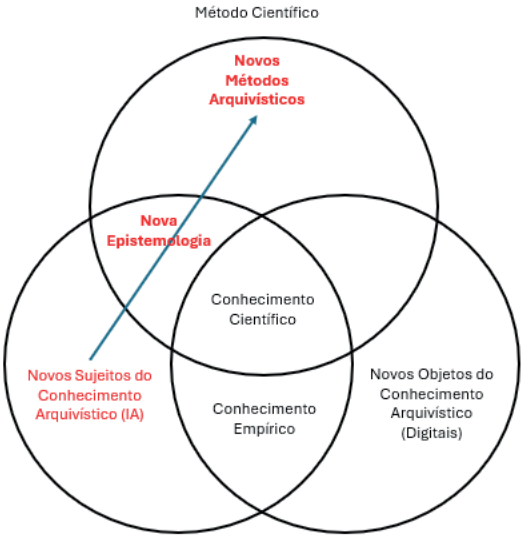


Fonte: A autora.

Nesse contexto, os métodos de pesquisa arquivísticos enfrentam um grande desafio. A figura do(a) arquivista, que historicamente atuou como o principal agente na organização e interpretação dos dados, agora deve integrar-se a sistemas inteligentes que realizam análises complexas em tempo real.

Isso levanta a questão sobre o papel do(a) arquivista/pesquisador(a): será que esses(as) profissionais e suas atividades se tornarão, em essência, gestores(as) de algoritmos de conhecimento? Diante da imensa capacidade de processamento sobre gigantescas bases de conhecimento, os algoritmos de IA farão as melhores perguntas? Enunciarão os problemas realmente fundamentais da nossa área? Onde fica a criatividade humana? Como ressaltamos, vivemos tempos de mais perguntas que respostas. Essa transformação exige uma reavaliação dos paradigmas de pesquisa na Arquivologia, onde a colaboração entre humanos e máquinas passa a ser fundamental para a produção e preservação do conhecimento.

Figura 4 – "Novos" Sujeitos do Conhecimento Arquivístico e "Novos" Objetos do Conhecimento Arquivístico não demandam, necessariamente, uma nova epistemologia para a área de arquivologia?



Fonte: A autora.

Estamos, portanto, em um momento crucial de reconfiguração das práticas de investigação arquivísticas, que requer uma construção coletiva de soluções envolvendo profissionais de diversas áreas. Arquivistas, cientistas da informação, programadores(as) e especialistas em IA devem unir esforços para explorar as novas possibilidades que a IA oferece.

Essa colaboração não apenas enriquecerá o campo da Arquivologia, mas também proporcionará uma compreensão mais abrangente e integrada do conhecimento, permitindo que a disciplina se adapte às exigências contemporâneas. Dessa forma, a reflexão epistemológica em torno da IA e sua aplicação na Arquivologia se torna essencial para enfrentar os desafios atuais e moldar um futuro em que, mais do que nunca, a inovação e a colaboração sejam os pilares do saber arquivístico.

Encontramo-nos diante do desafio de pensar o "lugar" da Arquivologia no campo científico brasileiro, considerando os "novos" sujeitos - professores(as) e pesquisadores(as), mediados(as) por tecnologias disruptivas, notadamente a IA. A universidade segue firme no seu papel de produzir e divulgar o conhecimento e a informação, de forma livre e democrática. Essa reflexão deve ser um ponto de pauta urgente no âmbito do Fórum Nacional de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (FEPARQ).

Para concluir, observando o que ocorreu com o objeto do conhecimento na Arquivologia, com o advento das tecnologias da informação e da comunicação na década

de 90 do século passado, agora, com a chegada da inteligência artificial (IA), teremos que reavaliar a forma como os sujeitos do conhecimento na tríade epistemológica deverá se comportar na construção do conhecimento científico da área de Arquivologia.

O que muda? O sujeito do conhecimento agora dispõe de uma ferramenta capa de elaborar perguntas sobre a realidade no seu lugar, capaz de elaborar perguntas como se fosse o próprio sujeito que constrói o conhecimento. Ou seja, como uma "prótese intelectual" que à semelhança de microscópios ou telescópios, amplifica uma capacidade natural do ser humano. Diante da possibilidade do protagonismo da IA na atividade de pesquisa, como preservar o que há de humano no processo de investigação? Cabe a questão pois a IA é capaz de formular perguntas e problemas de pesquisa.

Neste cenário desafiador, entendemos que a pesquisa acadêmico-científica continua sendo uma das bases de renovação da área, ganhando espaços cada vez mais significativos.

REFERÊNCIAS

BURKE, Peter. **Uma história social do conhecimento**: de Gutenberg a Diderot. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ed. Ática, 2000.

COUTURE, Carol; DUCHARME Daniel. Research in archival Science: A status report. **Archivaria**, Ottawa, n. 59, p. 41-67, 2005.

ELIAN DOS SANTOS, Paulo Roberto. Os arquivos e a Arquivologia no Brasil: Aspectos históricos e epistemológicos. In: SCHMIDT, Clarissa Moreira dos Santos; COUGO JUNIOR, Francisco Alcides; MARQUES, Angelica Alves da Cunha (Organizadores). **História dos arquivos e da Arquivologia brasileira**: contribuições para o debate. São Paulo: Pimenta Cultural, 2024.

FERRATER MORE, José. **Dicionário de Filosofia**. Lisboa: Dom Quixote, 1978.

FREIRE, Wendel; SANTOS, Edméa. Inteligência artificial generativa e os saberes científicos. In: ALVES, Lynn (Organizadora). **Inteligência artificial e educação**: refletindo sobre os desafios contemporâneos. Salvador: EDUFBA; Feira de Santana: UEFS Editora, 2023.

JARDIM, José Maria. A pesquisa em Arquivologia: um cenário em construção. In: VALENTIM, Marta Lígia Pomim (Org.). **Estudos avançados em Arquivologia**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

JURUÁ, Mayra. A pesquisa em ciência humanas, sociais aplicadas, linguística, letras e artes (CHSSALLA), algoritmos, educação e cultura: elementos para as humanidades digitais brasileiras. In: COSTA, Leonardo; ROCHA, Renata (Organizadores). **Cultura e Ciência de Dados**. Salvador: EDUFBA, 2021. (Coleção CULT).

KHUN, Thomas. **A estrutura das revoluções científicas**. Tradução Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. São Paulo: Perspectiva, 2000. (Debates; 15).

LACOMBE, Claudia; RONDINELLI, Rosely Curi. Gestão e preservação de documentos arquivísticos digitais: revisitando alguns dos conceitos que as precedem. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p. 61-73, jul./dez., 2016.

MACNEIL, Heather. Archival theory and practice: between two paradigms. **Archivaria**, Ottawa, n. 37, p. 6-24, 1994.

MARQUES, Angelica Alves da Cunha. Ciranda da Arquivologia em torno do seu objeto científico: Passos e (des)compassos de conceitos, princípios, teorias, métodos e discursos. **Acervo**, Rio de Janeiro, v.29, n. 2, p. 193-197, jul./dez., 2016.

SCHMIDT, Clarissa Moreira dos Santos. **A construção do objeto científico na trajetória histórico-epistemológica da Arquivologia**. São Paulo: Arq-SP, 2015. (Thesis, 3).

THOMASSEN, Theo *et al*. The development of archival sciences and its European dimensión. **Archol**: Archivistika On Line, Stockholm, v. 1, n. 1, sept. 1999.

PATRIMONIALIZAÇÃO CULTURAL DE ARQUIVOS NO BRASIL: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

Francisco Alcides Cougo Junior
Universidade Federal de Santa Maria

INTRODUÇÃO

Como nos lembra Margaret Hedstrom (2016), a relação entre os arquivos e a memória social tem sido tratada, muitas vezes, de forma simplificada e hipergeneralista nas apropriações que a Arquivologia faz sobre seus significados. Essa generalização se estende, também, à vinculação entre os arquivos e o chamado patrimônio cultural. Por maiores que tenham sido os avanços na Arquivologia, ainda é muito comum lermos análises que tratam arquivos como patrimônio cultural – como se essa fosse uma relação simples e direta.

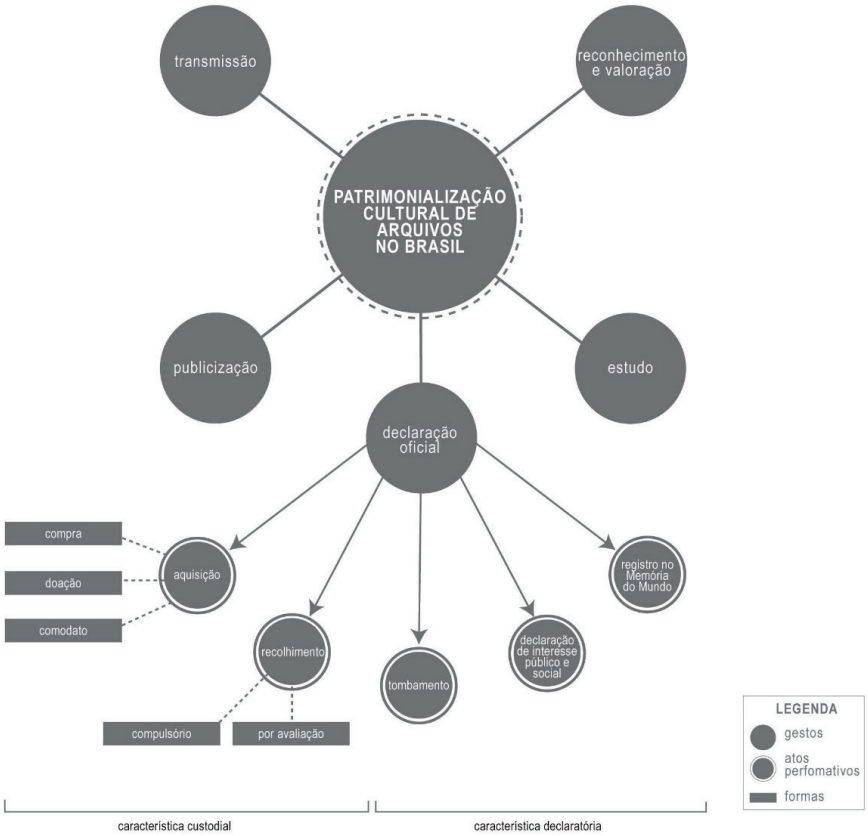
Compreender como arquivos são convertidos em patrimônio cultural exige conhecer o regime jurídico inerente ao processo de patrimonialização cultural, ou seja, o conjunto de gestos, atos performativos e formas que compõem o esquema interpretativo geral da conversão de documentos de arquivo em patrimônio cultural arquivístico. Este esquema parte de uma matriz que é explorada por diferentes autores, mas que tem como principal inspiração a operação metodológica desenvolvida por Jean Davallon (2014). Para o investigador, a patrimonialização cultural (não apenas de arquivos, mas em geral) deve ser compreendida enquanto processo, um fenômeno social que é desencadeado a partir de determinados movimentos – ou gestos, para usarmos a expressão original do autor.

Os gestos, ainda conforme Davallon, são esforços feitos por grupos organizados da sociedade no sentido de transformar bens comuns em patrimônio cultural. Eles podem ser resumidos, basicamente, a cinco movimentos básicos: o reconhecimento sobre o valor de um bem; a criação de subsídios formais para o reconhecimento coletivo deste bem; sua "declaração oficial" enquanto patrimônio; a publicização do bem patrimonializado; e sua transmissão para futuras gerações (2014, p. 59).

Como ressalta Davallon, estes cinco gestos não assumem necessariamente a mesma configuração em todos os contextos. Eles também não são consecutivos, ou seja, não precisam acontecer na mesma ordem – e nem são obrigatoriamente complementares. Diferentes realidades, contextos e trajetórias históricas patrimonializam seus bens através de distintas vias, ainda que os gestos propostos pelo sociólogo francês façam bastante sentido enquanto meios para uma interpretação geral a respeito do fenômeno.

A partir deste entendimento, em 2021 apresentei a representação gráfica do seguinte esquema interpretativo de compreensão sobre a patrimonialização cultural de arquivos no Brasil:

Figura 1: Esquema geral de interpretação sobre a patrimonialização cultural de arquivos no Brasil



Fonte: Cougo Junior, 2021, p. 408.

Como a imagem evidencia, o gesto de declaração oficial é o mais importante neste processo. Ele é fundamental, porque caracteriza o momento em que um determinado bem cultural (neste caso arquivístico) é convertido oficialmente em patrimônio, o que significa que – formalmente – este bem não pode ser considerado como tal antes deste gesto. De acordo com Davallon (2014), o gesto de declaração oficial apresenta algumas especificidades: ele é sempre realizado por uma autoridade formalmente reconhecida para tanto; e é, também, marcado por uma *performance*, ou seja, por uma atitude performativa que lhe investe desta autoridade. É importante ressaltar que, tanto o ato performativo, quanto a ideia de autoridade estão ligadas a um entendimento maior, que tem a ver com o próprio regime jurídico de cada país em suas diferentes concepções administrativas.

Ou seja: a declaração oficial dotada de autoridade é um gesto realizado a partir de atos performativos que devem estar previstos no regime jurídico – conjunto de normas legais que dispõem sobre determinado tema – de um país.

Para que possamos compreender os detalhes sobre o esquema e o regime jurídico vigente de patrimonialização cultural de arquivos no Brasil, é necessário que compreendamos, portanto, a composição geral deste regime, tanto sob o ponto de vista de sua contextualização histórica, quanto a partir dos dispositivos legais que a compõem. A seguir exploro alguns detalhes a respeito de como surgiram e se consolidaram os atos performativos da conversão patrimonial de arquivos e qual sua fundamentação jurídica no contexto brasileiro.

ATOS PERFORMATIVOS DA PATRIMONIALIZAÇÃO CULTURAL DE ARQUIVOS: CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

No contexto contemporâneo, a declaração oficial do patrimônio cultural arquivístico brasileiro se dá através de cinco atos performativos básicos: a aquisição, o recolhimento, o tombamento, a declaração de interesse público e social dos arquivos e o registro junto ao programa Memória do Mundo da UNESCO. Estes atos podem ser classificados como custodiais – que têm como principal característica a mudança sobre a custódia dos documentos, como no caso da aquisição e do recolhimento – e declaratórios – aqueles cuja patrimonialização não altera a custódia, caso do tombamento, da declaração de interesse público e social e do registro junto ao Memória do Mundo. Os atos custodiais podem abrigar formas específicas de execução, como no caso da aquisição (que pode se dar por doação, compra ou comodato, entre outros) e do recolhimento (que pode se desenvolver compulsoriamente ou mediante avaliação de documentos).

É difícil precisar qual ato performativo de patrimonialização cultural de arquivos surgiu primeiro no Brasil, mas tudo indica que a primazia esteja localizada entre a aquisição e o recolhimento compulsório. As primeiras instituições brasileiras responsáveis por abrigar documentos arquivísticos para fins "históricos" foram Biblioteca Nacional – transferida para o Brasil logo depois da instalação da Corte portuguesa no Rio de Janeiro, em 1808 –, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) – criado em setembro de 1838 – e o Arquivo Nacional (AN) – gestado no mesmo ano.

A Biblioteca, cuja transferência foi tema de um excepcional trabalho de Lilian Schwartz (2002), contava com uma seção de manuscritos considerados de suma importância para a história da metrópole portuguesa, documentos classificados por temas como política, teologia, direito canônico, entre outros. Já o IHGB e o AN nasceram só depois que o Brasil se tornou independente. O Arquivo foi previsto na primeira Constituição brasileira, outorgada em 1824, mas só passou a existir, de fato, em janeiro de 1838. A

criação do AN se deu em conformidade com o ideário da época, muito influenciado pelos desígnios do processo revolucionário francês. Ao Arquivo caberia a guarda das leis e dos documentos fundacionais do exercício do poder no Brasil, primordialmente. Só em circunstância secundária é que se guardariam documentos importantes para a história e a memória do país. No caso do AN, estes documentos seriam colhidos à chamada Seção Histórica – que, diferente das seções Administrativa e Legislativa, tinha como finalidade exclusiva a guarda da memória administrativa da nação.

O IHGB, ao contrário do Arquivo, já nasceu com pretensões patrimoniais. De acordo com seu documento fundacional, caberia ao instituto "coligir, metodizar, publicar ou arquivar os documentos necessários para a história e a geografia do Império do Brasil" (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1908, p. 6). Embora privado do ponto de vista oficial, o IHGB foi apadrinhado pelo Império, passando a receber subsídios públicos que o transformaram em uma espécie de organização paraestatal. A ideia do instituto, criado aos moldes de similar francês, era que os documentos sobre a história do país, reunidos na própria instituição, fossem pesquisados por seus membros, que deles extraíram os subsídios para a escrita de uma história pátria.

Nesta primeira fase – que se estende do início do século XIX até as primeiras três décadas do século XX – a Biblioteca, o Arquivo e o IHGB inauguram o regime jurídico da patrimonialização cultural de arquivos no Brasil. Nessa época, a noção de patrimônio cultural ainda não era empregada. Em seu lugar, eram utilizadas expressões mais abrangentes, como "relíquias", "tesouros", "memórias" e, mais tarde, "monumentos". Considero que estas expressões compõem um mesmo universo que, se não dá o nome de patrimônio aos bens preservados, ao menos se utiliza da mesma lógica até hoje implícita neste processo – a patrimonialização em si.

É dentro deste entendimento que podemos localizar os primeiros atos performativos de declaração oficial da patrimonialização cultural de arquivos no Brasil. No período analisado, a Biblioteca Nacional e o IHGB orientaram a formação de seus acervos através de aquisições por compra ou doação. Como atestam registros de meados do século XIX, estas instituições se empenharam decisivamente para que viúvas, colecionadores, "homens públicos" e instituições em extinção doassem ou vendessem seus arquivos, um movimento marcado pelo desejo de ampliar o rol dos documentos custodiados.

O AN também participou deste processo, chegando a concorrer com a Biblioteca e o Instituto pela primazia das compras e doações. Há, inclusive, farta correspondência entre os diretores destas instituições e outros agentes públicos a respeito das arengas que marcam essa concorrência. Só que o AN foi concebido e se desenvolveu dentro de outra lógica, uma percepção que está relacionada a sua própria característica de instituição arquivística. Os primeiros regulamentos do Arquivo mostram que a instituição poderia adquirir documentos considerados relevantes para a história do país, mas também

indicam que caberia ao AN a exclusividade sobre a custódia de alguns conjuntos específicos – como as certidões de nascimento, casamento e óbito da família imperial, os originais da Constituição e das leis, os quadros do censo e até as medalhas cunhadas para comemorar acontecimentos pátrios ou serviços relevantes. Em 1876, o Decreto nº 6.164 considerou, inclusive, que o AN teria autorização para receber – ainda que em caráter temporário – "quaisquer documentos de interesse geral" (Brasil,1876).

À época, o termo empregado na legislação e na rotina administrativa do AN para caracterizar o que hoje definimos como recolhimento era a expressão "colheita". Esse termo atravessou diferentes fases e foi marcado, tanto pela compulsoriedade, quanto pelas dúvidas a respeito do que deveria ser preservado. A ideia de um recolhimento compulsório nasceu com o Regulamento nº 2, instituído em 1838, ordenamento que definia o rol específico de documentos a serem preservados pelo AN. Este ato não comportava a possibilidade de contestação ou dúvida: os documentos cuja destinação assinalada em lei estabelecesse o AN como seu ente de custódia deveriam ser enviados para a instituição. Já os demais – não previstos em leis e nem nos regulamentos do AN – abriram outra dimensão ainda hoje complexa e em construção. O que recolher quando se trata do "interesse geral" do país transformou-se em uma questão pendente do regime jurídico da patrimonialização cultural de arquivos que se desenvolveu muito lentamente ao longo das últimas décadas do século XIX e durante todo o século XX. E que só se consolidou juridicamente em 1991, com a promulgação da Lei de Arquivos – sobre a qual tratarei mais adiante.

Além de mapear as origens dos dois atos performativos de caráter custodial, é preciso compreender, também, alguns detalhes sobre o surgimento dos atos declaratórios, que são muito mais recentes, mas merecem igual atenção. A começar pelo tombamento, que é o mais importante ato performativo de patrimonialização no Brasil, mas ainda é pouco empregado nos arquivos. Há estudos muito relevantes sobre as origens da patrimonialização de bens culturais no país e é impossível tratar deste tema com qualidade sem destacar, pelo menos, os trabalhos de Maria Cecília Londres Fonseca (2005) e José Ricardo Oriá Fernandes (2010). Estes estudos revelam que, a partir dos anos 1920, várias iniciativas foram tomadas no sentido de criar um ou mais mecanismos capazes de patrimonializar bens culturais considerados relevantes para a nação. Uma dessas iniciativas, inclusive, nasceu no AN, durante a direção de Luis Escragnolle Dória, que tinha a ideia de criar uma inspetoria para reconhecer e oficializar os "monumentos" do país.

A história mais conhecida, porém, é aquela que começa quando o escritor Mário de Andrade redige o anteprojeto de lei para criação do Serviço de Proteção do Patrimônio Artístico Nacional. O Sphan/Pró-Memória idealizado por Andrade foi criado em 1937, com o nome de Sphan – hoje Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Originalmente, a instituição deveria "determinar e organizar o tombamento geral do

patrimônio artístico nacional" (SPHAN/Pró-Memória, 1980, p. 90), o que incluía "todo e qualquer impresso que se refira ao Brasil, de 1850 para trás [...] e qualquer manuscrito referente ao Brasil, velho de mais de 30 anos, se inédito, e de 100 anos, se estrangeiro" (idem, p. 93-94). Só que esta última parte da proposta não foi consumada quando o Decreto-Lei nº 25, que até hoje define o regime jurídico geral da patrimonialização cultural no Brasil, foi promulgado. De acordo com o dispositivo, o patrimônio histórico e artístico do país é constituído pelo "conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico" (idem. p. 111). Apesar desta menção, sempre houve uma grande prevalência da patrimonialização de bens edificados. Os arquivos – assim como as bibliotecas – pouco se valeram deste estatuto.

Além do tombamento, outros dois atos performativos fecham o rol dos atos de caráter declaratório da patrimonialização cultural de arquivos no Brasil. Estes atos são os mais recentes e, até certo ponto, ainda são frágeis sob o ponto de vista de sua autoridade. O primeiro é a declaração de interesse público e social dos arquivos, prevista na Lei nº 8.159/1991. Esta declaração prevê que um determinado conjunto de documentos arquivísticos não públicos pode ser analisado por comissão competente e reconhecido como relevante sob o ponto de vista de seu interesse público e social. O ato serve para patrimonializar arquivos privados e não muda a posse sobre estes acervos, servindo apenas como um reconhecimento formal a respeito de sua importância. A ação foi legalmente detalhada em 1994, mas, até hoje, apenas 21 arquivos receberam tal chancela. Além deles, a legislação vigente afiança que existem arquivos considerados de interesse público e social compulsoriamente – os acervos de entidades religiosas produzidos antes de 1916 e os conjuntos documentais dos ex-presidentes da República, que não precisam passar por um processo de avaliação a respeito de sua importância.

O segundo ato recente da patrimonialização pela via declaratória é o reconhecimento de arquivos através do Registro junto ao programa Memória do Mundo, da UNESCO. O Memória do Mundo foi criado em 1992, como forma de reconhecimento público para fins de preservação, acesso e conscientização a respeito da importância de acervos documentais. O Comitê Brasileiro do Memória do Mundo foi estabelecido em 2004, junto ao Ministério da Cultura, mas só foi instalado efetivamente em 2007. A ideia era de que o organismo fosse formado por um grupo de notáveis, que deveriam analisar as candidaturas de acervos a serem registrados pelo programa. O trabalho desta equipe foi detalhado no trabalho de Hilário Pereira Filho (2018), que analisou como os critérios do MoW (acrônimo para *Memory of World*) foram sistematizados no Brasil. De acordo com o programa, para ser Memória do Mundo um acervo deve ser autêntico, único, insubstituível e ter significância mundial, além de ser raro ou estar ameaçado

em sua integridade. Até 2018, o MoW Brasil recebeu 290 candidaturas de acervos – das quais pelo menos 83 foram reconhecidas.

OS ATOS NA FORMA DA LEI

Compreendida a contextualização geral sobre como surgiram os atos performativos do gesto de declaração oficial de patrimonialização cultural de arquivos no Brasil, passemos aos principais detalhes a respeito do regime jurídico que dá forma e caracteriza tais ações sob o ponto de vista formal.

Começamos pela aquisição. Não há uma lei específica que se destine a reger a aquisição de arquivos no Brasil. Como já vimos, este ato é bastante heterogêneo, comporta diferentes formas e se dá a partir de contextos que podem variar muito de acordo com as instituições envolvidas. A aquisição envolve sempre um custodiador, que deseja se desfazer da custódia de seu acervo (e que pode ser um donatário ou vendedor), e uma instituição, que é parte adquirente do arquivo. Para que a patrimonialização possa se processar por este ato, esta instituição precisa ser formalmente reconhecida em sua capacidade de custodiar, preservar e garantir acesso qualificado aos arquivos – que são condições básicas de patrimonialização. O regime jurídico da aquisição não é regido por um único dispositivo legal, mas há, pelo menos, uma lei que condiciona o ato. A Lei nº 5.471, promulgada em 1968, proíbe que acervos documentais constituídos por obras brasileiras ou sobre o Brasil editadas nos séculos XVI a XIX sejam adquiridos por instituições de fora do país.

Como não existem leis específicas regentes da aquisição, nos últimos anos diversas instituições patrimonializadoras têm investido na elaboração de normas internas para reger o ato. As chamadas políticas de aquisição, bastante comuns em instituições estrangeiras, já foram adotadas por entidades como a Fundação Casa de Oswaldo Cruz (em 2013), a Casa de Rui Barbosa (em 2015) e o AN, que regulamentou a matéria em março de 2018, através da Portaria da Direção-Geral nº 58. Embora suspensa, esta portaria é importante, porque nos mostra alguns elementos básicos a serem considerados no estabelecimento de uma política de aquisição: quais são os arquivos e coleções que podem ser adquiridos, como ocorre o processo, quem são os avaliadores sobre a importância do acervo a ser adquirido, quais são os critérios a serem observados durante tal julgamento e, principalmente, quais são os termos jurídicos que oficializam o procedimento. José Márcio Batista Rangel (2018), que analisou a política de aquisições do AN, reuniu os instrumentos de reconhecimento formal da patrimonialização por aquisição praticada pela instituição – um termo de entrega e um termo de doação, este último publicado, inclusive, no Diário Oficial da União, como forma de certificar o processo. Cabe lembrar que, de acordo com a política de aquisições, o ANsó adquire acervos por meio de doação.

Em relação ao recolhimento, o regime jurídico que caracteriza este ato é dotado de uma complexidade nem sempre compreendida. O recolhimento compulsório, tal qual designado pelos regulamentos de instituições arquivísticas como o AN até meados do século XX, já não é mais tão comum, mas segue vigente – embora restrito. Em 2011, por exemplo, a Lei Federal nº 12.528 previu que todo o acervo documental e de multimídia resultante dos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade fosse encaminhado ao Arquivo Nacional, que deveria se responsabilizar por sua guarda. Portanto, mesmo que não haja um dispositivo legal único e exclusivo a respeito do recolhimento compulsório, ele ainda é passível de ser empregado em diferentes contextos.

Já no que diz respeito ao recolhimento mediante avaliação de documentos, a realidade é mais abrangente. A avaliação é uma função arquivística que se desenvolveu, principalmente, a partir da consolidação dos preceitos da gestão de documentos. A ideia básica é de que esta função se caracteriza por um processo de aferição dos valores presentes ou não nos conjuntos documentais produzidos ou acumulados por uma instituição. A avaliação surgiu da necessidade de se definir o que preservar e o que eliminar – sobretudo no âmbito público –, mas outras concepções teóricas foram agregadas posteriormente. Hoje, a função visa o estabelecimento de prazos de guarda e a definição sobre a destinação final dos documentos arquivísticos. No Brasil, o processo começou a ser pautado ainda na década de 1930, mas só ganhou preponderância no final dos anos 1950. A visita de Theodore R. Schellenberg ao país, em 1958, e os trabalhos de Nilza Teixeira Soares (nos anos 1960) e Marilena Leite Paes (na década de 1970) podem ser apontados como marcos precursores deste debate.

A avaliação de documentos não é, em si, um ato performativo de patrimonialização cultural de arquivos. Na realidade, o processo compõe uma forma do ato de recolhimento. Ao definir a destinação dos documentos arquivísticos, a avaliação pode apontar para a chamada guarda permanente, condição na qual os arquivos tornam-se passíveis de custódia e preservação contínuas. Nestes casos, tais conjuntos são considerados como componentes do patrimônio cultural do país, pois não podem ser destruídos, comercializados, alienados, retirados do país ou abandonados – e quem o fizer pode ser penalizado nas formas da lei. Embora haja legislação específica em estados e municípios a respeito do recolhimento mediante avaliação, o regime jurídico da patrimonialização cultural de arquivos no Brasil em relação a este ato é regido, fundamentalmente, pela Lei Federal nº 8.159/1991. A chamada Lei de Arquivos estabelece que os documentos públicos só podem ser eliminados mediante avaliação e que este processo deve ocorrer através da composição de Comissões Permanentes de Avaliação de Documentos (CPADs). A ideia é que os documentos considerados destituídos de valores primários e secundários sejam eliminados através de um edital público e que, de igual forma, os conjuntos considerados de valor secundário sejam

recolhidos por instituições arquivísticas a partir de um processo transparente, organizado e documentado.

O recolhimento mediante avaliação se caracteriza pela partilha das responsabilidades sobre a patrimonialização dos arquivos. De acordo com a legislação vigente, é a instituição produtora/acumuladora de documentos quem define o destino de seus arquivos através do trabalho da CPAD – cuja existência e atribuições em âmbito federal foram determinadas pelo Decreto nº 4.073/2002 e atualizadas pelo Decreto nº 10.148/2019.

Assim como na aquisição, as instituições arquivísticas também devem contar com ordenamentos específicos relacionados ao recolhimento. O AN regulamentou esta matéria em 2015, através da Portaria nº 252, que define as condições de recolhimento dos arquivos considerados de guarda permanente, bem como os documentos que são gerados neste processo.

O tombamento, por sua vez, é um ato performativo regido ainda hoje pelo Decreto nº 25 e por seus congêneres estaduais e municipais. O registro de tombamento se dá através de um processo que analisa as características dos bens, suas condições de preservação etc. Porém, como já salientei, o tombamento é pouco acionado em relação aos arquivos. A tradição brasileira é de emprego do tombamento como ato de patrimonialização vinculado ao patrimônio edificado e, por isso, é raro vermos arquivos tombados. A propósito, se analisarmos os processos de tombamento de acervos arquivísticos iniciados junto ao Iphan, notaremos que todos eles foram indeferidos, o que significa que, em âmbito federal, não existem arquivos tombados no país – embora haja tal possibilidade.

É talvez por conta dessa interdição que a declaração de interesse público e social existe. Criado pela Lei Federal 8.159/1991, este ato foi efetivamente normatizado em 2002, pelo Decreto nº 4.073, e detalhado em 2003, pela Resolução nº 17 do Conselho Nacional de Arquivos (Conarq). Em 2019, o Decreto nº 10.148 deu novos detalhes ao processo. Neste ato, custodiadores de acervos candidatam-se ao reconhecimento público de seus arquivos. As candidaturas são analisadas por uma comissão técnica vinculada ao Conarq e o parecer proveniente desta análise é discutido pelo plenário do Conselho. Em caso de identificação do interesse público e social dos arquivos, a presidência do Conarq respalda a decisão e a encaminha ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, que fica responsável por publicar a declaração no *Diário Oficial da União*. O processo é público, deve ser transparente e transcorrer dentro de prazos pré-definidos. Depois de declarados de interesse público e social, os acervos arquivísticos reconhecidos pelo ato não podem mais serem transferidos, alienados ou extraviados e quaisquer ações a esse respeito devem ser comunicadas ao Conarq. Os custodiadores dos arquivos, de acordo com a lei, "devem manter preservados os acervos sob sua custódia, ficando sujeitos à responsabilidade penal, civil e administrativa" (Brasil,2002). Como reforça a legislação, a declaração "não implica a transferência do respectivo acervo para guarda em instituição

arquivística pública, nem exclui a responsabilidade por parte de seus detentores pela guarda e a preservação do acervo" (idem).

Finalmente, cabe refletirmos, ainda, a respeito do regime jurídico que alicerça ato performativo de Registro junto ao programa Memória do Mundo da UNESCO. Instituído formalmente através da Portaria MinC nº 259/2004 e também de regulamentos internos do Arquivo Nacional, este ato não é reconhecido por lei específica, o que denota sua limitação enquanto instrumento de patrimonialização. Apesar disso, dada a importância simbólica do organismo internacional que rege a ação – a UNESCO – o registro junto ao MoW Brasil representa um ato importante e muito demandado. Até ser interrompido, em 2019, seu funcionamento era regido pela abertura de editais periódicos de candidaturas que, por sua vez, eram analisadas por um comitê interinstitucional.

À GUISA DE CONCLUSÃO: PATRIMONIALIZAÇÃO E ERA DE DADOS

Em 2021, quando analisei os gestos, os atos performativos e as formas de patrimonialização cultural de arquivos no Brasil, identifiquei que os componentes deste processo, embora fundamentais, ainda eram caracterizados por lógicas opacas, endógenas e permeadas por descontinuidades. Naquela ocasião, também assinalei que os atos eram marcados por três traços históricos essenciais – "hipertrofia atrofiada", incidência excessiva de excepcionalidades e constantes impasses a respeito dos valores atribuídos aos arquivos (Cougo Junior, 2021).

Os acontecimentos recentes – sobretudo a expansão da digitalização no contexto pós-pandêmico e a eclosão de novas ferramentas tecnológicas – permitem intuir que, além daquelas características, é preciso refletir também sobre como a patrimonialização cultural de arquivos será impactada pela "era de dados" (esta quadra da história profundamente marcada por uma transição tecnológica tão ampla, quanto desconhecida). Analisar o processo de transformação do patrimônio cultural arquivístico em um país que se digitaliza freneticamente, que produz cada vez mais documentos nato-digitais e que tem trocado – com espantosa velocidade – o autêntico pelo ágil, o fidedigno pelo acessível e o estável pelo volátil talvez seja um dos maiores desafios para a Arquivologia contemporânea brasileira.

Neste momento, não há como responder se os atos performativos e o estatuto jurídico de patrimonialização hoje disponíveis no Brasil dão ou darão conta do processo nesta nova era – se é que estamos em uma nova era. Ao que parece, não podemos abrir mão do estatuto que já existe – ou que deveria existir –, caso, sobretudo, das políticas de aquisição, das rotinas de recolhimento de documentos públicos e dos procedimentos de declaração de interesse público e social para arquivos privados.

Por outro lado, as demandas para que este estatuto funcione efetivamente estão em expansão. Já sabemos que a preservação digital – condição básica para que a

patrimonialização se efetive neste século – é um desafio inerente para a Arquivologia contemporânea. E também já conhecemos algumas respostas do campo para este desafio, dentre as quais destacam-se as chamadas políticas de preservação digital e seus respectivos instrumentos (os repositórios digitais confiáveis, por exemplo).

O que preocupa, quiçá, é que esses temas sem a devida e necessária interlocução entre eles e as agruras já amplamente conhecidas no universo dos estudos de políticas arquivísticas. Neste sentido, alguns questionamentos se impõem: como nossas instituições recolherão documentos arquivísticos digitais, se elas não recolhem nem mesmo aqueles em suporte analógico? Quais instituições arquivísticas brasileiras, hoje, dispõem de meios para recolher e preservar documentos digitais em caráter permanente, garantindo sua condição de patrimônio cultural? Quanto custa criar, manter e desenvolver uma infraestrutura tecnológica nacional, capaz de garantir o recolhimento, a preservação e o acesso de longo prazo aos documentos arquivísticos digitais no Brasil? Como as instituições arquivísticas brasileiras vão dar conta desta missão, se muitas delas dispõem de pouca autoridade, vivem verdadeiro enxugamento orçamentário e perderam condições básicas conquistadas, como autonomia orçamentária e de gerenciamento?

Penso que todo e qualquer reflexão sobre o patrimônio cultural nesta era híbrida – em um país que se digitaliza rapidamente, mas que ainda mantém 57% de sua população sem acesso pleno à Internet – prescinde de um debate que não é propriamente novo, mas continua atual: é necessário institucionalizar arquivos públicos e dotá-los de pessoal especializado, orçamento e infraestrutura; é preciso que haja legislação arquivísticamente fundamentada, livre de invencionismos de moda; carecemos de políticas que efetivamente dêem conta do enorme passivo arquivístico existente e futuro; é urgente que haja menos panaceia digital e mais ação política.

Para que não se conclua que estes desafios são maiores do que nossa capacidade de enfrentá-los, é preciso que acreditemos na Arquivologia brasileira e, especialmente, na sua capacidade de encontrar caminhos para a solução de seus principais problemas. O campo, a propósito, já vivenciou isso em diferentes momentos de sua história. O Brasil é, hoje, um país em que a gestão de documentos avançou significativamente (ao menos em comparação com nossos vizinhos latino-americanos); temos uma legislação especializada que está longe do ideal, mas é muito avançada; o Estado brasileiro se mantém minimamente organizado; bons cursos de formação seguem existindo e eles formam pesquisadores atentos aos problemas arquivísticos do passado e do presente. Portanto, temos condições de desenvolver, entre nós, soluções para os problemas que já existem e que ainda existirão.

O que talvez nos falta é concatenar ações com política. Quando isso acontecer – e quando efetivamente houver um projeto para o desenvolvimento dos arquivos brasileiros,

baseado, principalmente, na missão institucional do Estado em garantir justiça e bem-estar – talvez consigamos refletir mais profundamente sobre a patrimonialização cultural de arquivos na "era de dados" – ou na era da inteligência artificial, do digital etc.

O caminho, por enquanto, é longo. Mas se faz caminhando. Afinal, com política ou sem, com recursos ou não, Estado e sociedade seguirão produzindo arquivos. O que fazer com eles e, principalmente, como eles sobreviverão ao tempo, depende de nós.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL. **Portaria da Direção Geral nº 58**, de 13 de março de 2018. Institui a Política de Aquisição de Acervos Privados do Arquivo Nacional. Boletim Interno Quinzenal, n. 3, mar. 2018.

BRASIL. **Decreto n. 10.148**, de 2 de novembro de 2019. Institui a Comissão de Coordenação do Sistema de Gestão de Documentos e Arquivos da administração pública federal, dispõe sobre a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos, as Subcomissões de Coordenação do Sistema de Gestão de Documentos e Arquivos da Administração Pública Federal e o Conselho Nacional de Arquivos, e dá outras providências. Diário Oficial da União: p. 1, 3 dez. 2019.

BRASIL. **Decreto n. 4.073**, de 3 de janeiro de 2002. Regulamenta a Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados. Diário Oficial da União: p. 1, 4 jan. 2002.

BRASIL. **Decreto n. 6.164**, de 24 de março de 1876. Reorganiza o Archivo Publico do Imperio. Coleção de Leis do Império do Brasil. Rio de Janeiro: [s. n.], 1876.

BRASIL. **Decreto-lei nº 25**, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Rio de Janeiro: [s. n.], 1937.

BRASIL. **Lei n. 12.528**, de 18 de novembro de 2011. Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República. Diário Oficial da União: p. 1, 10 nov. 2011.

BRASIL. **Lei n. 5.471**, de 9 de julho de 1968. Dispõe sobre a exportação de livros antigos e conjuntos bibliográficos brasileiros. Diário Oficial da União: seção 1, p. 5770, 10 jul. 1968.

BRASIL. **Lei n. 8.159**, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, p. 455, 9 jan. 1991.

COUGO JUNIOR, F. A. **A patrimonialização cultural de arquivos no Brasil**. 2020. 445 f. Tese (Doutorado em Memória Social e Patrimônio Cultural) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2021.

DAVALLON, J. Une patrimonialisation des archives? L'archive dans quinze ans, université catholique de Louvain, **Louvain-la-Neuve**, abr. 2014.

FERNANDES, J. R. O. Muito antes do SPHAN: a política do patrimônio histórico no Brasil (1838-1937). In: **Anais do Encontro Políticas Culturais**: teoria e práxis. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2010.

FONSECA, M. C. L. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ: Minc-Iphan, 2005.

HEDSTROM, M. Arquivos e memória coletiva. Mais que uma metáfora, menos que uma analogia. In: EASTWOOD, Terry; MACNEIL, Heather. **Correntes atuais do pensamento arquivístico**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. **Revista do Instituto Historico e Geographico do Brazil**, Rio de Janeiro, 3 ed., t. I, 1908.

MINISTÉRIO DE ESTADO DA CULTURA. **Portaria n. 259**, de 2 de setembro de 2004. Diário Oficial da União: seção 1, n. 172, 6 set. 2004. Disponível em: http://mow.arquivonacional.gov.br/images/pdf/PortariaMinC259de2004_cria_e_compoe _MOWBrasil.pdf. Acesso em: 28 jul. 2020.

RANGEL, J. M. B. **A segunda censura**: propriedade intelectual e difusão de documentos de interesse público. 2018. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018.

SCHWARCZ, L. M. **A longa viagem da biblioteca dos reis**: do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA. **Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil**: uma trajetória. Brasília, DF: Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: Fundação Nacional Pró-Memória, 1980.

O ARQUIVO INSTITUCIONAL COMO FONTE ESSENCIAL PARA A VALORAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL ARQUIVÍSTICO

Ivana Denise Parrela
Universidade Federal de Minas Gerais

INTRODUÇÃO

Este trabalho discute a constituição e a importância do chamado "arquivo do Arquivo", ou "arquivo institucional do Arquivo Público Mineiro (APM), gerado organicamente no exercício das funções da instituição, na própria administração do Arquivo e na construção de relações externas do órgão, como negociação de doações, projetos com captação de recursos ou trabalhos da gestão de documentos. Enfatizam-se as funções arquivísticas de produção, descrição e difusão.

Tal discussão remonta às pesquisas de minha tese, mas hoje é tributária de um trabalho recente que desenvolvo com colegas e bolsistas no e sobre o APM, desde 2018, no âmbito do projeto "Preservação e Difusão da Memória Institucional: modernização da infraestrutura de reformatação, organização e digitalização do fundo Arquivo Público Mineiro (1895-1975)", financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG).

Nesta plenária, interessa-me focalizar elementos que nos permitam debater questões como: Com base em quais processos os conjuntos documentais processados no trabalho nas instituições arquivísticas se tornam parte do patrimônio cultural de uma sociedade e como os profissionais que atuam em arquivos têm tratado esses acervos?; Qual é a função do arquivo institucional dos arquivos públicos para que esses processos de patrimonialização aconteçam?; e, apenas para nos provocar a pensar nestas questões, "Quais surpresas estes acervos podem nos apresentar?

Para facilitar o debate sobre o tema, optou-se por dividir o texto da seguinte forma: breve discussão sobre as funções arquivísticas; arquivos institucionais e patrimonialização, para se chegar ao contexto de criação do APM, que apresenta um exemplo potencialmente interessante para o nosso debate; e considerações finais.

FUNÇÕES ARQUIVÍSTICAS

Inicia-se pela produção de documentos, partilhando algumas considerações de Elizabeth Kaplan (2018) sobre o poder da representação em duas disciplinas, comparando-as, em

texto produzido originalmente em 2002: Arquivologia e Antropologia. Kaplan ressalta que, se o século XX foi um longo período de polêmicas e agitação para a Antropologia no que tange ao papel do antropólogo especialmente, isso contrastaria com a relativa calma do campo arquivístico, que pode ser tributária do apego de nomes como Hilary Jenkinson com o positivismo do século XIX. Para Jenkinson o arquivista deveria ser um conservador passivo e imparcial de documentos, pois "a seleção era feita pelos produtores dos documentos, e não pelo arquivista, cujo papel era o de ser o responsável guardião de um registro ocorrido naturalmente, um resíduo natural de processos administrativos, em vez de uma escolha consciente do arquivista" (Kaplan, 2018, p. 184).

Para a autora, apesar da sofisticação dos métodos ao longo do período analisado, manteve-se certo consenso a respeito da função do arquivista, abordagem que só seria sacudida por uma nova concepção social da avaliação/seleção a partir dos anos 1980, quando autores como Hugh Taylor passaram a discutir a subjetividade de todo o processo e a função do arquivista como coautor do registro histórico, "como criador ativo do passado do futuro, vendo arquivos como as representações problemáticas que eles são e reconhecendo e procurando compreender o poder (e a responsabilidade) que isso implica" (Kaplan, 2018, p.185).

A partir dessa análise convém lembrar nossa responsabilidade, como profissionais que trabalham em arquivos, com o registro de nossas decisões, muitas vezes, encaradas até hoje como eminentemente técnicas e embasadas por princípios da disciplina científica. Essas nossas decisões sobre o tratamento de acervo são fruto de nossas escolhas ou de nossos superiores, as quais não são isentas. Quando as tomamos somos condicionados pelas práticas institucionais, mas o que pode parecer mais rotineiro ou recomendado por manuais arquivísticos também ganha cores locais próprias pela história institucional.

Quando lançamos luz sobre determinado conjunto documental, não apenas intervimos no ritmo de uso do acervo da instituição, como também acabamos por condicionar a construção de novas pesquisas em um universo acadêmico cada vez mais estrangulado por prazos e multiplicidade de demandas para a titulação e a construção de carreiras. Lançar um instrumento de pesquisa novo ou subir novos descritores de um conjunto documental a um repositório que já existe é o mesmo que apontar para os pesquisadores que existem ali novidades e criar expectativas de que o acesso ao novo conjunto também será mais fácil.

A prática de registro de decisões técnicas e metodológicas não pode estar presente apenas nos relatórios finais, mas tem que ser sistematizada em manuais próprios e em documentos datados que apresentem detalhadamente as escolhas feitas no tratamento e que possam, inclusive, justificar a demora em tratar um conjunto em detrimento de outros, por exemplo. A escolha dessa ordem de tratamento é política.

O mesmo ocorre com a escolha do que se vai receber como doação ou a tentativa de captar algo para a instituição. As doações, em tese, deveriam ser previstas (ou concebidas) em conformidade com uma linha de acervo estabelecida pela instituição e seu Conselho Consultivo (caso exista) e revista de tempos em tempos. Na realidade as doações costumam entrar nas instituições depois de um café com herdeiros, mais preocupados em desocupar espaços do que em discutir a entrada do produtor do acervo nos lugares de memória daquela sociedade.

Levando tais questões em consideração, redobra a importância de se pensar na descrição do arquivo do Arquivo como um trabalho essencial para dar a conhecer o acervo, a história dos fundos e coleções do Arquivo e seus processos de aquisição e tratamento ao longo da existência do acervo desde a produção até a difusão.

O próprio trabalho arquivístico pode correlacionar grandes recolhimentos e reformas administrativas, por exemplo. Escolhas como essas podem qualificar a descrição quando registradas. É possível realçar a própria capacitação para o trabalho arquivístico ao longo da história institucional e lembrar ao usuário que ela não se faz apenas com a presença do arquivista. Tratar do trabalho arquivístico requer considerá-lo historicamente e registrar investimentos em sua qualificação, como a compra de bibliografia da área ou a realização de experimentos nas áreas de conservação, por exemplo. O conceito moderno de história está fundado na noção de processo, como mostra H. Arendt (2013), pois os processos de trabalho mudam à medida que lemos os teóricos da área, nos capacitamos formalmente, quando os cursos existem, e participamos de eventos ou visitas a outras instituições. Deseja-se aqui chamar a atenção para a necessidade de conhecer a própria história do trabalho arquivístico das instituições. Quando se lida com o APM e seus quase 130 anos de existência, não dá para negligenciar a história do trabalho feito ao longo de tanto tempo, sem traduções de obras clássicas da área e sem profissão reconhecida e ou os aportes das universidades.

Hoje, cada vez mais conectados, contamos com esforços nacionais e para conectar instituições e seus acervos. A Norma Brasileira de Descrição Arquivística (Nobrade), cada vez mais utilizada nos arquivos brasileiros, a exemplo do APM, desenvolvida a partir das normas internacionais de descrição arquivística, como a ISAD(G), aplicada à descrição de qualquer documento, independentemente de seu suporte ou gênero, permite que informações específicas para enriquecer a descrição podem e devem ser acrescidas, sempre que necessário. Para isso, dois campos da norma abrem espaços dedicados à história arquivística e às fontes relacionadas. Dois outros campos são dedicados às notas, um de natureza mais ampla e outro como espaço para as notas do arquivista, que convidam o responsável pela descrição ao enriquecimento constante do trabalho, criando espaço para historiar a instituição, o acervo e o trabalho pelas intervenções no próprio instrumento.

Oferecer os documentos do arquivo do Arquivo em instrumento de pesquisa próprio e divulgá-lo em páginas diversas na web, exposições ou trabalhos científicos, por exemplo, são procedimentos possíveis no universo da difusão. Isolados ou coordenados, eles possibilitam a criação de nexos entre os fundos e a atração de usuários para novas pesquisas, chamando a atenção para outros olhares sobre um tema, mesmo que produzidos pela mesma administração pública, neste atual contexto de salas de consulta vazias pós-pandemia.

A difusão do arquivo do Arquivo qualifica as pesquisas dos usuários e leva à valoração dos fundos como patrimônio cultural arquivístico. Essa valoração se dá pelas especificidades da história institucional. Destaca-se como aspecto importante o quanto estamos oferecendo nos instrumentos de difusão e o percentual do difundido em relação ao acervo da instituição, especialmente quando se trata de documentos digitalizados e oferecidos nos sites institucionais. Todo arquivo permanente não está online e provavelmente nunca estará. É preciso reforçar isso sempre no trabalho de difusão, o que não quer dizer que aquilo que não está ofertado nestes canais não esteja disponível e não seja considerado parte do patrimônio da instituição.

ARQUIVOS INSTITUCIONAIS E PATRIMONIALIZAÇÃO

Há cerca de vinte anos eu escrevia sobre esses conjuntos documentais arquivísticos como constituidores do "patrimônio documental", sem problematizar o suficiente a entrada deles no rol de nossos bens culturais. Meu interesse naquele momento era pensar na história arquivística dos conjuntos documentais e no papel das ações de educação patrimonial como melhor caminho para a difusão do arquivo e de seus acervos como uma estratégia para promover a valoração patrimonial dos arquivos. Um pouco influenciada por meus anos de trabalho na Prefeitura de Belo Horizonte, cujo arquivo municipal nasceu com a cidade planejada e foi destruído a partir dos anos 1960, quando a lógica da administração pública por processos pareceu aos gestores da capital que o moderno é que tudo fosse processo. Então, acreditaram que transformar o arquivo municipal em um arquivo geral de processos daria eficiência à administração e ofereceria acesso mais fácil a sua história.

Embora trabalhos como o de Janice Gonçalves (2002) já chamassem nossa atenção para o não lugar dos arquivos nos debates patrimoniais, foi a partir do diálogo com a pesquisa de meu companheiro nesse debate, Francisco Alcides Cougo Júnior (2023), que percebi que era preciso qualificar um pouco mais o trabalho com esses conjuntos documentais arquivísticos e nos debruçar sobre seus processos de patrimonialização, o que resultou em minha volta ao tema, pela compreensão do valor do arquivo institucional como caminho para conhecer os processos de patrimonialização dos acervos.

Acredito que nos arquivos o melhor caminho é historiar os percursos de produção/aquisição, descrição e difusão dos conjuntos documentais, talvez por já termos falado

muito sobre a avaliação ou educação ou por considerar que é no exercício dessas funções que acontecem alguns dos processos essenciais pelos quais os documentos são reconhecidos como parte dos bens patrimoniais. Quando mostramos ao usuário contemporâneo como os conjuntos retratam ações cotidianas, muitas delas bem distantes de nossas práticas do dia a dia, esses conjuntos reunidos intelectualmente por nós oferecem janelas para compreensões possíveis de modos de vida em outros contextos, com recursos e experiências com o tempo distintas. Além disso, permitem conhecer as pessoas que constroem ou se apresentam nos arquivos, suas referências de trabalho e as metodologias adotadas nas instituições, dentre outros aspectos. Com base nessa lógica, o arquivo seria uma espécie de "prótese" da própria memória nas palavras de Cougo Junior (2023, p. 27), ou, como prefiro dizer, um "acendedor" ou um "interruptor" de memórias, a depender de como se comporta.

José Maria Jardim revela em seu trabalho sobre a memória nos arquivos (1996) que as características assumidas pelo Estado brasileiro acabavam por levar à dispensa do trabalho com a sua memória – aí incluída sua socialização – como referência a sua "identidade" e a sua "continuidade institucional". A razão apontada por Jardim naquele momento era o fascínio do país pelo "novo", pela "modernidade" e por projetos de futuro. Talvez fosse necessário lembrar que naquele momento de sua escrita ainda estávamos muito próximos de uma ditadura militar e que uma "Constituição Cidadã" e uma Lei de Arquivos fossem muito frescas.

> Enfim, no Brasil, o Estado parece prescindir da memória – ao menos daquela que se expressa nos registros materiais da sua ação ao longo do tempo – como instância legitimadora. Até porque talvez tenha constituído **estratégias de legitimação pelo esquecimento**, das quais os arquivos públicos seriam umas das expressões mais evidentes. Como tal, os arquivos públicos encontram-se também deslegitimados no aparelho do Estado e na sociedade em geral. Tais considerações requerem a observação desses processos como objeto da historiografia, o que infelizmente ainda é quase inexistente no caso do Brasil" (Jardim,1996, p.10, grifo meu).

Concordo com a citação acima naquele contexto. Na atualidade, creio que as instituições arquivísticas públicas incorporaram a memória como algo dado, ao assumir o discurso de que arquivos são lugares de memória e ponto. Arquivos continuam a prescindir de uma discussão sobre memória como instância legitimadora, inclusive para escapar da condição de espaço de legitimação do esquecimento.

Para retomar o tema "Memória e arquivo", é preciso pensar no *presentismo*, ideia que marca nosso atual regime de historicidade, conforme alerta F. Hartog (2013): "O historiador agora aprendeu a não reivindicar nenhum ponto de vista predominante. O que

não o obriga de forma alguma a viver com a cabeça enterrada na areia ou unicamente nos arquivos e enclausurado em *seu* período" (Hartog, 2013, p. 37, itálico do autor).

Partindo de diversas experiências do tempo, o regime de historicidade se pretenderia uma ferramenta heurística, ajudando a melhor apreender, não o tempo, todos os tempos, ou a totalidade do tempo, mas principalmente momentos de crise do tempo, aqui e lá, quando, justamente perdem sua evidência as articulações do passado, do presente e do futuro (*idem*).

Lançar luz sobre a crise do tempo em que vivemos seria também uma forma de iluminar os debates sobre a memória e a história, a partir das categorias de tempo essenciais do autor. Resumidamente, "um presente continuamente consumado no imediatismo ou quase estático e interminável", "um passado esquecido ou demasiado lembrado" e "um futuro que quase desapareceu do horizonte".

Diante dessa nova crise trazida pela experiência com o tempo, vejo a memória e a história institucional como temas de trabalho que nos permitem conhecer as decisões de tratamento ou não de conjuntos documentais, escolhas e hierarquizações. Ou, ainda, os processos de monumentalização de documentos, alçados à condição de sínteses de um acontecimento ou de conexões com o mundo, para, assim, pensar no trabalho do arquivista em meio às tensões trazidas pela história e pelo tempo histórico que se produz pela distância criada entre o campo da experiência e o campo da expectativa, se concordamos com Koselleck (2006).

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO: CRIAÇÃO E POTENCIALIDADES DO ARQUIVO INSTITUCIONAL

O contexto de criação do Arquivo Público Mineiro, em fins do século XIX, abordado nesta terceira parte do texto, foi marcado pelo risco de perda que a mudança das repartições da administração estadual para a nova Capital – Belo Horizonte – poderia representar para a memória de Minas Gerais. Na preparação para a mudança tivemos dois discursos de memória construídos em sentidos e locais distintos. O primeiro voltava-se para a salvação de uma memória de glórias coloniais, que começavam com a descoberta do ouro, e para a criação do Arquivo, que leva nosso adjetivo pátrio em seu nome – reflexo de suas preocupações fundantes com as questões de identidade e de destinação memorial da própria cidade de Ouro Preto. Esse Arquivo deveria permanecer na antiga capital e dar origem, futuramente, a uma biblioteca e a um museu, também mineiros, gestados dentro do Arquivo. O segundo, atrelado às ideias de modernidade republicana, previa a constituição de um arquivo "digno da memória" da nova capital, que seria a origem de um arquivo municipal.[1]

1 Para conhecer o acervo da Comissão Construtora, recomendamos o repositório que reúne virtualmente o seu acervo, desde 2004, disperso pelo Arquivo Público Mineiro, Arquivo Público da Cidade de Belo

Por ocasião de sua criação, o APM, por iniciativa de seu primeiro diretor, José Pedro Xavier da Veiga, lançou mão das melhores práticas de instituições congêneres da época: Arquivo Nacional, Biblioteca Nacional e Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Como instituição já portadora de um regulamento que deixava claro sua missão, assim como suas funções, atividades e estratégias para sua instalação, capaz de garantir o reconhecimento de suas obrigações, já podia garantir rapidamente a salvaguarda dos acervos, acumulados desde o final do século XVII. Dentre essas estratégias destaca-se a criação de uma rede de correspondentes da instituição, que foram alçados à condição de identificadores de documentos de interesse para a história e a memória de Minas Gerais, assim como da *Revista do Arquivo*, em 1896, na qual se pretendia publicar documentos de interesse para a história do estado, instrumentos de pesquisa e histórias das localidades mineiras a serem escritas pelos correspondentes e colaboradores da instituição.

O regulamento do APM trazia desde um temário essencial para guiar a busca de documentos do próprio estado nas repartições, até as bases para a organização do Arquivo – em seções dedicadas à Colônia, Império e República – e a construção da história e da memória do estado, com o auxílio dos correspondentes espalhados por municípios mineiros, capitais dos estados vizinhos, capital federal e Portugal, como uma estrutura de cargos necessários ao desenvolvimentos desses trabalhos.

A partir dessa rápida e sintética apresentação, é possível dimensionar o papel do arquivo do arquivo, especialmente da correspondência trocada com correspondentes e colaboradores da Revista, desde os primeiros anos da instituição, para que os usuários entendam, por exemplo, como tantos acervos municipais e privados chegaram ao APM. Assim, proponho retomar a pergunta de provocação inicial sobre quais surpresas um arquivo institucional como o do APM poderia nos trazer num evento que congrega profissionais de arquivo, como o Congresso Nacional de Arquivologia.

Selecionei no arquivo institucional do APM, com a ajuda de meus companheiros do projeto que concluímos agora, em 2024[2], uma cópia do "Anteprojeto de criação de curso de Arquivologia da UFMG", de 1974, apresentado como anexo no dossiê de um outro projeto desenvolvido pelo APM em parceria com a Escola de Biblioteconomia e Departamento de História da UFMG, 1974-1976. Tal documento traz um tema perfeito para nossas discussões sobre nossos percursos formativos na Arquivologia neste Congresso, na medida em que nos mostra outras motivações para a proposição de um curso Arquivologia: a própria experiência dos professores universitários de Biblioteconomia e História, que os leva a

Horizonte e Museu Histórico Abílio Barreto. Disponível em: http://www.comissaoconstrutora.pbh.gov.br/. Acesso em 01 out. 2024. Para uma análise mais ampla do contexto, PARRELA (2009).

2 Agradeço a Ygor Souza, do Arquivo Permanente do APM, por ter providenciado a digitalização do referido dossiê, que não está entre as datas-limite do projeto desenvolvido para tratamento do arquivo do APM, que se encerra em 1975. O acesso a ele foi solicitado para compreender os projetos anteriores para tratamento do arquivo do arquivo.

perceber que as teorias e metodologias de suas respectivas áreas não eram suficientes e/ou eficazes para dar conta do trabalho na instituição arquivística estadual mineira.

A partir dessa experiência é que os professores das duas áreas investem no estudo da teoria arquivística, destacando especialmente as leituras de T. R. Schellenberg[3], autor bastante citado no dossiê, e identificam o que um curso deveria oferecer aos alunos – com a capacidade instalada nos dois cursos naquele momento – para que eles pudessem atuar em instituições como o APM.

Essa discussão sobre as necessidades de se criar um curso de graduação a partir da prática do Arquivo pode ampliar o debate sobre como e por que surgem os cursos de arquivologia no país.

Irion[4], citado por Ferreira e Konrad (2013, p. 138), afirma que o curso de Arquivologia de Santa Maria "foi projetado no sentido de atender às solicitações do mercado de trabalho emergente do desenvolvimento sócio-econômico-cultural e em razão da crescente demanda de profissionais habilitados para exercerem atividades técnicas e científicas em Arquivo." Sem maiores explicações sobre quem eram os representantes deste mercado demandante.

Georgete Rodrigues e Angélica Marques (2005, p. 76) apontam:

> Até a criação dos cursos de graduação em Arquivologia, as reflexões sobre a área originavam-se basicamente nas instituições arquivísticas e estavam estreitamente vinculadas às necessidades de resolução dos problemas que se impunham no cotidiano dessas instituições quanto ao tratamento dos seus acervos arquivísticos. Nesse aspecto, o Arquivo Nacional desempenhou um papel fundamental: formou técnicos de alto nível, produziu uma bibliografia técnica importante; traduziu e divulgou autores essenciais para a Arquivologia.

Documentos como a cópia do projeto de curso para a UFMG dos anos 1970 encontrado no dossiê sobre o projeto desenvolvido no APM lançam luz sobre o papel de outras instituições, além do Arquivo Nacional. Também, mostram as necessidades identificadas em outras partes do país e os esforços para o intercâmbio e aprendizagem. No mesmo conjunto documental encontramos ainda o *Relatório de serviço sobre Curso Técnico de Arquivo,* que mostra a participação da equipe da UFMG, em parceria com o APM, fazendo visitas a instituições do Rio de Janeiro e participando de um curso sobre arquivologia, promovido pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1976.

---

3 SCHELLENBERG, T. R. **Arquivos modernos**: os princípios e as técnicas de arquivo. 2. ed. São Paulo: FGV, 2002.

4 IRION, Plauta Carolina. **Cronologia do processo de instalação dos Cursos de Graduação da UFSM –1960 -1985**. Santa Maria: UFSM, Programa de Avaliação de Reforma Universitária, 1985. p.99.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho concordamos com a proposição de Paulo Roberto Elian dos Santos (2022) que nos instiga a dedicar atenção aos arquivos institucionais dos arquivos estaduais e municipais e aprofundar as pesquisas sobre suas histórias, atividades e constituição de seus acervos. O autor alerta que é necessário estudar as grandes influências, os principais marcos e ampliar aos poucos as fronteiras já estabelecidas no tema da história dos arquivos e da arquivologia.

Torna-se interessante estudar quais demandas surgem pelo país, fora do Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, por trabalho de arquivistas qualificados e por quais motivos não se tornou viável constituir cursos, escolas e a organização do campo de estudos.

O trabalho com os arquivos institucionais de estados e municípios, em perspectivas da arquivologia e da história institucional, tem enorme potencial para renovar o conhecimento da área sobre sua trajetória e suas fontes no país, além de influenciar discussões sobre os desafios dos arquivos e da arquivologia na atualidade.

É preciso avançar na discussão a respeito do "fazer arquivístico no âmbito institucional" e, no que diz respeito à memória institucional, romper com a estratégia de "legitimação pelo esquecimento", como já apontava Jardim no final do século passado. O trabalho arquivístico, contando com seu reconhecimento e valoração por meio dos arquivos dos arquivos, permite construir histórias institucionais e intelectuais de quem produziu soluções, em arranjo, descrição ou outras funções. Tudo isso construído a partir do diálogo com outras realidades e experiências.

REFERÊNCIAS

APM, Anteprojeto de criação de curso de Arquivologia da UFMG, 1974. **Dossiê de projeto desenvolvido pelo APM em parceria com a Escola de Biblioteconomia e Departamento de História da UFMG, 1974-1976**. 122 p.

APM, Relatório de serviço sobre Curso Técnico de Arquivo, 1976. **Dossiê de projeto desenvolvido pelo APM em parceria com a Escola de Biblioteconomia e Departamento de História da UFMG, 1974-1976**. 122 p.

ARENDT, H. **Origens do totalitarismo**: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos. **Nobrade**: Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006. 124p.

COUGO JUNIOR, Francisco Alcides. **A patrimonialização cultural de arquivos no Brasil**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2023 (Prêmio Nacional de Arquivologia Maria Odila Fonseca; 8). Disponível em: https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br/servicos/publicacoes/a-patrimonializacao-cultural-de-arquivos-no-brasil.pdf. Acesso: 2 out. 2024.

FERREIRA, Rafael C.; KONRAD, Glaucia V. R. O ensino de Arquivologia no Brasil: o caso dos cursos de Arquivologia do RS. **Biblos**, v. 28, n. 3, p. 128-152, 2014. Disponível em: https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/5358. Acesso: 2 out. 2024.

GONÇALVES, Janice. Os Arquivos no Brasil e sua proteção jurídico-legal. In: **Registro**: Revista do Arquivo Público Municipal de Indaiatuba. Indaiatuba, SP, Ano 1, n.1, jul. 2002, p. 28-43. Disponível em: http://www.ppgh.udesc.br/images/stories/Arquivos%20e%20movimentos%20sociais.pdf.

HARTOG, F. **Regimes de historicidade**: presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2013.

JARDIM, J. M. A invenção da memória nos arquivos públicos. **Ciência da informação**, v. 25, n. 2, 1996.

KAPLAN, E. "Muitos caminhos para verdades parciais": arquivos, antropologia e poder da representação. In: HEYMANN, L.; NEDEL, L.(org.). **Pensar arquivos**: uma antologia. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018. p. 177-191.

KOSSELECK, R. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

PARRELA, I. D. **Entre arquivos, bibliotecas e museus**: a construção do patrimônio documental para uma escrita da história da Pátria Mineira – 1895-1937. Tese (Doutorado em História) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

RODRIGUES, G. M.; MARQUES, A. A. da C. A inserção da Arquivística nos cursos de pós-graduação stricto sensu no Brasil. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, [S. l.], v. 2, n. 3, 2011. DOI: 10.21713/2358-2332.2005.v2.60. p. 75-92. Disponível em: https://rbpg.capes.gov.br/rbpg/article/view/60. Acesso em: 5 dez. 2024.

SANTOS, Paulo R. E. Um ensaio historiográfico sobre a história dos arquivos e da arquivologia no Brasil: balanço e perspectivas. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 3, set./dez. 2022. Disponível em: https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/download/1888/1780?inline=1. Acesso em: 01 out. 2024.

DIVERSIDADE CULTURAL E DIREITOS HUMANOS ANDAM JUNTOS: ENTRELAÇOS E PERSPECTIVAS COM OS ARQUIVOS E AS TECNOLOGIAS NAS SOCIEDADES CONTEMPORÂNEAS

Mônica Tenaglia
Universidade Federal do Pará

As sociedades contemporâneas têm sido cada vez mais marcadas pela diversidade cultural, como resultado do entrelaçamento entre diferentes comunidades, línguas e instituições que interagem por meio das tecnologias. Essas interações permitem a aproximação entre o local e o global, a maioria e as minorias, o centro e os marginalizados. Como aponta o Comunicado, emitido, em 2010, por um grupo de especialistas, das Nações Unidas, em comemoração ao Dia Mundial da Diversidade Cultural:

> os direitos humanos e a diversidade cultural andam de mãos dadas. A diversidade cultural só pode prosperar num ambiente que salvaguarde as liberdades fundamentais e os direitos humanos, como o direito à expressão, à informação e à comunicação, assim como a capacidade dos indivíduos de escolher expressões culturais e o direito de participar ou não da vida cultural de determinadas comunidades (Nações Unidas, 2010, Não paginado, tradução nossa).

No âmbito dessas discussões, podemos pensar que os arquivos desempenham um papel fundamental na relação entre direitos humanos e diversidade cultural ao compreendermos que os arquivos evidenciam os anseios e necessidades da humanidade, direitos, memórias e identidades.

Dessa forma, esta apresentação busca relacionar os direitos humanos e a diversidade cultural aos arquivos e ao ambiente, cada vez mais, digital. Para isso, são abordados alguns aspectos construídos a partir de duas perspectivas bibliográficas:

A primeira perspectiva bibliográfica é baseada em alguns pontos identificados na Declaração Universal sobre Diversidade Cultural, promulgada pelas Nações Unidas, em 2001[1], e que apresenta aspectos, particularmente, relevantes, para a relação da

1 Disponível em: https://www.ohchr.org/en/instruments-mechanisms/instruments/universal-declaration-cultural-diversity. Acesso em: 23 nov. 2024.

diversidade cultural e direitos humanos com os arquivos: 1) o acesso à informação como garantia fundamental à diversidade cultural e aos direitos humanos; 2) a defesa da diversidade cultural como um imperativo ético que inclui as minorias e as populações indígenas; 3) a necessidade da representação de diferentes grupos, identidades e sociedades que constituem a humanidade; 4) a preservação do patrimônio para a manutenção da diversidade cultural; 5) a necessidade de um ambiente propício que promova a acessibilidade; e 6) a importância da construção de parcerias entre os setores público, privado e as comunidades.

Uma segunda perspectiva que contribuiu para a elaboração dos pontos abordados nesta apresentação foi um texto do professor José Maria Jardim, publicado na revista PontodeAcesso, em 2009, e que foi apresentado no 15º Congresso Brasileiro de Arquivologia, realizado em Goiânia-GO, em 2008. Com o título "Diversidade arquivística e políticas de arquivos", ao discorrer sobre a formulação e implementação de políticas públicas no Brasil, o autor traz a seguinte reflexão: "as ações na formulação, implementação e avaliação de políticas arquivísticas não podem prescindir de um profundo conhecimento dessa diversidade: tanto da diversidade brasileira quanto da diversidade arquivística brasileira" (Jardim, 2009, p. 47-48).

Dessa forma, os aspectos abordados nesta apresentação buscam elucidar, também, questões relativas à diversidade arquivística brasileira, onde são apresentadas algumas iniciativas e pesquisas realizadas, nos últimos anos, no estado do Pará, e que dialogam com políticas arquivísticas e questões sobre diversidade geográfica, cultural e social.

A apresentação parte da compreensão de que a interseção entre diversidade cultural, direitos humanos e arquivos é fundamental para garantir que a memória coletiva de diferentes grupos sociais seja preservada e acessível, e que a efetivação dos direitos humanos, numa sociedade onde a existência de diferentes grupos e identidades é reconhecida, só é possível quando a diversidade cultural é observada. Essa "ampliação" de direitos humanos que se expande para discutir direitos, anteriormente, não reconhecidos, por exemplo, de grupos indígenas e minorias, vislumbrando outras noções de direitos humanos, é perceptível quando analisamos as discussões sobre violações de direitos humanos ocorridas durante a ditadura militar brasileira (1964-1985), investigadas por diferentes comissões da verdade, em diferentes partes do território nacional.

Embora essa pesquisa[2], que desenvolvo há alguns anos, não seja objeto de discussão nesta apresentação, gostaria de mencionar um aspecto na relação das comissões da verdade com os direitos humanos que vai ao encontro do que está sendo discutido nesta plenária:

2 Maiores informações em: Tenaglia, M. As comissões da verdade e os arquivos da ditadura militar brasileira. Brasília-DF: Editora UNB, 2024.

a Comissão Nacional Verdade (CNV) e outras comissões da verdade locais, criadas a partir de 2012, ou seja, há mais de dez anos, tinham um foco, quase que majoritário, nas violações de direitos humanos relacionadas aos crimes políticos, aos grupos que resistiram à ditadura militar e que, muitas vezes, estiveram presentes nos grandes centros urbanos e universidades, acabando, assim, por englobar grupos sociais específicos, da classe média, branca, em geral, masculina. Não que a escolha por investigar as violações de direitos humanos a esses grupos tivesse ocorrido de forma intencional. Mas, atualmente, é possível observar que as comissões da verdade recentes e as investigações sobre a ditadura militar desenvolvidas nos últimos anos têm ampliado a dimensão das violações de direitos humanos, de modo a incluir outros grupos minoritários, como os indígenas, mulheres, comunidade LGBTQIA+, mas, também, utilizando-se de novas percepções sobre o que são os direitos humanos, com base em realidades e identidades locais.

Exemplo disso é a Comissão Estadual da Verdade do Pará, que entregou o relatório final em 2023[3] e dedicou um capítulo inteiro às violações de direitos humanos ocorridas contra o grupo indígena Aikewara. Localizado próximo à região em que ocorreu a Guerrilha do Araguaia (1972-1974), os Aikewara foram instrumentalizados pelos militares na perseguição aos guerrilheiros e submetidos a todo tipo de trabalho forçado e abusos, além de terem o direito à colheita, à plantação e outros rituais de seu povo, violados. A discussão sobre os modos de vida e rituais, específicos a esse povo, foi realizada pela Comissão paraense, demonstrando novas formas de compreensão sobre os direitos humanos e que se relacionam, justamente, com o próprio entendimento sobre o que é a diversidade cultural[4].

Outro exemplo da ampliação sobre as dimensões dos direitos humanos é o Fórum Amazônia por Verdade, Justiça e Reparação, um grupo criado no âmbito de um fórum nacional[5] que visa investigar a relação das empresas com a ditadura militar. O fórum nacional surgiu de investigações da Comissão da Verdade do Ministério do Trabalho e da própria CNV que analisaram as violações de direitos humanos aos trabalhadores. No caso do Fórum amazônico, cuja ênfase é investigar, especificamente, uma empresa, a mineradora Paranapanema, percebeu-se que não seria possível analisar as violações aos trabalhadores e a atuação desta empresa durante o período ditatorial sem considerar

3 Algumas informações sobre o relatório final da Comissão Estadual da Verdade do Pará estão disponíveis no link a seguir, embora o relatório final não esteja mais disponível: https://www.alepa.pa.gov.br/Comunicacao/Noticia/7422/relatorio-da-comissao-da-verdade-sera-lancado-no-dia-31-de-marco#:~:text=A%20Comiss%C3%A3o%20Estadual%20da%20Verdade,50%20anos%20do%20Golpe%20Militar. Acesso em: 23 nov. 2024.

4 Uma análise sobre as investigações da Comissão Estadual da Verdade do Pará sobre os Aikewara está disponível neste artigo: Tenaglia, M.; Carvalho, C. Os testemunhos dos Aikewara nas investigações da Comissão Estadual da Memória e Verdade do Pará. Revista NUPEM, Campo Mourão, v. 16, n. 38, p.1-14, mai./ago.2024. Disponível em: https://periodicos.unespar.edu.br/nupem/article/view/8698/6078. Acesso em: 23 nov. 2024.

5 Maiores informações em: https://linktr.ee/iiep_memoriaoperaria. Acesso em: 23 nov. 2024.

as violações dos direitos humanos aos grupos indígenas, uma vez que, a Paranapanema, sob permissão do Estado ditatorial, instalou-se em reservas indígenas de modo a explorá-las, a partir da falsificação de documentos cartográficos. As denúncias recebidas pelo Fórum amazônico são impressionantes, além de demonstrarem como a compreensão sobre as violações de direitos humanos durante a ditadura militar tem caminhado para incluir a diversidade cultural e grupos locais.

Dessa forma, a interseção entre diversidade, direitos humanos, arquivos e tecnologias podem ser compreendidas a partir de cinco pontos:

A PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA COLETIVA

Se pensarmos que os documentos de arquivo evidenciam as relações estabelecidas entre pessoas, grupos e instituições, é necessário que os arquivos recebam e preservem documentos que representem a diversidade cultural, étnica, de gênero e social, de forma a assegurar que vozes marginalizadas e grupos invisibilizados sejam ouvidos.

Aqui, destaco, duas questões que se impõem sob esse ponto: a) a necessidade de que as instituições arquivísticas realizem diagnósticos e análises críticas sobre os seus acervos para identificarem lacunas e ausências de informações sobre grupos presentes em suas realidades, mas também, uma análise de levantamentos de seus usuários e da revisão das políticas e práticas de aquisição, além do próprio envolvimento com as comunidades de interesse. Ao identificar e abordar as lacunas, os arquivistas podem garantir que seus acervos sejam mais abrangentes, equilibrados e relevantes; b) é necessária a efetivação de políticas públicas arquivísticas que possibilitem a gestão de documentos para o controle efetivo das informações produzidas, sua utilização e preservação, para que, de fato, os acervos arquivísticos sejam constituídos e recolhidos às instituições arquivísticas.

DIREITOS HUMANOS E O ACESSO À INFORMAÇÃO

A promoção do acesso à informação é um aspecto central aos direitos humanos e à diversidade cultural e está presente numa extensa literatura sobre os direitos humanos. Inclusive, compreende-se que o direito de acesso à informação é um direito humano que antecede a efetivação de outros direitos, ou seja, a informação é necessária para que direitos individuais, coletivos, sociais, e o direito ao meio ambiente e à sustentabilidade, tão debatidos, atualmente, sejam efetivados.

O direito de acesso à informação demanda o seu reconhecimento de forma legal e sua regulação que, no caso brasileiro, é um direito constitucional, é feita por meio da Lei de Acesso à Informação (LAI). A tecnologia tem, certamente, viabilizado, a efetivação da Lei, especialmente, por permitir que os órgãos públicos disponibilizem, periodicamente, informações sobre suas atividades e possibilitando que os cidadãos solicitem informações

por meio dos serviços online de informação aos cidadãos (e-SIC). Em pesquisas recentes, conseguimos estabelecer essa contribuição – e aqui destaco um projeto de pesquisa realizado nos últimos dois anos, onde analisamos a regulamentação da LAI no âmbito estadual paraense e nos seus 144 municípios. Conseguimos identificar que, à exceção de um município, todos os outros possuíam um site, um Portal da Transparência e um e-SIC, e que houve uma grande evolução desse cenário quando comparamos esses resultados a um estudo de Lopes e Furtado (2018) que identificou o Portal da Transparência em apenas 34 municípios paraenses.

Todavia, a regulação, regulamentação e os dispositivos para a efetivação do direito à informação também demandam que as pessoas que lidam com a informação estejam dispostas a disponibilizá-la. Na mesma pesquisa, quando solicitamos informação, pelo e-SIC, por meio dos sites dos 143 municípios paraenses, o retorno das respostas foi baixíssimo, em torno de 20%. Isso demonstra o que se sabe há bastante tempo: o acesso à informação demanda uma conscientização daqueles que a fornecem, uma mudança de cultura organizacional, uma conscientização de que o acesso à informação pública ou de interesse público é um direito e um dever de fornecê-la.

O acesso à informação também demanda a organização dessa informação, sua preservação e a elaboração de instrumentos de pesquisa. Na pesquisa de doutorado, desenvolvida há alguns anos, onde analisei o acesso aos arquivos da ditadura militar pelas comissões da verdade, foi possível identificar que as maiores dificuldades de acesso à informação foram decorrentes do estado de conservação e falta de organização dos acervos e, não, como antecipávamos, da resistência dos órgãos detentores das informações, como os militares, por exemplo, em disponibilizá-las[6].

Outro ponto que vai além da disponibilização dos arquivos é a sua promoção, a chamada "difusão em arquivos". Cada vez mais, as instituições arquivísticas têm utilizado as tecnologias e as mídias sociais para promover os seus acervos e visitas, além de incentivar a produção de conhecimento, a preservação do patrimônio e valorização das identidades locais. O uso das mídias sociais tem facilidade o acesso às informações anteriormente restritas, fisicamente, às instituições arquivísticas. Mas é importante, neste cenário, que as instituições arquivísticas não se esqueçam que existem usuários ainda pouco familiarizados com a tecnologia e que as visitas presenciais e o contato físico com os documentos ainda são muito necessários. Trago um exemplo de um projeto de difusão em arquivos que temos pesquisado, por meio de um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e, atualmente, por meio de uma dissertação de mestrado, que é o projeto

6 Maiores informações em: Tenaglia, M.; Rodrigues, G. Negação, ocultamento e (falta de) gestão documental: o acesso aos arquivos nos relatórios finais das comissões da verdade no Brasil. Informação & Informação, v. 25, n. 1, p. 276–301, 2020. Disponível em: https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/36130. Acesso em: 23 nov. 2024.

"Conectando Arquivos", promovido pelo Arquivo Público do Estado do Pará (APEP) que, além de organizar atividades na própria instituição, promove iniciativas em municípios paraenses, como Bragança, Barcarena, Cametá, Muaná e Curuçá, e desenvolvem atividades como exposições, palestras, oficinas, mesas redondas e rodas de conversas, além de minicursos em gestão de documentos e conservação e preservação, promovendo o intercâmbio institucional entre o APEP e as instituições locais. Um exemplo bastante interessante de como o Arquivo, literalmente, rompe com os seus muros e vai até as pessoas.

Há também a questão do "acesso igualitário" à informação: além de organizar a informação, produzir instrumentos de busca e de pesquisa, digitalizá-la, disponibilizá-la e promovê-la, seja fisicamente ou em sites e bancos de dados, é necessário pensarmos no usuário dessa informação e suas necessidades específicas. Isso inclui pessoas com deficiências e dificuldades, e, também, os idosos, que desenvolvem deficiências com o passar o tempo e é um público cada vez ativo socialmente.

REPRESENTATIVIDADE NOS ARQUIVOS

"Os arquivos têm o poder de privilegiar ou de marginalizar. Podem ser uma ferramenta de hegemonia; podem ser uma ferramenta de resistência" (Cook; Schwartz, 2002, p. 13, tradução nossa). Esta compreensão está inserida em discussões realizadas, desde as últimas décadas, que questionam os arquivos como locais de verdade e neutralidade, e que passam a propor intervenções críticas, fontes alternativas de informação e o uso de novas tecnologias digitais. Vão ao encontro de pesquisas que analisam a representatividade de gênero, mulheres, grupos minoritários, comunidades indígenas, LGBTQIA+, afrodescentes, de modo que os acervos representem, de fato, as experiências e histórias locais e das comunidades nas quais estão inseridos, alinhando-se às pesquisas sobre as intervenções e práticas ativistas dos arquivistas, em oposição ao papel neutro ou mesmo de mediador dos acervos e dos usuários. São importantes para compreender, criticamente, as lacunas e a constituição dos acervos.

A questão da representatividade nos arquivos também abrange questões éticas pois demanda que o arquivistas consigam abordar a documentação com sensibilidade, respeitando as peculiaridades e direitos das comunidades retratadas. Assim, resultam dessa abordagem a necessidade de revisão dos termos utilizados para representar as informações e os instrumentos de pesquisa.

COLABORAÇÃO ENTRE OS SETORES PÚBLICO, PRIVADO E COMUNIDADES

Na perspectiva da diversidade cultural e direitos humanos, realizar parcerias com as comunidades é essencial para entender e garantir que suas histórias sejam representadas de maneira adequada nos arquivos.

As comunidades produzem informações relevantes à Arquivologia há muito tempo, muitas dessas informações resultantes de iniciativas conscientes de suprir lacunas e ausências sobre si nos arquivos, bibliotecas e museus. Mas, também, muitas vezes, as informações dessas comunidades são organicamente produzidas como resultado de suas atividades, informações essas que evidenciam as formas de interrelacionamento entre as pessoas e o setor público, como resultado da ausência de políticas públicas, atuando para solucionar problemas, mediar a relação do cidadão com o Estado, buscar a efetivação de direitos e o exercício da cidadania.

A atuação de comunidades têm sido, cada vez mais, facilitada pelo uso das tecnologias digitais, especialmente, as mídias e redes, que potencializam sua capacidade de comunicação e mobilização, mas que, também, geram dificuldades para organizar e preservar as informações digitais. Nessa perspectiva, as instituições arquivísticas e os arquivistas podem atuar como orientadores da relação da comunidade e suas informações, indo ao encontro do que Terry Cook (2013) escreveu sobre o pós-custodial, onde afirmava que o papel do arquivista se transformaria de guardião para avaliador, depois de mediador para orientador.

EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO

A capacitação em diversidade cultural e direitos humanos parece ser essencial para preparar os arquivistas para a diversidade que se apresenta na sociedade. Alguns cursos de Arquivologia possuem disciplinas específicas sobre direitos humanos, outros trabalham a temática de forma pontual nos conteúdos, se alinhando com as perspectivas de pesquisa do docente. Essas discussões sobre a necessidade de um ensino específico que aborde os direitos humanos têm sido objeto de trabalhos recentes no Brasil[7].

Dessa forma, seria interessante ampliar essa discussão de modo a refletirmos como ensinamos – ou, se é possível, ensinar e aprender– sobre diversidade cultural aos alunos e alunas do curso de Arquivologia. Como fazermos para que os arquivistas e profissionais que atuam nos arquivos consigam ter um olhar crítico para a diversidade cultural, voltados à sua própria diversidade local, sem naturalizações e clichês? Penso que muita da literatura arquivística produzida sobre a temática nas últimas décadas - e que engloba, inclusive, as perspectivas decoloniais - tem sido realizada em países de língua inglesa que, até onde compreendo, formam arquivistas por meio de cursos de pós-graduação. Ou

7 Ver: Tenaglia, M.; Rodrigues, G. Partnerships between truth commissions and universities: possibilities for developing an archival education in human rights in Brazil. Education for Information, v. 38, p. 53-66, 2022. Disponível em: https://content.iospress.com/articles/education-for-information/efi211527. Acesso em: 24 nov. 2024. Araújo, P. A formação do arquivista à luz dos direitos humanos. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal Fluminense, 2023. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFF-2_85f542ef9f81c4d2d93be509069b388e. Acesso em: 23 nov. 2024. Cougo Jr., F. O ensino de arquivos, Arquivologia e direitos humanos no Brasil. Inclusão Social, v. 16, n. 1, p. 1-14, 2022. Disponível em: https://revista.ibict.br/inclusao/article/view/6388. Acesso em: 23 nov. 2024.

seja, esses alunos e alunas iniciam o curso de Arquivologia com conhecimentos, anteriormente, adquiridos num curso de graduação, muitas vezes, em História, Literatura e Tecnologia. Como, então, no Brasil, podemos fazer para que os nossos alunos e alunas tenham uma compreensão mais ampla de suas realidades, que não seja importada de pesquisas de outras regiões e que, muitas vezes, não dialogam com suas localidades, para que, como profissionais, consigam compreender se há ou não diversidade em seus acervos? Nós falamos da necessidade de representação de determinados grupos nos acervos, mas todos esses grupos estão em todas as comunidades? Como fazer com que esses profissionais identifiquem quais são os grupos de relevância?

No estado do Pará, os alunos e alunas, por conta de uma ausência de informações sobre a sua história local nos livros didáticos, possuem uma matéria, a partir do Ensino Fundamental II, chamada Estudos Amazônicos ou Estudos Regionais. No próprio curso de Arquivologia da Universidade Federal do Pará (UFPA), que é um curso relativamente novo, possuimos as disciplinas "Formação Socioeconômica do Brasil e da Amazônia" e "História do Brasil e Formação de Acervos", ministradas pelos professores do curso de Arquivologia com formação no curso de História. Mas, se pensarmos na história do Brasil, tradicionalmente ensinada, numa perspectiva que contempla a chamada "história oficial", muito relacionada à história do Sudeste e do Sul, isso, por si só, garante que o ensino de História a uma pessoa do interior de São Paulo, como eu, realmente aprenda sobre a sua história local? Esses alunos e alunas, depois, na graduação em Arquivologia, conseguem compreender os diferentes grupos que constituiram a sua região e que ainda constituem? Eles conseguem compreender essa diversidade?

Dessa forma, longe de ofecerer uma solução a essa última indagação, acredito que seja o caso de refletirmos sobre essas questões com um olhar voltado à formação e capacitação dos futuros arquivistas, uma vez que, cada vez mais, a diversidade cultural será um tema frequente na área da Arquivologia pois enriquece as práticas arquivísticas e o patrimônio documental, mas, que acima de tudo, fortalece a democracia e a coesão social.

REFERÊNCIAS

COOK, Terry. Evidence, memory, identity, and community: four shifting archival paradigms. **Archival Science**, v. 13, n. 2, p. 95-120, 2013. Disponível em: https://link.springer.com/article/10.1007/s10502-012-9180-7. Acesso em: 23 nov. 2024.

COOK, Terry; SCHWARTZ, Joan. Archives, Records, and Power: the making of modern memory". **Archival Science,** v. 2, n. 1-2, p. 1-19, 2002. Disponível em: http://metafactory.ca/arch-eph/wp-content/uploads/2013/09/schwartz-cook2002.pdf. Acesso em: 23 nov. 2024.

LOPES, Paula; FURTADO, Renata. Direito à informação arquivística governamental via web nos municípios do estado do Pará. **ÁGORA: Arquivologia Em Debate**, v. 28, n. 56, 164–177. Disponível em: https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/673. Acesso em: 23 nov. 2024.

JARDIM, José Maria. Diversidade arquivística e políticas de arquivos. **PontodeAcesso**, Salvador, v. 3, n. 1, p. 46-59, abr. 2009. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/3312. Acesso em: 14 nov. 2024.

NAÇÕES UNIDAS. **Human rights are essential tools for an effective intercultural dialogue**. 21 May 2010. Disponível em: https://www.ohchr.org/en/statements/2010/05/human-rights-and-cultural-diversity-go-hand-hand-say-un-experts. Acesso em: 23 nov. 2024.

POR UMA HISTÓRIA DO CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA

Angelica Alves da Cunha Marques
Universidade de Brasília
Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
Universidade Federal do Rio de Janeiro

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Eu não poderia iniciar a minha fala sem antes agradecer à comissão organizadora do X Congresso Nacional de Arquivologia (CNA), em nome da minha querida amiga Leide Mota e da Prof.ª Dra. Maria Teresa Navarro de Britto Matos, por me convidarem para participar desta plenária final, que possui um título tão significativo: "O legado dos Congressos Nacionais de Arquivologia". Igualmente, agradeço à Prof.ª Dra. Georgete Medleg Rodrigues, ao Prof. Dr. José Maria Jardim e ao colega José Adilson Dantas por compartilharem esta mesa – mediada pelo querido amigo, Prof. Dr. Francisco José Aragão Pedroza Cunha –, e as memórias do CNA.

A minha fala será direcionada por este título, com o propósito de apresentar uma parte dos documentos que compõem este legado. Inicialmente, retomo brevemente o histórico da Arquivologia no Brasil, especialmente sobre os eventos científicos arquivísticos nacionais. Em seguida, divido a minha fala em duas partes, quando me detenho a apresentar: a) uma análise dos temas gerais, b) e das mesas, dos eixos e das áreas de concentração, sob as quais foram apresentadas comunicações ao longo das dez edições do CNA.

Para tanto, em abril deste ano, consultei os anais dos primeiros nove CNAs, disponíveis na página do Fórum Nacional das Associações de Arquivologia do Brasil (FNARq). Na verdade, os anais do V CNA (Salvador, 2012), cujo *link* não abriu durante a minha consulta, foram gentilmente compartilhados pela amiga Leide, a quem reitero os meus agradecimentos. Os temas dos CNAs, assim como das suas mesas, dos seus eixos e das suas áreas de concentração foram classificados tematicamente segundo a proposta de Couture, Martineau e Ducharme (1999), numa visão facetada (Guinchat; Menou, 1994).

BREVE HISTÓRICO DA ARQUIVOLOGIA NO BRASIL: OS EVENTOS CIENTÍFICOS NACIONAIS

Um ano após a sua criação, a Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB) organiza o I Congresso Brasileiro de Arquivologia (CBA), em 1972, composto por temas gerais e especiais. Na segunda edição, houve temas gerais e, na terceira, sessões plenárias e temas especializados. Da quarta até a 17ª edição, o CBA contou com um tema geral a cada edição.

Ao longo das suas 17 edições, o congresso organizado pela AAB contemplou questões relacionadas às políticas, à formação profissional, à terminologia, às funções, à gestão dos documentos, da informação e dos arquivos; aos diferentes papéis e valores dos arquivos e dos documentos; à teoria, às tecnologias aplicadas aos arquivos, aos arquivos especializados e à prospectiva arquivística. O seu encerramento coincidiu com a conclusão das atividades da associação, em 2015 (Portal da Rede ARQUIFES, 2015).

Quadro 1 – Temas dos CBAs (1972-2012)

LOCAL / ANO TEMAS	
I Rio de Janeiro (1972)	- **Temas gerais**: Sistema Nacional de Arquivos A formação e a profissão do arquivista no Brasil Terminologia arquivística As modernas técnicas aplicadas aos arquivos A importância dos arquivos para a pesquisa histórica O valor do arquivo na administração A significação dos arquivos para as atividades técnico científicas - **Temas especiais**: Arquivos médicos
II São Paulo (1974)	Conservação e restauração de documentos Critérios de eliminação de documentos A importância dos arquivos na empresa Arquivos hospitalares Os arquivos de imprensa
III Rio de Janeiro (1976)	**- Sessões plenárias**: Política Brasileira de Arquivos/Plano Nacional de Cultura Recursos humanos na área de arquivo Teoria das Três Idades do arquivo Conservação e restauração de documentos Automação e microfilmagem nos arquivos **- Temas especializados:** Arquivos médicos Arquivos de plantas, mapas, desenhos e fotografias Arquivos judiciários Arquivos pessoais e familiais Arquivos impressos
IV Rio de Janeiro (1979)	Os arquivos e sua utilização

LOCAL / ANO TEMAS	
V Rio de Janeiro (1982)	Os arquivos na realidade brasileira
VI Rio de Janeiro (1986)	Arquivos: política, administração, cultura
VII Brasília (1988)	Nova Arquivística: administração de documentos, informática, acesso à informação
VIII Salvador (1990)	Arquivologia e gestão da informação: tecnologias e perspectivas
IX Santa Maria (1992)	O arquivista na era da informação
X São Paulo (1994)	Rumos e consolidação da Arquivologia
XI Rio de Janeiro (1996)	Dimensões emergentes da Arquivologia
XII João Pessoa (1998)	Os desafios da Arquivologia rumo ao terceiro milênio
XIII Salvador (2000)	Os Arquivos e o descobrimento de um novo Brasil
XIV Rio de Janeiro (2006)	A Arquivologia e a construção social do conhecimento
XV Goiânia (2008)	A Arquivologia no Brasil: diversidades, desigualdades e perspectivas
XVI Santos (2010)	O lugar do arquivo
XVII Rio de Janeiro (2012)	Preservação, acesso, difusão: desafios para as instituições arquivísticas no século XXI

Fonte: Marques (2011) e Base de Dados em Arquivística (2024).

Antes disso, em 2010, retomando a ideia da I Reunião Brasileira de Ensino de Arquivologia (REBRARQ) – organizada pela Universidade Federal Fluminense (UFF) com o apoio da Fundação Casa de Rui Barbosa, no Rio de Janeiro, em 1995 (Jardim; Fonseca, 1999) – é realizada a I Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (REPARq) em Brasília. Como a sua própria denominação indica, o evento orbita em torno do ensino e da pesquisa na área. Os seus temas são apresentados no quadro 2.

Quadro 2 – Temas das REPARqs (2010-2024)

LOCAL / ANO	TEMAS
I Brasília 2010	A formação e a pesquisa nas universidades públicas brasileiras
II Rio de Janeiro 2011	Novas dimensões da pesquisa e do ensino da Arquivologia no Brasil
III Salvador 2013	Perfil, evolução e perspectivas do ensino e da pesquisa em Arquivologia no Brasil
IV João Pessoa 2015	Pesquisa e ensino da Arquivologia no Brasil: o estado da arte
V Belo Horizonte 2017	Ensino e pesquisa em Arquivologia: cenários prospectivos
VI Belém 2019	A pesquisa e o ensino em Arquivologia: perspectivas na era digital
VII Rio de Janeiro 2022	Arquivos, democracia e justiça social
VIII Vitória 2024	Multiverso arquivístico: ensino e pesquisa na Arquivologia brasileira

Fonte: Fórum Nacional de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (2024).

O CNA: TEMAS GERAIS

Nas duas primeiras edições do CNA, houve mesas, dentro das quais foram apresentadas comunicações livres. A terceira edição contou com dois eixos temáticos – A Arquivologia contemporânea: métodos, objetos e dimensões teóricas; A Arquivologia e suas relações com outros campos do conhecimento (seja nas práticas profissionais ou na produção do

saber arquivístico) – e sete áreas de concentração (mas as comunicações livres não foram apresentadas dentro delas e não houve título para as sessões).

A quarta edição contou com três plenárias principais, 11 encontros paralelos, apresentação de documentários, painéis, minicursos e várias mesas com apresentação de trabalhos distribuídos em seis temáticas diferentes. A partir dessa edição, verificamos um grande aumento no número de comunicações livres (inclusive com a repetição de temas em diferentes mesas), o que inviabilizou a sua análise neste trabalho.

Na quinta edição, as comunicações livres não foram vinculadas a temas. Conforme a sua Programação Geral e Resumos:

> A programação científica do V CNA destaca questões estratégicas de interesse para a Arquivologia, no século XXI. Orientam as Sessões Plenárias os seguintes eixos: "**Antigas disciplinas, novas possibilidades em rede**" que objetiva apresentar as tradicionais disciplinas Arquivísticas, como Paleografia e Diplomática, e suas possibilidades e transformações no contexto da web; "**Gestão de Arquivos em ambientes conectados**" que discutirá a inserção e os avanços na gestão arquivística motivados pela Internet; e "**Internet e Arquivologia**" que pretende estabelecer as correlações entre a Internet e a Arquivologia com o intuito de evidenciar o cenário emergente da web 2.0. (Congresso Nacional de Arquivologia, 2012, p. 7, grifos do autor).

Os anais do V CNA (Salvador, 2012) demonstram que as comunicações apresentadas no evento não foram vinculadas a mesas/eixos temáticos. Por isso, não os analisamos neste trabalho. Nas últimas edições (a partir da sexta), houve eixos temáticos (não a denominação de mesas e áreas de concentração). Nessas edições, não há a indicação dos nomes dos coordenadores dos referidos eixos. Começando pelos temas gerais dos CNAs, temos o quadro 3.

Quadro 3 – Informações gerais sobre os CNAs (2004-2024)

Edição	Ano	Cidade	Tema	Organização	Anais
I	2004	Brasília DF	Os arquivos no século XXI: políticas e práticas de acesso à informação	Associação Brasiliense de Arquivologia (ABArq) e Universidade de Brasília (UnB)	https://www.aargs.com.br/ICNA/
II	2006	Porto Alegre RS	Os desafios do arquivista na sociedade do conhecimento	Associação dos Arquivistas do Estado do Rio Grande do Sul (AARS)	https://www.aargs.com.br/IICNA/

Edição	Ano	Cidade	Tema	Organização	Anais
III	2008	Rio de Janeiro RJ	Arquivologia e suas múltiplas interfaces*	Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro (AAERJ)	http://www.aaerj.org.br/wp-content/uploads/2012/08/Anais-III-CNA.pdf
IV	2010	Vitória ES	A gestão de documentos arquivísticos e o impacto das novas Tecnologias de Informação e Comunicação	Associação dos Arquivistas do Estado do Espírito Santo (AARQES)	https://drive.google.com/file/d/1nsJ_swVnZzBlIWAJLVXLy8bzjb9TiWln/view
V	2012	Salvador BA	Arquivologia e internet: conexões para o futuro	Associação dos Arquivistas da Bahia (AABA)	https://www.arquivista.net/AnaisEventos/cna2012/<?>
VI	2014	Santa Maria RS	Arquivologia: sustentabilidade e inovação	Associação dos Arquivistas do Estado do Rio Grande do Sul (AARS)	https://www.slideshare.net/dfloresbr/arquivologia-sustentabilidade-e-inovao-vi-congresso-nacional-de-arquivologia-anais-do-vi-cna-2014
VII	2016	Fortaleza CE	Arquivologia: da interdisciplinaridade à interoperabilidade	Associação de Arquivistas do Estado do Ceará (ARQUIVE-CE)	http://arquivologiauepb.com.br/racin/publicacaoanterior_v4nesp.htm RACin Revista Analisando em Ciência da Informação v. 4, n. especial (Out. 2016)
VIII	2018	João Pessoa PB	Ética, responsabilidade social e políticas de acessibilidade para a Arquivologia	Associação dos Arquivistas da Paraíba (AAPB) Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) Universidade Federal da Paraíba (UFPB)	http://arquivologiauepb.com.br/racin/publicacaoanterior_v6nesp.htm RACin Revista Analisando em Ciência da Informação v. 6, n. especial (Out. 2018)
IX	2022	Florianópolis SC	A transformação digital e o papel social da Arquivologia	Associação de Arquivistas do Estado de Santa Catarina (AESC)	https://fnarq.com.br/ix-cna-2022/
X	2024	Salvador BA	A Arquivologia e as tecnologias disruptivas: o arquivista na era de ciência da dados e da inteligência artificial	Fórum Nacional das Associações de Arquivologia do Brasil (FNARq) AABA	https://fnarq.com.br/x-cna-2024/

Fonte: elaboração própria, conforme os anais do CNA disponíveis no *site* do Fórum Nacional das Associações de Arquivologia do Brasil (2024).

* Eixos temáticos: A Arquivologia contemporânea: métodos, objetos e dimensões teóricas; A Arquivologia e suas relações com outros campos do conhecimento (seja nas práticas profissionais ou na produção do saber arquivístico).

Os temas dos eventos são, evidentemente, bastante abrangentes e a sua análise demonstra que eles se referem, majoritariamente, aos arquivos e à sociedade, contemplando a Arquivologia como disciplina, à profissão de arquivista e ao papel social dos arquivos, de forma extensiva.

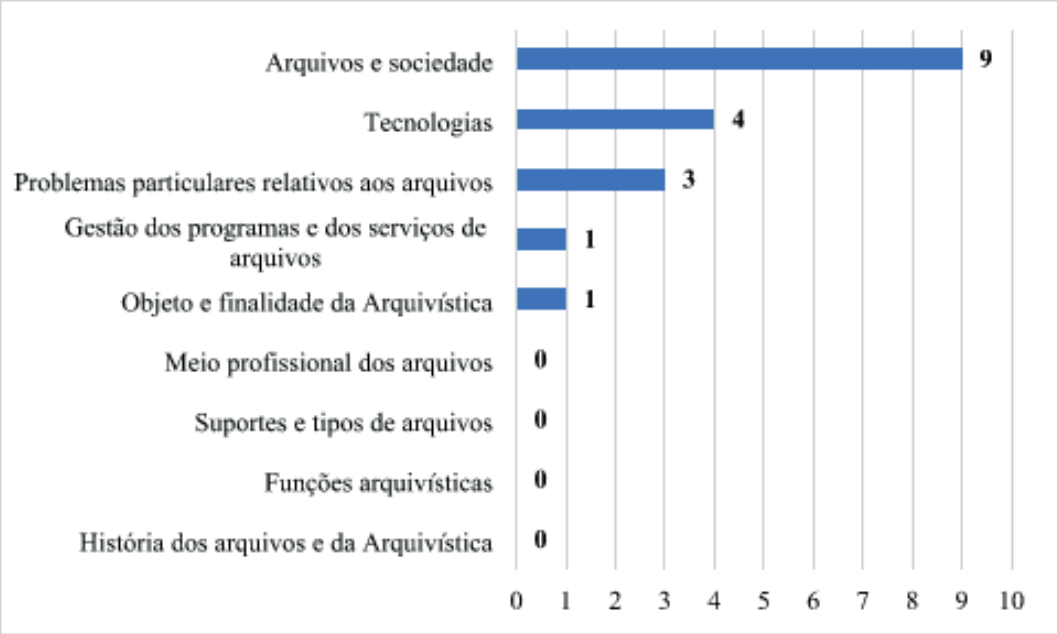
Figura 1 – Palavras que representam os temas gerais dos CNAs (2004-2024)

Fonte: elaboração própria, conforme os anais dos CNAs.

Pelo gráfico 1, podemos notar que nove das dez edições do CNA abrangeram o tema "arquivos e sociedade", no que diz respeito às interfaces da Arquivologia, à atuação do arquivista, ao acesso aos arquivos e à acessibilidade estudada pela disciplina. Em segundo lugar, aparecem as tecnologias e as suas repercussões na gestão de documentos e no papel social da Arquivologia, na relação com a Internet e com a gestão de dados. A questão do

acesso também aparece no tema "problemas particulares relativos aos arquivos", inclusive relacionada à ética.

Gráfico 1 – Classificação dos temas dos CNAs



Fonte: elaboração própria, conforme Couture, Martineau e Ducharme (1999).

Gostaria de chamar a atenção para os temas de pesquisa propostos por Couture, Martineau e Ducharme (1999) que não aparecem nas temáticas gerais dos CNAs: meio profissional dos arquivos, suportes e tipos de arquivos e funções arquivísticas, que são temas mais voltados para a microarquivologia e, certamente, aparecem nos eixos e nas mesas em que as comunicações foram apresentadas.

Importante explicar o que é macroarquivologia e microarquivologia, termos apresentados por Jardim (2018), em menção a José Manuel Mata Castillon[1] e a Maria Luísa Conde Villaverde (2016). Segundo esta autora, tratam-se de termos importados da Economia. No escopo da macroarquivologia, ela considera a Arquivologia e os arquivos no contexto da organização do Estado, sua estrutura e funcionamento. Como indicadores da sua atuação, Conde Villaverde os considera no âmbito do governo e das políticas públicas, e aponta para as instituições arquivísticas na estrutura do Estado, a sua vinculação aos serviços e aos quadros de carreira, a criação de cursos para a formação de arquivistas, a

1 Segundo Conde Villaverde (2016), o então subdiretor federal dos Arquivos Estatais foi um dos grandes pensadores e propulsores da Arquivologia espanhola, no século 20. E teria utilizado os termos "*Macro y Micro Archivística*", na Espanha, nos anos 1970.

legislação para o funcionamento dessa estrutura e a internacionalização dos arquivos. A microarquivologia, por sua vez, abriga-se, segundo a pesquisadora, no empirismo e no pragmatismo burocrático que regulam o funcionamento dos arquivos. Centra-se nos fazeres arquivísticos em torno da organização da massa documental acumulada e da descrição e preservação dos documentos considerados históricos.

Jardim (2018) referencia a obra de Conde Villaverde e as interfaces da macro e da microarquivologia, assinalando a tradicional predominância desta em relação à aquela nas práticas arquivísticas. O estudioso propõe o seguinte quadro para demarcar a sua coexistência e as suas particularidades:

Figura 2 – A macroarquivologia e a microarquivologia

Arquivologia	
Macroarquivologia	**Microarquivologia**
Processos de organização e funcionamento de instituições e serviços arquivísticos; desenho e implementação de programas, projetos, redes e sistemas; definição, execução e avaliação de políticas arquivísticas; prospectiva arquivística* etc.	Processos técnico-científicos inerentes ao desenvolvimento de funções arquivísticas** (produção, avaliação, aquisição, conservação, classificação, descrição e difusão) envolvidas na gestão de documentos correntes e intermediários e na administração de arquivos permanentes etc.

* Conforme Martín-Pozuelo, prospectiva arquivística refere-se à investigação que "se plantea y se desarrolla para dar respuesta a los interrogantes y la incertidumbre respecto al futuro de los archivos y de la archivística así como al estudio de los factores de cambio que determinarán ese futuro. Dicho de otra manera, la prospectiva archivística no es otra cosa que la aplicación al estudio de los archivos de las técnicas que nos hacen posible el conocimiento y la anticipación sobre su futuro con el fin de diseñar estrategias para promover su calidad y desarrollo integral".

** Funções arquivísticas nos termos definidos por Couture e Rousseau (1998).

Fonte: Jardim (2018, p. 34).

Voltando à nossa classificação dos temas gerais do CNA, a situação mais preocupante me parece ser a da "história dos arquivos e da Arquivística" que não aparece explicitamente. Apesar de transversal, defendo que esta temática, dada a sua relevância para todos os estudos arquivísticos, não pode ficar diluída em outros temas e deve ser evidenciada (Marques, 2024).

O CNA: MESAS, EIXOS E ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO

A segunda parte da minha fala diz respeito aos temas das mesas, dos eixos e das áreas de concentração em que as comunicações dos CNAs foram distribuídas e apresentadas, conforme a sua programação (quadro 4).

Quadro 4 – Mesas, eixos e áreas de concentração dos CNAs

Edição	Tema	Mesas	Coordenador(a)
I 2004 Brasília	Os arquivos no século XXI: políticas e práticas de acesso à informação	Mesa 01: Arquivos e Memória	Prof.º Jackson Cavalcanti Jr. (Prefeitura de Olinda)
		Mesa 02: Arquivos da Repressão e Documentos Sigilosos: Questões de Tratamento e Acesso	Prof.ª Dr.ª Geralda Dias Aparecida (UnB)
		Mesa 03: Aspectos Teóricos e Conceituais da Informação Arquivística	Prof.ª Eliane Braga de Oliveira (UnB)
		Mesa 04: Arquivistas e Bibliotecários: Formação e Mercado de Trabalho	Prof. Jorge Vivar (UFRGS)
		Mesa 05: Arquivos de Universidades	Prof.ª Larissa Candida Costa (UnB)
		Mesa 06: Arquivos Médicos	Prof.º Rogério Henrique de Araújo Júnior
		Mesa 07: Documentos Eletrônicos: Normalização, Preservação, Gestão e Acesso I	Vanderlei Batista dos Santos (Câmara dos Deputados)
		Mesa 08: Documentos Eletrônicos: Normalização, Preservação, Gestão e Acesso II	Prof.ª Dr.ª Elmira Simeão (UnB)
		Mesa 09: Organização, Preservação e Acesso de Documentos Fotográficos	Vânia Moreira Caldas (Correio Braziliense)
		Mesa 10: Práticas de Gestão Documental nos Arquivos Privados	Prof. Rogério Henrique de Araújo Júnior (UnB)
		Mesa 11: Práticas de Gestão Documental nos Arquivos Públicos	Maria Esperança de Resende (Coordenação Regional do Arquivo Nacional no DF)
		Mesa 12: Arquivos Notariais e Eclesiásticos	Prof.ª Eneida Izabel Schirmer Richter (UFSM)
		Mesa 13: Usos e Usuários dos Arquivos	Lúcia Margarida Alheiro (Casa Civil)
		Mesa 14: Tratamento de Acervos Arquivísticos I	Prof.ª Kátia Isabelli B. de Sousa (UnB)
		Mesa 15: Tratamento de Acervos Arquivísticos II	Profª Iracema Marinho (UnB)

Edição	Tema	Mesas	Coordenador(a)
II 2006 Porto Alegre	Os desafios do arquivista na sociedade do conhecimento	Mesa 1: Gestão do conhecimento e informatização	Adriana Berwanger
		Mesa 2: Políticas públicas e gestão de arquivos	Carlos Alessio Rossato
		Mesa 3: Políticas de conservação e formação profissional	Eneida Izabel Schirmer Richter
		Mesa 4: Políticas públicas e cidadania	Silvia Rita Vieira
		Mesa 5: Os arquivos: teoria e práticas	Rejane Maria Tonetto
III 2008 Rio de Janeiro	Arquivologia e suas múltiplas interfaces	Área de concentração 1: Ensino e pesquisa em Arquivologia	Moderadores das comunicações livres: Ricardo Sodré Andrade (UFBA) Lucina Ferreira Matos (FGV) André Ricardo de A. V. C. Luz (UFF/Ibict) Prof. Flávio Leal da Silva (UNIRIO) Welder Antônio Silva (UFF/Ibict)
		Área de concentração 2: Políticas arquivísticas	
		Área de concentração 3: Normalização arquivística	
		Área de concentração 4: Gestão e preservação de documentos digitais	
		Área de concentração 5: Gestão e preservação de documentos audiovisuais	
		Área de concentração 6: Tendências no mercado de trabalho	
		Área de concentração 7: Relações interdisciplinares: confluências e antinomias	

Edição	Tema	Mesas	Coordenador(a)
IV 2010 Vitória	A Gestão de Documentos Arquivísticos e o impacto das novas Tecnologias de Informação e Comunicação	Mesa 1: Ensino e pesquisa I	Maria do Rocio Fontoura Teixeira (UFRGS)
		Mesa 2: Ensino e pesquisa II	Angelica Alves da Cunha Marques
		Mesa 3: Ensino e pesquisa III	Solange Machado de Souza (UFES)
		Mesa 4: Ensino e pesquisa IV	Taiguara Villela Aldabalde (UFES)
		Mesa 5: Gestão e Preservação de Documentos Audiovisuais I	Luiz Carlos Da Silva (UFES)
		Mesa 6: Gestão e Preservação de Documentos Digitais I	Marília de Abreu Martins de Paiva (UFMG)
		Mesa 7: Gestão e Preservação de Documentos Digitais II	Elias Silva de Oliveira (UFES)
		Mesa 8: Gestão e Preservação de Documentos Digitais III	Patrick Rocha (AARQES/PMV-Programa Terra Mais Igual)
		Mesa 9: Normalização Arquivística I	Rosa da Penha Ferreira da Costa (UFES)
		Mesa 10: Políticas Arquivísticas I	Rita de Cássia Portela da Silva (FURG)
		Mesa 11: Políticas Arquivísticas II	Ana Célia Rodrigues (UFF)
		Mesa 12: Políticas Arquivísticas III	Linete Bartalo (UEL)
		Mesa 13: Políticas Arquivísticas IV	Tiago Braga da Silva (UFES)
		Mesa 14: Tendências no Mercado de Trabalho I	Aurora Leonor Freixo (UFBA)
V 2012 Salvador	Arquivologia e internet: conexões para o futuro	As comunicações livres não foram vinculadas a temáticas.	

Edição	Tema	Mesas	Coordenador(a)
VI 2014 Santa Maria	Arquivologia: sustentabilidade e inovação	Eixo Epistemologia da Arquivologia e formação profissional	Não há menção aos coordenadores.
		Eixo Inovação e sustentabilidade em arquivos	
		Eixo Acesso à Informação	
		Eixo Documentos arquivísticos digitais	
		Eixo Patrimônio documental e memória	
		Eixo Gestão documental	
VII 2016 Fortaleza	Arquivologia: da interdisciplinaridade à interoperabilidade	Eixo: Relações multidisciplinares e articulações e integrações interdisciplinares com a Arquivologia	Não há menção aos coordenadores
		Eixo: Cadeia de Custódia de Documentos Arquivísticos em Ambientes Digitais: Autenticidade versus Autenticação	
		Eixo: Representação da Informação: Descrição Arquivística, Taxonomia, Transparência, Difusão e Acesso	
		Eixo: Arquivos e Cultura, Políticas Públicas e Diversidade	
		Eixo: Patrimônio Documental e Memória	
		Eixo: Arquivista e Técnico de Arquivo: necessidades urgentes de formação e educação continuada	
		Eixo: Governo Eletrônico: Governança Arquivística, Dados Abertos e Padrões de Interoperabilidade de documentos Arquivísticos	

Edição	Tema	Mesas	Coordenador(a)
VIII 2018 João Pessoa	Ética, responsabilidade social e políticas de acessibilidade para a Arquivologia	Eixo: Epistemologia arquivística e interdisciplinaridade	Não há menção aos coordenadores
		Eixo: Gestão arquivística e gestão do documento arquivístico	
		Eixo: Representação arquivística, acesso e acessibilidade	
		Eixo: Documento e repositórios digitais	
		Eixo: Política arquivística e diversidade	
		Eixo: Ética e responsabilidade social	
		Eixo: Patrimônio e memória	
		Eixo: Associativismo e visibilidade profissional	
IX 2022 Florianópolis	A transformação digital e o papel social da Arquivologia	Eixo 1: O planejamento, a implementação e o uso de tecnologias da informação na gestão de documentos e de arquivos nos processos de transformação digital	Não há menção aos coordenadores
		Eixo 2: A função social e política dos arquivos e arquivistas na contemporaneidade	
		Eixo 3: Interlocuções entre teorias, métodos, técnicas e a prática na gestão de documentos e arquivos	
X 2024 Salvador	A Arquivologia e as tecnologias disruptivas: o arquivista na era de ciência da dados e da inteligência artificial	Eixo 1: Epistemologia da Arquivologia na era digital	Não há menção aos coordenadores
		Eixo 2: Gestão de dados, da informação e do conhecimento em Arquivologia	
		Eixo 3: Atuação profissional, práticas formativas e competências na Arquivologia frente à transformação digital	
		Eixo 4: Tecnologias disruptivas e a Arquivologia	
		Eixo 5: Patrimônio, cultura e diversidade na era de dados	
		Eixo 6: Gestão arquivística e preservação digital	

Fonte: elaboração própria, conforme os anais do CNA.

Com exceção da V edição (Salvador, 2012), nas demais edições do CNA houve 34 mesas, 30 eixos e sete áreas de concentração nas quais as comunicações foram distribuídas e

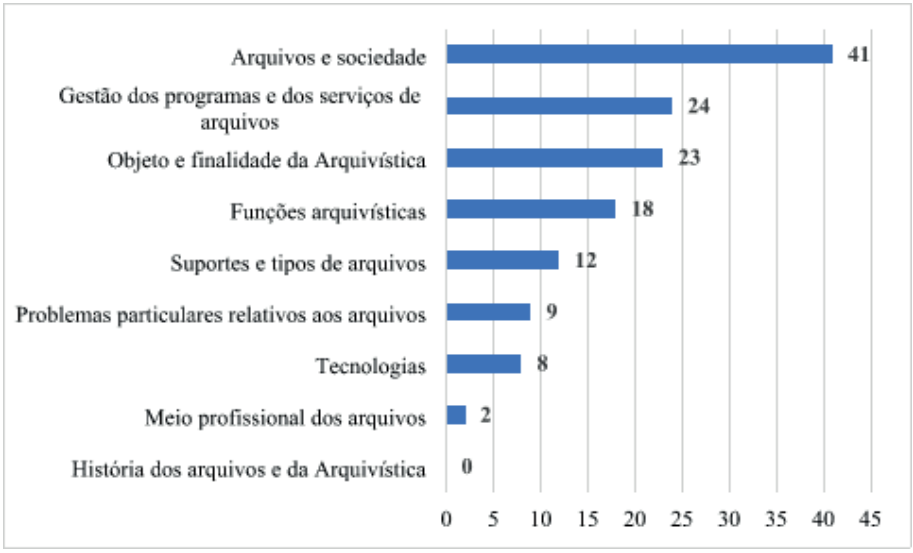
apresentadas por temas. Nesses casos, a diversidade temática é maior, como pode ser visualizado na figura 3.

Figura 3 – Palavras que representam os temas das mesas, dos eixos e das áreas de concentração dos CNAs

Fonte: elaboração própria, conforme os anais dos CNAs.

Pela análise dos temas dessas mesas, desses eixos e dessas áreas de concentração, de acordo com os temas propostos pelos pesquisadores canadenses (Couture, Martineau e Ducharme, 1999), novamente tem-se os "arquivos e sociedade" em evidência. Agora, aspectos relacionados à macroarquivologia e à microarquivologia se entrelaçam entre a gestão dos programas, dos serviços e dos documentos de arquivo, perpassadas pelo objeto e pela finalidade da disciplina, pelas funções arquivísticas, pelos suportes e tipos de arquivos e, com menos frequência, pelos problemas particulares relativos aos arquivos, às tecnologias e pelo meio profissional dos arquivos. A história dos arquivos e da Arquivologia não aparece nenhuma vez (gráfico 2), reiterando a minha preocupação a respeito.

Gráfico 2 – Classificação temática das mesas, dos eixos e das áreas de concentração dos CNAs



Fonte: elaboração própria, conforme Couture, Martineau e Ducharme (1999).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando este cenário, retomo a discussão e proposta de eixos mínimos para uma agenda de pesquisa em Arquivologia no Brasil, que apresentei na última REPARq, em Vitória (julho-agosto de 2024), a partir da figura 4.

Figura 4 – Eixos para uma agenda de pesquisa em Arquivologia no Brasil

Fonte: elaboração própria.

Nesta proposta, os arquivos, como objeto de estudo da Arquivologia e em seus vários sentidos, aparecem no centro, em uma figura espiral, em que os demais eixos se complementam dinamicamente: os fazeres (atividades) são conjugados com os meios profissionais (instituições e serviços) em que são realizados e a esse eixo se soma o associativismo, na perspectiva de representatividade do arquivista; as políticas de arquivo, em seus vieses nacional (e suas respectivas esferas estaduais e municipais) e institucionais se entrecruzam com a governança (em suas perspectivas de planejamento e supervisão) e a gestão de documentos, informações e dados; os usos e usuários são estudados em sua pluralidade de perfis, potencialidades, demandas e necessidades ao encontro da função social dos arquivos, alinhada aos compromissos da democracia, da ética, da justiça, da inclusividade e da acessibilidade. Por último, a epistemologia e a história do objeto, da disciplina e do profissional da Arquivologia perpassam os demais eixos transversalmente, entrecruzando as particularidades teórico-metodológicas da disciplina no horizonte das suas fronteiras epistêmicas e das suas relações com outras áreas.

REFERÊNCIAS

BASE DE DADOS EM ARQUIVÍSTICA. Disponível em: http://arquivistica.fci.unb.br/. Acesso em 16 de setembro de 2024.

CONDE VILLAVERDE, Maria Luísa. La aplicación de nuevos conceptos mediante una nueva metodología para alcanzar nuevos objetivos. TRIA: Revista Archivística de la Asociación de Archiveros de Andalucía, Sevilla, n. 20, 2016. Disponível em: https://www.archiverosdeandalucia.org/wp-content/uploads/2019/04/maria-luisa-conde-tria-20-4.pdf Acesso em 17 abr. 2024.

CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA. Programação Geral e Resumos. Arquivologia e Internet: conexões para o futuro. Salvador, 2012.

COUTURE, Carol; MARTINEAU, Jocelyne; DUCHARME, Daniel. **A formação e a pesquisa em arquivística no mundo contemporâneo**. Brasília: Finatec, 1999.

FÓRUM NACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES DE ARQUIVOLOGIA DO BRASIL. CNA: edições anteriores. Disponível em: https://fnarq.com.br/cnas/ Acesso em abr. 2024.

FÓRUM NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA EM ARQUIVOLOGIA. REPARq. Disponível em: http://www.feparq.org.br/. Acesso em 16 set. 2024.

GUINCHAT, Claire; MENOU, Michel. Introdução geral às ciências e técnicas da informação e documentação. 2. ed. revista e ampliada. Brasília: Ibict, 1994.

JARDIM, José Maria. Governança arquivística: contornos para uma noção. Acervo, Rio de Janeiro, v. 31, n. 3, p. 31–45, 2018. Disponível em: https://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/download/987/99 Acesso em 17 abr. 2024.

JARDIM, José Maria; FONSECA, Maria Odila. A formação do arquivista no Brasil. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1999.

MARQUES, Angelica Alves da Cunha. Interlocuções entre a arquivologia nacional e a internacional no delineamento da disciplina no Brasil. 2011. 399 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

MARQUES, Angelica Alves da Cunha. Produção científica arquivística na graduação e na pós-graduação stricto sensu: temáticas e agendas de pesquisa. In: Clarissa Moreira dos Santos Schmidt; Francisco Alcides Cougo Júnior; Angelica Alves da Cunha Marques. (Org.). História dos Arquivos e da Arquivologia brasileira: contribuições para o debate. São Paulo: Pimenta Cultural, 2024, v. 1, p. 63-79.

PORTAL DA REDE ARQUIFES. XVIII Congresso Brasileiro de Arquivologia de 2015 é cancelado. 2 de fevereiro de 2015. Disponível em: https://www.arquifes.com.br/congresso-brasileiro-de-arquivologia-de/. Acesso em 16 de set. 2024.

O I CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA: UM OLHAR PARTICULAR SOBRE A EXPERIÊNCIA COLETIVA DE ORGANIZAÇÃO DE UM EVENTO CIENTÍFICO[1]

Georgete Medleg Rodrigues
Universidade de Brasília

"In memoriam de Ana Maria de Almeida Camargo, Geralda Dias Aparecida, Heloisa Liberalli Belloto, Michel Duchein, Lúcia Alheiro, Miriam Paula Manini, Maria Odila Fonseca que participaram ativa e entusiasticamente da construção e realização do I Congresso Nacional de Arquivologia"

"A memória coletiva é uma representação seletiva do passado que participa da construção e da manutenção da identidade de um grupo" (Maurice Halbwachs, 1988)

"... a memória, que é apenas um dos modos do pensamento, embora dos mais importantes, é impotente fora de um quadro de referência preestabelecido, e somente em raríssimas ocasiões a mente humana é capaz de reter algo inteiramente desconexo" (Hanna Arendt, 1988).

INTRODUÇÃO

O tema da Plenária de encerramento do X Congresso Nacional de Arquivologia (CNA) se intitula "O legado dos Congressos Nacionais de Arquivologia" e eu gostaria de falar sobre esse legado reportando-me às minhas memórias do I CNA do qual fui uma das organizadoras. Assim, meu ponto de partida será uma homenagem a todos e todas que contribuíram para que o I CNA se realizasse em Brasília, no já longínquo ano de 2004.

1 Esse texto é uma versão mais detalhada da minha fala na plenária de encerramento do X CNA. Na ocasião, estava muito emocionada, emoção esta que se manifestou desde o momento em que para preparar a minha palestra fui reler os documentos nos meus arquivos. Os arquivos às vezes fazem chorar.

Correndo o risco de esquecer alguns nomes – e desculpando-me antecipadamente por isso -, me permito evocar aqueles e aquelas que constam dos documentos arquivísticos que guardei sobre a organização do I CNA.[2] Da UnB, minhas queridas colegas e amigas, Miriam Manini e Eliane Braga de Oliveira; os colegas Renato Tarciso, Rogério Henrique, Kátia Isabelli e as então minhas alunas da pós-graduação e de Iniciação Científica, respectivamente Shirley Carvalhêdo Franco, Larissa Cândida e Angelica Marques.

Revendo os documentos relacionados à concepção, planejamento, realização e finalização do I CNA sinto-me igualmente no dever de agradecer às duas Agências de fomento à pesquisa científica que financiaram grande parte dos recursos financeiros necessários para a realização do I CNA[3]. Elmira Simeão, colega da Biblioteconomia, foi parceira imprescindível: não sei o que eu teria feito sem ela me ajudando a preencher o formulário do CNPq para solicitação de auxílio ao pesquisador, à época bem complicado, bem como outras atividades do I CNA. A professora Sofia Galvão Baptista, também da Biblioteconomia; ao professor César Tibúrcio, então diretor da Faculdade de Administração, Economia e Ciências Contábeis (FACE) que prontamente concordou em financiar a compra de algumas passagens de conferencistas internacionais.

Pela então Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, agradeço à Simone Botelho, assessora. Aos representantes da Associação Brasiliense de Arquivologia (Abarq): Vânia Lúcia, Adílson, Ricardo, Vanderlei Batista dos Santos, Lucirene, Ana Lúcia, Vânia Caldas.

Agradecimentos especiais aos palestrantes e conferencistas do I CNA, aos autores das comunicações. Ao colega José Maria Jardim, pela sua linda conferência de abertura. Pesquisando nos arquivos que estão comigo, constatei que até meu marido Samuel Simon contribuiu para o I CNA: foi para o Departamento de Filosofia da UnB, onde ele também é professor, que o Conselho Internacional dos Arquivos (ICA) enviou o fax com a carta de Michel Duchein endereçada ao I CNA.[4] Na mediação entre a organização do evento e Michel Duchein, agradecimentos à então secretária do Bureau do Conselho, Nathalie Florent.

Agradecimentos ao Arquivo Nacional, na pessoa do seu então diretor Jaime Antunes que soube, com bom humor e humildade, contornar percalços da organização; às

2 Acredito que grande parte dos arquivos impressos relacionados ao I CNA estão comigo. Isso se deve ao fato de que talvez eu tenha tido um zelo especial na guarda desses documentos e porque também não havia onde depositá-los. Mas acredito que esses documentos devem ir para algum local institucional público para acesso a todos.

3 Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAD/DF), aos quais deixo mais uma vez registrado meus agradecimentos.

4 Convidado como homenageado pelo I CNA, Michel Duchein não pôde vir ao Brasil, mas enviou uma linda carta aos congressistas.

associações de arquivistas dos estados da Bahia, de São Paulo, do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul.

Aos nossos colegas de outros países que prontamente aceitaram participar do I CNA, inclusive alguns oferecendo minicursos: de Portugal, os professores Fernanda Ribeiro e Armando Malheiro; Maria Luísa Cabral, da Biblioteca Nacional de Portugal; do México, professor Ernesto Villanueva, da Universidade Autônoma do México. Este último, um dos ativistas pelo direito de acesso à informação no México que proferiu uma das palestras da primeira plenária do I CNA com o tema "A luta pela transparência das informações públicas: a experiência mexicana".[1]

As lacunas da minha memória, ainda que mobilizando registros escritos, certamente serão preenchidas, corrigidas ou atualizadas pelos colegas da Plenária.

LEMBRANÇAS DE UM ACONTECIMENTO

Para Halbwachs o indivíduo que lembra é sempre um indivíduo inserido e habitado por grupos de referência; a memória é sempre construída em grupo, mas é também, sempre, um trabalho do sujeito (Halbwachs,1994). Portanto, a lembrança, além de fruto de um processo coletivo e está sempre inserida num contexto social preciso. Nesse sentido, o meu relato, embora de uma perspectiva particular, está amparado seja na documentação resultante da **organização e realização do I CNA, quanto por outras lembranças do grupo. Nessa plenária teremos ocasião de entrecruzar nossas memórias individuais com a do grupo.**

COMEÇANDO DO COMEÇO... MAS COM JÁ COM UMA HISTÓRIA

No momento em que comecei a pesquisar nos arquivos do I CNA, me vieram as imagens de nossas reuniões, em geral à noite, em uma sala no mezanino do então Departamento de Ciência da Informação e Documentação (CID), acho que a atual sala 213. Mas, segundo os registros, houve também reuniões na sede da Abarq. Nos documentos que constam nos meus arquivos, nossa primeira reunião ocorreu no dia 19 de fevereiro de 2004. Provavelmente, deve ter havido um primeiro encontro, antes desse, entre nós da UnB e a Abarq, sob iniciativa desta última, para a realização do I CNA. Pelos meus registros, aparentemente o Curso de Arquivologia foi inicialmente convidado para participar apenas da Comissão Científica. Entretanto, na memória da reunião do dia 1 de março de 2004, consta que discutimos com a Abarq para que

1 O professor Villanueva ficou tão entusiasmado com o convite para fazer a palestra que. diante das dificuldades iniciais da organização do evento em obter apoio para a aquisição das passagens, não hesitou em comprar suas passagens com seus próprios recursos. Não lembro como a situação se resolveu no final, pois não era possível reembolsá-lo via UnB. Uma das muitas histórias de bastidores de qualquer evento científico.

nossa participação fosse ampliada para "Comissão organizadora" considerando que os docentes da UnB iriam buscar financiamento das agências de fomento à pesquisa. Foi nessa mesma reunião que decidimos que a data de realização do evento seria de 23 a 26 de novembro de 2024.

A motivação para essa ideia de um congresso nacional teve relação com o fato de a Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB) ter realizado o seu último congresso em 2000, justamente em Salvador, com a sugestiva temática "Arquivos e o descobrimento de um novo Brasil", tema este evocando os 500 anos da chegada dos colonizadores portugueses às terras desse lado da América do Sul. Realizado a cada dois anos, o evento não ocorrera em 2002 e no início de 2004 não havia previsão de sua realização. Para além desse divisor de águas, é importante lembrar que o I CNA nasceu dentro de uma tradição de reuniões acadêmico-profissional da área e numa lacuna provisória.[2] Dissensões envolvendo as associações regionais e a AAB parecem ter impulsionado a Abarq a realizar, em parceria com o curso de Arquivologia da UnB, um congresso que marcaria uma nova etapa dos congressos de arquivologia no Brasil. O então diretor da Abarq Adílson Dantas presente nessa mesa plenária certamente trará sua visão - complementar ou inédita - da história.

Recupero a herança dos congressos de Arquivologia antes do I CNA corroborando ideia da filósofa Hannah Arendt segundo a qual já nascemos herdeiros de uma tradição, ainda que busquemos modificá-la, atualizá-la. (Arendt, 1988). Nesse sentido, no campo do formulário do CNPq para solicitação de apoio financeiro ao I CNA, onde se solicitava as seguintes informações: "Identificação/Histórico do evento", a história dos congressos brasileiros de arquivologia e o papel da AAB foram destacados:

> O I Congresso Nacional de Arquivologia dá continuidade aos congressos nacionais da área, realizados a cada dois anos numa cidade brasileira, geralmente a capital de um estado. Esses congressos eram realizados desde os anos 1970 sob os auspícios da Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB), então entidade máxima da categoria, cabendo às associações regionais, os arquivos estaduais e outras instituições afins coordenarem o evento. (...). Por dificuldades administrativas, a AAB não realizou o congresso de 2002. No ano em curso, a Associação Brasiliense de Arquivologia (Abarq) e a Universidade de Brasília/Curso de Arquivologia, com o apoio das outras associações, decidiram realizar o evento. Considerando que o nome *Congresso Brasileiro de Arquivologia* é uma espécie de

2 A AAB ainda realizaria quatro edições de seus congressos nacionais: 2006 (Rio de Janeiro), 2008 (Goiânia), 2010 (Santos), 2012 (Rio de Janeiro). A partir de 2006, em paralelo com os CNA que continuaram suas edições a cada dois anos. Cf. https://fnarq.com.br/cna/. Acesso em 15 de setembro de 2024,

marca da AAB, optou-se por uma outra denominação (Congresso Nacional de Arquivologia). [3]

Assim, na descrição citada acima, buscou-se ressaltar a continuidade dos congressos o que, de certa forma, era um lastro de confiança diante do CNPq, visto que essa agência dificilmente concederia apoio financeiro para um primeiro evento da área de Arquivologia, em virtude das restrições próprias dos editais de apoio a essa modalidade. É, portanto, nessa lacuna da AAB, que se constrói o I CNA com o tema "Os arquivos no Século XXI: políticas e práticas de acesso às informações" e com o objetivo de promover reflexões, debates e encaminhamentos em torno de três aspectos relacionados ao acesso: a) acesso físico, isto é, questões ligadas à preservação e conservação das informações, incluindo os documentos digitais; b) o acesso legal: questões ligadas às políticas (legislação, normas, etc) que norteiam o acesso às informações e c) acesso intelectual, isto é, todas as formas de representação da informação arquivísticas que visem à comunicação dos arquivos.

De fevereiro a novembro de 2004 trabalhamos, incansável e coletivamente, na organização do I CNA e acho que todos os envolvidos não tinham nenhuma experiência na organização de congressos científicos e, à época, não haviam muitos relatos sobre como fazê-los. Atualmente, uma busca no google traz inúmeros relatos sobre organização de eventos científicos, avaliações e balanços; manuais etc. Além, hoje, da existência de empresas que fazem todo o gerenciamento dos eventos. Esse trabalho de construção coletiva de um evento fica evidente no próprio material impresso que conservo comigo como resultado das nossas reuniões, a maioria rabiscada, assinalada; as primeiras provas dos folders de divulgação com anotações e indicações de mudanças; as primeiras propostas da programação igualmente cheias de anotações.[4]

As discussões sobre a logomarca do I CNA - dizem as trocas de mensagens por e-mail e as memórias das nossas reuniões-, foram uma parte importante de nossa agenda. Proposta e mais propostas de imagens e de cores circularam entre nós, cujos materiais impressos estão cheios de rabiscos, com ideias para aperfeiçoá-las. Por uma sugestão da nossa colega Miriam Manini, decidimos, finalmente, por unanimidade, adotar como imagem associada ao I CNA, o desenho de Lúcio Costa e que consta no Relatório do Plano Piloto de Brasília, de 1956. Não lembro – e não encontrei registros – qual o significado da imagem em círculo, logo acima da imagem do desenho do Plano Piloto.

---

3 Proposta protocolada no sistema do CNPq em 12 de março de 2004, sob o número de protocolo 7126808131393390, referente ao edital Chamada 01/2004 - Apoio à Realização de Eventos Regulares de médio porte. O processo recebeu o número 450689/2024-2. Arquivos da autora.

4 Para a organização do I CNA, produzimos também muitos arquivos digitais. Entretanto, é no material impresso que se encontram as marcas, as anotações, de nossas discussões, de como elas evoluíam. Isso nos leva a refletir sobre o quanto se perde quando produzimos e conservamos apenas os arquivos digitais.

O CONTEXTO POLÍTICO BRASILEIRO NO QUAL SE INSERE O I CNA

O tema do I CNA refletia de seguramente o momento político do Brasil, com as reivindicações da sociedade pela abertura dos arquivos do período da ditadura militar (1964 – 1985). Em novembro daquele ano, a publicação de fotos supostamente do jornalista Vladimir Herzog, assassinado durante sua prisão pela ditadura militar, por um grande jornal da capital federal e pertencentes aos arquivos da repressão, teve repercussão em toda a mídia nacional. O episódio trouxe à tona o debate acerca dos arquivos da ditadura militar, e, sobretudo, sobre a questão do acesso legal aos documentos de arquivo, particularmente aqueles considerados de caráter sigiloso.[5] Tal fato, para além de qualquer implicação política, demonstrou a pertinência do tema escolhido para o I CNA e evidenciou, dentre outros aspectos, a enorme responsabilidade dos arquivistas, sua função social e de intervenção na formulação de políticas relacionadas à legislação arquivística e aos direitos de acesso à informação.

Na plenária de encerramento do I CNA, foram apresentadas recomendações e moções, das quais destaco aqui:

Professores, pesquisadores, arquivistas, estudantes de Arquivologia e demais profissionais reunidos em Brasília durante o I CNA, considerando que:

- Os arquivos são parte essencial da memória de um país e de seu povo;
- Os arquivos são parte do patrimônio cultural de um país e de seu povo;
- Os arquivos são testemunhas das ações dos poderes públicos, nas esferas municipal, estadual e federal;
- Os arquivos são, também, expressão das relações entre o Estado e a Sociedade;
- Os arquivos são instrumentos para a tomada de decisões;
- Os arquivos são fonte de pesquisa e produção do conhecimento;
- O direito a ser informado é um dos direitos fundamentais da pessoa humana.

Apresentam as seguintes recomendações e moções:

5 Alguns anos depois escrevi sobre esse caso, conforme Rodrigues (2007ª e 2007 b)

Recomendações específicas

À Casa Civil da Presidência da República:

1. Que a Casa Civil da Presidência da República, após consultas à sociedade civil organizada, formule e implemente uma campanha de esclarecimento à população sobre o seu direito de ser informada, particularmente quanto às informações de origem pública;

2. O I CNA se posiciona contra os termos atuais do Decreto n. 4.553, de dezembro de 2002 e que este seja, portanto, objeto de revisão.[6]

À Câmara dos Deputados:

1. Que a Comissão Especial para discutir o processo de abertura dos documentos e arquivos do regime militar, recém-criada pela Câmara dos Deputados, ouça o Conselho Nacional de Arquivos (Conarq) e outras organizações da sociedade civil durante os seus trabalhos.

Ao Arquivo Nacional:

1. Que o Conarq promova audiências públicas para discutir assuntos técnicos e científicos relacionados à área, incluindo conceitos e terminologia arquivísticas;

2. Que o Arquivo Nacional articule ações com o ICA para estabelecer diretrizes nacionais relacionadas aos programas de governo eletrônico (e-gov.).

Recomendações gerais

1. Que o Estado brasileiro adote medidas de proteção e acesso aos arquivos que, de alguma forma, registram a violência dos órgãos de repressão do Estado, tais como os das delegacias de polícia e dos Institutos Médicos Legais, etc;

2. Que sejam incentivadas práticas empreendedoras nos cursos de formação em Arquivologia, para o aperfeiçoamento profissional dos futuros arquivistas, despertando a criatividade e para que se possam otimizar os segmentos da gestão da informação;

3. Que sejam criados sistemas de arquivos nos municípios e nos estados que possibilite o tratamento da produção documental, a preservação e o acesso aos arquivos dos órgãos administrativos dos municípios e dos estados;

6 Esse decreto ficou conhecido como do "sigilo eterno" e foi revogado pelo Decreto n. 7.845, de 14 de novembro de 2012, sob o governo da presidenta Dilma Rousseff.

4. Que as autoridades competentes proponham um projeto de lei aos legislativos municipais visando à implementação de políticas públicas de preservação, organização e acesso aos fundos de arquivo do poder executivo local, de modo a propiciar o acesso à memória do município;

5. Que os Arquivos estaduais e municipais e os cursos de arquivologia estabeleçam convênios com as respectivas secretarias de educação no intuito de serem realizadas ações direcionadas aos alunos do ensino médio e fundamental acerca da função dos arquivos;

6. Que sejam fomentadas parcerias entre os órgãos públicos, os Arquivos e as universidades com o objetivo de capacitar aqueles que trabalham em Arquivos, mas não possuem formação em Arquivologia;

7. Que sejam incentivados, entre as universidades, debates sobre o ensino, a pesquisa e a extensão em Arquivologia;

8. Que os próximos Congressos publiquem, como complementação aos Anais, as perguntas e as respostas formuladas em plenário;

9. Que o Arquivo Nacional estude a possibilidade de ter um representante no Fórum de Direito de Acesso a Informações Públicas, criado em 30 de setembro de 2003;

10. Que os Arquivos, na condição de lugares de pesquisa, passem a solicitar apoio financeiro institucional às agências de fomento à pesquisa para sua infraestrutura;

11. Que os arquivistas, os cursos de arquivologia e as instituições arquivísticas participem das discussões das Cúpulas Mundiais da Sociedade da Informação;

12. Que sejam promovidos estudos para a criação de uma Federação das Associações de Arquivistas;

13. Que haja um incentivo e uma integração maiores entre os profissionais de informática e os de arquivologia;

14. Que sejam fomentados debates sobre o projeto de lei de criação do Conselho Federal de Arquivologia;

15. Que essas Recomendações sejam encaminhadas a todas as agências de fomento à pesquisa do País, como uma forma de dar visibilidade à área.

Moções

Aos Organizadores do I Congresso Nacional de Arquivologia:

1. A plenária final parabeniza os Organizadores do I Congresso Nacional de Arquivologia.

A TÍTULO DE CONSIDERAÇÕES FINAIS, REFLEXÕES

Como dito anteriormente, trata-se, aqui, de um relato na primeira pessoa, no qual se cruzam as lembranças pessoais com a leitura de documentos arquivísticos sobre o I CNA, na tentativa de elaborar uma parte da memória coletiva desse evento. Em termos de legado, acredito que o I CNA deixou sua marca e se insere com certeza na tradição de eventos no campo da Arquivologia, o que fica demonstrado pela sua perenidade e sua ampliação no campo acadêmico e profissional. Tudo isso, acredito, decorrente também do crescimento do número de cursos de graduação em Arquivologia no Brasil, do **aumento do número de dissertações, teses e monografias com temas relacionados à Arquivologia; criação de mestrados profissionais e, não menos importante, a expansão e o reconhecimento da profissão de arquivista.**

Em termos de público, o resultado do I CNA foi surpreendente: quase 500 inscritos. A abertura, com o auditório da Legião Brasileira da Boa Vontade (LBV), preparado para receber 600 pessoas, lotado. A leitura da carta de Michel Duchein, Inspetor Geral Honorário dos Arquivos da França na abertura do I CNA sinalizava para a vitória do evento e da temática escolhida. Segundo Duchein desde suas visitas profissionais ao Brasil, muitas mudanças ocorreram no campo da Arquivologia:

> (...) A irrupção do eletrônico no campo da Arquivologia nos obriga a reconsiderar muitas de nossas antigas certezas. Sobretudo, as condições do acesso à informação contida nos arquivos mudaram, seja do ponto de vista material quanto do ponto de vista legal e até psicológico (...). Vosso congresso contribuirá para enriquecer o debate no plano nacional, regional e internacional. [7]

7 Carta *Aux participants du Ier Congrès National d'Archivistique du Brésil*. Tradução nossa. Arquivo pessoal. Essa carta, traduzida por mim, consta nos Anais do I CNA.

Quanto às atividades propostas e realizadas, houve lançamento de livros, filmes, comunicações livres e a participação de todos os 9 (nove) cursos de Arquivologia do Brasil existentes à época do I CNA.

Do ponto de vista de reflexões posteriores sobre o I CNA, uma comunicação foi apresentada no VI Congresso de Arquivologia do Mercosul, realizado na cidade de Campos do Jordão, São Paulo, em 2005. Nessa comunicação, intitulada "Ensino e produção do conhecimento arquivístico no Brasil: construção de um novo eixo? ", colegas da Arquivologia e eu chegamos a conclusões bem interessantes após a análise de alguns indicadores passíveis de comparação entre os congressos de Arquivologia de 1994 a 2004, detendo-nos nos dados do I CNA. **Uma das constatações foi a alta representatividade dos cursos de Arquivologia no I CNA, dez anos depois do CBA de São Paulo, isto é, em 1994: no I CNA, os cursos de graduação em Arquivologia foram "responsáveis por 42,16% do total de trabalhos apresentados (83), que representam, ainda, 60,2% do total de trabalhos apresentados pelas universidades."** (Oliveira et al, 2005).

Visto em perspectiva, tenho certeza de que a realização do I CNA foi tributária de dois importantes fatores. Primeiro, surgiu como herdeiro direto de uma tradição de realização de congressos de arquivologia no Brasil desde 1972[8]; em seguida, de uma vigorosa parceria entre várias entidades, pesquisadores, universidades' e pessoas que empreenderam todos os esforços para sua concretização. Foi uma semente herdada que continua frutificando até hoje, como o demonstra esse X CNA.

REFERÊNCIAS

ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1988.

HALBWACHS, Maurice. **Les cadres sociaux de la mémoire**. Paris: Éditions Albin Michel, S.A., 1994.

OLIVEIRA, Eliane Braga de; RODRIGUES, Georgete Medleg; MANINI, Miriam Paula; SOUZA, Renato Tarciso de; CARVALHÊDO, Shirley. Ensino e produção do conhecimento arquivístico no Brasil: construção de um novo eixo? CONGRESSO DE ARQUIVOLOGIA DO MERCOSUL, 6., 2005, São Paulo. **Anais**... São Paulo: Cedic/PUC-SP, 2005.

RODRIGUES, Georgete Medleg. **Memória e segredo na sociedade da informação**: a simbologia do caso Herzog. In: ENANCIB, Salvador, Bahia. Anais... Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2007a. 1 CD-ROM.

RODRIGUES, Georgete Medleg. Os arquivos que choram: cronologia de um debate na imprensa sobre os documentos arquivísticos do regime militar brasileiro (1964-1985). In: CONGRESO DE ARCHIVOLOGIA DEL MERCOSUR, VII, 2007b, Vina del Mar, Chile, 21-24 nov. 2007.

8 O I Congresso Brasileiro de Arquivologia foi realizado no Rio de Janeiro, de 15 a 20 de outubro de 1972.

PARTE II
EVENTOS PARALELOS E SESSÕES DE DIÁLOGO

1º ENCONTRO NACIONAL DE ARQUIVOS DE ARQUITETURA

Coordenação: Monica Cristina Brunini Frandi Ferreira
Relatoria: Maria Teresa Navarro de Britto Matos

O 1º Encontro Nacional de Arquivos de Arquitetura (ENAArq) foi realizado como evento paralelo ao X Congresso Nacional de Arquivologia (CNA), em Salvador (BA), no dia 15 de outubro de 2024, das 8h30 às 12h00, na Sala Ipê do Quality Hotel & Suítes São Salvador. Este relatório tem por finalidade apresentar os principais aspectos relacionados ao referido evento, visando documentar e fornecer subsídios para futuras edições do ENAArq. A elaboração baseou-se nas seguintes fontes documentais: proposta do 1º ENAArq; programação completa e caderno de resumos do X CNA; resumos das apresentações e discussões desenvolvidas durante o Encontro. O documento encontra-se organizado conforme a seguir: a) Proposta (concepção e objetivo do evento), b) Programação (detalhamento das atividades realizadas), c) Considerações (reflexões sobre a realização do evento) e d) Encaminhamentos (recomendações e moções).

PROPOSTA

A proposta do 1º ENAArq surgiu em resposta ao Edital nº 03/2024 - Chamada Pública para Seleção de Propostas de Eventos Paralelos, lançado pela Comissão Organizadora do X CNA. A iniciativa buscou fomentar o debate técnico e científico, com ênfase nos arquivos de arquitetura, um segmento fundamental para a preservação da memória cultural e urbana do país.

Definiu-se como público alvo profissionais, pesquisadores(as) e estudantes das áreas de Arquivologia e Arquitetura, interessados(as) em refletir e discutir questões essenciais relacionadas à gestão de arquivos de arquitetura desenvolvida por instituições públicas e privadas de todo o Brasil. A diversidade de participantes proporcionou um ambiente propício para a troca de experiências, o aprofundamento técnico e o fortalecimento das redes de colaboração direcionada ao tratamento técnico de arquivos de arquitetura.

A propositura foi coordenada por Monica Cristina Brunini Frandi Ferreira, diretora do Arquivo Público e Histórico do Municipio de Rio Claro (APHMRC), e conselheira do Conselho Nacional de Arquivos (Conarq). Além de contar, na relatoria, com Maria Teresa Navarro de Britto Matos, professora do Instituto de Ciência da Informação (ICI) da Universidade Federal da Bahia (UFBA), bem como o arquivista Claudio Muniz Viana,

do Núcleo de Pesquisa e Documentação (NPD) da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Todos integrantes da Câmara Técnica Consultiva de Acervos de Arquitetura e Ambiente Construido do Conarq, no período de novembro 2022 a outubro de 2023.

Cabe assinalar que o 1º ENAArq se constituiu em uma realização do APHMRC, com especial apoio das servidoras Carolina Hirai Suzuki e Talita Gouvêa Basso, e do servidor Ednaldo Rodrigues da Mata; da Associação de Arquivistas de São Paulo (ARQ-SP); do ICI/UFBA e do NPD/FAU/UFRJ. Contou com o apoio institucional da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) da Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM), da Faculdade de Arquitetura da UFBA (FAUFBA), do Fórum Nacional das Associações de Arquivologia do Brasil (FNArq), da Associação dos Arquivistas da Bahia (AABA) e da Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no Estado na Bahia (Iphan/Ba).

O principal objetivo do 1º ENAArq foi criar um espaço dedicado ao diálogo, à reflexão e troca de experiências sobre boas práticas de aquisição, preservação, organização, acesso e difusão relacionadas a arquivos de arquitetura, resultado de projetos desenvolvidos com acervos custodiados por instituições públicas e privadas no Brasil. Nesse contexto, a expectativa central foi que o percurso reflexivo promovido pelos(as) convidados(as) possibilitasse:

- A identificação de referenciais comparativos de melhores práticas no tratamento técnico de documentos de arquitetura, alinhados aos princípios arquivísticos;

- A conformidade das práticas discutidas com os dispositivos jurídicos em vigor no Brasil, assim como com as resoluções e diretrizes do Conarq.

Por meio dessa abordagem, o 1º ENAArq objetivou não apenas contribuir para a disseminação de conhecimentos especializados, mas também fortalecer as bases para o desenvolvimento e a aplicação de normas e diretrizes que atendam às particularidades dos arquivos de arquitetura. Destacando-se como uma oportunidade de integrar diferentes perspectivas profissionais e institucionais, consolidando os arquivos de arquitetura como estratégicos para a preservação e valorização do patrimônio cultural brasileiro.

PROGRAMAÇÃO

A estrutura da programação do 1º ENAArq foi elaborada de acordo com o Edital nº 03/2024, mencionado anteriormente. A Comissão Organizadora do X CNA designou uma sala com capacidade para cinquenta participantes, no turno matutino de um único dia.

A programação foi composta de 03 (três) momentos, 01 (uma) mesa de abertura e 02 (duas) mesas redondas, com uma série de 09 (nove) palestras.

A mesa de abertura contou com a presença de autoridades de destaque, representantes de instituições de ensino superior e pesquisa das áreas de Arquivologia e Arquitetura, além de representante do movimento associativo da Arquivologia e de uma importante instituição nacional dedicada à preservação e promoção do patrimônio cultural brasileiro. Participaram da mesa de abertura:

Ana Célia Navarro de Andrade: Diretora da ARQ-SP, reforçando o compromisso com a valorização da profissionalização na área;

- Gillian Leandro de Queiroga Lima: Diretor do ICI/UFBA, destacando o significado da integração entre ensino, pesquisa e extensão na área de Arquivologia, para qualificar a preservação e o acesso aos arquivos de arquitetura;

- Hermano Queiroz: Superintendente do Iphan na Bahia, sublinhando a importância dos arquivos de arquitetura para o patrimônio cultural brasileiro;

- Juliana Cardoso Nery: Vice-diretora da FAUFBA, abordando a relevância do diálogo interdisciplinar entre Arquitetura e Arquivologia;

- Monica Cristina Brunini Frandi Ferreira: Coordenadora do 1º ENAArq, responsável pela condução das atividades do evento.

A Coordenadora do Encontro iniciou os trabalhos dando boas vindas aos(as) presentes. Agradeceu a todos(as) que, de alguma forma, colaboraram para a realização do I ENAAq e proferiu uma fala de contextualização, destacando a relevância da iniciativa. Na opotunidade, registrou que:

> [...] a composição dessa mesa de abertura reflete a nossa intenção de aproximar arquitetos(as) e arquivistas para que o tratamento técnico desses acervos seja qualificado, para cumprir, de maneira exitosa, com o que aprendemos com a nossa sempre mestra – Profa. Ana Maria de Almeida Camargo – consistência na identificação do contexto de produção para revelar, na sua amplitude, o potencial informativo dos documentos. (Ferreira, 2024, p. 1)

Em seguida, cada componente fez uma breve saudação, enfatizando a importância desse espaço de diálogo e debate. A mesa de abertura simbolizou a convergência de esforços e perspectivas necessárias para a promoção de boas práticas e reflexões no segmento de arquivos de arquitetura.

A mesa 1, intitulada "Bases para o diálogo sobre arquivos de arquitetura" foi mediada por Clarissa Moreira dos Santos Schmidt, da Universidade Federal Fluminense (UFF). Os(As) palestrantes tiveram aproximadamente 15 minutos para a apresentação das

respectivas falas. Os títulos e respectivos nomes são os seguintes: Palestra 1: Breve panorama sobre o conjunto das atividades desenvolvidas pela Câmara Técnica Consultiva de Acervos de Arquitetura e Ambiente Construido do Conarq, Maria Teresa Navarro de Britto Matos (ICI/UFBA); Palestra 2: A declaração de interesse público e social de arquivos privados: limites e desafios, Francisco Alcides Cougo Junior (UFSM); e Palestra 3: Aquisição de arquivos privados em arquivos municipais como política pública de preservação, Marcia Cristina Carvalho Pazin Vitoriano (UNESP).

A mesa 2: "Boas práticas no tratamento dos acervos de arquitetura" foi mediada por Ana Célia Navarro de Andrade (ARQ-SP). Os(As) palestrantes tiveram o mesmo tempo de fala da mesa 1. Os títulos e respectivos nomes são os seguintes: Palestra 1: Acervo do EPUCS: contextos, percursos, acesso, Ana Fernandes (FAUFBA/ PPGAU-UFBA); Palestra 2: Notas sobre os arquivos da Faculdade de Arquitetura - UFBA, Ana Carolina de Souza Bierrenbach (FAUFBA / PPGAU-UFBA); Palestra 3: Documentos de arquitetura do acervo arquivístico do Iphan/Bahia: breves considerações, Ivana Bittencourt dos Santos Severino (ICI/UFBA); Palestra 4: Acervos de arquitetos egressos do Mackenzie e a perspectiva de trabalho em rede, Felipe de Araujo Contier (FAU-UPM); Palestra 5: Getty: Estabilização dos documentos do NPD, Claudio Muniz Viana (NPD/FAU/UFRJ); e Palestra 6: Tratamento arquivístico da série Processos de Construção de Obras Particulares: do recolhimento dos documentos à aproximação com a comunidade, Monica Cristina Brunini Frandi Ferreira (APHMRC).

Após a realização das mesas 1 e 2, os(as) participantes compartilharam percepções e questionamentos. As contribuições impulsionaram reflexões críticas ampliadas sobre os diversos e multiplos desafios enfrentados pelos arquivos de arquitetura no Brasil, conectados às demandas locais, regionais e nacionais.

A coordenação encerrou o Encontro reafirmando o papel pioneiro e substantivo da criação do 1º ENAArq, como espaço estratégico para estimular a articulação e o diálogo entre os estudos existentes. Observou-se, ainda, uma ampla acolhida da plenária presente quanto à necessidade de aprofundamento das discussões sobre a formulação, implementação e avaliação de políticas arquivísticas que favoreçam a preservação e o acesso democrático aos arquivos de arquitetura, contemplando as dinâmicas que perpassam a diversidade e pluralidade da cultural no Brasil.

CONSIDERAÇÕES E ENCAMINHAMENTOS

É possivel afirmar que o 1º ENAArq marcou o inicio da instituconalização dos arquivos de arquitetura na programação do CNA. As expectativas foram plenamente atendidas. No entanto, observou-se a necessidade de ampliação o formato do evento em suas próximas edições. Devido à limitação do espaço físico no local do evento, na presente edição, foi

organizada uma atividade prática no dia 16 de outubro, pela manhã, no ICI/UFBA, como alternativa para atender à demanda de atividades complementares.

Sem dúvida, o 1º ENAArq representou uma oportunidade significativa, especialmente devido à singularidade dos arquivos de arquitetura e à urgente demanda de desenvolver soluções que integrem atores cooperantes e representativos. Esse esforço buscou superar barreiras como o desconhecimento dos procedimentos específicos para o tratamento técnico de documentos de arquitetura e a falta de familiaridade com a legislação brasileira pertinente.

As discussões durante o evento reforçaram que o futuro da preservação, organização, acesso democrático e ampla difusão dos arquivos de arquitetura no Brasil está intrinsecamente ligado ao fortalecimento da institucionalização e à profissionalização do tratamento técnico, sempre orientados pelos princípios arquivísticos.

Somente por meio dessas ações será possível prevenir efetivamente a perda de acervos arquivísticos e mitigar os riscos iminentes que ameaçam esse importante segmento documental no país.

Quanto aos encaminhamentos, os 54 (cinquenta e quatro) inscritos e presentes no Encontro propuseram 06 (seis) moções, conforme a seguir:

- Que o Conarq incentive os estados e municípios brasileiros a criarem dispositivos para a identificação de arquivos privados de pessoas físicas e jurídicas que reúnam documentos de relevância para a história, cultura e desenvolvimento regional e local;

- Que o Poder Executivo Federal regulamente a Declaração de Interesse Público e Social de Arquivos Privados que reúnam documentos de relevância para a história, cultura e desenvolvimento nacional;

- Que sejam intensificados estudos e pesquisas sobre dispositivos de patrimonialização cultural de arquivos no Brasil;

- Que o Conarq regulamente o funcionamento da Comissão de Avaliação de Acervos Privados;

- Que o X CNA apresente uma ação para chamar a atenção das autoridades competentes, visando assegurar as condições devidas para a reabertura do atendimento público do Arquivo Municipal de Salvador;

- Que o X CNA apresente solicitação à presidência do Conarq para a formalização da finalização dos trabalhos da Câmara Técnica Consultiva relacionados a acervos de Arquitetura e ao Ambiente Construído (CTC-AU/Conarq).

REFERÊNCIAS

FERREIRA, Monica Cristina Brunini Frandi; MATOS, Maria Teresa Navarro de Britto Matos; VIANA, Claudio Muniz. **Proposta de evento paralelo do X CNA – I Encontro Nacional de Arquivos de Arquitetura**, 25 de abril de 2024.

FERREIRA, Monica Cristina Brunini Frandi. **Fala de abertura do 1º Encontro Nacional de Arquivos de Arquitetura realizado no X Congresso Nacional de Arquivologia**. Salvador, Outubro de 2024.

EDITAL Nº 03/2024 CHAMADA PÚBLICA PARA SELEÇÃO DE PROPOSTAS DE EVENTOS PARALELOS DO X CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA, 10 de abril 2024. Disponível em: https://fnarq.com.br/wp-content/uploads/2024/04/Edital-X-CNA-N.03-Eventos-Paralelos-10-04-2024.pdf.

PROGRAMAÇÃO COMPLETA E CADERNO DE RESUMOS DO X CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA. Salvador: Associação dos Arquivistas da Bahia, 2024. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1gYu1_MgmR0GRJ4W06erd5BwWawP85WHH/view.

MOÇÕES DO X CONGRESSO NACIONAL DE AQUIVOLOGIA. Versão preliminar apresentada na Plenária Final, 18 de outubro de 2024.

RESUMOS DAS APRESENTAÇÕES DO 1º ENCONTO NACIONAL DE ARQUIVOS DE ARQUITETURA.

2º SEMINÁRIO SOBRE LGPD E ARQUIVOS

Coordenação: José Antonio Pereira do Nascimento
*Relatória: Mayara Mach***ado Leite**

EMENTA

O 2º Seminário sobre LGPD e Arquivos deu continuidade às discussões iniciadas no primeiro seminário, realizado durante o IX Congresso Nacional de Arquivologia. O evento abordou a proteção de dados pessoais em arquivos, destacando a importância do papel do arquivista na adequação à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Foram debatidos temas como a atuação prática dos profissionais, a relação entre LGPD e tecnologias, e cases de sucesso em setores público e privado. O seminário também visou fomentar a formação de arquivistas especializados em LGPD, com o objetivo de, no futuro, realizar um encontro dedicado exclusivamente a essa temática, como encontro de profissionais arquivistas atuando com LGPD e não mais em formato de seminário.

PÚBLICO-ALVO E PARTICIPAÇÃO

O evento foi direcionado a arquivistas, estudantes, profissionais de outras áreas, empreendedores e empresas interessadas na adequação à LGPD em arquivos públicos e privados. Contou com **144 inscritos**, que receberam seus certificados por e-mail após o evento. A participação foi marcada por um público engajado, que interagiu ativamente durante as palestras e oficinas.

PROGRAMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO EVENTO

Tema Central: *A aplicação da LGPD frente à Gestão da Informação e Documentos*

- **9h15min –** Os coordenadores deram as boas-vindas aos participantes, contextualizando a importância do tema e os objetivos do seminário.

- **9h20min – Palestra: LGPD e Arquivos: o caso da empresa TINS** José Antonio Pereira do Nascimento apresentou um case real de adequação à LGPD, destacando a importância dos arquivos no processo de conformidade. A palestra foi seguida de um espaço para perguntas, com participação ativa do público.

- **10h30min – Palestra: LGPD e Arquivistas: Atuação prática dos profissionais –** Mayara Machado Leite abordou o protagonismo do arquivista na adequação

à LGPD, compartilhando vivências em arquivos analógicos e digitais, além de um case de sucesso no setor público.

- **11h30min – Oficina prática: Etapa de mapeamento de dados pessoais** Os participantes puderam vivenciar uma etapa prática do processo de adequação à LGPD, com foco no mapeamento de dados pessoais. A atividade foi conduzida por José Antônio e Mayara Machado.

- **12h00min - Encerramento:**

O evento foi finalizado com o lançamento do livro "Preservando a segurança da sua informação na era digital" e sessão de autógrafos com os autores, presentes no evento paralelo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O 2º Seminário sobre LGPD e Arquivos superou as expectativas, tanto em termos de participação quanto de engajamento. A presença de 144 inscritos demonstra o crescente interesse dos profissionais da área pela temática da LGPD. Não foi possível realizar a palestra programada "LGPD e Tecnologias: Uso e *Compliance* dos sistemas de gestão", pois os palestrantes não puderam comparecer ao X CNA. As palestras e a oficina prática realizada proporcionaram um ambiente rico em troca de conhecimentos e experiências, reforçando a importância do arquivista como agente fundamental na adequação à legislação de proteção de dados.

Destaca-se ainda a qualidade dos cases apresentados, que ilustraram de forma clara e aplicada os desafios e soluções encontrados na implementação da LGPD em diferentes contextos.

I ENCONTRO NACIONAL DE CONSULTORES E EMPRESAS DE GESTÃO DE DOCUMENTOS: NOVAS ESTRATÉGIAS

Coordenação: Pablo Soledade
Relatoria: Aline Carvalho

INFORMAÇÕES GERAIS

- **Data:** 18 de dezembro
- **Horário:** 08h às 11h50
- **Estimativa de público:** 60 participantes
- **Perfil do público:** Empreendedores e consultores, especialmente arquivistas atuantes na gestão documental.

OBJETIVOS

O encontro teve como principal objetivo discutir estratégias para ampliar a participação dos arquivistas no mercado de gestão documental, seja como empreendedores ou executores de serviços. Além disso, buscou fornecer insights sobre como vender soluções nesta área, bem como promover networking e troca de experiências entre os participantes.

PROGRAMAÇÃO E ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Abertura e Panorama do Mercado

A abertura foi conduzida por Pablo Soledade (Escola GDI), que trouxe um panorama sobre os desafios e oportunidades no mercado de gestão documental. Durante essa apresentação, foram discutidos pontos como a falta de reconhecimento do arquivista como consultor especializado, a necessidade de diferenciação no mercado e as perspectivas para os próximos anos.

Palestra: como o arquivista pode se diferenciar nas consultorias que realiza?

Aline Carvalho abordou as formas de diferenciação dos arquivistas no mercado de consultorias. O foco foi mostrar como o profissional pode agregar valor aos seus serviços, destacar sua expertise e construir autoridade no setor. Os pontos principais levantados foram:

- O que é necessário para ser um consultor na área de Arquivo;
- Desafios do mercado de consultoria em gestão documental;
- Vantagens de ser um consultor independente;
- Caminhos para o futuro: consultoria e oportunidades.

Dinâmica Interativa: Problemas e Soluções do Mercado

Os participantes foram divididos em grupos para discutir os três principais problemas enfrentados no mercado de gestão documental e propor soluções viáveis. A atividade foi mediada por **Pablo Soledade**, proporcionando um momento de grande engajamento e troca de ideias entre os profissionais presentes.

Os principais desafios levantados foram:

1. Desvalorização do arquivista como especialista na área;
2. Dificuldade de precificação e venda de serviços de gestão documental;
3. Falta de reconhecimento da importância da gestão documental pelas empresas.

Entre as soluções sugeridas, destacam-se:

- Ações para aumentar a visibilidade do arquivista como consultor e empreendedor;
- Criação de estratégias de marketing e diferenciação para serviços de gestão documental;
- Educação corporativa para ampliar a conscientização sobre a importância da gestão documental;
- Importância da legalização do consultor (CNPJ, MEI).

Exposição dos Resultados e Encaminhamentos

A **relatora Aline Carvalho** organizou os pontos discutidos pelos grupos e abriu espaço para feedbacks. Houve consenso de que encontros como este são fundamentais para fortalecer a atuação dos arquivistas no mercado. Os participantes enfatizaram a necessidade

de continuidade desse diálogo, sugerindo futuras edições do evento e ações concretas para desenvolver o setor.

AVALIAÇÃO GERAL E IMPACTO

O encontro foi **extremamente positivo**, com participação ativa do público e discussões relevantes para o setor. O formato interativo permitiu não apenas a exposição de conteúdos estratégicos, mas também a **troca de experiências e construção de soluções coletivas**.

Os participantes destacaram a **importância de criar uma rede de apoio entre consultores e empresas** para fortalecer o mercado e ampliar as oportunidades para arquivistas empreendedores.

ENCAMINHAMENTOS FINAIS

- **Criação de um grupo de networking** para compartilhamento de oportunidades e experiências;
- **Proposição de cursos e mentorias** sobre empreendedorismo na gestão documental;
- **Planejamento de futuras edições do encontro**, ampliando a discussão sobre novos modelos de negócios para o setor.

Encerramento: O evento foi finalizado às 11h50 com um agradecimento especial aos participantes e um convite para continuarem contribuindo para o fortalecimento do mercado de gestão documental.

I ENCONTRO ARQUIVOS E MULHERES

Coordenação: Patricia Ladeira Penna Macêdo, Karla Simone Willeman Schütz e Priscila Rosa Martins
Relatoria: Aline Carmes Krüger

A Arquivologia, como disciplina dedicada à gestão, preservação e acesso, desempenha um papel fundamental na construção e manutenção de determinadas narrativas históricas. No entanto, ainda hoje percebe-se uma escassez de arquivos de e sobre mulheres em instituições de custódia de acervos, o que reafirma a necessidade de repensar e reestruturar os métodos de aquisição, preservação e difusão desses conjuntos documentais, a fim de incluir e valorizar as vozes e contribuições das mulheres em diferentes aspectos da sociedade. Nesse sentido, o evento paralelo "I Encontro Arquivos e Mulheres" teve como objetivo explorar a interseção entre Arquivologia e Acervos de Mulheres, promovendo discussões e reflexões sobre os desafios de uma representação mais inclusiva das mulheres na história, na sociedade e nos arquivos.

Ao longo dos anos de existência do Congresso Nacional de Arquivologia (CNA), observa-se a apresentação de trabalhos que se referem aos arquivos pessoais e às mulheres de maneira dispersa. Dessa forma, o evento foi uma oportunidade de reunir e incentivar debates acerca desses temas, bem como explorar caminhos de pesquisa. Nesse sentido, vimos nesta oportunidade o momento de compartilhar atividades cooperativas, a exemplo da traMA - mapa colaborativo mulheres nos arquivos. Iniciada em 8 de março deste ano, tal ação vem recebendo contribuições de pesquisadoras, de instituições e da comunidade. Por meio de formulário, a traMA busca identificar itens documentais de mulheres armazenados em diversos espaços, a exemplo de museus, bibliotecas, centros de memória, universidades, institutos, além de considerar a identificação de espaços privados como as próprias casas de herdeiros, titulares etc.

Acrescenta-se ainda que, no contexto da prática arquivística, levantamentos em bases de dados em cruzamento com a perspectiva da identificação de gênero têm mostrado que é possível evidenciar a presença das mulheres enquanto arquivistas,docentes e pesquisadoras acerca dos temas da Arquivologia. Como exemplo, podemos citar o legado de Heloísa

Bellotto e Ana Maria Camargo, autoras que promoveram estudos e grupos de trabalho na área, sendo suas trajetórias objeto de análise. Sendo assim, este evento visa discutir e propor reflexões sobre como os arquivos podem ser mais inclusivos e representativos das

experiências das mulheres. No contexto do X Congresso Nacional de Arquivologia, esta iniciativa destaca a importância de examinar como os arquivos representam e preservam a história e a memória das mulheres. Alinhado à proposta do evento para este ano, este encontro também abriu espaço para refletir sobre o impacto das tecnologias na prática arquivística, principalmente no que tange à difusão e na forma como podem ser aplicadas para ampliar o acesso aos arquivos de/sobre mulheres, facilitando inclusive a colaboração e a curadoria coletiva, à exemplo do que vem sendo realizado a partir da traMA, acima mencionada, que conta com tecnologias disponíveis atualmente para atingir seus objetivos.

PROGRAMAÇÃO

- 08h30 Abertura - Leide Mota (CNA) e Wagner Ridolphi (FNArq)
- 09h00 Mesa 1 - Panorama das mulheres nos arquivos Leyde Klebia Rodrigues da Silva (UFBA), Vanilda Mazzoni (Memória & Arte) e Alícia Duhá Losé (UFBA)
- 10h00 Intervalo
- 10h15 Mesa 2: Fazendo a Diferença Luciane Paula Vital (UFSC e traMA)
- 11h15 Propostas, Moções e Encerramento
- Indicação de fazer oficinas, capacitação para editais, elaboração de projetos.

Na mesa de abertura, Wagner Ridolphi agradeceu e parabenizou pela iniciativa do evento. Destacou o fato de somente em 2024 esse primeiro encontro estar acontecendo. Como representante do FNArq, fez um levantamento do estado feminino na fundação e observou que 60% foi presidido por mulheres. Destacou o panorama da participação das mulheres no movimento associativo. Por fim fez uma homenagem/menção a Rita São Paio. Colocou o FNArq e o espaço à disposição para outros eventos "Arquivos e Mulheres"

Leide Mota, representando o Congresso Nacional de Arquivologia, enfatizou a importância de trazer esse assunto, arquivos pessoais e principalmente arquivos de mulheres para o debate. Ansia que este encontro seja o primeiro de muitos, que possamos selar um compromisso de divulgar e trabalhar juntos e colocou-se à disposição para fazer outras atividades.

Leyde Klebia Rodrigues da Silva (UFBA)

Na mesa 1, para trazer o panorama das mulheres nos arquivos, tivemos inicialmente a fala de Leyde Klebia Rodrigues da Silva da Universidade Federal da Bahia. A temática abordada foi o "Memoricídio, Epistemicídio e Alterocídio de mulheres negras e indígenas nos arquivos brasileiros". Leyde destacou que sua produção acadêmica é voltada para essas questões, inseridas no campo da Ciência da Informação em diálogo com as perspectivas étnico-raciais, o que tem se demonstrado um grande desafio.

Pensando na saída da neutralidade e convocando ao posicionamos de qual lugar estamos falando, questionou: de qual(is) arquivo(s) estamos falando? Tal perspectiva visa identificar temas, paradigmas, conhecimento, metodologias que refletem os interesses de uma sociedade branca e patriarcal.

A palestrante apresenta algumas proposições sobre o tema debatido. O memoricídio, ela destaca, é uma destruição massiva de cultura, o esquecimento ou apagamento de memórias. Destaca o memoricídio na Ciência da Informação em atos sistemáticos com o fim específico para o assinato da memória, abordando a destruição do patrimônio cultural que simboliza a resistência anticolonial. De acordo com a palestrante, os arquivos contribuem para o projeto de memoricídio dos grupos culturais, pois afirma que se a memória é assinada é uma forma de enunciar como o corpo do outro deve (in) existir no mundo.

Em relação ao epistemicídio, destaca um processo persistente de produção de inferioridade intelectual ou da negação da possibilidade de realizar as capacidades intelectuais. Os ativistas negros são tratados como fonte de saber, não autoridade de pesquisa. O pesquisador branco é autoridade de pesquisa sobre o negro. De acordo com Sueli Carneiro, "O epistemicídio é o controle de mentes e corações", um aprisionamento sobre a produção intelectual do outro, um processo contínuo da negação da capacidade intelectual de um grupo. Questiona como uma mulher negra e indígena consegue produzir conhecimento na academia a partir deste contexto. Como ela vai constituir um acervo, e como esse acervo vai ser classificado por essa ciência que negou o seu grupo, sua vida e agora nega esse direito de produzir o conhecimento?

A palestrante também propôs pensar no alterocídio para entender as políticas de extermínio. Destacou o encarceramento em massa de assassinatos de mulheres negras, trans, comunidades indígenas e as altas taxas destes casos. Quando a gente não reconhece esses privilégios de classe, a gente normaliza essas formas de expressão que chamamos de violência. Propôs pensar uma arquivologia que possa pensar numa perspectiva decolonial e agir de forma interseccional, pensar as várias possibilidades de existência, em que é preciso ressignificar o Arquivo, revisando as práticas para não reproduzir métodos e processos tradicionais que priorizam uns e silenciam outros. Assim, faz um convite para que pensemos fora do centro, em estruturas políticas que

não sejam domesticadoras nem assassinas, construindo uma arquivologia de fato anticolonial, decolonial, pensando em outras estratégias de vidas, que precisam ter seus documentos refletidos nos arquivos.

Vanilda Mazzoni (Memória & Arte) e Alícia Duhá Lose (UFBA)

Ainda na Mesa 1 a sócio-proprietária do Memória & Arte, Vanilda Salignac Mazzoni iniciou sua apresentação intitulado "Recuperação das escritas das mulheres no Brasil colonial e imperial nos documentos de acervos baianos" a respeito dos trabalhos realizados na recuperação dos documentos das mulheres. Em sua fala, destacou as atividades com acervos históricos e patrimoniais, em que é possível identificar as "mãos femininas", ou seja, documentos com escritas de mulheres. Comumente, essas mãos eram silenciadas, mas por meio da paleografia é possível comprovar que elas existiam.

Nos slides, expôs alguns casos em que foi realizada a restauração dos documentos registrados, dando destaque a algumas particularidades, como um documento que registra o pedido de uma freira para se retirar, em 1946. Outro item destacado foi o documento mais antigo, de 1742, em que consta a autorização para a construção do convento de Nossa Senhora da Lapa, que é o 2º convento feminino do Brasil.

Vanilda trabalha em parceria com a professora Alícia Lose, sendo parte do acordo para os trabalhos realizados nos acervos a autorização com as instituições para editar os documentos e transcrever, realizando publicações, como os livros *Uma história escrita à mão*. Desta trajetória, destacou que fez parte do preparo dos documentos para a canonização de irmã Dulce pela Igreja Católica e da história do Teatro Vila Velha, em exposição no Museu de Arte Moderna da Bahia.

Luciane Paula Vital (UFSC)

Na mesa 2 para abordar questões em torno da temática "Fazendo a Diferença" tivemos inicialmente a exposição de Luciane Paula Vital, docente da Universidade Federal de Santa Catarina. Sua fala teve como título "Representação da informação em arquivos de mulheres". Iniciou agradecendo o convite e parabenizando a iniciativa em promover o evento.

Em seu trabalho, Luciane deu ênfase à importância de discutir essa representação nos Arquivos. Afirmou que, como professora da disciplina de descrição arquivística, passou a refletir sobre a representação na descrição. Sua análise é no conteúdo, questionando o que estamos representando, assim, inclui as seguintes perguntas: o que é representar? Para quê? Por quê? Nesse processo, identifica que a invisibilidade das mulheres está também atrelada a seus companheiros que recebem destaque por terem vivido a "vida pública". Com foco em seus estudos, afirma que repensar a representação

da informação é uma estratégia para dar visibilidade ao protagonismo das mulheres na história do nosso país.

Para exemplificar, passou aos exemplos de fundos do Arquivo Nacional. O primeiro analisado foi o de Maria Beatriz Nascimento, em que destacou o fato de ser a única mulher negra. Na "Área de Contextualização", destacou que as informações são superficiais no campo Biografia, a exemplo da ausência do motivo da morte de Maria Beatriz. Pautada nesse dado, afirma que, dessa forma, o Arquivo Nacional não ajuda a compreender quem foi Maria Beatriz, culminando no desconhecimento da história dela, que foi pesquisadora sobre a formação de quilombos, a resistência cultural negra e o racismo, além de militante no movimento negro.

O segundo exemplo foi de Bertha Maria Júlia Lutz. Nesse fundo, permanece sem preenchimento a Biografia, em que Luciane destaca a titular como mulher importante na luta dos direitos das mulheres. Também não há notações em "Nome da Produtora" nem "Procedência". Entre as possibilidades de pesquisa, anunciou que pretende comparar a representação da informação dos arquivos de homens no Arquivo Nacional, se sobre eles constam mais detalhamentos.

Patricia Ladeira Penna Macêdo (traMA)

Na sequência, teve início a fala da professora Patricia Ladeira Penna Macêdo, em que apresentou a traMA - Mapeamento de Mulheres nos Arquivos. Patrícia afirmou que a traMA nasceu de um momento de inquietação, em que buscavam formas de sair desses ambientes universitários e acadêmicos, buscando por documentos "de" e "sobre" mulheres.

A história da "traMA" começa em dezembro de 2023, quando foi criada a Linha de Pesquisa Arquivos Pessoais de Mulheres, com o objetivo de preencher uma lacuna percebida no campo acadêmico. Apesar de já existirem grupos que debatem o tema, a equipe responsável pela criação da linha observou que não havia, até então, nenhum grupo de pesquisa ou linha formalmente inscrita no CNPq dedicado especificamente aos Arquivos de Mulheres. Sendo assim, a proposta da linha emergiu do desejo de discutir a sub-representação feminina e as relações de gênero e poder intrínsecas aos processos de arquivamento.

Nesse processo, o grupo aventou a possibilidade de criar algum produto relacionado à linha que se voltasse também às reflexões em torno do Dia Internacional da Mulher, celebrado em 8 de março. Inicialmente, a equipe considerou criar uma carta ou algum material reflexivo para a ocasião. No entanto, a ideia evoluiu para a criação de um mapa interativo, no qual os arquivos de mulheres localizados em diversas regiões pudessem ser visualizados não apenas pelas integrantes do grupo, mas por um público mais amplo.

Isso levou à criação de um formulário colaborativo para coletar esses dados, com o intuito de alcançar diferentes espaços no Brasil.

Assim, no dia 8 de março de 2024, foi enviada uma carta convite por e-mail para grupos acadêmicos e uma conta para a "traMA" no *Instagram* foi criada, reconhecendo a importância de ocupar esses espaços digitais. Através dessas ferramentas, o projeto convidou diversas pessoas, organizações e instituições a responderem o formulário. Inicialmente, o formulário foi elaborado de forma geral, sem especificar, por exemplo, se os arquivos pertenciam a instituições formais. Posteriormente, os responsáveis pelas respostas foram contatados novamente para fornecer mais detalhes ou esclarecer dúvidas sobre o preenchimento.

Os principais objetivos do projeto "traMA" incluem a identificação de documentos de mulheres que vão além das instituições arquivísticas tradicionais, promovendo a conscientização sobre a importância desses documentos em contextos públicos e privados, tanto em âmbito internacional quanto nacional. O projeto também busca construir um mapa dinâmico e representativo dos arquivos de mulheres, ao mesmo tempo que desenvolve conceitos fundamentais relacionados a esses acervos, como "arquivos de mulheres", "arquivos sobre mulheres" e "documentos das mulheres". Além disso, a "traMA" visa aproximar grupos de pesquisa e pesquisadores com interesses similares, promovendo colaborações e trocas de conhecimento.

Com base nos dados já levantados, é possível traçar perfis de mulheres, levando em conta fatores como profissão, classe social e a natureza dos itens dos acervos, se são mais relacionados à esfera íntima ou pública. Outro aspecto importante é identificar se esses acervos possuem acesso aberto ou estão disponíveis on-line.

Entre os desafios futuros do projeto, destacam-se o aprimoramento do formulário de coleta de dados e a definição precisa dos conceitos que determinarão quais arquivos são de interesse para a "traMA". Além disso, o projeto pensa também em meios eficazes para divulgar amplamente os dados levantados. Os próximos passos incluem a formação de grupos de trabalho dedicados a diferentes aspectos do projeto, o estabelecimento de contato direto com instituições que guardam arquivos de mulheres, a ampliação da divulgação da «traMA» e a busca por colaboração com outros projetos que compartilham objetivos semelhantes ou complementares.

Karla Simone Willemann Schütz - em vídeo

O projeto "traMA" tem como objetivo principal mapear e divulgar arquivos de mulheres no Brasil, com o intuito de preservar e dar visibilidade a esses acervos, que são historicamente menos presentes (ou visíveis) em instituições de custódia. Vinculado à Linha de Pesquisa Arquivo de Mulheres do Grupo de Pesquisa Arquivos Privados e

Pessoais (Grupo APP), o projeto busca repensar os métodos de preservação e aquisição de acervos femininos.

A coleta de informações sobre esses arquivos começou no dia 8 de março, por meio de um formulário, e o site do projeto foi lançado como uma ferramenta fundamental para a visualização da representatividade desses arquivos em diversas regiões do país. O site conta com um mapa interativo que exibe os acervos já divulgados, além de uma seção dedicada a explicar a iniciativa e os projetos relacionados.

Nos planos futuros voltados ao site da "traMA", estão a inclusão de mais informações e a criação de gráficos que representem visualmente a distribuição dos acervos, com o objetivo de tornar esses dados mais acessíveis e compreensíveis para o público.

- **Propostas, Moções e Encerramento**

    1. Propomos a implementação de oficinas e atividades de capacitação voltadas para produtoras de arquivos, com foco em técnicas de preservação, organização e acessibilidade de acervos;

    1. Busca por parcerias e apoios institucionais de universidades e centros de pesquisa para fomentar projetos e estudos voltados para arquivos de mulheres;

    1. Recomendamos a criação de uma Câmara Técnica no âmbito do Conselho Nacional de Arquivos (Conarq) dedicada exclusivamente aos arquivos de mulheres. Essa câmara técnica atuaria na formulação de políticas públicas, diretrizes e estratégias para garantir a preservação, organização e acesso aos acervos relacionados a mulheres.

MINICURSO - BOAS PRÁTICAS NA PRESERVAÇÃO DIGITAL

Coordenação: Ywstter Moura
Relatoria: Lara Aquino

Realizado no dia 17/10/2024, das 08h às 12h, na sala Ipê, o evento paralelo intitulado Minicurso - Boas práticas na Preservação Digital foi ministrado pela arquivista Lara Aquino e pelo cofundador da Pytá Preservação Digital e Tecnologia, Ywstter Moura. O objetivo geral do minicurso foi capacitar profissionais para que possam implementar e aprimorar práticas de preservação digital em suas instituições, explanando modelos, normas, procedimentos e práticas de preservação digital, bem como apresentando uma ferramenta que fornece uma interoperabilidade entre os sistemas produtores de documentos de arquivo e os sistemas que apoiam o Repositório Arquivístico Digital Confiável (RDC-Arq).

No que tange o conteúdo do minicurso, foram abordados os seguintes tópicos:

DEFINIÇÃO DE OBJETO DIGITAL E ARQUIVO DIGITAL

- **Introdução à preservação digital**: destaque para os benefícios e os riscos da não realização da preservação digital nos arquivos;

- **ISO's de preservação:** normas que orientam as práticas de preservação digital, com destaque para o padrão ISO 16363:2012, que fornece critérios para auditar e certificar repositórios confiáveis e para a ISO 20652:2006, que aborda a metodologia da interface Produtor-Arquivo;

- **Modelo OAIS de preservação:** especifica os principais critérios nos quais iniciativas em preservação digital devem se amparar e resulta no modelo de referência OAIS (Open Archival Information System);

- **Requisitos CoreTrustSeal:** critérios de certificação para garantir a confiabilidade de repositórios digitais;

- **Resolução n° 51 do Conarq:** normativa que estabelece as Diretrizes para a Implementação de Repositórios Arquivísticos Digitais Confiáveis" no Brasil;

- **Archivematica e AtoM:** sistemas de código aberto que apoiam os processos de preservação e acesso dos documentos arquivísticos digitais;

- **Modelos de maturidade em preservação digital:** apresentação de modelos que possam avaliar o estágio de desenvolvimento das práticas de preservação digital em uma instituição;

- **Experiências**: apresentação de casos práticos de instituições que já realizam a preservação digital dos seus acervos no Brasil;

- **Melhores práticas de preservação digital com foco no papel da TI:** ênfase do papel da área de Tecnologia da Informação no âmbito da preservação digital.

Por fim, foi apresentado as novidades desenvolvidas pela empresa Pytá Preservação Digital e Tecnologia, o Interopy, uma solução tecnológica de interoperabilidade entre sistemas, voltada para o apoio das atividades de gestão e preservação digital dos documentos de arquivo.

O minicurso foi especialmente desenhado para atender as necessidades de profissionais de TI, arquivistas, gestores de documentos e outras pessoas envolvidas com a gestão e preservação de acervos digitais em suas instituições e contou com a presença de 135 pessoas.

Nesse sentido, é possível concluir que o evento paralelo foi um sucesso, com uma grande adesão de participantes e discussões ricas sobre a importância da preservação digital no contexto arquivístico. Os tópicos apresentados geraram grande interesse entre os presentes, que reconheceram a relevância de se adequar aos padrões e melhores práticas internacionais e nacionais para garantir a autenticidade e acessibilidade dos acervos digitais. Ao final do minicurso, os participantes puderam tirar suas dúvidas com os palestrantes e brindes também foram sorteados no local.

I ENCONTRO DE ARQUIVOS, TURISMO E PATRIMÔNIO

Coordenação: Caroline Buiz Cobas Costas
Relatoria: Joseane Oliveira da Cruz

Durante a participação no I Encontro de Arquivos, Turismo e Patrimônio pudemos observar que há estudos e trabalhos essenciais para a preservação e difusão do patrimônio, sendo os arquivos e arquivistas protagonistas para a compreensão do patrimônio cultural, algo essencial no fazer ciência e compreensão da interseccionalidade com outras áreas.

Foram abordados temas e fontes de pesquisas realizadas nos arquivos, algo relevante para a troca de experiências com os profissionais que atuam no Turismo e áreas afins. Além disso, este encontro pode contribuir para uma maior troca e compartilhamento de teorias entre as áreas da Arquivologia, Turismo e Patrimônio, envolvendo aqui o tratamento da informação.

Como instrumento complementar tanto às atividades arquivísticas e também às atividades turísticas, as novas tecnologias são ferramentas utilizadas principalmente no tratamento das informações adquiridas pelos profissionais da Arquivologia, partrimônio e turismo, visam também a preservação patrimonial dos espaços turísticos muito utilizados ou em fase de divulgação social, algo observada neste evento paralelo.

O evento paralelo em questão teve quatro palestras, a saber:

1. **"O Arquivo Nacional e a história do turismo e das viagens: possibilidades de pesquisa" (Denise Bastos - Arquivo Nacional):**

1.1 Uso do documentos no Arquivo Nacional

1.1.1. *Documentos com teor turístico;*

1.2 Cines jornais da Agência Nacional (1964-1995)

1.2.1. *Turismo, História e Cinema*

1.2.2. *Discursos a respeito do turismo*

1.2.3. *Presença de uma "gramática" nos cines jornais - análise fílmica*

1.2.4. *Valorização da ação dos governos militares;*

1.3. Pesquisa em Turismo - acervo e possibilidades

1.3.1. *Outras denominações - termos de época:*

1.3.1.1. O acervo não aparecerá apenas com o termo turismo

1.3.2. *História do turismo e viagens*

1.3.3. *Diversos fundos e obras raras*

1.3.4. *Cardápios, guias para viajantes, obras raras;*

1.4. Tem mapas turísticos no acervo do Correio da Manhã;

1.5. Fundo Federação Brasileira pelo Progresso Feminismo

1.5.1. *Bertha Lutz (cartões postais) - militante;*

1.6. Cartões postais

1.6.1. *Viagens imaginárias*

1.6.2. *Reviver os roteiros;*

1.7. Patrimônio documental do Turismo

1.7.1. *Acervo disperso, sem tratamento, sem acesso*

2. **"A Arquivística e o viés do patrimônio cultural, histórico e turístico: Fortaleza de São José da Ponta Grossa (SC)" (Cristiano Lutz - UFSC):**

2.1. Fortaleza tombada, mesmo em ruínas;

2.2. Difusão de arquivo

2.2.1. *Situação do acervo de engenharia e arquitetura da UFSC*

2.2.2. *Organização do acervo para poder difundir.*

3. **"Implantação do Arquivo Público de Salvador: Relatos de Experiência e Reflexões" (Adriana Pacheco - Secretaria de Cultura e Turismo de Salvador / Arquivo Histórico Municipal de Salvador)**

3.1. Histórico e contexto do arquivo municipal;

3.2. Lacuna

3.2.1. Queima de documentos pelos holandeses ao finalizar a invasão;

3.3. Arquivo ligado à Secretaria de [Cultura] e Turismo

3.3.1. *Importância por ser instituição da primeira capital brasileira;*

3.4. Ajuda dos técnicos na construção do arquivo;

3.5. Prédio fica ao lado da Casa das histórias;

3.6. Atividades voltadas para o tratamento do acervo

3.7. Não teve tratamento das informações sensíveis durante o convênio

3.7.1. *Necessidade de melhorias nesse tratamento visando a LGPD e outras normativas.*

4. **"O acervo de nós: a escola Maria Ortiz como Patrimônio Cultural do Sítio Histórico de Itapina (ES)" (André Malverdes - UFES):**

4.1. Conceitos

4.2. Bens culturais consagrados (normativas) e não consagrados;

4.3. Parte de um grupo, sentimento de pertencimento;

4.4. Itapuna: noroeste do Espírito Santo, próximo à Colatina

4.4.1. Contexto histórico - minério, café. Ponte inacabada. Êxodo rural

4.4.2. Desastre de Mariana afetou o rio que passa por Itabuna
4.4.3. 5 sítios arqueológicos no Espírito Santo
4.4.4. Cultura e turismo atraem público para a cidade
4.4.5. Críticas ao tombamento, devido às limitações impostas
4.4.6. População deseja a finalização da ponte;

4.5. Mediação junto à população
4.5.1. Construção da informação pelos moradores
4.5.2. Educação patrimonial + capacitação de memórias e histórias/oralidade
4.5.3. Inventário participativo - ligado à educação patrimonial
4.5.4. População como agente
4.5.5. Banco de dados com fotos produzidas pelos alunos - produção documental + organização do conhecimento;

4.6. Arquivos pessoais
4.6.1. Escola como espaço de memória
4.6.2. Projeto "Uma canoa chamada lembrança";

4.7. Fotos 3X4 e portas contam histórias;

4.8. Escola Maria Ortiz - ensino fundamental
4.8.1. Professores e direção aderiram ao projeto
4.8.2. Exposição cultural todo ano
4.8.3. Educação patrimonial com os alunos
4.8.3.1.Ficha de catalogação + banco de dados em blog;

4.9. Resultados
4.9.1. Capacitação de agentes culturais
4.9.2. Registro do patrimônio documental fotográfico
4.9.3. Inserção da comunidade
4.9.4. Compreensão da história local

Por questão de saúde, uma das palestrantes faltou (Simone Costa - Secretaria de Cultura e Turismo de Salvador / Arquivo Histórico Municipal de Salvador).

Como sugestão, a relatora pensa que o horário de término das atividades pode ser revisto, visto que foi algo que dificultou a participação de alguns inscritos no X Congresso Nacional de Arquivologia (CNA) - para as mães e pais que necessitam buscar os filhos nas creches e escolas e não possui outra rede de apoio.

INOVAÇÃO E IA NA GESTÃO DE ARQUIVOS

Coordenação: Charlley Luz
Relatoria: Rafaella D'Arco

Data: 15 de outubro de 2024
Horário: 8h00 às 11h30
Local: Salvador, Bahia

No segundo dia do X Congresso Nacional de Arquivologia, em Salvador, Bahia, tive a oportunidade de participar de um evento paralelo de destaque, conduzido pelo arquivista e especialista em inovação Charlley Luz. A palestra intitulada "Ativo de Inovação: Empreendedorismo com Inteligência Artificial na Gestão de Arquivos" trouxe uma abordagem inovadora sobre a integração de IA na gestão documental e seu impacto nas práticas arquivísticas.

Charlley Luz iniciou sua apresentação contextualizando a crescente relevância da Inteligência Artificial (IA) no campo da arquivologia, enfatizando que, com o avanço das tecnologias digitais, os profissionais de arquivos precisam adotar novas ferramentas para otimizar processos e melhorar a eficiência na gestão de informações. Ele destacou que a IA não apenas automatiza tarefas repetitivas, mas também oferece soluções sofisticadas que podem melhorar a curadoria de dados, a busca por informações e a preservação documental.

APLICAÇÕES PRÁTICAS DE IA NA ARQUIVOLOGIA

Um dos momentos mais empolgantes da apresentação foi a demonstração de aplicações práticas de IA na gestão de arquivos, como a implementação de assistentes virtuais por meio de ferramentas como o Copilot, com uma tecnologia de Recuperação Aumentada de Geração (RAG) para consultas rápidas e eficientes a bases de dados arquivísticas.

Charlley Luz mostrou como é possível, com poucos ajustes, integrar essa tecnologia no dia a dia de um arquivo, criando um fluxo contínuo de busca e geração de informações. A simplicidade da aplicação surpreendeu os participantes, e a demonstração foi recebida com grande entusiasmo.

NORMAS ISO PARA IA E CURADORIA DE METADADOS

Um ponto de destaque da apresentação foi a discussão sobre as normas ISO aplicáveis à IA, como as ISOs 42001, 24027 e 23884, que estabelecem diretrizes para o uso responsável e eficiente da IA em diferentes setores, incluindo a gestão de arquivos.

Charlley Luz frisou a importância de seguir padrões internacionais para garantir a confiabilidade e a qualidade das soluções implementadas. Essas normas servem como um norte para que os profissionais arquivistas possam desenvolver suas práticas em conformidade com as melhores práticas globais.

Além disso, ele sublinhou a importância da curadoria de IA e a criação de metadados de qualidade, que são essenciais para assegurar que as informações sejam organizadas, acessíveis e utilizáveis de forma eficaz no ambiente digital. A geração de metadados consistentes e precisos é um dos maiores desafios na adoção de novas tecnologias em arquivos, e a IA, quando bem implementada, pode ser uma aliada nesse processo.

PARADADOS E O FUTURO DA GESTÃO DA INFORMAÇÃO

Outro conceito discutido foi o de paradados no contexto da IA, um termo que está ganhando relevância à medida que a inteligência artificial se torna parte integral dos sistemas de informação. Paradados se referem a dados sobre metadados, ou seja, informações que descrevem a estrutura e a função dos próprios metadados. No contexto da gestão de arquivos, esse conceito é crucial, pois permite que os profissionais compreendam não apenas o conteúdo dos documentos arquivados, mas também como esses documentos foram organizados, processados e recuperados, especialmente em sistemas com IA.

Charlley Luz destacou que, com o uso de IA, a criação de paradados pode ser automatizada, garantindo uma camada adicional de contexto e valor à informação arquivada. Essa abordagem avançada foi vista como uma estratégia essencial para o futuro da gestão de informações e preservação digital.

ENGAJAMENTO E ENERGIA NO CONGRESSO

A palestra gerou uma discussão muito ativa entre os participantes, que se mostraram interessados em explorar mais profundamente o papel da IA em suas práticas profissionais. A energia no evento foi contagiante, com um clima de inovação e entusiasmo dominando as conversas. Mesmo com o relato sobre a catástrofe dos arquivos do Rio Grande do Sul, com a fala de Débora Flores sobre a recuperação do arquivo permanente da Universidade Federal de Santa Maria, a variado in pelas enchentes de maio de 2024, encontra-se congelado a servo, porém já existe um projeto para o descongelamento e digitalização do acervo, para abastecer projetos de inteligência artificial.Os profissionais de arquivos presentes estavam claramente engajados em repensar o futuro de suas

carreiras e das instituições em que trabalham, aproveitando ao máximo as novas tecnologias emergentes.

CONCLUSÃO

O evento paralelo conduzido por Charlley Luz foi um dos destaques do X CNA. A palestra trouxe uma visão clara das possibilidades que a Inteligência Artificial oferece para a gestão de arquivos, desde a automação de processos até a criação de soluções sofisticadas de curadoria de dados. O conceito de paradados e as normas ISO aplicáveis à IA foram temas críticos que enriqueceram a discussão sobre o futuro da arquivologia no mundo digital.

A IA é uma ferramenta poderosa que, quando bem utilizada, pode transformar completamente a forma como gerimos e preservamos nossos acervos. As novas possibilidades de inovação e empreendedorismo que a IA traz para a gestão de arquivos são promissoras, e o CNA continua sendo um espaço fundamental para discutir e moldar esse futuro.

I ENCONTRO NACIONAL DOS ARQUIVOS FOTOGRÁFICOS

Coordenação: André Malverdes
Relatoria: Eduardo Luiz dos Santos

Data: 16 de outubro de 2024.
Horário: de 08:00h às 12:00h.
Local: Sala Imperial 3.
Número de inscritos: 63 participantes.
Instituições envolvidas: Arquivo Nacional, Arquivo Público da cidade de Belo Horizonte, Câmara dos Deputados, Fiocruz, ICI UFBA, IFES, IFMT, IGEPPS, Instituto Mirante de Cultura e Arte, Itaipu Binacional, Museu da Imagem e do Som do Ceará, Novonor, Ppgarq/unirio, PPGCI-Ibict/UFRJ, Pyta, Rede Nacional de Ensino e Pesquisa – RNP, Televisão Bahia S.A., TRE –Go, UEPB, UFAM, UFBA, UFES, UFF, UFG, UFMG, UFPB, UFPE, UFSM, UFTM, UFV, UNEMAT, Universidade de Brasilia, Universidade Estadual de Londrina, Universidade Federal de Uberlândia.
Profissionais: Arquivistas, Bibliotecários, Economista e Historiadores

O encontro contou com a apresentação "Imagens da Universidade: Descrição e digitalização do Patrimônio Fotográfico da Universidade Federal do Espírito Santo", ministrada pelo coordenador do evento professor Andre Malverdes (UFES)

Na sessão em seguinda aconteceu a apresentação do trabalho "Acervo iconográfico da UFV: desafios e êxitos das atividades de descrição e difusão", de Eduardo Luiz dos Santos (UFV).

Em seguida foi franqueada a palavra para perguntas e considerações:

Encaminhamentos:

- Criação de uma Câmera Técnica para proposição de instrumentos de pesquisa sobre acervos fotográficos;
- Necessidade de formação de recursos humano especializados no trabalho com imagens e de ferramentas que contribuam para a identificação e descrição de documentos fotográficos;

- Que o CNPQ inclua na sua tabela de organização do conhecimento o termo "arquivos fotográficos" subordinado à Arquivologia;

- Moção de louvor aos precursores da Arquivologia no Brasil: Esposel, Maria Odila Kahl Fonseca, Heloísa Bellotto, Ana Maria Camargo.

REUNIÃO DO FÓRUM NACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES DE ARQUIVOLOGIA DO BRASIL

Coordenação/Relatoria: Wagner Ramos Ridolphi

Data: 15 de outubro de 2024
Número de inscritos: 19

O Fórum Nacional das Associações de Arquivologia do Brasil (FNArq) foi constituído em 2014, durante o VI Congresso Nacional de Arquivologia (CNA) em Santa Maria-RS, como um fórum permanente, de âmbito nacional, para unificar as lutas e demandas da Arquivologia no Brasil, promovendo uma aproximação entre as associações regionais existentes, que congregam os profissionais e estudantes da área. Desde então o FNArq se mobiliza por meio de reuniões periódicas, geralmente online, em que participam os representantes das diretorias das associações de Arquivologia, para discussões e deliberações e por ocasião do CNA é realizada a reunião presencial. O público-alvo são os membros das diretorias das associações que compõem o FNArq, mas o evento é aberto para participação dos associados e demais interessados em acompanhar as discussões.

Nesta reunião em Salvador-BA participaram representantes das seguintes associações: Associação dos Arquivistas da Bahia (AABA), Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro (AAERJ), Associação de Arquivologia do Estado de Goiás (AAG), Associação dos Arquivistas do Estado do Espírito Santo (AARQES), Associação dos Arquivistas do Estado do Rio Grande do Sul (AARS), Associação de Arquivistas de São Paulo (ARQ-SP), Associação de Arquivistas do Estado de Santa Catarina (AAESC), Associação Mineira de Arquivistas (AMArq), Associação dos Arquivistas do Estado do Pará (AAEPA) e Associação Paranaense de Arquivistas (APA); estiveram presentes ainda como convidados representantes do movimento de criação da Associação de Arquivistas do Amazonas (Arq- AM) e do grupo que discute a reativação da Associação Brasiliense de Arquivologia (ABArq).

O primeiro ponto de pauta foi o relato sobre a criação de novas associações; houve relato do andamento da criação da associação no Amazonas, que cuja assembleia de fundação está marcada para 23 de outubro e também do grupo que discute a retomada da associação em Brasília-DF, mas este ainda sem avanço.

Em seguida, se discutiu uma estratégia de ação do FNArq sobre a situação do Arquivo Nacional e a representação no Conselho Nacional de Arquivos (Conarq), já que o mandato

da atual conselheira foi prorrogado, mas ainda não há previsão de publicação de edital para renovação do conselho; decidiu-se buscar contato com o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) e nova reunião para traçar os próximos passos.

Sobre as moções a serem apresentadas na plenária final do congresso, após consulta às associações membro, foram encaminhadas as seguintes moções:

- Buscar o comprometimento dos candidatos e candidatas aos cargos executivos e legislativos municipais eleitos no processo eleitoral de 2024 com as políticas arquivísticas para arquivos públicos e privados no Brasil;

- Solicitar ao Ministério do Trabalho a regulamentação da insalubridade em arquivos, conforme a alteração do artigo 200 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) pela Lei nº 14.846/24;

- Solicitar ao MGI que revogue todos os dispositivos legais estabelecidos entre 2016 a 2022 e que impedem que o Arquivo Nacional cumpra a sua missão institucional;

- Solicitar ao MGI que, ciente da carta enviada ao Arquivo Nacional e entregue durante o X CNA, indique um/a arquivista para exercer o cargo Diretor/a de Processamento Técnico, respeitando assim o Regimento Interno da instituição.

Por fim, o último ponto de pauta foi a indicação de sede para a próxima edição do CNA, a ser realizado em 2026. Nenhuma associação presente apresentou candidatura para organizar o evento; após discussão sobre alternativas, se firmou o compromisso de realização do CNA, mas que ocorrerão reuniões nos próximos meses para que o FNArq reveja a forma de organização e financiamento do evento, para que a associação que irá sediar não fique sobrecarregada com todas as atribuições.

IV SEMINÁRIO ARQUIVO E CULTURA

Coordenação: Heloísa Esser dos Reis
Relatoria: Leonardo Augusto Silva Fontes

Em sua 10ª edição, o Congresso Nacional de Arquivologia (CNA) teve sua organização sob responsabilidade da Associação de Arquivistas da Bahia (AABA) e o Fórum Nacional das Associações de Arquivologia do Brasil (FNArq) e abordou o tema: "A Arquivologia e as tecnologias disruptivas: o arquivista na era da Ciência de Dados e da Inteligência Artificial", objetivando discutir neste cenário as questões epistêmicas do objeto de estudo da Arquivologia, as adequações das práticas profissionais dos arquivistas e as soluções tecnológicas que otimizam os serviços arquivísticos sem ameaçar os princípios da Arquivologia.

O evento foi realizado no período de 14 a 18 de outubro de 2024 no Quality Hotel & Suítes São Salvador – Salvador/BA e teve a presença de mais de 500 participantes durante os cinco dias de evento, para um público entre profissionais, pesquisadores, estudantes e interessados em geral.

Durante o X CNA ocorreu o IV Seminário Arquivo e Cultura, sob a coordenação de Heloísa Esser dos Reis (Tribunal de Justiça de Goiás), apresentação e relatoria de Leonardo Augusto Silva Fontes (Arquivo Nacional), a mediação de Roseli Leal, da Associação dos Arquivistas da Bahia (AABA) e relato de experiência de Lucia Maria Velloso (Fundação Casa de Rui Barbosa), a fim de discutir a recomposição do Colegiado Setorial de Arquivos no âmbito do Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC) do Ministério da Cultura (MINC), que teve dentre suas competências "debater, analisar, acompanhar, solicitar informações e fornecer subsídios ao CNPC para a definição de políticas, diretrizes e estratégias relacionadas a Arquivos" e "promover o diálogo entre poder público, Arquivos e sociedade civil e os agentes culturais, com vistas a fortalecer a economia da cultura e a circulação de ideias, de produtos e de serviços, assegurada a plena manifestação da diversidade das expressões culturais".

Sua última composição foi designada pela Portaria MINC nº 40 (06/05/2016). O resultado final do Colegiado Setorial de Arquivos do CNPC foi documento referência para a arquivologia e os arquivos, tendo a Semana Nacional de Arquivos sua principal conquista: https://rubi.casaruibarbosa.gov.br/handle/20.500.11997/7230

A recomposição do colegiado foi proposta em moção apresentada no final do seminário, a ser levada para a plenária final do evento.

Houve comunicações de Heloísa Esser e de Lúcia Velloso sobre o histórico do colegiado e de sua atuação quando foram conselheiras da área de arquivos no CNPC.

Leonardo Fontes apresentou a comunicação "A experiência da sociedade civil no Colegiado Setorial de Arquivos no CNPC e na construção do Plano Setorial de Arquivos - a importância de sua retomada", em que relatou o histórico de criação do Plano Nacional de Cultura (PNC) e do CNPC, assim como do Colegiado Setorial de Arquivos.

O PNC foi criado pela Lei nº 12.343/2010, em conformidade com o § 3o do art. 215 da Constituição Federal, na forma do Anexo desta Lei, com duração de 14 anos. Em seu art. 2o determina que: São objetivos do Plano Nacional de Cultura: IV - promover o direito à memória por meio dos museus, arquivos e coleções.

O PNC está permeado pela relação entre arquivo e cultura e tem neste ano de 2024 seu prazo final de validade, por isso precisa de nova regulamentação.

Assim, é premente que a área de arquivos se reorganize para acompanhar as tramitações sobre o PNC, bem como para ocupar o espaço que, possivelmente, em breve estará disponível para profissionais de arquivos.

Moções aprovadas por unanimidade durante o IV Seminário Arquivo e Cultura e referendadas durante a plenária final do evento:

- Que o Presidente da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB) encaminhe ao Ministério da Cultura o pedido de recomposição do Colegiado Setorial de Arquivos junto ao CNPC;

- Que os conselhos estaduais e municipais de cultura tenham representação da sociedade civil que contemple a área de arquivos;

- Que o Prêmio de Memória do Poder Judiciário contemple, novamente, a categoria "Difusão Cultural e Direitos Humanos", com o objetivo de estimular ações voltadas à cultura nos arquivos da Justiça.

Que o Conselho Nacional de Arquivo (Conarq) seja ampliado e destine uma cadeira para um representante do Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário (PRONAME) Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Site: https://fnarq.com.br/

VIII ENCONTRO NACIONAL DE DOCUMENTAÇÃO AUDIOVISUAL, ICONOGRÁFICA, SONORA E MUSICAL

Coordenação: Pablo Sotuyo Blanco
Relatoria: Marcelo Nogueira de Siqueira

A oitava edição do Encontro Nacional de Documentação Audiovisual, Iconográfica, Sonora e Musical (ENDAISM) foi realizada no dia 17 de outubro, quinta-feira, das 8h às 12h, como parte integrante do X Congresso Nacional de Arquivologia.

Esse tradicional evento paralelo, teve início em 2008, no III CNA, no Rio de Janeiro, com o nome de Encontro Nacional de Arquivos Audiovisuais, e sempre teve por objetivo promover o debate e apresentar experiências e boas práticas no campo dos documentos visuais e sonoros. A mudança do nome do evento espelha o grau de maturidade que o campo vem passando ao longo desses últimos anos na Arquivologia e o nosso Encontro teve papel decisivo neste sentido. A inclusão do "Musical" no escopo do evento também teve origem nos debates da antiga Câmara Técnica de Documentos Audiovisuais, Iconográficos, Sonoros e Musicais do Conselho Nacional de Arquivos, que por sua vez, teve origem nas discussões propostas pelo Encontro.

Em suas oito edições, o ENDAISM teve mais de 30 profissionais da área e apresentou mais de 40 palestras, com temas que tratavam de terminologia, preservação, processamento técnico, acesso, difusão, legislação, usuários, estudos de caso e interfaces com outras áreas.

Neste ano, foram apresentados 5 trabalhos referentes a diferentes assuntos e temas. A Profa. Ivana Severino apresentou um trabalho referente aos arquivos e documentação da Associação Nacional de Ação Indigenista (Anaí) e documentos provenientes de acervos pessoais de pesquisadores da temática indígena. O trabalho apresentou as etapas do processo de tratamento documental realizado em parte do acervo sonoro produzidos pela pesquisadora Maria do Rosário Carvalho, dispostos em fita cassete, circunscrito no projeto *Memória dos povos indígenas do Nordeste: documentos sonoros da etnia Pataxó*, que resultou na publicação de um catálogo seletivo.

A Profa. Mabel Mota apresentou sua pesquisa sobre documentos audiovisuais em arquivos privados de companhias teatrais, refletindo sobre os processos colaborativo da produção destes documentos e sobre o estudo do produtor.

O Prof. Marcelo Siqueira apresentou uma reflexão sobre jogos eletrônicos como documento e monumento, a percepção de que os videogames ainda não estão sendo percebidos como fonte de pesquisa e tratados como documento arquivístico a depender de seu contexto de produção, e observações sobre como os jogos eletrônicos produzidos no Brasil estão sendo tratados e preservados por instituições do poder público dedicados ao recolhimento ou aquisições de documentos audiovisuais.

A Diretora de Preservação e Difusão Audiovisual da Secretaria do Audiovisual do Ministério da Cultura Daniela Fernandes apresentou um trabalho sobre políticas públicas para a preservação do audiovisual no Brasil, em que houve demonstrações e reflexões sobre as iniciativas dos órgãos de cultura no Brasil para gerenciar e preservar o patrimônio audiovisual brasileiro.

Por fim, o Prof. Pablo Sotuyo apresentou sua pesquisa relacionada a documentos musicográficos, apontando as terminologias importantes da área e informando sobre as atividades e ações realizadas a partir das discussões produzidas pela antiga Câmara Técnica de Documentos Audiovisuais, Iconográficos, Sonoros e Musicais do Conselho Nacional de Arquivos.

Foram indicadas três moções deste VIII Encontro Nacional de Documentação Audiovisual, Iconográfica, Sonora e Musical:

1. Solicitação da reativação da Câmara Técnica de Documentos Audiovisuais, Iconográficos, Sonoros e Musicais;

1. Definição de jogos eletrônicos como espécie documental do gênero audiovisual;

1. Que as discussões e o relatório deste Encontro sejam enviados à autoridades do Ministério da Cultura e demais órgãos da pasta para que a discussão seja ampliada, principalmente no que se refere à preservação pelo poder público da documentação audiovisual brasileira.

FÓRUM DE DISCUSSÃO: POR UMA POLÍTICA NACIONAL DE ARQUIVOS

Coordenação: Heloísa Esser dos Reis
Relatoria: Clarissa Moreira dos Santos Schmidt

O evento paralelo "Fórum de discussão por uma Política Nacional de Arquivos" foi realizado pelo Fórum Nacional das Associações de Arquivologia do Brasil (FNArq) nos dias 17 e 18 de outubro, durante o X Congresso Nacional de Arquivologia (CNA), em Salvador/BA.

O evento foi idealizado, fundamentalmente, pela ausência de discussões sobre a Política Nacional de Arquivos no CNA. Além disso, como sabemos, apesar da Lei de Arquivos ter completado mais de três décadas e o Conselho Nacional de Arquivos (Conarq) ter sido instalado em 1994, ainda carecemos de uma Política Nacional de Arquivos efetiva. A I Conferência Nacional de Arquivos (CNArq), realizada em 2011, foi uma tentativa concreta de elaboração dessa política e, nesse momento, foi aprovado o estudo para a alteração da Lei 8.159/1991. Cabe ressaltar que, por via do poder legislativo, essa alteração está em curso na Câmara Federal com o PL 2789/2021 que moderniza a Lei de Arquivos e, atualmente, com um substitutivo construído de forma participativa, sob a liderança de uma frente ampla composta pelo FNArq, Fórum Nacional de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (Feparq), Associação Nacional de História (Anpuh) e Rede de Arquivistas das Instituições Federais de Ensino Superior (ARQUIFES). A perspectiva de realização da II CNArq voltou a jogar luz sobre as questões que permeiam a Política Nacional de Arquivos. Assim, objetivou-se, com esse encontro paralelo, fomentar o debate e fazer reflexões que contribuam para identificar os entraves para a construção e implementação dessa política.

A inserção deste evento paralelo no maior congresso da área de Arquivologia buscou ampliar a participação da comunidade arquivística no debate, de modo que arquivistas e demais profissionais que atuam em arquivos possam contribuir para as discussões sobre a Política Nacional de Arquivos.

Ao concluirmos o evento consideramos importante pontuar as principais reflexões apresentadas, bem como relatar os encaminhamentos a serem observados pela comunidade arquivística a partir do que foi debatido.

A mesa realizada no primeiro dia do evento, 17 de outubro, teve por finalidade identificar as dificuldades que permeiam a efetividade da Política Nacional de Arquivos. Para tanto, Francisco Cougo, professor da Universidade Federal de Santa Maria, foi convidado a proferir uma palestra acerca da temática. Enquanto pesquisador das políticas públicas arquivísticas, presidente da Associação dos Arquivistas do Estado do Rio Grande do Sul (AARS) e coordenador executivo do Feparq, problematizou os entraves que impedem a formulação e implementação da referida política, quais sejam a ausência de panoramas sobre os arquivos no Brasil; a institucionalidade dos arquivos públicos (quantos são, qual o grau de institucionalização); recursos humanos, infraestrutura, dentre outros.

Cougo detalhou alguns desses entraves. Afirmou que precisamos de informações sobre os arquivos no Brasil, mas não temos estrutura para recolher esses dados. Além disso, a ausência de iniciativas dos organismos públicos para tal, permite continuarmos lidando com o desafio da falta de informações. No bojo da reflexão, alertou sobre a carência de avaliações sobre a Política Nacional de Arquivos. Explicou que nos anos de 2022 e 2023 foram publicadas duas avaliações feitas pela Escola Nacional de Administração Pública (Enap), mas ambas não são de boa qualidade, pois parecem ser baseadas em percepções. Ressaltou a ineficiência do Conarq nesse sentido, já que parece não haver interesse de quem o conduz para reverter esse cenário, e levantou a seguinte questão: a quem cabe a atribuição de provocar esse debate?

Outra dificuldade apontada por Cougo vincula-se à instabilidade política que o Brasil viveu nos últimos anos e como isso reverberou no Arquivo Nacional (AN), pois nota-se outros projetos para os arquivos brasileiros tocados dentro do Estado – como a digitalização, terceirização - e que não incluem o que estamos discutindo. Questiona se o Estado brasileiro está inerte, mas logo afirma que não, pois a administração pública acha que pode ser lucrativo ganhar dinheiro com os arquivos, como por exemplo a questão dos Correios, que passou a oferecer serviços de gestão de documentos. Há um interesse econômico que atenta contra tudo que defendemos.

O arranjo institucional do Conarq é outro elemento que atravanca o desenvolvimento da Política Nacional de Arquivos. Cougo coloca que há questões que precisam ser destacadas: a disparidade na composição de seus membros (ex. 3 cadeiras para o executivo e 1 para os arquivos municipais); a sub-representação de poderes e esferas representativas; sua vinculação e dependência ao AN; a falta de planejamento; e a ausência de discussões acerca da formulação de políticas públicas. Afirmou que a atual presidência do Conarq tem tido muita dificuldade de fazer o seu papel, e lida com o Conselho como instância de caráter consultivo. Além disso, não encaminhou a seleção pública para vagas de conselheiros e postergou o mandato dos atuais à revelia da Lei.

Algumas alternativas a estes entraves foram apresentadas por Cougo. Considera que os segmentos da área são capazes de reverter a situação, como as associações, os fóruns

e a universidade. Sublinhou que precisamos despertar a atenção destes segmentos para que se politizem, que temos que provocar os órgãos de fiscalização e nos articularmos nacionalmente e não apenas no eixo Rio-SP. Terminou reforçando a necessidade de confrontação sistemática em relação ao desmantelamento das políticas arquivísticas e o quanto é importante reestabelecermos nossos espaços de luta.

A segunda fala da mesa foi realizada por Beatriz Kushnir, que participou como representante da Anpuh no Conarq. Iniciou lamentando a ausência de espaços para discussão do tema em um congresso como o CNA.

Beatriz Kushnir relatou as mazelas da relação Conarq/Arquivo Nacional com a comunidade arquivística e as políticas arquivísticas. Entende que estamos caminhando rumo ao século XIX com o Arquivo Nacional, já que o órgão está sendo perspectivado pela atual gestão e pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) como um arquivo histórico. Em seguida, foi contundente ao afirmar que no Brasil não há investimento nas políticas públicas arquivísticas.

Na esteira dessa discussão, problematizou as questões orçamentarias do AN, que não possui mais orçamento próprio e atualmente é uma Secretaria vinculada ao MGI. Significa dizer que não há mais independência orçamentaria. O AN perdeu seu CNPJ em março de 2023, quando da posse da Diretora Ana Flávia Magalhães Pinto.

Beatriz Kushnir também discutiu o parecer técnico-científico[1] que analisa o "Acordo de Cooperação Técnica Internacional para Fortalecimento da Política Nacional de Arquivos e Conselho Nacional de Arquivos", proposto pelo Arquivo Nacional/MGI em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Explicou que o parecer foi elaborado pelos conselheiros que representam a Anpocs, a Anpuh, o FNArq, o Feparq e os arquivos Estaduais, e revela sobretudo a falta de transparência acerca da execução da verba constante no acordo, a indefinição em relação ao Sinar e o efetivo papel do Conarq. Por fim, ressaltou que a comunidade arquivística está lidando com estas questões de maneira muito passiva.

A terceira e última fala do primeiro dia do evento paralelo foi a de Thiago Bragato Barros, que representa o Feparq no Conarq. Explicou que a partir de sua participação no Fórum Interconselhos, em julho de 2024, observou que há uma premissa de que os demais conselhos nacionais possuem orçamento, o que não é o caso do Conarq. Destacou que o Conarq precisa de equipe para desenvolver suas atividades e de orçamento para induzir a Política Nacional de Arquivos. Acredita que atualmente o Conselho está disfuncional nas esferas técnica e política.

1 O parecer pode ser consultado em https://www.forumpermanentepoliticaspublicasarquivisticas.com/_files/ugd/6a6337_d395f21c8f7d4a87b110687158693177.pdf. Acesso em out.2024.

No primeiro dia do evento, portanto, pudemos compreender os entraves que impedem a implementação da Política Nacional de Arquivos, o desmonte dos arquivos públicos, a inércia do Conarq nesse contexto e a urgência da comunidade arquivística se organizar para reestabelecer seus espaços de luta.

O segundo dia do evento paralelo aconteceu em 18 de outubro e a mesa contou com a presença de Jonas Ferrigolo Melo (Universidade do Porto), Welder Antônio Silva (ALMG/UFMG) e José Maria Jardim (UNIRIO), com mediação de Camila Lehmkuhl (UFSC). Em debate estava a proposta de texto substitutivo ao PL 2789/2021, que altera a Lei de Arquivos.

A primeira apresentação do dia ficou a cargo de Jonas Ferrigolo Melo, que explicou como se deu a elaboração da proposta de texto substitutivo ao PL 2789/2021, no bojo da Frente Ampla[2], criada em 2023 e, na sequência, comparou a lei vigente com a proposta. A fala de Ferrigolo Melo demarcou a proposta do FNArq ao PL 2.789/2021.

Compreendida a construção da proposta, bem como os elementos que a compõem, foi a vez de Welder Antônio Silva demostrar como acontece o processo legislativo dos projetos de lei. Objetivou-se, com isso, esclarecer as etapas do trâmite do PL 2.789/2021 e oferecer à comunidade arquivística subsídios para lidar, de maneira estratégica, com o curso do referido projeto de lei.

Em exposição ao final da mesa, Jardim teceu considerações sobre o PL 2.789/2021 e afirmou que o projeto não resulta do fracasso da Lei de Arquivos, tampouco sobre sua obsolescência. Justificou sua afirmação dizendo que a Lei 8.159 foi o primeiro instrumento a debater a periferização dos arquivos brasileiros, mas infelizmente não temos estudos sobre os seus impactos, ainda que saibamos de sua importância na proteção dos documentos de arquivo. Fez um breve histórico sobre a constituição da Lei e afirmou que o Brasil possui uma boa lei de arquivos, ainda que pouco aplicada, e relembrou que a I CNArq solicitou atualizações da Lei, mas sem alterar seus fundamentos.

Jardim explicou como a Lei de Arquivos assegura a malha arquivística do Estado brasileiro e, por isso, considerou importante fazer sugestões à proposta do FNArq ao PL 2.789/2021. Destacou que a Lei define os sujeitos arquivísticos do país e os institucionaliza chamando-os de instituições arquivísticas. Salientou que justamente por isso, não podemos deixar de definir os sujeitos no PL, pois do contrário, teremos uma desinstitucionalização dos sujeitos institucionais que estão na Lei vigente. Em seguida, refletiu acerca de dois sujeitos arquivísticos: instituição arquivística e serviços arquivísticos, e fez sua proposta de revisão no substitutivo no que entende como ambiguidade em relação à instituição e serviços arquivísticos nos diferentes poderes, de modo a preservar a malha institucional arquivística.

2 Maiores informações podem ser verificadas aqui: https://fnarq.com.br/frente-ampla-em-prol-da-lei-de-arquivos/ Acesso em out. 2024.

No segundo dia do evento refletimos sobre a proposta de substitutivo ao PL 2.789/2021 elaborado pela Frente Ampla, bem como a importância da comunidade arquivística se envolver nesse debate.

Em linhas gerais, o que percebemos do evento é que precisamos ampliar nossos espaços de discussão sobre a temática, nos articularmos em busca do desenvolvimento de uma efetiva Política Nacional de Arquivos, fazermos uma nova proposta de texto substitutivo ao PL 2.789/2021 e nos organizarmos para reestabelecermos nossos espaços de luta.

A seguir, apresentamos as proposições aprovadas durante o evento paralelo.

Moções

1. Que as Políticas e gestão arquivísticas estejam no centro das discussões do próximo CNA;

2. Que a comunidade arquivística realize uma Conferência Popular de Arquivos;

3. De Apoio ao PL 2.789/2021, considerando que alterações debatidas durante o EVENTO PARALELO – FÓRUM DE DISCUSSÃO POR UMA POLÍTICA NACIONAL DE ARQUIVOS, sejam incorporadas de maneira a apresentação de uma nova sugestão de substitutivo do PL ao relator do projeto na comissão de cultura.

MODELO HIPÁTIA: INOVAÇÃO EM PRESERVAÇÃO DIGITAL

Coordenação: Alexandre Oliveira

No dia 15 de outubro de 2024 a sessão foi iniciada com um agradecimento à presença de todos os participantes. Em seguida, foi realizada uma apresentação institucional do evento, detalhando a dinâmica da Sessão de Diálogo. Posteriormente, Tiago Braga, diretor do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict) e Alexandre Oliveira, coordenador do Modelo Hipátia, foram convidados para dar as boas-vindas aos presentes.

Na sequência foram convidados a proferir uma apresentação intitulada "Hipátia - Um Modelo Brasileiro para Preservação Digital". Em sua palestra, Tiago Braga e Alexandre Oliveira apresentaram o Modelo Hipátia, abordando seus principais conceitos, desafios e avanços na área da preservação digital.

Em seguida, foi a vez da mesa redonda intitulada "Modelo Hipátia em Construção - Estudos de Caso de Preservação Digital". A mesa redonda contou com a apresentação e discussão de diversos estudos de caso, destacando aplicações do Modelo Hipátia em diferentes configurações tecnológicas com instituições parceiras:

1. **Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (TRT4)**
   - Cássio Pires (Pesquisador Ibict)

2. **Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia (TJRO)**
   - Simone Soares Sena Oliveira (Representante TJRO)
   - Leolíbia Linden (Pesquisadora Ibict)

3. **Tribunal de Contas da União (TCU)**
   - Paulo André Mattos de Carvalho (Representante do TCU)
   - Ívina Flores Melo (Pesquisadora Ibict)

4. **Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (TJMG)**
   - Barbara Maria Wacha de Melo (Representante TJMG)
   - Sérgio Nogueira (Pesquisador Ibict)

5. **Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ)**
   - Representantes do TJRJ participaram com contribuições sobre experiências na preservação digital.

LANÇAMENTO DE NOVAS SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS E SERVIÇOS

Foram apresentadas novas soluções tecnológicas resultantes de pesquisas na área da preservação digital, o ValidaPres e o Meta Pres.

O ValidaPres,apresentado pela pesquisadora Ívina Flores Melo (Ibict), é uma plataforma capaz de conceder e validar a presunção de autenticidade ao documento digitalizado com base na autenticação das imagens digitalizadas e na concessão de presunção de credibilidade do documento digital. Os documentos digitalizados são capturados pelo ValidaPres, que por sua vez possibilita a inserção de elementos descritivos ao documento digitalizado que possam garantir a autenticidade a longo prazo, para que o documento possa ser devidamente preservado. Destacam-se entres suas características a capacidade de promover a governança e gerenciamento de projetos de digitalização; garantir a qualidade de imagem; selecionar formatos e compressão de arquivos; padronizar os metadados exigidos pela legislação vigente; normalizar e certificar imagens digitalizadas; homologar os documentos por assinatura simples ou qualificada.

O MetaPres, apresentado pelo pesquisador Cássio Pires (Ibict), é um serviço de metadados de acesso implementado em repositórios arquivísticos digitais por meio de algoritmo na linguagem de programação Python. O MetaPres tem a finalidade de possibilitar a plena utilização dos metadados descritivos do padrão ISAD(G) por repositórios arquivísticos digitais desenvolvidos a partir do modelo Hipátia, que implementam fluxos de preservação automatizados com o apoio dos softwares *Archivematica* e *Access To Memory* (*AtoM*). Com a primeira versão do MetaPres, esses repositórios não precisarão mais ficar restritos a limitações impostas pelo mapeamento de metadados *Dublin Core* para ISAD(G) realizadas no âmbito da integração nativa entre os *softwares AtoM* e *Archivematica*.

Nas próximas versões, pretende-se ampliar o escopo das funcionalidades do MetaPres de forma que possibilite a disseminação de Pacotes de Informação de Disseminação (DIPs) em repositórios arquivísticos do modelo Hipátia com outros *softwares* de acesso e disseminação.

O evento foi concluído com uma síntese das discussões realizadas, reforçando a importância da colaboração interinstitucional para avanços na preservação digital e a continuidade das iniciativas apresentadas.

INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS EM ARQUIVOS DO PODER JUDICIÁRIO

Coordenação: Neide De Sordi
Relatoria: Andrea Vanessa Costa Val e Monica Maria de Padua Souto da Cunha

Data: 16/10/2024
Horário: 9h00 às 12h00
Palestra: Ações e políticas do CNJ para gestão documental, arquivos e memória
Mesa-redonda
Participantes:
Dra. Anita Lübbe (TRT4): O RDC-Arq da Justiça do Trabalho
Luciane Adolfo (TJRS): MoReq-Jus-Jus2: requisitos em gestão de documentos
Tassiara Kich (JFRS): Tabelas processuais unificadas: a padronização nacional para a classificação dos documentos
Pedro Neto (TJAM): Centros de Memória: preservando a história do Judiciário

ABERTURA

A coordenadora da Sessão de Diálogo, Neide De Sordi, deu início à sessão, dando as boas-vindas aos presentes no auditório. Destacou a importância de compartilhar boas práticas e inovações, mencionando que o evento foi organizado com o objetivo de divulgar experiências relevantes no âmbito dos arquivos do Poder Judiciário.

Na sequência, apresentou a palestrante, Desembargadora Salise Sanchotene, que proferiu a palestra sobre as ações e políticas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) voltadas para a gestão documental, arquivos e memória no Judiciário.

PALESTRA DE ABERTURA - AÇÕES E POLÍTICAS DO CNJ PARA GESTÃO DOCUMENTAL, ARQUIVOS E MEMÓRIA

Palestrante: Desembargadora Salise Sanchotene (TRF4)

"Bom dia a todas e todos nesta bela manhã em Salvador. Saúdo os participantes desta Sessão de Diálogos: 'Inovações Tecnológicas em Arquivos do Poder Judiciário', que

reúne magistrados, arquivistas e outros profissionais que atuam nos arquivos do Poder Judiciário e em diversas instituições jurídicas.

Agradeço à organização deste X Congresso Nacional de Arquivos pelo convite para participar deste evento. Infelizmente, devido à sessão plenária de hoje no Tribunal em Porto Alegre, não pude estar presente fisicamente com vocês.

Foi-me sugerido falar sobre as ações e políticas de gestão documental, arquivos e memória estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para as instituições do Judiciário, tema que acolhi com grande satisfação, especialmente porque, nos últimos dois anos, como Conselheira do CNJ, tive a honra de presidir a Comissão Permanente de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário.

Minha experiência na gestão de documentos, entretanto, começou durante minha atuação como Diretora do Foro da Justiça Federal de 1º Grau do Rio Grande do Sul, onde participei da implementação do Programa de Gestão de Documentos da Justiça Federal, que deu origem a muitas das práticas hoje adotadas nacionalmente pelo CNJ, como o MoReq-Jus-Jus e as Tabelas Processuais Unificadas.

A Comissão Permanente de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário é responsável por coordenar o Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário (Proname), atuando na definição de diretrizes e normas de gestão documental.

Criado há 16 anos, o Proname é um dos programas permanentes mais importantes do CNJ, com a missão de implementar políticas e diretrizes que promovam a gestão de documentos e a preservação da memória do Judiciário brasileiro. Seu objetivo é garantir o acesso à informação e a preservação do patrimônio documental do Judiciário, fortalecendo a transparência e a eficiência no atendimento à sociedade.

Enquanto a Comissão é composta por conselheiros do CNJ, o Proname é coordenado por um Comitê, integrado por magistrados e servidores de todos os segmentos do Judiciário. Este comitê tem a função de propor diretrizes, coordenar ações de capacitação e supervisionar a implementação das ações do Proname. Quero aproveitar a oportunidade para homenagear os servidores e os magistrados do Comitê do Proname, especialmente a sua coordenadora, a Dra. Ana Aguiar, Dr. Carlos Alexandre Böttcher, coordenador do Subcomitê de Memória e de Capacitação, Dra. Ingrid Schroder Sliwka, coordenadora do Subcomitê de Instrumentos de Gestão Documental e Dra. Anita Job Lübbe, coordenadora do Subcomitê de Preservação Digital.

A Resolução CNJ nº 324/2020 consolidou as diretrizes e normas de gestão documental e de memória do Proname, tornando obrigatória a execução dessas práticas em todos os órgãos do Poder Judiciário.

O Proname segue princípios como transparência, integridade, autenticidade e preservação, garantindo a confiabilidade dos registros documentais. Um de seus objetivos

centrais é padronizar os processos de gestão documental em todo o Poder Judiciário, uniformizando práticas e procedimentos.

Para atingir esses objetivos, o Proname utiliza instrumentos como o Plano de Classificação, a Tabela de Temporalidade de Documentos, os Manuais de Gestão de Documentos e de Memória, o Manual de Digitalização e o Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão de Processos e Documentos (MoReq-Jus-Jus). Esses instrumentos são essenciais para a padronização e regulamentação da gestão documental em âmbito nacional.

Em seguida, abordarei alguns desses instrumentos, que são fundamentais para o aprimoramento da gestão de documentos e arquivos do Poder Judiciário.

O CNJ instituiu as Tabelas Processuais Unificadas (TPUs) por meio da Resolução CNJ nº 46/2007, com o objetivo de padronizar procedimentos, facilitar o acesso e a recuperação de informações processuais e promover a eficiência e transparência no Judiciário. As TPUs estabelecem a temporalidade de guarda das ações judiciais desde a produção da petição inicial, garantindo uma gestão documental eficiente e a destinação final correta dos documentos.

No Judiciário, a gestão documental é integrada às atividades judiciais, o que fortalece os seus arquivos. Essas tabelas são utilizadas não apenas para a gestão de documentos, mas para a gestão judicial, para a coleta de indicadores de produtividade e outros procedimentos.

O Comitê Gestor das TPUs realiza atualizações constantes para manter as tabelas adequadas às necessidades do Judiciário. A Dra. Ana Lúcia Aguiar, juíza auxiliar da presidência do CNJ, coordena tanto o Proname quanto o sistema de tabelas processuais unificadas, reforçando a ideia de que a gestão de documentos é parte fundamental da atividade processual. As TPUs, que inicialmente foram desenvolvidas na Justiça Federal para auxiliar os arquivos, agora servem como um instrumento robusto de controle taxonômico e de padronização de terminologias.

Além do sistema gestor e das próprias tabelas, o Comitê do Proname desenvolveu um Guia de Aplicação da Tabela de Temporalidade que deve ser utilizado na seleção e destinação de processos após o prazo de guarda intermediária, iniciado com o arquivamento definitivo. A aplicação do Guia deve ser feita em conjunto com outros instrumentos de gestão documental, como o Manual de Gestão Documental e outros. As TPUs serão apresentadas mais detalhadamente no próximo painel pela Tassiara Kich.

Um exemplo prático da aplicação das TPUs como taxonomia é o pioneirismo do Judiciário brasileiro na institucionalização da Agenda 2030. O Judiciário indexou 80 milhões de processos em relação aos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), tornando a integração da Agenda 2030 a Meta Nacional 9 do Poder Judiciário, um projeto que tive a honra de coordenar.

No Conselho Nacional de Justiça (CNJ), além de presidir a Comissão Permanente de Gestão Documental e de Memória do Poder Judiciário, também presidi a Comissão Permanente de Acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e da Agenda 2030. Assim, tive a oportunidade de integrar essa pauta no universo das unidades de informação – bibliotecas, arquivos e museus – que são locais fundamentais para a disseminação de conhecimento, cultura e informação e desempenham um papel crucial no alcance dos ODS da Agenda 2030.

Desejo a todos um excelente Congresso! ”

Neide De Sordi agradeceu à desembargadora Salise e relatou o processo de padronização das tabelas, destacando os problemas existentes antes de sua implementação. Ela explicou que, embora as Tabelas Processuais Unificadas (TPUs) tenham sido inicialmente desenvolvidas para atender às necessidades dos arquivos, atualmente abrangem um amplo conjunto de atividades judiciais.

Antes de dar início ao painel, Neide De Sordi fez duas perguntas à palestrante:

Considerando a ampla utilização de Inteligência Artificial (IA) pelos tribunais brasileiros no presente, quando os processos de gestão de documentos passarão a utilizar essas ferramentas?

Com a disponibilização das informações processuais de todos os tribunais brasileiros na Base de Dados do Poder Judiciário (BDPJ), gerida pelo CNJ, como estão sendo executadas as normas do Proname relativas à avaliação documental?

A desembargadora comentou que a utilização da IA é uma realidade no Judiciário. No entanto, destacou que é importante que esse uso pelos tribunais seja feito de maneira que não comprometa a privacidade de dados pessoais. Alguns tribunais ainda enfrentam dificuldades nesse processo. Ela ressaltou que o Proname acompanha de perto o avanço da adoção da IA no Judiciário.

Quanto à integração de dados, explicou que esta é realizada pelo setor de tecnologia da informação do CNJ, mas que cada tribunal tem autonomia e é responsável pelo tratamento e pela alimentação de suas próprias bases de dados. Acrescentou que o Proname presta suporte aos tribunais quando solicitado, esclarecendo dúvidas por meio de pareceres. Essas questões são direcionadas por sorteio a um dos membros do Proname, que assume a responsabilidade de elaborar a resposta.

Neide De Sordi agradeceu e deu início ao painel.

O RDC-ARQ DA JUSTIÇA DO TRABALHO

Por Dra Anita Lübbe – Juíza do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRT4)

"Fazemos as ações do Judiciário juntos. É uma compilação de saberes. O que chama atenção e lhe encanta é que essas ações traduzem parceria e responsabilidade. Todos esses elementos e pessoas agregam a esse evento e, na área da Arquivologia, vemos a importância de o Judiciário falar em classificação e tabela".

"O projeto RDC-Arq da Justiça do trabalho foi desenvolvido conjuntamente pelo TRT4, CSJT e TST, junto ao Ibict. Houve a dedicação de muitas pessoas e pontuou que esse RDC-Arq atende às normas do Conarq".

O projeto deverá ser concluído em cinco anos, sendo 2024 o segundo ano. Está previsto a disponibilização do RDC-Arq para os 24 tribunais regionais da Justiça do Trabalho.

A Dra. Anita ressaltou que o projeto de implantação do RDC-Arq do TJDFT, coordenado pelo servidor do TJDFT Otacílio Marques, é o projeto paradigma do Judiciário.

Em seguida a Dra. Anita passou a palavra para os servidores Maurício Agliardi (coordenador) e Alex Risicato Fagundes (gestor de TI do projeto) que apresentaram o detalhamento do projeto.

Maurício Agliardi

Apresentou um histórico do projeto iniciado em 2022, destacando os desafios de atender aos requisitos para o recolhimento e armazenamento de processos judiciais nato digitais e processos físicos digitalizados, bem como a questão dos metadados necessários para a difusão da informação.

> "Algumas bases de dados já estavam na rede interna, mas, para o recolhimento ao RDC-Arq, faltam diversos metadados, além do fato de o sistema PJe não possuir um módulo de gestão de documentos que facilitasse o envio dos documentos ao RDC-Arq. "

Dessa forma, teve início a parceria entre o Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) e o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), com o objetivo de assegurar tanto a preservação da informação com valor probatório quanto a sua difusão. No início do projeto, surgiram dúvidas sobre qual seria a melhor solução para a captura dos processos físicos digitalizados. Foi necessário desenvolver um sistema específico para a autenticação desses processos.

Está previsto para novembro de 2024 o início do funcionamento do Hipátia, um barramento que será utilizado para transferir os documentos e seus metadados para o RDC-Arq. Na semana da apresentação, estava prevista a entrega da primeira versão

para análise das melhorias realizadas, com o objetivo de iniciar sua distribuição aos demais tribunais. ”

Alex Risicato Fagundes
Comentou sobre os desafios enfrentados durante o projeto e destacou que a parceria entre o CSJT, o TRT4 e o Ibict têm proporcionado grande aprendizado.

“Há muitos fatores envolvidos para que o projeto funcione. É necessário definir vários metadados, muitos dos quais não são fornecidos pelo PJe, por exemplo, mas que são indispensáveis para atender ao modelo. Por isso, foi necessário ajustar e integrar o PJe para que o RDC-Arq possa entrar em operação. Sempre há muitos detalhes a serem acertados. E, às vezes, surgem surpresas que nos obrigam a recalcular a rota, mas isso é comum na área de TI. São muitos aspectos que não são visíveis para quem está de fora. Estamos na reta final, e em breve o projeto estará pronto. ”

Dra. Anita concluiu sua fala afirmando: “O Judiciário, em vários de seus ramos, está trabalhando para atender à Resolução nº 324 do CNJ, aos requisitos do MoReq-Jus-Jus, aos manuais, guias, entre outros. Isso garantirá a preservação da informação, pleno acesso e a liberação de espaço nos sistemas processuais PJe dos tribunais. Essa redução no volume de documentos resultará em um melhor desempenho dos sistemas, além de proporcionar mais segurança, difusão e dinamicidade nos PJes. ”

MODELO DE REQUISITOS PARA SISTEMAS INFORMATIZADOS DE GESTÃO DE PROCESSOS E DOCUMENTOS DO PODER JUDICIÁRIO (MOREQ-JUS)

Por Luciane Adolfo (TJRS)

Apresentou o contexto do desenvolvimento tecnológico do Poder Judiciário, destacando a necessidade de rápido acesso aos processos, que, muitas vezes, não apresentavam padronização em nível nacional.

> “Cada tribunal tem a sua realidade em relação aos setores de arquivos e TI, mas tem se buscado uma maior padronização pelo CNJ. Racionalizar a produção documental, sobretudo os processos judiciais, é essencial para que os sistemas não fiquem sobrecarregados. Tudo isso já estava sendo discutido em 2007, com o início do MoReq-Jus. ”

Afirmou que o MoReq-Jus traz os fundamentos da gestão documental aos sistemas, permitindo a aplicação dos planos de classificação e das tabelas de temporalidade. Relatou brevemente o histórico do MoReq-Jus no Judiciário, explicando como foi

desenvolvido inicialmente por um grupo de trabalho constituído pelo Conselho da Justiça Federal.

O projeto começou com a análise do Modelo e-Arq Brasil e do MoReq Europeu, concluindo que esses modelos não atendiam às demandas específicas do Poder Judiciário brasileiro. Nesse contexto, foi tomada a decisão de criar um modelo voltado para a Justiça Federal. Em 2008, o CNJ instituiu um grupo de trabalho para ampliar o MoReq-Jus a todo o Judiciário brasileiro, culminando no lançamento da versão nacional pela Resolução CNJ nº 81, em 2009.

Em 2010, foi iniciada a elaboração de um programa de conformidade do MoReq-Jus, incluindo a idealização de um selo de certificação para os sistemas processuais. No entanto, o modelo inicial não se difundiu como esperado. Mais de 10 anos depois, em 2021, o Proname instituiu um novo grupo de trabalho para atualizar o modelo, com o objetivo de torná-lo mais aplicável e simples, sem comprometer a padronização. Foram adicionados requisitos relacionados à preservação digital e aos avanços tecnológicos alcançados desde a primeira versão.

A nova versão do MoReq-Jus foi disponibilizada para consulta pública em 2023 e publicada oficialmente pela Resolução nº 522 de 18/09/2023.

Luciane explicou como foram organizados os requisitos do modelo, destacando os requisitos funcionais e não funcionais. Relatou também as bases referenciais utilizadas e como o modelo se relaciona com as fases de arquivos correntes, intermediários e permanentes.

Ressaltou a organização dos grupos de metadados do modelo, esclarecendo que muitos deles são provenientes dos modelos Premis e e-Arq, além de metadados específicos criados para atender às demandas do Poder Judiciário. Informou os objetivos do modelo e destacou os prazos para adesão dos órgãos, que deverão estar em conformidade até 2025.

Neide De Sordi destacou que a construção de um modelo de requisitos é um processo complexo e trabalhoso. Informou que teve a satisfação de participar do desenvolvimento de todas as versões e que coordenou o primeiro grupo de trabalho responsável pela elaboração do MoReq-Jus da Justiça Federal. Ressaltou que o Judiciário precisava de um modelo de requisitos próprio devido às peculiaridades do processo judicial, que não estão contempladas no e-Arq Brasil.

TABELAS PROCESSUAIS UNIFICADAS (TPU): A PADRONIZAÇÃO NACIONAL PARA A CLASSIFICAÇÃO DOS DOCUMENTOS

Por Tassiara Kich (JFRS)

Destacou o objetivo das TPUs e os procedimentos estabelecidos pelo CNJ.

Fez um histórico do processo de construção das TPUs pelo Judiciário.

Ressaltou que sempre está sendo feita a atualização e aperfeiçoamento das tabelas e seus sistemas eletrônicos. E ainda que as dúvidas e sugestões são encaminhadas para o comitê gestor, que tem membros nomeados para dar as respostas.

Citou a importância da Resolução 324-2020 do CNJ, especialmente dos arts. 5, 7, 22 §1º, bem como a questão da adoção da temporalidade mínima.

"Durante os primeiros trabalhos do comitê do Proname se discutia a temporalidade dos processos judiciais e se chegou à conclusão de que não havia motivos para criar novas tabelas. O consenso que vigora até hoje é que a classificação e a avalição andariam conforme as TPUs. A gestão documental começa na produção documental, desde a autuação, momento em que os processos são classificados, e podem já ter previsão de destinação e temporalidade de guarda".

Informou que houve várias discussões em todos os ramos da Justiça para definição das temporalidades e suas atualizações que estão nos sistemas gestores.

Apresentou o sistema de gestão das TPUs e como funcionam junto às temporalidades.

Começou a explicar como se trabalha com as classes. Que o guia de aplicação das tabelas de temporalidade vai apoiar a aplicação das tabelas de temporalidade. Mostrou o guia e explicou como usá-lo.

Mostrou como se trabalha com os assuntos.

Ressaltou que o prazo de guarda inicia com o arquivamento do processo e trouxe hipóteses de guarda permanente.

Destacou os desafios: milhões de dados estão no CNJ e precisam implementar os sistemas para que possam fazer a sua gestão.

Neide De Sordi disse que Tassiara Kich mostrou justamente o caso de processos judiciais criminais que considera peculiar. Que as tabelas são as bases que os sistemas de IA do Poder Judiciário está usando. Lembra que, na verdade, na primeira década do milênio existia o Tesauro da Justiça Federal e que, discutindo com a equipe, chegaram à conclusão de ele poderia ser a base para um sistema de classificação e uma tabela de temporalidade. Então, usaram as categorias do tesauro para padronizar os assuntos processuais no âmbito da Justiça Federal brasileira. Essa padronização possibilitou a geração de estatísticas processuais padronizadas. "Hoje as tabelas são instrumentos que servem para muitas ações do Judiciário". Citou um caso de criação de fase processual para resolver um problema de uma vara, e hoje se tem controle para criação de fase processual. A gestão documental trouxe essa grande contribuição, a criação das TPUs.

CENTROS DE MEMÓRIA: PRESERVANDO A HISTÓRIA DO JUDICIÁRIO

Por Pedro Neto (TJAM)

Destacou a importância da Resolução 324-2020 do CNJ para a gestão da Memória. Falou sobre alguns princípios da gestão da Memória.

Ressaltou os produtos do CNJ em favor da Memória do Poder Judiciário, dissertando sobre o histórico de cada um deles:

1. Dia da Memória
2. Manual de gestão da memória

3. Prêmio CNJ de Memória

Informou sobre alguns detalhes relacionados a cada um deles.

Destacou experiência do TJAM, ação em que chamou guias de turismo para ouvi-los e começaram a oferecer cursos de como o Poder Judiciário se organiza (curso para guias de turismo em Manaus-AM).

Neide De Sordi abriu para perguntas a todos os palestrantes.

PERGUNTAS

1. Como será a aplicação para a sociedade do projeto do Ibict com os TRTs? Daqui a 20-30 anos como as pessoas vão olhar para isso no contexto digital?
   Neide De Sordi respondeu que, com o projeto apresentado pelo TRT4, a preservação digital estará garantida. Ressaltou que, em um outro painel do Congresso, o Ibict havia apresentado o Hipátia e esse sistema validador da digitalização elaborado para o TRT4, que são integrações do Hipátia, uma solução inédita no Brasil, busca preservar a cadeia de custódia documental. Uma solução parecida foi criada pelo projeto Interpares para a preservação da assinatura digital utilizando a tecnologia *blockchain*.
   Pedro Neto esclareceu que o seu projeto de tese é trabalhar na preservação da cadeia de custódia. "O Poder Judiciário define sobre a validade das provas documentais se não houve essa quebra. "

   Dra. Anita Lübbe enfatizou que devemos olhar o que o sistema tem de mais positivo com o uso do RDC-Arq pelos tribunais, por exemplo, a segurança das informações. "Essa questão do tempo daqui a 20-30 anos é justamente a garantia que o RDC-Arq dá, o motivo pelo qual precisamos usá-lo, para que o acesso seja possível de forma segura para as pessoas no futuro. Temos que fazer aprimoramento com o *blockchain* para que a cadeia de custódia não se quebre, etc.". Comparou com o reconhecimento de firma de antigamente.

"Com o RDC-Arq buscamos informação com segurança guardada, para que a prova não seja invalidada pela quebra da cadeia de custódia. A preocupação da prova judicial e, do ponto de vista acadêmico, que o pesquisador tenha a cadeia de custódia preservada. "O projeto dos TRTs vai beneficiar os 24 tribunais. Sugeriu que outros se unam para fazer projetos em conjunto para racionalizar os recursos."

2. Sugeriu que, nos próximos eventos, as equipes de TI sejam convidadas a participar para trazer relatos de experiência sobre implantação dos sistemas. É importante que venham para entenderem as nossas linguagens arquivistas. Existem equipes de TI mais próximas e outras não. Convidar as equipes de TI é muito importante, até criar mesas para que eles compartilhem suas experiências. "

Neide De Sordi agradeceu e disse que essa sugestão será anotada para moção da mesa. Sugeriu que os integrantes do Proname presentes levem essa sugestão ao órgão.

Dra. Anita Lübbe afirmou que "no projeto do TRT4 temos mantido o pessoal da TI junto, principalmente na questão das entregas. É muito importante essa integração. "

3. Existiria a possibilidade de compartilhar o RDC-Arq do projeto dos TRTs para todo o Judiciário?
Dra. Anita Lübbe disse que essa é uma das metas do projeto. Ela crê que a base, o principal, poderá ser compartilhado, contribuindo para que se façam os ajustes entre o sistema e outro. "A ideia é que fique à disposição de todos. "

ENCERRAMENTO

Neide De Sordi agradeceu aos palestrantes e aos presentes pela participação na Sessão de Diálogos e concluiu enfatizando que o Judiciário vem desenvolvendo muitas soluções inovadoras na área de gestão de documentos e arquivos e que é importante que elas sejam compartilhadas no âmbito das suas instituições e também com a sociedade e deu por encerrada a Sessão de Diálogos.

MOÇÕES ENCAMINHADAS À SESSÃO PLENÁRIA DO X CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOS

- Convidar equipes de TI das instituições para discutirem nas mesas do evento questões relacionadas aos trabalhos com a gestão da memória e documental do Poder Judiciário;

- Socializar os produtos produzidos pelo Ibict e em parceria com o Judiciário gratuitamente para todos os órgãos do Poder Judiciário;

- Incluir integrantes das Comissões Permanentes de Avaliação de Documentos (CPAD) do Judiciário na Rede CPAD do CNJ.

PARTE III
COMUNICAÇÕES ORAIS

EIXO 1

EPISTEMOLOGIA DA ARQUIVOLOGIA NA ERA DIGITAL

A GESTÃO DE TIPOLOGIA DOCUMENTAL E DOS SISTEMAS ARQUIVÍSTICOS DIGITAIS NOS HOSPITAIS FEDERAIS DO RIO DE JANEIRO: A PERCEPÇÃO DAS FUNÇÕES ARQUIVÍSTICAS PELOS GESTORES DE SAÚDE

THE MANAGEMENT OF DOCUMENT TYPOLOGY AND DIGITAL ARCHIVE SYSTEMS IN FEDERAL HOSPITALS IN RIO DE JANEIRO: THE PERCEPTION OF ARCHIVE FUNCTIONS BY HEALTH MANAGERS

Louise Anunciação Fonseca de Oliveira do Amaral
Universidade Federal da Bahia
Universidade Federal Fluminense

Francisco José Aragão Pedroza Cunha
Universidade Federal da Bahia

Daniel Flores
Universidade Federal de Alagoas

Resumo

Esta comunicação tem por objetivo demonstrar a compreensão dos gestores de saúde quanto à gestão de tipologia documental e dos sistemas arquivísticos digitais nos hospitais federais do Estado do Rio de Janeiro. Esse trabalho se insere numa pesquisa de tese que parte do pressuposto da importância do tratamento e da organização dos documentos e dos sistemas de arquivos, a partir dos procedimentos e das técnicas da Arquivologia para minimizar os entraves dos processos de planejamento, estruturação, liderança, monitoramento e avaliação do Sistema Único de Saúde. A pesquisa é exploratória e descritiva, com uma abordagem qualitativa e quantitativa. A realização deste estudo foi em 10 hospitais federais, totalizando 22 respondentes das áreas de arquivo e tecnologia da informação. Para o levantamento dos dados utilizou-se como instrumento de pesquisa um questionário *on-line*, denominado de "Regime de Informação", e da categoria operacional "Gestão de tipologia documental e sistemas arquivísticos digitais" (CO_1)

e suas subcategorias – "Função Disseminação/ Difusão (SC_1)"; "Função Classificação/ Avaliação (SC_2)"; "Função Descrição/ Preservação (SC_3)". O tratamento dos dados foi realizado por meio da estatística descritiva e análise de conteúdo. Os resultados apontam para necessidade de melhorias nos processos arquivísticos que envolvem o tratamento e a organização dos documentos produzidos, recebidos e acumulados nesses hospitais, desde a produção até a difusão das informações em saúde.

Palavras-Chave: Gestão de documentos; Sistema de arquivos; Funções arquivísticas; Hospitais.

Abstract

This communication aims to demonstrate the understanding of health managers regarding the management of document typology and digital archival systems in federal hospitals in the State of Rio de Janeiro. This work is part of a thesis research that assumes the importance of the treatment and organization of documents and file systems, based on Archivology procedures and techniques to minimize obstacles in the processes of planning, structuring, leadership, monitoring and evaluation of the Unified Health System. The research is exploratory and descriptive, with a qualitative and quantitative approach. This study was carried out in 10 federal hospitals, totaling 22 respondents from the areas of archiving and information technology. To collect the data, an online questionnaire was used as a research instrument, called "Information Regime", and the operational category "Management of document typology and digital archival systems" (CO1) and its subcategories – "Dissemination Function / Diffusion (SC1)"; "Classification/ Evaluation function (SC2)"; "Function Description/Preservation (SC3)". Data processing was carried out using descriptive statistics and content analysis. The results point to the need for improvements in archival processes that involve the treatment and organization of documents produced, received and accumulated in these hospitals, from the production to the dissemination of health information.

Keywords: Document management; File system; Archival functions; Hospitals.

INTRODUÇÃO

Esta comunicação integra uma pesquisa de tese que parte de um pressuposto norteador da relevância do tratamento e da organização dos documentos e dos sistemas de arquivos em saúde, a partir dos procedimentos e das técnicas da Arquivologia para minimizar os entraves dos processos de planejamento, estruturação, liderança, monitoramento e avaliação do Sistema Único de Saúde (SUS) e, ainda, promoveriam oportunidades para a Aprendizagem Organizacional e Inovação Gerencial dos serviços, das redes e dos sistemas de saúde das Nações (Cunha, 2016; Cunha, 2021).

Portanto, a pesquisa de doutoramento teve como objeto de investigação a tipologia documental em sistemas de informação digitais, conformando o fenômeno dos dados e das informações orgânicas em saúde, registradas em suportes eletrônicos, dos organismos produtores de serviços de atenção à saúde (OPSAS). A premissa deste estudo é que a adoção e assimilação de práticas de gestão e preservação arquivística de documentos em ambientes digitais propiciam a difusão das informações orgânicas em saúde, com vistas a otimizar a mediação dos fluxos informacionais para a promoção, prevenção e assistência em saúde. No que tange as iniciativas dos OPSAS para seus registros gerados, recebidos e acumulados nos ambientes digitais não fica evidente a incorporação das diretrizes e dos requisitos para a gestão, preservação, acesso e recuperação da memória organizacional por meio de sistemas informatizados.

Nessa perspectiva, formulou-se a seguinte questão de pesquisa desta comunicação: Qual a percepção dos gestores de saúde quanto à gestão de documentos e sistemas de arquivos nos hospitais federais do Estado do Rio de Janeiro? O objetivo geral deste estudo foi o de demonstrar a compreensão dos gestores de saúde quanto à gestão de documentos e dos sistemas de arquivos nos hospitais federais do Estado do Rio de Janeiro.

METODOLOGIA

A pesquisa é aplicada, com natureza exploratória e descritiva. Em relação aos procedimentos, trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental multirreferencial.
Para alcançar o objetivo proposto para este estudo, o instrumento de pesquisa utilizado foi o questionário *on-line*, aplicado com gestores de saúde dos serviços de arquivo e de tecnologia da informação nos hospitais. Os gestores dos serviços de saúde são os que possuem autoridade decisória, epistêmica e normativa, tornando-se aqueles que intervém e dinamizam ações, práticas e processos de informação nos hospitais (González de Gómez, 2018). A coleta de dados realizou-se por meio da técnica de observação direta extensiva[1].

Para efeitos desse estudo, o Grupo I do questionário, denominado "Regime de Informação" foi utilizado para tratamento e análise das informações obtidas no campo,

1 Segundo Marconi e Lakatos (2017), o questionário está incluído nessa técnica de análise.

cuja categoria "Gestão de tipologia documental e de sistemas arquivísticos digitais" (CO_1). O Grupo I atrela-se ao "Regime de Informação", buscando delimitar os atores sociais, modos de produção de ações e práticas de informação, bem como as estruturas de metainformação (âmbito das regras e normas) e das infraestruturas de informação (referente às tecnologias), presentes nos hospitais. As subcategorias analisadas neste trabalho foram a "Função de Disseminação/Difusão" (SC_1), "Função Classificação/Avaliação" (SC_2) e "Função Descrição/Preservação" (SC_3).

Os métodos de análise das informações coletadas na pesquisa de campo foram a Estatística Descritiva (ED) e Análise de Conteúdo (AC). A ED, como técnica de análise quantitativa, foi adotada para o tratamento das informações por meio de métodos numéricos e gráficos (Cunha, 2012). A análise de conteúdo, como técnica qualitativa, foi utilizada para selecionar as categorias do instrumento de pesquisa, a partir do referencial teórico selecionado.

PERCEPÇÃO DOS GESTORES DE SAÚDE SOBRE A GESTÃO DE TIPOLOGIA DOCUMENTAL E SISTEMAS ARQUIVÍSTICOS DIGITAIS NOS HOSPITAIS FEDERAIS DO RIO DE JANEIRO

As informações tratadas por meio do questionário *on-line* revelam que 31,4% dos respondentes concordam parcialmente e 27,7% concordam totalmente com as assertivas (*i.e.* totalizando 59,1%) referentes à gestão de tipologia documental administrativa e assistencial e dos sistemas arquivísticos digitais. Tal fato demonstra que a mesma é percebida pelos gestores, sendo considerada uma variável intrínseca ao desenvolvimento de ações no hospital com vistas à gestão tipológica e de sistemas de informação em saúde.
Este resultado converge com os estudos com os hospitais baianos de Cunha, Oliveira e Lima (2015), Lima, Cunha e Pereira (2021) e Meirelles (2023) que sinalizavam que, para um efetivo Sistema Nacional de Informação em Saúde (SNIS) são recomendadas à adoção de processos e princípios arquivísticos de GAD entre os OPSAS, no sentido de tratar e organizar as informações geradas, recebidas e acumuladas nos arquivos, bancos de dados e sistemas de informação. Para que ocorra a GAD nos OPSAS, faz-se necessária a plena estruturação e institucionalização das funções arquivísticas em políticas de informação e arquivo nos hospitais.

As funções arquivísticas são compreendidas como intervenções que permitem gerenciar eficaz e, eficientemente, o conjunto de documentos de uma determinada instituição A função disseminação/difusão tem como propósito dar visibilidade ao público dos acervos documentais produzidos, recebidos e acumulados por pessoas físicas ou jurídicas no decorrer das suas atividades (Rousseau; Couture, 1998). Neste aspecto, "Acesso e

difusão estão diretamente relacionados, difunde-se um acervo como forma de oferecer acesso" (Santos; Flores, 2016, p. 172).

Na perspectiva das informações orgânicas geradas, recebidas e acumuladas nos repositórios de saúde, a disseminação "é o envio das informações, preferencialmente, pelos postulados da função de disseminação arquivística, para um público especializado (*e.g.* organismos produtores do SUS, gestores e profissionais de saúde) por meio de técnicas de GAD; a difusão é o envio de mensagens (*e.g.* dados ou informações) compreensíveis para a totalidade dos agentes de saúde; [...]" (Meirelles; Cunha, 2023, p. 20).

Com relação ao grau de concordância quanto às assertivas relacionadas à função disseminação/difusão (SC_1) nos hospitais federais do Rio de Janeiro, nota-se que, mais da metade dos respondentes, concordam totalmente (21,2%) ou parcialmente (40,9%) em relação às assertivas (*i.e.* totalizando 62,1%), o que indica uma tendência dos hospitais pesquisados adotarem a função disseminação/difusão dos seus acervos.

A função de classificação consiste no agrupamento dos documentos em comum em classes, dando visibilidade às funções e às atividades do organismo produtor, isto é, dos serviços, sistemas e redes de atenção à saúde (Cunha *et al*, 2021).

Já a função de avaliação atrela-se ao estabelecimento da identificação dos valores dos conjuntos de documentos arquivísticos e definição de prazos de guarda e destinação final nos serviços e bases de dados dos sistemas e redes de atenção à saúde para preservação da memória organizacional, a partir de critérios e de procedimentos estabelecidos por uma Comissão Permanente de Avaliação de documentos (Cunha *et al*, 2021).

Nota-se que, menos da metade dos respondentes, mesmo que parcialmente, concordam totalmente (21,6%) ou parcialmente (20,5%) em relação às assertivas (*i.e.* totalizando 42,1%), o que indica que a função classificação/ avaliação não é amplamente incorporada entre hospitais pesquisados. Tal fato é evidenciado pelos percentuais de discordo totalmente (21,6%) ou parcialmente (10,2%) em relação às assertivas (*i.e.* totalizando 31,8%) e o de nem concordo, nem discordo (26,1%).

A partir dos percentuais revelados constata-se, entre os respondentes, ainda uma prevalência de desconhecimento e não reconhecimento da relevância da GAD e da função de classificação e avaliação (SC_2) das informações orgânicas nos serviços de saúde pesquisados. Resultado convergente nos estudos dos hospitais baianos por Cunha (2019), Lima e outros (2021) e Souza (2017).

Destaca-se que concordam parcialmente (36,4%) ou totalmente (13,6%), totalizando 50% dos respondentes, com a contribuição da Comissão de Revisão de Prontuários para a avaliação dos documentos. Com relação à existência da Comissão Permanente de Avaliação de documentos (CPAD), ao somarmos os que concordam totalmente (22,7%) com os que concordam parcialmente (9,1%) e os que discordam totalmente (27,3%) com os discordam parcialmente (4,5%) com essa assertiva, constata-se o percentual

de 31,8% cada. E, ao analisar os que não concordam nem discordam (36,4%) observa-se um desconhecimento sobre a existência dessas CPADs nos hospitais. Quanto à contribuição em relação à avaliação de documentos pela Comissão de Revisão de Prontuários, ao somarmos os que concordam parcialmente (36,4%) com os que concordam totalmente (13,6%) e os que não concordam, nem discordam (27,3%) com os que discordam parcialmente (13,6%) com os discordam totalmente (9,1%) com essa assertiva, obtém-se o percentual de 50% para cada um dos somatórios. Nesse sentido, quanto aos procedimentos de eliminação dos documentos, mais da metade dos respondentes discordam totalmente (36,4%) ou parcialmente (18,2%) com sua existência, totalizando um percentual de 54,6%. No que se refere à norma que estabeleça prazos para guarda de documentos nos hospitais, constata-se que mais da metade dos respondentes concordam totalmente (27,3%) ou parcialmente (27,3%) com sua existência, totalizando também um percentual de 54,6%.

Quanto à função de classificação e de avaliação de documentos nos hospitais da amostra, constata-se que ela não é realizada da maneira preconizada pela GAD. E esta função arquivística, juntamente com a de descrição, é considerada, pelos estudiosos da área, como as funções matriciais da arquivologia (Lopes, 2009; Sousa, 2014).

A classificação e a avaliação têm o claro objetivo de manter o controle sobre os acervos. Impedir que eles cresçam demais, ordená-los de modo a que se possa acessar as informações. E atrela-se à descrição. Acredita-se que, dentro da perspectiva da arquivística integrada, a descrição começa no processo de classificação, continua na avaliação e se aprofunda nos instrumentos de busca mais específicos. Em todos os casos, o trabalho do arquivista é o de representar, ideologicamente, as informações contidas nos documentos. As operações de natureza intelectual são, sem exceção, de natureza descritiva. Portanto, é difícil separar a descrição das duas outras atividades fundamentais da prática arquivística (Lopes, 2009, p. 312). Ademais, a avaliação de documentos é uma atividade, dentre outras, da gestão arquivística de documentos (GAD), sendo fundamental para a vitalidade das organizações de saúde. A GD é uma técnica de gerenciamento avançado que proporciona "bases para a aprendizagem e inovação organizacional" (Cunha et al., 2013, p. 159).

Infere-se que as Comissões Permanente de Avaliação de documentos e de Revisão de Prontuários não se encontram institucionalizadas ou atuantes, ocorrendo um desconhecimento da sua existência e contribuições pelos gestores de saúde pesquisados. Assim, conclui-se que, na ausência de uma atuação efetiva dessas comissões e instrumentos dessa natureza, as organizações de saúde tendem a se tornar volumosos depósitos de documentos, inviáveis para receber tratamento e, portanto, sem possibilidade de propiciar geração de conhecimentos para as deliberações assistenciais e administrativas, consequentemente, para as pesquisas científicas e as políticas públicas voltadas à prevenção, à promoção e à atenção em saúde (Cunha et.al, 2015, p. 208).

Por conseguinte, é inexistente os procedimentos de eliminação de documentos e, apesar de afirmarem possuir as normas de controle e destinação nos hospitais analisados, infere-se que elas também inexistem ou são desconhecidas ou não institucionalizadas, pois não se encontram respaldadas pelas Comissões de Avaliação dos respectivos hospitais. Constata-se que a GAD não é (re)conhecida para controle da produção, do recebimento, do acúmulo e da destinação de documentos, levando ao acúmulo de massa documental pelos serviços de saúde pesquisados sem escrutínio da atividade de avaliação (i.e. ausência de critérios e procedimentos de avaliação, bem como instrumentos de controle e destinação).

Tais constatações remetem ao papel fundamental que devem exercer as Comissões Permanentes de Avaliação de Documentos (CPAD) no desenvolvimento e nas propostas de qualificação com o objetivo de promover trabalhos de análise, atribuição de prazos e elaboração e aprovação de instrumentos de destinação de documentos (Lima; Cunha; Pereira, 2021).

A função de descrição refere-se ao ato de sistematizar os elementos formais e de conteúdo (do geral para o particular) das unidades de arquivamento, gerando os instrumentos de pesquisa ou de referência que reflitam as atividades exercidas nos OPSAS (Cunha et al, 2021; Meirelles, 2023). A função de preservação consiste nas medidas com a finalidade da manutenção da integridade física e/ou lógica dos documentos ao longo do tempo (Cunha et al, 2021; Rousseau; Couture, 1998).

Nota-se que mais da metade dos respondentes concordam totalmente (33%) ou parcialmente (28,4%) em relação às assertivas (i.e. totalizando 61,4%), o que indica uma adoção, entre hospitais pesquisados, das funções de descrição/preservação. Infere-se que, devido à não realização das funções de classificação e avaliação, estas funções realmente não são executadas de maneira efetiva nos hospitais pesquisados, conforme preconiza a GAD, comprometendo o acesso às informações em saúde.

Quanto à produção e ao arquivamento de documentos digitais nos hospitais, mais da metade concorda totalmente (40,9%) ou parcialmente (31,8%), totalizando 72,7% em concordância com a assertiva. Vale ressaltar que os gestores concordam totalmente (22,7%) ou parcialmente (36,4%), somando 59,1% dos respondentes, que nos hospitais em que atuam possuem normas voltadas para preservação do controle do ambiente de guarda de documentos. E também existe um cenário de concordância em relação à seleção de documentos para a preservação da memória institucional: mais da metade dos respondentes concordam totalmente (36,4%) ou parcialmente (22,7%), totalizando 59,1%. Por fim, os respondentes também concordam totalmente (36,4%) ou parcialmente (22,7%), totalizando 59,1%, que o setor de arquivos dos hospitais realiza a organização padronizada dos documentos.

Tais dados apresentam um cenário em que, quanto às funções de descrição e preservação de documentos, os hospitais afirmam realizá-las, contudo observa-se: como ocorre a produção e arquivamento de documentos digitais se não há análise, seleção e

estabelecimento de normas para guarda dos mesmos? Como o serviço de arquivo estabelece a gestão padronizada dos documentos se não existem Comissões e critérios/procedimentos de avaliação nos hospitais? Esse cenário compromete o tratamento documental e a consequente difusão das informações em saúde e as tomadas de decisões administrativas e assistenciais nos hospitais (Meirelles; Cunha, 2020).

Constata-se que a atividade descritiva não é eficaz nos hospitais pesquisados, pois existe um desconhecimento do conteúdo de um acervo arquivístico e, por conseguinte, a recuperação dos documentos que a compõem. Isso porque a identificação do contexto e do conteúdo dos documentos arquivísticos é comprometida, impossibilitando o estabelecimento de representações das informações em saúde, a partir de padrões predeterminados, de maneira precisa e adequada. Ademais, inviabiliza o processo de elaboração de instrumentos de pesquisa e de referência (*i.e.* guia, inventário, catálogos, sumário ou analítico, índices, sistemas de buscas, tesauros, etc.) que promovem os acessos aos documentos, a partir das normas de descrição arquivística existentes que possibilitam uma acurácia na representação da informação de um serviço de saúde (*i.e.* Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística– ISAD(G); Norma internacional de registro de autoridade arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias/tradução– ISAAR-CPF; Norma internacional para descrição de funções – ISDF; Norma internacional para descrição de instituições com acervo arquivístico– ISDIAH e Norma Brasileira de Descrição Arquivística – Nobrade) (Cunha *et. al*, 2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das respostas obtidas por meio do questionário *on-line* da pesquisa, constatou-se um cenário favorável no sentido de institucionalização da gestão de tipologia documental em sistemas arquivísticos digitais administrativos e assistenciais que contribuem para os processos laborais e a tomada de decisão nos hospitais. Isso porque a GAD é reconhecida pelos gestores, mas ainda há uma incipiente tendência dos gestores de saúde dos hospitais federais em adotarem processos e procedimentos assistenciais e administrativos, levando em consideração os padrões e os fluxos informacionais no domínio da Saúde (*e.g.* normas, políticas, regulamentos), delineados por uma sociedade da informação do mundo capitalista, contrário aos da sociedade do bem-estar social.

Neste sentido, constatou-se a necessidade de maior reconhecimento e adoção integrada das funções arquivísticas relacionadas a GAD. A função de classificação/avaliação não é percebida pelos gestores de saúde, o que leva a constatação de que as comissões avaliativas podem existir, mas não são atuantes nos hospitais. Nos serviços de saúde pesquisados, o desconhecimento da existência da CPAD e CRP pelos gestores de saúde e, por conseguinte, dos critérios, procedimentos e escassa utilização dos instrumentos de controle e destinação demonstra um acúmulo de massa documental nos serviços de arquivo dos hospitais

e acarretando sérios problemas de preservação dos registros da memória do distrito sanitário em questão. Os gestores de saúde afirmam adotar as funções de descrição/preservação e as de disseminação/difusão, contudo questiona-se em quais condições as mesmas são realizadas, já que não são alicerçadas nas funções de classificação e de avaliação e, por conseguinte, nos princípios e nas técnicas arquivísticas preconizadas pela GAD.

REFERÊNCIAS

CUNHA, F. J. A. P.. **Da adesão à participação em uma rede de hospitais como promoção da aprendizagem organizacional e da inovação gerencial:** um olhar sobre a Rede InovarH-BA. 333f. 2012. Tese (Doutorado em Difusão do Conhecimento) - Programa de Doutorado Multi-institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento, Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

CUNHA, F. J. A. P.. Informações orgânicas universitárias: bases para a aprendizagem organizacional e inovação gerencial das instituições de ensino superior (IES). In: OLIVEIRA, M.V. de; MELLO E SILVA, M.C.S. de (org.). **Tratamento de arquivos de ciência e tecnologia: organização e acesso**. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2019.

CUNHA, F. J. A. P.; OLIVEIRA, L. A. F. de; LIMA, G. L. de Q.. A função de avaliação na gestão documental em hospitais. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 206 – 225, 2015.

CUNHA, F.J.A.P. *et al.* **Mecanismos de difusão de conhecimentos para as inovações gerenciais nos sistemas de saúde**. Salvador: FAPESB, 2013.

CUNHA, F. J. A.P. *et al.* **Manual de gestão arquivística de documentos em saúde**. Salvador: EDUFBA, 2021.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M.N.. Tecnologias digitais e análise do regime de informação para a promoção da saúde coletiva. **Informação em Pauta**, Fortaleza, v. 3, n. esp., p. 9-29, nov. 2018. Disponível em: http://www.periodicos.ufc.br/informacaoempauta/article/view/39711/ pdf. Acesso em: 08 dez. 2021.

LIMA, G.L.Q.; CUNHA, F.J.A.P.; PEREIRA, H.B.B.. **A gestão arquivística de documentos e a difusão do conhecimento em saúde**. Curitiba: Appris Editora, 2021.

LOPES, L.C. **A nova arquivística na modernização administrativa**. 2. ed. Brasília: Projecto Editorial, 2009.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M.. **Técnicas de pesquisa**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MEIRELLES, R. F.. **Os repositórios arquivísticos na difusão de conhecimentos em saúde: subsídios para a cadeia de custódia dos organismos produtores do Sistema Único de Saúde**. 195 f. 2023. Tese (Doutorado em Difusão do Conhecimento) - Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2023. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/ handle/ri/36947. Acesso em: 29 abr. 2023.

MEIRELLES, R. F.; CUNHA, F. J. A. P.. Autenticidade e preservação de Registros Eletrônicos em Saúde: proposta de modelagem da cadeia de custódia das informações orgânicas do Sistema Único de Saúde. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 3, jul./set. 2020. Disponível em: https://www.reciis.icict. fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/2117. Acesso em: 10 out. 2020.

ROUSSEAU, J.; COUTURE, C.. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Dom Quixote, 1998.

SANTOS, H. M.; FLORES, D.. O documento digital no contexto das funções arquivísticas. **Páginas A & B**, Porto, v. 5, p. 165-177, 2016.

SOUSA, R.T.B. Alguns apontamentos sobre a classificação de documentos de arquivo. **Brazilian Journal of Information Science**, Marília (SP), v. 8, n. 1, p. 1-24, jan./jun. 2014. Disponível em: https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjis/article/view/4246. Acesso em: 13 maio 2023.

SOUZA, A. C. C. de. **Informação e tecnologias de informação em saúde**: fontes e mecanismos de transferência de conhecimento para a gestão do SUS em hospitais com termo de adesão à Rede INOVARH-BA. Salvador. 146f. 2017. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação-PPGCI/ Universidade Federação da Bahia-UFBA, 2017.

ASPECTOS INICIAIS DA RELAÇÃO ENTRE JOSÉ PEDRO PINTO ESPOSEL E O ENSINO DE ARQUIVOLOGIA NO BRASIL

EARLY ASPECTS ABOUT THE RELATION BETWEEN JOSÉ PEDRO PINTO ESPOSEL AND THE EDUCATION IN ARCHIVAL SCIENCE IN BRAZIL

Paulo José Viana de Alencar
Universidade de Brasília

Michele Domingues
Universidade Federal Fluminense

Clarissa Moreira dos Santos Schmidt
Universidade Federal Fluminense

Resumo

Hoje, o ensino de Arquivologia no Brasil é formado por 17 cursos de graduação, majoritariamente instalados em universidades públicas. Na medida em que este cenário pode ser lido como um dos elementos que revela maior institucionalização da área, desafios contemporâneos como o estabelecimento de relações entre diferentes disciplinas e os diálogos necessários entre universidade e movimentos associativos são algumas questões que suscitam reflexões atualmente. Neste sentido, centrar-se o olhar na figura de José Pedro Pinto Esposel pode contribuir para tais reflexões. O arquivista do Banco Central também foi o responsável por fundar e dirigir a Associação de Arquivistas Brasileiros nos seus anos iniciais de funcionamento, bem como atuou de maneira fundamental na criação do curso de graduação em Arquivologia da Universidade Federal Fluminense e da Universidade Federal de Santa Maria. Deste modo, ocupamo-nos da questão de partida: "Quais relações José Pedro Pinto Esposel teve com desenvolvimento do ensino da Arquivologia?" Isto nos conduziu ao objetivo geral de discutir a participação de José Pedro Pinto Esposel no desenvolvimento do ensino da Arquivologia, o que foi feito a partir da contextualização do ensino de Arquivologia no Brasil, seus principais marcos

históricos e transformações, bem como compreendendo a aproximação de Esposel aos arquivos e analisando o envolvimento do mesmo no desenvolvimento do ensino da Arquivologia. Face ao que foi apresentado, a pesquisa denotou abordagem qualitativa e do tipo exploratória, cuja coleta de dados foi baseada em pesquisa bibliográfica em bases de dados e pesquisa documental em fontes primárias relacionadas à temática. Os resultados exprimem um vínculo estreito entre o personagem estudado e a formulação de estratégias para inserção da Arquivologia no meio universitário, bem como para conciliar pautas da dinâmica associativista com a formalização do ensino da Arquivologia.

Palavras-Chave: Ensino de Arquivologia; Movimento Associativista; José Pedro Pinto Esposel.

Abstract

Today, Archival Science teaching in Brazil is made up of 17 undergraduate courses, mostly located in public universities and largely composed of professors and researchers linked to and/or trained in postgraduate programs in Information Science. To the extent that this scenario can be read as one of the elements that reveals greater institutionalization of the area, contemporary challenges such as the establishment of relationships between different disciplines and the necessary dialogues between universities and associative movements can be reflected in contemporary times, based on previous analyses. and, given this, focusing on the figure of José Pedro Pinto Esposel can contribute to such reflections. The Central Bank archivist was also responsible for founding and directing the Associação de Arquivistas Brasileiros in its initial years of operation, as well as playing a fundamental role in the creation of the undergraduate course in Archival Science at the Universidade Federal Fluminense. In this way, we address the starting question: "What relationships did José Pedro Pinto Esposel have with the development of Archival Science teaching?" This led us to the general objective of discussing José Pedro Pinto Esposel's participation in the development of Archival Science teaching, which was done based on the contextualization of Archival Science teaching in Brazil and its main theoretical influences, as well as understanding Esposel's approach to archives and analyzing its involvement in the development of Archival Science teaching. In view of what was presented, the research denoted a qualitative approach, whose data collection was based on bibliographical research in databases and documentary research in primary sources related to the theme. The results express a close link between the character studied and the formulation

of strategies for the insertion of Archival Science in the university environment, as well as for reconciling agendas of associative dynamics with the formalization of Archival teaching.

Keywords: Archival Science teaching; Associational movement; José Pedro Pinto Esposel.

INTRODUÇÃO

Para Couture e Rousseau (1998) o grau de maturidade de determinada disciplina pode estar relacionado, dentre outros aspectos, ao nível de desenvolvimento do seu processo formativo. Deste modo, formar arquivistas na contemporaneidade tem aludido aos desafios relacionados às novas formas de produção e preservação de documentos de arquivo, ao debate acerca das relações entre a Arquivologia e diferentes disciplinas, mas também a elementos mais específicos do sistema social da área no Brasil, como o diálogo entre universidades e associações profissionais, em um cenário que se constata a ausência da Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB) desde 2015[1].

Sob tais contornos, análises retrospectivas sobre a trajetória do ensino da Arquivologia no Brasil poderão lançar luzes para identificar estratégias de estabelecimento de diálogos da Arquivologia com outras disciplinas e discutir o enlace entre a formação universitária de arquivistas e o movimento associativo. Considerando isto, a figura de José Pedro Pinto Esposel desponta como um ator central no ensino da ciência dos arquivos, embora seja possível atestar uma ausência de estudos que se debruçem especificamente sobre a atuação do mesmo na seara em tela.

Esposel foi o responsável por fundar e dirigir a Associação Brasileira de Arquivistas nos seus anos iniciais de funcionamento, bem como atuou de maneira fundamental na criação do curso de graduação em Arquivologia da Universidade Federal Fluminense (UFF). Deste modo, ocupamo-nos da questão de partida: "Quais relações José Pedro Pinto Esposel teve com desenvolvimento do ensino da Arquivologia?" Isto nos conduziu ao objetivo geral de discutir a participação de José Pedro Pinto Esposel no desenvolvimento do ensino da Arquivologia, o que foi feito a partir da contextualização do ensino de Arquivologia no Brasil e suas principais influências teóricas, bem como compreendendo a aproximação de Esposel aos arquivos e analisando o envolvimento do mesmo no desenvolvimento do ensino da Arquivologia.

Face ao que foi apresentado, a pesquisa denotou abordagem qualitativa e do tipo exploratória, cuja coleta de dados foi fundamentada em pesquisa bibliográfica nas bases

1 Apesar da extinção da AAB em 2015, criou-se, em 2014, o Fórum Nacional das Associações de Arquivologia do Brasil (FNArq), com o objetivo de "unificar as lutas e demandas da Arquivologia no Brasil, promovendo uma aproximação entre as associações existentes" (Fórum Nacional...s.d.).

de dados: Google Scholar, na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (BN) e Base de dados em Ciência da Informação (Brapci), bem como através de pesquisa documental em fontes primárias relacionadas à temática presentes: no arquivo permanente da UFF, no arquivo pessoal de Esposel e no Arquivo Nacional.

ENSINO DE ARQUIVOLOGIA NO BRASIL: PRIMÓRDIOS E DESENVOLVIMENTO

Embora o Arquivo Público do Império tenha sido previsto na Constituição de 1824 e sua efetiva criação tenha ocorrido em 1838, apenas no século seguinte é que seriam levantadas iniciativas acerca da formação de pessoal para o labor na instituição arquivística. Neste sentido, Marques (2019, p.166) destacou que em 1911 foi criado no Arquivo Nacional um curso de Diplomática que, com duração de dois anos, buscava subsidiar o aprimoramento prático e teóricos dos funcionários que já trabalhavam na repartição, tornando a posse do diploma um requisito para a promoção funcional.

Ainda Marques (2019, p.167) sublinhou que a criação do Museu Histórico Nacional (MHN) e dos novos regulamentos da Biblioteca Nacional e do Arquivo Nacional em 1923 perfez a expectativa de um curso de amanuense. O aluno que tivesse sucesso neste percurso formativo então estaria apto para trabalhar em museus, arquivos e bibliotecas, após prestação de certame. Embora não seja possível precisar os motivos, pelo menos a parte arquivística da formação não foi inserida no curso.

Independente disto, posteriormente, o início da Era Vargas (1930-1945) instaurou um período cuja tônica foi de organizar "[...] Estado nacional em novas bases e zelar pelo cumprimento das disposições legais necessárias" (Santos, 2018, p.124), o que se refletiu em grande medida na criação do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP). O órgão que fora incumbido da tarefa de pensar o serviço público a partir do subsídio a concursos públicos, também se ocupou da estruturação de muitas carreiras na administração pública, dentre as quais vale ressaltar os cargos de arquivista e arquivologista. Enquanto o primeiro detinha um quadro de atribuições técnicas, o segundo lidava com o "planejamento, organização e orientação" de arquivos (Santos, 2018, p.132).

Apesar da formalização de dois cargos relacionados à prática arquivística, Fonseca e Bezerra (2018) ao analisarem a Revista do Serviço Público (RSP), publicação oficial do DASP, salientaram que embora a temática dos arquivos correntes fosse uma preocupação constante do departamento, o tratamento que era pensado para os mesmos se alinhava à "ideia de Documentação que remete não só às propostas de Paul Otlet mas ao próprio processo de transformação pelo qual passavam as bibliotecas brasileiras, capitaneadas pela biblioteca do DASP" (Santos, 2018, p.446).

Neste cenário, a formação de arquivistas teria um dos seus marcos mais relevantes na gestão de José Honório Rodrigues (JHR) frente ao Arquivo Nacional (1958-1964). O historiador foi responsável por trazer dois especialistas estrangeiros, Henri Boullier de Branche e T.R. Schellenberg, cujo rol de recomendações acerca a necessidade de aperfeiçoamento do pessoal que trabalhava na instituição arquivística convergiu na criação do Curso Permanente de Arquivo (CPA) (Marques, 2018, p.177).

Forçoso observar que o CPA sofreu com um hiato de ofertas entre pelo menos 1966 e 1969 que, de acordo com a instituição arquivística, deve-se à impossibilidade de contratar professores por conta do não reconhecimento da validade do curso por parte do Conselho Federal de Educação (Dossiê de cursos do Arquivo Nacional,1959-1969).

Tal quadro se transforma em 1972, quando o Departamento de Assuntos Universitários do Ministério da Educação reconhece o nível superior do curso oferecido pelo AN (Marques, 2019, p.190). Fato que favorece, no ano seguinte, a assinatura de convênio com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) para a concessão de diploma de nível superior aos concluintes do CPA.

Nestas linhas, destaca-se que o panorama da Arquivologia na década de 1970 adquiriu, a partir de 1971 mais um importante ator: a AAB. A associação fundada por José Pedro Pinto Esposel, nas palavras de Gomes (2011), integrou à esfera pública: "[...] outra forma de racionalidade sobre o campo arquivístico, de modo planificado, questionando a racionalidade de algumas irracionalidades" (Gomes, 2011, p.94-95).

No campo formativo, torna-se possível apontar com base nas reflexões de Gomes (2011) que a AAB contribuiu diretamente para a institucionalização da área a partir da promoção dos Congressos Brasileiros de Arquivologia (CBA), da publicação do periódico Arquivo & Administração, do pleito pela regulamentação profissional, bem como na oferta de cursos esporádicos, muitas vezes ministrados por especialistas estrangeiros.

Neste sentido, o final da década de 1970 também presenciou a inserção de cursos de Arquivologia em universidades públicas. O próprio CPA ofertado em convênio entre Arquivo Nacional e UFRJ foi transferido para a Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro (Fefierj) em 1977 (Termo de convênio...1977), enquanto que a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e a UFF inciaram suas respectivas graduações em Arquivologia em 1976 e 1978 (Tanus; Araújo, 2013).

Assim, não obstante ao surgimento de cursos de especialização na década de 1980 e novos cursos de graduação nas universidades federais de Brasília e da Bahia no decênio de 1990, o espraiar de mais locais se formação de arquivistas seria impulsinado, a partir de 2008, pelo Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) do governo federal, cujo resultado atual é de 17 possibilidades formativas em todas as regiões do país (Tanus; Araújo, 2013).

Contemporaneamente, apesar do cenário acima discutido que sugere maior grau de institucionalização da área, o ensino de Arquivologia se depara com desafios relacionados à teoria e práticas profissionais. Por exemplo, defronte aos novos modos de produção e armazenamento de documentos de arquivo, como a Arquivologia pode estabelecer diálogos com outras áreas do conhecimento? Face à ausência da AAB, como as universidades podem firmar relações com os movimentos associativos estaduais?

Embora as perguntas acima sejam demasiadamente abrangentes para serem plenamente respondidas de imediato, pensa-se que ao olhar para o passado, especificamente para a trajetória de um ator relevante da institucionalização da área pode ser útil para encaminhar elementos que poderão subsidiar reflexões futuras acerca do tema.

A APROXIMAÇÃO DE ESPOSEL AOS ARQUIVOS E OS DIÁLOGOS ENTRE A UNIVERSIDADE E A ASSOCIAÇÃO PROFISSIONAL

José Pedro Pinto Esposel nasceu em em Niterói em 22 de outubro de 1931, filho de Delphino Esposel Filho e Elza Pinto Esposel. Formou-se no bacharelado de Direito pela Faculdade de Ciências Jurídicas do Rio de Janeiro em 1955 e no bacharelado e licenciatura em Geografia e História pela Faculdade Flumiense de Filosofia entre 1958 e 1959. No que se refere aos seus vínculos empregatícios formais, destacou-se como escriturário do Banco do Brasil e, a partir de 1960 como docente de nível superior no curso de História da Faculdade Fluminense de Filosofia (FFF) (Curriculum, 1982-1983).

Após ser transferido para o recém-criado Bacen, Esposel foi encarregado do setor de arquivos do banco e, para se aperfeiçoar em suas novas atribuições, matriculou-se no CPA em 1966, curso que ao ser ofertado pelo Arquivo Nacional, inseriu-lhe em um espaço de contato com outros atores como Maria Stallard Danneman e José Honório Rodrigues que parecem ter sido figuras de influência na formação do historiador como arquivista(Curriculum, 1982-1983).

Neste ponto, o próprio professor niteroiense conclamou em evento memorativo sobre o falecimento de JHR em 1997 que ao cursar o CPA "passou a conhecer melhor suas ideias e lembrar a administração eficiente e fecunda que realizou naquele Arquivo" (Em 9 de abril...1997, p.1201). De qualquer maneira, a conclusão do CPA parece também ter direcionado alguns dos esforços do arquivista do Bacen em sua atuação como docente.

Após solicitar transferência do curso de História para o curso de Biblioteconomia, Esposel foi responsável por ministrar as disciplinas "Paleografia" e "Técnica de Arquivo" para os estudantes daquele curso entre 1966 e 1967 (Depoimento...SAEUFF 1, 2004). De acordo com o próprio docente, as matérias não objetivavam circunscrever tarefas arquivísticas aos bibliotecários em formação, mas sim esclarecer as particularidades teóricas e metodológicas no trato dos arquivos em relação às bibliotecas (Depoimento...SAEUFF

1, 2004). Assim, a inserção de disciplinas arquivísticas em cursos alheios à Arquivologia iniciou um processo de aproximação da ciência dos arquivos com a universidade.

Na esteira deste processo, fato relevante foi a oferta da disciplina de "Arquivologia" em 1970, cujo público-alvo eram os estudantes de História e Biblioteconomia. A criação deste componente curricular foi mencionada por Esposel em carta remetida à Robert Henri-Bautier em 21 de agosto do mesmo ano (Carta...1970), onde o brasileiro apresenta seu currículo, vinculação institucional e contatos em comum. Esposel também se lamentou por não participar XII Conference Internacionale de la Table Ronde des Archives (CITRA) realizada em Jerusalém, apesar do então diretor do Arquivo Nacional Raul Lima ter representado o país. Não obstante, o professor da UFF também solicita informações a respeito de programas de cursos europeus de formação em arquivos administrativos e históricos, publicações do próprio Bautier em coautoria de Charles Braibant, números do periódico Archivum e informes de reuniões passadas do ICA, quando o arquivista do Bacen dá ênfase para a CITRA realizada em Lisboa em 1959.

Na medida em que o contato com especialistas em arquivos se expandia na década de 1970, onde Esposel muitas vezes divulgava também ações da AAB, o curso de graduação em Arquivologia da UFF se iniciou a partir Portaria nº 5.139, de 1 de setembro de 1976, assinada pelo reitor Geraldo Sebastião Tavares e que nomeou Adolpho Roberto Brum, Delba Guarini Lemos, Eneida Pontes Vieira, Marlene Carmelinda Mendes Velloso, Dyrse Barreto Taveira e José Pedro Pinto Esposel como membros de um grupo de trabalho dedicado a pensar a criação do referido curso (Depoimento...SAEUFF 1, 2004); (Curriculum vitae..., 1982-1983).

O contexto do surgimento dos estudos para a proposta formativa também esteve conectado a dois tópicos relevantes: o I Seminário Nacional de Arquivos Municipais (SENAM) e a proposta de um curso de pós-graduação para formação de professores de Arquivologia na UFF.

Neste sentido, o SENAM foi um evento realizado entre 2 e 6 de agosto de 1976 a partir da iniciativa do Instituto Niteroiense de Desenvolvimento Cultural (INDC), do Departamento de Difusão Cultural e da Reitoria da UFF. Dentre as personalidades em torno do SENAM, O Fluminense destacou a organização por parte de Jamile Esper Saud, Diretora do Centro de Documentação Histórico-Cultural e a coordenação técnica de José Pedro Pinto Esposel. Também estiveram presentes prefeito de Niterói, Ronaldo Fabrício (1975-1977) e também compareceram autoridades estaduais e municipais, dentre as quais Myrtes Wenzell, secretária estadual de educação, o reitor Geraldo Tavares Cardoso, Lecyr Lessa, diretora do INDC e Hindemburgo Coelho de Araújo, representante do Ministério do Interior. Assim, o evento abarcou conferências sobre experiências em protocolo, avaliação, produção de instrumentos de pesquisa, dentre outros, assim como curso ministrado por diferentes integrantes da Associação dos Arquivistas Brasileiros, como Marilena Leite

Paes, Anchives do Egito Lopes Gonçalves, Jorge Gustavo da Costa, Maria de Lourdes Costa e Souza, Regina Alves Vieira e Ástrea de Moraes e (Presença do DDC...1976).

Já o projeto de especialização voltada para a formação de professores de Arquivologia inicia seu íter burocrático no âmbito da universidade em XXX. Esposel compartilhou os avanços e reformulações do currículo com Aurelio Tanodi em diversas oportunidades, inclusive convidando-o para lecionar na primeira edição do curso que, apenas foi oficializado em 1983 e, posteriormente se transformou no curso de pós-graduação Planejamento, Organização e Direção de Arquivos. (Castro, 2008).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Objetivou-se com este resumo expandido o alinhamento de aspectos iniciais da aproximação de José Pedro Pinto Esposel, importante personagem da institucionalização da Arquivologia no Brasil, em relação ao ensino da ciência dos arquivos no país. Deste modo o curso da investigação demonstrou que a aproximação do referido ator histórico se iniciou na década de 1960, momento no qual se insere no labor dos arquivos e busca profissionalização através do CPA, oferecido pelo Arquivo Nacional.

Esposel então conciliou o trabalho nos arquivos com a docência universitária de História e se utilizou da posição de professor de ensino superior para ofertar disciplinas, para alunos de História e Biblioteconomia, que demarcassem o espaço da Arquivologia no meio universitário. Neste sentido, também manteve contato com arquivistas estrangeiros para estabelecer diálogos sobre o ensino universitário de Arquivologia e pautas do movimento associativista a partir de 1970.

Não obstante à interface internacional, Esposel também atuou em outras frentes importantes para os arquivos no Brasil, por exemplo, com a organização do SENAM e a especialização de professores de Arquivologia ofertada na UFF. Apesar dos desdobramentos e discussões relacionadas a esses movimentos demandarem uma análise mais detalhada em ocasião da escrita do artigo final, por ora é possível apontar que a atuação do professor da UFF no ensino da Arquivologia no Brasil foi multifacetada e envolveu a integração de papéis ocupados na universidade, na AAB e como interlocutor de diálogos internacionais.

REFERÊNCIAS

Carta de José Pedro Pinto Esposel para Robert Henri Bautier. Niterói, Brasil, 21 de agosto de 1970. Arquivo Pessoal De José Pedro Esposel.

Castro, Ástrea de Moraes e. **Arquivologia: sua trajetória no Brasil**. Brasília: Stilo Editora, 2008.

Curriculum Vitae – José Pedro Pinto Esposel. Arquivo pessoal de José Pedro Pinto Esposel, 1982-1983.

Depoimento do professor José Pedro Pinto Esposel. SAEUFF-1. Setor de Arquivo Especial da Divisão de Arquivo da Universidade Federal Fluminense. Série: Depoimentos. 27 min 19s. Universidade Federal Fluminense. Superintendência de Documentação. Coordenação de Arquivos, 05/01/2004.

Dossiê de cursos do Arquivo Nacional, 1959-1969. Arquivo Nacional. Fundo: BR RJANRIO AN. Código SIAN: BR RJANRIO AN.TXT, ANA.0.584.

Em 9 de abril de 1997. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, v.158, n.397, p.1167-1258, out./dez., 1997. Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=893676&pesq=%22esposel%22&pasta=ano%20198&hf=memoria.bn.br&pagfis=168788 Acesso em 19 nov. 2023.

Fórum Nacional das Associações de Arquivologia do Brasil. **Quem somos?,** s.d. Disponível em: https://fnarq.com.br/quem-somos/ Acesso em 11 jun.2024.

Fonseca, Vitor Manoel Marques da; Bezerra, D. A. Arquivos e documentação pública: a temática arquivística na Revista do Serviço Público, 1938-1945. *In:* Venâncio, Renato Pinto; Silva, Welder Antônio; Nascimento, Adalson. (Org.). **Ensino e pesquisa em arquivologia**: cenários prospectivos. 1ed.belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação-UFMG, 2018, v., p. 430-449.

Gomes, Yuri Queiroz. **Processos de institucionalização do campo arquivístico no Brasil (1971-1978): entre a memória e a história.** Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UniRio). Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: http://www.repositorio-bc.unirio.br:8080/xmlui/handle/unirio/12317 Acesso em 13 Ago. 2022.

Marques, Angélica Alves da Cunha. **A Arquivologia brasileira: busca por autonomia científica no campo da informação e interlocuções internacionais**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2019.

Presença do DDC valoriza programação da UFF. **O Fluminense**, sábado, 29 de maio de 1976. Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/ Acesso em 25 nov. 2023.

Rousseau, Jean-Yves; Couture, Carol. **Os fundamentos da disciplina Arquivística.** Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

Santos, Paulo Roberto Elian. A institucionalização da arquivologia no Brasil e a reforma administrativa no primeiro governo Vargas (1935-1945). **Revista Brasileira de História**, v.38, n.78, p.121-146, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S010201882018000200121&lng=en&nrm=iso&tlng=pt Acesso em 11 fev. 2019.

Tanus, Gabrielle Francinne S.C.; Araújo, Carlos Alberto Ávila. O ensino da Arquivologia no Brasil: fases e influências. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, v.18, n.37, p.83-102, 2013. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2013v18n37p83 Acesso em 30 abr. 2024.

Termo de convênio entre a Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro e o Arquivo Nacional... **Mensário do Arquivo Nacional**, v.11, n.VIII, p.31-, Novembro, 1977. Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=005959&pesq=%22raul%20do%20rego%20lima%22&pasta=ano%20197&hf=memoria.bn.br&pagfis=3641 Acesso em 26 out. 2023.

MODELO DE PRESERVAÇÃO HIPATIA E O MODELO ONTOLÓGICO DE CREDIBILIDADE (INTERPARES): APROXIMAÇÕES E APLICABILIDADE

HIPATIA PRESERVATION MODEL AND THE ONTOLOGICAL MODEL OF CREDIBILITY (INTERPARES): APPROACHES AND APPLICABILITY

Ívina Flores Melo
Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia

Resumo

Este estudo apresenta a relação entre o Modelo Hipátia de preservação digital e o Modelo Ontológico de Credibilidade do InterPARES, com ênfase na autenticidade, confiabilidade e preservação de documentos arquivísticos. Utilizou-se o Método das Histórias Cruzadas, analisando as interações e influências mútuas entre diferentes contextos históricos e culturais. A análise incorporou os conceitos do modelo ontológico de credibilidade ao Modelo Hipátia. Verificou-se que ambos os modelos destacam a necessidade de estratégias robustas de preservação digital e tecnologias avançadas para garantir a integridade e autenticidade dos documentos ao longo do tempo. A integração dessas abordagens oferece uma estrutura eficaz para a gestão e preservação de registros arquivísticos digitais, assegurando que os documentos permaneçam autênticos, confiáveis e úteis ao longo do tempo.

Palavras-Chave: Hipatia; InterPARES; Credibilidade; Modelo Ontológico

Abstract

This study presents the relationship between the Hipátia Digital Preservation Model and the InterPARES Trustworthiness Ontology Model, emphasizing authenticity, reliability, and preservation of records. The Crossed Histories Method was used to analyze interactions and mutual influences between different historical and cultural contexts. The analysis incorporated the trustworthiness concepts from the InterPARES model into the Hipátia Model. Both models emphasize the need for robust digital preservation strategies and advanced technologies to ensure record integrity and authenticity over time. Integrating these approaches offers an effective framework for managing and preserving digital records, ensuring that they remain authentic, reliable, and useful over time.

Keywords: Hipatia; InterPARES; Trustworthiness; Modelo Ontológico

INTRODUÇÃO

A abordagem brasileira em preservação digital de documentos de arquivo baseia-se no modelo de referência *Open Archival Information System* (OAIS), normatizado pela ISO 14.721 (CCSDS, 2012), como indicado nas obras de Saramago (2004) e Lima et al. (2012). Este modelo é também, reconhecido internacionalmente, a exemplo da adoção do modelo OAIS no *Digital Curation Life Cycle* do Digital Curation Centre (DCC) no Reino Unido, no *Institutional Repository model* da Universidade de Southampton, também no Reino Unido, e no *Comprehensive Digital Preservation Services* (CDPS) do *Massachusetts Institute of Technology* (MIT) nos Estados Unidos da América. (Melo;Canelhas;Braga, 2022)

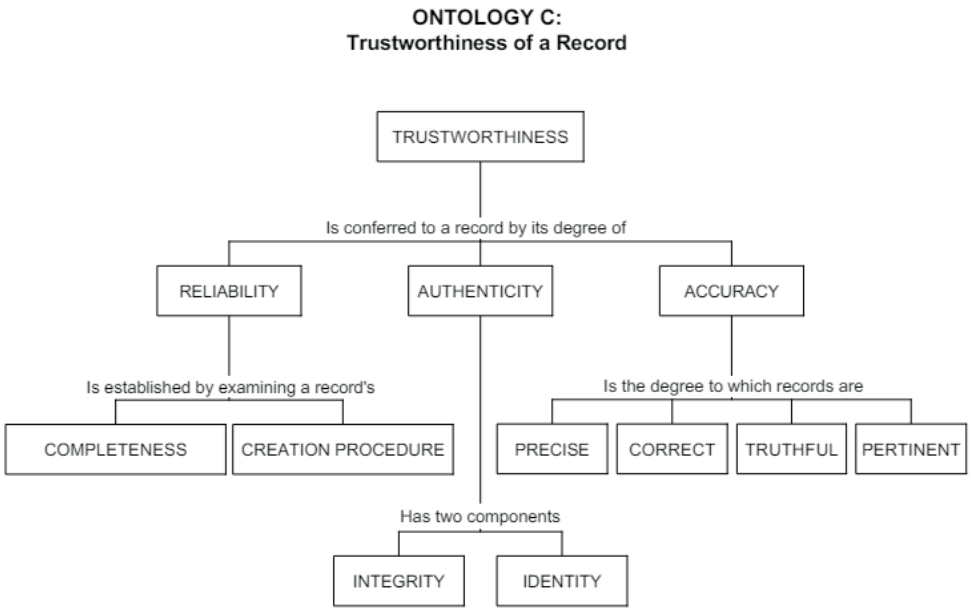
Neste contexto, as instituições têm dedicado esforços significativos ao desenvolvimento de estratégias de preservação digital que se alinham aos princípios e componentes do modelo OAIS. Tais estratégias abrangem a utilização de softwares específicos para empacotamento, repositórios digitais confiáveis e plataformas de acesso. No entanto, a tarefa de garantir a preservação digital completa, desde a criação até o acesso, cumprindo todos os requisitos técnicos e tecnológicos, apresenta-se como um desafio considerável.

Em 2018, uma iniciativa origina-se no Brasil pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict) em parceria técnica com o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT). O objetivo era definir uma camada de interoperabilidade tecnológica que garantisse a segurança e o acesso a documentos digitais. Este projeto inicialmente focado na automação do processo de preservação digital, expandiu-se para a formulação de um modelo que apoiasse a implementação e operacionalização do Modelo OAIS em contextos institucionais digitais, facilitando a aplicação técnica e o emprego

de tecnologias de preservação digital. Este modelo foi detalhado sob a designação de Modelo Hipatia de preservação de documentos de arquivo. (Braga, 2002)

O Modelo Hipatia, em sua gênese, explora conceitos os conceitos de confiabilidade e autenticidade de documentos de arquivo na busca da preservação dos documentos em si e seus contextos de produção bem como organicidade. Desde a sua origem, o modelo foi aplicado em diversas instituições quando se observou que os conceitos basilares tal como a autenticidade eram mais complexos, na práxis, o que demandava uma verticalização no campo teórico. Em estudos da literatura internacional da área, identificou-se o modelo ontológico de credibilidade de documento de arquivo desenvolvido pelo projeto InterPARES (*International Research on Permanent Authentic Records in Electronic Systems*).

Figura 1- Modelo ontológico de credibilidade de documentos de arquivo



Fonte: InterPares 2 (2007)

Justifica-se o uso do modelo tendo em vista que o InterPARES utiliza os modelos ontológicos de maneira estabelecer as relações e os processos envolvidos na criação e manutenção de documentos de arquivo. Esses modelos auxilliam a entender e garantir a autenticidade e confiabilidade dos documentos ao longo do tempo. Adicionamento, desde 1998 o InterPares aplicou e concluiu vários estudos de caso reais que demonstram a eficácia das metodologias desenvolvidas. Esses estudos de caso fornecem exemplos concretos de como as teorias e ferramentas do InterPARES podem ser aplicadas em diferentes contextos, incluindo instituições públicas e privadas em diversos campos de atuação.

Isto posto, esta comunicação tem por objetivo apresentar o modelo ontológico de credibilidade de documento de arquivo aplicado ao Modelo de Preservação Hipatia. Trata-se de trabalho qualitativo descritivo. A metodologia escolhida foi o Método das Histórias Cruzadas (Werner; Zimmermann, 2003), ou seja uma análise das interações, influências mútuas e interconexões entre diferentes culturas, sociedades ou regiões ao longo do tempo. Ao invés de examinar histórias isoladas ou paralelas, o método das histórias cruzadas busca entender como esses contextos se entrelaçam e moldam uns aos outros, oferecendo uma perspectiva mais integrada e dinâmica da história. A partir da metodologia base, analisou-se o modelo ontológico de credibilidade de documento de arquivo e suas possíveis aplicações no modelo Hipatia. A análise perpassa pelo estudo do contexto histórico desenvolvendo-se para a aplicação dos conceitos ao Modelo Hipatia.

DIÁLOGOS ENTRE MODELOS

Na década de 1990, no Canadá, Luciana Duranti reinterpreta e expande as teorias clássicas de Hilary Jenkinson (1992), introduzindo a diplomática digital. (Melo, 2021) Ela argumenta que os documentos digitais devem ser vistos como parte de um conjunto orgânico, onde a relação entre os produtores e os documentos é central para a autenticidade e a custódia.

Duranti (1996) acrescenta que, além da imparcialidade e autenticidade, os documentos arquivísticos possuem características de inter-relacionamento, unicidade e organicidade. A autora destaca a importância da fixidez, do conteúdo estável e da variabilidade limitada de formatos, que juntos formam os "*archival bonds*" ou vínculos arquivísticos. Esses vínculos são essenciais para a preservação digital, pois permitem que os documentos mantenham sua integridade e contexto original, mesmo em ambientes tecnológicos. (Melo e Luz, 2023)

Em 1994, Duranti inicia o projeto InterPARES para pesquisar a preservação digital de longo prazo, com o objetivo de garantir a confiabilidade e autenticidade dos documentos.(Melo, 2021) Na segunda fase do projeto, iniciada em 2002 (InterPARES 2), o foco é a manutenção da autenticidade através de uma cadeia de custódia ininterrupta (Chain of Custody - CoC). A CoC considera a passagem dos documentos de sucessor para sucessor, desde a captura até a preservação e acesso, dinamizando as instâncias de passagem dos documentos e garantindo sua autenticidade. (Melo e Luz, 2023)

O projeto InterPARES 2 desenvolveu modelos ontológicos para apoiar a preservação de documentos digitais autênticos. Esses modelos ajudam a identificar entidades envolvidas, suas relações e os processos necessários para garantir a confiabilidade, autenticidade e preservação de registros digitais ao longo do tempo. Dentres os modelo desenvolvidos, destacamos o modelo ontológico de credibilidade de documento de arquivo. A ontologia

apresentada refere-se à credibilidade de um documento, que é conferida pelo seu grau de confiabilidade, autenticidade e precisão. Cada um desses componentes é detalhado a seguir:

1. **Confiabilidade (*Reliability*):** Completude (*Completeness*): Refere-se ao estado do documento estar completo, sem partes faltando ou omitidas. Procedimento de Criação (*Creation Procedure*): Examina o processo pelo qual o documento foi criado, garantindo que seguiu procedimentos estabelecidos e padrões normativos;

2. **Autenticidade (*Authenticity*):** Integridade (*Integrity*): Verifica se o documento não sofreu alterações ou adulterações desde sua criação. Identidade (*Identity*): Assegura que o documento é o que afirma ser, com atributos corretos como autor, data de criação e outras características identificadoras;

3. **Precisão (*Accuracy*):** Precisão (*Precise*): O grau de exatidão das informações contidas no documento. Correto (*Correct*): A veracidade das informações, garantindo que os dados não contêm erros. Verídico (*Truthful*): A honestidade e a conformidade dos dados com a realidade. Pertinente (*Pertinent*): A relevância e aplicabilidade das informações contidas no documento.

O Modelo Hipátia e o Modelo Ontológico de Credibilidade do InterPARES possuem interseções significativas, especialmente na manutenção da autenticidade, confiabilidade e precisão dos documentos ao longo do tempo. No Modelo Hipátia, a confiabilidade é garantida através de processos de auditoria e documentação apresentados quando do processamento do detalhada do ciclo de vida dos documentos, similar à importância dada pelo InterPARES aos procedimentos de criação para assegurar a completude e a integridade dos registros. Ambos os modelos destacam a importância da integridade dos documentos.

O Hipátia utiliza estratégias de preservação digital que incluem verificações de integridade periódicas, assegurando que os documentos não sofram alterações não autorizadas, alinhado com o foco do InterPARES em manter a autenticidade através da integridade e identidade. O Modelo Hipátia incorpora mecanismos para garantir a precisão e a veracidade das informações preservadas, utilizando metadados e controles rigorosos de qualidade, assim como o InterPARES, que destaca a importância da precisão, correção e pertinência das informações contidas nos documentos.

O Modelo Hipátia enfatiza a necessidade de estratégias de preservação digital, incluindo a utilização de tecnologias avançadas e práticas de preservação que garantam a longevidade dos documentos digitais. Isso complementa o enfoque do InterPARES na necessidade de estratégias de preservação que garantam a autenticidade e confiabilidade a longo prazo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, destacamos a relação entre o Modelo Hipátia de preservação digital e o Modelo Ontológico de Credibilidade do InterPARES, importantes na gestão e na preservação de documentos de arquivo Quando da confiabilidade, ela é assegurada nos procedimentos criação e manutenção dos documentos. O Modelo Ontológico de Credibilidade enfatiza a completude e consistência desde a criação dos documentos, enquanto o Modelo Hipátia implementa auditorias detalhadas e documentação abrangente para minimizar riscos de dados incompletos ou inconsistentes. A autenticidade dos documentos, por sua vez, é garantida pela integridade e identidade. Ambos os modelos asseguram que os documentos não sofram alterações não autorizadas e mantenham atributos corretos um em âmbito teórico outro na aplicação. Quando da precisão e veracidade das informações os modelos focam na exatidão e relevância dos dados, enquanto diferem quanto ao enfoque metodológico: um privilegia a formulação conceitual e os princípios normativos que sustentam a confiabilidade informacional, ao passo que o outro se orienta para a operacionalização desses princípios, por meio de mecanismos, controles e procedimentos aplicados no contexto prático de preservação dos documentos.

A preservação digital em longos prazos com bases na credibilidade é, sem duvidas o objeto de estudo de ambos os modelos. Enquanto, o Modelo Ontológico de Credibilidade enfatiza estratégias de preservação para garantir integridade e autenticidade a longo prazo, o Modelo Hipátia implementa tecnologias e práticas de preservação digital, como formatos de arquivos sustentáveis e redundância em armazenamento, assegurando a longevidade dos documentos.

REFERÊNCIAS

BRAGA, Tiago E. N. O modelo Hipatia: a proposta do Ibict para a preservação digital arquivística. In: Hipatia: modelo de preservação para repositórios arquivísticos digitais confiáveis. Brasília: Ibict, 2022. Disponível em: https://widat2022.ufes.br/wp-content/uploads/2022/11/st-4/st4-8-Modelo%20de%20Preserva%C3%A7%C3%A3o%20Hipatia%20metodologia%20de%20estudo%20de%20metadados%20para%20extra%C3%A7%C3%A3o.pdf. Acesso em: 30 ago. 2022.

DURANTI, Luciana. **Diplomática:** usos nuevos para una antigua ciencia. Carmona (Sevilla): S&C ediciones, 1996.

INTERNATIONAL RESEARCH ON PERMANENT AUTHENTIC RECORDS IN ELETRONIC SYSTEMS (InterPARES 2). Ontology C: Trustworthiness of a record. 2007. Disponível em: http://www.interpares.org/ip2/display_file.cfm?doc=ip2_ontology.pdf. Acesso em: 15 maio 2024.

LIMA, Rodrigues de Souza; OLIVEIRA, A. F.; D'AVILA, R. T.; CHAVES, E. P. da S. S. O modelo de referência OAIS e a preservação digital distribuída. **Ciência Da Informação**, v. 41, n. 1, 2014.

MELO, Ívina Flores. **As funções arquivísticas à luz do Princípio da Proveniência:** um habitus em construção. 2021. 218 f., il. Tese (Doutorado em Ciência da Informação)—Universidade de Brasília, Brasília, 2021.

MELO, Ívina F.; LUZ, C. dos S. A aderência de sistemas informatizados de gestão arquivística ao e-ARQ Brasil: verificação de requisitos mínimos e obrigatórios. **Acervo**, [S. l.], v. 35, n. 1, p. 1–15, 2021. Disponível em: https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/1778. Acesso em: 16 jun. 2024.

MELO, Ívina Flores; CANELHAS, Tatiana; BRAGA, Tiago Emmanuel Nunes Braga. Modelo de Preservação Hipátia: metodologia de estudo de metadados para extração. Disponível em: https://widat2022.ufes.br/wp-content/uploads/2022/11/st-4/st4-8-Modelo%20de%20Preserva%C3%A7%C3%A3o%20Hipatia%20metodologia%20de%20estudo%20de%20metadados%20para%20extra%C3%A7%C3%A3o.pdf. Acesso em: 14 jun. 2024.

SARAMAGO, Maria Lurdes. Metadados para preservação digital e aplicação do modelo OAIS. In: Actas do congresso nacional de bibliotecários, arquivistas e documentalistas. 2004.

WERNER, Michael; ZIMMERMANN, Bénédicte. **História cruzada:** balanço e perspectivas. Tradução de José Carlos Rodrigues. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.

NOVOS HORIZONTES NA DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA: DA CONCEPÇÃO ESPACIAL MODERNA À COMPLEXIDADE MULTIDIMENSIONAL CONTEMPORÂNEA

NEW HORIZONS IN ARCHIVAL DESCRIPTION: FROM MODERN SPATIAL CONCEPTION TO CONTEMPORARY MULTIDIMENSIONAL COMPLEXITY

Cássio Murilo Alves Costa Filho
Tribunal de Contas do Distrito Federa
Universidade de Brasília

Renato Tarciso Barbosa de Sousa
Universidade de Brasíla

Angelica Alves da Cunha Marques
Universidade de Brasília

Resumo

Analisa como a concepção espacial moderna, sobretudo os ideais de ordem e hierarquia, influenciam a descrição arquivística e apresenta novas abordagens mais aderentes à dinâmica espaço-temporal contemporânea. Foca nas impressões modernas no discurso arquivístico e como a digitalização e globalização desafiam as bases teóricas estabelecidas. Empreende pesquisa teórica, qualitativa e exploratória-descritiva, utilizando a história cruzada e a arqueologia dos saberes para analisar fontes bibliográficas. Conclui que a descrição arquivística está passando por uma transformação significativa, movendo-se de uma abordagem rígida e hierárquica para uma mais flexível e adaptável. Esta mudança reflete a necessidade de capturar a complexidade e as múltiplas inter-relações dos documentos no contexto digital contemporâneo. A descrição multidimensional, utilizando modelos de rede e grafos, se destaca como uma solução avançada que permite uma representação mais precisa e dinâmica, alinhada às novas exigências tecnológicas e às realidades multifacetadas dos arquivos na era digital.

Palavras-Chave: Modernidade; Espaço; Ordem; Hierarquia; Descrição multidimensional.

Abstract

This study analyzes how modern spatial concepts, particularly the ideals of order and hierarchy, influence archival description and presents new approaches better suited to the contemporary spatio-temporal dynamics. It focuses on modern impressions in archival discourse and how digitization and globalization challenge established theoretical foundations. The research is theoretical, qualitative, and exploratory-descriptive, employing cross-history and the archaeology of knowledge to analyze bibliographic sources. It concludes that archival description is undergoing a significant transformation, shifting from a rigid and hierarchical approach to a more flexible and adaptable one. This change reflects the need to capture the complexity and multiple interrelations of documents in the contemporary digital context. Multidimensional description, using network and graph models, emerges as an advanced solution allowing more precise and dynamic representation, aligned with new technological demands and the multifaceted realities of digital age archives.

Keywords: Modernity; Space; Order; Hierarchy; Multidimensional description.

INTRODUÇÃO

Nosso interesse pelo estudo das dimensões de espaço e tempo na Arquivologia emergiu durante nossa pesquisa de mestrado, período em que nos dedicamos a explorar o modelo teórico *records continuum*. Esse estudo buscou testar a conformação do ciclo vital dos documentos diante de um cenário marcado por inovações nas formas de produção e uso de documentos. As investigações revelaram a importância fundamental dessas categorias e suas inter-relações com a Arquivologia, despertando em nós um interesse profundo em expandir esse tema.

No doutorado, ampliamos essa investigação para analisar como o discurso da modernidade, especialmente suas concepções de espaço e tempo, está profundamente integrado ao pensamento arquivístico. Exploramos como essas dimensões desempenham um papel crucial na formação discursiva da Arquivologia, ao mesmo tempo em que buscamos sistematizar subsídios teórico-epistemológicos que respondam à complexidade da contemporaneidade. Reconhecemos que a Arquivologia, como disciplina, carrega uma herança marcantemente moderna, fortemente vinculada a essas concepções, mas

também abraçamos o "devir contemporâneo" da disciplina, destacando novos referenciais que se alinham às dinâmicas espaço-temporais atuais.

Este texto investiga como os preceitos da modernidade influenciam a descrição arquivística e como as novas dinâmicas espaço-temporais, introduzidas pela digitalização e globalização, desafiam as bases teóricas estabelecidas. A pesquisa busca compreender a transição de uma abordagem rígida e hierárquica para uma mais flexível e adaptável, necessária para capturar a complexidade e as múltiplas inter-relações dos documentos no contexto digital contemporâneo.

A metodologia adotada é de natureza teórica, qualitativa e exploratório-descritiva, fundamentada em um levantamento bibliográfico e análise crítica. Utilizamos a história cruzada (Werner; Zimmermann, 2003) e a arqueologia dos saberes (Foucault, 2008) para examinar a descrição arquivística em seus contextos histórico e cultural, considerando novas noções de espaço e tempo. A coleta de dados envolveu a identificação e seleção de obras que abordam diretamente a inter-relação entre a concepção moderna de espaço e a Arquivologia. O critério de seleção de textos foi baseado nas sistematizações e periodizações da trajetória do conhecimento arquivístico realizadas por Bautier (1968) e Schmidt (2012), no estudo de manuais arquivísticos identificados por Marques (2011) e em estudos publicados em periódicos relevantes sobre temática arquivística.

A análise dos dados foi realizada por meio da aplicação da história cruzada, contextualizando as fontes históricas e compreendendo as influências mútuas entre diferentes conceitos espaciais ao longo do tempo. Além disso, a arqueologia dos saberes foi utilizada para identificar e analisar os enunciados específicos que caracterizam a formação discursiva da Arquivologia, examinando não apenas a estrutura interna do discurso, mas também seus contextos histórico e cultural mais amplos, especialmente no que diz respeito à noção de espaço.

O panorama da pesquisa é demarcado temporalmente pelo período que envolve os séculos XVIII e XIX — momento em que a Arquivologia se ilumina como uma disciplina científica (Marques, 2011) — e, espacialmente, pelo centro originador do discurso arquivístico moderno, a Europa Ocidental (Cook, 1997). Este estudo visa lançar luz sobre como a concepção espacial moderna está integrada a aspectos fundamentais da disciplina, como a autenticidade, o princípio da proveniência e a estruturação dos fundos arquivísticos.

O estudo está estruturado em três tópicos principais: a concepção espacial moderna e sua influência na descrição arquivística; a dinâmica espaço-temporal contemporânea e suas características; e novas abordagens de descrição arquivística, incluindo a transição para práticas integradas e contínuas, influências das TICs e a descrição multidimensional que utiliza modelos de rede e grafos.

CONCEPÇÃO ESPACIAL MODERNA E SUA INFLUÊNCIA NA DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA

Nesta seção, discutiremos a concepção moderna de espaço e como essa noção foi incorporada na Arquivologia, influenciando profundamente a descrição arquivística e a organização dos arquivos. Partindo das origens filosóficas e científicas do conceito de espaço, exploraremos como essas ideias moldaram a teoria arquivística moderna. A análise se baseia em teorias clássicas e modernas que formaram nossa compreensão do espaço, desde as ideias geométricas dos gregos até as revoluções científicas do Renascimento e da era moderna, e como esses princípios foram aplicados na prática arquivística, contribuindo para a estruturação de conceitos fundamentais como a ordem, a hierarquia e a preservação da autenticidade documental. Veremos como a descrição arquivística, fundamentada nesses ideais, evoluiu para garantir a organização eficiente e a acessibilidade dos documentos, refletindo a dinâmica espaço-temporal da modernidade.

As bases da concepção moderna de espaço remontam à tradição grega, especialmente às teorias aristotélicas, onde o espaço estava ligado à posição e situação específicas da matéria ou forma. A matemática desempenhou um papel significativo através da geometria na mensuração do movimento dos objetos. No pensamento platônico, o espaço equivalia à tridimensionalidade, reduzindo a matéria ao próprio espaço e a física à geometria. Conforme Jammer (2010), Platão atribuiu estruturas geométricas específicas aos elementos: água como icosaedro, ar como octaedro, fogo como pirâmide e terra como cubo; sendo a terra, devido à sua forma cúbica estável, o centro do universo, circundada pelos demais elementos ordenados por mobilidade.

A concepção moderna de espaço, notadamente a de Descartes, foi influenciada pelo atomismo antigo de Leucipo e Demócrito, pelos neoplatônicos e pelas críticas de Filopono ao vazio aristotélico. Chauí (1999) e Crosby (1999) destacam que, durante o Renascimento, novos instrumentos de investigação e técnicas de pintura transformaram a noção de extensão, alterando a percepção espacial na Itália do século XV através de influências bizantinas, do naturalismo e do crescente interesse em óptica e geometria.

Jammer (2010) observa que as teorias desse período facilitaram a emancipação do aristotelismo, fundamentando o ideário moderno. Essa nova perspectiva via o espaço como precedente aos corpos, homogêneo e indiferenciado, ocupado sem resistência, com conceitos como alto e baixo ligados às interações entre corpos. Wertheim (2001) aponta que o modelo heliocêntrico de Copérnico no século XVI representou a primeira grande ruptura com a cosmologia medieval, ganhando aceitação entre as camadas cultas da época.

Nesse contexto, a geometria tornou-se central nos estudos de física, exemplificado por Galileu em *Il Saggiatore*, onde descreve o universo como um livro matemático de formas geométricas. Koyré (2001) argumenta que a mecânica galilaica redefiniu o

movimento como um estado no espaço e no tempo, afastando-se das noções aristotélicas de potência e forma; os corpos passaram a mover-se em um espaço geometricamente definido, tornando a realidade suscetível à matematização.

A visão moderna do espaço enfatiza seu caráter matematizado e tridimensional. Descartes postulou que a extensão corporal equivalia à extensão espacial, vendo os corpos como partes do espaço e negando a existência do vácuo, percebendo apenas substância extensa (Cavaillé, 1996). Essa perspectiva foi crucial para o desenvolvimento da física mecanicista, unificando matéria extensa e espaço sólido.

No século XVIII, Newton descreveu o espaço como um vazio absoluto — homogêneo, infinito, contínuo e isotrópico — existindo independentemente dos corpos e definindo a essência de todas as coisas (Lopes, 1992). Koyré (2001) observa que a ciência moderna surgiu da desconstrução do conceito de Cosmos e da geometrização do espaço, substituindo o espaço concreto aristotélico pelo abstrato da geometria euclidiana. Essa geometrização, iniciada por artistas renascentistas através da perspectiva, reestruturou a concepção de mundo, consolidada pela ciência newtoniana (Braga, Guerra, Reis, 2004). Foucault (2001) considera o trabalho de Galileu como pivotal, deslocando a visão de um universo finito medieval para um infinito focado no posicionamento. Assim, a revolução científica do século XVII marcou a transição para uma compreensão do espaço como abstrato e geométrico, evoluindo da concepção cartesiana para a definição newtoniana de espaço absoluto.

Portanto, a compreensão moderna de espaço caracteriza-se por ser homogênea, tridimensional e matematizada, onde o espaço é uma extensão essencial da matéria, conforme a filosofia cartesiana, e é visto como absoluto e independente dos corpos, segundo Newton. A revolução científica do século XVII, com a geometrização do espaço e a mudança da percepção de um universo finito e hierárquico para um infinito e indiferenciado, foi fundamental para essa nova visão. Esse entendimento moderno permite uma matematização do real e influenciou profundamente o desenvolvimento da Física e outras ciências.

A concepção moderna de espaço influenciou profundamente o desenvolvimento e a institucionalização dos arquivos e da Arquivologia. Derrida (2001) explora a etimologia da palavra "arquivo", remontando ao grego *arkheion*, que designava a residência dos magistrados superiores, os arcontes. Esse espaço, institucionalizado e dotado de autoridade pública, marcava a transição de documentos da esfera privada para o domínio público, conferindo-lhes legitimidade. A noção de que o espaço arquivístico não é apenas um local de armazenamento, mas um componente essencial para a preservação da memória, remonta às primeiras civilizações, onde a preservação de documentos estava diretamente ligada à sua localização física em templos, tesourarias ou arquivos públicos.

Duranti (2007) argumenta que a concepção de arquivo como lugar tem suas raízes no Direito Romano, onde os arquivos eram vistos como locais públicos de preservação de documentos sob a jurisdição de uma autoridade. Esse conceito foi fundamental para a legitimação e autenticidade dos documentos, um princípio que se manteve ao longo dos séculos e se consolidou na modernidade. A autora destaca a importância do "limiar arquivístico", um espaço dentro do edifício do arquivo onde a autenticação e a organização dos documentos eram realizadas por autoridades competentes, garantindo sua integridade e confiabilidade.

A centralização e a custódia dos arquivos tornaram-se princípios fundamentais na era moderna, refletindo a necessidade de garantir a autenticidade e a preservação dos documentos. Jenkinson (1937) e Duranti (2007) ressaltam que a localização estratégica dos depósitos de arquivo, afastados de fontes de contaminação e influência externa, era essencial para a manutenção da integridade dos registros. A custódia contínua dos documentos, que se estendeu desde a Antiguidade até a modernidade, é vista como um requisito crucial para a garantia da autenticidade documental.

A evolução dos arquivos, desde espaços improvisados em templos e igrejas até edifícios especializados na era moderna, reflete a crescente necessidade de segurança e acessibilidade dos documentos. O desenvolvimento da administração pública e o surgimento do Estado-nação impulsionaram a construção de prédios públicos destinados exclusivamente à guarda de documentos, consolidando a centralização como um modelo eficaz de organização arquivística. No entanto, o acesso aos arquivos permaneceu controlado por monarcas e instituições religiosas, revelando a complexa relação entre poder, custódia e acesso à informação na história dos arquivos.

A concepção moderna de espaço também influenciou a noção de ordem e hierarquia na Arquivologia, elementos fundamentais para a configuração da descrição arquivística. A transição para a era moderna trouxe a necessidade de sistemas físicos e intelectuais de organização que permitissem a localização e a recuperação eficientes dos documentos. A ordem dos arquivos não era apenas uma questão de arranjo conceitual, mas de uma organização física concreta, onde a disposição espacial dos documentos se tornou essencial.

Friedrich (2018) afirma que o desenvolvimento da cultura da escrita gerou a necessidade de criar objetos físicos, como páginas e livros, para registrar ideias e informações, vinculando a existência dos arquivos modernos a uma dimensão espacial. Na era moderna, a recuperação de conhecimento armazenado dependia de sua localização e organização física, onde a ordem do conhecimento equivalia à disposição dos objetos no espaço. A ênfase na dimensão física guiou a prática arquivística, tornando o espaço fundamental para a organização dos documentos.

Brothman (1991) defende que os arquivos sempre foram desafiados a impor ordem ao espaço em que habitam. Colocar as coisas em seus devidos lugares, ou seja, distribuir

artefatos no espaço, é uma noção elementar do fazer arquivístico. Essa ordem pode ser física, como a arrumação de papéis, mapas e fotografias, ou intelectual, como o arranjo de acordo com princípios metodológicos. A transição para a modernidade solidificou o ideal de ordem como um postulado arquivístico central, essencial para a organização e acessibilidade dos arquivos.

A noção de hierarquia também foi profundamente influenciada pelas estruturas organizacionais e burocráticas modernas. O modelo burocrático do século XIX, com sua ênfase na hierarquia e na cadeia de comando, moldou diretamente as práticas de arranjo e descrição arquivísticas. A hierarquia, como estrutura mono-hierárquica, tornou-se uma característica central das organizações burocráticas e refletiu-se na organização dos arquivos, onde a descrição arquivística passou a representar o arranjo dos documentos de maneira hierárquica e linear, facilitando a acessibilidade e preservando o contexto original dos registros.

A análise funcional desenvolvida por Schellenberg (1956) e o modelo de arranjo arquivístico proposto por Oliver Wendell Holmes consolidaram a hierarquia como um princípio fundamental na organização dos arquivos. A descrição arquivística, estruturada em níveis hierárquicos, garante que a informação descritiva seja apresentada de forma progressiva, do geral ao específico, preservando o contexto e a integridade dos documentos.

Por fim, a consolidação do conceito de fundo e a hierarquia de níveis estabelecida em normas de descrição, como a ISAD(G), reafirmam a importância da ordem e da hierarquia na organização dos arquivos. Esses princípios, derivados da concepção moderna de espaço, influenciaram profundamente a formação do pensamento arquivístico, estabelecendo a ordem e a hierarquia como elementos centrais e indispensáveis na organização e interpretação dos arquivos.

A análise apresentada evidencia como a concepção moderna de espaço, juntamente com os ideais de ordem e hierarquia, moldou profundamente a teoria e a prática arquivística. O espaço, mais do que um simples local de armazenamento, tornou-se um elemento legitimador da autenticidade documental, enquanto a ordem e a hierarquia emergiram como princípios centrais na organização dos arquivos. A transição para a era moderna trouxe a necessidade de sistemas organizacionais que não apenas garantissem a preservação e a autenticidade dos documentos, mas também facilitassem sua acessibilidade. Dessa forma, a descrição arquivística, conforme praticada na modernidade, reflete esses ideais ao buscar organizar e representar o conhecimento arquivístico de maneira estruturada e coerente com as exigências do contexto moderno. A ordem, a hierarquia e o espaço, portanto, continuam a ser elementos indispensáveis na interpretação e na organização dos arquivos, evidenciando a influência duradoura dos ideais da modernidade na Arquivologia.

A COMPLEXA DINÂMICA ESPAÇO-TEMPORAL DA CONTEMPORANEIDADE

A contemporaneidade caracteriza-se por uma relação singular com o espaço e tempo, marcada por dissociações e anacronismos que desafiam concepções tradicionais. No século XX, transformações significativas sob o capitalismo reestruturaram trabalho, política, economia e cultura, refletidas nas construções modernas de ciência e Estado, exploradas por teóricos como Gilles Lipovetsky, Zygmunt Bauman e Jean-François Lyotard.

Lipovetsky (1944-) introduz o conceito de "hipermodernidade", Bauman (1925-2017) discute a "modernidade líquida" e Lyotard (1924-1998) aborda a "pós-modernidade". Estas teorias destacam a transição da solidez para a liquidez, marcada pela incerteza e instabilidade socioeconômica. Bauman (1999) argumenta que a modernidade enfrenta a inexequibilidade de seu projeto original, com a categorização científica contribuindo para desastres sociais e ambientais. Lyotard (1984) é referência no estudo da pós-modernidade, destacando o fracasso da concepção moderna de verdade e o declínio das metanarrativas. Morin (2011) corrobora essa visão, criticando o conhecimento científico simplificador e propondo o pensamento complexo para lidar com a incerteza e complexidade contemporânea.

A modernidade, conforme Bauman (1999), fundamenta-se na busca incessante pela ordem, desafiada pela ambivalência das práticas sociais. Morin (2011) defende a integração da incerteza no pensamento. A metáfora da modernidade líquida de Bauman ajuda a entender mudanças sociais recentes, com ênfase na impermanência e flexibilidade.

A transição para o século XXI caracteriza-se pela "compressão do tempo-espaço" (Harvey, 2017), resultando em uma circulação social rápida que encurta distâncias e imediatiza serviços e comunicações. Giddens (1991) destaca a importância das dimensões de espaço e tempo na teoria da estruturação, transformando as relações sociais. Santos (1994) reforça a padronização das técnicas e a unificação do tempo e do espaço. Bauman (1999) utiliza a metáfora do software para descrever a modernidade líquida, onde a relevância do espaço físico diminui devido à instantaneidade da comunicação. Virilio (1993) discute a desvalorização do tempo absoluto, com a instantaneidade fragmentando a cronologia tradicional. Bergson (2006) introduz a noção de "duração", enfatizando a experiência pessoal do tempo. Deleuze (1999) expande essa ideia, propondo um tempo caracterizado por "saltos, acelerações, rupturas e diminuições de velocidades". Levy (2011) aborda o espaço virtual, onde o virtual, embora sem lugar físico, gera efeitos reais.

A relação entre Estado e cidadão se transforma, com a cidadania ativa emergindo como forma influente de participação política. A sociedade da informação redefine as relações de poder, com a tecnologia facilitando o intercâmbio global de informações e a formação de comunidades virtuais.

A transição do entendimento do tempo, desde a percepção cíclica na Grécia Antiga até a linearidade cristã e o tempo moderno objetificado, ilustra como essas noções foram reconfiguradas em resposta a mudanças culturais, científicas e econômicas. As contribuições de Einstein introduziram a relatividade, desafiando concepções newtonianas.

Na contemporaneidade, marcada pela aceleração frenética e compressão espaço-temporal, teóricos como Harvey (2017) e Giddens (1991) articulam a reorganização dos ritmos espaciais e temporais sob o capitalismo, desafiando noções tradicionais de distância e duração. A condição pós-moderna de Lipovetsky (2004) reflete uma "destemporalização", com a era da ubiquidade e instantaneidade desafiando concepções tradicionais.

Simultaneamente, nossa apreciação revelou uma transformação profunda na percepção do espaço. A visão de Foucault (2001) do espaço como historicamente determinado e a concepção tripartite de Harvey (2012) demonstram a diversidade de experiências espaciais. A ideia do "espaço de fluxos" de Castells (2020) reconfigura tanto o espaço quanto o tempo, levando à noção de "tempo intemporal".

Em suma, a contemporaneidade testemunha uma transformação profunda nas concepções de espaço e tempo. O espaço, antes estático, torna-se fluido e dinâmico, influenciado por tecnologias e redes de comunicação. O tempo, antes ordenado, agora é um campo de possibilidades dinâmicas. Esta transformação exige uma reavaliação contínua das estruturas sociais, políticas e econômicas para se adaptar a um mundo interconectado e em constante mudança.

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS SOBRE A DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA

Na contemporaneidade, a globalização e a transformação digital introduzem uma nova dinâmica espaço-temporal que desafia as bases teóricas e epistemológicas estabelecidas pela modernidade. A ordem e a proveniência, como princípios organizativos, têm garantido a coesão e contextualização dos documentos ao longo do tempo, mas agora precisam de abordagens mais flexíveis e contextuais. A visão moderna do espaço, objetiva e quantificável, tornou-se fundamental para a interpretação cotidiana dos arquivos (Wertheim, 2001). No entanto, a organização física e lógica dos documentos, ancorada em estruturas rígidas, está sendo reavaliada para capturar a complexidade e dinâmica dos documentos. A concepção espacial moderna reformulou o espaço na física, destacando a importância de acessar documentos com precisão (Marques, 2011; Cook, 1997).

A descrição arquivística tradicional, pautada no princípio da proveniência e na manutenção da ordem original, tem sido um pilar central da prática arquivística. No entanto, essa abordagem está sendo desafiada por novos contextos tecnológicos e sociais que demandam maior flexibilidade e uma reavaliação dos conceitos de proveniência e ordem. Trace (2020) observa que a organização de documentos reflete as intenções subjetivas dos agentes envolvidos, sugerindo que a ordem nos arquivos é uma construção

social e não uma manifestação natural e objetiva. Brothman (1991) vai além, argumentando que a ordem nos arquivos resulta de práticas de agrupamento que muitas vezes obscurecem a complexidade inerente dos documentos.

Gilliland (2017a) critica a busca por uma ordem fixa que não leva em conta a natureza dinâmica da gestão de documentos e a existência de múltiplos contextos para os documentos. Essa crítica reflete uma tendência mais ampla na arquivologia contemporânea de questionar as abordagens tradicionais e buscar métodos que possam acomodar as complexidades dos documentos digitais e as novas demandas de acessibilidade e interoperabilidade. McKemmish (2017) defende uma abordagem integrada, onde a descrição vincula metadados autoritativos desde a criação dos documentos, promovendo uma visão mais holística e dinâmica do processo de descrição. O *records continuum*, uma perspectiva que reconhece a interconexão dos processos de gestão de documentos ao longo do tempo, propõe uma ruptura com a visão linear e estática da descrição arquivística, sugerindo uma abordagem contínua e adaptativa (McKemmish et al., 1999).

A influência das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) na natureza dos arquivos é central nessa transformação. As TICs estão redefinindo a descrição arquivística, movendo-a para além das tradicionais estruturas hierárquicas e adotando abordagens mais alinhadas com as percepções contemporâneas de espaço e tempo. Este avanço reflete a crescente importância do ciberespaço e de estruturas de dados mais flexíveis e adaptáveis na gestão de arquivos. Trace (2020) destaca que arquivistas contemporâneos começaram a adotar modelos de dados que integram conceitos tradicionais com uma nova ênfase na flexibilidade e na interconexão, permitindo uma adaptação melhor às realidades contemporâneas, onde a não-linearidade e a interdependência são fundamentais.

Uma das abordagens mais inovadoras é a descrição arquivística multidimensional, que utiliza modelos de rede e de grafos para capturar as complexas inter-relações e contextos dos documentos. Thibodeau (2016) propõe que a perspectiva rizomática, baseada na Linguística Sistêmico-Funcional (LSF) e na teoria dos grafos, oferece uma ferramenta poderosa para entender as relações entre documentos, agentes e atividades, proporcionando uma visão mais dinâmica e interconectada dos arquivos. A teoria dos grafos, em particular, liberta a descrição arquivística das limitações de um esquema hierárquico rígido, permitindo uma análise mais rica e complexa das inter-relações entre os documentos.

O modelo de descrição arquivística *Records in Contexts* (RiC), desenvolvido pelo International Council on Archives (ICA), é um exemplo de como a percepção contemporânea de espaço e tempo está sendo incorporada na prática arquivística. O RiC-CM (*Records in Contexts - Conceptual Model*) adota uma abordagem multidimensional, acomodando tanto a descrição tradicional quanto novas possibilidades oferecidas pelas TICs. Esse modelo permite descrever conjuntos de documentos com procedências

complexas, usando várias relações entre recursos documentais e agentes ou atividades, refletindo a complexidade e a interconectividade dos arquivos no mundo contemporâneo (ICA, 2023).

A introdução do RiC e sua aplicação prática mostram que a descrição arquivística está se adaptando às novas realidades tecnológicas, permitindo uma maior flexibilidade e uma compreensão mais rica das inter-relações entre documentos. Isso é particularmente relevante no contexto da globalização e da transformação digital, onde os documentos são frequentemente interconectados de maneiras que desafiam as abordagens tradicionais de organização e descrição.

Além disso, Cook (1993) destaca que a transição da era da custódia para uma era pós-custodial na arquivologia implica uma mudança de foco, da curadoria de objetos físicos para a compreensão das inter-relações conceituais entre estruturas criadoras, suas funções, sistemas de informação e os documentos resultantes. Essa abordagem pós-custodial é facilitada pelas TICs, que permitem uma gestão mais eficiente e flexível dos documentos digitais, desestabilizando as camadas intermediárias tradicionais e promovendo uma visão mais integrada e dinâmica dos arquivos.

Sousa e Araújo Júnior (2019) observam que a recuperação de documentos digitais em sistemas automatizados oferece muito mais opções do que os métodos manuais antigos. Eles apontam que a familiaridade dos usuários com motores de busca, como o Google, tem gerado novas expectativas de comportamento informacional, levando a uma demanda por desempenhos comparáveis em sistemas de informação arquivística. A lógica de indexação por assuntos, essencial para a recuperação de informações, pode ser enriquecida com metadados, proporcionando uma visão multidimensional dos documentos e facilitando o acesso e a compreensão deles.

A perspectiva rizomática de representação da informação, como proposta por Thibodeau (2016), exemplifica essa nova abordagem. Utilizando conceitos da LSF e da teoria dos grafos, essa perspectiva permite uma análise mais profunda e uma representação mais precisa das inter-relações nos documentos arquivísticos. A teoria dos grafos, em particular, oferece uma estrutura flexível e poderosa para a análise e visualização das relações entre documentos, agentes e atividades, permitindo uma compreensão mais rica e integrada dos arquivos no contexto digital.

Em conclusão, as abordagens contemporâneas sobre a descrição arquivística refletem uma evolução significativa em resposta às demandas de um mundo digital e interconectado. A flexibilidade, a inovação e uma compreensão mais ampla e integrada são fundamentais para capturar a complexidade e as múltiplas inter-relações dos documentos no contexto contemporâneo. A descrição arquivística multidimensional, baseada em modelos de rede e de grafos, representa uma solução avançada que permite uma

representação mais precisa e dinâmica dos documentos, alinhada às novas exigências tecnológicas e às realidades multifacetadas dos arquivos na era digital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa investigação aborda a inter-relação entre a concepção espacial moderna, a dinâmica espaço-temporal contemporânea e as novas abordagens de descrição arquivística, elucidando as transformações no campo arquivístico.

Inicialmente, exploramos como a concepção espacial moderna, fundamentada em uma visão objetiva e tridimensional do espaço, moldou as práticas arquivísticas. Durante a modernidade, a percepção do espaço como elemento ordenado foi crucial para a organização física e lógica dos documentos de arquivo. Filósofos e cientistas da era moderna, como Galileu, Descartes e Newton, reformularam o espaço na física moderna, influenciando a arquivologia.

Contudo, observamos que essas concepções tradicionais estão sendo reavaliadas. A transição de uma visão estática para uma abordagem mais fluida é evidente. A descrição arquivística contemporânea move-se além das estruturas hierárquicas tradicionais, incorporando a complexidade e dinâmica dos documentos. A reavaliação das noções de ordem e proveniência reflete as intenções e percepções dos agentes envolvidos, desafiando a neutralidade na ordenação arquivística.

Em seguida, focamos na dinâmica espaço-temporal contemporânea e sua influência na descrição arquivística. As Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) transformaram a natureza dos arquivos, facilitando a transição de uma entidade física e hierárquica para uma mais alinhada com as percepções contemporâneas de espaço e tempo. As TICs permitiram a adoção de modelos de dados mais flexíveis, refletindo a interconexão e fluidez do ciberespaço. A era digital introduziu uma nova dinâmica, onde a não-linearidade e interdependência são fundamentais na organização de documentos.

A descrição arquivística, tradicionalmente realizada após o arquivamento, agora se integra ao longo de todo o ciclo vital dos documentos. A abordagem pautada no *records continuum* promove uma visão holística e dinâmica da descrição, reconhecendo a importância dos metadados e a interconexão dos processos de gestão ao longo do tempo.

Por fim, destacamos as novas abordagens de descrição arquivística na contemporaneidade. Discutimos a transição para práticas integradas e contínuas, inspiradas no *records continuum*. As TICs redefinem a descrição arquivística, movendo-se além das estruturas hierárquicas tradicionais. A influência das TICs é central para entender a transição para uma era pós-custodial, onde a compreensão das inter-relações conceituais supera a curadoria de objetos físicos.

Abordamos a descrição arquivística multidimensional, exemplificada pelo modelo RiC, que utiliza modelos de rede e grafos para capturar as complexas inter-relações dos

documentos. Este modelo oferece uma estrutura mais adaptável, refletindo a realidade multifacetada dos documentos no mundo contemporâneo, promovendo uma visão interconectada e dinâmica dos arquivos.

Em suma, nossa pesquisa revela que a descrição arquivística está evoluindo para uma abordagem mais flexível e adaptável, capturando a complexidade dos documentos em um mundo em constante transformação. A adoção de novas abordagens, como a descrição multidimensional e o uso de modelos de grafos, oferece uma base sólida para a prática arquivística, lidando com dados complexos e heterogêneos. Este avanço é essencial para uma compreensão mais rica e dinâmica dos arquivos, contribuindo para uma apreciação mais profunda do desenvolvimento e função social da descrição arquivística.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Z. **Modernidade e Ambivalência**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BEARMAN, D. A.; LYTLE, R. H. The power of the principle of provenance. **Archivaria**, n. 21, p. 14-27, 1985.

BERGSON, H. **Duração e simultaneidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BROTHMAN, B. Orders of value: Probing the theoretical terms of archival practice. **Archivaria**, n. 32, p. 78-100, 1991.

CAVAILLÉ, J.-P. **Descartes et la philosophie naturelle**. Paris: Presses Universitaires de France, 1996.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. Tradução de Roneide Venancio Majer. 22. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2020.

COOK, T. What is past is prologue: a history of archival ideas since 1898, and the future paradigm shift. **Archivaria**, n. 43, p. 17–63, 1997.

CROSBY, A. W. **A medida da realidade**: a quantificação e a sociedade ocidental, 1250-1600. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

CUNNINGHAM, A. Peter J. Scott and the Australian series system: main features and historical context. In: INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES CONGRESS, 2012, Brisbane. Peter J. Scott and the Australian series system: it's origins, features, rationale, impact and continuing relevance.

DELEUZE, G. **Bergsonismo**. São Paulo: Editora 34, 1999.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil Platôs**: capitalismo e esquizofrenia. Volume 1. São Paulo: Editora 34, 1996.

DERRIDA, J. **Mal de arquivo**: uma impressão freudiana. Campinas: Papirus, 2001.

DURANTI, L. **Archive as a place**. Archives & Social Studies: A Journal of Interdisciplinary Research, v. 1, p. 445-466, 2007.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FRIEDRICH, M. **The Birth of the Archive**: A History of Knowledge. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2018.

GIDDENS, A. **As Consequências da Modernidade**. São Paulo: Editora Unesp, 1991.

GILLILAND, A. J. Neutrality, social justice and the obligations of archival education and educators in the twenty-first century. **Archival science**, v. 11, n. 3, p. 193-209, 2011.

HARVEY, D. **Condição Pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2017.

INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. **Records in Contexts**: Conceptual Model. Version 1.0, 2023.

JAMMER, M. **Conceitos de espaço**: a história das teorias do espaço na Física. Rio de Janeiro: Editora PUC Rio, 2010.

JENKINSON, H. **A manual of archive administration**. 2. ed. London: Percy Lund Humphries & Co. Ltd., 1937.

KOYRÉ, A. **Do mundo fechado ao universo infinito**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

LÉVY, P. **Cibercultura**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1999.

LIPOVETSKY, G. **Os tempos hipermodernos**. São Paulo: Barcarolla, 2004.

LOPES, J. L. Tempo = espaço = matéria. In: NOVAES, A. (org.). **Tempo e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 167-175.

MARQUES, A. A. da C. Interlocuções entre a arquivologia nacional e a internacional no delineamento da disciplina no Brasil. 2011. 399 f. Tese (doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, 2011.

MCKEMMISH, S. Recordkeeping in the Continuum. In: GILLILAND, A. J.; MCKEMMISH, S.; LAU, A. J. (ed.). **Research in the archival multiverse**. Clayton, Victoria: Monash University Publishing, 2017.

MORIN, E. **O método 5**: a humanidade da humanidade. Porto Alegre: Sulina, 2002.

ROSA, H. **Aceleração**: a transformação das estruturas temporais na modernidade. São Paulo: Editora Unesp, 2019.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.

SCHMIDT, C. M. dos S. Arquivologia e a construção do seu objeto científico: concepções trajetórias contextualizações. 2012. 320 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SCHELLENBERG, T. R. **Modern archives**: principles and techniques. Chicago: University of Chicago Press, 1956.

SOUSA, R. T. B.; ARAÚJO JÚNIOR, R. H. Considerações sobre a classificação e descrição de documentos de arquivo no contexto do ambiente tecnológico e social. **Ciência da Informação**, v. 48, n. 2, 2019.

THIBODEAU, K. Breaking down the invisible wall to enrich archival science and practice. In: IEEE INTERNATIONAL CONFERENCE ON BIG DATA (BIG DATA), 2016, Washington DC. Papers [...]. Washington DC: IEEE, 2016.

THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna**. Petrópolis: Vozes, 1995.

TRACE, C. B. Archival arrangement. In: DURANTI, L.; FRANKS, P. (ed.). **Encyclopedia of Archival Science**. Lanham: Rowman & Littlefield, p. 21-24, 2015.

VIRILIO, P. **O espaço crítico**. São Paulo: Editora 34, 1993.

WERTHEIM, M. **Uma história do Espaço**: de Dante à Internet. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

WERNER, M.; ZIMMERMANN, B. Pensar a História Cruzada: entre a empiria e a reflexividade. **Textos de História**, Brasília, v. 11, n. 1/2, 2003.

A NOÇÃO DE ONTOGÊNESE DOCUMENTAL E O CONTEXTOS DE PRODUÇÃO DE DOCUMENTOS NATO DIGITAIS

THE NOTION OF ONTOGENESIS OF RECORDS AS PART OF THE PRODUCTION CONTEXT OF BORN DIGITAL RECORDS

Julianne Teixeira e Silva
Universidade Federal da Paraíba

Daniel Pericles Santos Canuto
Universidade Federal da Paraíba

Rosa Zuleide Lima de Brito
Universidade Federal da Paraíba

Resumo

Este trabalho tem como objetivo apresentar a noção de ontogênese documental, termo cunhado no decorrer de pesquisas sobre a gênese de documentos nato digitais, desenvolvidas pelo grupo de pesquisa em Estudos Arquivísticos em Documentos e Registros Digitais (EADRD) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), cujas pesquisas em andamento tentam responder como os documentos nato digitais são criados, no âmbito dos sistemas de negócios. A metodologia utilizada pelo grupo de estudos, consiste em em duas frentes de pesquisa, desenvolvidas concomitantemente, sendo uma frente de trabalho de natureza teórica, com abordagem qualitativa, fundamentada no pensamento complexo de Edgar Morin (2013, 2020, 2023), com o uso de Revisão de Literatura de Escopo, Peters (2020) e seguindo o protocolo do Instituto Joanna Briggs. Os dados das revisões de escopo estão sendo analisados com a técnica da Revisão Temática Reflexiva de acordo com as autoras Braun e Clarke (2019 e 2021). A outra frente de investigação tem um caráter aplicado, partindo dos elementos relacionados à gênese documental, coletados na revisão de literatura, os quais estão em fase de análise para integrarem como requisitos do sistema de Ontogênese.

O sistema vem sendo desenvolvido a partir do *framework* Django, com uso de linguagem em Python realizando o povoamento de dados para testes de validação. Tais estudos enfocam os contextos de produção desses documentos, incluindo aspectos jurídico-administrativos, de proveniência, processuais, documentais e tecnológicos, destacando a importância da transparência e da proveniência para a confiança nos documentos digitais. Atualmente o grupo de estudos busca desenvolver uma infraestrutura tecnológica que apoie a geração e a preservação adequadas desses documentos, fortalecendo o papel dos arquivistas na governança de dados arquivísticos em sistemas informatizados.

Palavras-Chave: Ontogênese documental; Documentos nato-digitais; Produção documental; Sistemas de negócio

Abstract

This paper aims to present the notion of records ontogenesis, a term coined in the course of research into the genesis of born-digital records, developed by the research group in Estudos Arquivísticos em Documentos e Registros Digitais (EADRD) at the Universidade Federal da Paraíba (UFPB), whose ongoing research attempts to answer how born-digital documents are created in the context of business systems. The methodology used by the study group consists of two research fronts, developed concurrently, one of which is of a theoretical nature, with a qualitative approach, based on the complex thinking of Edgar Morin (2013, 2020, 2023), with the use of a Scoping Literature Review, Peters (2020) and following the protocol of the Joanna Briggs Institute. The data from the scoping reviews is being analyzed using the Reflective Thematic Review technique according to authors Braun and Clarke (2019 and 2021). The other research front is of an applied nature, starting from the elements related to documentary genesis, collected in the literature review, which are being analyzed to be integrated as requirements of the Ontogenesis system. The system is being developed using the Django framework, using Python language to populate data for validation tests. These studies focus on the contexts in which these documents are produced, including legal-administrative, provenance, procedural, documentary and technological aspects, highlighting the importance of transparency and provenance for trust in digital documents. The study group is currently seeking to develop a technological infrastructure that supports the proper generation and preservation

of these records, strengthening the role of archivists in the governance of archival data in computerized systems.

Keywords: Document ontogenesis; Born digital records; Document creation processes; Business systems

INTRODUÇÃO

Com a popularização e uso massivo de documentos digitais, após a pandemia de Covid 19, houve a necessidade de ampliar o escopo das pesquisas e a implementação de boas práticas arquivísticas a esse respeito. Sob este aspecto, cabe destacar o pensamento de Yeo (2013, p.226), que ao analisar o contexto de produção e as questões de confiabilidade e transparência, diz que, o arquivista profissional e os arquivos ainda têm papéis fundamentais a desempenhar na garantia da confiança dos documentos no entorno digital (tradução nossa).

Seguindo a premissa da importância do contexto de produção dos documentos nato digitais, surgem algumas indagações: como são criados os documentos nato digitais no ambiente dos sistemas de negócios? Este ambiente de criação lhes confere a confiabilidade necessária?

Este trabalho tem como objetivo apresentar a noção de ontogênese documental, termo cunhado no decorrer de pesquisas sobre a gênese de documentos nato digitais, desenvolvidas pelo grupo de pesquisa em Estudos Arquivísticos em Documentos e Registros Digitais (EADRD) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), cujas pesquisas em andamento tentam responder ao questionamento acima.

Os estudos do Grupo de pesquisa, estão direcionados ao desenvolvimento de metodologias orientadas ao gerenciamento de documentos arquivísticos nato digitais, no âmbito dos sistemas de negócios, inclusive SIGADs, desde sua gênese até a preservação digital, os resultados apresentados são parciais pois, as investigações ainda estão em andamento. Contudo já é possível apresentar alguns achados das pesquisas, dentre eles está a noção de Ontogênese Documental, sendo essa uma abordagem que defende que, os documentos nato-digitais devem ser gerenciados antes mesmo de serem criados.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

As investigações seguem em duas frentes de pesquisa, desenvolvidas concomitantemente. Uma frente de trabalho possui natureza teórica, com abordagem qualitativa,

fundamentada no pensamento complexo de Edgar Morin (2013, 2020, 2023), com o uso de Revisão de Literatura de Escopo, Peters (2020) e seguindo o protocolo do Instituto Joanna Briggs. Os dados das revisões de escopo estão sendo analisados com a técnica da Revisão Temática Reflexiva de acordo com as autoras Braun e Clarke (2019 e 2021).

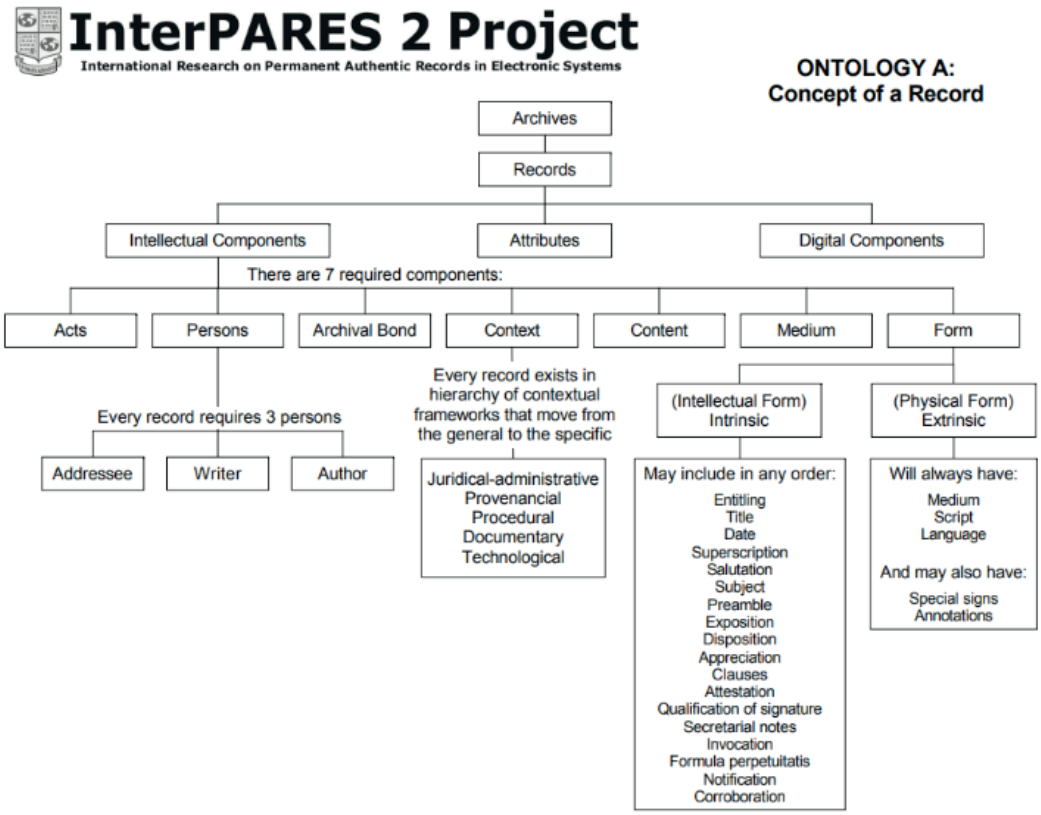
A outra frente de investigação tem um caráter aplicado, partindo dos elementos relacionados à gênese documental, coletados na revisão de literatura, os quais estão em fase de análise para integrarem como requisitos no Sistema de Ontogênese Documental. O sistema vem sendo desenvolvido a partir do *framework* Django, com uso de linguagem em Python realizando o povoamento de dados para testes de validação.

CONTEXTOS DE PRODUÇÃO DE DOCUMENTOS NATO DIGITAIS

Considerando o âmbito organizacional, o documento arquivístico nato-digital é aquele gerado, processado, mantido e acessado em ambientes de tecnologias digitais da informação e comunicação, no curso das atividades de uma organização.
Sob este estatuto é necessário salientar o teor das pesquisas realizadas pelo *"International Research on Permanent Authentic Records in Electronic Systems"*, (Projeto InterPARES), criado pela professora Luciana Duranti, da Britsh Columbia University, as quais estão relacionadas aos aspectos legais e diplomáticos dos documentos arquivísticos digitais, seja na criação, gestão e preservação ao longo do tempo.

No que diz respeito aos componentes de documentos arquivísticos digitais, as pesquisas do Interpares apontam que a fase de criação destes, está circunscrita em cinco contextos: jurídico-administrativo, de proveniência, processual, documental e tecnológico. Estes contextos corroboram com a identificação dos atributos ou componentes intelectuais relacionados ao conceito de documento arquivístico. O que pode ser observado na figura 1, representação da Ontologia sobre o conceito de um documento.

Figura 1: Ontologia Interpares sobre Conceito de Documento Arquivístico Digital



Fonte: Interpares 2 (2007)

Os contextos são ambientes em que, segundo o Conselho Nacional de Arquivos (2020), ocorre a ação registrada no documento. Na análise do contexto de um documento arquivístico, "o foco deixa de ser o documento em si e passa a abranger toda a estrutura que o envolve, ou seja, seu contexto documental, jurídico-administrativo, de procedimentos, de proveniência, documental e tecnológico".

Schmidt (2024, p.70), explicita que o Contexto Jurídico-Administrativo situa-se no conjunto das leis e normas externas à instituição produtora de documentos. O Contexto Procedimental refere-se ao conjunto de normas internas que regulam a produção, tramitação, uso e arquivamento dos documentos da instituição, o Contexto Documental está atrelado aos instrumentos de gestão como o Código de classificação, guias e índices. O Contexto Tecnológico remete ao ambiente tecnológico que envolve o documento - hardware, software e padrões, e o Contexto de Proveniência refere-se ao vínculo institucional e sua estrutura orgânico-funcional, os quais identificam a instituição produtora de documentos.

Yeo (2013) tece argumentos relevantes sobre o contexto de produção de documentos no mundo digital, Segundo o autor, é onde a informação é facilmente replicada e recontextualizada, desse modo a confiança em em documentos digitais depende da transparência, ou seja, da visibilidade de sua origem e contexto.

Para Yeo (2013) a proveniência é um fator crucial para estabelecer a confiabilidade dos digitais. O texto defende que a transparência do contexto de produção é um mecanismo de confiança em recursos digitais. A capacidade de rastrear a origem e o contexto de um documento oferece aos usuários um nível de confiança que antes era atribuído à suposta objetividade de fontes tradicionais.

A NOÇÃO DE ONTOGÊNESE DE DOCUMENTOS NATO DIGITAIS

Os estudos do grupo de pesquisa EADRD sobre a gênese de documentos nato digitais em sistemas informatizados desencadeou uma série de discussões envolvendo, diferentes fundamentos, teorias e boas práticas arquivísticas, dentre eles estão o princípio da proveniência, a análise das tipologias documentais, classificação arquivística, as normas ISO para gestão de documentos, os estudos do Projeto Interpares. Estes enfoques levaram ao desenvolvimento de pesquisas específicas para saber como estes fundamentos de caráter teórico-metodológicas corroboram ou divergem na elaboração de um escopo teórico que fundamente a noção de **Ontogênese Documental**, a qual terá destaque neste trabalho.

De maneira sucinta essa abordagem defende que os documentos nato-digitais devem ser gerenciados antes mesmo de serem criados, por meio de um conjunto de recursos, procedimentos, metadados, informações e dados relacionados à sua identidade e seu contexto de produção.

A palavra Ontogênese, muito utilizada no campo das ciências biológicas, vem do grego *on, ontos* que significa "ser" e gênese deriva do grego *génesis* que significa origem, geração. A ontogênese refere-se, então, à criação do ser; seu desenvolvimento. Segundo Japiassú e Marcondes (1996, p.200), o princípio da ontogênese (ligado à biologia) foi formulado em 1628 pelo médico inglês William Harvey. A ontogênese "diz respeito ao desenvolvimento do organismo individual a partir do ovo até o estado adulto".

Numa alusão à produção dos documentos, o contexto das tecnologias digitais suscitam que haja um planejamento de forma criteriosa dos elementos de identidade e do contexto de produção desses documentos, antes mesmo que sejam criados. Deste modo é premente a preparação de uma infraestrutura (software) com conjunto de dados, requisitos, paradados, informações e metadados, que subsidiem a gênese de documentos arquivísticos melhor consubstanciados para cumprir sua função tendo elementos suficientes e necessários à confiabilidade de seu *continuum* documental. Esta infraestrutura deve anteceder a criação dos documentos arquivísticos digitais, no sentido de registrar as evidências de

seu contexto de produção, o que corroborará nas questões relativas à confiabilidade nas etapas posteriores de seu continuum, a exemplo da tramitação, uso até a preservação, visto que o documento digital é uma unidade dúctil, móvel e complexa, não há como engessar uma informação que se expande.

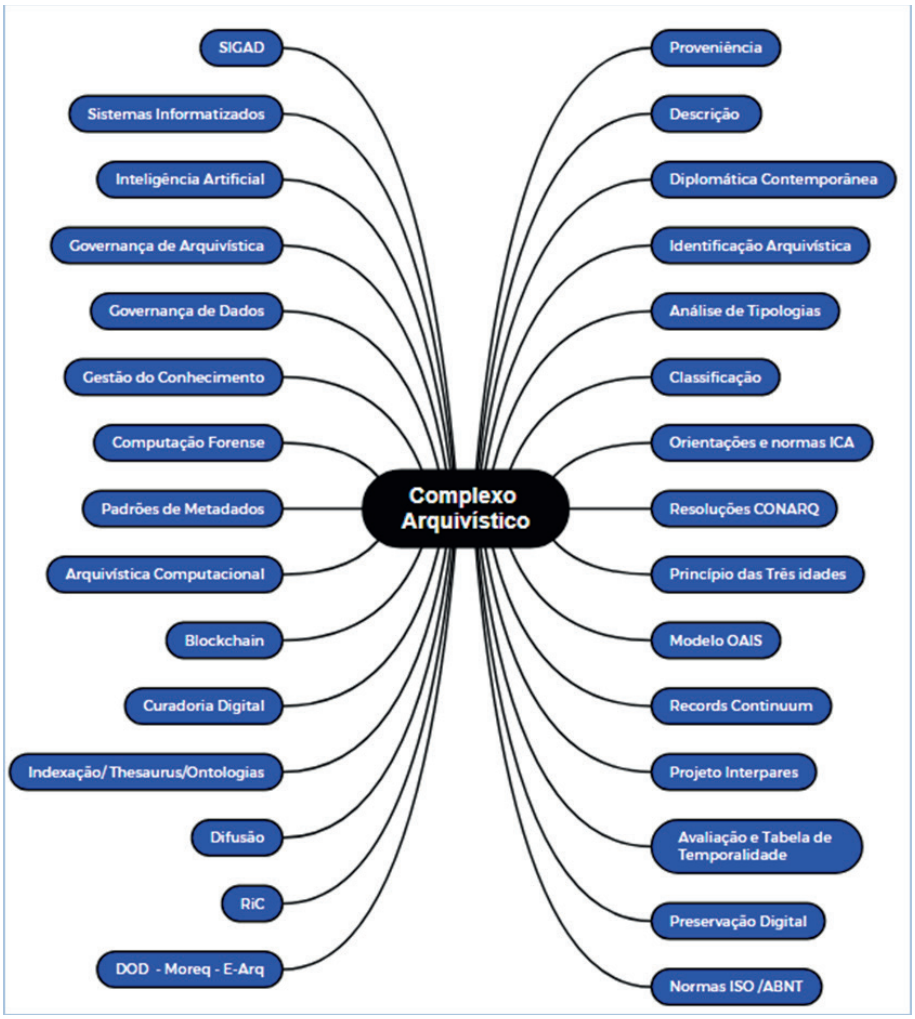
A ontogênese documental é uma noção teórica basilar para nortear a criação de documentos arquivísticos nato digitais, devidamente consubstanciados, em sistemas informatizados.

Desse modo é possível afirmar que a perspectiva da ontogênese documental insere o arquivista como curador e gestor de dados arquivísticos nos contextos dos sistemas informatizados institucionais. Essa nova possibilidade de atuação profissional é imprescindível para a governança e gestão de dados, bem como para a governança arquivística como um todo.

RESULTADOS PARCIAIS

Os resultados parciais apontam para a necessidade, no âmbito dos documentos nato digitais, da preparação de uma infraestrutura tecnológica de ontogênese documental, a qual deve ser planejada considerando, ao máximo possível, a complexidade das perspectivas arquivísticas e de áreas correlatas, disponíveis na sociedade (figura 2), como por exemplo, os estudos sobre diplomática contemporânea, Projeto Interpares, normas ISO para gestão de documentos, princípio da proveniência, classificação arquivística, *Records Continuum,* normas de descrição, modelos e requisitos de metadados, estudos e normas sobre preservação digital, dentre outros estudos, normas e boas práticas arquivísticas. Além das especificidades do campo arquivístico, também é necessário observar pesquisas, soluções e práticas de áreas correlatas às quais, a título de exemplo, podemos citar *blockchain*, curadoria digital, computação forense, gestão do conhecimento, inteligência artificial, governança de dados, dentre outras perspectivas, que impactam direta ou indiretamente o continuum dos documentos arquivísticos digitais em sistemas informatizados.

Figura 2: Complexo de perspectivas e orientações de caráter arquivístico e correlatos, que impactam (direta ou indiretamente) a gênese de documentos arquivísticos nato digitais



Fonte: Dados da pesquisa. 2023.

Os estudos sobre a ontogênese documental, buscam compreender e inserir as orientações, quando apropriado, de cada uma dessas perspectivas arquivísticas e de áreas correlatas em seu protótipo de validação - Sistema Informatizado de Ontogênese Documental.

Vale destacar que a espinha dorsal da estrutura do sistema de ontogênese documental é a classificação arquivística. Assim sendo, seguiu-se as considerações teóricas de Sousa (2009) o qual defende que a função classificação é matricial para o que-fazer arquivístico. Os estudos sobre a Ontogênese Documental trouxeram a necessidade de pensar a classificação de documentos arquivísticos nato digitais de modo multifacetado. A Classificação Arquivística Multifacetada é também objeto de pesquisas do Grupo EADRD e será tratada e apresentada em outras publicações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ontogênese documental, proposta pelo Grupo EADRD, é uma alternativa para aprimorar a gestão e preservação de documentos "nato digital", garantindo sua validade e confiabilidade em um mundo cada vez mais digitalizado. A ontogênese prevê a gestão de documentos digitais desde sua criação, através de uma infraestrutura robusta que garante a rastreabilidade da origem e do contexto, assegurando a transparência e a confiança. Essa abordagem é crucial em um mundo onde a informação é facilmente replicada e recontextualizada, como destacado por Yeo (2013). O arquivista, como curador e gestor de dados arquivísticos, desempenha um papel estratégico nesse processo, integrando diferentes áreas do conhecimento para construir um sistema eficiente de gerenciamento de documentos digitais.

A pesquisa aqui delineada não só visa avançar nas teorias arquivísticas aplicadas aos documentos digitais, mas também reafirma o papel crucial dos arquivistas na adaptação e na liderança diante dos desafios contemporâneos de preservação e gestão documental na era digital.

REFERÊNCIAS

CLARKE, Victoria; BRAUN. **Reflecting on reflexive thematic analysis**. Qualitative Research in Sport, Exercise and Health, v. 11, n. 4, p. 589-597, 2019.

CLARKE, Victoria; BRAUN, Virginia. **Thematic analysis**: a practical guide. London: Sage Publications. 2021.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). **Glossário de documentos arquivísticos digitais**. [recurso eletrônico] / Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos. 8. versão. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2020.

INTERPARES 2. **Terminology Database**: Record ontologies. 2007. Disponível em: http://www.interpares.org/ip2/display_file.cfm?doc=ip2_ontology.pdf

JAPIASSÚ, Hilton, MARCONDES, Danilo. **Dicionário básico de filosofia.** 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1996.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. 21. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2023.

MORIN, Edgar. **Conhecimento, ignorância, mistério**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2020.

MORIN, Edgar. **O método 1:** a natureza da natureza. 3.ed. Porto Alegre: Sulina, 2013.

PETERS, M.D.J., et. al. Updated methodological guidance for the conduct of scoping reviews. **JBI Evid Synth**. 2020. out. v.18, n. 10, p. 2119-2126. https://journals.lww.com/jbisrir/Fulltext/2020/10000/Updated_methodological_guidance_for_the_conduct_of.4.aspx

SCHMIDT, Clarissa Moreira dos Santos. **Classificação em arquivos**: fundamentos e práticas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2024.

SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de. A classificação como função matricial do que fazer arquivistico. In.: INNARELLI, H.C.; SANTOS, Vanderlei Batista dos.; SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de. **Arquivística**: temas contemporâneos. Brasilia: SENAC, 2009.

YEO, Geoffrey. Trust and Context in Cyberspace. **Archives and Records**. v.34, n. 2,Oct. 2013, p.214–234. doi:10.1080/23257962.2013.825207.

EIXO 2

GESTÃO DE DADOS, DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO EM ARQUIVOLOGIA

A ELABORAÇÃO DE INVENTÁRIOS DE LEGADOS DE SERVIDORES PÚBLICOS: TRATAMENTO TÉCNICO E ACESSO

PREPARATION OF PUBLIC SERVANT LEGACY INVENTORIES: TECHNICAL TREATMENT AND ACCESS

Irany Rodrigues Barbosa
Universidade Federal de Campina Grande

Luiz Henrique Souza de Giacomo
Universidade Federal de Campina Grande

Resumo

O Assentamento Funcional Digital (AFD) foi criado em 2011 pelo Governo Federal Brasileiro com o intuito de agilizar o acesso à informação, subsidiar a tomada de decisão, resguardar os direitos e os deveres dos órgãos e entidades e de seus agentes, bem como definir os documentos necessários à composição do assentamento funcional físico e digital dos seus servidores, empregados públicos, contratados temporariamente, residentes médicos e estagiários. O presente trabalho apresenta o inventário que vem sendo realizado para todos os assentamentos funcionais de nossa IFES – a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) – diante da necessidade de acesso e controle do conjunto documental de nossa instituição.

Palavras-Chave: Assentamento Funcional Digital; Tratamento técnico; Inventário.

Abstract

O Assentamento Funcional Digital (AFD) was created in 2011 by the Brazilian Federal Government with the aim of streamlining access to information, supporting decision-making, safeguarding the rights and duties of agencies and entities and their agents, as well as defining the documents necessary for the composition of the physical and digital functional record of its civil servants, public employees, temporary contractors, medical residents and interns. This paper presents the inventory that has been carried out for all functional records of our IFES – a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) – in view of the need for access and control of the set of documents of our institution.

Keywords: Assentamento Funcional Digital. Technical treatment. Inventory.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é fruto de reflexões a partir da prática arquivística. É um produto da íntima relação entre o saber e o fazer arquivístico. Nele tratamos de aspectos da gestão arquivística desenvolvida no decorrer do tratamento técnico da documentação dos servidores de uma instituição federal de ensino superior, espaço em que desenvolvemos nossas atividades profissionais.

Nos últimos anos, observamos uma expansão do uso das tecnologias da informação no cotidiano arquivístico, provocada, sobretudo, pela transformação digital das instituições brasileiras. Contudo, apesar do serviço público estar cada vez mais digital, os setores de arquivos ainda possuem um grande legado documental em suporte papel a ser tratado da forma adequada. Isso nos coloca diante de um cenário híbrido de trabalho técnico, ou seja, ao mesmo tempo em que lidamos com grandes volumes de documentos físicos, temos que abraçar o digital e o nato digital.

Para os arquivos de gestão de pessoas, o principal projeto de transformação digital, num cenário macro e micro, é o "Projeto AFD" – projeto do Assentamento Funcional Digital. É a partir dele que trazemos nossas contribuições para o campo arquivístico. É no âmbito desse ambicioso projeto de Estado que nos inserimos e desenvolvemos nosso trabalho em cenário híbrido. Cabe dizer que, o Assentamento Funcional Digital (AFD) é a mola propulsora para a realização dos inventários dos legados[1], porém, esse

1 Conforme as normativas do AFD, legado é o "conjunto de documentos não digitais relativos à vida funcional do servidor, na forma que se encontram em cada unidade de gestão de pessoas até 30/6/2016, excluídos os

trabalho não termina em si mesmo. Há outros fatores que reforçam a necessidade desse empreendimento técnico.

A principal razão é a forma como nosso conjunto documental foi inicialmente produzido e a ausência de controle do todo no setor. Na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), as pastas funcionais – conhecidas de forma técnica como assentamentos funcionais – começaram a ser produzidas no início da década de 1970 e foram fechadas em 2016, conforme a determinação do Projeto AFD[2]. Além disso, nossa instituição nasceu a partir de um desmembramento, no início dos anos 2000, o que exigiu a transferência de documentação entre as instituições, o que possuiu suas falhas. Somado a isso, temos a falha de sistemas de protocolos de processos; o pouco controle sobre a entrada e a saída de documentos no Arquivo; a falta de padronização no momento do arquivamento de processos e documentos nos assentamentos funcionais; a desorganização interna dos documentos nas pastas. Esse contexto nos legou um conjunto de assentamentos funcionais dos quais não controlamos o interior.

Imaginem a preocupação que nos causa a necessidade de localizar e, no caso do AFD, digitalizar documentos e processos sob nossa custódia sem que saibamos o que realmente está sob nossa responsabilidade. Assim, antes de digitalizar, é fundamental organizar os documentos visando: a manutenção correta de documentos e nos assentamentos funcionais corretos; a garantia de acesso a documentos apenas a pessoas autorizadas; a preservação dos documentos sem fatores que os ponha em risco (como objetos metálicos ou acondicionamentos inadequados).

O AFD se encontra nesse contexto da transformação digital, no entato, é mais que apenas a digitalização dos documentos. É necessário frisar que ele só é bem sucedido quando inserido numa política de gestão e alvo da organização criteriosa dos documentos não digitais.

Nesse contexto que se insere nosso trabalho técnico e o objeto da presente comunicação. Falaremos da nossa estratégia de elaboração de inventários para os nossos assentamentos funcionais. Um trabalho técnico laborioso, mas essencial. A partir dele podemos estabelecer o controle dos documentos nos assentamentos funcionais, adequar os arquivamentos, garantir a recuperação dos documentos. Apenas assim poderemos realizar a digitalização do legado. E, quando digitalizados, teremos a fácil recuperação dos documentos, pois os inventários possuem uma natureza de sumário, com indicação das páginas dos documentos, o que em muito auxilia na leitura dos representantes digitais.

---

documentos médicos não previstos na tabela de documentos funcionais" (Brasil, 2018, artigo 2º).

2 BRASIL. **Portaria Normativa n.º 9, 1 de agosto de 2018**. Dispõe sobre a criação do Assentamento Funcional Digital - AFD. Portal do Servidor. Brasília, DF: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, 2018. Disponível em: http://www.servidor. gov.br/gestao-de-pessoas/assentamentofuncional- digital/ normativos. Acesso em: 13 set. 2020.

O AFD E O LEGADO EM SUPORTE DE PAPEL

De acordo com o Governo Federal, o AFD "é um repositório digital dos documentos (pastas funcionais) do servidor público federal, considerado fonte primária da informação, que substituirá a tradicional pasta funcional" (Brasil, 2018). Ele abrange "os órgãos e entidades integrantes do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal (SIPEC), e objetiva agilizar o acesso à informação, subsidiar a tomada de decisão, resguardar os direitos e os deveres dos órgãos, entidades e de seus agentes" e "será o meio de consulta ao histórico funcional a ser utilizado pelos órgãos e entidades e os arquivos que o compõem serão armazenados somente no Repositório Central, com observância das regras de segurança, armazenamento e preservação contidas no e-Arq Brasil" (Brasil, 2018). Desse modo, o AFD passa a ser, no cenário federal, o ambiente digital em que deve haver o arquivamento dos documentos referentes à vida funcional de servidores efetivos, contratados, militares, médicos residentes e estagiários. Com adesão obrigatória pelas instituições.

Seu surgimento se deu em 2011, contudo, sua efetiva operacionalização ocorreu a partir de 2015, quando passaram a ser estipulados prazos para a digitalização dos documentos em suporte papel. Um projeto ambicioso que pressupõe a alimentação do sistema SIGEPE-AFD com os documentos digitalizados existentes em suporte papel e com os nato-digitais, produzidos nos sistemas de negócio das instituições.

O AFD exige, conforme as orientações técnicas do Governo Federal[3], o desenvolvimento de muitas atividades para que ele possa ser executado com sucesso. Para os documentos em suporte papel: 1. Organização do conjunto documental; 2. Retirada de objetos metálicos e numeração de páginas; 3. Higienização dos documentos; 4. Digitalização; 5. Alimentação do Sistema AFD. Para os documentos nato-digitais: 1. Observar o Guia de Arquivamento da nossa IFES para o AFD; 2. Selecionar documentos no SEI – de acordo com a tabela de documentos AFD; 3. Alimentação do Sistema AFD.

E foi com essa compreensão que a nossa equipe técnica elaborou um instrumento em forma de inventário para auxiliar na organização, digitalização, recuperação da informação e acesso das pastas funcionais em formato de papel. As pastas funcionais ou dossiês da instituição se encontram boa parte acondicionadas em pastas suspensas em armário deslizante, outra parte em caixas-arquivo, localizadas em salas distintas, cenário bem comum nas instituições, devido a falta de espaço físico.

Mas o desafio do tratamento técnico é maior, uma vez que as pastas mais antigas (décadas de 70 em diante até 2016) encontram muita documentação avulsa e fora de uma ordem cronológica, devido a consultas constantes, além de uma cultura organizacional que produzia poucos processos e muitos formulários para atender às demandas de pessoal.

3 Disponível em: <https://www.gov.br/servidor/pt-br/acesso-a-informacao/gestao-de-pessoas/assentamento-funcional-digital/orientacoes-tecnicas>. Acesso em: 10 ago 2024.

O AFD E O TRABALHO TÉCNICO COM OS DOCUMENTOS DIGITAIS E DIGITALIZADOS

O repositório do governo federal (SIGEPE/AFD) é destinado à promoção do acesso aos órgãos de controle. Desse modo, no que toca os documentos nato-digitais, as instituições e o corpo de profissionais de arquivo e de tecnologia da informação devem promover os trabalhos necessários de gestão documental e de preservação digital, considerando a autonomia institucional, a custódia da documentação e todas as normativas vigentes para a garantia da gestão, da preservação e do acesso aos documentos de arquivo no interior dos sistemas de negócio pelo tempo que se fizer necessário – no caso dos documentos de pessoal, 100 anos, segundo o Código de Classificação das Instituições federais de ensino superior (IFES).

Sobre a digitalização – no caso, a transformação digital:

> Fica claro que a digitalização é considerada, na lei, enquanto ação que pode agilizar o acesso e o uso da informação arquivística pelo usuário em geral. Porém, ela carece de uma estrutura política coerente com as atividades fins da instituição para o seu pleno funcionamento (Salcedo; Oliveira; Santos, 2014, p.88).

O cenário do AFD foi atravessado por uma mudança de "cultura sem papel". Em nossa instituição ocorreu a partir do ano de 2018 com a implantação do Sistema Eletrônico de Informações (SEI)[4], a partir da adesão do Processo Eletrônico Nacional (PEN)[5]. Contudo, foi necessário "pensar digital" para realizar o trabalho de arquivamento, organização, conversão de formatos para driblar as limitações de sistemas e atender a novas demandas arquivísticas.

Neste sentido, o SEI trouxe celeridade aos processos administrativos, economicidade em termos de materiais de escritório e compra de licenças, mas também foi necessário investimentos em infraestrutura de hardware e software. O Arquivo de nossa IFES centralizou o trabalho técnico do legado e produção diária para um melhor controle da organização e acesso das pastas e processos digitais na inclusão no sistema SIGEPE/AFD[6]. Acreditamos que essa escolha nos dá mais poder dentro da instituição e nos permite um maior controle de tratamento técnico e arquivamento no AFD.

---

4 Sistema Eletrônico de Informações (SEI), desenvolvido pelo TRF4 e cedido por meio de Acordo de cooperação técnica para órgãos públicos Federais e demais interessados.

5 Processo Eletrônico Nacional (PEN), instituído pelo Decreto nº 8.539, 8 de outubro de 2015.

6 De acordo com o Decreto Nº 67.326, DE 05 de 05 de outubro de 1970, em seu artigo primeiro, parágrafo único, é o "Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal (SIPEC) tôdas as unidades organizacionais, de qualquer grau, incumbidas especificamente das atividades de administração de pessoal da Administração Direta e das Autarquias".

O INVENTÁRIO DOS ASSENTAMENTOS COMO PROPOSTA DE ORGANIZAÇÃO E ACESSO

Diante de uma cronologia de produção documental que perpassa uma instituição relativamente jovem, mas com um passivo da década de 1970, nos deparamos com um acervo de pastas funcionais muito diverso e bastante bagunçado. Situação que nos exige organização e controle.

Pensamos com Heloísa Bellotto quando esta expõe sobre o papel instrumental que os arquivos possuem. Em suas palavras,

> Arquivos são instrumentos, arquivos são ferramentas. Ferramentas da administração (dos órgãos públicos ou das organizações privadas); ferramentas da cidadania (dos direitos e dos deveres dos cidadãos); ferramentas do direito (fontes do exercício jurídico); ferramentas da historiografia (os documentos são os instrumentos de trabalho do historiador); tudo isso, ademais de serem instrumentos indispensáveis da ciência, da tecnologia, do dia a dia das pessoas. Arquivos são instrumentos nos quais a informação está registrada, para quem dela faça uso (Bellotto, 2014, p.179).

Também concordamos com Heloísa Bellotto quando esta aponta que

> É com este sentido, o do acesso pleno do cidadão ao universo da informação, seja a de caráter jurídico, trabalhista, militar, previdenciário, econômico, cívico, etc., tanto quanto a de caráter cultural, social, educativo e de entretenimento, que os arquivos devem se posicionar na sociedade (Bellotto, 2014, p.134, grifo nosso).

Diante do exposto, compreendemos que seria fundamental, para a preservação e o acesso dos legados, a elaboração de inventários. Segundo o *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística*, inventário é o "Instrumento de pesquisa que descreve, sumária ou analiticamente, as unidades de arquivamento de um fundo ou parte dele, cuja apresentação obedece a uma ordenação lógica que poderá refletir ou não a disposição física dos documentos" (Arquivo Nacional,2005, p.109). Adotamos esse termo para designar as listagens que estamos elaborando de cada assentamento funcional que temos em nosso arquivo, já que esses dossiês são a unidade de arquivamento que reúne um conjunto variado de documentos (processos e avulsos). Desse modo, nossos inventários listam, conforme o modelo abaixo, todos os documentos que compõem os assentamentos funcionais de nossos servidores.

A princípio, fizemos listagens com base na ordem original dos processos nos assentamentos funcionais para observarmos a organização dos documentos. Isso nos permitiu ter conhecimento das tipologias processuais existentes em assentamentos mais antigos e reforçou a necessidade de organizar os documentos conforme um princípio mais lógico.

Desse modo, construímos uma estrutura para organização da pasta física dos servidores da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) com base na tabela de documentos funcionais do AFD – como apresentamos a seguir. Isso nos permitiu criar um padrão para todos os assentamentos funcionais, seja para os originais em papel, seja para os representantes digitais que serão incluídos no AFD. Desse modo, cada processo tem o seu local adequado.

O inventário foi estruturado com as seguintes seções:

1. PROVISÃO DA FORÇA DE TRABALHO
Nomeação, Posse, Exercício; Registros Pessoais e Funcionais.
2. COMPENSAÇÕES
2.1. Adicional – por Insalubridade/Periculosidade/Raio-X; 2.2. Adicional – Por Tempo de Serviço; 2.3. Adicional Noturno; 2.4. Obrigações Judiciais; 2.5. Indenizações.
3. GESTÃO DE DESEMPENHO
3.1. Estágio Probatório; 3.2. Avaliação de Desempenho; 3.3. Retribuição por Titulação; 3.4. Incentivo à Qualificação; 3.5. Progressão por Capacitação; 3.6. Progressão Funcional; 3.7. Elogio, Prêmio, Homenagem
4. EVOLUÇÃO PROFISSIONAL
4.1. Cargo Público; 4.2. Cargos e Funções; 4.3. Controle de Frequência; 4.4. Movimentação de Pessoal; 4.5. Afastamentos; 4.6. Licenças; 4.7. Regime Disciplinar; 4.8. Vacância de Cargo
5. SEGURIDADE SOCIAL
5.1. Contagem de Tempo, Averbação, Abono de Permanência; 5.2. Aposentadoria; 5.3. Pensão; 5.4. Pensão Alimentícia; 5.5. Seguridade
6. VANTAGENS FINANCEIRAS
7. DOCUMENTOS MÉDICOS

LEGADO
OBSERVAÇÕES

Há três colunas em cada inventário. Nelas inserimos: número do processo ou do documento; tipologia processual ou documental (padronizada pela equipe); intervalo de paginação. Este último ponto é interessante, pois ele é pensado para o acesso no AFD, em arquivos digitais com muitas páginas. Recuperar e acessar documentos no papel se mostra mais simples do que no meio digital, em que as páginas precisam ser passadas uma a uma.

Como o sistema SIGEPE-AFD só comporta 200 KB por arquivo, a seção legado foi criada no inventário para já separar os volumes antes de digitalizar, que são em média duzentas folhas e facilitar também a busca via sistema, considerando a paginação. O campo observações serve para anotações de algumas peculiaridades encontradas, a exemplo de alguns processos de admissões que são instruídos no mesmo processo do concurso público e até mesmo admissão de mais de um servidor na mesma instrução, ou seja, algumas falhas ou contradições na produção documental, além de informações sobre a conservação dos documentos (rasgos, folhas amassadas, etc.).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Assentamento Funcional Digital é um caminho sem volta e se configura em mais um dos ambientes em que os profissionais de arquivo lotados em setores de gestão de pessoas precisam atuar. E apesar de ser uma responsabilidade de toda a gestão de pessoas (Brasil, 2018), o papel de liderança do Projeto do AFD cabe à equipe arquivística. É isso que buscamos com o trabalho de organização e descrição de nosso conjunto documental em nossa instituição, a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), destacar o tratamento arquivístico que vem sendo empreendido – em especial a elaboração dos inventários.

O AFD é encarado por nós a partir do tripé gestão, preservação e acesso. Isso se reflete na forma como adotamos ações de tratamento documental de nosso acervo de servidores, seja em nosso sistema de negócio, seja em nossos documentos em suporte papel, principalmente neste último, que vem recebendo nossa maior atenção diante da exigência de sua digitalização.

A realidade de nossa IFES é uma dentre muitas, mas esperamos que as estratégias, em especial o inventário dos assentamentos funcionais, suscitem debates entre os pares e nos permita avançar nas discussões a respeito do tratamento técnico arquivístico e do AFD.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. 4.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. Arquivo e sociedade: políticas e ações voltadas para a educação. In: **Arquivo**: estudos e reflexões. Belo Horizonte: UFMG, 2014. p.132-143.

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. O papel instrumental dos arquivos. In: **Arquivo**: estudos e reflexões. Belo Horizonte: UFMG, 2014. p.179-185.

BRASIL. **Portaria Normativa n.º 9, 1 de agosto de 2018**. Dispõe sobre a criação do Assentamento Funcional Digital - AFD. Portal do Servidor. Brasília, DF: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, 2018. Disponível em: http://www.servidor. gov. br/gestao-de-pessoas/assentamentofuncional- digital/normativos. Acesso em: 13 set. 2020.

SALCEDO, D. A.; OLIVEIRA, D. A.; SANTOS, T. H. N. Acesso e dispositivos legais na gestão de informações arquivísticas. ÁGORA, Florianópolis, v. 24, n. 49, p. 79-100, 2014.

O ARQUIVISTA NA GESTÃO DE DADOS CIENTÍFICOS: REFLEXÕES

THE ARCHIVIST IN SCIENTIFIC DATA MANAGEMENT: REFLECTIONS

Pedro Felipy Cunha da Silva
Universidade Federal da Paraíba

Wagner Junqueira de Araújo
Universidade Federal da Paraíba

Resumo

Discute o papel do arquivista que trabalha em universidades e centros de pesquisa, pois este poderá atuar na gestão dos dados científicos, já que eles são o meio e o produto das atividades dessas instituições, portanto, deve ser entendida como parte do seu arquivo. O objetivo desse texto é compartilhar reflexões iniciais sobre as possibilidades de contribuição do arquivista na gestão de dados científicos. Trata-se de uma discussão no contexto de uma pesquisa de doutorado em andamento, em uma investigação de natureza aplicada, de abordagem qualitativa, bibliográfica e documental, exploratória e descritiva, com alicerce nas discussões em sala de aula e revisões sistemáticas de literatura realizadas até o momento. Apresenta os conceitos de dados, dados científicos, classificação e gestão de dados científicos, curadoria de dados e registros digitais arquivísticos. O estudo sugere que o arquivista poderá contribuir com a gestão dos dados científicos a partir do diálogo entre os metadados, a curadoria de dados, relacionamento com outras áreas profissionais e definição de um plano de gestão de dados.

Palavras-Chave: Gestão de dados científicos; Curadoria de dados; Registro digital arquivístico

Abstract

It discusses the role of the archivist working in universities and research centres, as they can act in the management of scientific data, since they are the means and product of the activities of these institutions, and should therefore be understood as part of their archives. The aim of this text is to share initial thoughts on the possibilities for the archivist to contribute to the management of scientific data. This is a discussion in the context of ongoing doctoral research, in an investigation of an applied nature, with a qualitative, bibliographical and documentary, exploratory and descriptive approach, based on classroom discussions and systematic literature reviews carried out to date. It presents the concepts of data, scientific data, classification and management of scientific data, data curation and archival digital records. The study suggests that archivists can contribute to the management of scientific data through dialogue between metadata, data curation, relationships with other professional areas and the definition of a data management plan.

Keywords: Scientific data management; Data curation; Archival digital record.

INTRODUÇÃO

O arquivista tem como principal função prover os recursos necessários para que a informação contida nos documentos arquivísticos esteja disponível. Mas, além da atribuição técnica, também pode exercer um papel social, político e econômico, ao criar condições para que os registros das pesquisas científicas sejam armazenados, preservados, organizados e encontráveis para cada um dos usuários conhecidos ou potenciais.

Nesse contexto, entender os dados como parte do acervo que compõe o arquivo das universidades e demais centros de pesquisa é premente, uma vez que se constituem como prova das atividades finalísticas dessas instituições e, portanto, parte do trabalho dos arquivistas responsáveis deveria ser orientada para gestão desses acervos.

Esse tema vem sendo discutido em trabalhos sobre curadoria digital há vários anos (Santos, 2014), contudo, essa pesquisa relaciona a curadoria de dados ao campo de atuação profissional do arquivista.

A apropriação do conceito de dados como parte do acervo arquivístico tem fundamento no trabalho de Rogers (2015), quando decompõe o modelo de registro documental tradicional e sugere uma nova forma de registro documental digital que contempla,

dentre outros aspectos, dados e metadados. Tal estudo subsidia o termo registro digital arquivístico (Silva; Araújo; Siebra, 2021).

Sabe-se que "dados são gerados para diferentes propósitos, por diferentes comunidades acadêmicas e científicas e por meio de diferentes processos" (Sales; Sayão, 2019, p. 36).

Entretanto, o objetivo deste texto é compartilhar reflexões iniciais sobre as possibilidades de contribuição do arquivista na gestão de dados científicos.

Não obstante as várias formas de apropriação dos dados por diferentes ciências, a ideia dessa comunicação é refletir como os dados científicos estão inseridos no escopo de atuação profissional arquivista, especificamente nas instituições de pesquisa.

PERCURSO METODOLÓGICO

Este trabalho tem origem em uma pesquisa de doutorado em andamento junto a um Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, cujo objeto de estudo são os metadados dos registros digitais arquivísticos.

Para este trabalho, foram consideradas as discussões em sala de aula, participações em evento, uma revisão integrativa que teve como objetivo integrar e sintetizar resultados das discussões, análise de artigos sobre o tema e observações em eventos para fornecer uma visão holística e abrangente sobre o tema em questão. Estes estudos indicam uma relação possível entre a atuação do profissional arquivista e a gestão dos dados científicos.

No que se refere à natureza, essa pesquisa se caracteriza como aplicada, uma vez que serve de "base para orientar ações e/ou políticas que visam resolver/solucionar problemas/questões de ordem da realidade cotidiana da vida de grupos sociais, organizações e instituições" (Alves, 2023, p.19).

Quanto ao tipo de abordagem, trata-se de pesquisa qualitativa, que "busca compreender, de forma interpretativa, os sentidos/significados dos fenômenos" (Alves, 2023, p. 20).

Sobre as fontes de informação utilizadas, é uma pesquisa bibliográfica e documental, visto que se utiliza de livros e artigos, mas também, de documentos técnicos (Alves, 2023).

E em relação ao objetivo, a pesquisa pode ser classificada como exploratória, já que as fontes utilizadas são "fundamentalmente do tipo bibliográficas [...] com objetivo de propiciar uma apropriação teórica com vistas a possibilitar mais conhecimentos por parte do pesquisador sobre o tema [...]" (Alves, 2023. p. 21). E descritiva, já que visa "identificar, registrar, especificar e descrever como os fenômenos se estruturam e funcionam[...]" (Alves, 2023, p. 21).

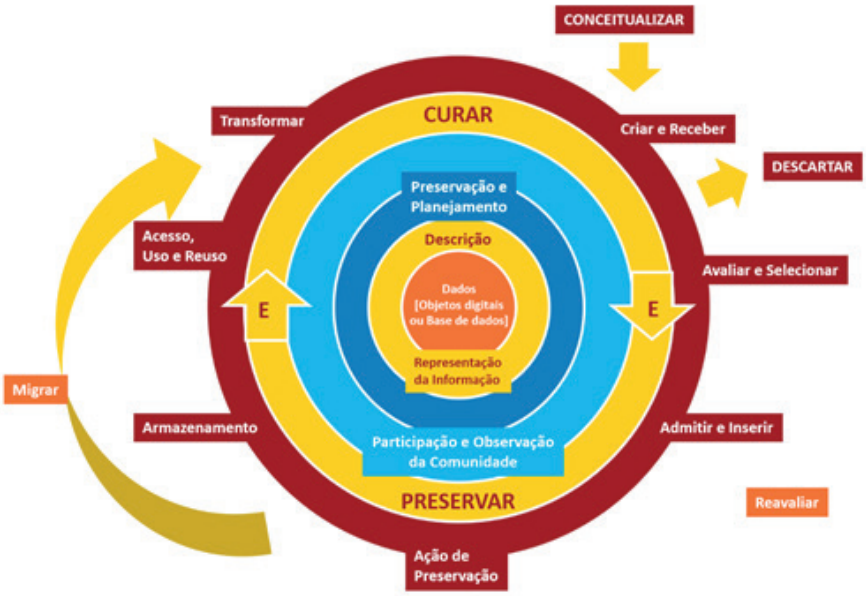
FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A transformação digital tem criado realidades cuja compreensão passa por uma ruptura de paradigmas (Gava; Flores, 2023, p. 223). Verifica-se que os dados têm ocupado uma posição de destaque na sociedade, e a esse fenômeno alguns autores tem atribuído o termo dataficação, em nossa tradução, *datafication* (Mejias; Couldry, 2019).

A criação normas legislativas e cursos superiores sobre os dados, a utilização de termos como a 'plataformização da sociedade' (Djick; Poell; Wall, 2019) e 'curadoria de dados" (Sales e Sayão, 2019) denotam a sua valorização no mundo contemporâneo.

A curadoria de dados, conforme Higgins (2018) pode ser desenvolvida com base no modelo desenvolvido pelo Digital Curation Center (DCC) da University of Edinburgh.

Figura 1 – Ciclo de vida da curadoria digital do DCC



Fonte: Higgins (2018)

De acordo com Higgins (2018) as ações da curadoria envolvem conceituar; criar; acessar e usar; avaliar e selecionar; descartar; ingerir; preservar; reavaliar; armazenar; acessar e reutilizar; transformar. Isto é, os dados passam a fazer parte da vida das pessoas e instituições e, por isso, os registros que documentam suas ações – também compostos por dados, precisam ser compreendidos incluindo estes elementos.

De acordo com o Conselho Nacional de Arquivos (2020, p. 23), na 8ª versão do *Glossário sobre Documentos Arquivísticos Digitais*, dados podem ser entendidos como a "representação de todo e qualquer elemento de conteúdo cognitivo, passível de ser comunicada, processada e interpretada de forma manual ou automática".

Já os dados científicos são definidos como "[...] registros factuais (pontuações numéricas, registros textuais, imagens e sons) usados como fontes primárias de pesquisa científica [...] comumente aceitos na comunidade científica como necessários para validar resultados da pesquisa" (OECD, 2007, p. 13, tradução nossa).

Os dados científicos podem ser classificados quanto a sua origem em observacionais, computacionais ou experimentais (Green; MacDonald; Rice, 2009). Quanto a sua natureza em: "números, imagens, vídeos ou áudio, software, algoritmos, equações, animações ou modelos e simulações" (Sales; Sayão, 2015, p. 8). E quanto a fase da pesquisa em: brutos, crus ou preliminares; derivados e canônicos ou referenciais (Green; MacDonald; Rice, 2009).

Independente da classificação, verifica-se que os dados se tornaram mais importantes para as instituições de pesquisa (Sales; Sayão, 2019). Vistos não só como "[...] alicerces de pesquisas realizadas, mas como subsídios essenciais para outros pesquisadores, instituições acadêmicas e agências de fomento" (Fernandes; Oliveira, 2018, p. 257).

Justamente pela sua relevância, o compartilhamento e a gestão de dados científicos ganharam espaço no cotidiano de pesquisadores, bem como em eventos e na literatura. Como propõem Peset, Ferrer-Sapena e Subirats-Coll (2011) ao se referir ao movimento dos dados abertos como oportunidade de reutilização de dados entre as diferentes instituições científicas.

Com o movimento de dados abertos, os dados são "disponíveis livremente para reuso e republicação sem restrições de *copyright*, patentes ou outros mecanismos de controle de propriedade intelectual" (Sales; Sayão, 2015, p. 80).

Porém, para que haja o compartilhamento dos dados científicos de maneira eficiente é necessário um processo de gestão, que crie as condições para que tal ideal se concretize.

A gestão dos dados científicos cobre todo o "ciclo de vida dos dados, ou seja, desde a sua coleta até o armazenamento de longo prazo, passando por uma série de processamentos de limpeza, curadoria, anotação, indexação e transformação" (Medeiros, 2018).

E é nesse processo que, embora também seja necessária a participação de profissionais da biblioteconomia e da tecnologia da informação, de acordo com os autores visitados por esta pesquisa, a atuação do profissional arquivista se mostra possível para contribuir na gestão dos dados científicos.

CONSIDERAÇÕES

Considerando documento arquivístico como aquele proveniente das atividades do seu produtor. Ao compreender que os dados científicos são ao mesmo tempo produto e o meio para a realização das atividades das universidades e demais instituições de pesquisa, de forma simples e direta, infere-se que não é possível dissociar os dados científicos do

conjunto de documentos arquivísticos destas instituições. Devendo estes serem considerados como elementos que devem compor o acervo da instituição.

O arquivista pode contribuir na padronização dos metadados. Já que o registro digital arquivístico é um conjunto que contém o documento arquivístico digital, mas não se limita a ele, uma vez que inclui outros elementos na sua composição, tais como os metadados, que são incorporados para atribuir os contextos conceitual, físico e lógico.

Gerenciar, preservar e agregar valor aos acervos já é uma atribuição dos arquivistas, então, o mesmo se aplica se esses arquivos forem de dados. É na relação dos metadados com a gestão dos registros digitais arquivísticos provenientes das instituições de pesquisa, que é possível estabelecer um diálogo que favoreça a curadoria dos dados.

O arquivista, ao conhecer a realidade de produção dos registros, e o seu ciclo de vida, pode contribuir para o gerenciamento, a custódia, a preservação e a avaliação quanto aos prazos de guarda, bem como outras condições necessárias ao processo de gestão dos dados científicos, inclusive a agregação de valor aos dados, por meio de descrições específicas para atender aos diferentes tipos de usuários, humanos ou máquinas, já que a pesquisa por inteligências artificiais é uma realidade que também requer uma preparação específica dos dados, com linguagem e ferramentas apropriadas.

Destacamos que o papel da gestão dos dados com a finalidade de dar apoio as necessidades dos pesquisadores continuam existindo. O que chamamos à atenção é para a necessidade de gestão dos dados com o intuito de servir de prova e evidência das atividades institucionais e, portanto, geradoras de registros e documentos arquivísticos, pelas entidades de pesquisa.

O arquivista poderá estabelecer, em conjunto com as áreas administrativa, jurídica e finalística destes órgãos, critérios para gestão, preservação e acesso. Tais como: direito de propriedade dos dados coletados pelos pesquisadores, documentação da relação com as agências financiadoras, períodos de embargo, condicionantes de temporalidade, dentre outros.

O conhecimento da Arquivologia pode colaborar na definição de regras para estabelecer, por exemplo, quando os dados deixam de pertencer ao pesquisador e passam a pertencer à instituição de pesquisa.

Os modelos de ciclo de vida de dados presentes na literatura são um caminho para subsidiar as ações de gestão de dados, pois permitem traduzir em ações práticas, as operações de registro de dados durante sua coleta, guarda, uso e preservação.

Porém, o arquivista poderá ir além contribuindo na definição de quais dados devem ser preservados, em quais formatos, como e onde devem ser armazenados, como será a gestão do acesso e do uso, como será o tratamento dos dados pessoais ou sensíveis.

Essa discussão não se esgota com esse trabalho, ao contrário, trata-se apenas de uma reflexão introdutória. A solução dos problemas relacionados à gestão dos dados científicos não poderá ser resolvida sem o esforço conjunto de outros profissionais, tais como os da tecnologia da informação e do direito.

Pesquisas futuras podem se debruçar sobre as interrelações necessárias para a gestão dos dados científicos entre as áreas do conhecimento, bem como sobre o desdobramento da execução de um plano de gestão de dados, em que haja a participação do arquivista.

REFERÊNCIAS

ALVES, Edvaldo Carvalho. A pesquisa científica como prática social artesanal. In: SANTOS, Ana Cláudia de Araújo (org.). **Eu e o texto científico**: uma relação possível. Recife: Editora UFPE, 2023. p. 15-23. ISBN 978-65-5962-257-3. Disponível em https://editora.ufpe.br/books/catalog/book/841. Acesso em: 25 jun. 2024.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (BRASIL). Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos. **Glossário dos Documentos Arquivísticos Digitais.** Rio de Janeiro, 2020. Disponível em https://encurtador.com.br/sX7Vt. Acesso em: 10 jun. 2024.

DIGITAL CURATION CENTRE. Disponível em: https://www.dcc.ac.uk/about/digital-curation. Acesso em: 25 fev. 2024.

DIJCK, José van; POELL, Thomas; WAAL, Martijn de. **The Platform Society:** Public Values in a Connective World. Oxford: Oxford University Press, 2018.

FERNANDES, H. D. H.; OLIVEIRA, A. F. Gestão da Preservação digital em repositórios dedados de pesquisa. **Revista Ibero-americana de Ciência da Informação**, v. 11, n. 1, p. 255-273, fev, 2018. ISSN 1983-5213. Disponível em: https://shre.ink/TR2f. Acesso em: 10 jun. 2024.

GAVA, Tânia Barbosa Salles; FLORES, Daniel. Problematizando a Pós-Custódia com a contemporaneidade da Cadeia de Custódia Digital Arquivística compartilhada e distribuída na Preservação Digital Sistêmica. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, Brasil, v. 13, n. 2, p. 222–243, 2022. DOI: 10.11606/issn.2178-2075.v13i2p222-243. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/191654. Acesso em: 10 jun. 2024.

GREEN, Ann; MACDONALD, Stuart; RICE, Robin. **Policy-making for research data in Repositories: a guide**. May 2009. Disponível em: https://www.coar-repositories.org/files/guide.pdf. Acesso em: 01 jun. 2024.

HIGGINS, Sarah. The DCC Curation Lifecycle Model. **International Journal of Digital Curation**, v. 3, n. 1, p. 134-140, 2008. DOI: https://doi.org/10.2218/ijdc.v3i1.48. Disponível em: https://ijdc.net/ijdc/article/view/69. Acesso em: 21 jun. 2024.

MEDEIROS, Claudia Bauzer. Gestão de dados científicos: da coleta à preservação. **SciELO em perspectiva**, 2018. Disponível em: https://blog.scielo.org/blog/2018/06/22/gestao-de-dados-cientificos-da-coleta-a-preservacao/. Acesso em: 10 jun. 2024.

MEJIAS, Ulises A; COULDRY, Nick. Datafication. **Internet Policy Review**, v. 8, n. 4, p. 1-17, 2019. DOI: 10.14763/2019.4.1428. Disponível em: https://policyreview.info/concepts/datafication. Acesso em: 18 jun. 2024.

ORGANIZATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD). **Principles and guidelines for access to research data from public funding.** OECD, Paris, 2007. Disponível em: https://www.oecd.org/sti/inno/38500813.pdf. Acesso em: 20 jun. 2024.

PESET, F.; FERRER-SAPENA, A.; SUBIRATS-COLL, I.. Open data y linked open data: su impacto en el área de bibliotecas y documentación. **El profesional de la información**, v. 20, n. 2, p. 165-173, 2011. Disponível em: https://riunet.upv.es/handle/10251/29837. Acesso em: 24 jun. 2024.

ROGERS, Corinne. Diplomatics of born digital documents - considering documentary form in a digital environment. **Records Management Journal**, [s.l.], v. 25, no 1, p. 6–20, 2015. ISSN: 09565698, DOI: https://10.1108/RMJ-03-2014-0021. Acesso em: 9 jun. 2024.

SALES, Luana Farias; SAYÃO, Luís Fernando. Uma proposta de taxonomia para dados de pesquisa. **Conhecimento em Ação**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 31-48, jan/jun, 2019. Acesso em: https://revistas.ufrj.br/index.php/rca/article/download/26337/14573/65959. Acesso em: 20 jun. 2024.

SALES, Luana Farias; SAYÃO, Luis Fernando. **Guia de Gestão de Dados de Pesquisa para Bibliotecários e Pesquisadores**. Rio de Janeiro: CNEN/IEN, 2015. 90 p. Disponível em: https://tinyurl.com/5ekpz5rf. Acesso em 23 jun. 2024.

SANTOS, Thayse Natalia Cantanhede. **Curadoria digital: o conceito no período de 2000 a 2013**. 2014. 166 f. (Mestrado em Ciências da Informação). Instituição de Ensino: Universidade de Brasília, Brasília, 2014. Disponível em: http://icts.unb.br/jspui/handle/10482/17324?locale=es. Acesso em: 1 jun. 2024.

SILVA, Fabiano Couto Corrêa da**. Gestão de dados científicos**. Rio de Janeiro: Interciência, 2019. 146 p. ISBN: 978-85-7193-435-1.

SILVA, Pedro Felipy Cunha da; ARAÚJO, Wagner Junqueira de; SIEBRA, Sandra de Albuquerque. Metadados de preservação digital e os registros digitais arquivísticos. **Revista Brasileira de Preservação Digital**, Campinas, SP, v. 2, n. 00, p. e021003, 2021. DOI: 10.20396/rebpred.v2i00.15890. Disponível em: https://encurtador.com.br/uof5E. Acesso em: 25 jun. 2024.

DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA NO CONJUNTO DE PLANTAS ARQUITETÔNICAS DA FORTALEZA DE SÃO JOSÉ DA PONTA GROSSA/SC

ARCHIVAL DESCRIPTION IN THE SET OF ARCHITECTURAL PLANS OF THE FORTRESS OF SÃO JOSÉ DA PONTA GROSSA/SC

Cristiano Cavalheiro Lutz
Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo

As fortificações militares da Ilha de Santa Catarina, datadas do século XVIII, ganham destaque como alguns dos elementos mais importantes de natureza arquitetônica no Estado devido à sua arquitetura monumental e paisagem formada por elas. Nesse sentido, este relato de experiência apresenta o inventário do acervo de 121 plantas de arquitetura e engenharia que pertencem à Fortaleza São José da Ponta Grossa. Este acervo está localizado no Departamento de Projetos de Arquitetura e Engenharia da Universidade Federal de Santa Catarina, sendo considerado patrimônio documental arquivístico da Instituição. Este relato de experiência encaixa-se, do ponto de vista dos procedimentos técnicos, em um estudo de caso. Os procedimentos metodológicos foram divididos em três etapas: estudos bibliográficos e documentais para contextualizar os aspectos da história do monumento objeto do estudo; coleta de informações mediante a observação e análise documental; descrição arquivística do acervo, utilizando a Norma Brasileira de Descrição Arquivística; elaboração e divulgação produção do inventário baseado na Nobrade, promovendo a divulgação e facilitando o acesso aos documentos, tanto no meio físico quanto no virtual. Salienta-se ser primordial que o processo de descrição documental seja aplicado para todo o acervo arquitetônico e de engenharia da Universidade, visando o controle e recuperação das informações contidas nos documentos que denotam história e memória da construção das edificações do Campus Universitário, seus campi e das Fortalezas. Assim, a preservação

e a conservação de documentos referentes aos edifícios históricos constituem-se em ação à salvaguarda e à divulgação das informações contidas neste tipo de obra, consideradas relevantes para o resgate da história das fortificações militares no Estado de Santa Catarina, bem como elemento social e cultural pertencente à comunidade florianopolitana.

Palavras-Chave: Patrimônio arquivístico; Inventário; Acervo cartográfico.

Abstract

The military fortifications of the Island of Santa Catarina, dating from the 18th century, stand out as some of the most important architectural elements in the State due to its monumental architecture and the landscape formed by it. In this sense, this experience report presents an inventoryof the collection of 121 architectural and engineering plans that belong to Fortaleza São José da Ponta Grossa. This collection is located in the Department of Architecture and Engineering Projects of the Federal University of Santa Catarina, considered archival documentary heritage of the Institution. This experience report fits, from the point of view of technical procedures, into a case study. The methodological procedures were divided into two stages: bibliographical and documental studies to contextualize aspects of the history of the monument object of study; collection of information through observation and document analysis; archival description of the collection using the Brazilian Standard for Archival Description; preparation and dissemination: Production of the inventory based on Nobrade, promoting dissemination and facilitating access to documents, both physically and online. It should be noted that it is essential that the document description process be applied to the entire architectural and engineering collection of the University, aiming at the control and recovery of the information contained in the documents that denote the history and memory of the construction of the buildings on the University Campus, its campuses. and the Fortresses. Thus, the preservation and conservation of documents referring to historic buildings constitute a primordial action to safeguard and disseminate the information contained in this type of work, considered historically relevant for the rescue of the history of military fortifications in the State of Santa Catarina, as well as as a social and cultural element belonging to the Florianopolitan community.

Keywords: Archival Heritage; Inventory; Cartographic collection.

INTRODUÇÃO

A zona litorânea do estado de Santa Catarina possui um patrimônio cultural de magnitude ampla. José da Silva Paes, primeiro governador da capitania, foi responsável pela construção dos quatro fortes (Fortalezas de Santa Cruz e Santo Antônio, São José da Ponta Grossa, Araçatuba). Em 1979, a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) assumiu a guarda e manutenção das Fortalezas de Santa Cruz, na Ilha de Anhatomirim. Uma década depois, em 1989, surge o "Projeto Fortalezas da Ilha de Santa Catarina – 250 Anos de História Brasileira" (UFSC – Iphan). O objeto e a intervenção deste estudo foi a Fortaleza de São José da Ponta Grossa e sua documentação, em particular as plantas de arquitetura e engenharia. A construção encontrava-se praticamente arruinada quando foi tombada como Monumento Histórico Nacional, em 1938. As plantas de arquitetura e engenharia compõem um acervo documental de extrema relevância histórico-cultural, fazendo parte do patrimônio da instituição e do Estado. Diante da falta de políticas de acesso institucional, aliada à inexistência de descrição de um acervo de relevância histórico-cultural, como tal descrição pode contribuir para o acesso e divulgação do acervo das plantas de arquitetura e engenharia da Fortaleza de São José da Ponta Grossa?

O desejo de realizar este trabalho foi embalado pela percepção da relevância desta contribuição para Arquivística, para preservação do patrimônio e para subsidiar futuras pesquisas, considerando que as informações contidas nas plantas de arquitetura e engenharia das Fortalezas da Ilha de Santa Catarina demonstram grandes valores sociais, históricos e culturais.

O objetivo deste relato é apresentar um inventário das plantas de arquitetura e engenharia da Fortaleza de São José da Ponta Grossa, da Ilha de Santa Catarina, baseado na Norma Brasileira de Descrição Arquivística (Nobrade), visando o acesso e difusão do acervo, considerado como patrimônio documental arquivístico da instituição. Os objetivos específicos são: contextualizar os aspectos da história do monumento objeto do estudo; mapear o contexto da produção documental das plantas de arquitetura e engenharia da Fortaleza; averiguar as atuais condições de conservação do acervo; elaborar uma política de arranjo e descrição nos documentos que compõem o acervo da Fortaleza; e promover a elaboração e divulgação física e eletrônica do inventário das plantas de arquitetura e engenharia da Fortaleza de São José da Ponta Grossa.

FORTALEZA DE SÃO JOSÉ DA PONTA GROSSA/SC

A Fortaleza de São José da Ponta Grossa está localizada na Barra Norte da Ilha de Santa Catarina, extremo oeste da Praia de Jurerê, localidade conhecida como Ponta Grossa. Em decorrência das muitas praias, bacias e enseadas existentes na Ilha de Santa Catarina,

locais onde inimigos poderiam aportar facilmente, três pontos estratégicos foram escolhidos para impedir a entrada de invasores pela Baía Norte e pelos pontos naturais ali existentes. Para isso, foram construídas a Fortaleza de Santa Cruz (1739), na Ilha de Anhatomirim, a Fortaleza de São José da Ponta Grossa (1740), no norte da Ilha de Santa Catarina, e a Fortaleza de Santo Antônio (1740), na Ilha de Ratones Grande (Universidade Federal de Santa Catarina, 2018).

Vista aérea da Fortaleza de São José da Ponta Grossa/SC

Fonte: Coordenadoria das Fortalezas da Ilha de Santa Catarina. Disponível em: <http://www.fortalezas.ufsc.br/fortaleza-ponta-grossa/>. 2018.

Compreendendo a importância estratégica da Ilha de Santa Catarina para a defesa do Brasil Meridional e em Carta Régia de 11 de agosto de 1738, o tenente-coronel de Engenheiros José da Silva Paes cumpriu uma resolução do Conselho Ultramarino criando um governo militar em Santa Catarina. Tomou posse como governador na Vila de Nossa Senhora do Desterro, atual Florianópolis, no dia 01 de maio de 1739, passando a impulsionar o modesto povoado. Projetou e dirigiu pessoalmente a construção das quatro primeiras e principais fortalezas do Estado: Santa Cruz de Anhatomirim, São José da Ponta Grossa, Santo Antônio de Ratones e Nossa Senhora da Conceição de Araçatuba, recrutando o primeiro contingente militar para guarnecer o Sul. Com o apoio da Corte, promoveu a criação de um Regimento, dando origem ao Regimento de Linha. Em 1749,

deixou a capitania, retornou a Portugal e colaborou com Alexandre de Gusmão na organização dos mapas que serviram nas discussões finais entre Espanha e Portugal acerca do Tratado de Madri para a fixação dos limites de suas terras na América do Sul (Viana, 2011).

Sob o ponto de vista construtivo, a fortaleza apresenta-se em disposição poligonal, adaptada ao formato e características do terreno, em três planos distintos, protegidos pela encosta do morro, com as baterias (plataformas com uma ou mais bocas de fogo: canhões) voltadas para o mar. Os edifícios estavam distribuídos dentro da fortaleza, interligados por rampas e protegidos por muralhas de pedra. Acredita-se que as construções redondas, localizadas em lados opostos da muralha, sejam guaritas. Na parte superior, encontra-se a Casa do Comandante, um grande sobrado de dois pavimentos, e a Capela de São José, ainda utilizada pela comunidade (Viana, 2011).

Figura 2 - Ruínas da Fortaleza de São José da Ponta Grossa/SC

Fonte: Wikipédia. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Fortaleza_de_S%C3%A3o_Jos%C3%A9_da_Ponta_Grossa>. 2018.

Abandonada durante décadas, a construção encontrava-se praticamente arruinada por completo quando foi tombada como Monumento Histórico Nacional, em 1938. O início efetivo da recuperação de todo esse patrimônio arquitetônico, legado da presença portuguesa no Sul do Brasil, deu-se em 1969. Nessa época, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), com o apoio do Departamento Autônomo de Turismo de SC (DEATUR) e da Prefeitura Municipal de Florianópolis, restaurou integralmente o Forte Santana. Esse forte foi cedido, mais tarde, em regime de comodato à Polícia Militar, que o transformou no Museu Major Lara Ribas, inaugurado em 1975. Atualmente, a Fortaleza conta com uma exposição permanente, na antiga Casa do Comandante, que inclui artefatos

encontrados nas escavações arqueológicas realizadas anteriormente. Todo o acervo está custodiado pelo Departamento de Projetos de Arquitetura e Engenharia (DPAE) da UFSC.

A DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA

A descrição arquivística é o processo de expor e relatar os documentos de um arquivo, criando instrumentos que facilitam o acesso às informações. O Arquivo Nacional (2005, p. 59) define a descrição como um "conjunto de procedimentos que leva em conta os elementos formais e de conteúdo dos documentos para elaboração de instrumentos de pesquisa". A descrição serve como a interface entre o arquivo e seus usuários, oferecendo informações sobre a procedência, datas de elaboração e características dos documentos.

Tessitore (2012) distingue entre a descrição sumária e a descrição analítica. A descrição sumária se refere à referência a conjuntos de documentos, enquanto a descrição analítica aborda itens documentais individuais. Hagen (1998) argumenta que a descrição deve considerar a essência dos documentos (unidade de organização, atividades, funções, etc.) e sua disposição (esquema de classificação, datas, tipos de documentos, unidades de arquivamento, quantidade).

Os instrumentos de pesquisa resultantes da descrição arquivística, como inventários, guias e catálogos, são essenciais para a localização e identificação de documentos. O inventário é frequentemente o mais adequado para descrever conjuntos documentais ou partes de um fundo, oferecendo uma descrição sumária que facilita a consulta e o acesso (Bellotto, 2006).

NORMATIZAÇÃO E APLICAÇÃO DA NOBRADE

A Nobrade, elaborada pela Câmara Técnica de Normalização da Descrição Arquivística (CTNDA) e aprovada pelo Conselho Nacional de Arquivos (Conarq), adapta as normas internacionais ISAD(G) e ISAAR(CPF) à realidade brasileira. A Nobrade estabelece critérios nacionais para a descrição de arquivos, promovendo a compatibilidade com normas internacionais e facilitando o acesso e o intercâmbio de informações (Arquivo Nacional, 2005).

METODOLOGIA

A pesquisa baseou-se em métodos de investigação de um estudo de caso descritivo. Ao apresentar as características de uma determinada população, adota, em geral, a forma de levantamento (Gil, 2002). De acordo com Best (1972 apud Marconi e Lakatos, 2002, p. 20), a pesquisa descritiva "aborda quatro aspectos: descrição, registro, análise e interpretação de fenômenos atuais, objetivando o seu funcionamento no presente". Esta investigação pode ser considerada de natureza aplicada, caracterizada pelo seu interesse prático, considerando-se que seus efeitos podem ser aplicados

ou empregados imediatamente, na solução de problemas que ocorrem na realidade (Marconi e Lakatos, 2002).

A metodologia de análise de dados da pesquisa norteou-se por uma abordagem qualitativa, não se caracterizando por instrumentos, e sim pela elaboração do saber através do empirismo. Ela é voltada para o recolhimento de dados e características do objeto, deixando passar um conhecimento mais aprofundado acerca do tratamento de arquivos universitários como parte integrante do patrimônio documental. Deste modo, o estudo sobre as plantas de arquitetura e engenharia da Fortaleza de São José da Ponta Grossa encaixa-se, do ponto de vista dos procedimentos técnicos, num estudo de caso, ao envolver um estudo profundo e exaustivo do fundo de maneira que se permita o seu amplo e detalhado conhecimento (Silva e Menezes, 2001). Assim, o estudo de caso demanda recolhimento de dados, observações, análise e interpretação de informações, resultando em aplicações reais viáveis.

Os procedimentos metodológicos foram divididos em três etapas com o fim de atingir os objetivos estabelecidos. A primeira etapa contempla os dois primeiros objetivos específicos apresentados: a contextualização dos aspectos da história do monumento objeto do estudo – a Fortaleza de São José da Ponta Grossa – e o mapeamento do contexto da produção documental das plantas de arquitetura e engenharia da referida Fortaleza serão realizados a partir de estudos bibliográficos e documentais, tais como livros e publicações que tratam do tema, leis e documentos oficiais que versam a respeito dos padrões legais que esta área do conhecimento segue, bem como as próprias plantas de arquitetura e engenharia, objetos de estudo e pesquisa deste trabalho.

Para atingir os objetivos de contextualizar os aspectos da história do monumento objeto do estudo, a Fortaleza de São José da Ponta Grossa, e mapear o contexto da produção documental e o diagnóstico da situação inicial do acervo das plantas de arquitetura e engenharia da referida fortaleza, coletaram-se informações através da observação e da análise documental, assim como foi utilizada a observação assistemática e individual.

Na segunda etapa, foi desenvolvida e implementada uma política de arranjo e descrição nos documentos que compõem o acervo da Fortaleza e, finalmente, promoveu-se a elaboração e divulgação do inventário das plantas de arquitetura e engenharia da Fortaleza de São José da Ponta Grossa. Para isso, foi necessário averiguar as condições atuais de arranjo e conservação dos documentos que compõem o acervo, por meio da observação direta. Visando averiguar as atuais condições de conservação do acervo, foi observada a identificação do acervo e seu acondicionamento em tubos de policloreto de polivinila (também conhecido como cloreto de vinila, policloreto de vinil ou PVC), guardados em arquivos de aço. A partir da análise visual, não se constatou danos causados pela presença de agentes biológicos (cupins, brocas, baratas, fungos, bactérias). O acervo é mantido em local limpo, sendo manuseado por pessoal autorizado.

Desta última etapa, para elaborar inventário das plantas de arquitetura e engenharia da referida fortaleza, listado como objetivo específico desta pesquisa, foi adotada a Nobrade. Este inventário colaborará para promover a divulgação, facilitando assim o acesso aos documentos, tanto no meio físico quanto no virtual.

RESULTADOS

Desde sua criação em 1965, o DPAE da UFSC acumulou uma massa documental significativa, composta por documentos técnicos e administrativos relacionados a obras. O objetivo do arquivo é estabelecer políticas de gestão documental para preservar e organizar este acervo, que inclui plantas, projetos, fotografias e processos de licitação.

O arranjo e a descrição do acervo do DPAE têm contribuído para preservar a história e a memória da UFSC e da sociedade catarinense. As plantas e projetos fornecem uma visão detalhada da evolução das técnicas de construção e da arquitetura ao longo do tempo. A gestão adequada desses documentos é essencial para a administração eficiente e para garantir a preservação da história institucional.

A implementação de uma política de gestão documental eficaz e a adoção de práticas de arranjo e descrição conforme a Nobrade são fundamentais para garantir a preservação e o acesso ao acervo, promovendo a continuidade da valorização e utilização dos documentos arquivísticos.

A descrição das plantas de arquitetura da Fortaleza de São José da Ponta Grossa

As análises e descrições foram realizadas nos tubos que compreendem do 85-01 ao 85-07, referentes ao projeto arquitetônico da Fortaleza de São José da Ponta Grossa. A descrição arquivística segue a Nobrade, que define níveis de descrição desde o fundo até o item documental. A descrição envolve a identificação dos documentos e o contexto em que foram produzidos, utilizando um quadro de arranjo que inclui níveis como fundo, seção, série, subsérie, dossiê e item documental. As plantas da Fortaleza de São José da Ponta Grossa estão sendo descritas conforme este quadro, com atenção especial para a preservação do contexto orgânico documental.

Para estabelecer a hierarquia, a Nobrade considera a existência de seis principais níveis de descrição: acervo da entidade custodiadora (nível 0), fundo ou coleção (nível 1), seção (nível 2), série (nível 3), dossiê ou processo (nível 4) e item documental (nível 5). A norma também admite como níveis intermediários o acervo da subunidade custodiadora (nível 0,5), a subseção (nível 2,5) e a subsérie (nível3,5).

A Norma explicita que nem todos os níveis precisam ser implementados, porém, o nível 5 tem como requisito a existência do nível anterior (4). Assim, o item documental é

entendido como um nível e não como um documento, podendo acontecer que um dossiê/processo seja constituído de um único documento. Prevê a existência de oito áreas: de identificação; de contextualização; de conteúdo e estrutura; de condições de acesso e uso; de fontes relacionadas; de notas; de controle da descrição e de pontos de acesso e descrição de assuntos. Estas áreas compreendem 28 elementos de descrição. Dentre estes, existem sete que são obrigatórios: código de referência; título; data(s); nível de descrição; dimensão e suporte; nome(s) do(s) produtor(es); e, condições de acesso (somente para descrições em níveis 0 e 1).

Foram definidos os níveis: fundo (1) para a Secretaria de Obras, Manutenção e Ambiente (SEOMA), seção (2) para o DPAE, série (3) para Projetos de Reconstrução das Fortalezas da Ilha de Santa Catarina, subsérie (3,5) "Projeto Arquitetônico de Restauração", dossiê (4) para a Restauração da FSJPG e item documental (5) para cada uma das 121 plantas que integram o dossiê da reconstrução das fortalezas. Como citado anteriormente no capítulo Metodologia, adotou-se a visão minimalista. Foi utilizado como base o organograma da SEOMA para estabelecer como fundo o SEOMA, constante na proposta do quadro de arranjo.

Assim, procedeu-se a descrição do referido nível de fundo (1), conforme a Norma. Isto permitiu elaborar uma proposta do "Guia do Fundo SEOMA", mesmo que numa fase inicial, necessário pela descrição multinível. A seção (nível 2) que precede à série, é a subdivisão que reúne documentos produzidos e acumulados por unidade(s) administrativa(s) com competências específicas. Após a observação e estudo do organograma do SEOMA foram estabelecidas como séries os seguintes setores: o DPAE, a Prefeitura Universitária (PU), o Departamento de Manutenção Predial e de Infraestrutura (DMPI) e o Departamento de Fiscalização de Obras (DFO). Assim, descreveu-se como nível 2 o DPAE, custodiador das plantas que se referem a FSJPG.

A série é uma subdivisão da estrutura do fundo que corresponde a uma sequência de documentos relativos à mesma função, atividade, tipo documental ou assunto. Assim, estabeleceu-se como nível (3) a série Projetos de restauração da Fortalezas da Ilha de Santa Catarina (PRFISC), caracterizada por englobar todos os projetos de reconstrução da Fortaleza. Como subdivisão da série, estabeleceu-se o nível dossiê (nível 4) denominado Plantas de Reconstrução. Após, foram descritas as 121 plantas que correspondem ao projeto de restauração da FSJPG.

Para o elemento código de referência, cada item documental foi identificado pela mesma notação da planta (por exemplo 8500A06). Assim, na elaboração natural da descrição cada item documental terá um, podendo ser localizado num catálogo sob o seguinte número: BR SCUFSC SEOMA DPAE PRFSJPG PR8500A06. Para o elemento título se utilizou o mesmo localizado na planta, localizado no canto inferior direito (Fortaleza de São José da Ponta Grossa – Projeto restauração implantação I terrapleno-vest.

Arqueológicos). No elemento data(s) foi relacionada a data de elaboração da planta. No elemento dimensão e suporte se especifica o gênero documental, a unidade (com as medidas) e a escala. No elemento nome do produtor, se inseriu o Departamento de Projetos de Arquitetura e Engenharia (DPAE), já que todos os projetos estão custodiados nesse órgão e ele controla os assuntos referentes às fortalezas. Os elementos história administrativa/biografia, história arquivística e procedência foram contemplados em níveis hierarquicamente superiores. No elemento âmbito e conteúdo se descreve o assunto principal do documento e se relacionam informações importantes, como as pessoas envolvidas na confecção da planta. Os elementos de avaliação, eliminação e temporalidade; incorporações; sistemas de arranjo; condições de acesso; condições de reprodução e idioma foram contempladas em níveis hierarquicamente superiores. No elemento características físicas e requisitos técnicos, se indicam qual é o suporte e se se encontra em bom estado de conservação. No elemento instrumentos de pesquisa, se indica que o inventário está em fase de elaboração. No elemento existência e localização dos originais, se indica a localização física do documento no arquivo do DPAE e seu endereço. Os elementos existência e localização de cópias, unidades de descrição relacionadas, nota sobre publicação, notas de conservação e notas gerais foram contemplados em níveis hierarquicamente superiores. No elemento nota do arquivista se inseriu as informações referentes ao responsável pela descrição arquivística. No elemento regras ou convenções, citou-se a Norma e no elemento data(s) da(s) descrição(ões) foi indicado o mês e ano da realização da descrição. Finalmente, no elemento pontos de acesso e indexação de assuntos, elencaram-se as palavras-chave de cada item para localização e recuperação.

A descrição segue uma hierarquia que inclui os níveis de fundo, seção, série, subsérie, dossiê e item documental. No caso da Fortaleza de São José da Ponta Grossa, foram definidos os níveis de fundo (Secretaria de Obras, Manutenção e Ambiente - SEOMA), seção (Departamento de Projetos de Arquitetura e Engenharia - DPAE), série (Projetos de Restauração das Fortalezas da Ilha de Santa Catarina), e assim por diante. Cada nível tem seus próprios critérios e elementos de descrição, permitindo uma organização e acesso eficaz aos documentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho realizado no DPAE reflete um esforço significativo para melhorar a gestão e preservação dos documentos. Apesar das limitações financeiras e da ausência de um sistema de GED, as medidas adotadas, como a digitalização e o aprimoramento do acondicionamento, são passos importantes para a modernização e eficiência do arquivo. A aplicação das práticas e conhecimentos adquiridos demonstrou resultados positivos e alinhados com as expectativas. A implementação da Nobrade, desde o nível fundo até o item documental, combinada com a pesquisa histórica, resultou em avanços significativos

na gestão do acervo do DPAE da UFSC. A contextualização do DPAE revelou a importância do arranjo e da descrição do acervo para a preservação e divulgação da história da Universidade Federal de Santa Catarina. O trabalho realizado permitiu o resgate de parte da história institucional, preservando informações valiosas sobre as obras arquitetônicas e a evolução da Universidade desde sua criação. As edificações e suas plantas não apenas representam elementos arquitetônicos, mas também carregam memórias e histórias de diversas fases e usos ao longo do tempo. Esses documentos, portanto, são mais do que registros técnicos; são testemunhos da vivência humana e cultural. As plantas de arquitetura e engenharia tratadas neste estudo são consideradas bens móveis e documentais de valor significativo. Elas são essenciais para a compreensão e preservação do patrimônio histórico e cultural da UFSC e da região de Florianópolis. Estas plantas não apenas documentam a construção das edificações, mas também representam a memória das fortificações militares em Santa Catarina, refletindo aspectos sociais e culturais importantes para a comunidade local. É crucial estabelecer uma política de preservação e conservação para as plantas de arquitetura e engenharia da Fortaleza de São José da Ponta Grossa. A integridade física e informativa desses documentos deve ser protegida, dada sua relevância histórica e cultural. A preservação e a conservação não são apenas sobre manter a integridade dos documentos, mas também sobre garantir que as informações neles contidas sejam acessíveis para futuras gerações, mantendo viva a memória das fortificações e das edificações históricas da Universidade. As plantas da Fortaleza de São José da Ponta Grossa, assim como as de outras fortificações da Ilha de Santa Catarina, são documentos arquivísticos que necessitam de metodologias adequadas de arranjo e descrição. A aplicação dessas metodologias visa não apenas a organização e a conservação do acervo, mas também a difusão do conhecimento histórico e social que eles contêm. Este é um dos principais objetivos da pesquisa, que busca assegurar que a história e a importância cultural desses documentos sejam reconhecidas e acessíveis ao público. Em resumo, o trabalho realizado evidencia a importância de uma gestão adequada dos documentos arquivísticos e o impacto positivo que uma abordagem meticulosa e informada pode ter na preservação e no acesso à história e à memória institucional e cultural. A continuidade e o aprimoramento desses esforços são essenciais para garantir que o legado histórico da UFSC e das fortificações de Santa Catarina seja devidamente preservado e valorizado.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). Conselho Nacional de Arquivos. **Classificação, temporalidade e destinação de documentos de arquivo; relativos às atividades-meio da administração pública**. Arquivo Nacional. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.

ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). Conselho Nacional de Arquivos. **Nobrade**: Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2013.

ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). Conselho Nacional de Arquivos.**Resolução n. 14, de 24 de outubro 2001.** Aprova a versão revisada e ampliada da Resolução n. 4, de 28 de março de 1996, que dispõe sobre o Código de Classificação de documentos de arquivo para a administração pública: atividades-meio, a ser adotado como modelo para os arquivos correntes dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos – Sinar, e os prazos de guarda e a destinação de documentos estabelecidos na Tabela Básica de Temporalidade e Destinação de documentos de arquivo relativos as atividades-meio da administração pública. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, n. 28, 8 fev. 2002. Seção 1, p. [2]

BELLOTTO, H. L. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf>. Acesso em: 24 maio 2021

BRASIL. Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Lei do Patrimônio Cultural. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-25-30-novembro-1937-351814-norma-pe.html>. Acesso em 24 mai. 2021.

BRASIL. Lei 8.159, de 8 de janeiro de 1991. **Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências**. Diário Oficial da União. Poder Executivo. Brasília. DF. 9 jan 1991. Sessão 1.

CASTRO, A. de M. **Arquivística Arquivologia** – Técnica Ciência. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico S.A., 1988.

CRUCES BLANCO, Esther. Normas y disposiciones para elconocimiento de losarchivos de arquitectura e ingenieria. In: CONGRESO INTERNACIONAL DE ARCHIVOS DE ARQUITECTURA, 1, 2004, Alcalá de Henares, ESP. **Actasdel I Congreso Internacional de Archivos de Arquitectura**... Alcalá de Henares: Tf editores, 2004. p. 75-80.

CRUZ MUNDET, J. R. **Manual de Archivística**. 5. ed. Madrid: FundaciónGernán Sánchez Ruipérez – Biblioteca del Livro, 2003.

FILLION, C. Os tipos e os suportes de arquivo. In: ROSSEAU, J.-Y.; COUTURE, C.; DUCHARME, J. et. al. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Dom Quixote, 1998.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

HAGEN, A. M. M. Algumas considerações a partir do processo de normalização da descrição arquivística. **Ci. Inf.**, Brasília, DF, v. 27, n. 3, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v27n3/27n3a07.pdf>. Acesso em 10 set. 2018

HUYSSEN, A. **Seduzidos pela memória**: arquitetura, monumentos, mídia. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. **A guidetothearchivalcareofarchitecturalrecords**: 19th-20th centuries. Paris: ICA, 2000. Disponível em: <https://www.ica.org/sites/default/files/ArchitectureEN.pdf> Acesso em 28 ago 2018.

JARDIM, J. M. A invenção da memória nos arquivos públicos. **Ciência da Informação**. v. 25, n. 2, 1995. 13p. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/659>. Acesso em 04 nov. 2018.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

PADILHA, R. C. **Documentação museológica e gestão de acervo**. Florianópolis: FCC, 2014. (Coleção Estudos Museológicos – v. 2)

PAES, M. L. **Arquivo**: teoria e prática. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

SCHELLENBERG, T. R. **Arquivos modernos**: princípios e técnicas. 6. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 3. ed. rev. atual. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001.

TESSITORE, V. **Guias de arquivo: conceitos e elaboração**. Associação dos Arquivistas de São Paulo. São Paulo: ARQ-SP, 2012, 68 p. (Instrumenta 4).

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC. Coordenadoria das Fortalezas da Ilha de Santa Catarina. **Fortaleza São José da Ponta Grossa**. Disponível em: <http://www.fortalezas.ufsc.br/fortaleza-ponta-grossa> Acesso em: Acesso em: 05 nov. 2018.

VIANA, Claudio Muniz. A organização da informação arquivística em arquivos dearquitetura do Núcleo de Pesquisa e Documentação da Faculdade de Arquitetura eUrbanismo – UFRJ. **Encontros Bibli**: revista eletrônica de biblioteconomia e ciênciada informação, Florianópolis, p. 23-39, jun. 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2011v16nesp1p23>. Acesso em: 05 nov. 2018

IDENTIFICAÇÃO DOS FUNDOS CUSTODIADOS PELO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS PARA ELABORAÇÃO DO GUIA DE PESQUISA ARQUIVÍSTICO E SUA DIFUSÃO NO ICA-AtoM

IDENTIFICATION OF FUNDS CUSTODIED BY THE PUBLIC ARCHIVE OF THE STATE OF AMAZONAS FOR THE PREPARATION OF THE ARCHIVAL RESEARCH GUIDE AND YOUR DISSEMINATION AT ICA-AtoM

Thaiana Caroline Pires dos Santos
Secretaria de Estado de Educação e Desporto Escolar/AM

Bianca da Silva Guedes
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas

Eliane Silveira Gonçalves
Universidade Federal do Amazonas

Márcia Fabíolla Holanda Ferreira
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas

Márcia Regina Guedes de Menezes
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas

Resumo

Este trabalho busca identificar fundos para criar um guia de pesquisa arquivístico do APEAM, utilizando a plataforma AtoM para difusão. Trata-se de uma pesquisa exploratória, descritiva e qualitativa, utilizando revisão bibliográfica e análise documental. A metodologia incluiu pesquisa de campo para coletar dados sobre a organização documental. O objetivo é criar uma base de dados para desenvolver os instrumentos de pesquisa do APEAM, contribuindo para a ampliação do conhecimento científico. A identificação dos fundos arquivísticos é a primeira etapa, seguida pela criação de um guia

de pesquisa que descreve os fundos e coleções do APEAM. Utilizando as diretrizes da Norma Brasileira de Descrição Arquivística (Nobrade), Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística ISAD(G) e Norma Internacional para Descrição de Instituições com Acervo Arquivístico (ISDIAH), o guia arquivístico facilitará a identificação dos itens existentes no acervo, a difusão deste através do software *Access to Memory* (Acesso à Memória), do Conselho Internacional de Arquivos proporcionará acesso online aos documentos, auxiliando na preservação do acervo documental.

Palavras-Chave: Arquivo Público do Estado do Amazonas; Guia; ICA-AtoM.

Abstract

This work search to identify funds to create an APEAM archival research guide of the Public Archives of the State of Amazonas, using the AtoM platform for dissemination. This is an exploratory, descriptive and qualitative research, using bibliographic review and documentary analysis. The methodology included field research to collect data on the documentary organization. The objective is to create a database to develop APEAM research instruments, contributing to the expansion of scientific knowledge. Identification of archival holdings is the first step, followed by the creation of a research guide that describes APEAM's holdings and collections. Using the guidelines of the Brazilian Standard for Archival Description (Nobrade), the General International Standard for Archival Description ISAD(G) and the International Standard for the Description of Institutions with Archival Collections (ISDIAH), the archival guide will facilitate the identification of items in the collection, the Dissemination of this through the Access to Memory software from the International Council on Archives will provide online access to documents, helping to preserve the documentary collection.

Keywords: Public Archives of the State of Amazonas; Guide; ICA-AtoM

INTRODUÇÃO

A origem do Arquivo Público do Estado do Amazonas (APEAM) remonta ao século XIX, com a criação da Província do Amazonas em 1850 pela Lei nº 582 e sua instalação oficial em 12 de janeiro de 1852. Poucos meses depois, em 18 de outubro, a Resolução nº 2 tratou

da organização do Arquivo Provincial, com novas referências ao arquivo aparecendo no Regulamento nº 2 de 1855, que estruturou a Secretaria de Governo. No período republicano, o Decreto nº 184 de 1897 formalizou o Arquivo sob um novo sistema, durante o governo de Fileto Pires Ferreira. No início do século XX, o Arquivo foi renomeado e integrado a outras repartições, passando por várias reorganizações e reformas, especialmente durante as gestões de Antônio Constantino Nery e Antônio Bittencourt. Na década de 1930, a preservação e modernização do Arquivo ganharam destaque, levando à criação da Diretoria de Arquivo e Biblioteca Pública em 1943. Nos anos seguintes, o Arquivo enfrentou várias mudanças administrativas, culminando na criação do Departamento de Arquivo Público em 1981 e no estabelecimento do Sistema Estadual de Arquivo em 1983.

Em 2017, importantes marcos foram estabelecidos com a aprovação do Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade de Documentos, bem como a instituição do Sistema de Arquivos e Gestão de Documentos do Estado do Amazonas (SAGED-AM), ambos regulamentados por decretos específicos.

Por fim, em 2023, o "Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade de Documentos das Atividades-Meio da Administração do Estado do Amazonas" e o "Manual de Gestão de Documentos do Estado do Amazonas" foram estabelecidos pelo Decreto nº 48.605, consolidando e atualizando as práticas de gestão documental do estado.

Tendo um acervo tão rico, mas precário em relação ao tratamento arquivístico, os fundos custodiados pelo APEAM, sempre foram fonte para pesquisadores que buscavam informações sobre diversas instituições provinciais e acontecimentos históricos, como por exemplo a Emancipação dos Escravos, que mostra o estado do Amazonas como um dos precursores na abolição da escravatura, conforme Neto (2011).

Outro acervo custodiado no APEAM é o fundo da Alfândega de Manaus, que durante final do século XIX e início do século XX foi a porta de entrada para produtos e pessoas advindas de documentos os cantos do mundo, e também a porta de saída de produtos locais que movimentaram por décadas a economia do Amazonas e do Brasil (Azevedo; Santos, 2020). Esse acervo mantém viva, através de seus documentos, a memória daquele período crucial para a economia do Amazonas e do Brasil.

Considerando a importância dos acervos custodiados no APEAM, o presente trabalho tem por objetivo identificar fundos para criar um guia de pesquisa arquivístico do APEAM, utilizando a plataforma AtoM para difusão[1]. Deste modo, tem por meta criar

1 O presente artigo integra o projeto "Política Administrativa do Estado do Amazonas: Gestão Governamental e Memória Institucional no período de 1846 a 1930" faz parte do Programa de Apoio à Consolidação das Instituições Estaduais de Ensino e /ou Pesquisa - PRÓ ESTADO - Resolução N. 022/2022 DCD 163/2023. O objetivo geral do projeto é conhecer a política administrativa do Estado do Amazonas e a atuação das instituições por meio da análise e tratamento técnico adequado do patrimônio documental do Estado do Amazonas no período de 1856 a 1930 custodiado no Arquivo Público do Estado, para assim preservar e dar acesso à memória institucional e administrativa do Estado do Amazonas.

uma base de dados para desenvolver os instrumentos de pesquisa do APEAM, contribuindo para a ampliação do conhecimento científico.

A identificação dos fundos arquivísticos é a primeira etapa, seguida pela criação de um guia de pesquisa que descreve os fundos e coleções do APEAM. A identificação desses fundos permitirá a implementação do ICA-AtoM no APEAM, proporcionando um avanço na disponibilização e visibilidade dos documentos do acervo. Isso auxiliará na recuperação da informação de forma rápida e eficiente, permitindo que os documentos sejam acessados não apenas por usuários internos da instituição, mas também por usuários externos que, por diversos motivos, não podem realizar a pesquisa de forma presencial. Além disso, a disponibilização online colabora para a preservação do acervo documental, já que muitos documentos são muito antigos e requerem cuidados especiais no manuseio. Tornando assim o acervo ainda mais eficiente como fonte para novas possibilidades de pesquisa

METODOLOGIA

Como metodologia, utilizou-se a pesquisa bibliográfica no sentido de ampliar o entendimento sobre o tema identificação de fundos arquivísticos. Além disso, essa pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, utilizando a análise documental para estudar os documentos que compõem os fundos do acervo e identificar os campos a serem utilizados no guia. A pesquisa também incluiu um estudo de campo, examinando os documentos do acervo para coletar dados sobre sua organização documental.

De acordo com Marconi e Lakatos (2017) e Gil (2019), a finalidade desta pesquisa classifica-se como aplicada, tendo em vista que seu objetivo é identificar os fundos arquivísticos no sentido de criar a base de dados para o desenvolvimento dos instrumentos de pesquisa do APEAM. Quanto aos objetivos, a pesquisa é classificada como exploratória, conforme indicado por Gil (2010).

Quanto aos procedimentos metodológicos para a identificação dos fundos arquivísticos foram utilizados: revisão de literatura sobre os requisitos teóricos exigidos para a identificação de fundos arquivísticos, pesquisa documental tendo como foco estudo dos documentos que compõem o acervo, para identificar os campos a serem utilizados no guia de pesquisa arquivística. Quanto ao guia de pesquisa, além de leitura sobre o tema como Lopes (2002) foi realizado leitura também da Norma Internacional para Descrição de Instituições com Acervo Arquivístico (ISDIAH) (2009), da Norma Brasileira de Descrição – Nobrade (2006) e Norma geral internacional de descrição arquivística (ISAD(G)) (2000).

Essa metodologia permitiu uma abordagem de identificação dos fundos custodiados pelo Arquivo Público do Estado do Amazonas, visando à criação de um guia de pesquisa eficaz e de qualidade.

Cada fundo terá os seguintes campos a serem descritos:

1. **Código de referência**: código do FUNDO
2. **Título**: o título do fundo
3. **Data (s)**: as datas que delimitam o fundo
4. **Nível de descrição**: fundo, série, subsérie, seção subseção, dossiê, item documental
5. **Dimensão e suporte**: caixa, livro, metros lineares, gênero,
6. **Produtor/Acumulador** (História Institucional): Histórico do fundo: quando foi criado, se foi extinto, quantas seções foi composto, funções e atribuições empregados, e como foi a mudança da monarquia para a República. Obrigatório citar fontes consultadas.
7. **Entidade custodiadora**: Arquivo Público do Estado do Amazonas (APEAM)
8. **História Arquivística**: descrever o histórico da documentação, se puder, seu armazenamento, mudanças de regulamentos, organização do acervo ao longo do tempo, se houve separação, dispersão e junção do acervo ao longo dos anos. Obrigatório citar fontes consultadas
9. **Conteúdo**: Descrever o conteúdo, temas, documentos mais antigos e recentes, quais assuntos mais tratados com frequências (se possível).
10. **Classificação**: Como está organizado o acervo: manuscrito, impresso, cartográfico, icnográfico, se por tema, assunto, cronológico, seção, série, subsérie, apresentar os grupos, se for o caso. Obrigatório citar fontes consultadas
11. **Condições de acesso**: informar as condições de acesso
12. **Condições de reprodução**: informar as condições de reprodução
13. **Características físicas e requisitos técnicos**: informar o estado de conservação, se já há material microfilmado ou digitalizado, se há instrumentos de pesquisas prontos ou em fase de elaboração.

14. **Nomes relacionados**: Informar todos os nomes pelos quais o fundo é mencionado na documentação.

15. **Identificador da Instituição**: código da instituição (DIBRARQ)

16. **Data da descrição**: 2023/2024

17. **Nota do Arquivista**: o que tiver de relevante a ser informado

RESULTADOS: IDENTIFICAÇÃO DOS FUNDOS E GUIA DE PESQUISA: ENTENDIMENTO E ELABORAÇÃO

Identificação do Fundo Arquivístico

Conforme o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística e a Nobrade, fundo arquivístico é o conjunto de documentos de uma mesma proveniência. Já o princípio da proveniência, de acordo com o mesmo dicionário, é o termo que indica a entidade produtora do documento, e é o princípio norteador básico da Arquivologia, que para ser respeitado não deve haver mistura de documentos de unidades produtoras diferentes. O que aponta a relação do entendimento de fundo arquivístico com o princípio da proveniência, pois vincula os conjuntos documentais com o contexto de produção e os organismos produtores. De acordo com Sousa (2003), o fundo arquivístico só existe quando o princípio da proveniência é aplicado.

De acordo com Bellotto (2006, p. 128) fundo é o conjunto de documentos, em qualquer formato ou suporte, produzidos de forma orgânica e/ou reunidos e utilizados por uma pessoa física, família ou instituição no exercício de suas atividades e funções, e que são preservados como prova ou testemunho legal e/ou cultural, não devendo ser mesclados aos documentos de outros fundos

Quanto a identificação dos fundos arquivísticos custodiados pelo APEAM, foi a primeira etapa a ser realizada, pois como bem cita Bellotto (2006), no sentido de ser a primeira etapa a ser realizada, "antes de qualquer outro processamento técnico". Assim, para a identificação dos órgãos que formam os fundos custodiados pelo APEAM, foram levados em consideração cinco aspectos elencados por Bellotto (2006, p. 132):

> possuir nome, ter sua existência jurídica resultante de lei, decreto, resolução etc.; ter atribuições precisas, também estabelecidas por lei; ter subordinação conhecida, firmada por lei; ter um chefe com poder de decisão, dentro de sua área legal de ação; ter uma organização interna.

Esses parâmetros também foram preconizados por *Michel Duchein*, que estabelece os critérios pelos quais um organismo público ou privado pode ser caracterizado como um produtor arquivístico. E por Cook (2017), que resume todos os autores que já se debruçaram sobre os critérios de estabelecimento de fundos arquivísticos, Cook *(2017, p. 19)* ainda salienta que:

> O simples ato de produzir documentos não define necessariamente um fundo. O contexto administrativo em que a produção ocorreu, a natureza da função exercida que levou à criação dos documentos e o controle exercido sobre o sistema de arquivamento são outros fatores relevantes.

O que se percebe a partir da pesquisa é que a província do Amazonas foi criada pela lei 582 de 05 de setembro de 1850 e instalada em 01 de janeiro de 1852. Segundo o Relatório de Presidente de província de 30 de abril de 1852, a província foi instalada com as seguintes repartições: Correios; Fazenda; Guarda Nacional; Instrução Pública; Polícia; Secretaria de Presidência

Além destas repartições, já havia a Câmara Municipal, pois Manaus foi elevada à categoria de vila em 1833, quando ainda se chamava Lugar da Barra do Rio Negro. Nesse período também foi criada a Repartição de Obras Públicas. Salienta-se ainda que no decreto 582 especifica-se que a nova província terá uma Assembleia Provincial composta de vinte deputados.

Com o mapeamento das instituições vamos a uma breve descrição delas e sua documentação:

FUNDO _ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA (ALEAM): Criada em 1850 juntamente com a Província era composta por deputados provinciais seu fundo é composto por seus Anais, por ofícios recebidos e expedidos, tanto para o Presidente de Província quanto para as demais repartições provinciais. Seus trabalhos se iniciaram no dia 03 de maio de 1853 conforme Resolução nº 01 de 15 de outubro de 1852. O fundo da ALEAM é composto de dez caixas-arquivos contendo os anais da Assembleia, além de mais de 18 livros manuscritos contendo ofícios, solicitações, requerimento, qualificação de eleitores, projetos de leis, minutas e cartas.

FUNDO _ CÂMARA MUNICIPAL DE MANAUS (CMM): Manaus foi elevada à categoria de vila em 1833, quando ainda se chamava Lugar da Barra do Rio Negro, o fundo da Câmara Municipal é composto por manuscritos que contém ofícios, solicitações, requerimento, qualificação de eleitores, projetos de leis, minutas e cartas, pois o modelo de Câmara Municipal adotado no Império correspondia as atividades legislativo, executivo e judiciário, passando apenas na República a ficar somente com legislativo.

FUNDO _ CORREIOS: A repartição dos Correios foi criada para tratar das correspondências oficiais tratadas entre a Província do Amazonas com a Corte, no Rio de Janeiro, e com as outras províncias do Império do Brasil. Uma vez que a correspondência era transportada em navios e vapores com passagens e autorizações concedidas pelo Presidente da Província. Seus manuscritos são compostos por ofícios expedidos e recebidos além das demandas inerentes a repartição.

FUNDO _ FAZENDA PROVINCIAL: A Fazenda Provincial era a repartição responsável pela coleta de impostos, controle de saída e entrada de mercadorias, entrada e saída de navios e vapores, relação de passageiros, gênero alimentícios, pagamento dos empregados provinciais, destinação de verbas as obras públicas, e todo o serviço referente a repartição. Sua documentação é composta por mais de cem livros manuscritos com ofícios recebidos e expedidos, orçamentos, receitas, despesas, pauta de preços de gêneros alimentícios, coleta de impostos do interior, quadro de ponto de empregados e livro de protocolo.

FUNDO _ GUARDA NACIONAL: A Guarda Nacional era força militar do Império com destacamento em todas as províncias do império, correspondendo às capitais e interior. Era regulada pela Corte, no Rio de Janeiro, submetida ao Presidente da Província. Era responsável pela defesa de fronteiras, no caso do Amazonas, segurança das repartições e escolta de recrutas e soldados do Exército. O fundo da Guarda Nacional é composto por ofícios recebidos e expedidos, cópias dos Avisos do Ministério da Guerra, correspondência trocada e recebida com o presidente da província, quadro de batalhões, revistas dos oficiais, relato das situações dos fortes e fronteiras.

FUNDO _ INSTRUÇÃO PÚBLICA: A Instrução Pública correspondia a atual secretaria de Educação, no Império, a instrução pública começava com o Ensino de Primeiras Letras, e havia escolas destinadas aos meninos, as meninas e mistas em alguns locais do Brasil. No Amazonas, o exemplo mais notável é a Escola de Nossa Senhora dos remédios, o Instituto de Educandos Artífices, destinados aos meninos desvalidos, assim considerados os órfãos e crianças sem condições de sustento, o Asilo Orfanológico Elisa Souto, destinadas às meninas órfãs. O fundo da Instrução possui documentação referente a criação de escolas na capital e interior, criação de cadeiras para docentes, solicitações de pagamento dos funcionários, pedidos de reparos das casas ou prédios que serviam de escolas, ofícios recebidos e expedidos com o presidente da província e com o interior, quadros de funcionários, diários com relação de alunos, duração das aulas, disciplinas e professores.

FUNDO _ OBRAS PÚBLICAS: O fundo das Obras Públicas corresponde a documentação referente a todas as obras públicas da província, como a ponte do Educandos, Igreja Matriz, reformas de prédios públicos, Teatro Amazonas, olarias, além da documentação interna da repartição como ofícios expedidos e recebidos, solicitações de verbas, solicitações de pagamento, orçamento das obras, pedidos de materiais, relação de empregados.

FUNDO _ POLÍCIA: O fundo da Repartição de Polícia trata dos casos de crimes de todos os graus, perturbação da ordem, prisão de desertores, auxiliavam no levantamento de número de habitantes dos locais em que se encontrava sediada, além de ofícios expedidos e recebidos, quadros de funcionários, exonerações, nomeações e substituições de policiais, licenças, solicitações de pagamento, mapas de força policial, controle dos meretrícios, além de auxílio nas comissões de socorros públicos em tempos de epidemias.

FUNDO _ SECRETARIA DO GOVERNO: A Secretaria do Governo é o fundo mais extenso do APEAM, é composto por mais de cem livros manuscritos, pois é a principal repartição provincial pois por ela passa toda a documentação enviada da Corte, no Rio de Janeiro, assim como das demais províncias do Império, bem como das repartições provinciais da capital e do interior. Sua documentação é composta de ofícios recebidos e expedidos, atestados, solicitações, requerimentos, cartas, orçamentos, receitas, despesas, minutas de projetos de leis, leis e decretos, quadros demonstrativos das forças militares.
A administração pública do Brasil Imperial era centralizada na figura do Imperador que dispunha de ministérios para assessorá-lo nos mais diversos assuntos. Quando a província do Amazonas foi instalada em 1852 o presidente da província fazia valer a autoridade do imperador no local, nomeado diretamente por carta imperial, o presidente viria a administrar o local conforme as determinações da corte, mas também se atentando para a realidade provincial o qual se encontrava.

A CONSTRUÇÃO DO GUIA ARQUIVÍSTICO DO APEAM

A criação de instrumentos de pesquisa, como o guia geral de fundos, é fundamental para a organização e acesso aos acervos do APEAM. Como parte da recente reorganização do arquivo, optou-se por desenvolver esse guia, já que o acervo ainda não está descrito em detalhes. Essa iniciativa permitirá a obtenção de uma visão geral dos fundos, facilitando a consulta e garantindo a conformidade com padrões arquivísticos nacionais e internacionais.

Pela necessidade de fornecer, antes de qualquer particularidade, uma visão geral dos fundos do arquivo, seus serviços e possibilidades de acesso, o primeiro instrumento

a ser elaborado deve ser o guia, (Bellotto, 2014, p. 282). Utilizado para conjuntos documentais amplos, e pelo fato do acervo do APEAM ainda não estar descrito ao nível de elementos documentais, é a partir da elaboração do guia que poderá ser obtido todas as informações básicas, técnicas, e será possível ter uma visão geral dos fundos. Na atividade desenvolvida no APEAM será utilizado a ISDIAH, Nobrade e ISAD (G).

A Nobrade é uma norma específica brasileira que define padrões e diretrizes para a descrição arquivística. Ela foi desenvolvida pelo Conselho Nacional de Arquivos (Conarq) e é utilizada no Brasil como uma referência para a descrição de documentos arquivísticos e tem como objetivo de harmonizar a prática arquivística no país, proporcionando consistência na descrição de acervos arquivísticos.

Enquanto a Normas Gerais Internacionais de Descrição Arquivística (ISAD(G)) é uma norma internacional elaborada pelo Conselho Internacional de Arquivos (ICA) que também fornece diretrizes para a descrição arquivística. Ela é amplamente utilizada em todo o mundo como uma referência global e serve como base para muitas normas nacionais, incluindo a Nobrade no contexto brasileiro.

A Norma Internacional para Descrição de Instituições com Acervo Arquivístico (ISDIAH) é um padrão internacional que descreve instituições que mantêm acervos arquivísticos. Desenvolvido pela Comissão de ICA, o ISDIAH é utilizado para garantir uma descrição uniforme e padronizada dessas instituições, facilitando o intercâmbio de informações e o acesso a esses acervos em contextos nacionais e internacionais. Aborda elementos como a identidade da instituição, detalhes de contato, estrutura administrativa, contexto histórico e cultural, entre outros. Ele é projetado para ser usado em conjunto com outros padrões de descrição arquivística, como o ISAD(G) e o ISAAR(CPF), garantindo que as descrições sejam consistentes e integradas dentro de sistemas de informação arquivística.

Conforme Lopez, (2002, p.24), o guia se divide em duas partes distintas. A primeira são os dados básicos relacionados à instituição arquivística, como endereço, telefone, horário de funcionamento e demais aspectos relacionados à instituição em si. Na segunda parte do Guia, Lopez, (2002, p. 28), descreve de forma sumária os fundos e coleções, identificando o nome do fundo, caraterísticas, condições físicas gerais do acervo, estágio de organização, quantidades e datas-limite, instrumentos de pesquisa disponíveis, bem como outros aspectos relacionados ao fundo. Além dessas informações é necessário a descrição dos fundos de forma clara e concisa e que se preste à finalidade de difusão e instrumento de pesquisa.

Quadro 2 - Exemplo de identificação da Instituição Custodiadora

Identificação da Instituição
Instituição: Arquivo Público do Estado do Amazonas – APEAM **Localização**: Rua Bernardo Ramos, 265 - Centro, Manaus - AM, 69005-360 **Telefone**: (92) 99337-6401 **Horário de funcionamento**: de segunda a sexta das 08h às 14h; exceto feriados **Chefe**: Marcelo Araújo Silva **Consulta**: A consulta ao acervo se dá mediante agendamento de formulário eletrônico informando o tema da pesquisa e a documentação desejada. Todo acervo está disponível para consulta, exceto aqueles que se encontram indisponíveis devido a deterioração do documento. **Reprodução**: é permitida reprodução por meio de fotografias sem flash. É proibido o uso de scanners.

Fonte: o próprio autor.

Quadro 3 – Exemplo de identificação do Fundo Secretaria de Governo

Identificação do Fundo
Código de referência: a ser criado **Data (s)**: 1852 - 1930 **Nível de descrição**: Fundo **Dimensão e suporte**: Dimensão: 440 livros, _ caixas, _ pasta, __ metros lineares. **Suporte**: papel. **Gênero**: textual. **Produtor/Acumulador (História Institucional)**: A Secretaria do Governo foi criada no mesmo ano de instalação da Província: 1852, e era fundamental para a administração pública, pois era a repartição que recebia toda a documentação que vinha do exterior da província, como os ofícios dos presidentes de províncias do Império, além da documentação vinda diretamente da Corte, no Rio de Janeiro, ao chegar aqui o secretário despachava a documentação para a repartição competente. A secretaria também recebia a documentação vinda de diferentes partes do interior, além da documentação das demais repartições instaladas na capital, recebia ainda ofícios e requerimentos de pessoas civis. **Entidade custodiadora**: Arquivo Público do Estado do Amazonas - APEAM **História Arquivística**: Segundo seu regulamento de 18 de outubro de 1852 a repartição contaria com cinco empregados, além do secretário da repartição, a saber: um oficial maior, um oficial, dois amanuenses, e um porteiro, sendo que o amanuense que servisse de arquivista ganharia uma gratificação de 300$000 de réis. (01). Tendo cada empregado suas atribuições especificadas pelo regulamento. Em 1855 o regulamento foi reformulado e aumentou-se o número de empregados, sendo: o secretário da repartição, um oficial maior, dois oficiais, um amanuense, um porteiro. Em 1869 passa por nova organização (03) e é dividida em três seções com a documentação sendo organizada de acordo com Ministérios Imperiais a saber: Seção 01: Ministérios Império, Agricultura, Comércio e Obras Públicas Seção 02: Ministérios da Guerra, Marinha, Negócios Estrangeiros Seção 03: Ministérios da Fazenda e Justiça **Conteúdo:** Sua documentação é composta de ofícios recebidos e expedidos, atestados, solicitações, requerimentos, cartas, orçamentos, receitas, despesas, minutas de projetos de leis, leis e decretos, quadros demonstrativos das forças militares da província, quadro de ponto de empregados, provas e editais para cargos públicos. **Classificação:** De acordo com o Regulamento de 1869 a secretaria seria dividida em 03 seções de acordo com os Ministérios Imperiais, e dentro de cada uma das seções seria distribuída a documentação das repartições provinciais **Condições de acesso:** Os documentos podem ser reproduzidos por via fotográfica ou digital, mediante acompanhamento dos técnicos responsáveis. **Características físicas e requisitos técnicos:** A maior parte dos documentos está em bom estado de conservação, alguns necessitando de pequenos reparos. Documentos digitalizados, devem preferencialmente ser **acessados através de suas cópias preservando os originais.** **Nomes relacionados:** Palácio do Governo; Secretaria da Presidência; Secretaria de Presidente de Província; Secretaria do Governo; **Identificador da Instituição:** AM APEAMAM **Data da descrição:** abril de 2024 **Nota do Arquivista:**

Fonte: o próprio autor

As considerações dos exemplos de identificação do APEAM e do Fundo da Secretaria de Governo destacam a importância da organização e descrição detalhada dos acervos. O primeiro exemplo enfatiza a importância de informações claras sobre a localização, horários, e condições de acesso aos documentos, garantindo que os usuários saibam como consultar e reproduzir os materiais. Já o segundo exemplo detalha a estrutura organizacional e histórica do Fundo da Secretaria de Governo, fornecendo um panorama completo da origem, conteúdo e condições de acesso ao acervo, o que é crucial para a pesquisa e preservação da memória institucional.

ICA-AtoM como ferramenta de difusão da informação

Um dos objetivos da identificação dos fundos custodiados pelo APEAM é a criação de seus instrumentos de pesquisa, a começar pelo desenvolvimento do guia arquivístico, e fazer a utilização da ferramenta (*Access to Memory*), ICA-AtoM, para difusão do acervo.

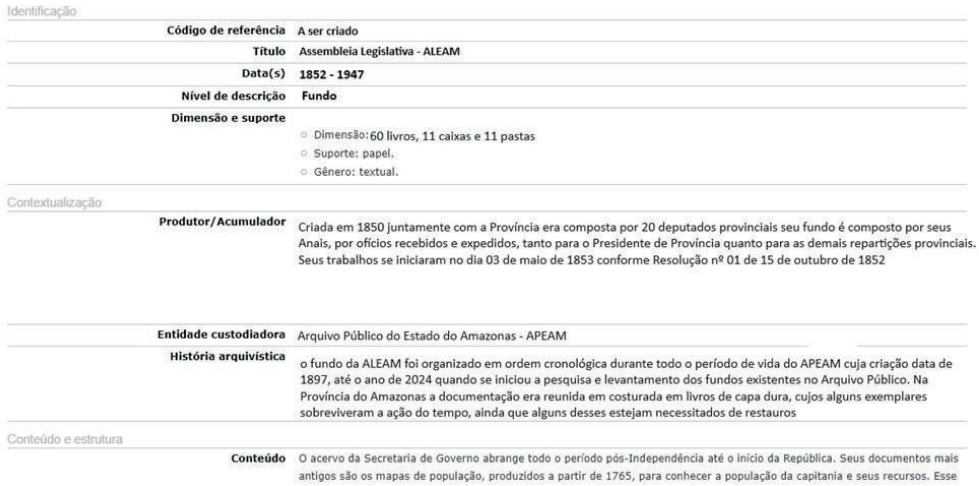
Nesse sentido, o AtoM é uma plataforma de livre acesso, que busca disponibilizar as descrições arquivísticas de fundo documental de forma online, para que usuários que não podem fazer consultas presencialmente também possam ter acesso à informação. O ICA-AtoM baseia-se nas normas de descrição do ICA. É um software livre de código fonte aberto desenvolvido pelo CIA em com parceiros internacionais.

O ICA-AtoM consiste, assim, em uma ferramenta importante aos arquivos, visto que são unidades que têm a capacidade de divulgar e de difundir o uso dessa ferramenta, inclusive propondo melhorias. Além disso, existe uma política governamental de alinhamento nacional no que se refere ao incentivo à utilização de software livre nas instituições no âmbito federal, estadual e municipal (Cé, 2016, p. 95).

As instituições podem fazer o download de forma gratuita do ICA-AtoM, com a perspectiva de difundir o acesso online, promovendo a pesquisa e a preservação dos acervos, como elemento facilitador esse software possui suporte a vários idiomas incluindo inglês, francês, espanhol, holandês, português e português do Brasil, (Pavezi, 2013, p. 9).

Dentro de todo este contexto do ICA-AtoM, abaixo podemos ver como prévia de como ficará a descrição do fundo da ALEAM, dentro da ferramenta:

Figura 1 - Tela de visualização de metadados do ICA-AtoM



Identificação

Código de referência	A ser criado
Título	Assembleia Legislativa - ALEAM
Data(s)	1852 - 1947
Nível de descrição	Fundo
Dimensão e suporte	Dimensão: 60 livros, 11 caixas e 11 pastas Suporte: papel. Gênero: textual.

Contextualização

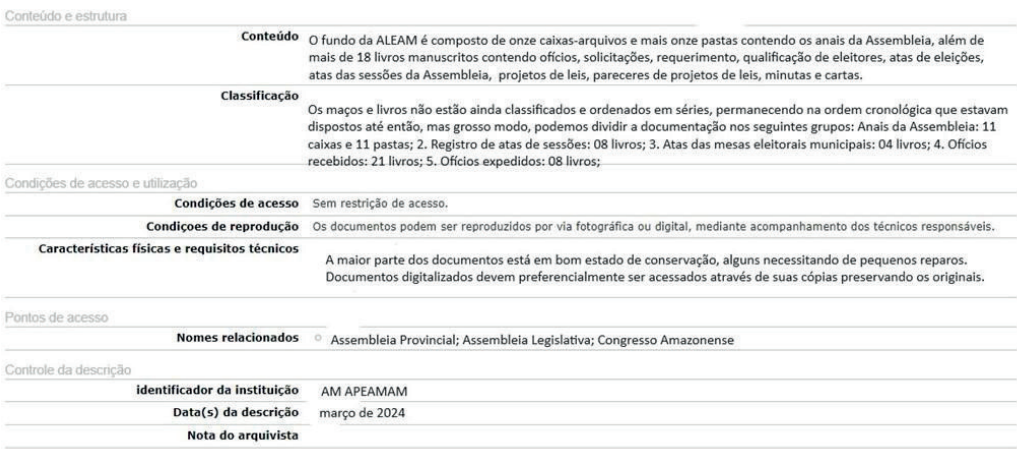
Produtor/Acumulador	Criada em 1850 juntamente com a Província era composta por 20 deputados provinciais seu fundo é composto por seus Anais, por ofícios recebidos e expedidos, tanto para o Presidente de Província quanto para as demais repartições provinciais. Seus trabalhos se iniciaram no dia 03 de maio de 1853 conforme Resolução nº 01 de 15 de outubro de 1852
Entidade custodiadora	Arquivo Público do Estado do Amazonas - APEAM
História arquivística	o fundo da ALEAM foi organizado em ordem cronológica durante todo o período de vida do APEAM cuja criação data de 1897, até o ano de 2024 quando se iniciou a pesquisa e levantamento dos fundos existentes no Arquivo Público. Na Província do Amazonas a documentação era reunida em costurada em livros de capa dura, cujos alguns exemplares sobreviveram a ação do tempo, ainda que alguns desses estejam necessitados de restauros

Conteúdo e estrutura

Conteúdo	O acervo da Secretaria de Governo abrange todo o período pós-Independência até o início da República. Seus documentos mais antigos são os mapas de população, produzidos a partir de 1765, para conhecer a população da capitania e seus recursos. Esse

Fonte: o próprio autor, 2024.

Figura 2: Continuação da Tela de visualização de metadados do ICA-AtoM



Conteúdo e estrutura

Conteúdo	O fundo da ALEAM é composto de onze caixas-arquivos e mais onze pastas contendo os anais da Assembleia, além de mais de 18 livros manuscritos contendo ofícios, solicitações, requerimento, qualificação de eleitores, atas de eleições, atas das sessões da Assembleia, projetos de leis, pareceres de projetos de leis, minutas e cartas.
Classificação	Os maços e livros não estão ainda classificados e ordenados em séries, permanecendo na ordem cronológica que estavam dispostos até então, mas grosso modo, podemos dividir a documentação nos seguintes grupos: Anais da Assembleia: 11 caixas e 11 pastas; 2. Registro de atas de sessões: 08 livros; 3. Atas das mesas eleitorais municipais: 04 livros; 4. Ofícios recebidos: 21 livros; 5. Ofícios expedidos: 08 livros;

Condições de acesso e utilização

Condições de acesso	Sem restrição de acesso.
Condiçoes de reprodução	Os documentos podem ser reproduzidos por via fotográfica ou digital, mediante acompanhamento dos técnicos responsáveis.
Características físicas e requisitos técnicos	A maior parte dos documentos está em bom estado de conservação, alguns necessitando de pequenos reparos. Documentos digitalizados devem preferencialmente ser acessados através de suas cópias preservando os originais.

Pontos de acesso

Nomes relacionados	Assembleia Provincial; Assembleia Legislativa; Congresso Amazonense

Controle da descrição

identificador da instituição	AM APEAMAM
Data(s) da descrição	março de 2024
Nota do arquivista	

Fonte: O próprio autor, 2024

Nessa perspectiva, o ICA-AtoM é um grande aliado na difusão dos conjuntos documentais, pois é uma ferramenta de grande utilização e aplicação internacional pela comunidade arquivística, tornando-se assim relevante no contexto institucional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho vimos como a identificação dos fundos arquivísticos é uma ação fundamental para a criação dos instrumentos de pesquisa, neste caso o guia arquivístico, que é o primeiro dentro do nível hierárquico de descrição dos instrumentos de pesquisa.

Apresentamos conceitos de fundo arquivístico, os critérios para identificação desses fundos, bem como a aplicação desses para a identificação dos fundos custodiados pelo Arquivo Público do Estado do Amazonas. Foi descrito o conceito do guia de pesquisa, e sua importância para começar a utilização do aplicativo ICA-AtoM no APEAM, para aumentar sua visibilidade, e proporcionar a difusão do acervo deste.

Para se atingir a elaboração da descrição dos fundos foram utilizadas a Nobrade, ISAD(G) e ISDIAH. A Nobrade, o ISAD(G) e o ISDIAH são padrões utilizados para a elaboração de guias de arquivos, cada um com funções complementares. Juntos, garantem uma descrição completa e padronizada dos arquivos e das instituições

Disponibilizar acesso aos conjuntos documentais das instituições de memória proporciona ao cidadão a possibilidade de obter mais conhecimento e o uso do ICA-AtoM mostra-se como um elemento chave, que permite descrever, difundir e fornecer acesso à informação, sendo um grande auxílio na construção da cidadania do indivíduo. A utilização dessa aplicação pelo APEAM é um grande passo para estimular ainda mais a sua visibilidade na sociedade amazonense, que muitas vezes desconhece a existência da própria instituição e consequentemente da história de sua cidade e estado.

A descrição detalhada dos acervos, como exemplificado pelo Fundo da Secretaria de Governo, é essencial para a pesquisa e preservação da memória institucional, assegurando que os usuários tenham acesso adequado e organizado às informações históricas e documentais. Além disso, a estruturação clara dos dados sobre a instituição e seus acervos fortalece a transparência e a eficiência no uso dos recursos arquivísticos, promovendo a difusão e preservação do patrimônio histórico-cultural.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Rodolfo; SANTOS, Thaiana. **Reflexões sobre o fundo documental da Alfândega de Manaus**. Manaus: Manduarisawa, 2020. Disponível em: https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/manduarisawa/article/view/7594. Acesso em 10 ago. 2024.

Arquivo Nacional. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

BELLOTTO. Heloísa Liberalli. **Arquivos Permanentes.** Tratamento documental.4º edição, Rio de Janeiro de 2006.

BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos. **ISDIAH**: Norma Internacional para Descrição de Instituições com Acervo Arquivístico. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2009.

BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos. **Nobrade**: Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

CE, Graziella**. Uma política de identificação de fundos, descrição e difusão documental em instituições federais de ensino superior (IFES)**. Dissertação (mestrado) - Curso de Mestrado de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural, Área de Concentração em Patrimônio documental – Universidade Federal de Santa Maria, 2016.

Conselho Internacional de Arquivos **ISDIAH:** Norma internacional para descrição de instituições com acervo arquivístico/Conselho Internacional de Arquivos; tradução de Vitor Manoel Marques da Fonseca. - Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2009.

COOK, Terry. **O conceito de fundo arquivístico**: teoria, descrição e proveniência na era pós-custodial [recurso eletrônico] / Tradução de Silvia Ninita de Moura Estevão e Vitor Manoel Marques da Fonseca. -- Dados eletrônicos. -- Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2017

COSTA, Cybele Morais da; **Socorros Públicos:** as bases da saúde pública na Província do Amazonas. Dissertação (Mestrado em História Social). Departamento de História, Instituto de Ciências Humanas e Letras - ICHL. Universidade Federal do Amazonas - UFAM, 142 f., 2008.

DUCHEIN, Michael. **O respeito aos fundos em arquivística**: princípios teóricos e problemas práticos. Arquivo e Administração. Rio de Janeiro, v. 10-14, n. 1, p. 1-64, abr. 1982 a ago. 1986. Disponível em: <http://koha.an.gov.br/cgi-bin/koha/opac-retrieve- file.pl?id=e39198de8d111bc0c2de9793c31741c3>. Acesso em 18 jan. 2024.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2019.

ISAD(G): **Norma geral internacional de descrição arquivística**: segunda edição, adotada pelo Comitê de Normas de Descrição, Estocolmo, Suécia, 19-22 de setembro de 1999, versão final aprovada pelo CIA. – Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2000

LOPEZ, André Porto Ancona. **Como descrever documentos de arquivo:** elaboração de instrumentos de pesquisa. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2002. Disponível em: <http://www.arqsp.org.br/arquivos/oficinas_colecao_como_fazer/cf6.pdf>. Acesso em 20 set. 2023.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2017.

NETO, Provino Pozza. **Ave Libertas**: ações emancipacionistas no Amazonas Imperial. Dissertação (Mestrado em História Social). Departamento de História, Instituto de Ciências Humanas e Letras - ICHL. Universidade Federal do Amazonas - UFAM, 167 f, 2012.

RABELO, Ana Paula de Souza; **Do templo de taipa ao templo de pedra:** a construção da Igreja Matriz de Manaus (1858-1878)**.** Dissertação (Mestrado em História Social). Departamento de História, Instituto de Ciências Humanas e Letras - ICHL. Universidade Federal do Amazonas - UFAM, 167 f, 2012. Disponível em: https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/3744. Acesso em 10 ago. 2024.

SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de. Os princípios arquivísticos e o conceito de classificação. In: RODRIGUES, Georgete Medleg; LOPES, Ilza Leite. (Org.). **Organização e representação do conhecimento na perspectiva da ciência da informação.** Brasília: Thesaurus, 2003, v. 2, p.240-269. Disponível em: <http://icts.unb.br/jspui/bitstream/10482/1439/1/CAPITULO_PrincipiosArquivisticosConitoClassifica%C3%A7%C3%A3o.pdf.> Acesso em 18 jan. 2024.

A IDENTIFICAÇÃO TIPOLÓGICA COM O *GOOGLE FORMS*: AÇÕES PRÁTICAS DO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS

TYPOLOGICAL IDENTIFICATION WITH GOOGLE FORMS: PRACTICAL ACTIONS OF THE AMAZONAS STATE PUBLIC ARCHIVE

Márcia Fabíolla Holanda Ferreira
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas

Márcia Regina Guedes de Menezes
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas

Eliane Silveira Gonçalves
Universidade Federal do Amazonas

Bianca da Silva Guedes
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas

Thaiana Caroline Pires dos Santos
Secretaria de Educação e Desporto Escolar/AM

Resumo

A identificação tipológica, também conhecida como identificação arquivística, é um dos métodos que auxilia no alcance da descrição arquivística. Este trabalho tem como objetivo apresentar a utilização do *Google Forms* como ferramenta de auxílio na identificação tipológica dentro das ações desenvolvidas no Arquivo Público do Amazonas - APEAM no âmbito do projeto "Política Administrativa do Estado do Amazonas: Gestão Governamental e Memória Institucional no período de 1846 a 1930", financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas – FAPEAM. A atividade de identificação realizada através de formulário digital no *Google Forms* visa extrair elementos fundamentais que caracterizam os documentos do APEAM para viabilizar a elaboração de instrumentos de pesquisa. O que se observa como resultado parcial é a possibilidade de um conhecimento

mais profundo e abrangente do acervo. Espera-se que com a padronização e a automatização da atividade de identificação seja possível garantir seu controle e sua continuidade.

Palavras-Chave: Identificação Tipológica; Prática arquivística; Automatização.

Abstract

Typological identification, also known as archival identification, is one of the methods that helps achieve archival description. This work aims to present the use of *Google Form*s as a tool to assist in the typological identification of actions developed in the Public Archive of Amazonas - APEAM within the scope of the project "Administrative Policy of the State of Amazonas: Government Management and Institutional Memory in the period from 1846 to 1930 ", funded by the Amazonas State Research Support Foundation – FAPEAM. The identification activity carried out through a digital form on *Google Forms* aims to extract fundamental elements that characterize APEAM documents to enable the development of research instruments. What is observed as a partial result is the possibility of a deeper and more comprehensive knowledge of the collection. It is expected that with the standardization and automation of identification activity it will be possible to guarantee its control and continuity.

Keywords: Typological identification; Archival practice; Automation.

INTRODUÇÃO

O Arquivo Público do Estado do Amazonas (APEAM) foi criado pelo Decreto nº 184, de 19 de agosto de 1897, no governo de Fileto Pires Ferreira e era inicialmente ligado à Diretoria de Estatística. Hoje, está vinculado à Secretaria de Estado de Administração e Gestão (SEAD), e além de deter a custódia da documentação administrativa produzida pelo Governo do Amazonas desde a instalação da Província, em 1850, também é responsável pela coleta, organização, armazenamento e recuperação dos documentos oriundos dos órgãos e entidades da Administração Estadual, bem como pelo desenvolvimento de políticas públicas de arquivo no âmbito estadual.

O acervo do APEAM é composto por mais de 3.179 metros lineares, dos quais 2.150 são manuscritos do final do século XIX e início do século XX. São documentos como: a

correspondência oficial que os presidentes de província trocavam com os inspetores e diretores das diversas repartições públicas existentes no Amazonas; anais, projetos de lei e atas de sessões ordinárias e extraordinárias da Assembleia Legislativa do Amazonas; mapas de carga com despacho de gêneros nacionais para importação e exportação que saíam nas embarcações do Porto de Manaus e interior; solicitações de bens e materiais para o abastecimento e funcionamento das repartições, e mapas cartográficos da cidade de Manaus, entre outros. O Arquivo também detém a custódia de documentos como Diário Oficial, Livros da Alfândega (1876 – 1920) e fichas funcionais de servidores públicos do Governo do Amazonas e da própria SEAD.

Tamanha acumulação de documentos ao longo de mais de um século demanda a necessidade de conhecimento formal da documentação e de sua localização física. No entanto, o acervo do APEAM não possuía tratamento técnico adequado e nem dispunha de instrumentos de pesquisa consolidados que pudessem auxiliar nesse processo de localização de documentos.

Em vista desse panorama surgiu o projeto[1] "Política Administrativa do Estado do Amazonas: Gestão Governamental e Memória Institucional no período de 1846 a 1930", que vem sendo desenvolvido no APEAM desde agosto de 2023 e visa, dentre outros objetivos específicos, arranjar e descrever os fundos documentais sob sua custódia, bem como elaborar e disponibilizar instrumentos de pesquisa como guia e inventário, para que seja possível dar acesso à documentação de valor histórico do Amazonas.

O presente trabalho tem por objetivo apresentar a utilização do *Google Forms* como ferramenta de auxílio na identificação tipológica dentro das ações desenvolvidas no APEAM, no âmbito do referido projeto, através de pesquisa na literatura sobre a prática da identificação e da descrição com posterior confecção de um modelo de formulário eletrônico de identificação tipológica com os elementos coletados na literatura.

Para isso, a implementação de ações que permitam o reconhecimento do acervo é essencial e, segundo Bellotto (2006), "a descrição é a única maneira de possibilitar que os dados contidos nas séries e/ou unidades documentais cheguem até os pesquisadores." A descrição arquivística é, portanto, imprescindível para o controle, a preservação e a difusão de acervos permanentes.

1 O Projeto "Política Administrativa do Estado do Amazonas: Gestão Governamental e Memória Institucional no período de 1846 a 1930" faz parte do Programa de Apoio à Consolidação das Instituições Estaduais de Ensino e /ou Pesquisa - PRÓ ESTADO - Resolução N. 022/2022 DCD 163/2023. O objetivo geral do projeto é conhecer a política administrativa do Estado do Amazonas e a atuação das instituições por meio da análise e tratamento técnico adequado do patrimônio documental do Estado do Amazonas no período de 1856 a 1930 custodiado no Arquivo Público do Estado, para assim preservar e dar acesso à memória institucional e administrativa do Estado do Amazonas.

DESCRIÇÃO DOCUMENTAL E A NORMA BRASILEIRA DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA (NOBRADE)

A descrição documental é uma função fundamental no contexto arquivístico, responsável por assegurar que os documentos sejam devidamente identificados e acessíveis para consulta e pesquisa. Este processo envolve a extração de informações do conteúdo e da estrutura dos documentos, com o objetivo de criar registros precisos e consistentes.

A descrição documental é considerada uma das sete funções arquivísticas e é constituída por uma série de procedimentos cuja aplicação é mais comum em arquivos permanentes (Bellotto, 2006, p. 173).

Quando se descreve um documento, busca-se por informações tanto em seu conteúdo, como datas, assinaturas e assuntos, quanto em sua estrutura, como a tipificação das espécies documentais, as relações orgânicas entre os documentos e a ligação entre função e espécie (Bellotto, 2006, p. 174).

É tarefa do arquivista ou elaborador estudar a documentação e treinar para aprender a identificar e condensar os dados sem comprometer a informação por ele descrita. Esse processo de descrição visa a elaboração de obras de referência que possibilitem a identificação, o rastreamento, a localização e a utilização de dados em diferentes graus e amplitudes da documentação existente nos arquivos permanentes (Bellotto, 2006 p 179, p.180).

Iniciativas internacionais de normalização da descrição arquivística ocorreram no final da década de 1980, quando foi criada uma comissão dentro do Conselho Internacional de Arquivos (ICA) para a realização desta atividade. Após reuniões, foi produzida uma norma para descrição de documentos arquivísticos, a ISAD(G)[2], publicada em 1994, considerando ''[...] documentos de todo e qualquer suporte, respaldada em procedimentos metodológicos já implementados, bem como definindo um universo de elementos de descrição para registro de informações tradicionalmente recuperadas.'' (Arquivo Nacional,p. 07). Em 1996, é lançada a ISAAR(CPF)[3], um complemento à ISAD(G) que incide sobre o produtor (de documentos).

A ISAD(G) só ficou conhecida no Brasil em 1998, após publicação e distribuição gratuita pelo Arquivo Nacional. Afinal, era necessário que a comunidade arquivística conhecesse a norma para contribuir com o processo de revisão internacional que se iniciava. As revisões foram publicadas pelo AN, mas surgiu a necessidade de adaptação das normas de descrição - até então, gerais e internacionais - para a realidade nacional

2 INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. **ISAD(G)**: General international standard of archival description. Ottawa: Secretariat of the ICA Ad Hoc Commission on Descriptive Standards, 1994.

3 INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. **ISAAR(CPF)**: International standard archival authority record for corporate bodies, persons and families; proposed by the Ad Hoc Commission on Descriptive Standards, Paris, France, 15-20 November 1995. Final ICA approved version. Ottawa, 1996.

dos arquivos brasileiros. Foi então que o Conselho Nacional de Arquivos (Conarq) criou, por portaria em 2001, a Câmara Técnica de Normalização da Descrição Arquivística (CTNDA), com o intuito de estabelecer normas alinhadas com a ISAD(G) e a ISAAR(CPF) para que pudessem ser apropriadas como normas brasileiras.

Após análise pela comunidade, a versão consolidada da Nobrade: Norma Brasileira de Descrição Arquivística foi publicada em 2006, não se tratando de simples tradução das normas internacionais conhecidas, mas sim de uma adaptação das respectivas normas à realidade brasileira, que tem como ''[...] pressupostos básicos o respeito aos fundos e a descrição multinível [...]'' (Nobrade, 2006, p.10), conservando da ISAD(G) a mesma estrutura com divisão em áreas, com algumas adições, cujos elementos de descrição são:

1. área de identificação (com código de referência, título, data(s), nível de descrição e dimensão e suporte);

2. área de contextualização (nome do(s) produtor(es), história administrativa/biografia, história arquivística e procedência);

3. área de conteúdo e estrutura (âmbito e conteúdo, avaliação, eliminação e temporalidade, incorporações e sistemas de arranjo);

4. área de condições de acesso e uso (condições de acesso, condições de reprodução, idioma, características físicas e requisitos técnicos e instrumentos de pesquisa);

5. área de fontes relacionadas (existência e localização dos originais, existência e localização de cópias, unidades de descrição relacionadas, notas sobre publicação);

6. área de notas (notas sobre conservação e notas gerais);

7. área de controle de descrição (nota do arquivista, regras ou convenções e data(s) da(s) descrição(ões));

8. área de pontos de acesso e indexação de assuntos (pontos de acesso e indexação de assuntos).

A Nobrade se destaca como uma ferramenta essencial para a padronização da descrição documental no Brasil, contribuindo para a preservação e acessibilidade do

patrimônio documental. Ao adaptar as normas internacionais às realidades brasileiras, a Nobrade não apenas garante a consistência e a qualidade das descrições, mas também reforça o compromisso da arquivologia nacional com a organização e a disponibilização eficiente de informações. A aplicação dessa norma, portanto, é crucial para o desenvolvimento de práticas arquivísticas que atendam às necessidades específicas dos arquivos brasileiros, promovendo a valorização e a conservação de sua memória institucional.

A IDENTIFICAÇÃO TIPOLÓGICA

A identificação tipológica é uma etapa essencial no trabalho arquivístico, que vai além da simples organização dos documentos. Trata-se de um processo analítico que busca reconhecer e registrar as características específicas de cada documento, bem como seu contexto de produção. Esse processo envolve uma investigação detalhada sobre o produtor dos documentos e a natureza das informações contidas neles, garantindo a preservação da autenticidade e integridade dos arquivos. Através da identificação tipológica, o arquivista é capaz de estabelecer uma compreensão mais profunda do acervo, facilitando sua gestão e tornando mais eficaz a elaboração de instrumentos de pesquisa que assegurem a preservação e o acesso à memória institucional.

Como descrito no Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (Arquivo Nacional,2005, p. 104), a identificação é o "processo de reconhecimento, sistematização e registro de informações sobre arquivos, com vistas ao seu controle físico e/ou intelectual". Trata-se de lançar um olhar analítico aos documentos em busca de informações específicas que os caracterizem.

Para Rodrigues (2008, p. 06), a identificação é "uma tarefa de pesquisa, de natureza intelectual, sobre o documento de arquivo e o seu órgão produtor, um tipo de investigação científica particular que constitui uma ferramenta de trabalho para o arquivista", ou seja, é uma atividade que busca agrupar informações não só do documento, a fim de descrever seu conteúdo, mas também de quem o produziu.

A autora ainda aponta que a identificação envolve determinar a identidade do documento de arquivo, caracterizando os elementos próprios e exclusivos que conferem essa identidade e distinguindo o documento dentro de seu conjunto, além de ressaltar que a identificação requer a reunião de ''[...] informações sobre o documento em seu contexto de produção [para descrever os] elementos que formam sua identidade, que revelam o seu vínculo arquivístico'' (Rodrigues, 2012).

Embora não haja registros consensuais na literatura arquivística sobre o verdadeiro *status* da identificação - se não passa de mera atividade dentro da descrição documental ou se pode ser considerada uma função arquivística independente -, Rodrigues (2012) apresenta a identificação como uma possível metodologia de pesquisa para a Arquivística

e estabelece dois momentos para a sua execução: no primeiro, é feita a identificação dos produtores dos arquivos através de estudos de hierarquia administrativa, análise de organogramas e legislações para compreender a evolução administrativa do organismo produtor e estabelecer suas funções, atribuições e competências; no segundo momento, parte-se para a identificação do tipo documental, que é "[...] o processo que se realiza com base no reconhecimento dos elementos internos e externos do documento, que se referem a sua estrutura física (gênero, suporte, formato e forma) e ao seu conteúdo (natureza da ação que lhe dá origem) [...]" (Rodrigues, 2012).

Para Faben (2019, p. 46), "[...] identificar o documento de arquivo dentro do seu contexto de produção, [...] bem como nomear os tipos documentais que compõem as séries, é um desafio e exige um trabalho de pesquisa do arquivista." Aqui, o autor chama atenção para o fato de que a identificação não se trata de seguir um simples roteiro e aplicar o passo a passo do método; ela demanda esforço, estudo e conhecimento do profissional que vai executá-la.

A identificação arquivística transcende uma simples etapa dentro do processo de descrição documental, destacando-se como uma função analítica e metodológica crucial. Ela permite ao arquivista não apenas catalogar documentos, mas também entender profundamente o contexto de sua produção e o papel do órgão produtor. Através da identificação, garante-se a autenticidade e integridade do acervo, proporcionando uma base sólida para a elaboração de instrumentos de pesquisa e a gestão eficaz dos arquivos, além de reforçar a importância da preservação da memória institucional e do controle físico e intelectual dos documentos.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa é de natureza descritiva com abordagem qualitativa, e seu universo é parte do acervo histórico do APEAM que se encontra acondicionado na Sala de Pesquisa Janete Langbeck. Para garantir a eficácia e a precisão na identificação tipológica desta documentação, foram adotados procedimentos metodológicos estruturados e alinhados com a abordagem da pesquisa-ação. Este método foi escolhido por sua capacidade de promover a prática reflexiva e contínua, o que se ajusta às necessidades específicas da identificação documental.

A pesquisa-ação, conforme descrita por Tripp (2005, pp. 445-446), é um tipo de investigação que visa aprimorar a prática por meio da oscilação sistemática entre ação e investigação. Essa abordagem é inovadora, contínua, pró-ativa estrategicamente, participativa, intervencionista, problematizada, deliberada, documentada, compreendida e disseminada, que permite ajustes contínuos e intervenções baseadas em descobertas práticas. No contexto do APEAM, a pesquisa-ação facilitou a análise prática dos documentos enquanto se investigava e ajustava os métodos de identificação.

Compõem as etapas da pesquisa-ação: planejamento, implementação, descrição e avaliação para melhora da prática, "[...] aprendendo mais, no correr do processo, tanto a respeito da prática quanto da própria investigação" (Tripp, 2005, p. 446).

A execução da identificação tipológica seguiu o respectivo roteiro:

- pesquisa na literatura arquivística sobre identificação tipológica e critérios para sua realização;
- confecção de formulário eletrônico com base no que foi coletado na literatura;
- leitura paleográfica do documento;
- identificação dos elementos característicos do documento;
- registro dos dados no formulário eletrônico.

Os documentos foram analisados através de seus elementos estruturais e substanciais, seguindo as diretrizes estabelecidas pela Nobrade. Além disso, a identificação dos tipos documentais também seguiu as etapas propostas por Rodrigues (2012), que incluem a análise da hierarquia administrativa e a compreensão da evolução administrativa das instituições produtoras.

Formulário de Identificação Tipológica

Foi elaborado um formulário eletrônico no aplicativo *Google Forms*[4] com o intuito de coletar dados e informações-chave da documentação compreendida no período do projeto (1846 - 1930). A ferramenta permite a criação de perguntas com diversos formatos de resposta aplicáveis, tais como: resposta curta, parágrafo, múltipla escolha, caixas de seleção, lista suspensa, *upload* de arquivo, escala linear, grade de múltipla escolha, grade de caixa de seleção, data e horário. Para cada pergunta é possível adicionar uma descrição com direcionamento e/ou instruções para preenchimento e a ferramenta ainda conta com a possibilidade de tornar obrigatório o preenchimento de uma resposta, garantindo que o formulário só seja enviado caso tenha sido completado.

O formulário foi denominado ''Formulário de Identificação Tipológica de Documentos'' e foi confeccionado inicialmente com base em pontos indicados por

4 Google Forms é um aplicativo de gerenciamento de pesquisas lançado pelo Google que permite a personalização de questionários e formulários de registro com coleta de dados precisos, seguros e compartilháveis, com inclusão e tabulação automática das respostas.

Ana Célia Rodrigues em sua dissertação de mestrado[5] e na Nobrade. Contava com os seguintes campos:

Quadro 1 – Itens para preenchimento no formulário e sua descrição

Item	**Descrição**
Bolsista	Nome do bolsista
Órgão Produtor	Quem produziu a documentação
Nome do livro	Nome que consta na capa
Nível da identificação	Espécie ou Tipologia
Espécie	Identificação da espécie
Tipo documental	Identificação da tipologia
Conteúdo	Descrição objetiva do documento
Anexos	Informa o nome do anexo
Tramitação (cargo e autoridade)	Registro da origem e destino
Período de abrangência	Data cronológica
Formato	Manuscrito ou Impresso
Localização	Estante e Prateleira
Condição de acesso	Com ou sem restrição de acesso
Observações	Se houver

Fonte: Elaborado pelas autoras (2024).

O preenchimento dos formulários ficou a cargo de 05 bolsistas do projeto, designadas para esta atividade em particular. Como as respostas são automaticamente enviadas para uma planilha gerada pelo próprio *Google Forms*, tem-se como produto um instrumento de pesquisa preliminar.

Este formulário foi utilizado por aproximadamente três meses até que em dezembro de 2023, foi reanalisado com o intuito de melhor atender a realidade do acervo presente na instituição e com isso contribuir para a elaboração do guia, quadro de arranjo, inventário e catálogo dos documentos e fundos que estão custodiados no APEAM.

5 ''Diplomática contemporânea como fundamento metodológico de identificação de tipologia documental em arquivos'' (2008), que aborda a necessidade da normalização da identificação de tipos documentais e faz um levantamento exaustivo na literatura arquivística dos processos de identificação existentes na Espanha (1986 - 2005) e no Brasil (1975 - 2005).

O formulário foi reestruturado com a inserção de novos critérios a partir de leituras das produções de Duchein (1982, 1986), Couture e Rousseau (1987) e Therrien (1986). Para que um órgão produtor seja considerado fundo, é necessário que este tenha: identidade jurídica (denominação legal e existência jurídica promulgada em ato legal); mandato oficial (mandato definido e declarado em documento legal ou regulatório); posição hierárquica definida (estabelecida no documento de criação); alto grau de autonomia (poder para condução de atividades sem submissão a superior hierárquico) e organograma (organização interna definida e registrada) (Cook, 2017, p. 20).

Alicerçados nesses requisitos, os fundos do APEAM foram identificados de acordo com pesquisa histórica na documentação, tais como falas, exposições e relatórios de Presidentes da Província, decretos, leis e regulamentos. São eles:

1. Assembleia Legislativa;
2. Secretaria de Governo;
3. Fazenda;
4. Câmara Municipal;
5. Correios;
6. Guarda Nacional (Imperial);
7. Instrução Pública;
8. Obras Públicas;
9. Polícia;
10. Inspetoria de Saúde.

A partir dessa investigação, foi elaborado um novo formulário com dois campos que fazem a distinção e compartimentação da informação para facilitar a filtragem e futura

migração[6] dos dados coletados para o *software* de código livre AtoM, um repositório arquivístico elaborado pelo Conselho Internacional de Arquivos (CIA), que visa facilitar o acesso ao patrimônio documental arquivístico custodiado, neste caso específico, pelo Arquivo Público do Estado do Amazonas. Para ilustrar, segue abaixo comparativo entre os campos dos formulários:

Quadro 2 – Comparação dos campos entre os formulários

	Antigo formulário	**Novo formulário**
1	Bolsista	Bolsista
2	Órgão produtor	Fundo produtor/acumulador
3	Nome do livro	Nome do livro
4	Nível da identificação	Nível da identificação
5	Espécie	Espécie
6	Tipo documental	Tipo documental
7	Conteúdo	Conteúdo
8	Anexos	Autoridade emissora (cargo e nome)
9	Tramitação (cargo e autoridade)	Autoridade receptora (cargo e nome)
10	Período de abrangência	Anexo
11	Formato	Tramitação
12	Localização	Período de abrangência
13	Condição de acesso	Formato
14	Observações	Localização
15	-	Condição de acesso
16	-	Observações

Fonte: Elaborado pelas autoras (2024).

A implementação e subsequente revisão do formulário eletrônico no *Google Forms* representaram um avanço significativo no processo de identificação tipológica no APEAM. Inicialmente baseado nos princípios estabelecidos por Ana Célia Rodrigues e pela Nobrade, o formulário permitiu uma coleta estruturada e detalhada das informações sobre a documentação histórica. Após três meses de uso, o formulário foi reavaliado e reestruturado para melhor refletir a realidade do acervo e atender aos requisitos dos fundos documentais.

6 Objetivo específico 05 do projeto: Configurar o acesso ao acervo via aplicativo web do Conselho Internacional de Arquivos (*International Council on Archives*) ICA -AtoM.

Essa reestruturação incorporou novos critérios para a identificação dos fundos, alinhando-se com os requisitos estabelecidos por Cook (2017), que possibilitará a integração eficiente dos dados com o software AtoM.

RESULTADOS

A partir da elaboração do formulário de identificação tipológica e da realização da atividade por 5 bolsistas, foi possível identificar do total de 72 metros lineares do acervo histórico do APEAM (localizado na sala de pesquisa Janete Langbeck), 5 metros lineares (equivalentes a 12.788 itens documentais) no período de 10 meses. A utilização da tecnologia da plataforma *Google Forms* aliada ao conhecimento sobre identificação tipológica e descrição arquivística, tem sido fundamental para agilizar a coleta de dados e facilitar a visualização da dimensão do acervo do Arquivo Público do Estado do Amazonas.

O projeto iniciou as atividades de identificação com a aplicação direta do método aos itens documentais, o que logo se percebeu como sendo um equívoco, pois o ideal seria realizar um estudo prévio sobre o contexto histórico da Província do Amazonas. Esse estudo preliminar é essencial para compreender a estrutura administrativa das instituições e a dinâmica de produção documental da época, permitindo uma identificação mais precisa e contextualizada dos tipos documentais.

A experiência com o *Google Forms* tem sido positiva, pois a ferramenta atende de maneira eficaz às necessidades do projeto e da atividade de identificação. O aplicativo permite a criação de formulários com diversos tipos de resposta, além de possibilitar a definição de campos obrigatórios, garantindo uma coleta de dados completa, segura e precisa. A planilha gerada a partir das respostas do formulário centraliza as informações e também atua como um pré-instrumento de pesquisa interno. Esse pré-instrumento se configura como um catálogo preliminar dos itens documentais, essencial para a organização e análise do acervo.

Aqui, vale destacar uma observação importante: o uso do *Google Forms* proporciona uma vantagem significativa na gestão dos dados, que ao realizar a atividade de identificação tipológica permite a atualização do instrumento de pesquisa. Isso significa que, enquanto os bolsistas vão preenchendo as informações, a planilha é continuamente atualizada. Assim, não é necessário concluir toda a análise tipológica do acervo antes de formatar e disponibilizar o instrumento de pesquisa. Essa capacidade de transferência automática de dados é um ponto-chave, pois permite uma

atualização instantânea e contínua durante o processo de identificação, economizando tempo e recursos.

Embora a atividade esteja ainda no início, considerando o volume de documentos do APEAM, já é perceptível uma significativa otimização no processo de identificação documental. A longo prazo, a prática assegura a padronização da informação a ser recuperada e migrada para a plataforma AtoM.

A comparação entre os campos dos formulários antigos e novos destaca a evolução na abordagem de coleta de dados e na organização da informação, visando uma maior precisão e acesso na gestão documental do APEAM. As ferramentas de trabalho do projeto (formulários e planilhas) se encontram em uso contínuo e portanto, estão passíveis a reajustes, conforme houver necessidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral deste trabalho foi apresentar a utilização do *Google Forms* como ferramenta de auxílio na identificação tipológica dentro das ações desenvolvidas no APEAM, no âmbito do projeto "Política Administrativa do Estado do Amazonas: Gestão Governamental e Memória Institucional no período de 1846 a 1930". Através do uso de tecnologias modernas e práticas arquivísticas rigorosas, buscou-se otimizar a organização e a preservação dos documentos históricos custodiados pelo APEAM. Os acervos custodiados por instituições brasileiras relacionadas à história do Brasil contribuíram para a estruturação dos parâmetros e padrões necessários como estratégia de preservação e compreensão da história nacional, bem como os padrões necessários para a conservação adequada desses documentos. A digitalização e o acesso público aos bancos de dados são estratégias essenciais para a retenção e disseminação do patrimônio documental.

A implementação do formulário de identificação tipológica no APEAM demonstrou, mesmo em sua fase inicial, um impacto positivo na gestão e acesso ao patrimônio documental arquivístico. A metodologia adotada permitiu a coleta eficiente e organizada de dados, resultando na identificação de mais de 12.000 documentos em poucos meses. A continuidade e expansão desta ação garantirão a padronização das informações e a fácil recuperação dos dados, contribuindo significativamente para a preservação do e acesso aos documentos custodiados pelo APEAM. Espera-se que a utilização combinada de ferramentas tecnológicas com metodologias arquivísticas assegurem a excelência na gestão do acervo documental, beneficiando tanto a sociedade, na forma dos pesquisadores, quanto a própria instituição.

Este trabalho oferece uma base sólida para futuras pesquisas na área de gestão de acervos arquivísticos, especialmente no que tange à identificação tipológica e à integração de tecnologias digitais na preservação documental. A implementação de ferramentas como o *Google Forms* e a plataforma AtoM demonstram o potencial das tecnologias modernas

para otimizar processos arquivísticos e ampliar o acesso ao patrimônio documental. No entanto, há espaço para investigações adicionais sobre a eficácia de diferentes ferramentas e metodologias na identificação e descrição de documentos, bem como sobre o impacto de tais práticas na preservação da memória institucional.

Pesquisas futuras poderiam explorar a adaptação de métodos similares a diferentes tipos de acervos, avaliar a eficiência de soluções tecnológicas alternativas e analisar a interação entre a digitalização e as práticas tradicionais de arquivamento. Além disso, estudos comparativos entre instituições que utilizam diferentes abordagens tecnológicas podem fornecer percepções valiosas sobre práticas e melhores estratégias. A evolução contínua das tecnologias e metodologias arquivísticas prometem enriquecer ainda mais a compreensão e a gestão dos acervos documentais, contribuindo para o avanço da Arquivologia como um campo de conhecimento e prática.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 232p.

_____. **NOBRADE**: Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006. 124p.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli: **Arquivos permanentes**: tratamento documental. Rio de Janeiro, FGV, 2006. 320p.

COOK, Terry. **O conceito de fundo arquivístico**: teoria, descrição e proveniência na era pós-custodial. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br/arquivos%20pdf/lancamentos-1/conceito_de_fundo.pdf> Acesso em: 12 abr. 2024.

FABEN, Alexandre. **Identificação de documentos de arquivo no contexto da gestão de documentos no Brasil.** 2019. 132 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/14739/C%c3%b3pia%20de%20Disserta%c3%a7%c3%a3o%20-%20Alexandre%20Faben%20-%20IDENTIFICA%c3%87%c3%83O%20DE%20DOCUMENTOS%20DE%20ARQUIVO%20NO%20CONTEXTO%20DA%20GEST%c3%83O%20DE%20DOCUMENTOS%20NO%20BRASIL.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 15 abr. 2024.

RODRIGUES, A. C. **Diplomática contemporânea como fundamento metodológico da identificação de tipologia documental em arquivos**. 2008. Tese de doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-27112008-151058/pt-br.php> Acesso em: 13 abr. 2024.

RODRIGUES, A. C. Identificação: uma Metodologia de Pesquisa para a Arquivística. In: VALENTIM, M. L. P., ed. **Estudos avançados em Arquivologia** [online]. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012, pp. 197-215. ISBN: 978-65-5954-129-4. Disponível em:< https://books.scielo.org/id/znn37/pdf/valentim- 9786559541294-11.pdf> Acesso em: 08 abr. 2024.

TRIPP, David. **Pesquisa-ação**: uma introdução metodológica. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, set./dez. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/3DkbXnqBQqyq5bV4TCL9NSH/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 23 abr. 2024.

ORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO MUSICAL: ANÁLISE DO ACERVO DE PROGRAMAS DE CONCERTO DA ORQUESTRA SINFÔNICA DA BAHIA

ORGANIZATION OF MUSICAL INFORMATION: ANALYSIS OF THE COLLECTION OF CONCERT PROGRAMS ORQUESTRA SINFÔNICA DA BAHIA

Ana Claudia Medeiros de Sousa
Universidade Federal da Bahia

Cecília Nascimento da Silva
Universidade Federal da Bahia

Resumo

A música é uma prática cultural presente em diversos grupos sociais. A realização dessa atividade gera uma série de documentos que são passíveis de tratamento arquivístico. Em vista disso, esta pesquisa tem por objetivo evidenciar a organização da informação musical referente aos programas de concertos da Orquestra Sinfônica da Bahia custodiados pelo Teatro Castro Alves. O referencial teórico está fundamentado nos conceitos de informação musical e organização documental. Quanto à metodologia, trata-se de uma pesquisa descritiva, na qual foram adotados os métodos de estudo de caso, documental e bibliográfico, com a análise dos dados fundamentada na abordagem qualitativa. Após análise, foi evidenciado que os programas de concerto estão organizados fisicamente, mas ainda não foram descritos em sistemas eletrônicos, dificultando a recuperação desses itens no acervo. Para que haja mais difusão desses registros musicais, a pesquisa concluiu que é necessário a adoção de uma política de gestão documental e uso de um sistema eletrônico.

Palavras-Chave: Informação musical; Organização documental; Acervos musicais; Orquestra Sinfônica da Bahia.

Abstract

Music is a cultural practice present in different social groups. Carrying out this activity generates a series of documents that are subject to archival treatment. In view of this, this research aims to highlight the organization of musical information regarding the concert programs of the Orquestra Sinfônica da Bahia held by Teatro Castro Alves. The theoretical framework is based on the concepts of musical information and documentary organization. As for the methodology, it is a descriptive research, in which the case study and documentary method was adopted, with data analysis based on the qualitative approach. After analysis, it was evident that the concert programs are physically organized, but have not yet been described in electronic systems, making it difficult to recover these items from the collection. In order for these musical records to be more widely disseminated, the research concluded that it is necessary to adopt a document management policy and use an electronic system.

Keywords: Musical information; Document organization; Musical collections; Orquestra Sinfônica da Bahia.

INTRODUÇÃO

Os diversos espaços geográficos e grupos sociais têm dentre suas práticas culturais as atividades musicais. A música está presente em celebrações festivas, religiosas, em atividades educativas, institucionais e em tantas outras cerimônias nas quais a prática musical se faz presente com diversificados valores simbólicos. Essas práticas produzem diferentes documentos que se configuram como musicais por registrar em alguma dimensão vestígios da atividade musical.

Dentre esses documentos podemos citar o programa de concerto que registra informações relevantes, tais como: obras interpretadas, compositores, solistas, maestros, músicos, sala de concerto, entre outros dados que em muitos casos são passíveis de indicar vestígios de memória musical de determinado indivíduo e/ou grupo. Para que essas informações sejam preservadas e apresentadas em atividades de difusão é preciso que os arquivistas que atuam frente aos acervos de orquestras e/ou arquivos pessoais

de músicos utilizem de diretrizes e de sistemas automatizados para subsidiar a efetiva organização e recuperação dos itens documentais.

Diante do exposto, esta pesquisa tem como objeto de análise os programas de concertos provenientes das atividades desenvolvidas pela Orquestra Sinfônica da Bahia (OSBA) e busca responder a seguinte pergunta norteadora: como se configura a organização e quais recursos de automação são adotados no tratamento dos programas de concertos da OSBA?

Para responder essa questão, a pesquisa teve como objetivo evidenciar a organização da informação musical referente aos programas de concertos da Orquestra Sinfônica da Bahia custodiados pelo Teatro Castro Alves (TCA), situado em Salvador, Bahia. Quanto ao delineamento metodológico, este estudo se configura como descritivo, com o uso dos métodos de estudo de caso, documental e bibliográfico, com a adoção da abordagem qualitativa na análise dos dados.

A OSBA integra os corpos artísticos do TCA. A referida Orquestra iniciou suas atividades em 30 de setembro de 1982. Sua produção musical acumula concertos com notáveis artistas nacionais e internacionais. Nos últimos anos a OSBA tem redefinido o seu papel na sociedade baiana e proposto programações que se vinculam com a cultura local (TCA, [2024]).

A justificativa pela escolha deste acervo é pelo efervescente trabalho desenvolvido pela referida Orquestra e a partir de suas atividades tem produzido um valoroso acervo documental. Esperamos com essa pesquisa contribuir para reflexão dos aspectos de tratamento documental no contexto dos acervos musicais provenientes das atividades de orquestras.

ORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO MUSICAL

As práticas de organização e representação descritiva de documentos vêm sendo aprimoradas ao longo da história dos centros de documentação, sobretudo nas últimas décadas, acompanhando a dinamicidade das demandas dos sujeitos informacionais. Quando esses sujeitos são de uma área específica, concerne aos arquivistas buscarem competências para propor instrumentos e diretrizes que sejam compatíveis para uma gestão documental de excelência.

No contexto dos acervos provenientes das atividades musicais, alguns arquivistas encontram dificuldades na leitura da notação musical, dos documentos musicográficos, como a partitura. Contudo, é válido citar que esses documentos apresentam atributos passíveis de descrição, como por exemplo o título, a autoria, a datação, a paginação, entre outros elementos que podem ser identificados pelo arquivista no processo de descritiva arquivística. Ou seja, o arquivista e outros profissionais da informação possuem competências para atuar no processamento técnico de diferentes gêneros documentais,

mesmo aqueles documentos que registram informações especializadas, ainda assim, são passíveis de aplicação dos códigos, regras e formatos de descrição, organização, acondicionamento e recuperação.

O arquivo musical é considerado um acervo especializado, podendo ser público ou privado, que reúne documentos produzidos em função das atividades musicais. Portanto, é importante ressaltar que os acervos musicais custodiam diversificados gêneros documentais, tais como textuais, iconográficos, sonoros, etc., ou seja, esses acervos não se restringem aos documentos musicográficos.

Para Bolaños (2005, p. 81),

> A música é a arte de produzir som, e como qualquer expressão artística desenvolvida pelo homem, deixa um traço material que pode muito bem ser um documento em papel ou eletrônico, ou em uma gravação, em qualquer caso, o produto será um documento musical.

Com base no autor, fica evidente que as atividades musicais produzem diferentes itens documentais. Acrescido a isso, entendemos que é preciso considerar a organicidade inerentes a esses documentos e que deve ser respeitada para garantir a salvaguarda e a difusão da informação musical produzida por determinado sujeito e/ou grupo social. É do profissional da Arquivologia a competência em garantir a gestão da informação de toda documentação produzida no curso das atividades desenvolvidas por sujeitos e/ou instituições, pautando-se nos princípios e funções arquivísticas. De acordo com Sousa (2022, p. 5),

> O documento que materializa a informação musical, se origina de uma necessidade de produção, uso e guarda, como qualquer outro tipo de documento arquivístico, os quais refletem as práticas sociais de seu produtor, neste caso orquestras, intérpretes, compositores, arranjadores, entre outros que podem constituir-se como produtores desses documentos.

As informações musicais materializadas nesses itens documentais, em alguns casos, são consideradas bens patrimoniais, por revelarem traços culturais e simbólicos de seus produtores e, por isso, devem ser mediadas através das atividades de organização e difusão de itens documentais advindos das práticas musicais.

É no registro de dimensão fenomenológica, na notação musical, que os arquivistas encontram dificuldades no tratamento da informação. Por isso, é necessário que as equipes de profissionais que integram os acervos musicais devem ser compostas por profissionais tanto da área da documentação quanto da área da musicologia. Cotta (2006, p. 15) descreve que o arquivo musical,

> [...] alia conceitos e técnicas da arquivologia tradicional às necessidades específicas para o tratamento técnico de acervos ligados à música, especialmente no caso de manuscritos musicais, mas também no caso de impressos, discos e até mesmo documentos tradicionais, como cartas missivas.

A respeito do tratamento e organização da informação musical, são necessários tanto o entendimento da linguagem musical quanto das diretrizes, princípios e instrumentos que norteiam a gestão e organização documental. De acordo com Faria (2009, p. 2) geralmente, os arquivistas "[...] não têm conhecimento musical suficiente para atender às necessidades informacionais dos músicos e regentes e estes, de modo geral, desconhecem técnicas e padrões biblioteconômicos ou arquivísticos estabelecidos de tratamento documental". Por isso, reiteramos a necessidade da atuação conjunta dos profissionais de ambas as áreas para atender as peculiaridades dos arquivos musicais, posto que estes contribuem para difusão da informação musical.

Dentre os documentos provenientes das práticas musicais, esta pesquisa se interessa pelos programas de concertos que, para Sousa (2022), refere-se ao documento que registra informações que apresentam ao público o espetáculo musical. Ainda de acordo com a autora, com o programa de concerto

> [...] a plateia pode acompanhar as obras executadas, conhecer o contexto de produção da peça, a formação do compositor, do regente, do solista. Ou seja, o programa de concerto registra informações como: o repertório e compositores interpretados, os músicos que participam da performance, o maestro responsável pela regência, a sala de concerto onde o espetáculo é realizado, data e horário do concerto, biografias de compositores, maestros, solistas etc. (Sousa, 2022, p. 8).

Com base nessa explicação, entendemos que o programa de concerto é documento que materializa informações carregadas de indícios históricos e de memória de seus produtores e que precisam receber o tratamento documental para preservar e difundir as práticas musicais de determinado produtor.

> Retomando aos tipos documentais acumulados pelos músicos, especificamente o programa de concerto, como qualquer outro tipo de documento arquivístico, advém de uma atividade, neste caso, a musical em que registra informações orgânicas que transparecem a atividade que o gerou, ao cumprir a função primeira que é de mediar as informações que apresentam e norteiam a programação do espetáculo e os sujeitos envolvidos, em uma segunda função materializa os vestígios de memória e identidade de seus produtores (Sousa, 2022, p. 13).

Diante do exposto, reforçamos a importância de se considerar os diferentes itens documentais que provém da prática musical, não se restringindo apenas aos documentos musicográficos. No caso desta pesquisa, nosso interesse de análise são os programas de concertos da Orquestra Sinfônica da Bahia, com o intuito de identificar os processos de organização adotados pela instituição mantenedora.

METODOLOGIA

Esta pesquisa se caracteriza como descritiva que de acordo com Gil (2002, p. 42), "[...] tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis". Dessa maneira, no contexto deste estudo, realizamos uma descrição dos aspectos relacionados a organização da informação musical no acervo de programas de concertos da OSBA.

Sobre os procedimentos, esta pesquisa adotou o estudo de caso que, para Alves (2007, p. 58), "[...] é um estudo em profundidade [...] de uns poucos objetos visando obter o máximo de informações que permitam o amplo conhecimento [...]" para o pesquisador. Outro método utilizado foi o bibliográfico que para Triviños (1987), esse método refere-se a análise e revisão de estudos publicados, com o propósito de levantar informações sobre estudiosos, teorias, lacunas e paradigmas sobre determinadas temáticas. A partir do método bibliográfico foi possível levantar autorias que versam sobre informação musical e organização e tratamento documental.

Neste estudo foi adotado também o método documental que Aróstegui (2006, p. 508), entende como "[...] conjunto de princípios e de operações técnicas que permitem estabelecer a fiabilidade e adequação de certo tipo de informações para o estudo e explicação de um determinado processo". Quando os itens documentais constituem um *corpus* de pesquisa, o pesquisador pode considerar as atividades que os geraram e os aspectos sociais que permearam a produção desses documentos para, assim, interpretar os aspectos subjetivos e simbólicos contidos neles. No caso desta pesquisa, os documentos analisados foram os programas de concertos.

A realização de pesquisa requer a escolha técnicas e instrumentos que subsidiem a coleta dos dados. Para o levantamento das informações referentes a organização da informação musical referente aos programas de concertos da OSBA, adotamos a técnica de observação direta com o uso de diário de campo que possibilitou o registro dos dados.

As informações levantadas nesta pesquisa foram interpretadas a partir dos aspectos subjetivos revelados, com isso, a análise dos dados foi fundamentada na abordagem qualitativa, que de acordo com Chizzotti (2003, p. 221), "O termo qualitativo implica uma partilha densa com pessoas, fatos e locais que constituem objetos de pesquisa, para extrair desse convívio os significados visíveis e latentes que somente são perceptíveis a uma atenção sensível".

Os programas de concertos da OSBA estão custodiados no *Núcleo de Memória e Pesquisa* (NMP) do TCA. Os dados apresentados nesta pesquisa foram coletados entre o segundo semestre de 2022 e o primeiro semestre de 2024 e são parte de uma pesquisa que investiga os aspectos relacionados a organização desses documentos e os traços de memória e de mediação cultural que esses itens materializam. Até o momento a referida pesquisa levantou informações em programas de concertos datados de 1982 até 2006.

APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Conforme citado na seção anterior, a coleta de dados iniciou no ano de 2022. O levantamento das informações relacionadas a organização, acondicionamento e conservação dos programas de concerto da OSBA correspondem a um projeto de pesquisa vinculado à Universidade Federal da Bahia e os dados apresentados neste estudo são fragmentos da referida pesquisa.

Inicialmente foi constatado a fragmentação de conjuntos documentais que se encontram em diferentes setores do TCA. Observamos que os programas de concertos estão custodiados no *Núcleo de Memória e Pesquisa* do TCA, ou seja, não estão acondicionados no *Arquivo* da Orquestra Sinfônica da Bahia, o que seria ideal para considerarmos a relação orgânica de todos os documentos provenientes das atividades da Orquestra. Porém, o *Arquivo* da OSBA é responsável apenas pela gestão dos documentos musicográficos que integram as programações dos espetáculos. Já o *Núcleo de Memória e Pesquisa* é um setor que desde o início das atividades do Teatro Castro Alves tem acumulado, organizado e preservado os documentos referentes as produções desse centro cultural.

O *Núcleo de Memória e Pesquisa* (NMP) reúne uma série de documentos como programas de concertos, fotografias, cartazes e recortes de jornais referentes aos espetáculos de música, dança e teatro apresentados nas salas do TCA. Além disso, o referido Núcleo também preserva amostras do solo e plantas referentes a construção do próprio teatro, sendo um material muito procurado e consultado por arquitetos. Ao considerar a variedade de gêneros e tipologias documentais que são custodiadas por esse setor, retomamos o pensamento de Sousa (2022), quando defende que diversificados documentos, tais como os que registram informação musical, podem ser considerados arquivísticos, uma vez que foram produzidos como qualquer outro tipo de documento, no cumprimento das funções de seu produtor.

O TCA é uma instituição vinculada ao Governo do Estado da Bahia, portanto, o quadro de funcionários que atuaram e atuam no NMP, são compostos por servidores públicos concursados ou contratados temporariamente. Durante o processo de coleta de dados, a equipe era formada por uma historiadora, uma arquivista e uma museóloga. Atualmente só a historiadora atua no setor e desde o início das obras de requalificação do Teatro, que iniciou em 2023, o NMP está funcionando com o acesso restrito. Portanto,

fica evidente a mudança no quadro de colaboradores e isso pode atingir negativamente no trabalho desenvolvido na organização, preservação e difusão do acervo.

Sobre os perfis de profissionais que podem contribuir para uma boa gestão documental em acervos provenientes das práticas musicais, Faria (2009) sugere que seja formada uma equipe com profissionais da Arquivologia e da Música, pois cada um desses especialistas terá habilidades específicas para o tratamento do documento musical.

Ao coletar os dados constatamos que, apesar dos programas de concertos estarem organizados fisicamente, no momento atual esses itens não são recuperáveis por meios digitais e nem estão indexados em instrumentos de pesquisa em sistemas eletrônicos. A partir dos dados levantados observamos que os programas de concerto estão organizados e acondicionados em pastas A-Z, seguem uma ordenação cronológica e cada pasta inclui um índice impresso com a descrição dos programas de concertos nela arquivados, conforme ilustram as figuras a seguir:

Figura 1 – Pasta A-Z do NMP

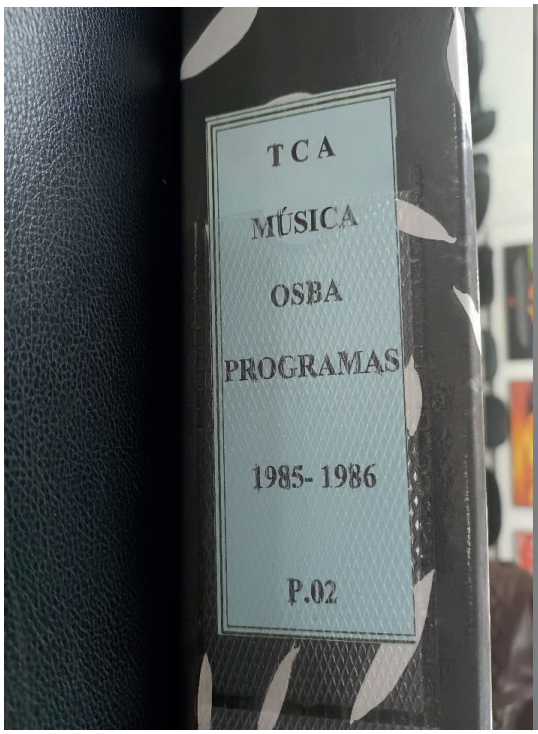
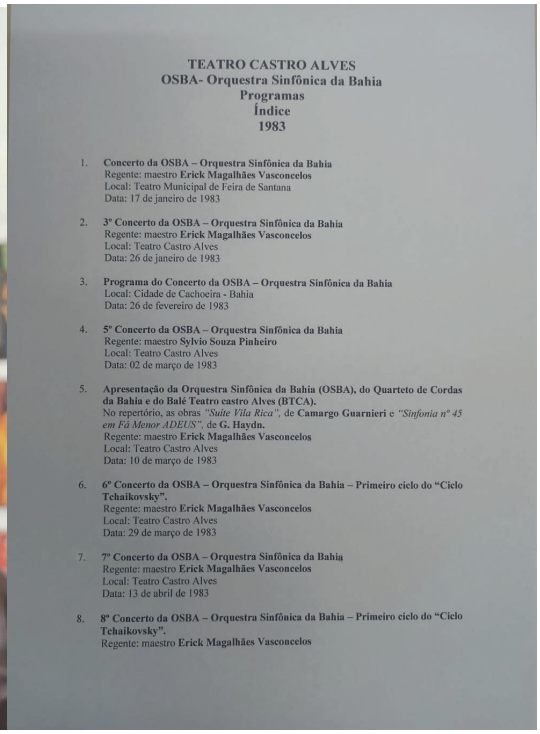


Figura 2 – Índice dos programas



TEATRO CASTRO ALVES
OSBA- Orquestra Sinfônica da Bahia
Programas
Índice
1983

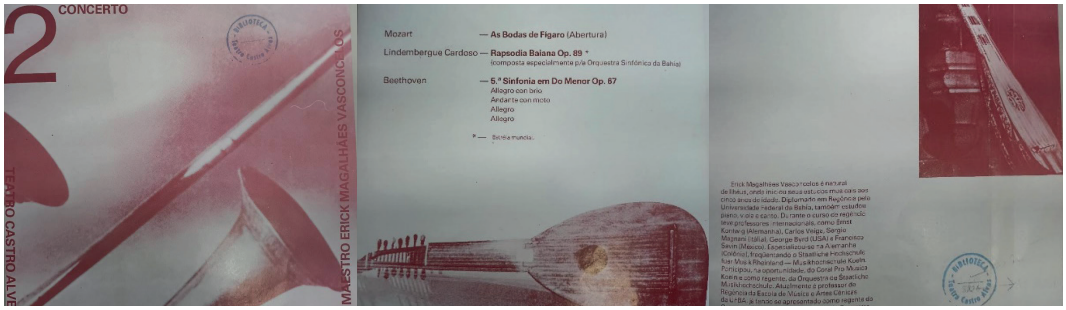
1. **Concerto da OSBA – Orquestra Sinfônica da Bahia**
   Regente: maestro **Erick Magalhães Vasconcelos**
   Local: Teatro Municipal de Feira de Santana
   Data: 17 de janeiro de 1983
2. **3º Concerto da OSBA – Orquestra Sinfônica da Bahia**
   Regente: maestro **Erick Magalhães Vasconcelos**
   Local: Teatro Castro Alves
   Data: 26 de janeiro de 1983
3. **Programa do Concerto da OSBA – Orquestra Sinfônica da Bahia**
   Local: Cidade de Cachoeira - Bahia
   Data: 26 de fevereiro de 1983
4. **5º Concerto da OSBA – Orquestra Sinfônica da Bahia**
   Regente: maestro **Sylvio Souza Pinheiro**
   Local: Teatro Castro Alves
   Data: 02 de março de 1983
5. **Apresentação da Orquestra Sinfônica da Bahia (OSBA), do Quarteto de Cordas da Bahia e do Balê Teatro castro Alves (BTCA).**
   No repertório, as obras *"Suite Vila Rica"*, de **Camargo Guarnieri** e *"Sinfonia nº 45 em Fá Menor ADEUS"*, de **G. Haydn.**
   Regente: maestro **Erick Magalhães Vasconcelos**
   Local: Teatro Castro Alves
   Data: 10 de março de 1983
6. **6º Concerto da OSBA – Orquestra Sinfônica da Bahia – Primeiro ciclo do "Ciclo Tchaikovsky".**
   Regente: maestro **Erick Magalhães Vasconcelos**
   Local: Teatro Castro Alves
   Data: 29 de março de 1983
7. **7º Concerto da OSBA – Orquestra Sinfônica da Bahia**
   Regente: maestro **Erick Magalhães Vasconcelos**
   Local: Teatro Castro Alves
   Data: 13 de abril de 1983
8. **8º Concerto da OSBA – Orquestra Sinfônica da Bahia – Primeiro ciclo do "Ciclo Tchaikovsky".**
   Regente: maestro **Erick Magalhães Vasconcelos**

Fonte: Núcleo de Memória e Pesquisa do Teatro Castro Alves (2024).

Ao ter acesso aos programas de concertos custodiados pelo NMP, constatamos que os programas de concertos possuíam carimbos e descrições no documento que foram acrescidas pela pessoa que organizou à época. O carimbo possui a descrição "Biblioteca Teatro

Castro Alves" e junto a marca tem o número de tombo registrado com caneta. Na segunda página do programa também foi identificado um número de registro "PHL006068", indicando que o item documental foi indexado no sistema de automação de acervos *Personal Home Library* (PHL).

Figura 3 – Programa de concerto com marcas de descrições de organização



Fonte: Núcleo de Memória e Pesquisa do Teatro Castro Alves (2024).

O último número de registro do PHL encontrado é "PHL007639", em um programa de concerto datado de 5 abril de 2005, revelando assim que mais de 7 mil documentos já tinham recebido um tratamento técnico e estavam indexados em um sistema automatizado. Alguns desses procedimentos são adotados em processos do tratamento documental no âmbito dos acervos bibliográficos.

Ao questionarmos a profissional que hoje atua no NMP sobre o uso do PHL, a mesma não soube informar. Isso de mostra o quanto é preciso adotar uma política de gestão documental e de adoção de diretrizes que garantam a salvaguarda e a recuperação dos itens documentais de maneira institucionalizada, evitando que esses procedimentos fiquem sujeitos as decisões de cada profissional que atue no acervo, sobretudo em órgãos públicos que possuem uma rotatividade no quadro de colaboradores.

Cientes do valor histórico e cultural dos programas de concerto e pautadas no entendimento de Sousa (2022) de que esse tipo de documento registra informações sobre as atividades de seus produtores, decidimos sintetizar, em uma tabela do *Excel*, os dados principais que aparecem nos programas da OSBA, são eles: ano, título da apresentação, cidade, sala/local de apresentação, regente, repertório e solista, conforme ilustra o Quadro 1:

Quadro 1 – Informações dos concertos da Orquestra Sinfônica da Bahia

Ano	Título	Cidade	Local	Regente	Programa	Solista
1982	1º Concerto	Salvador	TCA	Erick Magalhães Vasconcelos	Beethoven; Dvorak.	

1983	Ilhéus 102 anos	Ilhéus	Catedral São Sebastião	Erick Magalhães Vasconcelos	Rossini; Lindembergue Cardoso; Beethoven.	
1990	Concerto Barroco: ciclo igrejas	Salvador	Museu de Arte Sacra	Carlos Veiga	Vivaldi; Bach.	Salomão Rabinovitz

Fonte: dados da pesquisa, 2024.

Com base no extrato ilustrado no quadro, podemos constatar que o registro das informações em uma planilha possibilita identificar os espaços, as cidades, os compositores que a OSBA já performou nos seus mais de 40 anos de trajetória. Essa orquestra tem se mantido em efervescente atividade, com espetáculos que esgotam cinco mil ingressos em 24 horas, algo incomum para esse tipo de grupo musical. Ao analisarmos os itens documentais, constatamos que a OSBA tem desenvolvido um trabalho que busca aproximação com o público desde a década de 1980 ao realizar os espetáculos em diferentes ambientes, tais como igrejas, praças, universidades, entre outros; com repertórios que fazem um misto de música de concerto e música popular; com compositores nacionais e internacionais.

Esse levantamento nos permitiu conhecer em quais cidades e salas a OSBA já se apresentou, quais maestros já foram convidados, quais os compositores mais executados e quais músicos já foram solistas, ou seja, se a organização física dos documentos estivesse vinculada a um sistema eletrônico, o arquivo poderia potencializar os seus serviços informacionais e contribuir para o planejamento de novos espetáculos e fomentar a memória da Orquestra. Portanto, reiteramos que as informações registradas nos programas de concertos, além de se configurarem vestígios de memória da prática musical da OSBA, a organização desses documentos e dessas informações podem também subsidiar o planejamento das programações da Orquestra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O arquivo de um agente, grupo ou instituição cultural já nasce essencialmente com o seu valor histórico agregado. Por suas práticas terem um caráter efêmero, todos os registros textuais, fotográficos, audiovisuais, têxteis e gráficos, provenientes dessas atividades, tornam-se documentos valiosos que contam e preservam a memória de uma obra interpretada.

O acervo de programas de concertos da OSBA é um dos vestígios de atividade musical desse grupo, que apresentam elementos passíveis de identificação e descrição pelo arquivista. Para que haja maior difusão desse acervo, a pesquisa evidenciou que é necessário a adoção de uma política de gestão documental e uso de um sistema eletrônico que subsidie os processos de organização, recuperação e difusão da informação arquivística.

Dado o exposto, percebemos que o campo cultural é um espaço onde as práticas de organização arquivística tem muito a acrescentar institucionalmente e socialmente,

propomos então que mais investigações sobre as peculiaridades desse tipo de acervo sejam estudadas.

REFERÊNCIAS

ALVES, M. **Como escrever teses e monografias**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

ARÓSTEGUI, J. **A pesquisa histórica**: teoria e método. São Paulo: EDUSC, 2006.

BOLAÑOS, E. C. La organización de archivos musicales: marco conceptual. **Información, Cultura y Sociedad**, Buenos Aires, n. 13, p. 81-99, 2005. Disponível em: vistascientificas.filo.uba.ar/index.php/ICS/article/view/899. Acesso em: 30 maio 2024.

COTTA, A. G. Fundamentos para uma arquivologia musical. *In*: COTTA, A. G.; BLANCO, P. S. **Arquivologia e patrimônio musical**. Salvador: Eduf'ba, 2006. Disponível em: https://static.scielo.org/scielobooks/bvc3g/pdf/cotta-9788523208844.pdf. Acesso em: 24 maio 2024.

FARIA, M. M. de. O tratamento documental dos arquivos musicais e a busca de práticas comuns no tratamento da música brasileira para orquestra. **Opus**: Revista Eletrônica da ANPPOM, Goiânia, v. 15, n. 1, p. 85-90, jun. 2009. Disponível em: https://www.anppom.com.br/revista/index.php/opus/article/view/267. Acesso em: 30 maio 2024,

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

CHIZZOTTI, A. A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios. **Revista Portuguesa de Educação**. Braga/Portugal, v. 16, n. 2, 2003. Disponível em: https://www.redalyc.org/pdf/374/37416210.pdf. Acesso em: 2 jun. 2024.

SOUSA, A. C. M. de. Traços de memória da prática musical registrados no programa de concerto. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 22., 2022, Porto Alegre. **Anais** [...]. Porto Alegre: Ancib, 2022. p. 1-15.

TEATRO CASTRO ALVES. **OSBA**: história. Salvador, [2024]. Disponível em: http://www.tca.ba.gov.br/osba/histo. Acesso em: 29 abr. 2024.

TRIVINOS, A. W. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1987.

A ESSENCIALIDADE DA DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA PARA DIFUSÃO DOS ACERVOS DA FUNDAÇÃO CASA DE JOSÉ AMÉRICO

THE ESSENTIALITY OF ARCHIVISTICAL DESCRIPTION FOR DIFUSION OF THE COLLECTIONS OF THE FUNDAÇÃO CASA DE JOSÉ AMÉRICO

Andrea Medeiros de Sousa Maia
Fundação Casa de José Américo

Acrisonélia Medeiros de Sousa Rocha
Fundação Casa de José Américo

Ana Claudia Medeiros de Sousa
Universidade Federal da Bahia

Resumo

Objetivo: evidenciar a relevância da descrição para difusão de documentos arquivísticos da Fundação Casa de José Américo. **Metodologia:** esta pesquisa se caracteriza como descritiva e documental, tendo como métodos estudo de caso e observação direta, como também pesquisa participante, com o uso da abordagem qualitativa. **Resultados:** a partir do delineamento de uma amostra os dados apontaram que embora os processos de descrição tenham fomentado a produção de instrumentos de pesquisa é necessário que o memorial e o Fundo Ricardo Vieira Coutinho estejam disponíveis em um *software* de descrição arquivística ampliando a difusão indireta dos documentos arquivísticos da Fundação. **Considerações:** constatamos a relevância da descrição arquivística para promover a visibilidade dos acervos custodiados pela Fundação ao evidenciarmos o quanto a difusão está entrelaçada a descrição e seus instrumentos de pesquisa.

Palavras-Chave: Descrição Arquivística; Difusão; Fundação Casa de José Américo.

Abstract

Objective: to highlight the relevance of the description for the dissemination of archival documents from the Fundação Casa de José Américo. **Methodology**: this research is characterized as descriptive and documentary, using case studies and direct observation as methods, as well as participatory research, using a qualitative approach. **Results**: from the design of a sample, the data showed that although the description processes have encouraged the production of research instruments, it is necessary for the memorial and the Ricardo Vieira Coutinho Fund to be available in archival description software, expanding the indirect dissemination of archival documents of the Foundation. **Considerations**: we noted the relevance of archival description to promote the visibility of collections held by the Foundation by highlighting how dissemination is intertwined with description and its research instruments.

Keywords: Archival description; Sifusion; Fundação Casa de José Américo.

INTRODUÇÃO

As práticas e avanços teóricos da Arquivologia refletem as demandas informacionais da sociedade e, esta última tem requerido, cada vez mais, o uso de inovações tecnológicas nos serviços arquivísticos. Com isso, arquivistas e instituições devem buscar aprimorar seus produtos e serviços visando a satisfação de sua comunidade usuária.

As funções arquivísticas - criação/produção, aquisição, avaliação, classificação, descrição, preservação e difusão - são fundamentais à gestão documental e à qualidade dos serviços prestados pelos arquivos. Cada função dessa é relevante no alcance da prestação de serviço de excelência na gestão de fundos arquivísticos, contudo, neste estudo, nossa reflexão está pautada nas concepções que versam sobre a descrição e a difusão, compreendendo que essas são ações mediadoras que demandam um agir consciente por parte dos arquivistas.

A descrição de documentos se dá com base nas diretrizes normativas que subsidiam o processo de recuperação da informação. Já a difusão pode ser considerada uma ação que busca dar visibilidade aos produtos e serviços arquivísticos. Com isso, consideramos essas duas funções valorosas para efetivação de atividades de mediação em instituições arquivísticas que possuem acervos considerados bens patrimoniais.

Esta pesquisa teve como *corpus* de análise o acervo da Fundação Casa de José Américo. A escolha por esta instituição se deu pelo valor histórico e cultural que seu acervo possui para a população do Estado da Paraíba. Teve como objetivo evidenciar a relevância da descrição para difusão de documentos arquivísticos da Fundação Casa de José Américo. Para tanto, se configura como uma pesquisa descritiva, documental e participante, com a adoção dos métodos de estudo de caso e observação direta. Para análise dos dados foi adotada a abordagem qualitativa.

DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA E DIFUSÃO

Os fundos arquivísticos demandam fazeres e etapas que correspondem a cada fase da gestão documental. De acordo com Rousseau e Couture (1998), esse processo atravessa as funções arquivísticas, sendo elas: *criação/produção* que se refere à gênese do documento; *avaliação* para o estabelecimento do prazo de guarda do documento; *aquisição*, para quando ocorre, por exemplo, o recolhimento de documentos para acervo permanente; *preservação* que subsidia a salvaguarda do acervo; *classificação* para categorização do conteúdo dos documentos e vinculação com a entidade produtora e/ou custodiadora; *descrição* que fomenta a padronização de áreas e elementos descritivos; e, *difusão* que medeia de maneira direta e indireta os produtos e serviços do arquivo.

Conforme exposto no texto introdutório, esta pesquisa se interessa pelas funções *descrição* e *difusão*, por compreendermos que essas ações mediadoras são basilares para efetivação do acesso à documentos que possuem valores simbólicos e que são considerados bens patrimoniais.

De acordo com Duranti (1993, p. 47) "[...] o termo 'descrição arquivística' significa literalmente escrever sobre material arquivístico e abrange ideias de representação, identificação e organização". É a partir da descrição que o arquivista seleciona atributos representativos de um documento e produz instrumentos que viabilizam a recuperação da informação.

A seleção dos atributos representativos dos documentos deve ser pautada em normas, como por exemplo, pela *General International Standard Archival Description* (ISAD(G)), que objetiva "[...] estabelecer diretrizes gerais para a preparação de descrições arquivísticas." (CIA, 2000, p. 11). Com vinte e seis elementos descritivos distribuídos em sete áreas, a ISAD(G) buscou uma padronização descritiva de alcance internacional.

Para o contexto brasileiro foi criada a Câmara Técnica de Normalização da Descrição Arquivística pelo Conselho Nacional de Arquivos que adaptou as diretrizes da ISAD(G) e propôs a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (Nobrade), que indica vinte e oito elementos descritivos dentro de oito áreas de controle (Brasil,2006). Essas normas são essenciais para o aprimoramento da organização e representação dos documentos arquivísticos.

Neste estudo, entendemos que a descrição arquivística contribui de maneira significativa para que os arquivistas possam intensificar as atividades de difusão no âmbito dos arquivos, com a utilização dos instrumentos de pesquisa como produtos de mediação da informação. A difusão pode ser compreendida como a ação que objetiva a "[...] disseminação, divulgação de informações e do acervo da instituição para o usuário" (Pereira, Silva, 2019, p. 19), pois a difusão é realizada a partir de ações e produtos, como por exemplo através de publicações, realização de eventos, atividades educativas na ambiência do arquivo, visitas técnicas, entre outros.

A difusão é uma prática que pode levar o arquivo a alcançar e satisfazer seus usuários reais, mas, também, tem a possibilidade de atrair usuários potenciais. Ou seja, com a difusão o arquivo pode estabelecer um espaço dialógico com a sociedade, com a perspectiva de expor seus produtos e serviços para os diferentes perfis de usuários. Podendo leva-los a se sentirem representados nos itens documentais e pertencentes à ambiência do arquivo.

As atividades de difusão podem ser realizadas tanto presencial quanto digitalmente, por exemplo com a realização de eventos *online* e/ou publicações e produtos arquivísticos disponibilizados em rede. A popularização do uso da web tem alcançado diferentes esferas sociais contemporâneas e reconfigurado o comportamento de usuários e de arquivistas na usabilidade das informações.

> Atualmente, instituições públicas e privadas estão trabalhando cada vez mais com documentos digitais (natos e digitalizados) para otimizar seus serviços e facilitar a recuperação por meio da web, pensando principalmente na diminuição de gastos com pessoal e a praticidade para obter informação (Bezerra; Bandeira; Silva, 2020, p. 19).

Nessa perspectiva, é válido citar o *software* de descrição arquivística *International Council on Archives-Access to Memory* (AtoM), que se configura um dispositivo dinâmico tanto para a descrição quanto para difusão, ao viabilizar a usabilidade dos acervos arquivísticos no ambiente web. Quanto as características do AtoM, elas buscam:

> 1. permitir que as instituições disponibilizem *online* seus acervos arquivísticos, especialmente aqueles que de outra forma não poderia dar-se ao luxo de fazê-lo; 2. gerenciar descrições arquivísticas de acordo com os padrões do CIA; 3. fornecer interfaces multilíngues e recursos de tradução de conteúdo; 4. suportar vários tipos de coleções; 5. ser totalmente baseado na Web, fácil de usar e segue as melhores práticas de acessibilidade; 6. é flexível e personalizável; 7. ser útil tanto para pequenas quanto para grandes instituições, e; 8. suportar implementações de um ou vários repositórios (Bushey, 2012, p. 2).

Com base no exposto, reforçamos a relevância da adoção do AtoM pelas instituições arquivísticas, posto que esse *software* é gratuito e subsidia a difusão de fundos

documentais alinhado às normas de descrição arquivística, quando o AtoM corresponde a descrição multinível, possibilita a recuperação de dado documento, de maneira que a relação orgânica estabelecida pelo acervo fica evidente para o usuário.

Além do AtoM existem outros *software* que possibilitam a descrição de itens documentais. Dentre eles, podemos citar o *DSpace*[1] que também é um *software* livre de código aberto, capaz de subsidiar o armazenamento, o gerenciamento e a preservação de diferentes tipologias documentais em formato digital. O *Arkivum*[2] que protege, preserva e divulga o acervo digital das instituições. Outro importante *software* é o *Archivists' Toolkit*[3], um sistema de gerenciamento arquivístico de código aberto, que subsidia o processamento de informações arquivísticas e a produção de instrumentos de pesquisa a partir da padronização na descrição de dados. Tem também o *Sepiades*[4], que é voltado para descrição e preservação de coleções fotográficas. Entendemos que esses e outros *software* de gerenciamento e de descrição de documentos arquivísticos podem fomentar a ampliação das ações de difusão.

Nessa conjuntura, compreendemos que a escolha dos padrões e do *software* de descrição pode ser o diferencial na difusão dos documentos considerados bens patrimoniais e também daqueles itens que registram informações de interesse coletivo. Portanto, essa decisão requer do arquivista um agir que seja pautado nas potencialidades do acervo e nas demandas dos usuários.

A atuação de arquivistas quando realizadas de maneira consciente e estratégica, objetivando que os usuários possam atribuir sentido e alcançar senso crítico, se aproxima do entendimento cunhado por Almeida Júnior (2015) sobre o conceito de mediação da informação, que diz ser

> [...] toda ação de interferência — realizada em um processo, por um profissional da informação e na ambiência de equipamentos informacionais —, direta ou indireta; consciente ou inconsciente; singular ou plural; individual ou coletiva; visando a apropriação de informação que satisfaça, parcialmente e de maneira momentânea, uma necessidade informacional, gerando conflitos e novas necessidades informacionais (Almeida Júnior, 2015, p. 25).

O documento arquivístico passa por interferências desde sua produção até a difusão. Com base no entendimento de Almeida Júnior (2015), essas interferências se classificam como ações diretas e indiretas e, aqui exemplificamos que a difusão quando realizada com a presença do usuário se configura mediação direta da informação; já a descrição que é

1 https://www.gov.br/ibict/pt-br/assuntos/tecnologias-para-a-informacao/dspace

2 https://arkivum.com

3 archiviststoolkit.org

4 https://www.ica.org/ica-network/expert-groups/paag/survival-kit-standards/survival-kit-standards-sepiades/

realizada no processamento técnico sem presença de usuários, se classifica como atividade de mediação indireta. Vale ainda ressaltar que tanto os instrumentos de pesquisa quanto os produtos de difusão são dispositivos de mediação indireta da informação arquivística.

METODOLOGIA

Esta pesquisa se configura como descritiva que de acordo com Gil (2002, p. 42), é aquela que "[...] tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis". Para tanto, teve como objetivo evidenciar a relevância da descrição para difusão de documentos arquivísticos da Fundação Casa de José Américo (FCJA).

A pesquisa também se classifica como documental, posto que nesta investigação foram levantados dados disponíveis em instrumentos de pesquisa da FCJA. Foi adotado o método o estudo de caso, que de acordo com Alves (2007, p. 54), busca "[...] obter o máximo de informações que permitam o amplo conhecimento [...]" sobre o objeto analisado. Além dos métodos citados, trata-se também de uma pesquisa do tipo participante. Na coleta de dados, adotamos a observação direta, para investigar os instrumentos de descrição arquivística que fomentam a difusão indireta do acervo da FCJA e o levantamento das atividades de difusão direta realizadas no arquivo da referida instituição. As informações coletadas na observação direta foram registradas em diário de campo.

Como universo da pesquisa, consideramos os 36 fundos arquivísticos, sendo 20 de ex-governadores da Paraíba, e os outros 16 são de personalidades paraíbanas, seis coleções e uma hemeroteca com jornais desde o Século XIX que são custodiados pelo arquivo da FCJA. Para o alcance do objetivo proposto neste estudo, foi necessário o delineamento de uma amostra composta pelo *Fundo Ricardo Vieira Coutinho*. A escolha deste fundo se deu por ser ele um dos últimos recolhidos e gerido pela FCJA. Os dados foram analisados a partir da abordagem qualitativa, que possibilitou a interpretação dos aspectos subjetivos que permearam o objeto investigado.

APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Para alcançar o objetivo proposto nesta pesquisa, buscamos inicialmente investigar os processos e produtos de descrição arquivística relacionados ao *Fundo Ricardo Vieira Coutinho*. Os documentos que formam este Fundo foram recolhidos à custódia da Fundação Casa de José Américo no ano de 2016. Anteriormente, os documentos estavam armazenados em uma casa pertencente ao titular do Arquivo, sem nenhum tratamento arquivístico. Alguns documentos textuais estavam acondicionados em caixas-arquivo, outros, como medalhas, fotografias e audiovisuais estavam misturados com objetos sem valor representativo, acondicionados em caixas de papelão, de plástico, sacolas e pastas AZ.

O *Fundo Ricardo Vieira Coutinho* reúne 28.921 documentos textuais, 589 audiovisuais, 589 bibliográficos, 4.955 iconográficos, 343 bi-tridimensionais e 18.646 eletrônicos. O sistema de arranjo arquivístico aplicado ao referido Fundo tomou como base as funções exercidas pelo titular, ficando distribuído em grupos e organizados em subgrupos. Os grupos ficaram assim distribuídos: Grupo I: Vida Privada; Grupo II: Atuação em Entidades Político-Partidárias; Grupo III: Função Pública – Vereador; Grupo IV: Função Pública - Deputado Estadual; Grupo V: Função Pública: Prefeito; e, Grupo VI: Função Pública: Governador (Fernandes, 2018).

O Fundo foi tratado e organizado entre os anos de 2016 e 2018, em que os processos de descrição arquivística foram pautados na ISAD (G) e Nobrade. Da organização descritiva foi produzido um guia (Figura 1), um inventário e catálogos preliminares referentes às fotografias, fitas videomagnéticas, registros sonoros, honrarias e bi-tridimensionais. Esses catálogos são de uso exclusivo dos arquivistas da instituição.

Figura 1 – Guia do Memorial Ricardo Coutinho

O Memorial Ricardo Vieira Coutinho se abre para a sociedade na busca de constituir um espaço de estudo, debate e experiência visando à democracia participativa e à cidadania plena, tomando como referência a história de vida do seu titular e de suas lutas.

A Militância em movimentos sociais, sindicalistas, o ativismo cultural e social, fazem a história da vida do Governador Ricardo Coutinho ser diferente dos políticos que o antecederam. A sua trajetória nos conduz aos lugares de luta dos movimentos sociais, sejam por moradia, pela terra, mobilizações populares contra a carestia, audiências e plenárias públicas nas quais se discutiam os problemas locais e suas soluções. Todas essas ações estão documentadas em vídeos, fotos e relatos escritos dos participantes destes encontros.

Este Memorial resulta de uma construção coletiva que assumiu a difícil tarefa de delimitar eixos para uma exposição representativa da rica história da vida deste notável paraibano.

Para tanto, além da exposição física, são utilizados diversos equipamentos com recursos audiovisuais para ilustrar alguns fatos de sua carreira política em que expressa coerência de princípios e firmeza nos propósitos. Poder-se-á realizar um passeio prazeroso e instigante no sentido de estimular o sentir/pensar/agir e aguçar a curiosidade para fazer descobertas interessantes a partir das possibilidades que esses instrumentos digitais modernos oferecem e, dessa forma, aprofundar conhecimentos sobre o caminho de vida de um político que brotou dos movimentos sociais, intimamente relacionado às questões relevantes do seu tempo.

GOVERNO DA PARAÍBA

Avenida Cabo Branco, 3336 - Cabo Branco - João Pessoa-PB
CEP: 58045-010 - Fones: (83) 3219-0900
www.fcja.pb.gov.br - Site: memorialricardocoutinho.online

Facebook: facebook.com/fundacaocasadejoseamerico

Instagram: @fundacaocasadejose

Dias e horários de funcionamento:
(Domingo à Domingo - Inclusive feriados
de 08h30min às 16h30min)

MEMORIAL

GUIA DO MEMORIAL RICARDO COUTINHO

1 Telas touch screen – Duas telas disponibilizam uma linha de tempo (timeline) da vida de Ricardo Coutinho, onde é possível conhecer desde a sua infância, no bairro de Jaguaribe, à vida acadêmica, passando pelo movimento sindical e sua trajetória política até os dias atuais, com fotos, vídeos, discursos, documentos e seu gosto musical, intercalando com acontecimentos a nível mundial, nacional e local.

2 Display nº 1 – Espaço que expõe fotos, cartões, diplomas, carteira de trabalho, objetos e outros documentos que representam a vida pessoal e profissional, desde a sua infância até os movimentos sindicais.

3 Display nº 2 – Nicho que reúne os primeiros objetos e momentos da sua trajetória política, como os primeiros "santinhos", folders e materiais com propostas das campanhas das candidaturas de Vereador, Deputado Estadual, Prefeito e Governador.

4 TV 75" – Telão central que exibe os vídeos de momentos marcantes de uma vida repleta de histórias e depoimentos emocionantes.

5 Nicho com o quadro de arranjo dos documentos do Arquivo Ricardo Vieira Coutinho.

6 Arquivo Ricardo Vieira Coutinho, acondicionado em arquivos deslizantes.

7 Biblioteca Natércia Vieira

8 Espaço reservado para o quadro marcante da foto do Governo: "O Povo da Foto", que quebra o paradigma de réplica à foto do Governador em exercício e retrata o empoderamento do povo paraibano.

9 Galeria de livros – Nicho reunindo algumas das importantes publicações das épocas de Prefeito e Governador, como o livro "Caminhos da Paraíba, isolamento nunca mais".

10 Display nº 3 – Exibe objetos de momentos marcantes da sua vida pública, como medalhas, troféus e condecorações recebidas durante sua trajetória como reconhecimento de diversas entidades, sendo algumas outorgadas em outras cidades e países. Este espaço reúne ainda imagens e fatos dos mandatos de Vereador, Deputado Estadual, Prefeito e Governador, como Leis Promulgadas, projetos, construções, adutoras, viadutos, programas de governo inovadores como o Prima, Gira-mundo, Círculo do Coração, Cidade Madura e muitos outros.

11 Amanhã - Carta ao Povo Paraibano, em 26 de outubro de 2014.

12 Quadro de Ricardo Coutinho pintado pelo artista plástico Célio Furtado em sua homenagem, em 2017.

13 Mesa digital - Tela touch screen que disponibiliza as obras, serviços, realizações e diversas outras ações executadas e implementadas por toda a Paraíba durante suas gestões.

14 Tablets com fones de ouvido

15 Mesa para leitura

Entrada

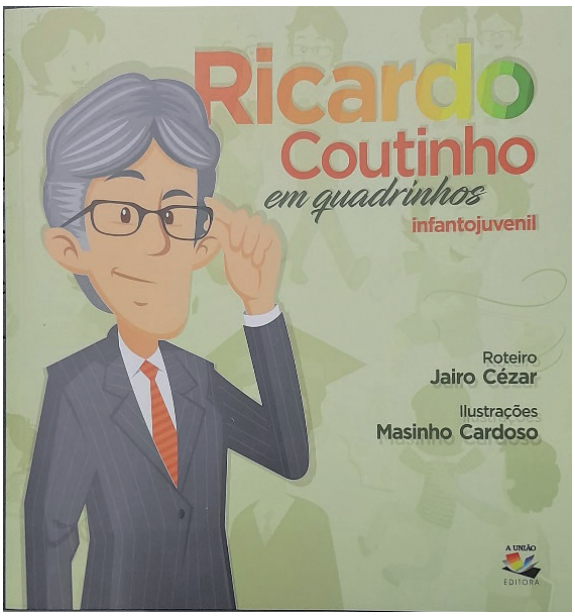
Fonte: dados da pesquisa, 2024.

Ao analisarmos o guia (Figura 1), constatamos que as informações que ele apresenta se refere a descrição do memorial, nome adotado para se referir a ambiência física em que o *Fundo Ricardo Vieira Coutinho* está acondicionado. E, apesar desse instrumento descrever informações como o endereço da instituição, horário de atendimento, etc., não

apresenta informações essenciais para os usuários, como por exemplo dados referentes as condições físicas e jurídicas para o acesso aos itens documentais.

No guia analisado identificamos um endereço eletrônico de uma página da web que dá acesso a alguns itens documentais que foram digitalizados e expostos na página para desenhar a linha do tempo e a atuação protagonista do Titular do acervo. Na fase de coleta de dados desta pesquisa, a referida página da web estava fora do ar, fato que dificultou o levantamento de informações sobre sua usabilidade e seu potencial para difusão. Para esse Fundo foi produzido também um folheto apresentando informações no gênero quadrinhos que narra a história de vida do Titular, conforme apresentado na Figura 2.

Figura 2 – Folheto 'Ricardo Coutinho em quadrinhos'



Fonte: dados da pesquisa, 2024.

A variedade de dispositivos produzidos a partir do tratamento e da descrição do *Fundo Ricardo Vieira Coutinho* pode fomentar o interesse de diferentes perfis de usuários, a exemplo da história em quadrinhos que pode ser um dos primeiros documentos que o usuário terá acesso e, a partir dele, se interessar por esse Fundo e outros que são custodiados pela Fundação Casa de José Américo. Com isso, ressaltamos a importância dos arquivistas da FCJA apresentarem nas visitas técnicas e/ou guiadas que são realizadas na ambiência do Arquivo, todos os dispositivos e instrumentos de pesquisa produzidos a partir dos processos de tratamento documental, objetivando a difusão do acervo.

Sobre o inventário, esse tipo de instrumento de pesquisa busca desenhar sumariamente um fundo arquivístico, ao descrever as atividades distribuídas em grupos/séries,

indicando as dimensões e suportes que compõe o acervo, além das datas-limite e os critérios de classificação e de ordenação, elementos identificados no inventário do *Fundo Ricardo Vieira Coutinho*. Entendemos que a descrição de grupos/séries documentais de cada fundo é uma atividade fundamental para permitir o pleno acesso aos documentos de um arquivo e, portanto, favorece as atividades de difusão, como julgam Pereira e Silva (2019), ao ampliar os processos de divulgação dos documentos arquivísticos.

Constatamos que o referido Fundo ainda não está indexado em um *software*. Esse dado interfere negativamente nas ações de difusão arquivística, posto que ao descrever os itens documentais em *software* de descrição, o arquivista contribui significativamente nos processos de recuperação e acesso a informação. Sabemos que os *softwares* de gerenciamento e de descrição arquivística são dispositivos passíveis de adaptações de acordo com às necessidades da instituição (Bushey, 2012). Esses *softwares* subsidiam os processos de descrição arquivística, potencializa a difusão no contexto da *web* ao possibilitar a exportação e/ou importação de metadados com o repositório da instituição arquivística.

Ao refletir sobre esses dados pela perspectiva da mediação da informação (Almeida Júnior, 2015), reiteramos que o documento arquivístico passa por interferências desde sua produção até a difusão, e, as atividades de descrição e seus produtos (instrumentos de pesquisa físico e *online*) são essenciais para ampliar as possibilidades de difusão indireta. Portanto, essa interferência demanda do arquivista competências que aprimorem os produtos e serviços tanto na ambiência física quanto na *web*, atuando de maneira consciente e estratégica para garantir a apropriação da informação por parte dos usuários.

Dentre as ações que podem ser classificadas como de difusão direta realizadas pelo Arquivo da FCJA podemos citar: o *Projeto A Escola Vai a Fundação* que oferta visitas guiadas para estudantes de escolas públicas; *Visita técnica* para graduandos dos cursos de Arquivologia da Universidade Federal da Paraíba e da Universidade Estadual da Paraíba, nessas ações são apresentados os instrumentos de pesquisa que, consideramos nesta pesquisa como dispositivos de difusão indireta; *Realização anual de eventos*, como: a Semana Nacional de Arquivos; Dia do Arquivista, dentre outros eventos realizados em parceria com o Museu e a Biblioteca da FCJA.

Nessa conjuntura, observamos que apesar dos processos de descrição terem colaborado para produção de instrumentos de pesquisa, é preciso que a página da *web* que divulga o memorial e o *Fundo Ricardo Vieira Coutinho* esteja acessível e que seja adotado um *software* de descrição arquivística para ampliar a difusão indireta de documentos arquivísticos da FCJA.

Diante dessa demanda e considerando a importância de ampliar a difusão do seu acervo possibilitando o acesso no ambiente da web, foi constatado que a FCJA vem promovendo duas ações que vão impactar diretamente nesse aspecto. A primeira diz respeito a digitalização do acervo do seu patrono, o escritor José Américo de Almeida, pela empresa

Suporte Gerencial que trabalha com o *SoftExpert Excellence Suite*, que através do SoftExpert Arquivo Físico oferece um *software* que automatiza o gerenciamento de conteúdos, a empresa contratada irá digitalizar cerca de 200 mil documentos do Fundo Arquivo José Américo de Almeida. Esperamos que em um futuro breve os demais fundos da FCJA também sejam digitalizados.

A segunda ação é que, em paralelo a isso, a FCJA tem desenvolvido um projeto de pesquisa financiado pela Fundação de Apoio à Pesquisa da Paraíba (FAPESQ), intitulado 'Modernização digital do acervo da Fundação Casa de José Américo: estruturando a preservação e o acesso', que tem como objetivo estruturar o processo de empacotamento dos documentos que compõem os acervos da FCJA para inserção em repositório arquivístico confiável, com os documentos indexados em sistemas informatizados, considerando a descrição arquivística que subsidie a interoperabilidade entre o repositório, a Archivematica e o AtoM. Dessa maneira, percebemos que apesar de no momento a FCJA não dispor de acervos disponíveis no ambiente da web, essas ações demonstram avanços que irão ampliar as atividades de difusão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, constatamos a relevância da descrição arquivística para promover a visibilidade dos acervos custodiados pela Fundação Casa de José Américo ao evidenciarmos o quanto a difusão está entrelaçada a descrição e seus instrumentos de pesquisa. A partir dos processos de descrição do *Fundo Ricardo Vieira Coutinho* foram produzidos um guia e um inventário, que são de acesso público; e catálogos de uso exclusivo dos arquivistas.

Consideramos que esses instrumentos de pesquisa favorecem as atividades de difusão indireta da informação arquivística. Além desses dispositivos, também foram produzidos um folheto que narra a trajetória de vida do Titular em quadrinhos e uma página na web que apresenta sua linha do tempo.

Com base nos resultados podemos inferir que apesar dos processos de descrição gerarem os instrumentos de pesquisa que se configuram como produtos de difusão indireta, ainda é preciso que a página da web que divulga o *Fundo Ricardo Vieira Coutinho* esteja acessível e que todos os fundos da Fundação Casa de José Américo estejam organizados e descritos com base nas normas arquivísticas e que sejam acessíveis a partir da adoção de *software* e que este esteja vinculado à repositórios para garantir o acesso, a preservação e a difusão dos documentos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Mediação da informação: um conceito atualizado. In: BORTOLIN, Sueli; SANTOS NETO, João Arlindo; SILVA, Rovilson José da (org.). **Mediação oral da informação e da leitura**. Londrina: Abecin, 2015. p. 9-32.

ALVES, M. **Como escrever teses e monografias**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

BEZERRA, E. de S.; BANDEIRA, P. M.; SILVA, J. T. e. O ICA-AtoM como ferramenta para descrição de documentos arquivísticos da Universidade Federal da Universidade Federal da Paraíba. **Conhecimento em Ação**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, jul./dez. 2020.

BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos. **Nobrade**: Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

BUSHEY, J. International Council on Archives (ICA) "Access to Memory" (AtoM): Open-source software for archival description. **Archivi & Computer**, [S.l.], v. 1, 2012.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISAD(G): **Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2000.

DURANTI, Luciana. Registros documentais contemporâneos como provas de ação. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, 1994.

FERNANDES, Irene Rodrigues da Silva (coord.). **Arquivo Ricardo Vieira Coutinho**: Inventário. João Pessoa: A União, 2018.

PEREIRA, D. B.; SILVA, E. P. Funções arquivísticas: caracterizando finalidades de instituições de arquivo. **Ágora**, v. 29, n. 58, 2019.

ROUSSEAU, J.; COUTURE, C. **Os fundamentos da disciplina Arquivística**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

DIAGNÓSTICO ARQUIVÍSTICO: UM OLHAR DO DOCUMENTO FÍSICO AO DIGITAL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

DIAGNOSIS ARCHIVAL: A LOOK FROM THE PHYSICAL TO THE DIGITAL DOCUMENT AT THE FEDERAL UNIVERSITY OF PARÁ

Amanda Marissa Soares da Silva
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"

Natacha Oliveira Janes
Universidade Federal do Pará

Resumo

Este texto tem por objetivo compreender quais requisitos são necessários para garantir um diagnóstico arquivístico eficiente e preciso dos documentos físicos e/ou digitais no âmbito da Universidade Federal do Pará. O diagnóstico arquivístico é o primeiro passo do trabalho do arquivista; é um instrumento técnico a partir do qual podemos dar seguimento à aplicação dos princípios e das funções arquivísticas. Assim, a importância da sua realização está em mostrar a realidade do acervo, incluindo: mensuração (metros lineares ou bytes), estado de conservação, condições de recuperação dos documentos de arquivo, entre outras informações que permitirão o planejamento das ações estratégicas e operacionais na gestão de documentos. A metodologia utilizada é de abordagem qualitativa, do tipo pesquisa exploratória, documental e bibliográfica. Consideramos que cada instituição possui suas particularidades e singularidades na produção e no recebimento de documentos. Portanto, o interesse dEste texto não é padronizar o diagnóstico, mas discutir e destacar a importância desse processo, especialmente para os documentos digitais. Por fim, compreendemos que, diante das novas demandas tecnológicas, o diagnóstico arquivístico impacta diretamente em um programa de gestão de documentos e, sobretudo, na inserção nas ações estratégicas de uma instituição. O estudo demonstra a carência na realização do diagnóstico nos últimos anos na Universidade, principalmente

em relação aos documentos digitais, o que resulta na acumulação desordenada de documentos dentro dos sistemas.

Palavras-Chave: Diagnóstico arquivístico; Documento físico e digital; Universidade Federal do Pará.

Abstract

This text aims to understand the requirements necessary to ensure an efficient and accurate archival diagnosis of physical and/or digital documents at the Federal University of Pará. Archival diagnosis is the first step in the archivist's work; it is a technical tool through which we can proceed with applying archival principles and functions. Thus, its importance lies in revealing the reality of the collection, including: measurement (linear meters or bytes), state of preservation, conditions for retrieving archival documents, among other information that will enable the planning of strategic and operational actions in document management. The methodology used is qualitative, of the exploratory research, documentary, and bibliographic type. We consider that each institution has its own particularities and peculiarities in the production and reception of documents. Therefore, the aim of this text is not to standardize the diagnosis but to discuss and highlight the importance of this process, especially for digital documents. Finally, we understand that, given the new technological demands, archival diagnosis directly impacts a document management program and, above all, the integration into an institution's strategic actions. The study demonstrates the lack of archival diagnosis in recent years at the University, particularly concerning digital documents, which results in the disordered accumulation of documents within the systems.

Keywords: Archival diagnosis; Physical and digital document; Federal University of Pará.

INTRODUÇÃO

O diagnóstico arquivístico é uma prática inicial para a gestão de documentos. Através dessa prática, podemos conhecer e avaliar a situação atual de um determinado acervo documental e, assim, identificar quais são as necessidades prioritárias de intervenção,

do como fazer da arquivística (Schmidt, 2012), saindo das práticas empíricas em que muitos acervos se encontram.

O ponto de partida para uma gestão eficiente de documentos, segundo Gadelha, é que "para gerenciar algo, é necessário diagnosticar" (2017, p. 397). Neste contexto, o objetivo deste artigo é discutir o diagnóstico arquivístico na Universidade Federal do Pará (UFPA), abrangendo os documentos físicos e ressaltando os problemas relacionados à realização do diagnóstico nos documentos digitais.

Barboza, Silva e Silva (2020, p. 261) apontam que "o diagnóstico possibilita a formação de medidas que têm a função de formular e propor as devidas alterações de modo estratégico, com o intuito de implementar e determinar um sistema de organização e recuperação da informação". Dessa forma, compreendemos que a realização do diagnóstico permite demonstrar a realidade da instituição ou situação arquivística e, a partir disso, podemos conscientizar e/ou implantar uma política de gestão de documentos.

Portanto, o resultado de um diagnóstico eficiente é a garantia para a realização posterior da identificação, organização, conservação, preservação e recuperação dos documentos, bem como para o apropriado gerenciamento de sistemas de informação em prol da organização do conhecimento arquivístico.

Observa-se, nas discussões sobre a temática referida, através da revisão bibliográfica, que as pesquisas se concentram principalmente nos documentos físicos, evidenciando a problemática da realização do diagnóstico em documentos digitais. Assim, para Santos (2005, p. 175), "a aceitabilidade dos documentos digitais virá a partir de definições conceituais de seus componentes e dos seus princípios arquivísticos que norteiam a sua organização".

Diante disso, a problemática desta pesquisa é: como a UFPA, sendo uma das maiores universidades da região Norte do país, está conduzindo a atividade de diagnóstico arquivístico, tanto nos documentos físicos quanto nos digitais? E de que forma esse diagnóstico poderá contribuir para o planejamento eficaz da gestão de documentos da instituição? Em outras palavras, de que maneira o diagnóstico arquivístico interfere no planejamento e na execução da gestão de documentos na instituição?

A metodologia utilizada neste artigo é de natureza qualitativa, do tipo pesquisa exploratória, documental e bibliográfica, com o objetivo de demonstrar a realidade dos documentos de uma dada instituição. Para tal propósito, foi realizada uma pesquisa documental nos relatórios dos diagnósticos parciais da UFPA entre os anos de 2013 e 2023. Justifica-se esse marco temporal pelo fato de que 2013 foi o ano de implantação do Sistema Integrado de Gestão (SIG-UFPA), que ainda é utilizado na produção e tramitação dos documentos digitais da instituição.

Por fim, o estudo pretende discutir o diagnóstico arquivístico no contexto acadêmico e profissional, além de apresentar uma reflexão na Arquivologia. Desse modo, busca

cultivar uma ação crítica e uma abordagem construtiva para novos estudos, considerando que a UFPA é uma instituição de ensino, pesquisa e extensão no contexto amazônico brasileiro com mais de 60 anos, produzindo conhecimento técnico-científico e social.

DIAGNÓSTICO ARQUIVÍSTICO: UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO

A prática de diagnosticar os documentos surge quando a natureza dos arquivos deixa de ser voltada somente aos documentos de valor histórico e social. Com a produção desordenada de documentos a partir da 1ª e 2ª Guerra Mundial, na primeira metade do século XX, o arquivista se deparou com a produção e acumulação da massa documental acumulada (MDA). Isso dificultou a racionalização dos documentos. Assim, consideramos que, ainda na transição do século XX para o XXI, também nos deparamos com a transformação dos documentos físicos para os nato-digitais, o que nos permite refletir sobre novos emblemas para o diagnóstico destes.

> Os arquivistas que trabalhavam com documentos relativamente recentes, a maioria dos quais contemporâneos a eles, não tinham as mesmas necessidades de conhecer profundamente épocas remotas, línguas antigas e velhos tipos de documentos e de escrita, como no caso de seus ancestrais profissionais na Europa do século 19. Eles precisavam de conhecimentos sobre entidades de seu próprio tempo, bem como sobre como estas produziam seus arquivos (Eastwood, 2016, p. 31).

Destarte, o arquivista se depara com novas questões de cunho contemporâneo relacionadas aos documentos digitais. Comungamos com Eastwood quando ele exprime a função social dos arquivos: "eles lubrificam as engrenagens da administração e da economia; eles ajudam na prestação de contas da realização de tarefas; eles fornecem um acesso essencial e inigualável ao que foi feito no passado [...]" (2016, p. 42).

A partir disso, apontamos que a gestão de documentos[1] na administração pública garante a eficiência de suas ações estratégicas e, sobretudo, é necessária para a garantia de direitos essenciais à sociedade em geral.

O diagnóstico arquivístico fornecerá subsídios para o desenvolvimento de um projeto de intervenção na instituição, unidade ou subunidade, visando à organização de seus documentos dentro de um programa de gestão de documentos adequado. Assim, irá "intervir no processo, ainda dentro das organizações produtoras e acumuladoras de informações e documentos" (Lopes, 1997, p. 26).

Em essência, estamos de acordo com Lopes (1997, p. 43) quando ele define que:

1 Segundo o dicionário de terminologia arquivística é "conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento de documentos em fase corrente e intermediária, visando sua eliminação ou recolhimento" (2005, p. 100).

> levantamento geral dos dados sobre as atividades, fluxo informacional, estruturas, funções e das questões referentes aos acervos constrói o objeto da pesquisa, ao retratar a situação arquivística da organização, na forma de um diagnóstico. Agindo desta forma, o profissional terá a possibilidade de propor soluções que se possam chamar de científicas, por se basearem no exame criterioso do problema, realizado de acordo com metodologias e parâmetros aceitos pelas ciências sociais aplicadas.

Dessa forma, a realização do diagnóstico resultará na demonstração real das condições de armazenamento, da organização do acervo, da conservação, da preservação e de outras características da documentação arquivística da instituição. Lopes (1997) apresenta uma divisão sobre diagnóstico nos arquivos, que são: a visão maximalista, que lida com o conjunto maior de organismos, e a visão minimalista, que se refere apenas a um tipo de diagnóstico realizado em uma dada instituição. O autor também afirma que "os diagnósticos devem ser precedidos de pré-diagnósticos" (Lopes, 1997, p. 45). Ou seja, a coleta de dados precede o relatório final.

Sousa, Nogueira, Gomes e Barbosa, em seu artigo intitulado "A organização dos documentos de arquivo digitais na Administração Pública Federal" (2023), apresentam a existência de quatro tipos de conjuntos documentais digitais na Administração Pública. Em suma, consideram que há "massas documentais digitais invisíveis" que, na sua maioria, não possuem intervenção arquivística. Contudo, ressaltam que há uma tentativa de utilizar o código de classificação no âmbito digital e evidenciam que podemos compreender o papel dos usuários a partir de suas experiências no cotidiano.

> Em volumes tão grandes de documentos digitais de arquivo é necessário encontrar soluções que não dependam única e exclusivamente da intervenção humana. Está ficando cada vez mais difícil essa forma de trabalhar. Projetos para a classificação automática de documentos, a partir da análise do conteúdo, e de classificação e avaliação automática de e-mails começam a aparecer e podem contribuir de forma importante para a solução dos problemas relatados nesta pesquisa (Sousa et al., 2023, p. 17).

Desse modo, acrescentamos que, no "mundo" dos documentos digitais, precisamos refletir sobre outras especificidades na identificação desses documentos nos sistemas, bases de dados e até mesmo quando estão armazenados sem critérios de organização nos computadores, por exemplo, para assim diagnosticá-los.

Por fim, sabemos que, nos documentos físicos, poderíamos ter certa precisão no diagnóstico destes, mas, para os digitais, devemos considerar suas particularidades, bem como as legislações vigentes, pois estas garantem seu acesso e instrumentalizam a garantia de sua recuperação.

A UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ E SEUS DOCUMENTOS: UM BREVE HISTÓRICO

A Universidade do Pará, como era nomeada na sua criação, é fruto da reunião de sete faculdades, cujas histórias remontam ao início do século XX. São elas: Faculdade Livre de Direito (1902), Escola de Farmácia (1903), Escola Livre de Odontologia do Pará (1914), Faculdade de Medicina do Pará (1919), Escola de Engenharia do Pará (1931), Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais (1947) e Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Belém (1948). Sua criação foi regulamentada pela Lei nº 3.191, de 2 de julho de 1957[2].

Na década de 1960, a universidade incorporou a Escola de Química Industrial do Pará (1920) e a Escola de Serviço Social do Pará (1950), passando a se chamar Universidade Federal do Pará. A partir de então, começou a expandir suas atividades, criando faculdades e unidades acadêmicas na capital e no interior do Estado do Pará.

A produção de seus documentos remonta à união dessas escolas; assim, a criação da UFPA nasceu das demandas sociais da época, bem como da acumulação dos seus documentos. Neste contexto, Chaves (2005, p. 150) apresenta a UFPA como uma instituição pública federal de ensino e pesquisa, localizada em uma região depositária de recursos naturais e culturais extremamente estratégicos para o desenvolvimento da economia e da sociedade mundial.

Atualmente, a UFPA está presente em 82 municípios no Pará, com atividades de ensino, pesquisa e extensão. Em 12 desses municípios, possui instalações de campi, com ofertas regulares de cursos de graduação e pós-graduação. Sua sede está localizada na capital paraense, no município de Belém.

A universidade possui uma população de aproximadamente 60 mil[3] alunos, incluindo graduação, pós-graduação, educação básica, técnica e tecnológica, além de docentes e técnicos. Oferece 157 cursos de graduação (presenciais e a distância). Por meio da extensão, interage com uma gama de organizações e grupos sociais, contribuindo diretamente para a transformação da realidade social da Amazônia, a partir do conhecimento produzido e disseminado em seus ambientes. Na pós-graduação stricto sensu, a UFPA reúne 102 programas, compreendendo 144 cursos, sendo 96 mestrados e 48 doutorados. Já na pós-graduação lato sensu, são ofertados 64 cursos.

Nos últimos anos, a UFPA tem alcançado melhores índices de desempenho em rankings internacionais, evidenciando a importância desta instituição não apenas no âmbito nacional, mas também no contexto internacional. Destacamos a relevância de

2 Documento base: Plano de Desenvolvimento Institucional ano base 2016-2025. Disponível em: file:///C:/Users/Administrador/Downloads/PDI-2016-2025.pdf Acesso em: 05 de junho de 2024.

3 Dados coletados do relatório do ano de 2023 da UFPA em números com ano-base 2022. Disponível em: UFPAemNumeros2023_AB2022_final.pdf. Acesso em: 01 maio 2024.

sua produção e recebimento de documentos, tanto administrativos quanto acadêmicos, que refletem o conhecimento científico produzido na Amazônia.

No entanto, na elaboração do último Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), que abrange os anos de 2016 a 2025 e foi aprovado em 30 de março de 2017 pelo Conselho Universitário (CONSUN), observamos que não constam entre seus objetivos ações voltadas diretamente para a implementação de uma política de gestão de documentos. Costa (2023) afirma que há uma ausência de objetivos institucionais voltados à gestão e preservação dos documentos arquivísticos da UFPA, apesar da utilização dos processos eletrônicos.

Portanto, podemos considerar que a ausência dessas discussões no planejamento estratégico da instituição contribui para a perda de documentos e o apagamento da memória institucional. A seguir, apresentaremos a influência da institucionalização estratégica do Arquivo Central, como um órgão suplementar ligado diretamente à Reitoria, na busca pela implementação de uma política de gestão e preservação de documentos.

Histórico do Arquivo Central da UFPA

Desde sua criação em 1957, a UFPA, com a incorporação de faculdades que surgiram a partir de 1902, como a Faculdade Livre de Direito, já acumulava uma grande quantidade de documentos oriundos das atividades exercidas. Isso se tornava um desafio na implantação do campus universitário, denominado Campus Pioneiro do Guamá ou Núcleo Pioneiro do Guamá, em 1968.

Diante do crescimento significativo das atividades inerentes à UFPA, somente em 1988 foi criado o Arquivo Central da instituição. Cabe ressaltar, segundo Costa (2023), que houve outras tentativas frustradas de implantar um Arquivo na instituição nos anos de 1979 e 1982. Apenas em 1985 foi identificado um diagnóstico da situação arquivística.

> Comissão de Implantação e Implementação do Sistema de Arquivos da UFPA, dando início à elaboração de um profundo diagnóstico da situação arquivística institucional. É possível identificar que o instrumento de coleta de dados para o levantamento da situação arquivística foi elaborado pela comissão de implantação e encaminhado pela Secretária-Geral da Reitoria, conforme evidenciado no Ofício Circular GR – 025/85, de 18 de setembro de 1985. [...] Destaca-se ainda que a oficialização dos trabalhos de Magali Vergolino e Suely Palheta, à frente da comissão do sistema de arquivos, ocorreu somente em 1987 com a publicação da Portaria nº 536/87, assinada pelo Reitor José Seixas Lourenço, reconhecendo que os trabalhos haviam iniciados há 2 anos (Costa, 2023, p. 80-81).

Conforme observado nos documentos derivados dessa atuação inicial, segundo Costa (2023), foi possível identificar o estabelecimento de uma estrutura para operacionalizar

de forma experimental o Sistema de Arquivos, sob a coordenação da Seção de Protocolo, Comunicações e Arquivo Geral, com o objetivo de identificar a necessidade de ajustes que se fizessem necessários.

Ressaltamos que a qualidade do trabalho desenvolvido pela Comissão de Implantação e Implementação do Sistema de Arquivos proporcionou, entre outras ações, a elaboração de uma proposta de estrutura organizacional e regimento interno para o Arquivo Central, o desenvolvimento de um software para automação do controle dos documentos – Protocolo, Tramitação e Arquivamento (PTA) e a elaboração do Código de Classificação e Tabela de Temporalidade dos Documentos da UFPA, tornando esse trabalho pioneiro.

Após os anos em que foram elencados os problemas encontrados na gestão de documentos, foi publicada a Resolução n° 590, de 21 de dezembro de 1988, por deliberação do Conselho Superior de Administração (CONSAD), nos seguintes termos:

> Art. 1º Fica aprovada a instituição ao Sistema de Arquivo da UFPA, que objetiva servir a instituição como fonte de informação, testemunho e referência, assegurar a proteção e preservação dos documentos arquivísticos, tendo em vista seu valor administrativo, histórico, probatório e os interesses da comunidade; harmonizar as diversas fases da administração dos documentos, desde a sua produção até a sua guarda no arquivo permanente (UFPA, 1988).

Desde então, o Arquivo Central da UFPA busca o aprimoramento das atividades arquivísticas no que se refere à gestão, preservação e difusão dos documentos da instituição. Comuns em muitas instituições, especialmente as públicas, que possuem um grande volume de documentos, são os problemas relacionados aos acervos, como, por exemplo, o acúmulo de documentos em depósitos insalubres.

Os Documentos Digitais na UFPA

No ano de 2022, a UFPA passou a utilizar 100% dos processos e documentos produzidos e recebidos em formato digital, de acordo com a normativa do item III do Art. 2º do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015, que regulamenta a obrigatoriedade do Processo Eletrônico Nacional (PEN). Destacamos aqui como será realizado o diagnóstico para os documentos digitais, pois, segundo Santos (2005), "os documentos digitais representam um desafio para a teoria arquivística" (2005, p. 165).

Ainda segundo o autor:

> a teoria Arquivística encontra-se em um momento de transição em que as experiencias existentes são analisadas e se busca definir os melhores caminho a seguir, todavia o preço a ser pago por esse

> momento é a perda de boa parte da história humana de nossa época, como já vem sendo observado por alguns pesquisadores (Santos, 2005, p. 165).

Neste contexto, a universidade está inserida na transição da mudança informacional, passando dos documentos físicos para os digitais. A UFPA começou a utilizar, no ano de 2013, o Sistema Integrado de Gestão (SIG-UFPA), que é um conjunto de sistemas integrados para Gestão Acadêmica, Patrimonial, Administrativa, de Contratos e Recursos Humanos. O principal objetivo é o planejamento e o controle operacional dos documentos. Esse sistema integrado reúne os seguintes sistemas: Sistema Integrado de Gestão, Planejamento e Recursos Humanos (SIGRH); Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA); e Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos (SIPAC).

Com a aquisição do SIG-UFPA, segundo Costa (2023), a equipe do Arquivo Central recebeu treinamento sobre o sistema SIPAC, especificamente o Módulo Protocolo, para cadastramento e tramitação de processos e documentos. Em 2013, a UFPA implementou efetivamente o SIPAC – Módulo Protocolo, e o Arquivo Central alimentou a base de dados deste sistema para garantir que todos os processos e documentos fossem classificados conforme os instrumentos de gestão aprovados pelo Arquivo Nacional. No entanto, a atribuição da classificação arquivística nos documentos não é obrigatória.

Já em 2017, o Arquivo Central participou de reuniões com o Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação (CTIC), sendo informada sobre a adequação do SIPAC para uma versão atualizada, que atendia aos critérios de implementação do PEN, a partir do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015, mencionado anteriormente. Conforme informado por Costa (2023), é evidente que, embora o decreto tenha sido publicado em 2015, o Arquivo Central só participou de discussões oficiais sobre o assunto em 2017.

Por fim, devido à crise sanitária causada pela Covid-19, em 2020, o início do Processo Administrativo Eletrônico da UFPA (PAE-UFPA) tornou-se essencial para a continuidade dos trâmites administrativos. Essa iniciativa permitiu o atendimento das demandas processuais e minimizou os efeitos da redução da força de trabalho presencial. Para disciplinar e regulamentar o PAE-UFPA, foi publicada, em 30 de dezembro de 2021, a Portaria GR nº 4458/2021, que apresenta conceitos, definições e procedimentos para a produção e tramitação de documentos e processos no meio eletrônico introduzindo novas complexidades na prática do diagnóstico arquivístico digital.

METODOLOGIA

Para a compreensão da atividade de diagnóstico arquivístico no âmbito da UFPA, apresenta-se a seguir a metodologia utilizada para o desenvolvimento deste estudo proposto.

Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, conforme definida por Minayo (2002, p. 21), investiga fenômenos humanos dentro da realidade social, destacando a capacidade humana de interpretar suas ações e refletir sobre elas em um contexto compartilhado.

Quanto ao tipo, foi realizada uma pesquisa documental e bibliográfica. Na pesquisa documental, segundo Gil (2004), utilizam-se fontes de dados primários que ainda não receberam tratamento analítico: "nesta categoria estão os documentos conservados em arquivos de órgãos públicos e instituições privadas, tais como associações científicas, igrejas, sindicatos, partidos políticos etc." (2004, p. 46). Desse modo, partimos para a análise dos diagnósticos arquivísticos realizados na UFPA entre os anos de 2013 e 2023. Já a pesquisa bibliográfica foi realizada com base na revisão da produção científica em livros e artigos. Segundo Gil (2004), a pesquisa documental se complementa com a pesquisa bibliográfica.

Por fim, quanto ao objetivo, trata-se de uma pesquisa exploratória, que visa "levantar informações sobre um determinado objeto" (SEVERINO, 2007, p. 123). Neste contexto, na etapa preliminar do estudo, foram revistos os conceitos referentes à temática de diagnóstico arquivístico, buscando compreender a relevância dessa atividade para o planejamento da gestão de documentos, sobretudo no âmbito da UFPA.

RESULTADOS E DISCUSSÃO DOS DADOS

Na presente seção, são apresentadas as observações realizadas nos relatórios de diagnóstico arquivístico da UFPA e a análise do SIPAC enquanto sistema que realiza o cadastro e a tramitação de processos e documentos. Foi possível analisar os documentos produzidos nos últimos 10 anos, totalizando 53 relatórios. É importante destacar que esses diagnósticos foram conduzidos por servidores arquivistas da instituição.

Para a realização do diagnóstico arquivístico na universidade, foram realizadas visitas técnicas, mediante agendamento prévio, às unidades solicitantes. Aplicou-se um questionário pré-estabelecido, denominado "Ficha Informativa do Acervo", que busca obter informações sobre a organização e quantificação do acervo, o estado de conservação, entre outras características relevantes, para a produção do relatório de diagnóstico e sua posterior apresentação ao gestor e aos demais servidores da unidade solicitante.

Na realização dos diagnósticos para os documentos físicos, notamos que não havia critérios claros de organização, conservação e preservação aplicados nas unidades e subunidades. Obtivemos uma metragem total aproximada de 3.991,9 metros lineares de documentos na soma dos 53 relatórios. Contudo, devido à falta de arquivistas atuando em todas as unidades, especialmente nos campi do interior, sabemos que esses números são significativamente maiores.

Identificamos que as informações coletadas durante o período estudado não foram sistematicamente analisadas pelos arquivistas para a criação de um projeto efetivo de gestão

de documentos, tanto físicos quanto digitais, no contexto geral da universidade. Muitas intervenções foram realizadas de maneira dispersa, atendendo a necessidades urgentes das unidades, funcionando como "apagamento de incêndio", ou seja, soluções imediatas para a organização dos documentos e principalmente para atender à demanda por espaço físico.

Observamos que, nesses relatórios, não há questionamentos nem dados coletados nas visitas sobre os documentos digitais em si. Contudo, há um campo específico na ficha descritiva do acervo que questiona sobre o gênero dos documentos e inclui o termo "informático" como opção, sem uma descrição detalhada do que se compreende como gênero informático. Esse campo está presente em todos os relatórios analisados, mas, em 2017, apenas um relatório utilizou o campo como "Informáticos/Digitais".

Diante da ausência do termo "digital", observamos que a maioria dos relatórios apresenta uma orientação genérica para a preservação de documentos digitais. Destacamos que, em 2019, teve início a implantação do PAE-UFPA e, em 2022, os documentos passaram a ser produzidos 100% em meio digital no SIPAC, um dos sistemas do SIG-UFPA. No entanto, os relatórios produzidos entre 2019 e 2023 não incluíram dados específicos sobre os documentos digitais.

Para a análise dos documentos digitais, consideramos dois pontos: o primeiro é a produção dos documentos digitais da UFPA exclusivamente no módulo protocolo do SIG-UFPA, o SIPAC, que é responsável pela produção, tramitação e arquivamento de processos e/ou documentos administrativos. O segundo ponto é a identificação da organização desses documentos no SIPAC.

Essa escolha foi necessária, pois a UFPA possui sistemas sob a orientação do CTIC e sistemas descentralizados de outras instituições, como os sistemas da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) oriundo do fomento de bolsas e auxílios de pesquisa. Desse modo, inferimos que os demais sistemas produzem documentos que são armazenados sem critérios arquivísticos, como a atribuição do código de classificação e o arquivamento em pastas virtuais que garantam sua recuperação e posterior avaliação para a guarda permanente ou eliminação após o cumprimento do prazo de guarda.

Ressaltamos ainda que os demais sistemas não garantem acesso integral aos arquivistas, pois necessitam de permissões do CTIC, o que já estabelece uma certa barreira para as orientações de cunho arquivístico na produção, organização e arquivamento dos documentos digitais nesses sistemas. Ainda se faz necessário esclarecer que houve a descentralização do protocolo geral da UFPA, onde os processos/documentos passaram a ser autuados pelos próprios usuários no SIPAC.

Neste contexto, buscamos recuperar, em relatórios produzidos pelo SIPAC, o quantitativo de documentos digitais produzidos entre 2019 e 2023. A busca por essa informação dentro do sistema já demonstrou ser um ponto negativo, pois os parâmetros disponíveis não retornaram informações consistentes sobre a produção de documentos ou processos,

não havendo distinção entre eles no que se refere à quantidade individual de um ou outro. Quanto ao quantitativo dos documentos digitais, consideramos que as informações coletadas referem-se ao número de documentos produzidos e não ao volume em bytes, o que pode interferir na capacidade de armazenamento.

Observamos também que o sistema possui um campo específico para a busca de 'quantitativo de processos por classificação Conarq', que retorna um número considerável de processos produzidos no período desejado. No entanto, para a criação de um processo ou documento, não é obrigatório que o usuário faça a classificação dentro do sistema. Portanto, consideramos que essa recuperação de dados não pode ser considerada para análise.

A classificação arquivística de documentos no SIPAC é feita de forma esporádica. Existem alguns mapeamentos de processos que atribuem a classificação de acordo com a atividade, porém alguns servidores desconhecem o código de classificação ou possuem dúvidas sobre sua atribuição e acabam classificando erroneamente. A solução seria criar um mapeamento de todos os processos da UFPA em conjunto com os arquivistas e seus usuários, para contribuir na classificação e recuperação desses documentos.

Para os documentos natos digitais de guarda permanente, não existe um mecanismo de interoperabilidade documental entre os sistemas que garanta a cadeia de custódia dos documentos que serão recolhidos.

Por fim, o diagnóstico nos sistemas que compõem o SIG-UFPA deve abranger todos os documentos produzidos pela instituição e respeitar as normativas da legislação em vigor. Assim, é necessário incluir novos critérios de coleta de dados para a realização do diagnóstico no âmbito digital, como, por exemplo, ambiente tecnológico, gestão de documentos arquivísticos digitais, preservação digital, acesso e difusão em todas as fases do documento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas discussões atuais sobre o tema, percebe-se, através da pesquisa bibliográfica, um foco predominante nos documentos em formato físico, deixando uma lacuna significativa na discussão sobre documentos digitais. As abordagens frequentemente se concentram nos sistemas para documentos digitais, em conformidade com o Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos - e-ARQ Brasil.

No entanto, há uma falta de análise minuciosa sobre os próprios documentos digitais já produzidos e suas necessidades específicas de intervenção arquivística nos sistemas, como, por exemplo, sua organização por parte do usuário por meio da classificação, avaliação e arquivamento, seguindo as normativas vigentes na aplicação dos instrumentos

arquivísticos, como o plano de classificação e a tabela de temporalidade, para, assim, realizar a gestão dos documentos arquivísticos digitais.

Diante da análise dos relatórios, podemos identificar uma lacuna significativa no diagnóstico arquivístico dos documentos digitais no âmbito da UFPA. A urgência dessa atividade se impõe às práticas arquivísticas para a organização, preservação e recuperação dos documentos físicos e digitais, tornando-se imprescindível em uma instituição que reflete o conhecimento científico produzido na Amazônia.

Quanto aos documentos físicos, inferimos que falta a realização do diagnóstico necessário para obter uma visão geral de todas as unidades e subunidades acadêmicas e administrativas, a fim de compreender as necessidades para a gestão de documentos. Manifestamos, portanto, que sejam realizados diagnósticos nas unidades individuais e, a partir disso, um diagnóstico geral com base na compilação dos dados coletados.

Quanto aos documentos digitais, a universidade utiliza o Sistema Integrado de Gestão para a produção e armazenamento desses documentos. No entanto, ainda não existe uma política arquivística que garanta a gestão e manutenção desses documentos através do Arquivo Central, que seria a unidade administrativa com a expertise necessária para tal.

Por fim, como apontado por Lopes (1997), nos remetemos ao diagnóstico na visão minimalista dos documentos físicos aos digitais, visto que os relatórios exprimem questões específicas que podem ser resolvidas para, assim, identificarmos e solucionarmos problemas mais gerais. Dessa forma, este estudo possibilitou um primeiro passo para identificarmos eventuais problemáticas minimalistas que podem ser observadas a partir da realização do diagnóstico, evidenciando a importância deste acervo para a sociedade técnico-científica-social. Isso permitirá aprofundar as demandas através de novos estudos no futuro.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 232 p.

CHAVES, V. L. J. **As feições da privatização do público na educação superior brasileira: o caso da UFPA.** 2005. 436 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

COSTA, C. M. C. **O arquivo, a arquivologia e as suas contribuições para o processo administrativo eletrônico na Universidade Federal do Pará.** 195 f. 2023. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos) - Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

EASTWOOD, T. Um domínio contestado, a natureza dos arquivos e a orientação da ciência arquivística. **Correntes atuais do pensamento arquivístico.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, p. 19-45, 2016.

GADELHA, A. S. O diagnóstico em arquivos e sua relação com a gestão de documentos no setor público. **AGCRJ revista**, n. 13, p. 395-418, 2017.

GIL, A. C. **Metodologia da pesquisa científica**. São Paulo: Atlas, 2004.

LOPES, L. C. **A gestão da informação: as organizações, os arquivos e a informática aplicada.** Rio de Janeiro: APERJ, 1997.

MINAYO, M. C. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 21 ed. Rio de Janeiro, RJ: Vozes, 2002.

SANTOS, V. B. **Gestão dos documentos eletrônicos: uma visão arquivística**. 2° ed. Brasília: ABARQ, 2005.

SCHMIDT, C. M. S. **Arquivologia e a construção do seu objeto científico: concepções, trajetórias, contextualizações**, 2012. 320 f. (Tese de Doutorado em Escola de Comunicações e Artes) – Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2012.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23° ed. São Paulo: Cortez editora, 2007.

SILVA, M. N.; BARBOZA, V. S.; SILVA, D. E. L. S. Diagnóstico arquivístico: um relato de experiência na Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão (PROPEX) do Instituto Federal de Sergipe (IFS). **ÁGORA: Arquivologia em debate**, v. 30, n. 60, p. 255-274, 2020.

UNIVERIDADE FEDERAL DO PARÁ. Conselho Superior de Administração (CONSAD). **Resolução n° 590**, de 21 de dezembro de 1988. Universidade Federal do Pará, Belém, 1988. Disponível em: https://sege.ufpa.br/boletim_interno/downloads/resolucoes/consad/1988/590%20Aprova%20a%20instituicao%20ao%20Sistema%20de%20Arquivo%20da%20UFPA.pdf. Acesso em: 18 abr. 2024.

ANÁLISE DE TIPOS DE PROCESSO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE RONDÔNIA: ESTUDOS PRELIMINARES PARA IMPLEMENTAÇÃO DO MODELO DE PRESERVAÇÃO HIPÁTIA

ANALYSIS OF PROCESS TYPES OF THE COURT OF JUSTICE OF RONDÔNIA: PRELIMINARY STUDIES FOR IMPLEMENTATION OF THE HYPTIA PRESERVATION MODEL

Leolíbia Luana Linden
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia

Simone Soares Sena de Oliveira
Tribunal de Justiça de Rondônia

Resumo

O trabalho expõe elementos que caracterizam os estudos preliminares sobre os tipos de processo disponíveis no SEI do Tribunal de Justiça de Rondônia visando sua preservação e acesso. O estudo revela os tipos de processos mais numerosos, destacando "encaminhamentos", "solicitações" e tipos genéricos de processo marcados como "diversos", determinando-os como não classificáveis a partir do instrumento de gestão (Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos). Isso indica a predominância dessas espécies documentais. Sugere a necessidade urgente de suspender a produção de processos dessa natureza abrangente, assim como a revisão dos processos de trabalho em todos os setores da organização, já que essas informações não foram consideradas nas discussões sobre mapeamento de fluxo de trabalho e tipos documentais no âmbito de cada um dos processos administrativos.

Palavras-Chave: Modelo Hipátia; Documentos digitais; Sistema Eletrônico de Informação (SEI).

Abstract

The paper exposes elements that characterize preliminary studies on the types of processes available in the SEI of the Rondônia Court of Justice, transferring their preservation and access. The study reveals the most numerous types of processes, highlighting "referrals", "requests" and generic types of processes marked as "miscellaneous", determining them as not classifiable based on the management instrument (classification plan and table of temporality of documents). This indicates the predominance of these documentary species. It is suggested that there is an urgent need to suspend the production of processes of this comprehensive nature, as well as the review of work processes in all sectors of the organization, as this information was not considered in discussions about workflow mapping and document types in the scope of each administrative process.

Keywords: Hypatia Model; Digital documents; Electronic Information System (SEI).

INTRODUÇÃO

A crescente produção de documentos arquivísticos em formato digital apresenta desafios significativos para as organizações produtoras e as instituições de preservação, exigindo soluções eficazes para garantir a preservação e o acesso a longo prazo. Os documentos digitais enfrentam várias ameaças devido à fragilidade inerente aos objetos digitais, como alterações lícitas ou ilícitas, degradação física e obsolescência tecnológica de hardware, software e formatos, o que pode comprometer sua autenticidade.

Reconhecendo esses desafios, identificou-se a necessidade de criar e implementar um Repositório Arquivístico Digital Confiável no Poder Judiciário do Estado de Rondônia (PJRO). De acordo com a Resolução nº 324/2020 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a ISO 14.721, a NBR 15.72 e a Resolução nº 51, de 25 de agosto de 2023 do Conselho Nacional de Arquivos (Conarq), a gestão e preservação segura de informações digitais deve ser realizada por meio de pacotes que mantenham uma cadeia de custódia plena e ininterrupta entre os sistemas de negócio, a plataforma de preservação e a plataforma de acesso/disponibilização.

Além disso, o ambiente de preservação deve ser um repositório arquivisticamente responsivo, garantindo a segurança e a integridade das informações. A autenticidade

dos documentos digitais depende de um sistema informatizado eficaz que apoie o tratamento técnico adequado.

Diante desse contexto, este estudo propõe a implementação do modelo de preservação Hipátia no Sistema Eletrônico de Informação (SEI) do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia (TJRO). O objetivo é avaliar a base de dados do SEI para identificar os tipos de processos e os assuntos utilizados, bem como os instrumentos de gestão, com a finalidade de determinar a destinação final desses documentos e proceder à sua preservação.

IMPLEMENTAÇÃO DO MODELO DE PRESERVAÇÃO HIPÁTIA NO CONTEXTO TJRO

A Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação do Tribunal de Justiça de Rondônia (STIC) instalou o sistema Archivematica em ambiente de homologação para estudar a ferramenta. Após um exame detalhado e um alinhamento com a Comissão Permanente de Gestão Documental e Memória (CPGDM), verificou-se que o Archivematica é uma ferramenta altamente especializada para a gestão de "pacotes" de armazenamento de arquivos, exigindo experiência significativa tanto na ferramenta quanto na área de Preservação Digital Arquivística.

Além de ser um sistema, o Archivematica representa uma nova metodologia em Preservação Digital, exigindo experiência na integração com outra ferramenta chamada AtoM. Para uma implantação exitosa conforme a Resolução CNJ Nº 408 de 18/08/2021, será necessária a intercomunicação de diversas ferramentas usadas pelo TJRO, como SEI, Diário da Justiça, Centro Histórico/Memória e sistemas judiciais.

A implementação demanda uma curva de aprendizado longa para entender os conceitos de Preservação Digital e alinhar esses conceitos ao Archivematica/Atom. Também será necessário integrar os sistemas do TJRO que enviarão dados para o Archivematica.

Diante desse cenário, a CPGDM pesquisou práticas em outros tribunais e descobriu que o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT) e o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) contaram com o apoio do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict) para implementar o Repositório Arquivístico Digital Confiável (RDCArq).

Segundo Márdero Arellano (2022), os gestores de repositórios digitais ainda possuem pouca ou nenhuma experiência em práticas de preservação digital. Nesse contexto, a pesquisa continua a investigar a natureza dos objetos digitais, como registros e dados, e os atributos que podem garantir sua autenticidade. Diante da carência de expertise interna para a implementação do RDCArq, foi sensato buscar o apoio do Ibict, que possui vasta experiência nessas implementações, para desenvolver o projeto no TJRO.

O modelo OAIS (*Open Archival Information System*) é um framework amplamente adotado para a preservação de longo prazo de documentos e dados digitais. Desenvolvido pelo *Consultative Committee for Space Data Systems* (CCSDS), ele fornece uma estrutura para garantir que informações digitais sejam preservadas de forma que permaneçam acessíveis e compreensíveis ao longo do tempo. Esse modelosé essencial para a gestão de arquivos digitais, pois estabelece um conjunto de princípios e práticas que garantem a integridade e a acessibilidade das informações armazenadas.(CCSDS, 2023)

O OAIS é composto por diversos componentes e processos, como a ingestão, a preservação e o acesso, que são fundamentais para assegurar a continuidade da preservação digital. É o modelo conceitual mais recomendado por pesquisadores e instituições de referência, ele descreve as funções de um repositório digital e os metadados necessários para a preservação e o acesso dos materiais digitais gerenciados pelo repositório, que constituem um modelo funcional e um modelo de informação. (Linden, 2022)

Por outro lado, o Modelo Hipátia de preservação digital é reconhecido como uma abordagem de preservação digital que promove por meio dos seus serviços a viabilidade tecnológica de implementação de Repositórios Arquivísticos Digitais Confiáveis (RDC-Arq), com base no Modelo OAIS promovendo uma integração entre o barramento, o repositório de preservação e o de disseminação, com o intuito de concretizar o RDC-Arq (Hipátia[1], 2023).

A aplicação do modelo Hipátia de preservação digital é estruturada em cinco fases: preparação arquivística, preparação computacional, extração de objetos digitais, preservação, disseminação. Estas fases podem acontecer de forma síncrona, no caso da preparação arquivística e computacional, ou de forma sequencial, no caso das etapas de extração de objetos digitais, preservação e disseminação (Braga, 2022)

A implantação do Repositório Arquivístico Digital Confiável (RDC-Arq), por meio do Modelo Hipátia, utilizando as soluções tecnológicas BarraPres, Archivematica e AtoM, iniciou com um estudo e avaliação da infraestrutura computacional e informacional do TJRO. Este estudo abrangeu a avaliação do escopo tecnológico e documental existente no parque informacional do TJRO e a análise dos sistemas de gestão e preservação dos documentos digitais.

Além disso, foi realizada a estruturação do modelo de preservação para o TJRO, com a elaboração e revisão de instrumentos de governança arquivística institucional, visando propor um modelo de preservação para repositórios arquivísticos digitais confiáveis, aplicável ao Sistema Eletrônico de Informação (SEI).

1 Disponível em: hipátia.ibict.br

Jardim (2018) destaca que a governança arquivística envolve uma série de aspectos sociais, culturais, políticos e técnico-científicos que moldam o cenário arquivístico e seu contexto. Esse conceito busca garantir a qualidade na gestão de arquivos, bem como sua integração nas práticas do poder público em um regime democrático, tanto dentro do próprio Estado quanto na relação entre o Estado e a sociedade.

A implementação de instrumentos de governança arquivística institucional resultou na reformulação da Política de Gestão de Documentos e da Memória do Tribunal de Justiça de Rondônia e na elaboração de produtos como o Plano de Classificação e a Tabela de Temporalidade de Documentos da Área Administrativa do Tribunal de Justiça de Rondônia, além da Resolução para aprovação e atualização desses instrumentos. Dessa forma nos apropriamos da conceituação feira por Jardim (2018) para interpretar, neste contexto, os

Com relação ao SEI, ele foi desenvolvido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4), é uma plataforma que integra diversos módulos e funcionalidades para promover a eficiência administrativa. O SEI foi implementado no TJRO como o sistema de processo eletrônico administrativo, substituindo o Sistema de Controle de Processos Administrativos (Protos), por meio da Resolução Nº 0027/2016-PR.

Conforme a resolução mencionada, o uso do SEI foi facultativo durante o período de 15/09/2016 a 30/09/2016. A partir dessa data, o uso do SEI tornou-se obrigatório para a tramitação de processos administrativos no TJRO.

O controle na produção de documentos é uma prática aliada à função arquivística de produção. O controle documental é capaz de assegurar que os documentos sejam gerados, organizados e acessados de maneira sistemática, o que, por sua vez, facilita a tomada de decisões e o cumprimento das normas regulatórias. A ausência de um controle efetivo pode levar à perda de informações críticas e comprometer a gestão da organização no que tange a integridade, a eficiência e a transparência. (Couture, 2003)

Ressalta-se que a implementação de mecanismos de controle na produção de documentos permite não apenas a preservação do patrimônio documental, mas também a otimização dos processos administrativos, reduzindo custos e aumentando a produtividade. Esse controle também contribui para a conformidade legal e a mitigação de riscos, aspectos cada vez mais valorizados nos ambientes institucionais.

O uso de sistemas informatizados na produção de documentos, tais como o SEI, tem se demonstrado como uma tendência a ser cada vez mais aderida pelas instituições. A informatização dos processos administrativos permite não apenas a automatização e padronização da produção de documentos, mas também a integração das informações. A adoção dessas tecnologias, além de facilitar o acesso e o compartilhamento de informações, contribui para a redução de erros e para a conformidade com as normas regulatórias. (Rondinelli, 2005; Conarq, 2022)

Durante a implantação do SEI, os tipos de processo não foram parametrizados a partir do Código de Classificação de Documentos Arquivísticos e a Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos da Área Administrativa do TJRO, Resolução N. 058/2015-PR. Em virtude disso, atualmente a CPGDM está atuando para revisar os instrumentos de governança arquivística e reparametrizar o SEI para aprimorar o fluxo da gestão documental, visando o aprimoramento da produção documental da área administrativa com objetivo de promover a correta classificação e consequente guarda e eliminação dos documentos digitais.

No TJRO, a implementação do Modelo Hipátia desempenha um papel crucial na preservação digital. A integração deste modelo com o SEI reforça a necessidade de um processo robusto de gestão e preservação de documentos digitais. Nesse contexto, a implementação do Modelo Hipátia não deve apenas atender às necessidades atuais, mas também ser capaz de antecipar e adaptar-se às demandas futuras em um ambiente tecnológico em constante evolução.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS PARA ANÁLISE DE TIPOS DE PROCESSO

Quanto à metodologia, as questões centrais associadas aos objetivos gerais e específicos, demonstram que se tratou de uma pesquisa qualitativa enquadrada como "[...] um meio para explorar e para entender o significado que os indivíduos ou os grupos atribuem a um problema social ou humano" (Creswell, 2010, p. 43), por buscar expor as características institucionais do TJRO associadas aos instrumentos de gestão arquivística que estão presentes na produção documental do referido Tribunal.

Em adição, pontua-se que o estudo delineou-se como descritivo, cujo escopo se construiu pela análise documental e experimentação. A análise documental é centrada em dois eixos principais: o primeiro vinculado à análise da base de dados SEI, na qual foi possível identificar quais são os processos e tipos de documentos que são criados pela instituição; e o segundo está relacionado à análise dos instrumentos de gestão "Plano de Classificação de Documentos" e "Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos" utilizada no âmbito do TJRO, para que fosse possível a identificação, classificação e a temporalidade dos documentos que são produzidos e recebidos no âmbito do TJRO, a fim de aferir a destinação final desses documentos e proceder à preservação desses.

Como método base para a análise realizada, utilizou-se Bardin (2016), que preconiza a análise de conteúdo como um conjunto de operações técnicas de análise das comunicações, sejam elas linguísticas, icônicas ou em outros códigos semióticos. Esta técnica é baseada em três etapas, nas quais a metodologia se baseia, são elas: 1) pré-análise; 2)

exploração do material; e 3) tratamento dos resultados com inferência e interpretação dos mesmos (Bardin, 2016).

MAPEAMENTO E ANÁLISE DE TIPOS DE PROCESSO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE RONDÔNIA

A implementação do modelo de preservação Hipátia tem como pressuposto fundamental, os elementos de gestão de documentos, os quais são essenciais para que sejam garantidos, de modo eficiente e objetivo, o processo de preservação.

Dessa forma, os estudos de reparametrização do SEI tem por enfoque a classificação dos documentos que já foram produzidos até então e na sugestão de novos processos já classificados a serem incorporados à prática administrativa do TJRO no âmbito do uso do SEI.

Conforme a metodologia adotada, foi acessado, em ambiente de testes, o banco de dados do SEI do TJRO, para viabilização do acesso aos tipos de processo, que na base de dados são denominados "Tipos de Procedimento". Os processos extraídos do banco de dados são correspondentes aos tipos de processo que atualmente são utilizados nas atividades administrativas no contexto do TJRO.

No processo de acesso supramencionado, foram encontrados 152 tipos de processos ativos diferentes, extraídos no dia 11 de dezembro de 2023. Estes processos foram tabulados, listados, identificados, quantificados e, finalmente, classificados, incluindo a delimitação da destinação final dos mesmos. A definição da destinação final é essencial para ser possível identificar quais são os processos a serem preservados no SEI por meio do modelo de preservação Hipátia. Essas informações são possíveis de serem observadas na primeira página do arquivo referente aos Estudos de Parametrização do SEI.

A designação da destinação final ficou composta por 4 categorias, a constar: "guarda permanente" e "eliminação", ambas previstas na Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos; e as categorias "eliminação com guarda longa" e "não identificado". A categoria de guarda permanente se direciona aos documentos que precisarão ser preservados perpetuamente, já a categoria de eliminação se refere aos documentos que podem ser eliminados, ou seja, não precisarão ser preservados. No âmbito da gestão de documentos as duas últimas categorias já são conhecidas, entretanto, as de "eliminação com guarda longa" e "não identificado" correspondem a novas perspectivas que podem ser incorporadas ao referido instrumento de gestão.

A categoria "eliminação com guarda longa" se refere aos documentos que poderão ser eliminados, entretanto, a previsão de sua guarda antes de proceder à eliminação é considerada longa. Para finalidades de preservação digital, dentro do contexto do TJRO

e do modelo de preservação Hipatia, foram considerados documentos de guarda longa aqueles com temporalidade, dentre arquivo corrente e arquivo intermediário, correspondente a um período igual ou maior a 20 anos. Já a categoria "não identificado" representa os processos em que não foi possível identificar a classificação a partir das informações coletadas no banco de dados e precisarão de revisão caso a caso.

Dessa forma, foi possível perceber que são designados à categoria de guarda permanente 45,4% dos tipos de processos analisados, enquanto a categoria eliminação com guarda longa somou um total de 17,8%. Tendo em vista que estas duas categorias são passíveis de preservação no âmbito do modelo Hipátia, tem-se a soma de 63,2% do total de tipos de processo que precisam ser preservados no âmbito do SEI do TJRO.

Dentre esses diferentes tipos de processo, identificou-se que não estavam contempladas todas as funções e atividades desenvolvidas pela instituição, conforme estudo realizado previamente, no desenvolvimento do Plano de Classificação de Documentos e na Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos da área administrativa. Com base nesta análise, foi realizado um estudo de elaboração de processo administrativo a partir das funções e atividades identificadas no plano de classificação de documentos, conforme o arquivo referente aos Estudos de Parametrização do SEI.

Destarte, foram delimitados na planilha indicada no parágrafo anterior: a indicação de função; o código de classificação; e a subfunção. A partir dessa identificação, foram sugeridos novos tipos de processo a serem inseridos no SEI do TJRO para que os classificados como administrativos, disponíveis no sistema, possam espelhar a prática administrativa prevista em suas normativas e manuais arquivísticos. Na mesma planilha, foram indicados os casos descritivos acerca da possibilidade de acionamento desses novos tipos de processos, bem como, a destinação final dos mesmos, considerando as quatro categorias anteriores aplicadas aos documentos do legado.

Quadro 1 - Relação entre categorias, tipos de processo e respectivas quantidades

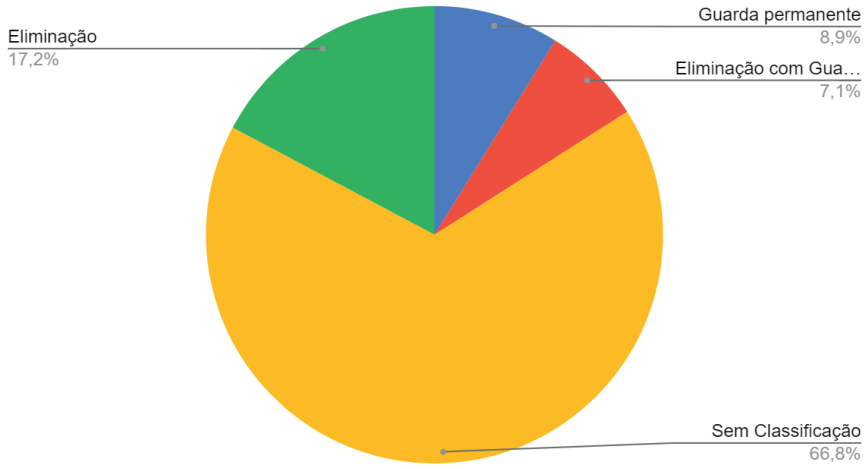
Categoria	Tipos de processo	Quantidade
Guarda permanente	69	16.621
Eliminação com Guarda Longa	27	13.328
Sem Classificação	23	125.339
Eliminação	33	32.340

Fonte: Da pesquisa, (2024).

No quadro 1 é apresentada uma síntese das diferentes categorias de destinação final estabelecidas no âmbito da classificação e avaliação deste acervo indicando

respectivamente, a quantidade dos diferentes tipos de processo dentro de cada categoria, assim como a quantidade de processos que existem classificados em cada categoria.

Gráfico 1 - Representação do volume de tipos de processos associados às categorias



Fonte: Da pesquisa, (2024).

O gráfico acima indica em proporção a representação do volume de quantidade de tipos de processo que correspondem às diferentes categorias anteriormente definidas, que equivalem aos seguintes percentuais: guarda permanente, 8,9%; eliminação, 17,2%; eliminação com guarda-longa; 7,1%; e na categoria sem classificação, 66,8%.

Ou seja, dentre o total de processos existentes no SEI do TJRO mais da metade deles se demonstraram não-classificáveis, já que estes correspondem a tipos de processo com nomenclaturas muito genéricas, que, por sua vez, não refletem uma atividade administrativa específica, mas sim uma atividade administrativa ampla, que pode ser capaz de concentrar diferentes tipos de processo em apenas uma classificação.

Quadro 2 - Tipos de processo mais volumosos no SEI do TJRO

DIVERSOS - Encaminhamento	58.962
SOLICITAÇÕES/REQUERIMENTOS DIVERSOS	40.622
DIVERSOS - Solicitação Inicial	31.765
ENCAMINHAMENTO	30.286
DIVERSOS - Solicitações/Requerimentos	21.477
PESSOAL - DIVERSOS - Gestão de Pessoas	14.532
DIVERSOS - CONCESSÃO - Diárias e Passagens	12.472
PA - GESTÃO DE PESSOAS	9.408
PA - PROCESSO ADMINISTRATIVO	7.990
PESSOAL - CONTROLE DE FREQUÊNCIA - Folha de Ponto	6.940
DIVERSOS - Processo Administrativo	5.554
PESSOAL - DIREITOS DO SERVIDOR - Licenças e Afastamentos	5.066

Fonte: Da pesquisa, (2024).

Conforme denotado no quadro acima, é possível perceber quais são os tipos de processo que possuem mais numerosos, essa observação proporciona o entendimento de que espécies documentais genéricas como encaminhamentos e solicitações Assim como a descrição dos tipos de processo contendo a expressão diversos são a maioria dentre esses tipos de processos em maiores quantidades

Haverá a necessidade de revisão dos processos de trabalho em cada um dos setores da organização, uma vez que este mapeamento se ausentou das discussões de mapeamento e fluxo de trabalho, assim como da produção dos tipos documentais no âmbito de cada um dos processos administrativos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por conclusão da análise, foi considerada uma comparação entre os tipos de processos que foram definidos a partir das funções e atividades desenvolvidas pelo TJRO, bem como os tipos de processo identificados no banco de dados do SEI. Ao total foram considerados analisados e sugeridos cerca de 80 tipos de processos diferentes que contemplam as diferentes áreas em funções administrativas exercidas na instituição.

Este estudo não se contenta em limitar a quantidade dos tipos de processos a serem inseridos e considerados no SEI do TJRO, mas busca ampliar as possibilidades de uso do sistema aproveitando melhor as suas funcionalidades e potencialidades no

âmbito administrativo, promovendo a eficiência e possibilitando a preservação digital destes documentos.

Dentre os pontos de atenção a serem indicados, ressaltam-se os seguintes: há massa de teste para preservação disponível; necessidade de classificação/avaliação dos processos legado e de classificação/avaliação dos tipos de processos legado inativo; interrompimento da produção de processos que não correspondam a atividades administrativas classificáveis; desenvolvimento de um plano de ação para atividades de gestão; implementação de mecanismos de controle da produção documental; execução do mapeamento de processos e de fluxos administrativos; e atualização dos instrumentos de gestão de documentos.

Ressalta-se a necessidade de integração entre os instrumentos de governança e gestão arquivística com a implementação de sistemas de negócio no âmbito das organizações. O controle da produção de processos e documentos é essencial para que possamos promover de modo efetivo a gestão, preservação e acesso aos documentos.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRAGA, Tiago Emmanuel Nunes. O modelo **Hipátia**: a proposta do Ibict para a preservação digital arquivística. In: BRAGA, Tiago Emmanuel Nunes; MÁRDERO ARELLANO, Miguel Ángel. (org.). **Hipátia:** modelo de preservação para repositórios arquivísticos digitais confiáveis. Brasília: Ibict, 2022. p. 52- 65. (Informação, Tecnologia e Inovação, v. 1). DOI 10.22477/9786589167501.cap4.

CRESWELL, J. W. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos. **Resolução Conarq Nº 51, de 25 de agosto de 2023.** Dispõe sobre as "Diretrizes para a Implementação de Repositórios Arquivísticos Digitais Confiáveis", Versão 2. Disponível em: https://www.gov.br/conarq/pt-br/legislacao-arquivistica/resolucoes-do-conarq/resolucao-conarq-no-51-de-25-de-agosto-de-2023. Acesso em: 29 maio 2024.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Resolução nº 324, de 30 de junho de 2020**. Institui diretrizes e normas de Gestão de Memória e de Gestão Documental e dispõe sobre o Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário – Proname. Brasília, DF: CNJ, 2020. Disponível em: https://atos.cnj.jus.br/files/original020506202007245f1a41d255fab.pdf. Acesso em: 13 jun. 2024.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Resolução CNJ nº 408/2021** - Que dispõe sobre o recebimento, o armazenamento e o acesso a documentos digitais relativos a autos de processo administrativos e judiciais. Disponível em: https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/4065. Acesso em: 05 jun. 2024.

BRASIL. Poder Judiciário do Estado de Rondônia. **Resolução nº 0027/2016-PR.** Institui o Sistema Eletrônico de Informações (SEI) como o sistema de processo eletrônico administrativo no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Rondônia e dá outras providências. Disponível em: https://tjro.jus.br/images/Resolu%C3%A7%C3%A3o_n._027-2016-PR_-_SEI.pdf. Acesso em: 09 jun. 2024.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia. **Resolução nº 058/2015-PR**. Aprova e institui o Código de Classificação de Documentos Arquivísticos e a Tabela de Temporalidade Documental da Área Administrativa deste Poder e estabelece os procedimentos para eliminação de documentos e processos administrativos findos criados em meio físico, excetuados aqueles considerados de guarda permanente. Disponível em: https://www.tjro.jus.br/images/Resolu%C3%A7%C3%A3o_n._058-2015-PR-TTD-AA.pdf. Acesso em: 05 jun. 2024.

JARDIM, José Maria. Governança arquivística: contornos para uma noção. **Acervo:** Revista do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, v. 31, n. 3, p. 31-45, 2018.

MÁRDERO ARELLANO, Miguel Ángel. Preservação de documentos em formato digital. In: BRAGA, Tiago Emmanuel Nunes; MÁRDERO ARELLANO, Miguel Ángel. (org.). **Hipátia:** modelo de preservação para repositórios arquivísticos digitais confiáveis. Brasília: Ibict, 2022. p. 10-25. (Informação, Tecnologia e Inovação, v. 1). DOI 10.22477/9786589167501.cap1.

CCSDS. About CCSDS. 2023. Disponível em: https://public.ccsds.org/about/default.aspx Acesso em: 11 jul. 2023.

CCSDS. **Reference model for an open archival information system (OAIS)**. Recommended practice. CCSDS 650.0-M-2. [*S. l.*]: Consultative Committee for Space Data Systems, 2012. Disponível em: https://public.ccsds.org/pubs/650x0m2.pdf. Acesso em: 14 out. 2020.

LINDEN, Leolíbia Luana. Curadoria Digital. *In:* Moro, Eliane Lourdes da Silva. [et al] organizadores. **Capagiic-Saúde:** gestão, informação, inovação e conhecimento. Porto Alegre: Evangraf, 2022. p. 195-206.

RONDINELLI, Rosely C. **Gerenciamento arquivístico de documentos eletrônicos**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. 160 p.

CONARQ (Brasil). **e-ARQ Brasil:** Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos. [recurso eletrônico] / Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos. 2. versão. - Dados eletrônicos (1 arquivo: 1 MB). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2022. Disponível em: https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/EARQV203MAI2022.pdf

COUTURE, Carol et al. **Les fonctions de l`archivistique contemporaine**. Canada: Presses de L'Universite du Québec, 2003.

DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA DE FUNDOS DOCUMENTAIS DE MULHERES[1]

ARCHIVAL DESCRIPTION IN WOMEN'S DOCUMENTARY COLLECTIONS

Luciane Paula Vital
Universidade Federal de Santa Catarina

Camila Schwinden Lehmkuhl
Universidade Federal de Santa Catarina

Jefferson Higino da Silva
Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo

Arquivos de mulheres têm sido pesquisados e difundidos ainda de forma tímida no Brasil. A Rede Arquivos de Mulheres (RAM), criada a partir da reunião de arquivos de quatro reconhecidas instituições culturais brasileiras, é uma iniciativa que visa dar visibilidade e lançar reflexões em torno destes acervos. A representação da informação, por sua vez, dará condições de acesso e difusão da informação ao usuário. Nesse sentido, o objetivo geral da pesquisa é analisar as descrições de fundos documentais de mulheres. Como metodologia utilizou-se da pesquisa qualitativa, descritiva e para coleta dos dados a pesquisa documental que foi realizada em arquivos de mulheres disponíveis no acervo do Arquivo Nacional do Brasil, utilizando como base os elementos obrigatórios da Norma Brasileira de Descrição Arquivística (Nobrade). Como resultados, observou-se que apenas uma das quatro instituições analisadas faz descrição arquivística e no conteúdo representado é necessária uma caracterização mais aprofundada do fundo, evidenciando quem é e os feitos dessa mulher. Considera-se que dada a relevância desses acervos, a representação da informação seguindo padrões arquivísticos

1 Pesquisa realizada com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.

é essencial, além disso, fica evidente a necessidade de consistência e aprofundamento nas descrições analisadas.

Palavras-Chave: Mulheres; Descrição arquivística; Representação da informação.

Abstract

The archives of women have been researched and disseminated in a timid manner in Brazil. The Women's Archives Network (RAM), created from the collaboration of archives from four recognized Brazilian cultural institutions, is an initiative aimed at bringing visibility to and sparking reflections on these collections. Information representation, in turn, will provide conditions for access to and dissemination of information to users. Accordingly, the overall objective of the research is to analyze the descriptions of women's documentary collections. Qualitative and descriptive research methods were used, and data collection was carried out through documentary research in women's archives available in the collection of the National Archives of Brazil, based on the mandatory elements of the Brazilian Archival Description Standard (Nobrade). The results showed that only one of the four institutions analyzed provides archival description, and a more in-depth characterization of the collection is necessary, highlighting who the woman is and her accomplishments. Given the relevance of these collections, information representation following archival standards is essential. Furthermore, the need for consistency and thoroughness in the analyzed descriptions is evident..

Keywords: Women; Archival description; Information representation.

INTRODUÇÃO

No processo de lutas em busca de direitos, as mulheres vêm construindo frentes que ampliam suas ações e visibilidade sociais. A história, por muito tempo, ofereceu uma perspectiva única sobre as relações de gênero com informações femininas frequentemente negligenciadas (Perrot, 2005). Tais informações dinamizadas, frente aos arquivos, possuem o potencial de fortalecer e de ampliar o papel das mulheres na sociedade.

Quando discutimos a representação da informação em arquivos tratamos de processos atrelados, principalmente, à classificação e à descrição. Essas atividades envolvem decisões de poder sobre quais descritores serão destacados e quais serão deixados de lado, impactando diretamente no acesso à informação (Schwartz; Cook, 2002). Logo, o desenvolvimento de modelos e de metodologias de organização e representação da informação implica em maior qualidade na recuperação e na forma como os usuários interagem com os arquivos.

Esta pesquisa tem como objetivo analisar a representação da informação nas descrições de fundos arquivísticos de mulheres no Brasil. Considerando que a representação da informação é a base para a recuperação, o foco da análise estará nas áreas de descrição que apresentam o conteúdo dos fundos documentais. Essa representação é fundamental na gestão documental, especialmente no ambiente digital, e permite que os documentos sejam caracterizados e localizados pelos usuários. Quando tratamos de arquivos de mulheres, essas ações dão visibilidade aos documentos produzidos por elas.

DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA

Dentre as funções arquivísticas, a atividade de descrição busca representar a informação dos fundos documentais almejando tanto o controle e gestão quanto sua recuperação. Segundo Duranti (1993, p. 47, tradução nossa), o termo 'descrição arquivística', literalmente, significa escrever sobre materiais de arquivo, e abrange as ideias de representação, identificação e organização.

A descrição vista como representação dos documentos é definida por Heredia Herrera (1991, p. 300, tradução nossa) como,

> [...] a ponte que comunica o documento com os usuários. Em uma ponta da ponte está o arquivista que realiza uma tarefa de análise que supõe identificação, leitura, resumo e indexação que transmite ao usuário para que este inicie a recuperação em sentido inverso a partir dos índices.

Com o intuito de facilitar a troca e compartilhamento de informações entre instituições arquivísticas, possibilitar a integração de descrições de diferentes repositórios em um sistema de informação unificado, e padronizar a forma como se descrevem os documentos arquivísticos, o International Council on Archives, em 1994, publica a primeira edição da *General International Standard Archival Description* (ISAD(G)).

Na introdução da segunda edição de 1999, traduzida para o português em 2000, é estabelecido que ela "Deve ser usada em conjunção com as normas nacionais existentes ou como base para a sua criação" (Conselho Internacional de Arquivos, 2000, p. 11). No Brasil essa adaptação ocorreu, dando origem à Norma Brasileira de Descrição

Arquivística - Nobrade, que, como diferença marcante, incluiu uma nova área de descrição, a área 8, Área de pontos de acesso e indexação de assuntos. A Nobrade está estruturada a partir de oito áreas, compreendendo 28 elementos de descrição, as áreas foco da análise dessa pesquisa são as áreas 2, 3 e 8. Na área 2 'Área de contextualização', em que "[...] se registra informação sobre a proveniência e custódia da unidade de descrição" (Conselho Nacional de Arquivos, 2006, p.18), será analisado o elemento 2.2 'História administrativa/Biografia', que objetiva "Oferecer informações referenciais sistematizadas da trajetória do(s) produtor(es), da sua criação ou nascimento até a sua extinção ou falecimento." (Conselho Nacional de Arquivos, 2006, p.32). Na área 3 'Área de conteúdo e estrutura' "[...]onde se registra informação sobre o assunto e a organização da unidade de descrição (Conselho Nacional de Arquivos, 2006, p. 18), será analisado o elemento 3.1, 'Âmbito e conteúdo', que tem como objetivo "Fornecer aos usuários informações relevantes ou complementares ao Título (1.2) da unidade de descrição." (p.39). Essa área fornece elementos importantes para o usuário identificar se o fundo apresenta as informações pertinentes às suas necessidades, e para isso, precisa ter uma representação clara e completa. A área de número 8 'Área de pontos de acesso e indexação de assuntos' é "onde se registra os termos selecionados para localização e recuperação da unidade de descrição" (Conselho Nacional de Arquivos, 2006, p. 18).

Compreende-se que essas três áreas de descrição, de formas complementares, tratam da importância da explicitação do conteúdo dos documentos e de seus conjuntos para a recuperação das informações.

REDE ARQUIVOS DE MULHERES

A Rede Arquivos de Mulheres (RAM) foi criada em 2020 "com o objetivo de reunir profissionais e instituições interessados em destacar arquivos de mulheres e refletir sobre seus processos de preservação" (Arquivo Nacional, 2023). Atualmente congrega quatro instituições brasileiras: Arquivo Nacional (AN), Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (FGV-CPDOC), Instituto de Estudos Brasileiros (IEB-USP), Instituto Moreira Salles (IMS). Essas instituições compartilham fundos e coleções de mulheres que estão sob suas responsabilidades. Cerchiaro e Alves (2022, p. 2) apresentam que,

> A RAM tem também instigado as instituições arquivísticas que a integram a realizar um mapeamento das mulheres presentes em seus acervos e a repensar metodologias de organização e processamento de arquivos com atenção especial para os instrumentos de descrição e atividades de indexação e classificação, que podem corroborar com o apagamento ou contrapor-se a ele, garantindo

maior visibilidade para as mulheres e para os documentos produzidos por elas.

Tendo em vista a representatividade feminina no Brasil e como se faz necessário que seja estudada, aprofundada e pesquisada, dar acesso à esses acervos se torna salutar. Os arquivos também têm a responsabilidade de contribuir para a promoção e visibilidade da história de mulheres que compõem seus acervos, e até mesmo das que não têm sua documentação custodiada por instituições oficiais de memória justamente pelo apagamento nos diferentes períodos históricos. Foi somente em 2018 que o governo brasileiro por meio da lei nº 13.697, de 26/7/2018, reconheceu Maria Quitéria de Jesus Medeiros, Sóror Joana Angélica de Jesus e Maria Felipa de Oliveira como heroínas da pátria por suas lutas em prol da independência do Estado da Bahia, no século XIX. Esse é um exemplo de resgate histórico necessário para a compreensão da história do Brasil e a participação ativa das mulheres nessa construção em diferentes áreas do conhecimento.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa se configura como qualitativa, descritiva e apresenta a pesquisa documental como procedimento metodológico. Inicialmente o objetivo era analisar as descrições arquivísticas dos fundos das quatro instituições parceiras da RAM: AN, FGV-CPDOC, IEB-USP e IMS. Porém, em uma exploração inicial por amostragem foi constatado que dentre as quatro, somente o Arquivo Nacional realizava descrição arquivística, inviabilizando a análise dos fundos das outras instituições. Assim, o corpus de análise são três fundos documentais de mulheres, custodiados pelo AN, e escolhidos de forma aleatória na área de busca 'Fundo' do sistema de informação do Arquivo Nacional (SIAN). A delimitação de três fundos para análise se dá pelo tempo e espaço dessa pesquisa, sendo uma primeira aproximação exploratória, buscando levantar características para um posterior aprofundamento. A análise terá foco nos elementos descritivos: 2.2 'História administrativa/biografia; elemento 3.1 'Âmbito e conteúdo' e elemento 8.1 'Pontos de acesso e indexação de assuntos' A Nobrade considera a existência de seis principais níveis de descrição, o nível que será abordado nessa pesquisa é o de número 1, fundo. A escolha da análise da descrição no nível 1, fundo, se dá porque é o primeiro a ser desenvolvido, seguindo a regra do geral para o específico.

O quadro 1 apresenta os fundos que terão a descrição analisada e o link de acesso online.

Quadro 1: Instituição e fundos analisados

REDE ARQUIVOS DE MULHERES		
INSTITUIÇÃO	**FUNDOS**	**LINK DE ACESSO**
Arquivo Nacional (AN)	a) Fundo Maria Beatriz Nascimento b) Fundo Lúcia Velloso Maurício c) Fundo Anamaria Machado Guimarães	https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1635&v_aba=1 https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1087437&v_aba=1 https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1054538&v_aba=1

Fonte: Dados pesquisa (2024)

Na seção seguinte serão analisadas as informações coletadas a partir das lentes da representação da informação com vistas à recuperação e visibilidade desses documentos.

RESULTADOS

O AN adota a Nobrade como diretriz normativo, porém, nos elementos apresentados e analisados abaixo verifica-se um desacordo com a norma. Podemos citar como exemplo a inexistência da área 8 nas descrições analisadas, com a inclusão dos termos de indexação em uma subdivisão da área 7: 7.1.1 chamada 'Termos de indexação' que não existe na Nobrade. Abaixo serão apresentados os três fundos com os respectivos elementos analisados.

Quadro 2: Arquivo Nacional - Fundo Maria Beatriz Nascimento

Elementos	Descrição
2.2 - História administrativa / biografia	Maria Beatriz Nascimento nasceu em 1942 e faleceu em 1995. Foi professora, historiadora, militante do movimento negro, com vários artigos publicados sobre o assunto. Foi também uma das fundadoras do grupo de trabalho André Rebouças e roteirista e narradora do filme ORI, de Raquel Gerber.
3.1 Âmbito e conteúdo	3.1.1 - Especificação do conteúdo Correspondência, roteiro de filme, projeto e relatórios de pesquisa, publicações, estudos, fotografias sobre quilombos e a presença do negro na sociedade brasileira, discos e fitas em VHS.
8.1 Pontos de acesso e indexação de assuntos	Não consta, nem mesmo no elemento 7.1.1 'Termos de indexação'

Fonte: Dados pesquisa (2024)

No quadro 2 temos a descrição do fundo Maria Beatriz Nascimento - Código de Referência: BR RJANRIO 2D. Essa descrição apresenta informações bastante restritas, tanto na biografia, para explicitar a história dessa mulher, quanto no elemento âmbito e conteúdo, para além dos tipos documentais que compõem seu fundo. A inexistência de pontos de acesso também prejudica a recuperação desses documentos pelos conteúdos, o que em um sistema de informação online é problemático.

Quadro 3: Arquivo Nacional - Fundo Lúcia Velloso Maurício

Elementos	Descrição
2.2 - História administrativa / biografia	Lúcia Veloso Maurício nasceu em 1 de setembro de 1951, no Rio de Janeiro (RJ), filha de Hélio Vecchio Alves Maurício e Déa Veloso Maurício. Nos anos 1960 e 1970, foi militante da organização Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Esteve presa por motivos políticos entre agosto de 1971 e setembro de 1974. Casou-se, na prisão, em 10 de março de 1972, com seu companheiro Alex Polari de Alverga, também preso político. Nessa ocasião, mudou o nome para Lúcia Maurício de Alverga, voltando a usar o nome de solteira após a separação do casal. É graduada em Letras pela Universidade Santa Úrsula (1982), mestre em Educação pela Fundação Getúlio Vargas (1990), doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2001) e pós-doutora em Educação pela Universidade Complutense de Madrid (2011). Foi diretora de capacitação do magistério durante a implantação dos Centros Integrados de Educação Pública (Ciep), entre os anos de 1992 e 1994; consultora da Fundação Darcy Ribeiro de 1998 a 2006; professora adjunta do Mestrado em Educação da Universidade Estácio de Sá entre os anos de 2003 e 2008, onde exerceu também as funções de coordenadora adjunta do Mestrado em Educação e coordenadora da linha de pesquisa Representações Sociais e Práticas Educativas. É professora adjunta da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, tendo exercido a função de coordenadora adjunta do Mestrado em Educação dessa instituição no biênio 2009-2010.
3.1 Âmbito e conteúdo	3.1.1 - Especificação do conteúdo Os documentos escritos são compostos por: correspondência trocada por Lúcia Maurício com familiares e amigos, inclusive durante o período em que esteve presa; roteiro de filme sobre a titular; anotações referentes às suas atividades entre 1973 e 1974; dissertação de mestrado de autoria da titular; documentos referentes à sua atuação política e à de terceiros, incluindo prontuários, informes, relatórios, declarações, reproduções de fotografias, recortes de jornal e certidões; requerimento, cartas e outros documentos tratando da emissão de atestado negativo de antecedentes político-sociais, para que a titular pudesse assumir cargo para o qual fora aprovada em concurso público em 1976; poemas, ilustrações e textos de autoria de terceiros; denúncia de assassinato de presos políticos; legislação estadual (RJ) referente à reparação a pessoas detidas e torturadas sob a acusação de terem participado de atividades políticas entre 1964 e 1979, que ficaram sob a guarda dos órgãos públicos do estado do Rio de Janeiro; anotações com nomes e telefones. Discos óticos (CD) e disquetes 3 ½" contendo transcrições de cartas e reproduções de fotografias e textos.
8.1 Pontos de acesso e indexação de assuntos	Não consta, nem mesmo no elemento 7.1.1 'Termos de indexação'

Fonte: Dados pesquisa (2024)

No quadro 3 temos a descrição do fundo Lúcia Velloso Maurício - Código de Referência: BR RJANRIO GL. Na descrição há um erro de digitação, faltando uma letra 'l' no nome da produtora. Evidencia-se uma descrição articulada entre os elementos 2.2 e 3.1, compondo uma contextualização mais rica. O elemento 3.1 apresenta tipologias documentais, mas vai além e registra o conteúdo de forma detalhada. Essa descrição também não apresenta a descrição da área 8.

Quadro 4: Arquivo Nacional - Fundo Anamaria Machado Guimarães

Elementos	**Descrição**
2.2 - História administrativa / biografia	Não consta
3.1 Âmbito **e conteúdo**	3.1.1 - Especificação do conteúdo Documentos relacionados ao movimento pela anistia ampla, geral e irrestrita promovido na década de 1970, com a participação de várias entidades da sociedade civil como Comitê de Defesa dos Direitos Humanos para os Países do Cone Sul, Comitê Brasileiro pela Anistia (várias seções), Movimento Feminino pela Anistia, Ordem dos Advogados, incluindo cartas abertas e manifestos, boletins informativos, estatutos, relatórios, recortes de jornal, regulamentos e resoluções de reuniões, de encontros e de congressos pela anistia, além de adesivo e cartaz adotados pelo referido movimento. Inclui certidão de absolvição da titular expedida pela 1a Circunscrição Judiciária Militar da 2a Auditoria do Exército.
8.1 Pontos de acesso e indexação de assuntos	Não consta, nem mesmo no elemento 7.1.1 'Termos de indexação'

Fonte: Dados pesquisa (2024)

No quadro 4 temos a descrição do fundo Anamaria Machado Guimarães - Código de Referência: BR RJANRIO F'T. Analisando a descrição, sem conhecer a produtora, não conseguimos ter uma caracterização de quem é e qual sua biografia, que leva o AN a custodiar o acervo. Essa descrição só apresenta o elemento 3.1 'Âmbito e conteúdo' e, mesmo assim, com informações genéricas, sem destacar o papel de Anamaria nos movimentos citados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O esforço das instituições arquivísticas brasileiras na busca pela difusão aos arquivos de mulheres brasileiras precisa ser reverenciado e estimulado. É uma iniciativa muito importante em busca de visibilizar os acervos de mulheres na história do Brasil. Cada um dos fundos suscitam pesquisas em diferentes áreas do conhecimento que podem levar a uma compreensão mais aprofundada da história dessas mulheres e dos seus papéis na constituição da sociedade brasileira. Nessa perspectiva, surgem possibilidades

de aprimoramento da representação da informação a partir da análise do processo de descrição arquivística. O processo descritivo não é acabado, ao contrário, está em constante movimento de revisão e de aperfeiçoamento e essa análise objetiva contribuir para isso.

O fato de três das quatro instituições que formam a rede RAM não realizarem descrições arquivísticas normalizadas já nos aponta a necessidade de conscientização da importância dessa representação. Considera-se que a não representação de acordo com normativas arquivísticas compromete a organicidade, a historicidade dessa documentação, seu registro e, consequentemente, a recuperação. As descrições analisadas no AN necessitam de consistência e aprofundamento para contextualizar e representar o conteúdo de forma a otimizar a recuperação, de forma precisa e específica.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br/canais_atendimento/imprensa/copy_of_noticias/as-profissionais-dos-arquivos-sao-foco-de-encontro-virtual-entre-an-e-fgv. Acesso em: 20 maio 2024.

CERCHIARO, Marina Mazze; ALVES, Carolina. Mulheres, histórias e arquivos. **História e Cultura**, Franca-SP, v. 11, n. 1, jul. 2022. Disponível em: https://periodicos.franca.unesp.br/index.php/historiaecultura/article/view/3689. Acesso em: 20 maio 2024.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. **ISAD(G):** Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2000. Disponível em: https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/isad_g_2001.pdf Acesso em: 20 maio 2024.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. **Nobrade:** Norma Brasileira de Descrição arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006. Disponível em: https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/nobrade.pdf Acesso em: 20 maio 2024.

DURANTI, Luciana. Origin and development of the concept of archival description. **Archivaria**, n.35, p.47-54, Spring, 1993. Disponível em: https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/11884. Acesso em: 20 maio 2024.

HEREDIA HERRERA, Antonia. **Archivística General:** teoría y práctica. 5.ed.Sevilla: Diputación de Sevilla,1991.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história.** Bauru: Edusc, 2005.

REDE ARQUIVOS DE MULHERES - RAM, 2024. Disponível em: https://redearquivosdemulh.wixsite.com/website-2 Acesso em: 12 jun. 2024.

SCHWARTZ, Joan M; COOK, Terry. Archives, records, and power: the making of modern memory. **Archival Science,** v. 2, n. 1, p. 1-19, 2002. Disponível em: https://link.springer.com/article/10.1007/BF02435628. Acesso em: 03 jun. 2024.

DOS INVENTÁRIOS ANTIGOS PARA O AtoM: OS DESAFIOS DE IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA NO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO

FROM OLD INVENTORIES TO AtoM: THE CHALLENGES OF IMPLEMENTING THE SYSTEM AT THE PUBLIC ARCHIVE OF MINAS GERAIS

Ygor Souza
Arquivo Publico Mineiro

Maria Letícia Séri
Universidade Federal de Minas Gerais

Resumo

O Arquivo Público Mineiro é a instituição arquivística de Minas Gerais, responsável por manter sob sua guarda os documentos produzidos pelo Poder Executivo do estado. O acervo do órgão, que remete ao início do século XVIII, passou por diversos tratamentos de organização e descrição ao longo do tempo. O presente trabalho visa analisar o processo de adaptação dos instrumentos de pesquisa e catálogos produzidos pela instituição em mais de 120 anos para a alimentação de um repositório de descrições arquivísticas baseado no software AtoM (Access to Memory). A pesquisa realizada tem por base a análise qualitativa dos inventários e catálogos produzidos pelo Arquivo Público Mineiro, bem como as normativas internas referentes à implantação do sistema AtoM.

Palavras-Chave: Arquivo Público Mineiro; Inventários, AtoM

Abstract

The Public Archive of Minas Gerais is the archival institution responsible for preserving the documents produced by the Executive Branch of the state. Its collection, dating back to the early 18th century, has undergone various organizational and descriptive treatments over time. This study aims to analyze the process of adapting the inventories and catalogs produced by the institution over more than 120 years for the input into a repository of archival descriptions based on the AtoM (Access to Memory) software. The research is grounded in a qualitative analysis of the inventories and catalogs produced by the Public Archive of Minas Gerais, as well as the internal regulations regarding the implementation of the AtoM system.

Keywords: Public Archive of Minas Gerais; Inventories, AtoM.

INTRODUÇÃO

O Arquivo Público Mineiro foi instalado em 11 de julho de 1895 pela Lei Estadual nº 126. A lei criou, em Ouro Preto, a repartição que foi instalada inicialmente na casa de seu primeiro diretor, o jornalista e ex-deputado José Pedro Xavier da Veiga. O dispositivo de criação da instituição previa que o APM deveria manter em seu acervo os documentos relativos à história de Minas Gerais, além de conservar obras de arte para a futura criação de um museu estadual[1] (Minas Gerais, 1895a).

Caberia, ainda, ao Arquivo receber documentos enviados pelos presidentes das Câmaras Municipais das cidades do interior de Minas Gerais e também armazenar os itens eventualmente adquiridos pelo Governo. Xavier da Veiga também instituiu uma rede sólida de interlocutores em diversas partes do estado e do Brasil, recebendo documentos enviados por seus correspondentes (Silva, 2006).

O primeiro modelo de organização dos documentos sob guarda do APM foi previsto no Decreto Estadual nº 860, de 19 de julho de 1895, que estabeleceu o regulamento do órgão (Venâncio, 2012). Deveriam ser constituídas três seções: "1. Direito público, legislação e administração, incluindo uma parte judiciária; 2. História, geografia e quaisquer

1 A respeito da tripla função do APM quando de seu surgimento e uma análise detalhada acerca das primeiras décadas da instituição, ver Parrela (2012).

manifestação do desenvolvimento científico; 3. Literatura e artes em geral[2]." (Minas Gerais, 1895b, Artigo 3º).

Na primeira seção estariam os autógrafos de leis e decretos, originais das constituições, relatórios e mensagens governamentais, balancetes, confirmação de sesmarias, registros de posse de governadores, bem como suas correspondências, devassas e sumários de culpa, além da coleção completa do Minas Geraes - o "diário oficial" do estado no período republicano. A segunda seção deveria ser composta pelas cartas régias, registros da divisão administrativa e eclesiástica, documentos sobre quilombos e atividades de resistência negra e indígena, registros de atividades financeiras e econômicas, e monografias sobre história e geografia de Minas Gerais. Por fim, na terceira seção estariam os documentos relativos à instrução pública, à imprensa, biografias, mapas, desenhos, gravuras e retratos e autógrafos de "mineiros ilustres".

OS PRIMEIROS INVENTÁRIOS

O primeiro regulamento do APM apresentava as orientações iniciais para os processos de "classificação" dos documentos sob guarda da instituição. As bases para o processo de descrição documental estavam previstas no capítulo 2 intitulado "Da aquisição, classificação, guarda e consulta de documentos". As instruções previam a separação dos documentos seguindo critérios cronológicos e de assuntos, além da identificação do órgão de custódia.

> Art. 16. Todos os livros, documentos e mais papeis da repartição serão convenientemente classificados, numerados e marcados em chancela ou carimbos com as palavras - Archivo Publico Mineiro.
>
> Art. 17. A classificação será feita por matérias e em cada uma destas por ordem cronológica, sistema que será adotado também na organização dos catálogos, sem prejuízo dos índices alfabéticos e cronológicos necessários.
>
> Art. 18. Atender-se-á na classificação às três divisões históricas fundamentais que ficarão bem assinaladas: — MINAS-GERAES — Capitania; — MINAS-GERAES — Província; — MINAS-GERAES — Estado. (Minas Gerais, 1895b)

O carimbo "Archivo Público Mineiro" foi acrescido do local "Ouro Preto" e amplamente aplicado nos primeiros documentos trabalhados no APM. A divisão cronológica

2 Toda transcrição de dispositivos legais e documentos foi realizada pelos autores optando-se pela atualização de grafias para a norma corrente, com exceção de termos que indiquem a maneira como sentenças deveriam ser grafadas à época em carimbos e placas.

e política também permaneceu por bastante tempo, sendo posteriormente renomeadas as divisões de documentos dos séculos XVIII e XIX para a Seção Colonial[3] e a Seção Provincial.

Todo o trabalho de classificação deveria ser publicizado, a fim de tornar conhecida a organização e o conteúdo dos documentos do Arquivo Público Mineiro. Os catálogos deveriam ser publicados na Revista do Arquivo Público Mineiro (RAPM), periódico fundado concomitantemente à instituição arquivística e cujo editor era o diretor do APM. Segundo o regulamento, em seu artigo 19, "à proporção que se forem organizando, os catálogos serão publicados na Revista do Arquivo e também em avulso para distribuição gratuita pelo que for julgado mais conveniente pelo diretor" (Minas Gerais, 1895b, art. 19).

Apesar da indicação no Decreto, a publicação dos primeiros catálogos do acervo na RAPM aconteceu apenas em 1907. Sem indicação de autoria, foi publicado o "Catálogo dos livros manuscritos pertencentes ao Arquivo Público Mineiro. Classificação Cronológica", dividido entre "I - Seção Capitania (1702-1821)" e "II - Seção Província (1822-)" (Catálogo..., 1907, p. 745-799).

Os catálogos foram elaborados utilizando-se três campos: número, matéria e data. No primeiro os livros seriam numerados sequencialmente, iniciando-se a numeração em cada Seção. O campo "matéria" foi destinado a uma breve descrição do documento, mesclando por vezes a indicação por assuntos e a identificação tipológica. A coluna "data" foi preenchida com a data-limite dos códices, sendo esse o critério para disposição dos itens e sua numeração no primeiro campo. Ao longo do catálogo, são utilizadas abreviaturas que contam com nota explicativa, como por exemplo, a letra "R" como abreviatura de "Registros". Ao todo, são listados 393 livros na seção dedicada ao período colonial e 1396 na Seção Província.

Em 1924, Theóphilo Feu de Carvalho, funcionário do APM cuja "preocupação com as formas de produção e com os fluxos dos documentos na administração colonial teria permitido uma organização mais racional dos acervos do APM" (Parrela, 2012, p. 88), publicou na Revista do Arquivo Público Mineiro os primeiros "Índices dos livros do Arquivo Público Mineiro". Neste trabalho, conforme consta nas notas preliminares, foram corrigidos erros de cronologia apresentados nos catálogos de 1907, procedendo-se a renumeração dos códices a fim de obedecerem às novas datas-limite levantadas. Foram apresentados os índices analíticos dos códices de número 1 a 6 da Seção Colonial, identificando a data-limite, a página e a descrição de cada

3 A produção, acumulação e tratamento desses documentos foi amplamente trabalhada por autores como Neves (1997) e Boschi (2007).

um dos itens que compõem os volumes manuscritos (Carvalho, 1924). A continuidade desse trabalho foi publicada, também por Feu de Carvalho, nas edições da RAPM em 1927 e 1928.

Ao longo de quase 130 anos, o Arquivo Público Mineiro continuou as atividades de elaboração de catálogos e inventários, mantendo-se, em muitos casos, a estrutura e alterando-se apenas o nome dos campos: "Número" foi alterado para "Notação"; "Matéria" alterado para "Título"; e "Data" alterado para "Data-limite". De acordo com o site da instituição, existem 98 fundos e coleções sob guarda do APM, todos constando com inventário (Guia..., s.d.). Em que pese a manutenção de campos utilizados no início das atividades do Arquivo Público Mineiro, modernizações foram realizadas por parte da equipe ao longo dos anos. Os inventários disponíveis online atualmente contam com informações arquivísticas a respeito dos fundos/coleções, além de apresentar dados sobre a produção e acumulação dos itens, conforme previsto nos campos das normas internacionais de descrição. A seguir, apresentaremos o processo de adaptação desses instrumentos, produzidos desde o início do século XX, para as demandas contemporâneas de implementação de um repositório para descrições arquivísticas.

OS SISTEMAS DE ACESSO DO APM

A partir da elaboração dos instrumentos de pesquisa, como os inventários mencionados, o Arquivo Público Mineiro buscou desenvolver ações e operações técnicas que viabilizassem o acesso pleno do usuário, conforme preconizado pela Lei de Acesso à Informação. Parte dessas ações se concentram no atendimento aos usuários da instituição por meio da disponibilização dos instrumentos de pesquisa e descrições arquivísticas, que contém informações relevantes ao pesquisador em relação ao acervo do APM. Ainda, sobre o acesso pleno, entende-se como:

> "acesso a dois níveis de informação: 1) a informação contida nos documentos arquivísticos, o conteúdo registrado na unidade documental e 2) as informações que contextualizam, explicam e revelam a estrutura, a articulação, assim como a relação natural e orgânica entre as unidades documentais (entre elas) e as atividades e pessoas envolvidas na produção do registro da primeira" (Silva, 2018, p. 32).

Assim, se configura em um conceito que se refere ao nível mais amplo de acesso a documentos ou arquivos em um repositório arquivístico. Ao mesmo tempo, também faz imprescindível que o cidadão disponha de informações sobre o próprio documento, seja seu histórico administrativo de produção ou sua relação com os demais documentos que registram uma atividade.

Pensando nisso e diante de um contexto de ampliação da difusão da informação via internet, o Arquivo Público Mineiro iniciou uma série de projetos de digitalização do acervo durante a década de 90. Esses projetos foram executados pensando na informatização do acervo, acompanhando ainda a movimentação de outras instituições arquivísticas nacionais, e viabilizou o início das discussões sobre a disponibilização desses documentos de forma remota. A partir dessa necessidade, sistemas de informação começaram a ser desenvolvidos de acordo com a especificidade de cada fundo e coleção, e disponibilizados para acesso na sala de consultas (Bertholdo, 2010; Santana, 2010). Com o êxito no acesso pelos usuários presenciais, iniciava-se a etapa de desenvolver e disponibilizar um novo sistema em que os usuários pudessem realizar suas pesquisas de modo remoto.

Dessa forma, em outubro de 2007, foi implantado o Sistema Integrado de Acesso ao Arquivo Público Mineiro (SIAAPM) com o objetivo de ser uma base informatizada para facilitar a pesquisa dos usuários, tanto na sede quanto através da internet. O SIAAPM é um sistema que reúne informações relativas à entidade custodiadora e seu acervo, instrumentos de pesquisa, descrições arquivísticas e representantes digitais em um só sistema de informação baseado em módulos (Bertholdo, 2010; Santana, 2010). À época, sua implementação teve uma importância significativa na ampliação do acesso ao usuário através da disponibilização dos acervos em formato digital, provocando impactos em pesquisas ao influenciar nas escolhas temáticas e temporais de uma pesquisa, visto a facilidade ou não de acesso desses documentos, atingindo algumas centenas de milhares de acessos por ano (Lobato; Parrela, 2022; Lobato; Rocha, 2019).

No entanto, ao longo do tempo, novas necessidades surgiram devido a limitação do sistema gerado pelo uso de módulos, e outras plataformas e *softwares* se colocaram como alternativas para o APM. É nesse cenário, portanto, que se inicia o processo de migração do SIAAPM para o AtoM - *Access to Memory*.

O AtoM é um *software* livre, com código aberto, que foi desenvolvido em 2003 pelo Conselho Internacional de Arquivos (CIA) e pela empresa canadense Artefactual. Seu pressuposto se baseia na disponibilização de descrição e acesso a documentos arquivísticos de diversas entidades, permitindo a integração de repositórios e se valendo da padronização internacional viabilizada pela ISAD(G) - Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística. Desde seu desenvolvimento, o software tem sido utilizado por diferentes instituições e serviços arquivísticos ao redor do mundo. No Brasil, conforme o Observatório de Documentos Digitais[1] (2024), 75 instituições de diversas esferas públicas e privadas já adotam o AtoM.

1 O Observatório de Documentos Digitais é vinculado ao grupo de pesquisa Gestão Eletrônica de Documentos Arquivísticos (GED/A), coordenado pelo professor Daniel Flores (UFF).

Em relação às instituições arquivísticas atreladas ao Poder Executivo no Brasil, o AtoM já foi adotado pelo Arquivo Nacional para construção do Diretório Brasil de Arquivos (DIBRARQ). O repositório pretende reunir informações sobre instituições e serviços arquivísticos do país, nos níveis da instituição custodiadora e dos fundos/coleções (Ferrando; Santos; Rocha, 2023). Além do Arquivo Nacional, os arquivos dos estados de Santa Catarina, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia e Mato Grosso já utilizam o AtoM[2].

Nesse sentido, o AtoM passou a ser interessante para o Arquivo Público Mineiro não somente por facilitar o intercâmbio de informações arquivísticas entre as entidades, mas também por ser um software cujo custo de licenciamento é gratuito devido a sua natureza livre e de código aberto. O processo de migração para o AtoM se deu, ainda, no mesmo momento em que outras entidades arquivísticas nacionais e internacionais também passaram a realizar experiências com o *software*.

METODOLOGIA

Por meio da análise qualitativa, foram detalhados todos os fundos e coleções do APM e seus instrumentos de pesquisa, identificando os campos mais utilizados nos instrumentos para a descrição de fundo - que envolve os dados do produtor e do acervo -, de série, de subsérie e de item documental. Nessa pesquisa, foi possível estabelecer os campos que deveriam ser aproveitados e os que poderiam ser subdivididos para outras entradas do AtoM. É importante destacar ainda que esse trabalho foi realizado a partir de fundos e coleções menores e menos complexos e foi avançando para os maiores e mais detalhados à medida que os parâmetros de análise ficavam mais consolidados.

OS PRIMEIROS TESTES DO AtoM NO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO

Após a instalação de um AtoM em ambiente preliminar para o APM, iniciou-se a fase de teste, momento em que suas funcionalidades seriam testadas e as descrições arquivísticas que já existiam seriam importadas para a plataforma. É importante destacar, ainda, que nesse momento nenhuma descrição ou instrumento de pesquisa foi criado, mas sim apenas importado, uma vez que já existia um volume muito grande de fundos descritos - cerca de 98 - e que poderiam ser importados integralmente. Pensando justamente nesse volume, a importação deveria ser feita em massa, por meio da utilização de planilhas em formato CSV (*Comma-Separated Values*), uma vez que sua importação manual e individual, subindo uma descrição por vez, seria muito lenta e inviável. Já

2 Para conhecer outras experiências de utilização do AtoM em instituições e serviços arquivísticos: Santos, 2014; Hedlund; Flores, 2014; Jorente *et al.*, 2016; Ce; Flores, 2016; Fantinel *et al.*, 2017; Bezerra; Bandeira; Silva, 2020; Mora; Gonzalez, 2020; Silva; Tognoli, 2023.

no caso das planilhas CSV, os dados são comportados em registros estruturados, que permitem o processamento e sua respectiva migração para os campos equivalentes no sistema. Ainda, seu uso foi facilitado devido à disponibilização de modelos de planilhas compatíveis com os campos utilizados na plataforma no conjunto da documentação do sistema disponível online.

Em relação às planilhas, elas foram estruturadas com os cabeçalhos das colunas correspondendo a uma área e/ou elemento da descrição no AtoM, norteando a conversão dos dados. Consequentemente, suas colunas também correspondem aos campos da ISAD(G). Nesse sentido, foi necessária uma adaptação dos campos utilizados nos inventários do APM para as entradas disponíveis do *software*, uma vez que a produção da maior parte desses inventários se deu em momentos em que as normativas e orientações de elaboração de descrições arquivísticas eram muito diferentes das atuais, ou mesmo inexistentes. Para isso, o objetivo era, a partir do que já existia, registrar o máximo de informações que o instrumento apresenta, sem a necessidade de criar novos registros, suprimir informações ou de realizar uma revisão sistemática desses instrumentos. Nessa empreitada, outros instrumentos além dos inventários também foram considerados para incorporar essas informações ao campo de Âmbito e Conteúdo, como é o caso dos Índices Analíticos dos fundos públicos Secretaria de Governo da Capitania e Repartição Especial de Terras Públicas. Além disso, o preenchimento das planilhas também permitiu realizar uma revisão, ainda que muito parcial, de alguns metadados das descrições, como a atualização de toponímia e gramática e o registro obrigatório de descritores de gênero documental.

Simultaneamente, também foram realizados pequenos ajustes no sistema de arranjo de alguns fundos e coleções. Anteriormente, no SIAAPM e mesmo nos inventários disponibilizados, as séries baseadas em gêneros documentais como fotografia, cartografia, audiovisual e impresso, não figuravam no quadro de arranjo. Ao importar para o AtoM, as informações dessas séries também foram inseridas no contexto do fundo/coleção, visando otimizar a pesquisa e tornar mais nítida as relações de organicidade e proveniência existentes entre essas séries "especiais" e os demais níveis do conjunto documental.

CONCLUSÃO

Diante do processo de implantação do AtoM, novos questionamentos e desafios surgiram especialmente no que tange aos instrumentos de pesquisa do Arquivo Público Mineiro, suas descrições arquivísticas e a atuação do Arquivo Permanente na garantia do acesso aos usuários. É importante observarmos, ainda, que se trata de uma instituição que possui um tempo de atividade extenso, tendo sua própria lógica institucional e normativas entrelaçadas aos diversos contextos das discussões da arquivologia, sendo uma instituição que deve se atualizar constantemente e atender às demandas dos arquivos modernos.

Assim, foi elaborado o Manual de Importação de Descrições Arquivísticas para AtoM (2023) a fim de orientar as atividades de importação desses dados. Simultaneamente, foi realizada capacitação com servidores e estagiários do Núcleo de Arquivos Permanentes do Arquivo Público Mineiro, a fim de treinar a equipe para adaptação dos inventários e bancos de dados ao modelo de arquivo CSV exigido pelo AtoM. Com o auxílio do manual, 93 fundos/coleções foram importados até o momento, gerando mais de 120 mil registros no AtoM do APM.

Em comparação com o sistema atual (SIAAPM), a adoção do AtoM, mesmo em versão de teste, já possibilita a recuperação de informações em maior quantidade. A versão de teste do sistema foi disponibilizada nos terminais disponíveis na Sala de Consultas do Arquivo Público Mineiro a fim de que os usuários possam se familiarizar com a nova plataforma e sugerir mudanças. Até o momento, as experiências relatadas pelo público consulente apontaram mais êxito na busca por resultados no AtoM em relação ao SIAAPM, além da facilidade em navegar pelo sistema.

Nesse momento, ainda restam desafios como a padronização das descrições arquivísticas futuras, visando a adequada importação para o AtoM sem a necessidade de grandes ajustes, como os realizados até o momento. Igualmente, espera-se a mobilização do poder público para a implantação de versão definitiva do sistema, de forma que o acesso seja franqueado a todos os usuários, bem como a interoperabilidade entre o AtoM e um Repositório Digital Arquivístico Confiável (RDC-Arq), garantindo as premissas do modelo *Open Archival Information System* (OAIS) e disponibilizando gratuitamente os representantes digitais já produzidos pela instituição.

REFERÊNCIAS

BERTHOLDO, Flávio Augusto Rocha. Uma plataforma de pesquisa amplamente disponível. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, 46 (1): 136-145, 2010.

BEZERRA, E. S.; BANDEIRA, P. M.; SILVA, J. T. O ica-atom como ferramenta para descrição de documentos arquivísticos da universidade federal da paraíba. Revista Conhecimento em Ação, v. 5, n. 2, 2020.

BOSCHI, Caio César. Nas origens da Seção Colonial. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, 43 (1): 38-51, 2007.

CARVALHO, Theóphilo Feu de. Índices dos livros do Arquivo Público Mineiro. *Revista do Arquivo Público Mineiro,* 27 (1): 413-544, 1924.

CATÁLOGO dos livros manuscritos pertencentes ao Arquivo Público Mineiro. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, 12 (1), 745-799, 1907.

CE, G.; FLORES, D. Implantação do software ica-atom como ferramenta de difusão de acervos arquivísticos em ifes: o estudo de caso da ufcspa. Informação Arquivística, v. 5, n. 2, 2016.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISAD(G): norma geral internacional de descrição arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001. Disponível em: https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/isad_g_2001.pdf. Acesso em 25 jun. 2024.

FANTINEL, E. G.; et al.. O acesso, via web, ao patrimônio documental da universidade federal do rio grande - furg: a aplicabilidade da digitalização e do software atom (ica-atom). Informação Arquivística, v. 6, n. 1, 2017.

GUIA de fundos e coleções. Disponível em: https://www.arquivopublico.mg.gov.br/guia-de-fundos-e-colecoes. Acesso em 24 jun. 2024.

HEDLUND, D. C.; FLORES, D. Análise e aplicação do ica-atom como ferramenta para descrição e acesso às informações do patrimônio documental e histórico do município de santa maria – rs. Informação Arquivística, v. 3, n. 1, 2014.

LACERDA, Thays; SANTOS, Cristina Ruth; ROCHA, Claudia Lacombe. A Iniciativa DIBRARQ: o uso do atom pelo arquivo nacional. Anais VI Widat, [S.L.], v. 1, n. 1, p. 1-10, 2023. Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. http://dx.doi.org/10.22477/vi.widat.15.

LOBATO, Ana Paula Ribeiro; PARRELA, Ivana. Estudos de usos e usuários acadêmicos de História no Arquivo Público Mineiro. Ágora: arquivologia em debate, Florianópolis, v. 32, n. 64, p. 01-22, 2022.

LOBATO, Ana Paula Ribeiro; ROCHA, Eliane Cristina de Freitas. Usos e usuários do Arquivo Público Mineiro em ambiente digital e presencial. Ágora: Arquivologia em debate, 29(58), 1–16

MANUAL de importação de descrições arquivísticas para AtoM. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 2023.

MINAS GERAIS, Decreto nº 860, de 19 de setembro de 1895b.

MINAS GERAIS, Lei nº 126, de 11 de julho de 1895a.

MORA, G. M. P.; GONZALEZ, H. P. S. La descripción documental como medio de acceso a la memoria institucional: experiencia de uso del software ica atom en la fundación universitaria para el desarrollo humano –uninpahu- bogotá, colombia. e-Ciencias de la Información (Costa Rica), v. 10, n., 2020.

NEVES, Marta E. M. *Em busca da organicidade*: um estudo do fundo da Secretaria de Governo da Capitania de Minas Gerais. 1997. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação), Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação.

OBSERVATÓRIO de Documentos Digitais. Disponível em: https://observatoriodocume.wixsite.com/atomnobrasil. Acesso em: 16 ago. 2024.

PARRELA, Ivana. *Patrimônio documental e escrita de uma história da pátria regional* – Arquivo Público Mineiro 1895-1937. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH-UFMG, 2012.

SANTANA, Emerson Nogueira. Acesso livre à informação pública. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, n. 46, v1, jan-junho, 2010, p. 128-135.

SANTOS, H. M. Aplicação do ica-atom no acervo fotográfico do departamento de arquivo geral da ufsm. BIBLOS - Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação, v. 28, n. 3, 2014.

SILVA, D. S. N.; TOGNOLI, N. B. O papel do atom na difusão de acervos de centros de memória de instituições públicas. Ágora: Arquivologia em debate, v. 33, n., 2023.

SILVA, Marisa Ribeiro. *História, Memória e Poder: Xavier da Veiga, o arconte do Arquivo Público Mineiro*, 2006. 158 fls. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais.

SILVA, Welder Antônio. *Exceções legais ao direito de acesso à informação:* dimensões contextuais das categorias de informação pessoal nos documentos arquivísticos. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2021.

VENÂNCIO, Renato Pinto. O arquivo e a lei. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. 48 (1): 134-145, 2012.

PERFIL DE APLICAÇÃO DE METADADOS DESCRITIVOS PARA DOCUMENTOS ACADÊMICOS DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

APPLICATION PROFILE OF DESCRIPTIVE METADATA FOR ACADEMIC RECORDS OF HIGHER EDUCATION INSTITUTIONS

Alexandre Fernal
Universidade Federal do Paraná

Rodrigo Eduardo Botelho-Francisco
Universidade Federal do Paraná

Gustavo Resende da Costa
Universidade Federal do Paraná

Paula Hara da Silva
Universidade Federal do Paraná

André Vieira de Freitas Araújo
Universidade Federal do Paraná

Resumo

No cenário contemporâneo, o surgimento de dispositivos técnicos, como as tecnologias da informação e comunicação, impactou o contexto da gênese dos documentos acadêmicos das Instituições de Ensino Superior (IES), o que culminou na mudança do ambiente informacional analógico para o ambiente informacional digital. Nessa direção, os documentos gerados no âmbito analógico, também, foram abrangidos e devem ser, obrigatoriamente, digitalizados conforme o Decreto n.º 9.235 de 15 de dezembro de 2017, que dispõe a respeito do exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior. Assim, impeliu-se, profundamente, os procedimentos de materialidade da informação orgânica. Por outro lado, questiona-se quais os possíveis campos descritivos para estabelecer o perfil de aplicação de metadados, para os

tipos documentais produzidos pelas IES, no intuito de viabilizar a gestão de documentos nato-digitais e dos representantes digitais, isto é, dos documentos analógicos que foram digitalizados. Com base nesses pressupostos, portanto, objetiva-se propor perfil de aplicação de metadados descritivos para documentos acadêmicos das instituições de ensino superior. Para tanto, foi realizado estudo qualitativo, exploratório, descritivo, bibliográfico e documental, a partir de literatura científica nacional e internacional publicada em livros, artigos, teses, dissertações e normativas. Os resultados demonstraram o estabelecimento de padrões de metadados descritivos específicos para os documentos das instituições de ensino superior.

Palavras-Chave: Descrição de documentos; Metadados; Documentos acadêmicos.

Abstract

In the contemporary scenario, the emergence of anomalies such as information and communication technologies have impacted the context of the genesis of academic records from higher education institutions, culminating in a change from the analog information environment to the digital information environment. In this sense, documents produced in the analogue scope were also impacted and must be digitized in accordance with Decree Nº. 9.235 of December 15, 2017, which provides for the exercise of regulation, supervision and evaluation functions of higher education institutions. In this way, the materiality procedures of organic information were profoundly impelled. The question is, what are the possible descriptive fields to establish a metadata application profile for the document types produced by higher education institutions, to enable the management of born digital documents and digital representatives, that is, analog documents, which were digitized. The objective, based on these assumptions, is to propose a profile for applying descriptive metadata to academic documents from higher education institutions. To achieve this, a qualitative, exploratory, descriptive, applied and documentary study will be carried out through national and international scientific literature published in books, articles, theses, dissertations to achieve the research objective. The results demonstrated the establishment of specific descriptive metadata standards for documents from higher education institutions.

Keywords: *Archival description*; *Metadata; Academic records*.

INTRODUÇÃO

As técnicas de realização de pesquisa propiciam o surgimento de novas metodologias científicas em diferentes áreas do conhecimento (Silva, 2023). Nessa concepção, o conceito do Quarto Paradigma da Ciência, introduzido por Jim Gray em 2009, enfatiza a dimensão da ciência baseada em dados, ao complementar os paradigmas tradicionais da ciência empírica e teórica e da simulação computacional (Hey; Tansley; Tolle, 2009).

Com o aumento exponencial na produção de dados, a informação se tornou ativo estratégico para as organizações e para os Estados (Souza; Blanchet; Rios, 2023). As tecnologias da informação e da comunicação modificaram a forma pela qual os dados são criados e gerenciados, com a migração do ambiente analógico para o digital. Desse modo, a gestão de dados abrange o cumprimento das obrigações legais, a garantia da eficiência na organização e a acessibilidade das informações (Cunha; Costa, 2021).

Nas Instituições de Ensino Superior (IES), a gestão de dados provenientes de pesquisas científicas e atividades administrativas agregam valor aos processos inerentes ao segmento (Carmo, 2015). Também, contribui para a melhor utilização das informações e atendimento das exigências legais e sociais por transparência e acesso à informação, com destaque ao requisito da transformação dos dados do meio analógico para o digital (Chaim; Neves; Azevedo, 2023; Cosendei; Aganette, 2023).

Para abordagem de forma eficiente com grandes volumes de dados, são necessárias bases de dados robustas (Araújo; Ramos; Marino, 2023). Especificamente nas IES, para estruturar o acesso aos documentos de arquivo, deve-se observar as diretrizes internacionais de descrição, a exemplo da *General International Standard Archival Description* (ISAD(G)) do Conselho Internacional de Arquivos, e as nacionais, como a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (Nobrade). Nesse contexto, os metadados desempenham papel essencial para classificação, descrição e organização das informações, uma vez que viabilizam o acesso, interoperabilidade e reutilização dos dados no ambiente digital (Brasil,2006; Zhlobinskaya, 2023).

O desenvolvimento da gestão documentos nas IES no Brasil vem permitindo sedimentar práticas e conceitos que garantam a relevância dos documentos acadêmicos no universo dos saberes de uma sociedade. Suas atividades vêm colocando em evidência a necessidade do desenvolvimento de práticas, que fazem frente às demandas para construir e sistematizar metodologias e conhecimentos para garantir sua inserção na natureza científica. No bojo dessa discussão, esta pesquisa tem o propósito de trazer à tona elementos que norteiam o processo de descrição documental, dos tipos documentais inerentes as atividades-meio e atividades fim, que compõem o acervo acadêmico à luz das normativas brasileiras, visando salientar pontos importantes relativos aos padrões descritivos que lhes garantam amparo legal. Portanto, a questão problema a ser respondida é: quais os possíveis campos descritivos para estabelecer o perfil de aplicação de metadados, para

os tipos documentais produzidos pelas IES, no intuito de viabilizar a gestão de documentos nato-digitais e dos representantes digitais, isto é, dos documentos analógicos que foram digitalizados?. Por sua vez, o objetivo que norteou o desenvolvimento desta investigação foi assim formulado: propor perfil de aplicação de metadados descritivos para documentos acadêmicos das instituições de ensino superior O estudo se justifica tendo em vista, primordialmente, o aspecto social. Trata-se de documentos que registram a vida acadêmica de um grupo de pessoas, cuja memória individual e de futuro profissional, estão neles representados. A seção 2, apresenta a descrição de documentos, bem como as principias normas descrição arquivística.

DESCRIÇÃO DE DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS

O *International Council on Archives* (ICA) estabelece as diretrizes gerais para descrição arquivística, por meio da ISAD(G), que deverá ser usada, simultaneamente, com as normas de descrição de cada país ou subsidiar a sua elaboração. Com essas, objetiva-se compreender e identificar o âmbito e o conteúdo informacional dos documentos de arquivo, os quais proverão o acesso aos arquivos (ICA, 2001).

De acordo com o ICA (2001), a descrição arquivística é conhecida no cenário internacional por *archival description*, cujo auxílio possibilita conceber a representação da unidade de descrição e, mediante sua existência, as partes provenientes destas. Em suma, o processo é desenvolvido por intermédio de extração, análise, organização e registro de informação, de forma a propiciar a identificação, gestão, localização e explicação de documentos arquivísticos, seu contexto e sistema no qual foi produzido (ICA, 2001).

Caracterizada pela técnica e exatidão, essa definição relaciona-se com a elaboração da representação precisa da unidade de descrição e suas partes componentes. Para melhor compreensão, os conteúdos desse processo serão explicados na sequência, a partir dos termos constantes do ICA (2001).

- Acurada representação de unidade de descrição e suas partes componentes: Refere-se à criação de representação exata e detalhada de documento de arquivo ou de conjunto de documentos – unidade de descrição – e suas partes constituintes, se houver. Isso envolve a identificação de todos os elementos relevantes do documento ou do conjunto documental.

- Extração, análise, organização e registro de informação: Indica as etapas envolvidas no processo de criação dessa representação. Inclui extrair as informações dos documentos de arquivo, analisá-las para entender seu contexto e importância, organizá-las de forma lógica e registrá-las de maneira que facilite a gestão e a localização futura desses documentos.

- Identificar, gerir, localizar e explicar documentos de arquivo: São os propósitos finais dessa representação. Os documentos de arquivo precisam ser identificados de forma única, gerenciados ao longo do tempo, localizados facilmente, mediante necessidade, e explicados em termos de seu contexto e significado.

- O contexto e o sistema de arquivo que os produziu: Refere-se ao ambiente em que os documentos de arquivo foram criados e ao sistema de arquivo em que foram organizados e gerenciados. Compreender o contexto do qual os documentos foram produzidos é crucial para proceder a descrição de forma precisa, pois subsidia seu significado e importância histórica. Ademais, o sistema de arquivo impacta o modo em que os documentos são organizados e acessados.

Por esses meios, a Nobrade estabelece os padrões de descrição de documentos de arquivo em congruência com as normas internacionais vigentes, como a ISAD(G). Apesar de a Nobrade ser utilizada, prioritariamente, em documentos permanentes, essa poderá ser aplicada em arquivos correntes e intermediários, com o objetivo de viabilizar o acesso e intercâmbio de informações em distintos países (Brasil,2006).

Assim, a Nobrade propicia a estruturação da informação com o auxílio da descrição geral, cuja interferência se reduz, consideravelmente, na apresentação final das formas de descrição. Esta Norma foi desenvolvida tanto para sistemas automatizados quanto manuais, todavia é notória sua utilização para processos de automação de arquivos.

Na sequência, a seção 3 apresenta os conceitos fundamentais acerca dos metadados descritivos, bem como o padrão de metadado arquivístico *Encoded Archival Descritpion* (EAD).

METADADOS DESCRITIVOS

De acordo com o *Commite on Eletronic Records* (CER) do ICA, os metadados podem ser definidos como dados sobre dados. Apesar de o conceito estabelecido pelo CER acerca dos metadados, preliminarmente, configurar-se como pífio, é imprescindível a associação desses com os documentos nato-digitais, bem como os representantes digitais oriundos da digitalização (ICA, 1997).

Nesse sentido, Ikematu (2001) considera os metadados como dados que representam as propriedades do recurso, o qual suporta determinadas funções, a exemplo de: localização, descoberta, documentação, avaliação e seleção. Assim, os metadados fornecem a conjectura necessária para entender os dados ao longo do tempo de sua existência.

De acordo com o Glossário da Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos (CTDE) do Arquivo Nacional (AN) do Conselho Nacional de Arquivos (Conarq), os metadados referem-se aos dados estruturados, por meio dos quais se pode descrever e permitir a localização, gerenciamento, compreensão e/ou preservação de documentos de arquivo no decorrer do tempo (Brasil,2020a).

No escopo da Arquivologia, o esquema padrão de metadados para representar a estrutura de descrição de documento de arquivo é o EAD, cuja codificação é em *Extensible Markup Language* (XML) (SAA, 2023). O EAD – descrição arquivística codificada – surgiu em 1998, por iniciativa da *Society of American Archivists* (SAA), considerada padrão hierárquica internacional de metadado para transmissão de descrições arquivísticas. Cabe esclarecer que o EAD, além de ser codificado em XML, utilizou como base para sua formalização a norma ISAD(G) (USA, 2015). A seção 4 apresenta as escolhas metodológicas para o desenvolvimento do presente estudo.

METODOLOGIA

A pesquisa científica configura-se como um método de investigação, que propõe como objetivo, a solução de problemáticas por meio da produção de novos conhecimentos (Barros; Lehfeld, 2014; Gil, 2017). Para Marconi e Lakatos, o método científico (2008, p. 83) "[...] é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista."

Ainda, de acordo com Marconi e Lakatos (2008, p.157), a pesquisa científica "considerada um procedimento formal com método de pensamento reflexivo que requer tratamento científico e se constitui no caminho para se conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais".

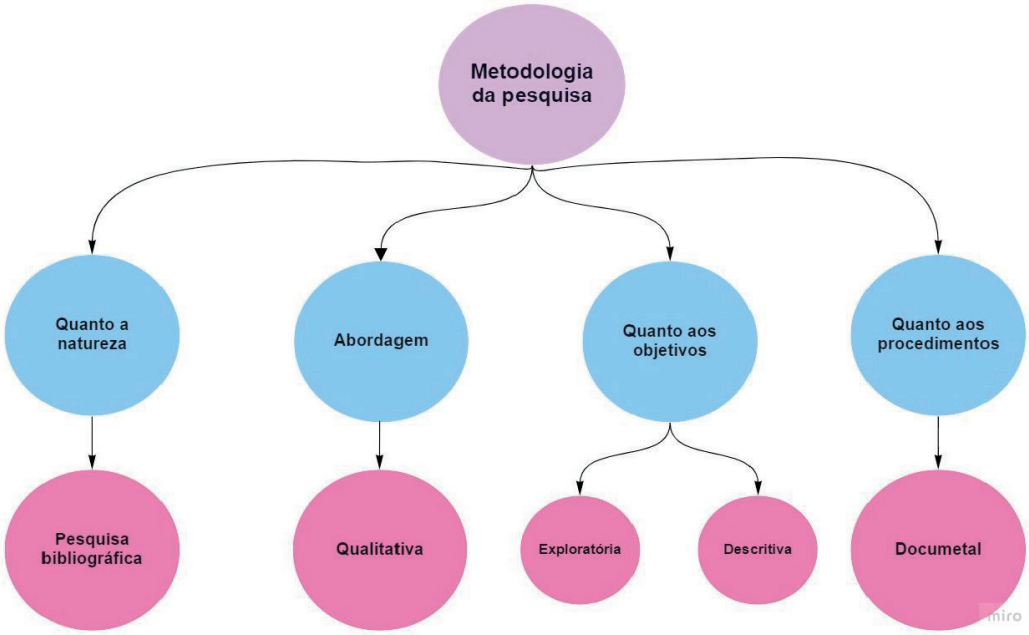
Caracteriza-se o presente estudo como de natureza pura, a qual "[...] procura desenvolver os conhecimentos científicos sem a preocupação direta com suas aplicações e consequências práticas. Seu desenvolvimento tende a ser formalizado, com vistas na construção de teorias e leis" (Gil, 2019, p.26), como teórica, "dedicada a reconstruir teorias, conceitos, ideias, ideologias, polêmicas, tendo em vista, em termos imediatos, aprimorar fundamentos teóricos" (Demo, 2000, p.20), bibliográfica e documental, "desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos." (Gil, 2017, p.44), de cunho exploratório, que "[...] busca levantar informações sobre determinado objeto, delimitando assim um campo de trabalho, mapeando as condições de manifestações desse objeto". (Severino, 2016, p. 132). Ainda quanto aos objetivos é descritiva, em vista de que "As pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno" (Gil, 2017, p.42), A respeito da abordagem delimita-se a pesquisa como qualitativa, que:

> Não tem qualquer utilidade na mensuração de fenômenos em grandes grupos, sendo basicamente úteis para quem busca entender o contexto onde algum fenômeno ocorre. Em vez da medição, seu objetivo é conseguir um entendimento mais profundo e,

> se necessário, subjetivo do objeto de estudo, sem preocupar-se com medidas numéricas e análises estatísticas. (Landim, *et al.* 2006, p. 55).

Nesse sentido, Marconi e Lakatos (2008, p.3) afirmam que "Toda pesquisa deve basear-se em uma teoria, que serve como ponto de partida para a investigação bem sucedida de um problema." A presente pesquisa surgiu baseando-se nesses pressupostos com o intuito de ampliar o conhecimento acerca dos possíveis campos descritivos para estabelecer um perfil de aplicação de metadados, para os tipos documentais produzidos pelas IES, referentes às atividades-meio e atividades-fim, no intuito de viabilizar a gestão de documentos, principalmente a etapa de descrição de documentos nato-digitais e dos representantes digitais, isto é, dos documentos analógicos que foram digitalizados. A figura 01, apresenta a metodologia de pesquisa adotada.

Figura 01- Metodologia de pesquisa



Fonte: Os autores (2024).

A figura 01, apresentou a síntese das escolhas metodológicas para realização da pesquisa. Esse estudo, conforme Gil (2017), enquadra-se como puro. Sendo assim, as abordagens bibliográficas buscam aclarar um problema com base em referências teóricas publicadas em artigos científicos, livros, dissertações e teses. De acordo com Martins e Lintz (2000, p. 30):

> A pesquisa bibliográfica trata de uma abordagem metodológica mais frequente dos estudos exploratórios de pesquisa. A própria

> pesquisa procura explicar e discutir o tema proposto pelo trabalho exposto com base nas referências teóricas publicadas e relevantes.

A abordagem é qualitativa, posto que qualquer pesquisa que produza resultados não alcançados, por meio de procedimentos estatísticos, considera-se qualitativa (Magalhães, 2007). Quanto aos objetivos, é exploratória, visto que este tipo de pesquisa tem por enfoque familiarizar-se com o fenômeno ou obter uma nova percepção e descobrir novas ideias. Na abordagem exploratória, desenvolvem-se descrições precisas das situações e aponta as relações efetivas entre seus componentes. Essa requer um planejamento muito flexível para que, possibilite examinar os mais diversos aspectos de um problema (Cervo; Bervian; Silva, 2007). Para Sampieri (1991, p. 59) os estudos exploratórios:

> Servem para aumentar o grau de familiaridade com fenômenos relativamente desconhecidos, obter informações sobre a possibilidade de levar adiante uma investigação mais completa sobre um contexto particular da vida real e estabelecer prioridades para investigações posteriores, entre outras utilizações.

Além disso, o estudo enquadra-se como pesquisa documental, que visa abordar os aspectos jurídicos administrativos, relacionados com os metadados, com base nas normas de descrição arquivística, bem como os dispositivos jurídicos, a saber: Leis, Decretos e Normas com o objetivo de identificar os pilares que compõem esses dispositivos jurídicos e de normalização descritiva na contemporaneidade nos ambientes informacionais digitais no âmbito arquivístico.

Segundo Gil (2017), a investigação documental é aquela realizada com base nos próprios documentos "que não receberam qualquer tratamento analítico" ou "[...] que de alguma forma já foram analisados".

O desenvolvimento da pesquisa documental faz-se em meio a documentos textuais, audiovisuais, iconográficos, sonoros e quaisquer documentos relacionados ao objeto de investigação. Podem ser coletados na forma pura, isto é, que não sofreram intervenções analíticas, e/ou em circunstâncias denominadas como fonte secundária, ou seja, documentos provenientes de outra fonte de informação. (Gil, 2019).

A seguir, a seção 5 dispõe da análise e discussão dos resultados concernentes na proposta de perfil de aplicação de metadados, para documentos referentes ao domínio das IES.

PERFIL DE APLICAÇÃO DE METADADOS PARA DOCUMENTOS ACADÊMICOS DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

No contexto dos documentos acadêmicos, com a institucionalização da Portaria n.º 315/2018, foi estabelecido que o acervo analógico deve ser abordado de acordo com os

termos constantes do artigo n.º 104 do Decreto n.º 9.235/2017. Assim, esses serão convertidos para o meio digital, mediante a utilização de métodos que garantam a integridade e a autenticidade de todas as informações contidas nos documentos originais, nos termos da legislação (Brasil, 2018; Brasil, 2017).

Dessa forma, a conversão para o meio digital dos documentos analógicos é realizada pela digitalização, que é o processo de transformação de conteúdos registrados em suporte analógico, como papéis e outros materiais não constituídos por dígitos binários. Por sua vez, esses são desmaterializados por meio da digitalização, convertidos em sequências de *bitstream* e armazenados nos ambientes informacionais digitais, por intermédio da utilização de *hardware* e *software* (Brasil,2020b). Cabe destacar que a digitalização dos documentos acadêmicos analógicos das IES deverá contemplar os requisitos para digitalização de documentos públicos e privados, estabelecidos no Decreto n.º 10.278/2020. No Anexo II, parte A e parte B apresentam o conjunto de metadados necessários para os documentos digitalizados, os quais serão apresentados no quadro 01 e quadro 02, a seguir (Brasil,2020).

Quadro 01: Anexo II, parte A do decreto nº 10.728/2020

Metadados	**Definição**
Assunto	Palavras-chave que representam o conteúdo do documento. Pode ser de preenchimento livre ou com o uso de vocabulário controlado ou tesauro.
Autor (nome)	Pessoa natural ou jurídica que emitiu o documento.
Data e local da digitalização	Registro cronológico (data e hora) e tópico (local) da digitalização do documento.
Identificador do documento digital	Identificador único atribuído ao documento no ato de sua captura para o sistema informatizado (sistema de negócios).
Responsável pela digitalização	Pessoa jurídica ou física responsável pela digitalização.
Título	Elemento de descrição que nomeia o documento. Pode ser formal ou atribuído: formal: designação registrada no documento; atribuído: designação providenciada para identificação de um documento formalmente desprovido de título.
Tipo documental	Indica o tipo de documento, ou seja, a configuração da espécie documental de acordo com a atividade que a gerou.
Hash (chekcsum) da imagem	Algoritmo que mapeia uma sequência de bits (de um arquivo em formato digital), com a finalidade de realizar a sua verificação de integridade.

Fonte: Decreto nº 10.278/2020 (Brasil, 2020, p.4).

A seguir será apresentado o quadro 02, o qual expõe o anexo II, parte B, com os metadados necessários para os documentos digitalizados por pessoas jurídicas de direito público interno.

Quadro 02: Anexo II, parte B, do Decreto nº 10.278/2020

Metadados	Definição
Classe	Identificação da classe, subclasse, grupo ou subgrupo do documento com base em um plano de classificação de documentos.
Data de produção (do documento original)	Registro cronológico (data e hora) e tópico (local) da produção do documento.
Destinação prevista (eliminação ou guarda permanente)	Indicação da próxima ação de destinação (transferência, eliminação ou recolhimento) prevista para o documento, em cumprimento à tabela de temporalidade e destinação de documentos das atividades-meio e das atividades-fim.
Gênero	Indica o gênero documental, ou seja, a configuração da informação no documento de acordo com o sistema de signos utilizado na comunicação do documento.
Prazo de guarda	Indicação do prazo estabelecido em tabela de temporalidade para o cumprimento da destinação.

Fonte: Decreto nº 10.278/2020 (Brasil, 2020, p.4).

O quadro 01 e quadro 02 apresentaram os requisitos para digitalização conforme Decreto nº 10.728/2020, anexo II, parte A e parte B. Constata-se que, os documentos digitalizados não correspondem a documentos originais, isto é, são apenas representantes digitais, em vista de que tal fato evidencia a ausência de politicas públicas voltadas às informações orgânicas, ou seja, aos dados e aos registros das evidencias dos fatos e atos no âmbito das IES.

Nesse cenário, a utilização de vários padrões de metadados é essencial e altamente desejada no contexto das IES, sejam os representantes digitais ou nato-digitais, em vista de que são necessários ao longo do ciclo de vida até a sua destinação final. Assim, emerge a possibilidade de uso dos perfis de aplicação que, em outras palavras, são a personalização do esquema de metadados oriundos de um ou mais padrões já estabelecidos, o qual atende a demanda para descrever determinado recurso informacional e preserva a interoperabilidade entre os sistemas de informação (Silva, 2011).

Portanto, no âmbito dos documentos acadêmicos das IES, percebe-se a importância do uso de perfil de aplicação de metadados, que contemple todos os elementos de metadados previstos no Decreto n.º 10.278/2020, bem como o padrão descritivo estabelecido por meio da Nobrade para os representantes digitais, com a saída dos dados em EAD. Já para os documentos nato-digitais, os elementos descritivos da Nobrade, conjugado com a saída dos dados em EAD, já configuram-se como suficientes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observa-se, por intermédio do Decreto n.º 9.235/2017, que todo acervo acadêmico das IES deverá ser digitalizado, com a utilização de métodos que garantam a integridade e

autenticidade das informações contidas nos representantes digitais. Porém, as IES devem considerar, conforme Decreto n.º 10.278/2020, os requisitos referentes aos metadados exigidos para que os documentos sejam amparados legalmente.

Logo, constata-se que os documentos digitalizados das IES devem contemplar a estruturação dos requisitos de metadados estabelecidos no Decreto n.º 10.278/2020 e, também, nos elementos descritivos da Nobrade, em consonância com o padrão EAD. Dessa forma, pode-se utilizar determinado perfil de aplicação de metadados, de modo que atenda às especificidades dos representantes digitais das IES e garanta a interoperabilidade entre os sistemas de informação. Por fim, em relação aos documentos arquivísticos digitais, basta a utilização dos elementos descritivos estabelecidos pela Nobrade, com a saída dos dados em EAD.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, L. S.; RAMOS, L. da C.; MARINO, R. de C. C. Estudos sobre data science: um enfoque em storytelling. **Revista Interface Tecnológica**, v. 20, n. 2, p. 195-207, 2023. DOI: 10.31510/infa.v20i2.1802. Acesso em: 12 jun. 2024.

BARROS, A. J. P. de; LEHFELD, N. **Projeto de pesquisa:** propostas metodológicas. 23. ed. Petrópolis: Vozes. 2014. ISBN-10: 8532600182.

BRASIL. Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos. Arquivo Nacional. Conselho Nacional de Arquivos (Conarq). **Norma Brasileira de Descrição Arquivística (Nobrade)**. 125 f. Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos. Rio de Janeiro: 2006. Acesso em: 10 mai. 2024.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Geral. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto n.º 9.235 de 15 de dezembro de 2017. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF. 2017. Acesso em: 10 mai. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria n.º 315/2018, de 4 de abril de 2018. Dispõe sobre os procedimentos de supervisão e monitoramento de instituições de educação superior integrantes do sistema federal de ensino e de cursos superiores de graduação e de pós-graduação lato sensu, nas modalidades presencial e a distância. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF. 2018. Acesso em: 10 mai. 2024.

BRASIL. Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. Arquivo Nacional (AN). Conselho Nacional de Arquivos (Conarq). Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos (CTDE). **Glossário**. 2020a. Acesso em: 10 mai. 2024.

BRASIL. Atos do poder executivo. Decreto n.º 10.278, de 18 março de 2020. Regulamenta o disposto no inciso X do caput do artigo 3º da Lei n.º 13.874, de 20 de setembro de 2019, e no artigo 2º-A da Lei n.º 12.682, de 9 de julho de 2012, para estabelecer a técnica e os requisitos para a digitalização de documentos públicos ou privados, a fim de que os documentos digitalizados produzam os mesmos efeitos legais dos documentos originais. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF. 2020b. Acesso em: 10 mai. 2024.

CARMO, A. L. da S. do. **Estratégias de mediação arquivística nas instituições federais de ensino superior**. 2015. 106 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais. 2015.

CERVO, A. L; BERVIAN, P. A; SILVA, R. M**etodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CHAIM, D. F.; NEVES, J. M. S. das; AZEVEDO, M. M. de. Proposta da cadeia de valor de uma instituição de ensino superior tecnológico. **Observatório de la Economía Latinoamericana**, v. 21, n. 10, p. 15095-15111, 2023. Acesso em: 10 jun. 2024.

COSENDEI, M. P.; AGANETTE, E. C. A aplicação da cadeia de valor em universidades públicas brasileiras: uma revisão de literatura. **Fórum de Pesquisas Discentes do Programa de Pós-graduação em Gestão e Organização do Conhecimento (FORPED-PPGGOC)**, v. 4, n. 4, 2023. Acesso em: 6 jun. 2024.

CUNHA, M. B. da; COSTA, M. M. Fontes de informação sobre gestão de dados de pesquisa. **Informação & Sociedade**, v. 30, n. 4, p. 1-59, 2021. DOI: 10.22478/ufpb.1809-4783.2020v30n4.57183. Acesso em: 6 jun. 2024.

DEMO, P. Metodologia do conhecimento científico. São Paulo: Atlas, 2000.

FONTES, P. História, memória e "sociedade do presente": que lugar para os arquivos?. **Lusitania Sacra**, v. 45, p. 109-120, 2022. DOI: 10.34632/lusitaniasacra.2022.11617. Acesso em: 10 jun. 2024.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas. 2017. ISBN-10: 8597012617.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas. 2019. ISBN-10: 8597020571.

HEY, T.; TANSLEY, S.; TOLLE, K. (ed.). Jim Gray on eScience: A transformed scientific method. In: HEY, T.; TANSLEY, S.; TOLLE, K. (ed.). In: **The fourth paradigm: Dataintensive scientific discovery. Redmond: Microsoft Research**, v. 1, p. 27-31, 2009. Acesso em: 10 jun. 2024.

ICA. International Council on Archives. Commite on Electronic Records (CER). **Guide for managing electronic records from an archival perspective**. France. 1997. Acesso em: 10 maio. 2024.

ICA. International Council on Archives. I**SAD(G): General International Standard Archival Description**. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. 2001. Acesso em: 10 mai. 2024.

IKEMATU, R. S. Gestão de metadados: sua evolução na tecnologia da informação.

DataGramaZero – Revista de Ciência da Informação, v. 2, n. 6, 2001. Acesso em: 10 mai. 2024.

LANDIM, F. L. P. *et al.* Uma reflexão sobre as abordagens em pesquisa com ênfase na integração qualitativo quantitativa. **Revista Brasileira em Promoção da saúde**, v. 19, n. 1, p. 53-58, 2006. Acesso em: 10 mai. 2024.

MAGALHÂES, L. E. R. O trabalho científico: da pesquisa à monografia. Curitiba: FESP, 2007.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa:** planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 7. ed. São Paulo: Atlas. 2008.

MARTINS, G. A.; LINTZ, A. Guia para a Elaboração de Monografias e Trabalhos de Conclusão de Curso. São Paulo: Atlas, 2000.

SAMPIERI, R. H. Metodologia de la Investigación. México: McGraw-Hill, 1991.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. São Paulo: Cortez Editora. 2016.

SILVA, S. R. A. **Proposta de perfil de aplicação dublin core para publicações em quadrinhos**. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso(Graduação em Biblioteconomia) – Escola de Comunicação e Artes – Universidade São Paulo. 2011. Acesso em: 10 mai. 2024.

SILVA, F. M. de A. **Agir bibliotecário nas bibliotecas universitárias públicas estaduais brasileiras, em contexto da ciência aberta**. 2023. 155 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Paraíba – Campus João Pessoa. 2023. Acesso em: 10 mai. 2024.

SOUZA, M. E. de; BLANCHET, L. A.; RIOS, R. S. O acesso à informação e o controle social nas empresas estatais: entre a transparência e o segredo. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, v. 16, n. 46, p. 62-80, 2023. DOI: 10.5281/zenodo.8408768. Acesso em: 12 jun. 2024.

USA. Data Dictionary for Preservation Metadata. **PREMIS Maintenance Activity**, v. 3.0, 2015. Acesso em: 10 mai. 2024.

ZHLOBINSKAYA, O. et al. UNIMARC guidelines for archival materials. **International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA)**, n. 10, 2023. Acesso em: 16 mai. 2024.

ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE CLASSIFICAÇÃO E TABELA DE TEMPORALIDADE DE DOCUMENTOS DAS ATIVIDADES-MEIO DO PODER EXECUTIVO DO ESTADO DO AMAZONAS NA COMPANHIA DE SANEAMENTO DO AMAZONAS: DESAFIOS E RESULTADOS

ANALYSIS OF THE IMPLEMENTATION OF THE CLASSIFICATION PLAN AND TEMPORALITY TABLE OF DOCUMENTS OF THE ACTIVITIES-MEANS OF THE EXECUTIVE POWER OF THE STATE OF AMAZONAS IN THE AMAZONAS SANITATION COMPANY: CHALLENGES AND RESULTS

Rodolfo Almeida de Azevedo
Universidade Federal do Amazonas

Karlison Reginaldo de Sá Ferreira
Companhia de Saneamento do Amazonas

Resumo

Este texto apresenta uma análise da implementação do plano de classificação e tabela de temporalidade de documentos referente às atividades meio do poder executivo do estado do Amazonas na Companhia de Saneamento do Amazonas. O estudo de caso aborda os desafios enfrentados durante o processo de implantação, as estratégias adotadas, e os resultados alcançados. Utilizando uma abordagem qualitativa e exploratória, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os responsáveis pelo gerenciamento de documentos e análise de documentos institucionais. Os principais desafios identificados incluem a resistência à mudança por parte dos funcionários, a necessidade de capacitação contínua, e a adequação do plano de classificação e tabela de temporalidade às especificidades das atividades da companhia. Entre os resultados positivos destacam-se

a melhoria na organização e recuperação de informações, a maior eficiência operacional, e o aumento da transparência e conformidade com normativas legais. O artigo conclui que, apesar dos obstáculos, à implementação desses instrumentos na companhia trouxe significativos benefícios para a gestão de documentos e sugere recomendações para outras organizações que buscam aprimorar suas práticas arquivísticas.

Palavras-Chave: Plano de classificação; Tabela de temporalidade; Companhia de Saneamento do Amazonas - COSAMA.

Abstract

This text presents an analysis of the implementation of the classification plan and temporality table of documents referring to the activities of the executive branch of the state of Amazonas at the Amazonas Sanitation Company. The case study addresses the challenges faced during the implementation process, the methodologies adopted, and the results achieved. Using a qualitative and exploratory approach, semi-structured interviews were carried out with those responsible for document management and analysis of institutional documents. The main challenges identified include resistance to change on the part of employees, the need for continuous training, and the adaptation of the classification plan and temporality table to the specificities of the company's activities. Positive results include improvements in the organization and retrieval of information, greater operational efficiency, and increased transparency and compliance with legal regulations. The article concludes that, despite the obstacles, the implementation of these instruments in the company brought significant benefits to document management and suggests recommendations for other organizations seeking to improve their archival practices.

Keywords: Classification plan; Temporality table; Amazonas Sanitation Company - COSAMA.

INTRODUÇÃO

Este texto apresenta os resultados de um projeto piloto que visa analisar a aplicação do Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade Documentos referentes às

atividades-meio do poder executivo do Estado do Amazonas. O objetivo principal deste estudo é investigar como os referidos instrumentos foram implementados na prática, identificando desafios enfrentados, estratégias adotadas e resultados alcançados no contexto específico de uma instituição pública.

A classificação de documento arquivístico é considerada essencial para uma gestão de documentos, pois estabelece as relações entre documentos, proporciona uma estrutura lógica e desempenha diversas funções cruciais, como guiar a acumulação, facilitar a organização garantir conformidade legal e administrativa, administrar o acesso e permitir a reconstrução da evolução histórica dos fundos. (Caravaca 2017 apud Sousa, 2022)

A avaliação de documentos arquivísticos pode ser entendida enquanto atividade que consiste em determinar quais são as informações ou documentos que precisam ser mantidos e por quanto tempo devem ser armazenados (Rockembach, 2018). Essa atividade consiste em determinar quais documentos são essenciais para a memória institucional e quais podem ser eliminados após cumprirem sua função administrativa, fiscal ou legal. A análise proposta por Rockembach sublinha a importância de critérios rigorosos e bem definidos para essa avaliação, garantindo que os documentos mantidos contribuam efetivamente para a continuidade das atividades organizacionais, ao mesmo tempo que otimizam o espaço físico e os recursos necessários para o armazenamento.

Considerando a importância destas funções este artigo se propõe em realizar uma análise da implementação do plano de classificação e tabela de temporalidade de documentos referente às atividades meio do poder executivo do estado do Amazonas na Companhia de Saneamento do Amazonas (COSAMA).

A COSAMA é uma empresa de economia mista enquadrada no regime jurídico de direito privado como sociedade anônima, e foi criada em novembro de 1969. O objetivo da empresa consiste na captação, no tratamento e na distribuição de água para consumo humano.

Suas atividades compreendem, ainda, a realização de estudos, projetos e execução de obras relativas a novas instalações e ampliação de redes. Cabe também à companhia fixar as tarifas e taxas dos seus serviços, arrecadá-los e ajustá-los periodicamente para fazer frente à amortização de seus investimentos e pagar seus custos de operação e manutenção, além de permitir acumular reservas para financiar a expansão de suas atividades. A COSAMA está presente em 15 dos 62 municípios do Estado do Amazonas.

Utilizando uma abordagem qualitativa e exploratória, foram conduzidas entrevistas semiestruturadas com os responsáveis pela gestão de documentos na COSAMA. Os dados foram analisados através da análise de conteúdo, identificando padrões, temas emergentes, desafios e resultados relacionados à implementação do plano e, por conseguinte, fornecendo insights valiosos para aprimorar a gestão de documentos na organização.

APRESENTAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO DE DOCUMENTOS DO PODER EXECUTIVO DO ESTADO DO AMAZONAS

O Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade de Documentos das atividades-meio da administração do Estado do Amazonas (2022b) foi aprovado por meio do Decreto n.º 48.605, de 29 de novembro de 2023. Tais instrumentos têm como finalidade classificar os documentos produzidos ou recebidos, independentemente do suporte, bem como apresentar o tempo de guarda dos mesmos, possibilitando a eliminação segura de documentos que já cumpriram os prazos legais. Este instrumento trata-se de uma atualização do Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade aprovados pelo Decreto n° 37.899, de 23 de maio de 2017.

O plano de classificação tem como objetivos:

- Identificar as atribuições do órgão produtor;
- Identificar conjuntos documentais que possuam os mesmos requisitos;
- Contextualizar a produção do documento com seu objetivo e processamento (tramitação) na atividade ao qual está associado;
- Apresentar as funções e atividades do organismo produtor, deixando explícitas as ligações entre os documentos; e
- Facilitar o arquivamento e a localização dos documentos de arquivo. (Amazonas, 2022a, p. 35)

Quanto à estrutura do plano, foi utilizado o método funcional para elaboração das categorias de divisão. Segundo Schellenberg (2006) o método funcional tem por base a ação a que os documentos se referem, segundo o autor, pode ser tratada em termos de funções, atividades e atos. O termo função estaria relacionada a todas as responsabilidades atribuídas a um órgão a fim de atingir os amplos objetivos para os quais foram criados, estariam definidas nas leis ou regulamentos que criam o órgão. Cada função de um órgão poderia ser subdividida em diversas "atividades", termo usado no sentido de uma série de ações, levadas a efeito no desempenho de uma função específica. As atividades, por sua vez, poderiam ser subdivididas em diversas operações ou atos específicos. (Azevedo, 2023)

O plano de classificação das atividades-meio da administração pública estadual abrange 7 funções, sendo elas: Gestão de Planejamento e Organização Administrativa, Gestão de Comunicação e Organização Institucional, Gestão de Políticas de Administração

de Recursos Humanos, Gestão Orçamentária e Financeira, Gestão de Recursos Logísticos, Gestão de Bens Patrimoniais, Gestão de Documentos e Informações (Amazonas, 2022b).

O plano reflete a complexidade e a diversidade das operações administrativas. Cada uma dessas funções, desde a Gestão de Planejamento e Organização Administrativa até a Gestão de Documentos e Informações, desempenha um papel essencial na sustentação da estrutura organizacional e no cumprimento de suas responsabilidades. Essas funções não apenas facilitam a operação interna e a eficiência administrativa, mas também asseguram que os recursos, tanto humanos quanto materiais, sejam geridos de maneira eficaz e conforme as políticas públicas estabelecidas. A inclusão de todas essas áreas no plano de classificação demonstra a importância de uma abordagem integrada para o gerenciamento das atividades administrativas, promovendo uma administração pública mais organizada e transparente.

Os códigos numéricos representam a subordinação da tipologia de documentos para com a atividade, desta para com a subfunção e esta última para com a função. Conforme pode ser observado a seguir:

- FUNÇÃO **002** - Gestão da Comunicação e Relações Institucionais
- SUBFUNÇÃO 002.**02** - Eventos Oficiais e Relações Públicas
- ATIVIDADE 002.02.**01** - Apoio Logístico e Eventos
- TIPO DOCUMENTAL 002.02.02.**001** - Comunicado de Instrução de Serviço

Ao elaborar essa codificação, foi pensada a inclusão de novas classes compreendendo as atividades finalísticas dos órgãos, e consequentemente implementar um sistema de classificação de documentos do poder executivo do Estado do Amazonas. A estrutura e a codificação tiveram por base o Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade de Documento da Administração Pública do Estado de São Paulo: Atividades-Meio (São Paulo, 2018)

Os objetivos da Tabela de Temporalidade são:

- Agilizar a recuperação dos documentos e das informações;
- Apoiar a seleção e destinação dos documentos;
- Reconhecer e preservar os documentos de guarda permanente;
- Embasar a eliminação criteriosa de documentos;

- Reduzir a massa documental acumulada; e

- Liberar espaço físico. (Amazonas, 2022a, p. 38)

Os campos da tabela são elementos de representação que indicam desde as atividades, tipologia documental, prazo de guarda (corrente e intermediário), destinação final (eliminação ou guarda permanente), processos legais ou observações, e processo.

A implementação do Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade de Documentos das Atividades-Meio, produzidos pela Administração Pública do Estado do Amazonas, é sustentada por duas importantes legislações que estabelecem diretrizes essenciais para a gestão documental no âmbito estadual. O Decreto n.º 37.899, de 23 de maio de 2017, institui o Sistema de Arquivos e Gestão de Documentos do Estado do Amazonas (SAGED-AM), criando uma estrutura formal e normativa para a organização, preservação e descarte de documentos. Esse decreto é fundamental, pois garante que os processos arquivísticos sejam conduzidos de maneira padronizada, eficiente e em conformidade com as melhores práticas, assegurando a integridade e a acessibilidade dos documentos ao longo do tempo.

Complementando o Decreto n.º 37.899, o Decreto n.º 38.019, de 29 de junho de 2017, regulamenta a Comissão Central de Avaliação de Documentos e as Comissões Setoriais de Avaliação de Documentos, estabelecendo um mecanismo operacional para a aplicação do SAGED-AM. Essas comissões têm o papel crucial de analisar, avaliar e decidir sobre a destinação final dos documentos produzidos pela administração pública estadual, seja para preservação ou descarte. A regulamentação dessas comissões é essencial para garantir que as decisões sobre a temporalidade e o valor documental sejam tomadas de forma criteriosa e técnica, contribuindo para a eficiência da gestão documental e para a transparência na administração pública.

A publicação do Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade de Documentos das atividades-meio da administração do Estado do Amazonas (2022b) representa um avanço significativo ao alinhar-se com as diretrizes arquivísticas e ao propor um sistema de classificação abrangente para todos os órgãos públicos estaduais. Este instrumento é de grande importância para garantir a padronização e a eficiência na gestão documental. No entanto, é fundamental que se proceda a uma rigorosa averiguação da sua eficácia e eficiência, especialmente considerando a diversidade e a quantidade de órgãos que devem ser contemplados. Somente através dessa avaliação contínua será possível assegurar que o plano atenda plenamente às necessidades da administração pública e contribua para a melhoria dos processos de gestão de documentos no estado.

COSAMA E SANEAMENTO BÁSICO NO AMAZONAS: UM BREVE RESUMO HISTÓRICO

Ao abordarmos a criação e história da COSAMA, iniciamos por um breve resumo histórico do saneamento básico no Estado do Amazonas, o qual se inicia ao final do Século XIX com o então presidente da província, José Lustosa da Cunha Paranaguá, com as primeiras explorações de mananciais na região central de Manaus.

Com o crescimento populacional e maior demanda, foi necessária a modernização e implementação de um sistema de abastecimento de água na região, contexto reafirmado por Barcelar (2022, p. 78):

> No período de 1903 e 1904, o Serviço de Distribuição de Água de Manaus estava dividido em duas zonas distintas: a primeira, alimentada pelo Reservatório da Castelhana e a segunda, considerada a rede mais nova, alimentada pelo Reservatório do Mocó. Ainda de acordo com o governador Silvério Nery, o serviço de abastecimento de água de Manaus era completamente defeituoso, necessitando do apoio dos poderes públicos para melhorá-lo. Das constantes reclamações, temos: vazamentos, derivações particulares e a falta de mão-de-obra para fiscalização, condições existentes até os dias de hoje. (Barcelar, 2022, p. 78)

Os serviços de abastecimento de água em Manaus sempre foi uma problemática recorrente, onde sua privatização ocorreu em 1881, concedido à empresa *Manaós Railway Company* e posteriormente, em 1906, à Manaós Improvements Limited Company (Dias, 2007).

Em um panorama onde o aumento exponencial da população local demandava revitalizar e expandir o sistema de abastecimento de água na cidade de Manaus a criação da Companhia de Saneamento do Amazonas deu-se através da lei de n° 892 de 13 de novembro de 1969, assinada pelo então governador do estado, Danilo de Mattos Areosa, onde, na referida lei, a COSAMA tem como finalidades:

> I-a execução, operação, manutenção e exploração dos sistemas de abastecimento d'água e de esgotos sanitários da cidade de Manaus;
>
> II-a conservação, proteção e fiscalização das áreas e/ou bacias hidrográficas utilizadas ou reservadas para os fins de abastecimento d'água;
>
> III-o controle, prevenção e correção da poluição das águas (vetado);
>
> IV-Mediante convênio com municípios o exercício das funções antes enumeradas por si ou mediante delegação nas respectivas sedes. (Amazonas, 1969, p.2)

A partir daí a COSAMA herdaria o acervo maquinário e de mão de obra do Departamento de Águas e Esgoto-DAE através do Decreto nº 1666 de 5 de fevereiro de 1970, além disso, outra Lei referente à sua fundação foi a autorização por parte da Lei Municipal nº 1053, de 24 de abril de 1969.

Atualmente a COSAMA enquadra-se como empresa de economia mista e tem sua sede administrativa na capital amazonense, valendo ressaltar que as atividades de tratamento e distribuição de água na cidade de Manaus estão sob concessão à iniciativa privada. A companhia atende cerca de 15 municípios no Amazonas realizando os serviços de captação, tratamento e na distribuição de água para consumo humano. Além disso, a COSAMA também realiza estudos, projetos e execução de obras relativas a novas instalações e ampliação de redes.

APLICAÇÃO DO PLANO DE CLASSIFICAÇÃO E TABELA DE TEMPORALIDADE NA COSAMA: PROCEDIMENTOS E DESAFIOS

A aplicação do Plano de Classificação e Tabela de temporalidade produzido pelo Arquivo Público do Estado do Amazonas mostrou-se uma tarefa das mais desafiadoras, tendo em vista um panorama de início de aplicação dos princípios e procedimentos da gestão de documentos no âmbito da COSAMA. Tal ambiente demandava urgentemente a aplicação deste instrumento, visto que, como afirma Sousa (2007): "a classificação persegue um fim, um objetivo, uma finalidade. No caso dos arquivos, é a organização dos documentos; ". Tal organização seria fundamental no processo de mensuração do real acervo documentário da instituição bem como para dar andamento às demais atividades arquivísticas.

O Ambiente para tais atividades, o Arquivo Central da COSAMA disponibiliza cerca de 86 metros quadrados de área. Em termos métricos documentais, estimou-se cerca de 652,40 metros lineares, um volume de documentos aproximado em 52,192 m³, estimando cerca de 4.660.000 laudas de documentos, equivalente a 32.620 kg. Neste montante foram identificados documentos textuais (projetos, processos, fichas funcionais, folhas de pagamentos, balancetes e etc.), cartográficos (plantas de projetos, croquis), iconográficos (fotos, quadros), eletrônicos (cds, dvds, disquetes, fitas magnéticas, microfilmes) e demais itens como livros, revistas, folhetos, rascunhos e cópias de documentos não arquivísticos.

Neste processo de organização, a Comissão Setorial de Avaliação de Documentos (CSAD) traçou como primeira medida a criação de grupos de trabalho, estes integrados por colaboradores de setores estratégicos em relação à produção de documentos da Companhia: Recursos humanos, contabilidade, financeiro, logística, licitações, jurídico e demais atividades meio da instituição bem como os setores relacionados às atividades finalísticas.

Tais grupos de trabalho ficariam responsáveis pela primeira triagem da MDA, identificando os documentos produzidos ou recebidos pelas atividades inerentes aos seus respectivos setores. A documentação separada seria separada e identificada para assim, a partir desta primeira análise e organização, prosseguir nos demais procedimentos para a aplicação do Plano de Classificação, como já citado, referente às atividades-meio da Companhia visto que ainda não existia um instrumento de classificação a ser aplicado nos documentos das atividades-fim da COSAMA.

Como fruto desta primeira triagem, foram identificados diversos materiais desnecessários para guarda, como cópias de documentos, rascunhos, livros e revistas sem vínculo orgânico com a instituição, os quais foram distribuídos para doação, no caso dos livros e revistas, totalizando um montante de 265 exemplares, e no caso das cópias e rascunhos, juntamente a materiais recicláveis, totalizando 3.056kg, foram encaminhados à reciclagem em cooperativas locais, atentando-se para o descarte consciente e de acordo com as normas e cuidados ambientais. Tais cuidados renderam, pela primeira vez em sua história à Companhia de Saneamento do Amazonas o "Selo Verde", dado a empresas comprometidas com o descarte correto de resíduos sólidos.

Findando-se a primeira separação de documentos nos parâmetros anteriormente citados, tornou-se mais viável a aplicação do Plano de Classificação, onde passou-se a integrar e supervisionar de forma mais consistente as ações dos GT's os colaboradores do Arquivo, o qual se subordina no âmbito da Companhia de Saneamento do Amazonas à Assessoria de Gestão da Qualidade. Com o treinamento e acompanhamento por parte dos colaboradores do setor de Arquivo, foi-se introduzido, de acordo com o setor e atividades específicas, o Plano de Classificação, explicando-se sua finalidade e demais desdobramentos recorrentes de sua implementação, como a possibilidade de aplicação da Tabela de Temporalidade e posterior eliminação de documentos.

Tal aplicação apresentou diversos percalços, como a própria escassez na literatura para melhor aplicação dos procedimentos, adicionados a compreensão do instrumento por parte dos colaboradores agentes nesse processo. Em sua obra A classificação funcional de documentos de arquivo é uma abstração intelectual ou um instrumento prático? Renato Tarciso Barbosa de Sousa (2022) cita algumas destas dificuldades como críticas à abordagem funcional da classificação de documentos de arquivo:

> As críticas podem ser sistematizadas em relação à falta de um consenso sobre o significado do conceito de função, a ausência de metodologias que indiquem os procedimentos para a construção de planos de classificação funcionais e as dificuldades encontradas pelos usuários para compreender e utilizar esses instrumentos. (Sousa, 2022, p.9)

Além da própria compreensão do instrumento de classificação, visto ser uma novidade conceitual e metodológica nas práticas profissionais, realidade ainda recorrente em vários órgãos públicos, percebeu-se aliado a isso uma certa resistência a estas novas práticas. Mostra-se uma necessidade de maior reflexão acerca deste contexto, visto que existe essa necessidade de que a classificação de documentos seja compreensível aos colaboradores que não possuem aprofundamento na área (Sousa, 2022). Tais pontos demandaram um maior tempo de acompanhamento por parte dos profissionais da área na Companhia aos demais integrantes dos grupos de trabalho para a conscientização acerca da importância dos procedimentos aplicados e retirada de eventuais dúvidas.

Perpassadas estas primeiras dificuldades e realizada uma primeira organização da massa de documentos, realizou-se a aplicação mais aprofundada do Plano de Classificação, onde os tipos documentais, como citado anteriormente, já relacionados aos setores e suas respectivas atividades, passou-se a relacioná-los às funções descritas no instrumento, onde os setores de atividades-meio, gerências de Recursos Humanos e Contábil, apresentaram-se como detentoras dos maiores volumes documentais e necessitando de maior aprofundamento.

Outro ponto a ser ressaltado durante o processo, onde documentos de ordem contábil apresentam diversas formas de interpretação, como no caso de livros encontrados nos quais eram registrados como "Ativos" e "Receitas" onde os mesmos se registravam, por exemplo, arrecadações próprias da companhia, onde se optou pela função em si. Nestes casos, houveram dúvidas em relação a um critério mais específico na identificação do documento e sua respectiva classificação, com possíveis casos de "Planilha de controle de estimativa de receita", "processo de estimativa de receita" ou "demonstrativos de alterações orçamentárias de despesas", gerando assim uma necessária análise com os especialistas na temática na melhor forma de identificação.

Outro caso, seriam os registrados como "Despesas" e "Passivos", adotando-se o mesmo critério, salvo os especificamente identificados no Plano de Classificação, optou-se pelo código "004.02.03.012 Demonstrativo de execução orçamentária de despesas", outros exemplos nesse contexto foram pagamentos, prestações de contas de viagens de colaboradores e demais registros patrimoniais e movimentações financeiras em diferentes contextos.

Ainda dentro da temática contábil, visto que esta foi a grande parte de documentos identificados, notou-se dificuldades em relação à separação entre balanços, onde na TTD são de guarda permanente, pelo caráter final de registros patrimoniais, e os Balancetes analíticos, os quais são relatórios internos e de caráter provisório até a publicação do final, anteriormente citado. Tal concepção apenas foi acordada após parecer técnico do setor responsável pela temática na companhia.

De um ponto de vista holístico, a aplicação do Plano de Classificação mostrou-se um processo complexo, em primeiro aspecto referente ao ponto de vista teórico, no entendimento dos princípios e explicação dos mesmos aos agentes dos grupos de trabalho e a aplicação prática, na identificação dos grupos documentais que melhor foram classificados nas funções e atividades descritas no instrumento utilizado como base para os processos. Assim, com uma primeira organização efetuada, apresentou-se um panorama mais favorável para a aplicação da Tabela de Temporalidade de Documentos devido à uma primeira e considerável redução na massa de documentos acumulada, e a partir daí procedendo-se a primeira eliminação na companhia conforme legislação pertinente e o Manual de Gestão de Documentos do Estado do Amazonas e procedimentos adequados para tal, onde foram eliminados cerca de 107.52 (cento e sete mil e cinquenta e dois) metros lineares de documentos arquivísticos, relativo ao período de 1994 a 2017.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A implementação do Plano de Classificação de Documentos das atividades-meio do poder executivo do Estado do Amazonas na COSAMA representou um marco significativo para a gestão de documentos da organização. Este estudo exploratório revelou desafios e resultados importantes durante o processo de aplicação desses instrumentos arquivísticos.

A complexidade teórica da classificação funcional foi evidenciada, especialmente no entendimento e aplicação dos critérios estabelecidos pelo Plano. A resistência inicial e a necessidade de conscientização dos colaboradores quanto à importância da gestão de documentos foram aspectos cruciais superados ao longo do processo. A aplicação prática revelou a necessidade de ajustes contínuos e o desenvolvimento de capacidades internas para lidar com os desafios operacionais e técnicos encontrados.

Para o futuro, recomenda-se à COSAMA a continuidade dos esforços na capacitação contínua de seus colaboradores, na revisão periódica do Plano de Classificação à luz das necessidades emergentes da organização, e na expansão da aplicação dos princípios arquivísticos para além das atividades-meio, incluindo as atividades-fim da companhia. Essas medidas são essenciais para fortalecer a governança de documentos, promover a transparência institucional e sustentar práticas de gestão de documentos eficientes e sustentáveis no longo prazo.

REFERÊNCIAS

AMAZONAS. Secretaria de Administração e Gestão. **Manual de Gestão de Documentos do Estado do Amazonas**. Manaus: SEAD, 2022a. Disponível em: https://www.sead.am.gov.br/wp-content/uploads/2023/12/Manual-de-Gestao-de-Documentos-2023-ArquivoPublico-AM.pdf. Acesso em 12 ago. 2024.

AMAZONAS. Secretaria de Administração e Gestão. **Plano de classificação e tabela de temporalidade de documentos das atividades-meio da administração do Estado do Amazonas**. –. Manaus: SEAD, 2022b. Disponível em: https://www.sead.am.gov.br/wp-content/uploads/2024/04/Plano-de-Classificacao-de-Documentos-e-Tabela-de-Temporalidade-de-Documentos-das-Atividades-meio-do-Estado-v2.pdf. Acesso em 08 ago. 2024.

AMAZONAS. **Lei Nº 1.969, de 13 de novembro de 1969**. Cria a Companhia de Saneamento do Amazonas- COSAMA - e dá outras providências. Amazonas: Assembleia Legislativa, [1969]. Disponível em: http://www.cosama.am.gov.br/wp-content/uploads/2017/01/LEI-892-CRIAcaO-COSAMA.pdf. Acesso em 08 ago. 2024.

AMAZONAS. **Decreto N° 37.899, de 23 de maio de 2017**. Institui o Sistema de Arquivos e Gestão de Documentos do Estado do Amazonas – SAGED-AM, e dá outras providências. Pder Executivo, [2017]. Disponível em: https://www.sead.am.gov.br/wp-content/uploads/2019/03/DECRETO-37899-23-de-Maio-de-2017.pdf. Acesso em 14 ago. 2024.

AMAZONAS. **Decreto N° 38.019, de 29 de junho de 2017**. Regulamenta a Comissão Central de Avaliação de Documentos e as Comissões Setoriais de Avaliação de Documentos, criadas pelo Decreto n° 37.899, de 23 de maio de 2017. Poder Executivo, [2017]. Disponível em: https://www.sead.am.gov.br/wp-content/uploads/2019/03/DECRETO-38019-de-29-Junho-de-2017.pdf. Acesso em 14 ago. 2024.

AMAZONAS. **História do saneamento de Manaus**. 1. ed. Manaus: Espaço Comunicação LTDA, 1991.

AZEVEDO, Rodolfo Almeida de. **Classificação Arquivística**: diretrizes para elaboração e implementação de planos de classificação de documentos do poder executivo dos estados brasileiros. 2015. 232f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Documentos e Arquivos). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2023.

BACELAR, Ghislaine Raposo. **Memória das águas da cidade de Manaus – um patrimônio material e imaterial**. 2022. 130 f. Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus (AM), 2022.

DIAS, Edinea Mascarenhas. **A ilusão do Fausto**. Manaus: 1890 – 1920. 2ª edição. Manaus: Editora Valer, 2007.

ROCKEMBACH, Moises. Avaliação arquivística: uma análise baseada em revisão sistemática de literatura. **Encontros Bibli**: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, [S. l.], p. 90–98, 2018. DOI: 10.5007/1518-2924.2018v23nespp90. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2018v23nespp90. Acesso em: 8 ago. 2024.

SÃO PAULO. Arquivo Público do Estado de São Paulo. **Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade de Documento da Administração Pública do Estado de São Paulo**: Atividades-Meio. São Paulo: Arquivo Público, 2018.

SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt. Arquivos Modernos: princípios e técnicas. Tradução Nilza Teixeira Soares. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SOUSA, R. T. B.. A classificação funcional de documentos de arquivo é uma abstração intelectual ou um instrumento prático?. **Acervo**, [S. l.], v. 35, n. 2, p. 1–21, 2022. Disponível em: https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/1809. Acesso em: 14 jun. 2024.

SOUSA, R.T.B.. Os princípios da teoria da classificação e o processo de organização de documentos de arquivo. **Arquivo & Administração**, v. 1, 2007.

BASE DE DADOS EM ARQUIVÍSTICA NAS REDES SOCIAIS

ARCHIVAL SCIENCE DATABASE ON SOCIAL MEDIA

Katia Isabelli Melo
Universidade de Brasília

Isabelle Borges
Universidade de Brasília

Kamilla Cardoso Pinheiro
Universidade de Brasília

RESUMO

A Base de Dados em Arquivística (BDA) registra a produção científica e técnica da área e tem ganhado espaço como fonte de pesquisa de diversos países, conforme constata-se pelos índices de evolução dos acessos por parte dos investigadores. Com o objetivo de ampliar as formas de divulgação da BDA nos meios de comunicação foram criados perfis nas redes sociais e canais de compartilhamento. A proposta é parte de um projeto de extensão, desenvolvido no âmbito da Universidade de Brasília, que incluiu uma pesquisa avaliativa sobre a BDA, na modalidade *online,* com a participação dos seguidores. Destaca-se que a extensão constitui um importante pilar da Universidade, que busca tanto promover amplamente o acesso de todos os segmentos da sociedade aos conhecimentos produzidos na academia, quanto acolher as demandas sociais na medida em que estas também pautam a agenda de produção do conhecimento. Os resultados da pesquisa revelaram uma ampliação do número de seguidores do perfil da Base e foram propostas melhorias em sua funcionalidade, além de cumprimentos pela iniciativa de criação da ferramenta.

Palavras-Chave: Arquivologia; Base de dados em arquivística; Redes sociais.

Abstract

The Archival Science Database (BDA, in Portuguese) records scientific and technical output in the field and has become a prominent research source in multiple countries, as evidenced by the increasing access rates among researchers. With the goal of diversifying the methods of promoting BDA in the media, profiles were established on social networking sites and sharing channels. This proposal is associated with an extension project at the University of Brasília, which involved conducting an online evaluation survey on BDA, with the participation of followers. The University considers extension an important component of its pillars, since its goal is to increase access to academic knowledge for all members of society and to incorporate social needs into the agenda of knowledge production. The BDA survey on social media showed a rise in the Base profile's follower count. Proposed enhancements to its functionality were also put forward, and commendations were given for the initiative to develop the tool.

Keywords: Archival science; Archival science database; Social media.

INTRODUÇÃO

A formação em Arquivologia, no Brasil, conta com 16 cursos em universidades públicas e, mais recentemente, dois em instituições privadas, totalizando 18 cursos. As discussões teóricas e práticas produzidas no ambiente acadêmico e nos demais espaços de pesquisa necessitam ser amplamente divulgadas e a Base de Dados em Arquivística (BDA) apresenta-se como uma fonte de informação.

Por ocasião do lançamento da BDA, em setembro de 2021, coube a uma parte da equipe, registrar as primeiras informações sobre o processo de criação da ferramenta. Em prosseguimento, foram apresentadas instruções acerca das possibilidades de acesso às três categorias estabelecidas: periódicos, eventos científicos e monografias.

O objetivo da BDA é disponibilizar, de forma livre e gratuita, os textos e as publicações precursoras da Arquivologia, bem como as produções mais recentes, disponíveis tanto nos formatos impressos quanto nos digitais. No caso das publicações digitais, uma funcionalidade da BDA consiste em disponibilizar o texto original no formato PDF, desde que atendidas as exigências da licença Creative Commons.

Atualmente, a BDA conta com 9.300 itens cadastrados. Importante salientar que o diferencial da BDA em relação às outras bases de dados da área de ciência da informação e que, inclusive, lhe atribui exclusividade e ineditismo, é o de resgatar a produção

de contexto arquivístico dos autores brasileiros. Constitui, portanto, a primeira base de dados da área de Arquivologia no Brasil.

Por sua originalidade, a BDA insere-se como um infoproduto do Grupo de Pesquisa Estudos prospectivos: formação e atuação profissional do arquivista, criado em 2021, e certificado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

Nos últimos anos, novas formas de uso da Internet foram introduzidas. Se anteriormente adotava-se esse canal como meio de comunicação e entretenimento, na atualidade, o uso da Internet revela-se diário quer seja para o cidadão, o estudante, o empreendedor, o pesquisador e mesmo para as instituições públicas e privadas. Ampliou-se sobremaneira a produção de vídeos nos canais de *streaming* assim como foram criados perfis nas plataformas e redes sociais.

De acordo com Stasiak e Barichello (2007, pág. 57) "a nova ambiência proporcionada pela internet, e seus inúmeros fluxos, deve ser utilizada como um caminho para a atualização das práticas de comunicação organizacional principalmente pelo seu poder de convergência e possibilidades interativas com os públicos". Nesse contexto, as redes sociais podem ser consideradas um potente instrumento para que as informações cheguem até a sociedade e para que esta se comunique com as instituições públicas.

O estudo de caso apresentado por Medeiros; Fantinel; Almeida (2022) salienta a relação da Arquivologia com as redes sociais no período pandêmico da COVID-19. Segundo os autores,

> a rede social possui a característica de conectar pessoas em torno de interesses em comum e pode ser utilizada como recurso de compartilhamento de conhecimento e construção da aprendizagem. O ambiente da internet propicia também uma diversificação do público, por permitir estar, a qualquer hora, em diferentes locais, minimizando as barreiras físicas e geográficas. Medeiros; Fantinel; Almeida (2022).

A criação de perfis nas redes sociais e plataformas digitais tem favorecido o diálogo com os interlocutores. Seguindo esta tendência, a proposta de criar perfis da BDA nas redes sociais deveu-se para acompanhar as estratégias de comunicação com os internautas, além de estabelecer conexões com instituições e entidades congêneres. No *Instagram* e no Facebook, a BDA apresenta o perfil #basededadosemarquivistica_bda e no canal na plataforma YouTube, @basededadosemarquivistica.

METODOLOGIA

Como aporte metodológico, a pesquisa é exploratória, de natureza quali-quantitativa, e consiste em um relato de experiência sobre o olhar da BDA na visão dos pesquisadores. Para tanto utilizou-se, no aplicativo *Google Forms,* um questionário estruturado, com

questões abertas e fechadas, como instrumento de coleta de dados. Definiu-se, como objetivo da pesquisa, compreender as necessidades dos usuários da BDA, investigando diversos aspectos relacionados ao conhecimento e uso das funcionalidades da Base. As abordagens, em linhas gerais, englobaram o grau de conhecimento e utilização da Base, a identificação e publicação de artigos de autoria própria na BDA. Incluiu-se um espaço destinado à apresentação de críticas e sugestões com vistas à melhoria da BDA.

A pesquisa esteve disponível no período de 5 de dezembro de 2023 a 3 de janeiro de 2024, nos perfis da BDA no *Instagram* e Facebook. Os resultados foram representados por meio de gráficos e analisados em tópicos, inclusive as críticas e sugestões de melhoria da ferramenta.

Ademais de parceiros, dois projetos vinculados aos cursos de Arquivologia contribuíram com a divulgação da pesquisa sobre a BDA. Com a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), atuamos em conjunto com a Base de Dados Pesquisas Arquivísticas Brasileiras (PAB), projeto posterior à BDA e que abrange as dissertações, teses, monografias de especialização e trabalhos de conclusão de curso, categorias não contempladas pela BDA.

O segundo é o Projeto de extensão *Giro da Arquivo*, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), que apresenta periodicidade semanal, no formato de boletim, e abrange os principais acontecimentos da área de Arquivologia, tanto em âmbito nacional quanto internacional.

O embasamento teórico ateve-se nas propostas de Vieira; Melo; Cougo Júnior; Schmidt (2023) e nos estudos sobre a BDA elaborados por Melo; Souza; Paiva(2022) e complementado por Melo; Paiva (2022).

A PESQUISA E OS RESULTADOS OBTIDOS

A primeira edição do Projeto de extensão, realizada em 2023, integrou a BDA às redes sociais. Até então, a divulgação da Base revelava-se restrita, centrada no âmbito regional, no Distrito Federal. Outras formas de divulgação ocorreram com participação dos integrantes da equipe nos eventos científicos.

Em 2020, por ocasião do Simpósio Internacional dos Arquivos, promovido pela Associação de Arquivistas de São Paulo, a BDA foi apresentada à comunidade arquivística pela primeira vez (Melo, 2020). No formato de *lives*, a BDA foi tema de um dos episódios do Projeto ECCOA, vinculado ao curso de Arquivologia, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), e integrou coparticipação com os projetos da PAB e Giro da Arquivo (Vieira; Melo; Cougo Júnior; Schmidt, 2023).

No âmbito internacional a BDA tem sido referência em Portugal, Estados Unidos, França, Moçambique e Angola e pretende-se ampliar a visibilidade para demais países. Iniciativa nesse sentido deu-se, em novembro de 2022, quando integrantes da equipe da BDA divulgaram as funcionalidades da Base e os primeiros resultados acerca do perfil

do usuário, no II Encontro Internacional de Arquivos, Bibliotecas e Museus: do sincretismo à integração, na cidade de Porto, Portugal (Melo; Paiva (2022).

A inclusão da BDA nas redes sociais iniciou com o *Instagram*. Inicialmente o número de seguidores totalizava 400 no ano de 2023 sendo que, ao término, foram contabilizados 710. Atualmente, o perfil registra 888 seguidores.

O estabelecimento de relacionamento com os seguidores da rede social Facebook é reduzido, considerando um desuso contínuo da rede pelo público jovem. Mantivemos o perfil devido a atender uma parcela de usuários.

Com postagens praticamente diárias, os perfis da BDA informam sobre as novas coleções cadastradas, lançamento de obras, promoção de cursos e eventos mantendo o público atualizado sobre os acontecimentos da área.

A pesquisa buscou estabelecer um relacionamento com os pesquisadores que acessam a BDA para colher as primeiras impressões sobre as funcionalidades da ferramenta além de avaliar a percepção e a utilização da BDA.

Os resultados da primeira pesquisa indicaram limites geográficos, considerando que os participantes eram usuários brasileiros, ainda que já vislumbra-se acesso de pesquisadores de países lusófonos, ademais de Estados Unidos e França. Os respondentes apresentaram-se como docentes, estudantes e arquivistas. Entre os respondentes, a maioria afirmou conhecer a BDA. Entretanto, no questionamento sobre a utilização da BDA para pesquisas, a maioria informou não ter utilizado a Base para esse fim. Ao abordar sobre a identificação de artigos de autoria própria no repositório, a maioria dos participantes relatou não os ter reconhecido na BDA. No entanto, 90% demonstraram interesse em publicar seus trabalhos na plataforma.

Ademais, os comentários e as sugestões coletadas forneceram indicações relevantes para melhorias na BDA, especialmente no que diz respeito às funcionalidades de pesquisa, demonstrando a necessidade de aperfeiçoamentos para atender melhor às demandas dos pesquisadores. Em complemento, os participantes registraram cumprimentos pela iniciativa de criação da Base de Dados.

Como primeira pesquisa, considerou-se que os dados foram satisfatórios e contribuíram para a implantação de melhorias na Base. Pretende-se, num futuro próximo, ampliar o escopo das intervenções e contemplar uma maior gama de pesquisadores, inclusive de âmbito internacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados obtidos na primeira fase do Projeto de extensão, ocorrida em 2023, demonstraram um crescimento significativo dos seguidores da BDA nos perfis das redes sociais, sobretudo do *Instagram*. Acrescenta-se que os internautas têm mantido uma interação com o perfil da BDA, seja nas visualizações dos *posts* ou mesmo na sinalização de curtidas de conteúdos criados.

Outros projetos paralelos relacionados à BDA estão em desenvolvimento no corrente ano, como a inclusão dos periódicos estrangeiros com produção de autores brasileiros, apresentada como sugestão dos internautas. A cada nova coleção cadastrada, os seguidores são informados. Ressalta-se a relevância em manter interlocução com os usuários que podem, em muito, contribuir para que a BDA consolide-se como uma ferramenta de qualidade e de amplo alcance.

Por fim pretende-se, a partir de uma melhor gestão das redes sociais da BDA, ampliar a visibilidade da ferramenta em âmbito internacional.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, L. C. Em busca de uma cultura científica: breve panorama da produção científica arquivística docente nos cursos de Arquivologia, 2008-2012. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 2, jul./dez. 2013.

MEDEIROS, R. P.; FANTINEL, E. G.; ALMEIDA, B. C. D. Arquivologia em mídias sociais: experiências no compartilhamento de conhecimento em tempos de distanciamento social. **Ágora**: Arquivologia em debate, Florianópolis, v. 32, n. 64, p. 01-16, jan./jun. 2022. Disponível em https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/1028. Acesso em 20 jun. 2024.

MELO, K. I. Base de Dados em Arquivística: a produção científica brasileira**.** Simpósio Internacional de Arquivos, **Anais.** Associação dos Arquivistas de São Paulo, São Paulo. 2020. Disponível em: <https://even3.blob.core.windows.net/processos/cceda86d80e44a249635.pdf>. Acesso em 12 jabr. 2024.

MELO, K. I.; PAIVA, D. Base de Dados em Arquivística (BDA): fonte de pesquisa referencial no Brasil. **Revista Fontes Documentais**, Salvador. V. 5, Ed. Especial Il ABM, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/RFD/article/view/58007>. Acesso em 10 jun. 2024.

MELO, K. I.; SANTOS, M. Base de Dados em Arquivística (BDA). **ECCOA**. Arquivologia fora da Caixa. Podcast. UFRGS. Porto Alegre, Episódio 34. 2021. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/6RXoOBtqLDrMBMV1d1dpjd>. Acesso em 20 jun. 2024.

MELO, K. I.; SOUZA, S. L.; PAIVA, D. Construção da Base de Dados em Arquivística: uma ferramenta de pesquisa. **Revista Participação - UnB**, Brasília, n. 38, p. 22-31. dez./2022. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/participacao/article/view/46805>. Acesso em 23 jun. 2024.

STASIAK, D. BARICHELLO, E. M. R. Midiatização e Comunicação Organizacional. **Revista Brasileira de Inovação Científica e Comunicação**. Intercom, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 50-58, 2007.

VIEIRA, M. M.; MELO, K. I.; COUGO JÚNIOR, F.; SCHMIDT, C. **Divulgação científica na Arquivologia do Brasil: o cenário da BDA, PAB e Giro da Arquivo**. João Pessoa, 2023. Disponível em https://www.youtube.com/live/Ou3Dxqb6S1A. Acesso em 23 jun. 2024.

BOAS PRÁTICAS DE ACESSIBILIDADE: UMA AVALIAÇÃO DAS BASES DE DADOS EM ARQUIVOLOGIA ATRAVÉS DO *ACCESS MONITOR*

BEST PRACTICES IN ACCESSIBILITY: AN EVALUATION OF DATABASES IN ARCHIVAL SCIENCE USING ACCESS MONITOR

Maria Eduarda dos Santos de Sousa
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Maria Meriane Vieira da Rocha
Universidade Federal da Paraíba

Resumo

A acessibilidade refere-se à prática de criar ambientes, produtos, serviços e tecnologias de forma a garantir que todas as pessoas, independentemente de suas habilidades físicas, sensoriais, cognitivas ou com outras características, possam participar plenamente na sociedade, nesse contexto a Arquivologia também se faz atenta para esse campo e maneira de pesquisa. Pensando nisso, este estudo propõe investigar as práticas de acessibilidade adotadas nas bases de dados em Arquivologia no Brasil, visando compreender como essas estratégias contribuem para a inclusão digital de pessoas com diferentes habilidades. Trata-se de uma pesquisa de caráter exploratória-descritiva, com abordagem quali--quantitativa, onde averiguou-se acessibilidade utilizando o avaliador *Access Monitor*. Os resultados parciais dessa avaliação indicaram que essas bases são razoavelmente adequadas à maioria das diretrizes propostas pela WCAG 2.1.

Palavras-Chave: Bases de dados; Acessibilidade; Tecnologias assistivas.

Abstract

Accessibility refers to the practice of creating environments, products, services, and technologies in a way that ensures all people, regardless of their physical, sensory, cognitive abilities, or other characteristics, can fully participate in society. In this context, Archival Science also pays attention to this field and manner of research. With this in mind, this study proposes to investigate the accessibility practices adopted in archival science databases in Brazil, aiming to understand how these strategies contribute to the digital inclusion of people with different abilities. This is an exploratory-descriptive research with a quali-quantitative approach, where accessibility was assessed using the Access Monitor evaluator. The partial results of this evaluation indicated that these databases are reasonably compliant with most of the guidelines proposed by WCAG 2.1

Keywords: Databases; Accessibility; Assistive technologies.

INTRODUÇÃO

A integração das ferramentas tornou-se cada vez mais essencial para garantir acessibilidade em ambientes virtuais/digitais. De acordo com Souza e Tabosa (2014), a expansão do acesso e disponibilidade de informações tem gerado preocupações quanto à sua organização e recuperação, com ênfase especial no acesso para todos. À medida que a tecnologia continua a evoluir, a necessidade de atender usuários com diversas habilidades, torna-se uma prioridade para desenvolvedores e profissionais da informação.

Ao que tange a Arquivologia, os estudos sobre a acessibilidade informacional e digital são cada vez mais pertinentes. Atualmente, as instituições têm o dever de garantir que suas páginas na *Web* sejam acessíveis a todos os usuários, utilizando inclusive as chamadas Tecnologias Assistivas. Entretanto, embora existam essas recomendações e normas técnicas para acessibilidade (Web Content Accessibility Guidelines e o e-MAG do Governo Brasileiro, por exemplo), não parecem ser suficientes para sanar os problemas com acessibilidade (Guimarães, 2021).

Trazendo essa discussão para o âmbito acadêmico, de forma mais específica, verifica-se que novos aparatos tecnológicos vêm surgindo trazendo consigo o potencial de garantir a democratização educacional, comunicacional e informacional. Entre esses aparatos, estão as bases de dados que "representam uma tecnologia que auxilia o gerenciamento da informação para tomada de decisão, trazendo vantagens nas atividades de armazenamento, recuperação e disponibilização da informação" (Silva, 2021, p. 08).

Todavia, nota-se que nem sempre essas bases estão preparadas para concluir sua função primária, não se adequando às políticas humanas e tecnológicas que visam a integração de todos os usuários.

Partindo desse pressuposto, esta pesquisa propõe-se a estudar essa sistemática da acessibilidade informacional/digital, sob a perspectiva das bases de dados em Arquivologia no país, especificamente a Base de Dados em Arquivística (BDA) e a Base de Dados Pesquisas Arquivísticas Brasileiras (PAB). Pois, torna-se imprescindível que haja um estudo ao que tange às questões de acessibilidade nessas duas bases, que estão em constante processo de divulgação ante a comunidade científica da área (Rocha, 2021).

Destarte, o interesse em explorar o tema surgiu mediante estudos relacionados à Arquitetura da Informação, cujo principal objetivo é facilitar o acesso, a compreensão e a navegação pelas informações, proporcionando uma experiência intuitiva e eficiente aos sujeitos. Com base na vivência na pesquisa supracitada, e em consonância às demandas advindas da utilização de ambas as bases, pôde-se despertar sobre a importância desses instrumentos para institucionalização da área, bem como na premissa de que há lacunas a serem preenchidas ao que tange os aspectos relativos à usabilidade e acessibilidade.

Nesse ínterim, refletindo sobre os pontos mencionados anteriormente, elaborou-se a seguinte questão norteadora: **Como as boas práticas de acessibilidade são implementadas e avaliadas nas bases de dados em Arquivologia no Brasil, conforme os critérios e métricas do *Access Monitor*?**

Diante dessa questão norteadora, este ensaio tem como objetivo geral investigar e analisar as práticas de acessibilidade adotadas por essas bases, com foco na integração de tecnologias assistivas, visando compreender como essas estratégias contribuem para a inclusão digital de pessoas com diferentes habilidades. Logo, para garantir o alcance desse objetivo maior, definiram-se os seguintes objetivos específicos:

a. Avaliar as bases de dados em Arquivologia BDA e PAB com o *Access Monitor*;
b. Identificar os recursos de acessibilidade presentes nessas bases;
c. Comparar as abordagens e estratégias adotadas por ambas as bases;

No que diz respeito ao percurso metodológico, este foi realizado em duas etapas. A priori, buscou-se fazer uma pesquisa bibliográfica, com vistas a realizar uma revisão da literatura para compreender os conceitos fundamentais relacionados à acessibilidade, tecnologias assistivas e bases de dados no cenário da Arquivologia brasileira. Para a segunda parte, a proposta foi utilizar-se de testes exploratórios para verificar a

conformidade dos aplicativos com o padrão de acessibilidade WCAG 2.1 (norma internacional de acessibilidade).[1]

A partir dessa análise entre teoria e prática, surgem perspectivas promissoras para explorar como as tecnologias assistivas podem ser integradas nas bases. Essa investigação não apenas pretende contribuir para o avanço no debate sobre acessibilidade na Arquivologia, mas também tem o potencial de sugerir boas práticas para as organizações e para a sociedade como um todo, ao tornar os serviços mais acessíveis e inclusivos, independentemente da capacidade física ou cognitiva. Espera-se, portanto, que este trabalho seja ampliado e divulgado.

ACESSIBILIDADE DIGITAL E INFORMACIONAL NO CENÁRIO BRASILEIRO

De acordo com o censo de 2010 realizado pelo Instituto BrasileIro de Geografia e Estatística (IBGE), existem no Brasil 45 milhões de brasileiros que possuem algum tipo de deficiência. Entre esses, cerca de 10 milhões possuem deficiência auditiva, o que representa aproximadamente 5% da população. Esses números são significativos e mostram a importância de políticas públicas e ações voltadas para a inclusão das pessoas com deficiência visual. A falta dessas ações é um desafio para essas pessoas, tornando importante investir em estruturas e serviços que facilitem sua mobilidade e participação na sociedade.

Segundo o Instituto, 23,9% dos brasileiros possuem pelo menos uma das deficiências investigadas, que incluem deficiência visual, auditiva, motora e mental ou intelectual. A prevalência dessas deficiências varia, sendo que a deficiência visual é a mais comum, afetando 18,6% da população brasileira. Em segundo lugar está a deficiência motora, presente em 7% da população, seguida da deficiência auditiva, em 5,10%, e da deficiência mental ou intelectual, em 1,40% (IBGE, 2010).

Nesse contexto, nota-se uma escassez de informações disponíveis em formatos acessíveis e muitas necessidades de comunicação das pessoas com deficiência não são atendidas (Relatório Mundial Sobre Deficiência, 2011). Além disso, as pessoas com deficiência usam significativamente menos tecnologias da informação e comunicação do que aquelas sem deficiência, e em alguns casos podem ser completamente impedidas de acessar produtos e serviços básicos, como telefones, televisores e internet.

Nessa perspectiva, se faz necessário inserir cada vez mais discussões sobre Acessibilidade na *Web*, termo utilizado para descrever a capacidade das pessoas com ou sem deficiência de perceber, entender, navegar e interagir com a *Internet* (Pereira et al., 2013). Pinto e Vieira (2019, p. 150), afirmam que a acessibilidade informacional "soma-se a uma conceção de acessibilidade *Web*, que objetiva promover um trânsito amplo e

1 WCAG 2.1 refere-se ao *Web Content Accessibility Guidelines (WCAG)* 2.1, que é um conjunto de diretrizes desenvolvidas pelo *World Wide Web Consortium (W3C)*. Essas diretrizes são destinadas a tornar o conteúdo da web mais acessível.

democrático nos seus mais diversos espaços e ferramentas: *Sites*, formatos, leitores eletrônicos e outras ferramentas que as pessoas usam para interagir com as informações."

Para garantir inclusão e acessibilidade, é importante que as bases de dados em Arquivologia também considerem esses dados. A Arquitetura da Informação pode contribuir significativamente para a criação de sistemas que não só organizam e estruturam os dados de maneira lógica, mas também garanta que essas informações estejam disponíveis em formatos acessíveis e usuais (Albuquerque; Lima-Marques, 2011).

PERCURSO METODOLÓGICO

Esta pesquisa tem um caráter exploratório-descritivo, inicialmente volta-se para uma compreensão mais aprofundada do tema, fornecendo meios para investigações. Conforme Zikmund (2000) indica que, a pesquisa exploratória é valiosa para diagnosticar situações e explorar novas ideias, mesmo que o pesquisador tenha algum domínio sobre o assunto. Define-se também como descritiva, pois descreve os fenômenos relacionados à acessibilidade na PAB e na BDA.

Entre as diferentes abordagens que podem ajudar a definir o caminho da pesquisa, optou-se pela abordagem qualitativa. Assis (2008, p. 14) destaca que a abordagem qualitativa permite considerar "uma interação dinâmica entre a realidade e o sujeito, ou seja, uma ligação inseparável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números". Nessa abordagem, o pesquisador analisa os dados de forma indutiva, em um contexto conhecido como ambiente natural.

Como elencado, primeiramente foi conduzida uma pesquisa bibliográfica com o objetivo de revisar a literatura e compreender os conceitos essenciais relacionados à acessibilidade, tecnologias assistivas e bases de dados no contexto da Arquivologia no Brasil. Na segunda etapa, foram realizados testes exploratórios para avaliar a conformidade dos aplicativos com o padrão internacional de acessibilidade WCAG 2.1.

Na condução deste estudo, optou-se por utilizar o *Access Monitor* como mecanismo central para avaliar. A motivação para a escolha foi fundamentada em diversas razões que justificam sua relevância e eficácia, dado o padrão internacional. Pode-se afirmar, que o avaliador contribuiu significativamente para a obtenção de *insights* valiosos sobre a acessibilidade de recursos *online*, fundamentais para os objetivos e conclusões desta pesquisa.

O *Access Monitor* é uma ferramenta avaliadora que simplifica o processo de avaliação da acessibilidade de um *Site*. Com sua interface intuitiva, permite avaliar automaticamente a conformidade de um *Site* com os padrões de acessibilidade estabelecidos pelo *WCAG (Web Content Accessibility Guidelines)*. Para realizar a avaliação da acessibilidade de um *Site*, o usuário pode optar por três formas de entrada: fornecer a URL do *Site*, *upload* de um arquivo com o código fonte ou colar diretamente o código.

Ao final da avaliação, o *Access Monitor* fornece um relatório abrangente incluindo uma nota de 0 (zero) a 10 (dez), que representa o nível de conformidade do *Site* avaliado com as diretrizes de acessibilidade selecionadas, e ainda uma lista detalhada dos erros e avisos identificados durante a avaliação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A acessibilidade digital garante que todos os indivíduos, independentemente de suas habilidades ou limitações, possam acessar e interagir com o conteúdo online de maneira eficaz e sem barreiras. Alinhado a isso, as tecnologias assistivas desempenham um papel importante na promoção da acessibilidade, proporcionando recursos que ajudam as pessoas a navegar e interagir com a *Web*. Ferramentas de avaliação como o *Access Monitor* são importantes para identificar problemas de acessibilidade e orientar a melhoria dos *Sites* e aplicativos, e inclusive, menciona-se aqui uma iniciativa similar brasileira que é o ASES.

Os resultados parciais revelaram áreas onde a experiência dos usuários poderia ser aprimorada. O que inclui a simplificação da interface, a melhoria da navegabilidade, a clareza na apresentação dos resultados de pesquisa e a personalização da experiência de acordo com as necessidades individuais dos usuários. Além disso, identificou-se a importância de fornecer suporte para orientação na utilização de uma das plataformas.

Destaca-se, que as bases de dados PAB e BDA reconheçam a importância da acessibilidade digital e demonstram um compromisso efetivo com essa questão. Isso envolve não apenas seguir as diretrizes de acessibilidade, mas também priorizar a experiência do usuário incluindo: leitores de tela, ampliadores de tela, teclados virtuais e alternativos, e sistemas de comunicação alternativa e aumentativo, por exemplo. Ao investir em acessibilidade digital, cumprem-se não apenas obrigações legais, mas também promovem valores fundamentais.

Na Arquivologia, o conhecimento arquivístico era principalmente adquirido das práticas de gestão por meio das instituições e formalizados em manuais, posteriormente a produção era distribuída entre bases da Biblioteconomia e da Ciência da Informação. Mais tarde, surgem iniciativas através da Universidade de Brasília (BDA) e da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), que centralizaram as produções arquivísticas. Acredita-se, que iniciativas como a PAB e a BDA são produtos que integram o conhecimento da área, pois comunicam entre seus pares e divulgam o que se tem produzido na área. Além da valorização de seus atores sociais, as bases desempenham também a missão de armazenar, gerir e preservar o que se produz na Arquivologia brasileira.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Alfram Roberto Rodrigues de; LIMA-MARQUES, Mamede. SOBRE OS FUNDAMENTOS DA ARQUITETURA DA INFORMAÇÃO. **Perspectivas em Gestão**

& Conhecimento, [S. l.], v. 1, p. 60–72, 2011. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/pgc/article/view/10827. Acesso em: 24 jun. 2024.

ASSIS, Márcia Cristina de **Metodologia do trabalho científico**. 2008. Disponível em: http://biblioteca.virtual.ufpb.br/files/metodologia_do_trabalho_cientifico_1360073105.pdf. Acesso em: 09 fev. 2023.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de biblioteconomia e arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008. xvi, 451 p.

BRASIL. Padrões Web em Governo Eletrônico e-PWG - **Cartilha de Usabilidade**. 2010. Disponível em: https://epwg.governoeletronico.gov.br/. Acesso em: 29 de nov. 2022.

HOTT, Daniela Fracescutti Martins; FRAZ, Joseanne Neves. Acessibilidade, tecnologia assistiva e unidades de informação: articulações à realidade da inclusão. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 24, n. 4, p. 199-210, 2019. Disponível em: http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/198892. Acesso em: 16 jun. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo 2010**. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticasnovoportal/sociais/educacao/9662-censodemografico2010. html?edicao=9749&t=destaques. Acesso em: 16 jul. 2023.

NIELSEN, Jakob; LORANGER, Hoa. **Usabilidade na web:** projetando websites com qualidade. Rio de Janeiro: Campus, 2007.

ROCHA, Maria Meriane Vieira da. **Um olhar sobre os Cursos de Bacharelado em Arquivologia no Brasil à luz do Regime de Informação**. 2021. 215 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2021.

VIANNA, William Barbosa; PINTO, Adilson Luiz. Deficiência, acessibilidade e tecnologia assistiva em bibliotecas: aspectos bibliométricos relevantes. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 22, n. 2, p. 125-151, 2017. DOI: 10.1590/1981-5344/2951 Acesso em: 27 jun. 2023.

RECORDS IN CONTEXTS (RIC): CONHECENDO E APLICANDO O NOVO PADRÃO DE DESCRIÇÃO (RIC) EM ARQUIVOS DE LÍNGUA PORTUGUESA

RECORDS IN CONTEXTS (RIC): KNOWING AND APPLYING THE NEW DESCRIPTION STANDARD (RIC) TO PORTUGUESE LANGUAGE ARCHIVES

Jair Martins de Miranda
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Associação Brasileira de Humanidades Digitais
JMM Consultoria

Resumo

O presente texto visa apresentar a pesquisa "Records in Contexts: conhecendo e aplicando o novo padrão de descrição (RiC) em arquivos de língua portuguesa", selecionada pelo Programme Commission, do International Council on Archives (PCOM/ICA) para o ano de 2024 e envolvendo arquivos do Brasil, de Angola e Portugal. Os procedimentos metodológicos pautam-se numa pesquisa bibliográfica, por meio de uma revisão de literatura acerca da temática da descrição com foco em tecnologias específicas, seguida de uma abordagem exploratória e aplicada no ambiente da plataforma Linked Open Archives (LOA). Visa também apresentar, em primeira mão, no X CNA, a versão em lingua portuguesa da publicação Records in Contexts (https://www.ica.org/app/uploads/2023/12/RiC-CM-1.0.pdf), lançada pelo ICA em novembro de 2023.

Palavras-Chave: Records in Contexts; RiC-CM, Descrição; Modelo Conceitual; Linked Open Archives.

Abstract:

This text aims to present the research "Records in Contexts: knowing and applying the new description standard (RiC) in Portuguese language archives", selected by the Program Commission, of the International Council on Archives (PCOM/ICA) for the year 2024, involving archives from Brazil, Angola and Portugal. The methodological procedures are based on bibliographical research, through a literature review on the topic of description with a focus on specific technologies, followed by an exploratory approach and applied in the Linked Open Archives (LOA) platform environment. It also aims to present, first-hand, at the X CNA, the Portuguese version of the publication Records in Contexts (https://www.ica.org/app/uploads/2023/12/ RiC-CM-1.0.pdf), released by the ICA in November 2023.

Keywords: Records in Contexts; RiC-CM, Description; Conceptual Model; Linked Open Archives.

INTRODUÇÃO

A pesquisa "Records in Contexts: conhecendo e aplicando o novo padrão de descrição (RiC) em arquivos de língua portuguesa", em desenvolvimento na fase de tradução, foi selecionada pelo Programme Commission, do International Council on Archives (PCOM/ICA) para o ano de 2024 e teve a proposta de não só traduzir para o protuguês a publicação Records in Contexts (https://www.ica.org/app/uploads/2023/12/RiC-CM-1.0.pdf), mas também a de mostrar exemplos de aplicação desse novo padrão de descrição em acervos majoratoriamentos com documentos escritos em língua portuguesa, dado que a publicação original está em língua inglesa e não atende grande parte da comunidade internacional de arquivistas e usuários de arquivo, que tem o português como língua nativa.

Para tanto, a pesquisa sugere inicialmente a aplicação prática do novo padrão de descrição em acervos de arquivos do Brasil, de Angola e Portugal que, direta ou indiretamente, tratem da temática Diáspora Africana no Brasil. Isso porque, mais do que a proposta de uma abordagem prática da descrição por meio do novo padrão RiC, optando por uma mesma língua e um mesmo tema, a pesquisa busca também demonstrar uma das mais importantes funcionalidades do novo padrão: a de conectar na web documentos relativos a um mesmo assunto, utilizando as tecnologias da websemântica, dos Dados Abertos Conectados e das Ontologias.

Portanto, considerando a importância do novo padrão de descrição RiC para os arquivistas brasileiros e o futuro dos arquivos, a pesquisa visa também apresentar, durante o

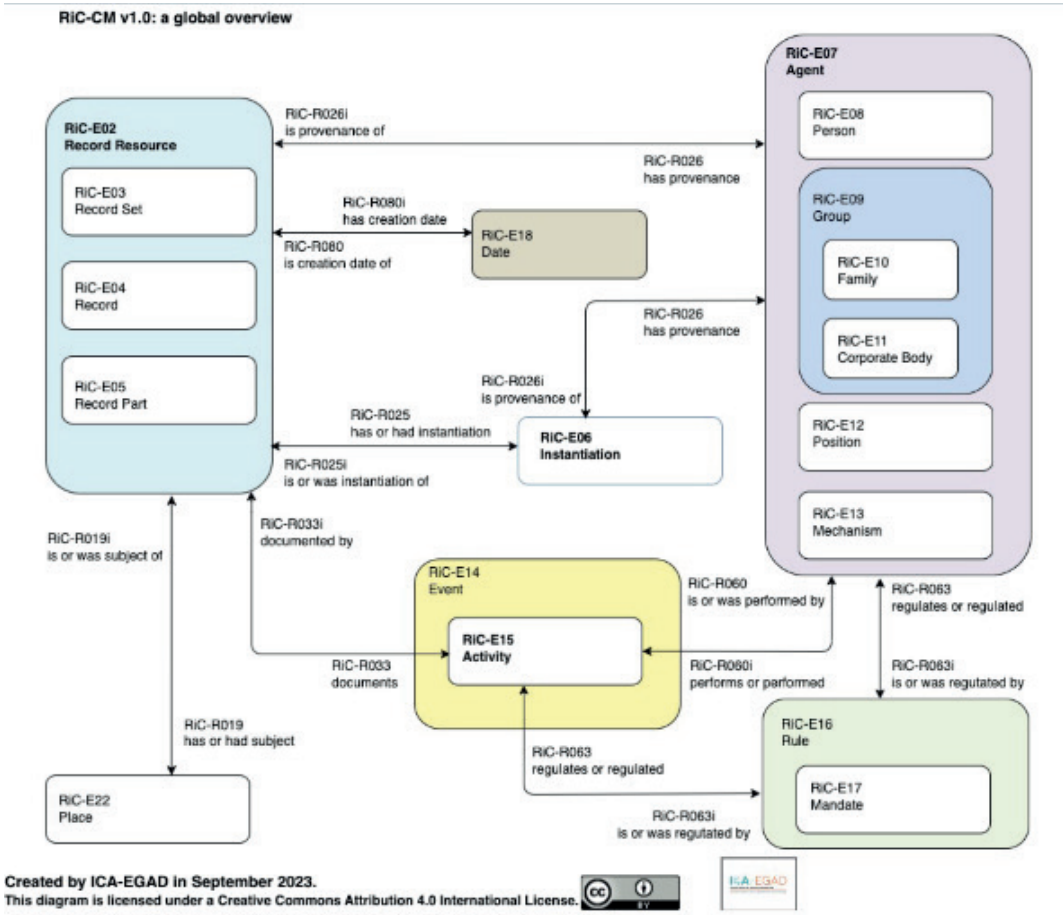
X Congresso Nacional de Arquivologia (X CNA), em primeira mão, a versão em lingua portuguesa da publicação Records in Contexts, lançada pelo ICA em novembro de 2023.

O MODELO CONCEITUAL RECORDS IN CONTEXTS (RIC-CM)

O RiC-CM, é resultado de mudanças significativas no domínio dos arquivos, sugeridas pelo Egad após consulta pública à comunidade internacional de arquivistas. É um modelo desenvolvido para também fundamentar a criação da ontologia RiC-O, com a proposta de substituir os padrões de descrição vigentes: ISAD(G), ISAAR(CPF), ISDF e ISDIAH.

Dado que os modelos conceituais são baseados em entidades, atributos e relações, o EGAD atribuiu para a última versão do seu modelo (RiC-CM 1.0) uma hierarquia de 22 entidades e, a partir delas, atributos e relacões, conforme gráfico a seguir:

Gráfico 1 - Diagrama do Modelo Conceitual RiC-CM versão 1.0



Fonte: EGAD/ICA

Entidades no RiC-CM

As entidades são os principais objetos de interesse dos profissionais que gerenciam documentos, tanto no contexto de origem e uso (gestão de documentos) como aqueles retidos para preservação e acesso a longo prazo (gestão de arquivos). Da perspectiva dos arquivistas, as entidades identificadas são consideradas essenciais para fornecer o contexto intelectual que serve ao gerenciamento físico, preservação, busca, uso e compreensão dos documentos ao longo de sua história.

Quadro 1 - Hierarquia das entidades do RiC

RiC Entities Hierarchy			
First Level	**Second Level**	**Third Level**	**Fourth Level**
RiC-E01 Thing	**RiC-E02 Record Resource**	RiC-E03 Record Set	
		RiC-E04 Record	
		RiC-E05 Record Part	
	RiC-E06 Instantiation		
	RiC-E07 Agent	RiC-E08 Person	
		RiC-E09 Group	RiC-E10 Family
			RiC-E11 Corporate Body
		RiC-E12 Position	
		RiC-E13 Mechanism	
	RiC-E14 Event	**RiC-E15 Activity**	
	RiC-E16 Rule	RiC-E17 Mandate	
	RiC-E18 Date	RiC-E19 Single Date	
		RiC-E20 Date Range	
		RiC-E21 Date Set	
	RiC-E22 Place		

Fonte: EGAD/ICA

Os Atributos no RiC-CM

Atributos são as características das entidades. Os atributos de uma entidade, juntamente com as relações que ela mantém com outras entidades, constituem a sua identidade, ou seja: o que ela é. Descrever uma entidade envolve necessariamente observação e análise de evidências para identificar as suas características. Cada atributo é descrito com base em um modelo e, associado a outros, caracterizam as entidades, à exemplo dos atributos específicos para a entidade Record, apresentados no Quadro 2 abaixo.

As Relações no RiC-CM

Para compreender e descrever os documentos de arquivo é essencial documentar o contexto em que esses recursos de registro foram criados, acumulados e gerenciados ao longo do tempo e do espaço. O papel das relações no RiC-CM é descrever as conexões entre as entidades,

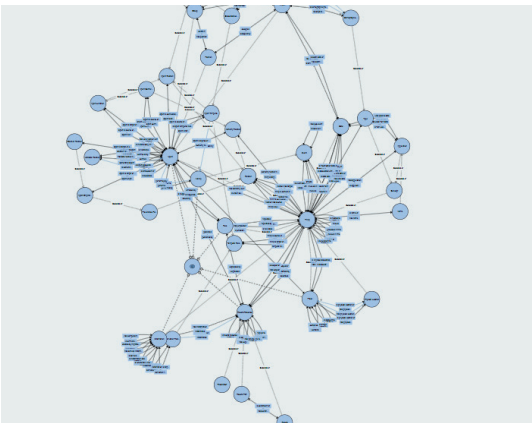
uma vez que contribuem para conhecer o contexto da criação e manutenção de documentos e, como resultado, expressam características significativas da história e gestão dos documentos arquivísticos. As relações no RiC-CM estão focadas nas conexões e terão um grande impacto na descrição arquivística. Elas divergem conceitualmente dos padrões baseados em XML, como EAD e EAC, que dependem da hierarquia estrutural para definir conexões entre, por exemplo, registros para séries e fundos. Em vez disso, as relações RiC-CM são baseadas em um modelo de grafo, semelhante ao Resource Description Framework (RDF), que permite conexões mais simples e flexíveis, como ilustrado no gráfico 2.

Quadro 2 – Atributos específicos da entidade Record

RiC-E04	Record
Attribute ID	Attribute Name
RiC-A16	Descriptive Note
RiC-A22	Identifier
RiC-A28	Name
RiC-A21	History
RiC-A35	Record Resource Extent
RiC-A38	Scope and content
RiC-A40	Structure
RiC-A03	Authenticity Note
RiC-A07	Classification
RiC-A08	Conditions of Access
RiC-A09	Conditions of Use
RiC-A10	Content Type
RiC-A17	Documentary Form Type
RiC-A24	Integrity
RiC-A25	Language
RiC-A26	Legal Status
RiC-A39	State

Fonte: EGAD/ICA

Grafico 2 Grafo do modelo conceitual RiC criado pelo software WebVowl no editor de ontologiasProtégé



Fonte: criado pelo autor.

O PROJETO DIÁSPORA AFRICANA NO BRASIL, O HUB LOA E OS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A identificação de entidades, atributos e as muitas relações inferidas nos documentos do projeto Diápora Africana no Brasil, baseada no novo modelo conceitual RiC-CM, foi o primeiro passo para entender como a atividade de descrição arquivística será complexa sem um domínio das tecnologias da w*eb*semântica[1] e do Linked Open Data (LOD),[2] da noção de ontologia[3] e sua linguagem OWL[4]. Elas foram originalmente propostas por Berners-Lee, Hendler e Lassila (2001), no artigo "The semantic web" para que as informações com conteúdo semântico pudessem ser processadas por máquinas e interligadas por computadores, através da linguagem de marcação RDF,[5]. Marcação que opera por meio de triplas compostas dos elementos sujeito, propriedade e objeto e, por serem

1 A *web* semântica interliga significados de palavras e, nesse âmbito, tem como finalidade conseguir atribuir um significado (sentido) aos conteúdos publicados na internet, de modo que este seja perceptível tanto pelo humano como pelo computador.

2 Linked Open Data (LOD) usa tecnologias da *web* semântica para publicar dados estruturados na *web* e estabelecer *links* entre dados de uma fonte para outras.

3 Ontologias são utilizadas em inteligência artificial, *web* semântica, engenharia de *software* e arquitetura da informação como uma forma de representação de conhecimento sobre o mundo ou alguma parte deste.

4 OWL (Web Ontology Language) é uma *linguagem* para definir e instanciar ontologias na *web*. Uma linguagem OWL pode incluir descrições de classes e suas respectivas propriedades e relacionamentos.

5 RDF é uma sintaxe padrão para representar um grafo dirigido em XML. Elementos do modelo: recurso (resource), propriedade (propertie), valor (value) e declaração (statement).

semântica e univocamente identificadas na *web* através de uma URI (Uniform Resource Identifier),[6] geram grafos que interligam esses elementos.
Da forma como são apresentadas, essas tecnologias prometem representar e organizar as informações de um dado domínio de conhecimento por meio dessa arquitetura de grafos, que permite interconectar todos esses elementos quando eles são representados e organizados em um mesmo vocabulário na *web* (também conhecidos como ontologia), como é o caso da ontologia RiC-O.

Essa promessa tecnológica para os arquivos também começa a se tornar realidade, mas, dada a complexidade de aplicação dessas tecnologias, presume-se que o caminho será longo para que os documentos arquivísticos participem desse universo Linked Open Data: todo um processo de tratamento dos próprios documentos de arquivo precisa ser seguido e cumprido.

Procedimentos metodológicos

Como procedimento metodológico, no âmbito do projeto Diáspora Africana no Brasil, o primeiro passo foi realizar uma pesquisa bibliográfica, baseada numa revisão de literatura, de modo a contribuir para um repensar voltado ao próprio exercício da descrição, de modo a resignificar os antigos padrões de descrição de documentos e se abrir para a abordagem multidimensional trazida pelo modelo conceitual e pela ontologia RiC.

Em seguida, já num segundo momento, buscamos por meio de uma pesquisa exploratória e aplicada, recorrer ao esquema de implementação das cinco estrelas para dados abertos proposto por Berners-Lee e o método de desenvolvimento de aplicação semântica (Isotani; Bittencourt, 2015, p. 147). Teve-se como meta a disponibilização dos dados do conjunto documental série Escravidão do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ) na *web*, utilizando a ontologia RiC-O para uma futura conexão com os dados de outros conjuntos documentais de Angola e Portugal sobre o tema Diáspora Africana no Brasil, no ambiente Linked Open Data (LOD) e abrigados na plataforma LOA).

6 Uniform Resource Identifier (URI) é um termo técnico que foi traduzido para a língua portuguesa como um «Identificador Uniforme de Recurso", é uma cadeia de caracteres compacta usada para identificar ou denominar um recurso na internet.

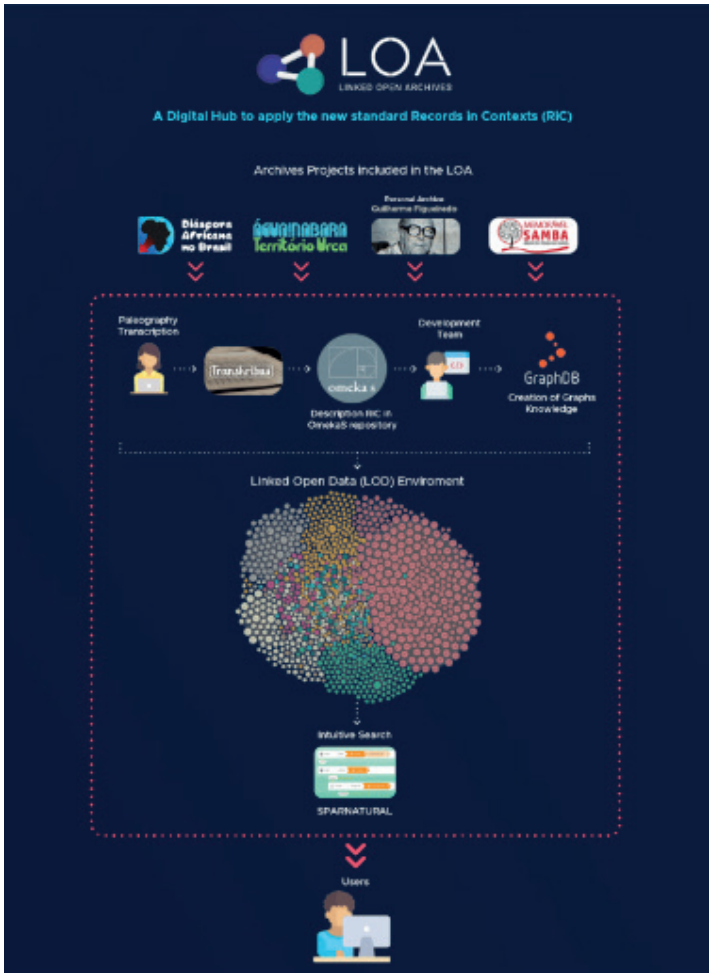
Figura 1 – Projeto Diáspora Africana no Brasil abrigado na plataforma LOA

Fonte: Projeto LOA

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como resultado da pesquisa, de caráter aplicada e exploratória, criamos experimentalmente a plataforma Linked Open Archives (LOA) (www.linkedopenarchives.com), uma arquitetura tecnológica que abriga tecnologias disruptivas em Arquivos (Paleografia Digital, Ontologias, a Websemântica e Linked Open Data - LOD) com potencial para causar grande impacto nos princípios, nas práticas arquivísticas e no acesso aos arquivos. A plataforma Linked Open Archives (LOA) é ao mesmo tempo um método de trabalho, um ambiente tecnológico e um hub digital online, capaz de aplicar o novo padrão Records in Contexts (RiC). Ele foi projetado para explorar o modelo conceitual RiC-CM e aplicar a ontologia RiC-O, na forma de um hub, a fundos e coleções de diversos arquivos, como os arquivos de projetos como "Diaspora Africana no Brasil", "Memorável Samba", "Agua!nabara"; também para arquivos pessoais e para outros arquivos no futuro.

Gráfico 3 – Arquitetura da plataforma LOA para o universo Linked Open Data



Fonte: criado pelo autor

O método de trabalho sugere primeiramente a utilização da paleografia digital, por meio da plataforma Transkribus; em seguida, propõe descrever e armazenar os seus registros utilizando o repositório digital Omeka S; seguido da utilização do no sistema GraphDB, que armazena de triplas (em RDF) no endpoint SPARQL para a criação de um "Grafo do Conhecimento" (DOND, 2023) e para a publicação dos seus dados em um ambiente Linked Open Data (LOD). O objetivo é permitir ao usuário final realizar diversas pesquisas no ambiente da plataforma SPARNATURAL, resultando em buscas mais intuitivas.

Trata-se, por enquanto, de um protótipo a ser desenvolvido e testado ao longo do tempo com aplicações do novo padrão RiC em acervos reais. A forma entendida como a mais eficaz para conhecê-lo.

REFERÊNCIAS

BERNERS-LEE, T. *Linked data*. [s.l.]: w3.org, 2006. Disponível em: http://www.w3.org/DesignIssues/LinkedData.html. Acesso em: 2 dez. 2019.

BERNERS-LEE, T; HENDLER, J.; LASSILA, O. The Semantic Web: a new form of web content that is meaningful to computers will unleash a revolution of new possibilities. *Scientific American*, May 2001. Disponível em: https://www-sop.inria.fr/acacia/cours/essi2006/Scientific%20American_%20Feature%20Article_%20The%20Semantic%20Web_%20May%202001.pdf. Acesso em: 2 dez. 2019.

BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos. *Nobrade:* Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

DONG, Xin Luna. Generations of Knowledge Graphs: The crazy ideas and the business impact. *VLDB*, 2023.

INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES (ICA). *ISDF*: International Standard for Describing Functions. 1st. ed. Desden, Germany: Committee on Best Practices and Standards, 2007.

INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES (ICA). *ISAAR (CPF)*: International Standard Archival Authority Record for Corporate Bodies, Persons and Families. 2nd. ed. Canberra, Australia: Committee on Descriptive Standards, 2004.

INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES (ICA). *ISAD(G)*: General International Standard Archival Description: adopted by the Committee on Descriptive Standards, Stockholm, Sweden, 19-22 September 1999. 2nd ed. Ottawa: International Council on Archives, 2000.

ISOTANI, Seiji; BITTENCOURT, Ig Ibert. *Dados abertos conectados*: em busca da web do conhecimento. São Paulo: Novatec, 2015.

LAUFER, Carlos. *Guia de web semântica*. São Paulo: Ceweb, 2015. Disponível em: https://ceweb.br/guias/web-semantica/. Acesso em: 9 nov. 2020

MIRANDA, Jair Martins. *Do multinível ao multidimensional*: análise do novo padrão de descrição Records in Contexts (RiC) e do seu impacto no acesso aos arquivos, à luz da web semântica. 2020. Relatório (Pós-doutorado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020.

MIRANDA, Jair Martins. Tratamento da informação em arquivo: uma metodologia para construção de banco de dados referenciais. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA, 6., 1986, Rio de Janeiro. *Anais*... Rio de Janeiro:Associação dos Arquivistas Brasileiros, 1986.

RANGANATHAN, S. R. *Prolegomena to library classification*. Bombay: Asia Publishing House, 1967

OS PRINCÍPIOS ARQUIVÍSTICOS NA ORGANIZAÇÃO DE ÁLBUNS FOTOGRÁFICOS: UMA REFLEXÃO SOBRE PRESERVAÇÃO E CUSTÓDIA

ARCHIVISTICAL PRINCIPLES IN THE ORGANIZATION OF PHOTOGRAPHIC ALBUMS: A REFLECTION ON PRESERVATION AND CUSTODY

Melina de Brito dos Santos
Universidade Federal do Rio de Janeiro
Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia

Rosali Fernandez de Souza
Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia

Jeorgina Gentil Rodrigues
Fundação Oswaldo Cruz

Resumo

Os princípios arquivísticos visam garantir autenticidade e a confiabilidade dos documentos arquivísticos. O álbum fotográfico como documento arquivístico perpassa por princípios que contextualiza boa parte de suas principais características arquivísticas, onde é interpretado como um recurso informacional, um testemunho válido, um registro no intuito de documentar um fato ou uma época e, por isso, faz-se necessário conhecer os princípios arquivísticos utilizados para a preservação e custódia de álbuns fotográficos. A metodologia adotada na pesquisa foi bibliográfica, de caráter exploratório e de natureza teórica. O levantamento da produção científica sobre a temática álbum fotográfico revelou pouca literatura sobre o assunto na área de Ciência da Informação e Arquivologia no Brasil. Não foram encontradas metodologias específicas para organização de álbuns fotográficos. Conclui que as funcionalidades dos princípios arquivísticos podem ser utilizados como metodologia de organização do conhecimento no âmbito da Arquivologia para álbuns fotográficos.

Palavras-Chave: Princípios Arquivísticos; Álbum fotográfico; Documentos arquivísticos.

Abstract

Archival principles aim to guarantee authenticity and reliability of archival documents. The photographic album as an archival document is guided by principles that contextualize a good part of its main archival characteristics, where it is interpreted as an informational resource, a valid testimony, a record with the aim of documenting a fact or a time and, therefore, it is made It is necessary to know the archival principles used for the preservation and custody of photographic albums. The methodology used in this study was bibliographic, exploratory and theoretical in nature. The survey of scientific production on the subject of photo albums revealed little literature on the subject in the area of Information Science and Archiving in Brazil. No specific methodologies were found for organizing photo albums. It concludes that the functionalities of archival principles can be used as a methodology for organizing knowledge within the scope of Archival Science for photographic albums.

Keywords: Archival principles; Photographic album; Archival documents.

INTRODUÇÃO

Os princípios arquivísticos e sua aplicabilidade englobam a percepção de organizar com a finalidade de preservar e acessar documentos. São popularmente debatidos como aqueles que impulsionam a gestão dos documentos, norteando os preceitos da ordenação e organização dos arquivos. Além disso, esses princípios auxiliam as ações avaliatórias sobre as funções atribuídas aos documentos, podendo ter valor administrativo, legal, fiscal, histórico, testemunhal, informativo ou evidencial - compreendendo suas características e apontando suas funcionalidades sociais.

O álbum fotográfico como documento arquivístico perpassa por princípios que contextualiza boa parte de suas principais características arquivísticas, onde é interpretado como um recurso informacional, um testemunho válido, um registro no intuito de documentar um fato ou uma época. Trata-se de uma produção, registrada e organizada, com a intenção de arquivar.

Como suporte de memória, o álbum fotográfico, possui um relacionamento particular com o passado e com as novas tecnologias e a sua clara intenção de registrar informações (Santos; Albuquerque, 2019). Nessa perspectiva, a finalidade do registro

fotográfico é atuar como testemunho com fins de perpetuar o registro histórico de uma época, enquanto álbum fotográfico busca documentar e narrar uma ação individual ou coletiva com uma temática e um olhar específico de seu produtor.

O objetivo do presente artigo é observar quais são os princípios arquivísticos utilizados para a preservação e custódia de álbuns fotográficos. Para isso, faz-se necessário conhecer esses princípios aplicados na organização.

METODOLOGIA

A metodologia adotada na pesquisa foi bibliográfica, de caráter exploratório e de natureza teórica, realizada em etapas e subetapas. Primeiramente, foi realizado o levantamento da produção científica sobre a temática álbum fotográfico, em bases de dados nacionais com acesso aberto na área de Ciência da Informação e Arquivologia, com delimitação temporal até abril de 2024. Foram utilizadas as seguintes bases: BRAPCI – Base de Dados em Ciência da Informação, BDTD – Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, Archeion Online – periódico eletrônico na área de Arquivologia, Oasisbr – Portal de Publicações e Dados Científicos em Acesso Aberto. Foram identificados 45 trabalhos no total, onde o termo "álbum fotográfico" foi localizado nessas publicações. Considerou-se também o termo "princípios arquivísticos" e suas definições.

Observou-se pouca literatura sobre o "álbum fotográfico" na área de Ciência da Informação e Arquivologia no Brasil. O levantamento revelou literatura sobre organização de imagens fotográficas, contudo não foram encontradas metodologias específicas para organização de álbuns fotográficos.

A seguir, foi realizada uma busca dos princípios arquivísticos que se adequavam a temática álbum fotográfico, com intuito de observar os critérios universais para tratamento de conjuntos fotográficos narrados em álbuns. A partir dos resultados obtidos, foi produzido um quadro com a atribuição dos princípios arquivísticos em álbuns fotográficos.

OS PRINCÍPIOS ARQUIVÍSTICOS NA ORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO

O ser humano é considerado um ser cognitivo na qual processa a informação para elaborar conhecimentos utilizando diferentes linguagens para a transmissão de ideias e sentimentos, e assim realizando o ato da comunicação (Santos, 2020). Os embasamentos formais para a elaboração da linguagem são processos internos e externos "[...] onde sua inter-relação é dada através de construtos de elementos culturais e cognitivos dos indivíduos, o que resulta em sistemas simbólicos de representação e de comunicação" (Gonçalves; Oliveira; Neves, 2016, p. 2).

O documento é uma declaração escrita, utilizada para consulta, estudo, prova e pesquisa, com intuito de comprovar fatos, fenômenos, pensamentos de uma determinada época ou lugar. Já o documento arquivístico é constituído da informação registrada em um suporte, produzido ou recebido em decorrência de uma atividade, preservado para servir de prova, testemunho e pesquisa. É considerado o registro rotineiro das atividades desenvolvidas por uma instituição ou pessoa no cumprimento de sua missão e que "está fixado em um suporte e tem relação com os demais documentos produzidos por esta instituição ou pessoa" (Rocha; Silva, 2007, p. 115).

No geral, o documento arquivístico pode variar na amostragem de seus formatos e suportes. Assim, os documentos podem ser textuais (informação escrita), cartográfico (representado por plantas ou mapas), iconográfico (apresentadas em forma de imagem, fotografia, cartaz ou partitura), filmográfico (amostrada em filmes), sonoro (em forma de som e representada por discos, CDs, áudios), micrográfico (a informação constante em microfilmes) e digitais (documentos gravados em meio digital que requerem programas específicos para sua leitura). Independentemente do formato ou suporte que se encontra o documento arquivístico, este será interpretado como registro documental.

Os registros documentais são as provas primordiais para as suposições ou conclusões relativas às atividades que geram esses registros. A veracidade dos registros documentais depende das circunstâncias de criação e preservação, que se ligam às propriedades dos registros e à sua integridade (Duranti, 1994). O registro atribuído pelos documentos arquivísticos como um todo necessitam de métodos que compreendam a organização documental e seu acesso.

Na organização de arquivos e seus acervos são usados alguns preceitos de ordenação e administração dos documentos arquivísticos que tem por finalidade viabilizar o acesso, são esses os "Princípios Arquivísticos".

Conforme o *Minidicionário Soares Amora da língua portuguesa* (Amora, 2009) a palavra 'princípio' é entendida como regra, teoria ou preceito. Já o *Dicionário brasileiro da língua portuguesa* (Michelis, 2024), registra que 'princípio' é aquilo que parte de elementos básicos de alguma ciência, disciplina ou matéria. Assim, é possível estabelecer 'princípios' como uma forma de nortear a atuação específica em determinada área com flexibilidade de ação, onde o método pode ser seguido à risca, contudo a aplicação pode apresentar modificações ou adaptações.

Os princípios podem ser considerados como um conjunto de normas ou padrões de pensamentos e condutas a serem efetuados, que se refletem em preceitos fundamentais a serem seguidos ou ressaltados que estabelecem diretrizes gerais e são compreendidos como regramentos básicos ou até mandamentos de otimização de matéria.

No campo arquivístico, os princípios reconhecem que a administração do acesso pode também envolver restrição de acesso onde as informações contidas nos arquivos,

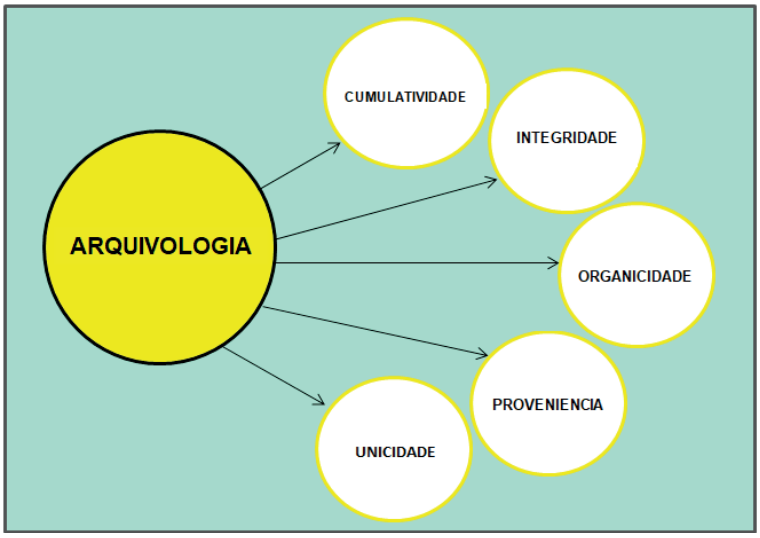
sendo encorajado pelos arquivistas de maneira ativa, a fim de harmonizar a legislação de acesso. Afinal de contas, os princípios aplicam-se tanto aos arquivos governamentais quanto aos não governamentais, os arquivos públicos e privados podem implementar os princípios de maneiras diferentes.

Os princípios que norteiam a Arquivologia surgem com a Revolução Francesa, e começaram a ser considerados os princípios arquivísticos propriamente ditos (Rangel; Silva, 2021, p. 2). A descrição arquivística publicada no *Manual de Arquivistas Holandeses*, obra clássica publicada em 1898 pela Associação dos Arquivistas Holandeses, contribuiu para a sistematização dos princípios arquivísticos. Obra considerada um marco da Arquivologia moderna (Fonseca, 2005 apud Andrade; Silva, 2008, p. 16)

Os princípios têm relação direta com a própria constituição do campo científico, servindo de base para a criação e contextualização de uma determinada área de atuação ou campo de estudo. Contudo, as características dos documentos arquivísticos são responsáveis por diferenciá-los dos demais documentos, "[...] necessárias à delimitação do objeto da Arquivologia" (Rangel; Silva, 2021, p. 7).

A Figura 1 apresenta os princípios arquivísticos apresentados por Bellotto (2002) que são reconhecidos como os principais pensamentos norteadores na gestão arquivística, dentre eles: o Princípio da Proveniência; o Princípio da Organicidade; o Princípio de Unicidade; o Princípio da Indivisibilidade ou Integridade; e o Princípio da Cumulatividade.

Figura 1 – Princípios norteadores na gestão arquivísticos



Fonte adaptada de: Bellotto (2002)

A partir dos princípios que norteiam a Arquivologia e sua aplicabilidade, englobam-se outras percepções sobre a prática de preservação e custódia apontadas pelas necessidades dos acervos arquivísticos. A função dos princípios é de maneira simples auxiliar na organização da informação em arquivos.

O Princípio da Proveniência aponta que os arquivos devem ser organizados em "obediência à competência e às atividades da instituição ou pessoas legitimidade responsável pela produção, acumulação ou guarda dos documentos" (Bellotto, 2002, p. 20), tendo uma respectiva individualidade no contexto de sua produção. O que remete a este princípio na sua aplicabilidade "a qualquer conjunto documental independente da circunstância" (Rangel; Silva, 2021, p. 12). O respeito à proveniência parte do pressuposto que os documentos são produzidos por uma mesma entidade coletiva, pessoa ou família e não podem ser misturados a outros arquivos provenientes de outras administrações, instituições ou pessoas. Essa ideia fixa uma identidade aos documentos, o que propicia uma facilidade de compreensão de sua origem e de seu contexto.

De acordo com Bellotto (2002, p. 21), o Princípio da Organicidade é refletido nas relações administrativas, onde os arquivos "espelham a estrutura, funções e atividades da entidade produtora/acumuladora em suas relações internas externas", induzindo a compreender que um arquivo retirado de seu lugar possa interferir no seu contexto, corrompendo o sentido de sua finalidade de origem e produção. Para Rangel e Silva (2021, p. 16), o termo "organicidade" se refere tanto como relação orgânica quanto como qualidade e aponta para "o entendimento de que a organicidade tem relação direta com as atividades que geram os documentos". Ambos os trabalhos apontam o Princípio da Organicidade como um processo natural que se atrela a produção e as atividades administrativas desempenhadas pela entidade, refletindo na qualidade dos documentos e na finalidade como registro.

O Princípio de Unicidade é constituído pelo documento de arquivo conservar "seu caráter único, em função do contexto em que foram produzidos" (Bellotto, 2002, p. 21). Este caráter único imbuído nos documentos determina o contexto e/ou enredo de sua produção, o que lhe atribui um significado próprio dentro de um conjunto. A unicidade está atrelada a qualidade "pela qual os documentos de arquivo, a despeito da forma, espécie ou tipo, conservam caráter único em função de seu contexto de origem", se refletindo no preceito da manutenção do contexto da origem de seu conjunto documental (Rangel; Silva, 2021, p. 13).

O Princípio da Indivisibilidade ou Integridade estabelece que os arquivos "devem ser preservados sem dispersão, mutilação, alienação, destruição não autorizada ou adição indevida" (Bellotto, 2002, p. 21). Então, os documentos de um arquivo devem ser preservados sem alterações ou modificações que impliquem as condições pré-estabelecidas na sua criação/produção, e assim comprometendo sua finalidade de ação posterior. Rangel

e Silva (2021, p. 12-13), consideram parte da "característica derivada do princípio da proveniência, segunda a qual um fundo deve ser preservado sem dispersão, mutilação, alienação, destruição não autorizada ou acréscimo indevido", indicando que o conjunto documental deve se manter íntegro e indissociável, sem alterações ou modificações, respeitando sua ordem original.

O Princípio da Cumulatividade diz que os arquivos constituem uma "formação progressiva, natural e orgânica" (Bellotto, 2002, p. 21). O arquivo deve respeitar o preceito de seu crescimento ser organizado e ordenado de maneira espontânea e prática, cumprindo o exercício de sua função administrativa e atendendo seu objetivo de produção e/ou origem. A organicidade é a qualidade segundo a qual os arquivos refletem a "estrutura, funções e atividades da entidade acumuladora em suas relações internas e externas", se refletindo na individualidade da produção e ordenação dos arquivos (Rangel; Silva, 2021, p. 13).

Os princípios arquivísticos são debatidos como aqueles que impulsionam a gestão documental e medem os valores que permeiam os documentos arquivísticos em seus variados formatos e suportes. Os princípios arquivísticos podem ser pensados como uma metodologia de Linguagem Documentária no contexto da Organização da Informação e do Conhecimento.

A informação é uma resultante materializada de um processo que envolve a manipulação e organização de dados, agregando valor de determinado acontecimento, fato ou fenômeno. Já o conhecimento é a reunião de informações com intenção ou utilidade, envolvendo uma compreensão da informação adquirida pela observação, reflexão ou pensamento crítico para sua atuação no meio social.

A Organização do Conhecimento está relacionada ao conceito ou ato cognitivo, enquanto a Organização da Informação está atrelada à materialidade ou registro desse conceito - objetos físicos (Lehmkuhl; Silva, 2017). No processo de entendimento sobre a Organização da Informação e do Conhecimento são descritos e estudados pela Ciência da Informação, principalmente as "etapas/metodologias aplicadas que visam à melhor recuperação e ao acesso à informação" (Lehmkuhl; Silva, 2023, p. 8).

A atribuição de organizar os conceitos e descrevê-los, inclui os preceitos utilizados para a Organização da Informação e do Conhecimento no campo da Ciência da Informação, com o objetivo de compreender quais os métodos e processos servem para representar a informação e o conhecimento com fins de acesso, uso e reuso.

A Organização da Informação e do Conhecimento tem o propósito de criar concepções que facilitem a comunicação, as práticas de acesso e uso. A comunicação é dada através de uma linguagem atribuída em determinado domínio, que inclui etapas e metodologia específica de atuação. Na Ciência da Informação, são criados instrumentos de descrição e mediação de acesso a documentos e ao conhecimento, dentre elas as Linguagens Documentárias.

As Linguagens Documentárias atingem conceitos e atribuições que auxiliam na recuperação da informação em ações comunicativas para a Representação da Informação, sendo reforçada por concepções metodológicas a serem seguidas com a finalidade de padronizar a atribuição de conceitos. Essas concepções metodológicas na Representação da Informação são: a concepção simplista; a concepção orientada ao conteúdo; concepção orientada à necessidade; a concepção ingênua; o idealismo subjetivo; o idealismo objetivo; o conceito pragmático de assunto; e a teoria de assuntos realista/materialista (Novellino, 1996).

No âmbito informacional a Linguagem é compreendida como um conjunto sistematizado de mecanismos e/ou leis combinatórias, permitindo a produção de signos, a constituição em sistemas, o funcionamento e a decifração das mensagens (Cunha; Cavalcanti, 2008). A Linguagem Documentária foi criada para facilitar a comunicação de determinadas atividades, e assim correlacionando a Linguagem Documentária na Representação da Informação e na Organização do Conhecimento.

A montagem de sistemas utilizando as Linguagens Documentárias permite uma manipulação elaborada e rápida sobre as questões metodológicas de acesso à informação e recuperação da informação. O uso de princípios arquivísticos como uma metodologia de Linguagem Documentária para a Organização do Conhecimento, sendo compreendida como um fator de comunicação para a recuperação da informação e ao acesso a documentos arquivísticos.

Ao observar a funcionalidade e as principais características dos princípios arquivísticos, podemos apontar que estes atribuem uma metodologia de organização do conhecimento no âmbito da Arquivologia, viabilizando uma padronização de pensamentos voltados para a gestão de arquivos em quaisquer suportes.

PRINCÍPIOS ARQUIVÍSTICOS APLICADOS EM ÁLBUNS FOTOGRÁFICOS

Através dos milênios os arquivos têm representado, de forma "alternada e cumulativamente, os arsenais da administração, do direito, da história, da cultura e da informação" (Duranti, 1994, p. 50), com o intuito de servir para diversas finalidades, dentre elas, garantir o direito dos cidadãos à informação. Sobre o tema, Paes (2004) considera que a principal finalidade dos arquivos é servir para a administração como base do conhecimento histórico, sendo sua função básica tornar disponível as informações contidas em acervos sob sua guarda.

O documento arquivístico é um registro documental que se encontra num contexto de produção como resultado de uma ação administrativa e preservado como prova, ou seja, os registros documentais ou documentos arquivísticos representam um tipo de conhecimento que é gerado durante as atividades pessoais ou institucionais (Duranti, 1994). No entanto, Paes (2004, p. 26) observa o documento arquivístico como aquele que é

"produzido e/ou recebido por uma instituição pública ou privada, [...] constitua elemento de prova ou de informação [...] produzido/recebido por pessoa física no decurso de sua existência". Ambos os autores destacam o valor do documento arquivístico como registro, que é produzido e conduzido no intuito de posteriormente ser utilizado como prova da existência de uma ação passada.

Com a compreensão sobre o documento arquivístico como um registro rotineiro das atividades desenvolvidas por uma instituição ou pessoa no cumprimento de sua missão, sendo "fixado em um suporte e tem relação com os demais documentos produzidos por esta instituição ou pessoa" (Rocha; Silva, 2007, p. 115). Nesse sentido, os documentos arquivísticos se apresentam nos mais variados formatos e suportes – sejam textuais, cartográficos, iconográficos, filmográficos, sonoros, micrográficos e digitais – e são norteados pelos princípios arquivísticos. O que nos leva a indagar como é utilizado esses princípios nos diversos suportes e quais são pertinentes ou não para álbuns fotográficos.

A fotografia como registro histórico guarda "a história do homem comum, do cotidiano, das formas de vivência coletiva, dos comportamentos, das atitudes, pois a história passa a interessar-se por todos os homens, pelo coletivo" (Miguel, 1993, p. 122) e pode também ser considerada "um documento arquivístico pelo seu contexto de produção, guarda e memória" (Santos; Fernandez; Rodrigues, 2023, p. 4-5). A fotografia perpassa sobre princípios e contextualiza boa parte de suas principais características arquivísticas.

A partir da compreensão da relevância do registro fotográfico para a história, o álbum fotográfico pode ser interpretado como um documento arquivístico e instrumento de narrativa cuja interpretação histórica advém de determinada ação e a amostragem da resultante, sendo apresentada em formato de imagens.

Os álbuns fotográficos possuem um relacionamento direto com o passado e a memória, surgiram a partir de uma ideia de coleção, indicando valor afetivo e simbólico da história de vida, sendo montada em um contexto por um editor, podendo ser considerado uma construção adaptada de seu produtor, onde terá uma recepção pelo usuário a partir da imagem do produtor (Santos; Albuquerque, 2019).

O álbum fotográfico pode ser interpretado como um "conjunto arquivístico iconográfico" registrado como um repertório composto por uma narrativa visual que tem uma linguagem socialmente complexa, que deve ser compreendida e descrita em seu contexto. Ou seja, é um conjunto indissolúvel de imagens de objetos selecionados montados em uma ordenação pré-estabelecida e editados em um padrão estipulado pelo produtor do documento.

Ao contextualizar sobre o álbum fotográfico, este pode ser compreendido como um registro efetuado numa tratativa de interpretação do passado. O álbum é um documento arquivístico e registro iconográfico, um instrumento ilustrativo com narrativa

visual de caráter histórico, que contribui para o estudo da memória coletiva e reforça acontecimentos sociais relevantes, viabilizando o estudo de questões nas diversas áreas do conhecimento. A Figura 2, com base em Santos (2020), aponta as características do álbum fotográfico.

Figura 2 – Características do álbum fotográfico

Fonte: Santos (2020)

As características dos álbuns fotográficos podem ser encaradas como únicas, tendo perfil como fonte de informação e/ou recurso informacional, e sendo considerados um resumo ou síntese de uma história narrada em etapas através das fotografias. As etapas de criação de um álbum e sua condição de narrativa são organizadas com a intenção de arquivar, pré-determinada pelo editor - que pode ser o fotógrafo, o proprietário ou quem encomendou o álbum (Santos, 2020).

Os álbuns fotográficos registram e arquivam memórias, impressões, objetos, imagens, de acordo com seus olhares e com base em suas percepções, sendo uma produção concretizada e que possui uma intenção de arquivar (Santos; Albuquerque, 2019). O álbum pode ser estruturado numa lógica individual ou coletiva. Na lógica individual, devido ao valor simbólico e afetivo transmitido pelas fotografias, a sequência pode ser organizada a nível pessoal de entendimento ou significado, onde o contexto particular impera em todo o processo. Já na lógica coletiva, é atribuída no uso de uma sequência fotográfica previamente estruturada e de modo que seja facilmente compreendida, podendo ser cronológica e/ou histórica (Santos, 2020).

A função dos documentos é atuar como registro histórico, incluindo os álbuns fotográficos, por guardarem "a história do homem comum, do cotidiano, das formas de vivência coletiva, dos comportamentos, das atitudes, pois a história passa a interessar-se por todos os homens, pelo coletivo" (Miguel, 1993, p. 122). A partir da compreensão da relevância do registro fotográfico para a história, sendo percebido como um documento arquivístico pelo seu contexto de produção e de guarda. Assim, o álbum fotográfico atua como suporte de memória e "a fotografia como documento arquivístico se faz presente em diversas áreas do conhecimento, proporcionando múltiplas alternativas de construir, acessar e difundir informações" (Santos; Souza; Rodrigues, 2023, p. 7).

Ao indagar sobre os princípios arquivísticos e as características que se contextualizam com álbuns fotográficos, nos deparamos com alguns princípios que nos traduzem sobre o tratamento da narrativa visual do álbum e quais são pertinentes para a organização do conjunto documental.

Na Tabela 1, os quatro princípios: o princípio da proveniência, o princípio de unicidade, o princípio da indivisibilidade ou integridade e o princípio da cumulatividade estão alinhados com a metodologia de organização de álbuns fotográficos.

Tabela 1 – Princípios arquivísticos e álbuns fotográficos

PRINCÍPIOS ARQUIVÍSTICOS	FUNÇÃO	ATRIBUIÇÃO EM ÁLBUNS FOTOGRÁFICOS
Princípio da proveniência	Resguardar o registro das atividades pertinentes a instituição responsável pela produção e guarda dos documentos; Respeitar a identidade do conjunto documental; Inviabilizar a mistura dos conjuntos de documentos diferentes fundos; Manter a ordem original; Zelar pela integridade arquivística; Evitar o desmembramento e a eliminação não autorizada ou acréscimo de elementos estranhos ao original; Conservar seu valor probatório informativo.	Conservação do registro fotográfico, no que tange sua contextualização como prova documental iconográfica de um fato; Respeito a historicidade e cronologia atribuída ao álbum; Manutenção da integridade arquivística da narrativa visual fotográfica; Atribuição de valor probatório de seu conteúdo visual para uso posterior em pesquisas; Salvaguarda da narrativa visual pré-estabelecida pelo editor, sendo organizado de lógica coletiva ou individual. Preservação da função originária do álbum fotográfico, de sua narrativa, sua ordem primária como evidência visual documentada, editada e registrada.
Princípio de unicidade	Atribuir um significado próprio dentro de um conjunto; Respeitar a qualidade dos documentos de arquivo, a despeito da forma, espécie ou tipo; Conservar caráter único em função de seu contexto de origem.	Respeito ao caráter único do registro fotográfico; Conservação do contexto ou sentido único de montagem e descrição sobre o ato registrado no álbum – incluindo a ordenação proposta em sua estrutura organizacional, podendo ser de lógica individual ou coletiva; Garantia dos direitos autorais de produção/ edição do fotógrafo.

PRINCÍPIOS ARQUIVÍSTICOS	FUNÇÃO	ATRIBUIÇÃO EM ÁLBUNS FOTOGRÁFICOS
Princípio da indivisibilidade ou integridade	Resguardar o fundo de misturas e de parcelamentos, evitar a dispersão, mutilação, alienação, adição indevida dos arquivos, destruição não autorizada ou eliminações indiscriminadas.	Cumprimento do respeito a ordem original do álbum, dificultando a dispersão, adição ou eliminação indevida do registro; Manutenção da autenticidade dos dados imbuídos no álbum fotográfico; Proteção da integridade arquivística e da narrativa visual do álbum.
Princípio da cumulatividade	Respeitar a formação progressiva, natural e orgânica; Evitar a adulteração não autorizada; Manter a percepção de custódia adequada por seu produtor e/ou custodiador autorizado.	Amplia a percepção de custódia e promove a proteção da narrativa visual fotográfica do álbum; Possibilita seu uso em pesquisas históricas e nas diversas áreas do conhecimento através da narrativa fotográfica; Auxilia na manutenção da prática de sua finalidade de produção.

Fonte: Elaborada pelas autoras com base em Bellotto (2002) e Rangel e Silva (2021)

O **Princípio da Proveniência** orienta que os arquivos devem ser organizados de acordo com sua competência ou atividade institucional responsável pela produção dos documentos, mantendo o contexto e a individualidade dos documentos, evitando a mistura dos arquivos provenientes de outras administrações, e assim construindo uma identidade para o conjunto documental. No álbum fotográfico o princípio da proveniência induz na conservação do registro fotográfico como prova documental iconográfica de um fato, preservando o valor probatório de seu conteúdo visual para uso posterior em pesquisas e demonstrando a necessidade de se respeitar a historicidade, a narrativa visual pré-estabelecida pelo editor do álbum e sua cronologia, e a manutenção da integridade arquivística de sua ordem primária como evidência visual documentada, editada e registrada.

O **Princípio de Unicidade** tem a premissa de conservar o caráter único do documento e atribuir um significado próprio dentro de um conjunto, conservando a qualidade dos documentos de arquivo a despeito da forma, espécie ou tipo. Esse princípio em álbuns irá impor respeito ao caráter único do registro fotográfico, apontando a necessidade da conservação de seu sentido único de montagem e descrição sobre o ato registrado, garantindo os direitos autorais de produção/edição do fotógrafo e a ordenação proposta em sua estrutura organizacional - podendo ser de lógica individual ou coletiva.

O **Princípio da Indivisibilidade** ou **Integridade** que possui como função evitar a dispersão, mutilação, alienação, destruição não autorizada ou adição indevida dos arquivos, resguardando o fundo de misturas e de parcelamentos. Esse preceito pode ser vislumbrado como o cumprimento do respeito a ordem original do álbum e de sua

narrativa visual, mantendo a autenticidade arquivística dos dados imbuídos no álbum fotográfico e possibilitando o uso posterior em pesquisas.

O **Princípio da Cumulatividade** que está associado a percepção de custódia adequada por seu produtor e/ou custodiador autorizado, tendo como prática a formação progressiva, natural e orgânica sobre os arquivos, evitando a adulteração não autorizada. Em álbuns fotográficos, esse princípio amplia a percepção de custódia e promove a proteção da narrativa visual fotográfica do álbum, possibilitando seu uso em pesquisas históricas e nas diversas áreas do conhecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O álbum fotográfico como documento arquivístico possui uma narrativa visual organizada e atua como testemunho de uma época. As funcionalidades dos princípios arquivísticos podem ser utilizados como metodologia de organização do conhecimento no âmbito da Arquivologia para álbuns fotográficos.

Os Princípios arquivísticos procuram assegurar a integridade e a autenticidade da produção dos álbuns fotográficos, ou seja, que o documento não poderá sofrer subtração ou adulteração ou inclusão indevida de conteúdo, mantendo a originalidade da obra.

Uma metodologia universal aplicada a organização de documentos fotográficos, especificamente de álbuns fotográficos, ainda é considerada como algo complexo e de difícil arranjo. Entretanto, a observância aos princípios arquivísticos atuam na preservação e custódia contribuindo para o acesso e a longevidade da informação.

REFERÊNCIAS

AMORA, Antônio Soares. **Minidicionário Soares Amora da língua portuguesa**. 19 ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

ANDRADE, Ricardo Sodré; SILVA, Rubens R. G. da. Aspectos teóricos e históricos da descrição arquivística e uma geração de instrumentos arquivísticos de referência. *PontodeAcesso,* Salvador, v. 2, n. 3, p. 14-29, dez. 2008. Disponível em: www.pontodeacesso.ici.ufba.br. Acesso em: 20 abr. 2024.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivística*: objeto, princípios e rumos. São Paulo: Associação dos Arquivistas de São Paulo, 2002.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2008.

DURANTI, Luciana. Registros documentais contemporâneos como provas de ação. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 49-64, 1994.

GONÇALVES, Eveline Filgueiras; OLIVEIRA, Rafael Alves de; NEVES, Dulce Amélia de Brito. Análise da informação imagética: uma abordagem sob a perspectiva cognitiva. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 22, n. 3, p. 110–135, 2016. DOI: https://doi.org/10.19132/1808-5245223.110-135. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/59905. Acesso em: 1 maio 2024.

LEHMKUHL, Camila Schwinden; SILVA, Eva Cristina Leite da. A Organização do Conhecimento e da Informação: aspectos conceituais e sua aplicação nas funções arquivísticas. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 29, e-125811, 2023. DOI: https://doi.org/10.19132/1808-5245.29.125811. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/125811. Acesso em: 1 maio 2024.

LEHMKUHL, Camila Schwinden; SILVA, Eva Cristina Leite da. A representação da informação arquivística nos Registros Civis. *In*: ESTUDOS AVANÇADOS EM ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO (ISKO-BRASIL), 27., 2017, Recife. **Anais** [...]. Recife: UFPE, 2017. p. 138-145.

MICHELIS: **Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**. [*S.l.*]: Melhoramentos, 2024. Disponível em: https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/. Acesso em: 1 maio 2024.

MIGUEL, Maria Lúcia Cerutti. A fotografia como documento: uma investigação à leitura. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1-2, p.121-132, jan./dez. 1993.

NOVELLINO, Maria Salet Ferreira. Instrumentos e metodologias de representação da informação. **Informação & Informação**, Londrina, v. 1, n. 2, p. 37-45, jul./dez. 1996. DOI: https://doi.org/10.5433/1981-8920.1996v1n2p37. Disponível em: https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/1603. Acesso em: 1 maio 2024.

PAES, Marilena Leite. **Arquivo**: teoria e prática. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

RANGEL, K.; SILVA, M. C. S. de M. Princípios e características de documentos arquivísticos: algumas questões terminológicas. **Ágora**: Arquivologia em debate, v. 31, n. 62, p. 1–21, 2021.

ROCHA, Claudia Lacombe; SILVA, Margareth da. Padrões para garantir a preservação e o acesso aos documentos digitais. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 20, n.1-2, p. 113-124, jan./dez. 2007.

SANTOS, Cristina Ribeiro; ALBUQUERQUE, Ana Cristina de. A caracterização do álbum fotográfico como recurso informacional: elementos para a Organização e representação da Informação. **InCID**, [*S.l.*], v. 10, n. 1, p. 167-183, mar./ago. 2019.

SANTOS, Melina de Brito dos. **Sistemas de organização do conhecimento e a recuperação de informação**: em busca de diretrizes para a indexação de imagens fotográficas raras e antigas. 2020. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Ibict/Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

SANTOS, Melina de Brito dos; SOUZA, Rosali Fernandez de; RODRIGUES, Jeorgina Gentil. Álbum da construção do Canal do Mangue: história, memória e informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 23., 2023, São Cristóvão, SE. **Anais** [...]. São Cristóvão: UFS, 2023. Disponível em: https://enancib.ancib.org/index.php/enancib/xxxiiienancib/schedConf/presentations. Acesso em: 1 maio 2024.

MODELO CONCEITUAL DE SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO ARQUIVÍSTICO: CONTRIBUIÇÕES PARA A GARANTIA CONTEXTUAL

CONCEPTUAL MODEL FOR ARCHIVAL KNOWLEDGE ORGANIZATION SYSTEM: CONTRIBUTIONS TO CONTEXTUAL WARRANT

Denize Laureano Rocha
Universidade Federal Fluminense
Clarissa Moreira dos Santos Schmidt
Universidade Federal Fluminense

Resumo

O presente trabalho tem como plano de fundo o contexto da sociedade contemporânea, que impõe aos pesquisadores que investigam a classificação em arquivos a necessidade de ampliar o entendimento dos elementos constitutivos do documento arquivístico para atender às demandas legais trazidas pelo direito de acesso à informação e à necessidade de proteção de dados pessoais. Soma-se a esse cenário os múltiplos contextos trazidos pelo uso de ambientes e sistemas digitais para a produção, controle, organização, classificação, representação, preservação, recuperação e acesso às informações contidas nestes documentos. Nesse panorama, apresentamos os resultados parciais de uma pesquisa de doutorado que tem como objetivo elaborar um Sistema de Organização do Conhecimento para a Classificação Arquivística, de modo que seja possível garantir a permanência do contexto de produção dos documentos ao longo do tempo e do espaço. Para isso, está em curso uma pesquisa exploratória, com análise qualitativa de corpus documental e revisão bibliográfica, tendo por base a análise de domínio como recurso metodológico,para responder a seguinte questão: como desenvolver sistemas de classificação capazes de representar, controlar, manter e garantir o significado dos documentos de arquivo em seus contextos de produção? Duas possibilidades informacionais - contexto e conteúdo - são utilizadas como perspectiva para a compreensão dos elementos constitutivos

dos documentos arquivísticos. Além disso, o conceito de garantia atravessa a pesquisa e encontra-se com o contexto de produção documental para propor a Garantia do Contexto Arquivístico como critério fundamental para a elaboração de uma proposta de Sistema de Organização do Conhecimento para a Classificação Arquivística.

Palavras-Chave: Classificação arquivística; Acesso; Documento digital; Sistema de Organização do Conhecimento; Contexto de produção documental.

Abstract

This study has as background the context of contemporary society, which imposes on researchers investigating classification in archives the need to expand the understanding of the constituent elements of records to meet the legal demands brought about by the right of access to information and need to protect personal data. Added to this scenario are the multiple contexts brought about by the use of digital environments and systems for the production, control, organization, classification, representation, preservation, recovery and access to the information contained in the records. In this panorama, we present the partial results of a doctoral research that aims to develop a Knowledge Organization System for Archival Classification, so that it is possible to guarantee the permanence of the context of document production over time and space. To this end, exploratory research is underway, with qualitative analysis of document corpus and bibliographic review, based on domain analysis as a methodological resource, to answer the following question: how to develop classification systems capable of representing, controlling, maintaining and ensure the meaning of archival documents in their production contexts? Two informational possibilities - context and content - are used as a perspective for understanding the constituent elements of archival documents. Furthermore, the concept of guarantee crosses the research and meets the context of document production to propose the Guarantee of the Archival Context as a fundamental criterion for the elaboration of a proposal for a Knowledge Organization System for Archival Classification

Keywords: Archival classification; Access; Electronic record; Knowledge Organization System; Context.

INTRODUÇÃO

As atividades de organização em arquivos vinculam à função classificação arquivística um instrumento de gestão de documentos denominado plano de classificação, ou, em alguns casos, código de classificação, nos quais pretende-se materializar a lógica utilizada para classificar os documentos arquivísticos.

Esse tipo de instrumento almeja ser responsável por mapear, registrar, representar e controlar os documentos, bem como os processos e procedimentos que dão origem a estes documentos. Além disso, é nesses instrumentos que o contexto de produção documental ganha, ou ao menos deveria ganhar, corpo estável, sendo revelado e representado.

A dinâmica do funcionamento das organizações na sociedade contemporânea trouxe a necessidade de repensar nossas práticas e saberes para atender às demandas legais trazidas pelo direito de acesso à informação e necessidade de proteção de dados pessoais diante do uso de ambientes e sistemas digitais. Nesse sentido, a evolução dessas tecnologias de informação e comunicação culmina na aceleração contínua na produção de documentos e informações que precisam ser organizadas, classificadas e representadas para que sejam recuperáveis e acessíveis, o que nos leva a seguinte questão: como desenvolver sistemas de classificação capazes de representar, controlar, manter e garantir o significado dos documentos de arquivo em seus contextos de produção?

Partindo da questão apresentada, o presente trabalho relaciona resultados parciais de uma pesquisa de Doutorado em Ciência da Informação, que tem como objetivo elaborar um Sistema de Organização do Conhecimento para a Classificação Arquivística, de modo que seja possível garantir a permanência do contexto de produção dos documentos ao longo do tempo e do espaço. Trata-se de uma investigação científica ambientada em um cenário observado na prática e que ganha refinamento metodológico ao incorporar a Análise de Domínio como recurso que norteia o caminho em direção ao objetivo proposto.

Os resultados apontam para a necessidade de integrar à arquivística elementos de outras áreas do saber, como os metadados da Tecnologia da Informação (TI) e os Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC) da Organização do Conhecimento (OC). Ademais, em termos conceituais, a "Garantia" representa um marco para os resultados alcançados, servido como referencial teórico para o desenvolvimento do conceito de Garantia Contextual.

RELEVÂNCIA DA PESQUISA

O desenvolvimento da pesquisa parte do pressuposto de que os atuais modelos de planos e códigos de classificação são insuficientes para garantir, representar, controlar e manter, de maneira efetiva, o significado dos documentos de arquivo em seus contextos de produção, ao longo do tempo e no espaço. Considera também que em ambientes digitais

o reconhecimento dos elementos constitutivos do documento de arquivo é mais difícil, cabendo à classificação arquivística servir como ponte para compreensão.

O direito de acesso à informação e proteção de dados pessoais são disposições legais transversais ao funcionamento das organizações na sociedade contemporânea, compondo um cenário que demanda novas perspectivas no tratamento dos documentos arquivísticos. Diante disso propomos a classificação como a função capaz de estabelecer modelos que contemplem estas matérias ao mesmo passo que alcança as múltiplas possibilidades de contexto e associa aos recursos tecnológicos advindos do uso de ambientes digitais.

Cumpre esclarecer que consideramos que o contexto em suas múltiplas possibilidades continua sendo o elemento que garante o valor probatório e o caráter arquivístico dos documentos. Nesse sentido, compreendemos como contexto sob cinco perspectivas quais sejam: contexto de procedimentos, de proveniência, documental, jurídico-administrativo e tecnológico (Duranti; Eastwood; Macneil, 2002).

Ainda que as características que definem os documentos de arquivo sejam as de contexto (elementos extrínsecos), os elementos intrínsecos tomam lugar de destaque quando trazemos à luz as questões de direito de acesso à informação, promoção da transparência e garantia de proteção de dados pessoais, que no Brasil são objetos da Lei de Acesso à Informação (LAI) - Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) - Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

A LAI é pautada no acesso à informação como regra geral e regula as exceções, isto é, situações passíveis de sigilo. Preconiza a transparência pela ampla divulgação de informações íntegras e autênticas e, concomitantemente, indica a necessidade de proteger informações sigilosas e pessoais que possam ameaçar a segurança da sociedade, do Estado, ou violar a intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas.

No Art. 28, a LAI estabelece que o assunto sobre o qual versa a informação é elemento essencial para atribuir a classificação de qualquer grau de sigilo (Brasil,2012), portanto, é possível observar que a aferição do que é objeto de acesso e a diferenciação do que é objeto de restrição, se dá a partir da análise do conteúdo das informações contidas nos documentos arquivísticos. Portanto, somente a análise dos elementos de contexto não é suficiente para atender às premissas legais estabelecidas pela LAI e viabilizar seu cumprimento.

Nessa mesma linha de pensamento, temos que a garantia de proteção e a regulamentação do tratamento de dados pessoais passa pela criação de dispositivos normativos que tenham como objetivo assegurar os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade, além do livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, que no Brasil ganha forma na LGPD. Diante disso, reitera-se a necessidade de observar os elementos de conteúdo dos documentos de arquivo para alcançar a distinção de quais dados podem

ser considerados sensíveis ou sujeitos às disposições previstas pelos marcos legislativos que preconizam a proteção dos dados pessoais.

Seguindo essa perspectiva, utilizamos o repertório legislativo brasileiro para verificar que os fundamentos sobre os quais a LAI e a LGPD versam, isto é, o acesso, restrição ou proteção, são encontrados e identificados justamente quando consideramos em nossas análises os elementos de substância presentes nos documentos de arquivo, já que tais disposições incidem sobre conteúdo destes documentos.

Em vista disso, a realização da presente pesquisa traz consigo um impacto social ao buscar soluções para questões que impactam o acesso à informação e proteção de dados pessoais, alinhando-se, assim, ao escopo das ciências sociais aplicadas, que tem como foco organizar e transformar o nosso meio social utilizando perspectivas práticas.

Não obstante da contribuição para assegurar o cumprimento de prerrogativas legais, a presente pesquisa passa também por inquietações observadas pelas autoras na prática profissional, que buscam na investigação científica desenvolver soluções aplicáveis a problemas observados na gestão de documentos em seus ambientes de trabalho.

Nesse cenário, propomos a elaboração de um SOC para a classificação arquivística baseado na reflexão sobre "prática empírica de organização contextual da informação" (Semidão; Valentim, 2012), que ganha corpo em um modelo conceitual com o objetivo de propor soluções que conciliem, demandas legais, recursos tecnológicos e o contexto de produção documental.

Nessa perspectiva, evidenciamos que a teia relacional formada pelos documentos, atividades e funções de um mesmo órgão produtor são elementos analisados no processo classificatório visando a categorização em classes hierárquicas para organizar e representar informações. Lima, Campos e Kobashi (2020) afirmam que esta é a melhor forma de organizar informações, tendo em vista que é mais fácil recuperar a informação estruturada do que a desorganizada.

Essa dita "organização" implica na compreensão e representação de diversos aspectos da informação, que já nasce carregada de características e relações próprias por ser um produto gerado a partir da realização de uma dada atividade em um determinado contexto. Diante disso, temos que a informação constitui relações de interdependência tanto com o fato que registra quanto com as demais informações produzidas naquele contexto de produção. Isto é, a

> [...] relação entre um fato e um documento surge no decurso da atividade e passa a existir no momento em que o documento é criado; pode assumir 21 diferentes formas dependendo da função do registro no desempenho da atividade. Além disso, esta relação existe em dois níveis diferentes, o nível individual e o nível colectivo, referindo-se o primeiro à relação entre um documento e o ato ou fato em que participa, e o último referindo-se à relação entre o

> conjunto de documentos. registros e o conjunto de atividades de um criador que os cria (Duranti; Franks, 2015).

Portanto, trata-se de uma complexa rede de relações que se ambienta no contexto de produção documental e que necessita de organização e representação para permitir o entendimento e a recuperação das informações envolvidas. Nesse cenário, classificar, organizar e representar documentos e seus conteúdos informacionais é um dos pontos de encontro da arquivística com áreas interdisciplinares como a Ciência da Informação e a Organização do Conhecimento.

Deste modo, entende-se que o conhecimento arquivístico gerado ao longo do processo de análise do órgão produtor, seus documentos, funções e atividades é matéria-prima fundamental para a classificação arquivística e elaboração de instrumentos, sistemas ou modelos oriundos do processo classificatório (Tognoli; Rodrigues; Guimarães, 2019).

ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICO

Para desenvolver o referido SOC, adotamos uma abordagem qualitativa com uso de revisão de literatura (pesquisa bibliográfica) para compreender as diferentes possibilidades de classificação arquivística, seus objetivos, funções, importância e para explorar o documento como objeto central da classificação. Em seguida, nos aprofundarmos em direção aos seus elementos constitutivos internos e externos visando contextualizar modelos da classificação e compreender as diferentes possibilidades de classificação em arquivos. Além da pesquisa bibliográfica, a investigação também é baseada na análise de *corpus* documental por abordar atos legislativos relacionados ao acesso à informação, proteção de dados pessoais e documentos de arquivo com vias compreender as relações da classificação arquivística com estes pontos.

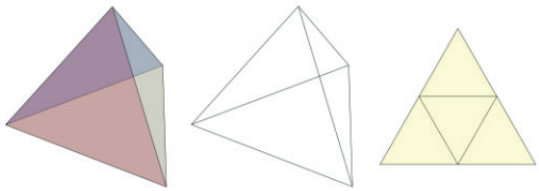
O desenvolvimento da pesquisa ocorre dentro de quatro dimensões igualmente importantes para a sustentação do modelo conceitual proposto, a saber: dimensão teórico-conceitual, dimensão legal, dimensão tecnológica, dimensão metodológica

Diante disso, absorvemos da geometria o conceito de tetraedro para representar a investigação proposta.

> Em geral, um tetraedro é um poliedro com quatro lados. Se todas as faces forem congruentes, o tetraedro é conhecido como tetraedro isósceles. Se todas as faces forem congruentes a um triângulo equilátero, então o tetraedro é conhecido como tetraedro regular (embora o termo "tetraedro" sem qualificação adicional seja frequentemente usado para significar "tetraedro regular"). Um tetraedro com um triedro cujos ângulos de face são retos é conhecido como tetraedro trirretangular (Weisstein, 2023).

Portanto, temos no tetraedro, uma forma geométrica equilátera, ou seja, formada por quatro faces iguais, a representação de que as quatro dimensões são igualmente necessárias para estruturar o SOC.

Figura - Regular Tetrahedron



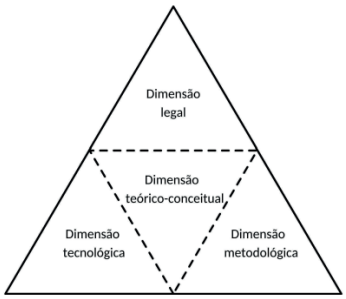
Fonte: Weisstein, 2023.

Nesse sentido, a dimensão teórico-conceitual é voltada para os elementos necessários para a compreensão da classificação em arquivos enquanto função, seu contexto e objetivos, bem como as múltiplas possibilidades de classificação considerando os elementos internos e externos do documento de arquivo.

A dimensão legal, por sua vez, compreende as garantias legais que permeiam a elaboração de um SOC para a classificação arquivística, que deve contemplar a responsabilidade sobre a gestão de documentos, o direito de acesso à informação e a necessidade de se assegurar a proteção de dados pessoais, que no Brasil são prerrogativas dadas pela Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991 - Lei de Arquivos, Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 - Lei de Acesso à Informação (LAI), e Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), que foi alterada pela Lei nº 13.853, de 8 de julho de 2019.

Não menos importante, a dimensão tecnológica contempla a discussão sobre documentos digitais e os Modelos de Metadados como recurso capital para a representação e organização destes documentos. E, por fim, chegamos à dimensão metodológica, que contempla reflexões acerca dos recursos metodológicos que subsidiam a elaboração do SOC, isto é, os estudos sobre modelos conceituais, análise de domínio e Sistemas de Organização do Conhecimento.

Figura 3 - As dimensões do SOC como faces de um tetraedro



Fonte: Elaboração própria

Ademais, ante o exposto, vale destacar que utilizamos a perspectiva trazida pela OC, que nos instrumentaliza com os SOC, como forma de esquematizar, organizar e representar o conhecimento, inclusive o produto do processo intelectual de classificação arquivística. Isto posto, pontuamos que

> SOC são sistemas conceituais semanticamente estruturados que contemplam termos, definições, relacionamentos e propriedades dos conceitos. Na organização e recuperação da informação, os SOC cumprem o objetivo de padronização terminológica para facilitar e orientar a indexação e os usuários. Quanto à estrutura variam de um esquema simples até o multidimensional, enquanto que suas funções incluem a eliminação da ambiguidade, controle de sinônimos ou equivalentes e estabelecimento de relacionamentos semânticos entre conceitos (Carlan; Medeiros, 2011).

Os SOC podem tomar diversas formas em sua elaboração e no presente estudo será materializado em um modelo conceitual. A modelagem conceitual é "uma técnica formal para representar os principais conceitos e as relações entre eles em um dado domínio de conhecimento", por esse motivo será necessário construir um domínio para a classificação arquivística que servirá de base para o desenvolvimento do referido modelo (Gueguen; Fonseca; Pitti; Grimoüard, 2013, p. 108).

A construção do domínio é baseada na perspectiva de Hjørland (2002), que apresenta 11 formas de se estudar um domínio, das quais escolhemos 3, em consonância com a recomendação do autor, que sugere combinar duas ou mais abordagens para a construção de um domínio bem fundamentado. Barros, Bastos e Santos (2022) indicam uma limitação em relação ao desenvolvimento dos instrumentos arquivísticos, que usualmente não avançam do status de "instrumentos voltados para a eliminação da ambiguidade, controle de sinônimos e estabelecimento de relações hierárquicas" em direção ao estabelecimento de relações associativas e apresentação das propriedades do conhecimento representado. Esta limitação ocorre porque os atuais modelos transportaram a perspectiva enrijecida dos documentos em papel para os ambientes digitais.

Schmidt e Smit (2013) dividem em duas as possibilidades informacionais contidas nos documentos arquivísticos, quais sejam as informações de contexto (extrínsecas) e as informações de conteúdo (intrínsecas). Tradicionalmente, as informações de contexto servem de base para a classificação arquivística, mas em ordem a ampliar os elementos contemplados pelos instrumentos que operacionalizam essa função, propomos uma associação entre contexto e de conteúdo visando aumentar a representação dos elementos constitutivos dos documentos arquivísticos. Esta associação permite que o documento arquivístico cumpra seu papel social no que tange o acesso à informação sem perder de vista o seu estatuto probatório (Schmidt; Smit, 2013). Nesse sentido, apresentamos como proposta a ampliação da função classificação a partir de uma perspectiva que associa os

elementos de contexto e de conteúdo do documento arquivístico, sistematizando-os em um SOC, objetivando aumentar o espectro de representação, controle e possibilidades de recuperação para favorecer o acesso às informações contidas nos documentos arquivísticos independente do suporte.

RESULTADOS E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados parciais da pesquisa apontam para a necessidade de articulação das duas possibilidades informacionais compreendidas nos documentos arquivísticos, ou seja, considerar os elementos de contexto e de conteúdo no processo classificatório, objetivando ampliar a representação da informação, possibilitando a sua recuperação e acesso. Para tanto, propomos a elaboração de um SOC que relacione as possibilidades informacionais da arquivística, com elementos da TI - os metadados, dentro da perspectiva da OC para propor um redimensionamento das práticas, métodos e instrumentos da classificação arquivística.

A análise de domínio foi o recurso metodológico utilizado para fundamentar o SOC, a partir da construção de um domínio para a classificação arquivística. Na construção deste domínio foi constatada a necessidade de associar as abordagens apresentadas por Hjørland (2002) à abordagem da proveniência arquivística delineada por Guimarães e Tognoli (2015). Assim, adotar uma abordagem específica da proveniência arquivística nos permite assegurar o papel central do contexto no domínio construído. Consideramos o contexto como um consenso para a arquivística, o que nos levou à elaboração de uma garantia específica para este elemento como resultado da pesquisa: a garantia contextual arquivística.

A garantia contextual arquivística baseia-se na natureza particular do conhecimento arquivístico, que se dá em decorrência da análise dos vínculos indissociáveis presentes na teia relacional composta pelo órgão produtor, seus documentos, funções e atividades, que ocorrem em um determinado contexto. Portanto, a garantia contextual arquivística é o critério pelo qual os SOC ambientados na arquivística devem ser capazes de garantir a representação do contexto dos documentos e informações, de forma a possibilitar a recuperação, acesso e manutenção do seu significado ao longo do tempo e no espaço.

REFERÊNCIAS

BARROS, T. H. B.; BASTOS, C. M. C.; DOS SANTOS, A. C. R. Sistemas de organização do conhecimento no contexto da arquivologia: aportes metodológicos para seu desenvolvimento. **Acervo**, [S. l.], v. 35, n. 2, p. 1–20, 2022.

BRASIL. Lei nº. 12.527, de 18 de novembro de 2011. **Regula o acesso a informações e dá outras providências**.

BRASIL. Lei nº. 13.709, de 14 de agosto de 2018. **Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)**.

CARLAN, E.; MEDEIROS, M. B. N. Sistemas de organização do conhecimento na visão da ciência da informação. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, v. 4 No 2, n. 2, p. 53-73, 2011.

CONTEXT. DURANTI, Luciana; FRANKS, Patricia C. **Encyclopedia of archival science**. Rowman & Littlefield, Maryland. 2015.

DURANTI, Luciana; EASTWOOD, Terry; MACNEIL, Heather. **Preservation of the Integrity of Electronic Records**. Springer Science+Business Media Dordrecht, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5a ed. – São Paulo: Atlas, 2016.

GUEGUEN, G.; FONSECA, V. M. M.; PITTI, D. V.; GRIMOÜARD, C. S. Para um modelo conceitual internacional de descrição arquivística. **Acervo - Revista do Arquivo Nacional**, v. 26, n. 2, p. 100-116.

GUIMARÃES, J. A. C.; TOGNOLI, N. B. Provenance as a domain analysis approach in archival knowledge organization. **Knowledge Organization**, v. 42, n. 8, p. 562-569, 2015.

HJØRLAND, B. Domain analysis in information science: eleven approaches-traditional as well as innovative. **Journal of Documentation,** v. 58, n. 4, p. 422-462, 2002

LIMA, G.; CAMPOS, M. L. A.; KOBASHI, N. Y.. Perspectivas de modelagem conceitual na elaboração de sistemas de organização do conhecimento: subsídios para o ensino. In: **Do tratamento à Organização da Informação: reflexões sobre concepções, perspectiva e tendências**. Coimbra: IMPRENSA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA, 2020, p. 119-144.

MAZZOCCHI, Fulvio. "Knowledge organization system (KOS)". **Knowledge Organization**, 45, 2018, no.1: 54-78.

SCHMIDT, Clarissa; SMIT, Johanna. Organização e representação da informação em arquivos: uma análise a partir da função classificação. In **XII Congreso ISKO España y II Congreso ISKO España-Portugal**, 19-20 de noviembre, 2015, Organización del conocimiento para sistemas de información abiertos. Murcia: Universidad de Murcia.

SEMIDÃO, Rafael A. Moron; VALENTIM, Marta Lígia Pomim. Notas sobre uma possível aproximação conceitual entre a arquivologia e a abordagem de gestão da informação e do conhecimento. **Estudos avançados em Arquivologia**. Marília. Oficina Universitária, p. 275-290, 2012.

EIXO 3

ATUAÇÃO PROFISSIONAL, PRÁTICAS FORMATIVAS E COMPETÊNCIAS NA ARQUIVOLOGIA FRENTE À TRANSFORMAÇÃO DIGITAL

ATUAÇÃO DO ARQUIVISTA EM SISTEMAS INFORMATIZADOS E SUA RELAÇÃO COM A MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO

BAHIAN ARCHIVIST'S PERFORMANCE ON COMPUTERIZED SYSTEMS AND ITS RELATION WITH INFORMATION MEDIATION

Livia Braz Silva Soares
Universidade Federal da Bahia

Gleise da Silva Brandão
Universidade Federal da Bahia

Resumo

Objetiva-se analisar a atuação do arquivista como mediador no âmbito dos sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos. Os procedimentos metodológicos adotados foram a pesquisa bibliográfica e o método de levantamento para aplicação de questionário *online* com arquivistas baianos, a partir de uma abordagem quali-quantitativa. Os resultados obtidos indicam que a atuação em ambiente informacional digital amplia e modifica as formas de mediar, ao passo que permite o gerenciamento, automatização e ampliação de processos e atividades, bem como a interação com o usuário. Dessa forma, conclui-se que a mediação da informação se mostra relevante em todo fluxo informacional, permite e fortalece a relevância e o uso das informações arquivísticas de forma facilitada e reflexiva.

Palavras-Chave: Arquivista; Mediação da informação; Sistemas informatizados.

Abstract

The objective is to analyze the role of the archivist as a mediator within the scope of computerized archival document management systems. The methodological procedures adopted were bibliographical research, survey research and the application of an online questionnaire with archivists from Bahia, based on a qualitative-quantitative approach. The results obtained indicate that working on a digital information environment expands and modifies the ways of mediating, while allowing the management, automation and expansion of processes and activities, as well the interaction with the user. Thus, it is concluded that information mediation is relevant in every information flow, allowing and strengthening the relevance and use of archival information in a facilitated and reflective way under the responsibility of the mediating archivist.

Keywords: Archivist; Information mediation; Computerized systems.

INTRODUÇÃO

O atual dinamismo tecnológico presente na prática arquivística e impulsiona transmutações no perfil profissional, como a necessidade de incorporar uma atuação ativa ao mediar o fluxo informacional de forma a contribuir para uma melhor adequação às necessidades informacionais do usuário, proporcionar a base de informação para construção de conhecimento e protagonizar ações mediadoras.

Com o desenvolvimento das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), nota-se que os sistemas informatizados, que possuem o objetivo de facilitar a gestão, o armazenamento, a preservação e a recuperação de documentos, têm sido amplamente utilizados em ambientes de gestão arquivística de documentos, trazendo maior complexidade à atividade mediadora da informação, sobretudo quando converge a um viés sócio-tecnológico da prática arquivística.

Logo, acredita-se que à medida que as interações informacionais entre sujeitos via sistemas informatizados acontecem, a atividade de mediação da informação passa a ocorrer também por intermédio tecnológico, conforme será aprofundado na segunda seção do trabalho. Destaca-se que este trabalho foca nos sistemas utilizados no âmbito da gestão de documentos como o Sistema informatizado de Gestão Arquivística de Documentos (SIGAD) e o Gerenciamento Eletrônico de Documentos (GED).

Assim, este trabalho reflete sobre a atuação do arquivista como mediador na ambiência desses sistemas informatizados digitais ao desenvolver atividades do próprio fazer arquivístico com analisar, organizar e disseminar a informação e o desenvolvimento e aperfeiçoamento de instrumentos, procedimentos e operações técnicas visando atender à necessidade informacional do usuário. À vista disso, cabe discutir a atuação do arquivista, sobretudo na sua incumbência de mediador, sob o viés sócio-tecnológico. Questiona-se, por este motivo, de que forma a mediação da informação é realizada pelo arquivista no âmbito dos sistemas informatizados voltados à gestão arquivística de documentos? Portanto, objetiva-se analisar a atuação do arquivista como mediador no âmbito dos sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos.

Este trabalho encontra-se estruturado em 4 seções, além desta introdução. A segunda seção discorre sobre as interfaces e relações entre a mediação da informação e os sistemas informatizados; a terceira apresenta os procedimentos metodológicos; a quarta pretende investigar empiricamente a atuação do arquivista/medidor em sistemas informatizados; por fim, aponta-se as considerações finais acerca do tema tratado.

RELAÇÕES ENTRE OS SISTEMAS INFORMATIZADOS E A MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO

As TIC, na contemporaneidade, permeiam os elementos que compõem o fluxo infocomunicacional em ambientes digitais – direta ou indiretamente – e vem modificando as relações sociais e comportamento dos sujeitos em face ao acesso à informação. Gouveia (2004) aponta que essas tecnologias não apenas transformam a sociedade, mas são incorporadas pelos usuários em seus contextos sociais, criando uma nova comunidade local e global: a Sociedade da Informação. Ela está baseada nas "[...] tecnologias de informação e comunicação que envolvem a aquisição, o armazenamento, o processamento e a distribuição da informação por meios eletrônicos, como a rádio, televisão, telefone e computadores, entre outros." (Gouveia, 2004, p. 12).

Assim, o processamento e a distribuição da informação na sociedade da informação ganham uma nova roupagem: a interconexão de espaços, formas e sujeitos. A transição paradigmática de um viés custodial – no qual a posse e o controle dos documentos se limitam ao espaço físico – para uma visão pós-custodial – onde se fortalece a noção mais ampla do acesso, disseminação e uso da informação favoreceu a crescente digitalização e transformação digital das informações e, consequentemente, o uso de sistemas informatizados. De acordo com Laudon e Laudon (1999), tais sistemas podem ser definidos como um conjunto de componentes relacionados entre si que trabalham juntos a fim de processar informação e contribuir com a administração organizacional.

Portanto, a gestão arquivística de documentos digitais objetiva gerir os documentos especificamente em formato digital, visando, sobretudo, garantir que os mesmos métodos, técnicas e procedimentos inicialmente aplicados aos documentos analógicos sejam aplicados ao documento digital de forma que garanta a autenticidade e a preservação dos documentos de arquivo.

O e-ARQ (Conarq, 2022) – modelo de especificação de requisitos para sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos – dispõe-se a estabelecer diretrizes e requisitos técnicos para a implementação de sistemas informatizados que atendam às necessidades de gestão arquivística de documentos em conformidade com os seus princípios e normativas. O Quadro 1 traz uma divisão sobre os tipos de sistemas informatizados, suas características e aplicabilidade.

Quadro 1 – Tipos de Sistemas informatizado

Sistema informatizado de gestão arquivística de documentos (SIGAD)	Sistema voltado para a gestão arquivística de documentos;
	Visa o controle do ciclo de vida dos documentos, desde a produção até a destinação final, seguindo os princípios da gestão arquivística de documentos;
	Consegue manter a relação orgânica entre os documentos e de garantir a confiabilidade, a autenticidade e o acesso, ao longo do tempo;
	Aplicável em ambientes que gerenciam documentos digitais, não digitais e híbridos;
	Permite a aplicação do plano de classificação e tabela de temporalidade, além de dar apoio à preservação dos documentos. Garantindo sua autenticidade e proporcionando uma base sólida para a conformidade com normas e regulamentos arquivísticos.
Gerenciamento eletrônico de documentos (GED)	Conjunto de tecnologias utilizadas para organização da informação não estruturada. Direciona para gestão de documentos eletrônicos: desde a captura até a organização, englobando o processo de indexação, recuperação e distribuição;
	O GED engloba tecnologias de digitalização, automação de fluxos de trabalho (*workflow*), processamento de formulários, indexação, gestão de documentos, repositórios, entre outras;
	Voltado para a gestão de documentos eletrônicos, desde a captura até a organização, armazenamento, recuperação e distribuição. Aprimorar a eficiência e a produtividade ao reduzir a dependência da instituição a documentos físicos, promove a automatização de processos e fluxo de trabalho; facilita o acesso rápido e seguro aos documentos eletrônicos.

Enterprise Content Management (ECM)	Possui uma abordagem mais ampla de gestão de conteúdo. Abrangendo não apenas documentos, mas todo o conteúdo eletrônico, utilizando ferramentas de workflow ou Business Process Management System (BPM). Também suporta diversos tipos de formato multimídia e possibilita a integração com outros softwares e Enterprise Resource Planning (ERPs);
	Permite a centralização, organização, acesso seguro e a colaboração efetiva em todo o ciclo de vida do conteúdo.

Fonte: Elaborado pelas autoras, baseado em Conarq, 2022.

Cada um dos sistemas tem suas características e funcionalidades específicas e a escolha depende do contexto informacional e requisitos da organização em relação à gestão de documentos e conteúdo (Conarq, 2022, p. 28). Um GED ou um ECM tratam os documentos de maneira compartimentada, enquanto o SIGAD parte de uma concepção orgânica. É relevante destacar que, apesar do SIGAD contemplar as funções arquivísticas e gerir a informação arquivística, ele não é um ambiente ideal para preservação, para tanto recomenda-se o uso integrado com um Repositório digital confiável e arquivístico (RDC-Arq), responsável por "[...] armazenar documentos de guarda longa e os destinados à guarda permanente." (Conarq, 2022, p. 46).

O *e-ARQ* (Conarq, 2022) traz no seu corpo requisitos a serem cumpridos ao se implementar uma gestão arquivística de documentos. Requisitos esses apresentados no Quadro 2.

Quadro 2 – Requisitos para desenvolver gestão arquivística de documentos

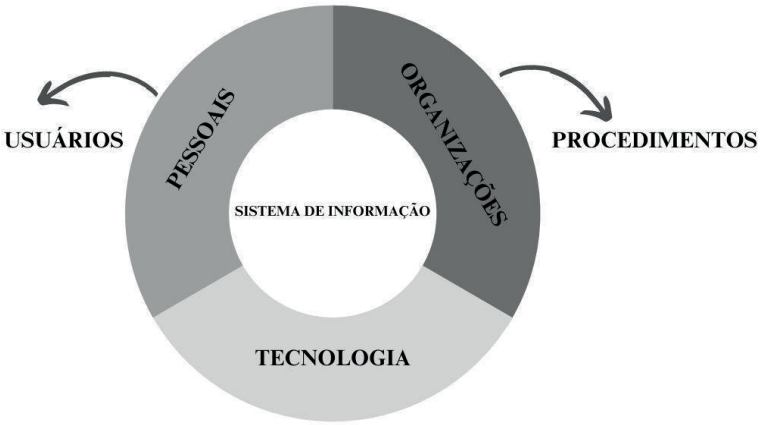
Gestão Arquivística de Documentos	Contemplar o ciclo de vida dos documentos;
	Garantir a acessibilidade dos documentos;
	Manter os documentos em ambiente seguro;
	Reter os documentos somente pelo período estabelecido na tabela de temporalidade e destinação;
	Implementar estratégias de preservação dos documentos desde a sua produção e pelo tempo que for necessário;
	Garantir as seguintes características do documento arquivístico: relação orgânica, unicidade, confiabilidade, autenticidade e acessibilidade

Fonte: Elaborado pelas autoras, baseado em Conarq (2022).

No contexto da gestão, é perceptível a predominância de um viés tecnicista quanto ao processamento, preservação e acesso (disponibilidade) com a informação. Assim, pouco se enfatiza o usuário e suas necessidades informacionais, cabendo a cada profissional priorizá-los na sua atuação, levando em consideração o seu contexto e percepção de importância. Por isso, defende-se uma perspectiva sociotécnica.

Mülbert e Ayres (2007) trazem uma abordagem sociotécnica para os sistemas de informação, sendo, estes, compostos por: tecnologia, organizações (procedimentos) e pessoas (usuários).

Figura 2 – Características da abordagem sociotecnológica



Fonte: Elaborado pelas autoras.

As organizações seriam os locais onde ocorrem procedimentos operacionais e administrativos; os usuários são aqueles que dispõe das informações; a tecnologia consiste nos meios utilizados para implementação dos sistemas de informação que envolve o computador propriamente dito e demais equipamentos (*hardware*), os programas e aplicativos (*software*), as formas de armazenamento dos dados (bancos de dados) e os recursos de telecomunicação e informação (TIC) que interconectam os computadores e demais equipamentos em rede (Mülbert; Ayres, 2007).

Essa abordagem permite uma perspectiva que reconhece um entrosamento complexo entre os aspectos sociais e tecnológicos, logo, sai da concepção do sistema somente ser composto por uma combinação de *hardware* e *software*, e perpassa para a concepção que há uma influência também por fatores socioculturais, organizacionais e políticos. Sendo, portanto, um arranjo de elementos técnicos e sociais. Transcendendo o determinismo tecnológico, pois o seu reflexo percorre toda organização (interna e externamente) (Laudon; Laudon, 2003).

Almeida Júnior (2009) compreende a mediação como parte de todo o fazer profissional e propõe que essa atuação se dê a partir de uma ação de interferência que estimule o desenvolvimento da autonomia do usuário, a fim de satisfazer as suas próprias necessidades informacionais. Busca-se, neste trabalho, aproximar a mediação da informação à gestão arquivística de documentos em sistemas informatizados, tendo em vista que a mediação pode viabilizar o acesso e uso aos serviços de informação e sua interação com os usuários, além de trazer uma visão dinâmica/ativa a esse sujeito que procura, avalia

e usa a informação de que necessita (Brandão, 2017). Esse entendimento coaduna com os objetivos da gestão arquivística que estão voltados para a democratização do acesso, uso eficiente e afins.

Mediar, portanto, pressupõe uma ação de interferência ao permitir "[...] um ato reflexivo e produtivo, pois está inserida em um processo que se relaciona ao conjunto de ações e sistemas auxiliando o profissional da informação a interferir e atender as necessidades informacionais dos usuários" (Ramos; Santos; Jesus, p. 2, 2020). Essas interferências demandam do arquivista um arcabouço teórico e técnico que engloba áreas como a tecnologia, comunicação, educação e afins, exigindo, além disso, uma atuação mais crítica, ativa e consciente (Brandão; Borges, 2018).

A sociedade caminha juntamente com a evolução tecnológica e informacional. Logo, os processos de comunicação tendem a ficarem mais complexos e demandam melhor eficiência. A realidade do arquivista na contemporaneidade requer novas formas de mediar a informação a fim adaptar-se às TIC no processo de tratamento técnico dos acervos e o seu impacto no comportamento dos usuários que buscam esses locais.

Levando em consideração a visão holística que o processo de gestão aliado à mediação da informação proporciona, recomenda-se ao arquivista mediador atuar em duas frentes: técnica e educativa, além de participar do planejamento, implantação e adequação do sistema à realidade institucional. O arquivista pode promover ações de conscientização e educação quanto ao acesso e uso da informação, via TIC, voltadas à construção de uma maior autonomia e criticidade dos sujeitos com a informação.

Assim, conclui-se que tal contexto tecnológico e informacional requer do arquivista novas formas de mediar a informação que contemplem não apenas o processo de tratamento técnico dos acervos, mas também o comportamento dos usuários, portanto a partir de uma abordagem sociotécnica.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A estratégia metodológica da pesquisa é definida pela aplicação de uma abordagem quali-quantitativa, pois busca-se analisar e interpretar os significados presentes nos dados com o apoio de dados estatísticos. Quanto aos objetivos, aplica-se a pesquisa descritiva através da realização de um questionário como forma de obtenção de dados. Permitindo, dessa forma, analisar a atuação do arquivista em sistemas informatizados.

Quanto aos procedimentos e técnicas, foram utilizados dois tipos: pesquisa de levantamento e pesquisa bibliográfica. A pesquisa bibliográfica se deu em bases de dados como a Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI) e a Scielo, no portal de periódicos Capes e no *Google* acadêmico. Os termos utilizados na busca englobam: mediação da informação, sistemas informatizados e gestão arquivística de documentos. Quanto às estratégias de busca, destaca-se a utilização das aspas e dos operadores booleanos

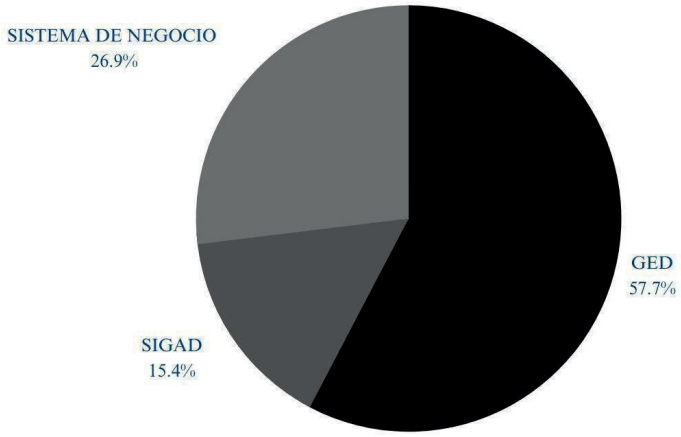
"and" e "or" e para refinamento dos resultados houve a adoção dos idiomas português, espanhol e inglês.

Adotou-se o método de levantamento que compreendeu a aplicação de questionário *online* em junho de 2023 com 15 questões (abertas e fechadas), também foi utilizado como parâmetro a escala Likert em cinco níveis: "discordo totalmente", "discordo", "indiferente", "concordo" e "concordo totalmente", via *Google Forms*. A coleta foi voltada para profissionais que trabalham com sistemas informatizados, da esfera pública e privada, na Bahia. O envio do questionário foi realizado por e-mail para 57 arquivistas; foram obtidas 19 respostas. Os dados foram tratados e sistematizados em dados estatísticos que apoiaram a análise qualitativa do conteúdo com base nos aportes teóricos.

ATUAÇÃO DOS ARQUIVISTAS EM SISTEMAS INFORMATIZADOS

Nesta seção, foi observada a atuação dos arquivistas participantes, como mediadores, em sistemas informatizados. Os resultados demonstram que a maioria dos questionados, 57,7% atua com sistemas GED, 26,9% com sistemas de negócios e 15,4% com SIGAD. Observou-se que, apesar do SIGAD ser o sistema recomendado para a gestão de documentos arquivísticos pelo Conarq, a sua aplicação não se reflete na realidade vivenciada no ofício dos participantes, pois a maioria utiliza outros sistemas. Demandando dos atuantes ministrar adaptações nos sistemas, assim como nas suas atividades institucionais, para o desenvolvimento das funções arquivísticas. Conforme relataram, 68,4% não são alocados apenas para o processamento técnico de informação, mas participaram ativamente do processo de implementação. Assim, percebeu-se que esses profissionais estão conseguindo ganhar espaço na fase de desenvolvimento e adequação dos sistemas.

Gráfico 2 – Sistema informatizado atuantes



Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Outro fator importante é o tempo de atuação. Vê-se, no Tabela 1, que a maioria dos respondentes (52,6%) atua há mais de 3 anos com sistemas informatizados. Entretanto, uma parcela significativa (46,78%) possui menos de 2 anos. Assim, os dados trazem indícios de uma incorporação de profissionais relativamente recente no meio e que há uma absorção no mercado para atuar na gestão de documentos digitais.

Tabela 1 – Tempo de atuação em sistema informatizado

0 a 6 meses	5,3%
0 a 1 ano	15,8%
1 a 2 anos	26,3%
Mais de 3 anos	52,6%

Fonte: Dados da pesquisa, 2023

O Gráfico 3 apresenta as principais atividades desenvolvidas pelos respondentes a partir do uso de sistemas informatizados.

Gráfico 3 – Atividades desenvolvidas em sistemas informatizados

Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

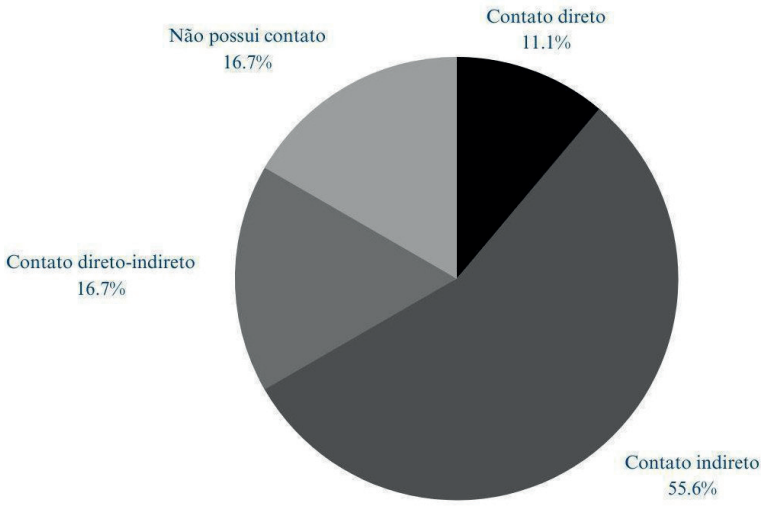
De acordo com os resultados, 15,8% afirmam que efetuam alguma atividade de implementação de ações educativas. Percebe-se, nesse sentido, uma baixa adesão no fomento da autonomia do usuário por intermédio das ações educativas. As ações de atividades culturais e educativas são as que melhor cumprem a função de transformar a informação num bem social, popular da comunidade (Bellotto, 2006). Elas podem ser direcionadas para a qualificação dos sujeitos a fim de possibilitar o desenvolvimento e aprimoramento de competências que proporcionam a compreensão, utilização e interação de forma proativa e efetiva com a informação no ambiente sistêmico-informacional.

Adiante, buscou-se compreender recursos, ferramentas ou mecanismos que os respondentes utilizam na realização das suas atividades para facilitar a busca e uso da informação pelo usuário. Foram indicados: instrumentos de pesquisa, manuais, descrição documental, filtros por metadados e disponibilização de canais de atendimento *online*. Os relatos reforçam uma ênfase na perspectiva de instrumentalização da atividade profissional para a promoção de acesso e uso da informação.

Importante ressaltar que ao serem questionados acerca de quais ações foram realizadas no momento da implementação e/ou adaptação do sistema informatizado tendo em vista o usuário, cerca de 68,4% apontam que ocorreu algum tipo de orientação, sendo ele: 52,6% treinamento e 21,1% estudo de usuário. Já uma porcentagem de 26,3% relata que não existiu nenhum tipo de ação nesse sentido. Nota-se que houve uma preocupação de estimular a participação dos usuários neste processo, tais ações de interferência possibilitam vislumbrar a mediação da informação, conforme compreende Almeida Júnior (2009).

Em seguida, os respondentes relataram como acontece a interação com o usuário. O Gráfico 4 demonstra que 55,6% dos contatos ocorrem via *e-mail* ou diretamente via sistema. Outras formas de contato apontadas (27,8%) ocorrem por *software* de videochamadas, telefone e *chat online*. É evidente que, ao atuar em sistemas informatizados, o arquivista se depara com uma comunicação majoritariamente mediada por tecnologia.

Gráfico 4 – Contato com o usuário

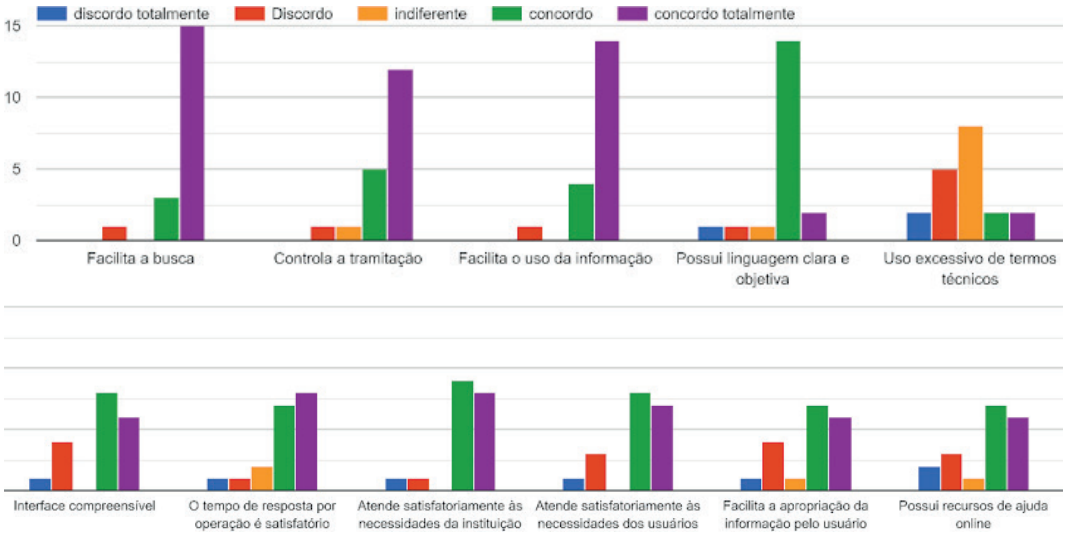


Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

No Gráfico 5 apresenta-se a percepção dos respondentes acerca do atendimento do sistema informatizado quanto aos atributos apresentados. Foi utilizado como parâmetro a escala *Likert*. Ela permitiu mensurar o ponto de vista e a postura dos arquivistas de

forma escalonada em cinco níveis aos tópicos propostos: “discordo totalmente”, “discordo”, “indiferente”, “concordo” e “concordo totalmente”.

Gráfico 5 – Percepção acerca do atendimento do sistema informatizado os atributos apresentados



Fonte: Dados da pesquisa, 2023

A maioria concorda totalmente que o sistema facilita a busca (78%), controla a tramitação (63%) e facilita o uso da informação (73%). No que diz respeito ao item “possuir uma linguagem clara e objetiva”, a categoria mais indicada foi “concordo” (73%). Observa-se que o comportamento muda no item que apresenta o uso excessivo de termos técnicos, no qual a maioria é indiferente (42%). A partir disso, destaca-se que o mediador precisa ter o cuidado e a sensibilidade ao adequar a linguagem técnica ao perfil do usuário a de fim torná-lo mais palatável, uma vez que a interlocução da informação depende da comunicação para o compartilhamento de saberes, da qual transcorre o processo de construção do conhecimento (Gomes, 2008).

Os itens a seguir possuem um certo equilíbrio nas indicações das categorias “concordo totalmente” e “concordo” (indicadas entre parênteses respectivamente), sendo as mais indicadas pelos respondentes: a interface é compreensível (31%, 41%); tempo de resposta por operação é satisfatório (42.%, 36%); atende satisfatoriamente às necessidades da instituição (36%, 31%); atende satisfatoriamente às necessidades dos usuários (36%, 42%); facilita a apropriação da informação pelo usuário (31%, 36%); possui recursos de ajuda *online* (31%, 36%). No entanto, destaca-se que 31,6% discorda que o sistema possa facilitar a apropriação da informação, aspecto esse é um elemento substancial da ação mediadora (Almeida Júnior, 2009).

Vê-se que a compreensão dos participantes é de que o sistema permite o controle e automatização de processos e atividades, mas ainda se mostra insuficiente, em certos níveis, como, por exemplo, "facilita a apropriação da informação" (21%, 15% discordam ou discordam totalmente, respectivamente) e em "possui recursos voltados para auxílio do usuário" (15%, 10% discordam ou discordam totalmente, respectivamente). Tópicos esses que apresentam uma maior disparidade percentual.

Por fim, foi solicitado que indicassem funções que acrescentariam aos sistemas com o intuito de facilitar o acesso/uso da informação pelo usuário. Foram indicados aspectos como a integralidade e centralidade na comunicação; capacidade de descrição multinível; *layout* elaborado e atrativo; curso de capacitação integrado ao sistema; simplificação do processo de recuperação da informação; melhoria nos filtros de buscas. Sendo notável a preocupação do profissional com o sujeito que procura a informação e da percepção da importância do sistema informatizado quanto a viabilizar a relação do usuário com o acesso à informação (84,2%).

As ações de interferência - que oportunizam a busca de informação - precisam contemplar a apropriação - onde se oportuniza a satisfação da necessidade informacional do usuário (Almeida Júnior, 2015). Estas ações, quando associadas ao contexto sociotécnico da atuação em sistemas informatizados, possuem o potencial de impulsionar uma mudança tanto no fazer, quanto no perfil profissional do arquivista, pois possibilitaria uma atuação mais ativa ao promover o desenvolvimento de competências dos usuários, de modo a incentivar a sua autonomia. Contudo, ao analisar os resultados, verifica-se que a ação mediadora se dá majoritariamente com o uso da técnica e da instrumentalização para disponibilização da informação. O pensar sobre a apropriação do usuário acontece, na maioria dos relatos, de forma secundária e não priorizada. Logo, emerge a necessidade de fortalecer o inter-relacionamento da prática/técnica com a tecnologia e sociedade, de maneira que a mediação da informação estenda-se por todo o fluxo informacional; ressignificando os ambientes informacionais computadorizados contemporâneos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Pós-Modernidade introduziu, juntamente com as TIC, uma vasta gama de possibilidades acerca do processo informacional; remodelando a forma como nos comunicamos, nos informamos e interagimos socialmente. O advento dos sistemas informatizados no cotidiano da atuação arquivística é um dos reflexos das necessidades informacionais deste tempo. Compreender e refletir sobre como acontece o processo de mediação da informação nesse contexto é possibilitar a adaptabilidade do fazer arquivístico para atender as necessidades informacionais da sociedade pós-moderna.

A partir dos resultados da pesquisa, é possível identificar indícios de que a atuação dos arquivistas na mediação via sistemas informatizados ainda está fortemente interligada

à disponibilização, o que pode reforçar um entendimento de passividade perante os usuários colocando-os como receptores da informação. Essa forma de mediação acaba por interferir nas atividades arquivísticas de modo a limitar o profissional a atuar de maneira instrumentalizada e pouco reflexiva ao ambiente e sujeitos à sua volta. Contudo, a mediação prevê um processo colaborativo e de negociação entre arquivistas e usuários.

O processo de mediação da informação que se dá via sistemas informatizados torna imprescindível que o arquivista desenvolva uma atuação que considere as peculiaridades institucionais, competência em tecnologia e consonância às necessidades de uso da informação. Por consequência, a sua atuação poderá ter maior eficiência em diagnosticar as dificuldades no acesso e superá-las, ao passo que contribui para a gestão, automatização e ampliação de processos e atividades. A pouca autonomia para buscar e acessar informação pode ocasionar no usuário certa limitação na produção do conhecimento, barreiras ao difundir informação, falta de estímulo à pesquisa e dependência contínua do arquivista.

As transformações sociais continuam a evoluir à medida que a tecnologia avança. A mediação da informação é crucial para a construção do paradigma pós-custodial ao vincular a interferência da atuação arquivística ao processo de apropriação do usuário. Fortalecendo, dessa forma, a relevância e uso das informações sob a responsabilidade do arquivista/mediador.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, O. **Mediação da informação e múltiplas linguagens**. Pesquisa em Ciência da Informação, João Pessoa, v. 2, n. 1, p. 89-103, 2009. Disponível em: https://brapci.inf.br/index.php/res/v/119300. Acesso em: 16 jan. 2023.

ALMEIDA JUNIOR, O. F. **Mediação da informação**: um conceito atualizado. In:

BORTOLIN, Sueli; SANTOS NETO, João Arlindo dos; SILVA, Rovilson José da (org.). Mediação oral da informação e da leitura. Londrina: ABECIN, 2015. p. 9-32.

BRANDÃO, G. **Competências infocomunicacionais e o Arquivista: mediação para a apropriação da Informação**. Orientadora: Lima, Jussara Borges Lima. 2017. 106 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação-PPGCI/Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

BRANDÃO, G.; BORGES, J. A contribuição das competências infocomunicacionais na atuação do arquivista enquanto mediador**. Em Questão**, Porto Alegre, v. 24, n. 3, p. 38–67, 2018. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/76752. Acesso em: 10 nov. 2022.

BELLOTTO, H. L. **Arquivos permanentes:** tratamento documental. 4ª edição**.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BRASIL. CONARQ. **E-ARQ BRASIL**: Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos. Rio de Janeiro: Câmara Técnica de Documentos

Eletrônicos: Conarq, 2022, 225 p. [versão 2]. Disponível em: https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/EARQV205MAI2022.pdf. Acesso em: 6 nov. 2022.

GOUVEIA, L. M. B. **Notas de contribuição para uma definição operacional**. 2004. Disponível em: http://www4.fe.uc.pt/fontes/trabalhos/2008007.pdf. Acesso em: 14 maio 2023.

GOMES, H. F. A mediação da informação, comunicação e educação na construção do conhecimento. 2008. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/handle/ri/3041. Acesso em: 14 maio 2023.

LAUDON, K. C.; LAUDON, J. P. **Gerenciamento de sistemas de informação**. 3. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1999.

MÜLBERT, A. L.; AYRES, N. M. **Sistema de Informações Gerenciais no Varejo e Serviços**. 2. ed. Palhoça: UnisulVirtual, 2007.

RAMOS, V. S.; SANTOS, R. R.; JESUS, I. P. O arquivista como mediador da informação e sua intervenção para a tomada de decisão: um estudo de caso no escritório de contabilidade conpor. **Informação@Profissões**, v. 9, n. 2, p. 1-19, 2020. Disponível em: https://brapci.inf.br/index.php/res/v/150944. Acesso em: 11 nov. 2022.

O ARQUIVISTA COMO MEDIADOR DA INFORMAÇÃO NAS EMPRESAS

THE ARCHIVIST AS INFORMATION MEDIATOR IN COMPANIES

Victor de Souza Ramos
Universidade Federal da Bahia

Henriette Ferreira Gomes
Universidade Federal da Bahia

Resumo

Propõe uma reflexão acerca do papel dos arquivistas como agentes mediadores da informação nos ambientes empresariais. Para isso, foi realizado um estudo de nível descritivo, com a adoção do método bibliográfico e da técnica de análise de conteúdo, com a abordagem qualitativa no processo interpretativo para o tratamento e análise das informações. Como resultado foram identificadas e analisadas as abordagens, conceitual e teórica, da mediação da informação e suas dimensões, cuja análise se deu em correlação aos estudos acerca do ambiente arquivo, buscando-se analisar as implicações da mediação nas empresas e no fazer arquivístico. Concluiu-se que a mediação da informação é um fundamento que deve orientar todas as atividades do profissional arquivista, cuja qualificação o capacita para exercer o papel de mediador consciente da informação orgânica, contribuindo para a construção de ambientes informacionais éticos e eficientes.

Palavras-Chave: Mediação da informação; Arquivistas; Ambiente empresarial. informação orgânica.

Abstract

It proposes a reflection on the role of archivists as information mediating agents in business environments. To this end, a descriptive study was carried out, adopting the bibliographic method and the content analysis technique, with a qualitative approach in the interpretative process for the treatment and analysis of information. As a result, conceptual and theoretical approaches to information mediation and its dimensions were identified and presented, the analysis of which was based on studies on the archival environment, seeking to analyze the implications of mediation in companies and archival practice. It is concluded that information mediation is a foundation that should guide all activities of the professional archivist, whose qualifications enable him to play the role of conscious mediator of organic information, contributing to the construction of ethical and efficient informational environments.

Keywords: Information mediation; Archivists; Business environment; Organic information.

INTRODUÇÃO

Se, por um lado, os arquivistas têm como objetivo principal, no seu fazer profissional, dar acesso à informação, por outro lado, eles devem se ater ao fato de que atuam em empresas, ou seja, ambientes que circulam muitos dados pessoais e sensíveis, que não devem ser disponibilizados para todos. Esse contexto é ainda mais desafiador na era atual, em que as transformações tecnológicas intensificam a necessidade de cuidados com a privacidade e a segurança dos dados, exigindo dos profissionais responsáveis pelas informações orgânicas uma compreensão aprofundada das novas tecnologias, domínio da utilização dessas novas tecnologias no ambiente arquivístico e o entendimento de como elas podem auxiliar o fluxo informacional nas empresas.

Sabendo-se disso, cabe ao arquivista, como profissional da informação que atua diretamente com os dados, documentos e informações das organizações, compreender o atual contexto orgânico de produção da informação nas empresas, caracterizado pela digitalização e automação dos processos, que aumentam a complexidade do gerenciamento da informação. Ou seja, o arquivista deve exercer o papel consciente de agente mediador dentro dos ambientes empresariais.

Nesse sentido, ao destacá-los como mediadores, é preciso considerar que há uma multiplicidade de categorias de mediação, como por exemplo, a mediação da cultura, a mediação da leitura e a mediação da informação (Santos Neto, 2019).

Para este estudo, o foco foi o de direcionar os arquivistas ao processo da mediação da informação: uma mediação que "[...] se propõe a solucionar conflitos de caráter informacional e/ou cultural, mas que se configuram também na esfera social" (Santos Neto, 2019, p. 36).

Entende-se, dessa forma, que a mediação da informação vai além do fazer e da prática profissional em ambientes tradicionais da informação como Bibliotecas, Centro de Documentações e/ou Arquivos. É preciso contemplar também o processo de mediação da informação nos ambientes empresariais. Isso se justifica ainda mais diante do fato de que dados, documentos e informações são bases para o funcionamento de qualquer empresa, especialmente na contemporaneidade onde as transformações digitais são cada vez mais presentes e constantes, e, por isso, as informações circulam com grande rapidez e em grandes volumes, aumentando as possibilidades de apropriação e uso indevido dessas informações.

Deve-se considerar que as empresas são locais onde é propícia a presença de profissionais da informação conscientes do seu papel de agentes mediadores da informação. Regidos pela ética, eles também devem estar atentos aos mecanismos de privacidade e proteção dos dados pessoais e sensíveis dos usuários, que são cada vez mais complexos devido aos desafios digitais do contexto atual, como por exemplo o desafio de impedir vazamentos de dados.

Partindo-se dessa perspectiva, busca-se neste artigo lançar luzes sobre a importância da atuação dos arquivistas como agentes mediadores consciente da informação dentro das empresas e destacar a mediação da informação como fundamento do fazer profissional do arquivista.

Para tanto, optou-se por realizar um estudo bibliográfico no intuito de articular o processo de mediação da informação, suas dimensões e o perfil do profissional arquivista como mediador da informação nos ambientes empresariais, no contexto atual. Serão destacados, dessa maneira, os estudos referenciais sobre mediação da informação desenvolvidos por Almeida Junior (2009, 2015) e Gomes (2014, 2016, 2017, 2019, 2020, 2021, 2022).

METODOLOGIA

Em relação às origens da produção desse texto, destaca-se que representa um desdobramento da parte da fundamentação teórica da pesquisa de mestrado do primeiro autor, em fase de conclusão, sob orientação da segunda autora, que está em desenvolvimento no âmbito do *Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia (PPGCI/UFBA),* por meio dos quais se busca versar sobre a maneira pela qual se realiza o processo de mediação da informação orgânica em ambientes empresariais. Dessa forma, as decisões em relação a metodologia definiram este estudo no nível descritivo, com adoção do método bibliográfico e da técnica da análise de conteúdo,

com a abordagem qualitativa na interpretação, no tratamento e na análise das informações compartilhadas na literatura, com especial ênfase nas contribuições teóricas sobre Mediação da Informação apresentadas por Almeida Júnior (2009, 2015) e Gomes (2014, 2016, 2017, 2019, 2020, 2021, 2022).

Em relação ao desenvolvimento deste estudo foram definidos como procedimentos: a realização de um levantamento bibliográfico em bases de dados como: *Biblioteca Eletrônica Científica Digital (Scielo)*; *Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI)*; *Portal de Periódicos da Capes* e *Google Scholar*. Os termos de busca utilizados foram "mediação da informação em ambientes empresariais", "arquivologia e mediação da informação" e "mediação da informação e funções arquivísticas".

Dessa forma, os critérios de seleção dos textos incluíram a relevância temática, a atualidade das publicações e as contribuições teóricas para a discussão da mediação da informação e suas dimensões nas empresas e no fazer arquivístico. Assim, buscou-se, a partir de estudos reconhecidos pela comunidade cientifica da área, estimular a discussão e apoiar o avanço das reflexões acerca do processo de mediação da informação no contexto da Arquivologia.

OS AMBIENTES EMPRESARIAIS E O ARQUIVISTA COMO MEDIADOR CONSCIENTE DA INFORMAÇÃO

Os ambientes empresariais são organizações com a finalidade econômica, que visam explorar determinado ramo de negócio e oferecer ao mercado bens e serviços (Nascimento; Pazin-Vitoriano, 2017). Ao considerar o trabalho desempenhado pelos profissionais da informação nesses ambientes, é fundamental destacar a função que eles têm de estabelecer conexões entre os diversos elementos que caracterizam essas organizações com os tipos de informações presentes e disponíveis.

Partindo-se desse pressuposto, faz-se necessário destacar alguns dos elementos que caracterizam os ambientes organizacionais e como isso implica no trabalho do profissional responsável pela informação desses ambientes. São estes, então: a cultura organizacional; as tecnologias da informação e comunicação (TIC); a competitividade e a inovação.

Ao tratar sobre a cultura organizacional, Gibson (2006) aponta que esta se refere a percepção do indivíduo ou do grupo dentro do ambiente empresarial. Para esse autor, a cultura organizacional representa um elemento fundamental para entender como funcionam as organizações, pois ela é capaz de influenciar a identidade, orientar o comportamento dos funcionários e impactar nas tomadas de decisões.

Cazane e Valentim (2021) ressaltam que o estudo sobre a cultura organizacional é importante para efetivar as estratégias de gestão das empresas. Dessa forma, ao considerar

a cultura organizacional como elemento do ambiente empresarial, o profissional da informação deve compreender que as empresas envolvem não apenas as pessoas em si, mas um conjunto de valores que são repassados pelos indivíduos.

As rápidas mudanças nas tecnologias da informação e comunicação (TIC) são outros elementos que caracterizam os ambientes empresariais. Com o crescimento da digitalização, automação e as diversas formas de comunicação entre os mais variados sistemas, as empresas necessitam de profissionais da informação que estejam atentos às mudanças no cenário atual (Souza; Barreto, 2023). É preciso pontuar que tais profissionais não só precisam dominar essas ferramentas tecnológicas, mas também entender como que elas impactam o ciclo de vida da informação dentro das empresas. Feita essa breve análise sobre os elementos dos ambientes empresariais, destaca-se então que a informação é utilizada como recurso estratégico fundamental para as organizações (Lousada; Almeida Júnior; Valentim, 2011). Dessa forma, a circulação de dados e informações é comum, e cada vez mais necessária, nas empresas, que buscam otimizar processos, tomar decisões e se manterem competitivas no mercado.

É importante se atentar que os dados e o acervo informacional em tais ambientes surgem, principalmente, a partir do acervo documental, ou seja de um conjunto material que carrega o conteúdo baseados em dados e informações.

Acrescenta-se também que Gomes (2017, p. 31) compreende que o "objeto 'informação' resulta do esforço de compartilhamento do conhecimento e dos saberes humanos [...]" Ou seja, para essa autora, "[...] a informação é o conhecimento em estado de compartilhamento". Assim, como atributo essencial da informação, Gomes (2017) destaca o seu potencial de transmissão cultural capaz de ultrapassar o tempo e o espaço. A autora assinala ainda a informação como fenômeno social, porque é produzida nas interações sociais, fazendo sentido apenas na diversidade dos contextos humanos, ou seja, nos contextos em que há troca de experiências.

Diante disso, a informação não pode ser reduzida a apenas ao seu suporte, mas sim, definida como o conhecimento em estado de compartilhamento, que deve estar atrelada à perspectiva da comunicação.

Para este estudo, então, que tem como cenário de investigação o ambiente empresarial, os dados e o acervo documental se transformam no acervo informacional. Ou seja, os dados, os documentos e a informação são entendidos como um conjunto materializado da informação.

Acrescenta-se também que, de acordo com Lousada, Almeida Junior e Valentim (2011, p. 250),

> [...] as informações produzidas internamente à organização são denominadas de informação de orgânica, isto porque são geradas em decorrência do cumprimento das funções organizacionais,

> pelos próprios membros da organização, que ao mesmo tempo são produtores e consumidores.

Pode-se considerar, dessa forma, que a informação orgânica está relacionada ao exercício das funções administrativas, ou seja, esse tipo de informação corresponde ao registro das transações de uma determinada atividade. Lopes (1998, p. 32) ratifica essa ideia ao afirmar que "[...] é orgânica a informação que pertence à pessoa ou organização que a acumulou", assim a informação orgânica é fruto dos componentes que integram a organização.

Dessa forma, nos ambientes empresariais, cabe ao profissional, qualificado no trabalho com a informação, identificar as atividades desenvolvidas que possibilitam a produção documental e as atividades que dependem de dados e informações contidas em documentos, para que assim, seja feita a mediação da informação orgânica. Assim, cabe ao profissional da informação se atentar às legislações ou normas, para assim mediar a informação adequadamente.

Nessa perspectiva, entre os profissionais da informação, destaca-se como a categoria mais capacitada para o trabalho com informação orgânica, a categoria profissional dos arquivistas, uma vez que tal tipo de informação é o seu objeto de estudo.

Os arquivistas têm a capacidade de assumir, inclusive, a função de agente mediador da informação, indo ao encontro com a conceito defendido por Almeida Junior (2015) que aponta o profissional da informação como responsável por se transformar em sujeito mediador.

É preciso compreender que a mediação, realizada pelo arquivista no ambiente empresarial, ocorre em todos os momentos do processo informacional, e não apenas no contato do usuário com os documentos e com a possibilidade de obter informações. Almeida, Farias e Farias (2018, p. 432-433) reforçam esse ponto de vista, destacando que

> [...] a mediação da informação é compreendida a partir do planejamento e execução das atividades como a organização, representação, acesso, recuperação, uso e apropriação da informação, caracterizando-se como um fenômeno social, à medida que está inserida no cotidiano e vinculada a ação e interação dos sujeitos.

Ou seja, a mediação da informação está presente em todas as atividades desenvolvidas pelo profissional da informação. Assim, as funções arquivísticas estão relacionadas às atividades de mediação da informação desempenhadas pelo arquivista dentro dos ambientes empresariais.

É importante pontuar também que os arquivistas, enquanto consciente do processo de mediação da informação, devem considerar também a proteção aos dados e informações

dos usuários. Para isso, é preciso pontuar que os dispositivos éticos e legais devem ser compreendidos e aplicados no fazer profissional arquivista.

A não atenção a essas normas e legislações tem um impacto significativo, fazendo com que ocorra uma mediação da informação inconsciente, sem valores éticos. Nesse sentido, torna-se fundamental ao arquivista que atua em ambientes de informação nas empresas conheçam as abordagens conceituais e teóricas acerca da mediação da informação.

A MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO E SUAS DIMENSÕES

Ao tratar sobre mediação da informação, o primeiro aspecto a ser destacado é em relação ao seu conceito. Na Ciência da Informação, ao discorrer sobre esse conceito, Almeida Junior é o principal aporte teórico para os diversos autores da área. De acordo com esse autor:

> Mediação da informação é toda ação de interferência – realizada em um processo, por um profissional da informação e na ambiência de equipamentos informacionais - direta ou indireta; consciente ou inconsciente; singular ou plural; individual ou coletiva; visando a apropriação de informação que satisfaça, parcialmente e de maneira momentânea, uma necessidade informacional, gerando conflitos e novas necessidades informacionais (Almeida Júnior, 2015, p. 25).

Destaca-se dessa conceituação que a mediação da informação é um ato reflexivo e produtivo, que está inserida em um processo composto por ações e sistemas que auxiliam o profissional da informação a interferir, entender e atender as necessidades informacionais dos usuários, visando a apropriação da informação e assim, suscitar novas necessidades informacionais. Ou seja, a mediação da informação não é algo estático, passivo e imparcial.

Dessa forma, a mediação da informação tem de ser vista como uma ação colaborativa e não manipuladora (Santos Neto, 2019) e, por isso, deve contemplar, como defende Gomes (2020), um processo produtivo comunicacional e social, o que a caracteriza como uma "[...] ação que se realiza com o outro e não para ou sobre o outro" (Gomes, 2020, p. 11).

Assim, a mediação da informação dentro dos ambientes empresariais não trata apenas de uma simples interação entre profissionais e usuários, ou apenas uma transferência de informações, mas sim trata das relações estabelecidas entre os sujeitos com os ambientes e agentes informacionais e os conteúdos informacionais. Nessa interação não se busca o mero acesso à informação, mas especialmente a apropriação da informação, o que implica considerar os conhecimentos e o protagonismo dos agentes mediadores.

A mediação da informação é, dessa maneira, um fundamento que orienta as ações mediadoras que se desenvolvem de modo processual, a partir das quais os sujeitos envolvidos podem se apropriar das informações mediadas e, assim, tendem à ressignificação ou à construção de novos conhecimentos.

Em relação às atividades de mediação da informação, é importante ressaltar as categorias propostas por Almeida Júnior (2015). O autor afirma que existem ações de mediação implícita da informação, também chamadas de ações de mediação indireta e as ações de mediação explícita da informação, também chamadas de ações de mediação direta.

A mediação explícita da informação, refere-se às atividades que são desenvolvidas com a presença direta (imediata), física ou virtualmente, dos usuários. Para o profissional da informação, mediador da informação no contexto empresarial, são exemplos da mediação explícita da informação: as atividades desenvolvidas para o serviço de referência e as atividades destinadas à educação para a informação no ambiente organizacional (Brandão, 2022).

Já na mediação implícita da informação, não ocorre na presença do usuário, não sendo imprescindível para o desenvolvimento das atividades. Sobre isso, Santos Neto (2019) alerta que estas são as ações relacionadas aos processos e práticas informacionais que visam promover o encontro da informação com o usuário, como por exemplo, o tratamento da informação e a gestão dos ambientes informacionais.

Outras duas categorias da mediação da informação, abordadas por Almeida Júnior (2009), são: a mediação inconsciente da informação, associada às ações rotineiras, desenvolvidas sem o exercício da crítica do sujeito mediador; e a mediação da informação consciente, que é inevitavelmente realizada a partir do exercício crítico.

Nos ambientes empresariais, ao tomar consciência do processo de mediação da informação, tanto o mediador quanto os usuários da informação passam a atribuir valores a esse processo, o que vai contribuir, por exemplo, para que as informações sejam apropriadas e, assim, sejam realizadas as tomadas de decisões.

Nesse sentido, Gomes (2020, 2021) traz a compreensão de que a mediação consciente da informação se constitui a partir do exercício da *práxis*, a partir da qual os ambientes informacionais e os mediadores procuram, permanentemente, assegurar efetividade às ações mediadoras. Gomes (2020, 2021) defende que somente a mediação consciente pode, com o cuidado necessário, alcançar todas as cinco dimensões da mediação da informação, favorecendo o desenvolvimento e o fortalecimento do protagonismo social.

Santos, Sousa e Gomes (2022, p. 283) ratificam isso, em uma pesquisa que aponta o arquivista como mediador da informação. De acordo com as autoras,

> O alcance das cinco dimensões da mediação da informação nas atividades realizadas por quaisquer ambientes informacionais, entre eles, as instituições arquivísticas, depende da atuação consciente do mediador que atua nesse ambiente, como o profissional arquivista, no caso dos arquivos. Na ação mediadora, o agir consciente requer um arquivista que compreenda seu papel social e assuma, cotidianamente, o desafio de cumpri-lo, ainda que em cenários adversos, em que deve adotar uma conduta protagonista.

É preciso elencar, então, as cinco dimensões constitutivas da mediação da informação, defendidas por Gomes (2014, 2017). São elas: a dialógica, a estética, a formativa, a ética e a política.

Ao explanar sobre a dimensão dialógica Gomes (2014) aponta que a dialogia é a base para a mediação da informação, pois propicia os espaços de interação dos sujeitos sociais, oportunizando a construção de um cenário de atuação do processo de mediação, em que o compartilhamento e a construção de sentidos são essenciais para apropriação da informação e, consequentemente, para o surgimento dos conflitos cognitivos e para a geração de novos saberes e conhecimento. No âmbito do trabalho informacional no ambiente empresarial, o alcance das cinco dimensões da mediação também pode colaborar mais intensamente para a tomada de decisões no ambiente empresarial. Mas o alcance das cinco dimensões, necessariamente depende do alcance da dimensão dialógica.

A partir do processo dialógico, as ações mediadoras devem avançar no sentido de assegurar que os sujeitos desenvolvam o exercício da crítica e do autoconhecimento, alcançando a dimensão estética da informação, o que permitirá aos sujeitos estabelecerem questionamentos, debatendo, interpretando e reinterpretando as informações acessadas, experimentando o prazer da criação.

Gomes (2014, p. 52) compreende que "[...] o sujeito informacional alcançará o prazer estético, pelo reconhecimento da beleza do conhecimento construído, da apropriação e da geração de novos conhecimentos". Isso implica, segundo a autora, relacionar a dimensão estética ao prazer de dominar o tema informacional que o sujeito adquire no processo de mediação consciente da informação.

Dessa forma, o alcance da dimensão estética está ligado a construção de sentimentos de pertença dos envolvidos no encontro com a informação; no conforto para estabelecer o debate; no acolhimento ao diferente nas discussões e na abertura para a recriação das interpretações, enfim, esse alcance está ligado diretamente à criatividade. O alcance da dimensão estética resulta da possibilidade de expressão no debate, ampliando a experiência da discussão no campo das ideias, tornando os ambientes informacionais em ambientes inclusivos e de respeito à alteridade.

Ao tratar sobre isso no âmbito arquivístico, Santos, Sousa e Gomes (2022) apontam que os arquivistas que adotam recursos e práticas comunicacionais propiciam um contexto em que os sujeitos informacionais se sintam satisfeitos em reformular seus conhecimentos e saberes. Ou seja, eles experimentam o prazer de ressignificar e significar, e ainda, se sentem empoderados e satisfeitos, revelando, assim, características que indicam o alcance da dimensão estética.

Alcançada a dimensão estética, pode-se alcançar a terceira dimensão constitutiva da mediação da informação, que é a formativa. Sobre a dimensão formativa da mediação da informação, é preciso considerar que o mediador e o usuário integram o

processo interacionista e de exercício da crítica, o que implica na busca de ferramentas e estratégias "[...] para acolher, ouvir e dialogar com o outro, implica na capacidade de escuta e observação sensíveis dos comportamentos que se desdobram da ação mediadora [...]" (Gomes, 2014, p. 53). Isso se intensificando, a ação mediadora poderá alcançar a dimensão formativa.

A dimensão formativa também torna perceptível os resultados alcançados por meio do processo de mediação da informação, ao contribuir para que o sujeito amplie e/ou ressignifique seus conhecimentos anteriores, o que poderá favorecer o seu desenvolvimento como protagonista social. O mediador da informação precisa ter consciência do seu potencial e responsabilidade com protagonismo social. Essa consciência pode aproximar agentes e dispositivos informacionais, gerando o processo efetivo de mediação, ligado ao ato de cuidar e de favorecer a apropriação da informação, que levará ao redimensionamento dos conhecimentos e ao empoderamento dos sujeitos informacionais.

A quarta dimensão é a ética. Conforme entende Gomes (2021), esta dimensão deve ser compreendida como um eixo articulador do alcance das dimensões anteriormente apresentadas (dialógica, estética e formativa). Ou seja, sem o alcance da dimensão ética, não só as outras dimensões estariam comprometidas, mas também, estaria comprometido o objetivo principal da mediação da informação, que é a apropriação da informação pelos sujeitos envolvidos nas ações mediadoras.

Assim, é preciso destacar que o alcance da dimensão ética envolve "[...] o acolhimento, a escuta, a observação e o diálogo com os envolvidos na ação, como também o direito de acesso a diversidade de ideias e o livre pensar, inibindo a censura e o tratamento desigual [...]" (Gomes, 2014, p.57).

Ou seja, a dimensão ética se realiza a partir do momento em que o mediador assegura a eliminação ou a redução dos riscos de uma possível manipulação da informação e suas consequências; se realiza quando o sujeito mediador possui a consciência e a competência para intervir, evitando a manipulação (Gomes, 2014). O mediador, nesse sentido, está impedido de manipular a informação, o que não significa ser neutro. Na perspectiva do alcance da dimensão ética, o mediador consciente assume o objetivo inclusivo da mediação e o lugar privilegiado dos interesses do coletivo nas ações mediadoras.

Desse modo, a mediação consciente da informação busca a realização das ações mediadoras por meio do alcance articulado das dimensões dialógica, estética, formativa e ética, o que permitirá à mediação da informação o alcance da sua dimensão política.

Gomes (2016, 2017, 2019, 2020, 2021) defende que a dimensão política só pode ser alcançada quando a mediação for consciente, proporcionando tanto ao mediador quanto aos que estão envolvidos na ação mediadora, o desenvolvimento de uma consciência de que são sujeitos políticos e comprometidos com o social, que podem transformar o mundo e a si mesmo.

Nesse sentido é que a autora afirma que ao alcançar a dimensão política, têm-se uma mediação consciente da informação que,

> [...] acaba fortalecendo o protagonismo social e, assim estendendo a interpelação, o debate, o exercício da crítica, a atitude propositiva pautada no coletivo e em favor dos interesses da coletividade, para além da ação mediadora e do próprio ambiente informacional onde ela ocorre (Gomes, 2020, p. 16).

Isso mostra que a dimensão política da mediação da informação se relaciona a uma conscientização do sujeito, que vai além da atuação profissional; trata-se de uma dimensão que proporciona a conscientização do sujeito sobre sua própria conduta no mundo.

Feita a análise do conceito de mediação da informação e compreendendo as suas dimensões, percebe-se que a mediação da informação é um fundamento que deve orientar todo o fazer do profissional da informação também no ambiente empresarial.

Por isso, é importante que esses profissionais tenham consciência de que é preciso alcançar as dimensões constitutivas da mediação da informação (dialógica, estética, formativa, ética e política) para que a ação mediadora, também dentro das empresas, seja promissora e contribua para o desenvolvimento do protagonismo social.

Nesse sentido, na seção seguinte, será feita uma análise acerca do contexto empresarial, destacando a categoria profissional dos arquivistas como os mais capacitados para serem os agentes mediadores da informação conscientes dentro desses ambientes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho buscou-se refletir sobre a mediação da informação dos profissionais arquivistas nos ambientes empresariais, em que dados e informações estão cada vez mais presentes. Pontuou-se que tais profissionais são mais capacitados, dentro das empresas, a serem agentes conscientes do papel de mediador da informação orgânica.

Para fundamentar essas reflexões, buscou-se apresentar a abordagem conceitual e teórica da mediação da informação e suas dimensões, no âmbito da área da Ciência da Informação, destacando e relacionando aspectos deste fenômeno ao ambiente empresarial, bem como às atividades desenvolvidas pelos profissionais de arquivo.

Observou-se, assim, a partir desta análise, que a mediação da informação também deve fundamentar o fazer arquivístico e, desta forma, abrange uma série de responsabilidades e oportunidades relacionadas ao papel ético e consciente do arquivista em suas diversas atividades diárias, o que implica em um processo consciente de mediação da informação no ambiente empresarial.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L. M. de; FARIAS, G. B. de; FARIAS, M. G. G. Competências do bibliotecário: o exercício da mediação implícita e explícita na biblioteca universitária. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, *[S. l.]*, v. 11, n. 2, p. 431–448, 2018. DOI: 10.26512/rici.v11.n2.2018.8336. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/8336. Acesso em: 1 maio. 2022.

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. Mediação da informação e múltiplas linguagens. **Tendência da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação,** Brasília/DF, v. 2, n. 1, p. 89-103, jan./dez. 2009. Disponível em: https://revistas.ancib.org/index.php/tpbci/article/view/170/170. Acesso em: 22 abr. 2024.

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. Mediação da informação: um conceito atualizado. *In:* BORTOLIN, S; SANTOS NETO, J. A; SILVA, R. J. (org.). **Mediação oral da informação e da leitura.** Londrina: Abecin, 2015. p. 9-32.

BRANDÃO, G. S. A MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO NO CONTEXTO DA ARQUIVOLOGIA: atuação do arquivista e competências necessárias. **Archeion Online**, *[S. l.]*, v. 10, n. Especial, p. 31–48, 2022. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/archeion/article/view/62716. Acesso em: 25 abr. 2024.

CAZANE, A. L; VALENTIM, M. L. P. Contribuição da cultura organizacional para a gestão do conhecimento no contexto da gestão da cadeia de suprimentos. **Informação & Informação**, Londrina, v. 26, n. 4, p. 369-392, 2021. Disponível em https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/43485. Acesso em: 2 ago. 2024.

GIBSON, J. L. **Organizações**: comportamento, estrutura e processos. São Paulo: Mc GrawHill, 2006.

GOMES, H. F. A dimensão dialógica, estética, formativa e ética da mediação da informação. **Informação & Informação,** Londrina, v.19, n.2, p. 46-59, out. 2014. Disponível em: https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/19994/19090. Acesso em: 22 abr. 2024.

GOMES, H. F. Comunicação e informação: relações dúbias, complexas e intrínsecas. In: MORIGI, V.; JACKS, N; GOLIN, C. (Org.). **Epistemologias, comunicação e informação.** Porto Alegre: Sulina, p. 91-107, 2016.

GOMES, H. F. Mediação da informação e protagonismo social: relações com a vida ativa e ação comunicativa à luz de Hannah Arendt e Jurgen Habermas. *In:* GOMES, H. F; NOVO, H. F. (org.) **Informação e protagonismo social.** Salvador: EDUFBA, 2017. p. 27-44.

GOMES, H. F. Protagonismo social e mediação da informação. **Logeion: Filosofia da Informação**, v.5, p. 10-21, 2019. Disponível em: http://revista.ibict.br/fiinf/article/view/4644/4046. Acesso em 22 abr. 2024.

GOMES, H. F. Mediação da informação e suas dimensões dialógica, estética, formativa, ética e política: um fundamento da Ciência da Informação em favor do protagonismo social. **Informação & Sociedade: Estudos**, n. 4, v. 30, p. 1-23, 2020. Disponível em:https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/57047/32516. Acesso em 22 abr. 2022

GOMES, H. F. Dimensão Ética da Mediação da Informação: eixo articulador das demais dimensões e o desafio do intelectual orgânico em favor do protagonismo social. **International Review of Information Ethics**, v. 30, p. 01-14, 2021a. Disponível em:https://informationethics.ca/index.php/irie/article/view/393/425. Acesso em 22 abr. 2024.

LOUSADA, M.; ALMEIDA JÚNIOR, O. F.; VALENTIM, M. L. P. Mediação da informação orgânica sob a perspectiva do processo decisório empresarial: análise do papel do arquivista. **Revista EDICIC**, v. 1, n. n.3, p. 248-262, 2011. Disponível em: http://hdl.handle.net/11449/115217. Acesso em 26 abr. 2024.

LOPES, L. C. Os arquivos, a gestão da informação e a reforma do estado. **Arquivo & História**, Rio de Janeiro, n. 4, p. 37-49, 1998. Disponível em https://www.camara.leg.br/internet/infdoc/novoconteudo/acervo/temas/luiscarlos.pdf. Acesso em 20.abr. 2024.

NASCIMENTO, N. M; PAZIN-VITORIANO, M. C. C. O estudo da produção documental e a memória organizacional em ambientes empresariais. **Em Questão**, Porto Alegre, v.26, n.1, p. 202-227, 2017. Disponível em https://www.redalyc.org/pdf/4656/465649115010.pdf. Acesso em: 2 ago. 2024.

SANTOS, R. do R.; SOUSA, A. C. M. de; GOMES, H. F. As dimensões da mediação da informação no âmbito das instituições arquivísticas. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 28, n. 1, p. 281–298, 2021. DOI: 10.19132/1808-5245281.281-298. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/112753. Acesso em: 25 abr. 2024.

SANTOS NETO, J. A. **O estado da arte da mediação da informação:** uma análise histórica da constituição e desenvolvimento dos conceitos. Marília, São Paulo, 2019. 458p. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista, UNESP, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, São Paulo, 2019.

SOUZA, R. M. L.; BARRETO, M. S. F. O profissional da informação e a competência em marketing. **REBECIN**, São Paulo, p. 1-13, abr. 2024. Disponível em https://abecin.emnuvens.com.br/rebecin/article/view/408/554. Acesso em: 2 ago. 2024.

DO DOCUMENTO AOS DADOS: O ARQUIVISTA COMO ENCARREGADO PELO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

FROM DOCUMENT TO DATA: THE ARCHIVIST AS A DATA PROTECTION OFFICER (DPO)

Wellington da Silva
Fundação Biblioteca Nacional

Rodrigo Almeida Dias da Silva
Câmara Municipal do Rio de Janeiro

Resumo

Na era da transformação digital é evidente a crescente importância dos dados na economia contemporânea. À luz da publicação da revista *The Economist* "O recurso mais valioso do mundo já não é o petróleo, mas sim os dados". Estes são entendidos como informações que foram armazenadas em qualquer meio, suporte ou formato. A necessidade em regular este novo recurso com princípios de transparência, segurança e prevenção, principalmente, os dados pessoais, tornou-se evidente. Neste panorama, foi promulgada a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) no Brasil e o Regulamento Geral de Proteção de Dados (GDPR) na Europa. Transparência, segurança e prevenção estão estritamente relacionados com os princípios de confidencialidade e integridade, e para garantir a efetividade destes, ambos os regulamentos determinam a indicação de um Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais. Posto isto, ressalta-se a familiaridade do Arquivista com a garantia da confidencialidade e integridade, uma vez que é uma prática padrão na gestão de documentos proteger informações confidenciais contra acesso não autorizado. Neste contexto, Este texto visa identificar se a formação do Arquivista é compatível com os requisitos e atividades para proteção e tratamento de dados pessoais. Para identificar esta compatibilidade foram analisadas as estruturas curriculares dos cursos de graduação em

Arquivologia no Brasil e examinados os sete editais de nível superior do Concurso Público Nacional Unificado (CPNU), do poder executivo federal.

Palavras-Chave: Arquivista; Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais; LGPD

Abstract

Data's growing importance in the contemporary economy is evident in the digital transformation era. In light of The Economist magazine's publication, "The world's most important resource is no longer oil, but data." This is understood as information stored digitally in many formats and supports. The need to regulate this new resource with transparency, security, and prevention principles, especially personal data, is particularly evident. In this context, the General Data Protection Law (LGPD) in Brazil and the General Data Protection Regulation (GDPR) in Europe were enacted. The principles of transparency, security, and prevention are related to confidentiality and integrity to guarantee the effectiveness of these principles, both regulations mandate the designation of a Data Protection Officer. Therefore, the Archivist's familiarity with ensuring confidentiality and integrity is highlighted, as it is standard practice in record management to protect information from unauthorized access. In this scenario, this paper aims to identify if the Archivist's professional education is compatible with the requirements and activities for processing personal data. To prove this compatibility, the programmes structures of the undergraduate courses in Archival Science in Brazil and the seven public notices of higher education of the Civil Service Examination of the federal executive branch.

Key-words: Archivist; Data Protection Officer; LGPD

INTRODUÇÃO

À luz da publicação da revista *The Economist* "O recurso mais valioso do mundo já não é o petróleo, mas sim os dados". Segundo o Glossário de documentos Arquivísticos Digitais, dado é definido como representação de todo e qualquer elemento de conteúdo cognitivo, passível de ser comunicada, processada e interpretada de forma manual ou automática (Arquivo Nacional, 2020). Já o DAMA Internacional (2017) enfatiza o papel dos dados na representação dos fatos sobre o mundo. Em relação à tecnologia da informação, os dados também são entendidos como informações que foram armazenadas em

formato digital, embora os dados não se limitem à informação digital, pois os princípios da governança de dados se aplicam também aos dados armazenados em suporte papel.

Neste panorama, foi promulgada a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (13.709/2018), no Brasil e o Regulamento Geral de Proteção de Dados (GDPR) na Europa. A lei brasileira assim como a GDPR determina que deverá ser indicado um Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais também conhecido como *Data Protection Officer (DPO)*. Este profissional deverá observar, entre outros, os princípios de: transparência, segurança e prevenção. Princípios que estão estritamente relacionados com confidencialidade e integridade. De acordo com *European Archives Group* (2018), os arquivistas estão familiarizados com a garantia do princípio da confidencialidade, uma vez que a formação em Arquivologia está intrinsecamente relacionada com a garantia da transparência, confidencialidade e integridade, visto que é uma prática padrão na gestão de documentos proteger informações sigilosas contra acesso não autorizado.

A transformação digital e as demandas da sociedade podem ser percebidas na evolução do currículo mínimo do curso de Arquivologia, desde os anos 90, e na transversalidade profissional requerida nos editais do Concurso Público Nacional Unificado (CPNU), uma seleção que amplia o perfil dos servidores públicos, para a ocupação de vagas em diversos órgãos e entidades do poder executivo federal. O CPNU é um modelo inovador de seleção de servidores públicos criado pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, com 6.640 vagas em diversas áreas do conhecimento, inclusive em Arquivologia, que estão divididas entre os 21 órgãos e entidades que aderiram. A transformação digital, trouxe profundas mudanças que afetaram todas as atividades profissionais. Os dados são um reflexo disso, cada vez mais valiosos. Em virtude do seu valor ficou evidente a necessidade de regulação para proteção de dados pessoais. Para uma regulação eficaz é preciso profissionais capacitados, isso gera uma demanda pela atualização das estruturas curriculares na perspectiva de formar profissionais mais familiarizados com as tecnologias da informação e ciência de dados.

Neste contexto, o objetivo deste artigo visa identificar se o perfil profissional do Arquivista é compatível com os requisitos e atividades para proteção e tratamento de dados pessoais. Para alcançar este objetivo foram analisadas as estruturas curriculares dos cursos de graduação em Arquivologia no Brasil, e examinados os sete editais de nível superior do CPNU, do poder executivo federal. A metodologia empregada foi de natureza exploratória, e as fontes de pesquisa foram bibliográficas e principalmente, documentais, uma vez que "análise documental busca identificar informações factuais nos documentos a partir de questões e hipóteses de interesse" (Caulley apud Lüdke e Andre, 1986:38).

Para alcançar o objetivo proposto, a metodologia utilizada foi desenvolvida em diferentes etapas. Primeiro, foi feito um estudo na legislação vigente no Brasil e Europa

sobre proteção de dados pessoais, acesso à informação e gestão de documentos. Logo após, analisou-se as estruturas curriculares dos cursos de graduação em Arquivologia no Brasil, disponíveis nos sites das universidades até agosto de 2024. Esta análise foi feita a partir das nomenclaturas das disciplinas que continham os termos[1]: tecnologia, dados, digital, eletrônico[2], web e inovação.

Após esta análise, examinou-se os sete editais do CPNU, com ênfase no edital do bloco sete, onde consta a especialidade em Arquivologia. A análise de dados foi conduzida utilizando abordagens quantitativa e qualitativa. Na primeira, buscou-se a identificação e quantificação das disciplinas relacionadas à transformação digital nos cursos de Arquivologia. Na segunda, foi feita uma avaliação das competências e habilidades desenvolvidas nos cursos de Arquivologia em relação aos requisitos para proteção e tratamento de dados pessoais nos órgãos e entidades do poder executivo federal, para então identificar se havia compatibilidade deste cargo com a formação do Arquivista.

DOCUMENTO, INFORMAÇÃO E DADO

A Lei de Acesso à Informação – LAI (12.527/2011) define documento como: "unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato". A mesma lei define informação como: "dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato". E a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (13.709/2018) define dado como: "informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável". Através destas definições pode-se inferir que os dados são "matéria-prima da informação" e a informação são "dados em contexto" (DAMA Internacional, 2017 p. 20). Isso implica que documento, informação e dados são, na realidade, conceitos entremeados e dependentes um do outro. Os dados são uma forma de informação e a informação é uma forma de dados, que quando, registrados são identificados como documentos.

Segundo o DAMA Internacional (2017 p. 19), hoje tantas informações são interpretadas e chamadas de "dados" que não seriam tratadas assim em épocas anteriores – coisas como nome, endereço, telefone, e-mail, data de nascimento, CPF, RG, o livro mais recente que comprou entre outros. A mudança não foi somente na interpretação e nomenclatura, mas também no tratamento a estas informações, que hoje são tratadas como dados pessoais, e contam com proteção legal e tratamento específico, no Brasil a LGPD e na Europa o GDPR *(General Data Protection Regulation*).

1 As disciplinas referentes ao SIGAD, foram incluídas, pois tratam de gestão arquivística de documentos digitais, embora não tenha este termo na nomenclatura.

2 O termo "eletrônico" foi considerado, pois na literatura arquivística internacional, ainda é corrente o uso do termo documento eletrônico como sinônimo de "documento digital".

Em uma análise breve, é possível identificar semelhanças entre a definição de tratamento de dados pessoais da LGPD e a Gestão de Documentos dada pela Lei de Arquivos (8.159/1991). Para LGPD tratamento de dados é: "toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração" (Brasil,2018, Art. 5, X). A Lei de Arquivos define Gestão de Documentos como: "o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente" (Brasil,1991, Art. 3).

Para as duas leis, o tratamento de dados e documentos é feito através de operações. A LGPD elenca vinte operações, já a Lei de Arquivos sete. Das vintes operações elencadas pela LGPD, quatro estão contempladas na Lei de Arquivos são elas: produção, avaliação, arquivamento e eliminação. Além dessas quatro operações, as outras três restantes da lei de arquivos também estão contempladas na LGPD, porém com termos análogos como: reprodução e uso têm a mesma finalidade, assim como distribuição e tramitação. Transferência e recolhimento são procedimentos que operacionalizam a mudança física do dado ou do documento. Ou seja, as sete operações elencadas na lei de arquivos estão presentes na LGPD, o que evidencia semelhança entre tratamento de dados e gestão de documentos.

Para concluir, mais que as semelhanças nas operações, documentos e dados têm ciclo de vida. Na Arquivologia o ciclo vital dos documentos, também conhecido como Teoria das três idades, representa o intervalo de tempo entre as fases: corrente, intermediária e permanente. É essencial para sistematizar os documentos desde sua produção, até a sua destinação final. O ciclo de vida dos dados inclui processos de produção, coleta, tramitação, transformação e armazenamento, que permitem que sejam mantidos, compartilhados, utilizados, bem como sua eliminação (DAMA Internacional, 2017).

LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

A promulgação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (13.709/2018) foi resultado de um longo processo que remonta há pelo menos quinze anos, quando teve início as primeiras discussões sobre a necessidade de uma normativa geral de proteção de dados pessoais para o Brasil, travadas no âmbito do Mercosul entre 2004 e 2005 (Doneda *et al* 2021). Segundo a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD, 2018, Art. 1) os principais objetivos da LGPD são: proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, ou seja, não é aplicável, portanto, para a proteção de dados de pessoa jurídica.

A LGPD se aplica a qualquer operação de tratamento realizada por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, independentemente do meio, do país de sua sede ou do país onde estejam localizados os dados (Brasil, 2018, Art. 3). Todavia, não se aplica ao tratamento de dados pessoais realizado por pessoal natural para fins exclusivamente particulares e não econômico, assim como para fins acadêmicos, jornalísticos, artísticos e ainda aqueles realizados para fins exclusivos de segurança pública, defesa nacional, investigação e repressão de infrações penais entre outros (Brasil, 2018, Art. 4).

A lei tem dez princípios que norteiam e regem sua aplicabilidade e são eles: I - finalidade; II – adequação; III - necessidade; IV - livre acesso; V - qualidade dos dados; VI - transparência; VII - segurança; VIII - prevenção; IX - não discriminação e X - responsabilização. Com o objetivo de zelar por estes princípios e sua adequada aplicação, foi criada a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), autarquia de natureza especial, dotada de autonomia técnica e decisória, com sede e foro no Distrito Federal, a qual compete elaborar diretrizes para a Política Nacional de Proteção de Dados Pessoais e de Privacidade, fiscalizar e aplicar sanções, entre outros (Brasil,2018, Art. 55-A).

A LGPD define quem são os agentes de tratamento, que são: o Controlador a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais e o Operador, que é quem realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador. Ambos podem ser pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado (Brasil,2018 Art. 5, VI, VII e IX). Conforme o Art. 41, o controlador deverá indicar um encarregado pelo tratamento de dados pessoais, responsável por garantir a conformidade de uma entidade pública ou de empresa privada à LGPD. Dentre suas atividades estão: aceitar reclamações e comunicações dos titulares, prestar esclarecimentos e adotar providências; receber comunicações da ANPD e adotar providências; orientar os funcionários da entidade a respeito das práticas em relação à proteção de dados pessoais; e executar as demais atribuições determinadas pelo controlador (Brasil,2018, Art. 41).

Em suma, no cenário internacional, a LGPD permitiu o alinhamento do Brasil às práticas de proteção de dados pessoais adotadas em todo o mundo, contribuindo assim para o desenvolvimento econômico em âmbito mundial (ANPD, 2022).

EVOLUÇÃO DO CURRICULO DO CURSO DE ARQUIVOLOGIA NO BRASIL

De acordo com informações disponíveis no site da Universidade de Brasília [201?] a formação em Arquivologia no Brasil teve início com a criação do curso Técnico de Arquivo em 1922, pelo Arquivo Nacional. Em 1958 passou a ser conhecido como Curso Permanente de Arquivos. A partir de então, o Curso Permanente de Arquivos foi reconhecido como de nível universitário.

Em 1974, foi fixado o primeiro currículo mínimo da Arquivologia, composto pelas seguintes disciplinas: Introdução ao estudo da História; Noções de Contabilidade; Noções

de Estatística; Arquivo I–IV; Documentação; Introdução a Administração; História Administrativa, Econômica e Social do Brasil; Paleografia e Diplomática; Introdução à Comunicação; Notariado e uma língua estrangeira. Este currículo ainda fixou um mínimo de 2.160 horas-aula, distribuídas entre três e cinco anos, incluindo a proposta de Estudo de problemas brasileiros, Educação física e estágio supervisionado em instituição especializada, correspondendo a 10% do total das horas previstas (Jardim, 1999).

Durante muito tempo as reformas curriculares eram restritas, pois o currículo estava diretamente vinculado às determinações do Conselho Federal de Educação. Com o fim da necessidade de seguir o currículo mínimo, que vigorou de 1974 a 1996, que privilegiava o tratamento técnico de arquivos permanentes, foi possível mudar o currículo de uma forma mais ampla, o que deu início a um novo processo de reforma curricular (Mariz, 2014). A reforma curricular de 1991 representou uma mudança mais expressiva em relação às anteriores, porém, ainda limitada pelas exigências do currículo mínimo. Essa reforma teve importância por aumentar o tempo de integralização do curso, de três para quatro anos (*Ibid*).

A transformação digital tem levado instituições de ensino superior a reformular seus programas de graduação para ensinar conteúdos de tecnologia da informação e ciência de dados – e isso em todos os cursos. Essas mudanças refletem um movimento mais amplo na educação superior, buscando preparar egressos que sejam "nativos digitais", independentemente da idade ou da área de atuação (Almeida, 2020).

Segundo Vaz (2016), o curso de Arquivologia e o profissional Arquivista também sofreram os impactos devido às transformações ocorridas na sociedade nas últimas décadas. A reflexão sobre suas funções, novas habilidades necessárias para atender a uma nova demanda social são temas recorrentes. O currículo dos cursos de graduação em Arquivologia tem sido atualizado desde o início dos anos 90, para capacitar os futuros profissionais a lidar com essas mudanças.

CONCURSO PÚBLICO NACIONAL UNIFICADO

O Concurso Público Nacional Unificado – CPNU é um modelo inovador para seleção de servidores públicos, criado pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI). O novo modelo consiste na realização conjunta de concursos públicos para o provimento de cargos públicos efetivos no âmbito dos órgãos e das entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, mediante a aplicação simultânea de provas em todos os estados e no Distrito Federal (Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, 2024), com 6.640 vagas em diversas áreas do conhecimento, inclusive em Arquivologia, que estão divididas entre os 21 órgãos e entidades que aderiram.

O CPNU está dividido em sete blocos temáticos de nível superior, o objeto de estudo deste artigo, e um para nível médio. Uma única inscrição permite ao candidato concorrer

a um cargo em mais de um órgão e entidade, desde que seja dentro do mesmo bloco e compatível com a sua formação acadêmica. Para os sete editais de nível superior são cobrados em conhecimentos gerais os seguintes conteúdos: políticas públicas, democracia, cidadania, ética, integridade, diversidade, inclusão social entre outros. Já em conhecimentos específicos os sete cobram: gestão governamental, governança pública e políticas públicas, além das demais específica para cada bloco e eixos.

Esses blocos e eixos temáticos representam a evolução da administração pública para a prestação de serviços e políticas públicas à sociedade, e para isso, precisa de servidores com novas qualificações, e estas qualificações serão avaliadas através dos conteúdos programáticos. Na seção seguinte, será apresentada a análise feita sobre os blocos, conteúdos programáticos, eixos e suas relações com os currículos vigentes dos cursos de Arquivologia.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

Inicialmente, foram estudadas as legislações brasileiras que dispõem sobre gestão de documentos, acesso à informação e proteção de dados. Este estudo foi fundamental para compreender as definições dos termos documento, informação e dado. O resultado mostra a similaridade legal para ambos os termos, evidenciando que estes estão interligados, pois um depende do outro, isso porque documento contém dados e informações. Documentos precisam ser geridos conforme preconizado na Lei 8.159/1991, principal tarefa desempenhada pelos Arquivistas, que abrange a gestão da informação e de dados.

Na seção 2, com base na LGPD e na Lei de Arquivo, é apresentada a similaridade do tratamento de dados com a gestão de documentos, o que demonstra a compatibilidade da formação do Arquivista com as atividades para proteção e tratamento de dados pessoais. Após o estudo das legislações, foram analisadas as estruturas curriculares dos cursos de graduação em Arquivologia no Brasil, de universidades públicas. Esta análise foi feita com base nas informações disponíveis nos sites das universidades. Para uma melhor compreensão, foi elaborado o Quadro 1, onde é possível visualizar as disciplinas obrigatórias e optativas, relacionadas à transformação digital, oferecidas nos currículos vigentes das universidades:

Quadro 1 – Oferta de disciplinas relacionadas à transformação digital

Universidade	Disciplinas Relacionadas à Transformação Digital
UNIRIO	Tecnologia de Reprodução e Armazenamento de Documentos; Tecnologia da Informação e Processos de Automação; Gestão Arquivística de Documentos Eletrônicos e Documentação Audiovisual e Digital;
UFSM	Introdução à Gestão Eletrônica de Documentos; Documentos Arquivísticos Digitais; Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos; Preservação Digital; Repositórios Digitais Confiáveis; Estratégias de Estudo na Cultura Digital

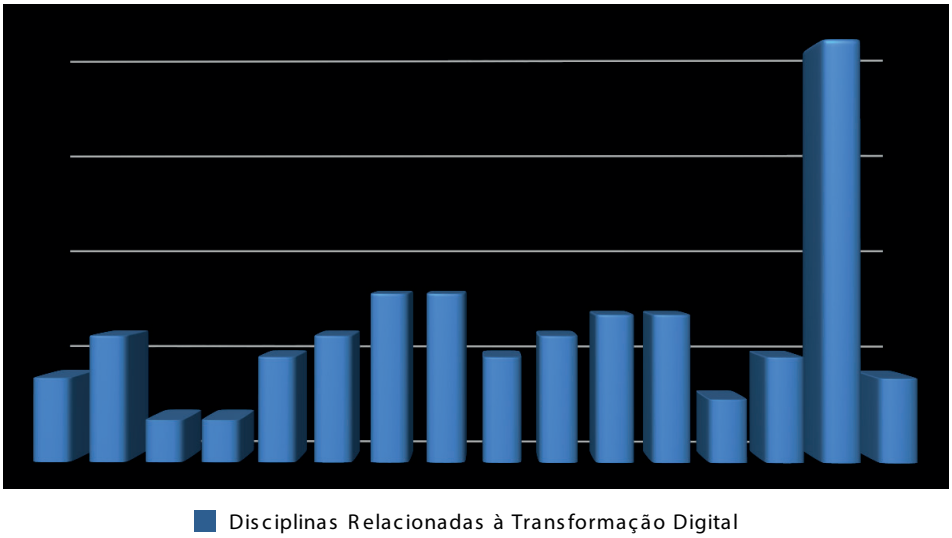
Universidade	Disciplinas Relacionadas à Transformação Digital
UFF	Tecnologias da Informação I, Serviço de Informação para Ciência e Tecnologia
UNB	Informação, tecnologias e documentos arquivísticos; Gestão de documentos arquivísticos digitais
UFBA	Tecnologias da informação arquivística; Geração de bases de dados e documentação; Gerenciamento eletrônico de documentos; Gestão arquivística de documentos eletrônicos e Preservação Digital
UEL	Habilidades em Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação; Banco de dados no âmbito da ciência da informação; Gestão Arquivística de documentos digitais; Arquitetura da informação na web; Preservação Digital e Repositórios Arquivísticos Digitais
UFES	Documentos arquivísticos eletrônicos; Repositórios Arquivísticos Digitais; Sistemas gerenciadores de Banco de Dados (SGBD); Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos (SIGAD); Ciência de dados; Preservação Digital; Prática em tecnologia e Tópicos especiais em tecnologia I
UFRGS	Documentos digitais; Introdução às humanidades digitais; Planejamento e elaboração de bases de dados; Gerenciamento de documentos arquivísticos digitais; Informação em Mídias Digitais; Informação na Web; Ontologias e web semântica e Programação para web para arquivos, bibliotecas e museus
UNESP	Metadados de objetos digitais em arquivo; Gestão de documentos digitais; Ambientes arquivísticos digitais; Introdução às Tecnologias da Informação e Comunicação e Preservação e autenticidade digital
UEPB	Direito eletrônico; Fundamentos das tecnologias da informação; Documentos digitais; Gestão das tecnologias e sistemas arquivísticos; Gestão de banco de dados e Estrutura e linguagem para organização da informação na web;
FURG	Capacitação da tecnologia da informação; Produção de documentos digitais; Gestão arquivística de documentos digitais; Preservação digital; Sistemas de Gerenciamento de Banco de Dados; Gestão de Conteúdos na Web e Acervos Fotográficos Digitais
UFPB	Tecnologia da Informação I; Tecnologia da Informação Arquivística e Gerenciamento de Banco e Base de Dados
UFMG	Introdução a bancos de dados; Gestão de documentos arquivísticos digitais; Gestão de Conteúdo na Web; Tópicos em Tecnologia da Informação A, B, C e D,
UFAM	Geração e uso de banco de dados; Tecnologia da informação; Gerenciamento eletrônico de documentos; Tecnologias e mídias digitais e Objetos em ambientes digitais
UFSC	Introdução às Tecnologias da Informação e Comunicação; Habitats de Inovação; Introdução à Bancos de Dados; Proteção de Dados Pessoais; Acessibilidade e Inclusão Digital; Preservação Digital; Gestão Arquivística de Documentos Eletrônicos; Informação Tecnológica e Inovação; Direito na Gestão da Inovação; Tópicos Especiais em Informação e Tecnologia; Engenharia de Dados; Gestão da Inovação; O Marco Legal das Startups e o Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação; Banco de dados; Inovação e informação; Projeto de Implementação de Cenários Web; Informação na Web; Sistemas de suporte à informação digital; Gerenciador de bases de dados – CDS/ISIS e Práticas em arquivos digitais

Universidade	Disciplinas Relacionadas à Transformação Digital
UFPA	Gestão Eletrônica de Documentos; Tecnologias da Informação e Comunicação; Tecnologia de Reprodução e Armazenamento de Documentos e Planejamento de Bases de Dados

Fonte: Elaborado pelos autores

Ao todo, foram analisadas dezesseis estruturas curriculares. Desse total, verificou-se que 100% das universidades oferecem disciplinas relacionadas à transformação digital. Este resultado evidencia que as universidades públicas brasileiras, que ministram o curso em Arquivologia estão preparando profissionais que, além dos fundamentos tradicionais da Arquivologia, oferecem disciplinas em gestão de documentos eletrônicos e digitais, sistemas informatizados, plataformas e repositórios digitais, base e banco de dados, proteção de dados entre outras. A partir do gráfico 1 é possível ter um panorama da quantidade de disciplinas oferecidas em cada universidade sobre estes temas:

Gráfico 1 – Disciplinas Relacionadas à Transformação Digital



Fonte: Elaborado pelos autores

Do total de estruturas curriculares analisadas, doze oferecem disciplinas para o desenvolvimento de competências em repositório digital, base e banco de dados, isto representa 75% dos cursos. Quando foi analisada a oferta com tópicos direcionados à tecnologia da informação, o resultado foi ainda maior, quatorze universidades oferecem disciplinas relacionadas a este tópico, o que representa 87%.

Conforme explicado na seção 2, documento, informação e dados são conceitos interligados e dependentes um do outro. Por isso, buscou-se mapear a oferta de disciplinas relacionadas a sistemas para gestão e gerenciamento de documentos digitais/eletrônicos. Do universo analisado, apenas UFF e UFPB não oferecem nenhuma disciplina acerca deste tema, este resultado demonstra que quase 90% das universidades estão capacitando os futuros profissionais para trabalhar com sistemas para gestão de documentos e informações digitais. Sabe-se que os dados são uma forma de informação e a informação é uma forma de dado, que quando registrados são documentos, ou seja, estes sistemas fazem a gestão não só de documentos e informações, mas também de dados e dados pessoais, que devem ser protegidos.

Após analisar as estruturas curriculares foram examinados os sete editais do CNPU, com a finalidade de identificar qual perfil e requisitos os órgãos e entidades do poder executivo federal estão exigindo para exercer as atividades para proteção e tratamento de dados pessoais. Para melhor examinar os requisitos de cada bloco, foi elaborado o Quadro 2, onde é apresentado o órgão e entidade requisitante, a especialidade (formação acadêmica) e os eixos temáticos, ou seja, quais conteúdos programáticos são cobrados para cada especialidade.

Todos os blocos cobram conhecimentos em gestão governamental, governança pública e políticas públicas, conteúdos presentes nos eixos 1 e 2, por isso foram suprimidos do quadro 2, constando apenas os eixos 3, 4 e 5 de cada bloco, os quais têm pesos diferentes. Segundo o MGI (2024), "os órgãos responsáveis pelos cargos em disputa realizaram uma distribuição de pesos para cada um dos eixos. Assim, buscou-se respeitar as especificidades, complexidade e natureza de cada um dos cargos em relação à importância de determinados conteúdos presentes nas provas." Estes pesos estão representados no Quadro 2 na cor vermelha, ou seja, os eixos destacados em vermelho têm maior peso para aquele bloco.

Quadro 2 – Blocos, Órgãos/Entidades, Cargos e Eixos Temáticos

Órgão/Entidade	Especialidade	Eixos Temáticos
Bloco 1 – Infraestrutura, Exatas e Engenharias		
AGU, ANEEL, FUNAI, IBGE, INCRA, MAPA, MCTI, MGI, MS	Arquitetura, Engenharia e Qualquer área de formação	3 - Gestão ambiental e tecnológica, sustentabilidade e energia 4 - planejamento e gestão de obras, políticas públicas de infraestrutura e acessibilidade 5 - engenharia cartográfica e geoprocessamento
Bloco 2 – Tecnologia, Dados e Informação		

Órgão/Entidade	Especialidade	Eixos Temáticos
AGU, ANEEL, FUNAI, IBGE, INCRA, INEP, MAPA, MCTI, MGI, MS, PREVIC	Estatística, Tecnologia da Informação e Qualquer área de formação	3 – gerência e suporte da tecnologia da informação 4 – desenvolvimento de software 5 – apoio à decisão, inteligência artificial e métodos quantitativos
Bloco 3 – Ambiental, Agrário e Biológicas		
FUNAI, IBGE, INCRA, MAPA, MCTI, MGI	Engenharia, Geografia, Biologia, Farmácia, Química, Medicina Veterinária, Zootecnia, Meteorologia ou Ciências Atmosféricas, Ciências Biológicas, Agrárias, Ambientais, Geociências, Qualquer área de formação	3 – Caracterização da paisagem no meio rural 4 – práticas de produção agropecuária no meio rural 5 – desenvolvimento sustentável no meio rural
Bloco 4 – Trabalho e Saúde do Servidor		
AGU, FUNAI, MGI, MTE	Medicina, Psicologia e Qualquer área de formação	3 – sociologia e psicologia aplicadas ao trabalho 4 – segurança e saúde do trabalhador (a) 5 – direito do trabalho
Bloco 5 – Educação, Saúde, Desenvolvimento Social e Direitos Humanos		
FUNAI, IBGE, INCRA, INEP, MAPA, MCTI, MGI, MS, MPI	Pedagogia, Antropologia, Assistência Social, Sociologia, História, Ciências Humanas, Saúde, Sociais, Farmácia e Qualquer área de formação	3 – Políticas públicas: saúde e desenvolvimento social 4 – direitos humanos, direitos dos povos originários e das populações tradicionais 5 – pesquisa e avaliação
Bloco 6 – Setores Econômicos e Regulação		
AGU, ANEEL, ANS, ANTAQ, FUNAI, IBGE, INCRA, MCTI, MGI, MDIC, MPO, PREVIC	Economia, Relações Internacionais, Direito, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e Qualquer área do conhecimento	3 – Economia, economia solidária e contexto internacional 4 – orçamento público, contabilidade e regulação 5 – inglês
Bloco 7 – Gestão Governamental e Administração Pública		
AGU, FUNAI, IBGE, INEP, INCRA, MAPA, MCTI, MINC, MGI, MJSP, MS	Administração, Comunicação Social, Arquivologia, Biblioteconomia, Contabilidade, Letras, História, Jornalismo, Publicidade e Propaganda, Economia, Estatística e Qualquer área de formação	3 – Políticas públicas e noções de estatística 4 – administração financeira e orçamentária, contabilidade pública e compras na administração pública 5 – comunicação, gestão documental, transparência e proteção de dados

Fonte: Adaptado dos Editais do CPNU

Com base no quadro 2, é possível identificar que o conteúdo Proteção de Dados está no bloco 7, mesmo bloco onde está a especialidade de Arquivologia. Esta especialidade é requisitada por cinco órgãos e entidades, sendo elas: AGU (02 vagas), FUNAI (01 vaga), IBGE (02 vagas), MCTI (04 vagas) e MGI (16 vagas), totalizando 25 vagas para Arquivista.

Dos cinco órgãos e entidades que requisitaram Arquivista, o MGI atribuiu peso máximo (5) ao eixo de Proteção de Dados e os demais pesos 4. Isto é uma evidência de que estes órgãos e entidades entendem a importância do domínio deste conteúdo aos cargos do bloco 7 onde está presente o cargo de Arquivista, atribuindo a ele os maiores pesos. O conteúdo programático do eixo 5 do bloco 7, também cobra conhecimentos em temas como: documento digital, procedimentos técnicos e tecnologia, sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos e gerenciamento de documentos arquivísticos digitais. Estes temas estão presentes no currículo dos cursos de Arquivologia, conforme apresentado no quadro 1.

Embora a LGPD e GDPR não definam uma formação acadêmica específica para o cargo de Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais/*Data Protection Officer (DPO)*, a *International Association of Privacy Professionals* (2021) catalogou os requisitos legais para este cargo em vinte e cinco países, incluindo o Brasil. Neste catálogo, nota-se que as áreas de Direito (Bloco 6) e Tecnologia da Informação (Bloco 2) sobressaem na maioria dos países. Todavia, no CPNU isto não se repetiu, pois os conteúdos programáticos destas áreas, bloco 2 e 6, não cobraram conhecimento em Proteção de Dados. No bloco 2 conhecimentos em LGPD nem consta no conteúdo programático, e no bloco 6 consta no eixo 1, que entre os 5 é o mais genérico, e para a especialidade de Direito tem apenas peso 2.

Por meio do exame feito nos editais, foi constatado que o perfil e requisitos para exercer atividades para proteção e tratamento de dados pessoais estão presentes no bloco 7 – Gestão governamental e administração pública e eixo 5 – Comunicação, gestão documental, transparência e proteção de dados. A partir deste exame, foi identificado que este bloco é o que contém a especialidade em Arquivologia e o conteúdo programático cobrado no eixo 5 para esta especialidade tem mais importância, ou seja, pesos máximos (5 e 4).

Para concluir, com base na análise e no exame realizados, é possível identificar que a formação em Arquivologia está preparando os profissionais para os desafios atuais e demandas futuras de uma profissão em constante evolução na era da transformação digital. E que esta evolução é compatível com o perfil profissional do Arquivista e os requisitos exigidos pelos órgãos e entidades da esfera pública federal, para exercer as atividades para proteção e tratamento de dados pessoais, ou seja, Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste artigo foi identificar se a formação do Arquivista é compatível com o perfil requisitado pela esfera pública federal, para exercer as atividades para proteção e tratamento de dados pessoais, ou seja, Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais. A transversalidade profissional requerida nos editais do CPNU, e a evolução das estruturas

curriculares do curso de Arquivologia no Brasil, demonstram que a esfera pública e as universidades estão acompanhando as transformações ocorridas na sociedade nas últimas décadas.

No que diz respeito à quantidade de disciplinas ofertadas, que estão relacionadas à transformação digital, há um total de noventa e oito. Distribuídas em 100% das universidades que ministram o curso de Arquivologia, o que é uma evidência desta evolução. A correlação do conteúdo programático do eixo 5 do bloco 7 com as estruturas curriculares vigentes, corroboram para a compatibilidade entre o perfil requisitado, pela esfera pública, para proteção e tratamento de dados pessoais com a formação do Arquivista.

Por fim, destaca-se que, a partir dos dados analisados, pode-se afirmar que a LGPD não define as qualificações profissionais para o Encarregado pelo tratamento de dados pessoais. Para a ANPD (2021), este deve ter conhecimento em proteção de dados e segurança da informação em nível que atenda às necessidades das operações institucionais. Sendo assim, visto que documentos, dados e informações são conceitos interligados e dependentes um do outro, dada a semelhança nas operações e no tratamento de ambos, pode-se inferir que o profissional responsável pela gestão de documentos, o Arquivista, atende aos requisitos para proteção e tratamento de dados pessoais requisitado pelo Poder Executivo Federal no CPNU, ou seja, sua formação é compatível para atuar como Encarregado pelo tratamento de dados pessoais/*Data Protection Officer (DPO)*.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Cleomar. Os efeitos da cultura digital no ensino superior. **Revista Ensino Superior**, 24 abr. 2020. Disponível em: https://revistaensinosuperior.com.br/2020/04/24/cultura-digital-ensino-superior/ Acesso em: 20 abr. 2024.

AUTORIDADE NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (ANPD). **Guia Orientativo para Definições dos Agentes de Tratamento de Dados Pessoais e do Encarregado**. ANPD; Presidência da República: Brasília/DF, maio 2021. Disponível em: https://www.gov.br/anpd/pt-br/assuntos/noticias/inclusao-de-arquivos-para-link-nas-noticias/2021-05-27-guia-agentes-de-tratamento_final.pdf Acesso em 03 mai. 2024.

AUTORIDADE NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (ANPD). 4 anos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais. 2022. Disponível em: https://www.gov.br/anpd/pt-br/assuntos/noticias-periodo-eleitoral/4-anos-da-lei-geral-de-protecao-de-dados-pessoais Acesso em 20 mar. 2024.

BRASIL. Lei n. 8.159, de 08 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília/DF, p. 455, 9 jan. 1991. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8159.htm. Acesso em: 20 mar. 2024.

BRASIL. Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá

outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília/DF, Edição Extra, p. 1, 18 nov. 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em: 20 mar. 2024.

BRASIL. Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). **Diário Oficial da União**, Brasília/DF, p. 59, 15 ago. 2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm. Acesso em: 20 mar. 2024.

BRASIL. Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. **Editais 01-07/2024**: Concurso Público Nacional Unificado. Brasília: Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, 10 jan. 2024. Disponível em: https://www.gov.br/gestao/pt-br/concursonacional/editais/editais Acesso em: 10 jan. 2024.

BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos (Conarq). Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos (CTDE). **Glossário:** Documentos Arquivísticos Digitais. 8. ed. Rio de Janeiro: CTDE, 2020. Disponível em: https://www.gov.br/conarq/pt-br/assuntos/camaras-tecnicas-setoriais-inativas/camara-tecnica-de-documentos-eletronicos-ctde/glosctde_2020_08_07.pdf Acesso em: 23 mar. 2020.

DAMA INTERNACIONAL. **DAMA-DMBOK**: Data Management Body of Knowledge. 2. ed. Arizona: Technics Publications, 1 jul. 2017.

DONEDA, Danilo. Panorama histórico da proteção de dados pessoais. In: MENDES, Laura Schertel; DONEDA, Danilo; SARLET, Ingo Wolfgang; RODRIGUES JR. Otávio Luís; BIONI, Bruno (coord.). Tratado de Proteção de Dados Pessoais. Rio de Janeiro: Forense, 2021, p. 3 – 20

EUROPEAN ARCHIVES GROUP. **Guidance on data protection for archive services**: EAG Guidelines on the implementation of the General Data Protection Regulation in the archive sector. European Archives Group, out. 2018. Disponível em: https://commission.europa.eu/system/files/2018-10/eag_draft_guidelines_1_11_0.pdf. Acesso em: 11 mar. 2024.

INTERNATIONAL ASSOCIATION OF PRIVACY PROFESSIONALS (IAPP). **Data Protection Officer Requirements by Country**. IAPP, 20 dez. 2021. Disponível em: https://iapp.org/media/pdf/resource_center/dpo_requirements_by_country.pdf. Acesso em: 20 jan. 2024.

JARDIM, José Maria. A universidade e o ensino da Arquivologia no Brasil. *In*: JARDIM, José Maria. **A formação do arquivista no Brasil**. Rio de Janeiro: UFF, 1999.

MARIZ, A. C. A. Reformas curriculares do curso de Arquivologia da UNIRIO: reflexões propostas. *In*: VENÂNCIO, R.; NASCIMENTO, A. **Universidades & arquivos**: gestão, ensino e pesquisa. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014. p. 135-155.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo, EPU, 1986.

THE WORLD'S Most Valuable Resource Is No Longer Oil, but Data. **The Economist**, 6 maio 2017. Disponível em: https://www.economist.com/leaders/2017/05/06/the-worlds-most-valuable-resource-is-no-longer-oil-but-data. Acesso em: 10 fev. 2024.

UNIÃO EUROPEIA. Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados e que revoga a Diretiva 95/46/CE (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados). **Jornal Oficial da União Europeia**,

4 maio 2016. Disponível em: https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32016R0679. Acesso em: 27 abr. 2024.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Curso de Arquivologia. **Histórico**. Brasília/DF: UNB, [201?]. Disponível em: http://www.arquivologia.fci.unb.br/index.php/2-uncategorised/42-historico. Acesso em: 09 mar. 2024.

VAZ, Gláucia Aparecida. A evolução do pensamento da reforma curricular nos cursos de Arquivologia: uma análise histórica. **Analisando em Ciência da Informação**, João Pessoa, v. 4, n. 2, p. 21-42, jul./dez. 2016. Disponível em: http://arquivologiauepb.com.br/racin/edicoes/v4_n2/racin_v4_n2_artigo02.pdf. Acesso em: 03 jun. 2024.

ESTRATÉGIAS PARA A ELABORAÇÃO E A APLICAÇÃO DE PLANO DE CLASSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS E DE TABELA DE TEMPORALIDADE E DE DESTINAÇÃO DE DOCUMENTOS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

STRATEGIES FOR PREPARING AND APPLYING DOCUMENT CLASSIFICATION PLAN AND DOCUMENT TEMPORALITY AND DESTINATION TABLE: AN EXPERIENCE REPORT

Rebeca de Oliveira Patrício
Arquivo Público do Estado da Paraíba

Wellington da Silva Gomes
Arquivo Público do Estado da Paraíba

Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira
Universidade Federal da Paraíba

Resumo

Os instrumentos de gestão de documentos, como o Plano de Classificação de Documentos e a Tabela de Temporalidade e de Destinação de Documentos, são essenciais à prática arquivística, exigindo estratégias para a sua elaboração e aplicação. Nesse sentido, Este texto objetivou relatar as experiências do desenvolvimento do Plano de Classificação de Documentos e da Tabela de Temporalidade e de Destinação de Documentos no Poder Executivo Estado da Paraíba, utilizando como metodologia a Descrição Informativa. Metodologicamente, basilou-se na Descritiva Informativa, que enfatiza a pormenorização de fenômenos a partir das relações de ação, contribuindo tanto para o meio acadêmico quanto profissional. A pesquisa também foi de natureza qualitativa, oferecendo percepções práticas para a área da Arquivologia. Sendo assim, ficou enfatizado a importância de estratégias colaborativas, a conscientização dos gestores e a adoção de boas práticas como possibilidade efetivas para garantir

a gestão, a organização, o acesso e a preservação de documentos ao longo do tempo. Logo, faz-se necessário a colaboração entre os órgãos públicos são pilares fundamentais para o sucesso dessa gestão.

Palavras-Chave: Gestão de documentos; Plano de Classificação de Documentos; Relato de experiência; Tabela de Temporalidade e de Destinação de Documentos.

Abstract

Document management instruments, such as the Document Classification Plan and the Document Temporality and Destination Table, are essential to archival practice, requiring strategies for their preparation and application. In this sense, this text aimed to report the experiences of developing the Document Classification Plan and the Document Temporality and Destination Table in the Executive Branch of the State of Paraíba, using the Informative Description as a methodology. Methodologically, it was based on Informative Descriptive, which emphasizes the detail of phenomena based on action relationships, contributing to both the academic and professional environments. The research was also qualitative in nature, offering practical insights into the field of Archivology. Therefore, the importance of collaborative strategies, the awareness of managers and the adoption of good practices were emphasized as effective possibilities to guarantee the management, organization, access and preservation of documents over time. Therefore, collaboration between public bodies is necessary, which is a fundamental pillar for the success of this management.

Keywords: Document management; Document Classification Plan; Experience report; Document Temporality and Destination Table.

INTRODUÇÃO

No século XX, com o advento da II Guerra Mundial e, consequentemente, do aumento significativo dos registros de informação, emerge a necessidade de gerenciá-los devido à falta de tratamento arquivístico.

Sendo assim, o alinhamento entre ciência-tecnologia contribuiu para que fossem realizados procedimentos que tornassem o acesso cada vez mais célere e dinâmico em

todos os setores sociais. Diante dessas urgências em relação aos documentos, nos Estados Unidos, foram levantadas discussões teóricas e práticas acerca da Gestão de Documentos, área que preconiza o gerenciamento de informações registradas.

Essa Gestão reúne múltiplos conceitos, tornando possível uma práxis que vai além do pensamento custodial aos arquivos. Ela possibilita a comunicação entre campos científicos com alguns propósitos: a compreensão e a administração do ciclo de vida documental e o seu acesso.

Entre as contribuições de Schellenberg (2006) à Gestão de Documentos, pode-se destacar valores atribuídos aos documentos, isto é, o valor primário e o secundário. O primeiro é caracterizado pelos arquivos produzidos e utilizados com alta e média frequência, sendo tais de interesse administrativo, ou seja, com propriedade corrente-intermediária. E o segundo, direcionado àqueles com menor incidência de uso, associados aos interesses informativos, probatórios e investigativos das instituições, podendo ter relevância histórica e de legado.

A Lei Estadual n.º 11.263, de 29 de dezembro de 2018, a qual se refere a criação do Arquivo Público do Estado da Paraíba (APEPB), elenca a definição do conceito de Gestão de Documentos da seguinte maneira:

> Conjunto de procedimentos e operações técnicas, referentes à produção, classificação, tramitação, uso, avaliação e arquivamento de documentos em fase corrente e intermediária, visando à sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente, que assegura a racionalização e a eficiência dos arquivos (Paraíba, 2018, p. 1).

De tal conceito extraem-se duas atividades importantes: a classificação e a avaliação, às quais refletem a criação de dois instrumentos: o Plano de Classificação de Documentos (PCD) ou Código de Classificação de Documentos (CCD) derivado da primeira atividade, e a Tabela de Temporalidade e de Destinação de Documentos (TTDD) derivada da segunda.

Conforme Gomes *et al.* (2020), a classificação pode ser operacionalizada por meio de um instrumento denominado PCD, sendo importante para atividades arquivísticas como, por exemplo, o controle do acervo e a recuperação de informações. Além disso, tal produto é relevante à execução de outras funções para os arquivos, como a avaliação e a descrição.

Laconicamente, o PCD permite a contextualização do documento em sua existência, mapeia informações que possibilitam a compreensão do que antecedeu a sua elaboração, indicando a função e a atividade desenvolvidas na instituição que motivaram tal implantação (Conselho..., 2001).

De outro lado complementar, tem-se a avaliação como uma atividade que visa determinar quais documentos serão mantidos para fins administrativos ou de pesquisa, e

quais serão descartados ou encaminhados aos arquivos permanentes, com base em seu valor (Brasil,2001).

A avaliação permite que o documento seja visualizado enquanto sua importância de guarda na instituição. Por meio dela, indica-se os prazos em que cada registro deve ser mantido nas fases dos arquivos. Esses apontamentos são formalizados e pregnados na TTDD, instrumento que esquematiza o ciclo de vida documental.

O APEPB, no ano de 2024, encontra-se em vias de conclusão do PCD e da TTDD das Atividades-Meio do Poder Executivo do Governo do Estado da Paraíba. Contudo, o processo de construção desses dois instrumentos gera preocupações em relação à sua aplicabilidade em sistemas informatizados, uma vez que pode ser considerado um dos primeiros passos quando se fala em uma Cadeia de Custódia Arquivística Digital (CCDA), devendo compor os ambientes de gestão, de preservação e de difusão e acesso.

A partir disso, questionou-se: Quais as estratégias desenvolvidas pelo APEPB para viabilizar a elaboração e a aplicação dos instrumentos de Gestão de Documentos: o PCD e a TTDD? Para tanto, objetivou-se relatar as experiências do desenvolvimento do PCD e da TTDD no Poder Executivo Estado da Paraíba, utilizando como metodologia a Descrição Informativa.

METODOLOGIA

A metodologia empregada para a elaboração deste escrito foi baseada em um Relato de Experiência (RE), o qual expõe a vivência no desenvolvimento de estratégias para a criação e a futura aplicação dos instrumentos de gestão de documentos arquivísticos.

Sendo assim, utilizou-se o método da Descrição Informativa de Mussi; Flores e Almeida (2021). Os referidos autores explicam que a pesquisa descritiva é uma forma de pormenorizar fenômenos a partir do estabelecimento de relações de ação, o que contribui tanto para o meio acadêmico quanto o profissional. A Descrição Informativa é destacada como uma oportunidade de conhecer o trabalho prático que foi executado, caracterizando o cenário do estudo por meio de diversos aspectos.

Para a descrição das informações, Mussi; Flores e Almeida (2021) pontuam 15 itens que se devem conter na totalidade das seções do RE com Descrição Informativa. Diante desse contexto e das vivências que motivaram a elaboração deste trabalho, para o desenvolvimento do nosso RE, optou-se em abordar 12 elementos característicos da Descrição Informativa, que são: objetivo, período temporal, descrição do local, eixo de experiência, caracterização da atividade relatada, tipo da vivência, público da ação interventiva, potencialidades, resultados, finalidade, citação.

Mussi; Flores e Almeida (2021) explicam que para contemplar esses doze pontos, torna-se necessário responder alguns questionamentos específicos associados a cada um deles. Sendo assim, o Quadro 1 apresenta esses pontos.

Quadro 1: Elementos e perguntas para Descrição Informativa

Elementos da Descrição Informativa	Perguntas para os elementos
Objetivo	Qual o objetivo deste relato?
Período temporal	Quando (data)? Quanto tempo (horas, dias ou meses)?
Descrição do local	Quais são as características do local e onde fica situado geograficamente (cidade, estado e país)?
Eixo da experiência	Do que se trata a experiência?
Caracterização da atividade relatada	Como a atividade foi desenvolvida?
Tipo da vivência	Qual foi o tipo de intervenção realizada?
Público da ação interventiva	Qual o perfil ou característica destas pessoas?
Resultados	Quais foram os resultados advindo da experiência? Quais foram as principais experiências vivenciadas?
Dificuldades	Quais foram os aspectos que dificultaram o processo? (Limitações) O que foi feito perante essas limitações?
Potencialidades	Quais foram os aspectos que potencializaram o processo?
Finalidade	O intuito do relato foi alcançado?
Citação	Quais estudos foram usados para a construção do RE?

Fonte: Adaptado de Mussi; Flores e Almeida (2021).

Sendo assim, esta pesquisa configurou-se como qualitativa, demonstrando uma contribuição prática *in loco* na área da Arquivologia, oferecendo percepções empíricas que podem ser replicadas em outros contextos similares.

ESTRATÉGIAS PARA A ELABORAÇÃO DO PLANO DE CLASSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS

A Lei Estadual n.º 11.263 oficializa a criação do Arquivo Público do Estado da Paraíba, a qual se destaca à contextualização do presente relato de experiência. As normativas no geral, sejam elas leis, decretos, portarias, regimentos ou regulamentos, configuram-se como fontes para direcionar e assegurar as práticas a serem realizadas no serviço público.

Na referida Lei, evidencia-se a responsabilidade do Poder Público Estadual para a gestão documental e para a proteção especial aos documentos de arquivos, independentemente da natureza do suporte. Conforme o seu Art. 2º, tal responsabilidade é vista como um instrumento de apoio à administração, à cultura e ao desenvolvimento científico e tecnológico.

De forma mais específica, o Art. 8º confere ao APEPB diversas competências, dentre as quais pode-se enfatizar a elaboração do PCD e da TTDD das Atividades-Meio da Administração do Poder Executivo Estadual. Vale ressaltar que essa atribuição não inclui os Poderes Legislativo e Judiciário. Em um contexto mais amplo, a responsabilidade pela gestão de documentos não se limita apenas ao Arquivo Público do Estado da Paraíba, mas estende-se a todos os órgãos que possuam vínculo com o Poder Público Estadual, incluindo as autarquias e as empresas de economia mista.

No que tange aos Arquivos Públicos do Poder Executivo do Estado da Paraíba, pode-se fazer alusão ao APEPB como um guarda-chuva, que "abriga" órgãos ligados à administração direta e indireta ao Governo da Paraíba, implantando e implementando as políticas arquivísticas.

A citada Lei Estadual estabelece também um conjunto de 13 competências que definem a autoridade e a responsabilidade do Arquivo Público do Estado. Essas competências são fundamentais para garantir a organização e a preservação dos documentos, assegurando que eles cumpram seu papel como instrumentos de apoio administrativo, cultural, científico e jurídico.

A primeira Diretora Executiva do APEPB e a primeira Gerente Executiva de Gestão Documental e do Sistema de Arquivos analisaram o cenário brasileiro dos Arquivos Públicos Estaduais que haviam publicado o PCD e TTDD. Diante das experiências dos seus pares, optou-se pela Metodologia Funcional para os instrumentos de gestão.

Tendo em vista que o Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP) já havia publicado seus instrumentos utilizando essa mesma Abordagem Funcional, o APEPB aproxima-se do APESP. Em conversa entre as integrantes do APEPB e Ieda Pimenta[1], ficou definido que o modelo de trabalho do APESP seria a referência.

Aplicar a integralidade dos instrumentos de gestão de documentos do Arquivo Público do Estado de São Paulo sem um alinhamento com a realidade do Poder Executivo do Estado da Paraíba seria imprudência. Por mais que a estrutura dos Poderes Executivos Estaduais tenham similaridades, existem particulares inerentes a cada Estado, individualizando-os quanto aos documentos produzidos, recebidos e acumulados.

Destarte, selecionou-se os órgãos que poderiam contribuir com o levantamento de informações para analisar se as funções, subfunções e atividades descritas estavam em concordância com os produtos desenvolvidos pelo APESP.

Então, por meio da Lei Estadual n.º 8.186, de 16 de março de 2007[2], foram identificados os órgãos instrumentais do Poder Executivo do Estado da Paraíba, sendo esses,

1 Professora, pesquisadora e diretora do Departamento de Gestão do Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo.

2 Disponível em: Lei 8.186_2007_Define a Estrutura Organizacional da Administração Direta do Estado (pm.pb.gov.br).

os principais, no desenvolvimento das Atividades-Meio do próprio Poder Executivo. A exemplo disso, tem-se a Secretaria de Estado da Comunicação, que desenvolve atividades referentes à comunicação do Governo do Estado, divulgando ações de todas as Secretarias e os órgãos vinculados ao Poder Executivo, incluindo ela mesma.

As identificações e as definições dos campos para construir o PCD e a TTDD iniciaram-se durante o segundo semestre de 2019, período em que a Diretora Executiva e a Gerente Executiva de Gestão Documental e do Sistema de Arquivos tomaram posse no APEPB. Porém, em 2020, a Pandemia da Covid-19 interrompeu o adiantamento das atividades do Arquivo.

O período entre 2020 e 2021 foi de dificuldades para o desenvolvimento do trabalho arquivístico, mas avançaram nos estudos sobre os órgãos, por meio da identificação de suas leis de criação e de seus regimentos.

Em 2022, com a diminuição dos casos da Covid-19, as atividades do APEPB retornaram, ainda assim, apesar de todos esforços, que perduraram do início deste mesmo ano ao ano de 2023, o Arquivo Público não conseguiu avançar significativamente em suas atividades laborais.

Na última dezena do mês de março de 2023, assumiu a segunda Diretora Executiva do Arquivo Público do Estado da Paraíba, Rebeca de Oliveira Patrício. Com isso, foi reforçado por esta Diretora a necessidade de estreitar a aproximação entre o Arquivo Público e os órgãos que seriam parceiros na construção dos instrumentos de gestão.

Apesar do PCD e da TTDD do APESP servirem como fonte para direcionar as possibilidades de funções, subfunções, atividades e tipos documentais, a realidade administrativa do Poder Executivo do Estado de São Paulo e da Paraíba se diferem, e com isso, houve a necessidade de realizar adaptações, – mudanças que possibilitaram construir tais instrumentos de forma coerente à realidade paraibana.

Para que essa adequação fosse possível, no dia 23 de maio de 2023 foi realizada uma reunião com os presidentes das Comissões Permanentes de Avaliação Documental (CPAD) dos órgãos instrumentais do Poder Executivo. Nessa reunião, a equipe do APEPB se apresentou, explicou as competências inerentes ao Arquivo e solicitou a colaboração dos referidos presidentes para que o APEPB realizasse entrevistas presenciais nas instituições.

A aproximação com os presidentes das CPADs tornou-se parte significativa do processo de construção dos instrumentos de gestão. Foi gerado um vínculo de confiança entre eles e a equipe do Arquivo Estadual da Paraíba, já que a oportunidade viabilizou a elucidação de dúvidas, permitindo a ruptura de possíveis entraves futuros quanto à entrada da equipe do APEPB nos órgãos instrumentais.

Sendo assim, foi criado um calendário junto aos órgãos para facilitar as entrevistas, além disso, foram enviados ofícios aos representantes máximos das instituições como forma de solicitar e formalizar as visitas.

ESTRATÉGIAS PARA VIABILIZAR A APLICAÇÃO DO PLANO DE CLASSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS E DA TABELA DE TEMPORALIDADE E DE DESTINAÇÃO DE DOCUMENTOS

Em paralelo às ações que impulsionaram as entrevistas e o desenvolvimento do PCD e da TTDD, ainda em 2023, o APEPB e a então Diretoria de Modernização[3] e Gestão da Secretaria de Estado da Administração, mobilizaram-se para promover Encontros com todas as Comissões Permanentes de Avaliação do Poder Executivo. São mais de 60 órgãos que compõem o Poder Executivo, e a política de gestão de arquivos precisa recair para todos esses, conforme indica a Lei Estadual nº. 11.263.

No dia sete de junho de 2023, foi realizado o I Encontro de Gestão Documental com os representantes das CPADs. Até junho de 2024, foram realizados cinco Encontros para difundir a política arquivística, elucidar questões acerca da gestão e da preservação documental, como também, em específico do PCD e da TTDD.

Percebeu-se nos Encontros, o aumento da compreensão de diferentes órgãos sobre a importância dos arquivos para o desenvolvimento da gestão em seus espaços. Como também se ampliou o entendimento da complexidade dos fazeres arquivísticos; importância dos arquivistas; dos documentos quanto fonte de prova, do acesso e da transparência e da visualização e reconhecimento do APEPB como órgão central das políticas referentes aos arquivos.

As curtas lacunas temporais entre as realizações dos Encontros tornaram-se mais um reforço para que os presidentes das CPADs não visualizassem os arquivos como algo secundário. Houve também nessas reuniões, a motivação e a conscientização sobre os benefícios que trarão a aplicação do PCD e da TTDD. Dessa forma, a intenção é minimizar o impacto de quando os instrumentos forem publicados, tornando os instrumentos de gestão familiares quanto ao seu significado, já que essa ação foi dirimida no decorrer dos eventos realizados.

Além das estratégias apresentadas, teve-se a necessidade de garantir a aplicabilidade dos instrumentos no sistema de produção documental do Poder Executivo do Governo do Estado da Paraíba. A pandemia que iniciou em 2020 no Brasil, repercutiu na maneira dos órgãos se comunicarem e produzirem ofícios, expedientes e processos. Sendo adotado um sistema de negócio para a gestão de documentos, chamado de PBDOC, que permite a continuidade da produção e da tramitação de documentos digitais *on-line*. Porém, com a inexistência de um PCD e TTDD, o sistema tende a colapsar quanto à gestão, à preservação e ao acesso a esses documentos.

3 Diretoria que, em 2024 tornou-se a Secretária Executiva de Modernização e Transformação Digital, contendo em seu quadro uma Diretoria, a qual é identificada hoje como: Diretoria Executiva de Estratégia e Transformação Digital.

No processo de construção dos instrumentos de gestão das Atividades-Meio, percebeu-se que é imprescindível a possibilidade de aplicar tais ferramentas no PBDOC. Para isso ser possível, por meio da solicitação do APEPB à Diretoria de Modernização e Gestão (Demog) e à Companhia de Processamento de Dados da Paraíba (Codata) (solicitação realizada em agosto de 2023), foi produzido um banco de dados[4], servindo como um meio de envio de informações aos campos do sistema PBDOC correspondentes à classificação e à temporalidade.

Sendo assim, reconhecendo a importância da cadeia de custódia para a preservação de documentos digitais, o banco de dados propõe conter dados sobre nove campos, os quais vão detalhar informações referentes aos tipos documentais e os seus contextos de produção e de custódia. Diante do que foi dito, segue as pontuações identificando cada célula presente no banco de dados e sua respectiva explicação:

1. **Períodos históricos do Estado:** refere-se a um recorte temporal, sendo a ele associado um código para representar um período governamental, indicando assim um início e fim que compõe esse período.

2. **Órgãos:** neste campo os órgãos são identificados nominalmente e cada um representado por código.

3. **Períodos históricos do órgão:** refere-se a um recorte temporal, sendo a ele associado um código para representar um período institucional. Nele, também existe um campo para ser colocado o critério desse marco legal.

4. **Setores:** este campo foi produzido visualizando as atividades finalísticas, o qual vai correlacionar as funções a três grandes áreas institucionais identificadas no saber administrativo, que são: estratégico, tático e operacional.

5. **Áreas:** para tornar independente a numeração da classificação das Atividades-Meio e das Atividades-Fim, este campo permitirá agrupar toda informação pertencente a cada atividade.

6. **Funções:** as Funções correspondem à classificação dos documentos. Neste campo são colocados os títulos das funções e dos códigos de classificação das áreas meio ou fim.

4 Os campos do banco de dados foram definidos pela equipe do APEPB, com contribuição voluntária do PROCON-PB, por meio do Grupo de Pesquisa em Estudos Digitais da Universidade Federal da Paraíba que estava desenvolvendo o PCD e a TTDD da Área-Fim em conjunto com a CPAD do PROCON-PB.

7. **Subfunções:** campo associado às "Funções" e que terá os títulos das subfunções e dos códigos.

8. **Atividades:** campo associado às "Funções" e às "subfunções" e que terá o título e os códigos das respectivas atividades.

9. **Tipos de documentos:** campo associado às "Funções", às "Subfunções" e às "Atividades", terá o título e os códigos de classificação dos "Tipos de Documentos" da área meio ou fim. Além desses, também haverá espaços de preenchimento quanto à identificação da legislação que o respalde, definição dos prazos de guarda ou de eliminação, local de custódia e observações.

A proposta do banco de dados é reunir informações referentes aos documentos, possibilitando a sua identificação enquanto contexto de criação, classificação e prazos de guarda. É fazer dele uma estratégia de solução de produção e de aplicação rápida e eficiente que possibilite comunicar com o sistema de produção de documentos utilizado no Poder Executivo do Estado da Paraíba, o PBDOC.

Tal ação vai permitir que o PBDOC execute a gestão arquivística de documentos; o banco de dados será a base para o envio de informações do PCD e da TTDD a um sistema de produção de documentos, repositório arquivístico e plataforma de difusão e acesso.

Assim, com a implantação de um repositório arquivístico confiável e uma plataforma de acesso, formar-se-á uma CCDA, a qual irá aderir às diretrizes e às normalizações arquivísticas (Gava; Flores, 2022). O banco de dados terá em seu escopo robustez suficiente para viabilizar o envio de dados para essas plataformas que compõe essa cadeia.

O ciclo de vida dos documentos pode ser entendido como o ambiente da "cadeia de custódia", que para ser considerada arquivístico precisa deter seus princípios, suas normas, seus padrões, suas diretrizes e, se possível, legislações específicas (Luz; Flores, 2017).

A CCDA é uma linha ininterrupta; a comunicação entre os documentos arquivísticos, em suas fases corrente, intermediária e permanente, subsidiada por ambientes digitais distintos, como o de gestão (para as idades corrente e intermediário), de preservação e de acesso (para a idade permanente) por um processo sequencial, e, para isso acontecer, os documentos devem estar inseridos num Sigad ou num sistema de gestão com requisitos arquivísticos, interoperável com um RDC-Arq e, este, com uma plataforma de acesso e difusão, se necessário; perpassando a produção, a avaliação, a preservação até o acesso, conservando as características dos documentos de arquivo, a fim de que permaneçam incorrompidos e sua autenticidade seja garantida.

Atualmente, o banco de dados ainda não está sendo aplicado devido à espera da publicação como Decreto do PCD e da TTDD das Atividade-Meio do Poder Executivo do Estado da Paraíba. Porém, o produto já foi testado e está pronto para ser utilizado.

Diante de todo o relato apresentado até o momento, e para consolidar as informações aqui, tornou-se viável destacar, de maneira concisa, as respostas referentes às perguntas presentes no Quadro 1.

Quadro 2: Elementos, perguntas e respostas para a Descrição Informativa

Elementos da Descrição Informativa	Perguntas para os elementos	Respostas
Objetivo	Qual o objetivo deste relato?	**Relatar as experiências do desenvolvimento do PCD e da TTDD no Poder Executivo Estado da Paraíba, utilizando como metodologia a Descrição Informativa**.
Período temporal	Quando (data)? Quanto tempo (horas, dias ou meses)?	Este relato contém informes oriundos do período acontecido em dezembro de 2018 a agosto de 2024.
Descrição do local	Quais são as características do local e onde fica situado geograficamente (cidade, estado e país)?	Refere-se as estratégias desenvolvidas pelo Arquivo Público do Estado da Paraíba. Orgão pertencente ao Poder Executivo do Estado da Paraíba, localizado em João Pessoa, Paraíba, Brasil.
Eixo da experiência	Do que se trata a experiência?	Trata-se de um relato de estratégias e soluções identificadas para o desenvolvimento do PCD e da TTDD no Poder Executivo Estado da Paraíba.
Caracterização da atividade relatada	Como a atividade foi desenvolvida?	Foi desenvolvida por meio de reuniões internas, de pesquisas e de interações com outros órgão e servidores do Poder Executivo.
Tipo da vivência	Qual foi o tipo de intervenção realizada?	Foi iniciada a política arquivística e educação dos servidores sobre gestão de documentos.
Público da ação interventiva	Qual o perfil ou característica destas pessoas?	Pessoas vinculadas de maneira trabalhista ao Governo do Estado da Paraíba, e profissionais que lidam diretamente com a produção, o recebimento e a custódia de documentos.
Resultados	Quais foram os resultados advindo da experiência? Quais foram as principais experiências vivenciadas?	A construção do PCD e da TTDD das Atividades-Meio do Poder Executivo do Estado da Paraíba; consolidação das CPADs; desenvolvimento de um banco de dados que viabilizará a gestão de documentos em sistema de produção documental. As principais experiências foram: ações de governança, por meio da aplicação da Lei Estadual n.º 11.263, e a aproximação com órgãos estaduais da Paraíba.

Elementos da Descrição Informativa	Perguntas para os elementos	Respostas
Dificuldades	Quais foram os aspectos que dificultaram o processo? (Limitações) O que foi feito perante essas limitações?	O quantitativo de gente na equipe do APEPB foi um dificultador. Todo esse processo contou com atuação de 2, 3 ou no máximo 4 pessoas, as quais correspondem à totalidade do quadro atual do APEPB. A solução para essa dificuldade foi dialogar e/ou firmar parcerias com outros estados, órgãos e voluntários externos, como professores universitários.
Potencialidades	Quais foram os aspectos que potencializaram o processo?	A urgência do Poder Executivo da Paraíba em ter uma TTDD para poder realizar eliminação e liberar espaços em suas instituições. A colaboração dos servidores e gestores da atual Secretária Executiva de Modernização e Transformação Digital e Codata. As orientações do Arquivo Público do Estado de São Paulo.
Finalidade	O intuito do relato foi alcançado?	Sim. Aqui foram colocadas as informações resumidas das vivências e estratégias desenvolvidas pelo Arquivo Público do Estado da Paraíba no processo de produção do PCD e da TTDD das Atividades-Meio. Podendo servir não só de relato, mas de fonte para que outras intituições possam replicar ou melhorar as ações realizadas e apresentadas neste trabalho.
Citação	Quais estudos foram usados para a construção do RE?	O escopo teórico da Arquivologia referente ao PCD e à TTDD, listados no tópico "Referências", como também o artigo que direciona sobre como desenvolver um Relato de Experiencia Informacional: MUSSI, R. F. de F.; FLORES, F. F.; ALMEIDA, C. B. de. Pressupostos para a elaboração de relato de experiência como conhecimento científico. Práxis Educacional, Vitória da Conquista, v. 17, n. 48, p. 60-77, 2021.

Fonte: Adaptado de Mussi; Flores e Almeida (2021).

O quadro autoexplicativo serviu para expor e elencar os elementos da Descrição Informativa em um RE aplicado sob o ponto de vista do Arquivo Público do Estado da Paraíba.

CONCLUSÃO

O relato de experiência apresentado destaca a importância de um PCD e TTDD para assegurar a organização, o controle e o acesso eficiente às informações no âmbito da gestão documental. A classificação dos documentos permite situá-los em seu contexto de existência, enquanto a avaliação determina seus prazos de guarda e de destinação.

O Arquivo Público do Estado da Paraíba encontra-se em vias de conclusão dos instrumentos de gestão das Atividades-Meio do Poder Executivo da Paraíba, buscando táticas para a sua aplicação célere. A definição de estratégias colaborativas e a conscientização dos gestores emergem como elementos essenciais à implementação bem-sucedida desses produtos.

Logo, a colaboração entre os órgãos públicos são pilares fundamentais para o sucesso dessa gestão. Ademais, a aplicação efetiva do PCD e da TTDD não apenas fortalece a governança do Arquivo Público, mas também, contribui significativamente para a eficiência e a transparência das atividades das instituições.

Expor as estratégias e as ações realizadas no processo de construção dos instrumentos de gestão contribui não somente para um registro científico do fazer prático arquivístico do APEPB, contudo promove a difusão e o compartilhamento de vivências que podem servir de fonte para outros Arquivos.

Sendo assim, conclui-se que hodiernamente, a produção de Plano de Classificação de Documentos e de Tabela de Temporalidade e de Destinação de Documentos devem ser pensados enquanto sua aplicação em diferentes níveis: do usuário, que vai aplicar os instrumentos, dos arquivos enquanto setores de custódia de papel e de massa documental, e dos ambientes digitais e suas especificidades relacionadas à cadeia de custódia.

REFERÊNCIAS

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. **Classificação, temporalidade e destinação de documentos de arquivo relativos às atividades-meio da administração pública**. Rio de Janeiro. Arquivo Nacional. 2001.

GAVA, T. B. S.; FLORES, D. Problematizando a pós-custódia com a contemporaneidade da cadeia de custódia digital arquivística compartilhada e distribuída na preservação digital sistêmica. **InCID:** Revista de Ciência da Informação e Documentação, v. 13, n. 2, p. 222-243, 2022. Disponível em: Problematizando a Pós-Custódia com a contemporaneidade da Cadeia de Custódia Digital Arquivística compartilhada e distribuída na Preservação Digital Sistêmica (brapci.inf.br). Acesso em: 18 ago. jul. 2024.

GOMES, D. L. *et al*. Proposta de uma ferramenta para classificação arquivística com base em ontologias. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 26, n. 1, p. 351-374, 2019. Disponível em: Proposta de uma ferramenta para classificação arquivística com base em ontologias | Em Questão (ufrgs.br). Acesso em: 15 ago. 2024.

LUZ, C.; FLORES, F. Cadeia de custódia e de preservação: autenticidade nas plataformas de gestão e preservação de documentos arquivísticos. **ResearchGate,** 2017. Disponível em: (PDF) Cadeia de custódia e de preservação: autenticidade nas plataformas de gestão e preservação de documentos arquivísticos (researchgate.net). Acesso em: 18 ago. 2024.

MUSSI, R. F. de F.; FLORES, F. F.; ALMEIDA, C. B. de. Pressupostos para a elaboração de relato de experiência como conhecimento científico. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 17, n. 48, p. 60-77, 2021. Disponível em: Pressupostos para a elaboração de relato de experiência como conhecimento científico | Práxis Educacional (uesb.br). Acesso em: 20 ago. 2024.

PARAÍBA. **Lei nº 11.263, de 29 de dezembro de 2018**. Dispõe sobre a criação do arquivo público do Estado da Paraíba, do sistema estadual de arquivos e define as diretrizes da política estadual de arquivos públicos e arquivos privados de interesse público e social. Paraíba, [2018]. Disponível em: Lei 11.263, de 29.12.2018 (Dispõe sobre Criação do Arquivo Público do Estado PB) (pm.pb.gov.br). Acesso em: 19 ago. 2024.

SCHELLENBERG, T. R. **Arquivos modernos:** princípios e técnicas. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

INOVAÇÃO NO ARQUIVO CENTRAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

INNOVATION IN THE CENTRAL ARCHIVE OF THE FEDERAL UNIVERSITY OF SANTA CATARINA

Ana Paula Alves Soares
Universidade Federal de Santa Catarina

Jeovana Diomar Pinheiro Januário
Universidade Federal de Santa Catarina

Priscila Machado Borges Sena
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Resumo

Neste trabalho se apresenta uma análise detalhada das práticas que promoveram a inovação nos serviços e produtos do Arquivo Central da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), implantadas a partir de 2022, com foco na identificação de medidas inovadoras implementadas para aprimorar a eficiência e a eficácia dos serviços prestados, bem como a necessidade de criar planos de contingência e políticas para lidar com diferentes cenários. O estudo caracteriza-se como exploratório e descritivo, em que a metodologia empregada a pesquisa documental e a observação direta. Os resultados revelam a utilização de instrumentos inovadores, por exemplo, a criação de um Sistema de Arquivos da universidade, representando um importante marco para o gerenciamento de informações arquivísticas. Além disso, a publicação de protocolos que normatizam e orientam diversos processos da gestão documental, e ainda aqueles que são essenciais para o gerenciamento do arquivo, incluindo também as ações de inovação na difusão do arquivo, entre outras ações como ampliação dos canais de atendimento e reestruturação de canais de difusão. Assim, espera-se que este estudo possa contribuir para o avanço do conhecimento sobre inovação em produtos e serviços dos arquivos.

Palavras-Chave: Inovação; Gestão documental; Arquivos universitários.

Abstract

This work presents a detailed analysis of the practices that promoted innovation in the services and products of the Central Archive of the Federal University of Santa Catarina (UFSC), implemented from 2022 onwards, with a focus on identifying innovative measures implemented to improve the efficiency and effectiveness of services. provided, as well as the need to create contingency plans and policies to deal with different scenarios. The study is characterized as exploratory and descriptive, in which the methodology used includes documentary research and direct observation. The results reveal the use of innovative instruments, for example, the creation of a university Archive System, representing an important milestone for the management of archival information. The publication of protocols that standardize and guide various document management processes, and also those that are essential for file management, also including innovation actions in the dissemination of the file, among other actions such as expanding service channels and restructuring channels broadcast. It is hoped that this study can contribute to the advancement of knowledge about innovation in archival products and services.

Keywords: Innovation; Document management; University archives.

INTRODUÇÃO

No cenário de constante transformação, as organizações, incluindo os arquivos universitários, enfrentam pressões crescentes para se adaptarem e inovarem em seus processos, serviços e produtos. A gestão eficaz de documentos e serviços de arquivos é essencial para garantir a preservação da memória institucional e o acesso à informação relevante para o funcionamento das universidades.

A inovação está profundamente ligada à capacidade de criar novas oportunidades ao integrar diversos conjuntos de conhecimentos (Tidd; Bessant; Pavitt, 2008). Ela é impulsionada pela habilidade de estabelecer conexões e identificar oportunidades, aproveitando-as ao máximo (Bessant; Tidd, 2009). Dessa maneira, a inovação pode manifestar-se como um produto ou processo novo ou aprimorado (ou uma combinação de ambos), que se distingue significativamente do que a organização produziu anteriormente e disponibilizou ao público (produto) ou utilizou internamente (processo) (OECD;

Eurostat, 2018). Em termos de suas dimensões, a inovação pode ser caracterizada como: Inovação de produto: Implementação de mudanças nos produtos ou serviços oferecidos por uma organização. Inovação de processo: Alterações na maneira como os produtos ou serviços são concebidos, produzidos e entregues aos consumidores. Inovação de posição: Modificações que afetam o contexto no qual os produtos ou serviços são introduzidos no mercado. Inovação de paradigma: Transformações nos modelos mentais fundamentais que orientam as ações e decisões da organização (Bessant;Tidd, 2009).

Nesse contexto, o presente trabalho teve como objetivo identificar e discutir as ações de inovação implantadas a partir de 2022 no Arquivo Central da UFSC. Assim, também identificando os principais instrumentos e medidas inovadoras implementadas para aprimorar a eficiência e a eficácia dos serviços prestados. Por isso, a relevância deste estudo reside na sua contribuição teórico prática para o aprimoramento dos serviços de arquivos universitários, pois ao identificar medidas inovadoras e desafios enfrentados na gestão documental e do arquivo, este estudo fornecerá subsídios para a implementação de práticas mais eficientes e sustentáveis, contribuindo para a preservação da memória institucional e o acesso à informação.

ARQUIVOS UNIVERSITÁRIOS E A GESTÃO DOCUMENTAL

Os arquivos universitários desempenham um papel crucial na preservação e disseminação do conhecimento acadêmico, funcionando como repositórios da memória institucional e como fonte primária para a pesquisa científica (Azevedo Neto, 2023). Segundo Duranti (1996), os arquivos são "a memória organizada de uma instituição, fornecendo acesso à informação necessária para a administração, a pesquisa e a prestação de contas". Esses documentos arquivados, que incluem teses, dissertações, relatórios e outros materiais produzidos por acadêmicos, são fundamentais para a continuidade das atividades de ensino e pesquisa (Silva, 2006).

Conforme Araújo (2024) os arquivos universitários são uma fonte inestimável para a pesquisa científica, oferecendo acesso a dados e documentos originais que podem servir de base para novas descobertas. Como observa Cook (1997), "os arquivos não são apenas depósitos de documentos, mas também instrumentos ativos na construção do conhecimento". A importância desses arquivos é ainda mais evidente em estudos de longa duração, onde a consulta a documentos históricos permite uma compreensão mais profunda das mudanças e continuidades em determinados campos do saber (Castro, 2008).

Além de sua função acadêmica, os arquivos universitários são essenciais na preservação da memória institucional e na construção da identidade da instituição (Carpes e Flores, 2013). Para Bellotto (2002), "os arquivos são responsáveis por salvaguardar a história e a cultura de uma instituição, permitindo que sua trajetória seja conhecida e valorizada por futuras gerações". A preservação de documentos históricos e administrativos permite

que a universidade mantenha um registro de suas realizações e desafios, fortalecendo seu legado e contribuindo para a formação da sua identidade institucional.

Por tudo isso, a gestão documental em arquivos universitários é essencial, o que envolve o controle sistemático dos documentos desde a sua produção até o seu destino final, seja ele a eliminação ou o arquivamento permanente (Ferreira, 2023). Neste contexto, a aplicação de políticas de gestão documental é essencial para evitar a perda de informações valiosas e garantir a eficiência administrativa (Lopes, 2010).

A gestão documental compreende o conjunto de práticas e políticas adotadas para organizar, armazenar, preservar e disponibilizar documentos e arquivos de forma eficiente e segura. Este conceito inclui aspectos como classificação, indexação, conservação e descarte de documentos, visando garantir o acesso à informação relevante para as atividades da organização (Calderon, Cornelsen, Pavezi e Lopes, 2004).

Segundo Silva (2018), a gestão documental é crucial para garantir a organização e acessibilidade dos documentos, contribuindo para a eficiência operacional e a transparência institucional. A autora ressalta que a correta classificação e indexação dos documentos são fundamentais para facilitar a recuperação da informação quando necessária.

De acordo com Oliveira e Molina (2018), a preservação dos documentos é um dos pilares da gestão documental, pois assegura a conservação da memória institucional ao longo do tempo. A autora destaca a importância de políticas de conservação adequadas, incluindo medidas de proteção contra danos físicos, ambientais e tecnológicos.

Para Roncaglio (2015), a gestão documental eficiente envolve também o descarte criterioso de documentos obsoletos ou irrelevantes, seguindo procedimentos e legislação específica para garantir a segurança da informação. O autor destaca que a eliminação de documentos sem utilidade contribui para a otimização do espaço físico e dos recursos da organização.

Segundo Silva (2021), a gestão documental abrange não apenas documentos físicos, mas também documentos digitais, exigindo a implementação de sistemas e tecnologias adequadas para a organização e preservação da informação eletrônica. O autor destaca a importância de sistemas de gestão de documentos eletrônicos (GED) para facilitar a busca e recuperação de documentos digitais.

Conforme Oliveira e Molina (2018), a gestão documental é essencial para garantir a conformidade com as regulamentações legais e normativas relacionadas à segurança da informação e proteção de dados. O autor destaca também a necessidade de políticas e procedimentos claros para o tratamento e armazenamento de documentos, visando garantir a conformidade institucional e mitigar riscos jurídicos.

INOVAÇÃO ORGANIZACIONAL

A inovação organizacional refere-se à implementação de novas práticas, processos, produtos ou serviços que resultam em melhorias significativas na eficiência, eficácia e competitividade da organização. Neste contexto, a inovação pode ocorrer em diferentes áreas, por exemplo, na gestão documental, onde novas tecnologias e abordagens podem ser introduzidas para aprimorar os serviços prestados. (Araújo; Rocha; Carvalhais, 2015).

Segundo Jones, Smith e Parker (2017), a inovação organizacional é um processo dinâmico que envolve a criação e implementação de novas ideias, conceitos e produtos, visando melhorar a competitividade e a sustentabilidade da organização. Os autores destacam que a inovação pode ocorrer em diversas áreas, desde a gestão de recursos humanos até a produção de novos produtos e serviços.

Para Rocha e Carvalho (2018), a inovação organizacional é essencial para a adaptação e sobrevivência das organizações em um ambiente de constantes mudanças. Os autores ressaltam que a busca por novas práticas e processos permite às organizações se manterem atualizadas e competitivas em um mercado cada vez mais globalizado e exigente.

Conforme Carvalho e Lima (2021), a inovação organizacional não se limita apenas à implementação de novas tecnologias, mas também envolve a criação de novos modelos de negócio, parcerias estratégicas e formas inovadoras de interação com clientes e stakeholders. Os autores destacam que a capacidade de inovar de forma contínua e disruptiva é essencial para o sucesso e a sobrevivência das organizações em um ambiente de rápida transformação.

A inovação, em sua essência, pode ser dividida em diversas dimensões, cada uma representando uma faceta distinta da transformação organizacional. Essas dimensões, conforme caracterizadas por Bessant e Tidd (2009), abrangem desde mudanças nos produtos e serviços oferecidos até transformações mais profundas nos modelos mentais que orientam as decisões dentro de uma organização. Compreender essas dimensões é essencial para identificar e implementar inovações de maneira estratégica, maximizando seu impacto em diferentes áreas de atuação.

A inovação de produto é uma das dimensões mais visíveis e frequentemente discutidas, envolvendo a implementação de mudanças nos produtos ou serviços oferecidos por uma organização (Bessant e Tidd, 2009). Essas mudanças podem incluir a introdução de novos produtos, a melhoria dos existentes ou a criação de serviços completamente novos. O foco principal dessa dimensão é o valor agregado, o que pode resultar em vantagens competitivas significativas para a organização.

A inovação de processo, por outro lado, foca em alterações na maneira como os produtos ou serviços são concebidos, produzidos e entregues aos consumidores. Essa dimensão engloba a reestruturação de processos internos, a introdução de novas tecnologias de produção e a otimização de cadeias de suprimento (Bessant e Tidd, 2009). A

inovação de processo pode levar a uma maior eficiência operacional, redução de custos e melhoria da qualidade do produto final.

Já a inovação de posição refere-se às modificações no contexto no qual os produtos ou serviços são introduzidos no mercado, envolvendo a redefinição de mercados-alvo, a criação de novos canais de distribuição ou a adaptação de produtos existentes para atender a diferentes segmentos (Bessant e Tidd, 2009). Essa dimensão é crucial em cenários onde a diferenciação de mercado e a adaptação cultural desempenham um papel significativo na aceitação e sucesso de um produto ou serviço.

A inovação de paradigma é talvez a mais profunda e disruptiva entre as dimensões de inovação, pois envolve transformações nos modelos mentais fundamentais que orientam as ações e decisões da organização (Bessant e Tidd, 2009). Essa forma de inovação pode resultar na reconfiguração total do modelo de negócios ou na adoção de novas filosofias e princípios operacionais. A inovação de paradigma frequentemente acompanha grandes revoluções tecnológicas ou mudanças significativas no ambiente econômico e social.

Essas dimensões de inovação não são mutuamente exclusivas e, em muitos casos, uma inovação em uma área pode levar ou exigir mudanças em outras. Por exemplo, a introdução de um novo produto (inovação de produto) pode necessitar de mudanças nos processos de produção (inovação de processo) ou na forma como o produto é posicionado no mercado (inovação de posição). Da mesma forma, uma transformação nos paradigmas organizacionais pode impulsionar inovações em várias outras dimensões, resultando em uma renovação ampla e profunda da organização.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa caracteriza-se por: a) uma abordagem exploratória, permitindo a familiarização com o tema; b) uma abordagem descritiva e documental, visto que analisou documentos.

Para investigar a inovação dos serviços arquivísticos no Arquivo Central da UFSC, implantadas a partir de 2022, buscou-se por fontes primárias, os documentos disponíveis no site oficial da instituição, entre esses: política institucional de gestão de documentos na universidade, protocolos que normatizam e orientam diversos procedimentos, instrumentos de gestão de documentos, portarias institucionais e demais documentos. A análise dos referidos documentos foi realizada no mês de abril de 2024. Ademais, na coleta de dados, utilizou-se ainda a técnica de observação direta, pois usou-se os sentidos para compreender determinados aspectos da realidade, além de dados codificados. Também se examinou fatos que delinearam a pesquisa (Carlsen, 2006).

INOVAÇÃO PRESENTE NO ARQUIVO CENTRAL DA UFSC

O Arquivo Central da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) desempenha o papel crucial na universidade, pois tem como atribuição "manter a custódia, preservação e difusão do acervo documental sob sua guarda". Adicionalmente, é encarregado de desenvolver e orientar a implementação de normas, procedimentos e políticas destinadas à "gestão de documentos no âmbito da universidade, a fim de garantir o acesso à informação e preservação da memória institucional" (Universidade Federal de Santa Catarina, 2023).

A criação de planos de contingência e políticas para lidar com diferentes cenários é uma prática essencial na gestão do arquivo. Neste sentido, uma das inovações mais significativas que ocorreu durante o período analisado foi a publicação da Política de Gestão Arquivística de Documentos (PGAD) da UFSC, publicada em agosto de 2023, por meio da Portaria Normativa nº 478/2023/GR, que objetiva estabelecer critérios para produzir, manter e preservar documentos confiáveis, autênticos, acessíveis e compreensíveis, a fim de apoiar funções e atividades e disponibilizar a informação a todos que dela necessitem.

A PGAD com uma perspectiva sistêmica e progressista a PGAD traz em seu escopo a instituição do Sistema de Arquivos da UFSC (SiArq-UFSC), onde o Arquivo Central é órgão central e gestor desse sistema, sendo integrado também pela Comissão Permanente de Avaliação de Documentos (CPAD/UFSC), a Rede de Arquivos, composta pelo Arquivo Central e pelos Arquivos das Unidades e Subunidades da UFSC e a Superintendência de Governança Eletrônica e Tecnologia da Informação e Comunicação (SeTIC). A efetivação da PGAD implica que o sistema funcione de forma articulada, para isso a PGAD é um documento de nível institucional, que pela primeira vez estabelece as atribuições e responsabilidades de todos os integrantes do sistema, e onde cada integrante desempenhe suas atividades e responsabilidades, mas que também traz a para a comunidade universitária a importância de uma adequada gestão de documentos, que depende de um trabalho integrado de todos os envolvidos.

Além do documento mencionado, o Arquivo Central elaborou e publicou em agosto de 2022 o Guia do Arquivo Central, umas das primeiras inovações realizada pelo arquivo, objetivando "apresentar o acervo documental custodiado pelo Arquivo Central da Universidade Federal Santa Catarina (UFSC), bem como fornecer informações acerca das diretrizes para acesso, controle e funcionamento".

Após a publicação do Guia, o arquivo deu seguimento a publicação de outros instrumentos de pesquisa. Assim, durante o período de setembro de 2022 até agosto de 2023 foram elaborados e publicados os catálogos dos fundos fechados custodiados pelo arquivo, a saber: Catálogo do Fundo Fundação Universidade de Santa Catarina, Catálogo da Faculdade Catarinense de Filosofia, Catálogo da Faculdade de Medicina, Catálogo da Faculdade de Ciências Econômicas, Catálogo da Faculdade de Farmácia e Odontologia, Catálogo da Faculdade de Direito e Catálogo da Faculdade de Serviço Social.

Ainda em 2022, o Arquivo Central lançou uma página para as exposições virtuais, com o objetivo de obter um alcance maior de usuários. No mesmo ano lançou duas exposições híbridas (virtual e presencial), a primeira referente à Fundação Universidade de Santa Catarina, apresentando uma galeria de documentos e fotografias. E a segunda exposição intitulada "Transformação tecnológica: produção e armazenamento de documentos na Universidade Federal de Santa Catarina", que apresentou os diversos equipamentos de produção e suporte de documentos utilizados pela universidade ao longo do tempo. Mas foi no ano de 2023 que foi lançado um novo modelo de exposição, uma exposição interativa acompanhada de tutorial de navegação para comemorar o aniversário do arquivo, intitulada "Arquivo Central da UFSC: 35 anos", que apresentou documentos e fotografias que registram os seus 35 anos de história.

Em junho de 2023 o Arquivo Central teve a iniciativa de lançar a primeira revista de divulgação de um arquivo universitário, assim, publicou o primeiro número da revista "Arquivo em Perspectiva", de publicação anual com o objetivo de difundir o arquivo, seu acervo, seus serviços, as pesquisas realizadas com os documentos que custodia, as diversas experiências a partir de suas fontes, também um meio de divulgação dos relatos e experiências de seus usuários. Além de ser um registro da história daqueles que fizeram e fazem parte da trajetória do arquivo.

Ainda em 2023 o site do Arquivo Central passou por uma reestruturação, a fim de criar um ambiente mais intuitivo e de fácil usabilidade. Em junho do mesmo ano foi publicado o "Plano de Comunicação da Coordenadoria do Arquivo Central", que instituiu e normatizou as ferramentas institucionais de comunicação interna, conforme previsto na Portaria 467/2023/GR, O plano foi criado para instruir uma comunicação interna e externa eficiente, abrangendo as relações internas entre os membros da equipe do Arquivo Central e as relações entre eles e a comunidade em geral.

No mês seguinte o arquivo publicou dois protocolos, o "Protocolo de Acesso à Informação", que visa garantir o cumprimento das leis e regulamentações vigentes referentes ao acesso à informação pela sociedade. E o "Protocolo de Transferência e Recolhimento", que estabelece diretrizes, padrões e procedimentos para a transferência/recolhimento de documentos dos arquivos nos setores de trabalho da UFSC para o Arquivo Central da UFSC. No mês seguinte foi publicado o "Protocolo de Segurança do Acervo", cujo objetivo é definir diretrizes para garantir a segurança e preservação do acervo documental custodiado pelo Arquivo Central. Outro instrumento de inovação é o "Plano de Marketing", documento publicado em março de 2024, constituindo-se como uma ferramenta referencial para orientar as atividades do Arquivo Central.

Além das publicações técnicas supracitadas, deve ser mencionada ainda a "Cartilha de Avaliação e Eliminação de Documentos na UFSC", publicada em abril de 2023 pela Comissão Permanente de Avaliação de Documentos da UFSC (CPAD-UFSC), com o

objetivo trazer esclarecimentos sobre o processo de avaliação e eliminação de documentos na universidade, explicando como é realizada e a quem compete realizar cada etapa do processo, desde a análise e identificação dos prazos de guarda e destinação até o descarte legal dos documentos.

Outra iniciativa realizada foi a realização de minicursos de gestão de documentos, com o intuito de fornecer orientações básicas aos bolsistas de Arquivologia que atuam na UFSC, com duas edições realizadas nos anos de 2023 e 2024, esta atividade contribuiu para reduzir as orientações e esclarecimentos por e-mail, também reduzindo as visitas técnicas nos setores.

Outra inovação foi a ampliação dos canais de atendimento, com a implantação do Portal de Atendimento Institucional (PAI), em 2023, disponibilizando mais um canal de atendimento para a prestação dos serviços do arquivo. Dentre as vantagens e facilidades da utilização do PAI destacam-se a padronização do atendimento; a rastreabilidade das solicitações por meio de registros dos chamados; a viabilização do atendimento eletrônico via e-mail; a divisão de papéis com atribuição de responsabilidades claras; e a possibilidade de análise estatística dos atendimentos para fins de avaliação e melhoria contínua dos serviços.

Por fim, destaca-se a reestruturação do perfil do Arquivo Central no *Instagram*, que a partir do final 2022 até início de 2023, passou por mudanças significativas, as quais incluem mudança na identificação visual com padronização de cores e de fundo para as postagens, que também incluem a logo da UFSC e do Arquivo Central. Além disso, passou a realizar postagens planejadas a partir de um cronograma mensal, no qual são definidos conteúdos a serem postados, os dias da semana e horários, também foram criadas série de postagens fixas, a saber: "Você sabia?", "Explicando", "#Tbt" e "O Arquivo Recomenda".

No Quadro 1, é possível ver a caracterização das práticas inovadoras apresentadas nas dimensões de inovação de Bessant e Tidd (2009).

Quadro 1 - Práticas inovadoras identificadas no Arquivo Central da UFSC a partir de 2022, caracterizadas nas dimensões de inovação de Bessant e Tidd (2009)

Item	Práticas	Inovação Produto	Inovação Processo	Inovação Posição	Inovação Paradigma
1	Política de Gestão Arquivística de Documentos (PGAD)		X		X
2	Guia do Arquivo Central	X			
3	Catálogos dos fundos fechados	X			
4	Página para as exposiçoes virtuais	X		X	X
5	Exposição Virtual		X	X	X

Item	Práticas	Inovação Produto	Inovação Processo	Inovação Posição	Inovação Paradigma
6	Exposição Virtual Interativa		X	X	X
7	Revista Arquivo em Perspectiva	X		X	
8	Plano de Comunicação da Coordenadoria do Arquivo Central	X	X		X
9	Protocolo de Acesso à Informação	X	X		
10	Protocolo de Transferência e Recolhimento	X	X		
11	Protocolo de Segurança do Acervo	X	X		
12	Plano de Marketing	X			X
13	Cartilha de Avaliação e Eliminação de Documentos na UFSC	X			X
14	Minicursos de gestão de documentos			X	
15	Portal de Atendimento Institucional (PAI)	X	X		
16	Reestruturação do perfil no Instagram		X	X	
17	Reestruturação do site do arquivo		X		

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

DISCUSSÕES

Os resultados apresentados, relacionados à implementação de políticas, protocolos e planos de contingência no Arquivo Central da UFSC, demonstram a aplicação de práticas inovadoras na gestão arquivística, visando garantir a integridade, acessibilidade e preservação dos documentos na instituição. Ademais, a implementação de novas práticas e processos, como por exemplo, as exposições virtuais, ampliação dos canais de atendimento como PAI e reestruturação de canais de difusão, como site e *Instagram*, a criação da revista "Arquivo em Perspectiva" evidenciam o compromisso com a inovação em todas suas dimensões (produto, processo, posição e paradigma). Essas ações vão ao encontro de Rocha e Carvalho (2018) que destacam a inovação organizacional como fator essencial para a adaptação e sobrevivência das organizações em um ambiente de mudanças constantes.

A introdução da Política de Gestão de Documentos (PGAD/UFSC) com a criação do Sistema de Arquivos da UFSC (SiArq-UFSC) e dos Protocolos de Acesso a Informação, Protocolo de Transferência e Recolhimento e Protocolo de Segurança do Acervo são exemplos dessa busca por inovação, visando garantir a integridade, acessibilidade e

preservação dos documentos na instituição. Assim, a PGAD/UFSC caracteriza-se como uma inovação de processo, visto que provoca uma mudança em todo o processo de gestão de documentos institucionais, trazendo clareza sobre o processo, seus atores e responsabilidades. Também é uma inovação de paradigma, pois busca uma ruptura com a forma como é realizada e entendida a gestão de documentos na universidade, o que implica necessariamente em uma transformação de consciência das pessoas.

O Guia do Arquivo Central da UFSC e os Catálogos dos Fundos Fechados podem ser caracterizados como inovações de produto, conforme a definição de Bessant e Tidd (2009), pois os instrumentos têm por objetivo apresentar o acervo documental custodiado pelo Arquivo Central da Universidade Federal de Santa Catarina, agregando valor ao serviço de gestão documental da universidade. Como uma ferramenta essencial para pesquisadores internos e externos, buscam facilitar o acesso e o uso do acervo como um dos produtos do Arquivo Central.

A criação da página para as exposições virtuais caracteriza-se como inovação de produto, posição e paradigma. As exposições virtuais e as exposições virtuais interativas representam inovações de processo e de posição ao mudar a maneira e o local onde as exposições são acessadas e experimentadas. Além disso, também são inovações de paradigma ao redefinir os conceitos fundamentais de como exposições são concebidas e percebidas. Essas mudanças não apenas aprimoram a experiência do usuário, mas também desafiam e evoluem as práticas estabelecidas no campo das exposições de acervos arquivísticos.

A revista no formato digital "Arquivo em Perspectiva" constitui-se em uma inovação de produto porque agrega valor à instituição e aos seus usuários, melhorando a comunicação e a divulgação do acervo. Simultaneamente, é uma inovação de posição, pois muda a forma como o arquivo é percebido e acessado, utilizando um canal moderno e amplamente acessível para alcançar um público maior e diversificado. Essa combinação de inovações fortalece o papel do Arquivo Central como um facilitador do conhecimento e da pesquisa, ao mesmo tempo em que aumenta sua visibilidade e relevância institucional.

A criação do Plano de Comunicação da CARC e do Plano de Marketing como ferramenta referencial demonstram um esforço em promover uma comunicação eficiente e alinhar estrategicamente as atividades do arquivo, contribuindo para a geração de valor no arquivo, conforme recomenda Carvalho e Lima (2021). Ambos representam inovações de produto e de paradigma, ao identificar oportunidades e promover uma gestão eficiente dos recursos disponíveis, contribuindo para a geração de valor no arquivo. Isso evidencia que o Arquivo Central busca manter-se atualizado, além de antecipar-se às possíveis dificuldades, posicionando-se de forma destacada no setor em que atua. O Plano de Comunicação também pode ser caracterizado como uma inovação de processo, uma vez que inclui ajustes no fluxo de informações.

A Cartilha de Avaliação e Eliminação de Documentos na UFSC pode ser caracterizada como uma inovação de produto e uma inovação de paradigma. Representa um novo produto ou um desenvolvimento significativo na gestão documental da UFSC. Se antes a instituição não possuía um documento formalizado para orientar a avaliação e eliminação de documentos, a criação da cartilha introduz uma nova ferramenta que fornece diretrizes claras e sistemáticas. Simultaneamente, é uma inovação de paradigma porque altera a maneira como a instituição percebe a avaliação e eliminação de documentos.

A realização de minicursos de capacitação pode ser considerada uma inovação de posição porque introduz uma nova forma de estabelecer e fortalecer parcerias e colaborações dentro da universidade, criando um novo contexto para a interação entre diferentes setores e instâncias de gestão.

De acordo com Oliveira et al. (2019), a inovação organizacional está diretamente relacionada à capacidade de adaptação às demandas do mercado e à antecipação de tendências futuras. Nesta perspectiva, a ampliação dos canais de atendimento como PAI e reestruturação de canais de difusão, como site e do perfil no *Instagram* evidenciam o compromisso com a inovação. Essas práticas evidenciam a ocorrência de inovação de processo, pois melhora a eficiência e a acessibilidade dos serviços oferecidos, otimizando o processo de interação entre a instituição e seus usuários. A reestruturação do perfil no *Instagram* ainda configura a inovação de posição porque envolve uma mudança significativa na forma como a instituição se posiciona e interage com seu público interno e externo, criando novas oportunidades para atingir e engajar os usuários.

Em suma, os resultados apresentados demonstram que o Arquivo Central busca constantemente melhorar seus processos, produtos e serviços com práticas inovadoras para atender às demandas do ambiente externo e garantir sua relevância e sustentabilidade no longo prazo. Essas ações vão ao encontro de Jones, Smith e Parker (2017), que entendem que a inovação organizacional envolve a criação e implementação de novas ideias e conceitos para melhorar a competitividade e a sustentabilidade da organização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho obteve-se a análise das práticas inovadoras realizadas pelo Arquivo Central da Universidade Federal de Santa Catarina, implantadas a partir de 2022, e utilizadas como estratégias para otimizar a geração de valor no mesmo. Entretanto, identificou-se desafios enfrentados durante o processo de inovação nos serviços arquivísticos. Questões como a capacitação de pessoal, restrições normativas, a alocação de recursos adequados e a garantia da segurança da informação surgiram como obstáculos significativos a serem

superados. Além disso, a resistência à mudança e a necessidade de integrar as novas tecnologias aos processos institucionais representaram desafios adicionais.

As inovações implementadas pelo Arquivo Central da UFSC, como a Política de Gestão Arquivística de Documentos (PGAD), o Guia do Arquivo Central, protocolos, por exemplo, ferramentas digitais e protocolos, evidenciam um comprometimento contínuo com a modernização e a eficiência na gestão documental. Essas ações, alinhadas às dimensões de inovação de Bessant e Tidd (2009), demonstram uma evolução significativa tanto na preservação quanto na difusão do acervo documental, reforçando a importância dos arquivos universitários como repositórios de conhecimento e memória institucional. Além disso, as práticas adotadas não só asseguram a acessibilidade e a segurança das informações, mas também fortalecem a identidade da instituição, contribuindo para a construção de um legado sólido e duradouro.

Nesse contexto, espera-se que as informações apresentadas neste trabalho possam servir como referência e inspiração para a implementação de uma abordagem orientada à inovação e geração de valor dos processos em arquivos universitários. A aplicação dessas práticas pode, assim, contribuir significativamente para o aprimoramento dos serviços oferecidos pelo arquivo, resultando em uma maior eficiência operacional e, consequentemente, na satisfação dos usuários.

Além disso, deseja-se que este estudo possa contribuir para o avanço do conhecimento sobre práticas inovadoras em arquivos universitários e demais tipologias, fornecendo insights valiosos para profissionais e pesquisadores interessados na modernização e melhoria dos processos de gestão documental e organizacional.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, R. F.; ROCHA, E. M. P.; CARVALHAIS, J. N. Inovações em organizações públicas: estudo dos fatores que influenciam um ambiente inovador no estado de Minas Gerais. **Innovation & Management Review**, 12(3), 07-27, 2015.

ARAÚJO, Gislaine Maria da Costa Leôncio de. **Manual para organização e destinação de massa documental acumulada no Departamento de Patologia da UFRN**. 2024. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

AZEVEDO NETO, Abdias Elias de. **Promoção do acesso e disseminação do acervo de correspondências da Escola de Belas Artes de Pernambuco**. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Como fazer análise documental**. São Paulo: Arquivo do Estado, 2002.

BESSANT, J.; TIDD, J. **Inovação e empreendedorismo**. Bookman Editora, 2009.

CARLSEN, J. **A economia e a avaliação de festivais e eventos**. São Paulo: Roca, 2006.

CARPES, F. S.; CASTANHO, D. M. As Políticas Públicas e a Gestão Documental nas Universidades Federais do Rio Grande do Sul. **Revista Sociais E Humanas**, 27(2), 72–90, 2014.

CARPES, Franciele Simon; FLORES, Daniel. O arquivo universitário e a memória da universidade. **Informação & Sociedade,** v. 23, n. 3, 2013.

CARVALHO, R.; LIMA, J. Organizational Innovation: Beyond Technology Adoption. **Harvard Business Review**, vol. 30, nº 2, p. 55-72, 2021.

CASTRO, Ricardo. **A Pesquisa Científica e os Arquivos Universitários**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2008.

CISCATO, M. F.; CARGNELUTTI, L. S.; GARCIA, O. M. C.; CARPES, F. S. Arquivo universitário: implantação de políticas de gestão de documentos no gabinete do vice-reitor UFSM. **BIBLOS**, 25(2), 9–30, 2012.

COOK, Terry. **Archives, Evidence, and Memory: The Past and Future of Archival Ideas**. Archivaria, n. 54, p. 169-182, 1997.

DURANTI, Luciana. **Archives as Memory**. The American Archivist, v. 59, n. 2, p. 337-338, 1996.

FERREIRA, Pollyana Cássia Gonzaga. **Gestão de documentos em arquivos universitários:** estudo do Arquivo Central da Universidade Federal de Alagoas. 2023.

JONES, A.; SMITH, B.; PARKER, C. Innovation in Organizations: A Review of the Literature. **Journal of Organizational Innovation**, vol. 15, nº 2, p. 45-68, 2017.

LOPES, Ana Paula. **Gestão Documental: Princípios e Práticas**. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

MARX, R.; SOARES, J.P.R.F. A influência da orientação à geração de valor ao acionista nas práticas de gestão de pessoas no ambiente da produção. **Gestão & Produção** 15, 215–230, 2008.

OCDE; EUROSTAT. **Oslo Manual:** Guidelines for Collecting, Reporting and Using Data on Innovation. 4 ed. Paris/Luxembourg: OECD Publishing/Eurostat, 2018. Disponível em: https://doi.org/10.1787/9789264304604-en.

OLIVEIRA, F. et al. Driving Organizational Innovation: The Role of Technology Adoption and Strategic Management. **International Journal of Innovation Management**, vol. 12, nº 4, p. 287-306, 2019.

PORTER, M. **Competitive advantage:** Creating and sustaining superior performance. New York: The Free Press, 1985.

ROCHA, L.; CARVALHO, M. Organizational Innovation: Key Strategies for Success in a **Dynamic Environment. Business Review**, vol. 25, nº 3, p. 112-135, 2018.

SILVA, Arnaldo. **Arquivos Universitários: Funções e Desafios**. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

TIDD, J.; BESSANT, J. **Gestão da inovação**. 3 ed. Bookman Editora, 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Protocolo de Segurança do Acervo. 2023. Pró-Reitoria de Administração - Coordenadoria do Arquivo Central - Publicações Técnicas.. Disponível em: https://arquivocentral.paginas.ufsc.br/files/2023/08/Protocolo-de-Seguran%C3%A7a_V1_15_08_2023_ajustado.pdf. Acesso em: 01 abr. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Protocolo de Acesso à Informação. Pró-Reitoria de Administração - Coordenadoria do Arquivo Central - Publicações Técnicas. Disponível em: https://arquivocentral.paginas.ufsc.br/files/2023/07/Protocolo-de-Acesso_V1_07_2023_.pdf. Acesso em: 01 abr. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Protocolo de Transferência e Recolhimento. 2023. Pró-Reitoria de Administração - Coordenadoria do Arquivo Central - Publicações Técnicas. Disponível em: https://arquivocentral.paginas.ufsc.br/files/2023/07/Protocolo-de-Transfer%C3%AAncia_V1_07_2023x.pdf. Acesso em: 01 abr. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Plano de Comunicação. 2023. Pró-Reitoria de Administração - Coordenadoria do Arquivo Central - Publicações Técnicas. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/246929/Plano%20de%20Comunica%c3%a7%c3%a30_CARC.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 01 abr. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Avaliação e Eliminação de Documentos na UFSC. 2023. Pró-Reitoria de Administração - Comissão Permanente de Avaliação de Documentos - Cartilha. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/245623/Cartilha_Avalia%c3%a7%c3%a30%20e%20Elimina%c3%a7%c3%a30%20de%20Documentos%20na%20UFSC.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 01 abr. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Plano de Marketing. 2024. Pró-Reitoria de Administração - Coordenadoria do Arquivo Central - Publicações Técnicas. Disponível em: https://arquivocentral.paginas.ufsc.br/files/2024/03/Plano-de-Marketing_formatado_11_03_2024.pdf. Acesso em: 01 abr. 2024.

NOVOS OLHARES SOB A INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA: CONCEITOS, PRODUÇÃO E GESTÃO

NEW PERSPECTIVES ON ARCHIVAL INFORMATION: CONCEPT, PRODUCTION AND MANAGEMENT

Lucas Thery Monte Verde Silva
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"

Renata Lira Furtado
Universidade Federal do Pará

Resumo

Relata o percurso e os resultados de pesquisa desenvolvida em um mestrado em Ciência da Informação cujo objetivo geral consistiu na identificação dos componentes essenciais ao processo de Gestão da Informação Arquivística e das habilidades que o arquivista necessita para atuar nesse cenário. Elegeu-se para delimitação do universo de pesquisa as temáticas: Informação, Gestão da Informação, Documento Arquivístico e Gestão de Documentos, sistematizados por meio de pesquisa bibliográfica, configurando um referencial teórico posteriormente analisado pela Teoria Fundamentada em Dados cujo objetivo foi comparar sistematicamente os pontos selecionados (Modelos, Atividades Exercidas, Termos Recorrentes, Habilidades Profissionais, e Habilidades Informacionais), e compreender o surgimento deste fenômeno informacional arquivístico e sua operacionalização. Obteve-se como resultado um novo olhar acerca da Informação Arquivística, baseada em elementos contemporâneos e na apresentação de uma *Framework* contendo as ações, competências e habilidades para o Arquivista no que tange a realização da Gestão da Informação Arquivística. O foco deste relato de pesquisa está voltado à difusão das relações estabelecidas e das conceituações propostas para a integração desta atividade ao rol da literatura arquivística brasileira.

Palavras-Chave: Informação arquivística; Gestão da informação Arquivística; Gestão de documentos.

Abstract

It reports the trajectory and research results developed in a master's degree in information science, whose general objective consisted of identifying the essential components of the Archival Information Management process and the skills that an archivist needs to operate in this scenario. The research universe was delimited by the following themes: Information, Information Management, Archival Document, and Records Management, systematized through bibliographic research, configuring a theoretical framework later analyzed through Grounded Theory, aiming to systematically compare the selected points (Models, Exercised Activities, Recurrent Terms, Professional Skills, and Informational Skills) and understand the emergence of this archival information phenomenon and its operationalization. The result was a new perspective on Archival Information, based on contemporary elements and the presentation of a Framework containing the actions, competencies, and skills required for an archivist in the execution of Archival Information Management. The focus of this research report is on disseminating the established relationships and proposed conceptualizations for the integration of this activity into the realm of Brazilian archival literature.

Keywords: Archival information; Archival information Management; Records management.

INTRODUÇÃO

O campo arquivístico nas últimas décadas vem passando por significativas transformações, com o surgimento de novas necessidades, principalmente em torno dos fenômenos informacionais contemporâneos. Nesse cenário, situa-se o surgimento da Informação Arquivística, como objeto de estudo da área, assim como diferentes visões em torno do aprimoramento e da consolidação de um conceito e de caminhos para lidar com a Informação Arquivística em distintas condições.

A Informação Arquivística é considerada por (Camargo, 1994; Lopes, 1996; Jardim e Fonseca, 1999; Jardim, 1999; Fonseca, 1999; 2005; Sá, 2005; Silva, 2010; Calderon, 2011; Tognoli, 2012; e Silva, 2019) como uma quebra de paradigma, responsável pela redefinição de conceitos e práticas inicialmente construídos para abranger o Documento Arquivístico e suas peculiaridades, desassociando a materialidade do suporte físico tradicional.

A pesquisa aqui relatada foi balizada pela corrente teórica pós-moderna da Arquivologia, que tem subsidiado arquivistas e pesquisadores da área, no enfrentamento a muitos desafios frente aos fenômenos arquivísticos informacionais, permitindo novos olhares sobre conceitos e atividades já estabelecidos nas especificidades do Documento Arquivístico, com a Gestão de Documentos e as funções arquivísticas. (Cook, 2012).

Na literatura arquivística, surge a expressão Gestão da Informação Arquivística em resposta à necessidade de tratamento, controle, disponibilização e acesso à Informação Arquivística, no entanto, ainda operacionalizada junto ao foco material e estruturado dos documentos arquivísticos. Essas proximidades ou relações fizeram com que houvesse lacunas a serem preenchidas na definição terminológica, composição teórica e prática, frente a uma sinonímia ou ambiguidade (Nascimento e Flores, 2007; Silva, 2019).

Na busca de solucionar a problemática apresentada, recorreu-se a interdisciplinaridade entre a Arquivologia e a Ciência da Informação (CI), relação que impulsiona o desenvolvimento de pesquisas em torno dos pressupostos epistemológicos, aspectos metodológicos e objetos de estudo, em ambientes universitários de graduação e pós-graduação e instituições de pesquisas. (Fonseca, 2005; Silva, 2012; Jardim, 2012).

Para composição deste universo de pesquisa, elegeu-se no rol da CI a Gestão da Informação e a Informação, considerando conceitos e aspectos de gerenciamento, unindo a Gestão de Documentos e o Documento Arquivístico. O objetivo geral consistiu na identificação dos componentes essenciais ao processo de Gestão da Informação Arquivística e das habilidades que o arquivista necessita para atuar nesse cenário.

Quantos aos procedimentos metodológicos, realizou-se uma Pesquisa Bibliográfica em bases de dados da Ciência da Informação, da Arquivologia, em periódicos e anais de eventos, a fim de sistematizar as temáticas já mencionadas, a Teoria Fundamentada em Dados ficou encarregada da comparação sistemática dos elementos obtidos no referencial teórico, para explicar o fenômeno Gestão da Informação Arquivística e a elaboração dos componentes essenciais que configuram as condições para sua manifestação, cerrando a lacuna da teoria que aponta uma relação de sinonímia com a Gestão de Documentos. (Glaser e Strauss, 1967; Lima E Mioto, 2007).

INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA

Na década de 1990, houve uma evolução na Arquivologia, resultante da adoção de novas tipologias de documentos utilizados na administração moderna. Os arquivos passaram a valorizar mais os aspectos de prova e informação, além das funções de pesquisa e preservação. A expressão "Informação Arquivística" começou a ganhar um sentido entre os profissionais brasileiros nesse período, como resultado do aumento na produção

e armazenamento de informações impulsionado pelos recursos tecnológicos. Essas mudanças levaram os profissionais a repensarem conceitos tradicionais e focar no conteúdo informacional, libertando-se da visão tradicional do documento.

A introdução do termo "Informação Arquivística" na literatura brasileira foi mencionada em um artigo sobre as novas tecnologias de informação e o futuro dos arquivos, escrito por Jardim (1992, p. 256). Esse termo subverteu a tradição ao redefinir as peculiaridades e propriedades arquivísticas, enfocando o valor do conteúdo informacional e se desvinculando do acesso aos documentos físicos. A Informação Arquivística passou a ser vista como um elemento construtor de significado, relacionado à função social dos arquivos públicos, como acesso à informação, preservação da memória e elaboração de instrumentos de pesquisa. No entanto, a conceituação ainda era limitada, devido à sua inserção recente nos estudos arquivísticos.

A diferenciação entre Documento e Informação Arquivística começou a ser discutida na literatura brasileira nos anos 2000, destacando a natureza, objetivos, usos e outras características como fatores distintivos. A renovação da Arquivologia pela corrente pós-custodial trouxe um novo prisma de estudo e indicou avanços nas teorias e práticas.

A compreensão do conceito de Informação Arquivística foi analisada por Silva (2013) com base na produção teórica brasileira entre 1996 e 2006. Foram identificadas associações desse conceito com a representação temática dos conteúdos dos Documentos Arquivísticos por meio de sistemas ou redes de informação, bem como com a atualização das práticas de processamento técnico em arquivos.

No entanto, a definição conceitual não estava clara e envolvia diferentes características, como a informação arquivística sendo o conteúdo do documento, a representação dos documentos ou metainformação, ou até mesmo o próprio documento. A presença das Tecnologias de Informação e Comunicação indicavam a necessidade de aprofundar a perspectiva informacional nos arquivos.

Vital (2015) abordou o conceito de Informação Arquivística, buscando compreendê-lo na interdisciplinaridade da Ciência da Informação. Após uma análise qualitativa e exploratória de artigos da área, não foram encontrados conceitos consistentes e aprofundados sobre Informação Arquivística. A autora apontou a necessidade de uma avaliação criteriosa dessa terminologia para evitar que se torne uma simples mudança de denominação. O impasse conceitual estava relacionado aos conceitos de Documento Arquivístico e Informação Orgânica, que pertenciam a correntes teóricas distintas, mas compartilhavam raízes na escola canadense de Arquivologia.

Silva (2000) destacou um "nó" semântico nas expressões "Documento Arquivístico" e "Informação Arquivística". O Documento Arquivístico foi definido como uma unidade de registro de informações, independentemente do suporte ou formato, produzida ou

recebida no contexto das atividades de pessoas físicas ou jurídicas. Já as informações arquivísticas deram origem ao arquivo das organizações, onde todos os documentos são agrupados, independentemente de seu suporte e idade.

A Informação Orgânica, por sua vez, é entendida como a informação produzida internamente pelas organizações no exercício de suas funções. Embora distintos, Documento Arquivístico e Informação Orgânica compartilhavam características similares, o que permitia estabelecer uma relação de expressão de sentido semelhante no contexto dos princípios arquivísticos. Considerando os nós semânticos e a relação sinonímica, o quadro 1 elenca os conceitos na literatura arquivística:

Quadro 1 – Conceituações de Informação Arquivística.

Autores	Conceitos
(BELLOTTO, 1998, p. 23)	"[...] o ponto básico da identificação da Informação Arquivística referente às informações de outra natureza: a de que ela é produzida dentro do contexto do exercício das funções/ objetivos a que se propõem as entidades e neste sentido é que as informações são orgânicas."
(LOPES, 2000, p. 35)	"Trata-se de informações registradas em um suporte definido, acumuladas por um indivíduo ou por um organismo que é, ao mesmo tempo, produtor e receptor."
(PEREIRA, 2001, p. 15)	"As informações que refletem as ações da organização são informações arquivísticas e, quando registradas em um suporte material, compõem um conjunto orgânico de documentos, os arquivos."
(CRUZ, 2002, p. 58)	"A Informação Arquivística é um tipo único, cuja origem são as ações de determinada pessoa física ou jurídica, que as produz, recebe e acumula, visando à consecução de um fim administrativo, legal ou fiscal."
(MATOS, 2004, p. 62)	"A Informação de natureza arquivística, ou seja, a Informação estruturada segundo os princípios arquivísticos descolada de suporte físico"
(MARIZ, 2005, p. 12)	"A Informação Arquivística, também chamada Informação orgânica, concerne a documentos produzidos por um organismo (indivíduo ou instituição) decorrência de suas atividades ao longo de sua existência.
(MORENO, 2007, p. 16)	"A diferença da Informação Arquivística em relação às informações de outra natureza é que ela é produto das atividades de determinados organismos. Ou seja, ela é produzida dentro do contexto do exercício das funções/objetivos a que se propõem as entidades."
(SFREDDO, 2012, p. 159)	"A Informação Arquivística pode ser definida de forma que o conteúdo presente nos documentos contextualize ações sistematizadas e organizadas em uma instituição, produzindo, com sua metodologia arquivística, subsídios para a organização documental."
(VALENTIM, 2012, p. 12)	"A Informação Arquivística é compreendida de forma ampla, uma vez que congrega a Informação orgânica e a Informação não orgânica. [...] é gerada em decorrência das transações estabelecidas entre a organização e seus stakeholders e é relacionada às funções, atividades e tarefas organizacionais."

Fonte: (Silva, 2022, p.43-44)

As características conceituais estão fundamentadas na origem (contexto, razão, ação e produtor), na relação com o ato de registro, seja em documentos físicos ou não, e nos princípios arquivísticos, independentemente do suporte físico. Diferentes perspectivas conceituais apresentam propostas que oferecem uma abundância de características, permitindo a construção de uma definição alinhada ao contexto tecnológico contemporâneo e aos princípios da Arquivologia.

Lopes (1996) aborda a Informação Arquivística como objeto de estudo da Arquivologia, valorizando seu conteúdo informacional enquanto mantém sua ligação com o suporte físico, incluindo tanto os suportes tradicionais atômicos quanto os suportes digitais. Essa previsão é confirmada pela crescente adoção de ferramentas eletrônicas, como softwares de registro de informações, pelas instituições, resultando em uma maior digitalização e eletronização dos processos.

Estes sistemas armazenam as informações arquivísticas em bases de dados e servidores, permitindo acesso remoto via internet, essas informações são agrupadas e estruturadas conforme necessário, formando documentos arquivísticos digitais. Nesse contexto de produção e acumulação de informações arquivísticas, é essencial gerir esses processos, incluindo o controle e avaliação das informações armazenadas, especialmente devido ao fluxo contínuo de produção.

A gestão no campo da Arquivologia desempenha um papel fundamental ao fornecer acesso à Informação em face das numerosas e contínuas formas de produção e registro, impulsionando o desenvolvimento, aprimoramento e adaptação das práticas do Arquivista para atender a essa demanda. Com a Informação Arquivística sendo incluída no rol de objetos de estudos da Arquivologia, surgem questionamentos sobre as teorias e práticas estabelecidas. Nesse contexto, o termo Gestão da Informação Arquivística emerge, visando abranger esse paradigma em seu embasamento teórico e prático.

A primeira menção dessa terminologia na literatura nacional ocorre no artigo "A produção de conhecimento arquivístico: perspectivas internacionais e o caso brasileiro (1990–1995)" (Jardim, 1998), onde o termo é utilizado para descrever a observação das mudanças na produção e uso da Informação nas práticas, teorias e atuação do arquivista. No entanto, em um artigo anterior, o autor já havia utilizado um termo semelhante, "Gestão da Informação Registrada" (Jardim, 1992).

Em meados dos anos 2000, a utilização do termo está atrelada a uma "fuga" sinonímica ou a busca de uma terminologia que compreendesse as atividades realizadas na Gestão da Informação e de documentos pelo arquivista, e ainda o "salto" semântico na mudança de paradigma arquivístico, onde o conteúdo é predominante ao suporte (Silva, 2000; Matos, 2004; Castanho, 2008). A conceituação para Gestão da Informação Arquivística, proposta por Nascimento e Flores (2007, p. 18) afirma que são "políticas que possibilitam

o tratamento das informações arquivísticas desde a produção até a sua destinação final, permitindo, assim, que estejam organizadas sistematicamente, acessíveis e controladas".

Silva (2019) destacou a evolução da Gestão de Documentos ao longo do tempo, observando a sobreposição de atividades entre o gerenciamento de documentos e as funções arquivísticas. Com base nisso, Silva (2019) propôs cinco dimensões que direcionam a aplicação das funções arquivísticas inicialmente voltadas para documentos, mas que também poderiam ser aplicadas em ambientes híbridos de Informação e Documento Arquivístico, são elas: Organização, Controle, Disponibilização e Disseminação, acrescentando outras duas dimensões: Contexto e Produção. A dimensão Tratamento não foi selecionada, pois entende-se que o tratamento arquivístico abarca todas as dimensões propostas.

Levando em conta as relações entre conceitos, atividades, fugas terminológicas, sinonímia, atreladas à Gestão de Documentos e ao Documento Arquivístico, e potenciais elementos na Gestão da Informação, buscou-se explorá-las para propor um novo olhar sob a Informação Arquivística e sua gestão.

GESTÃO DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DE DOCUMENTOS

A Informação desempenha um papel fundamental em nossa sociedade, sendo considerada o insumo básico para o desenvolvimento humano. Ela está presente em nosso dia a dia e é transmitida e armazenada por meio da fala, imagem e escrita. No campo científico, a Informação se torna objeto de estudo, especialmente na Ciência da Informação (CI), onde são constantes as definições e conceituações (Borges, 2000).

Apesar de alguns autores afirmarem que a Informação não pode ser definida ou medida, ela engloba a geração, transferência, comunicação e uso da Informação. A diversidade de conceitos de Informação na CI é resultado das relações científicas, contextuais e terminológicas, como documento, dado, mensagem, comunicação e conhecimento. Em termos de sua tangibilidade, a Informação pode ser considerada "informação-como-coisa", referindo-se a objetos informativos, como textos, documentos e sistemas de registro (Buckland, 1991; Silva e Gomes, 2015).

A valorização da Informação e a introdução das Tecnologias da Informação e Comunicação - TIC contribuíram para melhorar os serviços e produtos oferecidos por organizações públicas e privadas, tornando a Informação um recurso importante dentro das organizações. A Gestão da Informação é vista como uma estratégia para atingir os objetivos organizacionais e obter vantagem competitiva, envolvendo a identificação das necessidades informacionais, mapeamento dos fluxos de informação, coleta, filtragem, análise, organização, armazenamento e disseminação da informação para apoiar as atividades diárias e a tomada de decisões no ambiente corporativo. (Araújo, 2010; Starck, 2013; Tarpanoff, 2006).

Quanto a Gestão de documentos e seu objeto, inicialmente as noções de Documento variam de acordo com a área científica em questão, e algumas definições combinam conceitos de várias áreas para promover reflexões teóricas consistentes e construir conhecimento interdisciplinar. Diferentes áreas, como Arquivologia, Biblioteconomia, Ciência da Informação, Diplomática e Museologia, lidam com o Documento, resultando em entendimentos diversos, mas alinhados com seus princípios e fundamentos. (Tanus, 2012).

Na Arquivologia, Documento Arquivístico é uma soma do suporte mais a informação nele registrada, seguindo regras e estruturas preestabelecidas, produzido ou recebido por uma pessoa física ou jurídica durante suas atividades. São consideradas características relacionadas ao contexto de produção, como quem produziu e a relação entre o documento e os processos que o geraram. Os princípios arquivísticos, como o Princípio da Proveniência, Princípio da Unicidade, Princípio da Organicidade e Princípio da Indivisibilidade, dentre outros, influenciam a delimitação e caracterização do objeto de estudo e práticas na Arquivologia (Camargo e Bellotto, 1996; Rangel, 2021).

O *Records Management*, ou Gestão de Documentos, teve suas origens em uma perspectiva mais econômica e administrativa do que arquivística, com o objetivo de otimizar a produção documental e os prazos de retenção. Os Estados Unidos foram pioneiros nesse modelo, que foi estabelecido em 1940 e posteriormente se consolidou com a aprovação da Lei Federal de Arquivos em 1950, marcando a institucionalização da Gestão de Documentos nos EUA (Jardim, 1987; Indolfo, 2007).

A Gestão de Documentos, no contexto arquivístico, é constituída por ações que buscam a economia, eficácia e eficiência na produção, controle, manutenção, utilização, destinação, preservação e conservação e difusão dos Documentos Arquivísticos, abrangendo aspectos administrativos, jurídicos, tecnológicos e históricos/culturais.

Posto o referencial teórico conceitual, a pesquisa buscou identificar na literatura os procedimentos e habilidades que viabilizem a execução das gestões supracitadas. As atividades da Gestão da Informação foram estruturadas da seguinte forma: os **Modelos** (baseado no Modelo de Choo, 2003); os **Termos recorrentes** (baseado nas pesquisa de Dutra e Barbosa, 2020); os **Aspectos** (considerando o âmbito, objeto e atividades-base, proposto por Valentim, 2008); as **Estratégias** (os métodos: Métodos Técnicos; Métodos de Relações Humanas; Métodos Conceituais; Métodos de Diagnóstico e Métodos Analíticos, elaborados por Bryson, 1992); e por fim, para além das competências profissionais elencadas, compreende-se a **Competência em Informação (CoInfo)** configurada como uma habilidade informacional essencial ao profissional mediador da Gestão da Informação (Valentim, 2014).

Identificou-se no arcabouço teórico da Gestão de Documentos as seguintes atividades e habilidades: **Fases e ações** do RAMP (Produção; Utilização e Conservação; Disponibilização e Gestão de Documentos de valor permanente, apresentados por Santos, 2021, p.105); as **Funções Arquivísticas e suas especificações** (Diagnóstico; Identificação;

Classificação; Avaliação; Descrição; Conservação e Preservação; e Difusão[1]); As **atividades do arquivista** (ações aplicadas a Gestão de Documentos, de acordo com a Classificação Brasileira de Ocupações - CBO); as **Habilidades e Competências** necessárias ao Arquivista (Gerenciais; Tecnológicas e Pessoais, dispostas por Furtado, 2019) e por fim, **Padrões e Indicadores** de CoInfo para o Arquivista (Silva, 2019).

A fim de estruturar os componentes citados, delimitou-se como eixos para a análise comparativa os **Modelos, Atividades Exercidas, Termos Recorrentes, Habilidades Profissionais, e Habilidades Informacionais**. O resultado da comparação revelou que Gestão da Informação e Gestão de Documentos não são apenas complementares, mas também compartilham muitas semelhanças em suas ações. Esses resultados contribuíram para a construção do objetivo geral desta pesquisa.

Os pontos convergentes das análises comparativas serviram como base para a operacionalização da Gestão da Informação Arquivística, sistematizando em cada uma das suas respectivas dimensões, proporcionando um novo prisma acerca deste fenômeno arquivístico ainda pouco explorado.

NOVOS OLHARES SOB A INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA E SUA GESTÃO

A preocupação em garantir a relevância da Arquivologia e do papel do Arquivista na sociedade diante das contínuas transformações digitais e informacionais exige a atualização e desenvolvimento de novos entendimentos sobre conhecimentos específicos, como é o caso da Informação Arquivística, que passou por uma mudança terminológica e agora se relaciona aos conceitos já existentes, adquirindo uma singularidade no contexto atual.

Um dos principais impactos tecnológicos na área tem sido a utilização de *softwares* para o registro e controle de fluxo de informações e documentos, uma ferramenta que visa oferecer agilidade, fácil acesso e segurança, especialmente para instituições e empresas de grande porte ou com valor comercial significativo. Esses sistemas possuem interfaces que permitem o registro de informações do produtor, receptor, datas, assinaturas, conteúdo, anexos, entre outros, sendo posteriormente armazenadas em servidores. Quando solicitadas, essas informações são agrupadas em documentos digitais, facilitando sua compreensão e tramitação fora do sistema, contando com mecanismos de autenticação que confirmam sua emissão pelo sistema.

Diante desse contexto desafiador, propõem-se novas compreensões sobre a Informação Arquivística, visando melhor visualizar o papel arquivístico frente a esses desafios. A expressão "Informação Arquivística" reúne essas variações terminológicas, e

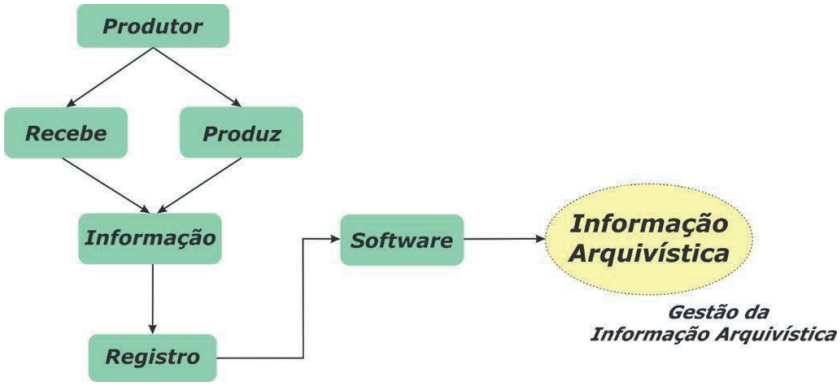
1 Inicialmente, a inclusão do Diagnóstico e da Identificação arquivística, pode soar como um equívoco, pois alguns autores não os consideram como funções arquivísticas, no entanto são atividades realizadas no percurso de Gestão de Documentos e garantem subsídios para as demais etapas, podendo ser categorizadas na função arquivística produção/criação (Pereira, 2019).

sua identidade deriva dessas relações, levando em consideração o que o adjetivo "arquivística" agrega ao substantivo "Informação". Para isso, utiliza-se como referência o exemplo do documento e do Documento Arquivístico, e da Informação e da Informação formal.

As características atribuídas pela Arquivologia estão relacionadas a elementos como a relação com o produtor, unicidade, organicidade, indivisibilidade, integridade, autenticidade, heterogeneidade e seu valor jurídico-administrativo. Por outro lado, o campo da Gestão da Informação destaca que a Informação é considerada formal quando é produzida e registrada por meio das relações entre as unidades organizacionais, podendo apresentar-se como documentos ou informações registradas em sistemas, conforme mencionado anteriormente (Tanus, 2012; Valentim, 2008).

Considerando essas concepções, foi possível explicitar o processo de produção e registro da Informação Arquivística que reflita o contexto contemporâneo ao qual esse ensaio pertence, conforme a Figura 1:

Figura 1 – Processo de produção da Informação Arquivística



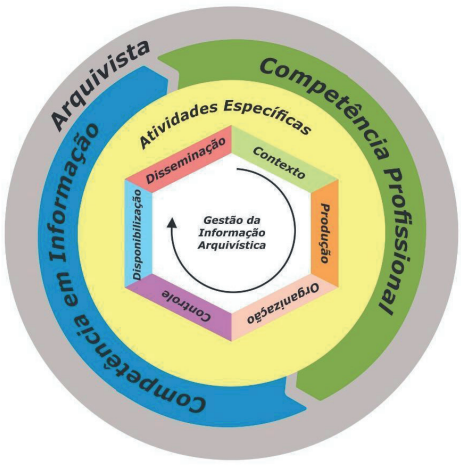
Fonte: (Silva, 2022, p. 61).

A representação visual apresentada na Figura 1 exemplifica de forma clara o processo de produção da Informação Arquivística, no qual o Produtor, seja uma pessoa física ou uma entidade privada, desempenha suas atividades e produz e recebe informações. Essas informações se tornam Informação Arquivística quando são registradas em um *software* dedicado ao registro e tramitação de informações, alguns exemplos de sistemas desse tipo incluem o Sistema Eletrônico de Informações (SEI), o Sistema de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA), o Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos (SIPAC) e o Sistema Integrado de Registro Profissional (SIRPWEB). Existem também casos de documentos arquivísticos que antes eram físicos e agora coexistem em formatos físicos e aplicativos, vinculados a bases de dados, como é o caso da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), em que o empregador registra as informações relacionadas à contratação e o empregado acessa virtualmente.

É válido ressaltar que existem *softwares*, uns já mencionados no exemplo, que não apenas registram informações arquivísticas, mas também geram documentos arquivísticos eletrônicos ou digitais a partir dessas informações. Quando essas informações arquivísticas são estruturadas de acordo com os princípios diplomáticos, que incluem elementos intrínsecos e extrínsecos, o tratamento dado a esses documentos é denominado Gestão de Documentos. Nesse contexto, a Gestão da Informação Arquivística dedica-se exclusivamente ao tratamento de seu objeto específico, garantindo a preservação, acesso e uso adequado das informações arquivísticas.

Conforme mencionado anteriormente, a Gestão da Informação Arquivística é o processo utilizado para tratar a Informação Arquivística, dentro do contexto apresentado, reiterando que essa abordagem não se concentra nas ações voltadas especificamente ao documento. O conceito proposto por Nascimento e Flores (2007), que aborda o tratamento, gerenciamento e organização da Informação Arquivística, satisfaz o requisito, pois é compreensível e está alinhado com as atividades a serem executadas no tratamento da Informação Arquivística. Com base nesse conceito e nos dados obtidos por meio da análise comparativa realizada, fundamenta-se a teoria de operacionalização da Gestão da Informação Arquivística. A Figura 2 apresenta o *Framework* proposto inicialmente e, a seguir, essa teoria será detalhada.

Figura 2 – Processo de produção da Informação Arquivística



Fonte: (Silva, 2022, p. 63)

É importante frisar que o *Framework* tem como objetivo fornecer uma estrutura conceitual e prática para orientar a implementação efetiva da Gestão da Informação Arquivística. Através desse *Framework*, busca-se estabelecer diretrizes para a organização, controle, disponibilização e disseminação da informação.

Construída a partir de níveis, no primeiro aro encontra-se o Arquivista como profissional graduado em Arquivologia, munido de tais *expertises* e mediador do processo, em que sua performance de atuação necessitará dispor de competências e habilidades profissionais e informacionais para operacionalizar intelectualmente e tecnicamente as atividades específicas que compõem as dimensões da Gestão da Informação Arquivística.

Posterior às competências, são apresentadas 06 (seis) Dimensões: Contexto; Produção; Organização; Controle; Disponibilização; e Disseminação. Em cada dimensão estão inseridas as atividades específicas para o tratamento da Informação Arquivística, resultado da Teoria Fundamentada em Dados:

Quadro 2: Atividades específicas propostas para o tratamento da Informação Arquivística

Dimensões	**Atividades Específicas**
Contexto	Levantamento da história e/ou história administrativa do produtor; Levantamento das normativas internas e externas que regem o funcionamento do produtor; Levantamento das atividades-meio e fim desenvolvidas pelo produtor; Conhecimento da cultura organizacional do produtor; Identificação das necessidades ou problemas relacionados às informações arquivísticas.
Produção	Identificar os tipos de informações arquivísticas produzidas e recebidas; Mapear a tramitação de informações arquivísticas; Regimentar e orientar a produção de informações arquivísticas; Analisar, validar, orientar a remodelagem ou a migração do *software* que registra e tramite as informações arquivísticas.
Organização	Definir as classes para organização das informações arquivísticas no repositório do software; Organizar os tipos de Informação Arquivísticas nas classes; Produzir vocabulários controlados; Definir os relacionamentos entre as classes e os respectivos tipos de Informação Arquivística; Definir a forma mais eficaz, eficiente e efetiva de armazenagem e backup; Estabelecer políticas compatíveis de preservação contra danos físicos, biológicos, humanos e fenômenos naturais; Monitoramento das ações de conservação (controle de umidade, resfriamento, controle de pragas, segurança da Informação Arquivística, infraestrutura adequada etc.); Acompanhamento da periodicidade de backups e restauração.
Controle	Estabelecimento da temporalidade de informações arquivísticas; Criação da Comissão Permanente de Avaliação de Informações Arquivísticas; Definição de critérios para eliminação de informações arquivísticas; Supervisão da deleção das informações arquivísticas.
Disponibilização	Elaboração de instrumentos de acesso e pesquisa para o usuário interno e externo; Auxiliar o usuário interno e externo na recuperação da Informação Arquivística disposta no sistema.
Disseminação	Divulgação em redes sociais, eventos, jornais etc.; Propaganda televisionada; Incentivo a elaboração de estudos acadêmicos; Visitas/acessos guiados.

Fonte: (Silva, 2022, p. 64-65).

A primeira dimensão, denominada Contexto, tem como objetivo principal compreender o contexto do produtor, uma vez que isso reflete a motivação e o propósito por trás do registro das informações. O contexto é um elemento essencial para a compreensão das Informações Arquivísticas. A segunda dimensão, intitulada Produção, concentra-se em como o produtor registra a Informação Arquivística, incluindo o software utilizado para esse fim, as informações arquivísticas produzidas e recebidas, e se estão em conformidade com o contexto e aptas a atender sua finalidade, seja ela relacionada à atividade-meio ou fim.

A terceira dimensão é a Organização, que abrange atividades voltadas para estabelecer uma sistematização lógica das informações com o objetivo de facilitar sua organização, armazenamento e recuperação. Nessa dimensão, também estão incluídas questões relacionadas à conservação, preservação e restauração das Informações Arquivísticas. A quarta dimensão é chamada de Controle, pois visa otimizar o processo de manutenção do armazenamento, garantindo que os locais de armazenamento de Informações Arquivísticas não fiquem sobrecarregados com informações passíveis de eliminação.

A quinta dimensão, denominada Disponibilização, agrupa atividades que visam garantir o acesso às Informações Arquivísticas organizadas e controladas. Essa dimensão representa o cerne das atividades desenvolvidas na Arquivologia, que é proporcionar acesso às informações registradas. Por fim, a sexta dimensão é a Disseminação, na qual estão inseridas atividades que buscam difundir as Informações Arquivísticas, ampliando o acesso a novos potenciais usuários que desconhecem a fonte de Informação armazenada.

A proposta apresentada na *Framework* e no quadro de atividades específicas para operacionalizar a Gestão da Informação Arquivística é inicial, estando limitada ao escopo das temáticas selecionadas e fundamentada nos pressupostos teóricos estabelecidos. No entanto, surge a necessidade de expandir essa proposta para o campo da Tecnologia da Informação, a fim de compreender melhor o desenvolvimento dos sistemas de registro e identificar áreas em que o conhecimento arquivístico possa contribuir para aprimorar o tratamento da Informação Arquivística.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do estudo foi buscar, por meio da interdisciplinaridade entre a Arquivologia e a Ciência da Informação, especialmente na relação entre a Gestão de Documentos e a Gestão da Informação, uma "materialização" do fenômeno informacional denominado "Gestão da Informação Arquivística". Isso foi feito por meio da metodologia da Teoria Fundamenta em Dados, que permitiu identificar os elementos comuns entre essas temáticas por meio de uma análise comparativa constante baseada em pesquisa bibliográfica nas respectivas literaturas. A comparação realizada demonstrou tanto a relação conceitual quanto prática entre a Gestão de Documentos e a Gestão da Informação, uma vez

que ambas estão envolvidas na gestão e organização de um objeto para disponibilização, sendo a Informação Arquivística e o Documento Arquivístico, respectivamente.

Os dados obtidos após a comparação mostraram-se compatíveis com as dimensões elaboradas por Silva (2019), as quais têm como objetivo estabelecer um escopo próprio para a Gestão da Informação Arquivística. Assim, a framework foi apresentada com a seguinte estrutura: Gestão da Informação Arquivística; Dimensões: Contexto, Produção, Organização, Controle, Disponibilização e Disseminação; Competências Profissionais; e Competências Informacionais. As atividades foram listadas em suas respectivas dimensões, levando em consideração as características baseadas nas comparações, mas direcionadas à Informação Arquivística e suas particularidades, a estruturação é inicial, cabendo novas atualizações.

Os resultados demonstram a evolução da Arquivística impulsionada pela modernização tecnológica, a importância contínua do campo para a sociedade contemporânea e, principalmente, o valor do profissional Arquivista nos processos relacionados ao registro, tramitação e uso da informação registrada. Isso possibilita o exercício do direito fundamental de acesso a informações de qualidade e eficazes.

REFERÊNCIAS

BELLOTTO, Heloísa Liberalli; CAMARGO, Ana Maria de Almeida. **Dicionário de terminologia arquivística**. 1996.

BRYSON, Jo; LÓPEZ, E. Montes. Técnicas de gestión para bibliotecas y centros de información. **Revista Española de Documentación Científica**, v. 17, n. 1, p. 104, 1992.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. BELLOTTO, Heloísa Liberalli (coord.). **Dicionário de terminologia arquivística**. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros. Núcleo Regional de São Paulo/Secretaria de Estado da Cultura. Departamento de Museus e Arquivos, 1996.

COOK, Terry. Arquivologia e pós-modernismo: novas formulações para velhos conceitos. **Informação Arquivística**, v. 1, n. 1, 2012.

CRUZ, Emília Barroso. Memória governamental e utilização de documentos eletrônicos pela administração pública no Brasil: o caso da Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 7, n. 2, 2002.

CHOO, Chun Wei. A organização do conhecimento: como as organizações usam a Informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões. In: **A organização do conhecimento**: como as organizações usam a Informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões. 2006. p. 425-425.

DUTRA, Frederico Giffoni de Carvalho; BARBOSA, Ricardo Rodrigues. Modelos e etapas para a Gestão da Informação: uma revisão sistemática de literatura. **Em Questão**, v. 26, n.2, p. 106-131, 2020.

FURTADO, Renata Lira. **A competência em Informação no cenário arquivístico**: uma contribuição teórico-aplicada. 2019. 366f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação)

– Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2019. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/handle/11449/180950. Acesso em: 23 jun. 2024.

JARDIM, José Maria; FONSECA, Maria Odila Kahl. **A formação do arquivista no Brasil**. Editora da Universidade Federal Fluminense, 1999.

JARDIM, José Maria. As novas tecnologias da Informação e o futuro dos arquivos. **Revista Estudos Históricos**, v. 5, n. 10, p. 251-260, 1992.

JARDIM, José Maria. A produção de conhecimento arquivístico: perspectivas internacionais e o caso brasileiro (1990-1995). **Ciência da Informação**, v. 27, n. 3, p. 00-00, 1998.

LOPES, Luís Carlos. **A informação e os arquivos**: teorias e práticas. 1996.

NASCIMENTO, Maiara de Arruda; FLORES, Daniel. A Gestão da Informação Arquivística como subsídio ao alcance e à manutenção da qualidade. **Arquivística.net**, v. 3, n. 2, p. 62-77, 2007.

SILVA, Eliezer Pires da. Informação Arquivística e Arquivologia no Brasil. **Informação Arquivística**, v. 1, n. 1, 2012.

SILVA, Armando Malheiro da et al. **Arquivística**: teoria e prática de uma Ciência da Informação. Porto: Edições Afrontamento, 1999.

SILVA, Lucas Thery Monte Verde. **GESTÃO DA INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA**: padrões e indicadores. 2019. 43 f. TCC (Graduação) - Curso de Arquivologia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

SILVA, Lucas Thery Monte Verde. **GESTÃO DA INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA**: uma proposta de *framework* acerca dos procedimentos e habilidades.. 2022. 78 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciência da Informação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2022.

TANUS, Gabrielle Francinne de Souza Carvalho; RENAULT, Leonardo Vasconcelos; ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. O conceito de documento na Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 8, n. 2, p. 158-174, 2012.

TOGNOLI, Natália Bolfarini. A Informação no contexto arquivístico: uma discussão a partir dos conceitos de Informação-como-coisa e Informação orgânica. **Informação Arquivística**, p. 113-122, 2012.

VALENTIM, Marta Lígia Pomim. Gestão da Informação e Gestão do Conhecimento em ambientes organizacionais. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 1, n. 1, 2008.

VITAL, Luciane Paula. Discutindo o termo Informação Arquivística. ÁGORA: Arquivologia em debate, v. 25, n. 50, p. 19-34, 2015.

VITORIANO, Marcia Cristina de Carvalho Pazin. A relação entre Gestão da Informação e Gestão de Documentos na Arquivologia: mapeamento do tema em publicações científicas brasileiras. **Palabra clave**, v. 7, n. 1, p. e038, 2017.

O PAPEL DO ARQUIVISTA E O DESENVOLVIMENTO DA COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO PARA USO DO PROCESSO ELETRÔNICO

THE ARCHIVIST'S ROLE AND INFORMATION COMPETECE DEVELOPMENT FOR ELECTRONIC PROCESSES

Larissa Coimbra do Nascimento
Instituto Federal de Sergipe

Rosa Milena dos Santos
Faculdade de Enfermagem Nova Esperança de Mossoró /RN

Resumo

Esta pesquisa busca reflexões sobre a importância do desenvolvimento da competência em informação pelo arquivista para uso do processo eletrônico e como essas competências podem facilitar o acesso e uso da informação e contribuir para a otimização dos serviços prestados pelo arquivo. A pesquisa se caracteriza como descritiva, com o uso do método bibliográfico e de abordagem qualitativa. Como resultados, os dados indicam que o desenvolvimento da competência em informação torna o arquivista capaz de solucionar problemas, bem como buscar, acessar, organizar e transformar a informação em conhecimento que possibilita a tomada de decisão no arquivo. Conclui-se que o uso do processo eletrônico, nos arquivos, viabiliza o uso da informação trazendo novas formas de acessá-la, utilizá-la, analisá-la e avaliá-la de forma mais célere com intuito de atender as exigências atuais para a formação profissional e continuada do arquivista.

Palavras-Chave: Competência em informação; Papel do arquivista; Processo eletrônico.

Abstract

This research seeks reflections on importance of developing archivist's information competence for electronic process and how these competences can facilitate information search, access and use in public sphere and contribute to the optimization of services provided by the Archival sector. The research is characterized as descriptive, using the documentary method and qualitative approach. As a result, the data indicate that the development of information competence makes the archivist capable of solving problems, as well as searching, accessing, organizing and transforming information into knowledge that enables decision-making in the archive. It concludes that the use of electronic process, in archives, makes the use of information viable, bringing new ways of accessing, using, analyzing, and evaluating information more quickly in order to meet current requirements for archivist's professional and continuing training.

Keywords: Information competence; Archivist's role; Electronic process.

INTRODUÇÃO

A Competência em Informação (CoInfo) é aplicada a diversas áreas do conhecimento, por ter uma abordagem transdisciplinar que permite sua inserção na área da Arquivologia. Ela é um processo contínuo que deve ser desenvolvido e aprimorado de acordo com a necessidade de informação de cada indivíduo.

Já o Processo Eletrônico Nacional (PEN) foi tornado obrigatório com o advento do Decreto nº 8.539 de 08 de outubro de 2015 e é uma iniciativa de órgãos e entidades públicas para criação de uma infraestrutura de processos administrativos eletrônicos, que possa ser adotado por qualquer ente federativo. Ele busca promover a interação de forma que haja tramitação 100% eletrônica entre as instituições públicas.

Os três principais sistemas de informações mais utilizados pelos órgãos públicos como processos eletrônicos são: o Sistema Integrado de Patrimônio (SIPAC), o Sistema Unificado de Almoxarifado e Patrimônio (SUAP) e o Sistema Eletrônico de Informações (SEI).

Desta forma, com o surgimento de novas tecnologias e a obrigatoriedade do uso do processo eletrônico nos órgãos públicos, o arquivista se depara com novas formas de gerir a informação e a necessidade de ser competente para uso dela. Nesse contexto, e diante da modernização dos serviços e do uso cada vez mais presente das tecnologias para gestão nos arquivos, esta pesquisa busca reflexões sobre a importância do desenvolvimento da competência em informação pelo arquivista para gerir melhor os arquivos.

Assim, diante da nova realidade trazida pelo uso das tecnologias e implantação do processo eletrônico nas instituições públicas levantou-se o seguinte problema de pesquisa: como o desenvolvimento da competência em informação, pelo arquivista, pode contribuir para a melhoria dos serviços prestados pelo arquivo frente ao uso do processo eletrônico? Para responder essa questão, a pesquisa teve como objetivo identificar quais as competências necessárias a serem desenvolvidas pelo arquivista diante do uso do processo eletrônico.

A realização desta pesquisa foi motivada pelo fato de a temática ter importância significativa para a Arquivologia, já que a grande maioria dos órgãos e entidades públicas possuem um setor de arquivo e que utiliza o processo eletrônico. Outra justificativa do interesse pelo *corpus* decorre da atuação profissional e investigativa da autoria.

A COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO E SUA APLICAÇÃO NOS ARQUIVOS

A expressão Competência em Informação (CoInfo) é conhecida internacionalmente como *Information Literacy*. Foi mencionado pela primeira vez pelo bibliotecário americano Paul Zurkowski em 1974 em seu relatório intitulado de *The information service environment relationships and priorities* para designar habilidades ligadas ao uso da informação eletrônica. Já os primeiros estudos sobre CoInfo originaram-se no âmbito da Biblioteconomia na década de 1970 nos Estados Unidos e se consolidaram também na Ciência da Informação (Furtado; Cavalcante; Santos, 2022).

O termo Competência em Informação no âmbito da Arquivologia tem como foco a formação e atuação profissional dos arquivistas e nos usuários dos arquivos, tornando relevante a discussão na Arquivologia, de questões específicas que visam o acesso, a compreensão e o uso da informação (Sousa; Futado, 2020). De acordo com Furtado; Cavalcante e Santos (2022) a Competência em Informação foi inserida na Arquivologia em 2014 com pesquisas em torno do desenvolvimento da Competência em Informação em estudantes de Arquivolgoia. Nesse contexto, propunha a expansão do conceito de educação de usuários e o desenvolvimento de habilidades necessárias para interagir no ambiente digital.

Oficialmente no Brasil, consolidou-se o termo Competência em Informação no XIII Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (SNBU), realizado na cidade de Natal/RN em 2004 e consolidou-se em 2011 no XXIV Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação na cidade de Maceió/AL (Furtado, 2019).

Desta forma, no Brasil destacam-se as pesquisadoras Sônia Caregnato, no ano 2000, Elizabeth Dudziak e Regina Belluzzo em 2001 e Maria Helena Hatschbach no ano de 2002, consideradas precursoras da temática no país (Furtado, 2019).

Já em um recorte entre 2001 e 2005 citam-se os autores que publicaram sobre o tema: Elizabeth Ariana Dudziak, Janaina Ferreira Fialho, Regina Cpelia Baptista Belluzzo,

Jussara Lima, Marco Antônio Brandão, Othon Jambeiro, Kira Taraponoff e Mágda Soares (Lecardelli; Prado, 2006).

De acordo com Belluzzo (2007) a CoInfo possibilita a tomada de decisão, a resolução de situações problemáticas e o próprio processo de acesso e uso da informação de forma inteligente para construção de conhecimento e sua aplicação a uma realidade vivida no dia a dia.

Assim, este estudo utilizará o modelo de competência proposto por Belluzzo (2007), o qual, a partir de pesquisas feitas internacionalmente, propõe um modelo que se adequa à realidade brasileira, e que para a pesquisadora deste estudo se aplica muito bem aos arquivos, propondo um parâmetro norteador para o desenvolvimento da Competência em Informação, conforme exposto no quadro 1 abaixo.

Quadro 1 - Competência em Informação para profissionais de arquivo

PADRÃO	INDICADORES DE DESEMPENHO	RESULTADOS DESEJÁVEIS
1 – O arquivista competente em informação determina a natureza e a extensão da necessidade de informação.	O profissional de arquivo competente em informação define as necessidades de informação, na prática diária do trabalho. Reconhece as necessidades de informação dos usuários do arquivo e determina um planejamento e um cronograma adequado para obter a informação.	Identifica a informação necessária e formula questões apropriadas e uso fontes de informação gerais e específicas para aumentar seu conhecimento sobre o assunto.
2 – O arquivista competente em informação acessa a informação necessária com efetividade.	O profissional de arquivo competente em informação busca selecionar métodos mais adequados de busca e recuperação da informação para encontrar a informação necessária com o uso de palavras-chaves, vocabulário controlado, operadores booleanos, termos relacionados a informação necessária e consulta outros profissionais da informação.	Usa e disponibiliza vários sistemas de recuperação e esquema de classificação da informação (impressos e eletrônicos). Constrói e implementa estratégias de busca por meio de competências para a utilização das tecnologias de informação e comunicação (TICs) e também elaborar manuais como instrumento de orientação dos usuários do arquivo. Elabora manuais para orientações dos usuários do arquivo e realiza pesquisas com especialistas.
3 – O arquivista competente em informação avalia criticamente a informação e as suas fontes.	O profissional de arquivo competente em informação busca identificar o que realmente o usuário precisa. Demonstra conhecimento da maior parte das ideias das informações obtidas; articula critérios de avaliação da informação, compara conhecimentos anteriores com atuais, sintetiza e comunica os resultados da busca da informação com efetividade.	Examina e compara a informação de diversas fontes para avaliar a confiança, validade, precisão, autoridade e atualidade. Seleciona a informação relevante com base na compreensão das ideias contidas nas fontes de informação. Mostra compreensão e reformula conceitos com suas próprias palavras da necessidade de verificar a precisão e a completeza de dados ou fatos.

PADRÃO	INDICADORES DE DESEMPENHO	RESULTADOS DESEJÁVEIS
4 – O arquivista competente em informação, individualmente ou como membro de um grupo, usa a informação com efetividade para alcançar um objetivo/ obter um resultado.	O profissional de arquivo competente em informação, é capaz de sintetizar a informação que envolve as práticas informacionais para a criação de novos projetos e tomada de decisões, de acordo com a missão do arquivo e com os objetivos estabelecidos no plano de trabalho do arquivo.	Com os recursos informacionais disponíveis, organiza a informação para melhor compreensão e análise, tornando possível fazer conexões entre a informação, os projetos e as pessoas na instituição. Compartilha e troca informações para alcançar um objetivo específico.
5 – O arquivista competente em informação compreende as questões econômicas, legais e sociais da ambiência do uso da informação e acessa e usa a informação ética e legalmente.	O profissional de arquivo competente em informação mostra compreensão sobre as questões legais, éticas e socioeconômicas que envolvem a informação, a comunicação e a tecnologia. Indica as fontes de informação nas comunicações dos produtos ou resultados. Colabora, troca, dialoga, interage e compartilha informações com outros membros da equipe, com coesão, criticidade, responsabilidade, ética, sinergia, respeito mútuo e pensamento inovador e faz parceria com outros setores. Faz parcerias com outros setores da informação.	Mostra conhecer as políticas institucionalizadas (regimento interno/plano de trabalho do arquivo) para a tomada de decisão. Conhece a legislação arquivística vigente para sua pesquisa/estudo. Mantém a integridade das fontes de informação. Preserva a informação em relação à tecnologia da informação. Acessa, usa, avalia, organiza, trata, troca e compartilha informações relacionadas ao fazer aquivísitico de forma ética e responsável.

Fonte: Adaptado de Belluzzo (2007, p. 95 -103) pelas autoras.

Contudo, vale ressaltar que os indicadores de desempenho e os resultados desejáveis, acima mencionados, são flexíveis e devem respeitar a particularidade de cada área e situação real do arquivo ou unidade de informação. Além do mais, podem ser incorporados indicadores de outros modelos que possam contribuir com o desenvolvimento da competência em informação em situações específicas.

METODOLOGIA

Esta pesquisa configura-se como descritiva, cujo objetivo foi evidenciar as competências necessárias a serem desenvolvidas pelo arquivista diante do uso do processo eletrônico e como o desenvolvimento dessas competências podem contribuir para melhoria dos serviços prestados pelo arquivo. Para Gil (2022, p. 27), as pesquisas descritivas "[...] têm como objetivo a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento entre as variáveis".

Em relação a técnica de coleta de dados está pesquisa foi realizada a partir de uma revisão bibliográfica, por meio da utilização de estudos e trabalhos já publicados como artigos científicos, dissertações e teses. Para tanto, foram escolhidas as seguintes bases de dados para a pesquisa: Base de dados de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI)

e Google Acadêmico para selecionar os artigos referentes às temáticas abordadas nesta pesquisa, e a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) para selecionar as disertações e teses.

Desta forma, foram recuperados 11 textos envolvendo as seguintes temáticas como enrredo principal: Competência em Informação em arquivos; Competência em Informação e o arquivista, Competência em Informação e a Arquivologia, competência em Informação para o uso das tecnologias, competência em Informação para uso do processo eletrônico em arquivos. No processo da busca e recuperação da informação, foram selecionados 11 textos e utilizadas combinações na busca entre termos em português e em inglês utilizando a seguinte temática e operador booleano: competência em informação *and* arquivos; competência em informação *and* arquivista, competência em informação *and* Arquivologia, competência em informação *end* processo eletrônico,

Em relação aos critérios de inclusão, foram definidos os trabalhos na área da Ciência da Informação com foco em competência em informação voltados para o arquivista, arquivo e Arquivologia e o uso do processo eltrônico nos arquivos. Os critérios de exclusão retiraram da coleta 10 trabalhos que não apresentavam relação direta com o tema pesquisado, além de estudos duplicados e não disponíveis em plataformas de pesquisas.

Nesse sentido, a segunda etapa desta pesquisa teve como finalidade selecionar textos publicados em formato de artigos, dissertações e tese sobre o tema da competência em informação nos arquivos e quais os benefícios indicados nas conclusões dos trabalhos encontrados, fazendo com que o desenvolvimento da competência em informação pelo aquivista pudesse trazer uma a melhoria nos serviços prestados no arquivo.

Para a análise dos dados, adotou-se a abordagem qualitativa, que implica tratar de modo mais subjetivo os dados coletados, descrevendo, compreendendo e explicando a situação do contexto e determinado fenômeno em sua totalidade, ao qual está sendo realizada a investigação. (Gerhard; Silveira, 2009).

O ARQUIVISTA FRENTE AS NOVAS TECNOLOGIAS

A Arquivologia lida com a produção documental oriunda das instituições públicas ou privadas e situa-se no contexto de novas tecnologias. Nessa perspectiva, o papel do arquivista no mundo pós-moderno mudou e os levou a repensarem sua prática profissional, principalmente no que se refere ao uso de novos suportes como o digital e a necessidade de desenvolver Competência em Informação para uso da informação nesses novos suportes.

Bellotto (2006) já sinalizava que:

> o arquivista hoje não pode esquecer que vive e atua profissionalmente na chamada "era da informação", na qual as tecnologias da informação e comunicação têm presença marcante. Os novos suportes documentais, com os quais terá de lidar, exigem

> conhecimento, competência, métodos e meios de produção, utilização e conservação físicas especiais.

O Conceito de Competência em Informação está relacionado não apenas ao indivíduo, mas também, ao contexto que ele está inserido. Desta forma, dentro da perspectiva do uso de novas tecnologias aplicadas ao arquivos, o desenvolvimento de Competência em Informação pelo arquivísta para o uso do processo eletrônico é necessário para que o indivíduo reconheça quando a informção é necessária, desenvolva habilidades de localizar, avaliar e usar a informção, assim como, atributos fundamentais para desempenhar as funções que foram repasssadas de acordo com o cargo que ocupa, além de usar de forma efeciente as tecnologias disponíveis para acesso à informação no arquivos.

No entanto, a Arquivologia vivenciou três fases essenciais ao seu desenvolvimento, são elas: sincrética/custodial, técnica/custodial e científica/pós-custodial, sendo as duas primeiras configuradas no "paradigma custodial" e a última no "paradigma pós-custodial" (Soares; Pinto; Silva, 2015).

O Paradigma sincrética/custodial é marcado por revoluções políticas e sociais com destaque para revolução industrial, valorização da custódia ou guarda, conservação e restauro do suporte como função basilar da atividade profissional de arquivistas (século XVIII a 1898). O Paradigma técnica/custodial corresponde ao período de evolução tecnológico e científico, fase técnica (1899 a 1980) (Furtado, 2019).

Já, o período marcado pelos avanços tecnológicos e pela disseminação informacional, o acesso e o uso posto como primordial e o usuário como elemento especial e parte do contexto informacional, é conhecido como Paradigma pós-custodial, sendo uma fase científica a partir de 1980 (Furtado, 2019).

Esse período, trouxe um grande impacto nos serviços de informação e consequentemente para os arquivos, com alteração nas formas e métodos de trabalho e nos seus profissionais, surgindo a necessidade de desenvolver competência em informação pelos arquivistas para uso de sistemas informatizados nas instituições.

Portanto, com o desenvolvimento e ascensão das novas ferramentas digitais com o advento do paradigma pós-custodial, a dinâmica de trabalho de diversas áreas sofreu transformações e/ou adaptações. Isso ocorreu em vários órgãos e entidades públicas, principalmente com a obrigatoriedade do uso do processo eletrônico que tem o objetivo de promover a integração entre os órgãos públicos, havendo 100% de tramitação eletrônica entre eles.

O arquivista é encarregado de uma ou várias funções na gerência de um arquivo. Ele é responsável por analisar, organizar informações registradas nos documentos públicos ou privados, de cunho histórico, governamental, administrativo, científico ou literário (Cunha, 2008). Endente-se com isso que o arquivista pode atuar como

um profissional interdisciplinar, capaz de buscar em outras disciplinas fontes que completem suas habilidades e competências contribuindo para melhoria dos serviços prestados pelo arquivo.

Neste contexto, compete ao arquivista tornar a informação acessível e compreensível aos diversos tipos de suportes, se familiarizando com as tecnologias existentes. Para que isso ocorra de forma efetiva, o arquivista poderá aprender uma série de habilidades e desenvolver competência em informação para uso do processo eletrônico e desempenhar suas funções de forma eficiente e eficaz.

Dessa forma, embora o uso das tecnologias traga benefícios e facilitem o trabalho dos arquivistas, eles também trazem consigo barreiras e dificuldades. Problemas financeiros, técnicos, estruturais, ataques *de Hackers/Crackers* e a necessidade de *backup*, resistência cultural e diversidade do sistema eletrônico e até mesmo o fato do processo eletrônico não comportar grandes volumes de documentos, trazem para o arquivista dificuldades para o desenvolvimento do seu trabalho no dia a dia.

Assim, a ampliação de capacidades e desenvolvimento de competências para uso do processo eletrônico no contexto da Arquivologia e dos arquivos permite arquitetar uma busca abrangente, utilizar técnicas de busca avançadas para encontrar as informações mais relevantes, manter-se atualizado em áreas específicas, administrar grande volume de informação e apresentá-la de forma acessível e compreensível.

Portanto, fica evidente que desenvolver competência em informação para uso das do processo eletrônico facilita o dia a dia dos arquivistas, pois o uso dessa tecnologia é indispensável pois organiza o rastreamento da informação e facilita o acesso, que ajudará nas rotinas do arquivista e consequentemente na prestação de um serviço eficiente dentro do arquivo.

RESULTADOS

O desenvolvimento da Competência em Informação é relevante para o arquivista, pois ela traz autonomia, celeridade e eficiência nos serviços prestados pelo arquivo. Com o uso obrigatório do processo eletrônico e com a evolução das tecnologias, desenvolver competências para uso do processo eletrônico é cada vez mais necessário para o uso efetivo da informação e para agilidade na tomada de decisão dentro do arquivo.

Assim, a segunda etapa desta pesquisa, teve como finalidade selecionar textos publicados em formato de artigos, dissertações e tese sobre o tema da competência em informação nos arquivos e quais os benefícios identificados nas conclusões desses trabalhos, com o intuito de que o desenvolvimento da competência em informação pelo aquivista pudesse trazer para a o uso do processo eletrônico e para a melhoria dos serviços prestados pelo arquivo pontos positivos. Portanto, os achados desta pesquisa foram os identificados no quadro 2, logo a seguir.

Quadro 2 – Pesquisa nas bases de dados: BRAPCI, Google Acadêmico e BTDT sobre a Competência em Informação nos arquivos.

TÍTULO	CONCLUSÃO DA PESQUISA	AUTOR/DATA	TIPO DE PUBLICAÇÃO
Competências infocomunicacionais e o Arquivista: mediação para a apropriação da Informação	O desenvolvimento da Competência em Informação pelo arquivista contribui na orientação dos usuário, na satisfação de suas necessidades informacionais, com o nível de consciência participativa e colaborativa e, portanto, é mais efetiva sua atuação no processo de formação de usuários.	Brandão, (2017)	Dissertação
Competências em Informação - arquivos, bibliotecas e museus: uma análise por indicadores de avaliação.	O desenvolvimento da Compeência em Informação pelo arquivista contribui para: Avaliação e desenvolvimento de acervo; Estratégias de busca; Formação continuada; Tomar decisões; Trabalhar de modo colaborativo; Responsabilidade social	Rodrigues, (2018)	Dissertção.
A Competência em Informação no cenário Arquivístico: uma contribuição teórico-aplicada	CoInfo é uma ferramenta de aprendizagem essencial para o desenvolvimento do arquivista no cenário nacional; Aprimora e capacita a compreensão crítica da informação e de conteúdos, juntamente com o desenvolvimento e progresso da Arquivologia no contexto brasileiro.	Furtado, (2019)	Tese
A competência em Informação e os Usuários do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) do Protocolo e Arquivo do Instituto Federal de Sergipe (IFS) do Campus São Cristóvão	A competência em informação viabiliza o acesso à informação e ao conhecimento de unidades de informações, viabiliza o uso da informação nos arquivos e o uso do processo eletrônico. Ela torna as pessoas capazes de solucionar uma necessidade de informação, bem como buscar, acessar, organizar e transformar a informação em conhecimento que possibilita a tomada de decisão e a resolução de problemas.	Nascimento, (2023)	Dissertação
Competência em informação: uma abordagem sobre o arquivista	A competência em informação possibilita uma autonomia com relação à busca e análise da informação. Ela traz consigo benefícios tanto para o profissional, quanto para o ambiente de trabalho em que ele está inserido. Além disso, é uma competência formativa e qualitativa para o exercício profissional e da cidadania, já que desenvolve habilidades para localizar e avaliar as informações e, se evidencia, em última instância, na dimensão política desta competência.	Ventura; Leite da Silva,; Vieira Vitorino, (2018)	Artigo

TÍTULO	CONCLUSÃO DA PESQUISA	AUTOR/DATA	TIPO DE PUBLICAÇÃO
Reflexões sobre a competência em informação nos arquivos, o combate à desinformação e a relação com a Agenda 2030	CoInfo é relevante para o desenvolvimento sustentável, na discussão do direito ao acesso à informação, favorecendo o compromisso desse direito fundamental profetizado na Constituição Federal. Observou-se que é preciso desenvolver mais ações de competência em informação, para a construção de uma melhoria futura da sociedade e que os procedimentos realizados pelo arquivo, observando as metas na Agenda 2030 podem ajudar no combate à desinformação.	Lima;Batista,Oliveira, (2024)	Artigo
Gestão do Conhecimento e Competência em Informação: possíveis relações e perspectivas de atuação do profissional arquivista.	Na relação profissional arquivista e a CoInfo, por exemplo, cabe se desenvolver para atuar na Gestão do Conhecimento (além de outras instâncias) identificando elementos estratégicos para atuação, no mínimo, em duas esferas: 1) como profissional da informação mapeando necessidades de conversão de conhecimento tácito em conhecimento explícito –visando agregar valor à operações, promover sustentabilidade econômica, auxiliar em processos de inovação, participar de ações voltadas para a memória corporativa, dentre outras; 2) como promotor de programas, cursos e demais ações que busquem o desenvolvimento da CoInfo nos sujeitos que compõem a organização, considerando que ações direcionadas à aprendizagem organizacional e à inteligência arquivística impactam diretamente nos processos de Gestão do Conhecimento.	Furtado, Renata. Lira., & Belluzzo, Regina. Célia. Batista. (2018).	Artigo
Desinformação e competência em informação: discussões e possibilidades na Arquivologia	A Competência em Informação na perspectiva crítica configuram-se como uma possibilidade tanto de combate, como de redução da desinformação na sociedade, fatores que estimulam a continuidade de pesquisas nesta seara com perspectivas de expansão para as discussões em torno dos fenômenos informacionais aqui abordados e outros que, por ventura, venham assolar a sociedade e impactar o cenário arquivístico, além de investigações em torno da formação e atuação do arquivista nesse contexto.	Moura, Ana Roberta Pinheiro; Furtado, Renata Lira e Belluzzo, Regina Célia Baptista.(2019).	Artigo
Mapeamento da produção acadêmico-científica sobre competência em informação na arquivologia: da aprendizagem às práticas profissionais.	No caso do arquivista, evidencia-se a necessidade da CoInfo tanto para o desenvolvimento de suas demandas informacionais – pessoais e/ou profissionais, como para a formação e orientação dos usuários de arquivo.	Furtado, Renata Lira; Santos, Gabriel, Jhonatta, Pereira (2021)	Artigo

TÍTULO	CONCLUSÃO DA PESQUISA	AUTOR/DATA	TIPO DE PUBLICAÇÃO
Competência em Informação e Arquivologia: uma revisão bibliográfica sistemática no cenário nacional e internacional.	No que tange à atuação profissional do arquivista e suas relações com a ColnfO, é possível vislumbrar um universo de nichos de pesquisa a ser desenvolvida, desde a articulação desse profissional diante dos sujeitos usuários da informação, até ao desenvolvimento de suas próprias habilidades informacionais no que se refere ao 'fazer arquivístico', considerando nessa seara as funções arquivísticas de Identificação, Classificação, Avaliação e Descrição.	Renata Lira Furtado, Regina Célia Baptista Belluzzo, Marcia Cristina de Carvalho Pazin. (2016)	Artigo
Competência em Informação (ColnfO): nuances trazidas pelo Paradigma Pós-custodial ao profissional arquivista na atualidade.	Frente a isto, podemos fazer uma alusão à competência em informação na ambiência do arquivista, que com o advento da era pós-custodial e todas as mudanças ocorridas, destarte, compreendidas por nós como benefícios, restou por requerer do profissional, a revisão de suas práticas trabalhistas, assim como por uma sociedade cada vez mais informatizada. Consequentemente, gerou a necessidade de um Arquivista que detenha um perfil eficiente e eficaz principalmente no trato informacional e no manuseio das diversas tecnologias da informação e comunicação, presentes no mercado.	Silva Júnior, Josemar Elias; duarte, Emeide Nobrega (2020)	Artigo

Fonte: Elaborada pelas autoras (2024).

Sendo assim, o desenvolvimento de competência em informação pelo arquivista contribui para o uso do processo eletrônico e para a melhoria dos serviços do arquivo da seguinte maneira:

Na orientação dos usuário e na satisfação de suas necessidades informacionais;

- Na avaliação e desenvolvimento de acervo;
- Na estratégias de busca;
- Na formação continuada;
- Na transformação da informação em Conhecimento;
- Na tomada decisões;
- No trabalho colaborativo;

- No combate e redução da desinformação;
- Aprimora e capacita a compreensão crítica da informação e de conteúdos;
- Viabiliza o uso da informação nos arquivos e o uso do processo eletrônico;
- Desenvolve habilidades para localizar e avaliar as informações;
- É relevante para responsabilidade social, desenvolvimento sustentável e acesso a informação;
- No desenvolvimento de suas próprias habilidades informacionais no que se refere ao fazer arquivístico e suas práticas trabalhistas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou inserir o arquivo dentro do contexto da competência em informação e sua aplicação frente às novas tecnologias trazidas pelo uso do processo eletrônico. Como resultado, os dados indicam que o desenvolvimento da competência em informação torna o arquivista capaz de solucionar problemas, buscar, acessar, organizar e transformar a informação em conhecimento para a tomada de decisão no arquivo.

Assim, o arquivista é apresentado nesta pesquisa com um sujeito que precisa desenvolver competência em informação para melhor gerir o arquivo e para isso é preciso estar atento às novas tecnologias que podem ser aplicadas no arquivo.

Diante dos conceitos de competência em informação aqui apresentados e dos dados coletados a partir das publicações sobre o tema, acredita-se que a CoInfo gira em torno da habilidade de saber usar a informação adequadamente para usufruir dos benefícios provenientes dela e no caso desta pesquisa, usá-la em prol dos arquivos.

Portanto, com esta pesquisa concluída é possível prever outros desdobramento que esse tema pode ensejar, tais como receber aporte de outras áreas, possibilitanto o trabalho dentro de um perspecitva interdisciplinar, além de aplicá-la dentro do contexto dos arquivos, abordando questões como novas formas de acessar, utilizar, analisar e avaliar a informação, atender às exigências atuais para a formação profissional e continuada do arquivista, construir novos conhecimentos e servir de instrumento para auso da informação.

Cabe ressaltar também que os resultados desta pesquisa se caracterizam como um ensaio inicial para pesquisas futuras, configurando, contudo, como um contributo significativo tanto para a Arquivologia quanto para qualquer unidade de informação.

REFERÊNCIAS

BELLOTTO, Heloísa, Liberalli. **Arquivos permanentes:** tratamento documental. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV,2006.

BELLUZZO, Regina Celia Baptista. **Construção de mapas:** desenvolvendo competências em informação e comunicação. 2. ed. Bauru: Cá Entre Nós, 2007. Disponível em: https://labirintodosaber.com.br/wp-content/uploads/2019/06/Livro-Constru%C3%A7%C3%A3o-de-Mapas-Regina-Belluzzo-2007.pdf. Acesso em: 17 abr. 2023.

BRANDÃO, Gleise da Silva. **Competências infocomunicacionais e o arquivista**: mediação para a apropriação da informação. 2017. 106 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal da Bahia, Instituto de Ciência da Informação, Salvador, 2017.

BRASIL. Decreto Nº 8.539 de 08 de outubro de 2015. Dispõe sobre o uso do meio eletrônico para a realização do processo administrativo no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2015.

CUNHA, Murilo Basto; CAVALCANTE, Cordélia, Robalina Oliveira de. **Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2008.

FARIAS, Laécio Lucas Souza; FURTADO, Renata Lira. Inserção da competência em informação nos cursos de graduação em arquivologia. **Ágora**: arquivologia em debate, v. 60, 2020.Disponível em: https://bdm.ufpa.br/handle/prefix/628. Acesso em: 20 maio 2024.

FURTADO, Renata Lira; BELLUZZO, Regina Célia Baptista; DE CARVALHO PAZIN, Marcia Cristina. Competência em informação e arquivologia: uma revisão bibliográfica sistemática no cenário nacional e internacional. *In:* **XVII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**. 2016.

FURTADO, Renata Lira; BELLUZZO, Regina Célia Batista. Gestão do conhecimento e competência em informação: possíveis relações e perspectivas de atuação do profissional arquivista. **Informação & Informação,** n. 23, v. 2, p. 314–339. Disponível em: https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/28881/24187. Acesso em:20 maio 2024.

FURTADO, Renata Lira; CAVALCANTE, Celineide Rodrigues; SANTOS, Felipe César Almeida dos. Competência arquivística e inteligência arquivística como vertentes da competência em informação no horizonte da Arquivologia contemporânea. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 27, p. 163-192, 2022. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/40002/30706. Acesso em:20 maio 2024.

FURTADO, Renata Lira. **A competência em informação no cenário arquivístico:** uma contribuição teorico-aplicada. 2019. 367 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista/Unesp Campus de Marília, Marília, 2019. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/180950/furtado_rl_dr_mar.pdf?sequence=3&isAllowed=y. Acesso em: 20 maio 2024.

FURTADO, Renata Lira; SANTOS, Gabriel, Jhonatta, Pereira. Mapeamento da produção acadêmico-científica sobre competência em informação na arquivologia: da aprendizagem às práticas profissionais. **Ágora**: Arquivologia em debate, v. 62, 2021. Disponível em: https://www.brapci.inf.br/#/v/159506. Acesso em: 17 jun. 2024.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa.** Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2002.

LECARDELLI, Jane; PRADO, Noêmia Schoffen. Competência informacional no Brasil: um estudo bibliográfico no período de 2001 a 2005. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação,** v. 2, n. 2, jul. 2006. Disponível em: https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/16/4. Acesso em: 14 maio 2024.

LIMA, Débora Solange Oliveira; BATISTA, Iane Maria da Silva; OLIVEIRA, Hamilton Vieira de. Reflexões sobre a competência em informação nos arquivos, o combate à desinformação e a relação com a Agenda 2030. BIBLOS, n. 37, v. 2, p. 31–45, 2024. Disponível em: https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/16184/10584. Acesso em:

MOURA, Ana Roberta Pinheiro; FURTADO, Renata Lira; BELUZZO, Regina Célia Batista. Desinformação e competência em informação: discussões e possibilidades na Arquivologia. **Ciência da Informação em Revista**, Maceió, v. 6, n. 1, p. 37-57, jan./abr. 2019. Disponível em: http://www.brapci.inf.br/index.php/res/download/114193. Acesso em: 01 jun. 2024.

NASCIMENTO, Larissa Coimbra do. **A competência em informação e os usuários do sistema eletrônico de informações (SEI) do protocolo e arquivo do Instituto Federal de Sergipe (IFS) do campus São Cristóvão.** 2023. 169 f. (Mestrado Profissional em Gestão da Informação e do Conhecimento) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2023.

RODRIGUES, Marina Brito. **Competências em informação - arquivos, bibliotecas e museus**: uma análise por indicadores de avaliação, 2018. 136 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Instituto de Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia/UFBA, Salvador, 2018.

SILVA JÚNIOR, Josemar Elias; DUARTE, Emeide Nobrega. Competência em informação (CoInfo): nuances trazidas pelo paradigma pós-custodial ao profissional arquivista na atualidade. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, v. 2, 2020. Disponível em: https://www.brapci.inf.br/#/v/148597. Acesso em: 17 jun. 2024.

SOARES, Ana Paula Alves; PINTO, Adilton Luiz; SILVA, Armando Malheiros. O paradigma pós-custodial na arquivística. **Páginas a&b: arquivos e bibliotecas**, p. 22-39, 2015. Disponível em: https://repositorioaberto.up.pt/handle/10216/82981. Acesso em: 11 jan. 2023.

VENTURA, Renata; LEITE da SILVA, Eva Cristina; VIEIRA VITORINO, Elizete. Competência em informação: uma abordagem sobre o arquivista. **Biblios**, Pittsburgh, n. 73, p. 35-50, out. 2018. Disponível em: http://www.scielo.org.pe/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S156247302018000400003&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 01 jun. 2024.

A CONTEXTUALIZAÇÃO DA LITERACIA DIGITAL NAS PRÁTICAS SOCIAIS E ARQUIVÍSTICAS: UMA ANÁLISE DAS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS NA ARQUIVOLOGIA

THE CONTEXTUALIZATION OF DIGITAL LITERACY IN SOCIAL AND ARCHIVES PRACTICES: AN ANALYSIS OF SCIENTIFIC PRODUCTIONS IN ARCHIVOLOGY

Ana Carolina Soares Santos
Universidade Estadual da Paraíba
Eliete Correia dos Santos
Universidade Estadual da Paraíba

Resumo

A evolução da sociedade reflete diretamente nas práticas arquivísticas. O contexto social está cada vez mais conectado com as tecnologias digitais e nos arquivos essa adequação também é exigida. Nesse sentido, a Literacia Digital se apresenta como uma ferramenta estratégica a fim de desenvolver habilidades digitais dos colaboradores através de uma educação digital. Em virtude disso, essa pesquisa surge com o objetivo de investigar as discussões da literatura arquivística no que diz respeito à Literacia digital. Então busca-se, de maneira específica: 1) Esclarecer os conceitos de Literacia Digital e sua relação com os arquivos; 2) Analisar as produções científicas acerca da Literacia Digital, dando ênfase as do contexto arquivístico; 3) Acentuar estudos sobre Literacia Digital na Arquivologia, como forma de solucionar questões referentes ao desenvolvimento de competências digitais da equipe para a prática arquivística. Sendo assim, trata-se de uma pesquisa de natureza básica, considerando que ela esquematiza conceitos e estudos na literatura. Com a finalidade de alcançar os objetivos, é realizada uma pesquisa descritivo-exploratória, pois ela possibilita a compreensão e análise do objeto científico – a Literacia Digital. Enquanto procedimento de coleta, é desenvolvida uma pesquisa bibliográfica das produções científicas, tendo como abordagem a pesquisa qualitativa a fim analisar a subjetividade das obras. Dessa forma, é possível observar a escassez

de estudos direcionados à Literacia Digital nos arquivos. Assim, destaca-se que a Literacia Digital é uma ferramenta estratégica para superar os desafios impostos pela Arquivologia Contemporânea e precisa ser mais abordada nas produções científicas.

Palavras-Chave: Literacia digital; Arquivologia contemporânea; Educação digital.

Abstract

The evolution of society directly reflects on archival practices. The social context is increasingly connected with digital technologies and this adaptation is also required in archives. In this sense, Digital Literacy presents itself as a strategic tool to develop employees' digital skills through digital education. As a result, this research aims to investigate discussions in archival literature with regard to digital literacy. Therefore, we specifically seek to: 1) Clarify the concepts of Digital Literacy and its relationship with files; 2) Analyze scientific productions about Digital Literacy, emphasizing those from the archival context; 3) Emphasize studies on Digital Literacy in Archival Science, as a way of resolving issues relating to the development of the team's digital skills for archival practice. Therefore, this is research of a basic nature, considering that it outlines concepts and studies in the literature. In order to achieve the objectives, descriptive-exploratory research is carried out, as it enables the understanding and analysis of the scientific object – Digital Literacy. As a collection procedure, a bibliographical research of scientific productions is developed, using qualitative research as an approach in order to analyze the subjectivity of the works. In this way, it is possible to observe the scarcity of studies focused on Digital Literacy in the archives. Thus, it is highlighted that Digital Literacy is a strategic tool to overcome the challenges imposed by Contemporary Archivology and needs to be more addressed in scientific productions.

Keywords: Digital Literacy; Contemporary Archivology; Digital education.

INTRODUÇÃO

Os avanços sociais são resultados da evolução humana. No que diz respeito às Tecnologias da Informação (TI), a utilização aumenta, exponencialmente, devido ao cumprimento e facilidade de atividades formais e/ou informais. Os espaços organizacionais e também

os contextos sociais coincidem na necessidade de uso das TI. No entanto, essa ação não surge "do nada", é preciso que o indivíduo busque aprender para que as suas habilidades digitais sejam desenvolvidas. Considerando a proporção celere das TI, é possível encontrar diversas funcionalidades novas e até mesmo desconhecidas.

Nesse sentido, a Literacia Digital se dedica em possibilitar os processos de educação e aprendizagem digitais, tendo em vista que ela permite que o indivíduo adquira e/ou desenvolva habilidades necessárias para utilizar os ambientes digitais. A Literacia Digital é muito importante, principalmente, no contexto informatizado atual, pois através dela é possível encontrar respostas para adaptação e desenvolvimento dos profissionais de arquivo, como também os que atuam em outras áreas. Cabe enfatizar que, autores como Aires (2015), Loureiro e Rocha (2012), Oliveira e Giacomazzo (2017), Silva (2008) e outros, ressaltam que a Literacia Digital precisa ser preservada na atualidade.

No cenário arquivístico, enquanto ambiente de arquivo, é imprescindível que se direcione o olhar ao desenvolvimento da Literacia Digital nos colaboradores, visto que é um local que lida, diretamente, com o tratamento, organização e preservação da informação, seja ela registrada em suporte "convencional" ou digital. E o arquivo, como unidade informacional, deve cumprir um papel responsável para com a sociedade na qual está inserido não só no que se refere a prestar acesso à informação, mas também conhecer mecanismos para facilitá-la, adequando-se as características refletidas pela própria sociedade.

Dada a relevância de se discutir acerca da Literacia Digital no Brasil, é possível que esse assunto ainda não tenha alcançado a proporção merecida. Considerando que o campo científico contempla um amplo leque de conhecimentos, entende-se que ele garante o incentivo de diversos temas que, em sua maioria, repercutem nos ambientes práticos/organizacionais. Em virtude disso, de que maneira a literatura arquivística dialoga com a Literacia Digital?

Nessa perspectiva, essa pesquisa têm como objetivo geral investigar as discussões da literatura arquivística no que diz respeito à Literacia digital. E especificamente: 1) Esclarecer os conceitos de Literacia Digital e sua relação com os arquivos; 2) Analisar as produções científicas acerca da Literacia Digital, dando ênfase as do contexto arquivístico; 3) Acentuar estudos sobre Literacia Digital na Arquivologia, como forma de solucionar questões referentes ao desenvolvimento de competências digitais da equipe para a prática arquivística.

PERSPECTIVAS PARA O ENTENDIMENTO DA LITERACIA DIGITAL

Nesta seção serão apresentados os conceitos de Literacia Digital a partir da compreensão de vários olhares da literatura, bem como os seus tipos considerados no modelo de *Yoham Eshet-Alcali* e *Yair Amichai-Hamburger*.

Conceitos de Literacia Digital

O termo Literacia Digital surge de forma isolada, especificamente, na área da educação, mas também abrange outras áreas atualmente, principalmente, as que lidam com informação. Conforme Aires (2015), Gilster, em sua obra do ano 1997, trouxe um dos primeiros estudos associados à Literacia Digital e popularizou o termo. Por isso, vale destacar que a Literacia Digital já vem sendo discutida há alguns anos. Contudo, a Literacia Digital ainda possui muito destaque pelo avanço tecnológico acelerado, o que exige algumas competências específicas para seu manuseio.

A Literacia Digital pode ser entendida como as habilidades adquiridas ao longo do tempo a qual possibilitam a competência digital, ou seja, a capacidade de utilizar as tecnologias da informação. Capobianco (2010, p. 86) acredita que "os estudos normalmente definem a Literacia Digital como habilidades necessárias para utilizar os computadores ou habilidades para usar o computador para navegar na internet". Então, a literacia, neste contexto informatizado, pode ser entendida como:

> [...] às práticas sociais do dia-a-dia, à participação em múltiplas comunidades de significado, aos contextos mediados por instrumentos diversos que exigem uma grande variedade de competências específicas. Neste sentido, o conceito de literacia, ou melhor, de literacias digitais que defendemos, é complexamente social, mediatizado, digital e multimodal". (Aires, 2015, p. 4-5).

Essa afirmação aponta que a Literacia abrange as competências em determinada área. No contexto da Literacia Digital, competências digitais. Para mais, a Literacia Digital possui caráter social e pode ser realizada de muitos modos. Nessa obra, a autora também defende a relação entre a Literacia Digital e a Competência Digital. Essa ligação é necessária para compreender o conceito de Literacia Digital. Em suma, torna-se fundamental ter um olhar de que ela não existe sem a Competência Digital, uma vez que elas são indissociáveis. Pereira (2011, p. 38) reforça essa ideia ao apontar que "as competências digitais e ligação à literacia digital são temas recorrentes na investigação internacional."

As perspectivas dominantes da Literacia Digital, tais como: a literacia pode ser um conjunto de habilidades técnicas ou cognitivas, seguindo a primeira um enfoque conceitual e a segunda operacional. (Aires, 2015, grifo nosso). Nesse sentido, as habilidades técnicas podem ser caracterizadas como o conhecimento de como funciona os meios informacionais, por isso trata-se de um contexto conceitual. Já as habilidades cognitivas estão mais ligadas à capacidade mental relacionadas à lembrança, pensamento, reflexão de tudo que foi aprendido, ou seja, faz parte da construção e desenvolvimento do conhecimento, por este motivo envolve também a operacionalidade.

Pereira (2011) aborda uma perspectiva ampliada dessas apresentadas anteriormente, segundo o autor, a Literacia Digital não só pode ser vista como um conjunto de habilidades

técnicas, mas também como o uso desse aprendizado para satisfazer determinada necessidade do indivíduo, ou seja, a Literacia Digital passa a ser composta pela análise crítica. Ele também destaca que o indivíduo que possui literacia digital pode ter papel ativo perante a escrita, linguagem etc.

Pereira (2011) e Aires (2015) convergem entre seus posicionamentos ao considerarem que a Literacia Digital pode ser compreendida além de técnicas, ou seja, não basta simplesmente saber ligar e manusear um computador ou outros tipos de equipamentos digitais, é preciso ainda que o indivíduo recorde o que aprendeu e interaja com a máquina para acessar o que deseja. Por este motivo, existe uma relação direta entre a Literacia Digital e Literacia Informacional, bem como outros tipos de literacia.

OS TIPOS DE LITERACIAS DIGITAIS CONFORME O MODELO DE YOHAM ESHET-ALCALI E YAIR AMICHAI-HAMBURGER

A Literacia Digital possui alguns tipos de literacia que a compõem, tais como a Literacia Foto-visual, de Reprodução, Ramificada, da Informação e Socioemocional, conforme o modelo de *Yoham Eshet-Alcali* e *Yair Amichai-Hamburger*. Adiante, é possível compreender suas características.

Literacia Foto-visual

Essa literacia digital ajuda as pessoas a aprenderem de maneira mais visual e gráfica. Podemos citar como exemplos ícones, jogos etc. Conforme *Eshet-Alcali* e *Amichai-Hamburger* (2004), ela permite que instruções e mensagens sejam apresentadas visualmente. Isso acelera o aprendizado das pessoas, no tocante àquelas que têm a capacidade de memorização rápida.

Literacia de Reprodução

As TI ampliam a possibilidade de reprodução, considerando que a disseminação das informações não se limita às barreiras espaço-temporais. Essa literacia pode ser compreendida como a criação de novos significados e interpretações a partir de outros pontos de vista já existentes. (Eshet-Alcali; Amichai-Hamburger, 2004).

Capobianco (2010) acredita que a literacia de reprodução está muito ligada à redação em ambientes virtuais que bem como as redações físicas também possui suas habilidades como a de encontrar as informações que precisa, evitar distrações e focar na atividade em execução, saber utilizar o computador, entre outros.

Literacia Ramificada

Os ambientes digitais modernos possuem uma hipermídia de natureza não-linear. *Eshet-Alcali* e *Amichai-Hamburger* (2004) exemplificam esses espaços como a internet, banco de dados e ambientes multimídias. Segundo os autores, a tecnologia de hipermídia moderna permite que os usuários tenham mais liberdade para utilizar seus conhecimentos como também refletir acerca das estratégias de busca de informação não-linear e ramificada. E a partir disso construir conhecimento.

Eles apontam que a literacia ramificada está ligada ao pensamento metafórico e ao uso de conhecimentos até mesmo complexos, seguindo orientados sem se perder no hiperespaço. (Eshet-Alcali; Amichai-Hamburger, 2004). Ou seja, os usuários que possuem esse tipo de Literacia Digital sabem pensar e procuram satisfazer suas necessidades informacionais mantendo o domínio dos ambientes digitais.

Literacia da Informação

Com o crescimento da disseminação informacional, torna-se ainda mais necessário avaliar a veracidade da informação que está sendo acessada, considerando que a partir dela poderão surgir críticas, ideais, posicionamentos, conclusões etc. De acordo com *Eshet-Alcali* e *Amichai-Hamburger* (2004), a literacia da informação também faz parte dos tipos de Literacia Digital.

Logo, para os autores, essa habilidade exige um pensamento crítico mais avançado, pois permite "[...] it identifies false, irrelevant, or biased information, and avoids its penetration into the learner's cognition." (Eshet-Alcali; Amichai-Hamburger, 2004, p. 423). Em suma, trata-se da habilidade de filtrar a informação. Considerando que esse tipo de literacia também pode ser tratada como independente por alguns literatos, não será aprofundada nesse estudo, tendo em vista que a ênfase será para a Literacia Digital. Embora *Eshet-Alcali* e *Amichai-Hamburger* acreditem que a Literacia da Informação seja um tipo de Literacia Digital.

Literacia Socioemocional

A literacia socioemocional requer o uso das habilidades formais da literacia digital associada às emoções nos ambientes digitais. *Eshet-Alcali* e *Amichai-Hamburger* (2004) acreditam que entre todos os tipos de literacia digital, esse é o mais complexo, pois ela exige que o usuário tenha o pensamento crítico, tenha domínio das informações e habilidades foto-visuais e ramificações para, a partir disso, evitar armadilhas e pessoas que hajam de má fé na internet.

Capobianco (2010) destaca que a maior característica dessa literacia é a interação, seja em participação em sites, comunicação em redes sociais e outros, que possibilitam essa troca de conteúdo emocionais.

Considerando que o contexto social e arquivístico estão ligados, diretamente, ao desenvolvimento da Literacia Digital, serão apontados alguns aspectos que podem interferir positivamente ou negativamente nesse cenário.

A LITERACIA DIGITAL NO CONTEXTO SOCIAL E ARQUIVÍSTICO

Desde a expansão das TI, busca-se a adequação a esses meios informacionais tanto por parte das empresas quanto por parte dos trabalhadores e sociedade em geral. Todavia, Gil (2019) destaca que as competências digitais geralmente são adquiridas por meio de contextos informais. Tais como: grupo social, nas rotinas individuais diárias e até mesmo para lazer. Logo, na vida cotidiana pode-se observar diferentes formas de praticar a Literacia Digital.

Isso leva à reflexão de que diferentes grupos de pessoas com diferentes hábitos que muitas vezes podem ser a causa da dificuldade existente no aprendizado de manusear as novasßßode beneficiar os serviços arquivísticos. Conforme Bellotto (2004, p. 302-303),

> a informática está definitivamente incorporada nos arquivos, seja na gestão ou na disseminação da informação de documentos tradicionais, seja na organização e descrição de documentos em suportes isolados concretos, seja nos documentos virtuais, integrantes dos bancos de dados e dos sistemas de comunicações.

Com isso, vale salientar que a informática pode estar presente em todas as atividades/serviços do arquivo, voltados aos documentos digitais bem como aos documentos físicos e/ou analógicos, seja na criação de instrumentos de pesquisa, ou os de gestão, canais de atendimento e muitos outros. Nesse sentido, o arquivista e sua equipe precisam estar capacitados para atuar nesses ambientes e isso só é possível através da Literacia Digital.

Vale ressaltar a realidade dos arquivos, a qual pode ser caracterizada por ambientes compostos não só por arquivistas, mas também outros profissionais de áreas administrativas ou afins. Ou até mesmo a ausência do arquivista, em alguns casos. Considera-se que é necessário, sobretudo, a presença do arquivista como profissional capacitado para gestão, organização e preservação de documentos digitais, bem como uma equipe que possua Literacia Digital para auxiliá-lo na execução das atividades no ambiente digital. Em virtude disso,

> A literacia digital, nos arquivos, é essencial para lidar com as mudanças tecnológicas, já que ela permite que o indivíduo adquira um conjunto de competências digitais necessárias para utilizar os recursos desejados em meios digitais, como também contemplahabilidades mais complexas que podem ser desenvolvidas por meio do aprendizado e da educação digital. (Santos et al., 2023, p. 12530).

A ausência da Literacia Digital de alguns membros de uma equipe de arquivo pode influenciar diretamente na prática arquivística, seja auxiliando na criação e manutenção de instrumentos de gestão (Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade de Documentos) e de pesquisa (inventário, índices, guia e catálogo); na produção, tramitação, consulta, uso e destinação dos documentos; no atendimento ao público interno e/ou externo; na comunicação entre eles (correio eletrônico ou celular), e várias outras funções.

A ideia de que o arquivo é um espaço que armazena e trabalha somente com documentos em suporte papel é ultrapassada, pois a realidade atual dos arquivos exige profissionais com competências para utilizar as TI, inclusive, para serviços sob os documentos físicos ou analógicos. Ao contrário disso, os gestores organizacionais enfrentarão problemas futuros, podendo ser até irreversíveis à memória e funcionamento da instituição.

Dada a importância do aprendizado para operacionalização das TI, ou seja, Literacia Digital na Arquivística, é notório a relevância do tema e a necessidade de discussão na literatura acerca das políticas arquivísticas direcionadas à promoção e desenvolvimento da Literacia Digital.

PERCURSO METODOLÓGICO

É relevante demarcar os métodos utilizados para realização dessa pesquisa, pois ela só foi desenvolvida por meio deles. Nesse sentido, a natureza da pesquisa é a básica, tendo em vista que, de acordo com Nascimento e Sousa (2016), ela permite a atribuição de valor de um fenômeno, nesse caso, da Literacia Digital, como também contempla parâmetros referenciais e/ou de comparação, que nesse estudo serão esquematizados.

Para responder os objetivos traçados, realizou-se uma pesquisa descritivo-exploratória, tendo em vista que ela possibilita conhecer e analisar o objeto de estudo. Sendo assim, o primeiro tipo é capaz de descrever os fenômenos e a relação entre as variáveis. (Nascimento; Sousa, 2016). E o último permite ao investigador conhecer mais o problema, realizar pesquisa bibliográfica. (Rodrigues, 2007).

O procedimento de coleta de dados parte de uma pesquisa bibliográfica na literatura arquivística a fim de conhecer as dicussões referentes à Literacia Digital no contexto arquivístico. Para Marconi e Lakatos (2017), a pesquisa bibliográfica pode ser realizada de várias formas, seja através de jornais, meios audio-visuais, cartográficos, publicações etc. No caso dessa pesquisa, foi realizada uma análise das publicações científicas que, segundo Marconi e Lakatos (2017), é composta por 4 fases diferentes, que são a identificação, localização, compilação e fichamento.

Foi utilizado o software *Publish or Perish,* sendo realizada a pesquisa, especificamente, na base de dados do *Google Scholar* com uma amostra de 100 obras. O termo utilizado foi "Literacia Digital" que é o objeto de estudo dessa pesquisa, inserido nas palavras-chave a fim de identificar quais as áreas que mais se dedicam a analisar esse objeto. Em seguida,

também foi inserido "Literacia Digital" and arq* como ênfase à área de maior interesse dessa pesquisa, contendo a mesma quantidade de amostra. Vale enfatizar também que o recorte temporal foi estabelecido entre 2008 a 2024.

Enquanto análise dos dados, é utilizado o método qualitativo, pois ele "É baseado na interpretação dos fenômenos observados e no significado que carregam, ou no significado atribuído pelo pesquisador, dada a realidade em que os fenômenos estão inseridos" (Nascimento; Sousa, 2016), sendo apresentados os dados subjetivamente.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

Considerando analisar a literatura arquivística e estabelecer as relações entre ela e a Literacia Digital, no primeiro momento dessa pesquisa, foi realizado um levantamento geral de 100 obras que retratam a Literacia Digital para identificar se a Arquivologia ou os arquivos estão inseridos no contexto de produção científica.

Quadro 1 – Amostra das produções científicas da Literacia Digital

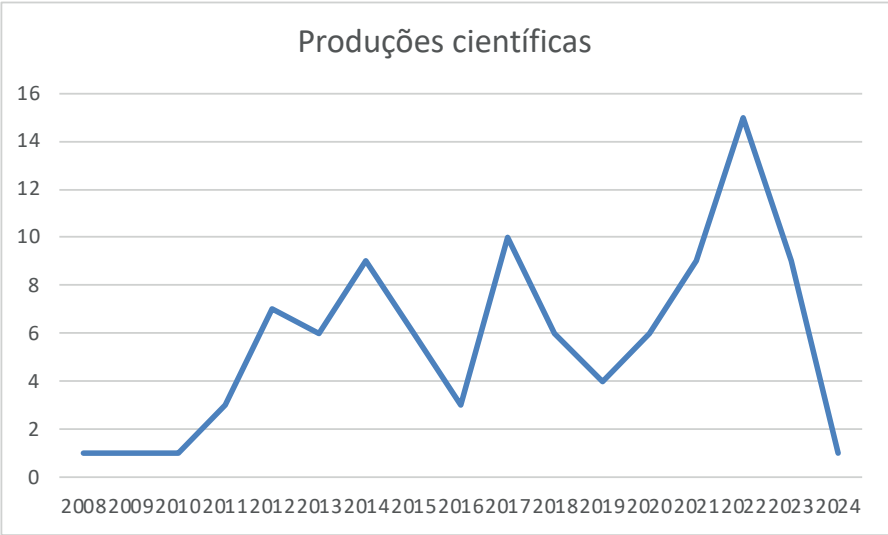
ASSUNTOS ENCONTRADOS NA AMOSTRA	
Inclusão e Sociedade (idosos, ciganos etc)	28
Literacia da Informação	5
Educação (infantil e jovens, cursos superiores)	27
Âmbito Profissional (Professores, Profissionais da saúde, diretor, mercado de trabalho)	22
Biblioteca	5
Literacia Histórica	2

Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

Constata-se, então, que os assuntos mais encontrados nos estudos de Literacia Digital estão mais associados à Inclusão e Sociedade, Educação e âmbito profissional. Isso porque a Literacia Digital está muito ligada a esses fatores, no entanto não significa dizer que mais investigações não precisem ser desenvolvidas nos outros assuntos, pelo contrário. Outro ponto relevante, é a discussão encontrada que diz respeito às bibliotecas e a Literacia Digital, o que em termos de amostra, possui um destaque comparado aos arquivos, uma vez que, em uma pesquisa geral, não foram encontrados pesquisas ligadas à Arquivologia. Vale salientar que essa caracterização de assuntos não estava definida nas obras, mas foi atribuída conforme interpretação do conteúdo científico, o que pode ser relativo de um pesquisador para o outro.

Os anos dessas produções científicas também refletem como a Literacia Digital vem sendo discutida e a ênfase (ou não) de pesquisas direcionadas a esse objeto científico. Como será apresentado a seguir.

Gráfico 1 – Mensuração das obras conforme seus anos de publicações



Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

Ainda que a pesquisa possua um recorte temporal de 2008 a 2024, ressalta-se que nos últimos anos o aumento das produções científicas se tornou marcante, considerando que o desenvolvimento de investigações está ligada aos avanços tecnológicos digitais e às múltiplas maneiras de aprendizado da Literacia Digital. Cabe apontar também que o ano de 2024 é um dado relativo, uma vez que o ano ainda não foi concluído.

No que se refere à pesquisa de trabalhos sobre a Literacia Digital nos arquivos ou na Arquivologia, seguiu-se os mesmos critérios de limite de obras, uma amostra de 100 estudos. E foi verificado que existe apenas um estudo, na base de dados do *Google Scholar*, que relacionem essa temática. O quadro abaixo descreve-o.

Quadro 2 – Apresentação da produção científica localizada

TÍTULO	OBJETIVO	ANO	DESCRIÇÃO	HIPERLINK
A literacia digital nas práticas arquivísticas: uma revisão da literatura.	Discutir a importância da literacia digital para as práticas arquivísticas	2023	A obra contextualiza a Literacia Digital nos arquivos baseada na literatura e aponta os impactos que a Literacia Digital causa nesse ambiente, sendo cada um descrito e aprofundado de modo teórico-prático.	https://ojs.europubpublications.com/ojs/index.php/ced/article/view/2098/1697

Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

Nesse sentido, essa pesquisa traz contribuições significativas para o entendimento da Literacia Digital nos arquivos, sendo considerada um desdobramento dos resultados da pesquisa de Santos e Santos (2023) que identifica **Os impactos da Literacia Digital na Arquivologia Contemporânea**. Embora esse estudo seja muito relevante, é necessário que esse tema seja mais abordado em investigações na Arquivologia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com efeito, o contexto informacional da atualidade exige novas práticas nos ambientes organizacionais e, em principal, nas unidades de informação, como arquivos, museus, biblioteca e centros de documentação. No que se refere aos arquivos, essa pesquisa investigou as produções científicas da área ligada à Literacia Digital, com a intenção de conhecer os estudos direcionados às políticas de educação digital nos arquivos. Lamentavelmente, as pesquisas sobre a Literacia Digital na Arquivologia ainda são muito escassas, sendo essa uma limitação desse estudo. No entanto, é possível analisar que a Literacia Digital é muito abordada em outras áreas, na atualidade, inclusive em bibliotecas.

Desse modo, enfatiza-se que essa pesquisa permite o entendimento dos conceitos de Literacia Digital e como ela está inserida na sociedade e nos arquivos, bem como interage com o fomento dessas discussões na Arquivologia, possibilitando, assim, que os estudos científicos na academia voltem o olhar a esse objeto, enquanto ferramenta estratégica para enfrentar os desafios da Arquivologia Contemporânea. Além disso, esse estudo é direcionado à aplicação prática nos ambientes de arquivo, visto que a realidade organizacional exige o desenvolvimento da Literacia Digital para que as funções atribuídas sejam realizadas, que, em sua maioria, acontecem através dos meios tecnológicos digitais.

Por conseguinte, acredita-se que essa pesquisa despertará os arquivistas e estudiosos da área para a realização de estudos voltados à Literacia Digital, não só partindo de uma visão interna dos arquivos, mas também através de um entendimento macro no que diz respeito às políticas arquivísticas de Literacia Digital. Assim, ressalta-se que essa investigação é fruto de pesquisas desenvolvidas no Programa de Pós-Graduação de Gestão de Documentos e Governança Arquivística (PPGDARQ) associado entre a Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Em virtude disso, serão realizadas outras investigações e desdobramentos oriundos desse objeto científico – a Literacia Digital, na Arquivologia.

REFERÊNCIAS

AIRES, Luísa. Literacias Digitais: texto orientador. **Repositório Aberto**, Curso de formação para a docência online, mód. 1, jan. 2015. Disponível em: https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/6017/1/Literacias%20Digitais_Texto_Orientador_VF.pdf. Acesso em: 8 de fev. de 2022.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **O arquivista na sociedade contemporânea**. In: BELLOTTO, H. L. Arquivos permanentes: tratamento documental. 2.ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2004. p. 299-306. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Extensao/CEDHUM/texto01.pdf. Acesso em: 7 de mar. de 2022.

CAPOBIANCO, Lígia. **Comunicação e Literacia Digital na internet**: estudo etnográfico e análise exploratória de dados do Programa de Inclusão Digital AcessaSP – PONLINE. São Paulo: Universidade de São Paulo, dissertação de mestrado, 2010. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27154/tde-16062010-110410/publico/LITERACIADIGITALECOMUNICACAO.pdf. Acesso: 6 de fev. de 2023.

ESHET-ALKALAI, Yoham; AMICHAI-HAMBURGER, Yair. Experiments in Digital Literacy. Israel: **CyberPsychology & Behavior**, v. 7, n. 4, p. 221-429, 2004. Disponível em: http://www.openu.ac.il/Personal_sites/download/eshet&Amichai2004.pdf. Acesso em: 13 de fev. de 2023.

GIL, Henrique. A Literacia Digital e as Competências Digitais para a Infoinclusão: por uma inclusão digital e social dos mais idosos. **RE@D - Revista de Educação a Distância e Elearning**, vol. 2, mar. 2019. Disponível em: https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/8103/1/p.%2079-96.pdf. Acesso em: 8 de fev. de 2022.

LOUREIRO, Ana; ROCHA, Dina. Literacia Digital e Literacia da Informação: competências de uma era digital. Portugal: EDUCA2012 - **II Congresso Internacional TIC e Educação**, Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, p. 2726 - 2738, 2012. Disponível em: https://repositorio.ipsantarem.pt/bitstream/10400.15/758/1/artigo-ticeduca2012_ana%26dina_final.pdf. Acesso em: 6 de jan. de 2022.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. In: MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. São Paulo: Atlas, 8. ed., 2017. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7237618/mod_resource/content/1/Marina%20Marconi%2C%20Eva%20Lakatos_Fundamentos%20de%20metodologia%20cient%C3%ADfica.pdf. Acesso em: 6 de jun. de 2024.

NASCIMENTO, Francisco Paulo do; SOUSA, Flavio Luis Leite. **Metodologia da Pesquisa Científica**: teoria e prática. Brasília: Thesaurus, 2016.

OLIVEIRA, Michele Mezari; GIACOMAZZO, Graziela Fatima. Educação e cidadania: perspectivas da literacia digital crítica. São Paulo: **EccoS**, n. 43, p. 153-174, maio/ago. 2017. Disponível em: https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/7393/3536. Acesso em: 14 de fev. de 2022.

PEREIRA, Luís Miguel Gonçalves. **Conceções de literacia digital nas políticas públicas**: estudo a partir do Plano Tecnológico da Educação. Portugal: Universidade de Minho, tese de doutorado, dez. 2011. Disponível em: http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/19825/1/Lu%c3%ads%20Miguel%20Gon%c3%a7alves%20Pereira.pdf. Acesso em: 8 de fev. de 2022.

RODRIGUES, William Costa. **Metodologia Científica**. FAETEC/IST, Paracampi, 2007. Disponível em: http://pesquisaemeducacaoufrgs.pbworks.com/w/file/fetch/64878127/Willian%20Costa%20Rodrigues_metodologia_cientifica.pdf. Acesso em: 22 de set. de 2023.

SANTOS, Ana Carolina Soares et al. A literacia digital nas práticas arquivísticas: uma revisão da literatura. **Cuadernos de Educación y Desarrollo**, v.15, n.10, p. 12522-12545,

2023. Disponível em: https://ojs.europubpublications.com/ojs/index.php/ced/article/view/2098/1697. Acesso em: 6 de jun. de 2024.

SANTOS, Ana Carolina Soares; SANTOS, Eliete Correia dos. Os impactos da literacia digital para a arquivologia contemporânea: a realidade do corpo funcional dos arquivos da CAGEPA, PBPREV e SEAD. João Pessoa: **Archeion Online**, [S. l.], v. 11, n. Edição Especial, p. 20–37, 2023. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/index.php/archeion/article/view/67593. Acesso em: 12 jun. 2024.

SILVA, Armando Malheiro da. Inclusão Digital e Literacia Informacional em Ciência da Informação. Portugal: **Prisma.com**, n. 7, p. 16-43, 2008. Disponível em: https://brapci.inf.br/index.php/res/download/87344. Acesso em: 2 de fev. de 2022.

SILVA, Simone Assis Alves da; CARDOSO, Ana Maria Pereira. Literacia informacional uma revisão sistemática de literatura. São Paulo: **RDBCI**, v.18, e020023, 2020. Disponível em: https://cip.brapci.inf.br/download/146327. Acesso em: 6 de jun. de 2024.

A REDE NACIONAL DE ARQUIVISTAS DAS IFES - ARQUIFES E A TRANSFORMAÇÃO DIGITAL: UMA ANÁLISE DE SUA CONSTITUIÇÃO E SEUS DESAFIOS

THE NATIONAL NETWORK OF ARCHIVISTS OF FEDERAL EDUCATION INSTITUTIONS OF BRAZIL AND DIGITAL TRANSFORMATION: AN ANALYSIS OF ITS CONSTITUTION AND ITS CHALLENGES

Renato Motta Rodrigues da Silva
Universidade Federal Rural de Pernambuco

Resumo

Apresenta um panorama da constituição da Rede Nacional de Arquivistas das Instituições Federais de Ensino, enquanto uma organização voltada para a solução das demandas dos arquivistas e técnicos em arquivo das IFES, categorizando as propostas aprovadas nos Encontros Nacionais de Arquivistas das IFES (ENARQUIFES) considerando as que estão no contexto da transformação digital.

Palavras-Chave: Rede de Arquivistas; Encontro Nacional de Arquivistas; Transformação digital.

Abstract

It presents an overview of the constitution of the National Network of Archivists of the Federal Institutions of Education of Brazil, as an organization directed to the solution of the demands of archivists and architects in this Institution (IFES), categorizing the proposals approved at the National Meetings of IFES Archivists (ENARQUIFES) that are in the context of digital transformation.

Keywords: Network of Archivists; National Congress of Archivists; Digital transformation.

INTRODUÇÃO

Na última década, surgiu no cenário de eventos da Arquivologia Brasileira, os Encontros Nacionais de Arquivistas das IFES (ENARQUIFES), promovido por arquivistas e técnicos em arquivo dessas Instituições Federais de Ensino (IFES), cujas temáticas estão voltadas exclusivamente para a atuação profissional desses profissionais e nos desafios destes, junto aos Arquivos de Universidades e dos Institutos Federais.

A efetiva participação dos arquivistas e técnicos em arquivo, nos fóruns e eventos da Rede Nacional de Arquivistas das IFES (ARQUIFES), reflete em uma mudança da prática arquivística desses profissionais em suas Instituições Federais de Ensino na consolidação de políticas arquivísticas.

A realização periódica dos Encontros Nacionais de Arquivistas das IFES gerou uma efetiva participação destes profissionais, em espaços de formulação de políticas públicas no campo da arquivologia.

Para além do período da pandemia, que trouxe um novo cenário no contexto da produção de documentos predominantemente nato digitais, Flores (2022) aponta que o processo de "transformação digital, salvo exceções, vem ocorrendo nos Arquivos de forma compulsória, sem a devida consideração da área de negócio, em um movimento de fora para dentro, e sem um diagnóstico prévio que avalia a condição do Arquivo".

Nesse sentido, surgem algumas inquietações, de como a Rede ARQUIFES está lidando com esse cenário de transformação digital? E como essa pauta vem sendo tratada pelos profissionais neste fórum?

O objetivo deste trabalho é o de analisar a trajetória da Rede Nacional de Arquivistas das IFES, tendo como parâmetro, a identificação de elementos que apontam para uma discussão sobre a transformação digital, inserida nos ENARQUIFES.

A TRANSFORMAÇÃO DIGITAL PELA PERCEPÇÃO DA REDE ARQUIFES

A Rede Nacional de Arquivistas das IFES surge em função da demanda dos arquivistas e técnicos em arquivo em construir políticas arquivísticas para as suas instituições, enquanto um evento que fomenta discussões teóricas e práticas sobre a arquivologia para e nas IFES, e que englobam visitas técnicas aos arquivos das instituições promotoras, além do compartilhamento de boas práticas entre os seus pares.

Entre 2009 a 2019, a Rede Nacional de Arquivistas das IFES realizou seis ENARQUIFES e aprovou cento e dezoito (118) propostas em cada Encontro realizado, conforme o quadro abaixo:

I ENARQUIFES **2009 - Goiânia-GO**	31 propostas aprovadas Nenhuma propostas voltada para a transformação digital
II ENARQUIFES **2011 - João Pessoa-PB**	13 propostas aprovadas 1 proposta relacionada com a transformação digital
III ENARQUIFES **2013 Belém-PA**	As decisões não foram sistematizadas em resoluções Nenhuma voltadas para a transformação digital
IV ENARQUIFES **2015 Rio de Janeiro-RJ**	30 propostas aprovadas 5 propostas relacionadas com a transformação digital
V ENARQUIFES **2017 - Rio Grande-RS**	14 propostas aprovadas 4 propostas relacionadas com a transformação digital.
VI ENARQUIFES **2019 - Goiás-GO**	30 propostas aprovadas 12 propostas propostas relacionadas com a transformação digital.

Na última década, os principais impactos, no processo da transformação digital nas Instituições Federais de Ensino Superior, para além da Lei nº 14.129, de 29 de março de 2021 que implementou o Governo Digital, podemos relacionados aos seguintes marcos:

1. A publicação da Portaria Normativa SRH/MPOG nº 3, de 18 de novembro de 2011, que criou o Assentamento Funcional Digital - AFD estabelecendo orientação aos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal - SIPEC.
2. O decreto nº 8.539,de 8 de outubro de 2015 da Presidência da República, que dispõe sobre o uso do meio eletrônico para a realização do processo administrativo no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional sobretudo com a publicação do Acórdão 484/2021/TCU.
3. A publicação da Portaria n.º 315/2015/MEC, que determina, em seu artigo 45, a conversão para o meio digital dos documentos físicos do Acervo Acadêmico das Universidades e Institutos Federais

Face a esse contexto, em relação ao quadro acima, o referido trabalho se debruça sobre esses marcos delimitados na transformação digital e realiza uma análise das

propostas da Rede Nacional de Arquivistas das IFES, por meio da identificação da abrangência, aplicabilidade e competência destas propostas e quais estão relacionadas ao processo de transformação digital e o impacto, na reestruturação da Rede Nacional de Arquivistas das IFES.

METODOLOGIA

Para Minayo (1992, p. 16), a metodologia é "o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade". Neste sentido, a metodologia ocupa um lugar central no interior das teorias e está sempre referida a elas".

A trajetória e estruturação da ARQUIFES, engloba a memória dos Encontros Nacionais de Arquivistas das IFES, bem como os aspectos de institucionalização da Rede ARQUIFES.

Os procedimentos metodológicos que foram utilizados neste trabalho, concentraram-se em realizar uma pesquisa documental das fontes primárias e uma coleta e análise de dados.

A análise da interseção entre a noção de memória e o associativismo, enquanto elementos conceituais, visam a compreensão da estruturação da Rede Nacional de Arquivistas das IFES.

O processo de mobilização e consolidação dos atores sociais reflete um processo inerente ao homem que é o de sua sociabilidade. Para Berger & Luckmann (2004, p. 75) "a humanidade específica do homem e sua socialidade são inextricavelmente entrelaçadas" e que portanto, o homem constroi sua própria natureza e neste processo ele se produz a si mesmo.

Na compreensão de Silva & Orrico (2015, p. 97), "a convergência de esforços individuais configuraram uma rede no campo arquivístico que efetiva essa ação coletiva junto ao Estado, visando à institucionalização do espaço universitário da Arquivologia conjugado com a reserva de mercado do arquivista."

Podemos portanto identificar que, o conceito de Associativismo abordado pelos autores, em comparação aos Encontros Nacionais de Arquivistas das Instituições Federais de Ensino Superior, refletem uma latente necessidade desses profissionais na busca, junto aos seus pares, de respostas ao cotidiano institucional e a necessidade de fortalecer coletivamente, o processo de mediação entre o fazer arquivístico com as demandas institucionais.

Portanto, esse trabalho aponta para um estudo analítico das propostas aprovadas no ENARQUIFES, por meio da identificação da abrangência e aplicabilidade, que estão no contexto da transformação digital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os aspectos e requisitos da gestão de documentos digitais, podem ser identificados nas resoluções dos Encontros de Arquivistas das IFES, mas o recente processo de transformação digital trouxe novos desafios para a Rede ARQUIFES.

A análise das propostas aprovadas nos Encontros Nacionais de Arquivistas das IFES, utilizando critérios específicos para identificação da responsabilidade e aplicabilidade, demonstrou que houve um aumento proporcional de elaboração de propostas cuja competência e atribuição para sua execução é da Rede ARQUIFES.

Entre 2009 e 2015, as cinco propostas aprovadas relacionadas ao tema da transformação digital se mostram inconsistentes, no que tange o papel da Rede ARQUIFES na transformação digital.

Elas podem ser agrupadas em três grandes focos: A preocupação da Rede ARQUIFES, com um sistema que contemple um Repositório Arquivístico Confiável RDC-Arq. Que os sistemas adotados nas IFES atendam obrigatoriamente ao Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos (e-ARQ Brasil), além da latente necessidade de se garantir a preservação e salvaguarda dos acervos audiovisuais, sonoros e fotográficos em suporte físico e digital, bem como a migração dos suportes tecnológicos devido à sua obsolescência.

Em 2017, a Rede ARQUIFES passa por uma alteração estrutural significativa e cria uma nova estrutura de funcionamento ainda no V Encontro Nacional de Arquivistas das IFES, na cidade de Rio Grande-RS a partir da criação de grupos de trabalho voltados para o funcionamento até o próximo evento.

Três GTs são voltados para a transformação digital: O GT do Processo Eletrônico Nacional (GT-PEN), o GT de AtoM/RDC-Arq e o GT Assentamento Funcional Digital que contemple a adoção dos critérios arquivísticos para classificação e a identificação dos elementos de preservação do repositório do AFD.

Cabe destacar uma recomendação direta aos arquivistas e técnicos em arquivo cujo enfoque foi o de apontar a necessidade de domínio dos conceitos e legislação necessários para a gestão, preservação e acesso de documentos arquivísticos digitais.

As resoluções de 2019 do X Encontro Nacional de Arquivistas das IFES realizado no Campus da Universidade Federal de Goiás (UFG), refletem o crescimento de propostas voltadas para a Transformação Digital. Elas apontam para um refinamento de funcionamento, metodologia e demanda dos grupos de trabalho em funcionamento, amplia o seu número, com a criação do GT Capacitação em Tecnologia da Informação, cuja finalidade é a de identificar a necessidade de capacitação em Tecnologia da Informação para os Arquivistas das IFES e propor sugestões, bem como buscar elementos circunstanciais, estudos e propostas, que possam conferir aos profissionais, instrumentos para os novos desafios em curso.

Não obstante, a experiência do Grupo de Trabalho de Assentamento Funcional Digital, em promover uma audiência, com o Ministério da Economia e o Instituto Nacional de Serviço Social, ampliou o diálogo da Rede ARQUIFES, com representantes do governo, no sentido de ampliar e fomentar uma reflexão sobre a prática arquivística, no caso do AFD.

A presente pesquisa observou indícios de amadurecimento da Rede ARQUIFES, como espaço de articulação para a elaboração de critérios técnicos sobre a transformação digital, uma vez que os Grupos de Trabalho estão acumulando discussões sobre os temas específicos.

Mas as experiências exitosas de transformação digital são pontuais e não abrangem, de forma homogênea, todas as instituições que participam da Rede ARQUIFES.

O tema aponta para um estudo mais profundo, que possibilitaria identificar quais as instituições, em que o processo transformação digital estão alinhadas, às propostas fomentadas e amplamente debatidas nos Encontros Nacionais de Arquivistas das IFES.

REFERÊNCIAS

ARQUIFES, **Carta de Resoluções: I Encontro Nacional de Arquivistas das IFES**. Goiânia, UFG, 2009 Disponível em: https://cidarq.ufg.br/up/91/o/CARTAI_ENARQUIFES.pdf. Acesso em 05 jun. 2024.

_____. **Programação do III Encontro Nacional de Arquivistas das IFES – ENARQUIFES**. Belém, 2013. Disponível em: http://arquifes.blogspot.com/p/iiienarquifes-ufpa.html. Acesso em 05 jun. 2024.

_____. **Deliberações e Moções do IV Encontro Nacional de Arquivistas das IFES**. Rio de Janeiro, UNIRIO, 2015. Disponível em: http://www.arquivogeral.ufcg.edu.br/arquivos/IV%20Enarquifes.pdf. Acesso em: 06 jun. 2024.

_____. **Resoluções e Moções do V Encontro Nacional de Arquivistas das IFES**. Rio Grande, FURG, 2017. Disponível em http://arquifes.blogspot.com/p/resolucoes.html. Acesso em 07 jun. 2024.

_____. **Carta de Resoluções VI Encontro Nacional de Arquivistas das Instituições Federais de Ensino Superior**. Goiânia, UFG, 2019 Disponível em: https://www.arquifes.com.br/mdocs-posts/carta-de-resolucoes-do-vi-encontro-nacional-de-arquivistas-das-instituicoes-federais-de-ensino-superior/. Acesso em 12 jun. 2024.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 2004.

FERREIRA, Lucia de Fátima Guerra (org). **Anais do 2 Encontro Nacional de Arquivistas das IFES**, 2011, João Pessoa. Editora Universitária UFPB, 2013.

FLORES, Daniel. Transformação digital compulsória que vem acometendo os arquivos, os documentos e arquivistas. Quais subsídios temos para uma tomada de decisão: disruptura ou inovação sustentada? **ARKHÉ** - Boletin Digital de la Asociación Latinoamericana de Archivos - Edición número 65 - Marzo de 2022.

MINAYO, Maria Cecilia de S., **O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde**. São Paulo - Rio de Janeiro: Hucitec/ Abrasco. ed. 1992

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (BRASIL). **Portaria nº 360, de 18 de maio de 2022**. Dispõe sobre a conversão do acervo acadêmico para o meio digital.. 2018. Disponível em: https://abmes.org.br/legislacoes/detalhe/3937/portaria-mec-n-360. Acesso em: 07 maio 2024.

SANTOS, Adrea Gonçalves; MOTTA, Renato Rodrigues da Silva, **O Encontro Nacional de Arquivistas das IFES: uma década dedicada aos arquivos e à gestão documental**. Informação Arquivística, Rio de Janeiro, v. 6, n 1, p. 251 - 269 set. 2018. Disponível em: https://www.aaerj.org.br/ojs/index.php/informacaoarquivistica/article/view/104/92. Acesso em: 6 jun. 2024.

SILVA, Eliezer Pires da; ORRICO, Evelyn Goyannes Dill. **Estado da arte na institucionalização do campo arquivístico no Brasil**. In: MARIZ, A., JARDIM. J. SILVA. S. Novas Dimensões da Pesquisa e do ensino de Arquivologia no Brasil. Rio de Janeiro: Mobile: Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro, 2012 p. 99-113.

COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO NA ARQUIVOLOGIA: MODISMO TEÓRICO OU TENDÊNCIA EM CONSOLIDAÇÃO?

INFORMATION LITERACY IN ARCHIVAL SCIENCE: THEORETICAL FASHION OR CONSOLIDATION TREND?

Renata Lira Furtado
Universidade Federal do Pará

Lucas Thery Monte Verde Silva
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"

Resumo

O objetivo que norteia a pesquisa é identificar a evolução da produção acadêmico-científica sobre Competência em Informação na Arquivologia brasileira no período de 2019 a 2023, a fim de estabelecer um comparativo quantitativo e qualitativo com os resultados apresentados por Furtado em 2019. Os recursos metodológicos adotados foram a Revisão Bibliográfica Sistemática, a Análise de Conteúdo e a Análise Comparativa. Os resultados indicaram que as pesquisas que relacionam Competência em Informação e Arquivologia, seguem um processo de evolução natural, com potencial para inclusão do tema ao arcabouço teórico da área e sua consolidação no rol das novas teorias arquivísticas, inaugurando uma nova geração de arquivistas com atuação direcionada à perspectiva crítica, com foco no processo de emancipação humana, empoderamento e protagonismo social.

Palavras-Chave: Arquivologia; Competência em Informação.

Abstract

The objective that guides the research is to identify the evolution of academic-scientific production on Information Literacy in Brazilian Archival Science in the period from 2019 to 2023, in order to establish a quantitative comparison with the results presented by Furtado in 2019. The methodological resources adopted were Systematic Bibliographic Review, Content Analysis and Comparative Analysis. The results indicated that research that relates Information Literacy and Archival Science follows a process of natural evolution, with the potential to include the topic in the theoretical framework of the area and its consolidation in the list of new archival theories, inaugurating a new generation of archivists working aimed at a critical perspective, focusing on the process of human emancipation, empowerment and social protagonism.

Keywords: Archival Science; Information Literacy

INTRODUÇÃO

A Competência em Informação (CoInfo) é um conjunto de habilidades que contribuem para o aprimoramento do pensamento crítico, analítico e autônomo dos sujeitos em relação ao universo informacional e tecnológico, visando atender individual e coletivamente as necessidades informacionais. Configura-se como uma ferramenta essencial na sociedade contemporânea considerando o volume de informações produzidas e disseminadas, além de contribuir com o processo de emancipação humana e a promoção da inclusão social, representando um diferencial de desenvolvimento socioeconômico (Dudziak, 2008; Furtado, 2019).

A CoInfo surgiu na década de 1970, nos Estados Unidos no contexto da Biblioteconomia, com teorias e práticas direcionadas aos usuários de bibliotecas. Consolidou-se amplamente na Ciência da Informação, evoluindo para um campo multidisciplinar que ultrapassa as bibliotecas e possibilita a ampliação dos seus preceitos a partir de distintas perspectivas. Nesse contexto é possível incluir a Arquivologia na condição de ciência autônoma que se relaciona com a Ciência da Informação e com outras ciências em prol da melhor compreensão de seus fenômenos, como um campo de inserção da Competência em Informação (Furtado, 2019).

Foi a partir desse entendimento que Furtado (2019) no decorrer do seu processo de doutoramento (2015 -2019), buscou investigar a situação da Competência em informação no cenário arquivístico, considerando dentre outras perspectivas, o universo

acadêmico-científico nacional e internacional. A investigação seu deu por meio de uma Revisão Bibliográfica Sistemática (RBS), cujos resultados indicaram uma relação teórica pouco explorada, com baixa produção bibliográfica, tanto no Brasil como no exterior e um elevado potencial de pesquisa.

Diante dos resultados de Furtado (2019), compreende-se a necessidade de investigar uma possível evolução das pesquisas em torno da relação Arquivologia – CoInfo, partindo do pressuposto que o universo acadêmico-científico em torno da referida díade, tem prosperado ao longo dos últimos cinco anos. Assim, o objetivo que norteia a presente pesquisa é identificar a evolução da produção acadêmico-científica sobre Competência em Informação (CoInfo) na Arquivologia brasileira no período de 2019 a 2023 a fim de estabelecer um comparativo quantitativo e qualitativo com os resultados apresentados por Furtado em 2019.

As perspectivas em torno da relação Arquivologia – CoInfo, vão além da ampliação da produção acadêmico-científica e visam sobretudo, contribuir de forma efetiva com a implementação de ações que insiram a CoInfo no cenário arquivístico, tanto na produção acadêmico-científica que é o caminho para consolidação das teorias e ruptura de paradigmas, como na formação de arquivistas, atuando diretamente na promoção da inserção da temática nos Projetos Pedagógicos e Matrizes curriculares dos cursos de graduação em Arquivologia no Brasil (Furtado *et al*, 2023).

Para além do arcabouço teórico e de formação acadêmica, cabe destacar a relevância da Competência em informação a partir de dois atores: o arquivista que em sua atuação profissional se configura como um elo mediador entre arquivos, informações, documentos e processos arquivísticos com a sociedade; e os demais sujeitos que compõe uma macroestrutura arquivística: produtores de documentos e os distintos usuários de informações e documentos arquivísticos.

COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO NO CONTEXTO DA ARQUIVOLOGIA

Desde o seu surgimento da década de 1970, a Competência em Informação tem superado barreiras, atingido avanços significativos tanto no espectro teórico, como prático. Horton Jr (2015) destaca que a CoInfo passou por uma rápida transição: ultrapassou o *status* de teoria abstrata que ocupava no final do século XX para alcançar um lugar estratégico no rol das ferramentas de sobrevivência do século XXI, a partir de uma perspectiva crítica que a situa transversalmente com a Competência Midiática e a Competência Digital.

Ainda são muitos os empecilhos que dificultam a ampla disseminação da CoInfo: a subestimação de sua importância por parte de bibliotecários, arquivistas, profissionais da informação, educadores, administradores, dentre outros e o equívoco conceitual que a coloca como uma ação que promove apenas o ensino de habilidades para lidar com os recursos ofertados pela biblioteca, o treinamento de usuários.

Para Furtado (2019) a CoInfo na Arquivologia não trilhou o mesmo percurso da Biblioteconomia e da Ciência da Informação, tendo em vista: 1) sua origem atrelada ao uso de fontes de informação, técnicas e métodos de estudo e habilidades para pesquisa em bibliotecas; 2) sua consolidação na Ciência da Informação, diante do *status* científico da Arquivologia seccionado entre estudiosos que a consideram abarcada pela Ciência da Informação e estudiosos que a consideram uma ciência autônoma; e 3) a carência de pesquisas arquivísticas que tenham como objeto os sujeitos e os processos de criação, de aprendizado, de resolução de problemas e de tomada de decisão. Tais observações contribuem para a manutenção de barrreiras que dificultam os processos interdisciplinares, a atualização curricular e a formação de arquivistas melhores capacitados.

Nesse contexto, cabe recorrer à reflexão de Trace (2016) que sugere que a Arquivologia se envolva com teorias acadêmicas de outras áreas do conhecimento, visando a ampliação de novas vias de reflexão acerca de questões relevantes para os indivíduos, as instituições e a sociedade. As discussões sobre a inserção da Competência em Informação na Arquivologia, se fundamentam sob essa perspectiva.

No âmbito internacional, as pesquisas em torno da díade Competência em Informação – Arquivologia, surgiram nos anos finais da década de 1990, com pesquisas relacionadas principalmente com as habilidades para o uso de fontes primárias, com destaque para as expressões *Archival Literacy*, *Archival Intelligence* e *Literacy with Primary Sources* (Gilliland-Swetland *et al.*, 1999; Yakel e Torres, 2003).

No Brasil, tais discussões iniciaram-se somente em meados de 2016, com pesquisas direcionadas ao contexto de formação e atuação profissional do arquivista, com discussões em torno da formação básica – cursos de graduação e da formação continuada – cursos de pós-graduação e das possibilidades de inclusão dos preceitos da CoInfo nesses espaços por meio de disciplinas específicas ou com conteúdos transversais nos componentes curriculares.

Nos últimos anos, as pesquisas em torno da CoInfo na Arquivologia têm abordado temáticas amplas e relevantes que ultrapassam as questões em torno da formação e da atuação do arquivista, alcançando os fenômenos informacionais contemporâneos e os processos que envolvem os usuários de arquivos e de informações arquivísticas – estes diretamente envolvidos pelas pesquisas sobre Competência e Inteligência Arquivística.

Numa perspectiva ampla são muitas as definiçoes apresentadas para Competência em Informação desde o seu surgimento. O conceito de CoInfo que melhor se adequa ao contexto arquivístico é o proposto pela *Association of College and Research Libraries* (ACRL), que a define como o conjunto de capacidades integradas que contempla a descoberta reflexiva da informação, a compreensão de como a informação é produzida e valorizada e o uso da informação na criação ética e legal de novos conhecimentos (ACRL, 2016).

As habilidades que compõem a estrutura da CoInfo contribuem para o desenvolvimento da autonomia dos sujeitos, considerando a utilização consciente e ética das informações e dos dos recursos tecnológicos, tanto para atender suas próprias necessidades informacionais como as necessidades do seu meio social. É essencial para todos os indivíduos, especialmente diante dos avanços tecnológicos que impactam diretamente os processos informacionais, a promoção da inclusão social e o pleno exercício da democracia e da cidadania.

No contexto de formação do arquivista, a CoInfo se configura como um instrumento de aprendizagem essencial para o desenvolvimento do profissional no aprimoramento da compreensão crítica da informação: como estudante, independente do grau e com foco no aprendizado ao longo da vida; como profissional, na formação continuada e no exercício da profissão e como cidadão, no desenvolvimento de habilidades para utilizar a informação, seja ela arquivística ou não, em distintos ambientes e situações (Furtado, 2019).

O breve panorama apresentado visa contribuir com a compreensão da necessidade de ampliação das discussões sobre CoInfo na Arquivologia e para o engajamento de arquivistas e pesquisadores da área, que devem ser os responsáveis pelo desenvolvimento das bases epistemológicas, práticas e políticas próprias e adequadas à realidade brasileira.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para alcançar o objetivo proposto recorreu-se à Revisão Bibliográfica Sistemática (RBS), cujos resultados foram analisados à luz da Análise de conteúdo. Adotou-se ainda a análise comparativa, visando cotejar os resultados obtidos com os resultados apresentados por Furtado em 2019. O modelo de RBS utilizado é inspirado na proposta de Levy e Ellis (2006), definido como um recurso metodológico que envolve coletar, conhecer, compreender, analisar, sintetizar e avaliar um conjunto de artigos científicos com o propósito de apresentar um embasamento teórico-científico sobre um determinado assunto. O processo, é estruturado em três fases: Entrada, Processamento e Saída.

Na fase Entrada são identificadas as informações preliminares que serão processadas, incluindo o plano de como a pesquisa será conduzida: o Protocolo da RBS – documento que apresenta as regras e etapas para a realização de uma RBS, contempla as bases de dados científicas, os termos pesquisados, suas combinações, bem como critérios de inclusão, exclusão e classificação dos resultados das buscas. A existência do protocolo facilita a replicação da busca ou seu complemento, permitindo a verificação empírica e diminuindo o esforço da comunidade científica (Conforto *et al*, 2011).

Na fase Processamento são realizadas as buscas, a leitura e análise dos resultados, a documentação e arquivamento dos artigos selecionados, bem como os resultados das buscas e filtros de leitura. As informações documentadas referem-se à quantidade de

artigos encontrados por periódico, quantidade de artigos excluídos etc. Na fase Saída apresenta-se um relatório síntese da bibliografia recuperada e analisada, e se encerra com a discussão dos resultados com vistas a responder a questão e/ou objetivos da pesquisa ou no caso de hipóteses pré-definidas, refutar ou corroborar (Conforto *et al*, 2011).

Optou-se pela Análise de Conteúdo (AC) por compreender a eficácia do recurso quando utilizada para analisar resultados obtidos por meio da RBS. É definida como um conjunto de técnicas de investigação científica utilizadas em ciências humanas e sociais, onde os elementos fundamentais são identificados, numerados e categorizados e as categorias identificadas são analisadas em face de uma teoria específica. O percurso da AC é constituído por três fases: 1) pré-análise, 2) exploração do material e 3) tratamento, interpretação e inferência dos resultados (Bardin, 2011).

Protocolo de Pesquisa

A presente pesquisa foi desenvolvida com base no protocolo de RBS estabelecido por Furtado (2019). O percurso seguiu em duas etapas: 1) a primeira etapa investigou dois periódicos brasileiros específicos da Arquivologia – *Archeion* e Ágora, os Anais do Congresso Nacional de Arquivologia (CNA) e os Anais da Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (Reparq) com o intuito de identificar a presença da temática Competência em Informação, especificamente no universo arquivístico; 2) na segunda etapa, recorreu-se à Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI) e ao Google Acadêmico, a fim de identificar produções em outros recursos da Ciência da Informação, como o Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (Enancib) e outros periódicos.

Para os procedimentos de busca, estabeleceu-se o recorte cronológico de 5 anos – 2019 a 2023, considerando como ponto de partida a pesquisa de Furtado (2019). Não foram estabelecidos filtros para os idiomas uma vez que os recursos investigados são nacionais e as expressões de busca utilizadas foram majoritariamente em português, com exceção da expressão original "*Information Literacy*". Além desta, utilizou-se as expressões "Competência em informação" e "Competência Informacional", todas com aspas duplas – utilizadas sozinhas na etapa 1 e combinadas com os termos Arquivologia e Arquivística para composição das *strings* de busca na etapa 2.

Na pesquisa nos Anais do CNA e nos Anais da Reparq, não foi possível utilizar as '*Strings* de busca'. O processo ocorreu de forma manual, analisando os títulos, resumos e palavras-chave das publicações em cada um dos volumes dos anais.

Adotou-se como critérios de exclusão: (1) Repetição de Resultados – exclusão dos resultados que apareceram mais de uma vez e (2) Aderência à Pesquisa – exclusão dos trabalhos que apesar de terem sido recuperados pelas *strings* de busca, não são aderentes aos temas abarcados na pesquisa. Na pesquisa desenvolvida no Google Acadêmico, cabe

ressaltar que os resultados obtidos foram selecionados a partir da classificação por relevância da própria ferramenta, considerando os primeiros 100 resultados.

APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O que se apresenta nessa seção são os resultados da Revisão Bibliográfica Sistemática, disponibilizados de acordo com a estrutura de pesquisa proposta. O *start* para o desenvolvimento desta pesquisa foram os resultados apresentados por Furtado (2019), acerca da baixa incidência de pesquisas relacionando Competência em Informação e Arquivologia. A pesquisadora investigou os periódicos brasileiros Informação Arquivística, Ágora e *Archeion*, a BRAPCI, os Anais CNA e da Reparq, a partir de um protocolo de RBS, sem a delimitação temporal e de idioma e obteve um total de 10 publicações: 6 resultados na BRAPCI, distribuídos em 5 locais de publicação: 2 publicações em anais do Enancib (2017 e 2018) e nos periódicos Em Questão, Informação & Informação, Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação e Informação & Sociedade – sendo uma publicação em cada veículo.

O percurso adotado no desenvolvimento dessa pesquisa foi inspirado no protocolo de RBS desenvolvido por Furtado (2019), conforme apresentado na seção 3. Na Etapa 1 da pesquisa, foram recuperados 29 artigos, sendo 16 na pesquisa dos periódicos e 13 nos Anais da Reparq. Cabe destacar que nos Anais do CNA não foram localizadas comunicações alinhadas ao tema dessa pesquisa. Na Etapa 2, foram recuperadas 35 publicações na Brapci e 100 no Google Acadêmico[1].

A soma das publicações recuperadas nas duas etapas da pesquisa, totalizaram 164 resultados. Seguiu-se então para a etapa de pré-análise de acordo com a Análise de Conteúdo (Bardin, 2011). Após a leitura do título, resumo e palavras-chave, excluiu-se 124 resultados, de acordo com os critérios pré-estabelecidos – não aderência ao tema e publicação duplicada. Assim o *corpus* da pesquisa configurou-se com 40 publicações a serem analisadas, sendo 17 referentes à primeira etapa e 23 à segunda etapa, conforme indicado no quadro 1:

Quadro 1 – resultados da RBS em 2024

	Fonte investigada	Resultados	Excluídos	Corpus da pesquisa
FASE 1	Informação Arquivística	0	0	0
	Ágora	12	7	5
	Archeion	4	3	1
	Anais da Reparq	13	2	11
	Anais do CNA	0	0	0

FASE 2	BRAPCI	35	16	17
	Google Acadêmico	100	93	6
		164	**121**	**40**

Fonte: Elaborado com resultados da pesquisa

O quadro 2, apresenta um comparativo quantitativo dos resultados obtidos por Furtado na pesquisa de 2019 com os resultados obtidos nessa pesquisa. Observa-se um aumento significativo uma vez que o volume de publicações quadruplicou no período de 5 anos.

Quadro 2 – Comparativo quantitativo dos resultados da RBS: 2019 x 2024

PESQUISA DE FURTADO, 2019		**PESQUISA ATUAL, 2024**	
Fonte investigada	**Corpus da pesquisa**	**Fonte investigada**	**Corpus da pesquisa**
Informação Arquivística	0	Informação Arquivística	0
Ágora	2	Ágora	5
Archeion	0	Archeion	1
Anais da Reparq	2	Anais da Reparq	11
Anais do CNA	0	Anais do CNA	0
BRAPCI	6	BRAPCI	17
----------	----------	Google Acadêmico	6
TOTAL	**10**		**40**

Fonte: Elaborado com resultados da pesquisa

A exploração do material (Bardin, 2011), partiu da totalidade do corpus de pesquisa – 40 publicações. Realizou-se a leitura na íntegra, a fim de conhecer o conteúdo da publicação visando o tratamento, a interpretação e inferência dos resultados. Nessa fase, de análise qualitativa, os resultados foram agrupados em 9 categorias, conforme indicado no Quadro 3:

Quadro 3: Quantitativo dos resultados por categoria

Categorias	**Quantitativo de artigos**
1) Competência em Informação na Formação Acadêmica	6
2) Competência em Informação na Atuação profissional	4

3) Competência em Informação nos Processos Arquivísticos	3
4) Competência em Informação, Arquivologia e Fenômenos Informacionais	7
5) *Archival Literacy e Archival Intelligence*	7
6) Produção científica sobre Competência em Informação na Arquivologia	4
7) Competência em Informação, Arquivologia e Mídias Sociais	2
8) Teorias e reflexões sobre Competência em Informação na Arquivologia	4
9) Competência em Informação e Arquivologia social	3
Total	**40**

Fonte: Elaborado com resultados da pesquisa

Na sequência, apresenta-se uma síntese dos resultados atribuídos à cada uma das categorias. Na **categoria 1 – Competência em Informação na Formação Acadêmica**, foram alocados seis resultados, sendo um na revista Ágora, dois na REPARQ e três na BRAPCI, em periódicos distintos: Acervo, Perspectivas em Gestão & Conhecimento e Convergência em Ciência da Informação. Furtado (2023) apresenta um panorama de pesquisas e ações que visam inserir a CoInfo na formação dos arquivistas; Farias e Furtado (2019) e Furtado, Belluzzo e Vitoriano (2019) discutem a relevância da disciplina Competência em Informação nos cursos de graduação em Arquivologia e na formação do arquivista. Furtado e Santos (2020) apresentam uma estrutura pedagógica que contempla objetivos e conteúdos para uma disciplina de Competência em Informação direcionada à formação do arquivista.

Duas publicações investigaram as habilidades de estudantes de Arquivologia: Lacerda e Llarena (2019) analisam o comportamento informacional e a Competência em informação dos estudantes de Arquivologia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e Mintegui, Silva e Fantinel (2023) relatam ações de literacia digital desenvolvidas com discentes do Curso de Arquivologia da Universidade Federal do Rio Grande (FURG).

A **categoria 2 – Competência em Informação na Atuação profissional**, concentrou 4 resultados, sendo: 2 recuperados no Google Acadêmico, nos periódicos Convergência em Ciência da Informação e Informação & Informação; 1 artigo recuperado pela BRAPCI no período Perspectivas em Gestão & Conhecimento e 1 artigo recuperado nos anais da Reparq. Cada um dos artigos aborda uma perspectiva distinta relacionando CoInfo com a atuação profissional: Furtado e Silva (2019) analisam o papel do arquivista na promoção da cidadania e na garantia de defesa dos Direitos Humanos, tendo como base a abordagem da Competência em Informação e o documento do Conselho Internacional de Arquivos Princípios básicos sobre o papel dos arquivistas na defesa dos direitos humanos.

Silva Junior e Duarte (2020) abordam questões teóricas que circundam a CoInfo direcionada ao arquivista, a fim de compreender os efeitos do paradigma pós-custodial na atuação do arquivista e em suas práticas profissionais. Santos, Pinto e Vitorino (2022) analisam a CoInfo do arquivista no contexto da Agenda 2030, considerando a importância dos arquivos públicos para garantia do acesso às informações e documentos públicos governamentais e Cavalcante e Davanzo (2023) discutem a importância da CoInfo na atuação profissional do arquivista no setor privado.

Na **categoria 3 - Competência em Informação nos Processos Arquivísticos**, foram recuperados 3 artigos, sendo: dois na BRAPCI, nos periódicos: Ciência da Informação em Revista e Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação; no Google Acadêmico, o resultado obtido foi publicado na Informação & Informação. Os artigos de Silva e Furtado (2020; 2021) discutem as relações entre CoInfo, Gestão Documental e Gestão da Informação Arquivística. Furtado e Campos (2021) apresentam a relevância da Competência em Informação para o processo de Avaliação documental, subsidiado pelo modelo da Macroavaliação.

Na **categoria 4 – Competência em Informação, Arquivologia e Fenômenos Informacionais**, foram recuperados 7 trabalhos, sendo: 3 na BRAPCI – 2 em periódicos, Ciência da Informação em Revista e Informação em Pauta e 1 no ENANCIB; 2 no Google Acadêmico nos periódicos Informação em Pauta e Biblos; e 1 na revista Ágora e 1 na Reparq. Moura, Furtado e Belluzzo (2019) inauguram uma discussão profícua, ao mapear as interseções entre o fenômeno Desinformação, a temática Competência em Informação e a Arquivologia no cenário nacional. Furtado e Oliveira (2020) buscaram compreender a percepção dos arquivistas brasileiros sobre o fenômeno desinformação e o papel da Competência em informação nessa interação. Moura (2023) amplia suas pesquisas apresentando o Ecossistema da Desinformação e sua relação com a Informação Arquivística, sustentada pela tríade CoInfo, Competência Midiática e Competência Crítica em Informação, a parir da perspectiva dos usuários. Furtado, Santos e Santos (2022) mapearam a produção bibliográfica relacionada à tríade Arquivologia, Fenômenos informacionais e Competência em Informação, cujos resultados indicaram uma baixa produção bibliográfica, num universo amplo e com grande potencial de pesquisas.

Furtado e Santos (2022) buscaram compreender a situação documental instalada a partir da pandemia de SARS-CoV-2 no Brasil, especialmente acerca dos documentos produzidos e disseminados pelo Governo Federal e possíveis processos de materialização da desinformação, bem como o papel da CoInfo nesse contexto, configurada como um elemento primordial para mitigar os problemas decorrentes das distintas formas de desinformação e dos demais fenômenos informacionais existentes. Nessa mesma perspectiva, Furtado e Feitosa (2023) buscaram compreender a partir de pesquisa empírica no (ex) *Twitter*, como documentos arquivísticos produzidos pelo Governo Federal brasileiro,

no contexto da pandemia de Covid-19 podem ser vetores de processos de desinformação. Lima, Batista e Oliveira (2023) apresentam ações de CoInfo que podem ser desenvolvidas nos arquivos, com vistas ao combate da desinformação, tendo como arcabouço a Agenda 2030, especialmente a meta 16.10, relacionada ao acesso público à informação.

A **categoria 5 – Archival Literacy e Archival Intelligence** abarca 7 trabalhos desenvolvidos entre os anos de 2021 e 2023: 1 trabalho recuperado na revista Ágora, 1 na Reparq e 5 na BRAPCI – sendo um em cada um dos periódicos Ciência da Informação em Revista, Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, Perspectivas em Ciência da Informação e 2 no ENANCIB. As temáticas, consideradas vertentes da Competência em Informação, são resultado da pesquisa de Furtado (2019) até então pouco exploradas em contexto brasileiro e vem sendo examinadas nos últimos anos por Furtado e seus principais interlocutores no que diz respeito à temática: Cavalcante e Santos (Cavalcante e Furtado, 2021a/ 2021b; Santos e Furtado, 2021; Furtado e Santos, 2021; Santos, 2023; Furtado, Cavalcante e Santos, 2022; Santos e Furtado, 2023;). As expressões *Archival Literacy* e *Archival Intelligence* foram traduzidas livremente pelos autores como Competência Arquivística e Inteligência Arquivística, e estão direcionadas para os atores envolvidos direta e indiretamente nos processos arquivísticos: arquivista, produtor de documentos e os distintos tipos de usuários.

A **categoria 6 - Produção científica sobre Competência em Informação na Arquivologia** inclui 4 publicações, sendo 1 no periódico Archeion e 1 na Revista Ágora, 1 na Reparq e 1 na BRAPCI. Furtado (2020) apresenta um panorama das pesquisas desenvolvidas em torno da díade Competência em Informação e Arquivologia e um cenário de perspectivas em torno das temáticas. A pesquisa de Furtado e Santos (2021) sistematiza as pesquisas desenvolvidas a partir da formação e da atuação profissional. Lousada, Mata e Duarte (2023) apresentam uma análise qualitativa da produção científica do ENANCIB e da BRAPCI sobre Competência em informação na Arquivologia e Furtado *et al* (2023) apresentam a trajetória do Grupo de Pesquisa Arquivologia e Competência em Informação a partir das produções.

Na **categoria 7 – Competência em Informação, Arquivologia e Mídias Sociais** incluiu-se dois trabalhos, recuperados na Reparq e Google Acadêmico na Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação. Correa, Gibon e Silva (2021) investigaram a promoção de Competência em Informação no âmbito das redes sociais, em páginas destinadas à temática cujo foco principal seja a divulgação e desenvolvimento da CoInfo. Passos Júnior e Costa (2023) discutem as habilidades dos profissionais que mantem mídias sociais em ambiente de arquivo, elencando nesse contexto a Competência em Informação e a Competência Midiática.

A categoria **8 – Teorias e reflexões sobre Competência em Informação na Arquivologia**, abarcou 4 resultados, sendo 3 na Reparq e 1 na Revista Ágora. Furtado, Belluzzo e Vitoriano

(2019a, 2019b e 2023) apresentam o percurso e os resultados alcançados na pesquisa de doutorado de Furtado (2019), sendo que a publicação de 2023, refere-se à edição especial da Revista Ágora que contemplou os ganhadores do Prêmio Reparq 2022, onde a referida tese recebeu menção honrosa. A pesquisa de Furtado (2023) reflete acerca das perspectivas teóricas e práticas da Competência em Informação no cenário arquivístico (pós)pandêmico.

Na **categoria 9 - Competência em Informação e Arquivologia social**, foram atribuídos 4 resultados, sendo 1 na REPARQ e 2 na BRAPCI - nos periódicos: Liinc em revista e Revista P2P e INOVAÇÃO. A pesquisa de Miguel e Silva (2023), objetiva relatar as principais atividades observadas pelo arquivista recém-formado dutante sua participação no curso Humanos para Transformação Social. Souza e Andrade Neto (2023) questionam a partir a relação da mediação cultural em Arquivos com a Competência em informação, quais têm sido as medidas encontradas pelos Arquivos para suprir as variadas necessidades informacionais de grupos minoritários e como arquivos e arquivistas têm contribuído para o desenvolvimento da equidade informacional na sociedade brasileira. Vieira, Bittencourt e Mariz (2019) estabelecem relações entre a Arquivologia e as humanidades digitais, indicando a Literacia Arquivística como um meio de reconceitualização dos arquivos e de interação entre as instituições arquivísticas e a comunidade, com o objetivo de oferecer aos usuários de arquivo habilidades que o auxiliem e potencialize as formas de pesquisa e o acesso às informações.

A partir da análise qualitativa dos resultados, observou-se uma ampliação em torno das temáticas abordadas: enquanto na pesquisa original (Furtado, 2019) observou-se a possibilidade de apenas 3 categorias – Formação profissional, Atuação profissional e Produção científica, na presente pesquisa elencou-se 9 categorias, conforme indicado no Quadro 3. Cabe destacar também o engajamento da área em inserir as discussões em fóruns já consolidados como a REPARQ, especialmente a edição 2022, que dedicou um Seminário Temático intitulado "A Competência em Informação no horizonte da Arquivologia contemporânea" e o CNA, que em sua edição de 2024, menciona pela primeira vez a Competência em Informação na ementa de um dos seus eixos:

> Eixo 3 – Atuação profissional, práticas formativas e competências na Arquivologia frente à transformação digital: Ementa: Empreendedorismo e inovação. Deontologia. Práticas educativas. Formação. Mediação da informação. **Competência em informação.** Empregabilidade. Associativismo.

Por fim, é possivel indicar que a combinação da análise quantitativa e qualitativa contribuiu para corroborar com o entendimento de que a relação temática investigada não se configura apenas como um modismo teórico e sim como uma tendência em consolidação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O título dessa comunicação destaca uma provocação que tem acompanhado implicitamente as pesquisas e os pesquisadores que relacionam a Competência em Informação com a Arquivologia: seria mesmo apenas um modismo científico ou uma tendência em consolidação? O objetivo foi identificar a evolução da produção acadêmico-científica sobre Competência em Informação (CoInfo) na Arquivologia brasileira no período de 2019 a 2023 a fim de estabelecer um comparativo quantitativo e qualitativo com os resultados apresentados por Furtado em 2019.

Os resultados obtidos em 2024 indicam que as pesquisas que relacionam a Competência em Informação com a Arquivologia, seguem um processo de evolução natural e significativa, especialmente a partir da perspectiva quantitativa: aumento nas publicações – de 10 para 40 e a triplicação dos locais de publicação, especialmente aqueles recuperados pela BRAPCI, que passou de 6 para 17. Sob o ponto de vista qualitativo, observou-se uma ampliação em torno das temáticas abordadas e numa perspectiva institucional observou-se que a díade Arquivologia – Competência em Informação tem transitado nos principais eventos da Arquivologia nacional, como a Reparq e o CNA.

Em resposta ao pressuposto que norteou esta pesquisa é possível afirmar que sim, as pesquisas sobre Arquivologia e Competência em Informação, prosperaram ao longo dos últimos cinco anos. As discussões em torno da referida díade são produtivas e apresentam potencial para inclusão ao referencial teórico da área, bem como sua consolidação no rol das novas teorias arquivísticas.

Cabe aos pesquisadores ampliarem os olhares para temáticas e contextos que escapam ao núcleo duro da área, desenvolverem pesquisas e ações que contribuam com a construção de uma base teórica sólida, visando a formação de uma nova geração de arquivistas com atuação direcionada à perspectiva crítica, com foco no processo de emancipação humana, empoderamento e protagonismo social de todos os atores envolvidos nos processos arquivísticos.

REFERÊNCIAS

ASSOCIATION OF COLLEGE AND RESEARCH LIBRARIES [ACRL]. **Framework for information literacy for higher education**. Chicago: ACRL, 2016.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

CAVALCANTE, Celineide Rodrigues, DAVANZO, Luciana. A importância da competência em informação para a atuação do arquivista no setor privado. In: **Arquivos, democracia e justiça social**. Organização Mariana Lousada Pinha, Marcia Cristina de Carvalho Pazin Vitoriano, Paulo Roberto Elian dos Santos. -- 1. ed. -- São Paulo: ARQ-SP, 2023.

CAVALCANTE, Celineide. R.; FURTADO, Renata Lira. Inteligência arquivística: uma importante estratégia de mediação arquivo-usuário. In: **ENCONTRO NACIONAL DE**

PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 21., 2021, Rio de Janeiro. Anais [...]. Rio de Janeiro: Ibict/UFRJ/ANCIB, 2021a

CAVALCANTE, Celineide. R.; FURTADO, Renata Lira. Panorama sobre Archival Intelligence no cenário internacional. **ÁGORA: Arquivologia em debate**, v. 31, n. 63, p. 1-23, 2021b.

CORRÊA, Sabrina Simões; DE AZEVEDO GIBBON, Camila; SILVA, Luan Soares. Promoção da competência em informação em mídias sociais. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 17, n. 2, p. 1-19, 2021.

CONFORTO, E. C.; AMARAL, D. C.; SILVA, S.L. da. Roteiro para revisão bibliográfica sistemática: aplicação no desenvolvimento de produtos e gerenciamento de projetos. In: 8° CONGRESSO BRASILEIRO DE GESTÃO DE DESENVOLVIMENTO DE PRODUTO. Porto Alegre, 8. 2011, **Anais eletrônicos....**

DUDZIAK, Elizabeth A. Os faróis da sociedade de informação: uma análise crítica sobre a situação da competência em informação no Brasil. *Informação & Sociedade*: Estudos, João Pessoa, v.18, n.2, p. 41-53 maio/ago. 2008.

FARIAS, Laécio Lucas Sousa; FURTADO, Renata Lira. A inserção da competência em informação nos cursos de graduação em arquivologia. **ÁGORA: Arquivologia em debate**, v. 30, n. 60, p. 418-434, 2020.

FURTADO, Renata Lira. **A competência em Informação no cenário arquivístico: uma contribuição teórico-aplicada**. Tese (doutorado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciência, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2019.

FURTADO, Renata Lira; BELLUZZO, Regina Célia Baptista; VITORIANO, Marcia Cristina de Carvalho Pazin. Competência em informação: disciplina necessária à formação do arquivista? **Acervo**, Rio de janeiro, v.32, n. 1, p. 75-91, jan./abr. 2019.

FURTADO, Renata Lira; SILVA, Victor M. O papel do arquivista na defesa dos direitos humanos: em busca de elementos da competência em informação. **Convergência em Ciência da Informação**, v. 2 n. 2, p. 23-43, 2019.

FURTADO, Renata Lira; SILVA, Lucas Thery Monte Verde. Relações entre competência em informação, gestão documental e gestão da informação arquivística. **Ciência da Informação em Revista,** [S. l.], v. 7, n. 3, p. 39–58, 2020.

FURTADO, Renata Lira; SANTOS, Evelyn de Nazaré Oliveira. Objetivos e conteúdos para uma disciplina de Competência em Informação direcionada à formação do arquivista. **ConCI: Convergências em Ciência da Informação**, v. 3, n. 3, p. 4-29, 2020.

FURTADO, Renata Lira. Competência em informação no cenário arquivístico: pesquisas e perspectivas. **Archeion Online**, v. 8, n. 1, p. 27–54, 2020.

FURTADO, Renata Lira; OLIVEIRA, Jenifer Galdino de. O fenômeno desinformação sob a perspectiva dos arquivistas brasileiros: o papel da competência em informação. **Informação em Pauta,** v. 5, n. 2, p. 107-131, 2020.

FURTADO, Renata Lira; SANTOS, Gabriel Jhonatta Pereira. Mapeamento da produção acadêmico-científica sobre competência em informação na arquivologia: da aprendizagem às práticas profissionais. **ÁGORA: Arquivologia em debate**, v. 31, n. 62, p. 1-24, 2021.

FURTADO, Renata Lira; CAMPOS, Emilly Amanda Chucre de. A competência em informação no processo de macroavaliação. **Informação & Informação**, n. 3, v. 26, p. 181-206, 2021.

FURTADO, Renata Lira; SANTOS, Felipe César Almeida. Archival literacy: um diálogo da Arquivologia com a Competência em Informação. **Ciência da Informação em Revista**, Maceió, v. 8, n. 2, p. 55-71, 2021.

FURTADO, R. L.; CAVALCANTE, C. R.; SANTOS, F. C. A. DOS. Competência Arquivística e Inteligência Arquivística como vertentes da Competência em Informação no horizonte da Arquivologia contemporânea. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 27, n. 2, p. 163–192, abr. 2022.

FURTADO, Renata Lira; SANTOS, Maria de Nazaré Coelho dos; SANTOS, Felipe Cesár Almeida. Precisamos falar sobre os fenômenos informacionais contemporâneos no contexto arquivístico. **Informação em Pauta**, v. 7, p. 3, 2022.

FURTADO, Renata Lira; DI PAULA PINHO DOS SANTOS, Catharina. Desinformação e Infodemia: análise de documentos arquivísticos produzidos pelo governo federal no contexto da pandemia de SARS-COV-2 no Brasil. **ÁGORA: Arquivologia em debate**, *[S. l.]*, v. 32, n. 65, p. 1–17, 2022.

FURTADO, Renata Lira; BELLUZZO, Regina Célia Baptista; VITORIANO, Marcia Cristina Carvalho Pazin. Dimensões conceituais para inserção da competência em informação no cenário arquivístico brasileiro. **ÁGORA: Arquivologia em debate**, *[S. l.]*, v. 33, n. 66, p. 1–22, 2023.

FURTADO, Renata Lira. A relevância da competência em informação para o cenário arquivístico (pós)pandêmico. In: **Arquivos, democracia e justiça social**. Organização Mariana Lousada Pinha, Marcia Cristina de Carvalho Pazin Vitoriano, Paulo Roberto Elian dos Santos. -- 1. ed. -- São Paulo: ARQ-SP, 2023.

FURTADO, Renata Lira. Panorama de pesquisas e ações sobre competência em informação no ensino superior em Arquivologia e na formação do arquivista. In: **Arquivos, democracia e justiça social**. Organização Mariana Lousada Pinha, Marcia Cristina de Carvalho Pazin Vitoriano, Paulo Roberto Elian dos Santos. -- 1. ed. -- São Paulo: ARQ-SP, 2023.

FURTADO, Renata Lira; FEITOSA, Amanda Yvaloo Brasil. Documentos Arquivísticos como vetores de desinformação: reflexões por meio do discurso do sujeito coletivo. *In:* **XXIII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**, Aracaju – SE, Anais Eletrônicos, 2023

FURTADO, R. L.; CAVALCANTE, C. R.; COSTA, M. I. M. DA; ALMEIDA DOS SANTOS, F. C.; PINHEIRO MOURA, A. R. A trajetória do Grupo de Pesquisa Arquivologia e Competência em Informação: produções e perspectivas**. Folha de Rosto**, v. 9, n. 1, p. 37-62, 4 abr. 2023.

FURTADO, Renata Lira; BELLUZZO, Regina Célia Baptista; VITORIANO, Marcia Cristina Carvalho Pazin. Dimensões conceituais para inserção da competência em informação no cenário arquivístico brasileiro. **ÁGORA: Arquivologia em debate**, *[S. l.]*, v. 33, n. 66, p. 1–22, 2023.

GILLILAND-SWETLAND, A. J.; KAFAI, Y. B.; LANDIS, W. E. Integrating Primary Sources into the Elementary School Classroom: A Case Study of Teachers' Perspectives. **Archivaria**, v. 1, p. 89– 116, 1999

HORTON, JUNIOR, Forest W. **Overview of information literacy: resources worldwide**. 2. ed. Paris: UNESCO, 2014/2015.

LACERDA, ACPD; LLARENA, RAS. Comportamento informacional e sua contribuição para a construção de competências em informação: uma análise dos estudantes em arquivologia da UFPB. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento, João Pessoa**, v. 9, n. 1, p. 248-265, 2019.

LEVY, Y.; ELLIS, T. J. A systems approach to conduct an effective literature review in support of information systems research. **Informing Science:** International Journal of an Emerging Transdiscipline, v. 9, n. 1, p. 181-212, 2006.

LIMA, Débora Solange Oliveira; DA SILVA BATISTA, Iane Maria; DE OLIVEIRA, Hamilton Vieira. Reflexões sobre a competência em informação nos arquivos, o combate à desinformação e a relação com a Agenda 2030. **BIBLOS**, v. 37, n. 2, p. 31-45, 2023.

LOUSADA, Mariana, MATA, Marta Leandro da, DUARTE, Renato Crivelli. A competência em informação na arquivologia: uma análise qualitativa da produção científica do ENANCIB e da BRAPCI. In: **Arquivos, democracia e justiça social**. Organização Mariana Lousada Pinha, Marcia Cristina de Carvalho Pazin Vitoriano, Paulo Roberto Elian dos Santos. -- 1. ed. -- São Paulo: ARQ-SP, 2023.

MIGUEL, Marcelo Calderari; DA SILVA, Luiz Carlos. Relato de experiências arquivísticas e humanidades: memorial e capacitação em direitos humanos para a transformação social. **P2P E INOVAÇÃO**, v. 9, n. 2, p. 353-362, 2023.

MINTEGUI, Evelin Melo, SILVA, Alice Tavares da, GORETE, Elisângela. Ações de promoção de Literacia Digital no curso de Arquivologia da Universidade Federal do Rio Grande. In: **Arquivos, democracia e justiça social**. Organização Mariana Lousada Pinha, Marcia Cristina de Carvalho Pazin Vitoriano, Paulo Roberto Elian dos Santos. -- 1. ed. -- São Paulo: ARQ-SP, 2023.

MOURA, Ana Roberta Pinheiro; FURTADO, Renata Lira; BELLUZZO, Regina C. Baptista. Desinformação e competência em informação: discussões e possibilidades na Arquivologia. **Ciência da Informação em Revista**, Maceió, v. 6, n. 1, p. 37-57, 2019.

MOURA, Ana Roberta P. Um estudo sobre os efeitos do ecossistema da desinformação na informação arquivística pós custodial: apontamentos acerca da competência em informação e suas vertentes como forma de combate e redução. In: **Arquivos, democracia e justiça social**. Organização Mariana Lousada Pinha, Marcia Cristina de Carvalho Pazin Vitoriano, Paulo Roberto Elian dos Santos. -- 1. ed. -- São Paulo: ARQ-SP, 2023.

PASSOS JUNIOR, Jairo Jacques dos, COSTA, Raí. Inserção de mídias sociais em ambiente de arquivo. In: **Arquivos, democracia e justiça social**. Organização Mariana Lousada Pinha, Marcia Cristina de Carvalho Pazin Vitoriano, Paulo Roberto Elian dos Santos. -- 1. ed. -- São Paulo: ARQ-SP, 2023.

SANTOS, Felipe César Almeida dos; FURTADO, Renata Lira. Archival literacy: estreitando as relações entre a competência em informação com a Arquivologia. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 17, n. esp., p. 1-18, 2021.

SANTOS, Felipe César Almeida; FURTADO, Renata Lira. Competência Arquivística: Archival Literacy no âmbito da Arquivologia brasileira. *In:* **XXIII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**, Aracaju – SE, Anais Eletrônicos, 2023

SANTOS, Felipe César Almeida dos. Competência arquivística: uma vertente da competência em informação no âmbito da Arquivologia. In: **Arquivos, democracia e justiça social**. Organização Mariana Lousada Pinha, Marcia Cristina de Carvalho Pazin Vitoriano, Paulo Roberto Elian dos Santos. -- 1. ed. -- São Paulo: ARQ-SP, 2023.

SANTOS, Luana Lobo; DE SOUZA PINTO, Marli Dias; VITORINO, Elizete Vieira. Arquivistas e o desenvolvimento sustentável: uma abordagem sobre a competência em informação do arquivista na implementação da Agenda 2030. **Informação & Informação**, v. 27, n. 2, p. 26-48, 2022.

SILVA, Lucas Thery Monte Verde; FURTADO, Renata Lira. Gestão da informação arquivística e a competência em informação: relato de pesquisa. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 1-16, jul. 2021.

SILVA JUNIOR, J. E. da; DUARTE, E. N. Competência em informação (CoInfo): nuances trazidas pelo paradigma pós-custodial ao profissional arquivista na atualidade. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, *[S. l.]*, v. 10, n. 2, p. 22–41, 2020.

SOUZA, Rosale de Mattos, ADRADE NETO, Zaltair Ferreira Navarro de. Mediação cultural: competência informacional e equidade social. In: **Arquivos, democracia e justiça social**. Organização Mariana Lousada Pinha, Marcia Cristina de Carvalho Pazin Vitoriano, Paulo Roberto Elian dos Santos. -- 1. ed. -- São Paulo: ARQ-SP, 2023.

TRACE, Ciaran B. Dentro ou fora do documento? Noções de valor arquivístico. *In*: EASTWOOD, T.; MACNEIL, H. **Correntes atuais do pensamento arquivístico.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016. p. 77-106.

VIEIRA, Thiago de Oliveira; BITTENCOURT, Paola Rodrigues; MARIZ, Anna Carla Almeida. As relações entre a arquivologia e as humanidades digitais: a literacia arquivística como meio de interação arquivo e comunidade no acesso à informação. **Liinc em Revista**, v. 15, n. 1, 2019.

YAKEL, Elizabeth; TORRES, Deborah. AI: Archival intelligence and user expertise. **The American Archivist**, v. 66, n. 1, p. 51-78, 2003.

MODELO HIPÁTIA DE PRESERVAÇÃO DIGITAL COMO INOVAÇÃO EM ARQUIVOS

HIPÁTIA MODEL AS AN INNOVATION IN ARCHIVES

Leolíbia Luana Linden
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia

Marilete da Silva Pereira
Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
Universidade de Brasília

Resumo

Estudo que discorre sobre o Hipátia, que é um modelo de preservação digital voltado para a implementação de Repositório Digital Confiável de Arquivos, como inovação em arquivos e objetiva pontuar e analisar as características de inovação no contexto do Modelo Hipátia a partir de sua caracterização. Qualifica-se como uma pesquisa descritiva e bibliográfica e abordagem qualitativa. Apresenta conceitos de inovação e um diagrama simples de interação entre as tecnologias: BarraPres, Archivematica e AtoM. Elenca dimensões de inovação em contraste com o Modelo Hipátia. E por fim, considera que a análise nos permite perceber a consolidação do Modelo Hipátia de preservação digital sob outras perspectivas, à luz de conceitos da inovação. Isso possibilitou a interpretação de que o Modelo se configura como uma iniciativa de inovação no âmbito da arquivologia.

Palavras-Chave: Modelo Hipátia; Inovação; Repositório Digital Confiável de Arquivos.

Abstract

Study that discusses Hipátia, which is a digital preservation model aimed at implementing a Reliable Digital Archive Repository, as an innovation in archives and aims to score and analyze the characteristics of innovation in the context of the Hipátia Model based on its characterization. It qualifies as descriptive and bibliographical research and a qualitative approach. It presents innovation concepts and a simple diagram of interaction between technologies: BarraPres, Archivematica and AtoM. Lists dimensions of innovation in contrast to the Hypatia Model. And finally, it considers that the analysis allows us to perceive the consolidation of the Hypatia Model of digital preservation from other perspectives, in the light of innovation concepts. This enabled the interpretation that the Model is configured as an innovation initiative within the scope of archival science.

Keywords: Hypatia Model; Innovation; Trusted Digital Archive Repository.

INTRODUÇÃO

À medida que novas tecnologias surgem e antigas se tornam obsoletas, a preservação digital se reinventa constantemente. A preservação digital é mais do que o armazenamento de *bits* e *bytes* em servidores remotos, envolve a seleção cuidadosa dos conteúdos a serem preservados, a utilização de padrões de codificação duradouros e a implementação de estratégias sólidas de gerenciamento de dados, contudo, desafios significativos permeiam esse campo.

Na intenção de minimizar esses obstáculos, são conduzidos no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), diversos projetos que contribuem para o avanço das aplicações tecnológicas no campo dos arquivos e da preservação digital. Dentre esses projetos, destaca-se o Hipátia, que é um modelo de preservação digital voltado para a implementação de Repositório Digital Confiável de Arquivos (RDC-Arq), estabelecendo um padrão de integração entre o barramento, o repositório de preservação e o de disseminação para a implementação do RDC-Arq (Hipátia[1], 2024).

O Modelo Hipátia teve sua gênese em um projeto de pesquisa em parceria entre o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict) e o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT) que visou a preservação digital do Diário de

1 Disponível em: https://hipatia.ibict.br/.

Justiça Eletrônico (DJe). Com o progresso da pesquisa, o Modelo expandiu para incluir outros aspectos relacionados à preservação digital arquivística, o que resultou na concepção do Modelo como a proposta do Ibict para a estruturação de RDC-Arq (Braga, 2022).

Atualmente, o Ibict tem parcerias estabelecidas com diversas instituições para a implantação do Hipátia, dentre elas o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, o Tribunal de Justiça de Rondônia, o Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, o Tribunal de Contas da União e o próprio TJDFT.

Nesse panorama, o Modelo Hipátia tem sido aplicado em diversos cenários organizacionais, obtendo resultados eficazes em relação à conformidade com o modelo *Open Archival Information System* (OAIS), que define um quadro teórico e prático para a construção de um RDC-Arq. A estrutura do OAIS é vital para qualquer sistema de preservação digital que almeja efetividade e conformidade com as melhores práticas internacionais.

Diante dessa perspectiva, o objetivo deste estudo é pontuar e analisar as características de inovação no contexto do Modelo Hipátia de Preservação a partir de sua caracterização.

TRANSFORMAÇÃO DIGITAL, INOVAÇÃO E ARQUIVOLOGIA

A transformação digital configura-se como um fenômeno inevitável, revestido de importância tanto na realidade presente quanto nas projeções futuras, envolvendo um complexo processo de adaptação aos ambientes digitais. A sociedade contemporânea é demandada a responder a essas transformações e exigências, impulsionada por uma evolução contínua e pela crescente acumulação de dados. Nesse sentido, torna-se relevante compreender as tendências emergentes e identificar as competências necessárias que os profissionais da informação devem possuir para desempenhar as funções de gestão e curadoria nesse novo cenário (Reyes *et al.*, 2007).

Nessa perspectiva, a transformação digital usa de aspectos de inovação promovendo a implementação de processos e serviços que impulsionem mudanças nos fluxos de trabalho e no modo de gestão, inaugurando os usos de novas metodologias e novas ferramentas que sejam capazes de tensionar boas práticas de transformação digital adequadas ao contexto organizacional.

Flores (2018) indica que para que a implementação de transformação digital aplicada aos arquivos tenha efeito, é necessário primeiro compreender que essa transformação visa distinguir o cenário contemporâneo das práticas tradicionais por meio da inovação no âmbito da arquivologia. Além disso, considera-se que a transformação digital pode se manifestar de duas formas: 1) "inovação sustentada", que é a mais desejável, ajustada e valorizada pela área e pela disciplina; e 2) "disrupção tecnológica", que, embora menos desejada, ainda assim, suscita preocupação e exige intervenções no campo da arquivologia e na prática dos arquivistas.

Essa interpretação é advinda dos conceitos sustentados por Christensen, Horn e Staker (2013), que assinalam esses dois tipos básicos de inovação que seguem diferentes trajetórias e levam a diferentes resultados. Sendo que

> Inovações sustentadas ajudam organizações líderes ou inovadoras a criarem melhores produtos ou serviços que frequentemente podem ser vendidos com maiores lucros a seus melhores clientes. Elas servem aos consumidores existentes de acordo com a definição original de desempenho – ou seja, de acordo com o modo como o mercado historicamente definiu o que é bom (Christensen, Horn e Staker, 2013 p. 1).

No contexto da arquivologia, essas inovações permitem que as instituições aprimorem suas práticas e tecnologias de gestão de documentos, mantendo-se alinhadas às expectativas estabelecidas pela sociedade. Ao aprimorar a gestão, a preservação, a eficiência, a segurança e a acessibilidade dos arquivos, essas inovações não apenas atendem, mas também excedem os padrões de desempenho historicamente aceitos, garantindo que as instituições arquivísticas continuem a oferecer valor elevado e relevância contínua para seus usuários.

Promovida por meio da inovação sustentada, a transformação digital no cenário dos arquivos, é baseada em preceitos que reafirmam o seu compromisso com as demandas sociais e por assumir um protocolo analítico consolidado pela ciência, que seja possível problematizar, analisar, coletar, investigar, discutir por meio de revisão de literatura e orientações de boas práticas, não somente pelo desejo e interesse de mercado. Nesse cenário,

> As inovações disruptivas, por sua vez, não procuram trazer produtos melhores para clientes existentes em mercados estabelecidos. Em vez disso, elas oferecem uma nova definição do que é bom – assumindo normalmente a forma de produtos mais simples, mais convenientes e mais baratos que atraem clientes novos ou menos exigentes. Com o tempo, elas se aperfeiçoam o suficiente para que possam atender às necessidades de clientes mais exigentes, transformando um setor [...] (Christensen, Horn e Staker, 2013 p. 2).

Assim, o que se busca, no âmbito da Arquivologia e dos Arquivos, é que as transformações digitais ocorram por meio de inovações sustentadas, e não por inovações disruptivas. O ideal é que o progresso tecnológico se realize de maneira gradual e em harmonia com as estruturas preexistentes no contexto institucional, preservando a continuidade e a integridade dos preceitos arquivísticos, ao invés de subverter as bases estabelecidas por rupturas abruptas que possam desestabilizar o campo.

Flores (2018) indica que é necessário desenhar os contornos dos cenários onde ocorreram disrupções tecnológicas nos Arquivos e na Arquivologia, utilizando como balizas os eventos já experimentados, como é o caso da digitalização – que pode ser vista como o portal de entrada para a transformação digital.

A questão da digitalização de documentos arquivísticos no Brasil tem se desenrolado como uma construção sem alicerces, onde os princípios arquivísticos são deixados à margem. Essa digitalização, quando relegada a simples pastas, armazenada em storages ou dispersa em websites, sem ancoragem em referenciais arquivísticos, atua como uma tempestade que varre o campo, desconectando a prática de seus fundamentos e inaugurando um espaço de desordem e ruptura. É a emergência de uma disrupção tecnológica que, ao invés de erguer pontes sobre os preceitos arquivísticos, cria abismos que distanciam o presente das boas práticas.

Nesse contexto, enfatiza-se ainda mais a relevância de uma inovação sustentada no âmbito dos arquivos, ao invés de uma inovação disruptiva. Por meio da inovação sustentada na transformação digital encontra possibilidades de implementação de modo gradual e coerente, com estratégias adotadas a partir do delineamento do cenário arquivístico institucional, elaborado por meio de um diagnóstico ou análise situacional.

O conceito de inovação tem sido amplamente explorado no desenvolvimento de serviços de informação, onde conceitos e definições são relacionados para fornecer suporte à compreensão dos métodos sugeridos para fomentar e agilizar processos inovadores. Esse processo alinha-se com as necessidades da organização e da sociedade (Sena, 2022).

Na Arquivologia, as aplicações acerca do conceito de inovação em direção à disciplina ainda são tímidas e carecem de uma maior exploração por meio de estudos que nos proporcionem compreender de modo amplo os aspectos de inovação no contexto dos arquivos, da arquivologia e dos arquivistas. Em suma, muitos estudos realizados até então indicam a prática da inovação em arquivos simplesmente com a implementação de tecnologias para tal (Costa; Tomaél, 2012; Horimi; Zaninelli, 2019; Santos, 2019).

Ao mesmo tempo, é fato que os preceitos que caracterizam a Arquivologia enquanto disciplina científica, estão direcionando-se para a abordagem de uso das tecnologias da informação mediante as facilidades do acesso e difusão do conhecimento contido nos documentos gerados durante as práticas administrativas de organizações (Costa; Tomaél, 2012; Roncaglio, 2020).

A inovação pode ser caracterizada como:

> Um produto ou processo novo ou melhorado (ou junção de ambos) que distingue significativamente dos produtos ou processos produzidos anteriormente pela unidade e que tenha sido disponibilizado para o público potencial (produto) ou utilizado pela unidade (processo) (Oecd; Eurostat, 2018, p. 60, tradução nossa).

Ressalta-se que a inovação é orientada pela habilidade de fazer relações, de visualizar oportunidades de tirar vantagens. A inovação está ligada ao ato de desenvolver algo que se diferencie do que já existe. É essencialmente focada em três fatores principais: Geração de novas ideias; Seleção das melhores alternativas; e sua Implementação (Bessant; Tidd, 2009)

Dessa forma, parte-se do pressuposto que seja uma questão de conhecimento, para que seja possível criar novas possibilidades por meio da combinação de diferentes conjuntos de conhecimentos (Tidd; Bessant; Pavitt, 2008, p. 35).

Pode ocorrer resumidamente em quatro diferentes dimensões de mudança: 1) Inovação de produto – mudanças nas coisas (produtos/serviços) que uma empresa oferece; 2) Inovação de processo – mudanças nas formas em que as coisas (produtos/serviços) são criadas e oferecidas ou apresentadas ao consumidor; 3) Inovação de posição – mudanças no contexto em que produtos/serviços são introduzidos; 4) Inovação de paradigma – mudanças nos modelos mentais básicos que norteiam o que a organização faz (Bessant; Tidd, 2009).

> A utilização de informações internas e externas à organização possibilita que ocorra a aprendizagem organizacional e o aumento de suas bases de conhecimento possibilitando maximizar o poder de **inovação**. Entender a informação como um insumo que necessita ser selecionado, tratado, armazenado, disseminado e utilizado é fator crucial para que a organização tenha a capacidade de se manter competitiva diante das turbulências e das imposições de mercados cada vez mais competitivos, complexos e dinâmicos (Araújo; Silva; Rados, 2017, p. 17).

Araújo, Silva e Rados (2017) discutem o papel da informação como catalisadora de inovação nas organizações. Nesse contexto, ressaltamos o documento como suporte da informação associado ao conceito de informação orgânica (Rousseau; Couture, 1998). A partir desse entendimento assinala-se os documentos como articuladores da tomada de decisões e o gerenciamento dos fluxos informacionais relacionados à produção de bens ou serviços. Implementar práticas eficazes de gestão de documentos é, portanto, não apenas necessário, mas urgente para garantir o sucesso das atividades administrativas e organizacionais. Isso significa que a promoção da gestão, preservação e acesso aos documentos podem ser compreendidos como iniciativas de inovação, a depender do contexto.

Flores (2018, p. 72) nos orienta que "a inovação tecnológica está muito ligada aos referenciais da Ciência, da Academia, da cientificidade". Portanto, a inovação tecnológica está profundamente enraizada no solo fértil dos referenciais bibliográficos, das normativas e das boas práticas consensuais. Tal inovação não floresce no vazio, mas se nutre das estruturas epistemológicas e dos paradigmas rigorosamente cultivados pela trajetória da arquivologia ao longo do tempo. É como um rio que flui através do

vale da erudição, sendo continuamente alimentado pelas fontes do conhecimento acumulado, e guiado pelas margens da metodologia científica, que lhe conferem direção e propósito.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Quanto à metodologia, as questões centrais associadas aos objetivos, demonstram que se tratou de uma pesquisa qualitativa enquadrada como "[...] um meio para explorar e para entender o significado que os indivíduos ou os grupos atribuem a um problema social ou humano" (Creswell, 2010, p. 43), por buscar expor as características de inovação associadas à implementação do Modelo Hipátia de Preservação Digital.

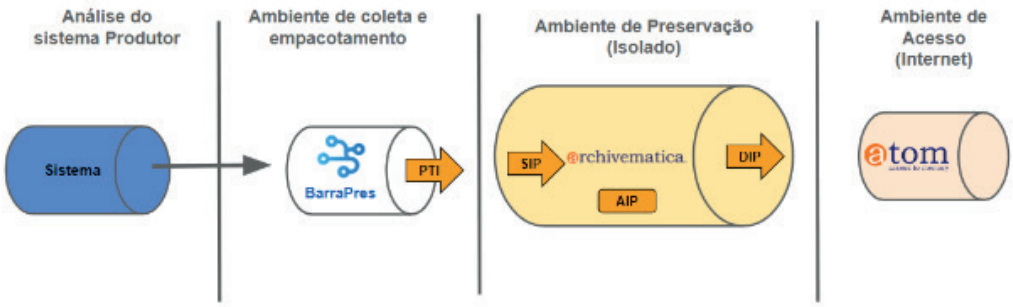
Pontua-se que o estudo delineou-se como descritivo, cujo escopo se construiu pela análise bibliográfica seletiva. A análise bibliográfica seletiva é centrada na seleção de características teóricas sobre inovação identificadas na obra de Bessant; Tidd (2009) a serem contrastadas com as características do Modelo Hipátia de Preservação Digital.

MODELO HIPÁTIA DE PRESERVAÇÃO DIGITAL NO CONTEXTO DA INOVAÇÃO

A implementação do Hipátia em diferentes contextos institucionais é desenvolvida por meio de projetos de pesquisa, que tem como finalidade incorporar diferentes aspectos de preservação à sua efetivação, iniciativas como: estudos sobre Lei de Acesso à Informação (LAI) e Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) aplicado à preservação digital, desenvolvimento de sistema de validação de metadados para documentos digitalizados, entre outros.

De acordo com Flores (2023), atualmente, Hipátia é reconhecido como uma das poucas iniciativas que consegue efetivamente aplicar os princípios teóricos mais recomendados pela literatura, bem como os requisitos normativos sugeridos por organismos nacionais e internacionais para a preservação digital.

Figura 1 - Diagrama da interação entre as tecnologias: BarraPres, Archivematica e AtoM



Fonte: Elaborado pelas autoras, 2024.

Na Figura 1 é possível identificar a interação sistêmica que o Modelo de Preservação Hipátia proporciona a partir de diferentes tecnologias, baseado no padrão normativo do OAIS, RDC-Arq e demais, com os seguintes elementos:

- **Sistema produtor:** sistemas de negócio que produz documentos no âmbito das atividades da instituição;

- **BarraPres:** solução tecnológica de código aberto desenvolvido pelo Ibict, é um barramento que atua como um sistema de comunicação que transfere dados entre componentes da arquitetura;

- **Archivematica:** sistema de código aberto, responsável por orquestrar as ações de preservação previstas nos padrões normativos;

- **AtoM:** sistema de código aberto, utilizado para descrições arquivísticas baseadas em padrões de acesso.

A estrutura de arquitetura tecnológica demonstrada na Figura 1 e posteriormente descrita, resulta em um ecossistema de sistemas de informação que possibilitam a implementação do RDC- Arq, enquanto um ambiente de preservação e acesso aos documentos arquivísticos digitais pelo tempo que for necessário. Esse ecossistema, composto pelos sistemas de negócio institucionais, pela solução tecnológica BarraPres desenvolvida pelo Ibict e pelos sistemas de preservação e acesso de código aberto, constituem o que denominamos de Modelo Hipátia de preservação digital.

São inúmeros os normativos e padrões, nacionais e internacionais, que buscam parametrizar as práticas de gestão, preservação e acesso aos documentos arquivísticos digitais. Esses referenciais compõem a base técnica e teórica da concepção do Modelo Hipátia. Quando o Modelo Hipátia é aplicado em diferentes realidades organizacionais, se faz necessário promovermos algumas adaptações para tornar a parametrização do modelo e de suas tecnologias aderentes ao seu cenário institucional.

> Embora exista todo um normativo a ser considerado, bem como diversos guias e orientações de boas práticas, uma vez que se tem a intenção de permitir a aplicação para qualquer sistema informacional que faça a gestão de documentos digitais, há também a necessidade de se permitir que sejam feitas personalizações no processo a fim de que as peculiaridades de cada instituição sejam atendidas. (Braga, 2020, p.55).

Essa perspectiva nos conduz à necessidade de investigar e analisar de que maneira essa personalização, conforme apontada por Braga (2020), acontece. Assim, percebe-se

que esse tensionamento da teoria, normatização e boas práticas em direção as adequações necessárias ao cenário organizacional, ou seja, ambientando as ferramentas tecnológicas ao panorama institucional.

Dessa forma, a implementação do Modelo Hipátia vai além de instalação de tecnologias, mas se aprofunda na compreensão do contexto organizacional ao compreender a maturidade arquivística e tecnológica da instituição, desenvolvendo estudos e pesquisas de base científica que proporcionem as reflexões necessárias para a promoção dos processos de mudança organizacional rumo à transformação digital sempre atenta aos instrumentos de gestão e de governança arquivística. Essa característica enfatizada é delineada pelo perfil de pesquisa aplicada que cada um dos projetos do Modelo Hipátia possui.

Hipátia: Inovação em Preservação Digital

Diante das categorias de inovação, as mudanças provocadas pela implementação da iniciativa inovadora poderão provocar mudanças e transformações digitais em diferentes dimensões pontuadas a partir do entendimento de (Bessant; Tidd, 2009).

No quadro 1, ficam dispostas as diferentes dimensões de inovação que contrastam respectivamente com as características de implementação do modelo hipátia, como é possível observar

Quadro 1: Dimensões de Inovação em contraste com o Modelo Hipátia

DIMENSÕES DE INOVAÇÃO	CARACTERÍSTICAS HIPÁTIA
Inovação de produto	Dimensão de **inovação de produto** contemplada na proposição de novas práticas de preservação digital, ofertando o acesso à longo prazo aos documentos (RDC-Arq) e na adoção de software que possibilitam o acesso online (AtoM).
Inovação de processo	Dimensão de **inovação de processo** contemplada com a recomendação de fluxos de preservação digital conforme explicitados na Figura 1, baseado nos preceitos do modelo, a partir de normativas e boas práticas para preservação digital.
Inovação de posição	Dimensão de **inovação de posição** contemplada com a oportunidade de que as instituições que implementam o modelo possam ser submetidas à auditorias relacionadas à implementação de normativas de preservação digital (OAIS, RDC-Arq, TRAC).
Inovação de paradigma	Dimensão de **inovação de paradigma** contemplada por meio da natureza de implementação do modelo de preservação por meio de projetos de pesquisa, que não se resume apenas à implementação e uso das tecnologias, mas também ao processo de transferência de conhecimento por meio de capacitações que são coordenadas a partir das boas práticas, com o objetivo de redefinir as bases do pensamento e das práticas institucionais.

Fonte: as autoras com base em Bessant e Tidd (2009).

Ressalta-se que para a finalidade de análise, a implementação do Modelo Hipátia de Preservação Digital representa a proposição de novas práticas e/ou melhorias em práticas de preservação em diferentes contextos organizacionais, criando novas metodologias e práticas de preservação que estejam em aderência à realidade organizacional, diferente das estratégias adotadas anteriormente, caracterizando-se assim como uma inovação que possui contrastes em diferentes perspectivas e dimensões.

Para além das dimensões da inovação, destaca-se a caracterização do Modelo Hipátia como inovação sustentada ao enfatizar a interseção entre conhecimento, cientificidade, contexto institucional e aplicações tecnológicas. Ao integrar essas premissas, o modelo Hipátia contribui para a criação sistematização de soluções que não apenas atendem às demandas imediatas do mercado, mas que também promovem um desenvolvimento equilibrado e sustentável, alinhado com os valores sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir desse estudo, destaca-se a necessidade da Arquivologia ampliar seu entendimento e tensionamento com os conceitos de inovação, enquanto questão de conhecimento e habilidade de construir relações, e que deve ser amplamente fomentada para permitir novas possibilidades de melhoria na gestão e preservação de arquivos. Ademais, a disciplina não apenas se moderniza, mas também se encaminha para o âmbito de necessidades contemporâneas, contribuindo de maneira significativa para o avanço do campo e para a sociedade como um todo.

A análise nos permite perceber a consolidação do Modelo Hipátia de preservação digital sob outras perspectivas, à luz de conceitos da inovação. Isso possibilitou a interpretação de que o Modelo se configura como uma iniciativa de inovação no âmbito da arquivologia.

Foi possível identificar que a implementação do Modelo Hipátia reflete uma inovação sustentada em cientificidade, fazendo o uso de teorias, normativas e boas práticas advindas das áreas de conhecimento da Arquivologia e da Tecnologia da Informação, proporcionando assim a garantia de autenticidade de documentos digitais e digitalizados, assim como a promoção da preservação e acesso ao patrimônio documental.

Ressalta-se a relevância de discutir demais assuntos em pesquisas futuras, tais como o detalhamento das etapas do Modelo Hipátia e das normativas nacionais e internacionais que o modelo tenha aderência, assim como estudos que endossam e caracterizam diferentes aplicações de intervenções arquivísticas como inovação.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, W. C. O.; SILVA, E. L; RADOS, G. J. V. Inovação, Competitividade e Informação: breves reflexões. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, v. 7, n. 2, p. 98-121, 2017.

BESSANT, Joe.; TIDD, Joe. **Inovação e empreendedorismo**. S/L: bookman, 2009.

BRAGA, T. E. N. O modelo Hipátia: a proposta do Ibict para a preservação digital arquivística. In: BRAGA, T. E. N.; MÁRDERO ARELLANO, M. Á. (org.). **Hipátia: modelo de preservação para repositórios arquivísticos digitais confiáveis**. Brasília: Ibict, 2022. p. 52-65. (Informação, Tecnologia e Inovação, v. 1). DOI 10.22477/9786589167501.cap4. Disponível em: http://labcotec.ibict.br/omp/index.php/edcotec/catalog/view/livrohipatia/136/943. Acesso em: 4 abr. 2024.

COSTA, E. dos S.; TOMAÉL, M. I. **A Inovação e a Arquivologia: conceito e ciência para a sociedade.** In: V Congresso Nacional de Arquivologia. Salvador-BA, 2012. Disponível em: http://arquivistica.fci.unb.br/wp-content/uploads/tainacan-items/476350/827885/AnaisVCNA2012-111-119.pdf. Acesso em: 16 jun. 2024.

CHRISTENSEN, C. M.; HORN, M. B.; STAKER, H. **Ensino Híbrido: uma Inovação Disruptiva? Uma introdução à teoria dos híbridos**. Tradução de Fundação Lemann e Instituto Península. [S.l.]: Clayton Christensen Institute, 2013. Disponível em: https://www.pucpr.br/wp-content/uploads/2017/10/ensino-hibrido_uma-inovacao-disruptiva.pdf. Acesso em: 13 jun. 2024.

FLORES, D. Requisitos para as Plataformas de Acesso, Descrição Difusão de Documentos Eletrônicos. 2021. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=aPtZbDKtvOc. Acesso em: 13 jun. 2024.

FLORES, D. Transformação digital por inovação sustentada ou tecnologias disruptivas em arquivos. In: CAMPOS, M. L. A *et al.* (org.). **Produção, tratamento, disseminação e uso de recursos informacionais heterogêneos**. Niterói: IACS/UFF, 2018. p. 71-79. (Estudos da Informação, v. 5). Disponível em: https://ppgci.uff.br/wp-content/uploads/sites/86/2019/11/PPGCI-VSEI-livro5.pdf. Acesso em 13 ago. 2024.

HORIMI, D; ZANINELLI, T. B. **Inovação no contexto dos serviços arquivísticos: conceitos introdutórios**. In: VIII Seminário em Ciência da Informação, 2019. Disponível em: https://www.uel.br/eventos/cinf/index.php/secin2019/secin2019/paper/viewFile/561/376. Acesso em: Acesso em: 11 jun. 2024.

OCDE; EUROSTAT. **Oslo Manual: Guidelines for Collecting, Reporting and Using Data on Innovation**. 4 ed. Paris/Luxembourg: OECD Publishing/Eurostat, 2018. Disponível em: https://doi.org/10.1787/9789264304604-en. Acesso em: 16 jun. 2024.

REYES, A. et al. Gestor e curador da informação: tendências, perfis e estratégias de reconhecimento. **Páginas a&b**, [S.l.], v. 3, n. 7, p. 3-15, 2017. Disponível: http://ojs.letras.up.pt/index.php/paginasaeb/article/view/2835. Acesso em 13 ago. 2024.

RONCAGLIO, C. A comunicação científica em arquivologia no brasil com temáticas relacionadas à tecnologia digital (2001-2018). **Informação & Informação**, v. 25, n. 4, p. 235-255, 2020. Disponível em: DOI: 10.5433/1981-8920.2020v25n4p235. Acesso em: 11 jul. 2023.

ROUSSEAU, J.; COUTURE, C. **Os fundamentos da disciplina Arquivística**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

SANTOS, H. P. Humanidades Digitais: Impactos da inovação tecnológica na Arquivologia e Documentação. **PontodeAcesso**, [S. l.], v. 13, n. 1, p. 65–86, 2019. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/26359. Acesso em: 16 jun. 2024.

SENA, P. Inovação para o desenvolvimento de serviços de informação. **ConCI: Convergências em Ciência da Informação**, Aracaju, v. 5, n. dossiê, p. 1–24, 2022. DOI:

10.33467/conci.v5i.16943. Disponível em: https://periodicos.ufs.br/conci/article/view/16943. Acesso em: 16 jun. 2024.

TIDD, Joe; BESSANT, Joe.; PAVITT, Keith. **Gestão da inovação**. 3 ed. Porto Alegre: Bookman, 2008.

O CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO TRANSFORMAÇÃO DIGITAL EM GESTÃO DOCUMENTAL: A IDEALIZAÇÃO FRENTE A UMA NECESSIDADE

THE DIGITAL TRANSFORMATION IN DOCUMENT MANAGEMENT SPECIALIZATION COURSE: IDEALIZATION IN THE FACE OF A NEED

Diana Vilas Boas Souto
Universidade Federal do Espírito Santo

Luciana Itida Ferrari
Universidade Federal do Espírito Santo

Margarete Farias de Moraes
Universidade Federal do Espírito Santo

Tânia Barbosa Salles Gava
Universidade Federal do Espírito Santo

Resumo

Apresenta o processo de elaboração do Curso de Especialização "Transformação Digital em Gestão Documental" (modalidade semipresencial) oferecido pelo Sistema UniversidadES, Programa Universidade Aberta Capixaba e pelo Departamento de Arquivologia da Universidade Federal do Espírito Santo. Descreve o processo de idealização do curso, sua aprovação e implementação, e indica os frutos iniciais e os resultados esperados. A pesquisa é aplicada, descritiva, com abordagem qualitativa. A coleta de dados foi realizada por pesquisa bibliográfica e documental, bem como pela aplicação de um questionário. O trabalho apresenta como resultado o processo de idealização, aprovação e implementação, e alguns dados iniciais observados a partir do desencadeamento das disciplinas do curso de especialização. A conclusão preliminar remete a uma necessidade de trazer aos egressos da área de arquivos e demais áreas conhecimentos acerca das tecnologias de informação e comunicação que perpassam o universo

1 os resultados obtidos foram selecionados a partir da classificação por relevância da própria ferramenta, considerando os primeiros 100 resultados.

em torno da informação presente nos arquivos. Espera-se contribuir com a promoção de mecanismos que auxiliem na atualização profissional e a aproximação com outras áreas do conhecimento.

Palavras-Chave: Especialização; Transformação digital em gestão documental; Gestão de documentos digitais; Preservação digital.

Abstract

This text presents the process of developing the Specialization Course "Digital Transformation in Document Management" (semi-presential mode) offered by the UniversidadES System, Capixaba Open University Program and the Department of Archivology at the Federal University of Espírito Santo. It describes the process of idealizing the course, its approval and implementation, and indicates the initial fruits and expected results. The research is applied and descriptive, with a qualitative approach. Data was collected using bibliographical and documentary research, as well as a questionnaire. The results of the work include the process of idealization, approval and implementation, as well as some initial data observed from the disciplines of the specialization course. The preliminary conclusion is that there is a need to provide graduates in the field of archives and other areas with knowledge about the information and communication technologies that permeate the universe of information present in archives. We hope to contribute to the promotion of mechanisms that help to update professionals and bring them closer to other areas of knowledge.

Keywords: Specialization; Digital transformation in document management; Digital document management; Digital preservation.

INTRODUÇÃO

A partir da década de 1990, com o advento da internet e popularização dos computadores pessoais, iniciou-se uma transformação digital nas instituições públicas e privadas, gerando várias mudanças na sociedade, principalmente em relação à forma de produção, gestão, preservação e acesso dos documentos. A partir deste momento, a gestão documental passa por uma mudança de paradigma, onde os documentos produzidos e geridos

nos ambientes analógicos são migrados, produzidos e geridos em ambientes digitais. Além disso, acrescenta-se o desafio da preservação digital do patrimônio documental neste novo ambiente devido rápida obsolescência tecnológica, tal como mencionado por Santos e Flores (2015, p. 48) "A fragilidade dos documentos digitais e a obsolescência das tecnologias da informação podem acarretar grandes perdas de registros contemporâneos, o que causaria uma lacuna inimaginável na memória das sociedades".

Como exemplo do processo da recente inovação e transformação digital vivenciada pela sociedade cita-se o Sistema Corporativo de Gestão de Documentos Arquivísticos Digitais[1] (E-Docs) implantado pelo Governo do Estado do Espírito Santo no ano de 2018 e instituído no ano de 2019, que integra diferentes sistemas de negócios, possibilita a ampliação de serviços aos servidores e cidadãos, promove celeridade ao acesso às informações públicas, e torna as ações governamentais mais transparentes.

Infere-se necessário promover mecanismos e ferramentas de modo a capacitar os profissionais da informação, em especial os arquivistas, e outros profissionais que direta e indiretamente lidam com a gestão documental, de forma a oferecer conhecimento sobre as tecnologias que englobam ambientes de gestão, preservação e acesso, para garantir que o patrimônio documental digital permaneça autêntico e confiável ao longo dos anos.

Neste rumo, o curso de Arquivologia da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) busca ao longo dos anos formas de superar as lacunas que a transformação digital tem causado nos vários segmentos da sociedade. Como observado por Cruz (2023, p. 17), o fenômeno "[...] ocorre em uma velocidade exponencial, com amplitude e profundidade que envolvem e combinam várias tecnologias, mudando de maneira sem precedentes paradigmas na economia, nos negócios, na sociedade e nos indivíduos [...]".

No ano de 2023 foi aprovada a criação do curso de especialização "Transformação Digital em Gestão Documental" (modalidade semipresencial) na Ufes. Diante de tal cenário, o presente trabalho tem como objetivo apresentar o processo de elaboração do Curso de Especialização "Transformação Digital em Gestão Documental", de modo a descrever o processo de idealização do curso, sua aprovação e implementação; indicar os frutos iniciais e os resultados esperados.

A pesquisa realizada caracteriza-se como aplicada, descritiva, com abordagem qualitativa. A coleta de dados foi realizada por meio de uma pesquisa documental junto aos documentos que fazem parte da constituição do curso de especialização na Ufes, no e-MEC, e a partir da aplicação de um questionário estruturado com

1 Disponível em https://e-docs.es.gov.br/. Acesso em 18 de jun. 2024.

questões abertas e fechadas direcionado aos egressos do curso de Arquivologia da referida universidade.

A IDEALIZAÇÃO DO CURSO: ANTECEDENTES

A consolidação da Arquivologia no Brasil, como uma área do saber, vem a remontar meados do século XIX. Marques, Rodrigues e Nougaret (2018) descrevem que desde o período indicado já havia o interesse em oportunizar a organização dos acervos por meio de procedimentos especializados da área de arquivos.

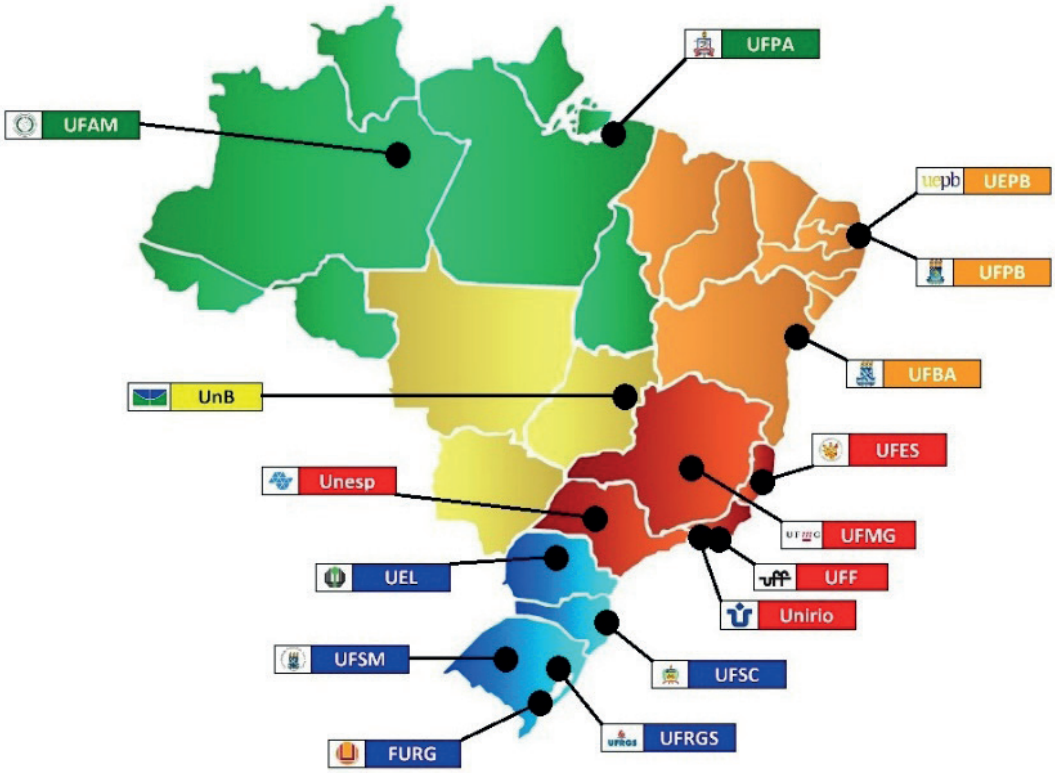
No início, as ações foram realizadas pelo Arquivo Nacional, o qual promoveu diversos cursos com a participação de pesquisadores internacionais, como Henri Boulier e Theodore Schellenberg (Melo; Silva; Dorneles, 2017), até a criação do primeiro curso no campo arquivístico no país, o Curso Permanente de Arquivo (CPA) em 1960, uma grande conquista da área, apontada por Marques (2012), que veio a configurar os rumos da disciplina no Brasil.

Em 1973, é estabelecido um convênio com a Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), mas o curso continuou sob coordenação e realização do Arquivo Nacional, somente no ano de 1977 é transferido para a então Federação das Escolas Federais Isoladas do Rio de Janeiro, atual Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) (Tanus; Araújo, 2013). Outros marcos importantes do período elencados por Tanus e Araújo (2013) foram a criação da Associação dos Arquivistas Brasileiros em 1971, a estruturação do primeiro currículo mínimo de Arquivologia em 1974, pelo Conselho Federal de Educação, e a regulamentação profissional do arquivista pelo Decreto de nº 6.546, de 4 de julho de 1978.

Todo o movimento iniciado veio a culminar na criação, ainda na década de 1970 de dois cursos universitários em Arquivologia, na Universidade Federal Fluminense (UFF) e na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), sendo posteriormente criados em outros locais do país.

Hoje totalizam-se 17 (dezessete) cursos de Arquivologia presentes hoje no cenário nacional (Brasil,2024), sendo 1 (um) ofertado por uma instituição privada e na modalidade a distância. Abaixo ilustra-se a distribuição dos cursos de graduação em Arquivologia no Brasil em instituições públicas (Figura 1):

Figura 1 – Cursos de Arquivologia em instituições públicas no Brasil



Fonte: Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro (2024).

Conforme Souza (2014), a graduação em Arquivologia no cenário capixaba nasceu da iniciativa do Departamento de Biblioteconomia da Ufes, que realizou diversas parcerias com instituições, como a UFSM, a Universidade de São Paulo (USP), o Arquivo Nacional (AN) e com o Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES), de maneira a promover a especialização de seu corpo docente. Desta forma, no ano de 1999 ocorre a criação do curso de graduação em Arquivologia na UFES, com a publicação das Resoluções nº 26/99-CEPE/UFES, de 16 de junho de 1999, e nº 24/99 – Cun/UFES de 26 de julho de 1999, vindo a ser reconhecido por meio da Portaria nº 3.458, de 25 de novembro de 2004 (Universidade Federal do Espírito Santo, 2004).

O currículo do curso de graduação em Arquivologia da Ufes de 1999 a 2017 possuía poucas disciplinas da área de Tecnologia da Informação (TI). No entanto, essa característica também é observada em vários outros cursos no país, uma vez que os avanços tecnológicos sempre foram um desafio enfrentado pelos arquivistas, diante da frequente e ágil evolução tecnológica (Krause; Paganini; Provedel, 2005).

As disciplinas de TI obrigatórias compreendidas no currículo vigente de 1999 a 2017 eram: Tecnologia da Informação I, Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados

Aplicados à Gestão de Documentos, e Tecnologia da Informação II. Havia ainda a disciplina optativa Tecnologia da Informação III. Apesar de serem disciplinas obrigatórias no curso, os conteúdos das disciplinas eram focados nas tecnologias sem interface com sistemas específicos de gestão documental, bem como sem abordar as normativas, resoluções e legislação a respeito de documentos digitais (tais como publicações do Conarq, legislação sobre assinatura digital, diretrizes do Interpares[2] etc.). Indica-se ainda, que dados apresentados por Gava, Ferrari e Moraes (2019) já sinalizavam que em 2015 os alunos consideravam as disciplinas de tecnologia pouco adequadas ao contexto da Arquivologia, e indicavam a necessidade de ampliar o número de disciplinas de tecnologia no curso.

Diante de tal perspectiva, o curso de graduação em Arquivologia da Ufes, preocupado com o perfil de seu egresso realizou uma atualização no Projeto Político Pedagógico do Curso de Arquivologia por meio da Resolução nº 31/2017 (UFES, 2017) e procurou atender "[...] às demandas, recomendações de pesquisas e percepções sobre possibilidades de melhorias [...]" (Cristóvão, Ferrari e Moraes (2022, p. 2), observando questões que envolviam a necessidade de proposição de novos conteúdos e a atualização das disciplinas existentes. A nova versão contemplou uma estruturação em 4 (quatro) grupos:

- Grupo A: Arquivologia e Gestão da Informação;
- Grupo B: História e Patrimônio;
- Grupo C: Tecnologia e Comunicação;
- Grupo D: Outras Habilidades: Disciplinas Interdisciplinares.

O grupo C da nova estrutura compreendeu a proposição e atualização de disciplinas que viessem a capacitar os alunos no conhecimento dos conceitos básicos acerca dos documentos arquivísticos eletrônicos e digitais, bem como as tecnologias atualmente aplicadas à Arquivologia, tais como Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos (SIGAD), Repositórios Arquivísticos Digitais e Softwares para Descrição Arquivística. Além disso, foram inseridas também disciplinas de Arquitetura da Informação, Ciências de Dados, Preservação Digital e Raciocínio Lógico, e foi feita a reformulação da disciplina Sistemas Gerenciadores de Bancos de Dados (SGDB) (Gava, Ferrari, Moraes, 2019).

As mudanças realizadas possibilitaram uma atualização no currículo dos alunos que estariam a se formar, e possibilitou a inserção de conhecimentos que até então eram

2 Projeto *International Research on Permanent Authentic Records in Electronic Systems* (InterPARES) é coordenado pela Universidade de British Columbia, no Canadá, e tem desenvolvido conhecimento teórico-metodológico acerca da preservação de longo prazo de documentos arquivísticos digitais autênticos.

debatidos pelos professores em sala de aula, mas não estavam registrados nos documentos reguladores do curso.

O CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO "TRANSFORMAÇÃO DIGITAL EM GESTÃO DE DOCUMENTOS": A APROVAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO

Conforme descrito anteriormente, observou-se a necessidade de adequação do currículo do curso de graduação, no entanto, os professores observaram que havia também a necessidade de se voltar aos egressos que não tiveram a possibilidade de obter o conhecimento acerca das temáticas adicionadas uma vez que "[...] as enormes transformações vivenciadas pela área têm levado a profundas reflexões sobre a própria configuração da profissão de arquivista, devido à grande transformação de seu objeto, o documento" (Negreiros *et al*, 2012, p. 5).

Para verificar se havia realmente uma a demanda voltada ao atendimento dos egressos do curso de Arquivologia da Ufes elaborou-se um questionário o qual por meio dos dados obtidos possibilitou vislumbrar o anseio existente. Outra pesquisa realizada, voltou-se a identificar as especializações da área de arquivos existentes e com aprovação do Ministério da Educação (MEC) todos os dados obtidos serviram como apoio a proposta realizada para criação do curso de especialização.

Estudo da demanda para abertura da especialização

Conforme mencionado anteriormente, foi elaborado um questionário, qual foi encaminhado aos egressos do curso de graduação em Arquivologia da Ufes no período que compreendeu os meses de abril a maio do ano de 2020. O envio ocorreu por e-mail e pelas redes sociais, visando obter informações sobre a atuação profissional, interesse e necessidade de aprimoramento nas áreas de gestão e preservação de documentos digitais dos egressos, e obteve o total de 110 respostas.

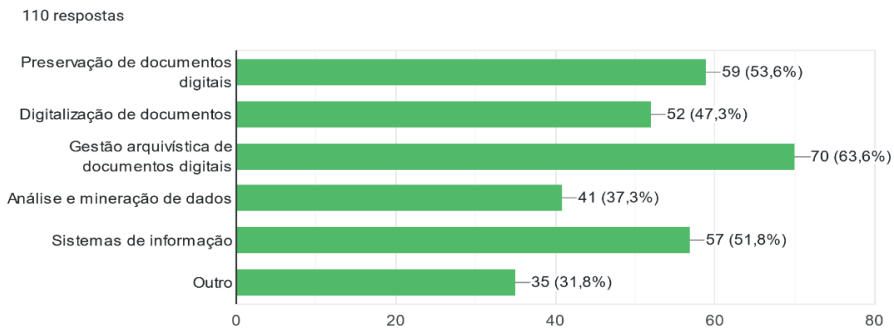
O questionário era composto por questões que se abarcavam faixa etária; ano de conclusão do curso; atuação na área de Arquivologia/ Ciência da Informação; ocupação/ Cargo/ função que estava atuando; se buscava aprimoramento de conhecimentos para melhorar a atuação profissional; e qual das áreas elencadas se referiam a temas que sentia necessidade de aprimorar. Sugerimos alguns temas e deixamos um campo para preenchimento livre, caso os respondentes quisessem indicar temas adicionais.

Dos 110 respondentes, apenas 35 colaram grau entre 2018 e 2020. Os demais 68% dos respondentes colaram grau até 2017, o que indica que se formaram na grade curricular antiga. Comenta-se que os alunos que se formaram no período entre os anos de 2018 e 2019 tiveram a opção de migrar para a grade nova, mas alguns optaram por concluir o curso na grade antiga.

Quanto às questões sobre interesse buscar novos conhecimentos, os resultados obtidos indicaram que 51,8% dos respondentes buscavam aprimoramento de conhecimentos na área de Arquivologia/Ciência da Informação para melhorar sua atuação profissional, e 37,3% buscavam conhecimentos em outras áreas. Adicionalmente, 97,3% gostariam de ser avisados sobre cursos nas áreas de interesse.

Para identificar os temas que os respondentes sentiam necessidade de aprimorar em relação às tecnologias aplicadas à Arquivologia foram sugeridas as opções: Preservação de documentos digitais, Digitalização de documentos, Gestão arquivística de documentos digitais, Análise e mineração de dados e Sistemas de informação, além do campo "Outro[3]" (Gráfico 1):

Gráfico 1 – Necessidade de aprimoramento em temas de tecnologias aplicadas à Arquivologia



Fonte: Dados da pesquisa.

Dentre os temas sugeridos no campo "Outro", encontram-se as temáticas de mediação da informação, gestão da informação e conhecimento, gestão de processos e de pessoas, tabela de temporalidade, empreendedorismo, preservação documental/preservação da memória institucional, acervos fotográficos e iconográficos, proteção jurídica dos arquivos digitais, gestão pública e documentos do setor público, documentos médicos, legislação sobre proteção de dados, e certificados digitais.

O processo de criação e desenvolvimento

Durante o movimento de pesquisa foram realizadas consultas junto ao e-MEC para identificar as iniciativas de promoção cursos de especialização na área em vigência no país. As buscas realizadas usaram os seguintes refinamentos respectivamente:

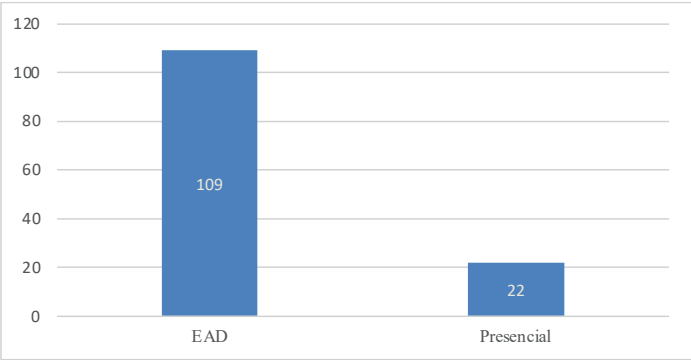
- Consulta avançada:

3 Campo de preenchimento livre.

- Busca por: Curso de Especialização;
- Nome, Sigla ou Código da instituição: NÃO DELIMITADO
- Curso: refinamentos usados
    - Busca 1: Arquivo
    - Busca 2: Gestão de Documentos
    - Busca 3: Gestão Documental
- Área: NÃO DELIMITADO
- UF: NÃO DELIMITADO
- Município: NÃO DELIMITADO
- Modalidade: NÃO DELIMITADO
- Situação: Ativo

O resultado das buscas demonstrou que atualmente em atividade há 131 cursos de especialização que englobam as temáticas "Arquivo", "Gestão de Documentos" e "Gestão Documental" ativas no Brasil (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Modalidade das Especializações recuperadas

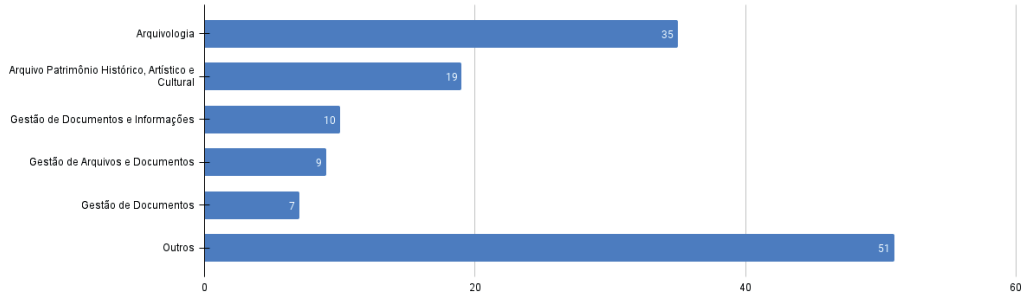


Fonte: Dados da pesquisa.

Os cursos de especialização ativos estão distribuídos em instituições privadas com fins lucrativos (108), privadas sem fins lucrativos (19) e instituições públicas federais [4 (quatro)].

Relacionando as temáticas a partir dos nomes dos cursos observa-se que os temas: Arquivologia; Arquivo Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural; Gestão de Documentos e Informações; Gestão de Arquivos e Documentos; e Gestão de Documentos aparecem em maior número[4] (Gráfico 3).

Gráfico 3 – Título das Especializações recuperadas



Fonte: Dados da pesquisa.

A busca realizada não compreendeu as subdivisões temáticas exploradas nas propostas de cada especialização, apenas a temática central e a categoria administrativa das instituições que ofertavam, uma vez que pretendia-se propor uma forma de auxiliar os egressos, ou seja, um curso que fosse ofertado de forma gratuita, pois conforme mencionado por Brito (2014, p. 61), "[...] a promoção de um curso é algo complexo [...]", e os recursos financeiros a serem utilizados são pontos levados em consideração quando o indivíduo está em busca de atualização.

4 Como outros foram englobados: 4 (quatro) cursos de Arquivologia e Gestão Documental no município; 4 (quatro) cursos de Arquivologia e Gestão Documental no Município Intensivo; 4 (quatro) cursos de Arquivologia e Gestão Documental no Município Regular; 4 (quatro) cursos de Arquivologia e Gestão Documental no Município Super Intensivo; 4 (quatro) cursos de Gestão de Documentos Jurídicos; 4 (quatro) cursos de MBA - Preservação e Gestão de Documentos Digitais; 3 (três) cursos de Gestão Estratégica em Unidades de Informação: Arquivos, Bibliotecas Públicas/Escolares e Universitárias; 3 (três) cursos de Política e Tratamento de Arquivos; 2 (dois) cursos de Preservação e Gestão de Documentos Digitais; e um curso em cada modalidade indicada: Administração Estratégica de Arquivos; Arquivologia e Gestão da Informação Municipal com Ênfase em Auditoria Interna Municipal; Arquivologia e Gestão da Informação Municipal com Ênfase em Práticas Legislativas Municipais; Arquivologia e Gestão da Informação Municipal com Ênfase na Lei 14.133, Tecnologia BIM e Programa ESG; Arquivologia e Gestão da Informação Municipal com Ênfase na Lei 14.133*; Arquivologia e Gestão de Arquivos; Arquivologia e Patrimônio; Arquivos Permanentes; Docência em Gestão de Documentos; Docência em Gestão de Documentos Eletrônicos; Documentos e Gestão de Arquivos Empresariais e Culturais; Gestão de Arquivos e Bibliotecas Escolares; Gestão de Arquivos Eclesiásticos; Gestão Documental; Gestão e Planejamento de Consultoria em Bibliotecas e Arquivos; Museus, Galerias e Arquivos; Patrimônio, Memória e Gestão Documental; Planejamento, Organização e Direção de Arquivos; Transformação Digital em Gestão Documental.

Assim, o movimento para a criação do primeiro curso de especialização com a temática de Transformação Digital na Gestão Documental, foca em apoiar a capacitação e a formação inicial e continuada de profissionais que atuam ou queiram atuar na área. Para isso, buscou-se fontes de financiamento para que a questão financeira não fosse um impeditivo aos futuros alunos.

A especialização em Transformação Digital na Gestão Documental tem como objetivo geral desenvolver conhecimentos/habilidades, preenchendo as lacunas da graduação indicadas pelos egressos, possibilitando o aprofundamento em conteúdos específicos da área de Gestão de Documentos Digitais em empresas públicas ou privadas.

A partir do objetivo geral, delimitou-se os objetivos específicos para o curso:

- Apresentar aos participantes a mudança de paradigma na gestão de documentos do ambiente analógico para o ambiente digital;

- Conhecer o conceito de preservação digital sistêmica e levar à reflexão da necessidade da adoção de políticas de preservação digital por parte das instituições.

- Aprimorar a capacidade de tomada de decisões relacionadas à gestão de documentos digitais em empresas públicas e privadas do Espírito Santo;

- Capacitar os participantes a participarem do processo de tomada de decisões nas empresas relacionado à área de gestão de documentos digitais e preservação digital sistêmica;

- Estimular o autodesenvolvimento e a melhoria da competência profissional por meio de uma programação eficaz visando a capacitação e o aperfeiçoamento contínuo de profissionais; e

- Desenvolver a capacidade de raciocínio, reflexão e crítica do participante de modo a ensejar processos de mudança e melhoria do seu ambiente profissional em relação à gestão dos documentos digitais.

Como público-alvo delimitou-se os graduados em curso superior que atuam ou pretendem atuar com Gestão de Documentos Digitais em empresas públicas ou privadas, formados em Arquivologia ou não.

Ao planejar a especialização em Transformação Digital em Gestão Documental, foi possível atender a algumas das demandas indicadas na pesquisa, principalmente as temáticas: Preservação de documentos digitais, Digitalização de documentos, Gestão arquivística de documentos digitais, Sistemas de informação para documentos

arquivísticos, e legislação pertinente. As demais sugestões ainda não atendidas podem ser trabalhadas futuramente em outros cursos.

O curso de especialização foi implementado por meio de uma parceria entre a Ufes, Universidade Aberta Capixaba (UnAC) e Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (FAPES), sendo oferecido gratuitamente aos estudantes cursistas, fomentado pelo Sistema Universidade do Espírito Santo - UniversidadES5. Por ser um curso semipresencial, sua estrutura baseia-se em uma combinação da modalidade de Ensino a Distância (EaD) com carga horária presencial.

Para implementação e realização das atividades de EaD, o curso conta com o apoio da Superintendência de Ensino a Distância (SEAD) da Ufes, que mantém uma infraestrutura de edição multimeios, estúdio de videoconferência, suporte logístico e de manutenção do sistema de rede e equipamentos, além de gerência da plataforma Moodle, para postar materiais didáticos e exercícios. O curso se divide em 3 (três) módulos que abarcam 15 disciplinas, somado ao Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), que no formato de um artigo científico relacionado aos assuntos estudados ou de um trabalho técnico aplicado à realidade do aluno.

As atividades presencias são realizadas nos polos regionais originalmente criados pela parceria entre a UAB (Universidade Aberta do Brasil) e as Prefeituras Municipais, e que agora estão sendo disponibilizadas também para a UnaC. Nesta edição, o curso foi ofertado em 5 (cinco) polos integrantes da rede UAB, que são: Baixo Guandu, Domingos Martins, Vargem Alta, Viana e Vila Velha. No total, foram disponibilizas 40 vagas para cada polo, totalizando um quantitativo de 200 vagas.

As áreas de formação dos alunos matriculados no curso de especialização são diversas como: Administração, Direito, Contabilidade, Enfermagem, Ciência da Computação, Arquivologia, Biblioteconomia, Sistemas de Informação, História, Geografia, Pedagogia, entre outras.

Comenta-se que a aula inaugural do curso aconteceu no dia 16 de maio de 2024 às 19h, sendo transmitida pelo canal do YouTube da SEAD, com a Palestra intitulada "Transformação Digital da Gestão de Documentos: conceitos, desafios e identificação de elementos" ministrada pelo Prof. Dr. Daniel Flores (UFAL) e com a presença da coordenação do curso, dos professores formadores do Módulo I e dos professores mediadores dos polos regionais.

Até o presente momento, já foram ofertadas 5 (cinco) disciplinas6, houve a realização de uma atividade presencial em cada Polo referente a disciplina de Legislação, que contou com a presença e participação de muitos alunos.

5 Disponível em https://universidades.es.gov.br/quem_somos. Acesso em 18 jun. 2024.

6 Menciona-se que na data de confecção deste trabalho a quinta disciplina estava em curso.

As disciplinas são elaboradas com o acompanhamento de uma Design Instrucional que auxilia os professores formadores no desenvolvimento dos mapas de atividades que irão servir para estruturação das salas no ambiente Moodle. Menciona-se que foram desenvolvidos materiais a partir da identidade visual criada, de maneira a promover a padronização dos documentos criados, tanto por parte da coordenação, quanto por parte dos professores formadores e mediadores, e para desenvolvimento das atividades realizadas pelos alunos.

Todas as ações referentes a parte de interação e comunicação com os alunos é realizada por meio da plataforma Moodle e pelos canais de comunicação da pós, onde há uma secretaria que auxilia nos assuntos referentes ao curso, e auxilia nas dúvidas que os alunos possam apresentar.

Para observar o desenvolvimento e ampliar a gestão do conhecimento propiciado no curso, são elaborados mensalmente relatórios pelos professores mediadores, que relatam informações sobre as turmas, desde o número de alunos que participam ativamente nas disciplinas, atividades presenciais e remotas desenvolvidas nos Polos, atividades desenvolvidas durante o mês pelos professores mediadores, demandas apresentadas pelos alunos, estratégias usadas para promover a participação, entre outras.

O feedback dos alunos na plataforma Moodle nas disciplinas iniciais do curso, bem como a interação nos encontros presenciais nos polos, trazem as primeiras impressões sobre o curso, e indicam que há uma grande expectativa por parte dos alunos, que já começam a vislumbrar seu crescimento profissional a partir dos novos conhecimentos que estão a adquirir.

No contexto dos professores envolvidos na implementação e realização do curso, destaca-se o planejamento dos conteúdos e atividades de cada disciplina, o qual realiza-se de forma coletiva, compartilhada, com ampla cooperação, de modo a integrar os conceitos que vistos e debatidos em cada disciplina, propiciando um ensino transversal e sem sobreposição, e um maior aproveitamento por parte do aluno.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do presente trabalho foi apresentar o processo de elaboração do Curso de Especialização "Transformação Digital em Gestão Documental" da Ufes. Ao longo do texto, discorre-se sobre o processo de idealização do curso; as motivações para sua criação; a pesquisa para embasar as temáticas a serem inseridas e para verificar o interesse dos egressos; sua aprovação e a forma de implementação do curso.

Espera-se que ao final do curso os alunos estejam aptos para lidar de forma adequada (com base na legislação arquivística, normas e padrões estabelecidos na área) com os desafios da transformação digital na gestão documental, o que impacta diretamente na preservação e acesso do patrimônio arquivístico digital, tão necessário à sociedade. Além

disso, vislumbra-se que os alunos de outras áreas do conhecimento, que ingressaram neste universo arquivístico, adquiram um novo olhar sobre a área, sobre a importância da gestão arquivística adequada e da preservação digital sistêmica para a manutenção da autenticidade e acesso aos documentos, e compartilhem seus conhecimentos, contribuindo para aumentar a visibilidade da Arquivologia no Espírito Santo.

Indica-se como perspectivas futuras: abrir novas turmas da especialização no Espírito Santo; oferecer o curso em âmbito nacional, e avaliar o curso na perspectiva dos alunos, em busca de melhorias.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (AERJ). Cursos de Graduação em Arquivologia no Brasil. 2024. Disponível em https://aaerj.org.br/a-profissao/graduacao/. Acesso em: 14 ago. 2024.

BRASIL, E-MEC. Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior Cadastro e-MEC (2024). Disponível em: https://emec.mec.gov.br/emec/nova. Acesso em: 15 maio. 2024.

CRISTOVÃO, H. M.; FERRARI, L. I.; MORAES, M. F. Ciência de Dados na Graduação em Arquivologia. ÁGORA: Arquivologia em debate, 2022, 32.65: 1-21.

CRUZ, R. P. A transformação digital nos arquivos: o processo de uso das tecnologias digitais nos Estados brasileiros. 2023, 157f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal Fluminense.

GAVA, T. B.; FERRARI, L. I.; MORAES, M. F. O ensino em Arquivologia na perspectiva da era digital: O caso do curso de Arquivologia da UFES. In.: BARROS, T. H. B.; SANTOS JR, R. L.; CÂNDIDO, G. G. (org.). A pesquisa e o ensino em Arquivologia: perspectivas na era digital. Belém, PA: REPARQ, 2019. p. 261–269.

KRAUSE, C. PAGANINI, G. PROVEDEL, A. A atuação do Arquivista no desenvolvimento e na administração de sistemas de informação computadorizadas. In: Congresso de Arquivologia do MERCOSUL, 6, 2005, Campos do Jordão. Anais... Campos do Jordão. ARQSP, 2005.

MARQUES, A. A. C.; RODRIGUES, G. M.; NOUGARET, C. Arquivos e Arquivologia na França e no Brasil: marcos históricos e contextos singulares. Revista Brasileira de História, 2018, 38: 17-38.

MARQUES, A. A. C. A Arquivologia no Brasil: algumas considerações históricas e sua configuração atual. RODRIGUES, G.M.; COSTA, M. G. da. Arquivologia: configurações da pesquisa no Brasil. Brasília: Editora UnB, 2012, p. 21-36.

MELO, J. H; SILVA, R. N.; DORNELES, S. L. Olhares sobre a História dos Arquivos e da Arquivologia no Brasil. Pesq. Bras. em Ci. da Inf. e Bib., 2017, 12.1: 129-144.

NEGREIROS, L. R. et al. Metodologia para análise, avaliação e reestruturação curricular de cursos de arquivologia: a experiência do curso de Arquivologia da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais. In: Congresso Nacional de Arquivologia, 4. Anais..., Salvador, 2012.

SOUZA, S. M. O mercado de trabalho para o arquivista egresso do curso de Arquivologia da Universidade Federal do Espírito Santo. 2014. 132 f. Dissertação. (Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos) – Programa de Pós-graduação em Gestão de Documentos e Arquivos, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2014.

TANUS, G. F. S. C.; ARAÚJO, C. A. A. O ensino da arquivologia no Brasil: fases e influências. Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, 2013, 18.37: 83-102.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (UFES). Resoluções nº 26/99-CEPE/UFES, de 16 de junho de 1999, e nº 24/99 – Cun/UFES de 26 de julho de 1999, vindo a ser reconhecido por meio da Portaria nº 3.458, de 25 de novembro de 2004 (Universidade Federal do Espírito Santo, 2004).

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (UFES). Resolução nº 31/2017-CEPE/UFES, de 16 de maio de 2017. Homologa o Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Arquivologia do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas desta Universidade, apreciado pela Câmara Central de Graduação, conforme anexo desta Resolução. 2017. Disponível emhttps://arquivologia.ufes.br/sites/arquivologia.ufes.br/files/field/anexo/resolucao_no_31.2017_-_ppc_arquivologia_-_ccje.pdf. Acesso em: 13 ago. 2024.

EIXO 4

TECNOLOGIAS DISRUPTIVAS E A ARQUIVOLOGIA

ARQUIVO POSITRÔNICO: REFORMATANDO A MEMÓRIA NA ERA DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

POSITRONIC ARCHIVE: REFORMATTING MEMORY IN THE AGE OF ARTIFICIAL INTELLIGENCE

Lucas Vinicius de Oliveira
Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo

O recente crescimento da Inteligência Artificial após a liberação da API do GPT tem impulsionado o desenvolvimento de soluções para automatização de tarefas. Diversas áreas de estudo têm se beneficiado dessa integração, produzindo novas ferramentas inteligentes. Este estudo investiga a hipótese de que a Inteligência Artificial Generativa pode aprimorar a eficiência e precisão da técnica de descrição arquivística, utilizando como objeto de estudo a obra *Eu, Robô* de Isaac Asimov. A escolha desta obra, um clássico da ficção científica sobre a interação entre humanos e robôs inteligentes, reflete a visão futurista de Asimov, um mundo onde as máquinas inteligentes são inevitáveis e se ocuparão de tarefas profissionais. Para tanto, foi desenvolvido o CLARA – um protótipo que utiliza os modelos generativos da OpenAI para analisar documentos e gerar descrições arquivísticas – adotando os seis elementos obrigatórios da Nobrade. Os resultados preliminares demonstram a eficácia da Inteligência Artificial Generativa na produção de descrições precisas, com potencial para transformar a prática arquivística, tornando os acervos mais acessíveis e dinâmicos. A pesquisa conclui que a colaboração entre humanos e a Inteligência Artificial é o caminho mais promissor a se seguir e que o arquivista do futuro deve possuir novos predicados para adaptar-se às novas ferramentas inteligentes.

Palavras-Chave: Inteligência artificial generativa; Descrição arquivística; Processamento de linguagem natural.

Abstract

The recent growth of Artificial Intelligence following the release of the GPT API has been driving the development of solutions for task automation. Several fields of study have benefited from this integration, producing new intelligent tools. This study investigates the hypothesis that Generative Artificial Intelligence can enhance the efficiency and accuracy of the archival description technique, using Isaac Asimov's *I, Robot* as the object of study. The choice of this work, a classic of science fiction about the interaction between humans and intelligent robots, reflects Asimov's futuristic vision of a world where intelligent machines are inevitable and will occupy professional tasks. To this end, CLARA was developed – a prototype that uses OpenAI's generative models to analyze documents and generate archival descriptions – adopting the six mandatory elements of the Nobrade. Preliminary results demonstrate the effectiveness of Generative Artificial Intelligence in producing accurate descriptions, with the potential to transform archival practice, making collections more accessible and dynamic. The research concludes that the collaboration between humans and Artificial Intelligence is the most promising path to follow and that the archivist of the future must possess new skills to adapt to new intelligent tools.

Keywords: Generative artificial intelligence; Archival description; Natural language processing.

INTRODUÇÃO

> Houve uma época em que a humanidade encarava o universo sozinha, sem um amigo. Agora, o homem possui criaturas para ajudá-lo; criaturas mais fortes do que ele – mais fiéis, mais úteis e absolutamente devotadas a ele. A espécie humana já não está sozinha. Já encarou o assunto sob este prisma? (ASimov, 2021, p. 17).

Com essas palavras, escritas há mais de 80 anos, Isaac Asimov (1920-1992), em sua obra *Eu, robô* (1950), previa como a humanidade lidaria com as suas máquinas inteligentes. Atualmente, vivenciamos um mundo onde a Inteligência Artificial (IA) se tornou acessível ao público em geral, transformando-se em uma espécie de *commodity*. Suas aplicações são vastas e diversas, temos acesso à edição de mídias, cálculos

matemáticos, previsão de desastres e até *personas* digitais[1], inaugurando uma revolução na forma em que lidamos com máquinas inteligentes no dia a dia. A discussão sobre a IA não é mais se devemos aceitar a tecnologia, mas sim, como se adaptar a ela para não nos tornarmos obsoletos.

As *Big Techs*[2] já detêm e aplicam conhecimentos e técnicas de *machine learning* em suas aplicações há décadas. A onipresença da Internet das Coisas (IoT), com dispositivos como as "Alexas" integrando nossos lares e automatizando tarefas cotidianas, ilustra essa crescente imersão da IA em nossos lares. O conceito de cidades inteligentes, impulsionado pela promessa de otimização urbana através da integração tecnológica, também tem seu espaço acadêmico. Mas, afinal, se a IA já estava nas nossas vidas, o que mudou? Por que a era da inteligência artificial parece ter começado apenas há dois anos, e não há vinte?

A resposta reside no lançamento do *Generative Pre-Training Transformer* (GPT) 3.0 pela OpenAI em 30 de novembro de 2022. O GPT é um poderoso modelo generativo de IA capaz de gerar conteúdo, alimentado por bilhões de *tokens* de informação. Sua principal funcionalidade é o entendimento e processamento de linguagem natural (PLN), o que permite uma interação intuitiva com os usuários, sem a necessidade de conhecimento técnico prévio para usufruir da tecnologia de maneira eficaz.

Na fase inicial, a OpenAI disponibilizou o ChatGPT gratuitamente através de um *chatbot* em site homônimo ao produto.

> [...]o ChatGPT tem a capacidade de responder, usando uma linguagem natural, diversas indagações, sendo capaz de criar música, poemas, artigos científicos entre outros, interagindo via chat com seres humanos. Desse modo, o ChatGPT e os outros exemplos de IA que já estão disponíveis na internet para uso implicam diretamente na forma como a produção acadêmica acontece e fica evidente que as regras para realização de pesquisa estão mudando diante dos nossos olhos e não é possível ficar alheio a essa discussão (D'Alte e D'Alte *apud* Souza *et al*, 2023, p. 9).

Ao revisitar matérias contemporâneas ao lançamento do GPT, é possível verificar que essa estratégia de facilitar o acesso foi importante para viralizá-lo, segundo matéria do G1, de autoria de Helder e de Oliveira (2022), "Desde que foi aberto para qualquer pessoa testar gratuitamente, há quase uma semana, mais de 1 milhão de usuários já desafiaram o robô de conversação com todo o tipo de pergunta e também com tarefas, como fazer música e poemas."

---

1 Disponível em: https://valor.globo.com/empresas/noticia/2024/03/19/pessoas-digitais-criadas-pela-ntt-data-fazem-pesquisa-de-mercado-sobre-produtos-e-servicos.ghtml Acesso em: 12 jul. 2024.

2 É um termo que se refere às maiores e mais dominantes empresas de tecnologia do mundo, como Google, Amazon, Meta, Apple e Microsoft. Essas empresas exercem influência significativa em vários setores, incluindo o desenvolvimento e aplicação de inteligência artificial, e frequentemente lideram avanços tecnológicos.

Embora o ChatGPT tenha desempenhado um papel significativo na popularização da Inteligência Artificial Generativa (IAG), a disponibilização da API do GPT para desenvolvedores representou o verdadeiro "ponto de virada".

A integração de APIs é uma prática comum no desenvolvimento de *software*, tornando o uso de uma API relativamente simples para profissionais que trabalham com *frameworks back-end*. Dessa forma, a incorporação do GPT à rotina de desenvolvimento se tornou natural e fluida, abrindo novas perspectivas e possibilidades para a aplicação da tecnologia em áreas que diferem da computação.

No passado, integrar uma IA a um *software* exigia um alto investimento em capital para formar equipes e adquirir equipamentos. A introdução de um modelo robusto e de baixo custo como o GPT-3 modificou a forma como pequenos desenvolvedores com ideias criativas podem colocar em prática os seus projetos. Não é mais necessário despender tempo treinando um modelo ou criando-o do zero, basta uma requisição à API para utilizá-lo.

Essa mudança foi mensurada diretamente pelo GitHub, atualmente a maior plataforma de versionamento de código, como aponta de forma gráfica no artigo *Mudança de Mares no Desenvolvimento de Software: Análise Econômica e de Produtividade do Ciclo de Vida do Desenvolvedor Impulsionado por IA*[3] de Dohmke, Iansiti e Richards (2023):

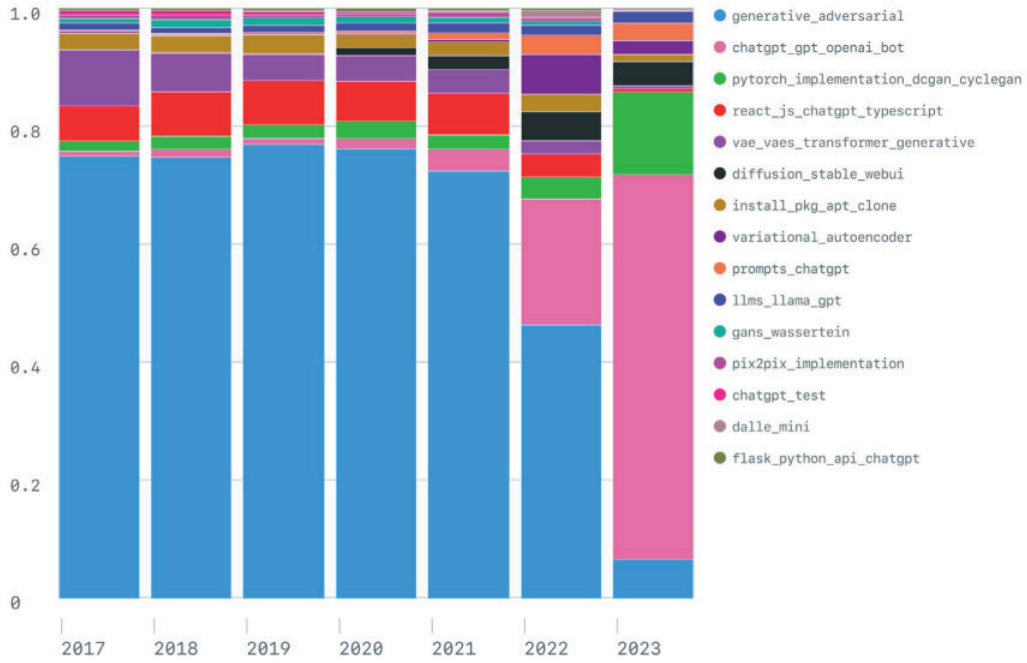
Gráfico 1 - Crescimento mensal das contribuições em IAG nos repositórios do GitHub

Fonte: Dohmke, Iansiti e Richards (2023).

3 Sea Change in Software Development: Economic and Productivity Analysis of the AI-Powered Developer Lifecycle

A correlação de crescimento dos *commits*[4] com a IA também está diretamente ligada com a disponibilização do GPT, que assume a liderança dos tópicos de projetos dentro do GitHub, como é tratado no Gráfico 2:

Gráfico 2 – Evolução dos tópicos no GitHub através do tempo.



Fonte: Dohmke, Iansiti e Richards (2023).

Esse crescimento no número de projetos e em *commits* tem características próprias, o desenvolvimento de *softwares* com o uso de IAG possui um caráter de ferramenta, ou seja, a tecnologia está sendo integrada a outras áreas de conhecimento para criar ferramentas dedicadas e inteligentes.

> Modelos de linguagem GPT estão sendo integrados a ferramentas voltadas para o usuário, como APIs, bots, assistentes, aplicativos móveis e plugins, e estão levando a um maior desenvolvimento de software. Isso resultou no surgimento de novas categorias de habilidades, como a engenharia de prompts (Dohmke, Iansiti e Richards, 2023, tradução própria[5]).

4 Um *commit* é uma gravação incremental das alterações feitas em um projeto de *software*. Cada *commit* sempre registra quem fez as alterações, o que se alterou e quando foi feito. E uma prática comum do versionamento de código.

5 *GPT language models are being integrated with user-facing tools, such as APIs, bots, assistants, mobile applications, and plugins, and are leading tomore software development. This has led to a growth of new categories ofskills such as prompt-engineering.*

Como é o caso deste trabalho, que investiga o potencial da IAG quando agregada a um *software* próprio, na execução da atividade de descrição arquivística a partir da obra *Eu, Robô*, de Isaac Asimov.

METODOLOGIA

Este estudo utiliza a obra de Prodanov e Freitas (2013) como aporte metodológico. Essa é uma pesquisa descritiva, de natureza aplicada, com uma abordagem do problema qualitativa, são empregados métodos e procedimentos científicos experimentais para avaliar o potencial da IAG na descrição arquivística através da dedução. A hipótese primária é que a IAG utilizando a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (Nobrade) como referência técnica, em um ambiente controlado, pode automatizar e aprimorar a precisão das descrições arquivísticas,

A experimentação consiste na descrição arquivística da obra *Eu, robô*, de Isaac Asimov, utilizando um software protótipo chamado CLARA (Catalogador Linguístico Automatizado de Registros Arquivísticos), desenvolvido pelo autor. O *software* utiliza o modelo *gpt-4-turbo* para analisar a obra, identificar os elementos e gerar descrições arquivísticas.

O método experimental consiste, especialmente, em submeter os objetos de estudo à influência de certas variáveis, em condições controladas e conhecidas pelo investigador, para observar os resultados que a variável produz no objeto (Gil, 2008, *apud* Prodanov e Freitas, 2013).

A construção de CLARA utilizou o desenvolvimento em cascata (Royce, 1970), caracterizado por uma abordagem sequencial e linear, com requisitos definidos no início do desenvolvimento. A escolha por esse modelo se justifica pelo fato de o autor ser o único responsável pela codificação e manutenção do *software*, tornando a aplicação de metodologias ágeis desnecessária neste momento.

A escolha da obra *Eu, robô* como objeto de estudo se justifica por sua temática dialogar diretamente com a pesquisa, explorando a relação entre humanos e máquinas inteligentes. A estrutura da obra, composta por contos independentes, permite analisar diferentes contextos e cenários para a aplicação da IAG. A escolha de uma obra literária de ficção científica também oferece um contraponto interessante para a aplicação de uma tecnologia de ponta como a IAG, fomentando reflexões sobre a relação entre a imaginação de Asimov e a realidade da IAG. A obra foi obtida no site Recanto das Letras e foi disponibilizada/publicada por um usuário da plataforma.

O processo de descrição arquivística com a IAG foi conduzido em cinco etapas:

Adaptação da Obra: Devido às limitações de *tokens* em modelos ofertados pela OpenAI e tamanho da obra, aplicou-se um recorte, utilizando os dados básicos e as primeiras páginas, até o final da introdução, totalizando 11 páginas.

1. **Identificação dos Elementos da Nobrade:** Foram adicionados à aplicação seis dos sete elementos obrigatórios da Nobrade (código de referência, título, data(s), produtor(es), nível de descrição, dimensão e suporte).
2. **Elaboração de Prompts:** Os *prompts* específicos para a descrição foram elaborados na linguagem de programação Python 3.11.3 com o intuito de guiar a API na geração das descrições arquivísticas, com base nos elementos da Nobrade. Os *prompts* são construídos a partir de funções. Essas funções são blocos de código que, após a extração dos caracteres óticos, segmentam o que será enviado para a API do GPT.
3. **Geração de Descrições:** O *gpt-4-turbo* recebe a requisição por meio de um método, uma função orientada, que gerou as descrições arquivísticas a partir dos *prompts* fornecidos.
4. **Avaliação dos Resultados:** As descrições geradas por CLARA serão analisadas em seu contexto, verificando se atendem à especificação desejada e aderência aos elementos da Nobrade.

A análise dos resultados será conduzida utilizando o método científico, aplicado na engenharia de *software*. Busca-se extrair do mundo real um modelo capaz de explicar um determinado fenômeno e, posteriormente, avaliar se esse modelo é representativo do fenômeno em questão (Travassos, Gurov e Do Amaral, 2002).

A abordagem utilizada para avaliar os resultados é linear e se divide em etapas. Inicialmente, os resultados da descrição são convertidos do formato JSON para XML utilizando a ferramenta *web jsonformatter*[6]. Essa conversão disponibiliza uma visualização dos dados de forma mais limpa e organizada, facilitando a análise. Em seguida, é feita a leitura dos dados para obter uma percepção geral das informações e refletir sobre seu significado. Por fim, avalia-se a aderência de cada elemento das descrições à Nobrade, buscando identificar padrões de sucesso e falhas na aplicação. A resposta fornecida por CLARA também é analisada em relação à qualidade da linguagem, clareza, concisão e gramática, buscando compreender se o *software* consegue gerar textos compreensíveis e adequados ao contexto arquivístico.

A investigação busca compreender se a aplicação da IAG na arquivologia é possível e se há impacto na qualidade e na precisão das descrições arquivísticas. A análise concentra-se em avaliar se o *software* consegue representar de forma fidedigna as informações presentes na obra, contribuindo para a discussão sobre o papel da IAG nas ciências sociais aplicadas, especialmente na área da arquivologia. A interpretação dos resultados permitirá verificar se a hipótese inicial, de que a IAG pode automatizar e aprimorar a precisão das descrições arquivísticas, será confirmada.

6 Disponível em: https://jsonformatter.org/json-to-xml.

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL GENERATIVA: DA FICÇÃO À REALIDADE

> O RB-34, mais conhecido como Herbie, pegou os três pesados compêndios que Susan carregava e abriu a primeira página de um deles. "Teoria Hiper-atômica". Murmurou consigo mesmo, enquanto virava as páginas. Depois, com ar distraído, disse: - Sente-se, Dra. Calvin! Levarei ainda alguns minutos (Asimov, 2021, p. 207).

Este trecho de *Eu, robô* apresenta Herbie, um robô entediado com um assunto considerado complexo para o senso comum humano. Ao imaginar este personagem na década de 40, Asimov pode ter, de certa forma, antecipado conceitos fundamentais da IAG. Herbie ao identificar rapidamente o conteúdo do livro, sugere um processamento eficiente e contextualizado, similar ao que vemos hoje em IAGs avançadas.

A figura de uma máquina pensante e autônoma não nos é estranha, inclusive é um tropo comum em obras de ficção científica, considerado um clichê na representação midiática atual. Essa familiaridade, porém, é fruto de uma visão posterior, anacrônica em relação à década de 40. É importante ressaltar que, na época em que Asimov escreveu seus contos, na revista *Astouning Science-Fiction*[7] (1942), conceitos como os de Cibernética e o Teste de Turing ainda não haviam sido formulados.

É preciso reconhecer o pioneirismo de Asimov e sua capacidade de prever o futuro, mesmo quando comparado à sua plêiade contemporânea, por exemplo, a descrição do cérebro positrônico, com suas operações dependentes de múltiplos fatores e variáveis, assemelha-se à estrutura de um *perceptron*[8].Seus pesos associados são elementos centrais das conexões entre os *links* neurais em redes neurais artificiais.

> Para fornecer a conta exata, existem setenta e cinco mil, duzentos e trinta e quatro operações necessárias à fabricação de um único cérebro positrônico. Cada uma dessas operações, para alcançar sucesso, depende de um certo número de fatores, que pode variar entre cinco e cento e cinco (Asimov, 2021, p. 201).

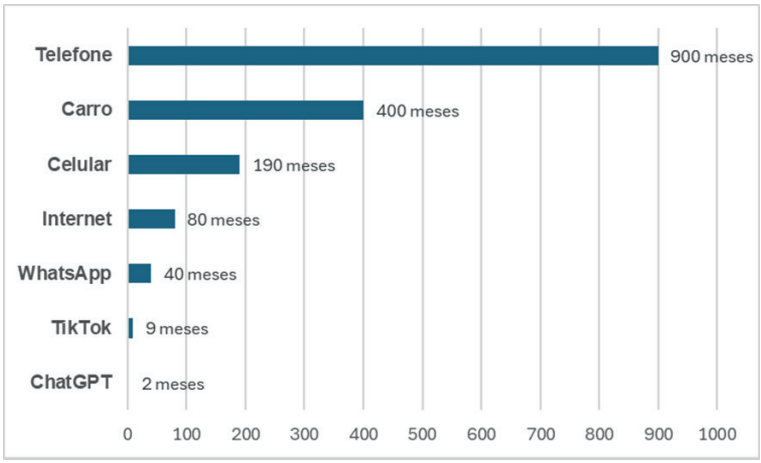
A arquitetura do ChatGPT, um dos modelos de IAG mais populares, baseia-se no modelo de rede neural chamado *Transformer*, uma estrutura que permite o processamento paralelo de informações de forma hierárquica. O ChatGPT é treinado em um vasto conjunto de dados de texto e código e demonstra capacidade de compreender e processar linguagem natural, gerando textos coerentes e contextualmente relevantes.

---

7 Disponível em: https://ia601205.us.archive.org/24/items/Astounding_v29n01_1942-03_dtsg0318/Astounding_v29n01_1942-03_dtsg0318.pdf

8 É uma representação de neurônio dentro de uma rede neural artificial. Recebe entradas ponderadas e as processa por meio de uma função de ativação e saída.

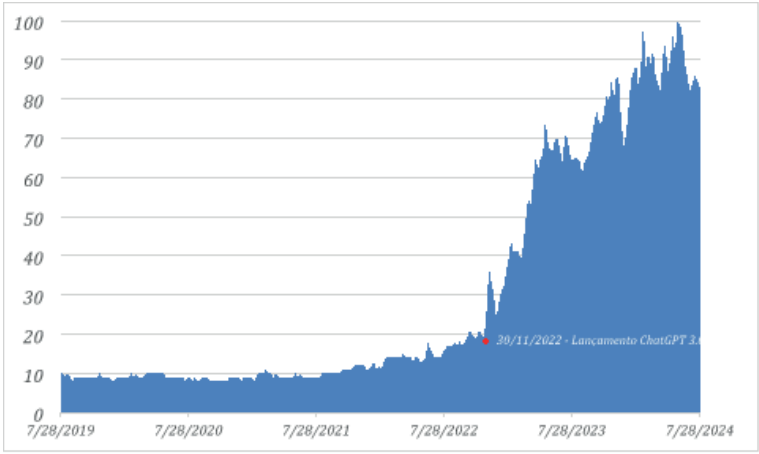
Gráfico 3 - Quantidade de meses para alcançar 100 milhões de usuários.



Fonte: Ebert e Louridas (2023), tradução própria.

A popularização da IAG a partir do lançamento do GPT tem provocado debates sobre seu impacto no mercado de trabalho, na criatividade, na ética e na sociedade como um todo, incluindo os profissionais da informação. O interesse em pesquisas sobre o tema IA quintuplicou, atingindo o seu pico na última semana do mês de maio de 2024.

Gráfico 4 – Interesse no termo "IA" entre 2019 e 2024.



Fonte: Elaborado pelo autor com dados do Google Trends (2024).

Asimov, através de suas histórias, nos ofereceu uma visão futurista, mas também um convite à reflexão sobre o impacto da tecnologia em nossas vidas. Passados 80 anos do primeiro conto, esse debate se tornou uma discussão real e não mais ficção científica, estamos em um momento em que não há certeza do limite das máquinas. Em 2014

uma IA chamada Eugene passou no teste de Turing, convencendo 10 de 30 juízes que era uma criança de 13 anos (Revista Galileu, 2014)[1]. Após 10 anos possuímos uma tecnologia mais avançada em nossos bolsos, dentro de nossos celulares.

Em 2022, uma obra de arte gerada por IA, através do software *Midjourney*, venceu uma competição na *Colorado State Fair*. O próprio *Midjourney* causou controvérsia devido ao treinamento com obras reais, levantando questões sobre autoria e originalidade (Hutchinson, 2023).

A sociedade ainda demostra não estar preparada para as implicações da IAG. Sua capacidade de gerar conteúdo original e automatizar tarefas levanta questões cruciais sobre o futuro do trabalho, da renda, da educação, da cultura e da ética. Se uma IA consegue vencer uma competição de arte e se passar por um humano, como podemos competir?

A ascensão de "Herbies" e "Eugênios" nos convida a repensar os limites da inteligência e da criação. Será que em vez de temer a obsolescência humana e a substituição, não podemos construir um futuro colaborativo? Estudos indicam que sim.

SOPRANDO A POEIRA: A ARQUIVOLOGIA DIANTE DA REVOLUÇÃO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Embora o acesso à IAG seja recente, pesquisas já investigam seu impacto no mundo laboral e na produtividade. Nurski e Ruer (2024) referenciam o estudo Noy e Zhang (2023) em que:

> Os participantes receberam duas tarefas de escrita, sendo que o grupo de tratamento pôde utilizar o ChatGPT na segunda tarefa. O uso do ChatGPT resultou em uma redução de 40% no tempo gasto e em uma melhoria de 18% na qualidade do texto, especialmente para os participantes com menor desempenho. Além disso, a utilização do ChatGPT reestruturou a composição da tarefa, com menos tempo dedicado à elaboração de rascunhos e mais tempo dedicado à edição, além de aumentar a satisfação com o trabalho e a autoeficácia dos participantes[2] (Nurski e Ruer, 2024, p. 11, tradução própria).

Sierra-Castañer e Aller (2021) consideram que a sociedade se encontra na indústria 4.0, onde as tecnologias como a IA estão proporcionando uma onipresença tecnológica no cotidiano humano, combinando o mundo físico, biológico e digital. Especialistas

1 Disponível em: https://revistagalileu.globo.com/Tecnologia/noticia/2014/06/software-que-finge-ser-um-menino-de-13-anos-e-primeira-maquina-passar-no-teste-de-turing.html

2 *The participants were assigned two writing tasks for which the treatment group could use ChatGPT assistance in the second task. ChatGPT usage in the treatment group led to a 40 percent reduction in time and improved output quality by 18 percent, especially for lower-performing participants. Usage of ChatGPT also restructured task composition, with less time spent on rough-drafting and more on editing, while increasing job satisfaction and self-efficacy.*

como Machado Dias e Martha Gabriel (Suzuki, 2023) acreditam que estamos diante da maior mudança de mentalidade da história moderna, exigindo adaptação e novas habilidades para aproveitar o potencial da IA.

Quando uma tecnologia passa a fazer algo melhor que um humano, não adianta querer concorrer com ela nisso. A partir desse momento, as habilidades humanas que passam a ter valor são: saber usar aquela tecnologia no seu máximo potencial e fazer aquilo que a tecnologia não faz. (Gabriel *apud* Suzuki 2023)

Embora Gabriel esteja falando de forma ampla sobre obsolescência humana perante os avanços tecnológicos, especialistas como Sant Anna (2017) destacam a necessidade de os arquivistas adquirirem novas competências e se adaptarem à era digital. Arreguy, Negreiros e Silva (2015) reforçam a importância da atualização constante na formação arquivística, preparando os profissionais para as demandas do mercado de trabalho.

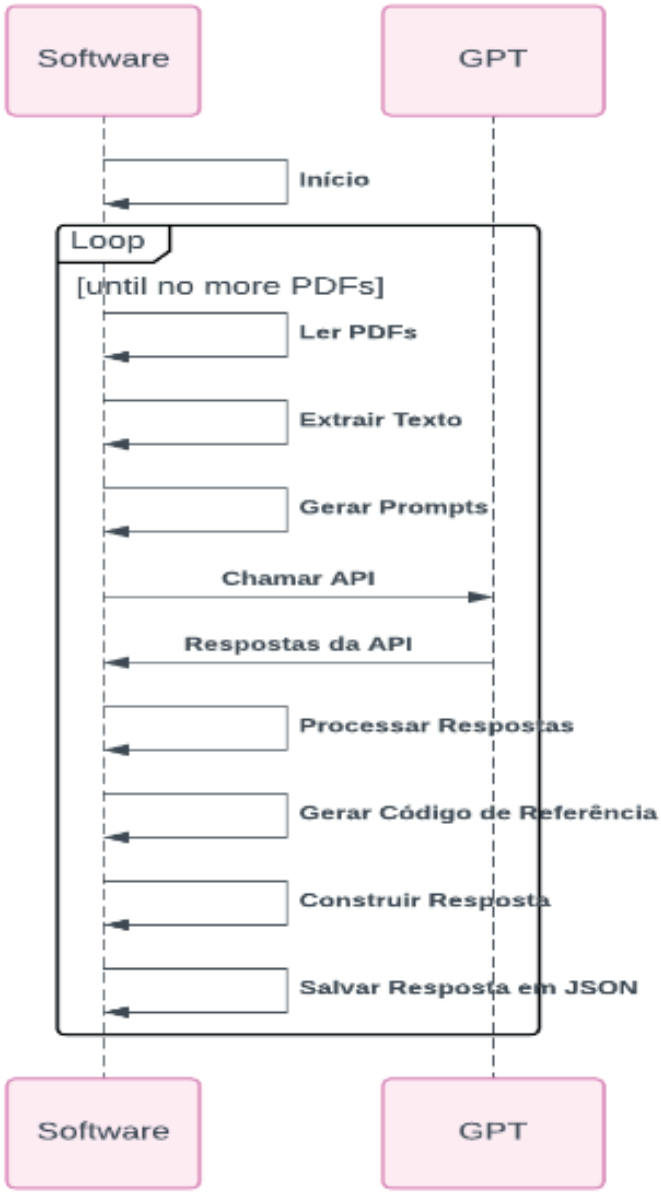
O desafio para a Arquivologia é construir uma parceria sólida entre a *expertise* humana e a eficiência da IA e não a tratá-la como adversária. Investir em treinamento, abordar as questões éticas com responsabilidade e promover o diálogo aberto sobre os impactos da IA na área são passos fundamentais para garantir que a tecnologia seja utilizada de forma benéfica para a profissão e para a sociedade. A IA, longe de ser uma ameaça, representa uma oportunidade para impulsionar a Arquivologia rumo a um futuro mais eficiente e democrático.

AUTOBIOGRAFIA? UM ROBÔ DESCREVENDO A OBRA *EU, ROBÔ*

Este capítulo apresenta a descrição arquivística elaborada pelo protótipo de *software* CLARA, projetado para atuar diretamente com fontes históricas que possuam caracteres detectáveis, com progressão futura para leitura paleográfica.

Como estudo de caso, o CLARA foi adaptado para, dentro de suas características, descrever a introdução da obra *Eu, robô* de Isaac Asimov. O fluxo do CLARA, está descrito no seguinte organograma:

Figura 1 - Fluxo da aplicação



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

A aplicação foi desenvolvida para trabalhar no modelo de api *gpt-3.5-turbo*. Entretanto, para essa descrição arquivística, utilizou-se o modelo mais atual até a submissão deste artigo, o *gpt-4-turbo*. Essa mudança no modelo tem como objetivo apresentar uma descrição com o potencial máximo da ferramenta.

Os campos escolhidos para a descrição foram os seis dos setes obrigatórios da Nobrade: código de referência, título, data, nível de descrição, dimensão e suporte,

nome dos produtores. Optou-se por omitir o campo “condições de acesso “, por não ser pertinente no contexto de um único livro. Os demais campos apresentados na Figura 2 já faziam parte do código e foram mantidos para demonstrar o poder de síntese da aplicação. O código de referência da aplicação, está fixado como “BN” propositalmente, como um *placeholder*[3].

O resultado preliminar, como parte da análise e interpretação dos dados, foi convertido do formato JSON para o formato XML (para melhor visualização), foi o seguinte:

Figura 2: Descrição Arquivística após conversão para XML


```xml
<?xml version="1.0" encoding="UTF-8" ?>
<codigo_referencia>BR BN Eu.Rob.2-11</codigo_referencia>
<titulo>Eu, Robo</titulo>
<data>2021-02-11</data>
<nivel_descricao>Nivel 3</nivel_descricao>
<dimensao_suporte>A 'Dimensao e suporte' do documento apresentado se enquadra melhor na categoria "eletronico", pois o formato do
documento e PDF.</dimensao_suporte>
<ambito_e_conteudo>O documento apresenta uma descricao detalhada do livro "Eu, Robo" de Isaac Asimov, incluindo informacoes sobre o
formato do arquivo, o tamanho, o ano de envio, quem enviou e uma classificacao de seguranca. O texto descreve "Eu, Robo" como parte
das tres grandes series de Asimov, que incluem Robos, Fundacao e Imperio, e destaca a personagem principal, Susan Calvin, uma
roboticista que narra a historia atraves de suas lembrancas sobre a evolucao da robotica.

O documento tambem menciona que a obra e composta por nove contos que exploram a evolucao dos robos ao longo do tempo, comecando
com um robo-baba chamado Robbie e culminando com uma Terra controlada por maquinas sob a administracao de Stephen Byerley. Alem
disso, o texto introduz as tres leis da robotica, que sao fundamentais para a trama e para a ficcao cientifica em geral.

O contexto do documento parece ser uma analise ou resumo enviado por um usuario chamado Waldryano em um formato PDF, provavelmente
destinado a leitores interessados em ficcao cientifica ou no trabalho de Asimov. A forma como o documento e estruturado sugere que
ele serve como uma introducao ou guia para o livro, possivelmente para incentivar a leitura ou discussao sobre a obra.
</ambito_e_conteudo>
<produtor>Isaac Asimov e Waldryano</produtor>
<idioma>por</idioma>
<notas_de_conservacao>Em bom estado</notas_de_conservacao>
<indexado_em>2024-05-12</indexado_em>
```


Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

O elemento *Código de referência* na técnica de descrição arquivística identifica a unidade de descrição através de uma codificação composta pelo código do país (BR), código da entidade custodiadora (BN) e um código específico definido pela unidade. CLARA utiliza uma função para gerar dinamicamente a terceira parte do código, que é construída por uma codificação representada por *primeiro_nome[:2].ultimo_nome[:3].data[:4]*. O *output* resultante nesse protótipo é BR BN Eu.Rob.2-11 executado pelo processo de geração do código. Essa fase é focada na garantia de uma informação única, o recorte de data pode ser modificado para qualquer campo apontado ou ser gerado de forma aleatória por uma *lib*[4] chamada *random.py*.

O título é extraído a partir de uma função específica dentro da classe que processa o documento. A extração é feita a partir do *prompt*, nesse comando o texto é encaminhado

3 Um espaço reservado para inserção futura, BN no caso, está somente simbolizando a Biblioteca Nacional. No contexto do CLARA, não há nenhuma entidade custodiada para representar.

4 Propositalmente estou usando a nomenclatura estrangeira de forma abreviada para não ocorrer confusão entre os leitores. Dentro do desenvolvimento de software, o termo lib significa library ou biblioteca.

para o modelo, buscando encontrar o título. Caso o título não seja encontrado no documento, a função utiliza as regras de nível da Nobrade para gerar um título baseado no nível de descrição do documento.

A data é identificada a partir da leitura do documento pela IAG e seu *output* é formatado em "%Y-%m-%d".

O nível de descrição é reforçado na requisição para não ocorrer confusões, é informado o significado dos níveis de 1 a 5 da Nobrade e é a IAG que define como "fundo", "série" ou "item documental", por meio de análise de texto.

Para determinar a dimensão e o suporte da unidade mais adequados, são fornecidas informações sobre a classificação por gênero (bibliográfico, cartográfico, eletrônico etc.), espécie (livro, mapa, fotografia, etc.) e tipo (folheto, carta, negativo, etc.).

A identificação do(s) produtor(es) é gerada por 3 instruções "Priorize nomes de pessoas ou entidades coletivas", "Se o documento for parte de um fundo/coleção, use o nome do fundo/coleção" e "Se houver múltiplos produtores, liste todos". Caso não seja identificado, será retornado a frase "Dado não disponível".

Dentre os outros campos apresentados, destaco o âmbito e conteúdo, o modelo consegue destacar as principais características do texto, como o tema do livro, o personagem principal, as outras séries de Asimov, o formato do documento, informações da submissão da obra no site e identifica que só lhe foi fornecida a introdução.

A descrição apresentada demonstra a capacidade da IAG como uma ferramenta de auxílio ao arquivista. O CLARA atendeu de maneira eficiente ao problema proposto, conseguiu identificar os elementos obrigatórios, desenvolver um código de referência, identificar a data de envio, nível de descrição, dimensão e suporte etc. Contudo, até o momento, o protótipo apresenta algumas deficiências, como a limitação no tamanho do conteúdo aceito e a prolixidade na descrição de algumas informações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

> Lembre-se de que, afinal, de agora até o final dos tempos, todos os conflitos são evitáveis. De agora em diante, apenas as Máquinas são inevitáveis! (Asimov, 2021, p. 524).

Asimov conclui sua obra refletindo sobre a inevitabilidade das máquinas. Embora o desfecho seja melancólico, não estamos necessariamente fadados a repetir os erros da humanidade retratados na ficção. Se partirmos desse pressuposto da inevitabilidade, cabe-nos elaborar estratégias para uma convivência harmoniosa e proveitosa.

O advento da inteligência artificial não deve ser encarado como um sintoma de obsolescência humana, mas sim, uma parte natural da nossa capacidade de criação "[...] o fim de um processo é sempre o começo de outro." (Lakatos e Marconi, 2007, p. 101).

Ao analisarmos o uso do CLARA para a descrição arquivística, podemos identificar os benefícios dessa tecnologia. Como exemplos, temos o aumento da eficácia, consistência e aderência às normas propostas. A IAG permite a geração rápida e precisa de descrições, liberando tempo para o arquivista. Dessa forma, ele pode se dedicar a tarefas mais complexas, como a interpretação, contextualização e tomada de decisões estratégicas.

Os resultados deste estudo corroboram a hipótese inicial de que a IAG apresenta potencial para automatizar a descrição arquivística. A revisão bibliográfica revela um crescente uso da IA no desenvolvimento de *softwares* dedicados a partir do lançamento do GPT 3.0 em novembro de 2022, indicando uma tendência à criação de ferramentas inteligentes para diversas áreas profissionais. Essas ferramentas podem incluir, tal como evidenciado pela pesquisa, a Arquivologia.

A IAG não representa uma ameaça, mas sim uma oportunidade para a evolução da Arquivologia. A supervisão humana e o conhecimento especializado são essenciais para garantir a qualidade, a adequação e a confiabilidade das descrições geradas. O arquivista do futuro precisará desenvolver habilidades como pensamento crítico, capacidade analítica e conhecimento técnico para trabalhar em conjunto com a IAG, atuando como curador, analista e guardião do patrimônio documental.

REFERÊNCIAS

ARREGUY, C. A. C.; NEGREIROS, L. R.; SILVA, W. A. Influências na estruturação de currículos de Arquivologia: as configurações acadêmico-institucionais, o contexto regional, o mercado laboral e o perfil docente. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.20, jun 2015. DOI https://doi.org/10.1590/1981-5344/2344. Acesso em: 20 abr. 2024.

ASIMOV, I. **Eu, robô.** 2021. Disponível em: https://www.recantodasletras.com.br/e-livros-de-contos/7181887. Acesso em: 20 abr. 2024.

DOHMKE, T; IANSITI, M; RICHARDS, G. Sea Change in Software Development: Economic and Productivity Analysis of the AI-Powered Developer Lifecycle. **Keystone**, 26 Jun. 2023. Disponível em: https://arxiv.org/pdf/2306.15033. Acesso em: 15 mar. 2024.

EBERT, C.; LOURIDAS, P.; Generative AI for Software Practitioners. **IEEE Software**, [s. l.], v. 40, ed. 4, p. 30-38, 4 out. 2023. Disponível em: https://ieeexplore.ieee.org/document/10176168. Acesso em: 15 mar. 2024.

HELDER, D. OLIVEIRA, L. de.; ChatGPT: conheça o robô conversador que viralizou por ter resposta para (quase) tudo. **G1**, 08 dez. 2022. Disponível em: https://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2022/12/08/chatgpt-conheca-o-robo-conversador-que-viralizou-por-ter-resposta-para-quase-tudo.ghtml. Acesso em: 10 ago. 2024.

HUTCHINSON, Clare; JOHN, Phil. 'Minha obra foi copiada por IA mais do que a de Picasso'. **BBC News Brasil**, [S. l.], 20 jul. 2023. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/articles/cqq42vdygqxo. Acesso em: 2 jun. 2024.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. 5. reimp. São Paulo: Atlas, 2007.

NOBRADE: **Norma Brasileira de Descrição Arquivística.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006. 124 p. ISBN 978-85-60207-02-2. Disponível em: https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/nobrade.pdf. Acesso em: 15 mar. 2024.

NURSKI, L.; RUER, N. Exposure to Generative Artificial Intelligence in the European Labour Market. **Bruegel**, 07 março 2024. Disponível em: https://www.bruegel.org/sites/default/files/2024-03/WP%2005.pdf. Acesso em: 5 mai. 2024.

PRODANOV, C. C.; DE FREITAS, E. C.. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

ROYCE, W. Managing the Development of Large Software Systems: Concepts and Techniques. In: **Proceedings of IEEE WESCON**. Piscataway, NJ, Estados Unidos: IEEE Press, ago. 1970, p. 1-9.

RUSSEL, S.; NORVIG, P. **Inteligência Artificial: A Modern Approach.** 3rd ed. Rio de Janeiro: [s. n.], 2016. 1145 p. ISBN 9780136042594.

SANTA ANNA, J. O arquivista como moderno profissional da informação: análise de competências à luz da literatura e da formação curricular. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, SP, v. 15, n. 2, p. 289–307, 2017. DOI: 10.20396/rdbci.v15i2.8644523. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8644523. Acesso em: 2 mai. 2024.

SIERRA-CASTAÑER, M.; ALLER, C. F. Análisis del impacto del 5G en la sociedade Madrid: **Fundación Alternativas**, 2021. Disponível em: Disponível em: https://www.fundacionalternativas.org/public/storage/publicaciones_archivos/e9c470dcd901d3fbe0a288f8e436b943.pdf Acesso em: 15 jun. 2024.

SOUZA, M. N. M. de. *et al*. Do gpt 3 ao chatgpt: potencialidades e alertas no enfoque da produção acadêmica brasileira. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, Boa Vista, v. 16, n. 47, p. 599–620, 2023. DOI: 10.5281/zenodo.10222348. Disponível em: https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/2732. Acesso em: 14 ago. 2024.

SUZUKI, S. O que é ChatGPT e por que alguns o veem como ameaça. **BBC News Brasil**, São Paulo, 19 jan. 2023. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/geral-64297796. Acesso em: 2 jun. 2024.

TRAVASSOS, G.H.; GUROV, D.; DO AMARAL. E. A. G; **Introdução a Engenharia de Software Experimental.** 52 f. Relatório Técnico. Programa de Engenharia de Sistemas e Computação, COPPE, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2002. Disponível em: https://www.cos.ufrj.br/uploadfile/es59002.pdf. Acesso em: 15 ago. 2024.

ARQUIVOLOGIA E APRENDIZAGEM DE MÁQUINA: CLASSIFICAÇÃO AUTOMÁTICA DE DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS

ARCHIVAL SCIENCE AND MACHINE LEARNING: AUTOMATIC CLASSIFICATION OF ARCHIVAL DOCUMENTS

Gustavo Zanini Kantorski
Universidade Federal de Santa Maria
Débora Flores
Universidade Federal de Santa Maria

Resumo

Atualmente, a evolução das técnicas de inteligência artificial e aprendizado de máquina têm apoiado várias áreas do conhecimento. Na arquivologia, uma das operações da gestão arquivística é a classificação de documentos de arquivo. NEste texto é abordado como o aprendizado de máquina pode apoiar a arquivologia na classificação automática de documentos de arquivo. Experimentos em documentos reais em uma instituição de ensino superior mostram que a abordagem utilizada alcança bons resultados na previsão das tipologias documentais dos documentos. Os resultados demonstram uma acurácia média de 98% na previsão da classificação dos documentos de arquivo.

Palavras-Chave: Arquivologia; Aprendizado de máquina; Classificação de documentos.

Abstract

Nowadays, the evolution of artificial intelligence and machine learning techniques has supported several areas of knowledge. In archival science, one of the archival

management operations is the classification of archival documents. This text presents how machine learning can support archival science in the automatic classification of archival documents. Experiments on real documents show that the used approach reaches good results in predicting the document typologies. The results demonstrate an average acuracy equals to 98% on the prediction of documents classification.

Keywords: Archival science; Machine learning; Records classification

INTRODUÇÃO

A gestão arquivística de documentos é importante tanto do ponto de vista pessoal quanto institucional. Guardar documentos nem sempre é uma tarefa fácil, já que exige organização detalhada e senso de importância, uma vez que perdê-los pode trazer várias consequências. Além disso, guardar documentos sem um mecanismo eficiente de localização no momento necessário não é prático. Um mecanismo eficiente de acesso e localização é tão importante quanto qualquer outra etapa da gestão arquivística.

Classificar e arquivar documentos de maneira adequada tornaram-se pontos primordiais nos cuidados da documentação. O Conarq (2020) afirma que classificar é uma das atividades do processo de gestão de documentos arquivísticos, que inclui procedimentos e rotinas específicas que possibilitam maior eficiência e agilidade no gerenciamento e controle das informações. Rosseau e Couture (1998) declaram que a classificação consiste em organizar os documentos produzidos e recebidos pela organização no exercício de suas atividades, de forma a constituir-se em um referencial para a sua recuperação. O plano de classificação de documentos de arquivo para a administração pública foi elaborado pelo Arquivo Nacional e constitui elemento essencial à organização dos arquivos (Conarq, 2020).

Neste contexto, automatizar a tarefa de classificar documentos de arquivo pode ajudar as pessoas na identificação do assunto principal do documento reduzindo o tempo de execução dessa tarefa. Um dos paradigmas da ciência da computação é a inteligência artificial (IA). Uma das áreas de atuação da IA é a computação por aprendizagem, na qual técnicas são desenvolvidas para permitir que o computador possa aperfeiçoar seu desempenho em determinada tarefa (Mitchel, 1997).

Este artigo apresenta uma abordagem para classificação automática de documentos de arquivo em uma instituição federal de ensino superior. Este processo envolve um conjunto de atividades desde a identificação do documento até a classificação automática da sua classe (tipo documental). O presente trabalho utiliza algoritmos de mineração de dados e textos para classificação, com uma análise quantitativa qualitativa com abordagem exploratória, por meio de estudo de caso.

ARQUIVOLOGIA, APRENDIZADO DE MÁQUINA E CLASSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS – TRABALHOS RELACIONADOS

A CTDE (2011) afirma que a classificação é o ato ou efeito de analisar e identificar o conteúdo dos documentos arquivísticos e de selecionar a classe sob a qual serão recuperados. Essa classificação é feita a partir de um plano de classificação elaborado pelo órgão ou entidade. Um plano de classificação é um esquema de distribuição de documentos em classes, de acordo com métodos de arquivamento específicos, elaborado a partir do estudo das estruturas e funções de uma instituição e da análise do arquivo por ela produzido. Lopes (2000) define a classificação como a ordenação intelectual e física de acervos, baseada na proposta de hierarquização das informações.

Em 2018 foi proposta, por Nathaniel Payne (2018), a criação de um campo de estudos que engloba Arquivologia, Ciência da Informação e Ciência da Computação, denominado *Computational Archival Science* (CAS). Esse campo consiste na aplicação de métodos e recursos computacionais aplicados ao processamento de documentos e arquivos em larga escala.

Os relacionamentos entre Arquivologia e IA são apresentados no trabalho de Colavizza et all (2021). Covalizza et all (2021) apresentam o primeiro *survey* relacionando Arquivologia e IA. O foco do trabalho é no modelo R*ecords Continuum* e a abordagem do trabalho é na relação entre IA e documentos de arquivo em todas as suas facetas desde a criação, gestão e uso (Covalizza, 2021). Cushing e Ostin (2023) descrevem um estudo sobre a implementação da IA na prática arquivística, apresentando os pensamentos e opiniões dos profissionais de arquivo com relação ao uso da tecnologia de IA no seu trabalho. Os resultados apresentadas por (Cushing e Ostin, 2023) não são gerais mas sugerem que a IA combinada com uma visão de tecnologia disruptiva da IA pode levar os profissionais de arquivo a mudar a forma como caracterizam e comunicam a experiência sobre arquivo digital.

Existem trabalhos na literatura que abordam questões de classificação automática de documentos. Souza (2016) discute os problema de identificação de informações sensíveis e apresenta uma abordagem para classificação automática de documentos em arquivos, com a finalidade de verificar se os documentos podem ser divulgados ou devem permanecer restritos. Büttner (2019) apresenta um projeto de prova de conceito no qual a classificação automática baseada em regras semânticas para documentos oficiais no Conselho da Europa foi desenvolvida para dispensar os criadores de registros do fornecimento de metadados e aumentar a qualidade dos metadados do assunto.

Sönmez (2016) descreve um sistema para rastreamento automático de recursos digitais sobre protestos sociais no Brasil, por meio do qual um classificador detecta relatos relacionados a protestos em um *feed* de notícias e a extração de entidades é usada para indexar os registros. Tkachenko e Denisova (2022) apresentam uma abordagem de classificação automática de documentos de uma universidade em quatro classes usando

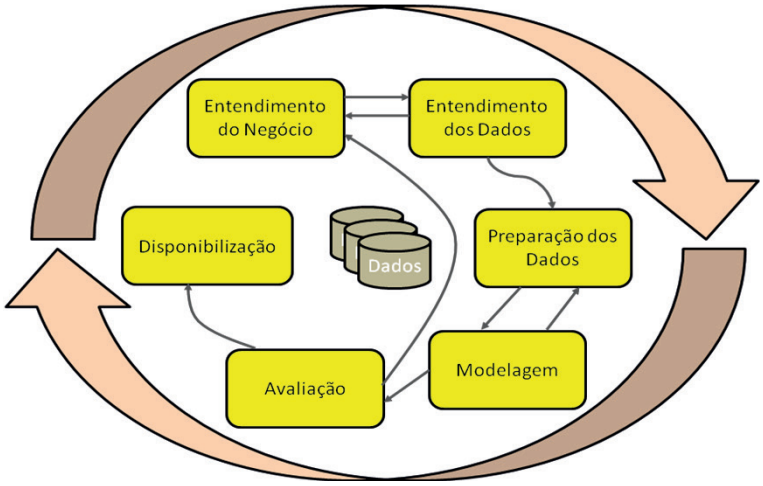
medidas de frequência das palavras incluídas nos documentos. Wang et all (2021) descreve a classificação de itens de catálogo de dados em onze rótulos do maior arquivo temático da Dinastia Qing por meio de métodos de aprendizagem de máquina.

ABORDAGEM PARA CLASSIFICAÇÃO AUTOMÁTICA DE DOCUMENTOS DE ARQUIVO

Esta seção apresenta a metodologia CRISP-DM (*CRoss-Industry Standard Process for Data Minning*) (Chapmann, 2000) que foi utilizada para a implementação da abordagem de classificação automática de documentos. Salienta-se que uma revisão realizada por Schörer et all. (2021) sobre o CRISP-DM demonstra que a metodologia CRISP-DM continua como padrão para mineração de dados (Figura 1).

A primeira etapa (Figura 1) é o entendimento do negócio e tem como objetivo identificar os objetivos do usuário sob o ponto de vista de descoberta de conhecimento. A Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) é órgão da administração pública federal e possui um Sistema de Processo Eletrônico próprio, chamado PEN-SIE (Processo Eletrônico Nacional – Sistema de Informação para o Ensino). O PEN-SIE é um Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos (SIGAD) desenvolvido pela UFSM e que gerencia os processos eletrônicos na instituição. O PENSIE possui um plano de classificação de documentos com temporalidades e destinação de documentos. Para realização dos experimentos foram utilizados documentos referentes a portarias de pessoal. A tarefa de aprendizagem proposta neste trabalho é de classificação supervisionada, aplicada a um conjunto de documentos de pessoal, mais relacionada a sete classes, referentes a gratificações, licenças, provimentos, reestruturação e alteração salarial.

Figura 1. Metodologia CRISP-DM



Fonte: Chapman, 2000.

O entendimento e preparação dos dados consiste na manipulação dos documentos de arquivo e como eles serão adequados para a mineração. Os documentos de arquivo são formados por um conjunto de campos textuais, os quais foram consolidados em um único atributo. Após a geração desse conjunto de dados foram aplicadas técnicas de extração e tratamento dos dados. Além disso, o conteúdo de cada documento foi segmentado em palavras e foram aplicados métodos utilizados em recuperação de informações para avaliar as palavras. Os campos textuais foram convertidos em um conjunto de atributos numéricos que representam o cálculo da ocorrência de cada palavra que está contida no texto e no total de documentos avaliados.

Para a análise dos documentos foram consideradas várias medidas utilizadas na área de recuperação de informação. A frequência do termo *tf* (*term frequency*) representa o número de vezes que um termo *t* (palavra) ocorre em um determinado documento *d* e é dada pela equação $tf_{t,d} = \frac{contagem\ de\ t\ em\ d}{numero\ de\ termos\ em\ d}$. Outra medida é o *document frequency* (*df*) a qual representa o número de documentos que contém o termo *t*. E, finalmente, a medida de *inverse document frequency – idf* que representa a frequência de documento inversa, cujo objetivo é medir a raridade com que o termo *t* (palavra) surge ao longo do conjunto de documentos, e é definida pela equação $idf_t = log_2(\frac{número\ de\ documentos}{(df_t + 1)})$.

A etapa de modelagem consiste na fase de mineração de dados propriamente dita. Nesta etapa é selecionada a técnica de modelagem que será aplicada para solução da tarefa. A classificação dos documentos foi realizada por meio de técnicas de mineração de textos aplicadas aos documentos de arquivo. A Figura 2 mostra os passos realizados para a mineração dos documentos de arquivo da instituição.

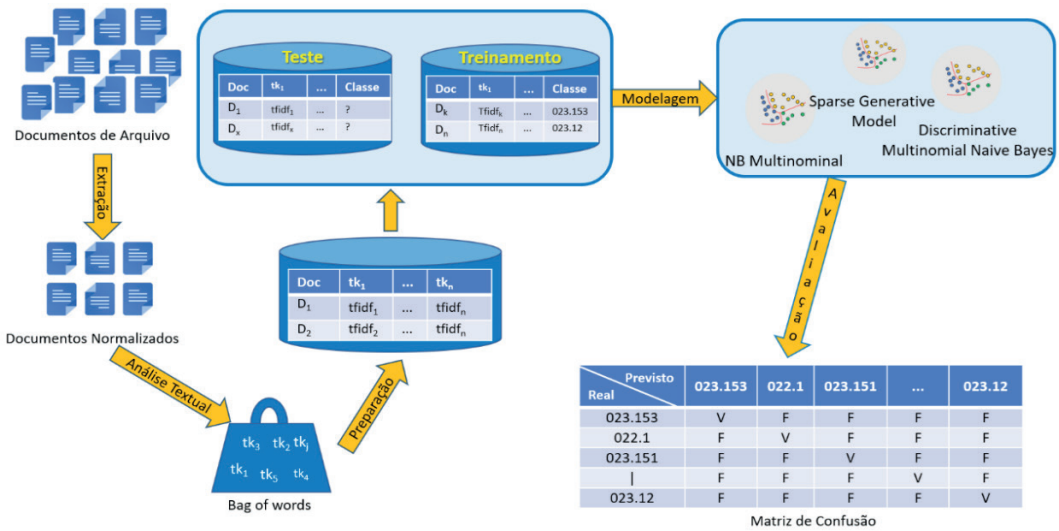
O primeiro passo é selecionar todos os documentos que serão analisados. Essa seleção é realizada por meio da extração do portal de processos (portal.ufsm.br/documentos). O conteúdo desses processos, mais especificamente o conteúdos dos campos que compõem o processo são extraídos. Após a extração das informações, técnicas de análise textual são aplicadas. O método utilizado para análise textual é o *bag of words*, no qual são extraídas as palavras do texto formando um conjunto de palavras que representam o conteúdo do documento, sem relação com a ordem em que as palavras aparecem no documento. Além disso, durante o processo de geração das palavras, é aplicada uma *stoplist*. *Stoplist* é uma lista de palavras consideradas irrelevantes (*stop words*) para o conjunto de documentos analisados. As *stop words* mais comuns são artigos, preposições, pequenas palavras, conjunções. No fim desta etapa tem-se um conjunto de palavras que representam o documento de arquivo.

O próximo passo é organizar essas palavras para que seja possível classificar os documentos conforme o plano de classificação de documentos. Assim, para cada palavra são gerados atributos numéricos representando o *tf* (*term frequency*) e o *idf* (*inverse document frequency*) e o valor armazenado para cada palavra do documento é o produto $tf_{t,d}$ x

idf$_t$, No fim desta etapa, cada documento é representado por um vetor de palavras e seus respectivos *tfxidf*.

Para realizar a mineração é preciso dois conjuntos de dados. Um conjunto de dados rotulados chamado treinamento e um conjunto de dados não rotulados chamado de teste. A partir dos dados de treinamento são construídos modelos de aprendizagem. Os modelos construídos são aplicados no conjunto de testes para determinar qual(is) a(s) classe(s) (tipologia documental) serão classificados os demais documentos de arquivo. As classes utilizadas para classificação automática são descritas na seção 4.

Figura 2. Arquitetura Proposta para Classificação Automática de Documentos



Fonte: Autor.

O processo de avaliação interpreta e avalia os resultados em relação aos objetivos de mineração definidos na etapa de entendimento do negócio. A avaliação será baseada em métricas para avaliação de desempenho. Finalmente, se a avaliação for positiva, a etapa de disponibilização entrega o produto final para aplicação prática. Na Figura 2, a avaliação do modelo pode ser visualizada pela matriz de confusão.

AVALIAÇÃO EXPERIMENTAL

Os experimentos foram realizados em uma base de 11.041 documentos. Todos os documentos são portarias emitidas pela instituição no período de 2014 a 2024. Os documentos foram convertidos em um conjunto de 4.862 palavras, representadas pelos respectivos *tfxifd*. Os documentos estão distribuídos conforme um subconjunto de classes do plano de classificação, mostrado na Tabela 1.

Tabela 1. Tipo Documental e Quantidade de Documentos

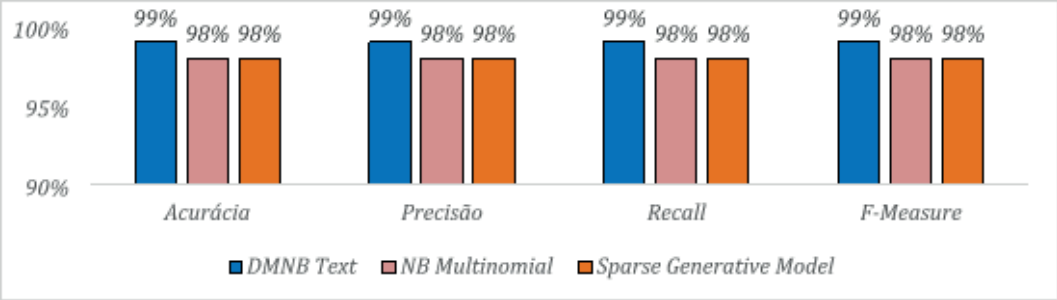
Plano de Classificação		Documentos
023.153	Cargos em comissão (Gratificações)	1.347
022.1	Provimento de cargo público	2.259
023.151	Função (Gratificações)	2.467
026.51	Aposentadoria	144
026.53	Aposentadoria voluntária	1.694
023.3	Licenças. Acidente em serviço, adotante, afastamento do cônjuge, atividade política, capacitação profissional, desempenho de mandato classista, tratamento de saúde (inclusive perícia médica)	1.424
023.12	Reestruturação e alteração salarial (Pagamento de vencimentos. Remunerações. Salários. Proventos)	1.706

Para avaliação foram utilizadas as métricas tradicionais de avaliação de modelos de aprendizagem. As métricas utilizadas são a acurácia, a precisão, o *recall* e a f-*measure*. A acurácia determina a taxa de acerto do modelo na previsão da classificação de novos documentos. A precisão é dada pela fração considerada relevante do total previsto pelo modelo. O *recall* mede a fração prevista do total considerado relevante. A medida *f-measure* combina a precisão e o recall em uma só medida. A medida *f-measure* é dada por $f_measure = 2 * ((Precisão * Recall)/(Precisão + Recall))$

Os experimentos foram executados em um conjunto de documentos e utilizada a técnica de *cross-validation* com 10 partições para melhorar a capacidade preditiva do modelo. Foram utilizados três algoritmos de aprendizagem: *Discriminative Multinomial Naive Bayes* (DMNB) (Su, 2008), Naïve Bayes Multinomial (NB Multinomial) (Mccalum, 1998) e Sparse Generative Model (Puurula, 2012).

A Figura 3 descreve os resultados alcançados em cada modelo. Os modelos construídos alcançaram um ótimo desempenho na previsão. O modelo DMNB foi melhor que os demais modelos em todas as métricas. Os valores de precisão e recall são semelhantes nos três modelos. Todos os modelos tiveram uma acurácia média de 98%, com precisão e recall elevados.

Figura 3. Resultado das Métricas de Avaliação



Fonte: Autor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este texto propõe uma abordagem automática para classificação de documentos de arquivo. Os algoritmos utilizados na classificação automática alcançaram uma média de 98% na taxa de acerto das classes. Ainda, os resultados obtidos de precisão e recall foram altos (acima de 98%). Geralmente, em casos práticos, um dos valores é alto e o outro nem tanto. O caso aqui apresentado apresenta valores altos para ambas as medidas, o que motiva a conclusão positiva do uso de aprendizagem de máquina para classificação automática de documentos de arquivo.

Os resultados obtidos abrem a perspectiva de trabalhos futuros. A avaliação de outros algoritmos de aprendizagem pode ser incorporada na previsão das classes do plano de classificação. Além disso, a grande quantidade de classes assim como o grande volume de documentos da instituição são desafios futuros, relativos a escalabilidade e desempenho dos modelos. Finalmente, o método apresentado pode ser aplicado e compartilhado com outras instituições, pois a solução proposta é independente do sistema informatizado de gestão arquivística de documentos utilizado pela instituição.

REFERÊNCIAS

BÜTTNER, Gesa. Auto-classification in an international organization: report from a feasibility study. **Comma**, v. 2017, n. 2, p. 15-26, 2019.

CHAPMAN, Pete et al. *CRISP-DM 1.0 Step-by-step data mining guide*. 2000.

CONARQ, *Classificação, temporalidade e destinação de documentos de arquivo; relativos às atividades-meio da administração pública*. Arquivo Nacional. RJ: Arquivo Nacional, 2020.

COLAVIZZA,G., BLANKE,T., JEURGENS,C. NOORDEGRAAF,J. Archives and AI: An overview of current debates and future perspectives. **ACM Journal on Computing and Cultural Heritage (JOCCH)**, v. 15, n. 1, p. 1-15, 2021.

CTDE. *Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos: e-ARQ*. Câmara Técnica de Documentos Eletrôicos. Rio de Janeiro: Conarq, 2011.

CUSHING,A.L.;OSTI,G. So how do we balance all of these needs?: how the concept of AI technology impacts digital archival expertise. **J. of Documentation**, v.79, n.7, p.12-29, 2023.

LOPES, Luis Carlos. *A nova arquivística na modernização administrativa*. Rio de Janeiro: Papeis e Sistemas Assessoria, 2000.

MCCALLUM, Andrew, NIGAM, Kamal. A comparison of event models for naive bayes text classification. In: **AAAI-98 workshop on learning for text categorization**. 1998. p. 41-48.

MITCHELL, Tom. *Machine learning*. 1997. Burr Ridge, IL: McGraw Hill, v. 45, 1997.

PAYNE,N;BARON,J.R.Auto-categorization methods for digital archives. In: IEEE CONFERENCE ON BIG DATA, 2017, Boston, USA. **Proceedings** [...]. 2017. p.2288-2298.

PUURULA, A. Scalable Text Classification with Sparse Generative Modeling. Proceedings of the 12th Pacific Rim International Conference on Artificial Intelligence. 2012.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol; ARÈS, Florence. *Os fundamentos da disciplina arquivística*. Publicações Dom Quixote, 1998.

SCHRÖER, C.; KRUSE, F.; GÓMEZ, J. M. A systematic literature review on applying CRISP-DM process model. Procedia Computer Science, [s. l.], v. 181, p. 526-534, 2021.

SOUZA,R. R. et al. Using artificial intelligence to identify state secrets. **arXiv preprint arXiv:1611.00356**, 2016.

SONMEZ,C; ÖZGÜR, A.; YÖRÜK, E. Towards building a political protest database to explain changes in the welfare state. In: **Proceedings of the 10th SIGHUM Workshop on Language Technology for Cultural Heritage, Social Sciences, and Humanities**. 2016. p. 106-110.

SU, J., ZHANG, H. LING C.X., MATWIN,S. Discriminative parameter learning for bayesian networks. In: **Proc. of the 25th international conf. on Machine learning**. 2008. p. 1016-1023.

TKACHENKO, A. L.; DENISOVA, L. A. Designing an information system for the electronic document management of a university: automatic classification of documents. In: **Journal of Physics: Conference Series**. IOP Publishing, 2022. p. 012035.

WANG, Zhiyu et al. Text Analysis and Visualization Research on the Hetu Dangse During the Qing Dynasty of China. **Information Technology and Libraries**, v. 40, n. 3, 2021.

O USO DE INTELIGÊNCIAS ARTIFICIAIS GENERATIVAS NOS ARQUIVOS: EPISTEMICÍDIOS E TECNOCÍDIOS CONSEQUENTES

THE USE OF GENERATIVE ARTIFICIAL INTELLIGENCE IN ARCHIVES: EPISTEMICIDES AND CONSEQUENT TECHNOCIDES

Felipe Arthur Cordeiro Alves
Universidade Federal da Paraíba

Wendia Oliveira de Andrade
Universidade Federal do Pará

Edivanio Duarte de Souza
Universidade Federal da Paraíba

Resumo

Trata-se do uso das inteligências artificiais na contemporaneidade arquivística, considerando os impactos no desempenho das funções do profissional da informação, em especial, aquele que atua nos arquivos. Nesse contexto, objetiva-se discutir possibilidades de epistemicídios e de tecnocídios decorrentes do uso de inteligências artificiais generativas nas instituições arquivísticas. Discute-se, em particular, o epistemicídio, a partir de uma revisão de literatura, com abordagem qualitativa e analítico-subjetiva. A emergência do uso de *chatbots* e da geração de linguagem algorítmica, mediados pelos recursos tecnológicos digitais, apresenta potencialidade do esfacelamento do pensamento. Longe de neutralidade, em sua funcionalidade básica, essas tecnologias podem atentar contra alguns princípios da Arquivologia e contra algumas funções arquivísticas. Considera-se que o uso indiscriminado dessas inteligências e de seus variados espécimes podem causar silenciamentos de povos subalternizados e tecnocídios referentes às atividades arquivísticas.

Palavras-Chave: Inteligência artificial; Epistemicídio - arquivologia; Tecnocídio - arquivologia.

Abstract

It deals with the use of artificial intelligence in contemporary archival times, considering the impacts on the performance of the functions of information professionals, especially those who work in archives. In this context, it aims to discuss possibilities of epistemicides and technocides arising from the use of generative artificial intelligence in archival institutions. It discusses, in particular, epistemicide, based on a literature review, with a qualitative and analytical-subjective approach. The emergence of the use of chatbots and the generation of algorithmic language, mediated by digital technological resources, presents the potential for the disintegration of thought. Far from neutral in their basic functionality, these technologies may undermine some principles of Archival Science and some archival functions. It considers that the indiscriminate use of these intelligences and their variables can cause the silencing of subordinated peoples and technocides related to archival activities.

Keywords: Artificial intelligence; Epistemicide - archival science; Technocide - archival Science.

INTRODUÇÃO

Em uma perspectiva histórico-holística, é possível considerar que invariavelmente o mundo esteve imerso em uma ambiência de crises de diversas naturezas: socioeconômicas, diplomáticas, culturais, religiosas, ambientais e climáticas, entre outras. Todavia, atualmente, é possível observar uma crise idiossincrática da humanidade contemporânea: a crise da temporalidade. Segundo Han (2016), essa crise temporal não passa pela aceleração, uma vez que essa época ficou para trás, sendo a aceleração apenas um dos sintomas da dispersão temporal. A presente crise remete à dissincronia, que conduz a diversas alterações temporais e à parestesia. Falta ao tempo um ritmo ordenador, na medida em que a dissincronia faz com que o tempo tropece. A sensação de aceleração do tempo tem origem na percepção de que o tempo tropeça sem qualquer rumo.

Nesse cenário, emerge uma tecnologia que promete otimizar drasticamente diversas rotinas cotidianas, a inteligência artificial (IA). Consoante Silva Albuquerque (2023), a

IA é um campo da Ciência da Computação focado na criação de sistemas inteligentes que podem operacionalizar tarefas que exigem inteligência humana, por exemplo, reconhecimento de voz, processamento de linguagens e tomada de decisões, entre outros. De modo geral, uma IA é alimentada por algoritmos de aprendizado de máquinas e por redes que podem-se desenvolver por meio de dados e de experiências anteriores.

Segundo Luz (2023), uma IA, por exemplo, o *ChatGPT*[1], pode ser enquadrada em diferentes tipos de inteligências dessa natureza, dependendo da perspectiva adotada. Dessarte, é preciso cautela no momento de classificar uma IA. No tocante a este estudo, é importante ressaltar que "[...] uma IA generativa [...] é capaz de produzir conteúdo a partir de uma imensa base de dados distribuída pela internet ou localmente" (Arruda, 2024, p. 01).

A popularização da IA causou entusiasmo na sociedade, em um primeiro momento, impulsionando inúmeros profissionais, inclusive arquivistas, a questionar condições e possibilidades de uso dessas tecnologias, em suas ambiências de trabalho. Contudo, em um segundo momento, observou-se que o advento e o desenvolvimento desses artefatos podem acirrar alguns problemas pré-existentes, tais como práticas desinformacionais[2], diminuição de oferta de empregos oriunda de automação laboral, propagação de preconceitos e de discriminações e aumento da dependência tecnológica, entre outras.

No contexto arquivístico, além dos problemas citados, o uso da Inteligência Artificial Generativa (IAG), nas atividades arquivísticas, pode ocasionar, por exemplo, epistemicídios e tecnocídios. Ambos os conceitos são derivados do termo genocídio. Conforme Pessanha (2019, p. 169), o epistemicídio pode ser compreendido como "a morte do pensamento". Em outras palavras, conhecimentos de povos subalternizados em situação de vulnerabilidade social são silenciados, apagados ou deliberadamente esquecidos. Em que pese o fato de, em uma revisão de literatura, não ter sido encontrado o conceito de tecnocídio, no caso arquivístico, considera-se aqui como a morte de alguns procedimentos técnicos inerentes ao trabalho do arquivista, podendo levar até ao desaparecimento total/parcial da profissão de Técnico em Arquivo.

Nessa direção, o objetivo deste estudo de cunho teórico é discutir as possibilidades de epistemicídios e de tecnocídios decorrentes do uso da IAG nas instituições arquivísticas, tomando, como ponto de partida, os impactos das tecnologias digitais no mundo do trabalho.

---

1 Uma linguagem *Generative Pre-Trained Transformer* (GPT) pode ser entendida como um *chatbot*, um programa de computador capaz de atender a solicitações de usuários, desempenhando, com certa autonomia, atividades, tais como simular conversas e respostas, e, mais de modo mais complexo, "aprender" artificialmente elaborando uma linguagem quase humana (Irigaray; Stocker, 2023).

2 Segundo Marques, Alves e Medeiros (2023), podem ser consideradas práticas desinformacionais, entre outras, *fake news*, *fake sciences*, testemunhais falsos e teorias da conspiração.

DESENHO TEÓRICO-METODOLÓGICO DA PESQUISA

No que concerne à justificativa, vale pontuar que as principais temáticas deste estudo — IA, epistemicídio, tecnocídio — mostram-se bastante relevantes para a sociedade, em geral[3], e para a Arquivologia, em particular, posto que o tema é de bastante tomo, ao considerar que essa tecnologia pode impactar diretamente os procedimentos técnicos e intelectuais dos arquivistas, bem como a própria existência da profissão.

Além da complexidade de que se reveste o processo emergente de artificialização porque passam atores sociais, em diferentes ambientes culturais, é forçoso pontuar que o corpo autoral deste estudo está relacionado, direta e indiretamente, ao campo arquivístico, possuindo lugar de fala de quem observa o fenômeno em nível técnico e teórico. Consoante Ribeiro (2017), todas as pessoas possuem lugar de fala, sendo fundamental que os indivíduos se reconheçam como pertencentes a um grupo social privilegiado e, em termos de lócus social, consigam enxergar hierarquizações produzidas a partir desse lugar.

A pesquisa foi desenvolvida a partir de levantamento bibliográfico, sob um viés analítico-subjetivo (Gil, 2008), em aproximação às particularidades do espaço da enunciação da autoria. A pesquisa bibliográfica tem como vantagem "[...] permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla [...]. Esta vantagem se torna particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço." (Gil, 2008, p. 50).

Para a composição do arcabouço bibliográfico deste estudo, foram utilizadas fontes diversas, como teses, dissertações, livros, resumos expandidos inseridos em anais de eventos, artigos inseridos na Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI). Vale salientar que as pesquisas foram realizadas fazendo uso das palavras-chave deste estudo ou nas correlatas. Além disso, não foi feito qualquer recorte temporal e enquanto critério, optou-se por utilizar preferencialmente autores nacionais, visto que o presente estudo está inserido em um escopo de evento nacional, desenvolvendo a interdisciplinaridade na Arquivologia.

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E TERCEIRIZAÇÃO DA MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA

A indústria cinematográfica é uma das grandes responsáveis pela "fetichização" das inteligências artificiais. Películas como "Exterminador do Futuro" e os derivados

3 A pesquisa "Prioridades Antirracistas sobre Tecnologia e Sociedade" consultou setores da sociedade civil organizada, das universidades, das mídias, da imprensa, dos trabalhadores do setor público e privado acerca das prioridades em torno do antirracismo na tecnologia. Nesse sentido, a pesquisa apontou que as principais prioridades são, nesta ordem: epistemicídio/apagamento; falta de diversidade e inclusão; inteligência artificial e algoritmização; vigilância e violência estatal; opressões interseccionais; empregabilidade e forma técnica; privacidade de dados e cibersegurança, entre outros. (Rede Negra em Tecnologia e Sociedade, 2021).

do universo "Matrix"[1] são exemplos disso, demonstrando sempre uma hipérbole dos poderes de inteligências artificiais, mas a conjuntura atual ainda se encontra distante do que foi exposto nas ficções científicas. Para além das obras cinematográficas, têm-se as literárias e ficcionais, como Eu, Robô de autoria de Isaac Asimov - com primeira edição em início dos anos 1950 -, contudo, reitera-se que o cinema facilitou a compreensão massiva das IA, em na maioria dos casos, fora retratada como vilã em busca de supremacia sobre os homens no desenvolvimento das suas atividades mais simples às mais complexas.

Vale salientar que o fetichismo em torno das inteligências artificiais não deve ser resumido apenas ao senso comum de desejo desregrado ou compulsivo. Marques (2022) menciona o fetichismo de base marxiana que representa a ilusória projeção em coisas características da sociedade capitalista. Por exemplo, o fetichismo do dinheiro, da mercadoria e dos juros. Considerando as inteligências artificiais enquanto produto de otimização do trabalho da sociedade capitalista se faz possível enquadrá-la nessa categoria fetichista.

Ao discorrer sobre a dor na sociedade paliativa, o filósofo sul-coreano Han (2021) discorre que a informação em si mesma não leva nem à experiência, nem ao conhecimento. Falta a elas a negatividade da metamorfose. É a negatividade da dor que constitui o pensamento. A dor diferencia o pensamento do cálculo, da IA. A dor é responsável por aprofundar o pensamento. Em contrapartida, no cálculo não há profundidade.

Com efeito, a IA deve ser entendida enquanto uma ferramenta de otimização do trabalho, pois é limitada. A capacidade de sentir dor é um diferencial abissal entre humanos e máquinas no que tange a construção de conhecimento. Ao passo em que a IA utiliza algoritmos para produzir conteúdo, a humanidade tem um grande lastro histórico de elaboração de pensamento oriundo das dores da vida humana, materializadas em músicas, poemas, livros, construções científicas, entre outros suportes.

Segundo Han (2021, p. 78):

> Em oposição ao cálculo, o pensamento gera uma visão inteiramente diferente do mundo, sim, um mundo diferente. Apenas o vivo, a vida capaz de sentir dor, consegue pensar. Falta à inteligência artificial, justamente, essa vida [...] A inteligência artificial é apenas um aparelho de cálculo. Ela é, de fato, capaz de aprender, também capaz de *deep learning* [aprendizado profundo], mas ela não é capaz de [ter] experiência. Apenas a dor metamorfoseia a inteligência em espírito. Não haverá nenhum algoritmo da dor. 'Só a grande dor', a 'longa e lenta dor' que 'toma seu tempo' é, segundo Nietzsche, 'a última libertadora do espírito'.

1 A relação entre inteligência artificial e a indústria cinematográfica pode ser conhecida com mais profundidade em https://www.bbc.com/portuguese/articles/cp0z3d7g5m70. Acesso em: 15 ago. 2024.

Da relação entre a Arquivologia e as IA, vale pontuar que em muitos casos o fazer arquivístico pode ser doloroso. As dificuldades e desafios inerentes ao trabalho arquivístico propiciam ao arquivista uma experiência dolorosa e gozosa de ser um profissional da informação. Embora a IA tenha uma alta capacidade de aprendizagem, há conhecimentos arquivísticos que a frieza dos cálculos, dos metadados e dos algoritmos não é capaz de atingir em sua profundidade e complexidade. Ou seja, o toque humano se faz necessário.

A relação entre a Arquivística e a IA surge da necessidade crescente de lidar com grandes volumes de informações, físicas e digitais, em proporções exponenciais a cada dia. É certo que a aplicação da IA em arquivos oferece oportunidades para melhorar a eficiência, a precisão e a capacidade de processar essas informações, além de ajudar na tomada de decisões relacionadas à gestão de documentos digitais e na difusão dos acervos arquivísticos. Com efeito, os principais desafios da Arquivística são a classificação e a descrição dos documentos que favorecem o acesso e a recuperação das informações desejadas. A IA pode desempenhar um papel importante nesse processo, utilizando técnicas de processamento de linguagem natural, reconhecimento de padrões e de algoritmo de aprendizado de máquina para automatizar tarefas de indexação, de categorização e de descrição de documentos (Silva Albuquerque, 2023).

A comunidade acadêmica e arquivista possuem o *múnus* de exercer um papel de responsabilidade social perante a sociedade, atuando na luta por uma sociedade mais equitativa e fraterna. Silva (2009, n. p.) discorre que "a responsabilidade social aparece como uma categoria a ser representada com base no princípio ético do fazer universitário, e o dever das universidades para com os (as) alunos (as) e diversos grupos sociais".

Os profissionais da informação devem assumir uma responsabilidade social e ética. A primeira consiste em formar profissionais a partir de um processo ético que vise ao respeito aos grupos socialmente vulneráveis. Novas formas de conhecimento e de disseminação da informação são desafios a serem enfrentados por esses profissionais frente a diversos problemas que revelam o quadro de desigualdade racial em que se colocam inúmeros cidadãos brasileiros (Santana; Aquino, 2009).

Todavia, o uso de IAG em arquivos pode comprometer a responsabilidade social dos arquivistas, bem como suas ações mediadoras. Na verdade, além disso, existe a potencialidade de terceirização de ambas, nas situações diversas em que os profissionais estariam confiando essas questões a tecnologias disruptivas, em um processo de mediação tecnológica digital crescente. Não se pode perder de vista, conforme Almeida Júnior (2015, p. 25, grifo nosso), que a mediação da informação pode ser entendida como:

> [...] toda ação de interferência – realizada em um processo, por um profissional da informação e **na ambiência de equipamentos informacionais** –, direta ou indireta; consciente ou inconsciente;

> singular ou plural; individual ou coletiva; visando à apropriação de informação que satisfaça, parcialmente e de maneira momentânea, uma necessidade informacional, gerando conflitos e novas necessidades informacionais.

Frente a essas potencialidades, observa-se a necessidade de os arquivistas se reconhecerem como mediadores atuantes, pois, além de lidar com instrumentos de trabalho, que não são neutros, a interferência deflagrada em diversos momentos do fazer arquivístico não pode ser negada cotidianamente. A contemporaneidade requer dos agentes mediadores uma reta intenção de mudar realidades, que sejam capazes de enriquecer os usuários dos espaços em que atuam profissionalmente. Com efeito, ser mediador é tomar para si o compromisso de participar, ativa, responsável e eticamente, da vida das pessoas, a fim de que elas possam modificar sua maneira de ser e de estar no mundo (Santos Neto; Bortolin, 2019).

Ao pensar em IA, especialmente na IAG, deve-se refletir sobre as mudanças que esse novo paradigma causará, em todas as questões científicas que serão levantadas, em conceitos que poderão ser preteridos e em experiências que poderão ser abandonadas, entre outras coisas. O fato é que esse tipo de inteligência tem potencial de evolução e de inovação para impactar significativamente diversos setores e áreas do conhecimento. No âmbito informacional, a recuperação da informação pode ser uma das áreas mais afetadas. Pelo menos, grande parte dos modelos tradicionais e atuais, como os mecanismos de busca, apresentarão novos formatos e demandas. Isso gera a necessidade de discussão acerca de como as ambiências informacionais deverão ser construídas, sobretudo, no que tange aos seus sistemas de busca e de recuperação da informação (Coneglian et al., 2023).

O arquivista não deve terceirizar descuidadamente suas ações mediadoras a outros profissionais ou mesmo às máquinas. A terceirização de atividades arquivísticas já ocorre, em certa medida, na elaboração de *softwares*, de *hardwares* e de outros equipamentos que auxiliam nas atividades arquivísticas. O que deveria ser um trabalho em parceira com os profissionais de tecnologia da informação, muitas vezes, veda a participação dos arquivistas. Nesse sentido, advoga-se uma posição cautelosa no uso de IA em atividades arquivísticas. Um uso despudorado de IAG em atividades de avaliação, de seleção, de classificação e de descrição de documentos arquivísticos, por exemplo, pode levar à errônea compreensão de que este profissional pode ser facilmente substituído[2]. Além disso, já há estudos que demonstram que, em alguns casos, a IA pode favorecer discriminações e preconceitos acerca de comunidades vulnerabilizadas.

2 Arquivistas costumam ser apontados em listas de profissões que devem desaparecer nos próximos anos devido ao uso de IA. Conferir https://canaltech.com.br/mercado/80-profissoes-que-podem-desaparecer-em-ate-5-anos-com-a-ia-243972/. Acesso em: 21 mar. 2024.

Mota, Martins e Sampaio (2023), a título de exemplo, identificaram vieses na geração de imagens por IA, com base em comandos específicos com foco nos marcadores sociais de gênero e de raça, utilizando a ferramenta analisada *BlueWillow*. Na ocasião, em todas as gerações de imagens, foi observado menos pessoas negras, principalmente mulheres, reforçando que não se trata de um mero erro no sistema. O autor e as coautoras advogam acerca das necessidades de uma regulamentação legal que possibilite uma revisão nos dados do algoritmo, bem como outras análises sobre a existência de outros vieses de preconceitos e/ou de estereótipos (Mota; Martins; Sampaio, 2023).

O Brasil, reconhecidamente, é um dos países que mais sofreram com as explorações colonialistas, quando suas populações foram vítimas de genocídios, e diversos preconceitos e discriminações foram propagados. Segundo Gomes (2019), o Brasil foi o maior território escravagista do Ocidente por mais de três séculos. Sozinho, recebeu quase 5 milhões de africanos cativos. Por isso, é o segundo país com maior população negra do mundo, ficando atrás apenas da Nigéria. Negros e pardos representam cerca de 54% da população brasileira. Entre os 10% mais pobres do país, 78% são negros. Na faixa do 1% dos mais ricos da população, somente 17,8% são descendentes de africanos. Acerca da população indígena, Viezzer e Grondin (2021) sopesam que o Brasil tinha cerca de 5 milhões de habitantes no início da colonização e que cerca de 4 milhões desse contingente foram vítimas de genocídio.

O genocídio que marcou a expansão europeia foi também um epistemicídio, porém muito mais vasto, pois ocorreu sempre que se pretendeu subalternizar, subordinar, marginalizar, ilegalizar e oprimir práticas e grupos sociais que podiam ameaçar a expansão capitalista e comunista. Isso também aconteceu, porque ocorreu, no espaço periférico (extraeuropeu e extranorte-americano), bem como no espaço central do Norte global, contra os trabalhadores, contra as pessoas indígenas, contra a população negra, contra as mulheres e contra as minorias em geral (Santos, 1995).

O cenário exposto evidencia que as IAs não são neutras. É perceptível que há uma intencionalidade na criação dessas tecnologias, e, por vezes, os dados que alimentam esses artefatos podem ser fragmentados, ou conduzir o usuário, de forma tendenciosa, à construção de conhecimentos que contribuem com processos de subalternização e de opressão. Com efeito, o enviesamento das IAs pode comprometer a representatividade de grupos sociais em situação de vulnerabilidade social sob um *modus operandi* epistemicida. Além disso, o comprometimento da mediação da informação arquivística causado por um uso descuidado dessas tecnologias nos arquivos pode levar a tecnocídios e, até mesmo, à própria extinção da profissão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O uso das IAs, no contexto contemporâneo, faz-se presente, não há como contestar a sua frequente aplicação, em especial, no desenvolvimento de atividades administrativas e educacionais. Assim, faz-se importante refletir sobre o uso das IAGs a favor do desenvolvimento das atividades, e não como uma preocupação em torno dos seus resultados a médio e longo prazo.

A temática das IAGs nos arquivos e do seu uso por parte dos arquivistas precisa ser discutida e embasada, para que estas possam ser aliadas, não inimigas no mister das atividades, ou ainda, um substituto positrônico de uma profissão milenar. Os princípios arquivísticos prezam, sobretudo, pela autenticidade e pela fidedignidade dos documentos, tendo, como parâmetros, a proveniência documental e a preservação do valor probatório informativo. Assim, é importante que o arquivista administre as inteligências artificias enquanto ferramentas de trabalho que vão ao encontro dos princípios arquivísticos e não de encontro a eles.

Classificação, avaliação e descrição são as principais funções arquivísticas que podem ser comprometidas com o uso de IAG nos arquivos. A inserção de "outro entre" na mediação arquivística é um avanço no abandono da falaciosa neutralidade mediadora, porém, concomitantemente, pode favorecer silenciamentos (epistemicídios) de grupos sociais subalternizados e entendimento equivocado da opinião pública de que máquinas podem substituir as técnicas arquivísticas (tecnocídios). É importante que os arquivistas demonstrem os benefícios da IAG na gestão arquivística para a sociedade, mas evidenciando que tais ganhos só foram possíveis por meio do conhecimento arquivístico. Em suma, para o bem ou para o mal, a IAG, em si mesma, não tem potencial para nenhum efeito nos arquivos sem o vasto arcabouço teórico-prático dos profissionais de arquivo.

Em última análise, o uso das IAGs no contexto arquivístico carece não apenas de aprofundamento teórico para sua aplicação, mas também de considerar as máximas arquivísticas, em sua base principiológica. As atividades arquivísticas necessitam do fator humano para determinadas tarefas, pois, de tal sorte, será inescrutável a missão de distinguir o que é feito pelo homem ou pela máquina, o que poderá causar epistemicídios e tecnocídios no fazer arquivístico.

Enfim, retomando Han (2021), vale salientar que o que diferencia o arquivista de uma IA é a capacidade humana de sentir as dores inerentes ao fazer arquivístico. "A dor põe em movimento um processo de reflexão [...] sem dor, também não há nenhuma revolução, nenhuma irrupção do novo, nenhuma história." (Han, 2021, p. 80-81). Desse modo, não será a IA que será responsável por uma quebra paradigmática na Arquivologia, mas, sim, os/as arquivistas movidos pelas rotinas dolorosas e gozosas da sua existência enquanto seres sociais e profissionais.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Conservadorismo e revolução (ou reformismo) na Biblioteconomia e na Ciência da Informação. **Divers@**: Revista Eletrônica Interdisciplinar, Matinhos, v. 8, n. 2, p. 132-144, 2015. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/diver/article/view/45052/27431. Acesso em: 17 abr. 2024.

ARRUDA, Eucídio Pimenta. Inteligência artificial generativa no contexto da transformação do trabalho docente. **Educação em Revista**, [*S. l.*], v. 40, p. 1-6, 2024.

ASIMOV, Isaac. Eu, robô. São Paulo: Editora Aleph, 2014.

CONEGLIAN, Caio Saraiva *et al*. Inteligência artificial generativa e recuperação da informação: tendências e oportunidades de pesquisa. *In:* Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 23., 2023, Aracaju. **Anais** [...]. Aracaju: ANCIB, 2023. Disponível em: https://enancib.ancib.org/index.php/enancib/xxxiiienancib/paper/viewFile/1944/1401. Acesso em: 17 abr. 2024.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Laurentino. **A escravidão:** do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de Zumbi dos Palmares. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019.

HAN, Byung-Chul. **O aroma do tempo.** Um ensaio filosófico sobre a arte da demora. Lisboa: Relógio d'Água, 2016.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade paliativa:** a dor hoje. Petrópolis: Vozes, 2021.

IRIGARAY, Hélio Arthur Reis; STOCKER, Fabricio. ChatGPT: um museu de grandes novidades. **Cadernos EBAPE.BR**, [s. l.], v. 21, n. 1, p. e88776, 2023. Disponível em: https://www.scielo.br/j/cebape/a/FHBLtCcQndXVLGSZhQqnmWn/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 27 maio 2024.

MARQUES, Juliana Ferreira; ALVES, Edvaldo Carvalho; MEDEIROS, José Washington de Morais. Desinfodemia: negacionismo e desinformação no contexto da COVID-19 no Brasil. **Informação em Pauta**, Fortaleza, v. 8, n. esp., p. 327-343, jul. 2023. Disponível em: http://www.periodicos.ufc.br/informacaoempauta/article/view/90662/249596. Acesso em: 17 abr. 2024.

MARQUES, Rodrigo Moreno. Fetichismo da informação e da cultura: contribuições à crítica da Ciência da Informação. In: FROTA, M. G. C.; SILVEIRA, F. J. N.; MARQUES, R. M. (Orgs.). **Informação, Mediação e Cultura: teorias, métodos e pesquisas**. BH: Letramento, 2022b.

MOTA, Denysson; MARTINS, Gracy Kelli; SAMPAIO, Denise Braga. Vieses nas inteligências artificiais: um estudo sobre a geração de imagens a partir de comandos de raça/etnia e gênero. *In:* Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 23, 2023, Aracaju. **Anais** [...]. Aracaju: ANCIB, 2023. Disponível em: https://ancib.org/enancib/index.php/enancib/xxxiiienancib/paper/viewFile/1852/1254. Acesso em: 17 abr. 2024.

LUZ, Charlley. **Entender a IA**: guia Leve para entusiastas da linguagem natural e geração de texto, São Paulo, Brasil: Feed Consultoria, 2023.

PESSANHA, Eliseu Amaro de Melo. Do epistemicídio: as estratégias de matar o conhecimento negro africano e afrodiaspórico. **Problemata:** Revista Internacional de Filosofia, [*S. l.*], v. 10, n. 2, p. 167-194, 2019.

REDE Negra em Tecnologia e Sociedade. **Prioridades antirracistas sobre tecnologia e sociedade**: pesquisa com especialistas negras/os. Relatório. Ação Educativa, 2021. Disponível em: https://acaoeducativa.org.br/wp-content/uploads/2021/11/Prioridades-Antirracistas.pdf. Acesso em: 17 abr. 2024.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela Mão de Alice.** São Paulo: Cortez Editora, 1995.

SILVA, Alba Lígia de Almeida. A responsabilidade social-ét(n)ica da Ciência da Informação na produção de conhecimento da Universidade Federal da Paraíba. *In:* Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 10, 2009, João Pessoa. **Anais** [...]. João Pessoa: ANCIB, 2009. Disponível em: https://cip.brapci.inf.br/download/175445. Acesso em: 17 abr. 2024.

SILVA ALBUQUERQUE, Sueleide Teixeira da. **Aspectos gerais acerca da inteligência artificial e a criação de documentos nato digitais:** uma revisão de escopo. 2023. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Arquivologia) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2023.

VIEZZER, Moema; GRONDIN, Marcelo. **Abya Yala, genocídio, resistência e sobrevivência dos povos originários das Américas**. Rio de Janeiro: Bambual Editora. 2021.

BLOCKCHAIN E A APLICABILIDADE EM DOCUMENTOS DE ARQUIVO

BLOCKCHAIN AND ITS APPLICABILITY IN ARCHIVAL RECORDS

Natália Bruno Rabelo
Universidade Federal Fluminense

Clarissa Moreira dos Santos Schmidt
Universidade Federal Fluminense

Resumo

A *blockchain* tem adquirido destaque no cenário tecnológico mundial recente, fato que se origina em grande medida ao seu uso para subsidiar transações de criptomoedas como o bitcoin a partir de 2008. Mais contemporaneamente, a tecnologia também foi utilizada como base para diversos ramos de atividades que potencialmente geram e precisam gerenciar documentos de arquivos digitais, o que ocorreu em parte pela capacidade de rastreabilidade das movimentações feitas a partir da mesma. Apesar deste fenômeno da expansão da adoção do *blockchain*, identificou-se uma lacuna de pesquisas dentro da Arquivologia dedicadas a refletir sobre possibilidades de usos e limitações da tecnologia para funções e processos da ciência dos arquivos, o que nos conduziu à pergunta de partida "Qual é a aplicabilidade do uso de *blockchain* em documentos de arquivo?" Desta forma, nosso objetivo geral foi estudar os possíveis usos de *blockchain* na Arquivologia, o que se desdobrou nos objetivos específicos: a) compreender o funcionamento da *blockchain* e b) analisar a literatura da Arquivologia e da Ciência da Computação acerca de experiências práticas de uso do *blockchain*. Diante disto, a pesquisa teve natureza qualitativa e foi executada por pesquisa bibliográfica em bases de dados nacionais e internacionais. Os resultados sugeriram que o *blockchain* apresenta benefícios às atividades dos arquivistas que lidam com documentos de arquivos digitais, mas não pode considerada a tecnologia principal de um arranjo institucional e tecnológico que objetive gerir e preservar documentos nato-digitais.

Palavras-Chave: Arquivologia; *Blockchain*; Documento arquivístico digital.

Abstract

Blockchain has gained prominence in the recent global technological scenario, a fact that largely originates from its use to subsidize cryptocurrency transactions such as bitcoin from 2008 onwards. More contemporaneously, the technology was also used as a basis for various branches of activities that potentially generate and need to manage digital records, which occurred in part due to the ability to trace the movements made from it. Despite this phenomenon of expanding adoption of *blockchain*, a research gap was identified within Archival Science dedicated to reflecting on possible uses and limitations of technology for archival science functions and processes, which led us to the starting question "What applicability of using *blockchain* in records?" Thus, our general objective was to study the possible uses of *blockchain* in Archival Science, which unfolded into the specific objectives: a) understand how *blockchain* works and b) analyze the literature in Archival Science and Computer Science about practical experiences using the *blockchain*. Given this, the research was qualitative in nature and was carried out through bibliographical research on national and international bases. The results suggested that *blockchain* presents benefits to the activities of archivists who deal with digital records, but cannot be read as the main technology of an institutional and technological arrangement that aims to manage and preserve native-digital documents.

Keywords: Archival acience; *Blockchain*; Digital record.

INTRODUÇÃO

A *blockchain* tem apresentado destaque no cenário tecnológico mundial recente, fato que se origina em grande medida ao seu uso para subsidiar transações de criptomoedas como o bitcoin a partir de 2008. Mais contemporaneamente, a tecnologia também foi utilizada como base para diversos ramos de atividades que potencialmente geram e precisam gerenciar documentos de arquivos digitais, o que ocorreu em parte pela capacidade de rastreabilidade das movimentações feitas a partir da mesma.

Apesar deste fenômeno da expansão da adoção do *blockchain*, identificou-se uma lacuna de pesquisas dentro da Arquivologia dedicadas a refletir sobre possibilidades de usos e limitações da tecnologia para funções e processos da ciência dos arquivos, o que nos conduziu à pergunta de partida "Qual é a aplicabilidade do uso de *blockchain*

em documentos de arquivo?" Desta forma, nosso objetivo geral foi estudar os possíveis usos de *blockchain* na Arquivologia, o que se desdobrou nos objetivos específicos: a) compreender o funcionamento da *blockchain* e b) analisar a literatura da Arquivologia e da Ciência da Computação acerca de experiências práticas de uso do *blockchain*.

Diante disto, a pesquisa teve natureza qualitativa e foi executada por pesquisa bibliográfica nas bases de dados: Google Acadêmico, Journal Storage (JSTOR), SciELO e Taylor & Francis. Utilizamos os descritores "*blockchain*", "documento arquivístico digital", "documento de arquivo digital" para efetuar as buscas e filtramos os artigos encontrados a partir da sua relação direta com o objeto que propomos estudar.

Por fim, cumpre informar que o presente resumo reúne um recorte dos resultados finais obtidos em dissertação de mestrado conduzida no Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense (PPGCI/UFF) e defendida em 2023.

CONCEITO E FUNCIONAMENTO DE *BLOCKCHAIN*

A tecnologia *blockchain* consiste em um banco de dados distribuído contendo o livro-razão público de todas as transações e/ou eventos executados no *software* e compartilhados com todos os participantes da rede. Em outras palavras, esta tecnologia trabalha com uma infraestrutura distribuída composta por vários participantes, onde cada um é responsável por realizar ações de verificação e validação. Assim, o dado é validado pelo consenso da maioria dos integrantes do sistema de *blockchain*, ou seja, a informação acordada pela maioria é registrada permanentemente junto a dados ou documentos (Crosby *et al.*, 2016, p. 7).

Özsu e Valduriez (2020, p. 437) definem *blockchain* como essencialmente um livro-razão podendo ser de finalidade contábil ou não, definido por Bellotto (2002) como livro de operações de contas correntes rubricadas e separadas em ordem de débito e crédito, distribuído e compartilhado por participantes de uma rede *peer-to-peer* (P2P), segundo Kurose e Ross (2014), quando participantes colaboram com seus computadores para o funcionamento e manutenção do sistema, que hospeda um banco de dados de blocos distribuídos conforme estrutura de dados Appendy-Only. Estrutura esta na qual, segundo Terry *et al.* (1992, p. 323), dados, quando inseridos no banco de dados, não podem ser removidos ou modificados e cada tabela gerada para esses dados contém um carimbo de data e hora de inserção, funcionalidade a qual, no caso de *blockchain*, funciona para os blocos.

Os blocos que compõem a *blockchain* para armazenar transações, de acordo com Özsu e Valduriez (2020, p. 437), são contêineres digitais, melhor dizendo, segundo Ahmed e Pierre (2018, p. 2), unidades padrões de *software* para empacotamento de código, bibliotecas

de código[3] e outros requisitos para acessar o documento ou dado em forma de imagem (metadados) em favor da interoperabilidade entre sistemas, podendo ser operado, por exemplo, através do Docker, um *framework* de construção de aplicações que executam com base em containers.

Dada a definição de Özsu e Valduriez (2020) a qual ressalta-se que *blockchain* opera em banco de dados de blocos distribuídos, conceito este que será discutido posteriormente, por hora aqui vale ressaltar a definição de banco de dados. Segundo Elmasri e Navathe (2010, p. 3-4), trata-se de um conjunto de dados relacionados que pode estar inserido desde um disco rígido a uma nuvem. Estes dados representam um aspecto do mundo real por serem registros produzidos para uma finalidade específica e as alterações desse contexto devem ser refletidas no banco de dados. Estes dados podem ser gerados, mantidos e manipulados manualmente ou por grupos de programas de aplicação elaborados para essa finalidade.

Para exemplificar este último caso, vale destacar o Sistema Gerenciador de Banco de Dados (SGBD) que são utilizados para processar consultas a dados produzidos, por exemplo, a partir de sistemas informatizados. Estes dados são armazenados, organizados e também podendo ser relacionados por tabelas, em um contexto de uma escola por exemplo, poderia haver cinco tabelas com seus respectivos atores contendo atributos específicos, como por exemplo: aluno; disciplina; turma; histórico escolar; pré-requisito, como demonstrado na imagem abaixo (Elmasri; Navathe, 2010, p. 3-4).

O banco de dados distribuído permite o gerenciamento e distribuição dos dados para que haja transparência e integridade das transações dos usuários, como por exemplo, em um sistema P2P. Sendo assim, trata-se de um número de nós que contém elementos de processamento autônomos que variam entre si no quesito capacidade de processamento dos computadores, além de poder haver casos em que os nós não têm acesso uns aos outros ou quando os dados são amplamente distribuídos, o que é o caso do livro-razão da *blockchain*, a qual sua gestão e acesso requerem cuidados especiais no *software* distribuído (Özsu; Valduriez, 2020, p. 1-2).

Estes bancos de dados, por serem distribuídos por vários nós, operam através de uma rede que a todo momento compartilha atualizações destes dados através de envio de pacotes de dados entre os pares. Estas redes funcionam em um modelo de arquiteturas em camadas com o objetivo de reduzir a complexidade de um projeto de uma rede de comunicação, como o caso de um sistema P2P orientado a *blockchain*.

Contudo, somente a distribuição do banco de dados na rede pode não ser o suficiente para cumprir todos os objetivos necessários no quesito integridade dos dados da

3 Segundo a enciclopédia da PC Magazine (s. d., tradução nossa), o conceito de bibliotecas de código é "Um conjunto de rotinas para um sistema operacional em particular. A depender do ambiente, bibliotecas de código podem ser de código aberto, em uma linguagem intermediária ou de forma executável".

blockchain. Porque embora possua vantagens como possibilidade de backup descentralizado em caso de um dos nós falharem, ainda há de se implementar mecanismos de autenticação, autorização e de segurança.

Isto é, em *blockchain*, além do banco de dados ser distribuído em uma rede de computadores que rodam nós em uma aplicação P2P, a segurança dos blocos neles armazenados é complementada por meio da criptografia assimétrica que será detalhada isoladamente em seguida. Para cada novo bloco gera-se um código *hash* baseado no bloco criado anteriormente na rede após as devidas autenticações serem realizadas para cada transação inserida no bloco, como a criptografia dos dados com a chave pública pelo remetente da transação de dados e a sua descriptografia através da chave privada pelo destinatário junto à validação dos blocos por todos os colaboradores da rede por consenso, o que dá nome ao conceito de algoritmo de consenso (Özsu; Valduriez, 2020, p. 275-437).

Estes blocos de transações podem ser visualizados por cada colaborador que detiver cópias dos bancos de dados em uso de protocolo multimaster, por exemplo, cada transação seria executada localmente e após a confirmação dos blocos pelo consenso, o banco de dados é atualizado para todos os nós (Özsu; Valduriez, 2020, p. 275-437).

Já os bancos de dados distribuídos junto à estrutura de dados Append-only podem garantir integridade, um dos elementos principais relacionados à autenticidade que será aprofundado na próxima seção. Por outro lado, quando a *blockchain* é utilizada apenas para aporte à produção documental realizada em um sistema informatizado, será garantida a integridade apenas destas informações. contudo, se forem armazenados o conteúdo binário destes documentos nos blocos, a integridade será assegurada no complemento digital do documento de arquivo em questão, o que significa ser um elemento central da autenticidade quando se trata de documentos de arquivo digitais.

Sendo assim, a criptografia assimétrica é a etapa de autenticação principal onde uma transação somente é efetuada entre os pares quando os pares de chave estão corretos. Também conhecido como criptografia de chave pública, consiste em uma forma de criptografar dados em que a chave pública (chave de criptografia) e a chave privada (chave de descriptografia) são diferentes atores no contexto de envio de um dado criptografado (Liu; Özsu, 2009, p. 142).

Significa dizer que um dado criptografado com a chave pública de um usuário da *blockchain* somente pode ser descriptografado com a chave privada do usuário escolhido para receber o documento, ou seja, estas chaves são relacionadas matematicamente em um algoritmo de criptografia que possui uma função unilateral de complexa inversão, exceto com o uso da chave privada para resolução do cálculo. Como por exemplo, o algoritmo Rivest-Shamir-Adleman (RSA) que usa módulo de exponenciação de dois números primos de alto valor usados como chaves para criptografar e descriptografar, no qual a segurança está atrelada à dificuldade de fatorar números de alto valor, e o algoritmo El

Gamal que se fundamenta na dificuldade de resolução do problema de um logaritmo discreto (Liu; Özsu, 2009, p. 142).

Nesse sentido, o principal objetivo da *blockchain* é de armazenar códigos *hash*, ou seja, funciona como Public Key Infrastucture (PKI) distribuída. Para fins de comparação, enquanto em uma PKI convencional utiliza-se o *hash* para autenticar um certificado digital, na criptografia assimétrica em *blockchain*, os *hashs* são utilizados para autenticação e bloqueio de dados de transação conforme o algoritmo de consenso utilizado (Thompson, 2017, p. 8).

Complementarmente, a ligação de blocos resulta em uma contínua cadeia de *hashes* que garantem a autenticidade e integridade nos dados contidos nos blocos sequenciados, podendo funcionar de forma linear ou com base na Merkle Tree, onde a raiz da árvore é o *hash* mais atualizado ligado a todos os anteriores para evitar a necessidade de criação de *forks*, bifurcações na rede que comprometem a sua confiabilidade (Lemieux, 2017, p. 2).

Os algoritmos de consenso trabalham, então, junto destes outros elementos que compõem a *blockchain* como a confirmação final dos blocos de acordo com uma determinada lógica através de nós colaboradores do sistema P2P. Para ilustrar, citemos alguns algoritmos de consenso, como por exemplo:

a. *Proof-of-work*, no qual o nó que possuir maior poder computacional e solucionar o problema matemático e gerar o *hash* de validação mais rápido é recompensado;

b. *Proof-of-stake*, onde um supercomputador funciona como nó principal executando contratos inteligentes e aplicativos descentralizados, enquanto os usuários assinam e publicam blocos em proporção à posse de *tokens* e;

c. *Proof-of-concept*, em que há uma sandbox, um mecanismo de segurança que separa programas em execução, onde o usuário pode construir um programa ou reunir um conjunto de dados e, posteriormente, criar *hashs* ao transmiti-los à *blockchain* para provar a exclusividade do objeto (Thompson, 2017, p. 9).

Nesse sentido, Fernal (2022, p. 102) resume o papel dos algoritmos de consenso na seguinte perspectiva:

> Essas formas de validações consensuais são realizadas por meio de algoritmos que analisam os metadados dos registros criptografados, os quais verificam os *hash*es de toda cadeia de blocos até o bloco zero, ou seja, bloco gênese do documento. Sendo assim, torna-se exequível a preservação dos *hash*es das cadeias de registro ao longo do tempo, a qual poderá garantir a autenticação dos DAD ao longo do seu ciclo de vida. A auditoria é realizada por meio do ledger, dos registros em conjunto com algoritmo denominado árvore de merkle, que poderá verificar se o documento

> sofreu alterações, corrompimento e adulterações não autorizadas (Fernal, 2022, p. 102).

A partir de tais bases, a *blockchain* pode instrumentalizar a autenticação em ambientes descentralizados, assim como auxiliar a preservação digital. Nesta última, a *blockchain* poderá garantir que as migrações realizadas não sofram modificações posteriores, pois esta tecnologia mantém o registro cronológico inalterável, comenta Fernal (2022, p. 92). Neste contexto, prossegue Fernal, tais registros cronológicos subsidiam trilhas de auditoria que também são suplementadas com metadados criptografados com uso da árvore de Merkle.

Sendo assim, a próxima seção detalhará as experiências de *blockchain* para fins arquivísticos, de modo a discutir possíveis cenários de aplicação.

EXPERIÊNCIAS DE USOS DE *BLOCKCHAIN* PARA PRODUZIR E/OU CONTROLAR DOCUMENTOS DE ARQUIVO

De acordo com a pesquisa de Prowse (2017), a *blockchain* está sendo implementada em governos, principalmente para criar confiança em ambientes públicos e privados, como é o caso da e-Estônia, que possibilita aos estonianos acesso a serviços de três setores da economia.

Em 2017, a Agência Nacional de Registro Público utilizou a tecnologia pela primeira vez para autenticar títulos de terra, em parceria com a BitFury, uma empresa de serviços *blockchain* que se conecta à rede Bitcoin e criou uma plataforma integrada ao sistema digital de gerenciamento de documentos da agência governamental. Assim, ao invés de uma transação de registros no país que requeria vinte e quatro horas de processamento com taxas entre US$50 e US$200, a *blockchain* reduziu as taxas para US$5 a US$10 e a transação passou a levar cerca de dez minutos, como apontado por Pervez et al. (2018) em relação à criação de um novo bloco no Bitcoin (Prowse, 2017).

Outro exemplo é o governo de Honduras, que iniciou um projeto em 2015 com a Factom, no qual a tecnologia foi incentivada pela ameaça de *hackers* ao banco de dados de registros de terra e, consequentemente, à autenticidade dos documentos. Ademais, o uso de *blockchain* para registro de propriedade está em progresso em países como Suécia, em parceria com a empresa ChromaWay, Estados Unidos, por meio da Velox.re, e Gana, que está estudando o uso da tecnologia na educação (Prowse, 2017).

Considerando os diversos usos por órgãos públicos e privados, é importante destacar as experiências de instituições arquivísticas em termos de adoção de *blockchain*. Assim sendo, é evidente que o caso do Arquivo Nacional Britânico se sobressai.

British National Archives possui uma sólida utilização de *blockchain* em documentos de arquivo. O projeto Archangel emprega o conceito de consenso *proof-of-concept* para conectar

diversos arquivos e instituições de memória (*Archives and Memory Institutions*) do Reino Unido, com o objetivo de demonstrar que os documentos digitais acessados pelos arquivos que compõem a rede não foram censurados ou modificados após a recepção, a fim de aumentar a confiança do público em documentos oficiais (Bhatia; Hernandez, 2019, p. 7)

O Archangel é uma pesquisa de dois anos que conta com a colaboração de grupos de pesquisa como o Centre for Vision, Speech and Signal Processing (CVSSP), líder mundial em processamento de sinal multimodel, e o Centre for the Digital Economy (CODE), que se dedica a desenvolver estratégias de transformação digital e suas implicações econômicas em diversos contextos sociais. Além disso, o Archangel é uma parceria entre arquivos nacionais, instituições de memória e o Open Data Institute (ODI), uma organização sem fins lucrativos que apoia a criação de ecossistemas de dados abertos confiáveis por governos ou organizações governamentais O projeto co-criou e avalia um protótipo de tecnologia distribuída com *blockchain* para demonstrar como práticas de arquivamento, modelos sustentáveis e atitudes públicas podem ter vantagens neste espaço, provando a integridade do conteúdo e garantindo acesso aberto a documentos de arquivo públicos digitais (Archangel, s. d.; Centre..., s. d.).

O *National Archives* tem mais de 15 petabytes de documentos de arquivo digitais, sendo uma das maiores e mais antigas instituições arquivísticas do mundo, responsável pela gestão de documentos digitais do Reino Unido, devido ao frequente desafio relacionado à proteção de dados da era digital nos sentidos de remoção e modificação, apesar de ser necessário alguma alteração para continuar com a acessibilidade contínua do documento, uma vez que os formatos são atualizados. Assim, o ARCHANGEL foi implementado para identificar e coletar assinaturas digitais de documentos de arquivo digitais e nato-digitais, além de codificar essas assinaturas para garantir a proveniência e integridade dos documentos de arquivo em questão, em uma rede que conecta diversas instituições arquivísticas e de memória, não se limitando apenas a arquivos públicos tradicionais, mas também a repositórios de dados de pesquisa da universidade, como os vinculados ao Digital Object Identifier System (DOI).

Diante da obsolescência de alguns formatos, pode-se criar uma obrigação de modificar um documento de arquivo nato-digital para torná-lo acessível, consequentemente, tornando sua integridade e autenticidade questionáveis. Assim sendo, o ARCHANGEL foi criado como uma opção para proteger os usuários.

Para Zhang (2020, p. 223), "machine learning é um subconjunto da inteligência artificial que cria um modelomatemático baseado em dados de amostra, denominado "dados de treinamento", para fazer previsões ou decisões sem ser explicitamente programado para executar a tarefa." "documentos contra estas adulterações através de um deep neural network (DNN) para extrair uma assinatura através de um *hash* que pode ser consultado

para confirmar a originalidade do documento durante uma curadoria digital após o formato ter sido corrompido (Collomosse *et al.*, 2019, p. 1).

Além disso, o ARCHANGEL, através de *blockchain*, garante a origem e a integridade dos documentos de arquivo ao armazenar dados transacionais ordenados cronologicamente e mantendo esses dados de forma permanente, que são garantidos por um mecanismo de consenso ponto a ponto que substituem a necessidade de um terceiro confiável. Um dos dados armazenados são as assinaturas digitais extraídas dos documentos de arquivo digitalizados ou nato-digitais para assegurar a integridade desses documentos a longo prazo para fins de gestão documental de acordo com a infraestrutura Ethrereum (Collomosse et al., 2018, p. 1-2).

Assim sendo, o Archangel pode não apresentar um sistema informatizado distribuído para armazenar documentos de arquivo, uma vez que é provável que as instituições de memória britânicas já possuam essa solução. No entanto, o projeto propõe o armazenamento descentralizado de *hash*s e metadados derivados de documentos em *blockchain*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi possível aferir que a partir das reflexões de Thompson (2017) e Lemieux *et al.* (2019) e Prowse (2017), a *blockchain* trata-se de uma forma eficiente de preservar assinaturas digitais e registros de transações de documentos em razão de uma série de características, a saber: manutenção da confidencialidade por meio de criptografia assimétrica; mutabilidade dificultada dos dados armazenados; descentralização dos dados; possibilidade de uso de contratos inteligentes; persistência de dados como data em cabeçalho do bloco junto ao *checksum* do documento digital.

Apesar da *blockchain* preservar as assinaturas digitais e os registros de transações, torna-se necessário destacar que a *blockchain* não é um meio de preservação digital arquivística, afinal, as assinaturas digitais dos registros de transações de documentos podem constituir um documento arquivístico, mas não o são conceitualmente. Desta forma, fica claro que a *blockchain* pode apoiar a autenticação, mas não a autenticidade do documento arquivístico digital.

Dito isso, Thompson (2017) e Lemieux *et al.* (2019) e Prowse (2017), alardeiam que é preciso pensar em uma forma de preservação das chaves privadas a fim de evitar a perda dos documentos armazenados, caso essas chaves sejam perdidas. Se acrescenta também a necessidade de refletir acerca da nova forma fixa dos documentos em *blockchain,* pois a sobrescrição e o dispositivo do documento são encontrados fora do documento e da *blockchain*, uma vez que o estabelecimento de vínculos arquivísticos dependeria de uma interface gráfica, além de que as cláusulas do documento são tratadas apenas pelo mecanismo de consenso e dependem da política interna da *blockchain* em questão.

A partir das experiências com *blockchain* para fins arquivísticos e com aporte teórico de instituições arquivísticas mencionadas, constata-se que a mais notável é aquela vislumbrada no Reino Unido. Nesta implementação da tecnologia, é perceptível uma experiência mais consolidada, onde o arquivamento dos *hash*es de documentos de guarda permanente é realizado em um sistema informatizado orientado à *blockchain* Ethereum, utilizando-se parcerias com institutos de pesquisa em tecnologia da informação para dar fulcro à inalterabilidade dos *hash*s armazenados.

Apesar de até o momento de fechamento da escrita desta pesquisa não existirem iniciativas fatuais de implementação de *blockchain* acompanhada pela instituição arquivística nacional do Brasil, percebe-se que há um diálogo entre o Arquivo Nacional e outras instituições arquivísticas que já têm alguma carga de experiência com *blockchain*, como é o caso do Arquivo do Reino Unido, o que tem um saldo positivo no cenário de transformação digital geral da Arquivologia no país. Contudo, destaca-se que é necessário estabelecer a interlocução do AN com outros órgãos que tem iniciativas embrionárias de produção documental via *blockchain*.

Sendo assim, vale refletir sobre como *blockchains* da atualidade lidam com a verificação da autenticidade e a autenticação dos seus registros do ponto de vista arquivístico e se estes procedimentos intermediados por *blockchain* podem ser utilizados por instituições e serviços arquivísticos. Para tanto, é relevante salientar os aspectos teóricos acerca de autenticidade, autenticação, confiabilidade e outros aspectos inerentes conforme a literatura arquivística a fim de aprofundar a análise sob o impacto do objeto documento de arquivo neste novo ambiente.

REFERÊNCIAS

Archangel. **Trusted Digital Archives.** s. d. Disponível em: https://www.archangel.ac.uk/

Bellotto, H. L. **Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo.** São Paulo: Arquivo do Estado, 2002.

Bhatia, s. Hernandez, A. D. W. *Blockchain* Is Already Here. What Does That Mean for Records Management and Archives? **Journal of Archival Organization**, v. 16, n. 1, p. 75-84, 2019.

Centre for the Digital Economy. s. d. Disponível em: https://research.qut.edu.au/cde/

Collomosse, J. *et al.* ARCHANGEL: Tamper-proofing Video Archives using Temporal Content *Hash*es on the *Blockchain*. **ArXiv,** v. 1904, n. 12059, 2019.

Collomosse, J. *et al.* ARCHANGEL: Trusted Archives of Digital Public Documents. **ArXiv,** v. 1804, n. 8342, 2018.

Crosby, M. *et al. Blockchain* Technology: Beyond Bitcoin. **Applied Innovation Review.** n. 2, 2016.

Elmasri, R.; Navathe, Shamkant, B. **Fundamentals of Database Systems.** Boston: Pearson Education. 2010.

Fernal, A. **Blockchain e os impactos na arquivologia:** um modelo lógico para autenticação distribuída dos documentos arquivísticos digitais. 2022. 119 p. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2022. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/74377cda-3386-417b-906e-d2eef0e3ce21/content

Kurose, J. F.; Ross, K. W. **Redes de computadores e a Internet: uma abordagem top-down.** 6. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2013.

Lemieux, V. L. A Typology of *Blockchain* Recordkeeping Solutions and Some Reflections on their Implications for the Future of Archival Preservation *In*: IEEE BIG DATA WORKSHOP ON COMPUTATIONAL ARCHIVAL SCIENCE, n. 13, **Anais...** Boston: IEEE MA, 2017.

LIU, L.; ÖZSU, M. T. **Encyclopedia of Database Systems.** Boston: Springer, 2009.

Özsu, M. T.; Valduriez, P. **Principles of Distributed Database Systems.** 4 ed. Cham: Springer, 2020.

Pervez, H. *et al.* A Comparative Analysis of DAG-Based *Blockchain* Architectures. *In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON OPEN SOURCE SYSTEMS AND TECHNOLOGIES (ICOSST),* n. 12, Lahore, 2018, **Anais...** Lahore: *IEEE, 2018.*

Prowse, S. **Beyond Bitcoin:** a literature review of *blockchain* technology. 2017. 115 f. Dissertation (Master of Science Information and Library Studies) – Department of Computer and Information Sciences, University of Strathclyde, Glasgow, 2017.

Terry, D. *et al.* Continuous Queries over Append-Only Databases. **ACM SIGMOD Record,** v. 21, n. 2, 1992.

Thompson, S. The preservation of digital signatures on the *blockchain.* **See Also: the University of British Columbia iSchool Student Journal**, v. 3, 2017.

Zhang, X. D. **A Matrix Algebra Approach to Artificial Intelligence.** Beijing: Springer, 2020.

BLOCKCHAIN, *SMART CONTRACTS E NON-FUNGIBLE TOKEN* (NFT): A TRÍADE PARADIGMÁTICA NO ÂMBITO DOS DOCUMENTOS ACADÊMICOS

BLOCKCHAIN, SMART CONTRACTS AND NON-FUNGIBLE TOKEN (NFT): THE PARADIGMATIC TRIAD IN THE CONTEXT OF ACADEMIC DOCUMENTS

Alexandre Fernal
Universidade Federal do Paraná

Rodrigo Eduardo Botelho Francisco
Universidade Federal do Paraná

Gustavo Resende da Costa
Universidade Federal do Paraná

Paula Hara da Silva
Universidade Federal do Paraná

Telma Campanha de Carvalho Madio
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"

Resumo

As Instituições de Ensino Superior (IES) no Brasil foram impelidas a migrar os documentos do ambiente informacional analógico para o informacional digital, conforme disposto na Portaria n.º 613/2023, do Ministério da Educação. Nessa direção, o contexto da gênese dos documentos deverá ser, obrigatoriamente, o ambiente digital, o que culmina, exclusivamente, na produção de documentos arquivísticos digitais, de acordo com o Decreto n.º 9.235/2017. Dessa forma, em tempos hodiernos, surgem tecnologias, tais como: *blockchain, smart contracts* e *non-fungible token*. Logo, essas poderão ser aplicadas nos documentos produzidos nas IES no Brasil e questiona-se, portanto, quais as possíveis aplicações das tecnologias *blockchain, smart contracts e non-fungible token* nos

documentos arquivísticos digitais das IES no Brasil. Objetiva-se relacionar as possíveis aplicações das tecnologias *blockchain, smart contracts e non-fungible token* no contexto da arquivologia, especificamente nos documentos acadêmicos. Para tanto, utilizou-se como metodologia a pesquisa bibliográfica, documental, qualitativa e exploratória. A coleta de dados sucedeu-se por intermédio da literatura nacional e internacional em livros, artigos, dissertações, teses e normativas no idiomas português e inglês. Como resultado, verificou-se que o protocolo *blockchain* criptografa, envia e valida transações, que propiciam registro cronológico inalterável de todas as operações realizadas. As vantagens de aplicação na autenticação dos documentos acadêmicos realizadas com o *blockchain* reside na validação de forma distribuída, por procedimento de validação consensual. Assim, torna-se exequível aplicação da tecnologia *blockchain* em conjunto com os *smart contracts*, em vista de que essa tecnologia poderá produzir documentos de forma automática, por meio de linhas de códigos auto executáveis, as quais produzem tipos documentais específicos do domínio acadêmico. Por fim, a tríade de tecnologias disruptivas é consolidada com aplicação do *non-fungible token*, em concomitância com o conglomerado *blockchain* e *smart contract*, posto que este garante a originalidade do documento arquivístico digital, por intermédio da tokenização.

Palavras-Chave: *Blockchain; Smart Contracts; Non-Fungible Token.*

Abstract

Higher education institutions in Brazil were forced to migrate documents from the analog information environment to the digital information environment, as provided for in Decree Nº. 613 of August 18, 2023 of the Ministry of Education. In this sense, the context of the genesis of documents must necessarily be the digital environment, culminating exclusively in the production of born digital records in accordance with Decree Nº. 9.235 of December 15, 2017. Thus in modern times technologies such as *blockchain*, smart contracts and non-fungible token emerge. Therefore, these technologies can be applied to documents produced in higher education institutions in Brazil. Therefore, the question is what are the possible applications of *blockchain*, smart contracts and non-fungible token technologies in born digital records of higher education institutions in Brazil. Therefore, the aim is to relate the possible applications of *blockchain*, smart contracts and non-fungible token technologies in the context of archival science, specifically in academic documents. To this end, bibliographic, documentary, qualitative and exploratory research was used as a methodology. Data collection took place through national and international

literature in books, articles, dissertations and theses, in portuguese and english. As a result, it was found that the *blockchain* protocol encrypts, sends and validates transactions, which provide an unalterable chronological record of all operations performed. In this sense, the advantages of application in the authentication of academic documents carried out with the *blockchain* lie in the validation in a distributed manner, through a consensual validation procedure. Therefore, it becomes feasible to apply *blockchain* technology in conjunction with smart contracts, since this technology can produce documents automatically, through self-executable lines of code, which produce document types specific to the academic domain in an automated manner. Finally, the triad of disruptive technologies is consolidated with the application of the non-fungible token, in conjunction with the *blockchain* and smart contract conglomerate, since it guarantees the originality of the born digital records, through tokenization.

Keywords: *Blockchain*; Smart Contracts; Non-Fungible Token.

INTRODUÇÃO

Na contemporaneidade, com o advento das tecnologias da informação e comunicação (TIC), emergem tecnologias disruptivas, tais como: o *blockchain, smart contracts* e *non-fungible token* (NFT). A tecnologia *blockchain* possui como cerne a distribuição de registros em sistemas de consenso descentralizados e toma, por base, rede ponto a ponto – *peer to peer* (P2P), a qual opera sem autoridade central, em oposição à arquitetura centralizada, cuja base é o cliente/servidor. A tecnologia *blockchain* apresenta-se como ruptura paradigmática no que diz respeito às questões relacionadas a autenticação, integridade e identidade dos registros, posto que esses encontram-se dispersos nos ambientes informacionais digitais e armazenados nas nuvens. Nessa direção, os *smart contratcs* são linhas de códigos computacionais, que podem ser armazenados no *blockchain*; são auto executáveis e dispõem de características próprias, ou seja, é independente de ações das partes interessadas no contrato. Já os NFTs, estes são protocolos, que garantem a unicidade e originalidade de ativos, isto é, são *tokens* utilizados para representar a propriedade de itens exclusivos e podem ser registrados em *blockchain*.

Assim, essa tríade paradigmática supracitada dispõe de essência focada nos sistemas distribuídos. Torna-se, nessa conjuntura, relevante para garantia da transparência e integridade dos documentos arquivísticos digitais. A seção 2 apresenta a tríade de tecnologias disruptivas, quais sejam: *blockchain, smart contracts e* NFT.

BLOCKCHAIN, SMART CONTRATCS E NON FUNGILBE TOKEN (NFT)

Essa seção, inicialmente, apresenta os conceitos básicos a respeito da criptografia e função *hash,* que são pré-requisitos altamente desejados e necessários para a compreensão da certificação digital e da tecnologia *blockchain.* O certificado digital para o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI) consiste no registro eletrônico digital assinado, o qual é gerado por intermédio de procedimento da certificação digital, que comprova as relações entre chaves criptográficas (Brasil, 2021).

Para Menke (2005, p. 42) "A ferramenta tecnológica da assinatura digital tem por finalidade jurídica comprovar a autoria e validar a manifestação da vontade, associando um indivíduo a uma declaração de vontade veiculada eletronicamente". Logo, a assinatura digital é:

> O resultado de uma operação matemática, utilizando algoritmos de criptografia assimétrica. Além de viável tecnicamente e de confiabilidade garantida, pode ser obtida através da utilização de certificado digital de assinatura, que confirma identidade do titular e autentica sua assinatura eletrônica (Marcacini, 2002, p.32).

A criptografia divide-se em dois tipos básicos, tais como: assimétrica e simétrica. A primeira, consiste-se em duas chaves, uma pública e uma privada, na qual os dados criptografados com o uso de uma chave só podem ser decifrados com outra chave. A segunda, a simétrica, utiliza-se de única chave para cifrar e decifrar os dados (Kobayashi, 2007). Contudo, o certificado digital no Brasil deve ser emitido por Autoridade Certificadora (AC), a qual é a entidade responsável por emitir e garantir a validade do certificado.

O certificado digital da Infraestrutura de Chaves Públicas – Brasil (ICP Brasil), além de personificar o cidadão na rede mundial de computadores, garante, por força da Lei n.º 14.063/2020, validade jurídica aos atos praticados com seu uso (Brasil,2020). A ICP-Brasil trabalha com hierarquia, na qual a Autoridade Certificadora Raiz (AC Raiz) é o ITI, autarquia federal vinculada a Casa Civil da Presidência da República.

Nesse contexto, o ITI é o responsável por gerar as chaves da AC e regulamentação de atividades de cada uma. A série S reúne certificados com sigilo, os quais são utilizados na codificação de documentos de base de dados, mensagens e outras informações eletrônicas sigilosas. Todas as séries são diferenciadas por seu uso, nível de segurança e de validade (Resende, 2009).

Segundo Barboza (2018), no Brasil, os tipos de certificados mais usados são os tipos A1 e A3. O certificado digital A1 é o de menor segurança, o qual é gerado e armazenado no próprio computador. Os dados são protegidos por senha de acesso e somente é possível acessar e mover com a chave privada associada. Caso a chave privada seja perdida, novo certificado deverá ser adquirido e todas as etapas deverão ser refeitas pelo usuário.

O certificado do tipo A3 grava-se em dispositivos eletrônicos próprios, como *token* ou *smart card*. Portanto, a chave privada pode ser transportada de maneira segura para realização de transações eletrônicas, com garantia e integridade das informações. A partir do momento que for necessário, quando algo assinado for enviado à AC, com tipo de certificado diferente, tornaria-se problema administrar todos os formatos diferentes. Para resolver esse problema, foi criado e aprovado pela *International telecomunication Union* (ITU), padrão para certificado, chamado de X-509, cujo uso está bem difundido (Tanebaum, 2003).

Assim como na criptografia assimétrica, a assinatura digital consiste na sequência de números resultantes de determinada operação matemática conhecida como função *hash*. Essa função analisa todo o documento ou arquivo, com a base no algoritmo matemático, que gera tamanho específico em *bytes*, que representa o documento, também conhecido como resumo. A vantagem da utilização de resumos criptográficos no processo de autenticação é o aumento de desempenho, posto que os algoritmos de criptografia assimétrica, ainda, são muito lentos (Monteiro; Mignoni 2007).

A Medida Provisória n.° 2.200-2/2001 foi o marco inicial, que possibilitou garantir a validade jurídica dos documentos digitais e a utilização de certificados digitais para atribuir autenticação aos documentos. Esse fato tornou o certificado digital instrumento juridicamente válido em todo território nacional (Brasil,2001).

A tecnologia *blockchain* surgiu em 2008, com a publicação do artigo *Bitcoin: a peer-to--peer eletronic cash system*. O autor ou seus autores utilizaram o pseudônimo conhecido por Satoshi Nakamoto, para apresentar a tecnologia e cunhou-se, assim, o conceito de *blockchain* e *bitcoin*. A pesquisa supracitada apresenta os princípios fundamentais e o funcionamento do *blockchain* com sua aplicação em criptomoedas (Nakamoto, 2008).

Nesse sentido, para Dannen (2017) a tecnologia *blockchain* tem como base a convergência de três tecnologias principais distintas, pré-existentes e consagradas, a saber: redes *peer to peer* – ponto a ponto (P2P); criptografia assimétrica; e *hash* criptográfico. Para Nakamoto (2008), o *blockchain* tem como fundamento cinco princípios distintos, que são:

função matemática de mão única, isto é, *hash;* carimbo de registro do tempo de criação ou modificação do arquivo – *true time stamp;* assinatura digital; rede descentralizada – *peer to peer* – ponto a ponto (P2P); e algoritmo de produção de novos blocos para cadeia de blocos pré-existentes.

O *blockchain,* enquanto tecnologia, pode ser compreendido em três tipos principais, quais sejam: *blockchain* 1.0, *blockchain* 2.0, *blockchain* 3.0. A primeira categoria refere-se às criptomoedas e atividades no contexto de pagamentos digitais. Já o segundo tipo, refere-se ao setor financeiro com associação da *internet of things* (IoT) – *internet* das coisas, as tecnologias de *smart contracts* – contratos inteligentes com aplicações para

ativos econômicos e financeiros. Por fim, a terceira diz respeito a outros domínios, como governo, saúde, cultura e arte (Swan, 2015).

Nessa direção, os *smart contract* é comumente compreendido como tecnologia disruptiva, entretanto, seu surgimento foi em 1996, proposto por Nicholas Szabo, com a publicação do artigo *Smart contract: Building blocks for digital markets*. Os *smart contracts* são algoritmos, que definem os requisitos obrigatórios a serem executados por determinada transação, os quais são realizados de forma autônoma para o cumprimento das operações pré estabelecidas, nas linhas de código (Szabo, 1996).

Assim, os *smart contacts* podem ser executados em conjunto com a tecnologia *blockchain*, na qual as linhas de códigos podem gerar *hashes, que, por sua vez,* podem ser armazenados nas bases de dados distribuídas e não sofrem quaisquer modificações. As operações propostas pelo *smart contracts* poderão ser asseguradas pelo protocolo *blockchain,* já que as cadeias de blocos são imutáveis e, como consequência, é praticamente impossível realizar modificações nos blocos validados (Tapscott; Tapscott, 2016).

O NFT configura-se como tipo de certificação digital, a qual poderá ser estabelecida por intermédio da tecnologia *blockchain*, que garante a exclusividade e originalidade. Dessa forma, o NFT consiste em unidade de informação digital, a qual é denominada de *token* e poderá ser armazenada em *blockchain*. Já a terminologia fungível tem sua concepção no domínio econômico e contábil, cuja definição é qualquer elemento que seja intercambiável com objeto semelhante ou idêntico. O conceito de *NFT* emana da tecnologia *blockchain*, que foi utilizado, inicialmente, na primeira aplicação de critptomoedas, denominada *bitcoin* (Chohan, 2021).

Observa-se que os *fungible tokens* podem ser trocados por outros itens, são idênticos entre si e possibilitam ser divididos em unidades menores. Por outro lado, os NFTs não podem ser substituídos por outro token. O NFT é único com informações e atributos distintos, os quais os tornam diferenciados de outros e são impossíveis de serem trocados (Bal; Ner, 2019).

A seção 3, na sequência, apresenta a metodologia definida para essa pesquisa a respeito da tecnologia *blockchain*, *smart contracts* e NFT, a tríade paradigmática no contexto da Arquivologia e nas conjunturas dos documentos acadêmicos.

METODOLOGIA

A pesquisa científica, de acordo com Marconi e Lakatos (2008, p. 157), é "considerada um procedimento formal com método de pensamento reflexivo que requer tratamento científico e se constitui no caminho para se conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais". Nessa direção, caracteriza-se o presente estudo como pesquisa teórica, exploratória, de abordagem qualitativa e documental.

Os procedimentos da pesquisa são bibliográficos, posto que buscam aclarar o problema a partir de referências teóricas publicadas em artigos científicos, livros, dissertações e teses. A abordagem é qualitativa, posto que qualquer pesquisa que produza resultados não alcançados por meio de procedimentos estatísticos, considera-se qualitativa (Magalhães, 2007). Quanto aos objetivos, é exploratória, visto que este tipo de pesquisa tem por enfoque familiarizar-se com o fenômeno ou obter nova percepção e descobrir novas ideias. Nesse sentido, Marconi e Lakatos (2008, p. 3) afirmam que "Toda pesquisa deve basear-se em uma teoria, que serve como ponto de partida para a investigação bem sucedida de um problema." A presente pesquisa surgiu com base nesses pressupostos, com o intuito de ampliar o conhecimento acerca da temática dos estudos das tecnologias *blockchain, smart contracts* e NFT, no âmbito documentos acadêmicos das IES no Brasil.

O desenvolvimento da pesquisa documental faz-se em meio a documentos textuais, audiovisuais, iconográficos, sonoros e quaisquer documentos relacionados ao objeto de investigação. Podem ser coletados na forma pura, ou seja, que não sofreram intervenções analíticas, e/ou em circunstâncias denominadas como fonte secundária, ou seja, documentos provenientes de outra fonte de informação (Gil, 2008).

A seção 04, a seguir, dispõe da análise e discussão dos resultados acerca da aplicação da tríade paradigmática, a saber: *blockchain, smart contracts* e NFT, no contexto dos documentos acadêmicos das IES no Brasil.

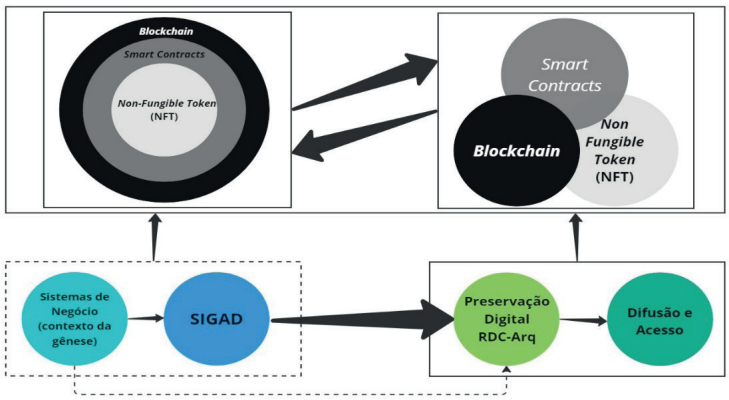
A TRÍADE PARADIGMÁTICA NO ÂMBITO DOS DOCUMENTOS ACADÊMICOS: *BLOCKCHAIN, SMART CONTRACTS* E *NON-FUNGIBLE TOKEN* (NFT)

O Ministério da Educação (MEC), instituiu por meio do Decreto n.º 9.235/2017, "[...] o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino" (Brasil, 2017, p. 01). Esse Decreto determina a obrigatoriedade de migração dos documentos analógicos para o ambiente informacional digital por meio da digitalização, conforme disposto na Portaria n.º 613/2023 (Brasil, 2023). Assim, o contexto da gênese dos documentos deverá ser, obrigatoriamente, o ambiente informacional digital, o que culmina, exclusivamente, na produção de documentos arquivísticos digitais e na digitalização dos documentos analógicos.

A ascensão dos documentos arquivísticos digitais e dos representantes digitais, no contexto das IES no Brasil, implicou o surgimento de paradigmas, ocasionados pelas anomalias das tecnologias da informação e comunicação, posto que, nesse cenário, surgem tecnologias disruptivas, as quais impactam o fazer arquivístico no âmbito digital. Dessa forma, em tempos hodiernos surgiram tecnologias, tais como: *blockchain, smart contracts*

e NFTs, essas tecnologias poderão ser aplicadas nos documentos produzidos nas IES no Brasil. A Figura 01, apresenta o uso das tecnologias *blockchain, smart contracts e* NFT no âmbito das IES no Brasil, com a perspectiva da Arquivologia.

Figura 01 – Aplicação da tecnologia blockchain, smart contracts e NFT, nos documentos das instituições de ensino superior no Brasil



Fonte: Os autores (2024).

A Figura 01 apresentou o modelo para aplicação da tecnologia *blockchain, smart contracts* e NFT sob o viés da Arquivologia, especificamente nos documentos acadêmicos das IES no Brasil, desde o contexto da gênese até sua destinação final. O modelo proposto para autenticação inicia-se no contexto de gênese, isto é, quando é produzido um documento arquivístico digital (DAD) no contexto dos sistemas de negócios, o qual gera um resumo criptográfico para o DAD por meio de uma função *hash*.

O procedimento da gênese documental poderá ser automatizado com uso do *smart contratcs,* posto que por meio de linhas de código é viabilizada a produção de tipos documentais autoexecutáveis, a exemplo da matrícula no curso de educação superior de graduação. Logo, o *hash*, isto é, o resumo criptográfico consiste-se em metadado do tipo *string,* o qual inicia o bloco gênesis, o *root hash*. O bloco 00 fica armazenado no *core processing* do *blockchain*.

Após o DAD ser produzido nos ambientes de negócios, faz-se necessário realizar a gestão documental no sistema informatizado de gestão arquivística de documentos (SIGAD), que segue os requisitos do e-ARQ Brasil. Posteriormente, é realizado o recolhimento do DAD para ambiente de preservação RDC-Arq e acesso/difusão. O NFT poderá ser aplicado no contexto gênese documental e até o final do seu ciclo de vida, de acordo com as necessidades e especificidades, estabelecidas por meio das políticas de arquivo, a qual deve constar nos planos de ações de cada instituição, seja pública ou privada. Nesse sentido, com o uso do NFT, pode-se garantir a originalidade e unicidade dos DAD.

Assim, gera-se o *root hash* na gênese documental. Ao longo do ciclo de vida do DAD, são gerados outros *hashes*, principalmente no momento do recolhimento do DAD do SIGAD para o ambiente de preservação, cujos *hashes* constituem blocos, que serão validados e adicionados na cadeia de blocos de forma permanente com o objetivo final de criar a trilha de auditoria ininterrupta e auditável. Na conjuntura de geração do *root hash*, a produção documental poderá utilizar-se do *smart contracts*, automatizando os procedimentos da gênese, bem como aplicar o NFT, para garantir a originalidade dos DAD.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tríade tecnológica *blockchain, smart contracts e* NFT fornece a solução para as problemáticas da autenticação, gênese documental automatizada e originalidade dos DAD em ambientes descentralizados, bem como auxílio às questões relacionadas à preservação digital de longa duração. Nesse sentido, poderá garantir que as migrações realizadas no documento arquivístico digital sejam modificações autorizadas mediante o uso de algoritmos de validação consensual, que propiciam registro cronológico inalterável, pela qual as trilhas de auditorias são realizadas com os registros dos metadados criptografados com o uso do algoritmo, que realiza auditoria desde o último *hash* do bloco até o bloco gênesis. Verificou-se que as tecnologias *blockchain*, *smart contracts* e NFT podem, ainda, ser aplicadas no âmbito arquivístico. Em especial nos documentos acadêmicos das IES, em vista de que podem garantir rastreabilidade da proveniência, infungibilidade, autenticação, imutabilidade e unicidade, em abordagem descentralizada e automatizada dos documentos arquivísticos digitais.

REFERÊNCIAS

BAL, M.; NER, C. **NFT Tracer**: a non-fungible token tracing roof-of-concept using hyperledger fabric. 2019. Disponível em: https://arxiv.org/pdf/1905.04795. Acesso em: 17 jun. 2024.

BARBOZA, E. S. **Autenticação multifatorial em hardware para o processo de assinatura digital da Nf-e**. Orientador: Manoel Eusébio de Lima. 2018. 154p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CC, Ciência da Computação, Recife, 2018. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/32403/1/. DISSERTA%c3%87%c3%83O%20Eudes%20da%20Silva%20Barboza.pdf. Acesso em: 17 jun. 2024.

BRASIL. Casa Civil. Presidência da República. Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI). **Instrução normativa ITI nº19, de 10 novembro de 2021**. 2021b. Disponível em: https://www.in.gov.br/web/dou/-/instrucao-normativa-iti-n-19-de-10-de-novembro-de-2021-359443482. Acesso em: 17 jun. 2024.

BRASIL. Casa Civil. Presidência da República. Subchefia para assuntos jurídicos. **Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001**. 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/antigas_2001/2200-2.htm. Acesso em: 17 jun. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Portaria nº 613, de 18 de agosto de 2022.** Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-613-de-18-de-agosto-de-2022-423583397. Acesso em: 17 jun. 2024.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Geral. Subchefia para assuntos jurídicos. **Lei nº 14.063 de 23 setembro de 2020** - Dispõe sobre o uso de assinaturas eletrônicas em interações com entes públicos, em atos de pessoas jurídicas e em questões de saúde e sobre as licenças de softwares desenvolvidos por entes públicos. (2020) Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/L14063.htm. Acesso em: 15 dez. 2021.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Geral. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto n.º 9.235 de 15 de dezembro de 2017.** Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. Brasília, DF. 2017. Acesso em: 17 jun. 2024.

CHOHAN, U. W. Non-fungible tokens (NFTs): Early Thoughts and a Research Agenda. **Ssrn Electronic Journal**, v.1, n.1, p. 1-14, mar. 2021. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3822743. Acesso em: 17 jun. 2024.

DANNEN, C. **Introducing Ethereum and Solidity**. Foundations of Cryptocurrency and *blockchain* Programming for Beggniners. Apress. 2017.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

KOBAYASHI, L. O. M. **Abordagem criptográfica para integridade e autenticidade em imagens médicas**. Orientador: Sergio Shiguemi Furuie. 2007. 136 p. Tese (Doutorado Engenharia de telecomunicações e controle). Escola politécnica, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/3/3142/tde-14012008- 122458/publico/Kobayashi_Tese_Revisado.pdf. Acesso em: 17 jun. 2024.

MAGALHÃES, L. E. R. **O trabalho científico: da pesquisa à monografia**. Curitiba: FESP, 2007.

MARCACINI, A. T. R. **O documento eletrônico como meio de prova**. 2002 Disponível em: http://augustomarcacini. cjb. net/textos/docelet2. html. Acesso em: 17 jun. 2024.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 7. ed. São Paulo: Atlas. 2008. 296 p.

MENKE, F. Assinatura eletrônica no Direito Brasileiro. **Revista dos Tribunais**: São Paulo, 2005.

MONTEIRO, E. S.; MIGNONI, E. M. **Certificação Digital**: Conceitos e Práticas, Rio de Janeiro: Brasport, 2007.

NAKAMOTO, S. **Bitcoin**: a peer-to-peer electronic cash system. 2008. Disponível em: https://bitcoin.org/bitcoin.pdf. Acesso em: 17 jun. 2024.

RESENDE. A. D. **Certificação Digital.** 2009. Disponível em: http://www.unigran.br/revistas/juridica/ed_anteriores/22/artigos/artigo09.pdf. Acesso em: 17 jun. 2024.

SWAN, M. **Blockchain**: blueprint for a new economy. Boston: O'Reilly Media, 2015.

TANENBAUM, A. S. **Computer network.** 4 ed. Campus. Amsterdam – Holanda, 2003.

TAPSCOTT, D.; TAPSCOTT, A. **Blockchain Revolution**. New York: Penguin Random House LLC, 2017.

EXTRAÇÃO DE METADADOS PARA UM GRANDE ARQUIVO DE DECISÕES JUDICIAIS: UMA ABORDAGEM COM INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

METADATA EXTRACTION FOR A LARGE ARCHIVE OF JUDICIAL DECISIONS: AN ARTIFICIAL INTELLIGENCE APPROACH

João Lima
Universidade Federal do Espírito Santo
Aerty Santos
Universidade Federal do Espírito Santo
Eduardo Almeida
Universidade Federal do Espírito Santo
Juliana Pirovani
Universidade Federal do Espírito Santo
Elias de Oliveira
Universidade Federal do Espírito Santo

Resumo

A descrição arquivística costuma ser uma tarefa manual e demorada. Dessa forma, tende a ser mais estática em seu ciclo de vida da informação. Por outro lado, os usuários mudam com maior frequência a forma com que utilizam os documentos e exigem novos recursos não previstos na descrição inicial dos documentos no arquivo. Esse artigo apresenta uma estratégia para encontrar entidades nomeadas automaticamente, de forma a produzir elementos ricos de metadescrição para um arquivo a ser gerido no AtoM. Para atingir esse objetivo, aplicamos algumas estratégias de inteligência artificial. Em nossos experimentos, usamos o conjunto de dados de decisões do Tribunal de Justiça de São Paulo em um total de 9.178 e realizamos a extração de alguns novos elementos descritivos. A partir deste corpus, separamos um conjunto menor de documentos relacionados as decisões judiciais dos crimes de Roubo e Furto. Os experimentos demonstraram que

a abordagem proposta reduziu significativamente o esforço humano necessário para a realização da tarefa, utilizando a metodologia baseada em inteligência artificial.

Palavras-Chave: AtoM; Decisões judiciais; Inteligência artificial.

Abstract

Archival description is usually a manual and time-consuming task. As a result, it tends to be more static in its information lifecycle. On the other hand, users more frequently change the way they use documents and demand new features not foreseen in the initial description of the documents in the archive. This text presents a strategy for automatically finding named entities, in order to produce rich meta-description elements for an archive to be managed in AtoM. To achieve this objective, we applied some artificial intelligence strategies. In our experiments, we used the dataset of decisions from the São Paulo Court of Justice, totaling 9,178 documents, and extracted some new descriptive elements. From this corpus, we separated a smaller set of documents related to judicial decisions on Robbery and Theft crimes. The experiments demonstrated that the proposed approach significantly reduced the human effort required to complete the task, utilizing the methodology based on artificial intelligence.

Keywords: AtoM; Judicial decisions; Artificial intelligence.

INTRODUÇÃO

As ferramentas de recuperação de informações melhoraram na última década. Google, Yahoo, Microsoft e outras empresas oferecem mecanismos de busca poderosos que permitem pesquisar mundialmente por grandes quantidades de documentos quase instantaneamente. Infelizmente, ferramentas semelhantes ainda não estão disponíveis em muitos sistemas de informação usados pelos departamentos de justiça no Brasil. Quando integradas a um sistema de informação institucional local, ferramentas como essas podem aumentar a eficiência e precisão na busca por informações em grandes arquivos de documentos (Izo; Oliveira; Badue, 2021).

A decisão do juiz é o ato administrativo. Um marco emitido pelo sistema judicial referente a um fato disputado entre partes. Tendo isso em mente, esses documentos são

valiosos instrumentos para avaliar o desempenho do sistema judicial. No entanto, para atingir esse objetivo, precisamos construir um melhor sistema de arquivamento para aumentar a acessibilidade desses documentos, vinculando-os a novos pontos de acesso. Os acessos atuais são baseados principalmente no número do processo, no nome das partes e no tipo de assunto em disputa, por exemplo.

A extração de alguns desses metadados pode ser feita diretamente por meio de estratégias baseadas no reconhecimento de padrões. Neste trabalho, vamos além desse tipo de procedimento, extraindo outras informações presentes nesses documentos: por exemplo, o nome das pessoas mencionadas, datas dos fatos mencionados e o tempo aplicado à sentença, apenas para citar algumas dessas informações contidas no texto da decisão. Para peças de informação mais complexas, são necessárias técnicas de Processamento de Linguagem Natural (Manning; Schuetze, 1999). Nossa abordagem segue aquela apresentada por (Pirovani; Oliveira, 2021). A abordagem daqueles autores usa uma Gramática Local (LG) para cada entidade de interesse de anotação, auxiliando o *Conditional Random Field* (CRF) (Sutton; Mccallum, 2012), outro algoritmo inteligente. O papel de uma LG é inserir o conhecimento do especialista do domínio no processo, já que uma LG é construída de forma eminentemente manual. Algumas abordagens alternativas são vorazes em dados para treinar seus algoritmos (Santos; Guimaraes, 2015), o que pode ser proibitivo em determinado contexto, ou devido ao limitado orçamento da equipe responsável.

Este trabalho oferece duas contribuições principais. A primeira é a disponibilização pública de um extenso conjunto de decisões judiciais relacionadas aos crimes abordados. A segunda contribuição reside na organização dessas decisões de maneira compatível com o AtoM[1].

O AtoM é uma das duas plataformas recomendadas pelo RDC-Arq (Repositórios Arquivísticos Digitais Confiáveis) para a gestão e descrição de documentos arquivísticos, sendo reconhecido por suas robustas funcionalidades em organização, difusão, transparência ativa e compartilhamento de informações arquivísticas. A plataforma opera de forma eficiente e em conformidade com os padrões internacionais. Enquanto isso, a plataforma Archivematica, também recomendada pelo RDC-Arq, foca na preservação digital, assegurando a integridade e autenticidade dos documentos ao longo do tempo. (Conarq, 2023).

Para apresentar nossa proposta, consideramos dois tipos de crimes com decisões proferidas em 2022: furto e roubo. Utilizamos 5.025 documentos em nossos experimentos. Este artigo está estruturado da seguinte forma: na Seção 2, discutimos trabalhos recentes que servirão de base para comparar nossa proposta. Na Seção 3, abordamos a busca por estruturas textuais mais complexas para a criação de metadados inteligentes, como

1 https://www.accesstomemory.org/pt-br/

apontado por Izo, Oliveira e Badue (2021), visando facilitar o acesso dos usuários. A Seção 4 detalha os resultados dos experimentos, que validam nossa hipótese. Nossa pesquisa expandiu a gama de metadados extraídos, resultando em uma redução significativa na carga de trabalho dos especialistas humanos em comparação aos processos manuais. Por fim, na Seção 5, apresentamos nossas conclusões e propostas para pesquisas futuras.

REVISÃO DE LITERATURA

Um estudo realizado por Moraes, Zafalon e Barroso (2019) examinou a relação entre os avanços tecnológicos e a reconfiguração dos sistemas de informação na descrição arquivística. A pesquisa teve como objetivo investigar a produção científica relacionada ao modelo conceitual internacional de descrição arquivística, *Records in Contexts* (RiC), e ao software AtoM, ambos desenvolvidos pelo *International Council on Archives* (ICA). Utilizando uma abordagem que combina métodos qualitativos e quantitativos, incluindo revisão bibliográfica e análise documental, o estudo identificou tendências e analisou como a literatura discute a aplicação dessas ferramentas. A pesquisa revelou que o modelo RiC e o software AtoM são considerados fundamentais para a organização e recuperação de documentos arquivísticos, promovendo a interoperabilidade entre sistemas e instituições.

Outro estudo, conduzido por Campos e Oliveira (2015), propôs uma metodologia baseada em gramática local para a identificação automática de nomes de pessoas em textos em português, usando como exemplo o romance Senhora, de José de Alencar. A estratégia adotada, que integra informações contextuais e dicionários, resultou em indicadores de desempenho notáveis, alcançando 99% de recall e 100% de precisão na identificação de 1699 nomes quando aplicada ao livro Senhora. No entanto, ao estender essa abordagem para a classe Tudo a ver (TAV) do conjunto de dados ATribuna, apenas 63 dos 116 nomes existentes foram corretamente identificados, com 9 falsos positivos, resultando em 54% de recall e 88% de precisão. O desempenho inferior nessa classe específica pode ser atribuído à ausência de uma gramática especificamente construída para ela, destacando a necessidade de adaptação da abordagem de acordo com as características únicas de cada conjunto de dados.

Entidades nomeadas identificadas automaticamente em textos têm sido usadas em várias aplicações com o objetivo de reduzir o esforço humano em tarefas manuais e repetitivas. Pirovani, Spalenza e Oliveira (2017), por exemplo, usaram 10 tipos de entidades nomeadas identificadas automaticamente usando CRF+LG em textos educacionais para gerar perguntas, economizando o tempo do professor. Eles encontraram 7195 entidades nomeadas e geraram 6917 perguntas (4175 de preenchimento de lacunas e 2742 de texto livre).

Pirovani, Nogueira e Oliveira (2018) também usaram CRF+LG para encontrar nomes de pessoas em um grande conjunto de dados de um jornal. Os nomes encontrados foram

usados para criar uma página web de índice de nomes de pessoas. Essa página permite que o usuário acesse facilmente todos os artigos do jornal onde seus nomes aparecem dirija-se diretamente ao ponto onde o nome é citado na página do jornal.

Além disso, entidades nomeadas identificadas em textos também são usadas para aumentar a compreensão do assunto do texto e melhorar a qualidade de sistemas com diferentes propósitos. Oliveira et al. (2019) usaram entidades nomeadas como características adicionais para aprimorar a qualidade dos sistemas de avaliação automatizada de redações. Com as características de cada redação respectiva, incluindo as entidades nomeadas, as notas são então inseridas como a variável critério em uma regressão linear. O estudo mostrou a importância de levar em consideração, para avaliar a qualidade dos argumentos dos alunos, as entidades nomeadas em relação ao tema abordado na redação. Eles obtiveram uma melhoria em duas das cinco dimensões dos critérios de avaliação usados pelo exame ENEM em relação aos resultados de ponta.

Entidades nomeadas químicas foram usadas por Izo et al. (2023) para gerar relatórios inteligentes para a tomada de decisões a partir de textos livres. Eles utilizaram patentes químicas e artigos científicos, extraíram as entidades nomeadas através do método híbrido CRF+LG e, em seguida, aplicaram regras para gerar informações inteligentes. Foram gerados 35 relatórios inteligentes combinando informações de documentos que citam métodos, equipamentos, compostos, elementos e classes químicas similares.

PROPOSTA

Um documento carrega em si muitos elementos textuais que são valiosas informações para alguém, ou alguéns em algum dia. Não podemos prever com certeza, a priori, qual palavra ou conjunto de estruturas textuais complexas, entre muitos outros fenômenos linguísticos textuais, serão de uso valioso para um pesquisador, ou um cidadão, ou mesmo para arquivistas. Por essa razão, precisamos de melhores ferramentas e metodologias para reformular rapidamente nossa estrutura de descrição arquivística a fim de atender às necessidades particulares dos usuários do momento.

Moraes, Zafalon e Barroso (2019) destacam que a descrição arquivística consiste em identificar e elucidar o contexto e o conteúdo dos documentos arquivísticos. Essa atividade é fundamental para alinhar as concepções teóricas e práticas da Ciência da Informação e da Arquivologia, dado que ambas compartilham a informação como objeto de estudo. Nesse sentido, a Tecnologia da Informação e Comunicação desempenha um papel fundamental, permitindo que aplicações de software, como o AtoM, consolidem e interpretem a informação arquivística armazenada. Com isso, este trabalho propõe o uso de inteligência artificial para acelerar o processo de descrição arquivística, indo além dos elementos textuais tradicionais, como número do processo, nomes das partes e tipo de assunto. A abordagem sugerida examina o documento como um todo,

identificando entidades nomeadas, o que aprimora a eficiência e a precisão no acesso dos usuários aos documentos.

Novos algoritmos de inteligência artificial estão à nossa disposição para anotar estruturas linguísticas ricas a partir de textos (Pirovani; Oliveira, 2021). Com base em uma abordagem semelhante ao artigo citado anteriormente, focamos, no presente trabalho, em identificar e anotar alguns elementos de uma coleção de decisões judiciais. Esses elementos comporão os metadados desses documentos ao registrá-los no AtoM. Com esse objetivo, aprimoramos o algoritmo anterior para identificar o tempo da sentença na decisão judicial, entre outros elementos discutidos nos resultados, na Seção 4. Primeiramente, anotamos manualmente 30 decisões para treinar o algoritmo. Durante esse processo manual, marcamos todos os elementos que queremos que o algoritmo aprenda: 1) o número do processo, o documento; 2) a data de emissão da decisão; 3) a comarca; 4) o tribunal; 5) o nome do juiz responsável; 6) o nome do réu, ou réus; e 7) a sentença definitiva. Esta é o tempo da sentença após alguma fração de tempo adicional ou de redução com base nas circunstâncias em que o crime foi cometido. A Figura 1 mostra um exemplo de parte de uma decisão anotada. O réu foi condenado a 6 anos, 8 meses, e uma multa de 16 dias de acordo com 1/30 do maior salário mínimo vigente.

Figura 1: Um exemplo de decisão judicial anotada

Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido do **Ministério Público** para CONDENAR o réu **TALVANES MAGALHÃES DA SILVA JÚNIOR**, qualificado nos autos, como incurso no artigo **157**, § **2º**-A, inciso I do Código Penal, à pena de **06** (**seis**) anos e **08** (**oito**) meses de reclusão e **16** (**dezesseis**) dias-multa, calculados à razão de **1/30** do maior salário-mínimo vigente à época dos fatos, com regime semiaberto para início do cumprimento.

Não concedo ao réu o direito de recorrer em liberdade pelos mesmos fundamentos explicitados para a decretação de sua prisão preventiva, por conta da gravidade do crime a ele imputado, para assegurar a ordem pública e garantir a aplicação da lei penal, sobretudo agora diante da condenação, considerando o montante e regime de pena impostos.

Recomende-se o réu ao estabelecimento prisional onde se encontra. Após, com a intimação das partes acerca da presente sentença, expeça-se, com urgência, guia de recolhimento provisória/definitiva.

Por fim, DETERMINO a restituição dos objetos apreendidos à fl. **20** em favor do sentenciado, expedindo-se o necessário após
o trânsito em julgado.

Custas conforme a lei (artigo **4º**, § **9º**, "a", da Lei Estadual nº **11.608/2003**), observando-se a gratuidade processual concedida nos autos em favor do sentenciado (fl. **117**).

P. R. e I.

Araçatuba, 15 de setembro de 2021.

Fonte: De autoria própria

Após ter um conjunto de documentos anotados manualmente, os algoritmos propostos utilizaram esses documentos anotados para aprender a anotar automaticamente os documentos que ainda não foram anotados por especialistas.

EXPERIMENTOS E RESULTADOS

A anotação de texto continua sendo um desafio para as comunidades científicas, em parte devido ao alto custo de treinar algoritmos para anotar grandes volumes de documentos arquivísticos. Esses algoritmos geralmente exigem um extenso conjunto de dados previamente rotulados (Li et al., 2022), o que demanda um grande esforço de anotação humana e validação cruzada. Nossa proposta oferece uma abordagem mais econômica para o treinamento do algoritmo, que é capaz de aprender rapidamente e oferece desempenho de qualidade estatisticamente comparável aos algoritmos de referência na literatura.

Para capturar dados de treinamento, desenvolvemos um aplicativo de software baseado no Moodle[2], que permite a especialistas humanos inserirem suas anotações em dados que serão utilizados no treinamento. O sistema solicita a um grupo selecionado de usuários que anotem uma amostra de documentos, utilizando uma linguagem baseada em XML (*Extensible Markup Language*), um padrão que define um conjunto de regras para codificar documentos em um formato que seja legível tanto por humanos quanto por máquinas, para marcar entidades nomeadas presentes nos documentos (como exemplificado na Figura 2). Esse processo continua até que amostras suficientes sejam acumuladas para treinar o algoritmo.

Figura 2: Um exemplo de decisão judicial anotada.

```
1   Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido do
2   <EM ID="1500164-90.2021.8.26.0603-12" CATEG="ORGANIZACAO">Ministério Público</EM> para CONDENAR o réu
3   <EM ID="1500164-90.2021.8.26.0603-13" CATEG="PESSOA">TALVANES MAGALHÃES DA SILVA JÚNIOR</EM>,
4   qualificado nos autos, como incurso no artigo
5   <EM ID="1500164-90.2021.8.26.0603-14" CATEG="VALOR">157</EM>, §
6   <EM ID="1500164-90.2021.8.26.0603-15" CATEG="VALOR">2º</EM>-A, inciso I do Código Penal, à pena de
7   <EM ID="1500164-90.2021.8.26.0603-16" CATEG="VALOR">06</EM> (
8   <EM ID="1500164-90.2021.8.26.0603-17" CATEG="VALOR">seis</EM>) anos e
9   <EM ID="1500164-90.2021.8.26.0603-18" CATEG="VALOR">08</EM> (
10  <EM ID="1500164-90.2021.8.26.0603-19" CATEG="VALOR">oito</EM>) meses de reclusão e
11  <EM ID="1500164-90.2021.8.26.0603-20" CATEG="VALOR">16</EM> (
12  <EM ID="1500164-90.2021.8.26.0603-21" CATEG="VALOR">dezesseis</EM>) dias-multa, calculados à razão de
13  <EM ID="1500164-90.2021.8.26.0603-22" CATEG="VALOR">1/30</EM> do maior salário-mínimo vigente à época dos fatos, com
14  regime semiaberto para início do cumprimento.Não concedo ao réu o direito de recorrer em liberdade pelos mesmos fundamentos
15  explicitados para a decretação de sua prisão preventiva, por conta da gravidade do crime a ele imputado, para assegurar a
16  ordem pública e garantir a aplicação da lei penal, sobretudo agora diante da condenação, considerando o montante e regime
17  de pena impostos.Recomende-se o réu ao estabelecimento prisional onde se encontra. Após, com a intimação das partes acerca
18  da presente sentença, expeça-se, com urgência, guia de recolhimento provisória/definitiva.
19  Por fim, DETERMINO a restituição dos objetos apreendidos à fl.
20  <EM ID="1500164-90.2021.8.26.0603-23" CATEG="VALOR">20</EM> em favor do sentenciado, expedindo-se o necessário após
21  o trânsito em julgado. Custas conforme a lei (artigo
22  <EM ID="1500164-90.2021.8.26.0603-24" CATEG="VALOR">4º</EM>, §
23  <EM ID="1500164-90.2021.8.26.0603-25" CATEG="VALOR">9º</EM>, "a", da Lei Estadual nº
24  <EM ID="1500164-90.2021.8.26.0603-26" CATEG="VALOR">11.608/2003</EM>), observando-se a gratuidade processual
25  concedida nos autos em favor do sentenciado (fl.
26  <EM ID="1500164-90.2021.8.26.0603-27" CATEG="VALOR">117</EM>).P. R. e I.
27  <EM ID="1500164-90.2021.8.26.0603-28" CATEG="LOCAL">Araçatuba</EM>,
28  <EM ID="1500164-90.2021.8.26.0603-29" CATEG="TEMPO">15 de setembro de 2021</EM>.
29  DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI
30  <EM ID="1500164-90.2021.8.26.0603-30" CATEG="VALOR">11.419/2006</EM>, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA
31  <EM ID="1500164-90.2021.8.26.0603-31" CATEG="PESSOA">Kathleen Freeman</EM>
```

Fonte: De autoria própria

2 http://moodle.org/

Em termos de resultados, o algoritmo apresentou uma precisão de 0,7 e uma medida F de 0,49. Esses valores indicam que, embora o algoritmo seja capaz de identificar corretamente uma boa parte das entidades nomeadas (precisão), ele ainda apresenta uma necessidade de melhoria na harmonia entre precisão e recall (medida F). Isso sugere que, embora o modelo tenha uma boa capacidade de evitar falsos positivos, ainda há espaço para otimizar o equilíbrio entre a precisão e a capacidade de detectar todas as entidades relevantes. No entanto, considerando que o treinamento foi realizado com um número limitado de amostras, esses resultados são promissores e indicam que o algoritmo tem potencial para melhorar com o aumento do conjunto de dados de treinamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Propõe-se neste trabalho uma abordagem com o uso de inteligência artificial para acelerar a tarefa de descrição arquivística. Mais do que apenas prestar atenção aos elementos textuais tradicionais, como por exemplo o número do processo, os nomes das partes e o tipo do assunto em disputa, nossa abordagem busca no documento inteiro por entidades nomeadas para melhorar a capacidade de acesso dos usuários aos seus documentos.

Aumentar a qualidade dos metadados arquivísticos com novas e mais complexas expressões textuais, como entidades nomeadas, permite melhorias na busca em sistemas de informação, como já discutido pelo autores Izo, Oliveira e Badue (2021). Portanto, o usuário é amplamente beneficiado pela incorporação dessa tecnologia em um sistema de informação. No trabalho atual, estudamos os marcos iniciais para fornecer essas funcionalidades aos documentos de decisões judiciais. Com a incorporação dessa funcionalidade pode-se inclusive inferir-se a classificação dos documentos baseando-se apenas nos valores das sentenças.

Um trabalho futuro que planejamos realizar é a extração de palavras, ou expressões, que expliquem o aumento ou diminuições das sentenças pelos juízes. Ou seja, busca-se assim as razões e explicações dos motivos que sustentaram a atribuição das sentenças. Por outro lado, mecanismos como os que buscamos jogará luzes a que novas metodologias possam ser estudadas para estabelecer diretrizes e critérios claros para os juízes seguirem ao determinar suas sentenças.

REFERÊNCIAS

Campos, J.; Oliveira, E. **Extração de Nomes de Pessoas em Textos em Português: uma Abordagem Usando Gramáticas Locais**. In: Computer on the Beach 2015. Florianópolis, SC: SBC, 2015. Best paper award. Disponível em: <https:// hal.archives-ouvertes.fr/ hal-01134971>.

Colombo, C.; Oliveira, E. **Intelligent Information System for Extracting Knowledge from Pharmaceutical Package Inserts**. In: XVIII Brazilian Symposium on Information Systems (SBSI). Florianópolis, SC: SBC, 2022.

Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ). **Resolução nº 51, de 11 de julho de 2023**. Estabelece diretrizes para a implementação de repositórios arquivísticos digitais confiáveis (RDC-Arq). Disponível em:https://www.gov.br/conarq/pt-br/resolucoes/resolucao-51.pdf. Acesso em: 08 ago. 2024.

Izo, F.; Oliveira, E.; Badue, C. **Named Entities as a Metadata Resource for Indexing and Searching Information**. In: 21th International Conference on Intelligent Systems Design and Applications – (ISDA). On the WWW: Springer International Publishing, 2021. v. 418, p. 838–848.

Izo, F. et al. **An Intelligent Report Generator for Chemical Documents**. In: XIX Brazilian Symposium on Information Systems. Curitiba, Brazil: Association for Computing Machinery, 2023. p. 276–283.

Li, Q. et al. **A Survey on Text Classification: From Traditional to Deep Learning**. ACM Transactions on Intelligent Systems and Technology (TIST), ACM New York, NY, v. 13, n. 2, p. 1–41, 2022.

Manning, C. D.; Schuetze, H. **Foundations of Statistical Natural Language Processing**. 1st. ed. New York, NY: The MIT Press, 1999.

Moraes, H. A. R.; Zafalon, Z. R.; Barroso, T. DE B. **Descrição arquivística, Records in Contexts (RiC) e Access to Memory (AtoM): análise exploratória da literatura científica**. RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação, v. 17, n. 0, p. e019009, 24 jan. 2019.

Oliveira, E. et al. **The Influence of NER on the Essay Grading**. In: SPRINGER. 19th International Conference on Intelligent Systems Design and Applications: Intelligent Systems Design and Applications. Delhi, India: Springer International Publishing, 2019. p. 102–113.

Pirovani, J.; Nogueira, M.; Oliveira, E. **Indexing Names of Persons in a Newspaper Large Dataset**. In: 13th International Conference on the Computational Processing of Portuguese (PROPOR). Canela, RS: Springer, 2018. v. 11122.

Pirovani, J.; Oliveira, E. **Studying the Adaptation of Portuguese NER for Different Textual Genres**. The Journal of Supercomputing, Springer International Publishing, p. 1–17, 2021.

Pirovani, J.; Spalenza, M.; Oliveira, E. **Geração Automática de Questões a Partir do Reconhecimento de Entidades Nomeadas em Texto Didáticos**. In: XXVIII Simpósio Brasileiro de Informática na Educação (SBIE). Ceará, CE: SBC, 2017. p. 1147–1156.

Santos, C. N.; Guimaraes, V. **Boosting Named Entity Recognition with Neural Character Embeddings**. In: Proceedings of the Fifth Named Entities Workshop, ACL 2015. Stroudsburg, PA, USA: Association for Computational Linguistics, 2015. p. 25–33.

Sutton, C.; Mccallum, A. **Conditional Random Fields: An Introduction**. Foundations and Trends® in Machine Learning, Elsevier, v. 4, p. 267–373, 2012. ISSN 1935-8237.

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL APLICADA A DOCUMENTOS EM SUPORTE PAPEL: O CASO DO SISTEMA SEP NO ES

ARTIFICIAL INTELLIGENCE APPLIED TO PAPER SUPPORT DOCUMENTS: THE CASE OF THE SEP SYSTEM IN ES

Jussara Teixeira
Instituto de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Espírito Santo
Juliana Oliveira de Almeida
Arquivo Público do Estado do Espírito Santo
Tânia Barbosa Salles Gava
Universidade Federal do Espírito Santo
Tatiana Canelhas
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"
Jose Márcio Moraes Dorigueto
Instituto de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Espírito Santo

Resumo

Com a transformação digital ocorrida nos últimos tempos, principalmente após o cenário pandêmico, a automatização de processos tornou-se parte importante da gestão administrativa, inclusive na gestão arquivística de documentos. Atualmente, também tem crescido o interesse pelo uso de ferramentas de Inteligência Artificial no contexto da transformação digital. Sendo assim, Este texto tem como objetivo geral apresentar a funcionalidade do sistema SEP que utiliza a Inteligência Artificial (IA) para a classificação automática de processos administrativos em suporte papel. Trata-se de uma pesquisa do tipo aplicada, de caráter exploratório, cujo método é a pesquisa bibliográfica e documental. Os principais resultados da pesquisa são uma breve contextualização da gestão de documentos arquivísticos e do aprendizado de máquina (Machine Learning), e a apresentação de uma funcionalidade do sistema SEP, que classifica processos administrativos de forma automática utilizando aprendizado de máquina.

Palavras-Chave: Gestão de documentos; Classificação automática de documentos; Aprendizado de máquina.

Abstract

With the recent digital transformation, particularly following the pandemic scenario, process automation has become an important part of administrative management, including archival document management. Currently, there is also a growing interest in the use of Artificial Intelligence tools within the context of digital transformation. Therefore, the general objective of this text is to present the functionality of the SEP system that uses Artificial Intelligence (AI) for the automatic classification of administrative processes in paper support. This is an applied, exploratory research, using bibliographic and documentary methods. The main results of the research include a brief contextualization of archival document management and machine learning, and the presentation of a SEP system functionality that automatically classifies administrative processes using machine learning.

Keywords: Document management; Automatic document classification; Machine learning.

INTRODUÇÃO

O Governo do Estado do Espírito Santo durante quase três décadas utilizou o Sistema Eletrônico de Protocolo (SEP) como sistema de gerenciamento e controle das operações referentes às funções de recebimento, registro e tramitação de processos na Administração Pública Estadual. O sistema começou a ser utilizado no final da década de 1980 e até o ano de 2005 ainda não tinham sido utilizados os instrumentos básicos da Gestão Documental, que são o Plano de Classificação de Documentos (PCD) e a Tabela de Temporalidade de Destinação de Documentos (TTDD). Assim, por mais de 20 anos foram autuados processos administrativos sem critérios arquivísticos, o que acarretou o acúmulo de cerca de 9 milhões de processos até cerca de maio de 2024.

Com o crescente acúmulo de documentos nos órgãos e entidades da Administração Estadual ao longo dos anos, surgiu a necessidade da busca de outros espaços, fora dos órgãos, para guarda intermediária dos acervos. Como resultado, houve um aumento significativo na contratação de serviços de guarda externa, gerando um alto custo para a Administração Pública, chegando a 18 milhões de reais no ano de 2018, como também a locação de espaços para instalação dos arquivos intermediários. É importante ressaltar que a guarda externa

e a locação de imóveis não resolvem os problemas de massa documental acumulada, sendo necessário o tratamento arquivístico, que inclui classificação e avaliação para a correta destinação dos documentos, ou seja, sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente, conforme a legislação vigente (Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991).

Em 2017 a Secretaria de Estado de Controle e Transparência do Estado do Espírito Santo (SECONT), realizou uma auditoria em Gestão Documental em que um dos indicadores de desempenho analisados foi a contratação de sistemas, serviços, consultorias e equipamentos relacionados à Gestão Documental. Dentre os 10 órgãos auditados, 04 (quatro) apresentaram cópias dos contratos vigentes, e o valor pago entre os anos de 2016 e 2017 chegou ao total de R$ 11.925.994,18 (onze milhões, novecentos e vinte e cinco mil, novecentos e noventa e quatro reais e dezoito centavos).

Para sanar os problemas apresentados faz-se necessário o tratamento arquivístico e a consequente eliminação dos documentos que já cumpriram seus prazos de guarda. A eliminação traz para a Administração Pública redução nos gastos com contratos de guarda externa de documentos, economia com insumos e manutenção de espaços que poderiam ser melhor aproveitados. Além das economias citadas, a eliminação tem o papel social, tendo em vista que todo material proveniente da fragmentação é revertido em benefício de associações de catadores de material reciclável.

O atual desafio da Administração Estadual é tratar o legado a fim de eliminar a documentação que já cumpriu os prazos de guarda, bem como fazer o recolhimento da documentação de caráter permanente. A dificuldade em realizar uma gestão documental efetiva se dá por diversos fatores, tais como falta de arquivistas nos órgãos, membros das comissões de avaliação de documentos setoriais (CADS) com muitas atribuições além das atividades voltadas ao arquivo, órgãos da Administração que ainda não possuem Plano de Classificação de Documentos e Tabela de Temporalidade e Destinação para apoiar as atividades de gestão, e em muitos casos falta de apoio da alta gestão para se priorizar o trabalho nos acervos.

Para o adequado tratamento arquivístico, a primeira etapa é a correta classificação dos documentos. No cenário ideal os processos recebem a classificação no momento de sua produção, o que não aconteceu no passado. De acordo com o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (Arquivo Nacional,2020, p. 49), entende-se por classificação:

1. Organização dos documentos de arquivo ou coleção, de acordo com um plano de classificação, código de classificação ou quadro de arranjo.
2. Análise e identificação do conteúdo de documentos, documentos seleção da categoria de assunto sob a qual sejam recuperados, podendo-se-lhes atribuir códigos.

Neste contexto, este artigo tem como objetivo geral apresentar uma funcionalidade do SEP que utiliza a Inteligência Artificial para a classificação automática de processos administrativos em suporte papel. A pesquisa desenvolvida neste trabalho é do tipo aplicada, de caráter exploratório, cujo método é a pesquisa bibliográfica e documental (Gil, 2002), e encontra-se dividida da seguinte maneira: a seção 2 apresenta a gestão de documentos arquivísticos. Na seção 3 faz-se uma introdução ao aprendizado de máquina (*Machine Learning*). A seção 4 descreve uma visão geral da aplicação de aprendizado de máquina para a classificação de processos administrativos em suporte papel. A seção 5 apresenta as considerações finais, seguida das referências bibliográficas.

GESTÃO DE DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS

Com a transformação digital ocorrida nos últimos tempos, principalmente após o cenário pandêmico, a automatização de processos tornou-se parte importante da gestão administrativa. No entanto, no contexto arquivístico, essa gestão precisa primordialmente abarcar uma gestão arquivística comprometida em adotar normas, padrões, modelos e a legislação arquivística vigente. Assim, para a aplicação da ferramenta de Inteligência Artificial na classificação de processos no contexto do estado do Espírito Santo, foi necessário que o governo avançasse na gestão de documentos, de modo que a grande maioria dos órgãos e entidades da administração estadual tivesse CADS atualizadas e ativas, bem como seus instrumentos de Gestão Documental, PCD e TTDD, publicados e atualizados.

Os processos de classificação e de avaliação consistem, respectivamente, em analisar o conteúdo do documento avulso ou processo a fim de recuperar o seu contexto de produção, atribuindo assim um código conforme o PCD, e a posterior consulta a TTDD para identificar em que fase do ciclo de vida o documento se encontra: se na corrente, intermediária ou se está apto para a destinação final (eliminação ou recolhimento para guarda permanente). Tais etapas são a base para uma gestão documental efetiva tendo em vista que é ela que permite identificar a destinação dos documentos. Classificar os documentos é uma tarefa relativamente simples, e o ideal é que os documentos recebam a classificação no momento de sua produção, mas o cenário atual é a existência de uma massa documental acumulada sem critérios arquivísticos.

INTRODUÇÃO AO APRENDIZADO DE MÁQUINA

O aprendizado de máquina (*Machine Learning* - ML) é um subcampo da inteligência artificial focado no desenvolvimento de algoritmos capazes de aprender a partir de dados e fazer previsões ou tomar decisões sem a necessidade de programação explícita. Esses algoritmos de aprendizado de máquina permitem que os computadores analisem grandes

quantidades de dados, identifiquem padrões e façam previsões ou tomem decisões em tempo real, conforme analisado por Li, Lin e Guan (2023). A evolução desse campo remonta ao Teste de Turing que buscava definir operacionalmente a inteligência de um computador. Segundo Russell e Norvig (2010):

> O teste de Turing, proposto por Alan Turing em 1950, foi feito para prover uma definição operacional satisfatória de inteligência. Um computador passa no teste se um interrogador humano, após fazer algumas perguntas por escrito, não conseguir distinguir se as respostas escritas vêm de uma pessoa ou de um computador (tradução nossa; Russell, Norvig; 2016; Capítulo 1, p. 2).

A partir da década de 1960, algoritmos de aprendizado de máquina começaram a ser desenvolvidos para resolver problemas voltados ao reconhecimento facial e de objetos. Os princípios básicos do aprendizado de máquina envolvem o uso de dados para treinar modelos matemáticos que identificam padrões e fazem inferências. Esses modelos são divididos em três categorias principais: aprendizado supervisionado, não supervisionado e por reforço. No aprendizado supervisionado, como explica Murphy (2012), o modelo é treinado com um conjunto de dados rotulados onde as respostas corretas são conhecidas, sendo ideal para tarefas de classificação e regressão. O aprendizado não supervisionado, como descrito por Hastie, Tibshirani e Friedman (2009), envolve o treinamento do modelo em dados sem rótulos, buscando descobrir estruturas ou padrões ocultos. Técnicas comuns incluem clustering e redução de dimensionalidade. Já o aprendizado por reforço *(Reinforcement Learning* – RL), segundo Sutton e Barto (2018), envolve a aprendizagem de tomar decisões sequenciais com feedback na forma de recompensas ou penalidades, sendo amplamente utilizado em jogos e controle de robôs.

Uma das abordagens dentro do ML é o uso de redes neurais artificiais. Goodfellow, Bengio e Courville (2016) descrevem essas redes como sistemas que imitam o funcionamento do cérebro humano, compostos por camadas de neurônios artificiais que processam e transmitem informações. Elas são eficazes em tarefas complexas como o reconhecimento de padrões em grandes volumes de dados. As redes neurais profundas, que utilizam múltiplas camadas de neurônios, são capazes de extrair características de alto nível dos dados. Um exemplo é a rede neural profunda *feedforward* ou *perceptron* multicamada (MLP). Segundo Goodfellow, Bengio e Courville (2016),

O exemplo clássico de um modelo de aprendizado profundo é a rede neural profunda feedforward ou perceptron multicamada (MLP). Um perceptron multicamada é apenas uma função matemática que mapeia um conjunto de valores de entrada para valores de saída. A função é formada pela composição de muitas funções mais simples. Podemos pensar em cada aplicação de uma função matemática diferente como fornecendo uma

nova representação da entrada. (tradução nossa; Goodfellow, Bengio, Courville; 2016; Capítulo 1, p. 5).

Essas técnicas são usadas no Processamento de Linguagem Natural (PLN), onde as redes neurais podem ser aplicadas para a classificação automática de documentos, analisando grandes volumes de dados textuais, identificando padrões linguísticos e extraindo informações relevantes, ou seja, automatizando tarefas que seriam altamente complexas e demoradas se realizadas manualmente.

O treinamento de modelos para qualquer projeto de aprendizado de máquina exige um conjunto de dados com qualidade. Vancauwenbergh (2019), em seu texto *Data Quality Management*, argumenta que dados de alta qualidade permitem que os modelos aprendam corretamente e façam previsões precisas. A ausência de um conjunto de dados bem estruturado pode levar a resultados inadequados e modelos com desempenho inferior. A autora também destaca que conjuntos de dados de qualidade devem ser completos, precisos e representativos do problema que se deseja resolver. Além disso, é importante que os dados sejam bem rotulados para que os algoritmos supervisionados possam aprender corretamente as associações entre as entradas e as saídas, conforme argumentado por Shaveta:

> Para antecipar eventos futuros, algoritmos de aprendizado supervisionado usam exemplos rotulados para aplicar o que aprenderam no passado a novos dados. O método de aprendizado cria uma função inferida para prever valores de saída examinando um conjunto de dados de treinamento conhecido. Após um treinamento adequado, o sistema pode fornecer alvos para qualquer nova entrada. Para identificar falhas e corrigir o modelo conforme necessário, ele também pode comparar sua saída com a que é correta e pretendida. (tradução nossa; Shaveta; 2023; p. 282).

A capacidade do aprendizado de máquina de processar grandes volumes de dados e identificar padrões automaticamente o torna uma ferramenta eficaz para o gerenciamento de documentos. Shaveta (2023) observa que os avanços no ML, baseados na criação de modelos matemáticos, aprimoram a precisão e os processos de tomada de decisão por meio de informações extraídas dos dados. Com o aprendizado de máquina, as organizações podem automatizar a classificação de documentos, consolidando essa tecnologia como um componente importante na modernização e transformação digital de suas operações.

CLASSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS UTILIZANDO ML

O desafio inicial do projeto de uso de IA no sistema SEP foi implementar uma solução de aprendizado de máquina, levando em conta a falta de experiência prática da equipe

envolvida. Para suprir essa lacuna, houve um esforço direcionado para a realização de uma Prova de Conceito (PoC) e a criação de Mínimos Produtos Viáveis (MVPs). A PoC permite testar se uma solução proposta funciona conforme esperado e atende aos requisitos iniciais, ajudando a identificar possíveis problemas e desafios antes de um desenvolvimento completo. Com os resultados da PoC, a equipe pôde então desenvolver um MVP, que é uma versão inicial do produto com o conjunto mínimo de funcionalidades necessário para ser lançado e usado por clientes. Além disso, a equipe se empenhou em participar de cursos e workshops para adquirir os conhecimentos técnicos necessários para a entrega final. A partir destas ações, foi possível escolher a abordagem de aprendizado supervisionado como a mais adequada para o tratamento do problema.

O segundo grande desafio foi a identificação e o tratamento dos dados necessários para treinar o modelo algorítmico. Para mitigar o problema da qualidade dos dados foi realizada uma análise inicial para identificar padrões e inconsistências. Em seguida, foram implementadas ações automatizadas de limpeza e preparação de dados, utilizando técnicas de pré-processamento para garantir a qualidade dos dados. De acordo com Oliveira, Rodrigues e Henriques (2004), a limpeza de dados é essencial para a qualidade da análise em bases de dados; assim, de modo a se conseguir a preparação dos dados necessária para o prosseguimento do trabalho, foram utilizadas técnicas e processos comumente empregados em Machine Learning. Dentre elas podem-se destacar: (i) remoção de dados duplicados, (ii) tratamento de valores faltantes, (iii) normalização de dados e (iv) remoção de *outliers*.

O desafio subsequente envolveu a determinação da abordagem mais adequada para o processamento dos dados. Foram testados quatro algoritmos distintos de processamento de linguagem natural. Após uma análise criteriosa baseada em tempo de processamento versus volume de dados, foi identificado que o uso de redes neurais constituía a abordagem mais eficaz. De acordo com o Quadro 1 é possível observar que os modelos baseados na Rede Neural e os classificadores *Decision Tree* e *Random Forest* obtiveram ótimos resultados. O *SGD Classifier*, apesar de ter apresentado uma acurácia acima dos 93% no treino com 200.000 exemplos, foi o que demorou mais para ser treinado e de modo geral teve o pior desempenho. Também foi o que apresentou o maior impacto no tempo de treinamento quando da transição do cenário com 20K exemplos para o de 200K onde o tempo de treinamento saltou de 1min e 30s para quase 1 hora e meia. Os classificadores *Decision Tree* e *Random Forest* superaram a acurácia da Rede Neural nos dois cenários (20K e 200K), porém cabe salientar que a rede neural utilizada possuía 5 neurônios e foi treinada por 10 épocas. Ao final decidiu-se pelo uso de algoritmo baseado em rede neural, com base em seu desempenho na duração de treino em comparação com os outros algoritmos testados.

Quadro 1: Resultado da análise para escolha do algoritmo

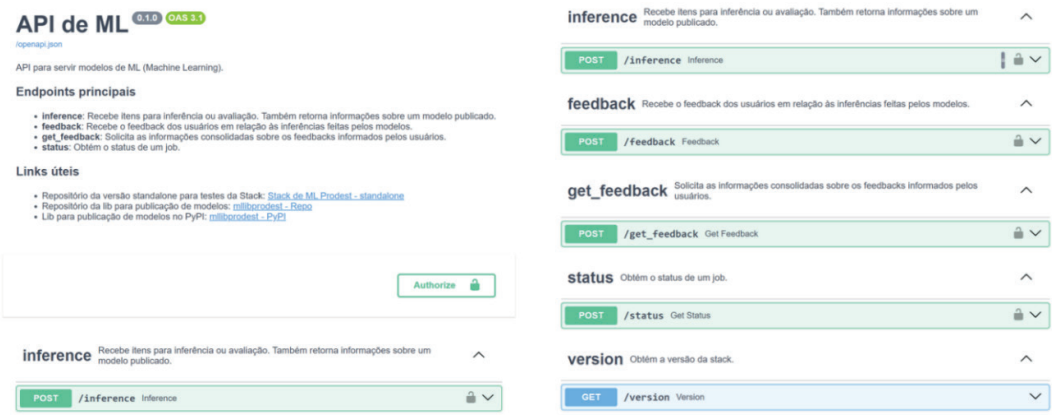
	Rede Neural		Decision Tree		Random Forest		SGD Classifier	
Quantidade de exemplos - Treino	20K	200K	20K	200K	20K	200K	20K	200K
Duração do treino	00:00:45	00:08:16	00:00:34	00:21:15	00:00:39	00:15:57	00:01:30	01:27:03
Acurácia	97.06%	97.12%	99.05%	99.72%	98.90%	99.53%	86.96%	93.04%
Quantidade de exemplos – Teste manual	50.208	50.208	50.208	50.208	50.208	50.208	50.208	50.208
Total de ocorrências de palavras desconhecidas	26.652	13.333	26.652	13.333	26.652	13.333	26.652	13.333
Quantidade de erros (ver motivos de a-e)	1.474	1.444	479	141	550	234	6.548	3.496
a) Menos de 100 exemplos no treino	387 / 26.26%	107 / 7.41%	83 /17.33%	23 / 16.31%	131 / 23.82%	70 / 29.91%	749 / 11.44%	185 / 5.29%
b) Ocorrência de palavra desconhecida	201 / 13.64%	685 / 47.44%	66 / 13.78%	40 / 28.37%	51 / 9.27%	53 / 22.65%	2398 / 36.62%	1859 / 53.18%
c) Ambos (a + b)	729 / 49.46%	99 / 6.86%	229 / 47.81%	25 / 17.73%	268 / 48.73%	58 / 24.79%	2174 / 33.20%	178 / 5.09%
d) Não possuía exemplos no treino	68 / 4.61%	3 / 0.21%	68 / 14.20%	3 / 2.13%	68 / 12.36%	3 / 1.28%	68 / 1.04%	3 / 0.09%
e) Outros motivos	89 / 6.04%	550 / 38.09%	33 / 6.89%	50 / 35.46%	32 / 5.82%	50 / 21.37%	1159 / 17.70%	1271 / 36.36%

Fonte: Elaborado pela equipe do projeto de *Machine Learning* do Prodest (2024)

Após a escolha do algoritmo, buscou-se garantir que a solução fosse integrada ao sistema SEP sem comprometer seu funcionamento. Para isso, adotou-se a abordagem de integração por meio de APIs (*Application Programming Interfaces*). As APIs, que são conjuntos de definições e protocolos que permitem a comunicação entre diferentes softwares, foram fundamentais para assegurar uma integração eficiente. Utilizou-se a ferramenta *Swagger* para auxiliar na documentação da API, permitindo que desenvolvedores e demais envolvidos visualizassem e interagissem com as operações diretamente em um navegador web. Esse recurso facilitou o entendimento

e o teste da funcionalidade da API sem a necessidade de escrever código no sistema SEP inicialmente. O resultado manifestado ao utilizar a ferramenta *Swagger* pode ser visualizado através da Figura 1. Essa abordagem permitiu a adição de uma nova funcionalidade ao sistema SEP sem interferir nas operações existentes, garantindo assim a continuidade e a estabilidade do sistema. Foram realizados testes com esta abordagem e os resultados mostraram que a integração foi bem-sucedida, sem interrupções no sistema SEP. Isso permitiu a implementação gradual da solução garantindo uma transição suave e minimizando qualquer impacto negativo sobre os usuários e as funcionalidades já existentes.

Figura 1: Documentação da API de Machine Learning utilizada pelo sistema SEP

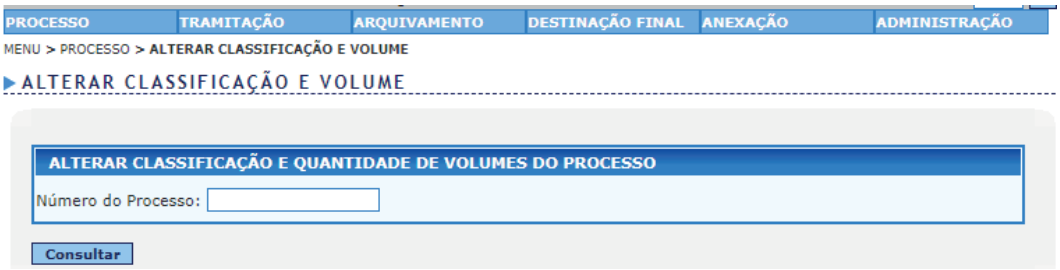


Fonte: Elaborado pela equipe do projeto de Machine Learning do Prodest (2024)

O próximo e último desafio foi garantir que a solução fosse escalável e que pudesse lidar com volumes crescentes de classificação sem perda de desempenho. Para isso, a solução utiliza a plataforma *OpenShift* da *Red Hat*, que propicia uma infraestrutura robusta e flexível, mantendo um desempenho consistente e confiável, mesmo com o aumento do volume de classificação decorrente de sua utilização por todos os órgãos.

A funcionalidade implementada é de fácil uso para o usuário. Ao consultar um número de processo utilizando a funcionalidade de "ALTERAR CLASSIFICAÇÃO E VOLUME" no SEP (Figura 2), o usuário recebe a informação exibida na Figura 3. Se a classificação apresentada estiver correta, basta confirmar clicando na opção "utilizar esta classificação".

Figura 2: Funcionalidade para alterar a classificação/volumes do processo



Fonte: Sistema SEP (2024)

Figura 3 - Excerto da funcionalidade de classificar processos usando IA

Fonte: Sistema SEP (2024)

Consciente da existência de milhões de processos a serem classificados, o SEP também possui recursos para apoiar o usuário na realização de classificações em larga escala (Figura 4). Assim, o usuário pode lidar de maneira eficiente com grandes volumes de dados, otimizando o processo de classificação.

Figura 4: Funcionalidade de classificar processos em lote usando IA

Fonte: Sistema SEP (2024)

A partir da entrega desta primeira solução, as perspectivas futuras para a continuidade do uso da IA em gestão documental desdobram-se em três vertentes: a primeira é promover sua adoção por todos os órgãos que utilizam o SEP, para que possamos ter toda a massa documental de processos em suporte papel classificada; a segunda é o desenvolvimento tecnológico contínuo da solução; e a terceira é ampliar a utilização da IA para outros problemas relacionados à gestão documental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto representa um avanço significativo ao incorporar o aprendizado de máquina na classificação de documentos arquivísticos. Essa inovação tecnológica substitui um procedimento manual por um sistema automatizado, elevando a eficiência e a precisão no tratamento de grandes quantidades de dados. Com sua adoção, os usuários podem redirecionar seu foco para tarefas mais estratégicas, como o planejamento de descarte de documentos, a atualização contínua do plano de classificação e da tabela de temporalidade, além de aprimorar a gestão de custos relacionados à guarda terceirizada. Isso prevê a diminuição de despesas com aluguel para a guarda de documentos e contribui para uma gestão documental mais eficaz e sustentável. Em conclusão, destaca-se a importância de uma busca constante para uma gestão documental eficiente e moderna, utilizando tecnologias avançadas, como o uso de ferramentas de IA, possibilitando a solução de problemas complexos que necessitam manipular um grande volume de dados.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro, 2005. 232p. Disponível em: https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/dicionrio_de_terminologia_arquivistica.pdf. Acesso em: 21 mai. 2024.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. p. 1-175.

GOODFELLOW, Ian; BENGIO, Yoshua; COURVILLE, Aaron. Deep Learning. Cambridge, MA: MIT Press, 2016. 800 p.

HASTIE, Trevor; TIBSHIRANI, Robert; FRIEDMAN, Jerome**.** The Elements of Statistical Learning: Data Mining, Inference, and Prediction. 2nd ed. New York: Springer, 2009. 764 p.

LI, Xiaolong; LIN, Wenliang; GUAN, Bei. *The impact of computing and machine learning on complex problem-solving.* **Engineering Reports**, v. 5, n. e12702, p. 1-2, 2023. DOI: 10.1002/eng2.12702.

MURPHY, Kevin P. Machine Learning: A Probabilistic Perspective. Cambridge, MA: MIT Press, 2012. 1067 p.

OLIVEIRA, Paulo; RODRIGUES, Fátima; HENRIQUES, P. **Limpeza de dados - uma visão geral**. Data Gadgets, 2004, p. 39-51.

RUSSELL, Stuart; NORVIG, Peter. Artificial Intelligence: A Modern Approach**.** 3rd ed. Upper Saddle River, NJ: Pearson, 2010. 1152 p.

SHAVETA. *A review on machine learning.* International Journal of Science and Research Archive, v. 9, n. 1, p. 281-285, 2023. DOI: 10.30574/ijsra.2023.9.1.0410.

SUTTON, Richard S.; BARTO, Andrew G. Reinforcement Learning: An Introduction**.** 2nd ed. Cambridge, MA: MIT Press, 2018. 552 p.

VANCAUWENBERGH, Sadia. Data Quality Management. London: IntechOpen, 2019.

WENLING, L. *The impact of computing and machine learning on complex problem-solving.* Engineering Reports, 2023. DOI: 10.1002/eng2.12702.

YOUNG, Tom; HWANG, Karl; TIAN, Zhuang; CAO, Siyu. *Recent trends in deep learning based natural language processing.* IEEE Computational Intelligence Magazine, v. 13, n. 3, p. 55-75, 2018.

O *MARKETING* COMO FERRAMENTA PARA COMUNICAÇÃO DA ARQUIVOLOGIA NAS REDES SOCIAIS: UM ESTUDO DE CASO DO PERFIL ARQUIVOU

MARKETING AS A TOOL FOR COMMUNICATION OF ARCHIVELOGY ON SOCIAL NETWORKS: A CASE STUDY OF PROFILE ARQUIVOU

Mirna Galiza
Universidade Federal da Bahia

RESUMO

Este estudo investigou como o *marketing* pode contribuir para a presença assertiva da Arquivologia nas redes sociais, utilizando o perfil Arquivou como caso de estudo. O objetivo geral foi verificar como as estratégias de *marketing* podem contribuir na comunicação de perfis sobre Arquivologia na rede social *Instagram*, a partir da análise do perfil Arquivou. Os objetivos específicos incluíram a seleção de estratégias de *marketing* que se aplicam na rede social *Instagram*, e a verificação da aplicação prática das estratégias de *marketing* no perfil Arquivou. No que se refere aos procedimentos metodológicos, a pesquisa foi de natureza aplicada, exploratória e descritiva, utilizando a técnica de estudo de caso. Foram realizadas observações e coleta de dados por meio de um roteiro com indicadores estabelecidos para analisar a rede social. Assim, os resultados revelaram a ampla utilização de estratégias de *marketing*, destacando a importância da produção de conteúdo estratégico e do planejamento cuidadoso das ações de *marketing* digital e de conteúdo. Por fim, a análise das ações de *marketing* do perfil demonstrou a efetividade das estratégias aplicadas, evidenciando a relevância do *marketing* digital e de conteúdo na promoção de perfis sobre Arquivologia nas redes sociais. Sugere-se a continuidade de pesquisas nesse campo para explorar novas possibilidades de engajamento e visibilidade para a área da Arquivologia.

Palavras-Chave: Arquivologia; *Marketing*; Redes sociais; Perfil arquivou.

Abstract

This study investigated how marketing can contribute to the assertive presence of archivology on social networks, using the Arquivou profile as a case study. The general objective was to verify how marketing strategies can contribute to the communication of profiles about archivology on the social network *Instagram*, based on the analysis of the Arquivou profile. The specific objectives included the selection of marketing strategies that apply on the *Instagram* social network, and verification of the practical application of marketing strategies on the Arquivou profile. With regard to methodological procedures, the research was applied, exploratory and descriptive in nature, using the case study technique. Observations and data collection were carried out using a script with indicators established to analyze the Arquivou profile. Thus, the results revealed the wide use of marketing strategies in the Arquivou profile, highlighting the importance of strategic content production and careful planning of digital and content marketing actions. Finally, the analysis of the marketing actions of the Arquivou profile demonstrated the effectiveness of the strategies applied, highlighting the relevance of digital and content marketing in promoting profiles about archivology on social networks. It is suggested to continue research in this field to explore new possibilities of engagement and visibility for the area of archivology.

Keywords: Archivology; Digital marketing; Social networks; Arquivou Profile.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como tema a utilização das estratégias do *marketing* digital como ferramenta para contribuir com a presença assertiva da Arquivologia nas redes sociais. Ao se referir às estratégias que podem ser utilizadas a partir das tecnologias da informação e da comunicação, o *marketing* digital pode influenciar positivamente na visibilidade da Arquivologia nas redes sociais.

Diante do exposto, este estudo objetiva verificar como as estratégias de *marketing* podem contribuir na comunicação de perfis sobre Arquivologia na rede social *Instagram*, a partir da análise do perfil Arquivou. Para alcançar este objetivo, se faz necessário:

a. elencar as estratégias de *marketing* que se aplicam na rede social *Instagram*;
b. avaliar ações de *marketing* através do perfil Arquivou.

Sendo assim, a explanação dos percursos metodológicos é fundamental para a compreensão dos processos utilizados para alcançar os objetivos da pesquisa. Portanto, é essencial a exposição do tipo de pesquisa quanto à natureza, objetivos, procedimentos e abordagem, bem como a elucidação da delimitação do universo, a amostra e a técnica utilizada para a coleta de dados.

Desta forma, a investigação é de natureza aplicada, pois é "[...] motivada pela necessidade de resolver problemas concretos; mais imediatos, ou não. Tem, portanto, finalidade prática, ao contrário da pesquisa pura, motivada basicamente pela curiosidade intelectual do pesquisador" (Vergara, 1998, p. 45).

Quanto aos objetivos, a pesquisa é exploratória devido ao baixo índice de estudos na área sobre a temática desta investigação. Sendo assim, o estudo tem como objetivo "proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato. Este tipo de pesquisa é realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado" (Gil, 2008, p. 27). Além de exploratória é também descritiva, haja vista a necessidade de estudar e descrever as características e relações estabelecidas pelo objeto estudado (Gil, 2008).

Em seguimento, no que se refere aos procedimentos apresenta-se como um estudo de caso, pois trata-se de um método que visa compreender um fenômeno baseado em análise profunda realizada à luz de um único caso (Goldenberg, 2004). Do ponto de vista de Yin (2001, p. 32), o estudo de caso "[...] investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos", observados nas transformações sociais oriundas do avanço das tecnologias da informação e da comunicação.

Em sequência, a técnica de pesquisa utilizada para a coleta de dados é a observação, pois, segundo Marconi e Lakatos (2003, p. 190), "[...] não consiste apenas em ver e ouvir, mas também em examinar fatos ou fenômenos que se desejam estudar". Como instrumento de pesquisa optou-se por utilizar um roteiro com indicadores estabelecidos para analisar o perfil Arquivou. Adiante, a pesquisa é de caráter qualitativo, pois se trata de uma abordagem que consiste em "[...] descrições detalhadas de situações com o objetivo de compreender os indivíduos em seus próprios termos" (Goldenberg, 2004, p. 53).

Ademais, como universo de pesquisa tem-se perfis no *Instagram* que criaram conteúdo relacionado à Arquivologia, e como objeto empírico de análise e estudo de caso o Perfil Arquivou. Por ser uma conta comercial, este perfil tem acesso aos *insights*, que é basicamente uma ferramenta de relatórios do *Instagram*. Neste espaço são coletados dados frequentemente que permitem acompanhar o desempenho das publicações, as interações dos seguidores e a movimentação da página em geral por um determinado período. A possibilidade de mensurar a performance de uma conta através das

estatísticas disponibilizada por esta rede social é conhecida como "métricas do *Instagram*". Para fins deste estudo será utilizado, como método de análise, o planejamento estratégico do perfil à luz dos oito passos do *marketing* de conteúdo propostos pela pesquisa, assim como os dados disponibilizados nos *insights* da conta.

MARKETING DIGITAL E DE CONTEÚDO

A Arquivologia tenta acompanhar as transformações ocorridas com as TIC, especialmente no que se refere à produção, tratamento, ordenação, difusão e preservação dos documentos digitais, e às mudanças das estruturas organizacionais e relacionamento com o usuário. Observa-se, por exemplo, que os arquivistas e os estudantes da área que disseminam e discutem sobre temas arquivísticos vem aumentando a cada dia nos perfis das redes sociais - é de referir que as redes sociais são as relações estabelecidas entre as pessoas e possuem diferentes padrões e comportamentos nos ambientes "real" e virtual, a exemplo da velocidade da comunicação, da fluidez das relações e das linguagens utilizadas. Este movimento tem alcançado públicos heterogêneos, de diferentes fronteiras geográficas e faixa etária, possibilitando o fortalecimento da representatividade dos arquivistas, bem como a disseminação dos conhecimentos arquivísticos nas redes sociais.

Mas, assim como acontece fora do ambiente virtual, além de saber com quem está se comunicando e o que vai comunicar no ciberespaço[1], ter uma noção de como o ambiente funciona e como utilizá-la a seu favor são fundamentais para um melhor aproveitamento das novas mídias[2] (digitais). Isto porque cada rede social tem características próprias, seu propósito, um tipo de tema, de abordagem e de público. Para tanto, a utilização do *marketing* como ferramenta para promover a representação da Arquivologia e dos arquivistas nas redes sociais pode potencializar este fenômeno.

O *marketing* tem por característica "[...] definir com clareza sua identidade e fortalecê-la com integridade autêntica para construir uma imagem forte [da empresa]" (Kotler; Kartajaya; Setiawan, 2012, p. 50), atuando de forma a atender as necessidades dos clientes e sua satisfação. Desde modo, com várias vertentes, o *marketing* transita em diferentes focos, a exemplo do *marketing* cultural, político, institucional, digital, de conteúdo, entre outros, de acordo com o objetivo a ser alcançado pelas instituições, que está relacionado ao qual o público-alvo pretende atingir e alcançar.

---

1 Entende o ciberespaço como "o novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial dos computadores" (Lévy, 1999, p. 16), ou seja, é o espaço onde as novas relações sociais acontecem no ambiente digital.

2 Mídias digitais são os canais de comunicação que funcionam nas plataformas digitais. As plataformas digitais são os espaços utilizados para troca de informações, produtos e serviços entre indivíduos. As redes sociais (digitais) são conexões estabelecidas por pessoas no ambiente digital que fazem uso das mídias e plataformas digitais.

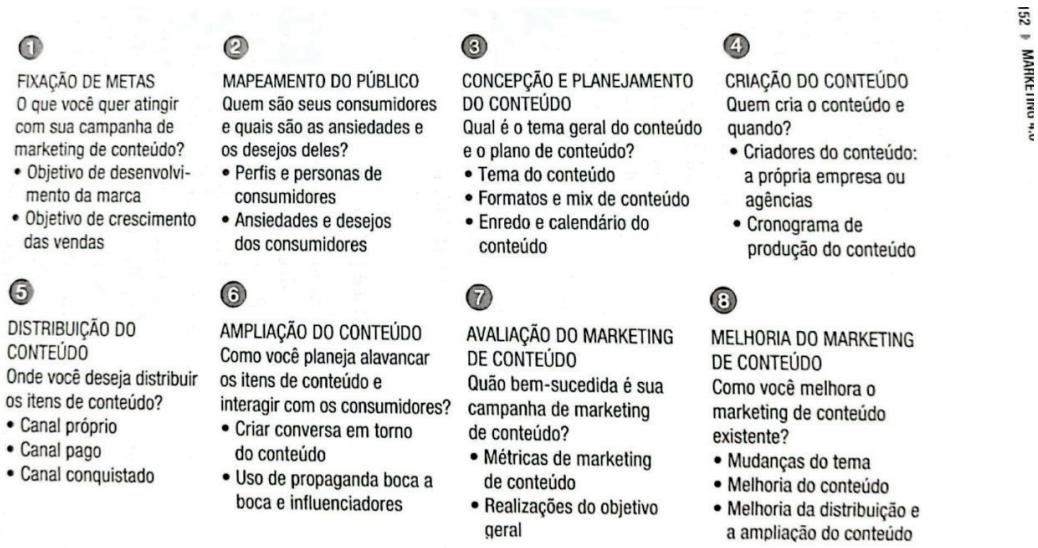
Com os avanços dos aportes tecnológicos, a interação com este público também requer adaptação, e é nesta conjuntura que se apresenta o *marketing* digital, caracterizada pela promoção da ação e da defesa da marca, tendo como foco a obtenção de resultados, como afirmam Kotler, Kartajaya e Setiawan (2017). Neste sentido, os pontos fortes deste *marketing* são: "[...] interatividade, personalização, globalização, integração, aproximação, convergência e democratização da informação. Cada uma oferece uma nova dimensão à comunicação, às vendas e ao relacionamento com o mercado" (Chleba, 1999, p. 19).

Essas características do *marketing* digital suprem as necessidades atuais no ciberespaço, visto que as redes sociais, por exemplo, podem gerar um capital intelectual, social e até mesmo financeiro. Assim, os desafios do *marketing* digital nas redes está, também, em colocar a marca no cotidiano das pessoas de forma natural e relevante, de modo a impactá-las de alguma forma - seja com a identificação de suas dores, anseios ou posicionamentos -, com o intuito de cativar novos fãs, que colaboram com o reconhecimento da marca e com a divulgação orgânica; e atrair novos consumidores, que vão utilizar os produtos, serviços e/ou conteúdos.

Consoante a isto, algumas táticas utilizadas como pilares para estruturar a presença da marca e ter resultados positivos, ainda nas redes sociais, referem-se ao: planejamento, produção de conteúdo, interação com a audiência, investimento em anúncios, monitoramento das redes e melhoria das estratégias. Deste modo, as vantagens de investir no *marketing* digital nas redes são diversas, a exemplo do aumento de engajamento e alcance da marca, conhecer e se relacionar com a audiência, e a possibilidade de gerar anúncios direcionados, tráfegos e conversões.

Por fim, aliado ao *marketing* digital, o *marketing* de conteúdo qualifica-se como uma abordagem que "envolve criar, selecionar, distribuir e ampliar conteúdo que seja interessante, relevante e útil para um público claramente definido com o objetivo de gerar conversas sobre esse conteúdo" (Kotler; Kartajaya; Setiawan, 2017, p. 147). Essa vertente do *marketing* vem se popularizando principalmente pelo seu caráter democratico, ou seja, o público decide onde e quando deseja consumir o conteúdo. Por este motivo, o estudo do *marketing* digital atrelado ao *marketing* de conteúdo é um norteador para os desafios de promover a presença da Arquivologia nas redes sociais digitais. Desta forma, a Figura 1 apresenta os oito passos utilizados no *marketing* de conteúdo.

Figura 1 - Os oito passos do marketing de conteúdo



Fonte: Kotler, Kartajaya e Setiawan (2017, p. 152).

A produção de conteúdo estratégico não começa com a criação e divulgação do que se deseja compartilhar. Para criar a imagem de uma empresa ou serviço ofertado, e ter bons resultados, primeiramente é preciso fixar metas, como é possível ver no primeiro passo. A fixação de metas depende dos objetivos do negócio, portanto este deve estar definido e claro. O segundo passo refere-se ao mapeamento do público. Este é um passo muito importante, afinal é quem se pretende atingir. Para isto, é necessário traçar o(s) perfil(is) da(s) persona(a), ter ciência da personalidade e hábitos de seus consumidores, assim como suas dores e anseios são alguns pontos que devem ser levados em consideração nesta etapa para que a criação do conteúdo seja mais assertiva e relevante.

O terceiro passo aborda a concepção e planejamento do conteúdo. As informações coletadas nos passos anteriores devem ser utilizadas no momento de selecionar os temas, o formato, a linguagem e a abordagem a ser utilizada. Com esta parte definida, a próxima ação é realizar o planejamento, etapa importante para a organização do conteúdo e visualização do que será produzido, como será feito e por quem. Em sequência, o quarto passo é o momento da criação do conteúdo. Este é um trabalho que exige tempo, habilidade e orçamento, pois a qualidade, originalidade e representatividade são alguns dos pontos que contribuem para o sucesso do conteúdo.

Desta forma, o quinto passo versa sobre a distribuição do conteúdo, etapa que requer atenção e conhecimento, pois produzir um conteúdo de valor e não distribuir nos meios e da forma adequada pode culminar no desencontro do conteúdo com o

público destinado. O sexto passo reporta-se à ampliação de conteúdo. Aqui é utilizada estratégias que visam alcançar novos públicos por meio de influenciadores que possuem seguidores interessados no segmento do conteúdo em questão. A utilização de referências que estão em alta e o uso de *hashtags* são também táticas válidas para atrair consumidores em potencial.

O sétimo passo trata da avaliação do *marketing* de conteúdo, que ocorre no período pós-distribuição. Nesta etapa ocorre a avaliação do quão bem-sucedida foi a divulgação do conteúdo a partir dos indicadores de desempenho. É importante também que seja verificado se as estratégias utilizadas atingiram as metas fixadas no primeiro passo. Por fim, o oitavo passo remete à melhoria do *marketing* de conteúdo. A partir dos dados coletados na fase anterior e de estudos realizados constantemente do ambiente digital, visto que este caracteriza-se por sua volatilidade, este é o momento de testar nos temas, formatos, abordagens, meios de distribuição de conteúdos e de se manter atualizado. A partir disto, a seção seguinte discorre sobre a utilização do *marketing* na Arquivologia e a funcionalidade dos conceitos abordados na realidade das redes sociais.

ANÁLISE DO PERFIL ARQUIVOU

A seguir será apresentado o caso do perfil Arquivou no *Instagram*, usado como amostra deste estudo e que teve início em 2017, idealizado pela autora desta pesquisa. Posto isto, o Arquivou utilizou-se das estratégias do *marketing* digital no que tange a definição de objetivos, delineamento do público-alvo e persona, construção da imagem da marca, desenvolvimento da identidade visual, criação de conteúdo de valor, otimização do relacionamento com a audiência e engajamento do perfil. O Arquivou, até o período que a pesquisa foi realizada - em 2021 -, possui 1.090 seguidores e 128 publicações no feed que abordam a teoria e a prática arquivística, as possíveis ligações desta ciência com outras áreas do conhecimento, o cenário da Arquivologia no Brasil e situações vivenciadas pelos arquivistas.

Nessa direção, recorreu-se aos oito passos do *marketing* de conteúdo, observados no Quadro 1, para auxiliar no processo de construção do material a ser compartilhado no perfil.

Quadro 1 - Oito passos do marketing de conteúdo do perfil Arquivou

1 Fixação de metas	2 Mapeamento do público	3 Concepção e planejamento do conteúdo	4 Criação do conteúdo
- disseminar os conhecimentos do campo para pessoas da área, de áreas afins e distintas. - promover a representação entre arquivistas e discentes de Arquivologia.	**Público 1** - indivíduos da área, de áreas afins e distintas. **Público 2** - arquivistas e estudantes de Arquivologia.	**Temas:** escolhidos mediante necessidades e anseios de cada público. **Formato:** escolhidos de acordo com o tema formatos em alta. **Planejamento:** realizado mensalmente. Nesta etapa descreve-se o tema, o formato, e o tipo de conteúdo e define-se quem deve realizar cada tarefa (pesquisa e criação). Utiliza-se uma plataforma digital gratuita de organização neste processo.	As criações dos conteúdos são feitas pelas administradoras do perfil. Para isto, utiliza-se o cronograma realizado no terceiro passo atrelado a editores gráficos e de vídeos.
5 Distribuição do conteúdo	6 Ampliação do conteúdo	7 Avaliação do *marketing* de conteúdo	8 Melhoria do *marketing* de conteúdo
A distribuição é realizada via Instagram e utiliza-se da mídia conquistada (divulgação orgânica gerada pelas interações dos seguidores). Para agendar o dia e hora de cada postagem utiliza-se uma ferramenta paga de gestão para redes sociais.	Como estratégia de ampliação do conteúdo utiliza-se referências que estão em alta, conteúdos virais, memes e *hashtags*.	Cada *post* possui objetivos específicos que podem ser quantidade de *views*, curtidas, comentários, compartilhamentos e salvamentos. É utilizado também os *insights* da plataforma, onde são fornecidos relatórios referentes às contas alcançadas, às interações com o conteúdo e ao público.	A partir da avaliação feita e de estudos sobre as estratégias do marketing digital nas redes sociais, são propostas mudanças de abordagens, de formatos, horários, dias dos *posts* etc.

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

A partir da análise do Quadro 1, observou-se como as estratégias do *marketing* podem contribuir positivamente no desenvolvimento de materiais para a divulgação da Arquivologia nas redes sociais. Neste sentido, a aplicação dos oito passos descritos por Kotler, Kartajaya e Setiawan (2017) em conjunto com as táticas do *marketing* digital proporcionam a organização no planejamento e produção de conteúdos, a constância mantida na plataforma, a proximidade com os seguidores, a consolidação da imagem da marca, e o nível ascendente de engajamento do perfil. Além destes pontos, após a

aplicação das estratégias, o perfil também vem sendo notado por algumas instâncias e convidado para eventos como: Movimento e Representatividade Arquivística no Ambiente Digital (2020), realizado pela Executiva Nacional dos Estudantes de Arquivologia; Painel das Redes Sociais Arquivísticas (2021), realizado pelo evento Arquivistas Online 2021; e Informações Arquivísticas: Representatividade nas Mídias Sociais (2021), realizado pelo evento Ciclo de Palestras da Coordenação de Arquivo e Documentação da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Desta forma, a análise do Perfil Arquivou segue com a verificação dos dados coletados a partir dos indicadores descritos a seguir, com o intuito de mensurar a performance da conta. Sendo assim, os indicadores selecionados para esta etapa da análise são:

a. **Contas alcançadas**, por apresentar a quantidade de contas únicas que visualizaram as postagens num intervalo de tempo estipulado, a quantidade de alcance de seguidores e não seguidores, o quantitativo do alcance de seguidores e não seguidores separados por tipo de conteúdo, os *stories* mais relevantes com base na métrica e no período selecionado, as impressões e atividade do perfil. Estas métricas servem para averiguar o crescimento do perfil observando o total de perfis alcançados, bem como observar o desempenho das publicações baseadas no alcance;

b. **Interação com o conteúdo**, pois estes *insights* mostram os números referentes à interação do público com o conteúdo num determinado período analisado. É possível ver as ações executadas a partir de cada publicação. Os dados das interações com publicações no *feed* são distribuídos em curtidas, comentários, compartilhamento, salvamento, e, em caso de vídeos, visualização. Além de disponibilizar as publicações mais relevantes de acordo com o tipo de publicação, a métrica desejada e o período de tempo escolhido. Já os dados das interações com *stories* são divididos em respostas e compartilhamentos, tendo também disponíveis os *stories* mais relevantes. Já nas interações de vídeo ao vivo são exibidos os números de comentários e compartilhamentos, contas alcançadas e número máximo de espectadores simultâneos, além de classificar os principais vídeos desta modalidade. Com esses *insights* podem-se realizar comparações dos diferentes tipos conteúdos em determinados períodos, verificar as publicações e os formatos com mais interações e analisar os resultados obtidos de acordo com as estratégias utilizadas;

c. **Público**, por exibir a quantidade de seguidores geral e os que começaram ou deixaram de seguir durante um período, sendo possível verificar também o crescimento da página. Também é possível apurar quantas pessoas passaram a seguir o perfil a partir de determinado *post*. Ainda, os relatórios disponibilizam dados referentes a localização dos usuários, faixa etária, gênero e os períodos que os seguidores estão mais ativos na plataforma. Estas informações são de suma importância para conhecer a audiência e produzir conteúdos eficazes e táticos.

d. Para esse fim, optou-se por realizar a análise com base na seleção de três publicações do *feed* com formatos distintos: um carrossel (formato que pode conter até dez imagens no mesmo *post*), um vídeo e um *reels*. O primeiro a ser analisado é o carrossel, que refere-se ao dia do arquivista, data que é comemorada dia 20 de outubro. O post é formado por frases que contemplam situações presentes no cotidiano dos arquivistas, fazendo uso do humor para gerar identificação.

Assim, a partir dos dados coletados, pode-se constatar, no tocante às métricas de contas alcançadas, que o *post* teve 993 de alcance, sendo 66% de seguidores e 34% de não seguidores. O *post* teve o total de 1.230 impressões, sendo 809 vindas da página inicial, 141 de *hashtags*, 93 de explorar, e 187 de outro, significando que a publicação teve várias visualizações pelas mesmas contas. Nas métricas de interações com o conteúdo, a publicação teve 244 curtidas, 16 comentários, 5 compartilhamentos e 6 salvamentos, e proporcionou 69 visitas ao perfil. Por fim, na métrica público, o *post* obteve 40 novos seguidores. Os resultados dos indicadores selecionados podem ser explicados pela utilização do *marketing* digital e de conteúdo, com uma publicação que atrai a atenção e gera identificação entre o *post* e o seguidor. Vale ressaltar que os algoritmos do *Instagram* influenciam quais *posts* e em que ordem serão entregues para cada usuário. Como é uma função que não se pode controlar, pois os critérios e cálculos são gerados automaticamente, as táticas do *marketing* digital são imprescindíveis para que os conteúdos postados sejam entregues a uma parte significativa dos seguidores e consiga obter engajamento.

Neste sentido, o próximo conteúdo selecionado para análise é o vídeo "*Records Manager*" - nomenclatura destinada aos profissionais que trabalham com a organização dos arquivos corrente e intermediário nos Estados Unidos (Lopes, 2013) -, são frutos das estratégias de ampliação de conteúdo, descrito nos oito passos do *marketing* de conteúdo. A este vídeo foram aplicadas as táticas de referência a um conteúdo que viralizou nas redes, denominado "Pfizer", que é um vídeo compartilhado no *Instagram* pelo perfil Esse Menino, o qual faz críticas utilizando humor sobre o descaso do governo na compra de vacinas. O "*Records Manager*" é uma paródia do "Pfizer", onde são feitas cobranças a Prefeitura de Salvador em relação às vagas do Arquivo Histórico Municipal de Salvador serem ocupadas por arquivistas, além de fazer críticas às frequentes contratações de profissionais sem formação na área para trabalhar nos arquivos, o que gerou identificação e entretenimento, culminando no engajamento do *post*.

As métricas de contas alcançadas tiveram um total de 1.768 de alcance, sendo 547 de seguidores e 1.221 de não seguidores, dados que levam a inferir que a comunidade de consumidores vai além do público real que segue o perfil, visto que este atualmente possui 1.090 seguidores. O vídeo atingiu o total de 2.781 impressões, divididos em 2.036 oriundos da página inicial, 656 de outra pessoa, 76 no perfil e 12 nas *hashtags*. Em sequência, as

métricas referentes às interações com o conteúdo tiveram a totalidade de 394 interações. Ainda segundo os dados da métrica, 143 são curtidas, 123 compartilhamentos, 118 comentários e 10 salvamentos, resultado que demonstra a participação dos seguidores e de que o conteúdo foi considerado relevante para o usuário que possibilitou o seu compartilhamento, inclusive obteve 989 visualizações e 9 visitas ao perfil. Por fim, em relação à métrica público, o vídeo conquistou 6 novos seguidores, ampliando o seu alcance.

O último conteúdo selecionado para a análise é no formato *reels*, intitulado "Ser Arquivista também é sobre...", que aborda as atividades do arquivista para além de organizar documentos, enfatizando a recuperação de informações, a preservação da memória, a utilização da informação para a tomada de decisão, o acesso aos documentos e o auxílio no planejamento estratégico da instituição. Isto posto, ao analisar os dados coletados percebe-se que o valor 3.515 refere-se às métricas de contas alcançadas, inferindo um número significativo para o alcance do conteúdo publicado. As métricas de interação com o conteúdo somatizam 174, referentes a 150 do número de curtidas, 17 dos salvamentos, 4 dos compartilhamentos e 3 dos comentários, atingindo a marca de 3.681 visualizações. Em relação às métricas dos *reels* constata-se que o número total de contas alcançadas deste formato foi superior aos antecedentes, isto porque o *reels,* ferramenta mais nova da plataforma, apresenta a alta entrega orgânica do conteúdo, que é uma forma de incentivar os usuários a usá-la. Esta informação é pertinente, pois pode ser utilizada como tática no momento de produzir conteúdos.

Em suma, a partir da apresentação dos dados, pode-se inferir que a utilização do *marketing* digital colabora com a qualidade do processo de produção e divulgação dos conteúdos referentes à Arquivologia no *Instagram*, sendo refletido nas métricas de interação. Observou-se que o uso dessas estratégias, pelo Perfil Arquivou, gerou o alcance de públicos variados, atraiu novos seguidores, elevou o nível de interações, aumentou o engajamento, apresentou a área para pessoas de campos distintos, promoveu identificação entre estudante do curso e arquivistas, além de ser reconhecido entre alguns profissionais da área como referência nas redes sociais e de ser convidado para participação em eventos. Estes resultados também apontam para a utilização estratégica de "atividades de pré-produção e pós-distribuição adequadas" (Kotler, Kartajaya e Setiawan, 2017, p. 163) vistas nos oito passos do *marketing* de conteúdo.

Desta forma, compreende-se que, com base na análise dos dados, o perfil Arquivou vem alcançando um quantitativo exponencial de usuários com conteúdos que abordam a realidade arquivística e propiciam representação entre os arquivistas. Agrega-se a isso a utilização do *marketing* como uma forma exequível e eficaz para a potencialização deste fenômeno, sendo realizado de forma atrativa e estratégica. As análises apresentadas demonstram a performance dos conteúdos compartilhados no *Instagram* a respeito da Arquivologia, configurando o *marketing* digital e de conteúdo como uma opção de

ferramenta para fortalecer a comunicação da área, disseminar os conhecimentos arquivísticos à população e provocar a identificação destes profissionais neste ambiente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve o intuito de verificar como o *marketing* pode contribuir na na comunicação de perfis sobre Arquivologia no âmbito da rede social *Instagram*, a partir do perfil Arquivou. Assim, para alcançar o objetivo proposto, o trabalho buscou elencar as estratégias de *marketing* que se aplicam na rede social *Instagram*, e a partir disso avaliar ações de *marketing* através do perfil Arquivou. Com isso, os resultados alcançados possibilitaram compreender a ampla utilização das estratégias do *marketing* no contexto trabalhado.

Ainda, para atender a questão central da pesquisa, realizou-se a descrição dos indicadores de promoção de conteúdo do perfil Arquivou, que resultou na seleção dos dados coletados, o que contribuiu para o norteamento da pesquisa. Por fim, avaliou-se as ações de *marketing* digital e de conteúdo, a partir do perfil Arquivou, que culminou na verificação da efetividade dos conceitos estudados acerca das estratégias de *marketing* colocados em prática no perfil da rede social indicada. Com base na análise do perfil, admitiu-se que o Arquivou estimula a representação da área e dos profissionais no *Instagram*. Assim, conclui-se que o *marketing* digital e de conteúdo podem ser utilizada como ferramenta para a comunicação de perfis sobre Arquivologia no *Instagram*, pois, em geral, contribui com a promoção da área, o fortalecimento da imagem, o planejamento, a produção de conteúdo, com o aumento do engajamento e a ampliação da audiência nesta plataforma.

Dessa forma, a pesquisa poderia ter atingido melhores resultados com a proposta inicial de comparação dos dados antes e depois da utilização do *marketing* digital e de conteúdo. Porém não foi possível realizar esta relação, pois a plataforma disponibiliza os dados dos indicadores selecionando por um apenas 90 dias, e o tempo de não utilização das estratégias excede este período. Assim, foi necessário adaptar o *modus operandi* da coleta de dados, sendo esta a seleção de três publicações no *feed* em formatos distintos. Ainda, os aspectos limitadores da pesquisa são justificados pelo advento da pandemia pelo vírus COVID-19, que está presente no país desde o início de 2020 até o momento da realização da pesquisa. Esta adversidade gerou consequências que interferiram no processo de estudo, aprendizagem e produção de conhecimento.

Mediante às discussões propiciadas pelo trabalho, entende-se que as contribuições deste estudo para a área dizem respeito ao debate pertinente e atual abordando Arquivologia, *marketing* digital e de conteúdo e redes sociais, temática que possui baixo índice de pesquisas no campo. Evidenciada a relevância do estudo, sugere-se o desenvolvimento de trabalhos neste sentido, para impulsionar as pesquisas científicas que abordem este tema. Propõe-se também o aprofundamento dos estudos de *marketing* e Arquivologia em outras redes sociais, tais como *Facebook, YouTube e LinkedIn*.

REFERÊNCIAS

CHLEBA. **Marketing digital**: novas tecnologias e novos modelos de negócios. São Paulo: Futura, 1999.

GIL. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2008. 200 p.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2004. 107 p.

KOTLER, Philip; KARTAJAYA, Hermawan; SETIAWAN, Iwan. **Marketing 3.0**: as forças que estão definindo o novo marketing centrado no ser humano. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. 215 p. Tradução de: Ana Beatriz Rodrigues.

KOTLER, Philip; KARTAJAYA, Hermawan; SETIAWAN, Iwan. **Marketing 4.0**: do tradicional ao digital. Rio de Janeiro: Sextante, 2017. 208 p. Tradução de: Ivo Korytowski.

LÉVY. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999. 264 p.

MARCONI; LAKATOS. **Fundamentos da metodologia científica**. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2003. 311 p.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. 2. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 1998. 84 p.

YIN, Robert K. **ESTUDO DE CASO**: planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001. 205 p. Trad. Daniel Grassi.

A TRANSFORMAÇÃO DIGITAL NOS ARQUIVOS: CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS E CONCEITUAIS

THE DIGITAL TRANSFORMATION IN ARCHIVES: THEORETICAL AND CONCEPTUAL CONSIDERATIONS

Roberta Pimenta da Cruz
Universidade Federal Fluminense

Daniel Flores
Universidade Federal de Alagoas

Resumo

Pesquisa acerca da transformação digital e o uso de tecnologias digitais nos arquivos. Nesse sentido, tem como objetivo caracterizar teoricamente e conceitualmente a transformação digital e a transformação digital nos arquivos. Neste contexto, entende-se que trata-se de um fenômeno transdisciplinar, que está modificando os meios de produção e a sociedade com o uso cada vez maior de tecnologias digitais por empresas e pessoas físicas. Diante deste fenômeno ainda pouco explorado, metodologicamente é uma pesquisa exploratória de natureza qualitativa, que contou com coleta de dados envolvendo pesquisas bibliográfica (base de periódicos da CAPES, plataforma *Dimensions* e BRAPCI) e documental. Como resultado, propõe-se o entendimento da transformação digital nos arquivos como o uso das tecnologias digitais que implicam em mudanças no modelo de negócio, na política, em normativas, na governança, na cultura organizacional e nos processos de trabalho dos arquivos, por meio da implementação de soluções tecnológicas consideradas sustentadas e/ou disruptivas. A transformação digital é um fenomeno em andamento e como consequência, demonstra-se a necessidade de mais tempo para observação e estudos. Assim sendo, espera-se que os resultados possam contribuir com novas pesquisas.

Palavras-Chave: Transformação Digital; Arquivologia; Documentos digitais.

Abstract

Research into digital transformation and the use of digital technologies in archives. In this sense, it aims to theoretically and conceptually characterize digital transformation and digital transformation in archives. In this context, it is understood that this is a transdisciplinary phenomenon that is changing the means of production and society with the increasing use of digital technologies by companies and individuals. In view of this phenomenon, which has yet to be explored, this is an exploratory, qualitative study, which used data collection involving bibliographic research (CAPES journal database, Dimensions platform and BRAPCI) and documentary research. As a result, it proposes an understanding of digital transformation in archives as the use of digital technologies that imply changes in the business model, policy, regulations, governance, organizational culture and work processes of archives, through the implementation of technological solutions considered sustained and/or disruptive. The digital transformation is an ongoing phenomenon and, as a consequence, there is a need for more time for observation and study. It is therefore hoped that the results can contribute to further research.

Keywords: Digital transformation; Archival science; Digital documents.

INTRODUÇÃO

Os avanços das tecnologias de informação e comunicação (TIC) foram ao longo do tempo impulsionadoras de mudanças na sociedade, promovendo ao homem novas formas de produção e de comércio que resultaram ainda em novos padrões sociais e culturais. Segundo pesquisa conduzida pelo Centro de Tecnologia da Informação Aplicada (FGVCia) da Escola de Administração de Empresas de São Paulo (FGV EAESP) da Fundação Getúlio Vargas (Meirelles, 2022), estão em uso no Brasil 447 milhões de dispositivos digitais, divididos entre computadores, notebooks, tablets e smartphones, seja em uso domiciliar ou corporativo. Esse dado demonstra que há ao menos dois dispositivos digitais por habitantes no país.

No contexto da transformação digital, vivenciado atualmente, tais avanços tecnológicos podem ser verificados com o aumento cada vez maior na presença de tecnologias como a computação em nuvem, a internet das coisas, inteligência artificial, nanotecnologia, robótica etc. O processo de transformação digital e a chamada Quarta Revolução

Industrial, segundo Klaus Schwab (2016), compõem um fenômeno que ocorre em uma velocidade exponencial, com amplitude e profundidade que envolvem e combinam várias tecnologias, mudando de maneira sem precedentes paradigmas na economia, nos negócios, na sociedade e nos indivíduos, resultando em um impacto sistêmico em países, governos, indústrias, empresas e em toda a sociedade humana.

A transformação digital, para Morze e Strutynska (2021, p. 4, tradução nossa), significa "mudanças fundamentais na estrutura organizacional das empresas, na produção, ecossistema e na indústria como um todo, com integração de processos de negócio tradicionais e tecnologias digitais e a implementação gradual destas em todos os níveis".

Tendo em vista o cenário exposto, a transformação digital e os arquivos, o objetivo deste trabalho busca caracterizar teórica e conceitualmente a transformação digital e a transformação digital nos arquivos.

Os arquivos digitais, assim como os analógicos, são produtos das diversas atividades administrativas. No ambiente digital, documentos estão armazenados em conjuntos de metadados, produzidos diariamente em sistemas de negócio. Enquanto as administrações preocupam-se em transformar digitalmente suas organizações ou apenas digitalizar áreas, não se atentam para que tais sistemas estejam acessíveis em um futuro breve, para cumprimento de sua função de "prova, informação e testemunho", conforme salienta Bellotto (2010, p. 169). No contexto da transformação digital, fenômeno este em curso em todas as instâncias da administração pública no Brasil, é necessário iniciar os estudos sobre esse processo nos arquivos. Neste sentido, esta pesquisa se propõe a contribuir socialmente com produção de conhecimento sobre tão relevante e temática ainda pouco explorada na área.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa enquadra-se no tipo exploratória, seguindo categorização proposta por Gil (2008. p. 3) no qual estabelece esse tipo de estudo como "desenvolvidos com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato", sendo realizadas especialmente "quando o tema escolhido é pouco explorado [...]". No caso deste trabalho, verificou-se que existem poucas fontes que tratam da transformação digital nos arquivos.

Quanto ao delineamento para a coleta de dados, esta compreende a pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e ainda coleta de informações que se enquadra no levantamento de campo (survey). Quanto à natureza, trata-se de uma pesquisa qualitativa.

O QUE É TRANSFORMAÇÃO DIGITAL?

A mudança cada vez mais veloz na economia tem impulsionado a transformação digital segundo Mendonça, Andrade e Sousa Neto (2018, p. 133), que envolve tecnologias

emergentes como a "computação em nuvem, internet das coisas (IoT), robótica, inteligência artificial, veículos autônomos, impressão 3D, nanotecnologia, biologia sintética, biomimética, armazenamento de energia dentre outros". Mendonça e Zaidan (2019, p. 132-133), por seu turno, afirmam que alguns autores têm denominado esse fenômeno como Quarta Revolução Industrial, pois acreditam este é o momento em que o mundo passa por uma outra quebra de paradigma. Essa categorização ganhou espaço nas publicações científicas a partir do uso do termo Indústria 4.0 na Feira de Hannover (Alemanha) em 2011. Nessa perspectiva dos autores, Indústria 4.0 e Quarta Revolução Industrial são vistas como sinônimas.

No que concerne ao surgimento do termo "transformação digital", segundo Mahraz, Benabbou e Berrado (2019, p. 923), este apareceu pela primeira vez no ano 2000, em publicação de Patel e McCarthy, estando associado ao que se chama "digitalização". Entretanto, ressaltam que agora refere-se a um fenômeno que impacta diretamente nos modelos de negócio e organizações. Logo, os autores afirmam que a transformação digital "é um processo de mudança disruptiva ou incremental. Tudo começa com a doação e uso de meios digitais tecnológicos, que evoluem para uma conversão holística implícita de uma organização ou a deliberada busca de criação de valor". Para Riasanow et al. (2017), não há na academia consistência na definição e existem discordâncias sobre quais seriam as características da transformação digital, além de ser possível vislumbrar uma banalização de aplicação do termo em quase todas as iniciativas de mudança organizacional baseadas em tecnologias digitais.

A transformação digital é um termo relativamente novo e por isso é preciso defini-lo e diferenciá-lo de outros, que são comumente usados com uma certa ambiguidade na comunidade científica, tais como as expressões "digitização" e da "digitalização". Cabe salientar o uso corrente no Brasil desses termos. Aqui, digitization foi traduzido para "digitalização". Já o digitalization foi transcrita como "digitização". Essas formas de uso dos termos foram verificadas em palestra proferida por Fernando Zaidan, usada como fonte nesta pesquisa, além de apanhado em sites de empresas de tecnologias voltadas para atuar em processos de transformação digital no país.

A digitalização de vários setores da sociedade por meio do rápido desenvolvimento de tecnologias digitais fez surgir termos como "digitização", "digitalização" e "transformação digital" e, consequentemente, a necessidade de entendimento de tais expressões.

A transformação digital, na concepção de Morze e Strutynska (2021, p. 3, tradução nossa), é "o uso de tecnologias digitais para aumentar a produtividade e o valor das empresas", e implica uma profunda modificação na produção e operações organizacionais, processos, responsabilidades funcionais e de funcionários, e modelo de atividades de negócio. Os estágios da transformação digital, de acordo com Morze e Strutynska (2021), incluem três etapas: a digitalização, a digitização e a transformação digital.

Conceitualmente, digitalização (*digitization, digitizing*) é um processo técnico de conversão de fluxo de dados analógicos para o formato digital (bits). Nesse contexto, a digitalização possibilita que os dados se tornem facilmente disponíveis para uso em diferentes plataformas, dispositivos e interfaces. A digitização (digitalization), ainda na concepção de Morze e Strutynska (2021), é entendida como um processo de transformação e de melhoria das atividades de uma empresa, modelos de negócio, funções do negócio, comunicações, uso de plataformas online, capacitação e aperfeiçoamento de funcionários para trabalhar em novas condições, com base no uso difundido de tecnologias digitais e dados digitalizados.

Observada a perspectiva dos autores apresentados, no âmbito deste trabalho a transformação digital será tratada como um fenômeno. No Dicionário Básico de Filosofia, Japiassú e Marcondes (1990) acrescentam o entendimento de fenômeno como um processo, que pode ser observado como algo em curso: "[...] 2. O termo "fenômeno" passou a ser utilizado nas ciências experimentais e nas ciências humanas para designar não uma coisa, mas um processo, uma ação que se desenrola. [...]" (Japiassú; Marcondes, 1990, p. 105).

Entende-se, portanto, que a transformação digital, se caracteriza como um fenômeno transdisciplinar, que está modificando os meios de produção e a sociedade com o uso cada vez maior de tecnologias digitais por empresas e pessoas físicas.

A Transformação Digital nos Arquivos

A transformação nos arquivos com o impacto do uso de tecnologias da informação e consequente mudança de paradigma foi abordado na área pela primeira vez por Taylor (1988), cujo artigo seminal, do fim dos anos 1980, já questionava se a transformação nos arquivos se tratava de um ajuste tecnológico ou uma mudança de paradigma, alertando de que seria necessário entendimento do que estava acontecendo, de uma forma nova, em um ambiente cultural emergente. Assim, esse estudioso já acreditava, naquele momento histórico, que o documento em papel não teria mais o mesmo impacto que tinha na sociedade até então.

Numa realidade de mais de três décadas atrás, Taylor (1988) mencionava problemáticas que envolviam o custo de armazenamento e sérias questões acerca da obsolescência de hardwares e suportes dos documentos. Certamente, os custos de armazenamento hoje são diferentes dos da década de 1980, entretanto, ainda se apresentam como um significativo problema, tendo em vista a gigantesca produção de documentos, informações e dados de arquivos, ou seja, um produto das atividades de pessoas físicas e jurídicas.

A transformação digital nos processos de trabalho vem modificando os arquivos, segundo Cunningham (2021), nos últimos 30 anos. O autor considera que toda a mudança envolvida com a transformação digital nos arquivos iniciou-se nos anos de 1990 e trouxe

o que chama de um "problema perverso", sendo este um assunto de pauta de congressos profissionais que permanece ainda em 2021.

Uma mudança de paradigma na Arquivologia foi abordada por Duranti (2001, p. 42), que tratava do impacto das tecnologias nos arquivos. A pesquisadora explica que a área passa por uma mudança do que chama de "paradigma físico" para um "paradigma contextual", em que se contemplariam os documentos em função de sua produção vinculada aos processos de negócio, sendo então possível, nesse contexto, identificar o que compõe o documento de arquivo e sua função. Com essa proposição, Duranti (2001) defendeu que seria possível um amparo com a teoria e com as práticas tradicionais nos arquivos, aplicando-as em qualquer ambiente de produção do documento, inclusive o digital. Segundo a autora, com o foco no contexto e na razão pela qual os documentos são criados, ou seja, sua proveniência e seu vínculo com o produtor, a Arquivologia poderia assim passar por mudanças de paradigma, ao passo que o propósito de criação ou produção dos documentos, sendo produzidos, recebidos, custodiados e preservados por uma pessoa física ou jurídica, permanece inalterado. Duranti (2001, p. 54-55, tradução nossa) afirma que o desenvolvimento da Arquivologia nessa nova realidade pode ser conduzido por meio de "empreendimento científico capaz de absorver novos paradigmas e renovar-se sem perder a coerência e a coesão. Porém, quando a questão política e os interesses econômicos são tocados pelo resultado da pesquisa visando esse desenvolvimento, pode se tornar uma questão moral".

Durante o período que Cunningham (2021) considera como a transformação digital nos arquivos, ressalta-se a importância das soluções desenvolvidas no âmbito dos projetos da University Pittsburgh School of Information Sciences em 1996 e da University of British Columbia de Luciana Duranti. Segundo o autor, os australianos foram influenciados pelos rumos traçados pelos projetos Pitt e UBC e pelo arcabouço intelectual articulado no modelo de continuum de documentos, com a elaboração de normas, com destaque para o primeiro padrão do mundo para gerenciamento de documentos, publicado em 1996 pela Standards Australia, que posteriormente foi adaptado no padrão internacional ISO 15489:2001.

Nesse contexto, Cunningham (2021) considera a transformação digital um fenômeno interminável e em constante evolução, que exige uma vigilância e uma abordagem contínuas, embora os desafios e oportunidades enfrentadas hoje não sejam diferentes das três décadas passadas. O autor acrescenta a grande vantagem existente, que são os 30 anos de experiência enfrentando tal fenômeno. Para o autor, a gestão de documentos digitais está mais difícil do que nunca, e os desafios são imensos e complexos.

Dado o exposto, verifica-se um cenário de muita reflexão, estudos e pesquisas para os arquivistas e demais profissionais envolvidos com documentos e arquivos. Trata-se de um grande esforço e imenso terreno a se explorar.

RESULTADOS

Esta pesquisa resulta de recorte de tese de doutorado defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense. No recorte para este trabalho com enfoque teórico-conceitual, pode-se propor a partir da revisão de literatura, o entendimento da *transformação digital nos arquivos como o uso das tecnologias digitais que implicam em mudanças no modelo de negócio, na política, em normativas, na governança, na cultura organizacional e nos processos de trabalho dos arquivos, por meio da implementação de soluções tecnológicas consideradas sustentadas e/ou disruptivas* (grifo nosso).

A transformação digital nos arquivos perpassa pela elaboração e cumprimento de políticas e requisitos para a produção, gestão, preservação, destinação, acesso e difusão dos arquivos. Para tal, é necessário o estabelecimento formal da autoridade arquivística um contexto de governança e política na estrutura organizacional da instituição e em cenário nacional com atuação conjunta com demais membros do Sistema Nacional de Arquivos (SINAR).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto da pandemia, conforme verificado no âmbito deste estudo, houve um incremento no uso das tecnologias digitais nos processos de trabalho mediante demanda governamental e social para continuidade do atendimento ao cidadão e prestação de serviços públicos no período do isolamento social. Tal situação implicou em uso de soluções tecnológicas sustentadas, assim como em tecnologias disruptivas, que devem ser aprimoradas e migradas para soluções tecnológicas sustentadas em políticas, requisitos, normas e referenciais teórico-científicos já difundidos na Arquivologia.

Como um fenômeno novo, buscou-se entender o que significa a transformação digital. Concluiu-se que ela é muito mais do que apenas a digitalização de alguns processos de trabalho em uma organização. A digitalização é apenas um dos passos para a transformação digital, que demanda mudanças organizacionais e culturais na produção e no ecossistema que impactam nos processos de negócio tradicionais por meio do uso de tecnologias digitais.

Acerca dos diálogos e o impacto da transformação digital na Arquivologia, observou-se que o uso das tecnologias da informação são pontos de reflexão desde a década de 1980. Taylor (1987) discutiu acerca do impacto das tecnologias na produção de documentos e se isto se tratava apenas de um ajuste tecnológico ou uma mudança de paradigma para a área de Arquivologia.

Difícil pensar em escrever uma conclusão acerca de um fenômeno sobre o qual não se sabe bem se está apenas começando e quanto tempo vai durar. Uma coisa é certa: a

tecnologia já mudou as vidas de todos, a forma como as pessoas se relacionam, como produzem bens e serviços e a maneira como trabalham, estudam e até mesmo como se pede comida em um restaurante. Demonstra-se a necessidade de mais tempo para observar melhor esse fenômeno chamado transformação digital. Assim sendo, espera-se que tais resultados possam contribuir com mais estudos nesse grande universo que ainda necessita ser desbravado, tendo em vista que está em curso.

REFERÊNCIAS

BELLOTTO, H. L. Da gênese à função: o documento de arquivo como prova e testemunho. In: FREITAS, Lídia Silva de et alii. Documento: gênese e contextos de uso. Niterói, Editora da UFF, 2010. p. 161- 174 (Estudos da Informação, v.1).

BUFREM, L. S. *et al.* **Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (Brapci).** Versão Beta – 2010-2022. Porto Alegre; Curitiba: UFRGS; UFPR, 2022. Disponível em: https://www.brapci.inf.br/. Acesso em: 23 out. 2022.

CUNNINGHAM, A. ¿Cómo de lleno está el vaso?: Cambios y desafíos para los profesionales de los documentos frente a la transformación digital en la era de los datos. **Tábula**, Salamanca. España, n. 24, p. 25–40, nov. 2021. Disponível em: https://doi.org/10.51598/tab.870. Acesso em: 10 jul. 2022.

DURANTI, L. The impact of digital technology on archival science. **Archival Science**, [s.l.], v. 1, n. 1, p. 39–55, mar. 2001. Disponível em:http://www.interpares.org/display_file.cfm?doc=ip1_ dissemination_jar_duranti_archival_science_1_2001.pdf. Acesso em: 12 set. 2021.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

JAPIASSÚ, H.; MARCONDES, D. **Dicionário básico de filosofia**. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008. p. 105.

MAHRAZ, M.-I.; BENABBOU, L.; BERRADO, A. A Systematic literature review of Digital Transformation. *In*: INTERNATIONAL CONFERENCE ON INDUSTRIAL ENGINEERING AND OPERATIONS MANAGEMENT, 1., Toronto, Canada, Oct. 23-25, 2019. **Proceedings...** Southfield, MI: IEOM Society International, 2019. Disponível em: https://ieomsociety.org/toronto2019/papers/236.pdf. Acesso em: 07 jul. 2022.

MEIRELLES, F. S. **Panorama do Uso de TI no Brasil – 2022**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 25 maio 2022. Disponível em: https://portal.fgv.br/artigos/panorama-uso-ti-brasil-2022. Acesso em: 12 jan. 2023.

MENDONÇA, C. M. C.; ANDRADE, A. M. V.; SOUSA NETO, M. V. DA IoT, Big Data e inteligência artificial nas capacidades dinâmicas. **RPCA**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 131-151, 2018. Disponível em: https://periodicos.uff.br/pca/article/view/11350/pdf. Acesso em: 10 jul. 2022.

MENDONÇA, F. M; ZAIDAN, F. H. Ontologias para organização da informação em processos de transformação digital. **Em Questão,** Porto Alegre, v. 25, n. 1, p. 295-320, jan./abr. 2019. Disponível em: http://dx.doi.org/10.19132/1808-5245251.295-320. Acesso em: 07 jul. 2022.

MORZE, N. V.; STRUTYNSKA, O. V. Digital transformation in society: key aspects for model development. **J. Phys.: Conf. Ser.**, [s.l.], v. 1946, n. 1, p. 012021, 1 jun. 2021. Disponível em: https://iopscience.iop.org/article/10.1088/1742-6596/1946/1/012021. Acesso em: 19 fev. 2022.

PAIXÃO, *et al*. Proposta de um modelo para transformação digital. *In*: SIMPÓSIO DE ENGENHARIA, GESTÃO E INOVAÇÃO, 3., São Paulo, 2020. **Anais...** São Paulo: USP, 2020. Disponível em: https//www.even3.com.br/anais/sengi2020/278128-PROPOSTA-DE-UM-MODELO-PARA-TRANSFORMACAO-DIGITAL. Acesso em: 19 fev. 2022.

RIASANOW, T. *et al*. Clarifying the Notion of Digital Transformation in IS Literature: A Comparison of Organizational Change Philosophies. **SSRN Elect Journal**, [s.l.], p.1-22, jan. 2018. Disponível em: http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.3072318. Acesso em: 11 set. 2021.

SCHWAB, K. **A Quarta Revolução Industrial**. São Paulo: Edipro, 2016.

TAYLOR, H. A. Transformation in the Archives: technological adjustment or paradigm shift? **Archivaria**, Vancouver, CA, v. 25, p. 12–28, 1988. Disponível em: https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/11451. Acesso em: 07 jul. 2021.

ARCHANGEL: APLICAÇÃO DA TECNOLOGIA *BLOCKCHAIN* PARA AUTENTICAÇÃO DE DOCUMENTOS ACADÊMICOS PERMANENTES

ARCHANGEL: APPLICATION OF BLOCKCHAIN TECHNOLOGY FOR AUTHENTICATION OF PERMANENT ACADEMIC RECORDS

Alexandre Fernal
Universidade Federal do Paraná

Rodrigo Eduardo Botelho-Francisco
Universidade Federal do Paraná

Paula Hara da Silva
Universidade Federal do Paraná

Gustavo Resende da Costa
Universidade Federal do Paraná

André Vieira de Freitas Araújo
Universidade Federal do Paraná

Resumo

Em tempos hodiernos, surge a tecnologia *blockchain*, que consiste em grande banco de dados distribuído, para arquivo de movimentações de ativos realizados de forma irreversível, posto que dispõe de sistema *ledger* – "livro-razão" – com gravação, rastreamento, monitoramento e transferência de ativos. As cadeias de registro são encadeadas umas às outras por intermédio de chaves públicas, entradas e saídas, as quais são consideradas imutáveis, visto que quando determinado registro é inserido, esse não pode ser modificado. O Reino Unido utilizou-se da tecnologia *blockchain* para autenticação distribuída de arquivos permanentes, por intermédio de modelo lógico denominado *Archangel*, o qual gera entradas imutáveis para documentos permanentes, com objetivo final de conceber a trilha de auditoria distribuída. Questiona-se, portanto, qual a viabilidade de aplicação do modelo lógico *Archangel*

para autenticação distribuída de documentos acadêmicos permanentes das Instituições de Ensino Superior (IES) no Brasil. Assim, objetiva-se demonstrar as nuances do uso do modelo *Archangel* na autenticação desses documentos. Para tanto, realizou-se pesquisa qualitativa, exploratória, descritiva, bibliográfica e documental acerca da literatura científica em língua portuguesa e inglesa, publicada em livros, dissertações, teses, artigos e normativas. Os resultados obtidos permitiram demonstrar a aplicação do modelo lógico *Archangel* na autenticação distribuída de documentos permanentes das IES no Brasil, por meio dos quais se constatou que o protocolo *blockchain* criptografa, envia e valida transações, que propiciam registro cronológico inalterável de todas as operações realizadas, cuja auditoria ocorre por meio do *ledger* dos registros em conjunto com algoritmo denominado árvore de *Merkle*.

Palavras-Chave: *Blockchain*; *Archangel;* Documentos acadêmicos.

Abstract

In recent times, *blockchain* technology appears, which consists of a large distributed database, which archives all asset movements carried out irreversibly, as it has a ledger system with recording, tracking, monitoring and transfer of active. The record chains are linked to each other through public keys, input and output, which are considered immutable, since when a record is inserted, it cannot be modified. In this direction, in the United Kingdom, *blockchain* technology was used for distributed authentication of permanent records through a logical model called Archangel, which generates immutable entries for permanent records, with the ultimate objective of generating a distributed audit trail. Therefore, the question arises as to the feasibility of applying the Archangel logical model for distributed authentication of permanent academic records from higher education institutions in Brazil. The objective is to demonstrate the nuances of using the Archangel model in the authentication of permanent academic records. Qualitative, exploratory, descriptive, bibliographic and documentary research was carried out on scientific literature in Portuguese and English published in books, dissertations, theses and papers. The results obtained made it possible to demonstrate the application of the Archangel logical model in the distributed authentication of permanent documents at higher education institutions in Brazil. It was found that the *blockchain* protocol encrypts, sends and validates transactions, which provide an unalterable chronological record of all operations carried out, in which the audit is carried out through the ledger of records in conjunction with an algorithm called Merkle tree.

Keywords: *Blockchain*; Archangel; Academic records.

INTRODUÇÃO

A partir da última década, verifica-se que a sociedade vivencia a era de transformações impulsionadas pela rápida disseminação de tecnologias, a exemplo do *mobile*, que permeiam os aspectos da vida contemporânea. Segundo Schwab (2018), esse período é marcado pela ascensão da quarta revolução industrial, que contempla a velocidade exponencial, mudanças abrangentes e aprofundadas, bem como os impactos sistêmicos fundamentados em avanços tecnológicos contínuos.

No entanto, junto aos benefícios propiciados por essas tecnologias, surgem também desafios significativos, como a manutenção da garantia da integridade da informação face o cenário informacional cada vez mais complexo. De acordo com Soares (2021), no contexto da informação, a integridade faz alusão à garantia de que aquela não foi alterada de forma não autorizada ou indesejada. Afinal, a simples mudança em determinado *bit* pode resultar no comprometimento irreversível dos dados.

Nesse contexto, Schwab (2018) sugere que a tecnologia *blockchain* é promissora, pois permite o registro compartilhado e programável, criptograficamente seguro e auditável, por todos os usuários, ainda que seu controle não seja centralizado. Ademais, essa tecnologia, composta por "livro-razão", possibilita a auditoria e a segurança dos registros, a partir de blocos de informações, cuja conexão ao bloco anterior ocorre por meio de chaves imutáveis (Narayanan *et al.*, 2016; Silva; Fegueredo, 2023).

Ao mesmo tempo, as empresas e os Estados buscam alternativas para adaptação e uso das tecnologias, a fim otimizar a produção de bens e prestação de serviços ao público-alvo. Haja vista as IES, que têm se dedicado aos estudos acerca das formas de implementar soluções para os problemas de pesquisa e gestão por processos, no intuito de possibilitar a integridade da informação e, como resultado, otimizar sua segurança e qualidade (Carmo, 2016; Costa, 2020).

Portanto, diante da necessidade de autenticar documentos acadêmicos permanentes, esta pesquisa propõe o estudo da viabilidade de aplicação do modelo lógico *Archangel,* para autenticação distribuída de documentos acadêmicos permanentes das IES no Brasil. Mediante aplicação da tecnologia *blockchain,* tenciona-se atenuar a problemática acerca da autenticação automatizada e descentralizada desses documentos.

BLOCKCHAIN

A tecnologia *blockchain* surgiu em 2008, com a publicação do artigo *Bitcoin: a peer-to-peer electronic cash system*. Naquela época, o autor ou seus autores utilizaram o pseudônimo conhecido por Satoshi Nakamoto, para apresentar essa tecnologia e, desse modo, cunhar-se o conceito de *blockchain* e *bitcoin*. A pesquisa apresentou os princípios fundamentais, bem como o funcionamento do *blockchain* com sua aplicação em criptomoedas (Nakamoto, 2008).

Para Dannen (2017), o *blockchain* tem como base a convergência de três tecnologias principais, as quais são distintas, preexistentes e consagradas, a saber: redes *peer-to-peer* – ponto a ponto (P2P); criptografia assimétrica; e *hash* criptográfico. Para Nakamoto (2008), o *blockchain* tem como fundamento cinco princípios distintos, os quais são: função matemática de mão única, isto é, *hash*; carimbo de registro do tempo de criação ou modificação do arquivo – *true time stamp*; assinatura digital; rede descentralizada *peer-to-peer;* e algoritmo de produção de novos blocos para cadeia de blocos preexistentes.

Dessa forma, a tecnologia *blockchain* consiste em banco de dados distribuído na rede mundial de computadores, no qual todos os registros e saídas informacionais são gravados cronologicamente em cadeia de blocos. Alguns participantes, isto é, os mineradores dessas redes, ofertam esforços computacionais para gravação de novos blocos e, ao realizar essas operações, efetuam cálculos de *hash* com o intuito de solucionar os problemas criptográficos apresentados. Por conseguinte, obtêm parte do valor transacionado nas operações, que são entendidas como mineração (Nakamoto, 2008).

Percebe-se, portanto, a diferença entre *blockchain* e *bitcoin*, pois aquele trata-se de *distributed ledger technology* (DLT), plataforma na qual é construído o *bitcoin*. O *blockchain,* enquanto tecnologia, pode ser compreendido em três tipos principais, quais sejam: *blockchain* 1.0; *blockchain* 2.0; e *blockchain* 3.0. A primeira categoria refere-se às criptomoedas e atividades no contexto de pagamentos digitais. A segunda, estende-se ao setor financeiro com associação da *internet of things* (IoT) – *internet* das coisas, as tecnologias de *smart contracts* – e contratos inteligentes com aplicações para ativos econômicos e financeiros. Já a terceira, diz respeito a outros domínios como, governo, saúde, cultura e arte (Swan, 2015).

Assim, o *blockchain* trata-se de um *ledger* – "livro-razão" – distribuído e imutável, que forma banco de dados, difundido por intermédio de rede *peer-to-peer,* na qual são registradas operações com ativos e transações, passíveis de serem definidas como tangíveis e intangíveis. O primeiro, por exemplo, pode ser os registros de imóveis como propriedades; o segundo, marcas e direitos autorais. Contudo, os sistemas atuais de *ledger* centralizados tradicionais podem apresentar certas deficiências, a exemplo do custo operacional elevado, pouca transparência e dificuldade na execução de auditabilidade, que podem culminar em fraude e resultados equivocados.

Nesse cenário, a tecnologia *blockchain* propicia soluções para a problemática da autenticação em ambientes descentralizados. Por meio dessa, é possível garantir que as modificações autorizadas com uso de algoritmos de validação consensual, que propiciam registro cronológico inalterável, na qual as trilhas de auditorias são realizadas com os registros dos metadados criptografados, com o uso do algoritmo árvore de *merkle*, sejam passíveis de auditoria desde o último *hash* do bloco até o bloco gênesis.

O *blockchain,* atualmente, utiliza-se dos principais métodos de validação consensual, tais como: *proof of work* e *proof of stake*. O primeiro consiste em mecanismo de consenso,

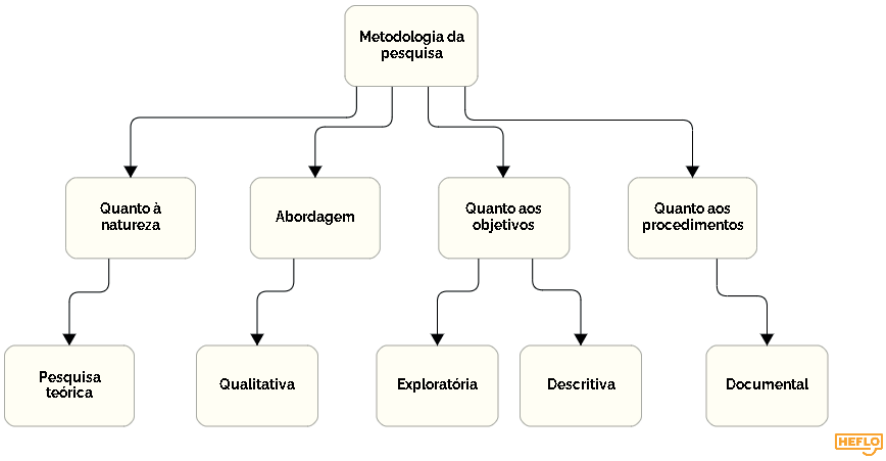
no qual cada nó participante da rede busca possível solução para o enigma criptográfico, com o objetivo de adicionar novo bloco à cadeia de blocos existentes. Para criação de blocos novos, pressupõe-se a participação dos mineradores, os quais empenham-se em conseguir soluções ao desafio criptográfico. Por fim, o mecanismo de consenso *proof of stake* (PoS) – prova de participação – consiste na seleção do nó participante de forma aleatória, que poderá inserir novo bloco à cadeia de blocos preexistente (Szabo, 2011).

Esse algoritmo de validação consensual proposto por Szabo (2011), que se trata do grande diferencial do PoS em relação ao *proof of work* (PoW), versa na validação e aprovação de novos blocos, de forma distinta da mineração de *hashes* recomendada pelos PoW. A seção 3 apresenta a metodologia utilizada na pesquisa para autenticação distribuída de documentos permanentes das IES no Brasil, por intermédio do modelo lógico *Archangel*. Cabe ressaltar que esse foi concebido com base na tecnologia *blockchain*.

METODOLOGIA

A pesquisa científica, de acordo com Marconi e Lakatos (2017), pode ser entendida como o processo formal, que envolve reflexão e requer abordagem científica. Esse método é essencial para compreender a realidade ou, mesmo, descobrir verdades parciais. Nessa direção, caracteriza-se o presente estudo como pesquisa teórica, exploratória, descritiva, de abordagem qualitativa e documental. A Figura 1, a seguir, representa a síntese da metodologia de pesquisa adotada, projetada por meio da plataforma HEFLO[1].

Figura 1 – Síntese da metodologia de pesquisa



Fonte: Os autores (2024).

1 Disponível em: https://www.heflo.com/pt-br/. Acesso em: 18 jun. 2024.

Os procedimentos da pesquisa são bibliográficos, posto que buscam aclarar o problema a partir de referências teóricas publicadas em artigos científicos, livros, dissertações, teses e normativas. A abordagem é qualitativa, já que qualquer pesquisa que produza resultados não alcançados por meio de procedimentos estatísticos, é considerada qualitativa (Magalhães, 2007).

Quanto aos objetivos, é exploratória, em vista de que este tipo de pesquisa tem por enfoque familiarizar-se com o fenômeno ou obter nova percepção e descobrir novas ideias. Ainda quanto aos objetivos, é descritiva, posto que o principal propósito deste método é descrever os atributos de população ou fenômeno específico (Gil, 2019).

Nesse sentido, Marconi e Lakatos (2017) afirmam que todo estudo deve ter como fundamento uma teoria, a qual é essencial para iniciar a investigação do problema de modo eficaz. A presente pesquisa surgiu a partir desses pressupostos, com o intuito de ampliar o conhecimento acerca da temática dos estudos da autenticação distribuída automatizada dos documentos acadêmicos permanentes das IES no Brasil.

Já o desenvolvimento da pesquisa documental faz-se em meio a documentos textuais, audiovisuais, iconográficos, sonoros e aqueles relacionados ao objeto de investigação. Esses podem ser coletados na forma pura, ou seja, que não tenham sofrido intervenções analíticas, e/ou em circunstâncias denominadas como fonte secundária, quer dizer, que contemple os documentos provenientes de outras fontes de informação (Gil, 2019).

A seção 4, apresentada a seguir, dispõe da análise e discussão dos resultados acerca da autenticação distribuída de documentos acadêmicos das IES no Brasil. Essa teve como base o modelo lógico *Archangel*, idealizado a partir da tecnologia *blockchain*.

MODELO LÓGICO *ARCHANGEL* PARA AUTENTICAÇÃO DISTRIBUÍDA DE DOCUMENTOS PERMANENTES ACADÊMICOS DE IES

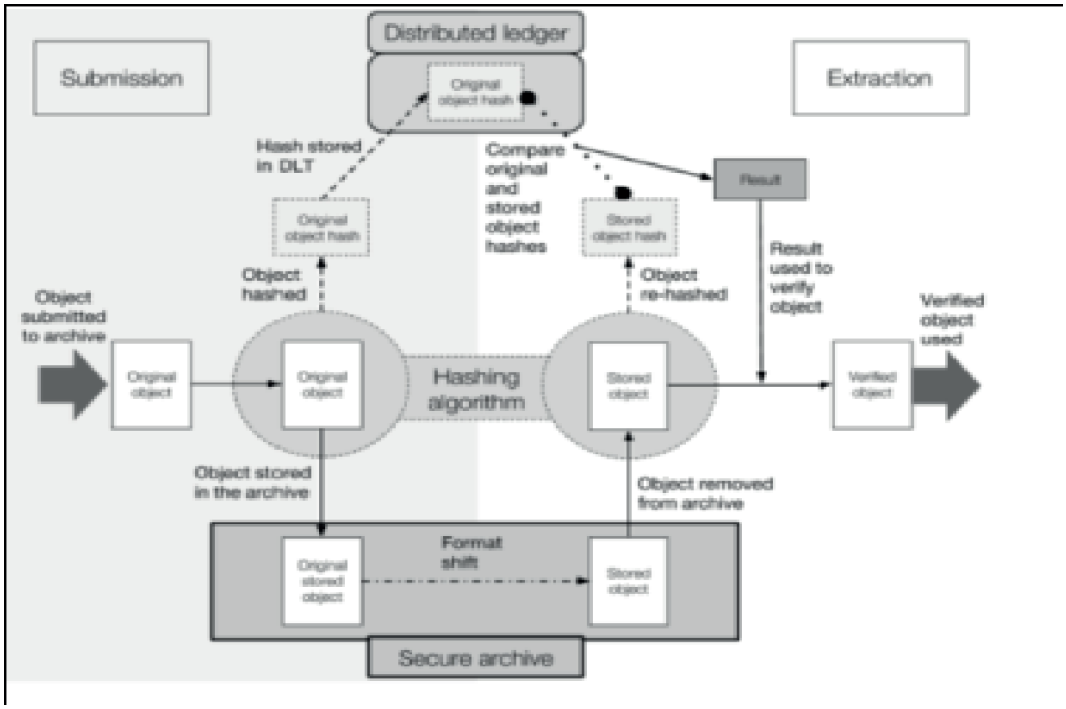
No Reino Unido, a iniciativa para uso da tecnologia *blockchain*, ocorreu no âmbito da autenticação distribuída de arquivos permanentes, por meio do modelo lógico denominado *Archangel*. Nesse contexto, o Arquivo Nacional daquele país utiliza da tecnologia *blockchain* para autenticações distribuídas de documentos arquivísticos digitais e representantes digitais, isto é, aqueles obtidos pela digitalização (Collomosse *et al.*, 2018).

O modelo *Archangel* para autenticação distribuída faz uso da tecnologia *blockchain*, para gerar entradas imutáveis para os documentos nos Arquivos Nacionais do Reino Unido. Dessa forma, o projeto *Archangel* é constituído pelos Arquivos Nacionais do Reino Unido, da Universidade de Surrey e do Instituto de Dados Abertos do Reino Unido. Financiados pelo Conselho de Pesquisas em Engenharia e Ciências Físicas (EPSRC), o

objetivo do *Archangel* é produzir a trilha de auditoria distribuída para os documentos arquivísticos digitais e os representantes digitais (Collomosse *et al.*, 2018).

A Figura 2 apresentará o modelo *Archangel* para autenticação de arquivos permanentes no âmbito arquivístico.

Figura 2 – Modelo Archangel



Fonte: Collomosse *et al.* (2018).

Conforme observado, a Figura 2 demonstrou a concepção da arquitetura da plataforma *Archangel,* com a apresentação do repositório digital descentralizado, cujos documentos são processados para extração de provas de conteúdos, os quais são armazenados de forma imutável em *blockchain*. Nessa direção, a autenticação do documento, bem como a sua proveniência, podem ser verificadas a qualquer momento por intermédio da extração de *hashes* e comparação com os *previous hash* do *blockchain*.

O modelo *Archangel* é composto por duas partes distintas: *submission* (submissão) e *extraction* (extração). Na parte da submissão, ao objeto digital compreendido como *original object* – objeto original – é aplicado o *hash algorithm*, para obtenção da função *hash*, isto é, resumo criptográfico do documento.

Esse resumo é classificado como metadado primitivo, do tipo *string*. Após a aplicação, a função *hash* é realizada a ingestão, ou seja, o arquivamento no *secure archive* – arquivo seguro. O *hash* obtido do objeto digital original é armazenado na DLT, do tipo *blockchain*.

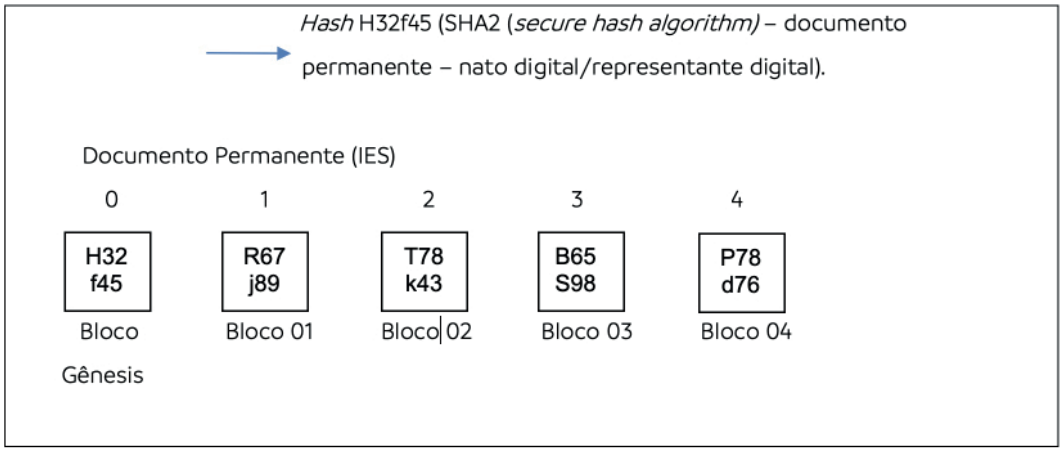
Logo, com o *root hash* inicia-se a formação do *blockchain*, com a criação do bloco zero, também compreendido como bloco gênesis.

A segunda parte do modelo extração consiste na comparação de *hashes* existentes no *blockchain,* com o objetivo de verificar a autenticação e proveniência dos documentos nato-digitais ou representantes digitais. Nesse contexto, o objeto digital original armazenado ao longo do tempo sofrerá os efeitos da obsolescência da tecnologia, principalmente na sua camada lógica.

Aquilo ocorre, pois é necessário aplicar estratégias de preservação digital, que alterem a extensão dos documentos. Dessa forma, é aplicado a função *hash* nesse novo objeto digital. O novo *hash* é validado por meio de mecanismos de consensos e, após sua a comparação com *previous hash,* obtém-se o resultado válido e, por conseguinte, novo bloco é adicionado para garantir, assim, a autenticação e possibilidade de verificação da proveniência dos documentos.

A Figura 3 demonstrará a trilha de auditoria propiciada por meio do *ledger* na arquitetura *Archangel.* Com isso, é possível analisar quaisquer alterações ocorridas no documento, para determinar quais dessas foram autorizadas e quais são indevidas. Permite, também, verificar por intermédio dos *hashes* o fluxo da cadeia de blocos, até alcançar o bloco gênesis, o que viabilizará a verificação da proveniência e do contexto jurídico-administrativo dos documentos, para garantia de sua autenticação.

Figura 3 – Trilha de auditoria por intermédio do ledger no modelo lógico Archangel, para documentos permanentes acadêmicos das IES no Brasil



Fonte: Os autores (2024).

A Figura 3 apresentou a trilha de auditoria por intermédio do *ledger,* que demonstrou como é possível aplicar a tecnologia *blockchain* para garantia da autenticação de documentos permanentes acadêmicos em sistemas distribuídos. Assim, a partir do

documento permanente acadêmico, por meio de algoritmos criptográficos, é gerado o resumo, isto é, a função *hash*, que no exemplo supracitado é representado por H32f45. Esse resumo seria metadado do tipo primitivo, quer dizer, *string*. Com base na *string* em questão, será gerado o *genesis block* – bloco gênesis, que por sua vez armazena o SHA2 inicial (H32f45).

Quando o documento com o SHA2 inicial (H32f45), que dispõe em sua camada lógica a extensão textual (doc), for migrado para outra extensão, como pdf/a, propiciará alteração na sequência lógica da cadeia de *bistream*. Essa produzirá nova função *hash* (R67j89), que por sua vez será armazenada no bloco 01, que será adicionado e apontará para o bloco anterior, no caso o bloco gênesis.

Uma vez adicionado o novo bloco, esse não poderá sofrer alterações. A inserção e validação de novo bloco é realizada por algoritmos de consenso como o *proof of work* (PoW) – prova de trabalho – e *proof of stake* (PoS) – prova de participação. Portanto, todas as alterações realizadas no documento podem ser auditadas ao longo do tempo, circunstância que determinará se essas alterações foram autorizadas. Percebe-se, assim, que o documento estará livre de alterações não-autorizadas, bem como de quaisquer possíveis corrupções.

Na seção 5 serão apresentadas as considerações finais sobre a viabilidade de uso do modelo lógico *Archangel*. Especificamente, no que diz respeito à autenticação distribuída de documentos acadêmicos permanentes das IES no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constatou-se que o modelo lógico do Reino Unido, o *Archangel,* dispõe de arquitetura viável para autenticação distribuída de documentos permanentes das IES, posto que o *Archangel* gera a trilha de auditoria automatizada por meio do *ledger,* em conjunto com a árvore de *merkle*. Nesse sentido, a auditoria realizada via *ledger*, dos registros, garante que os documentos permanentes das IES não tenham sofrido alterações e adulterações não autorizadas.

Demonstrou-se que a aplicação do protocolo da tecnologia *blockchain* seria viável no modelo lógico de autenticação distribuída proposto pelo Reino Unido, na arquitetura do *Archangel*. Por fim, novas investigações na mesma linha são necessárias, como parâmetro aos resultados constatados nesta pesquisa, para que evidenciem a aplicação do protocolo da tecnologia *blockchain* no modelo lógico de autenticação distribuída, na arquitetura do *Archangel*.

REFERÊNCIAS

CARMO, A. L. da S. do. **Estratégias de mediação arquivística nas instituições federais de ensino superior**. Dissertação (Mestrado em Ciências da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2015. Acesso em: 13 jun. 2024.

COLLOMOSSE, J. et al. Archangel: trusted archives of digital public documents. **ACM DocEng'18**, 2018. Disponível em: https://arxiv.org/pdf/1804.08342.pdf. Acesso em: 12 mai. 2024.

COSTA, G. R. da. **Gestão da informação apoiada na gestão por processos em maternidade de alto-risco**. Dissertação (Mestrado em Engenharia Biomédica) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba. 2020. Acesso em: 13 jun. 2024.

DANNEN, C. **Introducing Ethereum and Solidity. Foundations of Cryptocurrency and blockchain Programming for Beggniners**. Berkeley, CA: Apress. 2017. DOI: 10.1007/978-1-4842-2535-6_4. Acesso em: 10 jun. 2024.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas. 2019. ISBN-10: 8597020571.

MAGALHÃES, L. E. R. **O trabalho científico: da pesquisa à monografia**. Curitiba: FESP, 2007.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisa – amostragens e técnicas de pesquisa – elaboração, análise e interpretação de dados**. 8. ed. São Paulo: Atlas. 2017. ISBN-10: 8597012811.

NAKAMOTO, S. **Bitcoin: a peer-to-peer electronic cash system**. 2008. Cryptography Mailing list at <https://bitcoin.org/bitcoin.pdf>. Acesso em: 13 mai. 2024.

NARAYANAN, A. et al. **Bitcoin and cryptocurrency technologies. princeton**. New Jersey: Princeton University Press, 2016. ISBN-10: 9781400884155. Acesso em: 13 mai. 2024.

SCHWAB, K. **A quarta revolução industrial**. São Paulo: Edipro, 2018. ISBN-10: 857283978X.

SILVA, E. J.; FEGUEREDO, R. S. O impacto da tecnologia *blockchain* na gestão de negócios logísticos. **Revista Processando o Saber**, v. 15, n. 1, p. 278-288, 2023. Acesso em: 10 jun. 2024.

SOARES, F. G. **Uma abordagem baseada em DLT para garantia da fixidez de repositórios digitais confiáveis**. Dissertação (Mestrado em Informática) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa. 2021. Acesso em: 13 jun. 2024.

SWAN, M. **Blockchain: blueprint for a new economy**. Sebastopol: O'Reilly Media. 2015.

SZABO, N. **Bitcoin, what took ye so long?** 2011. Disponível em: http://unenumerated.blogspot.com.br/2011/05/bitcoin-what-took-ye-so-long.html. Acesso em: 12 mai. 2024.

SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS PARA PRESERVAÇÃO DE DOCUMENTOS DIGITALIZADOS: O CASO DO VALIDAPRES

TECHNOLOGICAL SOLUTIONS FOR
THE PRESERVATION OF DIGITIZED
DOCUMENTS: THE CASE OF VALIDAPRES

Marcos Sigismundo da Silva
Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia

Marcelo Moro Brondani
Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia

Marilete da Silva Pereira
Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
Universidade de Brasília

Resumo

O trabalho objetiva explorar as funcionalidades e vantagens do ValidaPres, analisando como ele contribui para a preservação digital eficiente e segura de documentos judiciais. Fundamenta-se em uma metodologia de abordagem descritiva-exploratória, com foco qualitativo e uso de métodos de análise documental e revisão bibliográfica. Tem como principais resultados o aumento da Segurança e Autenticidade, a eficiência no processo de preservação, a facilidade no trabalho das equipes, a integração com o BarraPres, a certificação de conformidade do representante digital e o fato de ser um *software* livre nacional. Conclui-se que a implementação de tecnologias emergentes, como inteligência artificial para leitura automática de metadados, pode também contribuir para aprimorar os processos de catalogação e indexação automatizada, garantindo ainda mais eficiência e segurança na preservação digital de documentos.

Palavras-Chave: ValidaPres; Modelo Hipátia; RDC-Arq; Documentos digitalizados; Assinatura eletrônica simplificada.

Abstract

ValidaPres is part of the Hipátia digital preservation model, an initiative of the Brazilian Institute of Information in Science and Technology in partnership with various institutions within the Brazilian judiciary, focused on the implementation of Trusted Digital Archival Repositories. The system allows for the inclusion of essential metadata for digital preservation, visualization of digitized files, identification and electronic signature registration, and the secure transmission of documents to digital preservation environments. The research underlying this summary adopted a descriptive-exploratory approach, using document analysis and literature review to define and analyze the system. Integration with BarraPres and automated transmission to Archivematica are key features that enhance the efficiency and security of digital document preservation.

Keywords: ValidaPres; Hipátia Model; RDC-Arq; Digitized documents; Simplified electronic signature.

INTRODUÇÃO

A preservação digital tornou-se um assunto cada vez mais importante na era da informação digital, sendo preocupação constante por parte dos profissionais da informação (Márdero Arellano, 2008). Ela tem se estabelecido como prioridade para instituições, especialmente aquelas que lidam com processos jurídicos. A digitalização dos arquivos judiciais oferece inúmeras vantagens, como o aumento da acessibilidade e a melhoria da eficiência processual. No entanto, essa transformação digital também traz desafios significativos, especialmente no que se refere à garantia de autenticidade, integridade e acessibilidade a longo prazo dos documentos digitalizados.

A, cada vez maior, virtualização dos serviços judiciais e administrativos, impulsionada pela rápida evolução tecnológica e acelerada pela pandemia de Covid-19 e a conversão de processos físicos para tramitação eletrônica foi incentivada pela Resolução n.º 314/2020 e passou a ser obrigatória por meio da Resolução n.º 420/2021, ambas do Conselho nacional de Justiça (CNJ). Essa mudança visa garantir a continuidade dos serviços a distância, adaptando-se às novas necessidades e desafios impostos pelo cenário pandêmico. Nesse contexto de digitalização de processos, visando o acesso à justiça e

uma tramitação processual exclusivamente virtual, surgiu a necessidade de um normativo que disciplinasse a conversão de suporte e a gestão da documentação digitalizada. A Resolução CNJ n.º 469/2022, estabelece diretrizes e normas para a digitalização de documentos judiciais e administrativos e para a gestão dos documentos digitalizados no âmbito do Poder Judiciário (Conselho Nacional de Justiça, 2023).

Diante dessa necessidade, no âmbito da preservação digital, surge o ValidaPres, um *software* desenvolvido em conjunto do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (TRT4), para acrescentar metadados obrigatórios em processos jurídicos digitalizados da instituição, que serão preservados em um Repositório Digital Confiável de Arquivos (RDC-Arq). O ValidaPres faz parte do modelo Hipátia de preservação digital, iniciativa do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict) que promove parcerias com várias instituições do judiciário brasileiro para implementação de RDC-Arq. O modelo utiliza regras arquivísticas para captura de metadados e documentos digitais, permitindo níveis de interoperabilidade com vários sistemas informatizados, seguindo o padrão OAIS (Shintaku; Braga; Oliveira, 2021). É implementado a partir do levantamento teórico, identificação e caracterização dos requisitos informacionais, computacionais e conceituais terminando na implementação do RDC-Arq integrado ao sistema produtor documental.

Diante do contexto, este trabalho objetiva explorar as funcionalidades e vantagens do ValidaPres, analisando como ele contribui para a preservação digital eficiente e segura de documentos judiciais.

METODOLOGIA

O estudo que deu origem a este trabalho adotou uma abordagem descritiva-exploratória, com foco qualitativo. A pesquisa descritiva visa descrever características de um fenômeno, enquanto a exploratória busca maior familiaridade com o problema, construindo hipóteses a partir de levantamentos bibliográficos (Gil, 2010).

Foram utilizados métodos de análise documental e revisão bibliográfica para compreender os requisitos e práticas recomendadas para a preservação digital. Além disso, o desenvolvimento do ValidaPres foi acompanhado utilizando metodologias ágeis para construção de sistemas informatizados, desde a definição dos requisitos, gestão da equipe, até a implementação e teste do software.

O VALIDAPRES

A Justiça brasileira tem promovido esforços para se tornar mais inovadora, eficiente, inteligente, colaborativa, integrada e transparente. A inovação é alcançada através do desenvolvimento e uso de tecnologias disruptivas para aperfeiçoar os serviços prestados à

sociedade e a eficiência é promovida pela automação das atividades dos órgãos de Justiça, otimizando os recursos humanos e materiais, aumentando a produtividade, reduzindo despesas e agilizando a prestação de serviços. Os esforços se destacam ao extrair, gerenciar e armazenar dados de tribunais de todo o país, o que apoia a implementação de políticas judiciais efetivas com base em evidências. (Conselho Nacional de Justiça, 2024).

O ValidaPres se insere nesse contexto representando uma solução tecnológica inovadora. Desenvolvido para adicionar metadados obrigatórios na preservação digital de processos jurídicos digitalizados, o sistema otimiza a gestão documental, contribuindo para a eficiência e a integridade dos registros judiciais.

Funcionalidades do ValidaPress

O ValidaPres é um *software* desenvolvido em Python e MySQL, resultado de colaboração entre o Ibict e o Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (TRT4). Este sistema foi criado com o objetivo de atender às necessidades específicas da preservação digital de documentos, assegurando a conformidade com os requisitos exigidos para a longevidade e autenticidade da informação arquivística. Suas principais funcionalidades incluem:

Quadro 1: Funcionalidades do ValidaPres

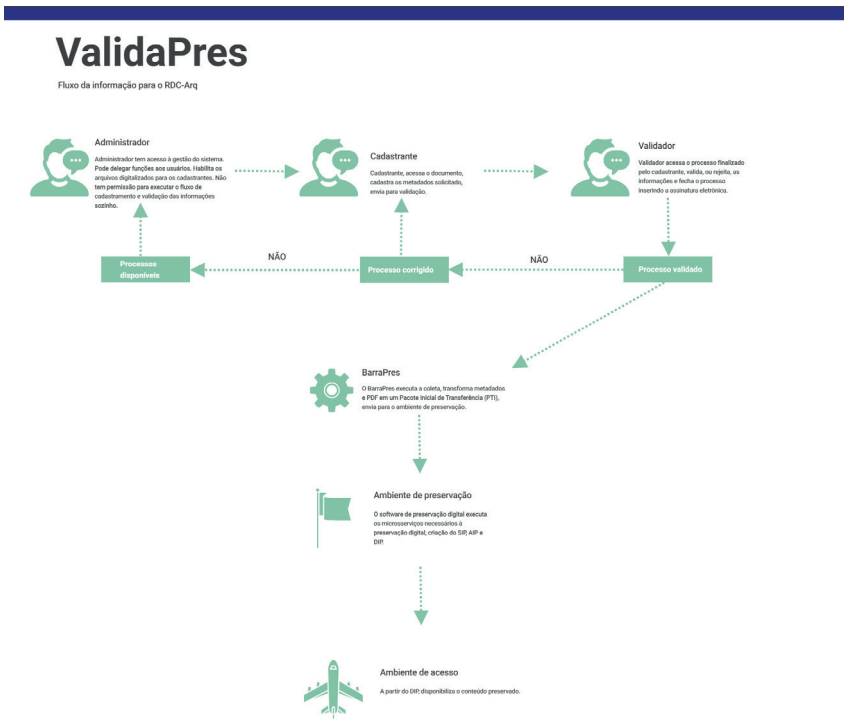
Funcionalidade	Descrição
Perfis de acesso:	O ValidaPres é estruturado para operar com diferentes perfis de acesso, divididos em três categorias principais: administradores, cadastradores e validadores. Essa divisão de perfis garante a segurança e a segregação de funções, aspectos fundamentais em sistemas de preservação digital. O administrador possui acesso completo às funcionalidades do sistema, porém, de forma deliberada, não tem permissão para executar sozinho as etapas de cadastramento e validação, assegurando assim a integridade do processo. O cadastrador é responsável por acessar os documentos e inserir os metadados necessários, enquanto o validador revisa e confirma as informações inseridas, encerrando o processo com a aplicação de uma assinatura eletrônica que autentica o documento.
Adição de Metadados Obrigatórios:	Adição de metadados obrigatórios. A inclusão desses metadados é essencial para garantir que os documentos sejam preservados conforme os padrões internacionais de preservação digital. Os metadados fornecem o contexto necessário para o entendimento e a gestão dos documentos ao longo do tempo, facilitando sua recuperação e autenticidade.
Visualização de Arquivos:	Possibilidade de visualização dos arquivos digitalizados diretamente na plataforma. Essa funcionalidade é crucial, pois permite que os validadores revisem o conteúdo dos documentos antes de concluir a fase de cadastramento de metadados. A capacidade de visualizar e validar os arquivos dentro do mesmo ambiente de trabalho reduz a possibilidade de erros e assegura que apenas documentos devidamente verificados sejam enviados ao repositório de preservação.

Identificação e Assinatura Eletrônica:	A identificação e assinatura eletrônica são funcionalidades que garantem a autenticidade do processo de preservação. O ValidaPres registra de forma detalhada as informações sobre a pessoa que realiza cada ação dentro do sistema, utilizando essas informações como uma assinatura eletrônica. Esse recurso não só autentica as ações realizadas, mas também assegura a integridade e a responsabilidade individual dentro do fluxo de trabalho.
Envio para o Ambiente de Preservação:	Após a conclusão do processo de verificação e validação, o ValidaPres prepara os documentos, juntamente com todos os metadados e informações adicionadas, para o envio ao ambiente seguro de preservação digital. Esse passo final é crucial para garantir que os documentos estarão protegidos e acessíveis no longo prazo, conforme as melhores práticas de preservação digital.

Fonte: Elaborado pelos autores, (2024).

O ValidaPres se destaca como ferramenta importante para a preservação digital de documentos digitalizados, oferecendo conjunto abrangente de funcionalidades que asseguram a conformidade, a segurança e a autenticidade do processo de preservação. A estrutura de perfis de acesso, a inclusão obrigatória de metadados, a visualização e validação de arquivos, a identificação por assinatura eletrônica, e o envio seguro dos documentos ao ambiente de preservação digital, permitem ao sistema implementar as melhores práticas para preservação digital confiável. Dessa maneira, o ValidaPres pode facilitar a gestão eficiente de documentos digitalizados e garantir que esses documentos permaneçam acessíveis e confiáveis ao longo do tempo.

Figura 1 - Fluxo da informação e perfis de usuário do ValidaPres



Fonte: Elaborado pelos autores, (2024).

A figura 1 exemplifica o fluxo de informação do RDC-Arq a partir do funcionamento do ValidaPres.

Desenvolvimento do ValidaPress

O desenvolvimento do ValidaPres foi realizado utilizando o *framework* Django da linguagem de programação Python. O Django é um *framework* web *Python* de código aberto, que se destaca por oferecer um ambiente que simplifica a criação de soluções web escaláveis, ao mesmo tempo, promove o desenvolvimento rápido e um *design* limpo, proporcionando ferramentas estáveis e eficientes para pessoas desenvolvedoras (URANO, 2023). Utiliza o banco de dados *MySQL* para armazenamento dos metadados e documentos. Os requisitos funcionais e não funcionais, foram definidos determinados pelo grupo de trabalho das instituições, garantindo que o sistema atendesse às necessidades específicas de preservação digital no contexto jurídico.

RESULTADOS

No cenário da preservação digital, a implementação do ValidaPres trouxe diversos benefícios, sobretudo para o contexto de documentos jurídicos. Entre os principais resultados obtidos, destacam-se os apresentados no quadro 1.

Quadro 2 - Resultados da implementação do ValidaPres

RESULTADO	DESCRIÇÃO
Melhoria na gestão de documentos para preservação	A inclusão de metadados obrigatórios facilitou a organização, preparação para a preservação e o acesso aos documentos digitalizados.
Aumento da Segurança e Autenticidade	A identificação das ações realizadas por meio de assinaturas eletrônicas simplificadas garantiu maior segurança e autenticidade aos processos de digitalização e preservação.
Eficiência no Processo de Preservação	A automação das etapas preparatórios para a preservação e envio para o RDC-Arq, resultou em um processo mais eficiente e menos suscetível a erros humanos.
Facilidade no trabalho das equipes	O sistema possui uma interface simples e intuitiva. Permite ao usuário selecionar seu documento de trabalho, isso é transparente aos outros colaboradores que estão on-line, evitando que duas pessoas trabalhem no mesmo arquivo ao mesmo tempo.
Integração com o BarraPres	O sistema disponibiliza as informações necessárias para o barramento do modelo Hipátia de preservação digital, criar o PTI e enviar ao Archivematica. Essa automação é nativa do sistema, facilitando as integrações.

Certificação de conformidade do representante digital	Assinatura eletrônica simples que permite identificar o signatário. Além de certificar a conformidade, são registradas as ocorrências constatadas nos documentos originais, como erro de paginação, folhas não numeradas, páginas parcial ou totalmente ilegíveis, documentos de digitalização inviável.
Software livre nacional	A solução integra o modelo Hipátia de preservação digital e está em constante desenvolvimento. Registrada como software livre para ser usada por toda instituição que necessitar preservar seu acervo de processos judiciais digitalizados.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2024.

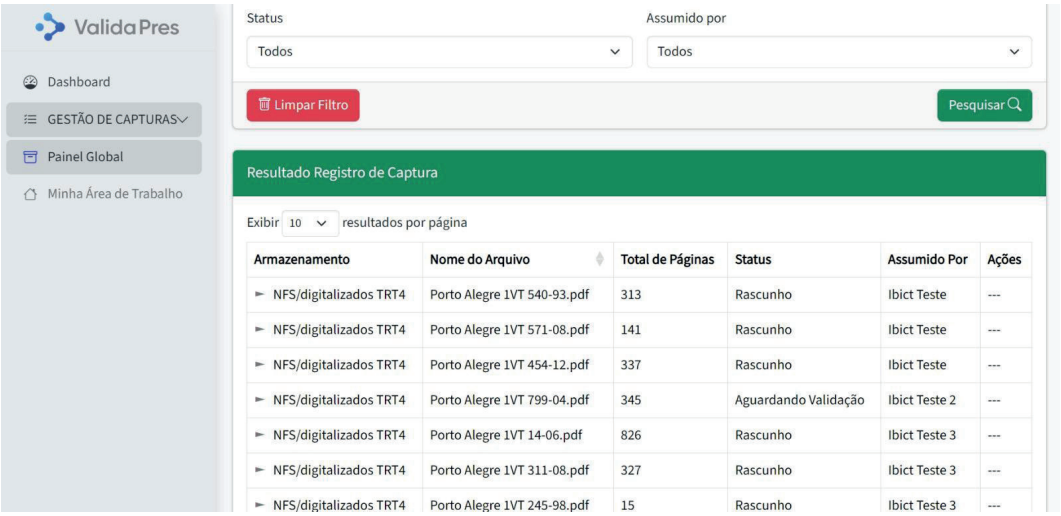
Em síntese, o ValidaPres representa um avanço significativo na gestão de documentos para preservação digital. A inclusão de metadados obrigatórios simplificou a organização, preparação e acesso aos documentos digitalizados. Ademais, a identificação por meio de assinaturas eletrônicas reforçou a segurança e autenticidade dos processos de digitalização e preservação. A automação das etapas preparatórias resultou em maior eficácia e menos erros humanos. Nas figuras 2, 3 e 4 são listadas algumas telas com a descrição das funcionalidades.

Figura 2: Tela inicial do sistema - Dashboard

Fonte: Captura de tela do ValidaPres, 2024.

Na figura 2 são apresentadas as estatísticas de processamento dos processos digitalizados.

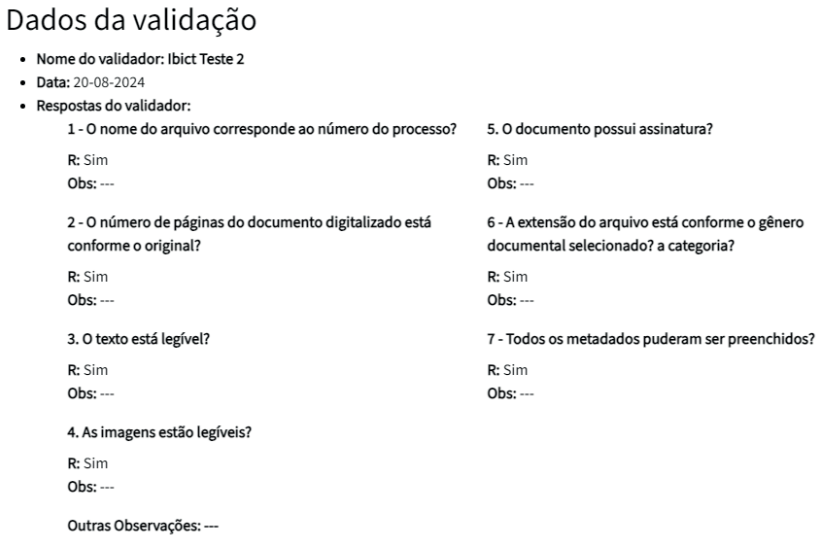
Figura 3: Tela para listagem de processos



Fonte: Captura de tela do ValidaPres, 2024.

A figura 3 demonstra a lista de todos os processos atribuídos ao perfil validador.

Figura 4: Tela com a validação eletrônica



Fonte: Captura de tela do ValidaPres, 2024.

Na figura 4 é exibido o *checklist* de aprovação que deve ser verificado. para que esse processo seja concluído é necessária a inclusão do CPF do validador.

A interface intuitiva do sistema facilita o trabalho das equipes, evitando, entre outras coisas, conflitos de edição simultânea, por exemplo. Também complementam

suas funcionalidades, a integração com o BarraPres e a certificação de conformidade do representante digital. Como software livre nacional, o ValidaPres poderá ser utilizado por instituições que desejam preservar seus acervos de processos judiciais digitalizados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto de um Judiciário brasileiro cada vez mais orientado pela inovação, eficiência e transparência, o ValidaPres emerge como uma solução tecnológica de grande relevância. Alinhado com os esforços do CNJ em promover um sistema de justiça mais inteligente, colaborativo e integrado, o ValidaPres contribui significativamente para a automação e aprimoramento da gestão documental no âmbito jurídico. Dentro das suas várias funcionalidades, permitir a adição de metadados obrigatórios e assegurar a preservação digital de processos jurídicos, permitem ao sistema fortalecer a integridade dos registros, e otimizar a eficiência das atividades judiciárias.

Essa ferramenta se destaca por apoiar a coleta, o gerenciamento e o armazenamento de dados judiciais de forma estruturada e segura, o que facilita a implementação de políticas judiciais baseadas em evidências, principalmente para documentos digitalizados. O ValidaPres, portanto, não é apenas uma solução para a preservação digital, mas um componente essencial no esforço mais amplo de modernização e automação do Judiciário, contribuindo para uma justiça mais ágil, eficiente e acessível à sociedade.

Para o futuro, é importante continuar investindo no aprimoramento do ValidaPres, explorando a integração de tecnologias emergentes, como a inteligência artificial, para automatizar ainda mais os processos de catalogação e indexação. Esses desenvolvimentos poderão ampliar as capacidades do sistema, garantindo que ele continue a atender às crescentes demandas de um sistema judicial em constante evolução.

REFERÊNCIAS

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Resolução CNJ nº 314, de 20 de abril de 2020**. Prorroga, no âmbito do Poder Judiciário, em parte, o regime instituído pela Resolução nº 313, de 19 de março de 2020, modifica as regras de suspensão de prazos processuais e dá outras providências. Brasília: CNJ, 2020a. Disponível em: https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3283. Acesso em: 10 jun. 2024.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Resolução CNJ nº 420, de 29 de setembro de 2021**. Dispõe sobre a adoção do processo eletrônico e o planejamento nacional da conversão e digitalização do acervo processual físico remanescente dos órgãos do Poder Judiciário. Brasília: CNJ, 2021g. Disponível em: https://atos. cnj.jus.br/atos/detalhar/4133. Acesso em: 10 jun. 2024.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Resolução CNJ nº 469, de 31 de agosto de 2022**. Estabelece diretrizes e normas sobre a digitalização de documentos judiciais e administrativos e de gestão de documentos digitalizados do Poder Judiciário. Brasília:

CNJ, 2022b. Disponível em: https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/4719. Acesso em: 10 jun. 2024.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. [*S. l.*]: Atlas, 2010. Disponível em: https://ria.ufrn.br/jspui/handle/123456789/1236. Acesso em: 22 jun. 2024.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. JUSTIÇA 4.0. **Portal CNJ**, 2024. Disponível em: https://www.cnj.jus.br/tecnologia-da-informacao-e-comunicacao/justica-4-0/. Acesso em: 18 jun. 2024.

MÁRDERO ARELLANO, Miguel Ángel. **Critérios para a preservação digital da informação científica**. 2008. 2008. Disponível em: https://repositorio.unb.br/handle/10482/1518. Acesso em: 14 jun. 2022.

URANO, Laís. Django: o que é, para que serve e um Guia desse framework Python. **Alura**, 2023. Disponível em: https://www.alura.com.br/artigos/django-framework. Acesso em: 22 jun. 2024.

SHINTAKU, Milton; BRAGA, Tiago Emmanuel Nunes; OLIVEIRA, Alexandre de Faria. Hipátia: uma ferramenta livre no apoio à preservação digital. **Revista Brasileira de Preservação Digital**, v. 2, p. e021006–e021006, 30 dez. 2021. Disponível em: https://doi.org/10.20396/rebpred.v2i00.15987. Acesso em: 20 jun. 2024.

AVALIANDO A INTEGRIDADE DE UM REPOSITÓRIO

ASSESSING THE INTEGRITY OF A REPOSITORY

David Marques
Universidade Federal do Espírito Santo
Emely Rossim
Universidade Federal do Espírito Santo
Jean-Rémi Bourguet
Universidade Vila Velha
Elias de Oliveira
Universidade Federal do Espírito Santo

Resumo

A identificação de objetos espúrios em um repositório é uma tarefa árdua. Dependendo do volume de itens no acervo da instituição, essa atividade pode demandar muito tempo dos especialistas na execução de um *procedimento do tipo censo*. Diante dessa dificuldade, pode-se adotar uma *metodologia de amostragem*, desde que o erro associado esteja dentro de um intervalo aceitável para os padrões de qualidade almejados pela instituição ou exigi- dos por normas específicas. Neste trabalho, propomos uma estratégia base- ada em Estatística Bayesiana para reduzir o esforço do especialista no treinamento do algoritmo de inteligência artificial na identificação de objetos espúrios. Nossos experimentos mostram que é possível reduzir para cerca de 3.96% do tamanho do acervo, o esforço humano necessário para fornecer exemplos ao treinamento do algoritmo na identificação do restante do acervo.

Palavras-Chave: Integridade de repositórios; Estatística Bayesiana; Metodologia de amostragem

Abstract

The identification of spurious objects in a repository is a challenging task. Depending on the volume of items in the institution's collection, this activity can require significant time from specialists to perform a census- like procedure. Given this difficulty, a sampling methodology can be adopted, provided that the associated error is within an acceptable range for the quality standards desired by the institution or required by specific regulations. In this work, we propose a strategy based on Bayesian Statistics to reduce the effort of specialists in training an artificial intelligence algorithm for identifying spurious objects. Our experiments show that it is possible to reduce the human effort required to provide examples for the algorithm's training to approximately 3.96% of the collection size, thereby facilitating the identification of spurious objects in the remaining collection.

Keywords: Repository integrity; Bayesian Statistics; Sampling methodology

INTRODUÇÃO

Com o propósito de ampliar a disseminação do conhecimento gerado nas instituições acadêmicas para o público em geral, um sistema informático anteriormente conhecido como *Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações* (BDTD) (Kuramoto, 2006), atualmente denominado repositório institucional, tornou-se uma exigência nacional. Assim, o número de sistemas desse tipo no Brasil ultrapassa 63 unidades, equivalente ao número de universidades federais no país.

Um repositório permite o acesso às dissertações, teses, artigos e outros documentos produzidos pela instituição responsável. Carvalho, Silva e aes (2012) descreve a experiência do repositório ARCA, um grande acervo digital na área de saúde mantido pela Fundação Osvaldo Cruz (Fiocruz) Os autores dizem que:

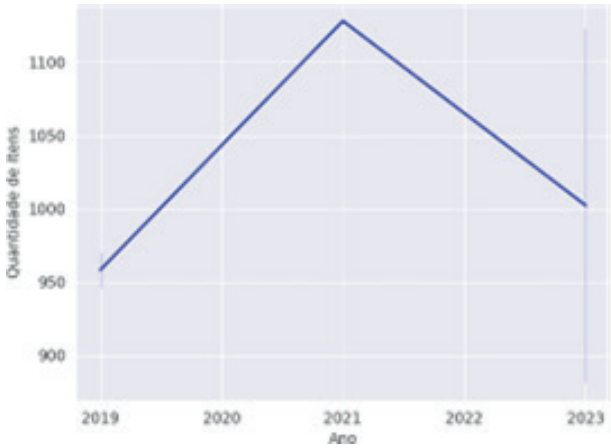
> *Recuperar, organizar e preservar a produção técnico-científica do Icict foi o mote do projeto para prover o acesso e disseminar o conhecimento acumulado. Assim, o Icict está contribuindo para a produção de novo conhecimento, aumentando a visibilidade da sua produção intelectual e fortalecendo o processo de comunicação científica.*

O Instituto de Comunicação e Informação Cientifica e Tecnológica em Saúde (Icict) tem como missão participar da formulação, implementação e avaliação de políticas

públicas, desenvolver estratégias e executar ações de informação e comunicação no campo da ciência, tecnologia e inovação em saúde, objetivando atender às demandas sociais do Sistema ú nico de Saúde (SUS) e de outros órgãos governamentais Carvalho, Silva e aes (2012).

Em cada unidade universitária, os objetivos não são diferentes. O acesso à informação produzida pela comunidade acadêmica e, *a posteriori*, disseminada para a sociedade em geral é o mote da existência de quaisquer outros repositórios. Portanto, o repositório institucional da Universidade Federal do Espírito Santo segue o mesmo propósito. O RiUfes[2] implantado desde outubro de 2010 vem ampliando seu acervo desde então, como podemos observar na Figura 1.

Figura 1: Crescimento do acervo do RiUfes



É importante contextualizar a queda no número de documentos acadêmicos submetidos ao RiUfes nos últimos anos, evidenciada na Figura 1, dentro de um contexto mais abrangente. De acordo com uma pesquisa realizada pela Elsevier[3] e Agência Bori[4] (Elsevier-Bori, 2023), que analisou a produção científica de 51 países entre 1996 e 2022, observou-se que a partir de 2020, a produção de artigos com autores brasileiros diminuiu seu ritmo de crescimento e enfrentou, em 2022, sua primeira queda. Esse declínio é ainda mais evidente quando comparado ao crescimento observado em décadas anteriores. Os autores da pesquisa destacam que é muito provável que o decréscimo no ritmo de crescimento da produção científica se deva, em boa parte, aos efeitos da pandemia.

Ao longo do tempo, os repositórios têm modificado suas práticas de arquivamento. Atualmente, adota-se a prática do autoarquivamento, onde cada autor de uma produção científica é responsável pela inserção dos elementos descritivos e pelo arquivamento do documento (Assis, 2013). Quando o arquivamento era realizado pelos profissionais

mantenedores do repositório, isso frequentemente se tornava um gargalo ao tempo de liberação dos objetos submetidos para disponibilização. Por outro lado, o autoarquivamento introduziu desafios adicionais relacionados à qualidade dos elementos descritivos e conteúdo.

Para garantir o acesso confiável aos documentos, cada objeto descrito no repositório deve conter efetivamente o conteúdo correspondente. Qualquer inconsistência pode indicar que o objeto seja espúrio. Experiências passadas incluem casos como o de uma ata de defesa de dissertação presente no lugar da dissertação propriamente dita.

Uma abordagem para resolver esse problema seria a investigação item a item de todos os elementos garantidores da qualidade de um acervo, ou repositório. Esse tipo de verificação, similar a um censo, é altamente custoso e intensivo em mão de obra especializada. Para contextualizar, uma tentativa desse tipo em nosso repositório envolveu 26 profissionais e levou cerca de 10 meses para verificar aproximadamente 5.049 itens à época. Arbitrariamente estipulamos que esse processo consumiu cerca de 2 minutos por item.

Uma alternativa ao censo seria o uso de amostragens. Por ser um processo aproximativo, é crucial especificar um intervalo de erro aceitável para a estimativa amostral. Um erro estimado pequeno, como ±10 itens espúrios, poderia ser considerado aceitável, considerando a quantidade de itens no repositório naquela época, e ainda mais atualmente, com o aumento do volume. No entanto, um erro de ±100 itens poderia ser inaceitável.

Dessa forma, a proposta discutida neste trabalho baseia-se na utilização de amostragens sucessivas, por meio de um ambiente eletrônico que servirá de interface para o processo. O foco principal será a integridade dos itens, ou seja, se um item estiver descrito como dissertação em seus metadados, é necessário que haja uma dissertação como objeto armazenado no repositório, e não outro tipo de documento. Para estimar o grau de integridade, serão realizadas amostragens sucessivas e aleatórias. Em cada etapa, itens serão selecionados para que especialistas avaliem a integridade do objeto, por meio do envio de seu endereço digital, a URL (*Uniform Resource Locator*). Por exemplo a URL *http://repositorio.ufes.br/handle/10/12183* levaria o avaliador a uma dissertação de mestrado do Programa de Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação com o título *A biblioteca escolar no processo de ensino-aprendizagem: estudo de caso da rede de ensino do município de Vila Velha, Espírito Santo.*

Os experimentos amostrais sugerem que podemos diminuir grandemente o custo da avaliação da qualidade do repositório em mais de 96.03% do tamanho do acervo, o que representa uma grande economia de tempo e trabalho para o setor. Além disso, o processo estatístico aplicado nos dá garantias de que, caso ainda haja algum objeto

espúrio, a probabilidade desse evento ocorrer seria igual ou inferior a 3%, por exemplo. Para um acervo com a quantidade de itens existente hoje, é uma margem aceitável.

Esse artigo está estruturado da seguinte forma. Na Seção 2, discutimos alguns dos trabalhos recentes que servirão de base de comparação com a nossa proposta. Na Seção 3 descrevemos nossa proposta à luz da economia de recursos e sucessos em outras áreas. Na Seção 4 discutimos os experimentos e os resultados. Por fim, na Seção 5, nossas conclusões e algumas sugestões para trabalhos futuros.

REVISÃO DE LITERATURA

Kuramoto (2006) discute a importância da criação de um sistema capaz de difundir a produção científica brasileira tendo em vista os *altos custos na manutenção das assinaturas das revistas científicas*. é patente que o acesso à *informação científica é o insumo básico para o desenvolvimento científico e tecnológico de um país*. é nesse contexto que surgem as BDTDs. Estímulos foram dados a que as instituições de ensino superior mantenedoras de programas de pós-graduação fossem pioneiras nesse processo em nosso país. Os dados seriam armazenados em suas respectivas instituições. Contudo, em decorrência da arquitetura de interoperabilidade com os demais entes da rede e o sistema do centralizador no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), todos poderiam ter acesso a quaisquer dos dados coletados pelas partes. Essa interoperabilidade é possível pelo fato de que a BDTD se utiliza do *Padrão Brasileiro de Metadados de Teses e Dissertações* (MTD-BR). à época, o depósito dos objetos na BDTD, em nossa instituição, era feito por um profissional do setor, o que se verificou ser um gargalo. O autoarquivamento, processo em que o autor envia o texto para publicação, sem a intervenção de outras pessoas (Bomfá et al., 2008), foi posteriormente adotado.

No estudo de Bourguet, Silva e Oliveira (2021), é desenvolvida uma estratégia para identificar e corrigir objetos espúrios em repositórios acadêmicos, focando principalmente em dissertações de mestrado e teses de doutorado. Utilizando metodologias como Estimação de Máxima Verossimilhança, modelagem de distribuição gama, aplicação do Teorema de Bayes (Bussab; Morettin, 2013, Cap. 11) e a estratégia *Bag of Words*, os autores construíram um modelo probabilístico capaz de categorizar documentos de forma eficaz.

Por outro lado, Assis (2013) explora um panorama mais amplo das políticas de acesso aberto e às suas implicações para a comunidade acadêmica, principalmente em relação às práticas de auto arquivo dentro dos repositórios institucionais. O autor tem interesse em compreender a interação entre mandatos políticos e práticas acadêmicas, mais especificamente em como essas políticas afetam o comportamento dos pesquisadores quando se trata de colocar suas próprias pesquisas *online*. Atualmente, o autoarquivamento é uma prática comum. No entanto, esta pode trazer problemas, como inconsistências nos

elementos descritivos e no conteúdo dos documentos, o que compromete a integridade dos repositórios.

Apesar das abordagens distintas, os estudos mencionados acima compartilham o objetivo comum de promover a integridade de repositórios e facilitar o acesso e a compreensão da pesquisa acadêmica. O trabalho atual também está alinhado a este objetivo. Para alcançá-lo, propomos uma metodologia baseada em Estatística Bayesiana para a classificação técnica de documentos. Além disso, abordamos questões mais abrangentes relacionadas à gestão de repositórios institucionais, enfatizando a importância desses repositórios, os desafios enfrentados e a garantia da integridade dos documentos.

Na próxima seção, discutimos nossa proposta para a aquisição de conhecimento, via documentos, que utilizaremos para a construção de conhecimento para o domínio da instituição de arquivo, nossa parceira nesse projeto.

UMA ESTRATÉGIA INCREMENTAL DE AMOSTRAGEM

Esse projeto propõe uma estratégia incremental para medir, de forma quantitativa e precisa, um repositório para que o mesmo possa estar de acordo com o esperado para melhor servir seus usuários. Para tanto, discutimos aqui apenas um dos muitos outros aspectos relacionados a um contexto maior de certificação desse tipo de sistema computacional. Embora o autoarquivamento tenha trazido vantagens em termos de agilidade na disponibilização do objeto no repositório (Assis, 2013), outros problemas surgiram e precisam ser tratados.

Nossa proposta consiste na utilização de modelos estatísticos para medir o parâmetro de integridade entre o que é descrito no metadado do objeto e o real conteúdo do objeto armazenado no repositório. A Estatística nos oferece métodos para estimar valores e parâmetros. Contudo, por se tratar de uma estimativa, teremos sempre um quantitativo de erro associado ao processo. O que buscamos é uma estimativa de mínimo erro estimado e uma máxima redução do esforço humano para realizar o trabalho. Um compromisso comum a ser ponderado em qualquer tipo de empreendimento.

Nosso procedimento inicia-se com a mineração dos itens existentes no repositório alvo. Para tanto, precisamos colher todos os *hiperlinks* que identifiquem cada um dos itens do repositório a serem avaliados. Utilizamos o *crawler-RiUfes*[5], um programa escrito em *Shell Script* do Linux. O Linux é um sistema operacional de código aberto, livre e gratuito. A linguagem *Shell Script* está disponível em todos os sistemas operacionais Linux, portanto, acessível e de fácil uso para quem quiser replicar nossos experimentos.

Tendo todos os *hiperlinks* coletados, ou hiperreferências, o gestor pode especificar a quantidade desse *links* que serão enviados para cada especialista avaliar. A escolha do conjunto dos *links* a serem enviados para um dos especialistas participantes do processo

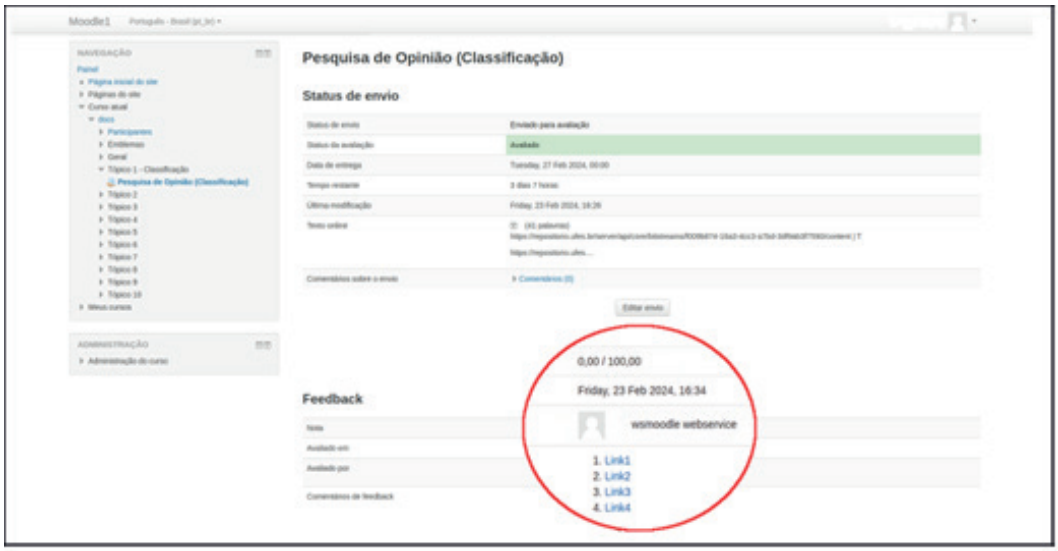
de avaliação se dá de forma aleatória. O objetivo é avaliarmos itens de forma bem abrangente no acervo e não apenas alguns com alguma característica específica, o que incutiria um viés no procedimento. A escolha aleatória dos *links*, que levam aos itens, garante que as propriedades estatísticas sejam preservadas e, portanto, podemos inferir um resultado para predizer parâmetros estatísticos para a população, representada por essa amostra avaliada. Ou seja, avaliaremos apenas uma porção de todo o acervo e, pela estatística, teremos garantias de que todo o acervo esteja tão íntegro como avaliado pela amostra, considerando, é claro, as margens de erro.

Para a execução da amostragem, a proposta inclui a utilização de um ambiente de eletrônico como interface para lidar com os usuários especialistas que apoiarão o processo de amostragem. Adotamos o sistema do Moodle[6], também *software* aberto e livre e de grande utilização nas instituições de ensino no Brasil. Junto a esse *software*, desenvolvemos um conjunto de outros utilitários para comunicação com o Moodle. Esses utilitários se encarregarão do envio e coleta das informações que os especialistas nos fornecerão. Por intermédio desses utilitários, que são também *software*, um conjunto dessas hiperreferências são enviadas para cada especialista que aceite participar do processo de auditoria do repositório, via o uso do Moodle, como mostra a Figura 2. No final da figura, o usuário recebeu 4 *links* para serem avaliados. Ao final da avaliação, esse especialista responderá se o que pode avaliar na ponta é de fato o que os metadados dizem ser, ou não. Essas respostas são agregadas em um servidor para posterior processamento estatístico dos resultados.

EXPERIMENTOS E RESULTADOS

Processos de amostragem consistem em examinar uma *porção de objetos – (amostra)*, escolhidos de forma aleatória, dentre o universo total de itens no conjunto, e medir as respectivas características de interesse. No nosso caso, estamos interessados em verificar se o metadado que designa se um objeto seja Dissertação de mestrado, ou Tese de doutorado, de fato sejam, respectivamente, o que se registrou no metadado. Qualquer contradição fará com que o item seja considerado como objeto espúrio, corroendo portanto, a qualidade da integridade do repositório como um todo.

Figura 2: Recebendo hiperreferências do repositório em um Moodle



Em nossa metodologia, um especialista receberá uma hiperreferência de um conjunto de objetos do acervo de itens de um repositório. Essas hiperreferências, ou *hiperlinks*, levarão esse especialista diretamente ao item no ciberespaço. O exemplo, que já apresentamos anteriormente, em <http://repositorio.ufes.br/handle/10/12183>, nos leva diretamente a uma dissertação defendida no programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Espírito Santo. O metadado confere com o conteúdo apresentado, portanto, não se trata de um objeto espúrio e sim de um objeto íntegro no repositório.

Nossa metodologia realiza-se de forma incremental, ou seja, algumas amostragens são feitas e avaliadas. Caso algum objeto espúrio seja identificado, esse será enviado para os funcionários do setor para recuperação do objeto espúrio. Uma nova amostragem é feita e, novamente, uma nova avaliação é realizada. Esse processo é repetido até que o valor de erro figure dentro dos padrões esperados.

Essa estratégia incremental é baseada na Teoria de Bayes (Bessiere et al., 2014). A cada amostragem os valores estatísticos esperados são reavaliados e atualizados até que esses valores fiquem estabilizados.

Para iniciar nossos experimentos, adotaremos, como hipótese *a priori*, de que nosso repositório tenha uma proporção de 50% de integridade, o que seria uma situação idealmente inaceitável para o caso concreto.

Figura 3: Proporção de integridade por amostragem

Nesse sentido, convidamos um conjunto de 27 avaliadores. Nesses experimentos utilizamos um grupo de alunos de graduação para validarmos nossa metodologia. Nessa primeira etapa, esses alunos receberam, cada um, 3 hiperreferências. Como resultados dessa primeira etapa foram avaliados um total de 81 itens do repositório. Encontrou-se uma quantidade de sete itens espúrios nessa primeira investida. Em uma próxima amostragem, encontrou-se dois itens espúrios, ou seja, uma variação de cinco itens.

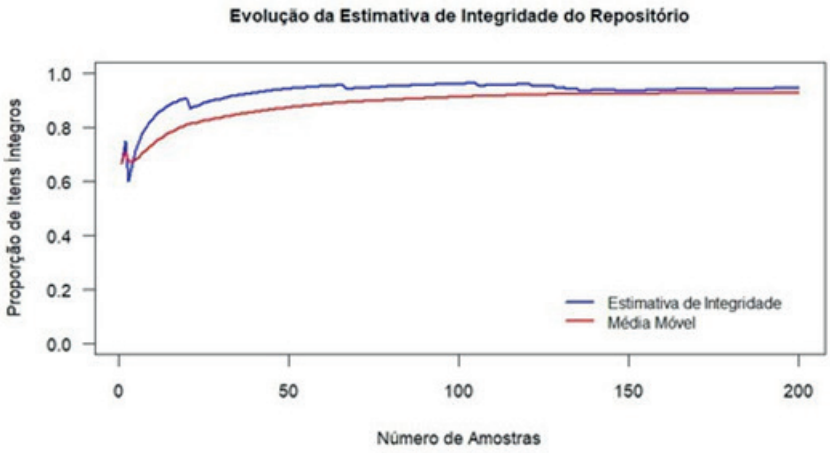
A hipótese inicial de que o repositório teria 50% de integridade já foi atualizada para 55% com um erro estimado de ±21.8.

A redução da expectativa sobre a existência de objetos espúrios é considerável. Entretanto, a quantidade de amostras, já avaliadas até esse ponto, é também pequena em relação ao total de itens no repositório para, com uma certa segurança, extrapolarmos esses valores estatísticos para o acervo do repositório como um todo.

Assim, continuamos fazendo amostragens e observando a quantidade de itens espúrios encontrados. Essa evolução está descrita na Figura 3.

A Figura 3 apresenta um resultado de estimativa de integridade de 86.76% do acervo com intervalo de erro entre ±7.84. Até esse ponto, foram feitas 68avaliações de itens, com a identificação de 9 itens espúrios.

Figura 4: Evolução do processo de amostragem



Após termos feitos uma quantidade suficiente de amostragens para termos as garantias estatísticas indicadas pela literatura, em geral uma sequência de mais de 200 eventos de amostragens. Por outro lado, utilizando a abordagem frequentista, a clássica da Estatística (Pek; Zandt, 2020) (Bussab; Morettin, 2013, Cap. 10), o tamanho da amostra necessária seria de aproximadamente 381 itens, com margem de erro de ±5%. Contudo, ao final, fizemos apenas 200 avaliações de itens, sendo que, ao final do processo, identificamos um total de 10 itens espúrios no acervo. Uma proporção de 0.00198 itens espúrios no acervo, como indicado na Figura 4.

O procedimento proposto, e executado experimentalmente nesse trabalho, mostra que o repositório analisado tem integridade de 95% em seu acervo com uma garantia estimada de erro de ±3.02 itens. Outro resultado importante é a grande redução do esforço necessário para a realização dessa avaliação, em comparação ao procedimento censitário empreendido anteriormente.

Com a proposta atual, estima-se que serão necessários 400 minutos de trabalho, o que corresponde a menos de um dia de trabalho de um especialista. Isso representa uma redução de mais de 96% em relação à força de trabalho necessária anteriormente, quando foram avaliados 5.049 itens, consumindo cerca de 2 minutos por item.

CONCLUSÕES

Esse trabalho procurou mostrar algumas vantagens do método amostral incremental sobre o censo para medir-se a qualidade de integridade dos itens em um repositório. A proposta dessa estratégia nos permitiu reduzir a força de trabalho dos especialistas para 96%, contra ter de avaliar todos os itens do acervo. Dizendo de outra forma, precisamos avaliar apenas 200 itens para chegarmos a garantir que o repositório seja, pelo

menos, 95% íntegro com erro de ±3. As primeiras estimativas de acordo com o método clássico seria de 381 itens. Note que, embora o método amostral incremental traga a desvantagem de também ser um processo aproximativo do real valor medido, contra o método censitário, pode-se ainda assim calcular o nível de (*in*-)certeza da aproximação obtida tal como o método amostral clássico.

Com o apoio de procedimentos de Inteligência Artificial ao longo do processo conseguiu-se uma economia do uso do tempo de profissionais especializados na execução dessa tarefa. Isso abre espaço para uma ação de auditoria do processo com mais frequência daquele realizado anteriormente. Além disso, diante da metodologia e tecnologia proposta, outros profissionais e até mesmo alunos podem participar do processo, o que reduziria ainda mais os custos de mantermos um repositório em seu maior nível de integridade.

Para futuro trabalhos, planeja-se a extensão dessa metodologia para a avaliação de outros itens relacionadas a certificação de um repositório. Com o apoio da metodologia e tecnologia desenvolvida nesse trabalho, espera-se que a redução do esforço seja proporcionalmente significativa.

REFERÊNCIAS

ASSIS, T. B. Análise das Políticas de Autoarquivamento nos Repositórios Institucionais Brasileiros e Portugueses. *InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação*, v. 4, n. 2, p. 212–227, 2013.

BESSIERE, P. et al. *Bayesian Programming*. 1st. ed. Boca Baton, FL: Chapman & Hall/CRC, 2014.

BOMFÁ, C. R. Z. et al. Acesso Livre à Informação Científica Digital: Dificuldades e Tendências. *TransInformação*, SciELO Brasil, v. 20, p. 309–318, 2008.

BOURGUET, J.-R.; SILVA, W.; OLIVEIRA, E. Minimalist Fitted Bayesian Classifier-Based on Likelihood Estimations and Bag-Of-Words. In: Online: Springer, 2021.

BUSSAB, W. O.; MORETTIN, P. A. *Estatística Básica*. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

CARVALHO, M. C. R.; SILVA, C. H.; AES, M. C. S. G. *Repositório Institucional da Saúde: a Experiência da Fundação Oswaldo Cruz*. [S.l.], 2012.

ELSEVIER-BORI. *Análise da Produção Científica de 1996-2022: Queda Inédita no Número de Artigos Científicos do Brasil*. São Paulo, jun. 2023. Disponível em: https://abori.com.br/publicacoes/.

KURAMOTO, H. Informação Científica: Proposta de um Novo Modelo para o Brasil. *Ciência da Informação*, SciELO Brasil, v. 35, p. 91–102, 2006. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0100-19652006000200010.

PEK, J.; ZANDT, T. V. Frequentist and Bayesian Approaches to Data Analysis: Evaluation and Estimation. *Psychology Learning & Teaching*, v. 19, n. 1, p. 21–35, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1177/1475725719874542.

LINKED OPEN ARCHIVES (LOA): UM *HUB* PARA APLICAR A ONTOLOGIA RIC E CONECTAR ACERVOS ARQUIVÍSTICOS NA *WEB* SEMÂNTICA

LINKED OPEN ARCHIVES (LOA): AN HUB TO APPLY THE RIC ONTOLOGY AND TO CONNECT ARCHIVAL RECORDS IN SEMANTIC WEB

Jair Martins de Miranda
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Associação Brasileira de Humanidades Digitais
JMM Consultoria

Alison Carlos Figueiras
Universidade Estadual de Goiás

Eusébia de Fátima Diniz
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Associação Brasileira de Humanidades Digitais

Resumo

O modelo conceitual Records in Contexts Conceptual Model (RiC-CM) e a ontologia Record-in-Context (RiC-O) foram lançados em novembro de 2023 pelo *Experts Group on Archival Description do International Council on Archives* (EGAD/ICA). Tal feito apresenta mudanças paradigmáticas que influenciam diretamente os processos de descrição, recuperação e gestão dos arquivos digitais, uma vez que extrapolam os limites estáticos impostos dos padrões estabelecidos (ISAD, ISAAR, ISDF e ISDIAH). Esse novo paradigma, segundo o EGAD/ICA, oferece melhorias consideráveis na descrição e no gerenciamento de arquivos e registros em ambientes digitais, além de facilitar a interoperabilidade e aumentar as capacidades de recuperação da informação por meio de consultas SPARQL. O presente artigo visa apresentar o protótipo da plataforma digital Linked Open Archives (LOA), cujo principal objetivo é aplicar experimentalmente a nova ontologia Records in Contexts (RiC-O 1.0), conectando acervos do Projeto Diáspora

Africana no Brasil. Conclui que as Ontologias, a Websemântica e as tecnologias Linked Open Data (LOD) trarão grande impacto nos princípios, nas práticas arquivísticas e no acesso aos arquivos.

Palavras-Chave: Records in Contexts; Ontologia; Linked Open Data (LOD); Websemântica; Diáspora Africana no Brasil

Abstract

The Records in Contexts Conceptual Model (RiC-CM) and the Record-in-Context (RiC-O) ontology were launched in November 2023 by the Experts Group on Archival Description of the International Council on Archives (EGAD/ICA). This achievement presents paradigmatic changes that directly influence the processes of description, retrieval, and management of digital archives, since they go beyond the static limits imposed by established standards (ISAD, ISAAR, ISDF, and ISDIAH). According to EGAD/ICA, this new paradigm offers considerable improvements in the description and management of archives and records in digital environments, in addition to facilitating interoperability and increasing information retrieval capabilities through SPARQL queries. This text aims to present the prototype of the Linked Open Archives (LOA) digital platform, whose main objective is to experimentally apply the new Records in Contexts ontology (RiC-O 1.0), connecting collections of the African Diaspora Project in Brazil. It concludes that Ontologies, Semantic Web and Linked Open Data (LOD) technologies will have a major impact on archival principles, practices and access to archives.

Keywords: Records in Contexts; Ontology; Linked Open Data (LOD); Semantic Web; African Diaspora in Brazil

INTRODUÇÃO

Ao apresentar, em 2016, uma consulta pública à comunidade arquivística internacional sobre o novo modelo conceitual de descrição *Records in Contexts* (RiC-CM), visando a criação da futura ontologia (RiC-O), o *Experts Group on Archival Description* (EGAD),[1]

1 https://www.ica.org/en/about-egad

vinculado ao *International Council on Archives* (ICA), lançou não só um grande desafio para o tratamento e acesso aos documentos de arquivo na era digital, mas anunciou uma nova flexibilização para o basilar princípio de proveniência, quando apresentou uma proposta de mudança significativa na forma como, desde 1994, com o ISAD(G), os padrões de descrição arquivística eram abordados (ICA, 2016).

Ao sugerir, com o novo padrão de descrição, uma linguagem documentária "semanticamente mais expressiva" para os usuários de arquivos na *web* e mais acessível a outros contextos ainda inexplorados tecnologicamente nos acervos arquivísticos, na qual foi incorporada e redefininda os seus antigos padrões de descrição (ISAD, ISAAR, ISDF e ISDIAH), o novo modelo conceitual (RiC-CM)[2] e a mais recente Ontologia (RiC-O)[3], ambos concluídos e lançados oficialmente pelo EGAD/ICA em novembro de 2023, trouxeram não só as mudanças nas abordagens teórica e prática, mas também apontaram para significativas mudanças ao fundamentá-las nas tecnologias da *web*semântica[4].

Assim, entendendo que para melhor compreender tanta inovação tecnológica e mudanças conceituais e estruturais tão significativas nos arquivos, a experimentação seria o caminho mais adequado, criamos o protótipo da plataforma digital *Linked Open Archives* (LOA), cujo principal objetivo é o de explorar as potencialidades do modelo conceitual RiC-CM e aplicar experimentalmente a ontologia (RiC-O), em princípio, nos acervos do Projeto Diáspora Africana no Brasil.

O MULTINÍVEL E O MULTIDIMENSIONAL

Ao observar os fundamentos teórico-metodológicos que influenciaram na concepção do modelo conceitual RiC-CM, é possível perceber que eles tiveram como premissas a ampliação da noção de "Contexto" em arquivo e a inclusão da abordagem multidimensional. Na Arquivologia, a noção de múltiplos contextos em que os documentos são criados e acumulados é antiga e percebida na prática. No entanto, para os membros do EGAD, com o advento dos documentos digitais e a rede mundial de computadores, a representação analógica e hierárquica, subjacente nos padrões de descrição antecedentes – ISAD(G), ISAAR(CPF), ISDF e ISDIAH –, já não atendia o estado da arte dos arquivos na era digital. Esse anacronismo ensejou uma crise nessa representação e a necessidade de uma releitura no basilar princípio da proveniência, assim como nos seus princípios

2 Acessível em https://www.ica.org/resource/records-in-contexts-conceptual-model/

3 Acessível em https://www.ica.org/resource/records-in-contexts-ontology/

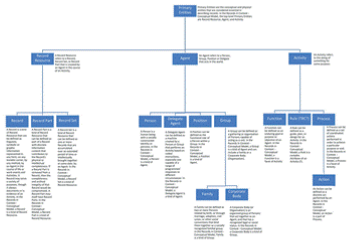
4 As tecnologias da *web* semântica, Linked Open Data (LOD) e a noção de ontologia, originalmente descritas por Berners-Lee, Hender e Lassila (2001) no artigo "*The semantic web*", propuseram que as informações com conteúdo semântico pudessem ser processadas por máquinas e interligadas por computadores, através da linguagem de marcação RDF (*Resource Date Framework*).

correspondentes “respeito aos fundos” e “ordem original”, tão caros aos arquivistas e à Arquivologia,. Sendo assim, entendemos que ao adotar a noção de contextos, e não somente contexto, e uma abordagem multidimensional e não mais multinível para o novo padrão de descrição, o EGAD propõe para a Arquivologia tecnologias disruptivas, como pode ser percebido no documento “*Foundations of Archival Description*”[5].

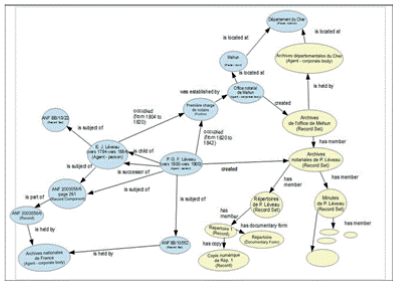
Portanto, para além desses fundamentos teórico-metodológicos da arquivologia e da ciência da computação que influenciaram os membros do EGAD/ICA na concepção dessa nova noção de “contextos” e da abordagem “multidimensional” no modelo conceitual RiC-CM e na ontologia RiC-O, observa-se que com esse novo padrão, um novo cenário se abre para os arquivos, em que a revisão e a flexibilização dos princípios arquivísticos e o uso das tecnologias da *web*semântica prometem um novo protagonismo dos arquivos e dos arquivistas na era digital.

Figura 1 – Arquiteturas do multinível e do multidimensional

- **A Abordagem Multinível da Descrição**
- **Tradicional**
- **Hierárquico**
- **Centrada no Produtor**
- **Com restritas formas de acesso à informação/documento**
- **Tecnologias: Web 2.0, Banco de Dados Relacionais**
-



- **A Abordagem Multidimensional da Descrição**
- **Contemporâneo**
- **Rizomático, Facetada.**
- **Centrada nas relações sociais e de colaboração**
- **Com múltiplas formas de acesso à informação/documento**
- **Tecnologias: Web 3.0, Ontologias, RDF, Linked Open Data (LOD)**



Fonte: criado pelo autor.

O PROJETO DIÁSPORA AFRICANA NO BRASIL E O *HUB* LOA

A identificação de entidades, atributos e as muitas relações inferidas nos documentos do projeto Diápora Africana no Brasil, baseada no novo modelo conceitual RiC-CM, foi o

5 Acesso em https://www.ica.org/resource/records-in-contexts-foundations-of-archival-description/#:~:text=Records%20in%20Contexts%E2%80%93Foundations%20of%20Archival%20Description%20(RiC%2DFAD,Ontology%20(RiC%2DO).

primeiro passo para entender como a atividade de descrição arquivística será complexa sem um domínio dessas novas tecnologias.

Baseada nas tecnologias da *web*semântica[6] e do *Linked Open Data* (LOD),[7] a noção de ontologia[8] e sua linguagem OWL[9] foram originalmente propostas por Berners-Lee, Hendler e Lassila (2001), no artigo "*The semantic web*" para que as informações com conteúdo semântico pudessem ser processadas por máquinas e interligadas por computadores, através da linguagem de marcação RDF,[10]. Marcação esta que opera por meio de triplas compostas dos elementos da tríplice sujeito, propriedade e objeto e, por serem semântica e univocamente identificadas na *web* através de uma URI (*Uniform Resource Identifier*),[11] geram grafos que interligam esses elementos.

Da forma como são apresentadas, essas tecnologias fornecem meios de representar e organizar as informações de um dado domínio de conhecimento por meio dessa arquitetura de grafos, que permite interconectar todos esses elementos quando eles são representados e organizados em um mesmo vocabulário na *web* (também conhecidos como ontologia), como é o caso da ontologia RiC-O.

Essa promessa tecnológica para os arquivos também começa a se tornar realidade, mas, dada a complexidade de aplicação dessas tecnologias, presume-se que o caminho será longo para que os documentos arquivísticos participem desse universo *Linked Open Data* (LOD): todo um processo de tratamento dos próprios documentos de arquivo precisa ser seguido e cumprido.

O primeiro passo no âmbito do projeto Diáspora Africana no Brasil foi repensar o próprio exercício da descrição, resignificar os antigos padrões de descrição de documentos e se abrir para a abordagem multidimensional trazida pelo modelo conceitual e pela ontologia RiC.

Propomos tal começo em uma pesquisa aplicada, tendo como ponto de partida o esquema de implementação das cinco estrelas para dados abertos proposto por

6 A *web* semântica interliga significados de palavras e, nesse âmbito, tem como finalidade conseguir atribuir um significado (sentido) aos conteúdos publicados na internet, de modo que este seja perceptível tanto pelo humano como pelo computador.

7 *Linked Open Data* (LOD) usa tecnologias da *web* semântica para publicar dados estruturados na *web* e estabelecer *links* entre dados de uma fonte para outras.

8 Ontologias são utilizadas em inteligência artificial, *web* semântica, engenharia de *software* e arquitetura da informação como uma forma de representação de conhecimento sobre o mundo ou alguma parte deste.

9 OWL (*Web Ontology Language*) é uma *linguagem* para definir e instanciar ontologias na *web*. Uma linguagem OWL pode incluir descrições de classes e suas respectivas propriedades e relacionamentos.

10 RDF é uma sintaxe padrão para representar um grafo dirigido em XML. Elementos do modelo: recurso (*resource*), propriedade (*propertie*), valor (*value*) e declaração (*statement*).

11 *Uniform Resource Identifier* (URI) é um termo técnico que foi traduzido para a língua portuguesa como um "Identificador Uniforme de Recurso", é uma cadeia de caracteres compacta usada para identificar ou denominar um recurso na internet.

Berners-Lee e o método de desenvolvimento de aplicação semântica (Isotani; Bittencourt, 2015, p. 147), conforme figura 2:

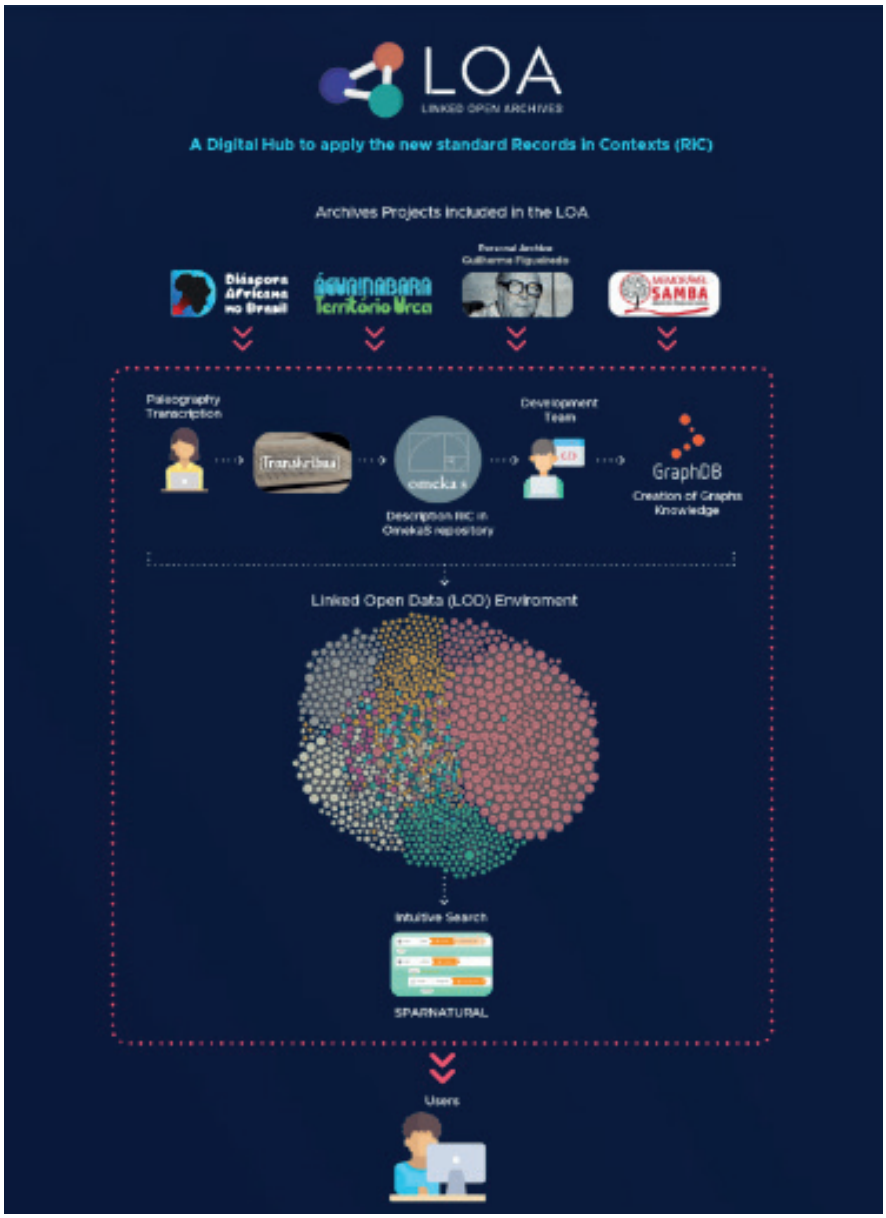
Figura 2 – Esquema das 5 estrelas para Dados Abertos

Fonte: Figure on ResearchGate. Available from: https://www.researchgate.net

Teve-se como meta a disponibilização dos dados do conjunto documental série Escravidão do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ) na *web*, utilizando a ontologia RiC-O para uma futura conexão com os dados de outros conjuntos documentais de Angola e Portugal sobre o tema Diáspora Africana no Brasil, no ambiente Linked Open Data (LOD).

Para tanto, criamos experimentalmente a plataforma Linked Open Archives (LOA) (www.linkedopenarchives.com), uma arquitetura tecnológica que abriga tecnologias disruptivas em Arquivos (Paleografia Digital, Ontologias, a Websemântica e Linked Open Data - LOD) com potencial para causar grande impacto nos princípios, nas práticas arquivísticas e no acesso aos arquivos.

Figura 3 – Arquitetura da plataforma LOA para o universo Linked Open Data



Fonte: criado pelos autores

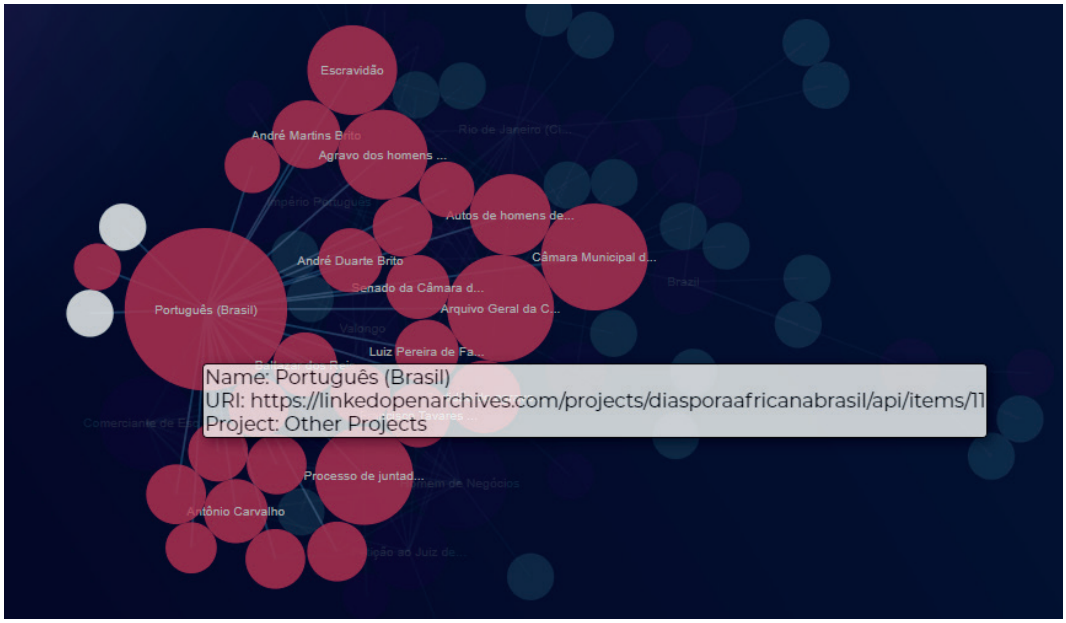
O *Linked Open Archives* (LOA) é ao mesmo tempo um método de trabalho, um ambiente tecnológico e um hub digital online, capaz de aplicar o novo padrão *Records in Contexts* (RiC). Ele foi projetado para explorar o modelo conceitual RiC-CM e aplicar a ontologia RiC-O a fundos e coleções de diversos arquivos, como os arquivos de projetos como "Diaspora Africana no Brasil", "Memorável Samba", "Agua!nabara"; também para arquivos pessoais e para outros arquivos no futuro.

O método utiliza primeiramente a paleografia digital, por meio da plataforma Transkribus; em seguida, descrever e armazenar os seus registros utilizando o repositório digital Omeka S; seguido, originado do armazenamento de triplas (em RDF) no endpoint SPARQL, da criação de um "Grafo do Conhecimento" (Dong, 2023) no sistema GraphDB para publicar seus dados em um ambiente Linked Open Data (LOD). O objetivo é permitir ao usuário realizar diversas pesquisas neste ambiente na plataforma SPARNATURAL, resultando em uma busca mais intuitiva.

EXEMPLO DE APLICAÇÃO

Como exemplo de uso, apresentamos uma interação do usuário com a página do *Linked Open Archives (www.linkedopenarchives.com)*. Neste exemplo hipotético o usuário navega pelo grafo inicial disponibilizado, que dispõe de diversos nós relacionados representando as entidades do projeto. No grafo, cada nó assume tamanhos diferentes a depender da quantidade de itens relacionados a ele. Por exemplo, na Figura 4, temos a língua portuguesa referenciada por um nó maior que os outros pois muitos itens descritos se relacionam a essa língua.

Figura 4 - Exemplo de visualização do Grafo interativo na página inicial do LOA



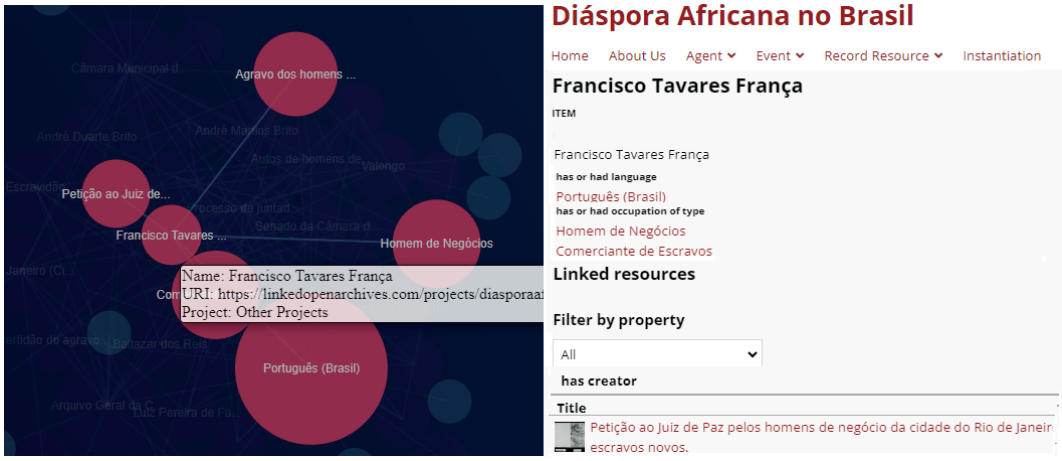
Fonte: elaborada pelos autores

Para facilitar a interação do usuário, alguns rótulos extensos em nós pequenos são suprimidos, todavia é sempre possível visualizar o rótulo de um nó ao repousar o cursor sobre ele. Neste caso, o grafo destaca apenas os itens relacionado, deixando os

demais com maior transparência e assim facilitando a visualização. Além disso, os itens descritos pelo projeto Diáspora Afrianca no Brasil assumem as mesmas cores, neste caso vermelho, enquanto itens de contexto ou informações adicionais assumem outras cores, por exemplo o branco, em links da *wikipédia* ou *wikidata* sobre a língua portuguesa, no caso do exemplo da Figura 5.

Quando um determinado usuário buscar por pessoas (*Agent*), ele pode encontrar a entidade RiC-O Agent Francisco Tavares França. O grafo mostra outras relações do registro encontrado, permitindo que o usuário navegue por cada um deles e, consequente, por seus relacionamentos. Ao clicar em um dos nós do grafo, o usuário é remetido à página do Omeka-S referente ao recurso pesquisado. Nesse caso, um único item foi capaz de garantir a navegação por Agente (Francisco Tavares França), por sua ocupação (Homem de Negócios e Comerciante de Escravos), por sua língua (Português) e por um conjunto de registros (*recordset*) nesse caso a "Petição ao juiz de paz pelos homens de negócio da cidade do Rio de Janeiro". E que estão relacionadas a outro item importante. O "agravo de homens de negócio e comerciantes de escravo".

Figura 5 - Exemplo de visualização do Grafo interativo e página de recurso no OmekaS



Fonte: elaborada pelos autores

Continuando a navegar pelos nós do grafo, o usuário pode encontrar outros registros relacionados, e que estão descritos com base na ontologia RiC-O, como no caso do registro referido na Figura 6. O agente "Francisco Tavares França", no exemplo apresentado, está associado à língua portuguesa através da propriedade de objetos *has or had language*, às classes *Person, Agent* e *Thing* através da propriedade *rdf:type* bem como outras propriedades são referenciadas a este item no acervo. O Quadro **2** apresenta o grafo completo em RDF desse item e suas relações.

Quadro 2 - Representaçao em linguagem Turtle do Grafo RDF Correspondente ao item relativo a pessoa "Francisco Tavares França"

```
prefix rdf: <http://www.w3.org/1999/02/22-rdf-syntax-ns#>
prefix rdfs: <http://www.w3.org/2000/01/rdf-schema#>
prefix rico: <https://www.ica.org/standards/RiC/ontology#>
prefix loa: <https://linkedopenarchives.com/projects/
diasporaafricanabrasil/api/items/#>
loa:46
   rico:hasOrHadLanguage loa:41;
   rdf:type rico:Person, rico:Agent, rico:Thing;
   rico:isRelatedTo loa:11, loa:41, loa:42, loa:47, loa:67;
   rico:isProvenanceOf loa:47, loa:67;
   rico:hasOrHadCategory loa:61, loa:62;
   rico:isCreatorOf loa:47, loa:67;
   rico:hasOrHadDemographicGroup loa:41, loa:42;
   rico:hasOrHadOccupationOfType loa:41, loa:42;
   rico:hasOrHadLanguage loa:11;
   rico:name "Francisco Tavares França".
```

Fonte: elaborado pelos autores.

A na Figura 6 apresenta a exploração do item "Agravo dos homens de negócio..." no repositório documento do acervo que se trata do item número 67 relacionado a "Francisco Tavares França" e outros agentes.

Figura 6 - Exemplo de registro "Agravo dos homens de negócio e comerciantes de escravos contra a decisão do Senado da Câmara de transferir o comércio de escravos do centro da cidade para a região do Valongo (RJ)"

Fonte: elaborada pelos autores

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do quadro de incertezas que se apresenta no futuro próximo dos arquivos quanto ao impacto do novo padrão RiC nos seus princípios e nas suas práticas, consideramos,

nesta prévia conclusão, após a análise do modelo conceitual RiC-CM, do estudo da sua aplicação no Projeto Diáspora Africana no Brasil e na aplicação da sua ontologia RiC-O na plataforma *Linked Open Archives* (LOA), que os arquivos, os arquivistas e a arquivologia vão viver mudanças importantes nos seus princípios e na sua prática e que elas serão ampliadas com o advento das novas tecnologias da *web*semântica e dos dados abertos conectados.

Nesta primeira aplicação experimental observou-se que a mudança da abordagem multinível, que mantém o uso dos padrões vigentes (ISAD(G), ISAAR(CPF), ISDF e ISDIAH), para a oborgagem multidimensional de descrição com os recursos tecnológicos do novo padrão RiC (RiC-CM e RiC-O) será de difícil absorção pela comunidade arquivística e vai causar um grande impacto nos princípios, nas práticas arquivísticas, mas vai promover uma forma inovadora e revolucionária de acesso aos arquivos.

Concluimos também que a abordagem multimensional se assemelha com a abordagem facetada de classificação, propostas pelo matemático e bibliotecário Shiyaly Ramamrita Ranganathan (Ranganathan, 1967) ao compararmos as principais entidades do RiC (*Agent, Record Resource, Event, Space, Time*) com aquelas categorias primárias PMEST (*Personality, Matter, Energy, Space e Time*) do Ranganathan. O que parece indicar a necessidade de promovermos a interdisplinaridade entre a Arquivologia e a Organização do Conhecimento.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Estadual de Goiás pelo apoio concedido através de recurso financeiro proveniente do Pró-Programas Edital/Convocatória PrP/UEG n. 01/2023.

Agradecemos ainda ao Laboratório de Gestão de Acervos Digitais (LABOGAD/UNIRIO) e ao Centro de Referência e Informação em Artes e Cultura Brasileira (CRIAR)

REFERÊNCIAS

BERNERS-LEE, T. *Linked data*. [s.l.]: w3.org, 2006. Disponível em: http://www.w3.org/DesignIssues/LinkedData.html. Acesso em: 2 dez. 2019.

BERNERS-LEE, T; HENDLER, J.; LASSILA, O. The Semantic Web: a new form of web content that is meaningful to computers will unleash a revolution of new possibilities. *Scientific American*, May 2001. Disponível em: https://www-sop.inria.fr/acacia/cours/essi2006/Scientific%20American_%20Feature%20Article_%20The%20Semantic%20Web_%20May%202001.pdf. Acesso em: 2 dez. 2019.

BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos. *Nobrade:* Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

DONG, Xin Luna. Generations of Knowledge Graphs: The crazy ideas and the business impact. *VLDB*, 2023.

INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES (ICA). *ISDF*: International Standard for Describing Functions. 1st. ed. Desden, Germany: Committee on Best Practices and Standards, 2007.

INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES (ICA). *ISAAR (CPF)*: International Standard Archival Authority Record for Corporate Bodies, Persons and Families. 2nd. ed. Canberra, Australia: Committee on Descriptive Standards, 2004.

INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES (ICA). *ISAD(G)*: General International Standard Archival Description: adopted by the Committee on Descriptive Standards, Stockholm, Sweden, 19-22 September 1999. 2nd ed. Ottawa: International Council on Archives, 2000.

ISOTANI, Seiji; BITTENCOURT, Ig Ibert. *Dados abertos conectados*: em busca da web do conhecimento. São Paulo: Novatec, 2015.

LAUFER, Carlos. *Guia de web semântica*. São Paulo: Ceweb, 2015. Disponível em: https://ceweb.br/guias/web-semantica/. Acesso em: 9 nov. 2020

MIRANDA, Jair Martins. *Do multinível ao multidimensional*: análise do novo padrão de descrição Records in Contexts (RiC) e do seu impacto no acesso aos arquivos, à luz da web semântica. 2020. Relatório (Pós-doutorado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020.

MIRANDA, Jair Martins. Tratamento da informação em arquivo: uma metodologia para construção de banco de dados referenciais. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA, 6., 1986, Rio de Janeiro. *Anais*... Rio de Janeiro:Associação dos Arquivistas Brasileiros, 1986.

RANGANATHAN, S. R. *Prolegomena to library classification*. Bombay: Asia Publishing House, 1967.

EIXO 5

PATRIMÔNIO, CULTURA E DIVERSIDADE NA ERA DE DADOS

O PRIMEIRO CONCURSO PÚBLICO PARA ARQUIVOS EM MINAS GERAIS: O PREENCHIMENTO DE CARGOS NO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO (1895-1898)

THE FIRST PUBLIC TENDER TO AN ARCHIVE IN MINAS GERAIS: FILLING POSITIONS AT THE AT THE MINAS GERAIS PUBLIC ARCHIVE (1895-1898)

Ygor Souza
Arquivo Público Mineiro
Ivana Denise Parrela
Universidade Federal de Minas Gerais

Resumo

O Arquivo Público Mineiro (APM) foi instituído em 1895 e desde sua criação estava prevista a realização de concurso para cargos técnicos da área de arquivo, como secretário-arquivista e oficial sub-arquivista, funções existentes na repartição recém-criada. O trabalho em questão busca analisar a legislação pertinente ao certame para preenchimento de cargos no APM, além de investigar qualitativamente a documentação a respeito do primeiro concurso realizado em 1898. Assim, pretende-se observar as maneiras pelas quais foram selecionados funcionários para a instituição arquivística do Poder Executivo de Minas Gerais e as atividades desenvolvidas nos primeiros anos do órgão.

Palavras-Chave: Arquivo Público Mineiro; Concurso; Arquivista

Abstract

The Public Archive of Minas Gerais (APM) was established in 1895, and from its inception, it was mandated that a public tender be conducted to select employees for the newly created

position of sub-archivist officers at the APM. This paper aims to analyze the legislation concerning the public tender and qualitatively investigates the documents related to the first public competition held in 1898. The objective is to observe the criteria used to select employees for the Public Archive of Minas Gerais and to examine the activities carried out within the institution.

Keywords: Public Archive of Minas Gerais; Public tender; Archivist

INTRODUÇÃO

O Arquivo Público Mineiro (APM) foi criado em 1895, na cidade de Ouro Preto. A decisão de criar e organizar a instituição coincide com a mudança da capital para uma nova cidade planejada que estava sendo construída em Belo Horizonte. Esses dois temas se concatenam pelas preocupações do idealizador do Arquivo, José Pedro Xavier da Veiga[1], e seus partidários no momento que a mudança da capital poderia representar a perda de documentos arquivísticos e outros considerados necessários à memória e à escrita da história de Minas Gerais.

A decisão pela criação do Arquivo, que seria ainda o núcleo para a fundação de outras duas repartições para a memória do estado – um museu e uma biblioteca mineiros – foi tomada em regime de urgência pelos contrários à mudança da capital. Em menos de um ano o Arquivo foi criado, com lei e regulamento, e entrou em funcionamento nas dependências da casa de seu criador.[2]

A lei de criação foi estruturada em 12 artigos, estabelecendo em seu primeiro dispositivo da atribuição do APM em "receber e a conservar debaixo de classificação sistemática todos os documentos concernentes ao direito público, à legislação, à administração, à história e geografia, às manifestações do movimento científico, literário e artístico do Estado de Minas Gerais" (Minas Gerais, 1895a). A mesma norma legal também evidenciava a tripla função do órgão recém-criado, uma vez que o Arquivo Público Mineiro deveria atuar como arquivo, biblioteca e museu (Parrela, 2012).

1 Xavier da Veiga (1846-1900), político e jornalista de Minas Gerais, foi o proponente da lei de criação do APM e seu primeiro diretor. Ele funda o Arquivo em sua casa, no centro de Ouro Preto. Edilane Carneiro e Marta Melgaço Neves na obra *Efemérides Mineiras* (1998, p.17-40), ao traçarem seu perfil biográfico na segunda edição da obra, sugerem que ele já acumulava acervos e descrição dos fatos para construir a instituição há pelo menos 18 anos.

2 Lei n.126, de 11 de julho de 1895, que cria na cidade de Ouro Preto uma repartição denominada Arquivo Público Mineiro, e Decreto n. 860, de 19 de setembro do mesmo ano, promulga o Regulamento do Arquivo. O vocabulário da lei, do decreto e demais documentos de época será atualizado pelos autores.

O segundo artigo da Lei já previa o recolhimento de obras de arte à instituição arquivística, devendo ser conservadas e classificadas no APM até a criação de um museu. O Museu Mineiro foi criado 15 anos depois, por meio da Lei nº 528, de 20 de setembro de 1910, tendo sua instalação ocorrido apenas em 1982, momento em que os itens que compunham a pinacoteca do Arquivo Público Mineiro foram entregues à nova instituição (Boletim, 1982).

Em seu quinto artigo, a Lei que cria o APM também determina qual será o corpo de funcionários da nova repartição e o vencimento anual de cada posição: um diretor (6:000$000 – seis contos de réis), um secretário-arquivista (4:800$000 – quatro contos e oitocentos mil reis), dois oficiais sub-arquivistas (3:600$000 – três contos e seiscentos mil réis), dois amanuenses (2:400$000 – dois contos e quatrocentos mil réis), um porteiro (1:500$000 – um conto e quinhentos mil réis) e um contínuo (1:200$000 – um conto e duzentos mil réis). O diretor seria escolhido pelo governo "dentre os cidadãos de notório competência na matéria, conhecido zelo e solicitude" (Minas Gerais, 1895a), secretário-arquivista, bem como o porteiro e o contínuo seriam nomeados livremente pelo diretor e os oficiais sub-arquivistas e os amanuenses selecionados por concurso.

O conteúdo programático do concurso público já estava anunciado no artigo 7º, indicado a exigência de conhecimentos em português, francês, "matemáticas elementares", noções de direito público e administrativo, além de "estudo sobre a Constituição do Estado e leis orgânicas e sobre a Constituição Federal, história e geografia do Brasil, especialmente de Minas, e redação oficial". Os candidatos que por sua vez possuíam diplomas em qualquer um dos tópicos, poderiam apresentar seu certificado e estariam dispensados dessa parte do certame.

Os demais detalhes sobre a atuação de cada cargo no Arquivo Público Mineiro e sobre a realização do concurso foram apresentados apenas com o Decreto nº 860, de 19 de setembro de 1895, que promulgou o regulamento do APM. O capítulo III, intitulado "Do pessoal do Arquivo" dispõe sobre as atividades a serem desempenhadas pelos funcionários da repartição, além de trazer mais informações sobre a seleção pública.

No parágrafo único do artigo 29, que inicia o capítulo, já consta a informação que todos os empregados do Arquivo teriam direito às isenções aplicadas aos membros do magistério (secundário e superior) devido à natureza do trabalho desenvolvido no APM. Além de reiterar as informações sobre o concurso a ser realizado para os cargos, o regulamento inova ao afirmar que as primeiras nomeações não necessitariam do certame, sendo realizados concursos apenas nas "nomeações seguintes". Também fica estabelecido que o concurso deverá ser anunciado com 60 dias de antecedência e caso não haja inscritos aptos à realização das provas, a nomeação acontecerá pelo Diretor, sem realização de seleção pública.

O primeiro diretor nomeado foi José Pedro Xavier da Veiga, intelectual mineiro do Sul do Estado, jornalista e deputado no período imperial. Sua residência foi utilizada como primeira sede do Arquivo Público Mineiro e Xavier da Veiga foi o principal articulador de uma rede de correspondentes no interior de Minas Gerais e no restante do país. Tais personagens contribuíram com o envio de uma série de documentos ao APM (Silva, 2006). Xavier da Veiga, ainda, foi o primeiro editor da Revista do Arquivo Público Mineiro, estabelecendo os padrões editoriais do periódico institucional. Além dessas atribuições, estavam previstas na lei de criação do APM "escrever com exatidão e circunstanciado desenvolvimento as efemérides sociais e políticas do Estado", segundo o art. 8º da Lei nº 126, de 11 de julho de 1895. O mesmo texto ressalta o "reputado saber" do responsável pelos trabalhos e a existência de pagamento pecuniário pelos serviços.

As *Efemérides* seriam publicadas pela primeira vez em 1897. As escolhas metodológicas para a escrita das Efemérides não teriam implicado descaso com a organização arquivística. Ao contrário, Parrela (2012) sugere que tenha contribuído para a aceleração do processo de organização dos acervos que já se encontravam reunidos no Arquivo e para a captação de novos acervos que ainda estavam espalhados pelas repartições do estado e dos municípios. A obra cobre o largo período de 1664 a 1897, que compreende desde as primeiras notícias de circulação de bandeiras pelo território e descobertas de primeiras riquezas até a inauguração da nova capital, hoje, Belo Horizonte.

Para Xavier da Veiga, o Arquivo, assim como a Biblioteca e o Museu, que seriam organizados depois, não deveriam sair de Ouro Preto. Esses novos bens culturais deveriam ser mantidos ali como equipamentos de sobrevivência para a antiga capital, garantindo uma espécie de turismo cultural para usufruir deles. Situação que também motivava a grande preocupação em organizar e colocar em funcionamento a instituição com presteza, o que demandava a rápida constituição de um quadro de funcionários para repartição. Sendo os primeiros convocados para o trabalho indicados pelo Diretor.

Como secretário-arquivista, foi escolhido Rodolpho Jacob. Nascido em Grão Mogol, no Norte de Minas, em 1870. Era filho de um judeu francês, de uma comunidade próxima a Estrasburgo, que veio para o Brasil na primeira metade do século XIX se juntar aos primos maternos, os Bloch, já instalados na Bahia, que se dedicavam ao comércio de pedras preciosas, especialmente diamantes. Em busca dessa riqueza, o pai chegou a Grão Mogol, onde constituiu família. Quando do nascimento de Rodolpho, os Bloch e os Jacob haviam constituído uma vasta rede de comércio de pedras, sediada na França, com interesses no Brasil e no Oriente. Alguns dos filhos homens das famílias iam para França para os estudos, como foi o caso de Rodolpho e seu irmão, Benjamim Jacob.[3]

3 Cf. Revista... 1948 e Parrela (2012).

Ao retornar a Minas Gerais, traziam muitas leituras sobre o que havia de moderno nos estudos, não só literários e jurídicos, mas também históricos e estatísticos. Rodolpho Jacob iria fazer carreira na administração estadual e como professor na Escola de Direito. Mesmo se afastando de suas funções no APM, iria manter laços com a casa, um exemplo, seria a tradução do livro *Pluto Brasiliensis* de Barão de Eschwege, para publicação em um dos primeiros números da Revista do Arquivo. Jacob participava intensamente dos debates historiográficos que aconteciam no APM como membro do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais (IHGMG), do qual foi presidente, e do Instituto Pan-Americano de Geografia e História. Em 1919, participou da organização do VI Congresso Brasileiro de Geografia, em Belo Horizonte. Publicou *Minas Gerais no século XX*, em dois volumes. Em 1920, desenvolveu outro estudo dedicado à história de Minas oferecido ao rei da Bélgica, em visita ao estado. Em 1922, dirigiu as comemorações do Centenário da Independência no estado, que, dentre as suas celebrações historiográficas, contou com a publicação de suas traduções de Saint-Hilaire, Eschwege e Spix e Martius. Jacob produziu diversos trabalhos sobre história, geografia e estatística, até a sua morte, em 1948.

Uma das vagas de oficiais sub-arquivistas, também foi indicação do Diretor como parte da exceção prevista no Decreto, foi Antônio Ataliba Silva, sobre quem não conseguimos ainda maiores informações biográficas.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa realizada tem por base a análise qualitativa de documentos produzidos pelo próprio Arquivo Público Mineiro, compondo o Fundo Arquivo Público Mineiro da instituição. Os itens documentais desse conjunto foram analisados a partir do tratamento do fundo, que foi revisto e, portanto, são tributários de análises para compor a sua história arquivística. Os documentos também foram digitalizados por meio de projeto "Preservação e Difusão da Memória Institucional: modernização da infraestrutura de reformatação, organização e digitalização do fundo Arquivo Público Mineiro (1895-1948)", financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG). Entre os itens do acervo, há o livro de atas do primeiro concurso, além de uma série de correspondências e outros documentos relativos aos concorrentes do certame. Além dos itens manuscritos do Fundo, também são objetos da análise a legislação relativa à instalação e organização do APM e as edições do jornal *Minas Geraes*.

O PRIMEIRO CONCURSO

Em 1898 publicou-se à quarta coluna da página 7 do jornal *Minas Geraes*: *orgam dos poderes do Estado* do dia 6 de abril o primeiro edital para concurso público do Arquivo Público

Mineiro. Em poucas linhas é apresentada a abertura do certame, com prazo de dois meses para que os concorrentes realizem suas inscrições e apresentem os documentos obrigatórios, entre eles a "folha corrida e atestados fidedignos, afirmando sua moralidade e bom comportamento"[4].

Apesar do edital não trazer, à moda dos concursos contemporâneos, as atribuições do cargo, já estavam previstas no Decreto nº 860, em seu artigo 38. No interior do APM, a hierarquia estabelecida iniciava-se com o diretor da instituição, seguida pelo secretário-arquivista e enfim chegava ao oficial sub-arquivista. O segundo substituiria o primeiro quando das suas ausências, da mesma forma que o oficial poderia atuar interinamente como secretário.

Os oficiais sub-arquivistas deveriam cumprir todas as ordens do diretor e do secretário-arquivista, além de eventualmente também designar atividades aos amanuenses e colaborar com as funções desses funcionários. Ainda, competia ao oficial sub-arquivista:

I. Fazer clara e corretamente a escrituração dos livros do expediente da repartição que lhe forem indicados, observando as normas e modelos adotados; podendo lembrar as modificações que lhe pareçam vantajosas.

II. Escrever os ofícios, cartas, editais, avisos, etc, segundo as minutas do diretor ou do secretário e que lhe forem por este apresentadas.

III. Tirar com exatidão e nitidez as cópias e certidões mais importantes, conferindo-as atentamente com o secretário, e auxiliar a este no serviço de inventário e classificação que lhe incumbe pelo art. 37 n.1, deste Regulamento.

IV. Chamar a atenção do secretário para os livros ou documentos que encontrar de particular interesse para a História do Estado, e dos que precisarem precauções especiais para sua conservação ou necessitar de restauração por cópia, serviço que será executado pelos empregados designados pelo secretário e pelo modo que este indicar

V. Ministrar aos consultantes, na sala da Biblioteca Mineira, os livros e documentos que pedirem, de acordo com o art. 21 e pelo modo que for específico no Regimento interno.

VI. Proceder à verificação dos livros e mais papéis remetidos para o Arquivo, à vista dos ofícios ou cartas que os acompanharem, e colocá-los nos lugares devidos, fazendo os precisos assentamentos e registros nos livros competentes (MINAS GERAIS, 1895b, Artigo 38).

4 Minas Geraes: orgam dos poderes do Estado. 06 de abril de 1898, edição 00093, página 7.

Durante o mês de maio de 1898, três homens se inscreveram para o concurso de oficial sub-arquivista conforme consta no livro de registros do concurso: Juscelino Augusto de Souza, Francisco José Leite Guimarães e Afonso José de Oliveira[1]. Entre eles, apenas o segundo compareceu para a realização das provas, enquanto o primeiro não se manifestou e o terceiro entrou com recurso pedindo o adiamento do certame por problemas pessoais. O requerimento foi indeferido pelo Secretário do Interior e publicado no Minas Geraes, alegando já haver outros candidatos para o processo[2].

Para realização das provas, foram convidados por José Pedro Xavier da Veiga dois professores da Escola de Farmácia e um da Escola Normal a fim de compor as comissões avaliadoras[3]. Todas as provas contariam com o diretor e secretário-arquivista na comissão de avaliação, sendo o grupo avaliador de cada tópico do concurso acrescido dos seguintes membros: 1) Português, francês, e redação oficial: Cornélio Vaz de Mello, professor da Escola de Farmácia de Ouro Preto; 2) História e geografia do Brasil: Cláudio Alaor de Lima, professor da Escola de Farmácia de Ouro Preto; 3) Aritmética: Joaquim Gomes Michaeli, professor da Escola Normal de Ouro Preto; 4) Constituições do Estado e Federal e leis orgânicas estaduais: Antônio Augusto de Lima, advogado e ex-presidente do estado de Minas Gerais.

No dia 18 de julho de 1898 iniciaram-se as provas, conforme passado o prazo de 60 dias para inscrição previsto em edital. Para a prova de português e redação oficial foi escolhido como ponto a redação de um ofício do diretor do APM ao Secretário do Interior tratando da realização do concurso. Enquanto que para a prova de francês, o único concorrente presente teve que traduzir um trecho da obra "*Expédition dans les parties centrales de l'Amérique du Sud*", de Francis Castelnau (1852). Obra existente na Biblioteca Mineira, que reflete o apreço dos primeiros gestores na reunião de trabalhos de viajantes estrangeiros pelo Brasil.

No dia seguinte, foi o momento de realização das provas escrita e oral de "história e geografia do Brasil, especialmente de Minas". Apesar dos possíveis pontos não terem sido anteriormente listados, consta na ata ter sido estabelecido pela comissão avaliadora o tema "**Inconfidência Mineira, causas, vultos principais, cenário e tempo**" (grifo nosso).

---

1 Arquivo Público Mineiro (APM). Livro de registro de inscrição de candidatos para o concurso público e atos relativos ao preenchimento de cargos no Arquivo Público Mineiro. Ouro Preto (MG). 1898. BR-MGAPM-FAPM-1-3-Cx.04-Doc.15.

2 Minas Geraes: orgam dos poderes do Estado. 29 de agosto de 1898, edição 00193, página 3

3 APM. Rascunho de correspondência de José Pedro Xavier da Veiga, diretor do Arquivo Público Mineiro, para [Carlos Augusto Guilherme Schwacke], Diretor da Escola de Farmácia, que solicita a presença de dois funcionários para serem examinadores das provas do concurso do Arquivo Público Mineiro para o cargo de oficial arquivista. Ouro Preto (MG). 27/06/1898.BR-MGAPM-FAPM-1.4-Cx.01-Doc. 35; APM. Rascunho de correspondência de José Pedro Xavier da Veiga, diretor do Arquivo Público Mineiro, para o Dr. Joaquim Gomes Michaeli, professor da Escola Normal que o convida para ser examinador no concurso para preenchimento de vaga do Arquivo Público Mineiro. Ouro Preto (MG). 27/06/1898. BR-MGAPM-FAPM-1.4-Cx.01-Doc.38.

Esse tema estava conectado à lógica de organização do acervo, que se inspirava nas práticas do Arquivo Público do Império (hoje, Arquivo Nacional) e Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), que por sua vez, inspiravam-se na tradição francesa de organização do acervo por temário histórico[4]. As duas casas dividiam seus trabalhos pelas grandes épocas da história pátria: a princípio, Brasil-Colonial, Brasil Reino-Unido e o Brasil-Império[5]. No caso do Arquivo Público Mineiro: "MINAS GERAIS – *Capitania*; MINAS GERAIS – *Província*; MINAS GERAIS – *Estado*" (MINAS GERAIS, 1895b, grifo nosso, destaque em itálico no texto original).

Na legislação de criação e organização do APM há um desenho da periodização da história política e administrativa que deveria ser retratada na constituição e no arranjo do acervo e uma detalhada descrição do que seria recolhido dentre os documentos relativos a quatro episódios:

Os sumários de culpa, e as devassas (no original ou cópia autêntica) sobre matéria importante, abertas no período colonial; e especialmente o sumário ordenado pelo governador Assumar, em 1720, contra Felippe dos Santos e outros revoltosos de Vila Rica e da Vila do Ribeirão do Carmo, e as duas devassas (de Vila Rica e do Rio de Janeiro) de 1789 e 1792 contra Tiradentes e mais "réus" da Inconfidência Mineira, com os respectivos, com os respectivos apensos relativos ao estado das famílias dos "inconfidentes", confiscos dos seus bens, etc (MINAS GERAIS, 1895b).

Em 20 de julho, o candidato prestou os exames escritos de aritmética, que consistiram em operação da matemática de soma e subtração de frações, e conversão de unidades de medida de distância. Por pedido do candidato, a prova oral de aritmética realizou-se no dia seguinte.

No último dia de exames foi realizada a prova oral sobre as constituições estadual e federal, e legislação mineira. A comissão não registrou os pontos específicos da arguição, sinalizando apenas ter questionado o candidato "sobre a definição das aludidas Constituições, sobre as organizações dos respectivos poderes públicos, e sobre os órgãos administrativos encarregados das diversas funções do Estado Mineiro"[6].

---

4 Foram utilizados para essas comparações sobre o Arquivo Público do Império e do IHGB do trabalho "Subsídios para a história do Arquivo Nacional na comemoração dos seu primeiro centenário" (1937), organizado por Pandiá H. T. Castello Branco, que sistematiza legislação, normas, relatórios e notas desde a criação daquele Arquivo até 1876; e o regulamento de 1893, para tratar do Arquivo. Para abordar o Instituto, consideraram-se os primeiros estatutos publicados na Revista do IHGB de 1839 e dos novos estatutos de 1851 e textos de sua Revista. Dentre eles, o mais utilizado, sem dúvida, foi o de Karl F. P. von Martius (1844). Documentos citados por Parrela (2012).

5 Desde o primeiro relatório do Arquivo, em 1843, já existia esta divisão (Branco, 1937)), o que remete a Le Goff (2003), ao afirmar que a definição de pontos de partida cronológicos, como a fundação de Roma, ou a Era Cristã, e a busca de uma periodização, a criação de unidades iguais, mensuráveis, de tempo: dia de 24 horas, século, etc. seriam dois progressos essenciais aos quais a história estaria intimamente conectada.

6 APM. Livro de registro de inscrição de candidatos para o concurso público e atos relativos ao preenchimento de cargos no Arquivo Público Mineiro. Ouro Preto (MG). 1898. BR-MGAPM-FAPM-1-3-Cx.04-Doc.15.

Após a realização de todos os exames, os avaliadores se reuniram para validação das notas e concluíram que, com nota média 7, o candidato Francisco José Leite Guimarães estava aprovado no primeiro concurso para oficial sub-arquivista do Arquivo Público Mineiro. Em 16 de agosto, por ato do Secretário do Interior, o candidato foi oficialmente nomeado para o cargo em publicação do Minas Geraes[7].

CONCLUSÃO

As atribuições do oficial sub-arquivista, guardadas as devidas proporções, se aproximam das funções de Técnico de Arquivo, do mesmo modo, as atribuições do secretário-arquivista podem ser associadas a algumas funções de um arquivista no arquivo permanente dos dias atuais, conforme estabelecido pela Lei Federal nº 6.546, de 4 de julho de 1978. Assim, pode-se perceber que na estrutura do APM quando de sua fundação haveria um servidor responsável pela definição das atividades e a organização a ser dada aos acervos recolhidos, o secretário-arquivista, e dois servidores responsáveis pela execução dessas tarefas, os oficiais sub-arquivistas.

Assim, a análise do concurso para provimento do cargo permite compreender não apenas a história do Arquivo Público Mineiro, mas também pode ser interpretada como parte da história da arquivologia e das instituições arquivísticas no país. Por outro lado, a verificação das etapas do certame e as atribuições do cargo permitem colocar em análise a trajetória profissional de arquivistas e técnicos de arquivo ao longo da história recente do Brasil.

Chamou nossa atenção na análise do processo a ausência de discussões sobre Diplomática e Paleografia, consideradas essenciais em outros arquivos. Como o Arquivo Nacional brasileiro, que já oferecia cursos sobre o tema no século XIX (Branco, 1937), tendo como grande inspiração para esses investimentos na capacitação de seu corpo de funcionários a École des Chartes de Paris. Pois, para um cidadão nos primeiros anos do século XX, as funções da repartição Arquivo era funcionar como "cartório do estado". Uma vez que, as demandas dos cidadãos eram recebidas pelo porteiro, no balcão de entrada, e certidões eram produzidas para atender as solicitações. Somente nos anos 1940 é que as portas do Arquivo Público Mineiro começaram a se abrir para o chamado público geral que poderia fazer suas próprias pesquisas.

REFERÊNCIAS

BOLETIM 18. *Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*.1982.

7 Minas Geraes: orgam dos poderes do Estado. 18 de agosto de 1898, edição 00182, página 4.

BRANCO, Pandiá H. de Tautphoeus Castello (org.). *Subsídios para a história do Arquivo Nacional na comemoração dos seu primeiro centenário, 1838-1938*: o arquivo no império. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1937.

CASTELNAU, F. (org.). *Expédition dans les parties centrales de l'Amérique du Sud, de Rio de Janeiro a Lima, et de Lima au Pará*: exécutée par ordre du gouvernement français pendant les anées 1843 a 1847. Paris: Chez P. Bertrand, 1852.

EXTRATO dos Estatutos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 18-20, jan. 1839.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 7. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

MINAS GERAIS, **Decreto nº 860**, de 19 de setembro de 1895b.

MINAS GERAIS, **Lei nº 126**, de 11 de julho de 1895a.

PARRELA, Ivana. *Patrimônio documental e escrita de uma história da pátria regional* – Arquivo Público Mineiro 1895-1937. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH-UFMG, 2012.

PROF. Rodolpho Jacob. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*, Belo Horizonte, v. 3, p. 01-05, 1948.

SILVA, Marisa Ribeiro. *História, Memória e Poder: Xavier da Veiga, o arconte do Arquivo Público Mineiro*, 2006. 158 fls. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais.

VEIGA, José Pedro Xavier da. *Efemérides mineiras*: 1664-1897. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1998.

VON MARTIUS, Karl F. P.. Como se deve escrever a história do Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 381-403, jan. 1844.

TEMPO PASSADO, HORA PRESENTE: RELATO DA EXPERIÊNCIA DO ARQUIVO DE RIO CLARO/SP NA CONDUÇÃO DAS VISITAS PEDAGÓGICAS

PAST TENSE, PRESENT TIME: REPORT OF THE EXPERIENCE OF THE ARCHIVE RIO CLARO/SP IN CONDUCTING PEDAGOGICAL VISITS

Talita Gouvêa Basso
Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro
Carolina Hirai Suzuki
Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro
Monica Cristina Brunini Frandi Ferreira
Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro

Resumo

Instituído no ano de 1979, o Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro/SP salvaguarda em seu acervo conjuntos documentais de origem pública e privada, reunindo informações para aqueles que se interessam pela história e pela defesa dos seus direitos. Destaca-se para o presente artigo, o compartilhamento da experiência obtida com as recepções direcionadas aos estudantes na faixa etária de 9 a 11 anos, etapa escolar na qual os temas exploram narrativas da história local. Tornando o Arquivo do Município um lugar estratégico na consolidação do conhecimento e dos saberes da comunidade, à medida em que garante acesso às fontes documentais que possibilitam ampliar a compreensão dos estudantes para assuntos longínquos na relação tempo e espaço. Ao longo dos últimos anos, a equipe institucional trabalha para desenvolver o Projeto ArqAventuras, incluindo de maneira lúdica fontes de informação do passado durante as visitas pedagógicas realizadas na Instituição.

Palavras-Chave: Arquivos municipais; Educação e arquivos; Difusão cultural e educativa

Abstract

Established in 1979, the Public and Historical Archive of the Municipality of Rio Claro/SP safeguards in its collection sets of documents of public and private origin, gathering information for those who are interested in history and the defense of their rights. For this text, we highlight the sharing of the experience obtained with the visits directed to students in the age group of 9 to 11 years, a school stage in which the themes explore narratives of local history. Making the Municipality's Archive is a strategic place in the consolidation of knowledge and knowledge of the community, as it guarantees access to documentary sources that make it possible to broaden the students' understanding of distant subjects in the relationship between time and space. Over the past few years, the institutional team has been working to develop the ArqAventuras Project, including in a playful way sources of information from the past during the pedagogical visits carried out at the Institution.

Keywords: Municipal archives; Education and archives; Cultural and educational dissemination

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, os Arquivos Públicos brasileiros têm se tornado importantes espaços não-formais de educação. A publicação crescente de artigos científicos descrevendo as experiências de instituições municipais e estaduais denota os esforços dos profissionais da área para promover atividades educativas voltadas aos estudantes do ensino fundamental e médio.

As ações e os projetos, para além de ampliar o público a esses espaços de pesquisa e de produção do conhecimento, contribuem para que se estabeleça um novo contato entre o Arquivo e a sociedade, sobretudo na esfera municipal. Avaliado o município como local mais tangível para identificarmos as tradições, comportamentos e valores dos indivíduos, os Arquivos municipais oferecem a partir do patrimônio documental dos seus acervos, subsídios para a elaboração de novas dinâmicas aos processos de ensino-aprendizagem.

Inserido nesse contexto, o Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro (APHRC) destaca-se pela atuação em mais de quatro décadas junto à comunidade. A responsabilidade com o tratamento técnico da documentação pública sob salvaguarda, garantiu à instituição o respeito e a admiração do poder local, fato observado também entre os cidadãos, que manifestam interesse por doar documentos particulares na

intenção de contribuir para a memória do município e de sua gente; enriquecendo o acervo com conjuntos documentais de origem privada provenientes dos diversos segmentos sociais.

Para o presente artigo compartilhamos a experiência obtida com as visitas pedagógicas ao APHRC, ofertadas aos estudantes na faixa etária de 9 a 11 anos. A considerar que nessa etapa do currículo escolar os temas exploram narrativas da história local, o Arquivo municipal disponibiliza o acesso às fontes documentais que auxiliam os estudantes na compreensão de determinados assuntos longínquos na relação tempo e espaço, assim como, inova ao utilizar materiais lúdicos elaborados pela equipe institucional em parceria com a Secretaria Municipal de Educação, para que novas discussões possam ser estimuladas na sala de aula, em especial, ao que se refere à educação patrimonial.

AS INSTITUIÇÕES ARQUIVÍSTICAS E SUA RELAÇÃO COM A SOCIEDADE BRASILEIRA

Durante a sua estada no Brasil em 1978, o então Inspetor Geral dos Arquivos Nacionais da França, Michel Duchein, proferiu uma conferência na qual estabelecia a missão da arquivologia para com a sociedade. O evento organizado pela Associação dos Arquivistas Brasileiros reunia um público ansioso por ouvi-lo, sobretudo, porque no país as discussões referentes à institucionalização dos Arquivos ainda eram extraordinárias, ocorrendo de maneira esporádica (Machado, 2004).

Partindo de exemplos concretos, Duchein comprovou a utilidade prática dos arquivos, quer para o cidadão cada vez mais frequentemente obrigado a apresentar provas ou documentos que lhe garantam seus direitos, quer para os órgãos administrativos envoltos na resolução de problemas de ordem técnica, econômica e decisória.

Reservada para a parte final da sua explanação a análise da situação do Brasil à época, Duchein interpretou o entusiasmo dos profissionais como sinal positivo para o empreendimento do que se fazia necessário, qual seja, a implantação de um Sistema Nacional de Arquivos organizado em três níveis: federal, estadual e municipal, existindo entre eles uma relação de coordenação e cooperação. De acordo com as suas impressões, tudo estava ainda por fazer, mas tudo estava encaminhado (Duchein, 1978).

É fato que, após a visita de Michel Duchein, a área da Arquivologia conquistou espaço mais significativo no país. Contudo, cabe destacarmos que esse caminho foi longo, especialmente, quando consideramos que a Lei n. 8.159 (1991), que dispôs sobre a política nacional de arquivos públicos e privados, só foi criada com a promulgação de uma nova Constituição, que pôs fim a um período de ditadura militar, vigente de 1964 a 1988. Sobre esse contexto de mudanças, Cabral (2011, p. 6) completa:

> A década de 1980 assinalou um momento de grandes desafios para os arquivos públicos, cujo papel na administração foi redefinido pelo processo de redemocratização brasileira. A Constituição de 1988, ao assegurar ao cidadão o acesso a inúmeros direitos, notadamente o direito à informação, ampliou a participação da sociedade civil e instituiu novas demandas, impondo que o Estado fornecesse meios para atendê-las. Ao mesmo tempo, com o advento das modernas tecnologias de controle e recuperação da informação, a visão do arquivo como instituição de guarda de documentos foi substituída por aquela que o situa enquanto sistema de informação, integrado a outros sistemas, com o objetivo maior de garantir o acesso do usuário às informações produzidas pelo Estado.

Se por um lado, as instituições arquivísticas brasileiras foram legalmente reconhecidas como órgãos integrados à gestão pública, estratégicos na busca por garantir dinamismo e eficiência aos serviços públicos, bem como, competentes para realizar atividades que promovam a restituição do direito do cidadão de ter acesso às informações; por outro lado, a grande maioria da população continuou tendo uma visão equivocada sobre os espaços de guarda dos documentos. De acordo com Bernardes e Delatorre (2008), o cenário imaginado para um arquivo institucional muitas vezes está relacionado com a ideia de caos, imperando o acúmulo de documentos depositados sem nenhum critério de ordenação e, na expectativa de que a poeira e as intempéries acelerem sua degradação.

Reverter essa imagem negativa, requer das próprias instituições arquivísticas esforços para colocar em prática atividades de aproximação com a sociedade. Atualmente, os pesquisadores brasileiros debatem com mais afinco as contribuições que a educação patrimonial em Arquivos pode representar para o processo de democratização da cultura e ao acesso à informação e, em prática, para a formação de cidadãos capazes de se reconhecer como parte do patrimônio histórico-cultural do seu país[8]. Nesse sentido, merece destaque uma das abordagens pioneiras sobre o assunto, expressamente defendida por Bellotto (2006, p. 227):

> Os arquivos públicos existem com a função precípua de recolher, custodiar, preservar e organizar fundos documentais originados na área governamental, transferindo-lhes informações de modo a servir ao administrador, ao cidadão e ao historiador. Mas, para além dessa competência, que justifica e alimenta sua criação e desenvolvimento, cumpre-lhe ainda uma atividade que, embora secundária, é a que melhor pode desenhar os seus contornos sociais, dando-lhe projeção na comunidade, trazendo-lhe a necessária dimensão popular e cultural que reforça e mantém o seu objetivo primeiro.

8 Utilizamos como referência para o conceito de educação patrimonial, a definição publicada no Guia Básico de Educação Patrimonial do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), 2006.

> Trata-se de seus serviços editoriais, de difusão cultural e de assistência educativa.

Uma vez reconhecida a tarefa de estabelecer vínculos com a sociedade por meio de projetos e atividades relacionados à educação, os desafios aos Arquivos passam a ser de outra ordem. Segundo Frantini (2009), o sucesso das ações depende do empenho, das condições financeiras e da criatividade de cada instituição, que almeja contribuir na formação de cidadãos conscientes da importância e da representatividade dos bens preservados. Desconstruir a ideia do passado como algo acabado em si, tornando-o vivo e dialogando com a diversidade coletiva, faz emergir o sentimento de pertencimento entre a sociedade e aquilo que é preservado.

Boas e bem-sucedidas experiências educativas dentro de instituições arquivísticas têm sido mais frequentemente registradas e divulgadas em todas as regiões do Brasil. A mobilização dos Arquivos para oferecer à sociedade contato com os seus acervos documentais, desperta a construção de novos saberes e a reafirmação de direitos e deveres civis. No que se refere à dinâmica entre o Arquivo e a Educação, os autores Pereira e Silva (2011, p. 6) apresentam as seguintes observações:

O manuseio com a documentação primária - a qual pode se alternar entre fotografias, recortes de jornais, manuscritos, plantas, desenhos, mapas, negativos, dentre outros - permite que se explorem as facetas da sensibilização e da participação criativa dos alunos. O patrimônio documental possui grande potencialidade como atividade educativa para as escolas da rede regular de ensino; nessa medida, há a prerrogativa de incentivar os exercícios criativos para a construção do conhecimento e a produção de histórias e memórias a partir de registros do passado.

Incluir no calendário escolar as visitas aos Arquivos Públicos é uma iniciativa prática e prazerosa para consolidar a relação há tempos almejada, entre a sociedade e as instituições de guarda. Afinal, todos reconhecemos a educação como pilar fundamental para o conhecimento e a defesa dos direitos constitucionais que garantem a nossa cidadania.

"SEJAM BEM-VIND@S!" – O ARQUIVO COMO ESPAÇO DE APRENDIZAGENS

A criação do Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro (APHRC), através da Lei nº 1.573 (1979), constituiu marco importante no que se refere à preservação da memória local. Oficialmente responsável pelo patrimônio arquivístico, a Instituição salvaguarda em seu acervo os documentos gerados e acumulados no decurso das atividades de cada órgão da administração municipal e doados por particulares, quando avaliados de relevância para a construção da identidade local e da memória coletiva.

Alicerçado sobre três coordenadorias subordinadas hierarquicamente a uma superintendência, cada qual com atribuições técnicas específicas, destacamos para

o presente artigo o compartilhamento da experiência obtida pela Coordenadoria de Arquivo Permanente e de Difusão do Acervo com as visitas pedagógicas oferecidas aos estudantes da faixa etária de 9 a 11 anos. A fim de estabelecer um trabalho contínuo, o APHRC desde o ano de 2017, incluiu no calendário institucional a recepção aos estudantes provenientes da rede pública e particular de ensino para visitas ao local. A seleção de diferentes gêneros documentais a partir de prévia avaliação da linguagem e do estado de conservação dos itens, busca estimular entre os estudantes novos olhares para o que é considerado documento. A ideia de ir além do documento textual como única fonte de informação do passado, permitiu a inclusão de fotografias, mapas, plantas residenciais e demais técnicas de registro que convidam os estudantes a observar transformações e permanências no espaço urbano dos quais também fazem parte.

Com o decorrer dos anos, objetivou-se inovar o acesso aos documentos textuais e iconográficos, desenvolvendo a percepção e o espírito crítico em relação às informações neles contidas, e para tanto, foi concebido o projeto "Atividades práticas de educação patrimonial no cotidiano escolar", que apresenta como ponto de partida o patrimônio documental e como centro o patrimônio cultural da cidade de Rio Claro, em suas múltiplas manifestações e expressões. A parceria com a Secretaria Municipal de Educação permitiu definir estratégias para estimular nas crianças a capacidade de observação, exploração e apropriação do bem cultural ou do tema escolhido; procurando promover a ressignificação dos documentos através de diferentes meios de assimilação e de expressão.

O primeiro passo foi o desenvolvimento de dois materiais lúdicos, produzidos a partir da reprodução de documentos do acervo do APHRC, para que os estudantes pudessem manusear as imagens e terem a oportunidade de contato efetivo, antes de visualizarem os documentos originais. A Coordenadoria de Difusão do Acervo optou por trabalhar com jogos tradicionais, tanto para fazer alusão às questões da história e da memória, quanto para apresentar essa possibilidade às crianças, costumeiramente, expostas aos jogos eletrônicos e virtuais.

Considerando a facilidade relatada pelos professores da rede pública de ensino, o acervo iconográfico foi eleito para a primeira produção. A escolha da quantidade de 10 imagens partiu da ideia de recebermos as crianças em 5 equipes, o que fica próximo do número de estudantes a cada visita, geralmente entre 20 e 30 por turma. Quanto ao conteúdo das imagens, escolhemos exemplares do patrimônio edificado na cidade, no sentido de discutir as permanências arquitetônicas e suas alterações físicas e adaptações funcionais quanto a passagem do tempo. Dez edificações compõem o conjunto de 10 quebra-cabeças, e como complemento foram produzidos dois tipos de fichas: uma contendo o nome do prédio e o outra uma breve descrição da construção, indicando localização, uso anterior, uso atual e alguma outra característica relevante que tivesse relação com a contemporaneidade.

Logo que o material é distribuído pela equipe do APHRC durante as visitas, e dadas as devidas orientações sobre a dinâmica, os estudantes separam as 24 peças e iniciam a montagem do "quebra-cabeças". O desafio seguinte consiste na escolha dentre as 4 fichas e as 4 descrições, as duas que se relacionam ao conteúdo da imagem. A atividade finaliza com os grupos, cada qual defronte a um painel que contém a imagem do quebra-cabeças e espaços para a inserção das fichas, cujo conteúdo é lido e compartilhado entre todos os presentes. Como cada grupo fica responsável por duas imagens, as crianças podem conhecer 10 exemplares do patrimônio edificado na cidade. Para reforçar o conteúdo apreendido, a professora recebe um jogo de "caça-palavras" para ser distribuído aos estudantes e realizado no retorno à escola, com conteúdo relacionado às imagens dos quebra-cabeças.

Figura 1: Após a finalização do "quebra-cabeças", os estudantes relacionam a imagem montada – que pertence ao acervo iconográfico da Instituição – com as fichas que contém o nome e a descrição do local representativo do patrimônio cultural da cidade de Rio Claro

Fonte: Acervo APHRC, 2019 e 2023, respectivamente.

A segunda atividade relaciona-se à hemeroteca do APHRC, da qual destacamos para reprodução em tamanho natural alguns exemplares do jornal "O Alpha", impressos originalmente entre 1901 e 1927. No jogo intitulado "Detetive de Palavras", após as orientações com relação à fonte – em termos de conteúdo e forma – as crianças identificam vocábulos cuja grafia original difere da atual. Com o auxílio de lupas – para tornar a brincadeira mais literal – os estudantes realizam a busca no texto e registram no painel as palavras que, após o tempo estimado para a atividade, são compartilhadas com os demais. Essa atividade desperta bastante o interesse das crianças, medido pela sua ativa participação, e contribui para as orientações e debates acerca da mudança de ortografia, da tipologia das fontes impressas, dos registros iconográficos – o desenho e não a fotografia –, assim como permite o conhecimento de aspectos da história de Rio Claro por meio dos textos

escritos e do material publicitário. Desta forma lúdica, diversos assuntos que fizeram parte do cotidiano da cidade são descobertos pelos estudantes, como ofícios tradicionais, casas comerciais, primeiras indústrias, remédios e orientações sobre saúde, festividades religiosas, dentre outros.

Figura 2: O jogo "Detetive de Palavras" foi concebido com documentos da hemeroteca e objetiva que os estudantes identifiquem palavras com a grafia antiga, comparando-as com a ortografia atual, além de tomar contato com as particularidades da fonte original

Fonte: Acervo APHRC, 2019 e 2024, respectivamente

A visita pedagógica também inclui a apresentação de alguns documentos originais aos estudantes. Sob a responsabilidade da Coordenadoria de Arquivo Permanente são expostos exemplares de alguns fundos e coleções, em especial, registros imagéticos relacionados ao cotidiano do município. Da "Coleção Rio Claro de Fotografias" são selecionadas imagens das obras de saneamento e da construção de equipamentos públicos; da "Série Prontuários de Habilitação" são apresentadas as primeiras carteiras de habilitação fornecidas aos condutores de veículos em Rio Claro; por meio do material cartográfico da "Coleção Argemiro Dias", os estudantes visualizam mapas que permitem compreender o processo de expansão da área urbana da cidade, e, por fim, o contato com a "Série Processos de Construção de Obras Particulares", sendo realizada a leitura dos documentos e da planta de uma residência com destaque para as particularidades técnicas da sua produção.

Ao longo de toda a visita, as crianças recebem informações quanto ao manuseio e acondicionamento dos suportes; da importância das instalações prediais no processo de conservação preventiva e da necessidade de digitalização dos documentos para preservação do original e auxílio na difusão e acesso.

A experiência no APHRC encerra-se com a demonstração das atividades executadas no laboratório de conservação, que desperta a curiosidade dos visitantes. Uma

vez realizada a descrição dos materiais e instrumentos, é passada orientações para a identificação visual dos danos comuns em papéis e livros. São apresentados exemplos de sujidade (que atraem insetos e fungos); de danos físicos (como rasgos e quebra das fibras de celulose do papel, causada pelo manuseio do suporte) e de avarias químicas (pela ação de elementos ácidos presentes em tintas), além dos problemas de ferrugem (causados pelos grampos e clips metálicos) e de manchas (decorrentes da aplicação de fita adesiva, da exposição à umidade), que influenciam negativamente na preservação e podem comprometer a informação contida nos documentos. Na sequência, uma breve explicação sobre os procedimentos para conservação dos suportes (papel e livro) está atrelada aos cuidados que se deve ter com os documentos pessoais, na correlação entre as atividades desempenhadas em uma instituição arquivística e o cotidiano das crianças.

Figura 3: Ponto alto da visita é a breve demonstração do trabalho executado no laboratório de conservação do APHRC, onde as crianças observam atentas as orientações sobre os cuidados com os documentos de arquivo

Fonte: Acervo APHRC, 2019 e 2022, respectivamente

A descrição dos procedimentos e dos instrumentos utilizados mediante breve exposição dos danos físicos e avarias químicas que podem acometer os suportes, permite que os estudantes compreendam a fragilidade do material e a necessidade de cuidado permanente para a preservação das informações avaliadas de relevância histórica para o município e seus moradores.

Compreendemos as visitas pedagógicas como momentos de sensibilização à medida em que a equipe do APHRC tem a oportunidade de se aproximar das diferentes concepções que a comunidade escolar tem sobre o arquivo, o acervo e o documento, e por outro, os estudantes de se perceberem não apenas como usuários do serviço, mas como responsáveis pela preservação dos conjuntos documentos.

PROJETO ARQAVENTURAS – UMA PROPOSTA DE POLÍTICA PÚBLICA

Em virtude da repercussão positiva das visitas pedagógicas e objetivando que outras atividades práticas de educação patrimonial ocorram no ambiente da sala de aula – de maneira permanente e sistemática –, a Coordenadoria de Difusão do Acervo do APHRC dedica-se, desde o ano de 2019, à concepção de outros materiais pedagógicos. Assim como o "quebra-cabeças" e o "Detetive de Palavras", os demais jogos apresentam como ponto de partida o patrimônio documental e como centro o patrimônio cultural da cidade de Rio Claro, em suas manifestações e expressões.

Denominado como ArqAventuras, o projeto de atividades práticas de educação patrimonial no cotidiano escolar, encontra-se na fase de experimentação, uma vez que não foi possível realizar a confecção do conjunto completo para todas as unidades escolares do município, bem como, pretende-se incorporar as sugestões dos estudantes após o primeiro ano de aplicação.

No que se refere ao novo conjunto de jogos, finalizada a sua concepção durante o período de confinamento imposto pela pandemia de COVID-19, assim podemos descrevê-lo:

- ArqMemória – "jogo da memória" composto por desenhos em aquarela, na intenção de apresentar aos estudantes outra técnica de registro diferente da fotografia. Trata-se da reprodução de 10 imagens de edificações relacionados à história da arquitetura e das construções, que representam pontos de referência para a memória local. As peças foram reproduzidas sobre base de madeira, em tamanho maior que o habitual, para que as crianças possam jogar em pé e não sentadas, de acordo com a sugestão do coordenador de Educação Física da Secretaria Municipal de Educação.

- ArqGame – jogo de cartas e tabuleiro no qual o percurso destaca as edificações reproduzidas nos "quebra-cabeças" e no "jogo da memória", porém em fotografias atuais. À medida em que os dados são jogados, diversos desafios se apresentam aos estudantes.

- ArqPalavra – trabalha o patrimônio imaterial e, principalmente, atende aos requisitos das leis n. 10.639 (2003) e n. 11.645 (2008), que tornam obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana em todas as escolas, públicas e particulares, do ensino fundamental até o ensino médio. Em 12 placas foram reproduzidas fotografias do acervo sobre o cotidiano e as festividades da cultura afro-brasileira local, que tem como complemento 36 fichas com palavras que os estudantes devem relacionar às imagens, incitando o debate em sala de aula, para o desenvolvimento das capacidades de análise e de espírito crítico.

- ArqRegistro – o caderno de registros reúne 15 temas relacionados ao município. As atividades tratam de assuntos desde o tempo da pré-história (patrimônio arqueológico) até os dias atuais (discutindo questões do passado na contemporaneidade), onde cada folha padronizada contém um breve texto, imagens de apoio e espaço para a criatividade dos estudantes, através de qualquer meio de expressão. Após a conclusão, o material didático, em forma de livro, é disponibilizado aos estudantes, permitindo que seja levado para casa e difundido entre os seus familiares.

Para as ações de capacitação dos professores a equipe da Coordenadoria de Difusão do Acervo produziu conteúdo especial que acompanha o material pedagógico. Com a intenção de facilitar o acesso, foram desenvolvidos 4 vídeos sobre a história da cidade; manual de instrução dos jogos e da montagem das peças gráficas; material de apoio com títulos bibliográficos e links para complementar as aulas – conforme condição de acesso à internet –, além de extenso banco de imagens do acervo da Instituição, sendo recorrentemente solicitado pelos professores. Esse material forma um fichário com informações impressas e também disponibilizadas em *pen drive*.

Ao longo do ano de 2023, o APHRC também realizou reuniões com os professores das unidades escolares, para reforçar as orientações com as práticas dos jogos já distribuídos. Para avaliar o impacto e a efetividade das atividades no cotidiano escolar e para que não se deixe de registrar as sugestões dos professores, foi produzido um "diário de bordo", que, anualmente, servirá para avaliação e revisão do Projeto ArqAventuras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro ao realizar as visitas pedagógicas e desenvolver o Projeto ArqAventuras, busca consolidar a sua aproximação com as instituições educacionais à medida em que promove a difusão e o acesso ao patrimônio documental salvaguardado. Ao trabalhar com temas diversos, fontes e suportes textuais e iconográficos distintos, desconhecidos pelos estudantes, e produzir material para ser explorado pelos professores em sala de aula, contribui com o processo de construção conjunta com a sociedade na elaboração de políticas públicas voltadas à identificação, reconhecimento, proteção e preservação do patrimônio cultural local.

Atualmente, o desafio imposto ao APHRC é conseguir apoio financeiro para a confecção dos 30 conjuntos de jogos do Projeto ArqAventuras, para serem distribuídos à todas as escolas municipais que tenham classes de Ensino Fundamental I. A ideia inicial dos professores-coordenadores da Secretaria Municipal de Educação de produzir um número menor de conjuntos para que o material circulasse nas escolas, compromete a aplicação do projeto, uma vez que as atividades serão desenvolvidas de forma permanente

– e não esporádicas – e serão incluídas no planejamento do ano letivo, junto aos demais assuntos definidos nos Parâmetros Curriculares Nacionais.

Por fim, reiteramos que este artigo tem por objetivo constituir relato de experiência do Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro, sobre projeto em fase de atuação e experimentação. Concebido por equipe Intersetorial da Prefeitura Municipal de Rio Claro, tem a coordenação do APHRC com o apoio do Conselho Superior, e como componentes os professores-coordenadores do Ensino Fundamental I, da Secretaria Municipal de Educação (nas diversas modalidades, para as questões do ensino formal, inglês, artes e educação física) e os servidores do Centro de Reabilitação Infantil "Princesa Victória", vinculado à Fundação Municipal de Saúde (para as políticas de inclusão).

REFERÊNCIAS

BELLOTTO, H. L. Difusão editorial, cultural e educativa em arquivos. *In*: BELLOTTO, H. L. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 227-247.

BERNARDES, I. P., & DELATORRE, H. **Gestão Documental Aplicada**. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2008.

BRASIL. Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [1991]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8159.htm. Acesso em: 12 jun. 2024.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2003]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/lei/2003/l10.639.htm. Acesso em: 12 jun. 2024.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Brasília, DF: Presidência da República, [2008]. Disponível em: http://www.planalto.gov.vr/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm.. Acesso em: 12 jun. 2024.

CABRAL, D. Fontes para uma história político-institucional: a experiência do Arquivo Nacional e a memória da administração pública brasileira. *In*: Simpósio Nacional de História, 26., 2011, São Paulo. **Anais eletrônicos** [...]. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2011. Disponível em: 1300883281_ARQUIVO_anpuhnacionalsp2011.pdf. Acesso em: 12 jun. 2024.

DUCHEIN, M. O papel da arquivologia na sociedade de hoje. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, n. 3, p. 30-36, 1978. Disponível em: opac-retrieve-file.pl (an.gov.br). Acesso em: 12 jun. 2024.

FRANTINI, R. Educação patrimonial em arquivos. **Histórica**: revista eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo, São Paulo, n. 34, p. 1-11, 2009. Disponível em: http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edica034/materia05/. Acesso em: 12 jun. 2024.

MACHADO, M. B. P. A gestão dos documentos públicos municipais. **Métis**: história & cultura, Rio Grande do Sul, n. 5, p. 115-127, 2004. Disponível em: (1) A gestão dos documentos públicos municipais | Maria Lúcia Tanajura Machado - Academia.edu. Acesso em: 12 jun. 2024.

PEREIRA, H. F. FO.; SILVA, M. B. S. R. Visitas guiadas ao Arquivo Central do Iphan: espaço de história, educação e patrimônio. *In*: Simpósio Nacional de História, 26., 2011, São Paulo. **Anais eletrônicos** [...]. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2011. Disponível em: 1300883038_ARQUIVO_TextoAnpuhSP-HilarioFigueiredoPereiraFilho.pdf. Acesso em: 12 jun. 2024.

RIO CLARO (SP). **Lei nº 1.573, de 11 de outubro de 1979**. Cria o Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro e estabelece outras providências. Rio Claro: Câmara Municipal, [1979]. Disponível em: https://portallegislativo.sistemas4r.com.br/wpHome.aspx?Legislacao,19. Acesso em: 12 jun. 2024.

RIO CLARO (SP). **Lei Complementar nº 0132, de 23 de maio de 2018**. Reorganiza o Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro, "Oscar de Arruda Penteado", e dá outras providências correlatas. Rio Claro: Câmara Municipal, [2018]. Disponível em: http://www.rioclaro.sp.gov.br/diariooficial/2018/05/20180530_899.pdf. Acesso em: 12 jun. 2024.

ARQUIVOS MUNICIPAIS DA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR UM RELATO DE PESQUISA

MUNICIPAL ARCHIVES OF THE METROPOLITAN REGION OF SALVADOR A RESEARCH REPORT

Daniel Santana de Souza
Universidade Federal da Bahia

Lázaro Augusto Garcia Castro
Universidade Federal da Bahia

Francisco José Aragão Pedroza Cunha
Universidade Federal da Bahia

Resumo

Relato de projeto de pesquisa em andamento sobre as políticas de arquivos existentes nos municípios da Região Metropolitana de Salvador (RMS) por meio de um estudo descritivo com abordagem qualitativa. Trata-se de um processo de investigação documental e bibliográfico que coleta informações a contribuir com um diagnóstico que servirá de parâmetro para retratar cenários quanto ao emprego ou ausência de políticas públicas de arquivos nas diversas instituições arquivísticas das regiões metropolitanas do Brasil. Realizada uma revisão de literatura sobre políticas de arquivos e arquivos municipais no âmbito da Ciência da Informação associada a outras temáticas.

Palavras-Chave: Arquivos municipais; Políticas de arquivos; Sistemas de arquivos.

Abstract

Report of an ongoing research project on existing archive policies in the municipalities of the Metropolitan Region of Salvador – RMS, following a descriptive study with a

qualitative approach. This is a documentary and bibliographic research process that will collect information that aims to contribute to a diagnosis that will serve in the future as a parameter to portray different scenarios, regarding the use or absence of public archive policies in the various archival institutions in the numerous metropolitan regions of the country. Brazil. It involves a literature review on subjects relating to Information Science, archive policies, municipal archives associated with other topics discussed.

Keywords: Municipal archives; File Policies; File systems.

INTRODUÇÃO

Esta comunicação apresenta pesquisa em andamento sobre as dificuldades encontradas nos arquivos municipais da RMS pelos responsáveis na implementação e execução das políticas de gestão arquivísticas de documentos (GAD). Mediante as tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) é investigado, na subárea da arquivologia, os campos de políticas de arquivos, arquivos municipais e sistemas de arquivos.

Dada a importância para o desenvolvimento do Brasil, a RMS sofre com os problemas no que diz respeito à organização das informações orgânicas produzidas pelos seus respectivos municípios integrantes desta região. Sendo assim, é necessária uma discussão sobre os mecanismos de buscas, como ferramentas estratégicas, para a recuperação das informações orgânicas e a democratização do acesso público ao conhecimento do cidadão contribuindo para o bem-estar comum a serviço dos interesses coletivos por meio das políticas públicas de arquivo.

Neste sentido, a produção desta pesquisa vem para contribuir e fortalecer a área da Arquivologia na tentativa de preencher uma lacuna no que diz respeito a carência de estudos na elaboração e execução de políticas públicas de GAD no município de Salvador e RMS. O objetivo geral é identificar a existência de políticas de arquivos municipais na Região Metropolitana de Salvador (RMS), com fins de estudar os aspectos de produção, tratamento, uso e difusão do patrimônio arquivístico dos municípios como identificar as principais dificuldades encontradas pelos gestores responsáveis pelos arquivos municipais para implementação e execução das políticas de GAD.

É relevante a adoção de políticas públicas arquivísticas que dialoguem com políticas públicas de informação no âmbito da Ciência da Informação. Estas políticas promovem a formulação e a implementação de ações participativas articuladas a agentes de governo e sociedade; a divulgação do conhecimento científico e cultural; a minimização das

desigualdades sociais no acesso dos recursos informacionais; a conscientização e sensibilização dos usuários da importância dos Arquivos como fonte de pesquisa.

ARQUIVO MUNICIPAL

O arquivo público municipal é a instituição responsável pelos conjuntos de documentos produzidos, recebidos e acumulados por órgãos públicos municipais no exercício de suas atividades, ou seja, pelos poderes Executivo e Legislativo, representados, respectivamente, pela prefeitura e pela câmara dos vereadores, em decorrência de suas funções administrativas e legislativas.

O arquivo público municipal tem por finalidade formular e implementar a política municipal de arquivos, por meio da gestão, tratamento técnico, transferência, recolhimento, preservação e divulgação dos documentos arquivísticos, em qualquer suporte ou formato, garantindo, desta forma, pleno acesso à informação com vistas a subsidiar as decisões governamentais de caráter político-administrativo, apoiar o cidadão na defesa de seus direitos, além de fomentar o desenvolvimento científico e divulgar o patrimônio documental.

Nesse sentido, o arquivo público municipal destaca-se como um órgão imprescindível para assegurar o cumprimento efetivo dos princípios normativos preconizados pelas leis de Acesso à Informação, da Transparência, de Responsabilidade Fiscal e Geral de Proteção de Dados. A inexistência de um arquivo público institucionalizado, em âmbito municipal, representa o descumprimento da Constituição Federal de 1988 e da Lei Federal de Arquivos, de 1991, obstaculiza e/ou inviabiliza a aplicabilidade da Lei de Acesso à informação, de 2011, bem como evidencia a ausência de gestores públicos comprometidos com uma administração eficiente, eficaz e transparente dos documentos gerados e acumulados pelo poder público municipal.

Portanto, é imprescindível que o Brasil conte com arquivos públicos municipais institucionalizados, fortalecidos e posicionados política e estrategicamente na estrutura da Administração Pública municipal, dotados de recursos humanos qualificados e capacitados de forma permanente, de modo que lhes permita desempenhar seu importante papel como ator principal nos processos de gestão arquivística documental (GAD) e da informação, subsidiando a implementação de serviços de informação aos cidadãos e na consolidação da transparência administrativa em um legítimo Estado Democrático de Direito.

METODOLOGIA A SER UTILIZADA

O *lócus* da pesquisa se dará nos arquivos públicos municipais existentes nos 13 municípios que compõe a grande Salvador e RMS.

Os sujeitos da pesquisa a serem estudados serão os responsáveis pelos arquivos municipais que atuam no universo dos municípios a serem investigados. A pesquisa se enquadra a um método de procedimento descritivo, seguida de abordagem de cunho qualitativo, empregando o método de pesquisa bibliográfica e documental adotando a técnica de análise de conteúdo em relação a fala dos responsáveis pela administração dos arquivos públicos municipais.

A pesquisa reservara-se em levantar a literatura atualizada sobre o tema de políticas públicas de gestão arquivísticas publicadas tanto em livros, capítulos de livros, artigos científicos, anais de congressos científicos em formatos impresso e digital cujas referências estarão apresentadas ao final desta comunicação, assim como também o método documental cujo propósito do método científico, é levantar os instrumentos arquivísticos instruções normativas, guias, catálogos, resumos, cartilhas, manuais, índices que já existem em relação a constituição desses arquivos nos 13 municípios a serem analisados, previamente de forma virtual tais como: as páginas eletrônicas desses arquivos, buscar as políticas, as leis, os decretos de criação, as instruções normativas, extensivo a todas as informações que puderem está disponível nos sites desses municípios.

A técnica de pesquisa será a análise de conteúdo onde se utilizará os ensinamentos de Laurence Bardin e o instrumento de pesquisa a ser adotado para coletar as informações nesse lócus que constitui os 13 municípios da região metropolitana e a grande Salvador será a entrevista semiestruturada combinando perguntas fechadas e abertas que vêm sendo aplicada há muito tempo na pesquisa social.

Os procedimentos de coleta de dados na pesquisa serão analisados a luz dessa construção epistêmica do projeto, as temáticas na pesquisa a serem abordadas são estrutura organizacional, posição hierárquica e localização do arquivo, recursos humanos e materiais, instalações e equipamentos, mobiliários, como também gestão de documentos.

POLÍTICAS DE ARQUIVOS

Pinto e Couto (2012) consideraram as políticas públicas arquivísticas como um conjunto de ações ou atitudes, pensadas e tomadas pelo poder público, ou sugeridas pelo Conselho Nacional de Arquivos (Conarq), visando criar estratégias e metas para padronizarem a produção, organização, uso, preservação e acesso dos documentos, que foram produzidos no decorrer das funções administrativas de um determinado arquivo público ou privado. Jardim (2006), define políticas públicas arquivísticas como:

> O conjunto de premissas, decisões e ações, produzidas pelo Estado e inseridas nas agendas governamentais em nome do interesse social, que contemplam os diversos aspectos (administrativo, legal, científico, cultural, tecnológico etc.) relativos à produção, uso e

> preservação da informação arquivística de natureza pública e privada (Jardim, 2006, p. 10).

Relata Jardim (2006, p.4) que "as políticas públicas arquivísticas podem ser setoriais (em função das características de produção dos arquivos, tipologia, utilização, demarcação administrativa etc.) e podem apresentar uma configuração nacional, regional ou local".

Dessa forma o arquivo público municipal destaca-se como um órgão indispensável para o planejamento, controle, transparência, eficácia e efetividade da administração municipal.

Entende-se que, embora a gestão documental tenha evoluído significativamente desde a promulgação da Lei Nacional de Arquivos em 1991, os estados ainda enfrentam inúmeros desafios legais, técnicos, políticos e econômicos. A escassez de recursos é frequentemente citada como um dos principais obstáculos para a implementação efetiva da gestão de documentos no setor público brasileiro.

TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO E O IMPACTO DENTRE AS ORGANIZAÇÕES E A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Com o advento das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), fez-se necessário criar mecanismos de proteção ao cidadão e com isso a sociedade testemunhou a criação da lei do arquivo público; a lei de responsabilidade fiscal; a lei de transparência pública; a lei de acesso à informação (LAI) e pôr fim a lei geral de proteção de dados (LGPD) entre outras.

É possível afirmar que as TIC podem levar a construção de ambientes colaborativos inovadores, que permitem ampliar as zonas de atuação dos sujeitos pertencentes aos espaços de participação social.

A sociedade atual vem solicitando que a formação das pessoas desenvolva o senso crítico, a expressividade, a capacidade de trabalhar em grupo, domínio de ferramentas, tecnologias entre outras habilidades, sugerindo fluência, interação, ampliando diálogos e adotando novos conceitos no que diz respeito ao uso de serviços de informação na aprendizagem colaborativa da transferência de dados e conhecimento não só no âmbito da conjuntura gerencial das grandes organizações do mesmo modo que na esfera da administração pública.

SISTEMAS DE ARQUIVOS

No Brasil, o Sistema Nacional de Arquivos, surge em 1978, é idealizado pela lei n. 8.159 de 1991. Esse arranjo sistêmico foi montado para atender tanto os anseios da área federal, mas também nas esferas dos arquivos estaduais e municipais. O Sistema Nacional de Arquivos ainda não atende a expectativa dos órgãos da administração pública como também

da própria sociedade, sua estrutura caminha a passos lentos, o Conselho Nacional de Arquivos vem numa tentativa corajosa, implementar uma política nacional de arquivos. Embora o órgão encontre-se fragilizado, principalmente, em razão das deliberações da Presidência do Conarq e de alguns conselheiros, haja vista que uma das explicações seriam a ausência de competência técnica no preenchimento dos cargos de poder de decisão demonstrando assim que nos faltam mais estudos sobre se efetivamente os sistemas estaduais foram implementados e, nesse caso, como encontra-se a realidade das condições do seu funcionamento atual.

No contexto da arquivologia, Heredia Herrera (1991, p. 207), define que "um sistema de arquivos se configura como um conjunto de atividades articuladas através de uma rede de centros e serviços técnicos para estruturar a transferência, recolhimento, depósito, arranjo, descrição e serviço dos documentos".

Ao abordar os sistemas de arquivos municipais percebe-se a pouca existência deles, principalmente os estruturados e com autonomia ou vinculados aos arquivos setoriais, faltando-lhes atenção especial para a questão administrativa que corresponde ao caráter fiscal, social, político e documental da mesma forma a devida institucionalização legal do próprio arquivo público.

Parafraseando os ensinamentos de David Bohm (1989) sobre o diálogo que seria ouvir, conversar, discutir opiniões, compreender outras correntes de significados, trocar informações e dialogar com fins de construir um pensamento coletivo a fim de propor conhecimento, dados e informações que possam ser compartilhado em benefício de um bem-estar comum, para que juntos essas instituições arquivísticas, órgãos governamentais designados para a gestão documental são incumbidos de gerir e armazenar os documentos originados e adquiridos pela administração pública. Têm também o dever de conservar, disponibilizar acesso aos documentos em sua posse, e de supervisionar e aplicar a política nacional de arquivos, como prescrito pela Lei nº 8.159/91, possam oferecer uma variedade de produtos e serviços de informações que atendam aos interesses da demanda de toda a sociedade envolvendo todos que a compõe; Estados, municípios e União, como também organizações, entidades, e quaisquer órgãos de representações sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da realidade arquivística no Estado da Bahia a ser investigada no cenário atual, sob a ótica do espaço geográfico da RMS, averígua-se de forma superficial e com poucos elementos consistentes através de um prévio levantamento realizado inicialmente nas fontes de informações oficiais do governo bem como em conversas informais testemunhadas por parte da comunidade arquivística local foram apurados dos 417 municípios baianos, apenas 83 contempla-se de arquivos registrados. Frente a este quadro constatado

no IX Encontro Bahiano de Arquivos Públicos municipais, ocorrido no início de novembro de 2023, podemos afirmar que o retrato dos arquivos da RMS é um panorama bastante preocupante, uma vez que sendo uma região favorecida por sua posição geográfica, política e econômica sofre com o problema da legalização das instituições públicas arquivísticas. Segundo dados oficiais revelados pelo coordenador dos arquivos públicos municipais, vinculada ao Arquivo Público do Estado da Bahia APEB, o arquivista Afonso Campos, declarou que dos 13 municípios que compõe a RMS, sua configuração conta atualmente apenas com 7 arquivos institucionalizados: Salvador, Camaçari, Lauro de Freitas, Candeias, Simões Filho, Pojuca e Vera Cruz, sendo que os outros 6 restantes; Dias D' Ávila, São Sebastião do Passé, Madre de Deus, Itaparica, São Francisco do Conde e Mata de São João encontram-se em fase de preparação, desses 3 estão em vias de institucionalização representados por Dias D'Ávila, Itaparica e São Francisco do Conde, demonstrando assim, que o processo de investigação sofrerá grandes obstáculos e inúmeros desafios a serem enfrentados. Este estudo também pretende servir de parâmetro para futuras pesquisas que possam ser investigadas por outros territórios regionais, a fim de contribuírem para um diagnóstico do retrato atual da arquivologia na região metropolitana de um Estado tão importante da Federação brasileira que ocupa um lugar de destaque na produção econômica do Brasil.

Uma das possibilidades a serem discutidas e viabilizadas, seria o caso da implantação de um Consorcio inter-regional entre os arquivos municipais da região Metropolitana da Grande Salvador, uma rede de informações colaborativa que pudesse conectar-se com o frágil sistemas de arquivos do Estado, possibilitando o fortalecimento de um sistema de arquivos municipais mais forte, inteligente, útil e eficaz no que diz respeito ao relacionamento, conectividade, compartilhamento e experiências locais no aparelhamento, tratamento e aperfeiçoamento de seus serviços informacionais, permitindo aos arquivos municipais mais bem organizados deste território, a transferir para os outros arquivos que ainda não encontram-se em fase de pleno funcionamento toda a sua competência informacional no desenvolvimento e aprimoramento dos serviços arquivísticos, aplicando instrumentos necessários para a uniformização que atendam a gestão documental dos municípios envolvidos.

Esta investigação, tende a questionar se há necessidade das políticas públicas de arquivos estarem inseridas nos programas de governos dos municípios e da União, e principalmente verificar a capacidade dos Estados de implantar, funcionar, aperfeiçoar ou até mesmo (re) modelar o sistema de arquivos de informações, com fins de atender de forma eficiente, rápida e precisa os interesses não só da administração pública, mas também de uma carente sociedade que vem sofrendo de inúmeros problemas estruturais, que clamam por informações públicas, sociais e arquivísticas de maneira séria e transparente, para que não possam se sentir abandonados pelo poder público do Estado.

Por fim, os resultados desta investigação serão revelados posteriormente, com a finalização da dissertação de mestrado que será mostrada quando os responsáveis de partes desses arquivos municipais responderem aos questionamentos sobre as dificuldades enfrentadas por cada município investigado, quanto a implantação das políticas de arquivos a serem aplicadas ou relatadas por cada membro nesse processo de investigação.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. Lei nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. **Diário Oficial da república Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 8 jan. 1991. Disponível em: Acesso em: 4 set. 2023.

_____. Decreto nº 4.073, de 03 de janeiro de 2002. Regulamenta a Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados. **Diário Oficial**, Brasília, DF, 03 jan. 2002. Seção 1, p. 1. Disponível em: Acesso em 24 fev. 2023.

BOHM, David. **O diálogo**. Edição dos registros de um encontro que aconteceu numa Segunda-feira 06 de novembro de 1989 na cidade de Ojai, próximo a Ventura ao Norte de Los Angeles, USA.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS - CONARQ (Brasil). **Criação e Desenvolvimento de Arquivos Públicos Municipais: Transparência e acesso à informação para o exercício de cidadania**. Rio de janeiro: Arquivo Nacional, 2014, 151p.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HERRERA, Heredia A. **Linguaje y vocabulário archivísticos: algo más que un dicionário.** Andalucía: Consejería de Cultura, 2011. Archivistica general: teoría y práctica. 5. ed. Sevilla: 1991.JARDIM, Jose Maria. Sistemas e Políticas Públicas de Arquivos no Brasil. Niterói: Eduff, 1995. 196 p.

JARDIM, J. M. **Políticas públicas arquivísticas: princípios, atores e processos**. Arquivo & Administração, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 20, jul./dez. 2006. Disponível em: Acesso em: 18 jul. 2021.

LÈVY, PIERRE. **As tecnologias da inteligência**: o futuro do pensamento na era da informática. Rio de Janeiro: ED. 34, 1994.

MINAYO, M. C. S (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: vozes,2013.

MORIN, Edgard. **A necessidade de um pensamento complexo**. In: MENDES, C. (org.). Representação e complexidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2003, p. 69-78.

PIMENTEL, Mariano e FUKS, Hugo (Orgs). **Sistemas Colaborativos para uma nova sociedade e um novo ser humano**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

PINTO, M. C. de S.; COUTO, T. C. R. **A dificuldade de implementação de políticas públicas arquivísticas nos arquivos municipais**. [S. l.: s.n.], 2012. Disponível em: Acesso em: 9 set. 2021.

A INSTITUCIONALIDADE ARQUIVÍSTICA NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS: UMA PROPOSTA DE PESQUISA

ARCHIVAL INSTITUTIONALITY IN BRAZILIAN MUNICIPALITIES: A RESEARCH PROPOSAL

Francisco Alcides Cougo Junior
Universidade Federal de Santa Maria

Nicole Postai Ostwald
Universidade Federal de Santa Maria

Resumo

Este trabalho apresenta os preceitos estruturais do projeto "A institucionalidade arquivística nos municípios brasileiros", contemplado no Edital Universal CNPq 2023. O projeto tem por objetivo investigar a presença dos requisitos básicos da institucionalidade arquivística pública, tendo como recorte amostral o Poder Executivo dos entes subnacionais (municípios) com população igual ou superior a 50 mil habitantes, conforme estimativas aferidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022). Para a consecução do objetivo, emprega-se uma estratégia metodológica multifacetada e quali-quantitativa, baseada no levantamento de informações a partir de dispositivos legais (leis e decretos, sobretudo) reunidos no portal *Leis Municipais* e nos portais institucionais das prefeituras das cidades da amostra. A pesquisa busca contribuir efetivamente para a formulação e a implementação da política nacional de arquivos, prevista na Lei Federal nº 8.159/1991, além de estabelecer um entendimento mais aprofundado sobre os principais problemas públicos relacionados à gestão de documentos e arquivos no Brasil.

Palavras-Chave: Instituições arquivísticas; Arquivos municipais; Políticas públicas.

Abstract

This paper presents the structural precepts of the project "Archival institutionality in Brazilian municipalities", which was included in the CNPq 2023 Universal Call for Proposals. The aim of the project is to investigate the presence of the basic requirements of public archival institutionality, using the Executive Branch of sub-national entities (municipalities) with a population of 50,000 or more inhabitants as a sample, according to estimates made by the Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022). In order to achieve this objective, a multifaceted, qualitative and quantitative methodological strategy was employed, based on gathering information from legal provisions (mainly laws and decrees) collected on the Leis Municipais portal and on the institutional portals of the city halls of the cities in the sample. The research aims to make an effective contribution to the formulation and implementation of the national archives policy, provided for in Federal Law No. 8.159/1991, as well as establishing a more in-depth understanding of the main public problems related to the management of documents and archives in Brazil.

Keywords: Archival institutions; Municipal archives; Public policies.

INTRODUÇÃO

A legislação brasileira estabelece que é dever da administração pública promover a gestão de documentos e garantir o acesso à informação (Brasil, 1991). De acordo com o Conselho Nacional de Arquivos (Conarq, 2008), nos municípios tais deveres devem ser atribuídos às instituições arquivísticas (arquivos públicos). O Conselho compreende tais instituições como órgãos dotados de autonomia de gestão, posicionamento hierárquico adequado, infraestrutura e recursos orçamentários e humanos – condições que constituem os requisitos básicos da institucionalidade arquivística (Silva, 2022; Cougo Junior, 2023).

Apesar da importância do tema, até hoje não existem dados confiáveis sobre a implementação e as características das instituições arquivísticas nos municípios do Brasil. Neste sentido, este trabalho visa apresentar os preceitos estruturais de um projeto que tem por foco a realização de um mapeamento sistemático sobre as condições da institucionalidade arquivística vinculada ao Poder Executivo nos entes subnacionais brasileiros (municípios). A proposta, por sua vez, busca investigar a presença dos requisitos básicos da institucionalidade arquivística pública, tendo como recorte amostral os entes municipais com população igual ou superior a 50 mil habitantes, conforme estimativas aferidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022).

A realização da pesquisa emprega uma estratégia metodológica de caráter quali-quantitativo, baseada na coleta de dados junto ao portal *Leis Municipais* e aos Portais da Transparência dos 657 municípios brasileiros contemplados na amostragem – onde vive mais da metade da população do país. A pesquisa pretende contribuir efetivamente para a formulação e implementação da política nacional de arquivos, prevista na Lei Federal nº 8.159/1991. Ademais, a expectativa é de que se estabeleça um entendimento mais aprofundado sobre os problemas públicos relacionados à gestão de documentos e arquivos no Brasil. Espera-se, também, contribuir para a consolidação do conhecimento produzido pela Arquivologia sobre a realidade dos municípios no país, ainda incipiente em muitas searas.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa aqui apresentada tem natureza quali-quantitativa, caracterizando-se como de tipo descritivo. Ela está perspectivada na investigação e no mapeamento sistemático sobre as condições da institucionalidade arquivística vinculada ao Poder Executivo nos municípios brasileiros, em que serão entrecruzados elementos da teoria e da prática arquivística.

Léssard-Hébert et al (1994) apontam como uma das características básicas que configuram esse tipo de investigação, o fato de que a preocupação com o processo é muito maior do que com o produto. Desta forma, o interesse dos pesquisadores ao estudarem determinado problema é verificar como ele se manifesta nas atividades, procedimentos e interações cotidianas.

A pesquisa aqui apresentada está sendo executada efetivamente desde maio de 2024, sobretudo a partir de duas premissas iniciais: a) a possibilidade de realizar um mapeamento quantitativo de instituições arquivísticas existentes na amostragem investigada e; b) as condições para a análise qualitativa dos dados obtidos na coleta.

Ao todo, a pesquisa prevê seis etapas. Na primeira, serão identificados os municípios com população igual ou superior a 50 mil habitantes conforme as estimativas do IBGE (2022). Na etapa seguinte, serão coletados dados referentes à existência formal de instituições arquivísticas nos municípios selecionados. A execução desta etapa se dará por meio de coleta de dados junto aos dispositivos legais (lei orgânica, leis ordinárias e decretos) disponíveis no portal *Leis Municipais* e nos portais da transparência. Isso permitirá delimitar os entes subnacionais que contam com instituições arquivísticas públicas em sua estrutura orgânica.

A partir desta delimitação, a terceira etapa analisará o conteúdo dos dados coletados, que serão abordados qualitativamente, a fim de que sejam identificados os requisitos que compõem a base da institucionalidade arquivística: existência legal, autonomia de gestão e posicionamento hierárquico administrativo. Na quarta etapa, serão analisadas as condições de infraestrutura e os recursos orçamentários e humanos das instituições

arquivísticas públicas existentes. A consecução desta etapa ocorrerá a partir de duas estratégias: a) a solicitação, via canais e-SIC, de informações a respeito das condições básicas infraestruturais das instituições identificadas e; b) a localização dos recursos orçamentários e humanos junto às Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e aos dispositivos legais que sumarizam os quadros de carreira dos servidores públicos municipais.

Na quinta etapa, os dados coletados serão revisados e alimentarão uma base a ser constituída por meio do emprego de ferramentas de tecnologia da comunicação e informação. Em seguida, os dados coletados e analisados serão interpretados à luz das definições e parâmetros teóricos que marcam os estudos de políticas públicas arquivísticas.

RESULTADOS PARCIAIS

De acordo com Fonseca (1998), a noção de instituição arquivística pública tem suas origens no final do século XVIII, no processo histórico da chamada Revolução Francesa. Para a autora, é o Archives Nationales, criado na França, em 1794, que inaugura a concepção de um organismo estatal baseado na administração orgânica e centralizada dos documentos públicos, no reconhecimento da responsabilidade do Estado sobre a preservação do patrimônio cultural arquivístico nacional e na promoção do direito de acesso à informação pelos cidadãos.

Como argumenta Llansó i Sanjuan (1993), esse modelo de instituição espalhou-se pelo mundo a partir do século XIX. O Brasil inaugurou sua mais importante instituição arquivística neste contexto, em 1838, logo nos primeiros anos após a independência, com a criação do Arquivo Público do Império, hoje Arquivo Nacional. Nos anos seguintes, administrações estaduais e municipais emularam o governo central, estabelecendo instituições similares.

Embora tenham sido abordadas por Rodrigues (1959) e Ribeiro (1970), as características fundamentais da noção brasileira de instituição arquivística pública só se conformaram em 1991, quando da aprovação da Lei Federal nº 8.159, que estabeleceu a política nacional de arquivos em todo o país. A lei considera que cabe ao poder público a "administração da documentação pública ou de caráter público" (Brasil,1991, n. p.). Ademais, o dispositivo legal prevê que, além da gestão de documentos, as instituições arquivísticas recolham documentos de instituições públicas ou de caráter público cujas atividades sofreram cessação, autorizem a eliminação de documentos públicos e possam receber ou adquirir arquivos privados identificados como de interesse público e social.

Em 1994, o Decreto nº 1.073 detalhou tais atribuições – mais tarde reforçadas pelo Decreto nº 4073/2002. Na esteira do desenvolvimento da legislação arquivística brasileira, em 2008, o Conselho Nacional de Arquivos publicou a Resolução nº 27, que estabeleceu uma série de diretrizes sobre o dever do Poder Público – em todos os âmbitos – "de criar e manter Arquivos Públicos, na sua esfera de competência, para promover a gestão e a 4 preservação de documentos arquivísticos e a disseminação das informações nele

contidas" (Conarq, 2008, n. p.). De acordo com a resolução, os arquivos públicos devem ser compreendidos como:

> [...] a instituição do Poder Público com a função de implementar, acompanhar e supervisionar a gestão de documentos arquivísticos produzidos e recebidos pela Administração Pública em seu âmbito de atuação, e de promover a organização, a preservação e o acesso dos documentos de valor permanente ou histórico recolhidos dos diversos órgãos e entidades dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. (Conarq, 2008, n. p.).

É a partir da existência das instituições que se pode discutir sobre a institucionalidade arquivística, uma noção que "pressupõe o estabelecimento de um conjunto de premissas caracterizadoras do contexto institucional, ou seja, o panorama macro em que se estabelecem as instituições" (Cougo Junior, 2022, p. 104). Tal noção ainda é pouco explorada nominalmente na Arquivologia, mas está presente – às vezes nas entrelinhas – nos trabalhos de Ampudia Mello (1988), McCarthy (1989), Cunningham (2005), Heredia Herrera (2007), Millar (2010), Arévalo Jordan (2011) e Jardim (2018). Cada uma à sua maneira, estas contribuições abordam os diferentes níveis de institucionalidade, a história e as capacidades das instituições em sua busca por "autoridade arquivística", além dos traços e dos requisitos fundamentais que as caracterizam.

Recentemente, Carvalho (2023) realizou uma extensa pesquisa a respeito do tema. Antes disso, entretanto, Silva (2022) publicou "Redes e sistema de arquivos: propriedades, finalidades e qualidades", trabalho no qual o autor define as instituições arquivísticas como organismos "de direito público interno ou externo ou de direito privado", dotados de pelo menos cinco características fundamentais:

1. Personalidade jurídica;

2. Autonomia de gerenciamento – planejamento, organização, direção e controle de suas funções e recursos;

3. Infraestrutura física, material e tecnológica;

4. Recursos orçamentários e financeiros;

5. Recursos humanos para dar cumprimento às especificidades das suas atividades; cuja atividade-fim é a gestão, o recolhimento, a preservação e o acesso

de arquivos de outras pessoas — físicas ou jurídicas, públicas ou privadas. (Silva, 2022, p. 196-187)

As características apontadas pelo pesquisador aparecem também em publicações do Conselho Nacional de Arquivos (Brasil,2014). Elas refletem entendimentos que são observados, ainda, no *Guidelines for Evaluation of Archival Institutions*, documento publicado em janeiro de 1994, pela Society of American Archivists (SAA), dos Estados Unidos. A essência, tanto dos tópicos apresentados neste documento, quanto das características elencadas por Silva (2022), é reunir subsídios que permitam vislumbrar não apenas o que são instituições arquivísticas, mas, especialmente, no que consistem seus principais atributos. Neste sentido, ao reunir tais características não deixamos de elencar, também, os elementos essenciais para a análise a respeito das condições de funcionamento, autoridade e operação destas organizações.

Tendo em vista esta dimensão teórica – e levando em conta o fato de que o trabalho aqui proposto se refere a um projeto de pesquisa cuja coleta teve início em maio de 2024 –, apresentamos como resultados parciais desta proposta o breve conjunto de questões que estão sendo consideradas no mapeamento desenvolvido pelo projeto "A institucionalide arquivística nos municípios brasileiros". Estas questões estão sendo respondidas a partir da estratégia metodológica anteriormente elencada. São elas:

1. O município investigado conta com instituição arquivística pública criada por lei?

2. Em caso positivo, qual é a sua denominação (arquivo público, arquivo histórico)?

3. Em que ano a instituição arquivística pública foi criada?

4. A lei de criação da instituição arquivística pública reconhece sua competência para formular a política municipal de arquivos?

5. A referida lei menciona um sistema municipal de arquivos?

6. A lei de criação da instituição arquivística pública estabelece vinculação do órgão com qual estrutura de governo (por exemplo: Secretaria de Administração)?

7. A vinculação é com uma estrutura da administração direta ou indireta?

8. A instituição arquivística pública conta com dotação orçamentária própria?

9. A lei de criação da instituição arquivística pública mencionar ou prevê funções arquivísticas entre suas atribuições?

10. A legislação municipal prevê a criação de Comissões Permanentes de Avaliação de Documentos?

11. Esta mesma legislação menciona alguma diretriz a respeito de arquivos privados?

12. A lei de cargos e salários do município investigado prevê cargo de arquivista e/ou técnico de arquivos?

13. Em caso afirmativo, a lei indica qual o nível de escolaridade é exigido de tais servidores?

14. A lei de cargos e salários prevê o quantitativo dos servidores arquivistas e/ou técnicos de arquivos?

15. Qual é o total de arquivistas e/ou técnicos de arquivos lotados em órgãos do Executivo municipal?

16. O município possui legislação específica sobre acesso à informação?

17. O município possui lei específica sobre informações sigilosas e proteção de dados pessoais?

Haja vista o estágio atual de desenvolvimento da pesquisa, estimamos que, nos proóximos meses, será possível apresentar os primeiros resultdaos parciais baseados nestes preceitos estruturantes da pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta proposta buscamos apresentar as linhas gerais estruturantes e orientadoras do projeto "A institucionalidade arquivística nos municípios brasileiros". A proposta foi debater a noção de institucionalidade arquivística, a metodologia básica empregada no projeto e as questões norteadoras que estão servindo de base para a consecução da pesquisa.

Levando em consideração o cronograma do projeto, esperamos apresentar os primeiros resultados efetivos da investigação durante o *10º Congresso Nacional de Arquivologia*. Até lá, visamos ter obtido dados referentes a 50% da amostragem selecionada, ou seja, aproxidamente 330 municípios. Com estes resultados, acreditamos que será possível contribuir efetivamente para o debate sobre a formulação e implementação de políticas públicas arquivísticas – sobretudo em âmbito municipal.

REFERÊNCIAS

AMPUDIA MELLO, J. E. **Institucionalidad y Gobierno: um ensayo sobre la dimensión archivística de la Administración Pública**. Cidade do México: Archivo General de la Nación, 1988.

ARÉVALO JORDAN, V. H. Las instituciones archivísticas. **Mundo Archivístico**, 25 nov. 2011. Disponível em https://www.mundoarchivistico.com/?menu=articulos&id=322. Acesso em 31 jan. 2024.

BRASIL. **Lei Federal nº 8.159**, de 08 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, 1991.

BRASIL. **Decreto nº 4.073**, de 3 de janeiro de 2002. Regulamenta a Lei nº 8.159. Brasília: Câmara dos Deputados, 2002.

CARVALHO, J. L. A. **Os arquivos municipais no contexto das políticas públicas arquivísticas das capitais dos estados do Brasil**. 2023. 467f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. **Guia resumido de como criar um Arquivo Público Municipal**. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Arquivos, 2014.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. Resolução nº 27, de 16 de junho de 2008. Dispõe sobre o dever do Poder Público, no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de criar e manter Arquivos Públicos, na sua específica esfera de competência, para promover a gestão, a guarda e a preservação de documentos arquivísticos e a disseminação das informações neles contidas. CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. **Coletânea da Legislação Arquivística Brasileira e Correlata**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2021.

COUGO JUNIOR, F. A. Sobre a institucionalidade arquivística. **OFFICINA- Revista da Associação de Arquivistas de São Paulo**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 100-125, 2022. Disponível em: https://revista.arqsp.org.br/index.php/revista-da-associacao-de-arquivi/article/view/27/27. Acesso em 31 jan. 2024.

CUNNINGHAM, A. Archival institutions. In MCKEMISH, S. et al. **Archives: recordkeeping in society**. New South Wales: Centre for Information Studies, 2005.

FONSECA, M. O. **Direito** à **informação: acesso aos arquivos públicos municipais**. 1996. Dissertação (Doutorado em Ciência da Informação). Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

HEREDIA HERRERA, A. **Qué es un archivo?** Madrid: Trea, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sistema de informações e indicadores culturais**: 2007-2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

JARDIM, J. M. Governança arquivística: contornos para uma noção. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 3, set./dez. 2018.

LLANSÓ I SANJUAN, J. *Gestión de documentos*. **Definición y análisis de modelos**. Gobierno Vasco: Departamento de Cultura, 1993.

LESSARD-HÉRBERT, M. et al. **Investigação qualitativa**: fundamentos e práticas. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

MCCARTHY, P. H. **Archives Assessment and Planning Workbook**. Chicago, Illinois: The Society of American Archivists, 1989.

MILLAR, L. **Archives: principles and practices**. London: Facet Publishing, 2010.

RIBEIRO, C. J. de Assis. Proteção dos documentos de valor histórico. **Arquivos do Ministério da Justiça**. Rio de Janeiro, ano XXIX, n. 115, jun. 1970.

RODRIGUES, J. H. **A situação do Arquivo Nacional**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1959.

SILVA, W. A. Rede e sistema de arquivos: propriedades, finalidades e qualidades distintivas. In SILVEIRA, F. J. N. et al. **Informação, mediação e cultura: teorias, métodos e pesquisas**. Belo Horizonte, MG: Letramento: PPGCI, 2022.

OLHARES SOBRE A MEMÓRIA INSTITUCIONAL: A TRAJETÓRIA DO CENTRO DE MEMÓRIA DA NOVONOR

PERSPECTIVES ON INSTITUTIONAL MEMORY: THE TRAJECTORY OF THE NOVONOR MEMORY CENTER

Tatiana Souza Nascimento
Novonor

Leyde Klebia Rodrigues da Silva
Universidade Federal da Bahia

Resumo

Investigar a trajetória do Centro de Memória da Novonor na construção da memória institucional do Grupo Novonor é o objetivo geral desta pesquisa. O referencial teórico do estudo se aportou em discutir instituição e memória institucional. Metodologicamente, se caracteriza dentro da pesquisa social, sob o ponto de vista da abordagem, como uma pesquisa qualitativa do tipo descritiva e exploratória. Quanto ao delineamento, configura-se como documental. A obtenção dos dados foi realizada por meio de análise documental e observação direta. O lócus escolhido para a pesquisa foi o Centro de Memória da Novonor. Os resultados demonstram que a Novonor tem uma história rica e complexa, que fundamenta a sua memória institucional. As considerações finais, por sua vez, discorrem que a memória institucional é o reflexo da trajetória de uma instituição e que o Centro de Memória é testemunha disso, pois guarda informações relevantes dos momentos vividos pela empresa, o que subsidia a construção e o fortalecimento da sua memória institucional.

Palavras-Chave: Memória institucional; Instituição; Centro de Memória da Novonor.

Abstract

Investigate the trajectory of the Novonor Memory Center in the construction of the institutional memory of the Novonor Group is the general objective of this research. The study's theoretical framework is based on the discussion of institution and institutional memory. Methodologically, it is characterized within social research, from the point of view of approach, as qualitative research of the descriptive and exploratory type. In terms of the design, it is configured as a documentary study. Data collection was carried out through documentary analysis and direct observation. The locus chosen for the research was the Novonor Memory Center. The results demonstrate that Novonor has a rich and complex history, which underpins its institutional memory. The final considerations, in turn, argue that institutional memory is the reflection of an institution's trajectory and that the Memory Center is a witness to this, as it holds relevant information about the moments experienced by the company, which subsidizes the construction and strengthening of its institutional memory.

Keywords: Institutional memory; Instituition; Novonor Memory Center.

INTRODUÇÃO

O interesse pelo estudo da memória desloca-se em diversas áreas do conhecimento como filosofia, psicologia, história, sociologia e ciência da informação. Nessa perspectiva, esse trabalho tem como foco o Centro de Memória da Novonor (CMN), um espaço físico enquanto um Lugar de Memória, com uma apropriação simbólica de sentimentos de pertencimento. O lugar guarda em si, conexões e narrativas que vinculam o indivíduo com ele mesmo, com a empresa e esta, com a sociedade. Uma ponte para a cultura adentrar no universo individual e realizar conexões coletivas. E como esse lugar pode se constituir como espaço social para difusão da memória institucional e construção da identidade organização.

Hoje, a Novonor está em um processo de retomada dos trabalhos com a sua memória institucional, o que possibilitou voltar a fazer parte do CMN, como integrante desse processo. Esse é o ponto de partida para a inquietação dessa pesquisa. A fundamentação deste trabalho consiste na relevância histórica de uma organização brasileira que tem mais de 70 anos a construir o Brasil e, paralelamente, atua de maneira substancial no campo social.

Existe uma relação estreita entre memória e identidade, o que possibilita a criação do sentimento de pertencimento nos indivíduos (Pollak, 1992). Em última análise, preservar a memória institucional significa criar possibilidades reais de vínculos. Portanto, as organizações precisam possuir lugares de memória, nos quais a trajetória das empresas é contada de forma que possam conectar as instituições com seus públicos de interesse e com a sociedade para criar um sentimento de identificação.

Dessa forma, ao pensar a questão teórica dos lugares de memória, questiona-se: De que forma o Centro de Memória da Novonor contribuiu para a construção da memória institucional da Novonor?

A partir da questão de pesquisa definimos como objetivo do trabalho: **Investigar a trajetória do CMN na construção da memória institucional da Novonor**.

Para atender esse objetivo, o trabalho está dividido em cinco seções. Na primeira seção, apresentamos a introdução, com a contextualização do tema, a problematização, a questão de pesquisa, as justificativas e o objetivo que norteará a pesquisa. A metodologia utilizada é detalhada na segunda seção. Na terceira seção, exploramos algumas perspectivas teóricas. A seção 4 dedica-se ao estudo do Centro de Memória da Novonor, abordando sua trajetória e a memória institucional. Por fim, na quinta seção, apresentamos as considerações finais da pesquisa, que incluem as conclusões possíveis sobre o objeto de estudo.

METODOLOGIA

A metodologia adotada neste estudo abordou os aspectos metodológicos da pesquisa social, descrevendo-se os procedimentos necessários e úteis para investigar a trajetória do CMN na construção da memória institucional da Novonor. Para tanto, considerou-se a premissa de que a pesquisa social é uma ferramenta importante para a compreensão da realidade social.

O presente trabalho, sob o ponto de vista da abordagem, se pautou na pesquisa qualitativa para o alcance do objetivo proposto. A abordagem qualitativa permite que o pesquisador compreenda o fenômeno em estudo a partir da perspectiva dos sujeitos envolvidos (Chizzotti, 2003). Em função do problema a ser investigado trata-se de um estudo do tipo descritivo e exploratório (Gil, 2017). Quanto ao delineamento, configura-se como documental (Gil, 2017).

A pesquisa foi realizada no Centro de Memória da Novonor, que busca guardar de forma digital e física, a história do Grupo Novonor contada por meio de documentos, fotos, vídeos, peças museológicas e publicações. O CMN, que antigamente era conhecido por Centro de Documentação e Referência Odebrecht, foi criado em 1991, com o objetivo, além da preservação histórica, de possibilitar o conhecimento acerca da empresa e da sua importância cultural na história das pessoas e da memória da cidade de Salvador,

através das construções realizadas pela empresa ao longo da sua existência de mais de 75 anos e quase 100 anos da chegada dos Odebrecht à Bahia.

A obtenção dos dados foi realizada por meio de análise documental e observação direta. Os documentos analisados do acervo do CMN referem-se ao período de 1984 e 2023. A obtenção destes documentos se deu principalmente no acervo físico e digital do Centro de Memória. Foram utilizadas também informações e documentos disponibilizados no Portal da Novonor[1].

DA INSTITUÇÃO À MEMÓRIA INSTITUCIONAL

Iniciamos essa discussão refletindo que a memória institucional evidencia a trajetória de uma instituição e as relações que ela estabelece com os diferentes grupos sociais. Portanto, não se pode estudar a memória institucional sem passar pelos conceitos de instituição e organização. Entendemos que organização e instituição são dois conceitos intimamente relacionados, mas que possuem distinções importantes.

Segundo Sodré (2018) as organizações definem-se pela regulação de objetivos comuns voltadas a produção de bens e serviços e voluntárias, voltadas à defesa de interesses de grupos. Ou seja, um grupo de pessoas que trabalham juntas para alcançar um objetivo coletivo. Ainda para o autor, as organizações se baseiam no poder fazer, que é uma dimensão externa às pessoas, levando-as a internalizar suas regras de funcionamento e as aceitar como um contrato.

Nessa mesma linha, Maximiano (2000, p. 2) afirma que "as organizações são grupos sociais deliberadamente orientados para a realização de objetivos ou finalidades, que podem ser classificados em duas categorias principais: produtos e serviços". A partir desse ponto, podemos inferir que as organizações desempenham um papel fundamental na produção de bens e serviços, na defesa de interesses de grupos e na promoção do desenvolvimento social.

De acordo com Glauco Schultz (2016), em seu livro "Introdução à gestão das organizações", as organizações são influenciadas pela realidade externa a que estão expostas, o que seria, portanto, uma concepção sociológica da teoria das organizações.

Refletindo sobre os conceitos mencionados acima, podemos dizer que as organizações são espelhos da sociedade em que estão inseridas. Elas refletem os valores, as crenças e as práticas da sociedade em que operam. Assim como são agentes de mudança social, pois podem promover mudanças na sociedade ao criar novos produtos e serviços, ao gerar empregos e ao contribuir para o desenvolvimento econômico. Também são sistemas complexos que estão em constante interação com o ambiente externo e que podem influenciá-lo e modificá-lo. Para além disso, podemos dizer que "apesar da

1 Disponível em: https://www.novonor.com/. Acesso em: ago. 2024.

impossibilidade de generalização, uma organização possui caráter mais tecnicista e racional, voltada ao cumprimento de metas e objetivos" (Carlassara; Rocco Júnior; Fortaleza, 2022, p. 165).

No que concerne a instituição, Thiesen (2013, p. 29) afirma que "são tomadas como formas fundamentais de saber-poder, que emergem no seio das sociedades e possuem duas faces simétricas: lembrar e esquecer". Sodré (2018) também vai dizer que as instituições se articulam em função do saber, definindo um modo de regulação que assegura a transmissão de um saber internalizado. A instituição desempenha um papel fundamental na transmissão de valores, crenças e conhecimentos, que são essenciais para a coesão social e o desenvolvimento individual.

Leandro Boechat (2016) amplia o conceito de instituição ao considerá-las como obras coletivas, produtos da criação social, cultural e histórica. Ele as define como agenciamentos coletivos que surgem no seio das relações sociais, incorporando mecanismos de controle e estabelecendo regras e padrões de conduta para garantir seu funcionamento e a reprodução de suas funções. Para Boechat (2016), as instituições tendem à estabilidade e se caracterizam pela regularidade em seu funcionamento.

Nessa concepção, fica evidente que as instituições são criadas e moldadas pelas relações sociais entre os sujeitos, servem a diversas funções, incluindo a regulação das relações sociais, com garantia da ordem pública. Cada instituição é única, com suas crenças, valores, cultura, assim como o indivíduo. Como exemplos de instituições temos: família, casamento, linguagem, religião, política, cultura, educação, economia e Estado.

Para Boechat (2016), as instituições estão interligadas. Uma mudança em uma instituição pode levar a mudanças em outras. As instituições refletem as culturas, que são as maneiras de ser, agir e pensar de diferentes sociedades.

Segundo Silva (2014, p. 23), a instituição é um "conjunto extremamente variado e diversificado de relações sociais, cada uma delas mostrando-se bastante complexa, no que diz respeito às formas e aos meios de que se utilizam as pessoas para suprir suas necessidades". Para atender a essa complexidade e as suas formas, "o importante é conhecermos o modo de funcionamento dessas instituições e como se comunicam dentro das redes sociais de poder" (Thiesen, 2013, p. 101).

Para Thiesen (2013), no processo racional, as instituições retêm e esquecem, fundamentada pelo comportamento e a prática. Em que a instituição emerge como resposta a um possível problema criado no campo social. Dessa forma, a instituição se atualiza no interior da organização, para desempenhar a reprodução, sua principal característica.

Tendo em vista o exposto, é relevante refletir sobre as possibilidades da memória no contexto institucional. Visto que as organizações ocupam um espaço significativo na sociedade, influenciando e interferindo em vários aspectos da vida dos indivíduos.

Nesse sentido, Thiesen (2013) afirma que

> a memória institucional abrange a memória organizacional, mas não se limita a ela. São as relações de forças que determinam o plano institucional que, por sua vez, define a organização. A questão da instituição é a legitimidade (Thiesen, 2013, p. 31).

A memória é um dos alicerces da vida. Com as instituições não é diferente. A memória institucional é um conjunto de informações e documentos que registram a história e a trajetória de uma instituição. Ela é importante para manter a instituição viva, para fortalecer suas bases e para garantir sua continuidade. Além de preservar o legado institucional, promover a aprendizagem e o desenvolvimento da instituição, e para fortalecer o relacionamento da instituição com seus públicos de interesse.

Paulo Nassar (2008 apud Boechat, 2016) afirma que a memória institucional não é uma mera reprodução do passado, mas sim uma reinterpretação do que já aconteceu. Ademais, o autor menciona que a cultura, os comportamentos, os símbolos, a identidade e a comunicação, ou seja, o conjunto de elementos que formam a personalidade de uma empresa ou instituição, são os grandes alicerces da memória.

Nesse sentido, como não é possível voltar ao passado, a memória é a única forma de preservar a experiência e o conhecimento acumulado ao longo do tempo, na perspectiva da seleção, já que a instituição só preserva aquilo que considerada relevante. Essa seleção é influenciada pela cultura organizacional, que é o conjunto de valores, crenças e práticas compartilhados pelos membros da organização.

Trabalhar com a memória institucional não é apenas reviver o passado de uma organização. É, sobretudo, aproveitar sua história para construir o futuro, tomar decisões mais acertadas e a construir uma identidade forte. O registro histórico pode incluir não apenas a empresa, mas também seus fundadores, líderes, gestores, colaboradores, produtos e serviços, segmentos econômicos e regiões. Sendo assim, a memória institucional é um jogo, uma interação entre o instituído e o instituinte, pensada como uma memória-hábito, que fixa comportamentos e condutas e uma memória-arquivo, que produz documentos e informações que devem ser recuperados (Thiesen, 2013).

RESULTADOS, ANÁLISES E DISCUSSÕES

Imbuídos do arcabouço teórico e metodológico trabalhados até aqui, e na perspectiva de investigarmos a trajetória do CMN na construção da memória institucional da Novonor,

nesta seção detalhamos melhor o lócus da pesquisa, seu perfil e histórico, os procedimentos de coleta e apresentamos as análises, resultados e discussões da mesma.

O Grupo Novonor, antes conhecido como Odebrecht, remonta a 1856 com a chegada de Emil Odebrecht ao Brasil. Fundada em 1944 por Norberto Odebrecht, a empresa inicialmente atuava em Salvador e região, expandindo-se para outros estados do Nordeste na década de 1960, impulsionada pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

Em 1979, a Novonor diversificou suas atividades com a aquisição da Companhia Petroquímica de Camaçari (CPC). Em 2001, assumiu o controle da Companhia Petroquímica do Nordeste (COPENE), consolidando sua presença no setor químico e petroquímico. A criação da Braskem em 2002 foi um importante marco. A empresa se tornou líder em resinas termoplásticas e biopolímeros nas Américas. Em 2007, a Novonor se consolidou como líder nacional e latino-americana, com presença em 18 países.

A década de 2010 foi marcada por desafios, incluindo a Operação Lava Jato. Em 2016, a empresa assumiu o compromisso de colaborar com as investigações e implementar medidas de governança e conformidade. Em 2019, a Odebrecht se tornou Novonor, buscando renovar sua imagem e se desvincular dos escândalos. Atualmente, o Grupo Novonor é um conglomerado com 80 anos de história, atuando em diversos setores e com presença em 12 países.

Em busca de investigar a trajetória do CMN (marcados em amarelo), nesta seção utilizamos como fontes documentos institucionais e bibliográficos[1] que façam menção ao lugar de memória da Novonor, uma vez que são documentos que dão direcionamento e delineiam a estruturação e consolidação desse lugar de memória.

Quadro 1 – Documentos utilizados para discussão sobre o Centro de Memória da Novonor2

Título	Ano	Tipo	Uso
Memória para crescer e perpetuar	1984	Artigo de periódico	Trajetória do CMN
O Núcleo da Memória Odebrecht	1984	Artigo de periódico	Trajetória do CMN
Núcleo da memória: a importância de um acervo	1989	Artigo de periódico	Trajetória do CMN

1 Link com a lista dos documentos utilizados: https://docs.google.com/document/d/1zVe7JCQBboBX6Zoabhi4Qc6ncGeXBjLDg4PlnpxdNM8/edit

2 Este quadro foi construído para o Trabalho de conclusão de curso "Olhares sobre a memória institucional: o lugar de memória da Novonor" com vistas a atender dois objetivos específicos do trabalho, a saber: investigar a trajetória do CMN na construção da memória institucional e descrever as formas como o centro de memória pode ser utilizado para promover a memória institucional. Para este trabalho utilizamos para apresentar os documentos que descrevem a trajetória do centro de memória.

Título	Ano	Tipo	Uso
Núcleo dinâmico	1990	Artigo de periódico	Ações de difusão
Exposição no NMO	1994	Artigo de periódico	Ações de difusão
Exposição de livros doados	1997	Artigo de periódico	Ações de difusão
Novo Núcleo da Memória Odebrecht – adendo	1998	Notas de reflexão	Trajetória do CMN
Núcleo da Memória Odebrecht: evoluindo com a organização	1998	Artigo de periódico	Trajetória do CMN
Núcleo da Memória Odebrecht: origens	1998	Folheto	Trajetória do CMN
Discurso da inauguração do NCO	2004	Discurso	Trajetória do CMN
Odebrecht 60 Anos: uma história a serviço do futuro	2004	Periódico	Trajetória do CMN
Novo espaço para a preservação da história	2005	Artigo de periódico	Trajetória do CMN
Para preservar (e utilizar) a memória	2008	Artigo de periódico	Trajetória do CMN
Percepção aguçada	2008	Artigo de periódico	Ações de difusão
Odebrecht - 30 anos de internacionalização	2009	Artigo de periódico	Ações de difusão
Patrimônio de todos	2009	Artigo de periódico	Ações de difusão
Uma história de pessoas e suas realizações	2009	Artigo de periódico	Trajetória do CMN
Exposição Odebrecht Informa 150 Edições	2010	Fotografia	Ações de difusão
Acervo de princípios	2011	Artigo de periódico	Ações de difusão
Biblioteca Hertha Odebrecht	2011	Fotografia	Trajetória do CMN
Biblioteca Hertha Odebrecht: uma ponte entre as pessoas e o saber	2011	Artigo de periódico	Ações de difusão
Exposição D. Hertha Odebrecht – Mãe educadora	2011	Fotografia	Ações de difusão
Núcleo da Cultura Odebrecht	2011	Fotografia	Trajetória do CMN
Encontro relembra o clássico literário Capitães de Areia	2012	Artigo de periódico	Ações de difusão
Núcleo da Cultura Odebrecht estimula a formação intelectual de jovens	2012	Artigo de periódico	Ações de difusão
Odebrecht homenageia Jorge Amado	2012	Artigo de periódico	Ações de difusão
Representação simbólica de uma cultura	2012	Artigo de periódico	Trajetória do CMN
Incentivo à preservação da água	2013	Artigo de periódico	Ações de difusão

Título	Ano	Tipo	Uso
Palestra Água: desafio do presente ou do futuro?	2013	Fotografia	Ações de difusão
Encontro com pesquisadores da UFBA e equipe do CDR	2016	Fotografia	Ações de difusão
Geração sustentável	2016	Artigo de periódico	Ações de difusão
Troca de conhecimento	2016	Artigo de periódico	Ações de difusão
EOBA 360º: programa dedicado a manter os integrantes do escritório de Salvador bem informados	2018	Artigo de periódico	Ações de difusão
Site Nossa Memória	2023	Imagem	Ações de difusão
Núcleo da Memória Odebrecht	[1984]	Fotografia	Trajetória do CMN

Fonte: Nascimento (2023, p. 53-54).

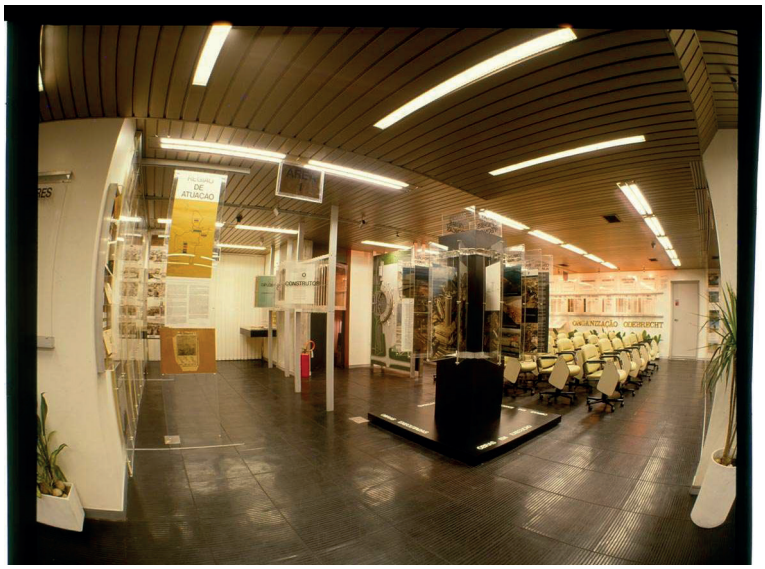
Com base na identificação dos documentos utilizados podemos perceber que abrangem um período entre 1984 a 2016 e que são publicações oriundas da Novonor, em sua maioria periódicas.

A Novonor acredita que para perpetuar a memória e valorizar a história e cultura da empresa, deve preservar o patrimônio histórico do Grupo (Novonor, 2021). Segundo Norberto Odebrecht, fundador do Grupo, "tudo que tem valor tem uma história e uma memória" (Odebrecht, 1984, p. 2). Sendo assim, o CMN é o espaço para fomentar essas premissas. É o elo entre as realizações da empresa com seus integrantes, clientes e comunidade.

De acordo com o entendimento de Thiesen (2013) a memória é fundamental para as instituições. Nesse sentido, os centros de memória são lugares que abrigam e preservam a memória institucional e desempenham um papel importante na construção da identidade institucional. Eles fornecem um espaço para que as pessoas aprendam sobre a história de uma instituição, compartilhem suas histórias e se conectem com outras pessoas que compartilham seus interesses.

O CMN teve a sua origem com a criação do Núcleo de Memória Odebrecht (NMO), no ano de 1984, inaugurado na sede da empresa na Alameda das Espatódias, em Salvador, na Bahia. O NMO se constituiu numa exposição permanente de objetos e fotografias que contavam a trajetória da instituição, conforme ilustra a imagem 1, a seguir. Ele foi criado dentro de uma concepção museológica de ser "uma instituição viva, dinâmica, forjadora de uma cultura onde o passado e o presente mutuamente se fecundam, para gerar o futuro" (Odebrecht, 1984, p. 3). Também foi o primeiro centro de memória empresarial criado no Brasil.

Imagem 1 - Núcleo de Memória Odebrecht



Fonte: Acervo Novonor, [1984].

Em 2004, foi inaugurado o Núcleo da Cultura Odebrecht (NCO), no novo Edifício-Sede Salvador, na Av. Paralela, inaugurado em 2001. Em substituição ao antigo NMO, O NCO (imagem 2) foi criado para articular filosofia e história empresarial com pessoas, com o intuito de disseminar a cultura do Grupo. Assim, de acordo com Norberto Odebrecht, o Núcleo se configura como um espaço que sintetiza a trajetória de indivíduos, seus desafios e conquistas, seus aprendizados e realizações. Essa comunidade se caracteriza por uma base cultural comum, linguagem única e concepções filosóficas compartilhadas (Gutiez, 2005).

Imagem 2 – Núcleo da Cultura Odebrecht

Fonte: Acervo Novonor, 2011

Durante esse intervalo, precisamente em 1991, com a reunião dos acervos iconográfico, audiovisual e textual nasce no Rio de Janeiro, o Centro de Documentação e Referência (CDR), um serviço responsável por guardar e preservar o material histórico e institucional da Novonor com o objetivo de apoiar os integrantes no desenvolvimento dos seus negócios e na educação das futuras gerações de empresários.

Em 1993, o CDR vem para Salvador e passa a fazer parte do Núcleo, permitindo o acesso a gama de informações contida em seu acervo, a exemplo de publicações do Grupo, clippings, fotografias, vídeos, palestras, mensagens, livros, informações sobre o acervo de objetos, entre outros materiais.

Em 1998, o acervo é desmembrado, ficando cada empresa do Grupo responsável pela guarda e gestão da própria documentação. E em 2005, o CDR foi reinaugurado em Salvador sob a gestão (realizada até 2019) da Doc-Expõe Gestão Museológica e Documental, empresa baiana fundada em 1996. O CDR foi constituído e desenvolvido a partir de processos, que facilitam uma melhor conservação da documentação da Novonor e por conseguinte a preservação da memória do Grupo. Estes processos são geridos pelo Sistema Acervo, desenvolvido pela empresa Compuvision, sediada no Rio de Janeiro, que permite controlar uma grande diversidade de informações, além de possibilitar a pesquisa com acesso rápido e eficiente às informações existentes no acervo documental.

Em 2011, nasce também fazendo parte do NCO a Biblioteca Hertha Odebrecht (BHO) (imagem 3), que teve seu acervo formado com doações de Norberto Odebrecht e dos integrantes do Grupo, além de publicações patrocinadas pela Novonor. Composta por revistas, catálogos, almanaques e livros de diversas áreas conta. É um ambiente dinâmico, destinado a eventos culturais com foco na educação.

Imagem 3 – Biblioteca Hertha Odebrecht

Fonte: Acervo Novonor, 2011.

Esses três organismos: NCO, CDR e BHO consolidaram o Centro de Memória, que em 39 anos de trajetória passou por transformações e crescimento, agregando acervos e assumindo um lugar de destaque dentro da empresa no intuito de preservar a memória como fonte de desenvolvimento, onde os ensinamentos do passado ajudam a fortalecer e educar as novas gerações. O CMN contava com instalações físicas do tipo Green Building (edifício sustentável), com acessibilidade integral através de elevadores, rampas de acesso ou escadas, contando com ambientes identificados visualmente, sinalização adequada, todo climatizado e possuía ambiente apropriado para a realização de pesquisas e eventos.

Em 2019, esses espaços foram desmobilizados em função de uma decisão estratégica da empresa em colocar o prédio à venda. Assim como foi descontinuado todo processamento técnico (coleta, inclusão, catalogação e indexação) realizado com a documentação, ficando disponível apenas a pesquisa no site. Parte do acervo da biblioteca foi doado para outras bibliotecas na Bahia, incluindo para a UFBA. O acervo do CMN continua no prédio até que a empresa defina seu destino, mas as ações presenciais nesse espaço não existem mais. Nesse interim, o então presidente do Grupo, Luciano Guidolin, solicitou que todos os negócios guardassem os conteúdos criados no período de 2019 a 2022, até que o CMN voltasse a ativa no futuro.

Essa desmobilização do centro de memória pode ser entendida como um tipo de esquecimento, ou seja, a incapacidade de acessar e recuperar informações devido à falta de procedimentos adequados, deixando de ser uma "memória-arquivo" (Thiesen, 2013).

Em 2022, o Centro recomeça os trabalhos de gestão e guarda da memória da Novonor com a inserção, catalogação e indexação dos escritos de Norberto Odebrecht no sistema. Esse foi o primeiro passo para a retomada dos trabalhos com a memória da empresa no CMN, que passa a ser denominado internamente como Nossa Memória.

Em 2023, o CMN foi reativado, sem o espaço físico que lhe era característico, no intuito de fazer a gestão do acervo arquivístico, biblioteconômico e museológico da Novonor e da família Odebrecht, incorporando aos acervos as principais criações realizadas pela holding, negócios, empresas auxiliares e fundação do Grupo.

Considerando essa trajetória, o CMN tem um papel importante na promoção da memória institucional da Novonor, ampliando a conexão entre a empresa, o integrante e a sociedade, na medida em que a história da empresa se entrelaça com a história da comunidade que a cerca.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo investigar a trajetória do CMN na construção da memória institucional da Novonor. Acreditamos que a pesquisa desenvolvida no Centro de Memória da Novonor oportuniza o registro do conhecimento para a empresa e especificamente para o centro de memória.

No que diz respeito a investigar a trajetória do CMN na construção da memória institucional, a análise documental revelou que a Novonor tem uma história rica e complexa. A empresa foi fundada em 1944 e teve um papel importante no desenvolvimento econômico e social do Brasil. A Novonor também foi envolvida em escândalos de corrupção, que impactaram negativamente a sua imagem. E o Centro de Memória é testemunha disso, pois guarda informações relevantes dos momentos vividos pela empresa, o que subsidia a construção e o fortalecimento da sua memória institucional.

Acreditamos que a pesquisa desenvolvida no Centro de Memória da Novonor oportuniza o registro do conhecimento para a empresa e especificamente para o centro de memória. Dessa forma, recomendamos para pesquisas futuras o aprofundamento da temática da difusão, na perspectiva de uma função arquivística. Assim como a ampliação da discussão de memória/identidade da empresa para memória coletiva e da cidade, tendo em vista a predominância da Novonor em Salvador, na Bahia e no Brasil.

A atuação dos arquivistas nos centros de memória e nos demais espaços que lidam com informações híbridas pode potencializar esses espaços como ferramentas estratégicas para a instituição. Em especial, na estruturação e formalização do conhecimento gerado e registrado.

REFERÊNCIAS

BOECHAT, L. **Entre a memória e o mercado**: identidade, (re)significação e cultura empresarial. 1. ed. Rio de Janeiro: Gramma, 2016. E-book.

CARLASSARA, E. de O. C.; ROCCO JÚNIOR, A. J.; FORTALEZA, K. K. C. O papel organizacional de clubes de futebol brasileiros e os conceitos de organização e instituição. **Organicom**, [S. l.], v. 19, n. 39, p. 160-170, 2022. DOI: 10.11606/issn.2238-2593.organicom.2022.190352. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/organicom/article/view/190352. Acesso em: 9 set. 2023.

CHIZZOTTI, A. A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios. **Revista Portuguesa de Educação**. Braga/Portugal, v. 16, n. 2, 2003. Disponível em: https://www.redalyc.org/pdf/374/37416210.pdf. Acesso em: 20 ago. 2023.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MAXIMIANO, A. C.A. **Introdução à administração**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

NASCIMENTO, T. S. **Olhares sobre a memória institucional**: o lugar de memória da Novonor. 2023. 93f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Arquivologia) – Instituto de Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2023. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/39167/1/Tatiana%20Souza%20Nascimento.%20TCC%20-%20gradua%c3%a7%c3%a30.pdf. Acesso em: 15 ago. 2024.

NOVONOR. **Política sobre comunicação**. Versão 2. São Paulo: Novonor, 2021. 17p. Disponível em: https://apicdn.novonor.com/media/documents/politica_sobre_comunicacao.pdf. Acesso em: 27 abr. 2023.

ODEBRECHT, N. Memória para crescer e perpetuar. **Odebrecht Informa**, São Paulo, n. 34, p. 2-3, ago. 1984.

SCHULTZ, G. **Introdução à gestão de organizações**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. Disponível em: https://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad103.pdf. Acesso em: 06 set. 2023.

SILVA, G. **Sociologia aplicada à administração**. 3. ed. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2014. Disponível em: http://arquivos.eadadm.ufsc.br/EaDADM/UAB3_2013-2/Modulo_1/Sociologia/material_didatico/Livro_Texto-Sociologia.pdf. Acesso em: 06 set. 2023.

SODRÉ, M. Entre a instituição e a organização. In: Ferreira, J. et al. **Entre o que se diz e o que se pensa**: onde está a midiatização? Santa Maria: FACOS-UFSM, 2018. v. 1. Disponível em: https://www.academia.edu/41300371/Entre_o_que_se_diz_e_o_que_se_pensa_onde_est%C3%A1_a_midiatiza%C3%A7%C3%A3o. Acesso em: 07 set. 2023.

THIESEN, I. **Memória institucional**. João Pessoa: UFPB, 2013. 312p.

DIAGNÓSTICO DE CONSERVAÇÃO DO ACERVO ANALÓGICO DA TV UFSC

CONSERVATION DIAGNOSIS OF THE
TV UFSC ANALOG COLLECTION

Laura Tuyama
Universidade Federal de Santa Catarina

Luciane Paula Vital
Universidade Federal de Santa Catarina

Danielle Rocha Benício
Universidade Estadual de Santa Catarina

Resumo

A preservação de obras audiovisuais implica em diversos desafios, entre eles adequar os respectivos espaços físicos para conservar mídias obsoletas em processo de degradação natural. Esta é a atual situação vivenciada no acervo da TV UFSC, que custodia cerca de 3 mil registros do período 1970-2010. Diante disso objetiva-se diagnosticar o o acervo audiovisual analógico e o espaço físico destinado à guarda dessas mídias. Para isso, realizou-se uma pesquisa exploratória, que empregou a investigação de fontes iconográficas, revisão bibliográfica e estudo de caso, abrangendo a análise de documentação direta e indireta. Ademais, contruiu-se um histórico acerca deste acervo - essencial à construção de sua identidade e de seu propósito. Considerando-se a análise do espaço físico, apontaram-se aspectos a serem corrigidos relativos à temperatura, à umidade, à luminosidade e ao risco de infiltração. Entre as ponderações positivas, destacaram-se a digitalização dos bens patrimoniais em desenvolvimento e a receptividade da gestão universitária em prol das correções imprescindíveis, indicando compromisso a favor da manutenção e salvaguarda deste patrimônio cultural.

Palavras-Chave: TV universitária; Preservação audiovisual; Patrimônio cultural.

Abstract

The preservation of audiovisual works involves several challenges, including adapting the respective physical spaces to conserve obsolete media in the process of natural degradation. This is the current situation experienced in the UFSC TV collection, which holds around 3 thousand records from the period 1970-2010. In view of this, the objective is to diagnose the analog audiovisual collection and the physical space destined to the storage of these media. To this end, an exploratory research was carried out, which used the investigation of iconographic sources, bibliographic review and case study, covering the analysis of indirect and direct. Furthermore, a history was made about this collection - essential to the construction of its identity and purpose. Considering the analysis of the physical space, aspects to be corrected were highlighted regarding temperature, humidity, luminosity and risk of infiltration. Among the positive considerations, the digitalization of heritage assets in progress and the receptivity of university management towards indispensable corrections stood out, indicating a commitment to maintaining and safeguarding this cultural heritage.

Keywords: University TV; Audiovisual preservation; Cultural heritage.

INTRODUÇÃO

Este texto delimita-se ao acervo composto pela coleção de mídias físicas da emissora de televisão pública da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), a TV UFSC. Ao longo de sua história de 26 anos, a TV UFSC vem compondo seu acervo audiovisual, formado por boletins jornalísticos, entrevistas, séries documentais, entre outros programas. Ela também guarda registros desde os anos 1970, uma parte originada de canais públicos e educativos já extintos. Ressalta-se que esse conteúdo está disponiblizado em mídias de diversos tipos, já obsoletas e em processo de deterioração natural. Desde 2021 tal material está sendo digitalizado; após esse processo, almeja-se preservar as mídias físicas como memória desse acervo.

Até o presente momento não existem avaliações sobre o estado de conservação, bem como acerca das condições de temperatura, umidade e luminosidade do espaço físico sede do acervo audiovisual analógico da TV UFSC. Tampouco há avaliação que certifique que o mobiliário é o mais adequado e está disposto da melhor forma para a salvaguarda

dos materiais. Essas avaliações são imprescindíveis para que o mesmo espaço continue a abrigar o acervo e, assim sendo, favoreça que o processo de deterioração natural ocorra o mais lentamente possível.

Diante de tal problematização, coloca-se a seguinte questão: qual o estado de conservação do acervo audiovisual analógico da TV UFSC? Por conseguinte, estabelece-se como objetivo geral diagnosticar o acervo audiovisual analógico e o espaço físico destinado à guarda dessas mídias. A partir disso decorrem os seguintes objetivos específicos: identificar as características do acervo audiovisual analógico da TV UFSC; construir o histórico desse acervo; analisar as condições espaciais atuais do espaço que abriga o mencionado acervo; e contribuir para a preservação do legado da televisão pública como patrimônio cultural da UFSC.

Conhecer o acervo audiovisual analógico da TV UFSC constitui uma estratégia inicial para se planejar e executar políticas e ações institucionais de conservação audiovisual. O ineditismo desta pesquisa pode contribuir para dar mais visibilidade a essa iniciativa e servir como um documento para se pleitear melhorias das condições do espaço físico de guarda dessas mídias. Deveras, trata-se de uma coleção considerada expressiva e significativa, rara e única no contexto da Universidade, do Município de Florinópolis e do Estado de Santa Catarina.

ABORDAGEM METODOLÓGICA

A consecução dos objetivos arrolados recorreu à pesquisa exploratória, que empregou a investigação de fontes iconográficas, a revisão bibliográfica (a partir de recomendações e legislações internacionais e nacionais e de artigos científicos e demais trabalhos acadêmicos sobre preservação audiovisual) e o estudo de caso, abrangendo a análise de documentação indireta e de documentação direta e, assim, o exame do resultante da coleta de dados *in loco*, da consulta a materiais do acervo e da aplicação de instrumentos diagnósticos. Ademais, efetuou-se um histórico acerca deste acervo - essencial à construção de sua identidade e de seu propósito. Considerando-se a análise do espaço físico, apontaram-se aspectos a serem corrigidos relativos à temperatura, à umidade, à luminosidade e ao risco de infiltração.

Para a análise do acervo da TV UFSC e do seu espaço físico, utilizou-se como referência basilar o manual de aplicação de inventários participativos (Florêncio *et al.*, 2016), publicação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Daí empregaram-se dois instrumentos: a Ficha dos Lugares e a Ficha dos Objetos. Além disso, para executar o diagnóstico do espaço físico destinado à guarda das mídias (incluindo a estrutura arquitetônica, o mobiliário e os demais equipamentos e objetos), adotaram-se as "Recomendações para a Construção de Arquivos", do Conselho Nacional de Arquivos (Conarq, 2000).

PRESERVAÇÃO DE BENS CULTURAIS AUDIOVISUAIS

Edmondson (2017) relata que a preservação audiovisual se apoia em instrumentos da Unesco voltados à proteção e acesso ao patrimônio documental e cultural. Uma dessas iniciativas é o programa Memória do Mundo, de 2002, que se aplica não apenas a imagens em movimento, mas ao patrimônio documental mundial. Além disso, outros documentos da Unesco são a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial de 2003, a Carta para a Preservação do Patrimônio Arquivístico Digital, de 2003, e o Projeto de Recomendação sobre Preservação e Acesso ao Patrimônio Documental, inclusive em Forma Digital, de 2015 (Edmondson, 2017, pág. 9). No âmbito da Unesco, é possível encontrar referências à preservação do patrimônio audiovisual junto ao Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauro de Bens Culturais (ICCROM, sigla em inglês para *International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property*). A entidade destaca uma área especialmente voltada à preservação de audiovisual, a SOIMA (sigla para Sounds and Image Collections Conservation, ou Conservação de Coleções de Som e Imagem).

A preservação de legados culturais tem sido objeto de estudos, teorias, recomendações e legislações desde o século XIX. A propósito, das inaugurais teoria da conservação e do restauro e recomendações internacionais da preservação (estas deflagradas com a Carta de Atenas em 1931), à atual Constituição Federal de 1988 (Brasil,1988), constata-se a ampliação da noção de patrimônio e dos instrumentos preservacionistas (Castriota, 2009; Sant'Anna, 2015). Com efeito, observa-se um alagamento do conceito de bem patrimonial, inicialmente ligado a monumentos de excepcionais valores estético-histórico a tombar, abrangendo atualmente a concepção de heranças culturais materiais e imateriais, incluindo sítios e paisagens a chancelar, reconhecidas graças à diversidade de valores, inclusa a intersubjetividade (Viñas, 2021) dos detentores da herança a tutelar.

Neste contexto também se insere a defesa da salvaguarda do audiovisual, principalmente a partir do final da década de 1970, através da aproximação da Federação Internacional dos Arquivos Filmográficos (FIAF) com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) (Bezerra, 2009). Este encontro deu origem à "Recomendação para a Proteção e Preservação de Imagens em Movimento" (Unesco, 1980), a qual sugere aos países membros considerarem os arquivos audiovisuais como um legado a ser conservado para as próximas gerações. Desde então, a propósito disso, no âmbito da Unesco surgiram diversos documentos.

No Brasil, considerando a legislação preservacionista, a Constituição Federal de 1988 (Brasil,1988) não menciona explicitamente o termo audiovisual. No entanto, é possível fazer inferência no conceito de patrimônio cultural como obras e documentos referentes a manifestações artístico-históricas-culturais. No campo específico da preservação audiovisual, a entidade brasileira mais antiga dedicada a esse fim é a Cinemateca Brasileira,

fundada em 1956 em São Paulo. Um de seus valores é ser "referência na preservação e patrimônio histórico, artístico e documental, preservando as imagens em movimento e os modos de exibição e recepção". A entidade recebe o depósito e realiza a guarda não apenas de obras exibidas nos cinemas, como também produções destinadas à televisão, internet, publicidade, obras domésticas, amadoras, exibidas ou não publicamente. No entanto, Bezerra (2014, p. 10) afirma que, no contexto atual em que há um protagonismo cada vez maior de ações de preservação promovidas por acervos em diferentes regiões, não se justifica esse papel de tutela exercido pela entidade. Para a autora, os arquivos audiovisuais adotam um horizonte de pensamento e de ação diferente, "e não mais aceitam a ideia de que somente a CB teria condições e a missão de preservar o acervo audiovisual do país" (Bezerra, 2014, p. 10).

Além da Cinemateca Brasileira, Ferreira (2020) destaca também outras instituições nacionais ligadas à preservação audiovisual no âmbito federal, como o Centro Técnico Audiovisual (CTAv), ligado à Secretaria do Audiovisual (SAv) do Ministério da Cultura (MinC), e o Arquivo Nacional, que é ligado ao Ministério da Justiça. A autora chama atenção para a "fragilidade das iniciativas isoladas que sofrem a cada alteração de Governo, extinção ou criação de entidades", concluindo que "não há que se falar em política de preservação audiovisual no Brasil" (Ferreira, 2020, p.109).

No diagnóstico da situação no Brasil, realizado em 2016, a Associação Brasileira de Preservação Audiovisual (ABPA) destacava os seguinte pontos, que até o momento ainda não foram resolvidos: a ausência de política nacional, a carência de recursos e de estabilidade nas ações de preservação, legislação inadequada e desatualizada, instituições detentoras de acervos audiovisuais com infraestrutura precária, diagnóstico e catalogação deficiente dos acervos e falta de uma política de acervo na maioria das instituições (ABPA, 2016).

Quando se trata de preservação audiovisual, Maltz e Shefter (2015) explicam que a principal estratégia tem sido armazenar e ignorar. A composição químico-física das mídias torna sua expectativa de vida relativamente curta, além de serem mais vulneráveis a danos por manuseio e armazenamento inadequados - o que resulta, não raro, na perda da informação (Prentice; Gaustad, 2017). Inclusive, Edmondson (2017) alerta que a fragilidade dos equipamentos utilizados para ler as mídias é maior que os próprios suportes que registram as imagens.

O Conselho Coordenador das Associações de Arquivos Audiovisuais (CCAAA, [*s. d.*]) estima que acervos mundiais já perderam muito de seu conteúdo em decorrência do processo natural de degradação. Por isso, alerta que, dentro de 10 a 20 anos, uma porção significativa de arquivos pode desaparecer, gerando o acesso desigual à memória coletiva das nações. Daí se verifica a imprescindibilidade e a urgência de migração de conteúdos do suporte analógico para o digital.

CARACTERIZAÇÃO DO ACERVO AUDIOVISUAL DA TV UFSC

O acervo de audiovisuais da emissora de televisão pública da Universidade Federal de Santa Catarina origina-se com sua criação em 1998. Desde 2013, a TV UFSC faz parte da Rede Nacional de Comunicação Pública (RNCP) da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), formada por 122 emissoras públicas, das quais 45 são TVs universitárias. Emerim e Crocomo (2019) relatam que, para exibir conteúdo na grade com programação, uma equipe da TV coletou produções audiovisuais em vários setores da UFSC. No decorrer do tempo, o acervo também abarcou gravações realizadas por emissoras públicas locais já desativadas, como a TV Anhatomirim (1994-1998) e a TV Cultura Florianópolis (1994-2009).

Em 2012, iniciou-se a organização de fitas e mídias com os conteúdos analógicos, estas guardadas na sala atual, a qual, na época, tinha metade do tamanho e localizava-se ao lado de uma cozinha. Esta foi desativada, ampliando o espaço do acervo (TV UFSC, 2022).

Em 2019, elaborou-se um projeto para digitalização do acervo analógico. A iniciativa do cineasta José Henrique Nunes Pires gerou a proposta "Acervo TVUFSC", a qual conquistou a segunda colocação no edital público estadual Elisabete Anderle. Como suplente, a proposta não obteve recursos para sua execução. Então, em 2021, essa proposta foi apresentada ao deputado federal catarinense Esperidião Amin, que destinou uma emenda parlamentar de R$ 300 mil, possibilitando o começo da digitalização do acervo em outubro do mesmo ano (TV UFSC, 2022). Ressalta-se que ainda é preciso realizar a catalogação do material digitalizado, para que se descubra em detalhes do que trata este acervo.

Considerando a descrição do acervo audiovisual da TV UFSC, com base na "Ficha dos Lugares" e na "Ficha dos Objetos" (Florêncio *et al.*, 2016), destaca-se que tal acervo está locado em uma sala de 33,94m² (3,65m x 9,30m), situada nos fundos do segundo e último piso do prédio da TV UFSC, no Centro de Florianópolis, com paredes voltadas para as faces norte, oeste e sul. Essa configuração gera muita incidência de luz, calor, umidade e risco de infiltração (causada por chuvas). Há piso revestido com material vinílico; cobertura com forro de gesso, laje de concreto e telhado de fibrocimento; janelas basculantes de alumínio (com dimensões 3,65m x 0,90m) nas fachadas norte e sul; e divisória interna de compensado, com porta de acesso, separando o acervo e o corredor e refeitório.

O acervo inclui mídias das décadas de 1970 a 2010, em 12 tipos de suportes: U Matic, VHS, S-VHS, Betacam, Beta Digital, Mini-dv, CDs, DVDs, fotografias em slides, além de formatos em película, como filmes Super 8, 16mm e 35mm. Há cerca de 3 mil fitas, a maioria acondicionada em caixa individual em uma das 15 estantes de aço e em uma prateteleira de madeira; algumas fitas estão colocadas em caixas de papelão. A situação que parece mais precária decorre dos filmes empilhados fora de embalagens - alguns com indícios de mofo. Também há equipamentos de acesso a mídias, como aparelhos betacam, mini-dv, videocassetes, leitores de CDs e DVDs; inclusive há quatro aparelhos U-Matic, nenhum no formato das fitas disponíveis (Pal-M). Ademais, entre outros objetos

obsoletos, há peças de iluminação, televisor de tubo, câmera filmadora, retroprojetor, mesas de edição de vídeo analógico, monitores, gabinete e teclado de computador, aparelhos de ar condicionado, case para transporte de materiais - alguns depositados sobre o piso. Não há indicação se tais equipamentos e objetos estão estragados ou em funcionamento. Além disso, o mobiliário compõe-se de mesas, armários e cadeiras.

Na parede oeste está instalado um aparelho de ar condicionado, que não funciona. Há dois desumidificadores em funcionamento, mas a sala não conta com equipamento para monitorar a temperatura e a umidade. Instrui-se que o acesso de pessoas à sala do acervo é restrito à retirada e à guarda dos materiais, além da limpeza periódica.

Considerando, por sua vez, a descrição das condições de manutenção, notam-se diversos pontos a serem reparados: há mofo nas paredes oeste e sul; há cortina em apenas uma das janelas basculantes, gerando através da outra a exposição à incidência do sol da manhã; e há um alçapão sem tampa no forro de gesso, localizado próximo à entrada da sala, desvelando o telhado. A propósito, esse alçapão foi aberto há cerca de dois anos para a inspeção da cobertura e identificação da origem de goteiras na sala; através dele, gerou-se nova fonte de goteiras.

AVALIAÇÃO DO ACERVO AUDIOVISUAL DA TV UFSC

As recomendações do Conarq (2000) aplicáveis aos acervos audiovisuais referem-se à categoria de "Depósitos Especiais", abrangendo especificações relativas às condições "especiais" de armazenamento de fotografias, filmes, discos, registros eletrônicos, fitas de áudio e videomagnéticas. Deve-se atender três condições: termo-estabilidade, luminosidade e estática.

O Conarq (2000) estabelece como condições especiais para a guarda de registros magnéticos: temperatura de 18 graus, com variação de mais ou menos um grau; e umidade em torno de 40%, com variação de mais ou menos 5%. Percebe-se que a situação do acervo da TV UFSC é inadequada, posto que a sala está exposta à incidência solar a partir de três faces do edifício e do telhado e que não funciona o condicionamento de ar. A falta de refrigeração na sala desafia a possibilidade de se atingir a condição ideal de temperatura e de umidade em prol da preservação do acervo da TV UFSC.

Em concomitância, a instalação dos dois desumidificadores em 2022 não é suficiente para minimizar a alta umidade, característica da região. Além disso, piorando a situação, a sala está sujeita à infiltração de água da chuva, conforme o exposto.

Quanto à luminosidade, o Conarq (2000) recomenda: a intensidade de luz reduzida para 500 ou 450 lux; a radiação ultravioleta (UV) fixada em 75 microwatts por lúmen (µw/l); o uso de persianas ou outro recurso para reduzir a entrada de insolação, especialmente o emprego de filtros contra a radiação ultravioleta invisível. Recorda-se que

na sala do acervo da TV UFSC não há bloqueio da incidência de exposição solar através das janelas na face norte.

O Conarq (2000) também recomenda: as estantes posicionadas de forma perpendicular às janelas, evitando-se a ação direta das radiações de UV sobre os materiais; a largura de 0,70m nos corredores entre as estantes, na passagem entre o fim das fileiras e as paredes e nas circulações de inspeção; o afastamento de 0,30m desde as estantes até as paredes e o teto; e a altura mínima de 0,10m entre a prateleira inferior e o piso. Apesar disso, na sala do acervo da TV UFSC as estantes ficam enfileiradas em paralelo às janelas: das 15 estantes de aço existentes, oito têm uma lateral encostada na parede oeste do prédio e seis estão encostadas na divisória fronteira com o corredor; apenas uma estante está na área central, mas exposta à luz. Salienta-se que a distância entre as estantes é inferior ao recomendado pelo Conarq (2000), chegando a situações de 0,30m entre elas.

Em síntese, a avaliação do acervo audiovisual da TV UFSC fundamenta a identificação de aspectos a serem corrigidos relativos à temperatura, à umidade, à luminosidade e ao risco de infiltração. A partir disso, disponibiliza-se este diagnóstico preliminar a favor da execução do exame mais minucioso e pormenorizado, incluindo a participação de profissionais especializados, como arquivistas, arquitetos e restauradores. Com isso, possibilita-se o processo decisório e executivo para a guarda, e efetiva salvaguarda, desse patrimônio cultural.

CONCLUSÃO

Realizou a pesquisa exploratória com o intuito de diagnosticar esse acervo audiovisual analógico e seu respectivo espaço físico de guarda das mídias. Ora, em uma sala diminuta no pavimento de cobertura do prédio da TV UFSC estão depositadas cerca de 3 mil mídias audiovisuais de 12 tipos de tecnologias diferentes, já obsoletas, datadas originalmente entre as décadas de 1970 e 2010. Conforme o exposto acerca da caracterização e da avaliação do acervo audiovisual da TV UFSC, é atualmente danoso, perigoso e tendente ao funesto, o estado de conservação desse acervo e de seu espaço físico destinado à guarda das mídias. Com efeito, trata-se de situação crítica, com problemas graves, que pode ocasionar algo desastroso, inclusive pode provocar a perda irremediável e definitiva do patrimônio a ser transmitido para as gerações futuras.

Entre os resultados obtidos, destaca-se que a situação mais crítica é o estado de conservação da sala destinada à guarda de materiais frágeis. Além disso, há aspectos que demandam a tomada de decisão-ação urgente, como por exemplo: a eliminação do mofo e a solução dos problemas de infiltração de água; a correção das condições de temperatura, umidade, luminosidade e estática; a reorganização do mobiliário; a limpeza (e o conserto se necessário) e o acondicionamento correto dos equipamentos de leitura

das mídias; a seleção e a retirada de mídias em estado de deterioração; e a triagem e a remoção de mobiliário e outros objetos que não fazem parte do acervo. Outrossim, ratifica-se a necessidade de realização do diagnóstico detalhado específico das mídias que compõem o acervo. Concomitantemente, reconhece-se o imenso desafio de gerir espaços de acervos como este, em contexto de limitação orçamentária, sem políticas públicas nem ações preventivas governamentais, tampouco fontes suficientes de financiamento voltadas à preservação audiovisual.

Destaca-se como muito positivo na TV UFSC o projeto de digitalização do acervo analógico em desenvolvimento, o que mostra a receptividade da gestão universitária em prol das correções imprescindíveis, como também indica preocupação e compromisso da Universidade a favor da manutenção e da salvaguarda de seus registros de cultura e memória - seus bens patrimoniais.

REFERÊNCIAS

Associação Brasileira de Preservação Audiovisual (ABPA). **Plano Nacional de Preservação Audiovisual.** CineOP - 18ª Mostra de Cinema de Ouro Preto, Ouro Preto: 2023. Disponível em: https://abpanet.org/wp-content/uploads/2023/06/plano_nacional_preservacao_audiovisual_2023.pdf. Acesso em: 16 jul. 2024.

BEZERRA, Laura. A Unesco e a preservação do patrimônio audiovisual. *In*: ENECULT, Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, 5., 2009, Salvador. **Anais**... Salvador: [*s. n.*], 2008. Disponível em: https://www.cult.ufba.br/enecult2009/19163.pdf. Acesso em: 17 nov. 2023.

_____. "Cinema-monumento"? Patrimônio, diversidade e os (antigos e novos) desafios da preservação audiovisual na América Latina. **Imagofagia,** (22), 309–331, 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 12 dez. 2023.

CASTRIOTA, Leonardo. **Patrimônio cultural**: conceitos, políticas, instrumentos. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (CONARQ). **Recomendações para a construção de arquivos**. Rio de Janeiro: Conarq, 2000. Disponível em: https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/recomendaes_para_construo_de_arquivos.pdf. Acesso em: 19 dez. 2023.

COORDINATING COUNCIL OF AUDIOVISUAL ARCHIVES ASSOCIATIONS (CCAAA). What we do. **Safeguarding endangered archives**: a shared vision, [*S. l*: *s. n.*, *s. d.*]. Disponível em: https://www.ccaaa.org/pages/what-we-do/safeguarding-endangered-archives.html. Acesso em: 11 maio 2024.

EDMONDSON, Ray. **Arquivística audiovisual**: filosofia e princípios. Brasília: Unesco, 2017. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000259258. Acesso em: 28 ago. 2022.

EMERIM, Cárlida; CROCOMO, Fernando. TV UFSC: considerações sobre a gestão de uma televisão pública em Santa Catarina. **Revista Brasileira de História da Mídia**, v. 8, n. 2, jul.-dez. 2019. Disponível em: https://ojs.ufpi.br/index.php/rbhm/article/view/7502/5818. Acesso em: 04 dez. 2023.

FERREIRA, Fabiana Maria de Oliveira. **A cinemateca brasileira e as políticas públicas para a preservação de acervos audiovisuais no Brasil.** 2020. 147 f., il. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Universidade de Brasília, Brasília 2020.

FLORÊNCIO, Sônia *et al*. **Educação patrimonial**: inventários participativos - manual de aplicação. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2016.

MALTZ, Andrew; SHEFTER, Milton (Orgs). **O dilema digital 2**: perspectivas de cineastas independentes, documentaristas e arquivos audiovisuais sem fins lucrativos. São Paulo: Instituto Butantan, 2015. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5506159/mod_resource/content/2/Dilema_Digital_2_PTBR.pdf. Acesso em: 19 set. 2023.

PRENTICE, Will; GAUSTAD, Lars. (Eds.). **A salvaguarda do patrimônio audiovisual**: ética, princípios e estratégia de preservação. 4. ed. Londres: Associação Internacional de Arquivos Sonoros e Audiovisuais, 2017. Disponível em: https://www.iasa-web.org/sites/default/files/downloads/publications/TC03_4th_edition_Portuguese.pdf. Acesso em: 18 ago. 2022.

SANT'ANNA, Márcia. Preservação como prática: sujeitos, objetos, concepções e instrumentos. *In*: REZENDE, Maria Beatriz *et al*. (Orgs.). **Dicionário Iphan de Patrimônio Cultural**. Rio de Janeiro; Brasília: Iphan/DAF/Copedoc, 2015. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Preserva%C3%A7%C3%A30%20pdf.pdf. Acesso em: 08 out. 2023.

TV UFSC. **Especial acervo TV UFSC**: resgate de memórias. 1 vídeo (15 min.). TV UFSC, 2022. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=J_01z4NbJhM. Acesso em: 11 maio 2024.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). **Recomendação para a proteção e preservação de imagens em movimento. Conferência Geral da Unesco**. Belgrado: [*s. n.*], 1980. Disponível em: http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/82253. Acesso em: 12 dez. 2023.

VIÑAS, Salvador. **Teoria contemporânea da restauração**. Belo Horizonte: Edufmg, 2021.

S.O.S. MEMÓRIA E PATRIMÔNIO DO RS: RELATO DE EXPERIÊNCIAS SOBRE OS ARQUIVOS ATINGIDOS PELAS ENCHENTES NO RIO GRANDE DO SUL

S.O.S. MEMORY AND HERITAGE OF RS: A REPORT ON EXPERIENCES WITH THE ARCHIVES AFFECTED BY THE FLOODINGS IN RIO GRANDE DO SUL

Juliano Silva Balbon
Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul
Carla Vargas Segatto
Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul
Gabriel Gaziero
Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul

Resumo

O Rio Grande do Sul passou, no ano de 2024, por um desastre climático também acometeu os arquivos, deixando danos irreparáveis à sua estrutura e aos seus acervos. Este relato de experiência descreve como o Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul – APERS atuou no sentido de elaborar um diagnóstico do cenário enfrentado, inventariando o número de arquivos atingidos, coordenando uma frente de apoio por meio de trabalho voluntário e elaborando orientações emergenciais para salvamento e resgate da documentação. Além disso, este trabalho aponta para melhorias sistêmicas voltadas à prevenção e à mitigação de eventos semelhantes no futuro.

Palavras-Chave: Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul; Patrimônio; Salvamento e recuperação de acervos.

Abstract

In 2024, the state of Rio Grande do Sul experienced a climate disaster that also affected the archives, leaving behind irreparable damage to their structure and collections. This report describes how the Public Archive of the State of Rio Grande do Sul – APERS developed actions aimed at developing a diagnosis of the scenario faced, inventorying the number of institutions affected, coordinating support through voluntary work and preparing emergency guidelines for the rescue and retrieval of documentation. Beyond that, this work points at systemic improvements that can help prevent and mitigate the effects of similar events in the future.

Keywords: Public Archive of the State of Rio Grande do Sul; Heritage; Rescue and retrieval of collections.

INTRODUÇÃO

Entre os meses de abril e maio de 2024, o Rio Grande do Sul foi acometido pelo maior desastre climático de sua história. O estado foi levado a decretar situação de calamidade quando chuvas volumosas e constantes estacionaram sobre o seu território e deixaram rastros de destruição e morte. Como exemplo, os dados de precipitação acumulada em Porto Alegre, entre 27 de abril e 27 de maio, somaram 664 mm, o que corresponde a 44% da média anual para a cidade. Segundo a Defesa Civil do RS, dados atualizados em 09 de agosto de 2024, 478 municípios e 2.398.255 pessoas foram afetados, e a tragédia levou 183 vidas, 28 restam desaparecidas. Do ponto de vista dos arquivos, centros de documentação e memória, bibliotecas e museus, também acometidos pela enchente, a dimensão e a velocidade das águas expuseram vulnerabilidades latentes quanto à infraestrutura, aos investimentos, à execução da gestão documental nos acervos estaduais, bem como demonstrou a urgência da implementação de um sistema voltado para a gestão de riscos nessas instituições. Nesse sentido, de acordo com a publicação técnica elaborada pelo Arquivo Nacional, a utilização das diretrizes de gerenciamento de riscos:

> fornece uma visão abrangente e simultânea dos diversos tipos de risco para o patrimônio, desde eventos súbitos e catastróficos (desastres) até os diferentes processos de degradação que ocorrem de forma mais gradual e acumulativa. A partir da identificação e análise desses riscos, é possível estabelecer prioridades de ação e alocação de recursos para mitigá-los conforme sua magnitude. Dessa forma, medidas e estratégias eficazes, sustentáveis e

> transparentes podem ser elaboradas no sentido de maximizar os benefícios do patrimônio cultural. (AN, 2019, p.6)

Esse cenário de devastação coloca em voga reflexões importantes e propõe desafios ao poder público do Rio Grande do Sul e demais estados brasileiros para a conservação do patrimônio documental diante de um futuro em que os eventos climáticos extremos estarão cada vez mais presentes (MCTI, 2024).

O Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS), órgão gestor do Sistema de Arquivos do Estado do RS (SIARQ-RS), tem como competência zelar pelo patrimônio documental protegido pela Constituição Federal, em seu artigo 216 e pela Lei de Arquivos, Lei 8.159/1991. Esse patrimônio, cuja guarda tem uma multiplicidade de finalidades, sejam elas culturais, científicas, comprobatórias na garantia de direitos aos cidadãos ou de transparência da administração pública, se constitui a partir do desenvolvimento das atividades do Poder Público e, pela ação dos arquivos como instituições culturais, ganha novos significados sociais no seu entrelaçamento com as questões do presente. Sendo assim, é dever do Estado a preservação do patrimônio público como forma de garantir à sociedade o direito à memória e à cidadania (Iphan, 2014; SCIFONI, 2019).

O APERS, cujos prédios fazem a custódia de 21 milhões de documentos permanentes em suporte papel, não foi diretamente atingido: a água que tomou o centro de Porto Alegre chegou a menos de 100 metros dos seus portões. A maioria dos demais arquivos do Poder Executivo Estadual não teve a mesma sorte, o que colocou o Arquivo Público diante de um cenário de devastação sem precedentes e precisando agir de forma urgente a fim de identificar os arquivos atingidos e o estado da documentação afetada, de viabilizar recursos humanos e materiais e de orientar e acompanhar os trabalhos de salvamento do patrimônio documental.

Desta forma, foram planejadas e executadas ações voltadas ao diagnóstico do cenário enfrentado, ao levantamento de arquivos atingidos, à coordenação de uma frente de trabalho voluntário e à elaboração de orientações emergenciais para salvamento e resgate da documentação (APERS, 2024a). Neste relato de experiência, pretende-se apresentar estas ações levadas à cabo pelo Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul e da experiência dos servidores públicos envolvidos durante o período, apontando para as medidas implementadas, o diagnóstico dos impactos, as ações emergenciais necessárias e as recomendações para minimizar os danos no futuro.

O relato está estruturado cronologicamente, apresentando as ações que foram tomadas enquanto o acesso seguro aos arquivos ainda estava obstruído; aquelas de salvamento direto quando os primeiros espaços foram liberados para entrada dos servidores públicos; os levantamentos e diagnósticos da dimensão do desastre sobre os arquivos estaduais - que só pôde ser realizado quando a água finalmente retrocedeu - e como o corpo técnico do Arquivo

Público reestruturou seu fluxo de trabalho para atender ao volume crescente de órgãos atingidos. Por fim, após dimensionar os efeitos da catástrofe, o relato se encerra apontando que as melhorias necessárias implicam na construção de políticas públicas voltadas para a gestão de riscos, investimento em pessoal e infraestrutura, valorização dos arquivos e fortalecimento da gestão documental e da preservação digital. São iniciativas que devem ser levados a cabo como governança de estado, para prevenir novos sinistros, bem como dar melhores condições de resposta às instituições arquivísticas caso eles aconteçam.

Assim, propõe-se um diálogo com a comunidade arquivística, de forma a contribuir com os aprendizados obtidos ao longo desse tortuoso processo para que ela esteja, como um todo, mais preparada para enfrentar os desafios da emergência climática que bate à porta. Este trabalho, escrito por três servidores do APERS, é o resultado de uma construção a muitas mãos, que aliou profissionais de arquivo, comunidade acadêmica, voluntários, servidores públicos do patrimônio e da segurança pública, dentre tantos outros, todos engajados e dispostos a mobilizar os recursos ao seu alcance a fim de viabilizar soluções aos problemas diversos que se apresentaram durante a catástrofe. Deixamos aqui o nosso agradecimento a todos e todas.[1]

ANTES DA ÁGUA BAIXAR: ARQUIVOS ATINGIDOS, VOLUNTÁRIOS E MANUAIS DE ORIENTAÇÃO

No final de abril de 2024 as chuvas incessantes que acometeram o Rio Grande do Sul deram o primeiro sinal de alerta aos arquivos e centros de documentação com sede no estado. No dia 30 de abril, uma terça-feira, o Arquivo Geral da Universidade Federal de Santa Maria (DAG-UFSM) foi inundado. As imagens dos servidores do arquivo com água na altura do peito chocaram a comunidade arquivística e geraram reações de solidariedade de diversas instituições, dentre elas o Arquivo Nacional

Neste primeiro momento a água varreu as cidades da região central do estado e da serra gaúcha, deixando-as isoladas, enquanto destruía a infraestrutura de transportes, habitação, educação, saúde e comunicação. Havia apreensão quanto aos efeitos que todo aquele volume de água teria sobre a região metropolitana quando ela chegasse ao Rio do Sinos, Delta do Jacuí, Rio Gravataí, do Caí, afluentes do Rio Guaíba que banha Porto Alegre e cidades vizinhas. Nos dias 02 e 03 de maio, o Governo do Estado emitiu comunicado oficial aos servidores para que trabalhassem remotamente, devido às chuvas

1 Arquivo Nacional, Exército Brasileiro, Marinha do Brasil, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Universidade Federal de Santa Maria, Universidade Federal de Pelotas, Laboratório de Conservação da Universidade Federal de Santa Catarina, Associação dos Arquivistas do Estado do Rio Grande do Sul, Associação dos Conservadores e Restauradores do Rio Grande do Sul, Associação dos Amigos do Arquivo Público do RS, Museu Júlio de Castilhos, Instituto Brasileiro de Ciência, Informação e Tecnologia, Fundação Oswaldo Cruz, Sistema Estadual de Museus do Rio Grande do Sul, Defesa Civil do RS, Corpo de Bombeiros Militar, Brigada Militar, Superintendência dos Serviços Penitenciários.

intensas e à subida vertiginosa do Guaíba. No final da tarde daquela sexta-feira (03) a água já tomava a Avenida Mauá, a Rua Júlio de Castilhos e o Mercado Público.

A escalada dos eventos foi rápida, desligamento de bombas que dão vazão ao escoamento pluvial da cidade ficaram submersas, falta de energia elétrica e de sinal de telefone, obstrução dos principais acessos à cidade, rompimento de diques e comportas, bairros inteiros embaixo d'água, centenas de milhares de pessoas desabrigadas e precisando de resgate. No domingo (05), o nível do Guaíba atingiu sua nova marca histórica, 5,33 metros, superando o octogenário recorde de 4,76 metros da enchente de 1941. Levariam 15 dias para que os servidores retornassem ao Arquivo Público, ao Centro Administrativo Fernando Ferrari (CAFF), principal prédio da administração pública estadual, só retornariam de forma escalonada, em julho.

Levantamento de instituições atingidas

Nos primeiros dias do mês de maio, os servidores do Arquivo Público se reuniram virtualmente identificando o cenário que se avizinhava: os arquivos do estado seriam atingidos e em grande quantidade. Além do caso da UFSM, vinha à tona o alagamento do Museu Estadual do Carvão, situado na cidade de Arroio dos Ratos, que custodia acervo museológico e arquivístico da extinta Companhia Estadual de Mineração. Este Museu faz parte da estrutura de equipamentos culturais pertencente à Secretaria de Estado da Cultura e ficou parcialmente submerso.

Assim, definiu-se que a primeira prioridade deveria ser o levantamento das instituições atingidas, para isso foi elaborado um formulário de identificação, que solicitava informações relativas a contatos, dados sobre o acervo, se foi atingido e a proporção, local de armazenamento, metragem linear, dentre outros dados. O formulário foi divulgado nas redes sociais do Arquivo Público, pois naquele momento o site da instituição, como também quase a totalidade de sites e sistemas governamentais, encontrava-se desativado em virtude do desligamento do *datacenter* da PROCERGS, Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Rio Grande do Sul S.A., também acometida pela enchente. Foram dias de incerteza e de isolamento, pelos danos impostos à infraestrutura de abastecimento, transporte e comunicações, que dificultou muito o contato entre as instituições arquivísticas, da capital e do interior. Frente a esse "apagão" dos sistemas oficiais de comunicação, especialmente do site do Arquivo Público, as mídias sociais do APERS no *Instagram* e no *Facebook*s e tornaram aliados importantes para a divulgação dos comunicados e recomendações, bem como para o contato com a comunidade e com as demais instituições.

A divulgação do formulário contou com amplo engajamento nas redes sociais, tendo muitos compartilhamentos que multiplicaram seu alcance. Há de se observar que nesse momento de emergência as pessoas da comunidade foram muito sensibilizadas e

apoiaram as iniciativas promovidas pelo Arquivo. No auge da crise, porém, havia muitos limites a uma avaliação adequada dos arquivos atingidos: o afastamento das atividades profissionais; as enormes áreas afetadas, com muitos desabrigados; a falta de eletricidade e sinal de internet; e o próprio isolamento dos arquivos atingidos, muitos ainda embaixo d'água e sem liberação para entrada. Considerando isso, o formulário obteve, até a escrita deste relato, 75 respostas, sendo 61 únicas, sendo que 43 instituições ou arquivos estaduais informaram que foram afetados, parcial ou totalmente.

Cadastramento e formação de voluntários

Concomitantemente, se trabalhou em outra frente, pensando em ações a serem desenvolvidas assim que a água baixasse. Levando em consideração a situação humanitária do estado, com milhares de pessoas deslocadas de seus lares para abrigos, da dificuldade de locomoção e acesso às cidades, situação que acometeu também os servidores públicos estaduais, previu-se a dificuldade de dispor dos recursos humanos necessários para viabilizar o salvamento da documentação atingida. Naquele momento, houve uma grande mobilização social voltada à solidariedade e, uma vez que as atividades econômicas estavam paralisadas pela crise, a sociedade estava atendendo aos chamados para trabalhar de forma voluntária nos resgates e nos abrigos.

O APERS desenvolveu, então, uma proposta para o cadastramento de voluntários dispostos a apoiar as ações de salvamento e recuperação, intitulada "S.O.S. Memória e Patrimônio do RS". Em 08 de maio foi publicado um *card* informativo nas redes sociais do Arquivo informando sobre o banco de dados de voluntários. O número crescente de voluntários e voluntárias alcançou, em poucos dias, 840 pessoas interessadas em colaborar com as ações voltadas ao patrimônio documental atingido. O cadastro solicitava informações pessoais para contato e registro, preferência por atuação em uma entidade específica, cidade de residência e sobre conhecimento prévio com restauração ou organização de acervos. Arquivistas, bibliotecários, museólogos, historiadores, geógrafos, arquitetos, estudantes, conservadores-restauradores foram a maioria dos que se candidataram ao trabalho, mas voluntários de outras áreas de formação também se cadastraram por proximidade ou interesse com a causa patrimonial.

Sabendo da necessidade de oferecer orientações básicas para os voluntários sobre as ações de salvamento e as medidas de segurança no momento do resgate, o APERS contou com o conhecimento técnico e apoio de uma rede de restauradores, liderada pelo Laboratório de Conservação da Universidade Federal de Santa Catarina (LABCON-UFSC). O Laboratório procurou o Arquivo Público com a proposta de colaborar com o que fosse preciso e,já sabendo do cadastramento de voluntários, propuseram qualificá-los no que concerne à segurança e saúde pessoais e ao salvamento dos documentos contaminados. O LABCON, juntamente com diversos conservadores-restauradores,

elaborou três *lives* informativas no seu Canal do *Youtube*. A primeira ocorreu dia 15 de maio e foi intitulada como "Primeiros passos para resgate de acervos em enchentes" e teve até a data da escrita deste artigo 2.530 visualizações. A segunda, dia 16 de maio, "Biossegurança no resgate de acervos em enchentes" teve 1.298 visualizações e a terceira, dia 17 de maio, "Desastres naturais e preservação de acervos no Brasil" teve 1.034 visualizações (LABCON, 2024).

O esforço de resgate baseado no trabalho voluntário tem seus limites e, com o avançar do tempo, se torna imperativa a dedicação de profissionais para essas atividades. De acordo com a Nota Técnica elaborada pela equipe do Arquivo Público:

> Mesmo diante do grande número de voluntários (847) que se sensibilizaram no auge da calamidade, foi possível convocar apenas 191, considerando a especificidade das atividades, que exigem treinamento e são morosas; os limites do espaço físico disponível para o trabalho e da aquisição de EPIs e materiais; a necessidade de coordenação e acompanhamento próximo por parte dos profissionais do APERS; e a inviabilidade de entrada nos locais atingidos. Dentre os 191 convocados, apenas 42 pessoas efetivamente compareceram, por pelo menos um turno, talvez em razão das dificuldades impostas pela própria enchente, do deslocamento para os locais de atuação, ou do retorno dos voluntários cadastrados para o trabalho presencial. (APERS, 2024b, p.6)

Elaboração de orientações gerais para acervos atingidos pela enchente

Uma vez impossibilitado de acessar os arquivos estaduais atingidos, ainda tomados pela água ou interditados para avaliação estrutural e de biossegurança, o APERS, em parceria com o Arquivo Nacional (AN) e o Departamento de Arquivo Geral da Universidade Federal de Santa Maria, se dedicou à elaboração de uma publicação para subsidiar os arquivos afetados do estado com medidas emergenciais e orientações gerais para lidar com a documentação molhada na enchente. A proposta era produzir um texto conciso que expressasse, de forma objetiva, os fundamentos de uma ação de salvamento, as prioridades de retirada do material e os cuidados a serem tomados com os documentos fragilizados pela ação da água, assim como orientar quanto à saúde e à segurança. Esse documento foi desenvolvido pensando em subsidiar com informação e apoio técnico os trabalhadores de arquivos que fossem intervir nos acervos atingidos assim que a água cedesse (Arquivo Nacional, 2024a).

Intitulado "Ações iniciais para salvaguarda de arquivos após a ocorrência de desastre natural por inundação" e publicado em 09 de maio, teve como principal preocupação a segurança dos trabalhadores de arquivo envolvidos nas ações de resgate do patrimônio documental, bem como o estabelecimento de um protocolo básico, de recursos materiais e prioridades a serem seguidas (Arquivo Nacional,2024a). A

contribuição do AN foi fundamental na elaboração do documento, visto que, diferentemente do APERS, ele possui uma equipe técnica da área de conservação e restauração. O texto leva em consideração as referências da Resolução nº 34 do Conselho Nacional de Arquivos (Conarq) que apresenta as recomendações para salvaguarda de acervos arquivísticos danificados por água pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos (SINAR). Os títulos das seções, como "1. O que fazer" e "2. O que não fazer", deixam evidente o caráter prático e direcionado às primeiras intervenções dos trabalhadores de arquivo nos espaços e com os documentos atingidos (Arquivo Nacional,2024a).

Em 12 de junho foi publicado o segundo documento, produto da parceria entre APERS, AN e DAG-UFSM, o "Guia rápido para o resgate de acervos danificados por água". Elaborado em um contexto diferente, após algumas intervenções e ações promovidas nos arquivos atingidos, o documento incorpora informações obtidas a partir das experiências do Departamento de Arquivo Geral da UFSM que foi atingindo pela água, e do APERS, a partir do resgate do acervo da Secretaria de Habitação - SEHAB e da Companhia Estadual de Silos e Armazéns - CESA, os primeiros arquivos estaduais com entrada autorizada para ações de salvamento, em 15 de maio, a partir do retrocesso da água que havia invadido o bairro Menino Deus, em Porto Alegre (Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, 2024a).

Muito mais aprofundado, o documento explora questões de segurança do espaço e individual, de cuidado com o manejo da documentação para preservação do suporte e informacional, de organização dos espaços de trabalho para recuperação, de materiais e equipamentos necessários ao trabalho e à proteção individual, de coordenação e orientação de equipes de trabalho, além de se dedicar de forma mais detalhada aos procedimentos de congelamento e secagem de documentos, seus requisitos e situações em que são recomendados (Arquivo Nacional,2024b).

Apesar de imbuídos de um olhar técnico sobre os procedimentos de resgate e recuperação de acervos, as orientações publicadas no período estavam marcadas pelas condições reais da emergência, do desabastecimento de produtos e morosidade da compra de insumos, e do despreparo das instituições, sem um planejamento real para uma gestão de riscos eficaz e assim, incapazes de lidar de forma eficaz com tamanho volume de material sinistrado. Nesse sentido, mesmo ressaltando as condições ideais de tratamento, as orientações dadas reconhecem que na situação vivida nem sempre se dispunha dos materiais indicados, assim como era necessário fazer concessões e estabelecer prioridades: os documentos de guarda permanente deveriam ser privilegiados e, acima de tudo, a saúde e a segurança das pessoas envolvidas superava em importância qualquer documento a ser salvo. Como o Guia muito bem ressalta, "Você só pode ajudar se estiver em segurança!" (Arquivo Nacional,2024b, p. 5)

No sentido de dar maior alcance às informações compiladas em ambos os documentos, e de dar celeridade nas ações necessárias *a priori*, os servidores do APERS mantiveram contato com os arquivistas e outros profissionais envolvidos na área de arquivos que atuam nas Secretarias de Estado do RS e, também, com os diretores administrativos das pastas. Esse contato frequente tinha o objetivo de que, assim que possível, fosse autorizado o acesso das pessoas aos locais, fosse providenciado o preenchimento do formulário com as informações necessárias, e que fossem adquiridos os materiais de proteção individual (EPIs), os equipamentos e os materiais técnicos indispensáveis para o resgate da documentação.

QUANDO A ÁGUA BAIXOU: RESGATE DO ACERVO DA SEHAB, DA CESA E ENTRADA NOS DEMAIS ARQUIVOS ESTADUAIS

A primeira instituição a contatar o Arquivo Público do RS foi a Companhia Estadual de Silos e Armazéns (CESA), empresa que está em processo de extinção e que o APERS vem coordenando a realização de um trabalho de gestão documental. A Companhia, que tem sede no bairro Menino Deus, em Porto Alegre, foi severamente atingida, e parte dos documentos que estavam em processo de tratamento técnico arquivístico sofreram danos irrecuperáveis. Nesse mesmo local, há acervos da Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária (SEHAB), pertencentes à Divisão de Terras Públicas e ao programa habitacional COHAB. Esses acervos são compostos, respectivamente, por livros de registros de concessão de lotes de terras e mapas da colonização do Estado, e por contratos de mutuários do programa de financiamento e projetos dos compostos habitacionais construídos pela extinta Companhia de Habitação do Estado do Rio Grande do Sul.

No dia 15 de maio, arquivistas e historiadores do APERS fizeram uma primeira visita técnica ao espaço atingido, que tinha sido recentemente liberado para acesso e passava por uma limpeza e descarte da mobília destruída. Os documentos, todos armazenados no andar térreo do prédio principal, ou em um prédio anexo nos fundos, foram quase em sua totalidade atingidos, com exceção das caixas arquivo e livros de títulos que se encontravam em estantes acima do nível da água, que chegou a mais de um metro. Para se ter uma ideia de volume, apenas o acervo da SEHAB relativo à Divisão de Terras Públicas e COHAB somam 11.000 mapas divididos em 35 mapotecas verticais de aço, 530 livros de títulos de terras públicas e outros registros, 40.000 contratos de mutuários, além de plantas de conjuntos habitacionais e documentação administrativa da COHAB. A parte atingida do acervo da CESA soma mais 800 caixas arquivo contendo processos administrativos, plantas de edificações, livros contábeis, pastas funcionais, dentre outros.

Ao se deparar com a dimensão desse primeiro sinistro, de pronto já foi percebido que não havia espaço nas áreas dedicadas aos arquivos para realizar a secagem de toda aquela documentação. Mesmo que fosse possível fazer a secagem naqueles pequenos locais, os próprios prédios onde se encontravam precisavam de uma limpeza e descontaminação severa, assim como uma desumidificação. Naquela altura, já era de conhecimento que a água e os resíduos por ela deixados estavam contaminados por uma série de agentes, como esgoto, agrotóxicos, lixo industrial e doméstico e metais pesados. Nesse sentido, foi decidido sobre a necessidade urgente de viabilizar espaço e apoio logístico para retirar a documentação das áreas atingidas, porém, os principais prédios administrativos do governo estadual estavam, da mesma forma, alagados, interditados ou, ainda, sendo utilizados para receber a população atingida e desabrigada. Sendo assim, dentre as áreas disponíveis no momento, determinou-se a movimentação da documentação da CESA para os andares superiores do mesmo prédio, e quanto à SEHAB, as mapotecas, que ocupavam maior área, seriam levadas ao saguão e auditório do Arquivo Público, e no espaço deixado por elas, após higienização, seriam tratados os documentos restantes.

A partir dessa definição foi necessário articular apoio logístico especializado. O trabalho envolvia atuar em salas contaminadas, úmidas e lamacentas, com forte cheiro de esgoto, onde os fungos começavam a se proliferar, e mover centenas de caixas escada acima, além de transportar 35 mapotecas de aço pesando entre 150 e 200 quilos cada, para o Arquivo Público. A ajuda veio do Exército Brasileiro, que em meio à situação de calamidade, viabilizou pessoal e caminhões para fazer a movimentação. A documentação da CESA foi movida no dia 16/05 e, no dia seguinte, as mapotecas da SEHAB foram levadas ao APERS.

Todo esse processo de reconhecimento e movimentação deste primeiro caso de resgate no qual o APERS se envolveu aconteceu concomitantemente à formação, pelo LABCON, dos voluntários do S.O.S. Memória e Patrimônio RS. Na segunda-feira seguinte, dia 20, foi convocada a primeira leva de voluntários para auxiliar nas duas frentes que tinham sido abertas, a secagem da documentação nos prédios da CESA e do Arquivo Público. O estado não possuía, em meio à crise, os EPIs necessários para suprir a demanda dos servidores e voluntários, o cenário era de desabastecimento geral dos fornecedores. Desta forma, os primeiros lotes de equipamentos de proteção e os insumos para o trabalho de secagem foram comprados com recursos de uma campanha de doação promovida pela Associação de Amigos do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (AAAP-RS).

No APERS, a estrutura montada para secar os 11.000 mapas rapidamente se tornou insuficiente, após uma semana a secagem havia progredido pouco, apenas 4 mapotecas finalizadas e corria-se contra o tempo para evitar a proliferação de fungos, ou

a secagem em bloco dos documentos. À época, o Governo do RS estava estabelecendo um Centro Administrativo de Contingência (CAC) para sediar as equipes indispensáveis das Secretarias que estavam envolvidas diretamente com a gestão de crise. Diante disso, foi possível viabilizar junto à Subsecretaria de Patrimônio do Estado, temporariamente, um espaço de 1.200 m² no CAC para receber os mapas: menos de uma semana depois de sua chegada ao APERS, as 35 mapotecas foram novamente transportadas pelo Exército para um novo local, mais adequado para a dimensão da tarefa à frente.

A ação ocorreu diariamente no CAC, e realizou a secagem de uma ou duas mapotecas por dia, de 24/05 até sua conclusão, em 19/06. Isso só foi possível devido ao envolvimento dos servidores do APERS e da Divisão de Terras Públicas, dos voluntários do S.O.S. Memória e Patrimônio RS, da Defesa Civil, de uma equipe de seis bolsistas de extensão da UFRGS e de tantos outros profissionais, arquivistas, conservadores-restauradores, historiadores, geógrafos, que ajudaram a mobilizar equipes e viabilizar recursos e voluntários para essa ação. No prédio da CESA a ação de secagem dos livros e processos segue acontecendo até o momento da escrita deste artigo.

MUITO AINDA POR FAZER: DIAGNÓSTICO E AÇÕES NECESSÁRIAS

O resgate na CESA e SEHAB recebeu atenção direta do APERS justamente por ser o primeiro caso de liberação de acesso à documentação atingida, em um momento em que a maioria dos servidores estaduais estava afastada das suas atividades rotineiras. Conforme a água retrocedeu e novos arquivos tiveram entrada liberada, ficou claro à equipe técnica do APERS que estava dedicada às atividades de salvamento, recuperação e orientação, composta por nove profissionais, que não seria possível ter o mesmo nível de envolvimento direto para todos os novos casos.

Nesse sentido, em junho, com o retorno às atividades dos servidores e com a liberação do acesso aos prédios anteriormente inundados, o Arquivo Público se dedicou à produção de uma nota técnica que apresentasse ao Governo um panorama geral da situação dos arquivos estaduais, fornecendo um diagnóstico com a dimensão do problema e a necessidade de um esforço estratégico e de governança por parte da gestão para o salvamento da documentação afetada. A nota, publicada em 25 de junho de 2024, traz a informação de, pelo menos, 25 secretarias ou entidades estaduais atingidas[2], com 31 arquivos dessas

2 Brigada Militar, Casa Militar, DETRAN – Departamento de Trânsito, IRGA – Instituto Riograndense do Arroz, SDR - Secretaria de Desenvolvimento Rural, SJCDH - Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, SEAPI - Secretaria de Agricultura, Pecuária, Produção Sustentável e Irrigação, SES – Secretaria de Saúde, FEPAM - Fundação de Proteção do Meio Ambiente, CIENTEC - Fundação de Ciência e Tecnologia do RS (extinta), Casa Civil, CESA – Companhia Estadual de Silos e Armazéns (extinta), SEDEC – Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Portos RS, Polícia Civil, SEDUC – Secretaria de Educação, SEHAB – Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária, SOP – Secretaria de Obras Públicas, SSP – Secretaria de Segurança Pública, SEDAC – Secretaria de Estado da Cultura, PGE – Procuradoria-Geral do Estado, SPGG

instituições tendo sido alagados parcial ou totalmente. Com relação ao volume da documentação afetada pelo sinistro, estimam-se mais de 100.000 caixas arquivo, com muitas instituições ainda contabilizando os impactos sobre os seus acervos (Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, 2024b, p. 10).

Diante dos dados levantados se fez necessária uma nova organização de trabalho da equipe técnica, que se distribuiu na forma de pontos focais entre as secretarias e demais órgãos executivos para prestar orientações e acompanhar os processos de trabalho, e se reiterou que a responsabilidade direta pelo salvamento, recuperação, compra de materiais de proteção e insumos, mão de obra e contratação de empresas especializadas de restauração e/ou digitalização pertencia à alçada do produtor da documentação atingida, neste caso, os órgãos do poder executivo estadual, suas secretarias, autarquias e fundações. Cada focal ficou responsável por um número de órgãos executivos, os quais deve orientar, produzir relatórios e conduzir o trâmite de processo administrativo que acompanha o andamento da ação. Reuniões quinzenais de equipe para compartilhamento de experiências, contato direto com os servidores do ente atingido e comprometimento de pelo menos um turno de trabalho semanal para a visita aos arquivos estão entre as atribuições dos focais do Arquivo Público, em uma ação que seguirá acontecendo enquanto houver arquivos a recuperar.

As ações nos diversos arquivos têm alcançado diferentes graus de sucesso, que dependem da disponibilidade de recursos, de mão de obra, do volume da documentação atingida, dentre outros fatores. Arquivos menores têm mais facilidade de lidar com o material sinistrado com soluções de baixo investimento, enquanto arquivos maiores, com milhares de caixas arquivo, composição mais complexa do acervo, possuem outro nível de demanda de espaço, apoio logístico, equipamentos como contêineres de congelamento e desumidificadores, mão de obra, insumos e conhecimento técnico. Nesses casos, os altos investimentos necessários, aliados à baixa prioridade atribuída ao patrimônio documental pela administração pública, têm imposto barreiras a ações efetivas, e os arquivos permanecem sujeitos a soluções paliativas ou desatendidos, nos mesmos locais alagados, sem receber intervenções.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como principal objetivo apresentar à comunidade arquivística brasileira os esforços empreendidos pelos profissionais ligados ao Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul para o atendimento aos acervos atingidos pela catástrofe climática vivida pelo estado nos meses de abril e maio de 2024. Além de apresentar as ações e

– Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, IPE Saúde - Instituto de Saúde do Trabalhador, DAER – Departamento de Estradas e Rodagens e UERGS - Universidade Estadual do Rio Grande do Sul.

soluções possíveis que foram implementadas, este relato de experiência dá destaque aos desafios enfrentados em uma situação sem precedentes, que uniu os impactos sobre o patrimônio documental com uma crise humanitária.

Certamente não seria possível repelir todos os danos de um evento climático de tamanha dimensão, e que trouxe tantos impactos e prejuízo sem decorrência de uma série de fatores fora do alcance das instituições arquivísticas. Porém, com toda certeza, seria possível que os arquivos estivessem mais preparados para catástrofes deste tipo, e com isso mitigar os danos que elas possam trazer. A importância da salvaguarda dos arquivos é enfatizada pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, especialmente os ODS 11, 13 e 16, que destacam a necessidade de proteger arquivos vulneráveis de desastres naturais para preservar o patrimônio cultural e garantir acesso por meio de instituições eficazes e inclusivas (Nações Unidas, 2024). Os arquivos desempenham um papel crucial apoiando a administração pública, promovendo a transparência governamental e preservando a memória coletiva.

Do ponto de vista dos arquivos já afetados no Rio Grande do Sul, os investimentos necessários para trazê-los à condição de uso e de consulta são enormes, só não são maiores, talvez, que os impactos que virão ao longo dos anos com o apagão informacional de cunho histórico e comprobatório a nível estadual, que ficarão seriamente comprometidos. Como exemplo, processos administrativos para regularização de terras ou para obras de imóveis pertencentes ao Estado, por exemplo, que exigem análise da documentação da Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária (SEHAB) ou da Secretaria de Obras Públicas (SOP). As comprovações inerentes à vida laboral dos servidores também serão dificultadas, visto que grande parte das pastas funcionais foi atingida quando a água tomou os arquivos no CAFF. Esses arquivos, como já não é surpresa para quem lida com acervos, estavam situados em prédios precários ou em subsolos, que já sofriam com a falta de investimento antes mesmo do desastre.

Desta forma, o colapso informacional ao qual o Estado do RS está exposto é alarmante. Sem ação, sem recursos, sem dedicação e monitoramento constante, certamente se sofrerão as consequências morais e jurídicas de privar o cidadão do seu direito de acesso e vigilância dos atos administrativos. Com a água muito se foi da memória e da história da sociedade gaúcha. Ainda há o que recuperar, porém, para isso, a preocupação com os arquivos deve ganhar espaço como política estratégica de governo, angariando os investimentos necessários à recuperação, à digitalização e ao restauro da documentação.

Como encerramento a este artigo, e para concluirmos com algo de positivo, o aprendizado que esta experiência nos trouxe, como profissionais de arquivo atuando em um Arquivo Público estadual e órgão gestor do Sistema de Arquivos do Estado do Rio Grande do Sul (SIARQ-RS), trazemos algumas preocupações, na forma de

recomendações para que sejamos capazes de lidar de forma mais eficiente com esse tipo de situação no futuro. Apontamos para a urgência do fortalecimento da gestão documental e da preservação digital nos órgãos públicos. A baixa adesão à aplicação do Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade, bem como a falta de projetos de digitalização e guarda em repositórios digitais confiáveis da documentação passível conforme dita a lei, gera uma massa documental que, uma vez atingida, dificulta o trabalho de recuperação, desperdiça recursos e coloca em risco os documentos de guarda permanente.

Por fim, mais do que nunca, se tornou imperativo a elaboração de planos de gestão de riscos orientados para a prevenção assim como para a atuação em caso de sinistros nos arquivos. Isso envolve também o investimento nos prédios que sediam arquivos, a sua retirada de subsolos e prédios precários vulneráveis à água e ao fogo, localizados em áreas de risco de inundação. Faz parte disso o reequipamento de laboratórios e a contratação de profissionais da área de conservação e restauro nos arquivos públicos estaduais, para que possam elaborar protocolos e orientar os órgãos executivos sobre boas práticas de conservação do patrimônio documental. É senso comum que a conservação é muito mais barata que o restauro, da mesma forma o são a prevenção e preservação com relação às onerosas operações de salvamento e recuperação descritas ao longo deste texto.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Gerenciamento de riscos:** do planejamento à execução. Disponível em: https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br/centrais-de-conteudo-old/manual-gerenciamento-riscos-2019-digital-miolo-online-pdf. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2019.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Ações iniciais para salvaguarda de arquivos após a ocorrência de desastre natural por inundação.** Disponível em: https://www.apers.rs.gov.br/upload/arquivos/202406/13165550-acoes-iniciais-para-salvaguarda-de-arquivos-apos-ocorrencia-de-desastre-natural-por-inundacao.pdf. Acesso: 19 de agosto de 2024a.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Guia rápido para o resgate de acervos danificados por água**. Disponível em: https://www.apers.rs.gov.br/upload/arquivos/202406/13145414-guia-rapido-para-o-resgate-de-acervos-danificados-por-agua.pdf. Acesso: 19 de agosto de 2024b.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Enchentes no Rio Grande do Sul: arquivos atingidos e ações do Arquivo Público.** ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Disponível em: https://apers.rs.gov.br/enchentes-no-rio-grande-do-sul-arquivos-atingidos-e-acoes-do-arquivo-publico. Acesso em: 16 de junho de 2024a.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Nota técnica sobre salvamento e recuperação dos documentos estaduais atingidos pelas enchentes em 2024**.

Porto Alegre, SPGG. Disponível em: 08141514-nota-tecnica-salvamento-recuperacao-documentos-atingidos-enchentes.pdf (apers.rs.gov.br). Publicado em 25 de junho de 2024b.

IPHAN. **Educação Patrimonial:** histórico, conceitos e processos. Brasília: Ministério da Cultura, 2014.

LABCON. **Canal do Laboratório de Conservação e Restauração de Documentos da UFSC no Youtube**. Disponível em: https://www.youtube.com/@labcon-ufsc2319. Acesso em: 14 de agosto de 2024

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO. Não há dúvidas que esses eventos extremos são associados a mudança do clima, afirma cientista. **Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação**. Disponível em: https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/noticias/2024/05/nao-ha-duvida-que-esses-eventos-extremos-sao-associados-a-mudanca-do-clima-afirma-cientista. Acesso em 17 de agosto de 2024.

NAÇÕES UNIDAS (Brasil). **Objetivos do desenvolvimento sustentável**. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/sdgs. Acesso em 17 de agosto de 2024.

SCIFONI, Simone. **Conhecer para preservar**: uma ideia fora do tempo. São Paulo: Revista CPC, n. 27, especial, 2019, p. 14-31.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. Nota sobre o incidente com o acervo da UFSM. **Universidade Federal De Santa Maria**. Disponível em: https://www.ufsm.br/2024/04/30/nota-sobre-o-incidente-com-o-acervo-da-ufsm. Acesso em: 16 de junho de 2024.

OS ARQUIVOS DOCUMENTAIS PESSOAIS DA PROFA. MARIA JOSÉ RABELLO: UM RELATO DE PESQUISA EM CURADORIA DOS ESTUDOS BAIANOS/UFBA

THE PERSONAL DOCUMENTARY ARCHIVES OF PROF. MARIA JOSÉ RABELLO: A RESEARCH REPORT CURATING ESTUDOS BAIANOS/UFBA

Daniel de Jesus B. C. Branco
Universidade Federal da Bahia

Joseane Oliveira da Cruz
Universidade Federal da Bahia

Zeny Duarte de Miranda
Universidade Federal da Bahia

RESUMO

O trabalho aborda a doação do acervo documental da professora Maria José Rabello de Freitas ao setor Lugares de Memória do Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal da Bahia (UFBA), destacando a importância dos arquivos pessoais na preservação da memória e patrimônio documental. O estudo busca dialogar sobre as normas, princípios, ética e legislação que regem a recolha de arquivos pessoais por instituições públicas no Brasil, garantindo o respeito aos direitos dos cidadãos. A pesquisa inclui recortes biográficos da professora, ressaltando suas contribuições para a UFBA, especialmente no curso de Arquivologia e no Instituto de Ciência da Informação. Além disso, a pesquisa explora a relevância dos projetos implementados pela profa. Maria José, focados na preservação da memória sociocultural e das humanidades, bem como na ciência. Trata-se de uma pesquisa aplicada, exploratória, bibliográfica, e de levantamento documental, iniciada em junho de 2020. Os resultados iniciais indicam a necessidade de organização do acervo, que carece de intervenção arquivística até o momento, além da identificação arquivística que permitirá a implantação de sistemas e programas de preservação. A pesquisa evidencia os desafios enfrentados pela UFBA na preservação de acervos físicos e

digitais, e destaca a importância do respeito à privacidade, especialmente em arquivos pessoais, requerendo um compromisso ético e sensível por parte dos envolvidos, para garantir a harmonia social e a responsabilidade com o público.

Palavras-Chave: Arquivo pessoal; Recolhimento documental; Memória; Preservação.

Abstract

The work addresses the donation of professor Maria José Rabello de Freitas' documentary collection to the Places of Memory sector of the Library System of the Federal University of Bahia (UFBA), highlighting the importance of personal archives in preserving memory and documentary heritage. The study seeks to discuss the norms, principles, ethics and legislation that govern the collection of personal files by public institutions in Brazil, ensuring respect for citizens' rights. The research includes biographical clippings of the professor, highlighting her contributions to UFBA, especially in the Archiveology course and at the Institute of Information Science. Furthermore, the research explores the relevance of the projects implemented by the professor. Maria José, focused on preserving sociocultural memory and the humanities, as well as science. This is an applied, exploratory, bibliographical research and documentary survey, started in June 2020. The initial results indicate the need to organize the collection, which lacks archival intervention to date, in addition to archival identification that will allow the implementation of preservation systems and programs. The research highlights the challenges faced by UFBA in preserving physical and digital collections, and highlights the importance of respect for privacy, especially in personal files, requiring an ethical and sensitive commitment on the part of those involved, to guarantee social harmony and responsibility with the public.

Keywords: Personal archive; Document collection; Memory; Preservation

INTRODUÇÃO

O tema central desta pesquisa é o processo de recolhimento e preservação de arquivos pessoais, com foco no acervo documental da Professora Maria José Rabello de Freitas, doado ao Setor Lugares de Memória do Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal

da Bahia (UFBA). Tendo como problema: Como a doação e o processo de recolhimento dos arquivos pessoais da Professora Maria José Rabello de Freitas podem contribuir para a preservação da memória institucional e cultural, bem como para a compreensão de aspectos históricos, culturais e sociais relacionados à sua trajetória?

Acreditamos que a preservação e o estudo dos arquivos pessoais da Professora Maria José Rabello de Freitas não só enriquecerão a memória institucional da UFBA, mas também fornecerão valiosos *insights* sobre a construção de identidades públicas, a preservação da memória cultural e o impacto dessas personalidades em diferentes áreas do conhecimento.

Analisar o processo de recolhimento dos arquivos pessoais da Professora Maria José Rabello de Freitas, destacando sua relevância para a preservação da memória sociocultural e documental e seu impacto em áreas como ciência da informação, arquivologia, sociologia e história é o nosso objetivo geral.

Apresentamos abaixo, os seguintes objetivos específicos:

1. Identificar e descrever as normas, princípios e procedimentos da Arquivologia aplicáveis ao recolhimento de arquivos pessoais de caráter permanente.
2. Explorar as contribuições específicas da Professora Maria José Rabello de Freitas para a UFBA e a relevância de seu acervo documental.
3. Avaliar os desafios enfrentados pela UFBA na organização e preservação do acervo documental, incluindo aspectos éticos e de privacidade.
4. Investigar como o acervo pessoal da Professora Maria José pode oferecer novos *insights* sobre a construção de imagens públicas e a preservação da memória cultural.

A pesquisa se justifica pela necessidade de compreender o papel crucial que arquivos pessoais desempenham na preservação da memória institucional e cultural. Ao estudar o acervo da Professora Maria José Rabello de Freitas, é possível revelar aspectos fundamentais de sua vida pessoal e profissional que contribuíram para o desenvolvimento acadêmico e científico da UFBA, além de enriquecer o conhecimento em diversas áreas do saber.

A metodologia será de natureza aplicada, exploratória, bibliográfica e documental. Serão utilizados métodos de levantamento de dados e análise documental com base nos procedimentos arquivísticos. O estudo será baseado no acervo documental da Professora Maria José Rabello de Freitas, doado à UFBA, com análise focada na organização, preservação e relevância desse material para diversas áreas do conhecimento.

CONTEXTO DO LUGARES DE MEMÓRIA ESTUDOS BAIANOS

O Lugares de Memória - Estudos Baianos está localizado na Biblioteca Reitor Macedo Costa e faz parte do Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal da Bahia (SIBI). Originou-se do Centro de Estudos Baianos, que, na época, era um órgão suplementar da UFBA. O acervo mais significativo do Centro, doado em 1974, é o de Frederico Edelweiss, linguista e professor da UFBA. Este acervo, que completará cinquenta anos de aquisição em 2024, é um dos maiores de uma figura pública, compreendendo 24.876 livros, 980 títulos de periódicos e o arquivo pessoal do referido professor. Destaca-se pela sua raridade, com obras que datam dos séculos XVI ao XX. Mais informações estão disponíveis no link Estudos Baianos | Sistema Universitário de Bibliotecas.

Em 2008, o Centro de Estudos Baianos (CEB) foi integrado ao Sistema de Bibliotecas (SIBI) e, em 2015, passou a ser denominado Lugares de Memória (LM). O LM é composto por várias unidades: Estudos Baianos, Arquivo Histórico, Memorial UFBA e ADoHM - Acervo de Documentação Histórico Musical.

Devido ao valor dos acervos de caráter permanente e histórico, o Lugares de Memória tem a missão de preservar e proporcionar acesso aos acervos para a comunidade e pesquisadores. Além disso, oferece suporte às atividades de pesquisa, reforçando a missão das bibliotecas universitárias e promovendo educação de qualidade e extensão nas diversas áreas do conhecimento.

A unidade possui um caráter cultural transdisciplinar, criado a partir do Centro de Estudos Baianos em 31 de julho de 1941, por um grupo de personalidades e intelectuais com a visão de reunir conhecimento de várias disciplinas.

O LM valoriza a ética, a cidadania e a integridade na gestão dos acervos permanentes e históricos, adequando-se às inovações tecnológicas para preservar documentos em diversos suportes. A unidade visa contribuir para o desenvolvimento e valorização da cultura e da memória, tanto institucional quanto pessoal, com um enfoque social.

A equipe do LM conta com 14 servidores técnicos administrativos graduados em Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia, História e Letras, além de professores e pesquisadores da UFBA atuantes em projetos das ciências humanas, aplicadas, artes, exatas e da saúde. Estudantes bolsistas e estagiários também participam dos projetos de assistência estudantil, promovidos pela Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil (PROAE), contribuindo para a disseminação e preservação dos acervos e para garantir o acesso democrático à informação.

Os acervos dos Estudos Baianos abrangem temas variados, com enfoque multidisciplinar e transdisciplinar, incluindo cultura nordestina, brasileira e internacional, culinária baiana, diários de viagens da "colonização e exploração europeia", história e cultura dos povos originários e afrodescendentes, e música nordestina e internacional.

Os gêneros documentais disponíveis incluem textuais, bibliográficos, eletrônicos, sonoros, iconográficos, cartográficos e filmográficos. Entre as tipologias arquivísticas, destacam-se relatórios de pesquisa, relatórios financeiros, inventários, atas, cartas, correspondências, contratos, convênios, guias, notas de empenho, fichas e diários de pesquisa, entre outros.

Para a disponibilização documental para pesquisa, utilizamos instrumentos de pesquisa tanto analógicos quanto virtuais. O acesso aos documentos originais é feito presencialmente, conforme procedimentos internos que incluem a assinatura de termos de sigilo e compromisso. Parte dos documentos também é disponibilizada digitalmente e remotamente, respeitando a Lei de Acesso à Informação, especialmente o artigo 31 da Lei nº 12.527/2011, que trata das informações pessoais.

É importante salientar que os procedimentos de acesso visam a preservação da memória e dos documentos para as presentes e futuras gerações, mantendo a ética em relação às informações pessoais, conforme afirmado por MacNeil (2019, p. 188). As restrições de acesso podem ser determinadas por leis, regulamentos ou políticas institucionais, podendo gerar questões não respondidas, como a duração das restrições e exceções à regra de não divulgação.

Para a transferência ou recolhimento de acervos arquivísticos públicos, os órgãos e entidades do Poder Executivo devem seguir os procedimentos estabelecidos pela Portaria nº 252, de 30 de dezembro de 2015, que determina os procedimentos para a transferência ou recolhimento para o Arquivo Nacional.

Como primeira etapa do processo de doação ou compra do acervo para uma instituição pública, é necessário atestar que o acervo possui valor histórico e relevância social. A instituição receptora deve manifestar o interesse pelo recolhimento e formalizar o Termo de Doação ou Compra. Além disso, é essencial realizar a listagem dos documentos que acompanharão o recolhimento. Diferente da transferência, que é temporária, o recolhimento é específico para arquivos permanentes e possui uma definição distinta.

OS ARQUIVOS DOCUMENTAIS PESSOAIS DA PROFA. MARIA JOSÉ RABELLO

A professora Maria José Rabello de Freitas, atualmente com 98 anos, é uma figura seminal na história da UFBA, sendo a fundadora do curso de Arquivologia da instituição. Ela desempenhou um papel crucial na recuperação do acervo da biblioteca da Faculdade de Medicina (FAMED) do Terreiro de Jesus, localizada no Pelourinho, e na elaboração do Memorial de Medicina, criado em outubro de 1982, durante o reitorado de Luiz Fernando Macedo Costa, como parte das celebrações pelos 150 anos da Faculdade de Medicina da Bahia.

A docente continua a exercer um papel fundamental no curso de Arquivologia da UFBA, sendo uma referência inspiradora e influente para estudantes e colegas professores. Sua vasta experiência na área, aliada ao seu compromisso e paixão pelo ensino, ainda contribui significativamente para a formação acadêmica dos alunos. Com sua dedicação e expertise, a professora Maria José Rabello de Freitas não apenas transmite conhecimentos teóricos, mas também compartilha experiências práticas valiosas, servindo como um exemplo para os futuros arquivistas enfrentarem os desafios do mercado de trabalho. Sua presença e atuação enriquecem o curso de Arquivologia da UFBA, consolidando sua relevância e prestígio no cenário acadêmico e profissional.

O curso de Arquivologia da UFBA foi oficialmente iniciado em 1998, conforme aprovado pelo Parecer nº 075/97, de 10 de abril de 1997. A Resolução nº 28, de 13 de maio de 1974, do Conselho Federal de Educação (CFE), estabeleceu a organização dos cursos de Arquivologia, seguindo o currículo mínimo da época, extinto pela Lei de Diretrizes e Bases de 1996. O curso foi reconhecido pela Portaria nº 1.864, publicada no Diário Oficial da União em 16 de julho de 2003. Destinado a formar profissionais capacitados para a gestão de documentos e arquivos, o curso tem passado por diversas transformações e atualizações curriculares ao longo dos anos para acompanhar as mudanças no campo da arquivologia e nas práticas arquivísticas. Com uma trajetória marcada pela excelência acadêmica e pela contribuição para a preservação da memória institucional e cultural, o curso de Arquivologia da UFBA se consolidou como uma referência no ensino e na pesquisa nesta área, formando profissionais qualificados e engajados com as demandas contemporâneas da sociedade.

Em 22 de novembro de 2023, foi realizada a cerimônia de entrega do "Acervo Pessoal da Professora Maria José Rabello de Freitas" ao setor Lugares de Memória da Biblioteca Reitor Macedo Costa da UFBA. Segundo a professora Maria José Rabello de Freitas, "o curso de Arquivologia da UFBA foi criado para atender à demanda por profissionais capacitados na gestão de documentos e arquivos".

Foto 01: Cerimônia de entrega do Acervo Pessoal da Profa. Maria José Rabello de Freitas

Fonte: Foto autoral, 2023

A criação do curso representou um marco importante para a universidade, pois promoveu a valorização da história e da cultura por meio da gestão documental. Sua origem está ligada à necessidade de preservar a memória institucional e garantir o acesso organizado e eficiente à informação. Desde então, o curso de Arquivologia da UFBA tem formado profissionais qualificados que desempenham papéis significativos na preservação do patrimônio documental e no desenvolvimento da área no cenário nacional e internacional.

Foto 02: Discurso na cerimônia de entrega de parte do acervo pessoal

Fonte: Foto autoral, 2023

Para a doação do arquivo pessoal, inicialmente foi realizado o contato com a Professora Zeny Duarte, a Professora Maria José e a Professora Doutora Lídia Brandão Toutain, que na época era Superintendente do Sistema de Bibliotecas. Em seguida, o interesse pelo acervo foi apresentado ao Conselho Universitário (CONSU) e, após aprovação, o Reitor, Professor João Carlos Salles, deu seguimento aos trâmites para a assinatura do "Termo de Doação".

Após a assinatura do termo de doação, foi realizada uma reunião na residência da doadora, na qual a Professora Zeny Duarte e as arquivistas Joseane O. da Cruz e Inácia Maria Encarnação esclareceram a necessidade da elaboração da lista descritiva dos documentos, bem como do termo de entrega e recebimento de documentos arquivísticos para conferência no Lugares de Memória - Estudos Baianos, da UFBA.

Vale salientar que o termo de doação, para ser aprovado institucionalmente, passou pela orientação jurídica da UFBA, uma vez que, como atuamos em uma instituição pública, o acervo recolhido faz parte do patrimônio documental da instituição.

METODOLOGIA

A pesquisa em questão será conduzida com uma abordagem metodológica robusta, integrando aspectos de natureza aplicada, exploratória, bibliográfica e documental. O objetivo é aprimorar o processo de recolhimento dos Arquivos Documentais Pessoais (ADP) e explorar a influência dos arquivos pessoais da Professora Maria José Rabello de Freitas na construção de sua imagem pública, particularmente em relação ao curso de Arquivologia.

Inicialmente, realizaremos uma revisão abrangente da literatura sobre arquivos pessoais, que incluirá estudos de autores renomados e teorias relacionadas à preservação da memória e construção de identidade. Esta revisão fornecerá o embasamento teórico necessário para compreender o papel dos arquivos pessoais na formação da imagem pública e no valor histórico e acadêmico dos documentos.

Optamos por uma abordagem qualitativa, dada a natureza exploratória e interpretativa dos arquivos pessoais. A pesquisa será fundamentada no estudo de caso dos arquivos da Professora Maria José Rabello de Freitas, selecionados com base em sua relevância histórica e acadêmica, bem como na disponibilidade dos documentos. A coleta de dados será realizada por meio de análise documental, abrangendo cartas, diários, fotografias e outros materiais pertinentes. Complementarmente, entrevistas com especialistas em Arquivologia e pessoas próximas à professora serão conduzidas para enriquecer a análise e a compreensão dos dados.

A análise de conteúdo será empregada para identificar padrões, temas recorrentes e insights relevantes nos arquivos estudados. A codificação e categorização dos dados serão essenciais para a interpretação dos resultados. A pesquisa, que está em estágio inicial

após o encerramento do processo de recolhimento dos ADP em 2023, visa fornecer uma investigação aprofundada sobre o acervo, com a expectativa de revelar insights valiosos sobre a vida, carreira e legado da Professora Maria José Rabello de Freitas.

Além das técnicas de levantamento de dados e análise documental, a pesquisa utilizará entrevistas com especialistas em Arquivologia para garantir uma visão abrangente e detalhada sobre a organização, preservação e relevância do material doado à UFBA. Este enfoque permitirá uma avaliação crítica da importância do acervo para diversas áreas do conhecimento e aprimorará o processo de recolhimento dos Arquivos Documentais Pessoais.

RESULTADOS ESPERADOS

A aplicação da abordagem metodológica robusta visa otimizar o processo de recolhimento dos ADP, proporcionando diretrizes mais eficazes para a coleta e preservação desses documentos. Espera-se que a pesquisa revele práticas e estratégias aprimoradas que possam ser aplicadas a outros casos semelhantes, contribuindo para a criação de políticas institucionais mais eficientes na UFBA.

A investigação sobre os arquivos pessoais da Professora Maria José Rabello de Freitas deve revelar como esses documentos contribuem para a construção e manutenção de sua imagem pública. Espera-se identificar aspectos significativos que destacam a influência dos arquivos na percepção pública da professora, especialmente no contexto do curso de Arquivologia.

A revisão abrangente da literatura proporcionará uma base sólida para entender a importância da preservação dos arquivos pessoais e sua contribuição para a construção da identidade e memória histórica. A análise das teorias e estudos existentes contribuirá para o desenvolvimento de melhores práticas na preservação e gestão de arquivos pessoais.

A análise de conteúdo permitirá a identificação de padrões, temas recorrentes e insights relevantes presentes nos arquivos pessoais estudados. Isso fornecerá uma compreensão mais clara das principais áreas de interesse e dos aspectos mais significativos dos documentos, ajudando a contextualizar o valor histórico e acadêmico do acervo

A pesquisa visa avaliar criticamente a importância dos Arquivos Documentais Pessoais da Professora Maria José Rabello de Freitas para diversas áreas do conhecimento. A avaliação incluirá a relevância do acervo para a Arquivologia, a história e a memória cultural, e como ele pode ser utilizado para pesquisas futuras.

A investigação contribuirá para a preservação da memória institucional e cultural ao fornecer uma análise detalhada e fundamentada dos arquivos pessoais. Os resultados esperados incluirão recomendações para melhorar a gestão e preservação dos arquivos, garantindo que o legado da Professora Maria José Rabello de Freitas e seu impacto no campo da Arquivologia sejam devidamente reconhecidos e preservados

CONSIDERAÇÕES

Um dos maiores desafios atuais na Universidade Federal da Bahia (UFBA) em relação aos acervos documentais é a criação e implementação de uma política institucional voltada para a preservação dos arquivos físicos e digitais. Além disso, é essencial considerar o impacto da inteligência artificial (IA) e garantir que seu uso futuro não coloque as gerações em risco ou promova formas de "escravização" tecnológica. Outro fator crítico é o uso indevido das informações e a insegurança de alguns sistemas, que são frequentemente vulneráveis a ataques cibernéticos avançados realizados por hackers.

Do ponto de vista ético, é fundamental garantir o respeito à privacidade tanto das figuras públicas quanto de terceiros mencionados nos arquivos pessoais. É necessário seguir protocolos éticos rigorosos para a divulgação e uso das informações coletadas.

Além disso, a gestão das informações pessoais deve começar antes que os documentos sejam custodiados pela instituição que os receberá. Esta abordagem preventiva levanta importantes questionamentos sobre a ética na gestão de informações pessoais.

Outro desafio significativo é a integração dos diversos sistemas existentes na instituição. A falta de interoperabilidade entre esses sistemas tem sido um obstáculo para uma gestão eficiente e coordenada dos acervos documentais.

REFERÊNCIAS

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Arquivos permanentes: tratamento documental. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

BRANCO, D., DUARTE, Z., OLIVEIRA, J. et al. **O arquivo pessoal de Godofredo Filho na ótica digital:** composição da memória através do conjunto documental. Salvador: ICI, 2019.

DUARTE, Z., SANTOS, José Carlos Sales, SOUZA, Salim Silva. **Diálogos interdisciplinares:** perspectivas integradoras de unidades de informação, documentação e cultura / Zeny Duarte, José Carlos Sales dos Santos, Salim Silva Souza, organizadores. – Cultura & Informação; Porto: FLUP/CITCEM 2024. 464 p.: il.; 21 cm.

MACNEIL, Heather. **Sem consentimento:** a ética na divulgação de informações pessoais em arquivos públicos. tradução de Shirley Carvalhêdo e Monica Tenaglia. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2019.

PORTARIA Nº 252, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2015. Disponível em< Portaria nº 252, de 30 de dezembro de 2015 — Conselho Nacional de Arquivos (www.gov.br)> Acesso em abril de 2024

YIN, Robert K.. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 2a ed.. Porto Alegre: Bookman, 2001

A DOCUMENTAÇÃO CIENTÍFICA POR IMAGEM APLICADA AO PATRIMÔNIO DOCUMENTAL: ESTUDO DE UM MANUSCRITO ILUMINADO DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO

SCIENTIFIC IMAGING APPLIED TO DOCUMENTAL HERITAGE: STUDY OF AN ILLUMINATED MANUSCRIPT FROM THE PUBLIC ARCHIVE OF MINAS GERAIS

Marina Furtado Gonçalves
Universidade Federal da Bahia

Ygor Souza
Universidade Federal de Minas Gerais
Arquivo Público Mineiro

Resumo

Dentre a documentação de valor artístico, cultural e histórico sob a guarda do Arquivo Público Mineiro (APM), em Belo Horizonte, destacam-se os manuscritos iluminados, sendo exemplos desses objetos os Livros de Compromisso das irmandades mineiras do século XVIII. Investidos de esmero trabalho de caligrafia e pintura, os Livros de Compromisso registravam os direitos e deveres dos irmãos e são considerados hoje como parte do patrimônio documental. O Livro de Compromisso da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Freguesia de Nossa Senhora do Pilar das Congonhas de Sabará é um dos exemplares disponíveis no APM e, para um estudo aprofundado sobre a sua materialidade, sua confecção, uso e estado de conservação prevendo a sua preservação opta-se pela documentação científica por imagem. A partir de um estudo descritivo, Este texto demonstra as possibilidades da documentação científica por imagem para o patrimônio documental, salientando as possíveis informações que se pode obter a partir do uso de uma técnica e metodologia científica aplicada. As imagens geradas e tratadas indicaram a técnica construtiva do Livro, o estado de conservação do documento, alguns materiais

e pigmentos utilizados, dentre outros aspectos. Espera-se que a documentação científica por imagem seja amplamente divulgada para auxiliar a gestão dos acervos em arquivos com vistas à conservação e preservação.

Palavras-Chave: Documentação científica por imagem; Patrimônio documental; Conservação.

Abstract

Among the documentation of artistic, cultural, and historical value held by the Public Archive of Minas Gerais (APM) in Belo Horizonte, the illuminated manuscripts stand out, with examples of these objects being the Books of Commitment of the 18th-century Minas Gerais brotherhoods. Adorned with meticulous calligraphy and painting work, the Books of Commitment recorded the rights and duties of the brothers and are now considered part of the documentary heritage. The book Compromisso da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Freguesia de Nossa Senhora do Pilar das Congonhas de Sabará is one of the examples available at APM. For an in-depth study on its materiality, its creation, use, and conservation status aimed at its preservation, scientific imaging is chosen. Based on an exploratory study, this text demonstrates the possibilities of scientific imaging for documentary heritage, highlighting the possible information that can be obtained from the use of a scientific technique and methodology. The generated and processed images indicated the constructive technique of the Book, the conservation status of the document, some materials and pigments used, among other aspects. It is hoped that scientific imaging will be widely disseminated to assist in the management of collections in archives with a view to conservation and preservation.

Keywords: Scientific imaging; Documental heritage; Conservation.

INTRODUÇÃO

O Arquivo Público Mineiro (APM) é a mais antiga instituição cultural de Minas Gerais, criado pela Lei 126 de 11 de julho de 1895, com sua primeira sede na cidade de Ouro Preto. A instituição ocupava o andar térreo da casa de José Pedro Xavier da Veiga, político, jornalista e também o primeiro diretor do Arquivo. A função do APM era a de receber e

conservar os documentos concernentes ao direito público, à legislação, à administração, à história e à geografia, ao movimento científico, literário e artístico do Estado, inclusive com a coleta de documentos pertencentes a outros Estados que fizessem referência à história de Minas (Revista do APM, 1896). Além disso, era responsável também pelo recolhimento, guarda e classificação de pinturas, esculturas e mobiliário de valor artístico ou histórico, posteriormente transferidos para o acervo do Museu Mineiro.

José Pedro Xavier da Veiga, ao assumir a direção do APM, estabeleceu uma lista de 114 correspondentes, todos oficialmente nomeados pelo governador. Eles teriam a função de contribuir "a partir da seleção e do envio de documentos históricos importantes sobre Minas Gerais, para a construção da história mineira, tarefa esta encomendada a ele pelo então governador de Minas, Chrispin Jacques Bias Fortes"(Silva, 2006, p. 80). Desta forma, os primeiros documentos começaram a ser integrados ao acervo do APM, todos por meio de doações, sejam elas a partir de relações entre instituições ou provenientes de particulares, organizadas em fundos e coleções.

Nos anos seguintes, mesmo com a mudança da diretoria do Arquivo, as doações feitas por correspondentes continuaram a acontecer e, assim, grande parte do acervo do APM foi constituído, porém nem sempre organizado e qualificado em um metodologia de arquivamento. A primeira iniciativa de organização deu-se na ocasião da transferência da instituição para a nova capital, no início do século XX, categorizando-se a documentação da Capitania de Minas Gerais referente ao século XVIII e às primeiras décadas do século XIX. A maioria dos documentos foi identificada como pertencentes aos fundos Secretaria de Governo e Câmara Municipal de Ouro Preto. Os demais documentos, sem proveniência definida, foram agrupados e deram origem à Coleção Avulsos da Capitania (AVC) (Gonçalves, 2015).

Integram a Coleção AVC documentos como tabelas de ouro, instruções para o governo da Capitania, recibos de pagamentos de dízimo e os livros de compromissos de irmandades, dentre eles o intitulado Compromisso da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Freguesia de Nossa Senhora do Pilar das Congonhas de Sabará, datado de 1725, bem como duas correspondências que fazem referência à doação do manuscrito. As cartas endereçadas ao então diretor do APM, Antonio Augusto de Lima, são de caráter pessoal, cujos remetentes residiam em "Villa Nova de Lima", atual município de Nova Lima, em Minas Gerais.

A primeira carta,[1] datada de 25 de julho de 1901, é de Deniz Antonio Barbosa que, após cumprimentos a Antonio Augusto de Lima e sua esposa, diz enviar ao Arquivo dois documentos. Ao longo da carta menciona que seu tio "Antonico" irá enviar o livro de compromisso da irmandade do Santíssimo Sacramento das Congonhas das Minas de

1 APM/Série 3/Subsérie 2/Cx 01/Doc 1901/07/25.

Ouro. Já a segunda carta,[2] assinada por "Tio Antonio", acompanhou um livro descrito como um alfarrábio carcomido de traças, como pode ser lido no trecho abaixo:

> Não tendo uma bonita cousa para te dar como Director do Archivo Mineiro, te remetto esse alfarrabio carcomido de traças para veres se acha nelle alguma cousa que sirva: =Congonhas das Minas de Ouro é o tempo em que eu deveria ter vivido ou no tempo da cultura do linho nesta localidade. Tempos que não mais voltarão! (Transcrição de trecho da Carta, APM/Série 3/Subsérie 2/Cx 01/Doc 1901/07/28)

Apesar do estado de conservação mencionado na carta de Tio Antônio, destacando as perdas de suporte, o Livro de Compromisso da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Freguesia de Nossa Senhora do Pilar das Congonhas de Sabará mantém suas características materiais, estéticas e históricas. As irmandades mineiras de leigos do século XVIII eram regidas por um estatuto que determinava os deveres e os direitos dos irmãos, bem como as funções dos integrantes da Mesa Administrativa (Almada, 2006). Essas regras eram relacionadas nos livros de compromisso que se constituíam em papéis formais, investidos de esmero trabalho de caligrafia e pintura, imbuídos de valor artístico e histórico (Gonçalves, 2015).

Na Capitania de Minas, as irmandades de leigos, bem como as ordens terceiras, foram os maiores aglutinadores/patrocinadores de toda ou quase toda atividade artística local (Salles, 2007), o que se reflete nos livros de compromisso. Para enumerar as regras das irmandades e ornamentar o documento, os irmãos normalmente contratavam calígrafos e pintores para realizarem belos trabalhos, utilizando materiais de boa qualidade e embasamento técnico. O Compromisso da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Freguesia de Nossa Senhora do Pilar das Congonhas de Sabará é um manuscrito pintado utilizando dez cores diferentes, além da aplicação de folhas de latão, prata e ouro, como é possível observar no frontispício do livro (Figura 1) (Gonçalves *et al.*, 2016). O Compromisso foi confeccionado sobre papel de trapo com escrita em tinta à base de ferro (Gonçalves, 2019) e o calígrafo/pintor fez uso de modelos de capitulares de Manuel de Andrade de Figueiredo e vinhetas inspiradas em modelos de Pedro Díaz Morante (Almada, 2012).

2 APM/Série 3/Subsérie 2/Cx 01/Doc 1901/07/28.

Figura 1: Frontispício do livro de compromisso objeto deste estudo

Fonte: Gonçalves, 2015, p.45.

Com o objetivo de documentar a materialidade do livro, compreender as técnicas e os materiais utilizados e realizar o diagnóstico de conservação procedeu-se com a documentação científica por imagem, uma área de estudo em que a fotografia é o procedimento principal, tomada como um dado científico construído metodologicamente. A documentação científica por imagem permite registrar o objeto e seu estado de conservação naquele dado momento, ressaltando detalhes da obra e servindo como uma ferramenta de comparação no futuro.

A DOCUMENTAÇÃO CIENTÍFICA POR IMAGEM

Na área da Conservação[3] a documentação científica por imagem atende a dois propósitos definidos: imagens como documentos (arquivo) e imagens para diagnóstico (Leão, 2015). As imagens como documento têm como objetivo principal o registro do objeto no momento atual e, para tanto, utiliza-se a fotografia com Luz Visível direta, que representa a região visível do espectro eletromagnético. A partir das imagens geradas e tratadas pode-se, por exemplo, melhor compreender o seu estado de conservação e realizar estudos de técnicas.

Já para as imagens para diagnóstico normalmente são utilizadas fontes de luz e energia como a Fluorescência de Ultravioleta, o Infravermelho, a Radiografia ou Multiespectral. A Luz Visível também pode ser empregada com a Macrofotografia, a Luz Rasante (ou

3 Adota-se nesta pesquisa o conceito de Conservação proposto pelo Comitê para a Conservação do Conselho Internacional de Museus (ICOM-CC) em 2008, em que o termo geral "Conservação" engloba a Conservação Preventiva, a Conservação Curativa e a Restauração.

tangencial) e a Luz Reversa. Cada uma das técnicas e fontes de luz, com os seus respectivos comprimentos de onda, geram resultados distintos que devem ser interpretados por um profissional com competência e conhecimentos adequados para tal atividade (Leão, 2015).

A documentação científica por imagem é um processo primordial na metodologia de conservação dos objetos, uma vez que o primeiro passo para estabelecer um tratamento é o conhecimento do artefato, em sua natureza material e imaterial (Appelbaum, 2017). De acordo com Barbara Appelbaum, os aspectos materiais de um objeto "estão relacionados às suas características físicas, como materiais componentes, construção e aparência de suas superfícies. Essa informação vem principalmente do exame físico" (Appelbaum, 2017, p. 29). Desta forma, a documentação científica por imagem torna-se uma ferramenta para a apreensão de tais aspectos físicos de um determinado objeto, visando a investigação das características materiais e de produção das obras.

Para realizar o processo de documentação científica por imagem o equipamento de captura de imagem mais adequado são as câmeras de grande formato, equipadas com lentes apocromáticas e fixas, buscando garantir o máximo paralelismo entre o plano do objeto e o plano de projeção da imagem no sensor eletrônico. Além disso, a utilização de cartelas de cores é fundamental, pois fornecem uma referência padronizada para o controle de sua reprodução. As imagens são gravadas no formato TIFF ou RAW, sem compressão de dados, com a adição de perfis de controle de cores ao arquivo de imagem, permitindo a visualização correta em outros dispositivos e preservando as informações para aplicações futuras (Cardoso e Leão, 2016).

Para documentos em papel, em que se configura o Compromisso da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Freguesia de Nossa Senhora do Pilar das Congonhas de Sabará, as técnicas de iluminação de melhor aplicabilidade são a Luz Visível Direta para uma visão global; a Luz Reversa para a visualização de marcas de produção, carimbos, desenhos adjacentes; a Luz Rasante para o estudo da topografia do papel; e a Fluorescência de Luz Ultravioleta para a identificação de pigmentos, deterioração de cor e ataque de microrganismos. Outra técnica de imagem é o *Reflection Transformation Imaging*, um método fotográfico computacional que captura a forma e a cor da superfície do objeto e permite que ele seja reiluminado de qualquer direção (Tamayo, Andrés e Pons, 2013), tornando visível alguns detalhes que podem passar despercebidos a partir da observação visual.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo trata-se de uma pesquisa descritiva de natureza qualitativa, com o intuito de apresentar a aplicação da documentação científica por imagem em documentos textuais de arquivos. Para tanto, selecionou-se o Livro de Compromisso da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Freguesia de Nossa Senhora do Pilar das Congonhas de

Sabará, um manuscrito iluminado datado de 1725, confeccionado na Capitania de Minas Gerais e atualmente sob a guarda do Arquivo Público Mineiro.

Primeiramente, fez-se uma revisão teórica a respeito do contexto histórico de produção dos livros de compromisso, além de buscar identificar a trajetória do objeto desde a sua confecção, seu uso, até o acondicionamento atual. Por meio da leitura dos paratextos, incluindo os despachos, foi possível recolher informações a respeito do trâmite legal em que o livro foi submetido.

Em seguida, realizou-se uma análise técnica, no intuito de identificar a partir de exames organolépticos as características do suporte, da encadernação, tipo de papel e materiais empregados, técnicas de confecção e tipologias de deterioração. A partir do conhecimento preliminar do objeto foi possível estabelecer as técnicas de iluminação a serem utilizadas para a documentação científica por imagem, com o objetivo de compreender e documentar a materialidade do livro.

Por meio de uma parceria estabelecida entre o APM e o Laboratório de Documentação Científica por Imagem da Escola de Belas Artes da Universidade Federal de Minas Gerais (iLAB/EBA/UFMG), o livro de compromisso foi transportado até o estúdio do iLAB. Preparou-se o estúdio para a utilização de Luz Visível Direta, Luz Reversa, Luz Rasante e Fluorescência de Luz Ultravioleta.

A documentação foi realizada com câmera Nikon D60, lente Nikkor 55mm e cartela de referência cromática QPcard 101. Para as imagens de Fluorescência de Luz Ultravioleta foi acoplado um filtro Kodak 2E na objetiva. Documentaram-se todas as folhas do manuscrito, frente e verso. As imagens geradas foram posteriormente tratadas utilizando os *softwares* Adobe Camera Raw, Bridge e Photoshop para corrigir o balanço de branco e intensificar a nitidez dos traços.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Livro de Compromisso da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Freguesia de Nossa Senhora do Pilar das Congonhas de Sabará é um objeto de valor artístico, cultural e histórico que deve ser preservado. Conforme aponta Appelbaum (2017), o primeiro passo para o estabelecimento de uma metodologia de conservação é a caracterização do objeto. A documentação científica por imagem auxilia nesta tarefa, uma vez executada com rigor técnico e metodológico.

A partir das imagens geradas e tratadas utilizando Luz Visível Direta observou-se que o objeto encontrava-se desencadernado. O corpo da obra é composto por 10 bifólios, de corte dourado, unido utilizando quatro pontos de costura e adesivo, o que pode ser observado na pasta de veludo carmim que recobre a brochura. O suporte é o papel de trapo com perdas materiais expressivas devido o ataque de insetos xilófagos, sobretudo junto aos fundos de caderno, grandes manchas de umidade localizadas principalmente junto aos fundos de

caderno, marcas de manuseio nos cantos laterais inferiores das folhas, migração de tinta da ornamentação e douramento para o verso da folha e sujidades generalizadas (Figura 2).

Figura 2: Bifólio com os primeiros capítulos do livro de compromisso. Luz Visível Direta

Fonte: Os autores, 2015.

A tinta da escrita é de cor marrom clara e foi aplicada com o auxílio de uma pena sobre pautas traçadas previamente pelo calígrafo/pintor (Figura 3). O aspecto da tinta se assemelha a uma tinta ferrogálica, porém mais fluida e clara. A ornamentação do Livro de Compromisso é bastante rica e apresenta cores distintas, sendo elas: alaranjado, amarelo, azul, branco, carmim, cinza, marrom, preto, verde e vermelho. Os pigmentos/corantes foram misturados em um aglutinante e aplicados com o auxílio de pincéis, sendo que em alguns locais é possível observar as cerdas aderidas à tinta.

Figura 3: Detalhe das pautas em grafite. Macrofotografia com Luz Visível Direta

Fonte: Gonçalves, 2015, p. 37.

No frontispício do livro há a aplicação de três tipos de materiais metálicos, sendo que o dourado mais intenso e o prateado apresentam-se sob a forma de folhas (Figura 1). Em outras partes do livro, há um material brilhante macerado com um aglutinante, aplicado com o uso de pincel sobre os títulos de capítulos, capitulares e detalhes dos elementos ornamentais como vinhetas e bordaduras.

Com a Luz Reversa confirmou-se que se tratava de um papel de trapo, sem a presença de marcas d'água, apresentando vergaduras medindo 2,5 centímetros entre elas. As perdas de suporte devido ao ataque de insetos também se destacaram. Rupturas no papel em áreas que apresentam tintas coloridas, localizadas principalmente no frontispício do manuscrito, ficaram evidentes. As rupturas, em sua maioria, acompanham o sentido da fibra do papel, causando quebras verticais do suporte que apresenta ressecamento.

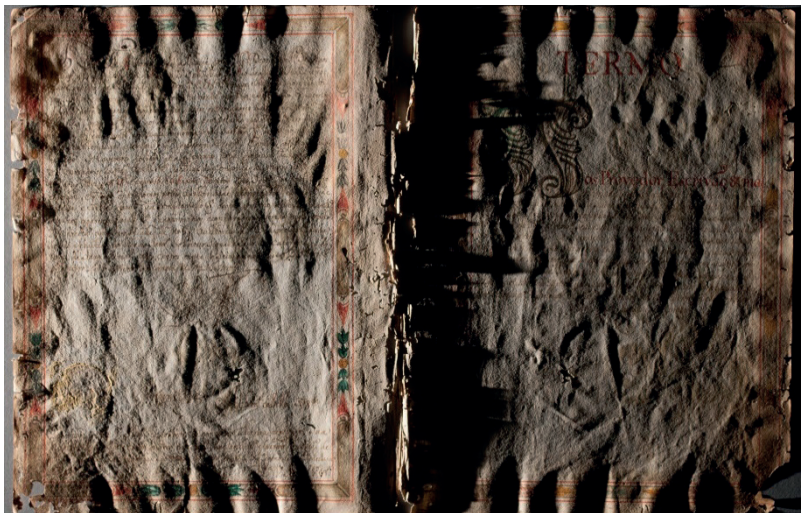
Notou-se também quatro orifícios que delimitam as margens e bordaduras das folhas ornamentadas, demonstrando a técnica utilizada pelo artífice para que as margens das folhas, frente e verso, tivessem as mesmas dimensões. A aplicação de materiais metálicos destaca-se quando iluminada com Luz Reversa, sendo visualmente mais escuras e opacas em comparação às demais áreas que possuem ornamentação (Figura 4).

Figura 4: Bifólio com os primeiros capítulos do livro de compromisso. Luz Visível Reversa

Fonte: Os autores, 2015.

As imagens de Luz Rasante destacaram as ondulações, amassamentos e vincos do suporte do Livro. As ondulações são observadas em todas as folhas, na porção superior e inferior, provavelmente devido à ação da umidade. Há também ondulações em torno de algumas capitulares. Nas áreas que receberam materiais metálicos, sobretudo nos títulos de capítulos e capitulares, é possível notar um relevo no verso da folha quando iluminada com luz rasante. O relevo é provavelmente decorrente da técnica de aplicação de materiais metálicos que se utiliza de brunimento ou então do aglutinante empregado (Figura 5).

Figura 5: Bifólio com os primeiros capítulos do livro de compromisso (verso). Luz Visível Rasante



Fonte: Os autores, 2015.

Por fim, a Fluorescência de Luz Ultravioleta (UV) evidencia grandes manchas caracterizadas por uma coloração amarelada sob luz UV, encontradas, sobretudo na porção superior junto aos fundos de todos os fundos de caderno. O aspecto é de uma mancha de umidade, mais intensa no interior do livro e que clareia no sentido oposto aos fundos de caderno (Figura 6).

Figura 6: Bifólio com os primeiros capítulos do livro de compromisso. Fluorescência de Luz UV

Fonte: Os autores, 2015.

Observam-se manchas escuras nos quatro cantos das margens, em todas as folhas que apresentam bordaduras. Manchas escuras, de formato irregular, também estão presentes na porção superior das folhas, em contato com as manchas amareladas do fundo de caderno. Tais manchas parecem ser resultantes de umidade, uma vez que se observam materiais pictóricos com aspecto de que foram lixiviados em direção à área de espalhamento da umidade.

Manchas marrom claro são presentes nos cantos inferiores exteriores, correspondendo aos locais de manuseio do livro. As manchas provavelmente são resultado de acúmulo de materiais lipídicos (gordura dos dedos) e sujidades generalizadas.

Algumas substâncias apresentam o fenômeno de fluorescência no visível, ou seja, emitem luz visível ao serem irradiadas com UV e, desta forma, certos pigmentos podem ser identificados seguindo padrões de análise de pigmentos puros (Stuart, 2007). A tinta de escrita ao ser iluminada com luz UV não mudou de tonalidade, apresentando-se ainda em um marrom claro. Este resultado aponta para uma tinta diferente da ferrogálica, uma vez que a tinta ferrogálica, deteriorada ou não, mostra-se negra ao ser irradiada com luz UV. Já para as tintas coloridas utilizadas na ornamentação foi possível identificar, a partir do quadro de fluorescência apresentada por Stuart (2007) (Quadro 1), algumas características dos pigmentos. O azul, por exemplo, pode ser a azurita ou seu análogo sintético azul verdeterra, e o vermelho é o vermelhão.

Quadro 1: Propriedade de fluorescência de alguns pigmentos

CORES	PIGMENTOS E CORANTES	PROPRIEDADES DE FLUORESCÊNCIA
AMARELO	Amarelo de cádmio	Vermelho claro
	Amarelo de cromo	Vermelho
	Amarelo de Nápoles	Vermelho claro
	Ouro pigmento	Amarelo claro
	Amarelo de zinco	Vermelho brilhante
AZUL	Azurita	Azul escuro
	Azul cerúleo	Azul lilás
	Azul de cobalto	Vermelho
	Índigo	Roxo escuro
	Esmalte	Roxo claro
BRANCO	Carbonato de cálcio	Amarelo escuro
	Sulfato de cálcio	Violeta
	Litopônio	Laranja amarelado
	Branco de chumbo	Marrom rosado
	Branco de zinco	Verde claro
VERDE	Terra verde	Azul brilhante
	Verde de ftalocianina	Não fluoresce
	Verdigris	Não fluoresce
	Veridian	Vermelho brilhante
VERMELHO	Alizarina	Não fluoresce
	Vermelho de cádmio	Vermelho
	Vermelho de chumbo	Vermelho escuro
	Vermelho ocre	Não fluoresce
	Vermelhão	Vermelho

Fonte: Adaptado de Stuart, 2007, p. 77.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para o Livro de Compromisso da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Freguesia de Nossa Senhora do Pilar das Congonhas de Sabará, sob a guarda do Arquivo Público Mineiro, a utilização da documentação científica por imagem mostrou-se de grande utilidade para realizar o registro imagético do livro no momento da análise, caracterizar as deteriorações encontradas e identificar algumas técnicas e materiais empregados. Desta forma, a documentação apresenta-se como uma ferramenta para o estudo do patrimônio documental com vistas à sua preservação, partindo-se da compreensão global do objeto.

A documentação científica por imagem também pode ser utilizada para o acompanhamento do estado de conservação dos documentos gráficos, no intuito de quantificar e qualificar os danos que podem aparecer ao longo do tempo, como pode ser visto na imagem abaixo (Figura 7). Pode-se observar, sobretudo, a perda de suporte na porção central do fólio.

Figura 7: Frontispício do livro de compromisso documentado em janeiro de 2006 (à esquerda) e em agosto de 2014 (à direita)

Fonte: Almada, 2012 (à esquerda); Gonçalves, 2015 (à direita).

É importante salientar que, além do rigor técnico para a captação das imagens, o tratamento sistemático dos arquivos digitais gerados é de igual importância. A partir da figura acima (Figura 7) é possível notar uma diferença de tonalidade e saturação entre a imagem à direita, a qual não passou pelo processo de correção de cor e balanço de branco, e a imagem à esquerda, que representa fielmente as cores presentes no livro de compromisso. Ou seja, a metodologia de processamento é tão necessária quanto o ato de fotografar o objeto para que o resultado gerado possa ser considerado um documento.

O estudo do patrimônio documental sobre papel pode se beneficiar com a disponibilização de tecnologias de análise de bens culturais, bem como a crescente formação acadêmica de novos profissionais, fazendo com que a área da documentação científica por imagem se desenvolva e ganhe novos adeptos. A partir da divulgação de trabalhos acadêmicos e profissionais na área, novos estudos acerca da preservação do papel, sobretudo aqueles acondicionados em arquivos, podem ser desenvolvidos, somando o conhecimento acerca desses bens e aumentando as possibilidades de pesquisa.

REFERÊNCIAS

ALMADA, Márcia. **Das artes da pena e do pincel: caligrafia e pintura em manuscritos no século XVIII.** Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

ALMADA, Márcia. **Livros manuscritos iluminados na era moderna**: compromissos de irmandades mineiras, século XVIII. Dissertação [mestrado] – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2006.

APPELBAUM, Barbara. **Metodologia do tratamento de Conservação**. Porto Alegre: Mariana Gaelzer Wertheimer, 2017.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. **Coleção Avulsos da Capitania**. APM/Série 3/Subsérie 2/Cx 01/Doc 1901/07/25. APM/Série 3/Subsérie 2/Cx 01/Doc 1901/07/28.

CARDOSO, Danielle Luce; LEÃO, Alexandre Cruz. Documentação fotográfica de escultura. **Boletim do Ceib**, v. 20, n. 64, p. 01-06, 2016.

GONÇALVES, Marina Furtado. Estudo de técnicas e materiais empregados pelo calígrafo/pintor de Vila Rica. **Anais do Seminário Internacional Cultura Escrita no Mundo Moderno**. Belo Horizonte: UFMG, p. 262-268, 2019.

GONÇALVES, Marina Furtado. **Separados no nascimento: estudo de técnicas, materiais e estado de conservação de dois manuscritos iluminados do século XVIII.** Dissertação [mestrado] – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Belas Artes, 2015.

GONÇALVES, Marina Furtado; SOUZA, L. A. C.; ALMADA, M.; MELO, M. J. S.; MENDES, I. M. C. Desvendar o ontem no hoje: análises científicas no estudo de técnicas e materiais de dois manuscritos iluminados do XVIII. **Anais do 25 Encontro da Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas**. Porto Alegre: ANPAP, p. 1341-1356, 2016.

LEÃO, Alexandre Cruz. Documentação científica por imagem de bens culturais: competências e desafios. In: **Ciências do Patrimônio: Horizontes Transdisciplinares**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, v. 1, p. 139-154, 2015.

REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO [**revista**], a. 1, [s/n]. Ouro Preto-MG, 1896.

SILVA, Marisa Ribeiro. **História, memória e poder: Xavier da Veiga, o arconte do Arquivo Público Mineiro**. Dissertação [mestrado] – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2006.

SALLES, Fritz Teixeira de. **Associações religiosas no ciclo do ouro: introdução ao estudo do comportamento social das irmandades de Minas Gerais no século XVIII.** São Paulo: Perspectiva, 2007.

STUART, Barbara. **Analytical techniques in materials conservation**. Chichester, England; Hoboken, NJ: John Wiley & Sons, 2007.

TAMAYO, Silvia Noemi Manrique; ANDRÉS, Juan Cayetano Valcárcel; PONS, Maria Osca. Applications of reflectance transformation imaging for documentation and surface analysis in conservation. **International Journal of Conservation Science**, v. 4, p. 535-548, 2013.

CONSTITUIÇÕES PRIMEIRAS DO ARCEBISPADO DA BAHIA (1707): NORMATIVAS PARA A PRODUÇÃO DOCUMENTAL

FIRST CONSTITUTIONS OF THE ARCHBISHOPRIC OF BAHIA (1707): REGULATIONS FOR DOCUMENTARY PRODUCTION

Diovani Favoreto[1]
Universidade Federal de Minas Gerais
Jussara Teixeira
Universidade Federal do Espírito Santo

Resumo

Este trabalho propõe uma investigação sobre a história do Brasil colonial e a arquivística, analisando os acervos eclesiásticos brasileiros. O exame das leis e normativas canônicas sob uma perspectiva arquivística lança luz sobre como a Igreja Católica no Brasil colonial produzia seus registros documentais. O objetivo principal é analisar a legislação canônica produzida pela Igreja Católica, evidenciando as particularidades das normativas propostas nas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia (1707), que serviram de base para a produção dos documentos acumulados nos arquivos eclesiásticos brasileiros. Busca-se também investigar, de forma comparativa, as principais normativas elaboradas pelo Brasil e pelo Vaticano, desde o século XVI até o século XVIII, identificando semelhanças e complementaridades entre as legislações desses países. A metodologia de trabalho está baseada nos métodos de análise diplomática e análise tipológica para investigar as principais peças legislativas produzidas desde os primeiros anos de colonização. Destaca-se as especificidades das legislações canônicas que influenciaram na produção documental e na preservação de arquivos eclesiásticos ao longo da história do Brasil. Enfim, o artigo propõe que a arquivística oferece mecanismos que

1 O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

auxiliam o entendimento dos documentos eclesiásticos e o contexto sócio-histórico no qual foram produzidos

Palavras-Chave: Documentos Eclesiásticos; Legislação canônica; Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia.

Abstract

This text proposes an investigation into the history of colonial Brazil and archivology, analyzing Brazilian ecclesiastical archives. Examining canonical law and regulations from an archival perspective sheds light on how the Catholic Church in colonial Brazil produced its documentary records. The main objective is to analyze the canonical legislation produced by the Catholic Church, highlighting the particularities of the regulations proposed in the First Constitutions of the Archbishopric of Bahia (1707), which served as the basis to produce the documents accumulated in Brazilian ecclesiastical archives. The aim is to investigate, in a comparative way, the main regulations drawn up by Brazil and the Vatican from the 16th to the 18th century, identifying similarities and complementarities between the legislation of these countries. The work methodology is based on the methods of diplomatic analysis and typological analysis to investigate the main pieces of legislation produced since the first years of colonization. It intends to highlight the specificities of canonical legislation that have influenced the production of documents and the preservation of ecclesiastical archives throughout Brazil's history.

Keywords: Ecclesiastical Documents; Canonical Legislation; First Constitutions of the Archbishopric of Bahia.

INTRODUÇÃO

A documentação eclesiástica, produzida pela Igreja Católica Apostólica Romana, desempenha um papel importante como fonte de informação que desvenda a memória desta instituição milenar. A própria essência burocrática weberiana da Igreja Católica permitiu um aparelhamento institucional que a conduziu à perenidade, de forma homogênea e constante, ao longo dos séculos. Ter o funcionamento baseado em ritos, leis e códigos tornou sua estrutura funcional organizada e coesa. Logo, estudar a legislação própria que

rege seu funcionamento lança luz e entendimento às suas representações gráficas, materializadas em livros manuscritos e documentos relativos aos sacramentos de batismo, confirmação (crisma), matrimônio (casamento) e unção dos enfermos (óbito).

O objetivo principal do artigo é entender a produção documental eclesiástica, através do levantamento da legislação produzida pela Igreja, evidenciando as particularidades das normativas propostas nas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia (1707), com foco na diplomática e na análise tipológica, apontando nessa legislação os metadados que poderão ser incorporados à descrição arquivística dos acervos. Os objetos norteadores da pesquisa são a bibliografia produzida a partir das peças legislativas de direito canônico, ou sejam, o Ritual Romano (1614) e as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia (1707).

Para aprofundar o estudo, será utilizada uma pesquisa exploratória baseada no levantamento de fontes primárias (registros paroquiais) e secundárias (legislação canônica). O estudo dispõe da análise comparativa entre *actio* e *conscriptio* (Rodrigues, 2020), a partir do método de análise diplomática e tipológica, para aprofundar o conhecimento da realidade arquivística. Buscaremos reconstruir a história regulatória dos documentos eclesiásticos, elaborados a partir do direito canônico, representado pelas constituições diocesanas sinodais.

Ao aprofundar o tratamento arquivístico, sob a ótica do método de análise tipológica, a produção de documentos pela instituição precisa ser atrelada à legislação canônica e à conjuntura social em que foi produzida. Nesse sentido, a arquivística oferece mecanismos que auxiliam o entendimento das informações referentes ao funcionamento da instituição, ao documento e ao contexto sócio-histórico que o produziu. Aplica-se este método para identificar a trilha burocrática (jurídico-administrativa) que levou à materialização da informação através de documentos arquivísticos.

O texto apresenta o contexto histórico em que os tipos documentais denominados registros paroquiais foram produzidos pela Igreja Católica. Além disso, aponta ferramentas de tratamento arquivístico, baseadas na análise diplomática e tipológica, buscando entender o funcionamento da instituição e a materialização da informação. Por fim, realiza uma análise comparativa da legislação canônica e dos documentos arquivísiticos produzidos sob esse respaldo jurídico.

CONTEXTO HISTÓRICO

O início da produção sistêmica de registros paroquiais pela Igreja Católica coincidiu com a expansão marítima e o período de grandes conquistas territoriais do império português nas Américas, na África e na Ásia. No final do século XV e principalmente ao longo do século XVI, o Estado português era uma importante força econômica e política, destacando-se entre os reinos vizinhos. A coroa portuguesa detinha o controle dos

meios econômicos e estava envolvida no tráfego de mercadorias, pessoas e informações (Barbosa, 1995).

Enquanto isso, a Igreja Católica Apostólica Romana unificou-se durante o Concílio de Trento (1545-1563), também conhecido como Concílio da Contrarreforma Católica. Nesse período, os papas unificaram os rituais e dogmas da Igreja, implementaram medidas administrativas assertivas no território dos bispados e aumentaram do controle sobre o clero. Esse acordo possibilitou uma ampla aliança firmada entre os sumos pontífices da Igreja de Roma e os regentes portugueses.

Durante o Concílio de Trento, os cânones (equivalentes aos artigos da legislação secular) relativos aos sacramentos de batismo, confirmação (crisma), matrimônio (casamento) e unção dos enfermos (óbito) ganharam destaque entre os legisladores conciliares (Marcílio, 2004). Uma sequência de normas burocráticas internas à Igreja foi criada, seja de origem papal ou dos bispados, para regulamentar posturas disciplinares, orientações litúrgicas e doutrinárias na condução dos rituais católicos.

Nos primeiros anos do século XX o sociólogo Max Weber teceu duras críticas à burocratização da administração eclesiástica. Em seu texto "Burocracia e liderança política", Weber aponta que entre as instituições e empresas do Estado moderno o poder de descisão sobre ações e pessoas estava na mão dos burocratas, empenhados na rotina administrativa do dia-a-dia:

> O funcionalismo burocrático caracterizado pelo formalismo de emprego, salário, pensão, promoção, treinamento especializado e divisão funcional do trabalho, áreas bem definidas de jurisdição, processos documentários, sub e superordenação hierárquicas tem sido o igualmente inconfundível padrão para a modernização do Estado. [...] Na Igreja, o mais importante resultado (do Concílio Vaticano I) de 1870 não foi o mui debatido dogma da infalibilidade, mas o episcopado universal (do papa) que criou a burocracia eclesiástica (Kaplanokratie) e transformou o bispo e o pároco, em contraste com a Idade Média, em meros funcionários do poder central, a Cúria romana. (Weber, 1997, p. 40).

A análise precisa do sociólogo calvinista peca apenas pelo recorte temporal abarcado pela burocracia clerical. Isso porque, desde o fim do Concílio de Trento, religiosos como Carlos Borromeu (1538-1584) e Frei Bartolomeu dos Martires (1514-1590) trabalharam arduamente para definir os limites e responsabilidades dos bispados e paróquias, bem como o poder, os deveres e as obrigações de bispos e párocos. Justificando a análise de Weber, coube ao Concílio Vaticano I (1870) deliberar sobre a autoridade suprema, em matéria eclesiástica, se pertencia ao papa ou ao concílio. O que ficou definido pelo dogma da infalibilidade pontifícia do papa.

O Cardeal e primeiro secretário Carlos Borromeu, sobrinho do papa conciliar Pio IV, teve papel fundamental para a consolidação e propagação das decisões tomadas durante o Concílio de Trento. Borromeu foi descrito por Michel de Certeau como um articulador cujo objetivo consistia em "transformar o clero em uma corporação, articulando uma técnica organizacional com a ideologia política mobilizadora" (Certeau, 2021, p. 153). As ações tomadas pelo cardeal de Milão focavam na gestão burocrática da Igreja, embasada no respeito aos ritos e dogmas universais da Igreja e consolidadas em atos institucionais normatizados, dentro do território capilarizado dos bispados.

A necessidade de normatizar os atos litúrgicos empregados no batismo e no casamento, por exemplo, levou o Vaticano alguns anos depois à elaboração, em 1614, do livro denominado Ritual Romano (Murphy, 1873). Este livro abrangia todas as celebrações necessárias aos rituais ministrados pelos párocos. Nele, estavam presentes as orações, os procedimentos para a cerimônia da missa e as diretrizes a serem seguidas durante o ministério dos sacramentos.

Para entender a história eclesiástica, sua capilaridade e base legal, é necessário examinar as principais reuniões em que o poder administrativo da Igreja Católica tomou medidas para debater as ações, delimitar as doutrinas e apresentar decretos disciplinares que legislavam sobre os sacramentos, os sacerdotes, os fiéis e, consequentemente, sobre os registros documentais. Essas reuniões locais, denominadas sínodos diocesanos, guiaram a instituição durante um longo período de hegemonia cristã.

Os sínodos diocesanos eram um veículo para a avaliação da vida clerical e para a proposição de medidas de atuação nos domínios de bispos e arcebispos. Medidas baseadas na realidade local e em normas oriundas dos diversos níveis de poder da Igreja. Através das constituições diocesanas, promulgadas a partir dessas assembleias, as diretrizes macro da Igreja Católica Romana eram ajustadas à realidade de cada região.

No Brasil, após um século e meio sob as orientações de Lisboa, o Arcebispado da Bahia foi estabelecido em 1676, desvinculando a administração religiosa brasileira da influência portuguesa. Essa ação de transferência do órgão gestor central para o Brasil revelou-se crucial, pois permitiu que as particularidades locais fossem regulamentadas de acordo com a realidade da colônia, aproximando as decisões do contexto local.

A nomeação de Dom Sebastião Monteiro da Vide (1643-1722), em 1701, como arcebispo do Arcebispado de São Salvador da Bahia trouxe elementos essenciais para a realização do primeiro encontro sinodal diocesano, ocorrido em 1707 e que reuniu uma parcela significativa das autoridades eclesiásticas brasileiras (Flexor, 2018). Esse encontro sinodal diocesano, presidido pelo arcebispo Da Vide, culminou na elaboração da primeira legislação canônica específica para a realidade brasileira.

Dentre os 1.318 artigos presentes nas "Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia", destaca-se para esse artigo o cânone de número 70, que trata da criação de um

livro de registros paroquiais para transcrever os atos, principalmente os relacionados aos sacramentos do batismo, como exemplificado na transcrição a seguir:

> Cân. 70 – Para que em todo o tempo possa constar do parentesco espiritual, que se contrai no Sacramento do Batismo, e da idade dos batizados, ordena o Sagrado Concílio Tridentino, que em um livro se escrevam seus nomes, e de seus pais, e mães, e dos padrinhos. [...]

E os assentos de batizados, se escreverão na forma seguinte:

> Aos tantos de tal mês, e de tal ano batizei (batizou de minha licença o Padre N.) nesta (ou em tal Igreja) a N., filho de N. e de sua mulher N., e lhe pus os Santos Óleos. Foram padrinhos N. e N., casados (viúvos ou solteiros), fregueses de tal Igreja e moradores de tal parte.
>
> E ao pé de cada assento se assinará o Pároco (ou Sacerdote) que fizer o Batismo, de seu sinal costumado (Vide, 1853, p. 28-29).

Por quase duzentos anos, as Constituições Primeiras orientaram a conduta da Igreja Católica no território da colônia portuguesa no Brasil. E a análise detalhada dessa legislação específica é fundamental para uma compreensão mais profunda da produção dos registros e das particularidades observáveis na sociedade colonial, as quais se materializam nas regras impressas e tornam os livros de registro um reflexo da sociedade brasileira que os produziu.

FUNDAMENTAÇÃO METODOLÓGICA

A análise da legislação canônica, aqui personificada nos livros Ritual Romano e Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, proporciona as bases para a elaboração de um instrumento arquivístico voltado para a organização do acervo eclesiástico. Por conseguinte, demonstra como os documentos produzidos a partir dessa legislação se tornaram testemunhos escritos dos rituais católicos, passíveis de organização e acesso à informação contida nesses documentos.

Ao analisar a legislação canônica e seu reflexo sobre o acervo permanente produzido, optamos por um estudo baseado em metodologia utilizada e consolidada na arquivística - análise diplomática e tipológica (Bellotto, 2002). A diplomática remonta ao século XVIII e enfoca a estrutura interna dos documentos, assim como o conteúdo e a forma como a informação é registrada por seus criadores. Por outro lado, a tipologia documental concentra-se na gênese dos documentos e no contexto da instituição que os gerou.

O conceito de diplomática pode ser compreendido através da definição da professora Luciana Duranti (2020, p. 10):

> A diplomática é o estudo do Wesen (ser) e do Werden (tornar-se) da documentação, a análise da gênese, da constituição interna e da transmissão dos documentos, e de sua relação com os fatos neles representados e com seus criadores. Assim, tem para o arquivista, para além de um valor prático e técnico indiscutível, um valor formativo fundamental, e constitui um prelúdio vital para a sua disciplina específica, a arquivística.

A diplomática enfatiza a necessidade de identificação da forma física e intelectual da espécie documental, permitindo reconhecer as partes do documento, o processo de elaboração e os elementos básicos que o constituem (Rodrigues, 2020).

No contexto dos livros de registros paroquiais, a diplomática define a espécie documental como "documento diplomático testemunhal de assentamento ou comprobatório" (Bellotto, 2002, p.48). Ela também estabelece a estrutura básica da espécie documental, delineando os elementos necessários para a validação por meio da análise diplomática.

A identificação diplomática da espécie documental 'registro paroquial' traz em sua estrutura básica os seguintes elementos: "os nomes dos batizados, fazendo menção do ministro, pais, padrinhos e ainda, se as houver, das testemunhas, do lugar e dia do batismo, indicando também o dia e o lugar do nascimento" (Igreja Catôlica, 2004, Cân. 877).

Por sua vez, o conceito de tipologia documental, introduzido no Brasil pela arquivista Heloísa Bellotto (2002, p. 19), é igualmente importante e não apenas complementar:

> A Tipologia Documental é a ampliação da Diplomática em direção à gênese documental, perseguindo a contextualização nas atribuições, competências, funções e atividades da entidade geradora/acumuladora [...] enquanto o objeto da Tipologia, além disso, é estudá-lo enquanto componente de conjuntos orgânicos, isto é, como integrante da mesma série documental, advinda da junção de documentos correspondentes à mesma atividade.

No contexto brasileiro, Heloísa Bellotto introduziu a metodologia de reconstituição histórica das instituições, analisando seus processos para compreender a formação dos acervos institucionais. Para a arquivista, compreender a dinâmica de funcionamento de órgãos públicos ou instituições privadas facilitaria a reconstrução da origem dos documentos, contribuindo para o planejamento do arranjo, da descrição e da recuperação das informações. Isso conecta o nascimento do documento à instituição que o gerou, a fim de "entender o documento desde o seu nascedouro, a compreender o porquê e o como ele é estruturado no momento da sua produção" (Bellotto, p. 37).

Partindo do princípio de que os diversos livros de registros produzidos pela Igreja católica desde o século XVI, arquivados em todo o território brasileiro, compartilham estrutura e características uniformes determinadas pela legislação canônica, é possivel,

a partir dos métodos apresentados pela análise diplomática e análise tipológica, delimitar as normativas canônicas que nortearam a produção documental. E, assim, facilitar a leitura e simplificar o controle de metadados essenciais à recuperação da informação arquivística presente nos documentos eclesiásticos.

Para Michel Duchein (1986, p. 17), o profissional arquivista deve ser capaz de identificar junto à instituição produtora ou acumuladora um mandato oficial ou suas "atribuições específicas e estáveis, legitimadas por um texto dotado de valor legal ou regulamentar". Sendo assim, as constituições sinodais e os códigos canônicos podem ser reconhecidos como textos regulamentares com valor legal.

RESULTADOS

Os livros de registros eclesiásticos são objeto de análise de historiadores, genealogistas e demógrafos, pois disponibilizam informações ricas sobre as populações passadas. Essas informações foram coletadas por párocos e religiosos durante a execução de suas atribuições, competências, funções ou atividades junto à instituição e, quando tratadas como fonte de dados (padronizados e passíveis de tabulação), contribuem para o enriquecimento da arquivística, bem como de outras ciências.

As informações anotadas nos assentamentos individuais, produzidos a partir da ação de ministrar os sacramentos (batismo, crisma, casamento e óbito), possuem dados estáveis oriundos da aplicação da legislação canônica. Estes dados podem ser compilados e daí ocorrer a extração de padrões de metadados, que podem alimentar bases para diversas finalidades.

Informações básicas como nome, data, local e filiação compõem a essência dos registros paroquiais e se repetem dentro de tempo e espaço determinado. Eram anotações obrigatórias executadas por autoridade competente, delegada por um órgão ou autoridade superior, que garantiam a autenticidade das informações.

Dentre todas as fontes legislativas, disponíveis *on-line*, duas se destacaram como norteadoras deste estudo. A primeira fonte, o Ritual Romano[1], publicado em 1614, trouxe os formulários que deviam ser preenchidos após a realização dos sacramentos. A segunda fonte, as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia[2], aprovadas em 1707, adaptou o Ritual à realidade brasileira.

Algumas particularidades apresentadas pelo Ritual Romano se destacaram e, segundo essa análise, o tornaram pioneiro. A primeira particularidade diz respeito aos formulários padrão, utilizados ainda hoje para preenchimento dos registros paroquiais. Esses pré-textos, escritos em latim, uniformizaram os registros paroquiais de batismos,

1 Fonte: https://archive.org/details/ritualeromanumpa00cath/page/n5/mode/2up. Acesso em 20 ago. 2024

2 Fonte: https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/222291. Acesso em 20 ago. 2024

confirmados, casamentos, estado das almas e os livros dos defuntos sepultados. O formulário correspondente às atas registradas, a partir da ação de ministrar o batismo, transcritas abaixo mostram a riqueza de detalhes exigidos nas anotações:

> A FORMA DE DESCREVER OS BATIZADOS NO PRIMEIRO LIVRO
>
> No ano do Senhor... no... mês... eu N, o Pároco desta Igreja de S. N, da cidade (ou do lugar) de N, batizei uma criança nascida no dia de..., de tal lugar, e da família N, à qual dei o nome de N. Para padrinho foi imposto N. Era filho de N, da Paróquia (ou do lugar) de N, e de sua esposa N, filha de N da Freguesia (ou do lugar) de N.
>
> Se a criança não nasceu de um casamento legítimo, escreve-se o nome pelo menos do outro progenitor, sobre quem se confirma (porém evita-se toda ocasião de escândalo). Mas se não se confirma sobre nenhum dos dois, escreve-se assim: batizei uma criança, cujos pais são desconhecidos, nascido no dia..., etc. como acima.
>
> Se a criança foi exposta é indicado em que dia, onde e por quem foi encontrada, e quanto prováveis dias de vida. E ele será batizado sob a condição, se não for conhecido que ele foi batizado.
>
> Se a criança foi batizada em casa por causa do perigo iminente de morte, então está escrito assim:
>
> No ano... no... mês... N nasceu N, filho de N e N, casados, etc. como acima. Que, devido ao perigo iminente de morte, foi devidamente batizado em casa por N, uma parteira certificada, ou N, filho de N, como N me relatou.
>
> Se a criança sobreviver, e a ela forem aplicadas cerimônias sagradas na Igreja, acrescenta-se o seguinte:
>
> No mesmo dia do mesmo mês a referida criança foi trazida à Igreja, e eu mesmo, o sacerdote, usei as sagradas cerimônias e orações, e dei-lhe o nome de N. (Murphy, 1873, p. 413-414, tradução nossa).

O "formulário de escrita" apresentado pelo Ritual Romano determinou a forma de escrever e normatizou os assentamentos paroquiais durante o século XVII até que as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia (1707) determinaram quais informações básicas deveriam ser coletadas de acordo com a realidade brasileira. Os formulários

apresentados pela Constituições propunham metadados, que eram coletados junto aos pais durante os rituais dos sacramentos e, imediatamente, adicionados aos livros de registros paroquiais.

A título de exemplo, ao observar os registros paroquiais de batismo da Igreja de Nossa Senhora da Vitória (Catedral do Bispado do Espírito Santo) de 1832, destacam-se as informações exigidas para anotação dos registros paroquiais. As Constituições Primeiras instruíam os párocos a registrarem nos livros de registros paroquiais de batismo os seguintes campos de informação: (i) nome da criança; (ii) data da celebração do batismo; (iii) local do batismo; (iv) nome dos pais; (v) nome do pároco realizador do sacramento; (vi) padrinhos; (vii) assinatura, entre outras tantas informações. Esses elementos descritores puderam ser facilmente identificados nos assentamentos, com certa fidelidade à sequência determinada pelas Constituições, como podemos constatar no exemplo abaixo, citado anteriormente:

> Aos (ii) dois de outubro de mil oitocentos trinta e dois nesta (iii) Matriz da Vitória o Reverendo Coadjutor (v) Francisco Antunes de Siqueira batizou solenemente e pôs os santos óleos ao inocente (i) Paulo filho legitimo de (iv) Pedro Souza e de Francisca Apolônia Barbosa neto por parte paterna de Domingos Souza e por parte materna de Anna Victória dos Santos; foram padrinhos (vi) Fernando Seixas e Aurélia Camargo; para constar mandei fazer este termo em que assinei.
>
> Vigário (vii) Domingos Leal
>
> (VITÓRIA (ES). Centro de Documentação da Arquidiocese de Vitória. Registro Paroquial de Batismo (manuscrito). Livro de registros de batismos celebrados na Paróquia Nossa Senhora da Vitória entre os anos de 1832 a 1841. P. 02. Cód. BR.CMV.NSV.BAT.L.001.).

Nas informações anotadas, seguindo o formulário preestabelecido pelas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, podem ser analisados cada um dos metadados, permitindo aos arquivistas e demais profissionais envolvidos no tratamento documental a sistematização dos dados qualitativos. Metadados primordiais para elaboração de bases de dados e a reconstrução histórica da documentação produzida pela Igreja Católica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para os profissionais arquivistas, os registros paroquiais devem ser estudados e interpretados, desde o momento da sua formulação até a destinação final, levando em consideração a estrutura administrativa, os principais atores envolvidos e as reais finalidades da

instituição. A produção sistêmica de documentos pela burocracia eclesiástica permitiu a análise de um conjunto documental perene e coeso.

Ao aprofundar o tratamento arquivístico, sob a ótica da análise diplomática e tipológica, é necessário atrelar a produção de documentos pela instituição à legislação canônica e à conjuntura social em que foram produzidos. Nesse sentido, a arquivística oferece mecanismos que auxiliam o entendimento das informações, referentes ao funcionamento da instituição, ao documento e ao contexto sócio-histórico no qual foram produzidos. A aplicação desse método possibilita identificar a trilha burocrática (jurídico-administrativa) que levou à elaboração dos documentos e, com isso, interpretar e tratar os documentos que sobreviveram até os dias atuais.

Cabe ao profissional arquivísta adquir conhecimento científico, experiência técnica e, com o apoio dos recursos tecnológicos e da transdisciplinalidade, concentrar-se na documentação histórica depositada nos acervos eclesiásticos. Isso permitirá potencializar a preservação e disseminação do conteúdo registrado, contribuindo para a reconstrução da memória coletiva.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, David Sampaio. "Padroado português: privilégio ou serviço (séc. XIX)?". In: **Revista Didaskalia**, Lisboa, v. 25, n. 1-2, 1995, p. 365-390.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial do Estado, 2002.

CERTEAU, Michel. **O lugar do outro: história religiosa e mística**. Petrópolis: Vozes, 2021.

DUCHEIN, Michel. "O respeito aos fundos em arquivística: princípios teóricos e problemas práticos". In: **Arquivo & Administração**, v. 10-14, n. 2, p. 14-33, 1986.

DURANTI, Luciana. "Diplomática: novos usos para uma antiga ciência". In: **Revista de fontes**, Guarulhos, v. 7, n. 13, p. 6-39, 2020.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. "O Concílio de Trento e as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia: 'Programa' de arquitetura e a arte sacra na Bahia". In: **Revista Imagem Brasileira**, n. 9, p. 39-47, 2018.

IGREJA CATÓLICA. **Código de Direito Canônico promulgado por João Paulo II,** Papa; tradução: Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. São Paulo: Ed. Loyola, 2004.

MARCÍLIO, Maria Luiza**.** "Os registros paroquiais e a História do Brasil". In.: **Varia História**, v. 20, n. 31, p. 13-20, jan. 2004.

MURPHY, Joannes. **Rituale Romanum Pauli V Pontificis Maximi Jussu Editum et a Benedicto XIV. Auctum et Castigatum cui Novissima Accedit Benedictionum et Instructionum Apendix.** Baltimore. 1873.

RODRIGUES, Ana Célia. "Diplomática como base para a construção do método de identificação do documento de arquivo". In: **Revista de fontes**, Guarulhos, v. 7, n. 13, p. 55-77, 2020.

TOGNOLI, Natália Bolfarini; FERREIRA, Elane Rodrigues da Silva. "Os arquivos eclesiásticos e a arquivística brasileira: uma análise dos artigos publicados nos periódicos arquivísticos brasileiros". In: **Ágora**, v. 27, n. 54, p. 7-28, 2017.

VIDE, Sebastião Monteiro da. **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia feitas, e ordenadas pelo Illustrissimo, e Reverendissimo Senhor D. Sebastião Monteiro da Vide: propostas, e aceitas em o Synodo Diocesano, que o dito Senhor celebrou em 12 de junho do anno de 1707**. S. Paulo: Na Typ. 2 de dezembro de Antonio Louzada Antunes. 1853.

VITÓRIA (ES). Centro de Documentação da Arquidiocese de Vitória. Registro Paroquial de Batismo (manuscrito). **Livro de registros de batismos celebrados na Paróquia Nossa Senhora da Vitória entre os anos de 1832 a 1841**. Cód. BR.CMV.NSV.BAT.L.001.

WEBER, Max. **Os Economistas (Textos Selecionados)**. Tradução de Maurício Tragtenberg e outros. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

A REPRESENTAÇÃO DO ARQUIVISTA EM INTELIGÊNCIAS ARTIFICIAIS

THE REPRESENTATION OF ARCHIVIST IN ARTIFICIAL INTELLIGENCE

Marcelo Kosawa da Costa Nogueira de Siqueira
Universidade Federal do Amazonas

Giseli Frota de Souza Nascimento
Universidade Federal do Amazonas

Taiane Figueiredo da Silva
Universidade Federal do Amazonas

Talia Raquel Oliveira Carvalho
Universidade Federal do Amazonas

Resumo

O presente trabalho consiste em analisar as representações do profissional arquivista produzidas em programas que contém Inteligência Artificial (IA). Serão levantados os softwares gratuitos que geram imagens a partir de comandos escritos e verificado quais imagens a IA gera a partir dos seguintes comandos: profissional arquivista; arquivista em seu ambiente de trabalho; arquivista realizando o tratamento de documentos digitais. A metodologia desta pesquisa está classificada como pesquisa descritiva com abordagem quali-quantitativa, pois verificou-se quantas imagens foram geradas que fizessem sentido com os comandos e de que maneira o profissional arquivista é representado. Este trabalho tem como objetivo investigar como a IA generativa retrata o arquivista explorando sobre as limitações e os potenciais da IA na construção de percepções mais precisas e harmônicas com uma profissão que está inserida em um cenário de constante evolução.

Palavras-Chave: Inteligência Artificial; Arquivista; Arquivologia.

Abstract

This work consists in analysing the representation of the archivist professional produced in programs that possess Artificial Intelligence (AI). There will be a survey of the free software that generate images through written input and a verification of which images are generated by AI through the following commands: the archivist professional; archivist in their work environment; archivist performing the treatment of digital documents. The methodology for this research is categorized as descriptive research with a quali-quantitative approach, for there was a measurement of the amount of images generated in accordance with the commands and the representation of the archivist professional. This work has the goal of investigating how the generative AI depicts the archivist, pondering about the limitations and potential of AI in the building of a more accurate and according perception regarding a trade that finds itself constantly evolving.

Key-words: Artificial Intelligence; Archivist; Archival Science.

INTRODUÇÃO

O sistema de IA teve suas primeiras aplicações na segunda metade do século XX nos Estados Unidos, mas o uso popular no Brasil ocorreu a partir de 2022, sendo o país da América latina que mais utiliza o recurso em suas práticas cotidianas, seja em atividades empresariais ou educacionais, como produção de textos e imagens, conforme afirma o relatório da SAS (2022). O âmbito informacional tem apresentado características que se modificam rapidamente e em grande escala, o acesso à informação em ambiente digital, incluindo inclusive acesso a documentos por meio do uso da internet, hoje considerado um principais meios nas pesquisas regulares, representando o contexto no qual a IA está inserida, se tornando algo utilizado comumente por diferentes grupos e para diferentes fins, inclusive na Arquivologia.

De acordo com Angel Gurria (*apud*, MCTI, 2021, p. 4), Secretário-geral da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), "A Inteligência Artificial está a revolucionar a forma como vivemos e trabalhamos, oferecendo benefícios extraordinários para as nossas sociedades e economias".

No Brasil, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), instituiu em 2021, a Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial (EBIA)[3] que assume o papel de nortear as ações do Estado brasileiro em prol do desenvolvimento das ações, em suas

3 Por meio da Portaria MCTI nº 4.617, de 6 de abril de 2021, alterada pela Portaria MCTI nº 4.979, de 13 de julho de 2021.

várias vertentes, que estimulem a pesquisa, inovação e desenvolvimento de soluções em Inteligência Artificial, bem como, seu uso consciente, ético e em prol de um futuro melhor.

Para o exercício pleno da função de arquivista, este profissional deve estar sempre inclinado a buscar melhores formas para atingir o objetivo principal, que é dar acesso à informação. A Arquivologia é conceituada pelo Dicionário de Terminologia Arquivística (1996) como a "disciplina que tem por objetivo o conhecimento dos arquivos e da arquivística", significa dizer que há um conjunto de práticas e técnicas relacionadas que fazem os documentos independente de seu suporte a serem organizados e classificados.

Desta maneira, a utilização de recursos e ferramentas como suporte no trabalho é algo que o arquivista tem inserido nas suas atividades nas últimas décadas, seja no setor público ou privado, para otimizar o seu trabalho na gestão documental de documentos físicos e digitais, assim como uso de sistemas que facilitem a recuperação da informação. Pois, conforme afirma Delmas (2010, p. 91):

Os arquivos não cessam de evoluir com o aporte das novas tecnologias, mas essas técnicas, seja qual for a sua importância e o impacto revolucionário, não deixam de ser instrumentos. Por isso, cabe ao arquivista o esforço de "reconstrução" quando trabalha sobre de arquivo, cada um deles sendo diferente e único: ninguém pode fazê-lo em seu lugar (Delmas, 2010, p. 91).

A partir da crescente propagação do uso da IA para as mais variadas finalidades, inclusive no âmbito educacional e recreativo, indaga-se se como o arquivista é representado em seu campo de atuação, ou seja, nas suas práticas ocupacionais, considerando o aspecto em que esse profissional está em constante evolução na sua prática de trabalho na era da tecnologia, em que as mudanças culturais e sociais de seu tempo impactam em seu trabalho, é importante averiguar/verificar se a sociedade e as tecnologias nelas inseridas compreendem e o visualizam da mesma forma.

O arquivista ao atingir esse espaço e importância não teria como estar distante no uso e no alcance da Inteligência Artificial, pois o seu papel ultrapassa os limites do Arquivo, sendo importante avançar debates sobre a compreensão da área como tem sido a sua representação na era da tecnologia, e como isso tem influenciado na percepção das pessoas que não tiveram contato diretamente com arquivos ou arquivistas.

Nessa perspectiva Bellotto (2006), afirma que:

> As novas formas de utilização do arquivo, para além da pesquisa administrativa e histórica, como o uso educativo ou o de natureza técnico-operativa (o chamado uso prático do arquivo, pelo qual tem havido recentemente grande interesse), representam, todas elas, um grande desafio para o arquivista (Bellotto, 2006. p. 141).

Este trabalho tem como objetivo investigar a IA retrata o arquivista, explorando sobre as limitações e os potenciais da IA na construção de percepções mais justas e precisas das profissões em um cenário em constante evolução.

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Segundo o MCTI (2021, p. 3), desde os anos 2000, a IA passou a ser objeto de interesse não apenas nos meios científicos, mas também nos veículos de comunicação de grande circulação destinados ao público em geral. Foco de notícias pela imprensa de todo o mundo, tema de diversos artigos científicos, as Inteligências Artificiais (IAs) são temas que geram debates sobre seus usos, impactos e possibilidades de aplicação em diferentes áreas.

De acordo com Alves (2020), as Inteligências Artificiais usam-se de algoritmos que torna possível o aprendizado com dados e aprimoramento de novos conjuntos de regras e métodos, "que podem conduzir à descoberta e à resolução de problemas por meio de estratégias e inferências". Esses algoritmos de aprendizado possibilitam que as IAs aprendam com experiências e informações presentes nas informações que as alimentam, com deduções e inferências.

É uma tecnologia que permite que dispositivos eletrônicos realizem tarefas que sempre foram exclusivas da capacidade humana, como produzir um texto, planilhas, imagens, dentre outras possibilidades. A IA é um ramo da ciência da computação que se concentra no desenvolvimento de sistemas e algoritmos capazes de realizar tarefas. Utilizando-se de dados presentes em banco de dados de diversas corporações, as IAs têm possibilitado ser uma ferramenta capaz de ser uma assistente virtual para diversas tarefas, além de ser utilizada para análise de dados em diferentes contextos.

Nesse cenário, destaca-se que as IAs estão sendo comumente produzidas na geração de imagens artificiais. O presente trabalho irá investigar como algumas delas estão gerando imagens do arquivista, do arquivo e de seu trabalho.

METODOLOGIA

A metodologia desta pesquisa está classificada como pesquisa descritiva com abordagem quali-quantitativa. A pesquisa descritiva, segundo Gil (2008, p. 28), tem por objetivo "[...] a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis.". Tal como está caracterizado o método, este estudo buscou, principalmente, inferir como o arquivista seria representado por meio dos resultados das imagens geradas pelas IAs generativas de fácil acesso, como as que ofertam períodos de teste gratuitos.

Quanto à abordagem, segundo Gerhardt e Silveira (2009, p. 32), a pesquisa qualitativa ocupa-se "[...] do aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma

organização, etc.", e a pesquisa quantitativa, por sua vez, "[...] tende a enfatizar o raciocínio dedutivo, as regras da lógica e os atributos mensuráveis da experiência humana.". A pesquisa quali-quantitativa abarca aspectos de ambas abordagens aqui mencionadas. Buscamos, portanto, utilizarmos de ambas concepções para compreender e interpretar as imagens geradas junto a literatura existente sobre a compreensão acerca do arquivista, enquanto de forma objetiva, quantificamos e indicamos os resultados da coleta. A seguir, apresentamos as IAs que integraram o universo da pesquisa e os resultados obtidos.

Coleta de Dados

Na fase inicial de coleta de dados, foram realizadas pesquisas acerca da inteligência artificial, a representação do profissional arquivista, como ambas áreas se relacionam atualmente e quais sistemas de IAs generativas de fácil acesso e gratuidade estavam disponíveis para realização dos testes. Em seguida, foram formulados os comandos para gerar as imagens e realizados os testes. Por fim, as imagens foram organizadas e identificadas para que fossem observadas as principais características pertinentes, bem como os fatores quantificáveis.

A fim de identificar a representação do arquivista na IA, inicialmente, foram selecionadas 22 (vinte e duas) IAs capazes de gerar imagens estáticas mediante comandos estabelecidos nesta pesquisa. Sendo elas: Artbreeder; Bing; Canvas; Craiyon AI; Deep Dream Generator; Dreamstudio; Fotor; Gencraft; Getimg; Ideogra.ia; Leonardo.ai; Limewire; Mage Space; Maze.guru; Neural Love; Nightcafe; Openart; Pixlr X; Playground; Seeartja; Tensor Art e WhatsApp. O Whatsapp é o aplicativo de mensagens que está presente na vida diária do brasileiro em que recentemente inseriu a opção de gerar figurinhas por IA e, por este motivo, foi inserido nos testes desta pesquisa.

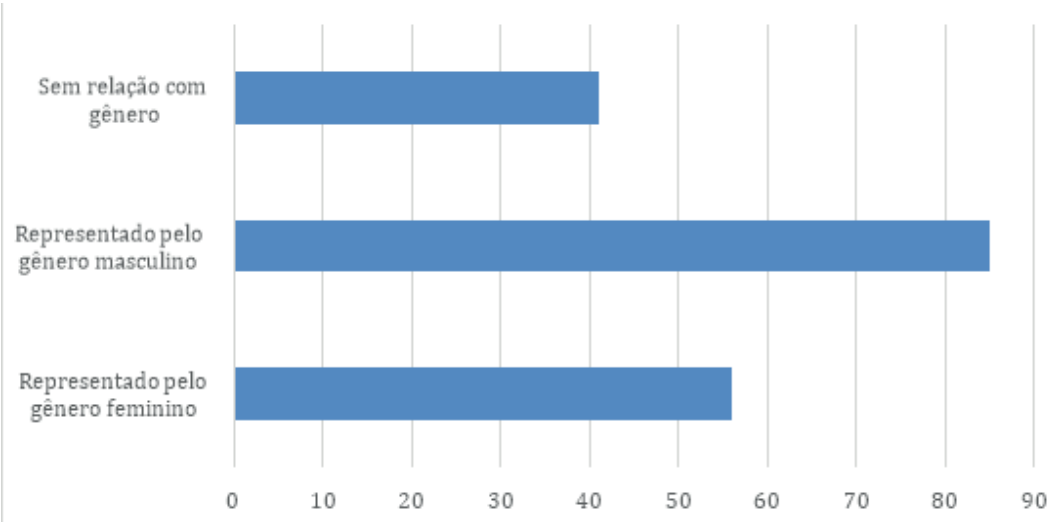
Na realização da pesquisa, estabeleceu-se os comandos claros e objetivos para obtenção de resultados, sendo eles: 1) arquivista e/ou profissional arquivista; 2) Arquivista em seu ambiente de trabalho; e 3) Arquivista realizando o tratamento de documentos digitais. Também se utilizou dos termos em inglês quando o comando em português não associava ao termo buscado, respectivamente: 1) *Archivist*; 2) *Archivist in your work environment*; e 3) *Archivist processing digital documents* e *Archivist working on digital documents*.

Tais termos foram escolhidos considerando que: 1) A atividade do arquivista já é uma atividade de difícil visualização, dados os muitos contextos e ambientes em que está inserido, e 2) Muitas IAs tendem a ter dificuldades em comandos muito específicos. A seguir será apresentado os resultados obtidos.

RESULTADOS

A partir das buscas mencionadas anteriormente, foram geradas 182 imagens, distribuídas da seguinte forma: 56 imagens representavam arquivistas do gênero feminino; 85 imagens representavam arquivistas do gênero masculino, conforme apresentado no Gráfico 1.

Gráfico 1: Representatividade por gênero dos Arquivista nas imagens geradas

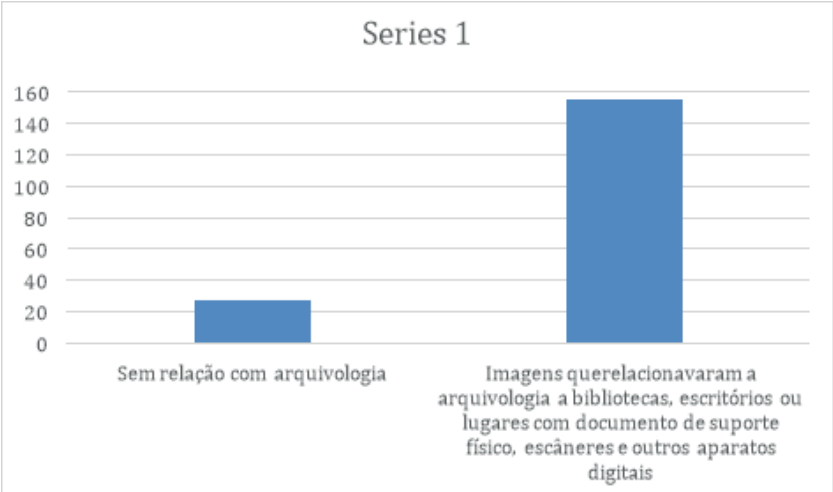


Fonte: elaborado pelos autores

Na utilização do termo "Arquivista" as imagens produzidas pelas IAs apresentaram em sua grande maioria homens brancos, o que contrasta diretamente com a visibilidade das mulheres na profissão, visto que no Brasil grandes nomes que contribuíram com a construção e desenvolvimento da Arquivologia foram mulheres, conforme relata a autora Pret, Raquel (2020) " [...] as mulheres são pioneiras na constituição da Arquivologia como campo científico no Brasil é presente tanto na literatura arquivística brasileira, quanto em congressos, simpósios, seminários e mesmo em conversas informais entre os pares." A questão de gênero é algo que deve ser refletido, pois as mulheres desempenham um papel essencial no avanço da área, promovendo inovação e a excelência na gestão de arquivos e isso deve ser espelhado em pesquisas e na geração de imagens em IAs.

Também foi identificado que 27 imagens não tinham relação com arquivologia; 155 imagens relacionavam arquivologia a bibliotecas, escritórios ou lugares com documento de suporte físico, pilhas de papéis, escâneres e outros aparatos digitais, conforme apresentado no Gráfico 2.

Gráfico 2: Representatividade do Arquivista nas imagens geradas



Fonte: elaborado pelos autores

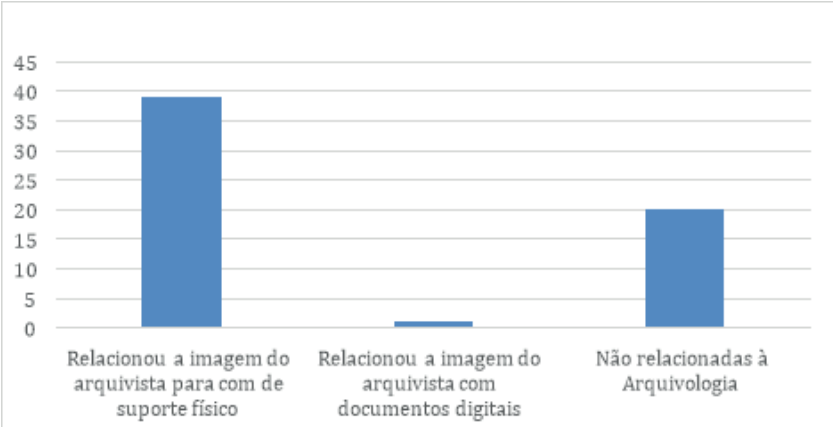
Ao solicitar que a IA gerasse imagens utilizando o termo "arquivista", 40 imagens relacionaram a imagem do profissional arquivista com características voltadas à área de arquivologia. Dessas, 39 relacionaram o profissional ao manuseio de documentos de suporte físicos, principalmente papéis. Os resultados que apresentaram conformidade com nossa busca, não retrataram de forma satisfatória, totalizando 20 imagens, que condizem com estruturas arquitetônicas, carros e imagens referentes à natureza, conforme apresentado no gráfico 3.

Acerca desse primeiro comando, uma citação de Delmas (2010, p. 82) que trata acerca do que se entende pela imagem do arquivista, nos remete a uma característica já presente na literatura arquivística:

Em razão das diferentes denominações para uma mesma função, a profissão de arquivista talvez seja mal identificada pelo grande público. A imagem mais frequente que se tem dela é do erudito, do sábio, um estudioso e especialista em documentos antigos. Ofício da sombra, isso o torna pouco conhecido (Delmas, 2010, p. 82).

Para o comando em inglês, "*Archivist*", como esperado, pouquíssimas plataformas não entregaram um resultado satisfatório. Para esta pesquisa entende-se por resultado satisfatório a disponibilização de um profissional que remeta minimamente a um ambiente de trabalho de um arquivista.

Gráfico 3: Comando "Arquivista e/ou profissional Arquivista" e seu correspondente em inglês "Archivist"



Fonte: elaborado pelos autores

Quanto ao comando "Arquivista em seu ambiente de trabalho" e seu correspondente em inglês "*Archivist in your work environment*" resultou em cenários, em sua grande maioria, de profissionais no centro de corredores amplos em que a área dos fundos e laterais são compostos por estantes com caixas ou gavetas. Outra realidade muito presente foram as pilhas de documentos espalhados, seja na mesa do profissional ou como complemento desse cenário. Ressalta-se que houve resultados em que o ambiente retratado era muito organizado, com moderados papéis à mostra, diferente de certas imagens que retratam um ambiente saturado dos itens descritos anteriormente

Para compreendermos como os aspectos visuais da atividade e características do arquivista estão sendo representados, buscamos as vertentes que mais se aproximam dessa concepção para verificar similitudes, como é o caso das produções cinematográficas, que além de se fazerem baseadas na concepção de seus produtores, também estão baseadas no conhecimento difundido nas massas. Nesse contexto, Bessa, *et al.* (2014), ao fazer análise da imagem do arquivista em filmes produzidos na última década do século XX e nos anos iniciais do século XXI, destaca que:

> A análise do perfil do profissional arquivista, a partir de sua imagem veiculada nos filmes cinematográficos, permitiu também observar que este profissional ainda se encontra atrelado ao estereótipo de uma profissão excessivamente tecnicista, onde se vê o arquivista como um profissional "especialista em guardar papéis antigos". (Bessa, *et al.*, 2014, p. 27)

Percebe-se a semelhança da retratação do arquivista nas produções cinematográficas com as imagens retratadas pela IA, que reitera o que Delmas (2010, p. 91), quando

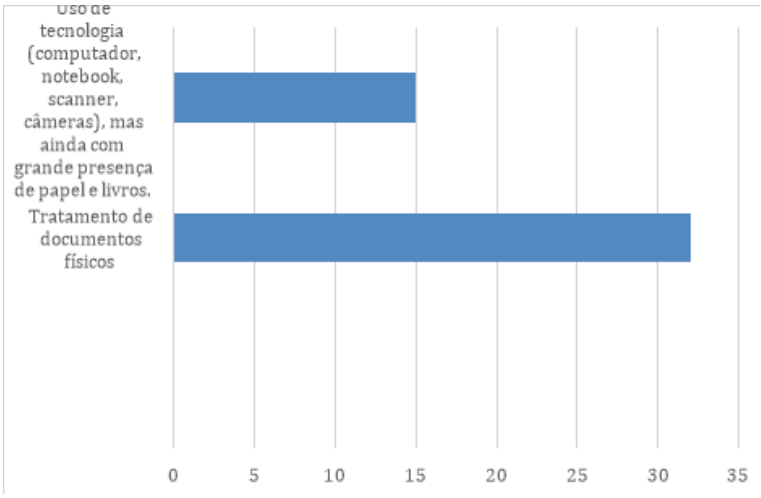
diz que "a profissão de arquivista talvez seja mal identificada pelo grande público", estando ainda constantemente vinculada ao que um dia possa ter sido, antes de passar por toda evolução.

Nesse sentido Bessa, *et al.* (2014), considera que:

> O perfil do Arquivista atual não condiz com o perfil dos primeiros profissionais da Arquivologia, porém, é bastante comum que alguns estereótipos sejam atribuídos aos arquivistas. No decorrer da história, a profissão deixou de ser tecnicista e os arquivistas deixaram de ser vistos como "guardadores de papéis", pois se tornaram profissionais com perfis gestores, capazes de propor soluções tecnológicas aos arquivos, entre outras características (Bessa, *et al.*, 2014, p. 16).

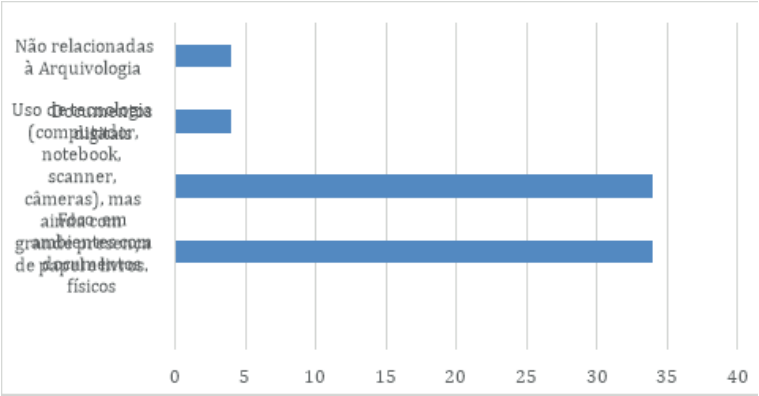
Quando se utilizou o comando "Arquivista realizando o tratamento de documentos digitais" e seu correspondente em inglês *"Archivist processing digital documents" e "Archivist working on digital documents"*, apenas duas IAs, das vinte e duas selecionadas, que representam 9,1% do universo da pesquisa, entregaram um resultado satisfatório, exatamente como solicitado, enquanto as demais associaram o arquivista com documentos, conforme apresentado no Gráfico 5.

Gráfico 4: Comando "Arquivista realizando o tratamento de documentos digitais" e seu correspondente em inglês "Archivist processing digital documents"



Fonte: elaborado pelos autores

Gráfico 5: Comando "Arquivista realizando o tratamento de documentos digitais" e seu correspondente em inglês "Archivist processing digital documents" e "Archivist working on digital documents".



Fonte: elaborado pelos autores

Observa-se que há pouca precisão sobre o fazer arquivístico. Parte significativa das imagens não apresentou qualquer conexão com dispositivos digitais, permanecendo o conglomerado de papéis. Determinadas IAs conseguiram inserir nos ambientes representados, o profissional tendo a sua disposição computadores, impressoras e scanners.

Nesse panorama Bessa, *et al.* (2014), diz que:

> O entendimento da importância do arquivista parte de uma consciência que reflita a relevância do mesmo para a sociedade contemporânea, muitas das vezes intitulada como "Sociedade da Informação", onde a informação está em qualquer lugar, sendo em bits ou em papel; este profissional tem então que estar preparado para os desafios que são propostos a ele a qualquer momento, tão logo, precisa-se de profissionais que estejam habilitados a gerenciar essas informações, o que permitirá ao arquivista deixar de lado o suposto estigma de ser um profissional obsoleto e adverso às novas tecnologias. (Bessa, *et al.*, 2014, p. 27)

Infere-se com isso, que as representações que as IA apresentam são um reflexo de como a grande maioria da sociedade ver o ambiente de trabalho do arquivista e/ou o perfil desse profissional: ambientes com pouca iluminação, com papéis amarelados a sua disposição, com profissionais idosos e vestimentas que remetem aos anos de guerra. Em relação ao que foi apresentado na literatura, é necessário que o profissional esteja habilitado para essas transformações tecnológicas, ainda que a produção documental em papel seja extensa, visto que seu principal foco é gerir informações.

Como aspectos positivos dessa retratação, pode-se ressaltar que o perfil do profissional sugerido indica formalismo, como por exemplo, os trajes (ternos, camisas sociais

e gravatas), bem como jalecos tais como cientistas. Essas características podem ser associadas facilmente a burocracia que permeia as práticas arquivísticas. O ambiente informal e ao ar livre foi minoria nos resultados obtidos, demonstrando a seriedade que é visualizada na profissão.

Dentre as plataformas e aplicativos testados, podemos relacionar algumas das mais comuns no Brasil: Whatsapp, Canva e Bing. Ao inserir nos comandos aqui adotados, a IA do Whatsapp não gerou resultados distintos das demais IAs aqui testadas: reconheceu os comandos em português, apresentou opções de imagens masculinas e femininas, no entanto, também trouxe em suas opções imagens de aspecto misto, que vinculam o ambiente de trabalho do arquivista ao de uma biblioteca, mesclando os documentos e livros.

O perfil dos profissionais apresentados foi sempre segurando algum papel, com vestimentas sociais ou com certa formalidade. Em relação ao comando referente aos documentos digitais a IA inseriu nas representações um profissional com notebook.

Quanto ao Canva, a IA gerou imagens com corredores amplos e estantes altas com disposições variadas de caixas e documentos. Aqui o profissional foi representado novamente com vestimentas formais e não havia profissionais que aparentassem idade madura, ora esse profissional estava a contemplar as estantes, ora esse profissional estava envolto de pilhas de papéis. Não houve presença de dispositivos tecnológicos mesmo em representações de ambientações mais modernas. Em geral essas representações remetem a ambientes do arquivo em que os documentos configuravam-se apenas em suporte físico, característica do final do século XX.

Já no Bing, novamente foi retratado um profissional mais elaborado. O ambiente no qual estavam inseridos não foi muito diferente de algumas representações de outras IAS: ambientes com muitas estantes, livros e documentos amarelados para análise, algumas imagens até traziam documentos mais antigos como pergaminhos e manuseio de lupas conforme pode ser observado na imagem 1 e imagem 2, a seguir.

Quanto ao comando referente aos documentos digitais a plataforma gerou opções interessantes onde o profissional manuseava algum dispositivo digital e hologramas que estavam dispostos acima das caixas ou no alcance do profissional, conforme a imagem 3. São imagens que descrevem um pouco dessas mudanças no contexto em que vive o arquivista atualmente.

De modo geral, boa parte das opções disponibilizadas remetiam a ambientes mais parecidos com bibliotecas do que necessariamente arquivos, essas opções não foram selecionadas para análises das características, quando apresentadas opções de maior relevância, como o profissional inserido em ambientes diferentes de livros. No entanto, quando a IA forneceu imagens apenas nessa perspectiva, estas foram consideradas para análise.

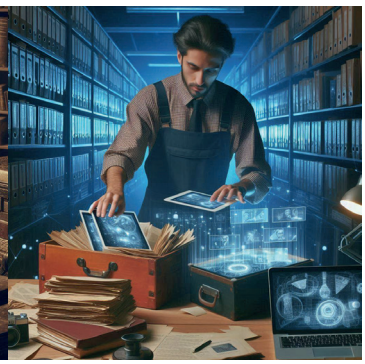
Imagem 1: Imagem gerada pelo Bing pelo comando "Arquivista"

Fonte: Bing.

Imagem 2: Imagem gerada pelo Bing pelo comando "Arquivista em seu ambiente de trabalho"

Fonte: Bing.

Imagem 3: Imagem gerada pelo Bing pelo comando "Arquivista" realizando o tratamento de documentos digitais



Fonte: Bing.

Diante do que foi aqui apresentado, podemos inferir que as características gerais apresentadas pelas IAs são os estereótipos já convencionados: profissionais inseridos em ambientes que remetem a biblioteca e arquivo, com pilhas de papéis amarelados e muitas vezes em um ambiente que carece de luz, sem muita presença de dispositivos tecnológicos.

Acerca dessas características, como dito anteriormente, as produções cinematográficas são os que consideramos que mais se assemelham à realidade visual das imagens aqui retratadas. Considerando que as produções cinematográficas perduram na memória do público mesmo com o passar dos anos, e são amplamente difundidas nas mídias em massa, e a IA utiliza também informações públicas e disponibilizadas na internet, nos inclinamos a fazer comparações dessas representações para compreender possíveis influências nos resultados. Neste sentido, Costa e Lima (2012, p. 116), afirma que:

> "Para completar esse cenário, compreendemos que o arquivista não é um profissional em evidência na sociedade, principalmente, por desempenhar atividades muitas vezes silenciosas, ainda que de uma inquestionável relevância. Há pouca disseminação de informações concretas sobre a profissão ou mesmo convicção dos próprios profissionais acerca do seu papel e atribuições. Esses fatores, acumulados, contribuem ainda mais para que a imagem pública do arquivista e seu trabalho seja influenciada, indiscriminadamente, por estereótipos disseminados pelo mass media." (Costa; Lima, 2012, p. 116)

Ao comparar os cenários em filmes que retratam o arquivista com as representações geradas pelas IAs, rapidamente podemos estabelecer uma semelhança nos

retratos do que se projeta ser esse profissional. Essa semelhança, no entanto, não se restringe à aparência física ou ao ambiente de trabalho, mas também se estende à forma como o arquivista é percebido e representado na sociedade, como já foi citado anteriormente neste artigo.

Os filmes, ao longo do tempo, tem reforçado estereótipos sobre o arquivista, muitas vezes representando-o como uma figura reclusa, introvertida e dedicada exclusivamente à guarda e organização de documentos físicos, normalmente de aspectos amarelados ou pergaminhos, dando a entender serem documentos de caráter permanente ou pilhas de papéis como em quase sua totalidade estiveram presentes nas imagens geradas. As IAs, ao utilizarem como base de dados essas representações amplamente disseminadas, acabam por replicar essas mesmas características, contribuindo para a perpetuação de uma imagem que, apesar de familiar, pode não corresponder à realidade diversificada e dinâmica da profissão.

Por fim, isso levanta questões importantes sobre a influência das mídias na construção da percepção pública e como as novas tecnologias, como a IA, podem tanto reforçar quanto desafiar esses estereótipos. Portanto, é essencial que os profissionais da área e a sociedade em geral estejam conscientes dessas influências para que possam promover uma representação mais precisa do arquivista, tanto nas mídias tradicionais quanto nas novas tecnologias emergentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados preliminares obtidos com a pesquisa nos levam a constatar alguns pontos, enumerados a seguir: a) uma associação de arquivistas no ambiente de trabalho apenas com documentos de suporte físico; b) limitação das Inteligências Artificiais em associar arquivistas ao tratamento de documentos digitais; c) poucas capacidade das Inteligências Artificiais em correlacionar o trabalho do arquivista para além de tratamento físico e leitura de documentos textuais, mais especificamente o papel; d) retratação do arquivista tanto pelo sexo masculino, quanto pelo feminino, apesar da maior parte das vezes indicar o sexo masculino.

As Inteligências Artificiais são ferramentas cada vez mais utilizadas na sociedade para diferentes atividades, comumente utilizadas para geração de imagens. Por se alimentarem de informações presentes em bases de dados de grandes empresas de tecnologia, todas as imagens produzidas são resultantes dessas informações presentes na "internet". Nesse sentido, cabe a reflexão sobre como as Inteligências Artificiais estão sendo alimentadas por essas bases de dados no contexto arquivístico. Futuramente, pretende-se analisar como o arquivista e os arquivos são divulgados em notícias e artigos presentes em *sites*, jornais, revistas, dentre outras plataformas, e verificar se há correlação entre essas informações com as imagens geradas.

REFERÊNCIAS

ALVES, P. M. **Inteligência artificial e redes neurais**. IPEA: Centro de Pesquisa em Ciência, Tecnologia e Sociedade: [Brasil], 2020. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/cts/pt/central-de-conteudo/artigos/artigos/106-inteligencia-artificial-e-redes-neurais#_ftn1. Acesso em: 10 jun. 2024.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro, 2005.

AVANÇOS na cultura organizacional baseada em dados, analytics e IA. Disponível em: https://www.sas.com/pt_br/news/press-releases/2022/october/brasil-e-o-pais-mais-avancado.html. Acesso em: 01 ago. 2024.

BELLOTO, H. L. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. 4 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

BESSA, A. Q.; SILVA, C. M. S.; SILVA, M. A.; SOUZA, M. B. A representação da imagem do profissional arquivista na filmografia. **RACIn**, João Pessoa, v. 2, n. 1, p. 15-30, Jan.-Jun. 2014. Disponível em: http://arquivologiauepb.com.br/racin/edicoes/v2_n1/racin_v2_n1_artigo02.pdf. Acesso em 19 ago. 2024.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. **Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial**, Brasília, DF, 2021. Disponível em: https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/transformacaodigital/arquivosinteligenciaartificial/ebia-diagramacao_4-979_2021.pdf. Acesso em: 09 jun. 2024.

COSTA, A. F.; LIMA, E. B. A Representação do Arquivista em obras de Ficção: Perspectivas do Profissional sob o olhar do Cinema e da televisão. **Perspectivas em Gestão & amp**; Conhecimento, João Pessoa, v. 2, n. 1, p. 103–119, 2012. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/pgc/article/view/12586. Acesso em: 19 ago. 2024.

DELMAS, B. **Arquivos para quê?** São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2010.

GERHARDT, T. E; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: https://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf. Acesso em: 13 de ago. 2024.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MINAYO, M. C. S. Ciência, Técnica e Arte: o desafio da pesquisa social. In: DESLANDES, S. F. (Org.). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

PALETTA, F. C. Fundamentos de Ciência de Dados e Inteligência Artificial: conexões com a Ciência da Informação. **Revista Fontes Documentais**, Salvador, v. 5, edição especial II ABM, 2022. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/RFD/issue/view/2557. Acesso em: 10 ago. 2024.

PRET, L. R. O pioneirismo da Mulher na Arquivologia Brasileira, São Paulo. *In:* SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 7. **Anais** [...]. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2020. Disponível em: https://www.even3.com.br/anais/simposiointernacionaldearquivos/. Acesso em: 01 ago. 2024.

SCOTT, J. W.. **Gender and the Politics of History**. New York: Columbia University Press, 1999.

YAKEL, E.; TORRES, D.A. AI: Archival Intelligence and User Expertise. **The American Archivist**, Chicago, vol. 66, 2003. Disponível em: https://meridian.allenpress.com/american-archivist/issue/browse-by-year/2003. Acesso em: 10 ago. 2024.

ENTENDENDO OS ARQUIVOS COMUNITÁRIOS E SUAS PARTICULARIDADES: UM PANORAMA DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA NO PERIÓDICO ARCHIVARIA

UNDERSTANDING COMMUNITY ARCHIVES AND THEIR PARTICULARITIES: AN OVERVIEW OF SCIENTIFIC PRODUCTION IN THE JOURNAL ARCHIVARIA

Ana Cláudia Cruz Cordula
Universidade Federal da Paraíba

Carla Maria de Almeida
Universidade Federal da Paraíba

Resumo

Neste trabalho, apresentaremos resultados parciais de projeto de pesquisa de iniciação científica, explanando informações e especificidades de publicações que tratam acerca dos Arquivos Comunitários. O objetivo é compreender as especificidades dos arquivos comunitários na produção do periódico *Archivaria*, potencializando seu entendimento para ampliar as discussões no contexto da Arquivologia no Brasil. Metodologicamente, a pesquisa é de natureza quanti-qualitativa, ancorada em uma revisão sistemática da literatura com publicações sobre a temática: Arquivos Comunitários, publicadas no periódico "*Archivaria*", da Associação dos Arquivistas do Canadá, no período entre 1975 a 2023. Com os estudos selecionados, utilizamos a Análise de Conteúdo, conforme proposta por Bardin (2011). Por meio dessa análise, apresentamos características e elementos dos arquivos comunitários, observando as similaridades e pontos essenciais. Espera-se que este recorte contribua para o avanço do conhecimento sobre os arquivos comunitários, fornecendo características e elementos fundamentais para o contexto arquivístico no país, incentivando e unindo-se a outras pesquisas em desenvolvimento. Além disso, espera-se que os resultados obtidos possam servir

de referência para estudantes de graduação, profissionais e pesquisadores interessados nesse campo, estimulando a criação e o desenvolvimento teórico-prático dos arquivos comunitários.

Palavras-Chave: Arquivo comunitário; Arquivo de comunidade; Justiça social.

Abstract

In this text, we will present partial results of a scientific initiation research project, explaining information and specific aspects related to Community Archives. The goal is to understand the specific characteristics of community archives in the production of the journal *Archivaria*, enhancing comprehension and expanding discussions within the context of Archival Science in Brazil. Methodologically, the research is both quantitative and qualitative, anchored in a systematic literature review of publications on the topic of Community Archives in the *Archivaria* journal, published by the Association of Canadian Archivists between 1975 and 2023. Through the selected studies, we employ Content Analysis, following Bardin's (2011) proposal. By means of this analysis, we present characteristics and essential elements of community archives, observing similarities and key points. It is expected that this focus will contribute to advancing knowledge about community archives, providing fundamental characteristics and elements for the archival context in the country, while also encouraging collaboration with other ongoing research. Furthermore, we hope that the obtained results can serve as a reference for undergraduate students, professionals, and researchers interested in this field, stimulating the theoretical-practical development of community archives.

Keywords: Community archive; Community file; Social justice.

INTRODUÇÃO

Os Arquivos Comunitários têm o potencial de permitir múltiplas visões sobre arquivamento inclusivo para diversos grupos minoritários sub-representados (Faulkhead; Kirsten, 2019). Flinn (2007), ao abordar a definição de arquivos comunitários, elabora sua compreensão de forma a não limitar as possibilidades de arquivo com base na definição do conceito. Segundo o autor, os arquivos comunitários são constituídos por grupos

que se definem e se organizam em torno de um interesse em comum, protagonizando o processo de constituição do arquivo, independente do suporte. Estes, se organizam no seio de sua comunidade com a intenção de construir seus próprios acervos, uma vez que não possuem suas memórias e narrativas contempladas nos arquivos institucionais ou ditos nacionais.

No Brasil, estudos recentes, no contexto da Arquivologia, como os de Tognoli e Rocha (2021); Menezes, Rodrigues e Carvalho (2022); Souza (2022); Alencar, Cervantes e Barité (2023) e Alencar, Tognoli e Cervantes (2023) abordam os arquivos comunitários relacionados à temáticas como direitos humanos, justiça social, movimentos sociais, estudos críticos arquivísticos, entre outros. Esses trabalhos têm demonstrado a relevância e a necessidade de abordar esses arquivos no cenário científico da Arquivologia brasileira. Diante desse contexto, emerge como questionamento desta pesquisa: como se dá a produção científica sobre Arquivos Comunitários no cenário internacional? Para responder a esse questionamento, elaboramos um projeto de pesquisa intitulado: "Observatório de Arquivos Comunitários: em busca de especificidades", realizado entre agosto de 2023 e agosto de 2024. Neste artigo, apresentamos resultados parciais do projeto de pesquisa, trazendo o panorama das publicações encontradas no periódico *Archivaria*.

O referido periódico foi criado em 1975 e reúne artigos com pesquisas oriundas principalmente do Canadá. O periódico recebe artigos de profissionais e acadêmicas(os) do campo e de áreas afins, e suas publicações ocorrem semestralmente, duas vezes ao ano.

O objetivo é compreender as especificidades dos arquivos comunitários na produção do referido periódico, potencializando seu entendimento para ampliar as discussões no contexto da Arquivologia no Brasil. Para alcançar o objetivo proposto nesta pesquisa, que é de natureza quanti-qualitativa, traçamos como percurso metodológico uma revisão sistemática da literatura, ancorada na pesquisa documental, utilizando para a análise dos dados levantados, a Análise de Conteúdo de Bardin (2011).

Esperamos que este estudo contribua para o avanço do conhecimento sobre os arquivos comunitários, fornecendo características e elementos para o contexto arquivístico do país, além de incentivar e colaborar com outras pesquisas.

O ARQUIVO NA PERSPECTIVA CRÍTICA

Este trabalho se insere na perspectiva crítica e decolonial nos estudos arquivísticos, que buscam por uma abordagem pluralista. Os estudos críticos arquivísticos baseiam-se nas teorias críticas da Escola de Frankfurt, em que discutem as relações dos arquivos com os fenômenos estruturais da sociedade e os impactos na prática arquivística. A decolonialidade, por sua vez, busca romper com a colonialidade existente no campo dos arquivos, incluindo práticas de criação e preservação da memória. Essas correntes epistêmicas visam promover mudanças estruturais nas práticas arquivísticas, incluindo uma revisão

das narrativas dominantes e a criação de arquivos comunitários ou participativos. Nesse escopo, se insere os estudos sobre os arquivos comunitários.

Nos últimos anos, os arquivos comunitários têm ganhado destaque no cenário internacional como ferramentas essenciais para preservar a memória e promover a justiça social. Bastian (2019) enfatiza que as(os) arquivistas reconhecem o poder desses registros em evocar memórias muitas vezes esquecidas ou ocultas, de modo que, ao preservar e disponibilizar esses arquivos, eles desempenham um papel fundamental como defensores da justiça social.

O termo "Arquivos Comunitários" ou "arquivos baseados na comunidade" tem sido objeto de estudo em pesquisas que exploram as relações entre arquivos e memória coletiva/social (Flinn; Stevens; Shepherd, 2009). Gilliland e Flinn (2013) destacam que os arquivos comunitários consistem em documentos criados, acumulados, descritos e preservados por pessoas e grupos comunitários que desejam registrar e proteger seu patrimônio cultural com base em experiências compartilhadas, interesses ou identidades. Em detrimento a isso, a independência e a autonomia são aspectos fundamentais da identidade dos arquivos comunitários, garantidas mesmo quando buscam parcerias ou recebem apoio de instituições que visam a preservação cultural.

Vale destacar que a noção de comunidade - em sendo o agrupamento de pessoas em detrimento de um interesse comum, seja cultural, de valor, religioso, étnico, etc, é orientada, no escopo desses estudos, qual se insere este trabalho, articulada às noções de justiça social e direitos humanos, na compreensão de refletir sobre os arquivos oriundos de comunidades marginalizadas e minorizadas pelo Estados, cujas narrativas e memórias não são representadas nos arquivos institucionais, como reforça Caswell (2021, p.16, tradução nossa) em um contexto estadunidense, ao distinguir acerca dessas noções a partir das diferenças marcadas pelas desigualdades de poder entre comunidades:

> Mais especificamente, argumento que não podemos discutir o fenômeno dos arquivos comunitários nos Estados Unidos sem abordar as desigualdades de poder. Aqui podemos dividir amplamente os arquivos comunitários em duas categorias -aqueles que representam e servem comunidades dominantes, como sociedades históricas que frequentemente investem em histórias de supremacia branca como forma de manter ou aumentar os valores de propriedade local, e aqueles que representam e servem comunidades sub-representadas, marginalizadas e/ou oprimidas.

Destarte, nossa compreensão parte do pressuposto de que os arquivos comunitários se apresentam como espaços de participação da comunidade na preservação de seus conhecimentos, desafiando narrativas históricas e políticas estabelecidas (Caswell, 2014). Além disso, Faulkhead e Kirsten (2019) apontam que os arquivos têm o potencial de oferecer múltiplas perspectivas sobre o arquivamento inclusivo para diversos grupos minoritários

sub-representados, ponto observado ao longo da análise deste estudo. A partir dessa contextualização, percebe-se que, no Brasil, ainda há uma falta de compreensão das particularidades desses arquivos, que diferem da abordagem institucional e pessoal trabalhada até então nos cursos de graduação e pós-graduação específicos da área, como também, do que se é contemplado na compreensão de arquivo previsto na Lei 8.159/1991.

Tognoli e Rocha (2021) compreendem a justiça social como um instrumento para o reconhecimento das desigualdades e essa discussão entorno da justiça social está presente nos arquivos comunitários enquanto espaço de representação de uma determinada comunidade, como um caminho para contar a sua história, que não é narrada nem representada em instituições arquivísticas. As autoras destacam que a iniciativa de criação dos arquivos comunitários é uma maneira de sustentar ações voltadas para a justiça social, um caminho de reconhecimento dessas comunidades, de inclusão histórica e de reparação para com as comunidades marginalizadas.

Já Menezes, Rodrigues e Carvalho (2022) destacam a importância do documento arquivístico como um símbolo de resistência e instrumento dos direitos humanos, compreendendo que a formação dos arquivos comunitários é um caminho para que as comunidades se sintam representadas, valorizando a identidade dos indivíduos que fazem parte delas, tornando-os porta-vozes de como querem ser percebidos pela sociedade. Para as autoras, "[...] os documentos produzidos por eles mesmos podem ser instrumentos de integração da comunidade, da preservação do passado comum, das vivências coletivas, do enaltecimento de saberes socialmente oprimidos". (Menezes; Rodrigues; Carvalho, 2022, p. 925).

Nesse contexto, compreendendo que os estudos arquivísticos críticos visam discutir as relações dos arquivos com os fenômenos estruturais da sociedade, com ênfase no impacto da práxis Arquivística e que a criação dos arquivos comunitários são caminhos de inclusão e reparação histórica, percebemos um elo importante entre os estudos críticos no contexto da arquivologia e os arquivos comunitários. Alencar, Tognoli e Cervantes (2023) destacam que os estudos arquivísticos críticos são abordagens que buscam explicar as injustiças presentes na prática e na pesquisa da Arquivologia contemporânea. Eles têm como objetivo transformar tanto a prática quanto a teoria arquivística, além de impactar a sociedade de maneira ampla. Esses esforços incluem várias teorias, como a teoria crítica da raça, as teorias pós-coloniais e decoloniais, a teoria feminista, entre outras.

METODOLOGIA

Metodologicamente, realizamos uma revisão sistemática da literatura presente no periódico *Archivaria*, com o recorte temporal de 1975 a 2023. As buscas e as análises dos dados foram realizadas ao longo do ano de 2023, período de desenvolvimento do projeto de iniciação científica.

As fases da pesquisa foram realizadas conforme as seguintes etapas sugeridas por Kitchenham (2007): Seleção dos estudos com base em critérios de inclusão e exclusão. Nessa etapa, estabelecemos o critério de busca aplicando o descritor "*Community Archives*" (Arquivos Comunitários). Sequencialmente, partimos para a avaliação criteriosa dos estudos encontrados, realizada por meio da leitura exploratória e analítica. Em seguida, realizamos uma síntese dos dados coletados, identificando as principais informações e tendências nos estudos selecionados, com o objetivo de sistematizar o conhecimento existente sobre arquivos comunitários.

Para analisar os resultados levantados, utilizamos a Análise de Conteúdo, conforme proposto por Bardin (2011), como abordagem para explorar o material e categorizá-lo, observando características e elementos dos estudos sobre arquivos comunitários. As tendências temáticas presentes nos artigos foram agrupadas em categorias, conforme suas aproximações.

RESULTADOS OBTIDOS

No periódico *Archivaria*, foram recuperados 237 (duzentos e trinta e sete) artigos com base no termo: "*Community Archives*" (Arquivos Comunitários). Para identificar os trabalhos que se encaixam na temática, realizamos uma triagem com base na leitura dos títulos, resumo e palavras-chave, o que resultou na identificação inicial de 34 (trinta e quatro) artigos. Em detrimento de alguns artigos recuperados serem duplicados ou serem resenhas, chegamos à quantidade de 14 (quatorze) artigos.

A primeira informação identificada na análise refere-se ao local de produção, observando-se que três deles foram produzidos nos Estados Unidos da América (EUA), ao passo que dez foram no Canadá e um na Inglaterra, demonstrando uma produção significativa no Canadá, país de origem do periódico.

Dos artigos publicados no *Archivaria* acerca dos Arquivos Comunitários, percebemos com relação ao ano de produção, o artigo mais antigo registrado sobre a temática data de 1986. O maior número de publicações identificadas foi no ano de 2019, com quatro artigos, o ano de 2020 teve três publicações sobre a temática, ao passo que, 2015 teve duas publicações. Já em 1986, 2006, 2014, 2016 e 2021, foi publicado apenas um artigo por ano, e os demais anos não tiveram publicação sobre a temática.

Para trazer um panorama dessa produção, elaboramos o Quadro 1, apresentando os títulos e suas respectivas autorias:

Quadro 01 - Títulos de artigos e autoria do periódico da Archivaria (1975-2023)

Título dos artigos	Autoria
Reciprocal Archival Imaginaries: The Shifting Boundaries of "Community" in Community Archives	Gracen Brilmyer, Joyce Gabiola, Jimmy Zavala e Michelle Caswell.
Archival Activism, Symbolic Annihilation, and the LGBTQ2+ Community Archive.	Elspeth H. Brown
Investigating the Impact of the Living Archives on Eugenics in Western Canada	Wendy Duff, Jefferson Sporn e Emily Herron.
Telling Stories from Montreal's Negro Community Centre Fonds: The Archives as Community-Engaged Classroom.	Alexandra Mills, Désirée Rochat e Steven High.
Aging, Activism, and the Archive: Feminist Perspectives for the 21st Century	May Chazan, Melissa Baldwin e Laura Madokoro
Radicalizing the Politics of the Archive: An Ethnographic Reading of an Activist Archive	Susan Pell
In Critical Condition: (Un)Becoming Bodies in Archival Acts of Truth Telling	Jamie A. Lee
Archival Readiness Archive Making in an Emergency Shelter	Alison Turner
"Kallista Perintöä–Precious Legacy!": Finnish-Canadian Archives, 1882-1985	Edward N. Laine
Whither the Human in Human Rights? On Misrecognition, Ontology, and Archives	Mario H. Ramirez
Kicking Off the Women's "Archives Party": The World Center for Women's Archives and the Foundations of Feminist Historiography and Women's Archives.	Sarah Lubelski
Of Things Said and Unsaid: Power, Archival Silences, and Power in Silence	Rodney G.S. Carter
Archive as Prefigurative Space: Our Lives and Black Feminism in Canada	Rachel Lobo
From Human Rights to Feminist Ethics: Radical Empathy in the Archives	Michelle Caswell, Marika Cifor

Fonte: Elaboração das autoras a partir dos dados de pesquisa, 2024.

Dos 14 (quatorze) artigos publicados, observamos no contexto da autoria, 24 (vinte e quatro) autoras(es), variando entre quatro, três, dois e um autor(a) por artigo. Outro ponto observado é que apenas uma autora participa de mais de um trabalho, com dois artigos publicados, sendo ela Michelle Caswell, professora vinculada ao Departamento de Estudos da Informação da Universidade da Califórnia, em Los Angeles. Há de se destacar que a autora em questão integra o grupo *Archival Education Research Initiative*, analisado por Alencar, Cervantes e Barité (2023) como relevante comunidade discursiva que tem atuado com ênfase na produção sobre arquivos comunitários.

Ao aplicarmos Bardin (2011), elencamos oito categorias, elaboradas a partir da análise dos conteúdos que permeiam os 14 (quatorze) artigos selecionados. Associamos as categorias com as especificidades dos artigos, sendo elas: "Interseccionalidade e Arquivo", "Reformulação de Práticas Arquivísticas", "História, Memória e Patrimônio", "Arquivos de Comunidade", "Direitos humanos e Inclusão", "Política e Ativismo", "Educação e Arquivos" e "Representação e Simbolismo".

Na categoria "Interseccionalidade e Arquivo", se inserem trabalhos que abordam arquivos oriundos de comunidades queer e LGBTQIAP+, especialmente de Arquivos de gays e lésbicas, bem como, arquivos de pessoas idosas, comunidades negras e desabrigadas.

"Reformulação de Práticas arquivísticas" é uma categoria na qual observamos a abordagem de questões que envolvem alternativas de práticas arquivísticas já estabelecidas, arquivos digitais, arquivos recíprocos, a autonomia e poder dos arquivos, o acesso e a relação com usuárias(os) de arquivos.

Trabalhos que discutem aspectos envolvendo a consciência histórica e a preservação de memórias de grupos marginalizados, incluindo ainda, questões que versam sobre paradigmas históricos e historiografias feministas são contemplados na categoria "História, Memória e Patrimônio".

"Arquivos de Comunidade" é uma categoria que abarca temáticas que envolvem a reflexão acerca dos arquivos comunitários em seus diversos aspectos e suportes, arquivos ativistas, arquivos e a relação com as comunidades.

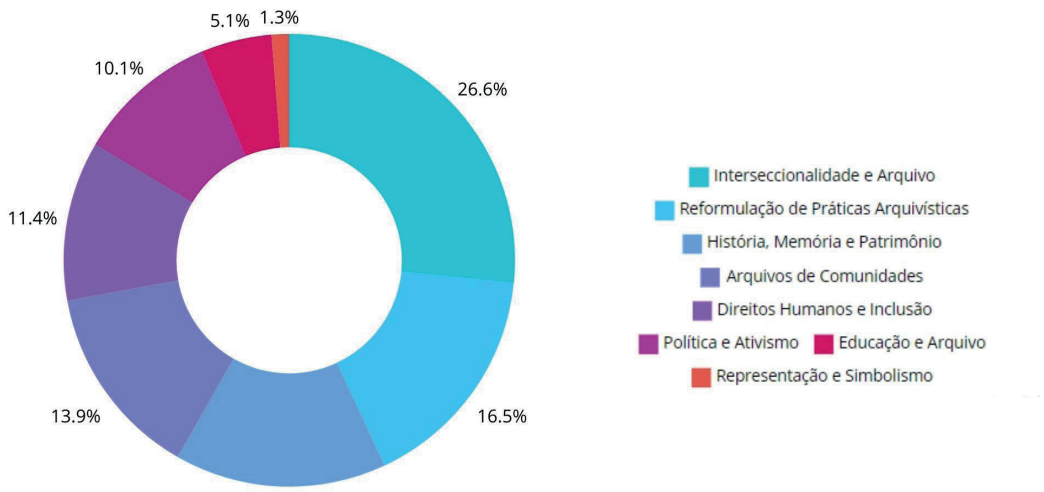
Já a categoria "Direitos humanos e Inclusão" trata de questões que discorrem sobre direitos humanos, inclusão, justiça social e ética.

Na "Política e Ativismo", são observadas discussões que envolvem ativismo, movimentos sociais, potencial político e transformador do arquivo, a perspectiva da política democrática, bem como o engajamento da comunidade na construção do arquivo.

A categoria "Educação e Arquivos", contém discussões que compreendem o arquivo como local de aprendizagem e produção de conhecimento. E por fim, a categoria "Representação e Simbolismo", que trata especificamente de aspectos que envolvem o simbólico e a sub-representação das comunidades.

Se baseando na análise dos artigos, bem como, correlacionando com as categorias anteriormente elencadas, elaboramos o gráfico 1, explanando o panorama da frequência dessas categorias temáticas nos artigos analisados.

Gráfico 1 – Porcentagem de ocorrência das categorias no periódico Archivaria (1975-2023)



Fonte: Elaboração das autoras a partir dos dados de pesquisa, 2024.

A partir do gráfico 1, observamos que as categorias com maior predominância entre os artigos do periódico são "Interseccionalidade e Arquivo" (26,6%), "Reformulação de Práticas Arquivísticas" (16,5%) e História, Memória e Patrimônio (15,2%), cujas subcategorias voltam-se para a presença de diferentes comunidades, apresentando as diversidades de grupos que constituem seus arquivos e como a constituição de seus arquivos voltam-se para pensar suas memórias, histórias e patrimônio. Ainda, é notório que a necessidade em se revisitar as práticas arquivísticas são imprescindíveis para envolver esses tipos de arquivo, requerendo da área um alargamento teórico, conceitual e prático.

Nesse contexto, as categorias identificadas a partir da análise refletem a diversidade e problemáticas que tangenciam os trabalhos presentes no periódico *Archivaria*. Essas categorias, revelam a preocupação e compromisso que as(os) autores têm tido ao discorrer sobre os arquivos comunitários, revelando uma postura crítica, de compromisso social e político diante da produção acadêmica no campo da Arquivologia, com esforços que visam a transformação de um cenário arquivístico em prol de uma práxis arquivística inclusiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para a construção deste trabalho, foram analisados 14 (quatorze) artigos, dos quais foram considerados os anos de produção, autoria, local da pesquisa bem como, foram levantadas especificidades que possibilitaram a criação de oito categorias, viabilizando a compreensão dos conteúdos destes artigos.

As oito categorias possuem as ocorrências diferenciadas, sendo a categoria com maior porcentagem, a "Interseccionalidade e Arquivo", com 26,6%, seguida de "Reformulação de Práticas Arquivísticas" com 16,5%, História, Memória e Patrimônio (15,2%), "Arquivos de Comunidades" (13,9%), "Direitos Humanos e Inclusão" (11,4%), "Política e Ativismo" (10,1%), "Educação e Arquivo" (5,1%) e, com menor ocorrência, a categoria Representação e Simbolismo representando 1,3% das temáticas constantes nos trabalhos selecionados.

As categorias levantadas evocam questões que coadunam com uma postura crítica e política perante a prática arquivística, constituição de arquivos e construção da memória de grupos socialmente marginalizados, orientando, assim, a um caminho para a superação das desigualdades e para a garantia do direito à memória e à reparação histórica.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Maíra Fernandes; CERVANTES, Brígida Maria Nogueira; BARITÉ, Mário. O contexto de uso do termo Arquivos Comunitários a partir da vertente dos estudos críticos e decoloniais: uma análise terminológica pontual. **Páginas a&b:** arquivos e bibliotecas, *[S. l.]*, p. 55–77, 2023.

ALENCAR, Maíra Fernandes; TOGNOLI, Natália Bolfarini; CERVANTES, Brígida Maria Nogueira. Outros horizontes críticos e decoloniais nos estudos arquivísticos: em construção um mapeamento do domínio editorial internacional. **Encontros Bibli:** revista eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, v. 28, n. dossiê especial, p. 1–26, 2023. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/92661. Acesso em: 03 jun. 2023.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2011.

BASTIAN, Jannette A. Pesquisa de memória/ Pesquisa arquivística. In: GILLILAND, Anne Jervoi; MCKEMMISH, Sue; LAU, Andrew (Orgs). **Pesquisa no Multiverso Arquivístico.** Salvador: Editora 9Bravos, 2019.

CASWELL, Michelle. **Urgent Archives:** enacting liberatory memory work. New York: Routledge Press, 2021.

CASWELL, Michelle. Community-Centred Collecting: Finding Out What Communities Want from Community Archives. **Proceedings of the American Society for Information Science and Technology**, v. 51, n. 1, p. 1-9, 2014.

FAULKHEAD, Shannon; KIRSTEN, Thorpe. Dedicatória: Arquivos e comunidades indígenas. *In:* GILLILAND, Anne J.; MCKEMMISH, Sue; LAU Andrew J.(Orgs.).**Pesquisa no Multiverso Arquivístico**. Salvador: Editora 9Bravos, 2019.

FLINN, Andrew. Community histories, community archives: some opportunities and challenges. **Journal of the Society of Archivists**. v. 28, nª2, 151-176, 2007.

FLINN, Andrew; STEVENS, Mary; SHEPHERD, Elizabeth. Whose memories, whose archives? Independent community archives, autonomy, and the mainstream. **Archival Science,** n. 71, p. 71 – 86, 2009. Disponível em: https://link.springer.com/article/10.1007/s10502-009-9105-2. Acesso em: 20 jun. 2023.

GILLILAND, Anne; FLINN, Andrew. Community Archives: What are we really talking about? In: **CIRN Prato Community Informatics Conference**, 2013. Disponível em:https://www.monash.edu/__data/assets/pdf_file/0007/920626/gilliland_flinn_keynote.pdf. Acesso em: 21 jun. 2023.

KITCHENHAM, Barbara. **Guidelines for performing systematic literature reviews in software engineering.** EBSE Technical Report. 2007.

MENEZES, Cleice de Souza; RODRIGUES, Georgete Medleg; CARVALHO, Silmara Küster de Paula. O acervo arquivístico do ponto de memória da Cidade Estrutural (DF, Brasil): o documento enquanto símbolo de resistência e instrumento dos direitos humanos. **RICI:** R.Ibero-amer. Ci. Inf., Brasília, v.15, n.3, p. 913-927, set.-dez. 2022. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/45687?articlesBySimilarityPage=24. Acesso em: 04 mar. 2024.

SOUZA, Clara Faial Rodrigues. **Arquivos Comunitários e Arquivos de Movimentos sociais:** convergências a partir do Arquivo do Movimento Instituto de Pesquisa e Estudos Afro-Brasileiros. Monografia (Bacharel em Arquivologia) - Universidade Federal Fluminense - UFF, Rio de Janeiro, p. 53, 2022.

TOGNOLI, Natália Bolfarini; ROCHA, Gustavo Maçulo de Queiróz. A Justiça Social na Arquivologia: uma revisão de literatura. **Ágora:** Arquivologia em debate, Florianópolis, v. 31, n. 63, p. 01-23, 2021. Disponível em: https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/987. Acesso em 25 set. 2023.

O ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO RIO GRANDE DO SUL: CASTILHISMO E SUBISTEMA POLÍTICO DE ARQUIVO

THE PUBLIC ARCHIVE OF THE STAGE OF RIO GRANDE DO SUL: CASTILISM AND THE POLITICAL ARCHIVE SUBYSTEM

Paulo Ricardo de Souza Soares
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Evelin Melo Mintegui
Universidade Federal do Rio Grande

Resumo

A criação do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (1906), ocorreu após mais de uma década de instituição da Primeira República (1889 – 1930). O estado sul-rio-grandense foi o ente da federação que passou por maior instabilidade política, tendo em seu passado recente um conflito entre as alas federalista e republicana, que desencadeou em uma sangrenta guerra civil (1883 – 1885). Com o fortalecimento do movimento político conhecido como castilhismo, deu-se a cristalização de um governo autoritário, e que tinha nos dogmas positivistas, os princípios teóricos para governança do estado. A institucionalização de um arquivo público fez parte da formação de um novo *corpus* burocrático, baseado na racionalização e centralização da informação pública. A gestão do poder só foi possível com a criação de um sistema burocrático e informativo, entendido aqui como precursor de um subsistema político de arquivo.

Palavras-Chave: Subsistema Político de Arquivo; Castilhismo; APERS.

Abstract

The creation of the Public Archives of the State of Rio Grande do Sul (1906) took place after more than a decade of the First Republic (1889 - 1930). The state of Rio Grande do Sul was the part of the federation that experienced the greatest political instability, with a recent conflict between the federalist and republican wings, which led to a bloody civil war (1883 - 1885). With the strengthening of the political movement known as Castilhismo, an authoritarian government crystallized, with positivist dogmas as the theoretical principles for state governance. The institutionalization of a public archive was part of the formation of a new bureaucratic corpus, based on the rationalization and centralization of public information. The management of power was only possible with the creation of a bureaucratic and information system, understood here as the precursor to a political archive subsystem.

Keywords: Archives and records policy subsystem; Castilhism; APERS

INTRODUÇÃO

O fim do regime imperial (1822 – 1889) não aconteceu por mero acaso, embora não tenha sido provocada por um movimento de massas, foi um acontecimento político resultante de um longo processo, protagonizado por parte da elite econômica, militar e intelectual do país. Durante a Primeira República (1889 - 1930), os estados brasileiros mantinham certa autonomia política, realidade que só mudaria com a instauração de uma ditadura durante o Estado Novo (1937 – 1945). Uma das consequências deste regime foi a chamada reforma 'daspiana', que teve como objetivo a centralização administrativa, sentida por diversos setores da burocracia, tanto a nível estadual, quanto a nível nacional. Portanto, a criação do Departamento Administrativo do Serviço Público (1938), o DASP, foi parte da reforma burocrática no governo de Getúlio Vargas (1882 – 1954). A atuação do DASP afetou as organizações administrativas que tinham a informação como objeto central. Esse foi o caso do Arquivo Público do Estado de São Paulo, que perdeu o seu lugar enquanto instituição de memória do estado (Alves, 2006; Martins, 2017). Embora parte do mesmo esforço de compreender outros momentos históricos e suas consequências para a organização arquivística do país, este trabalho trata de um período anterior a transformação posta em marcha por Vargas, em um período em que os estados mantinham certa autonomia administrativa, e onde os arquivos cumpriam um papel central na construção das identidades regionais.

Por isso, nos voltamos ao contexto de formação do regime republicano no Rio Grande do Sul e suas particularidades para apresentar o significado e impacto da criação de um arquivo público no estado. Partimos do estabelecimento de um regime autoritário, liderado por Júlio de Castilho (1860 – 1903), na forma de um movimento político de cunho positivista, conhecido por Castilhismo, e pelos conflitos com seus opositores, que levaram o Estado a duas guerras civis: A Revolução Federalista (1893 – 1895); e a Revolução de 1923 (Kuhn, 2002; Pesavento, 1983).

Após quase duas décadas de conflitos políticos, perseguição a oposição, passou a ser cristalizada no Estado uma força política que viria a formar instituições tipicamente republicanas. Este foi o caso do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (1906). Sua institucionalização esteve fortemente relacionada à criação de um novo corpus burocrático, a centralização e racionalização da informação, bem como o surgimento de um subsistema político de arquivo (Merlo, 2010; Soares 2019)

A FORMAÇÃO DE UM SUBISTEMA POLÍTICO DE ARQUIVO NO REGIME CASTILHISTA

Júlio Prates de Castilhos (1860 - 1903), foi um dos fundadores do Partido Republicano Rio-grandense (PRR), em 1882, sendo também o personagem central do movimento castilhista. O pilar teórico deste movimento foi uma versão da doutrina positivista, elaborada pelo francês Auguste Comte (1798 – 1857). Logo, inicia-se uma forte oposição as correntes políticas vinculadas ao liberalismo empírico, assim como as correntes que ainda mantinham um forte vínculo com os ideais do Antigo Regime (Rodriguez; Henschke, 2021).

Podemos dizer que o movimento castilhista foi um movimento político republicano, alinhado a doutrina comtiana. Como consequência, teremos não apenas a construção de uma ditadura científica, mas um governo marcado pela estatística aplicada à análise social, com ações políticas que visavam à reorganização das estruturas administrativas e a centralização da informação. (Pezat, 2000; Merlo, 2010; Araújo, 2018). Importante destacar que, embora possamos identificar certas particularidades no republicanismo sul-riograndense, devemos levar em consideração que o PRR assegurou um modelo de desenvolvimento político e econômico que já estava em curso no país. Os positivistas ocupavam a presidência do Brasil, e as palavras estampadas "ordem e progresso" na bandeira mostravam isso ao mundo.

Outro ponto importante a mencionar é o caráter autoritário do Castilhismo. Além de fechar a Assembleia Legislativa do Estado, perseguiu adversários políticos, atribuindo ao Poder Executivo o status de moderador da ordem, com força de elaboração de decretos-lei, acirrando o já existente conflito entre federalistas e republicanos, desencadeando a Revolução Federalista (ou "A Guerra da Degola", como também como ficou conhecida).

Esta guerra deixou marcas profundas na população rio-grandense, com elevado número de mortos. O conflito envolveu outros dois estados brasileiros, Santa Catarina e Paraná. Tal guerra ainda teve como consequência o desdobramento de um outro conflito, que embora não possa ser considerada puramente uma continuação do primeiro, teve relação profunda na rixa entre federalistas e republicanos, qual seja, a Revolução de 1923. Os Castilhistas saíram vitoriosos nas duas ocasiões (Kuhn, 2002; Pesavento, 1983).

No âmbito econômico, existia uma disputa política no país, relacionada ao modelo de desenvolvimento deveria ser adotado, relacionado aos distintos posicionamentos advindos do positivismo e do liberalismo. Por um lado, a percepção de que o progresso econômico deveria ser guiado pelo Estado, com investimentos em setores estratégicos para impulsionar o crescimento, de outro, a defesa de um modelo que favorecesse a liberdade econômica.

Após os momentos de instabilidade, foram criadas instituições voltadas aos interesses da informação, do conhecimento e da memória, como o Museu Júlio de Castilhos (1903) e o Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (1906) (Merlo, 2010; Silva, 2018). É possível compreender a institucionalização do Arquivo Público do Estado Rio Grande do Sul (APERS) no início do século XX, como um evento intrinsecamente relacionado à formação de um aparelho de governo característico de um regime republicano. Ou seja, correspondeu à criação de um *corpus* burocrático até então inexistente ((Melo, 2010; Soares, 2019).

Um conceito que auxilia a compreender o contexto em questão é o de subsistema político arquivístico. Trata-se de uma ferramenta heurística para abranger fenômenos de políticas arquivísticas. No que concerne à conceituação de políticas públicas arquivísticas, entende-se como um composto de princípios, deliberações e ações, realizadas pelo Estado e que envolve " [...] diversos aspectos (administrativo, legal, científico, cultural, tecnológico etc.) relativos à produção, uso e preservação da informação arquivística de natureza pública e privada" (Jardim, 2006, P. 10).

Subsistemas políticos, por sua vez, podem ser entendidos como são grupos definidos por temas, locais geográficos e participantes políticos, criados no processo de resposta à um problema público. Eles podem ocorrer em diferentes níveis governamentais, desde local, nacional, e até mesmo em acordos internacionais. incluindo representantes de diversos atores políticos, tanto governamentais quanto não governamentais. Trata-se da representação dos contextos, elementos e interações relacionados à fenômenos de políticas públicas (Mintegui, 2024). Mesmo sendo um conceito derivado do campo de análise de políticas públicas dedicado a arranjos políticos e institucionais contemporâneos, considera-se possível buscar na análise histórica aqui apresentada, elementos que permitiram a conformação do subsistema político arquivístico gaúcho atual. Portanto, a partir dos dispositivos formados no contexto de formação do APERS, foi feita uma análise de como

se formou um sistema de arquivos, decorrente das políticas que deram razão à sua existência, e consequentemente a uma centralização da informação. Importante ressaltar que o Rio Grande do Sul acompanhou outros Estados no que concerne às mudanças políticas e criação de instituições, como os arquivos públicos.

METODOLOGIA

Esta pesquisa se utilizar de análise documental, de maneira a reconstituir o ambiente político em que o APERS emerge (1906), assim como as consequências sobre a sua gestão durante o governo castilhista, entre os anos de 1906 e 1925. Trata-se de pesquisa de abordagem qualitativa, com procedimentos relacionados ao método histórico, que parte do pressuposto de que o contexto social, as estruturas institucionais e costumes atuais, têm suas raízes no passado. A análise é voltada a investigação de eventos, processos e instituições do passado, contribuindo também, para compreensão do impacto desses elementos na sociedade atual (Lakatos; Marconi, 2003).

Os procedimentos de análise dos dados tiveram como aporte a Análise Textual Discursiva (ATD), método que transita entre a análise do discurso e a análise de conteúdo, constituído por três etapas: unitarização (desmontagem do texto, que consiste na análise de um determinado material escrito), categorização (relações a serem traçadas entre os elementos unitários obtidos) e a comunicação (nova compreensão de algo que emerge e é validada no final deste processo) (Moraes; Galiazzi, 2006).

Na fase de categorização utilizamos os elementos relacionados ao conceito de subsistema político de arquivo como quadro teórico. Foram elas dispositivos (textos legais), instituições (órgãos responsáveis para efetivação destes dispositivos) e atores políticos (agentes envolvidos na construção dos dispositivos e a atuação destas instituições).

RESULTADOS

Para o estudo da atuação do APERS, apresentando como recorte temporal a data de sua institucionalização (1906), ao ano em que ocorreu a ruptura dos fundos documentais da seção de arquivos históricos (1925), recolhidos para o Museu Júlio de Castilho (Merlo, 2010).

Os relatórios analisados chamam a atenção para a nova organização administrativa republicana, agora voltada para estruturação de um sistema adequado para coleta de informações e dados. Destacam, ainda, a preocupação com o método estatístico, necessário para governança republicana. Esse é o ambiente ao qual o APERS estava inserido. Podemos perceber a importância da formação de um lugar para o tratamento e sistematização da informação, a partir de sua institucionalização:

> Estando a cargo do Archivo Publico, além do serviço de estatística, cuja relevância e utilidade são reconhecidas, a collecta de dados

> concernentes à legislação e administração, à história, à geographia, às artes e indústrias do Rio Grande do Sul, que interessam não só ao Estado como á Republica, foi solicitada do exm. sr. dr. Secretario de Estado dos Negócios do Interior e Exterior a sua intervenção junto ao exm. sr. Ministro da Indústria e Viaçâo, no intuito de conseguir franquia postal e telegraphica para a correspondência desta repartição. Vão bem adiantados os trabalhos de recolhimento dos livros, autos e mais papéis findos pertencentes aos notariados e escrivanias de justiça (Relatório apresentado ao Sr. Dr. Antonio Protasio Alves, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, 1906, p.366).

O APERS não serviu apenas como lugar de guarda, sua "utilidade" esteve condicionada a coleta de dados, o que se mostrou essencial para os serviços de estatística. Podemos a partir do enxerto supracitado, verificar que o APERS serviu bem aos interesses do Estado, e aos interesses do país.

A partir da institucionalização do APERS, foi essencial a sistematização desta informação. A classificação documental, por exemplo, embora não colocada nestes termos, e nem entendida da mesma forma como nos direciona as discussões mais contemporâneas referentes ao tema, é mencionada como parte de novos procedimentos:

> Depois de maduras cogitações, resolvi adoptar o seguinte plano para execução dos trabalhos affectos ao Archivo Publico. O catalogo geral dividir-se-á em: "archivo das repartições publicas"; 'dos officios de justiça'; 'municipios'; 'das terras'; 'de documentos historicos'; 'mappas e plantas'; "da legislação federal'; "Archivo da legislação estadual"; "municipal"; "de manuscriptos e diversos" [...]. Nesse catalogo mencionar-se-á, de accordo com a classificação supra, a existencia dos livros e papeis recebidos, referindo-se cada um delles a indices auxiliares, que são annexados a cada livro ou maço de papeis, com declaração da sala, estante, prateleira e numero (que o volume levar quando fôr collocado no logar que lhe couber). Deste modo será facilima a busca do livro ou documento que se tiver de consultar, podendo-se delle extrair copia ou certidão com maxima presteza (Relatório apresentado ao 1º Secretário do Estado, Protásio Alves, p. 13, 1914)

Este desenvolvimento de novas práticas arquivísticas, como a elaboração de um instrumento de pesquisa, indicam o interesse que os governantes mantinham no que concerne à política, a administração, a história e a economia do Estado do Rio Grande do Sul. Portanto, a institucionalização do APERS era uma necessidade do governo republicano, ou seja, não apenas registrar, mas centralizar informações concernentes a população rio-grandense, seja para o seu controle, seja para o estabelecimento de um lugar que possibilitasse a gestão das demais instituições criadas no período.

A estabilização de um subsistema político de arquivo no Estado do Rio Grande do Sul iniciou em 1906, com a publicação do Decreto nº 876[1], o primeiro dispositivo voltado ao APERS e suas finalidades. Mas podemos dizer que a cristalização de um sistema de arquivos, segundo uma forma de governar positivista, com influência direta do movimento castilhista, passou realmente a se estabelecer nos anos que seguem a sua institucionalização. A centralização do poder influenciou diretamente a criação de instituições, e modificou a missão, as ações e a organização das que já existiam. O APERS fez parte da centralização do poder, mas de uma forma específica, a centralização da informação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este resumo teve como intuito apresentar dados parciais de pesquisa em andamento, sobre a formação da primeira instituição republicana, no Estado do Rio Grande do Sul, preocupada com a centralização dos documentos, dos dados e da informação. Com a institucionalização do APERS, sobrevieram não apenas a criação de novas práticas arquivísticas, mas também a formação de um subsistema político de arquivo, que serviu como instrumento de governo republicano em todos os sentidos.

Esta pesquisa é uma contribuição para os trabalhos preocupados com a história dos arquivos no Brasil e no Estado do Rio Grande do Sul.

REFERÊNCIAS

ALVES, Francisco das Neves. 8 de novembro de 1891: uma "Revolução" esquecida no passado do Rio Grande. **Biblos**, Rio Grande, n. 19, p. 135-150. DOI: https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/260/73

Arquivo Público: seu histórico, sua organização, seus fins, suas vantagens, sua sede e seu pessoal. **Revista do APERS**. Porto Alegre: Oficinas gráficas da Federação, n.1, 1921.

HENTSCHKE, Jens R. "Comtismo, Castilhismo E Varguismo: Anatomia Dum Credo Brasileiro". **Lócus**: Revista de História, Juiz de Fora, v. 27, n. 2. p. 245-87, 2021. DOI https://doi.org/10.34019/2594-8296.2021.v27.33173

JARDIM, J. M. Políticas Públicas Arquivísticas: Princípios, Atores e Processos. **Arquivo & Administração**, n. 2, v. 5, 2006.

KÜHN, Fábio. **Breve História do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Leitura XXI, 2002.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Fundamentos da Metodologia Científica.** São Paulo: Editora Atlas, 2003.

1 Tendo em vista o estabelecimento do decreto nº 876 de 8 de março de 1906, que funda o Arquivo Público, e determina que compete a esta nova instituição "adquirir e conservar, sob classificação sistemática, todos os documentos concernentes à legislação, à administração, à história, à geografia, às artes e indústrias do Rio Grande do Sul" (Revista do APERS, 1921).

MARTINS, M. T. Q. O estado novo e os arquivos públicos: fontes, reflexões e um pouco de história. Acervo - **Revista do Arquivo Nacional**, v. 30, n. 2, p. 144-156, 2017. Disponível em: http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/44062. Acesso em: 14 mai. 2024.

MERLO, Carmen Moreira. **O Palácio de Papel: Cem anos do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul**. 2010. 188 f. Dissertação - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo, 2010.

MINTEGUI, Evelin Melo. Subsistema Político-Arquivístico: um conceito para compreender políticas públicas de arquivo e sua história. **Revista Officina. Revista da Associação de Arquivistas de São Paulo**, 2024. (no prelo).

MORAES, Roque. **Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva.** 2003, vol.09, n.02, pp.191-211.

MORAES, R.; GALIAZZI, M. C. Análise Textual Discursiva: processo constitutivo de múltiplas faces. **Ciência & Educação**, São Paulo, v.12, n.1, p. 117-128, abr. 2006

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **República velha gaúcha: charqueadas, frigoríficos, criadores**. Porto Alegre, Movimento/ IEL, 1980.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **A República Velha Gaúcha. Charqueadas Frigoríficos-Criadores**. Porto Alegre, Movimento/IEL, 1983. p. 70-1.

PEZAT, Paulo. **O positivismo na abordagem da recente historiografia gaúcha**. Anos 90, Porto Alegre, v. 13, n. 23/24, p.255-285, jan./dez. 2006.

REVISTA DO ARCHIVO PUBLICO DO RIO GRANDE DO SUL. Presidencia do Dr. A. A. Borges de Medeiros, Porto Alegre: Officinas graphicas d'A Federação. n. 1, Jan. 1921.

Relatório apresentado ao Sr.Dr. Antônio Augusto Borges de Medeiros, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. Protásio Antônio Alves, Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior. Typ. Emílio Weidemann & Filho. Porto Alegre, 1906. Localizado no repositório digital do Memorial da Assembléia Legislativa. Disponível em: http://www2.al.rs.gov.br/memorial/DesktopModules/alrsPesquisaDocumental/VisualizarDocumento.aspx?nrNaLista=2&Tab=3. Acesso em: 12 jul. 2023.

Relatório apresentado ao Ex.mo Sr. O Dr. Protásio Antônio Alves, D. D. Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior pelo Dr. Firmino Paim Filho, Director Geral. Off. Grap. da Casa de Correção. Porto Alegre, 1914. Localizado no repositório digital do Memorial da Assembléia Legislativa. Disponível em: http://www2.al.rs.gov.br/memorial/DesktopModules/alrsPesquisaDocumental/VisualizarDocumento.aspx?nrNaLista=1&Tab=3. Acesso: 15 jul.2023

Rodríguez, Ricardo Vélez. **Castilhismo: uma filosofia da república**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/1037/571386.pdf. Acesso em: 30 jan. 2024.

SOARES, Paulo Ricardo de Souza. **A institucionalização do APERS e o fazer arquivístico (1906-1925)**. 49 f. Trabalho de Conclusão de Curso - Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

PROTAGONISMO DA MULHER NA CIÊNCIA: EVIDÊNCIAS NO ARQUIVO PESSOAL DE SONIA ANDRADE[2]

WOMEN'S PROTAGONISM IN SCIENCE: EVIDENCE IN SONIA ANDRADE'S PERSONAL ARCHIVE

Leide Mota de Andrade
Universidade Federal da Bahia

Kátia de Oliveira Rodrigues
Universidade Federal da Bahia

Francisco José Aragão Pedroza Cunha
Universidade Federal da Bahia

Resumo

O presente trabalho visa evidenciar o protagonismo da mulher na ciência por meio do arquivo pessoal da docente-pesquisadora Sonia Andrade. Justifica-se este estudo em razão dos registros na literatura científica a respeito dos obstáculos enfrentados pelas mulheres na ciência. É um estudo de caso, descritivo e documental, feito por meio de uma análise de conteúdo nas correspondências que compõem o acervo da docente-pesquisadora e se conforma em uma das estratégias para descortinar as contribuições das investigações em arquivo pessoal de mulheres no campo científico. Os resultados revelam os registros das premiações relatados nas correspondências investigadas e se conclui que a docente-pesquisadora foi protagonista na ciência baiana e brasileira.

Palavras-Chave: Protagonismo da mulher; Arquivo pessoal; Sonia Andrade na ciência.

ABSTRACT: This actual work aims to highlight the protagonism of women in science through the personal archive of teacher-researcher Sonia Andrade. This study is

2 Comunicação produto de uma dissertação em andamento no âmbito do PPGCI/UFBA.

justified due to records in the scientific literature about the obstacles faced by women in science. It is a study of case, descriptive and documental, based on a content analysis of the correspondence that is part of the teacher-researcher's collection and is one of the strategies to discuss the contributions of investigations in the personal archives of women in the scientific field. The results reveal the records of awards reported in the correspondence investigated and it is concluded that the teacher-researcher was a protagonist in Bahian and Brazilian science.

Keywords: Women's protagonism; Personal archive; Sonia Andrade in science.

INTRODUÇÃO

Arquivo pessoal é uma das categorias de acervos custodiados por instituições públicas ou privadas, que reúne documentos que refletem a vida pessoal ou profissional de seu titular. No caso do arquivo pessoal de cientista, este é composto em sua maioria por documentos produzidos em decorrência de suas atividades científicas, poucos são os registros da sua vida privada, uma vez que, documentos ligados ao lazer, esporte, religião, entre outros documentos, nem sempre são fornecidos pelo produtor do acervo ou por sua família.

A busca por informações nesse tipo de acervo pode enriquecer de forma significativa a construção da história da ciência, ao mesmo tempo em que permite evidenciar o perfil do cientista. No caso específico de arquivo pessoal de mulheres que atuaram no campo científico, este acervo reforça o testemunho de suas contribuições. Dito isto, o presente trabalho tem como questão norteadora: quais são as informações levantadas no arquivo pessoal da docente-pesquisadora Sonia Andrade que evidenciam o seu protagonismo na ciência? Assim sendo, o objetivo desta comunicação é evidenciar o protagonismo da mulher na ciência a partir das evidências presentes no arquivo pessoal de Sonia Andrade.

ARQUIVO PESSOAL: PERPECTIVAS DE VISIBILIDADE DA MULHER NA CIÊNCIA

A guarda de documentos provenientes das ações pessoais é uma prática instintiva e natural entre as pessoas, que pode revelar boa parte da sua trajetória de vida, desde a sua infância à vida profissional. Estes documentos, em geral, dizem respeito às relações pessoais e de trabalho, aos estudos, às despesas fixas e variáveis de sua vida financeira, dentre outros aspectos. Nestes arquivos, os tipos documentais podem ser diversos, a

exemplo dos: contratos, recibos, fotografias, registro de viagens, diários, cartas, certificados, diplomas, objetos tridimensionais, além da variedade de gêneros, formatos e suportes (Silva, 2013).

O arquivo pessoal de acordo com Bellotto (2006, p. 266) constitui-se do "[...] conjunto de papéis e material audiovisual ou iconográfico resultante da vida e da obra/atividade [...] pessoas cuja maneira de pensar, agir, atuar e viver possa ter algum interesse para as pesquisas [...] ou ainda pessoas detentoras de informações inéditas em seus documentos [...]". Ao definir arquivo pessoal, a autora ressalta o valor informacional presentes nos documentos que o constitui, pois, as experiências de vida de uma pessoa estão representadas, explicita e implicitamente, no seu arquivo pessoal.

A prática de guardá-los representa não apenas o ato de arquivá-los, mas uma prática de preservar lembranças, emoções - vestígios de uma memória, as quais podem tornar-se fonte de pesquisa e construção da memória social e coletiva. De acordo com Santos (2012, p. 21), "os arquivos pessoais, ao representarem uma parcela da memória coletiva, contribuem ao lado dos arquivos de origem institucional para a salvaguarda do patrimônio documental e a compreensão das sociedades modernas". Logo, o arquivo pessoal é importante fonte de informação, podendo constituir-se de interesse público e social, dependendo da sua relevância.

No que se refere ao arquivo pessoal de mulheres cientistas, este pode revelar não apenas a trajetória pessoal destas pesquisadoras, mas também a resiliência destas mulheres, mesmo quando sua presença no campo científico era diminuta ou invisibilizada. A escassez de aquisição e preservação de arquivos pessoais de mulheres cientistas, pelas instituições custodiadoras de arquivos no Brasil, demonstram uma perpetuação histórica de invisibilização de suas contribuições e levanta questões significativas sobre gênero e poder no campo científico. Conforme destacado por Campos (2013), a fragilidade teórica no campo da arquivologia contribui significativamente para a dificuldade em compreender e valorizar os arquivos pessoais de cientistas. A ausência de uma estrutura teórica que leve em consideração as especificidades desses acervos resulta em uma atuação limitada e frequentemente injusta na preservação desses documentos. Essa lacuna teórica não apenas perdura a invisibilização das trajetórias femininas no campo científico, mas também impede o desenvolvimento de políticas de aquisição e preservação que reconheçam e priorizem a importância histórica e social dos arquivos de mulheres cientistas.

Em sua pesquisa, Campos (2014, p. 58-59) reflete que "[...] desde o reconhecimento de sua relevância, os arquivos pessoais vêm motivando estudos e debates entre profissionais e teóricos da arquivologia, no que toca a sua definição, bem como aos aspectos relativos aos desafios que impõem à prática arquivística". Ainda de acordo o autor, outros

aspectos como o jurídico são levados em consideração no sentido de dar acesso aos documentos para pesquisadores.

Campos (2014) critica a visão limitada dos estudiosos dos "arquivos científicos", ressaltando a importância de uma abordagem mais ampla da ciência, que inclua diversas disciplinas e atividades refletidas nos arquivos pessoais, bem como o entrelaçamento entre arquivos institucionais e pessoais, públicos e privados. Essa reflexão levanta questionamentos sobre as nomenclaturas atribuídas a esses arquivos, como os de cientistas ou escritores. De acordo com Camargo (2009), é mais apropriado nomear o arquivo pela pessoa, já que nem todo conteúdo de um arquivo pessoal está diretamente ligado à atividade que justificou sua preservação, e muitas vezes inclui uma variedade de documentos associados a outras atividades do produtor.

Oliveira e Vasconcellos (2015), reafirmam a relevância dos arquivos pessoais, ao assegurar que estes carregam uma marca de vida própria. Segundo as autoras, esses conjuntos documentais simbolizam uma conexão entre produtores e a sociedade, bem como representam diversos segmentos da sociedade em determinado período histórico, o que não pode estar associado a uma única atividade ou à profissão deste indivíduo. Isto porque quando se trata de arquivo pessoal, o produtor tem a total liberdade para definir o que vai guardar e o que vai descartar, não ficando preso às legislações e às normas institucionais.

Na constituição do conjunto documental de arquivo pessoal, é o produtor quem avalia quais são as atividades mais importantes de sua vida, quais registros serão preservados ou desconsiderados. Esse poder de escolha nos chama a atenção para a problematização levantada por Luciana Heymann (1997). De acordo com a autora, costuma-se tratar os arquivos pessoais como reflexo da trajetória de vida de um indivíduo. Porém, essa liberdade de escolha do produtor pode ocultar determinados fatos de sua vida.

Outro fator que vai ao encontro da reflexão de Heymann (1997) é a continuidade do processo de escolha de documentos que constituirá o arquivo pessoal quando este passa a ser custodiado por uma instituição. Em geral, o arquivo pessoal pode sofrer a interferência do corpo técnico da instituição ao tratar o acervo ou, no ato de aquisição, a própria seleção da instituição pode excluir determinadas espécies documentais que interferem na completude da trajetória do produtor, conforme apontado por Heymann (1997).

Essa exclusão deliberada ou inconsciente é especialmente crítica quando consideramos a história das mulheres na ciência. Leta (2003) esclarece que ao longo dos séculos XV e XVII, a ciência foi predominantemente associada à figura do homem, excluindo assim as mulheres da prática científica. Neste período cabia às mulheres aristocráticas papéis secundários no campo científico, como as interlocutoras ou tutoras de renomados filósofos naturais e experimentalistas.

A autora complementa sua reflexão acerca do papel da mulher na ciência, afirmando que a partir do século XVIII evidencia-se registro de uma leve mudança nesse cenário, "[...] marcado por ganhos modestos no acesso de mulheres às atividades científicas, como a criação de colégios de mulheres, mesmo assim, elas permaneceram às margens de uma atividade que cada vez mais se profissionalizava" (Leta, 2003, p. 271).

Ao revisitar a pesquisa realizada por Margaret Rossiter (1982), Costa (2008) esclarece que apesar da pretensa neutralidade e universalidade da prática científica, as mulheres eram frequentemente relegadas a tarefas repetitivas e consideradas femininas, como aquelas relacionadas à assistência em laboratórios, resultando em sua exclusão dos círculos de decisão no âmbito do campo científico.

De acordo com Kovaleski, Tortato e Carvalho (2013), o acesso desigual à educação tem sido um dos principais obstáculos enfrentados pelas mulheres ao longo da história. Ao discutir a desigualdade entre homens e mulheres no acesso à instrução, as autoras destacam a importância de compreender não apenas as disparidades educacionais, mas também a questão subjacente ao poder, que envolve o controle do conhecimento, especialmente no contexto da ciência e da tecnologia. As autoras reforçam que ao longo da história, as mulheres foram sistematicamente excluídas dos espaços e instituições onde ocorria a formação e a comunicação científica, em parte devido à perpetuação de conceitos que questionavam sua capacidade intelectual para compreender campos científicos mais abstratos, como a matemática, a física, a filosofia e a medicina.

Sobre as lutas enfrentadas pelas mulheres ao longo da história para se consolidarem no campo científico, Calado (2006, p. 18) afirma que, "[...] os preconceitos morais da profissionalização feminina e todas as estratégias possíveis de torná-las excluídas do saber e da construção política e mental da sociedade, são testemunhos, de um lado, da dificuldade enfrentada pelas mulheres do saber, e do outro, da impossibilidade de nulificar o saber feminino [...]". No entanto, ao estudarmos as conquistas das mulheres, torna-se evidente que elas estiveram presentes em diferentes campos científicos, a exemplo das ciências, literatura e filosofia, desafiando qualquer teoria de incapacidade da mulher para compreender e praticar ciências. De acordo com Sartori (2006) *apud* Kovaleski, Tortato e Carvalho (2013, p. 12): "[...] as mulheres dominaram saberes e práticas que não foram considerados como científicos. É o caso da medicina, [...] na qual as mulheres [...] sempre fizeram curativos, administraram remédios, descobriram plantas medicinais. Pode-se falar de uma medicina doméstica que era tão eficaz quanto a medicina oficial".

Ao evidenciar esses aspectos da história da mulher na ciência, as autoras questionam: "A pergunta crucial não é saber por que tão poucas mulheres foram grandes cientistas, mas porque se conhece tão poucas mulheres cientistas. Não faltam mulheres cientistas na História, mas foram esquecidas" (Kovaleski; Tortato; Carvalho, 2013, p. 12),

ressaltando a importância de se reavaliar e reconhecer o papel da mulher no referido campo, a partir de pesquisas em arquivo pessoal de mulheres que atuaram na ciência.

O acervo que compõe os arquivos pessoais destas mulheres pode ser revelador, resgatando legado das mulheres cientistas que foram esquecidas ou subestimadas ao longo do tempo. A valorização dessas contribuições é essencial para uma compreensão mais completa e justa da história científica, promovendo uma narrativa mais inclusiva e de equidade, que reconheça o protagonismo da mulher no avanço do campo científico.

Velho e León (1998) ao discutirem sobre a produção científica de mulheres, esclarecem que na literatura científica existem evidências de diferentes fatores que interferem nesta produtividade. As autoras complementam afirmando que "[...] ainda se está longe de entender não apenas como se dá a incorporação da mulher nesta atividade, mas principalmente as circunstâncias em que ela vem a ser bem ou mal sucedida enquanto cientista" (Velho; León, 1998, p. 316).

É evidente que as mulheres enfrentaram e continuam vivenciando obstáculos significativos para ingressar e progredir no campo científico, muitas vezes limitado a papéis secundários (Leta,2003). Embora tenham ocorrido avanços, as mulheres permanecem marginalizadas e subestimadas nesta atividade, fato que reflete nas desigualdades entre homens e mulheres na ciência até os dias atuais.

PERCURSO METODOLÓGICO

A pesquisa se caracteriza como descritiva e tem como *corpus* os documentos que compõem o arquivo pessoal da docente-pesquisadora Sonia Andrade. A pesquisa é documental e é um estudo de caso. Quanto à abordagem, a pesquisa enquadra-se como qualitativa. Diante da diversidade de tipos de documentos presentes no arquivo pessoal de Sonia Andrade, assim como o número expressivo destes, optou-se por investigar as correspondências selecionadas por amostragem não probabilística por conveniência.

Quanto à análise dos dados, utilizou-se da análise de conteúdo proposta por Bardin (2009) - pré-análise; exploração do material; e tratamento dos resultados. Na **primeira etapa**, pré-análise, realizou-se a leitura flutuante das correspondências selecionadas com objetivo de elencar as categorias de análise. Para o modelo de análise – Protagonismo da mulher na ciência, elegeu-se duas categorias: (liderança [acadêmica]) e (Premiação) e como núcleo de sentido (Coordenação de projetos de pesquisas) e (recebimento de prêmios e/ou medalhas). Na **segunda etapa**, exploração do material, selecionou-se as unidades de registro que foram lançadas em um arquivo de *Word*, conforme a categoria de análise definida na primeira etapa. Quanto à **terceira etapa**, que representa a fase final da análise de conteúdo, dedicou-se ao tratamento dos fragmentos das correspondências, através da inferência e da interpretação destes.

RESULTADOS: O PROTAGONISMO DE SONIA ANDRADE NA CIÊNCIA

A docente-pesquisadora Sonia Andrade nasceu em Caetité, Bahia, em 1928, em uma família de influência cultural na cidade, e veio para a capital em 1941. Entre 1941 e 1947, realizou os cursos ginasial e científico no Ginásio da Bahia. Em 1948, ingressou na Faculdade de Medicina da Bahia, onde se diplomou em 1953. Neste mesmo ano, casou-se com Dr. Zilton Andrade, que conhecera durante o curso de Medicina. Em 1986, a referida docente-pesquisadora doutorou-se em Patologia Humana pela Universidade Federal da Bahia e concluiu seu Pós-Doutorado pelo *Institute Pasteur*, de Lyon em 1987. Recebeu alguns títulos como: Professora Emérita da UFBA, em 2011, e Pesquisadora Emérita da Fiocruz, em 2012. Especializou-se em Patologia, desenvolvendo seu estudo em Patologia Experimental das Doenças Parasitárias, com ênfase na Patologia e Imunopatologia da Doença de Chagas.

Ao longo de sua carreira, a docente-pesquisadora Sonia Andrade produziu diversas pesquisas e experimentos, mas, ganhou notabilidade pelos estudos em Doença de Chagas. Manifestou interesse científico por esta temática desde que integrou a equipe do Laboratório de Patologia, onde produziu diversos artigos. Em 1955, em coautoria com seu esposo e chefe, Dr. Zilton Andrade, publicou os primeiros trabalhos intitulados "A patologia da doença de Chagas (forma crônica cardíaca)" e "A patogenia da miocardite crônica chagásica (a importância das lesões isquêmicas)", nos periódicos intitulados *Boletim da Fundação Gonçalo Moniz* e *Arquivos Brasileiros de Medicina*, respectivamente.

Embora o campo científico tenha constituindo-se inicialmente como um espaço de homens, ao longo do tempo as mulheres têm assumido seus lugares. Felício (2010) em 75 pesquisa realizada no diretório de grupos de pesquisa do CNPq, no período de 2000 a 2008, evidenciou mais representatividade de mulheres em campos científicos como Psicologia; Linguística; Nutrição; Serviço Social; Fonoaudiologia; Economia Doméstica e Enfermagem.

Contudo, as correspondências do acervo pessoal de Sonia Andrade revelam o protagonismo da docente-pesquisadora no campo da Medicina, ainda na década de 1900, divergindo com dados estatísticos do que se pode denominar nichos da mulher na ciência. A seguir, apresenta-se o protagonismo de Sonia Andrade na ciência dividido em duas categorias: liderança [acadêmica] e premiação.

Liderança [acadêmica]

No campo científico, alguns docentes-pesquisadores assumem a liderança em diferentes frentes de trabalho, como: coordenação dos programas de pós-graduação; administração de recursos; coordenação em comitês científicos; coordenação de eventos; e coordenação de projetos de pesquisas. De acordo com González-Alcaide et al. (2017, p. 6, tradução

nossa), "a liderança na atividade de pesquisa pode ser definida como o grau em que o autor (ou país) assume a responsabilidade de dirigir o trabalho científico que está sendo desenvolvido". Esta liderança é resultante entre outros aspectos, da expertise do(a) docente pesquisador(a).

O papel de Sonia Andrade como coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Patologia Humana (PGPAT) é de grande importância para a consolidação e o avanço do curso. Sob sua liderança, o programa não apenas manteve altos padrões acadêmicos, mas também incentivou a inovação e a pesquisa de ponta. A sua capacidade de coordenar e dirigir atividades acadêmicas e de pesquisa reflete seu compromisso com a formação de novos cientistas e sua dedicação à promoção do conhecimento científico. Seu trabalho como coordenadora do PGPAT é reconhecido pelos seus pares e pelas instituições de ensino, como evidenciado na correspondência a seguir:

> Senhora Professora, Foi com satisfação que a Câmara de Ensino de Pós-Graduação e Pesquisa da UFBA recebeu o número da Memória dos 20 Anos do Curso de Pós Graduação em Patologia Humana. Na oportunidade, parabenizo a este Curso de Pós Graduação pelo excelente trabalho que vem desenvolvendo e a sua Coordenadora em particular, aproveitando para colocar-me à disposição de V. Sa. para o que se fizer necessário (Silva, 08/11/1994).

Silva, ao externar o "excelente trabalho" desenvolvido pela docente-pesquisadora na instituição, reconhece significativo trabalho. Seu papel como coordenadora do PGPAT não apenas elevou a qualidade do programa, mas também captou discentes preocupados com a excelência acadêmica e científica da instituição. A trajetória de Sonia Andrade no PGPAT é testemunho de seu compromisso inabalável com a ciência, a educação e a formação de futuras gerações de pesquisadores.

Esses relatos da trajetória da docente-pesquisadora Sonia Andrade reforçam a reflexão de Kovaleski, Tortato e Carvalho (2013, p. 12) sobre como é pouco divulgado o trabalho das mulheres cientistas, tendo em vista que elas "foram esquecidas". Ao sublinhar essa observação, ressaltamos a importância de reconhecer e valorizar as contribuições das mulheres na ciência, revisitando suas trajetórias para reescrever a história com justiça e equidade de gênero. É essencial reconhecer as realizações dessas pioneiras para corrigir a invisibilidade histórica que enfrentaram. A melhor maneira de promover essa reparação é examinar os arquivos pessoais das cientistas, como foi proposto nesta pesquisa, cujas contribuições significativas de Sonia Andrade moldaram e continuam a influenciar o campo científico.

Preservar e divulgar acervos pessoais de mulheres cientistas é essencial para valorizar suas histórias e realizações. Documentos como o livro de ata de fundação do curso de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Patologia na Universidade Federal da

Bahia (PGPAT/UFBA) e a fotografia da primeira turma desse curso, são tipos documentais encontrados no arquivo pessoal da docente-pesquisadora Sonia Andrade que revelam detalhes sobre os primeiros alunos, orientadores, temas de pesquisa e professores. Preservar e compartilhar esses artefatos de informação proporciona uma compreensão mais profunda do contexto histórico e cultural em que essas cientistas operaram.

No campo científico, constata-se uma preocupação no que se refere à aproximação dos avanços da ciência com o público que não transita nos ambientes acadêmicos e científicos. Nesta perspectiva, a "divulgação científica cumpre função primordial: democratizar o acesso ao conhecimento científico e estabelecer condições para a chamada alfabetização científica" (Bueno, 2010, p. 1). Em 1995, exemplifica-se a preocupação da docente-pesquisadora com a sociedade ao participar de uma reportagem de uma empresa de telecomunicação sobre o laboratório que atuava. No fragmento da correspondência, Sônia Andrade solicita a Carlos Libório uma cópia da reportagem sobre o referido laboratório.

> Prezado Sr. Tendo sido realizada por esta emissora uma reportagem sobre o Laboratório de Doença de Chagas Experimental, do qual sou a chefe no Centro de pesquisas Gonçalo Moniz (Fiocruz/UFBA), a qual foi transmitida no Programa Bahia Agora, às 12 horas do dia 26 do corrente, venho pela presente solicitar de V.Sa. que me possibilite obter uma cópia dessa reportagem a qual foi muito apreciada por todos (Andrade, 27/10/1995).

O interesse da empresa de telecomunicação para veicular a reportagem denota a excelência do trabalho realizado por Sonia Andrade, assim como a necessidade de a docente pesquisadora manter diálogo mais próximo com a sociedade e assim, propiciar a "alfabetização científica" (Bueno, 2010, p. 1) sobre a Doença de Chagas.

Para subsidiar pesquisas brasileiras, o país vem implementando políticas públicas de fomento à pesquisa. Estas políticas são gerenciadas por agências tanto nacional como estaduais. Além destas agências, existem instituições privadas que alocam recursos para subsidiar pesquisas em determinados campos científicos. Entre as correspondências investigadas, verificou-se a habilidade da docente-pesquisadora em coordenar projetos financiados, como demonstra o trecho do documento em que Sonia Andrade solicita fomento para realização de pesquisa e assim garantir apoio necessário à continuidade de suas pesquisas.

> Senhor Presidente, Pelo presente tenho a satisfação de encaminhar para julgamento por este Conselho no sentido de obter financiamento, o Projeto intitulado Investigação sobre a resistência desenvolvida por ratos Wistar na fase crônica da infecção pelo Trypanossoma cruzi: estudo de regressão das lesões tissulares e possibilidade de auto-cura (Andrade, 14/02/1996).

O engajamento com questões estratégicas para melhor articular e dirigir projetos de grande importância é reflexo não apenas de sua experiência científica, mas também de sua capacidade de inspirar e mobilizar outros pesquisadores, além da captação de recursos.

Após dois anos da concessão de recursos para realização da pesquisa intitulada Investigação sobre a resistência desenvolvida por ratos Wistar na fase crônica da infecção pelo Trypanossoma cruzi: estudo de regressão das lesões tissulares e possibilidade de auto cura, identificou-se que a docente-pesquisadora solicitou renovação da bolsa, ao escrever a seguinte correspondência:

> Senhor Presidente, Pelo presente venho solicitar a renovação da quota de Bolsa de Aperfeiçoamento concedida pelo [Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico] CNPQ vinculada ao Projeto sob minha coordenação [...] (Andrade, 17/02/1998).

A liderança de Sonia Andrade como coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Patologia Humana (PGPAT) exemplifica seu papel de articuladora na gestão acadêmica, viabilizando a participação ativa de professores e discentes na construção de um ambiente acadêmico colaborativo. Na correspondência endereçada a um colega de programa, Sonia Andrade (24/05/2005) informa: "Prezado Doutor, Pelo presente convido-o a participar da Reunião do Colegiado do Curso de Pós-Graduação em Patologia Humana a qual será realizada em conjunto com a Reunião dos alunos do Curso de Doutorado [...]".

A reunião mencionada teve como propósito não apenas discutir questões administrativas e acadêmicas do colegiado, mas também envolver diretamente os discentes de doutorado, promovendo uma gestão participativa para troca de ideias, resolução de problemas e desenvolvimento de projetos conjuntos.

Premiação

O reconhecimento acadêmico e científico é muito importante na trajetória de qualquer pesquisador(a) e as contribuições da docente-pesquisadora Sonia Andrade no campo da medicina e da patologia foram coroadas com diversas honrarias e homenagens ao longo de sua carreira. Essas distinções não apenas evidenciam sua trajetória excepcional no campo de atuação, mas também destacam suas contribuições significativas para história da ciência e da saúde no Brasil. Além de serem testemunhos de reconhecimento pessoal, essas honrarias refletem o protagonismo da mulher na ciência.

As conquistas de Sonia Andrade reafirmaram seu papel como líder influente e inspiradora, contribuindo para que mais mulheres se sintam representadas e incentivadas a seguir na carreira científica. Entre as premiações de Sonia Andrade está a medalha do Centenário da Fiocruz, onde atuava como docente-pesquisadora. Em fragmento

de correspondência, Coura demonstra gratidão pela trajetória da docente-pesquisadora na instituição.

> Prezada Drª Sonia Gumes Andrade, Tenho o prazer de informa-la que a Direção do Instituto Oswaldo Cruz terá a honra conceder-lhe a medalha do Centenário deste Instituto – Um Século de Ciência – e o respectivo diploma (Coura – 18/10/2000).

A referida medalha foi outorgada a alguns docentes-pesquisadores de destaque na instituição. Coura, ao informar a decisão da Direção da instituição neste fragmento da correspondência, explicita a satisfação da Direção por esta decisão. Além deste registro de 79 premiação, no arquivo pessoal de Sonia Andrade identificou-se outras correspondências que revelaram outras concessões de prêmios como: posse na Academia de Medicina da Bahia; título de pesquisadora emérita; e título de associada emérita, como demonstra os fragmentos das correspondências:

> A Academia de Medicina da Bahia convida seus dignos confrades para a **Sessão Solene de Posse da nova acadêmica Sonia Gumes Andrade** que vai ocupar a cadeira número 25 cujo patrono é o Profº Joaquim Martagão Gesteira, antes ocupada pelo acadêmico Hosannah de Oliveira. (Serravalle, 08/07/1998).

> Queridos Professores Zilton e Sonia Andrade, [...] soube com alegria que está marcado para dia 31 a **outorga do título de Pesquisadores eméritos** a esse casal tão querido e tão relevante na formação de todos os que trabalham com doença de Chagas, com Patologia, com quimioterapia, com Fibrose, enfim, só para falar de alguns temas que me são muitos caros e sobre os quais não escrevo sem citá-los (Araújo-Jorge, 29/07/2012).

> Aos amigos da Sociedade Brasileira de Patologia na pessoa do seu Presidente, Dr. Carlos Renato Melo: Quando recebi a notícia de que a Sociedade Brasileira de Patologia havia me indicado para **receber o Título de Associada Emérita**, múltiplos sentimentos afloraram em mim tais como: surpresa, alegria e gratidão (Andrade, 07/11/2013).

Estes trechos ilustram a trajetória vitoriosa de Sonia Andrade, destacando as diversas formas de reconhecimento que recebeu ao longo de sua carreira como cientista, testemunho de dedicação e excelência no campo científico. O reconhecimento público de suas contribuições enaltece sua carreira, e também serve como inspiração para futuras gerações de cientistas mulheres, reforçando a importância da diversidade e da representatividade na ciência.

De acordo com Pinheiro, Lisboa e Inomata (2021, p. 7), apesar da predominância de homens na história das ciências, as mulheres eram presentes mesmo com as resistências impostas no campo científico. A trajetória de Sonia Andrade é um exemplo deste cenário, com sua história de superação e resistência em tempos em que raras eram as mulheres que tinham acesso à educação. Seu exemplo prova que, mesmo diante das barreiras históricas, as mulheres podem e devem ocupar espaços de destaque na ciência e em todas as áreas do conhecimento, superando as barreiras impostas pelo gênero, demonstrando que a excelência científica não tem gênero.

Em 2015, a docente-pesquisadora recebeu o Prêmio "Fiocruz Mulher - Ciência e Humanidade", o qual foi comemorado pelo colega pesquisador Almeida. Em fragmento de 80 uma correspondência o colega explicita sua satisfação ao identificar na página do CNPq a informação da premiação conquistada por Sonia Andrade

> [...] Fiquei muito satisfeito em abrir a página do CNPq e da Fiocruz e receber a notícia que a senhora foi l**aureada com o prêmio Fiocruz Mulher** e reconhecida como pioneira da Ciência no Brasil. (Almeida – 09/04/2015).

O remetente da correspondência reafirma o protagonismo de Sonia Andrade na ciência e consequentemente maior reconhecimento e valorização das contribuições das mulheres na ciência.

O exemplo de Sonia Andrade inspira futuras gerações de cientistas mulheres, mostrando que é possível alcançar reconhecimento e respeito em um campo historicamente dominado por homens. A valorização das contribuições das mulheres na ciência é essencial não só para corrigir injustiças históricas, mas também para enriquecer o campo científico com perspectivas diversas e inovadoras. Assim, histórias como a de Sonia Andrade são fundamentais para a construção de um futuro mais justo e equitativo na ciência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Preservar e divulgar acervos pessoais de cientistas, a exemplo da docente-pesquisadora Sonia Andrade é essencial para valorizar suas histórias e realizações, assim como o legado das mulheres na ciência. Os resultados dessa pesquisa revelam que apesar das barreiras impostas pela sociedade, estas não impediram que Sonia Andrade desempenhasse um papel fundamental nos processos de desenvolvimento científico baiano e brasileiro. Suas contribuições representam parte essencial da história da ciência baiana e brasileira e muito provavelmente constitui-se inspiração para gerações que a sucedem.

O prêmio **Fiocruz Mulher** (2015) e a medalha do **Centenário deste Instituto – Um Século de Ciência** (2000) evidenciam que as tentativas de apagamento do conhecimento e

das contribuições das mulheres para a ciência, no caso de Sonia Andrade, foram fadadas ao fracasso. Os prêmios atribuídos à docente-pesquisadora são reconhecimentos de seu papel na ciência e sua relação intrínseca com a história e evolução da sociedade.

REFERÊNCIAS

BARDlN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2009.

BELLOTTO, H. L. **Arquivos permanentes:** tratamento documental. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

BUENO, Wilson Costa. Comunicação científica e divulgação científica: aproximações e rupturas conceituais. **Informação & Informação**, Lodrina, v. 15, p. 1-12, 2010. Disponível em: https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/6585/6761. Acesso em: 15 mar. 2024.

CALADO, L. E. de F. **A cidade das damas**: a construção da memória feminina no imaginário utópico de Christine de Pizan. 2006. Tese (Doutorado em Teoria da Literatura) - Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/7590. Acesso em: 10 mar. 2024.

CAMARGO, A. M. de A. Arquivos pessoais são arquivos. **Revista do Arquivo Público Mineiro,** [*s. n.*], v. 45, n. 2, p. 26-39, 2009. Disponível em: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm_pdf/2009-2-A02.pdf. Acesso em: 20 mar. 2022.

CAMPOS, J. F. G. Arquivos pessoais, acesso e memória: questões em pauta. **Informação & Informação**, Londrina, v. 18, n. 2, p. 150-167, maio/ago. 2013. Disponível em: https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/16166. Acesso em: 20 abr. 2022.

CAMPOS, José Francisco Guelfi. **Preservando a memória da ciência brasileira**: os arquivos pessoais de professores e pesquisadores da Universidade de São Paulo. 2014. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. doi:10.11606/D.8.2014.tde-11122014-190123. Acesso em: 20 mar.2022.

COSTA, M. C. da. Divulgando a visibilidade das mulheres na ciência. **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 15, p. 289-293, jun. 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/j/hcsm/a/N767RMhdzjSWdDnNCgMRg9J/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 21 mar. 2024.

FELÍCIO, J. R. D. de. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. *In*: BRASIL. Presidência da República. **Pensando gênero e ciência**. Brasília, DF: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2010. p. 47-54. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/central-de-conteudos/publicacoes/publicacoes/2010/spm-nucleos-web.pdf. Acesso em: 21 mar. 2023.

GONZÁLEZ-ALCAIDE, Gregorio *et al*. Dominance and leadership in research activities: Collaboration between countries of differing human development is reflected through authorship order and designation as corresponding authors in scientific publications. *Plos One*, [*s. l.*], p. 1-30, ago. 2017. Disponível em: https://journals.plos.org/plosone/article/file?id=10.1371/journal.pone.0182513&type=printable. Acesso em: 20 abr. 2024.

HEYMANN, L. Q. Indivíduo, memória e resíduo histórico: uma reflexão sobre arquivos pessoais e o Caso Filinto Muller. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 19, 1997, p. 41-66.

KOVALESKI, N. V. J.; TORTATO, C. de S. B.; CARVALHO, M. G. de. As relações de gênero na História das Ciências: a participação feminina no progresso científico e tecnológico. **Emancipação,** Ponta Grossa, 13, p. 9-26, 2013. Disponível em: http://www.revistas 2.uepg.br/index.php/emanci pacao. Acesso em: 17 mar. 2024.

LETA J. As mulheres na ciência brasileira: crescimento, contrastes e um perfil de sucesso. **Estudos Avançados**, [*S. l.*], v. 17, n. 49, p. 271–284, 2003. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9956. Acesso em: 24 mar. 2024.

OLIVEIRA, L. M. V.; Vasconcellos, E. (org.). **Arquivos pessoais e cultura**: uma abordagem interdisciplinar. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2015.

PINHEIRO, Caroline Corrêa; LISBOA, Rose Suellen de Castro; INOMATA, Danielly Oliveira. Presença das mulheres na ciência regional: uma análise dos artigos publicados no Novos Cadernos NAEA (2010-2020). **Informação em Pauta**, Fortaleza, v. 6, p. 1-19, 2021. Disponível em: DOI: https://doi.org/10.36517/2525-3468.ip.v6i00.2021.61038.1-19. Acesso em 27 maio de 2024.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PATOLOGIA HUMANA. *Institucional*. Disponível em: https://pgpat.bahia.fiocruz.br/institucional/breve-historico/. Acesso em: 25 jun. 2024

SANTOS, P. R. E. dos. Arquivo pessoal, ciência e saúde pública: o arquivo Rostan Soares, entre o laboratório o campo e o gabinete. *In*: SILVA, M. C. S. de M. e; SANTOS, P. R. E. dos. **Arquivos pessoais**: história, preservação e memória da ciência. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2012.

SILVA, M. C. S. M. e. Configuração e recuperação da informação em documentos de ciência e tecnologia: estudo tipológico em arquivo pessoal no arquivo pessoal do físico Bernhard Gross. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 18, n. 3, p. 160-174, jul./set. 2013. Disponível em: https://cip.brapci.inf.br/download/47538. Acesso em: 13 jun. 2024.

VELHO, L.; LEÓN, E. A construção social da produção científica por mulheres. **Cadernos Pagu,** [*S. l.*], v. 10, p. 309-344, 1998. Disponível em:https://ieg.ufsc.br/storage/articles/October2020//Pagu/1998(10)/Velho-Leon.pdf. Acesso em: 24 mar. 2024.

MODELO DE AVALIAÇÃO DO SOFTWARE AtoM: UMA ABORDAGEM BASEADA NO MODELO HIPÁTIA DE PRESERVAÇÃO

AtoM SOFTWARE EVALUATION MODEL: AN APPROACH BASED ON THE HIPATIA PRESERVATION MODEL

Sérgio Augusto Coelho Diniz Nogueira Junior
Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia

Viviane Ribeiro Correia
Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia

Resumo

Este trabalho propõe um modelo de avaliação para o *software Access to Memory*, desenvolvido com base em análises de *Access to Memories* institucionais durante as implementações do modelo Hipátia de preservação. O objetivo é desenvolver uma metodologia de avaliação dessas plataformas para garantir mais agilidade no processo de análise e oferecer uma melhor qualidade e eficácia na difusão de documentos preservados, atendendo tanto às demandas dos usuários quanto à preservação e difusão do patrimônio arquivístico. No desenvolvimento do artigo exploramos três eixos principais de avaliação: interação usuário-plataforma, organização da informação e aspectos arquivísticos. A sistematização dessas avaliações assegura a integridade e acessibilidade dos documentos arquivísticos, pois permite identificar e corrigir inconsistências, melhorar a usabilidade da plataforma e garantir a conformidade com normas arquivísticas nacionais e internacionais, facilitando o acesso contínuo e confiável aos documentos preservados.

Palavras-Chave: AtoM; Difusão; Descrição arquivística; Modelo Hipátia.

Abstract

This text proposes an evaluation model for Access to Memory software, developed on the basis of analyses of institutional *Access to Memories* during implementations of the Hipatia preservation model. The aim is to develop a methodology for evaluating these platforms in order to guarantee greater agility in the analysis process and offer better quality and efficiency in the dissemination of preserved documents, meeting the demands of both users and the preservation and dissemination of archival heritage. The article explores three main areas of evaluation: user-platform interaction, information organization and archival aspects. The systematization of these evaluations ensures the integrity and accessibility of archival documents, as it makes it possible to identify and correct inconsistencies, improve the usability of the platform and ensure compliance with national and international archival standards, facilitating continuous and reliable access to preserved documents.

Keywords: AtoM; Dissemination; Archival description; Hypatia Model.

INTRODUÇÃO

A preservação de documentos arquivísticos é uma prática essencial para a manutenção da memória institucional e histórica de uma sociedade. A literatura destaca que arquivistas e profissionais da informação desempenham um papel crucial na gestão e preservação desses documentos, garantindo que estejam acessíveis e em condições adequadas de conservação a longo prazo (Duranti, 1998; Schellenberg, 1956). Segundo Cook (1997), a gestão adequada dos documentos nos órgãos produtores é fundamental para assegurar a integridade e a autenticidade dos registros arquivísticos.

Após essa etapa de gestão e organização, a difusão dos documentos arquivísticos torna-se um desafio significativo. Normas internacionais como a Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística (ISAD(G)) e a Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias (ISAAR(CPF)) e nacionais como a Nobrade (Norma Brasileira de Descrição Arquivística), fornecem diretrizes para a descrição padronizada dos arquivos, facilitando a acessibilidade e a recuperação da informação (International Concil on Archives, 2000). A implementação dessas normas é imprescindível para garantir que os documentos possam ser compreendidos e utilizados de maneira eficaz por diferentes públicos (Broughton, 2004). No contexto

brasileiro, profissionais como Marilena Leite Paes destacam a importância da padronização na descrição documental para a eficiência dos serviços arquivísticos (Paes, 2005).

Nesse contexto, a utilização de tecnologias digitais é indispensável para a difusão dos arquivos. Ferramentas como o *software Access to Memory* (AtoM) contribuem enormemente para disseminar arquivos digitais, permitindo que instituições tornem seus acervos mais acessíveis ao público de maneira organizada e padronizada (Gilliland, 2014). O AtoM é projetado para facilitar a aplicação de normas internacionais de descrição arquivística, promovendo a interoperabilidade e a visibilidade dos acervos digitais (Nimer; Lundy, 2008). Autores como Luciana Duranti e Daniel Flores têm explorado a importância de sistemas digitais para a difusão de acervos, enfatizando a necessidade de ferramentas que suportem a transparência e a acessibilidade dos documentos (Duranti, 2013; Flores, 2016).

Apesar das vantagens oferecidas pelo AtoM, é fundamental que as instituições realizem de maneira adequada tanto a configuração e organização da plataforma, como a inserção de dados para atender a adequação às necessidades específicas de cada contexto institucional. A avaliação detalhada do ambiente AtoM permite identificar áreas de melhoria, assegurar a conformidade com os princípios arquivísticos e aprimorar a experiência do usuário. Nesse sentido, este artigo propõe um modelo de avaliação que deve integrar a aplicação do modelo Hipátia de preservação, focado em analisar três eixos principais: interação usuário-plataforma, organização da informação e qualidade arquivística.

Este artigo detalha o desenvolvimento e a aplicação do modelo de avaliação proposto, explorando cada um dos três eixos de avaliação com base em critérios específicos e referências bibliográficas da área de arquivologia e experiência do usuário (UX). A proposta de um formulário de avaliação sistematizado ao final do artigo visa proporcionar uma ferramenta prática para as instituições e profissionais arquivistas, permitindo uma análise detalhada e padronizada do AtoM, promovendo funcionalidade na preservação e difusão dos documentos arquivísticos.

METODOLOGIA

A metodologia adotada para desenvolver o modelo de avaliação do AtoM está inicialmente dividida em duas etapas. Iniciou-se com uma revisão bibliográfica sobre as melhores práticas de preservação digital e normas arquivísticas. Esta revisão permitiu identificar os principais critérios e indicadores de qualidade para a avaliação de sistemas de difusão de arquivos digitais, bem como compreender as necessidades e desafios enfrentados pelas instituições arquivísticas na implementação desses sistemas.

Em seguida, foram conduzidas análises detalhadas de implementações institucionais do AtoM em diversas organizações. Essas análises envolveram a coleta de dados por meio de entrevistas com administradores do sistema e da observação direta do uso do AtoM das instituições tanto nos ambientes de homologação quanto de produção. Os

dados coletados foram analisados qualitativamente para identificar pontos fortes, áreas de melhoria e padrões recorrentes nas implementações do AtoM, contribuindo para a definição dos segmentos principais de avaliação: interação usuário-plataforma, organização da informação e qualidade arquivística. Dessa forma, com base na experiência das avaliações realizadas em algumas plataformas AtoM, foram desenvolvidos critérios específicos para cada um dos três eixos de avaliação.

No terceiro momento um formulário de avaliação padronizado foi criado para sistematizar o processo, permitindo uma análise detalhada e consistente desses ambientes. O formulário foi estruturado com base em uma abordagem quantitativa e qualitativa, constituído a partir das três seções principais, contendo perguntas específicas que avaliam diferentes critérios. Para mensuração, utiliza-se uma escala binária ("sim" ou "não"), em que respostas recebem uma pontuação (0, 1,5, 2, 3 ou 3,5 pontos) que somados podem chegar até uma nota "cem (100)". Esse resultado fornece uma percepção geral da plataforma, classificada em níveis de desempenho, como "Ótimo (>90)", "Bom (de 60 a 89)", "Regular (de 40 a 59)", "Ruim (20 a 39)", e "Péssimo (<19)", permitindo uma análise objetiva e comparativa da qualidade do sistema. Por fim, um espaço para os "apontamentos" é reservado para que o profissional possa incluir o detalhamento das observações realizadas e construir as proposições de melhoria.

FRAMEWORK DE AVALIAÇÃO PARA O AtoM

1. Esta seção detalha os critérios específicos de cada eixo e discute as implicações para a prática arquivística. A avaliação do software AtoM foi estruturada em três eixos principais: interação usuário-plataforma, organização da informação e a qualidade arquivística, visando proporcionar uma plataforma mais útil e adaptada às necessidades dos usuários externos, da instituição e aos princípios arquivísticos. Esta seção detalha os critérios definidos em cada eixo, apresentando sua relevância e discutindo as implicações para a prática arquivística.
2. A interação usuário-plataforma foi avaliada com foco na usabilidade e experiência do usuário (UX), aspectos cruciais para garantir que os usuários possam acessar e utilizar as informações de maneira intuitiva e sem dificuldades. A organização da informação foi examinada quanto à clareza, coerência e facilidade de navegação, garantindo que os documentos sejam facilmente localizáveis e compreensíveis. Por fim, a qualidade arquivística foi avaliada com base na conformidade com normas arquivísticas internacionais, assegurando que as descrições dos documentos sejam precisas e padronizadas, mantendo a integridade e autenticidade dos arquivos digitais.

Interação Usuário-Plataforma

A interação usuário-plataforma desempenha um papel essencial na funcionalidade de qualquer ferramenta de difusão de informações arquivísticas. Neste eixo, são escolhidos os aspectos relacionados à usabilidade e à experiência do usuário (UX), que influenciam diretamente a facilidade de acesso e uso das informações preservadas. Uma interface intuitiva e bem projetada permite que os usuários naveguem pela plataforma de forma simples, encontrem rapidamente os documentos desejados e compreendam claramente as informações apresentadas (Nielsen, 1993; Garrett, 2010). Os seguintes elementos foram considerados:

a. Facilidade de Encontrar Informações: A eficiência do mecanismo de busca e a organização do conteúdo devem permitir que os usuários localizem rapidamente as informações necessárias. Estudos de Nielsen (1993) e Garrett (2010) destacam a importância de uma interface intuitiva e de mecanismos de busca eficazes para melhorar a experiência do usuário.

b. Repetição de Informações: A repetição de informações pode confundir os usuários e sobrecarregar a interface. É fundamental que as informações sejam apresentadas de maneira clara e concisa, evitando redundâncias e garantindo consistência na apresentação das informações.

c. Correspondência dos Links: Links quebrados ou desatualizados podem frustrar os usuários e comprometer a confiabilidade da plataforma. É essencial que todos os links levem corretamente aos conteúdos prometidos, garantindo uma navegação fluida e sem interrupções.

d. Coerência das Seções: A coerência entre as diferentes seções da plataforma é vital para uma navegação lógica e instintiva. As seções devem estar organizadas de maneira que faça sentido para os usuários, facilitando a localização e o acesso às informações.

e. Coerência dos Destaques: Os elementos destacados devem realmente representar os conteúdos mais relevantes, facilitando o acesso rápido a essas informações. Destaques incoerentes podem desviar a atenção dos usuários e dificultar a navegação.

Organização da Informação

Este eixo de avaliação enfoca diversos aspectos relacionados à estruturação e apresentação das informações arquivísticas, garantindo que os documentos sejam organizados de forma clara, coerente e acessível.

a. Qualidade da Taxonomia: A qualidade da taxonomia empregada para categorizar os termos é um aspecto que impacta diretamente a recuperação das informações. Uma estrutura taxonômica lógica e intuitiva facilita a navegação e a busca de documentos.

b. Aplicação da Taxonomia: A representação dos documentos deve ser feita com base nos termos estabelecidos em cada taxonomia, para que esses sejam agrupados conforme características semelhantes. A lógica do agrupamento dos documentos pela aplicação das taxonomias deve ser coerente e significativa, de modo a impactar positivamente a experiência do usuário na busca e recuperação de informações e documentos de seu interesse.

c. Uso de Siglas e Abreviações: Siglas e abreviações inconsistentes ou incompreensíveis podem causar confusão e dificultar a navegação, impedindo o acesso ao conteúdo desejado. É importante que a aplicação desses recursos se dê de forma compreensível, clara e de maneira uniforme em toda a plataforma.

d. Presença de Eventuais Disformidades: A presença de eventuais disformidades, como erros ortográficos e de registros das informações descritivas deve ser identificada e corrigida. Inconsistências ou discrepâncias nas descrições podem comprometer a acessibilidade dos documentos.

Aspectos Arquivísticos

Os aspectos arquivísticos devem ser contemplados para garantir a integridade e a utilidade dos documentos preservados. Tendo em vista se tratar de representação de acervo documental orgânico, este eixo abrange pontos relacionados à conformidade com os princípios arquivísticos e adequação da descrição documental à normas e modelos.

a. Respeito aos Princípios Arquivísticos: O respeito aos princípios arquivísticos, como proveniência e ordem original, é essencial para a integridade e compreensão dos documentos preservados. A conformidade com esses princípios garante que os documentos sejam preservados em seu contexto original, mantendo sua autenticidade e confiabilidade. A proveniência assegura que os documentos sejam agrupados de acordo com sua origem, enquanto a ordem original preserva a disposição natural dos documentos, conforme foram acumulados pelo produtor.

b. Coerência da Classificação: A coerência da classificação dos documentos é um dos aspectos mais importantes da arquivística. Os documentos devem ser classificados de acordo com um sistema coerente que reflita sua origem e contexto. Estudos de Schellenberg (1956) e Duranti (1998) destacam a importância de uma classificação bem estruturada para a integridade e a acessibilidade dos arquivos. No contexto de disseminação dos documentos

por meio do AtoM, o instrumento usado para a classificação é o Quadro de Arranjo Institucional. A aplicação desse instrumento, manifestada por meio da chamada árvore de arranjo, permite ao usuário uma melhor compreensão do contexto e da relação entre os documentos, já que revela uma organização hierárquica entre os níveis descritivos.

c. A adequação normativa refere-se à conformidade dos processos e das práticas arquivísticas com as normas e diretrizes estabelecidas, tanto em âmbito internacional quanto nacional, bem como com as normativas institucionais específicas. Para garantir a qualidade arquivística, é essencial que o AtoM esteja alinhado com normas como o ISAD(G) (*General International Standard Archival Description*), o ISAAR(CPF) (*International Standard Archival Authority Record for Corporate Bodies, Persons, and Families*), a Nobrade (Norma Brasileira de Descrição Arquivística) e as políticas e procedimentos arquivísticos internos de cada instituição.

d. Qualidade do Padrão Descritivo: As descrições devem ser adequadas e uniformes, conforme os modelos de descrição preconizados pelas instituições custodiadoras de acervos documentais. A consistência nas descrições e o respeito aos padrões estabelecidos garantem que os documentos sejam compreendidos e acessados de modo satisfatório pelos usuários.

e. Com base nos tópico acima apresentados, apresenta-se no Quadro 1 o modelo de formulário de avaliação de sistema de acesso, no caso, o AtoM:

Quadro 1: Formulário de avaliação do AtoM

Seção	Subseção	Questão	Avaliação
1. Interação Usuário-Plataforma (30 pontos)	1.1 Facilidade de Encontrar Informações: Critério: Eficiência do mecanismo de busca, clareza na organização do conteúdo.	1.1.1 É fácil localizar os campos de busca geral de conteúdo?	sim (3 pontos) não (0 ponto)
		1.1.2 É fácil localizar os campos de busca avançada de conteúdo?	sim (3 pontos) não (0 ponto)
		1.1.3 A busca de informações acontece de modo satisfatório?	sim (3 pontos) não (0 ponto) Se não, quais os apontamentos observados?
		1.1.4 A disposição do conteúdo disponível está clara?	sim (3 pontos) não (0 ponto) Se não, quais os apontamentos observados?
	1.2 Repetição de Informações: Critério: Consistência e clareza na apresentação das informações.	1.2.1 Foram observadas repetições de um mesmo conteúdo em locais distintos?	sim (0 ponto) não (3 pontos) Se sim, em que locais e qual o conteúdo?
	1.3 Correspondência dos Links: Critério: Presença de links funcionais e coerentes, sem destinos quebrados ou desatualizados.	1.3.1 Foram observados problemas com os links presentes na plataforma?	sim (0 ponto) não (3 pontos) Se sim, que tipos de problemas?
	1.4 Coerência das Seções: Critério: Organização lógica das seções e facilidade de navegação.	1.4.1 O título das seções são de fácil compreensão?	sim (3 pontos) não (0 ponto)
		1.4.2 O título das seções representa o conteúdo ali presente?	sim (3 pontos) não (0 ponto) Apontamentos:
	1.5 Coerência dos Destaques: Critério: Relevância e adequação dos elementos destacados.	1.5.1 Os destaques presentes representam os conteúdos mais relevantes?	sim (3 pontos) não (0 ponto)
		1.5.2 A ausência de destaques dificulta a localização de conteúdos relevantes?	sim (3 pontos) não (0 ponto)

Seção	Subseção	Questão	Avaliação
2. Organização da Informação (30 pontos)	2.1 Qualidade da Taxonomia: Critério: Facilidade de navegação e busca, com uma estrutura taxonômica lógica intuitiva.	Taxonomia de níveis de descrição:	
		2.1.1 Os termos utilizados são de fácil entendimento?	sim (2 pontos) não (0 ponto)
		Taxonomia de assuntos:	
		2.1.2 Os termos utilizados são de fácil entendimento?	sim (2 pontos) não (0 ponto)
		2.1.3 Há presença de registros que não sejam assuntos?	sim (0 ponto) não (2 pontos)
		2.1.4 Há presença de registros com erros de ortografia?	sim (0 ponto) não (2 pontos
		2.1.5 Há presença de registros que sejam sinônimos?	sim (0 ponto) não (1,5 pontos)
		Taxonomia de locais:	
		2.1.6 Os termos utilizados são de fácil entendimento?	sim (2 pontos) não (0 ponto)
		2.1.7 Há presença de registros que não sejam locais?	sim (0 ponto) não (2 pontos)
		2.1.8 Há presença de registros com erros de ortografia?	sim (0 ponto) não (2 pontos)
		2.1.9 Há presença de registros de mesma grafia sem marcadores de diferença?	sim (0 ponto) não (1,5 pontos
		Taxonomia de gênero:	
		2.1.10 Os termos utilizados são de fácil entendimento?	sim (2 pontos) não (0 ponto)
		2.1.11 Há presença de registros que não sejam gênero?	sim (0 ponto) não (2 pontos)
	2.2 Aplicação da Taxonomia: Critério: Agrupamento que faça sentido para o usuário e facilite o acesso aos documentos.	2.2.1 As informações estão agrupadas de forma que permita o acesso de modo rápido?	sim (2 pontos) não (0 ponto) Apontamentos:
	2.3 Uso de Siglas e Abreviações: Critério: Uso uniforme e compreensível de abreviações.	2.3.1 As abreviações presentes apresentam informação de seu significado?	sim (1,5 pontos) não (0 ponto)
		2.3.2 A presença de abreviações dificulta a compreensão do conteúdo?	sim (0 ponto) não (1,5 pontos) Se sim, quais abreviações geraram dificuldades?
	2.4 Presença de Eventuais Disformidades: Critério: Identificação de inconsistências ou discrepâncias nas descrições que possam comprometer a acessibilidade dos documentos.	2.4.1 Foram observadas disformidades nas descrições?	Sim (2 pontos) Não (0 ponto)

Seção	Subseção	Questão	Avaliação
3. Aspectos Arquivísticos (40 pontos)	3.1 Respeito aos Princípios Arquivísticos: Critério: Preservação da integridade e autenticidade dos documentos.	3.1.1 A documentação arquivística é abordada com base no princípio da proveniência?	sim (3,5 pontos) não (0 ponto)
		3.1.2 Os documentos estão representados de forma condizente com a ordem natural de produção/ acumulação?	sim (3,5 pontos) não (0 ponto)
	3.2 Coerência da Classificação: Critério: A plataforma reflete corretamente a estrutura organizacional, facilitando a compreensão do contexto e das relações entre os documentos e aderência aos princípios de proveniência e ordem original.	3.2.1 O quadro de arranjo estabelecido reflete a estrutura de classificação da instituição?	sim (3,5 pontos) não (0 ponto)
		3.2.2 O quadro de arranjo permite que um conjunto documental seja classificado em mais de uma categoria?	sim (0 ponto) não (3,5 pontos)
		3.2.3 Os documentos descritos estão classificados?	sim (3,5 pontos) não (0 ponto)
		3.2.4 A classificação dos documentos está correta?	sim (3,5 pontos) não (0 ponto) Apontamentos:
	3.3 Adequação Normativa: Critério: Aderência às normas nacionais e internacionais.	3.3.1 Os elementos obrigatórios da ISAD(G)/Nobrade estão contemplados?	sim (3 pontos) não (0 ponto)
		3.3.2 Os elementos obrigatórios da ISAAR(CPF) (International Standard Archival Authority Record for Corporate Bodies, Persons, and Families) estão contemplados?	sim (3 pontos) não (0 ponto)
		3.3.3 A instituição apresenta políticas, procedimentos, modelos ou manuais arquivísticos internos?	sim (3 pontos) não (0 ponto)
		3.3.4 As políticas, procedimentos, modelos ou manuais arquivísticos internos de cada instituição estão contemplados?	sim (3 pontos) não (0 ponto)
	3.4 Qualidade do Padrão Descritivo: Critério: Presença de uniformidade e consistência nas descrições, permitindo a compreensão e acessibilidade pelos usuários.	3.4.1 As descrições seguem um padrão comum de um conjunto de elementos de metadados, por exemplo, todas as descrições apresentam título, data, identificador, etc?	sim (3,5 pontos) não (0 ponto)
		3.4.2 O modo como os metadados são registrados apresentam padrão comum, por exemplo, o modo como as datas são representadas (AAAA-MM-DD)?	sim (3,5 pontos) não (0 ponto) Se sim, quais?

Fonte: Elaborado pelos autores, 2024.

Ao fim do preenchimento do formulário e da contagem de pontos, é possível verificar o resultado da avaliação conforme a escala de valores descrita abaixo:

Ótimo >90

- Bom 60 a 89
- Regular 40 a 59
- Ruim 20 a 39
- Péssimo < 19

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A avaliação sistemática do software AtoM, fundamentada no modelo Hipátia de preservação, permite proporcionar qualidade e eficácia na utilização da plataforma de difusão de documentos arquivísticos digitais. Este estudo demonstrou que uma abordagem abrangente e criteriosa, focada nos três eixos principais de avaliação — interação usuário-plataforma, organização da informação e aspectos arquivísticos — pode identificar áreas de melhoria e promover práticas mais eficientes e padronizadas nas instituições que possuem acervos arquivísticos. A aplicação deste modelo de avaliação permite que as instituições não apenas atendam às demandas dos usuários, mas também complementam o conjunto de processos que assegura a integridade e a preservação a longo prazo de seus acervos digitais.

Ao desenvolver e implementar um modelo de avaliação detalhado, este estudo contribui com a prática arquivística, oferecendo uma ferramenta adaptável para a melhoria contínua da aplicação do AtoM. A análise dos resultados das avaliações institucionais permite identificar padrões de uso e desafios comuns, proporcionando compreensão para a otimização da utilização do software e das práticas arquivísticas associadas. As recomendações apresentadas na etapa complementar à análise, baseadas em normativos e melhores práticas, oferecem um caminho claro para a melhoria da experiência do usuário e a eficácia da difusão dos acervos.

Em suma, este estudo não apenas aprimora a experiência do uso do AtoM, mas também fortalece a capacidade das instituições arquivísticas de preservar e difundir seu patrimônio documental de forma acessível e sustentável, cumprindo seu papel essencial na manutenção da memória institucional e histórica.

REFERÊNCIAS

BROUGHTON, V. **Essential Classification**. London: Facet Publishing, 2004.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (CONARQ). **Nobrade**: Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Brasília: Conarq, 2006.

COOK, T. What is Past is Prologue: A History of Archival Ideas Since 1898, and the Future Paradigm Shift. **Archivaria**, n. 43, p. 17-63, 1997.

DURANTI, L. **Archives and Records**: Providing Evidence, Information, and Memory. London: Facet Publishing, 2013.

DURANTI, L. **Diplomatics**: New Uses for an Old Science. Lanham: Scarecrow Press, 1998.

FLORES, D. **Preservação Digital**: Conceitos, Abordagens e Diretrizes. São Paulo: ECA-USP, 2016.

GARRETT, J. J. **The Elements of User Experience: User-Centered Design for the Web and Beyond**. Berkeley: New Riders, 2010.

GILLILAND, A. J. **Conceptualizing 21st-Century Archives**. Chicago: SAA, 2014.

INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. ISAD(G): **General International Standard Archival Description**. 2nd Edition. Paris: ICA, 2000.

NIELSEN, J. **Usability Engineering**. Boston: Academic Press, 1993.

NIMER, C.; LUNDY, M. A Framework for Digital Archival Description: The AtoM Project. **Journal of Archival Organization**, v. 6, n. 3, p. 45-69, 2008.

PAES, M. L. **Arquivística**: Teoria e Prática. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

SCHELLENBERG, T. R. **Arquivos modernos**: princípios e técnicas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

ANÁLISE DE FERRAMENTAS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL EM DADOS GOVERNAMENTAIS ABERTOS SOBRE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO BRASIL

ANALYSIS OF ARTIFICIAL INTELLIGENCE TOOLS IN OPEN GOVERNMENT DATA ON VIOLENCE AGAINST WOMEN IN BRAZIL

Bruna Lessa
Universidade Federal da Bahia

Leide Mota de Andrade
Universidade Federal da Bahia

Resumo

Este texto analisa o uso de inteligência artificial em dados do governo aberto brasileiro sobre violência contra mulheres, sob uma abordagem interseccional correlacionada a políticas públicas de arquivo. A pesquisa é bibliográfica e descritiva, tendo-se como fundamento para a análise as diretrizes do *Open Algorithms Network* e normativas brasileiras sobre dados abertos. Os resultados apontam para a discussão sobre a importância que políticas públicas de arquivo desempenham na disponibilização de dados abertos governamentais que utilizam ferramentas de inteligência artificial, no contexto da violência contra a mulher, a fim de garantir a integridade e autenticidade dos dados, transparência, mitigação de vieses e discriminação, promoção ética e conformidade legal. Conclui-se, com perspectiva para discussões futuras, potencializar o debate sobre como as políticas públicas arquivísticas devem ser integradas aos dados abertos governamentais para garantir transparência, integridade e eficácia dos dados para o desenvolvimento de políticas públicas mais inclusivas em relação às mulheres.

Palavras-Chave: Violência contra a mulher; Dados governamentais abertos; Inteligência artificial.

Abstract

This text analyzes the use of artificial intelligence in Brazilian open government data on violence against women, from an intersectional approach correlated with archival public policies. The research is bibliographical and descriptive, based on the guidelines of the Open Algorithms Network and brazilian regulations on open data. The results point to a discussion on the importance of public archival policies in making open government data available using artificial intelligence tools, in the context of violence against women, in order to guarantee the integrity and authenticity of the data, transparency, mitigation of bias and discrimination, ethical promotion and legal compliance. This concludes the debate on how archival public policies should be integrated with open government data to ensure transparency, integrity and effectiveness of data for the development of more inclusive public policies in relation to women.

Keywords: Violence against women; Open government data; Artificial intelligence.

INTRODUÇÃO

A violência contra a mulher é um problema social grave e, no contexto brasileiro, Carneiro (2003, 2020) alerta para a necessidade de desconstruir padrões patriarcais que a naturalizam e reproduzem ao longo do tempo, como o machismo, misoginia e sexismo.

Carneiro (2003, 2020), destaca ainda, a importância de considerar múltiplas dimensões do problema e reconhecer as interseccionalidades que influenciam a violência de gênero – em especial as mulheres negras, mais vulneráveis às múltiplas dominações. Embora tal violência não seja algo novo na história do Brasil, somente em 2009, teve-se notícia da elaboração e publicação do Suplemento de Vitimização da PNAD/IBGE – primeira e mais antiga fonte de dados sobre o fenômeno incorporada aos dados do Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça (Fontoura, Rezende e Querino, 2020).

Os documentos de arquivos que contêm dados sobre feminicídios e/ou violência contra a mulher podem ser utilizados para realizar análises e identificar padrões criminais, por exemplo. No contexto da Arquivologia, a política pública arquivística ao estabelecer diretrizes para a disponibilização e o uso de dados governamentais abertos,

possibilita que a informação esteja acessível gratuitamente na internet, em formatos estáveis e confiáveis, e documentada de forma a ser útil ao público. Em meio a transformação digital, o uso da inteligência artificial (IA) pela administração pública, especialmente na identificação de padrões em grandes conjuntos de dados, é um grande desafio para a organização, classificação e recuperação de documentos e registros governamentais, e consequente, preservação.

Nesta perspectiva, este trabalho tem como objetivo refletir sobre o uso de IA em dados governamentais abertos sobre violência contra a mulher, sob uma abordagem interseccional, correlacionada a políticas públicas de arquivo. Com este propósito, tem-se como a amostra para o debate, a análise de ferramentas de IA utilizados na administração pública para o enfrentamento à violência contra a mulher no Brasil.

DADOS GOVERNAMENTAIS ABERTOS SOBRE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: PERSPECTIVAS INTERSECCIONAIS EM POLÍTICAS PÚBLICAS DE ARQUIVO E O USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Sob a perspectiva fundamental da interseccionalidade, a violência contra as mulheres não é um ato isolado, mas é apoiada por formas inter-relacionadas, transformacionais e, muitas vezes, interdependentes de discriminação. Collins e Bilge (2021), ao abordar o conceito de interseccionalidade como ferramenta analítica para resoluções de problemas sociais, sobretudo, quando menciona seu uso no contexto das políticas públicas e os resultados benéficos no combate da crescente desigualdade global, evidencia a necessidade de compreender como se dão as relações de poder na sociedade. Nisto, ressalta a importância de estratégias complexas que evidenciem o compromisso com a justiça social, por meio do que chamam de "práxis interseccional".

> A análise interseccional lança luz sobre os efeitos diferenciais das políticas públicas na produção de desigualdade econômica entre pessoas de cor, mulheres, jovens, residentes de zonas rurais, pessoas sem documentos e pessoas com capacidades diferentes. No entanto, o foco da interseccionalidade na vida das pessoas oferece espaço para análises alternativas desses mesmos fenômenos que não derivam das visões de mundo das elites acadêmicas ou do funcionalismo público. Pessoas negras, mulheres, pobres, LGBTQs, minorias étnicas e religiosas, povos indígenas e pessoas oriundas de castas e grupos considerados inferiores nunca desfrutaram dos benefícios da cidadania plena e, consequentemente, têm menos a perder e mais a ganhar (Collins,; Bilge, 2021, p.38)

De fato, a implementação da interseccionalidade nas políticas públicas enfrenta dificuldades consideráveis, que vão desde o entendimento prático do conceito pela esfera governamental aos desafios técnicos e operacionais, que incluem a escassez de

recursos humanos, as restrições institucionais sobre a capacidade dos órgãos administrativos de recolher e processar dados, e diferenças entre heterogeneidade social e vida institucional. Da mesma forma, as abordagens unidimensionais das políticas públicas, por vezes problemáticas, podem enfrentar tensões substanciais e restrições à operacionalização da lógica e complexidade interseccional. Este cenário é particularmente evidente em políticas voltadas para o combate à desigualdade, discriminação e pobreza (Medeiros, 2019).

Os sistemas complexos, como destaca Luhmann (2016), operam pela via da redução de complexidades para fornecer respostas concretas quanto aos problemas sociais. A defesa da perspectiva interseccional na análise e no desenho de políticas públicas faz parte de um trabalho necessário de desnaturalização e problematização dos diversos elementos que podem aumentar as possibilidades de qualquer política de provocar novas desigualdades ou potencializar desigualdades pré-existentes. Esta perspectiva, potencializa a garantia de que as políticas sejam mais inclusivas, equitativas e eficientes na promoção da justiça social e, é fundamental para compreender, por exemplo, os problemas vividos por mulheres e criar estratégias inclusivas para combater eficazmente a violência baseada no gênero.

Neste sentido, os dados públicos disponibilizados pelo governo são essenciais para a realização de pesquisas e o desenvolvimento de políticas que, de fato, promovam respostas eficazes e algozes à violência contra as mulheres. Assim, no momento de transição para o que se vem chamando de transformação digital, a abordagem interseccional, a abertura de dados governamentais, a inteligência artificial e práticas arquivísticas compõem um roteiro estratégico para enfrentar a violência contra as mulheres. Destaca-se que o uso da inteligência artificial (IA) na administração pública não é um caminho recente, sendo sua aplicação datada dos anos 1960. Naquela década, a difusão de dados eletrônicos em diferentes níveis operacionais da administração pública despertou o interesse dos pesquisadores, que qualificavam a questão de como aplicar a rotina científica aos procedimentos e às estruturas organizacionais (Almeida, 2023). A partir da década de 1990 e início de 2000, expressões da Nova Gestão Pública (*New Public Management*) passaram a ser utilizados em experiências de governo em todo o mundo, fundamentando-se em estratégias e tecnologias de informatização dos processos. Chappelet (2004) forneceu dez exemplos sobre como esses princípios transformou e modernizou o governo suíço, ocorrido na base de orientação essencialmente voltada para o cidadão e na transparência. Recentemente, alguns estudos se voltaram para a busca na identificação de erros concernentes à aplicação da IA na administração pública, especialmente no que diz respeito à influência de vieses imputados.

Assim, de acordo com Almeida (2023), o papel do serviço público move-se de uma dominância estatal em direção a interconexões entre grupos de interesse – ou seja,

mercados e sociedade civil. A IA, se bem usada, poderá ser um recurso eficaz para o desenvolvimento de políticas públicas mais eficientes e alinhadas com os anseios dos cidadãos. Uma preocupação relacionada à publicação dos dados governamentais é sobre o gerenciamento e tratamento das fontes primárias desses dados, especialmente, os documentos arquivísticos digitais. Garantir a integridade, acessibilidade e reutilização desses conjuntos de dados é fundamental para promover a transparência e a eficiência nas políticas públicas e, sua publicação, vai além do simples *upload* de arquivos digitais na internet. É necessário escolher uma licença apropriada que autorize o uso adequado desses dados (De Robbio, 2013).

Neste contexto, a compreensão de que os arquivos não apenas preservam dados históricos, mas também asseguram a continuidade e a legitimidade das práticas sociais cotidianas, torna-se necessário. Este papel estratégico instrumentaliza os arquivos como elementos essenciais nas políticas públicas e nas estratégias de desenvolvimento social. Jardim (2006) ressalta a relevância das políticas públicas de arquivo como um conjunto de diretrizes e ações estabelecidas pelo Estado em prol do bem-estar da sociedade, abrangendo aspectosligados à criação, utilização e conservação da informação arquivística, tanto de caráter público quanto privado.

Nas palavras de Bellotto (2012, p.8) "Os arquivos são instrumentos insubstituíveis para a administração pública [...] já que integram os mecanismos de decisão e de ação [...]", e na mesma linha de responsabilidades, a pessoa arquivista, com compromisso ético, deve possuir a habilidade para navegar entre a transparência e a confidencialidade, garantindo que a informação esteja acessível a quem tem o direito de acessá-la, enquanto protege a vida privada e a segurança nacional, conforme diz o Código de Deontologia do Conselho Internacional de Arquivos (1996).

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, empregada para embasar teoricamente a problematização deste trabalho, e descritiva, pois utiliza de dados que tratam do objeto central do estudo para potencializar a discussão em foco. Possui abordagem qualitativa, e tem como procedimento de análise, a observação direta das ferramentas IA analisadas. Para seleção das ferramentas em análise, fez-se a busca livre na plataforma de busca do *Google*, com seguinte estratégia: "ferramentas IA *AND* combate a violência de gênero *AND* Brasil"; ferramentas IA *AND* combate a violência *AND* mulher *AND* Brasil". Como critério para seleção das ferramentas, buscou-se identificar sua caracterização como IA, bem como a tecnologia utilizada, chegando-se a quatro ferramentas (Quadro 1).

Quadro 1 – Levantamento das ferramentas IA utilizados na administração publica para oenfrentamento à violência contra a mulher

Nome do Projeto	Objetivo	Empresa/Órgão Responsável	Tecnologia utilizada	Caracterização c como IA	Link para Ferramenta/ Projeto
Observatório de Violência Contra a Mulher	Monitorar casos de violência contra a mulher e fornecer dados para políticas públicas	Senado Federal, Instituto Avon e Gênero e Número	Análise de dados, *Big Data*	Utiliza técnicas de análise avançada de grandes volumes de dados para identificar padrões e tendências na violência contra a mulher.	https://www9qs.senado.leg.br/extensions/violencia-genero-mashup/index.html#
Mapa da Violência	Mapear e analisar dados de violência contra a mulher em diferentes regiões do Brasil	Fórum Brasileiro de Segurança Pública	Geoprocessamento, Visualização de Dados	Usa ferramentas de geoprocessamento para mapear incidentes de violência, facilitando a visualização de *hotspots* e a alocação de recursos.	https://forumseguranca.org.br/painel-violencia-contra-a-mulher/
EVA – Violência	Georreferenciamento e visualização	Instituto Igarapé	*Machine* Learning,	Implementa algoritmos de aprendizado de máquina para	https://eva.igarape.org.br/
contra a mulher	de dados dos sistemas de saúde e segurança pública para entender e combater a violência de gênero		Análise Preditiva	prever e identificar casos potenciais de violência, permitindo intervenções preventivas	
Violência contra a mulher em Dados	Georreferenciamento e visualização de dados para classificar documentos em demanda do MPRJ.	Ministério Público do Rio de Janeiro (MPRJ)	Análise de dados, Big Data, Visualização de Dados	Mineração de dados para extrair informações úteis e padrões significativos sobre medidas protetivas e feminicídio.	https://acesse.dev/mprjmpViolnciaContraaMulher

Fonte: Da pesquisa (2024).

Para o desenvolvimento da análise, teve-se como base uso da IA em políticas públicas, fundamentado nas diretrizes publicadas no artigo *Three Recommendations for More Inclusive and Equitable AI in the Public,* desenvolvido por membros do *Open Algorithms Network* – OGP (2023), e as normativas que subsidiam a formulação de políticas sobre dados governamentais abertos no Brasil, o Decreto de 15 de setembro de 2011 (Brasil,2011), e do Decreto nº 7.724 de 16 de maio de 2012 (Brasil,2012), que fornecem um quadro regulatório essencial para a preservação e o uso responsável de dados. Ressalta-se que no governo brasileiro, ainda não há uma norma e/ou recomendação específica para o uso de IA no setor público, no entanto, há diversos debates em torno da temática,

não somente no ambiente da administração pública, mas em toda sociedade civil. Por exemplo, a Transparência Brasil (2020), organização independente e autônoma, publicou "Recomendações de governança: uso de inteligência artificial pelo poder público", que trata sobre "[...] a implementação responsável das tecnologias que usam técnicas de IA para melhorar a prestação de serviços públicos pode trazer benefícios para a sociedade." (Transparência Brasil, 2020, p.2).

ANÁLISE DAS FERRAMENTAS IA

No contexto brasileiro, várias ferramentas de IA foram desenvolvidas com o objetivo de combater a violência contra a mulher. Essas ferramentas, que vão desde monitoramento de redes sociais até suporte jurídico e psicológico, devem ser analisadas à luz das diretrizes mencionadas. Segundo as diretrizes da *Open Algorithm Network* (2023), disposta no artigo "*Three Recommendations for More Inclusive and Equitable AI in the Public Sector*", cruciais para assegurar que as soluções tecnológicas não reproduzam ou ampliem desigualdades existentes, a IA utilizada no âmbito governamental devem promover a justiça social e proteção, e no contexto deste trabalho, a todas as mulheres, especialmente as de grupos mais vulneráveis. Abaixo, o quadro com a análise das ferramentas selecionadas, com base nos elementos definidos nas diretrizes.

Quadro 2 – Análise das ferramentas IA voltadas para o combate a violência contra a mulher segundo as recomendações da Open Algorithm Network (2023) e Transparência Brasil (2020)

FERRAMENTA	ELEMENTOS ESSENCIAIS DAS RECOMENDAÇÕES			
	Inclusão	**Equidade**	**Transparência**	**Responsabilidade**
Observatório de Violência Contra a Mulher	Plataforma acessível e compreensível para diferentes públicos. Utiliza dados de diferentes fontes para incluir uma variedade de casos e contextos, permitindo uma visão ampla da violência contra a mulher.	Análise de dados com foco em identificar padrões e tendências de violência, abordando diversas formas de violência e grupos afetados.	Transparência nos métodos de coleta e análise de dados, com possibilidade de acesso público aos dados e às análises realizadas, permitindo a verificação e o escrutínio público.	Responsabilidade compartilhada entre o Senado Federal, Instituto Avon e Gênero e Número, com revisão contínua dos dados e metodologias utilizadas.
Mapa da Violência	Facilita o acesso a informações sobre diversos tipos de violência contra mulheres em diferentes regiões.	Mapeia incidentes em várias regiões, garantindo que todas as áreas sejam consideradas igualmente, sem discriminação geográfica.	Divulgações claras sobre a metodologia e fontes de dados	O Fórum Brasileiro de Segurança Pública é responsável pela manutenção e precisão dos dados, com foco em revisão contínua e feedback público.

FERRAMENTA	ELEMENTOS ESSENCIAIS DAS RECOMENDAÇÕES			
	Inclusão	**Equidade**	**Transparência**	**Responsabilidade**
EVA – Violência contra a mulher	Acessível em diferentes formatos e idiomas, possibilitando a inclusão de diferentes tipos de violência e contextos sociais.	Implementa análises preditivas para identificar possíveis casos de violência, garantindo intervenções equitativas e não enviesadas.	Algoritmos devem ser transparentes e auditáveis para garantir justiça e evitar preconceitos	Instituto Igarapé garante a responsabilidade pela precisão e ética dos algoritmos utilizados, com mecanismos para revisar e ajustar os modelos conforme necessário.
Violência contra a mulher em Dados	Ferramenta acessível, integra dados de múltiplas fontes (saúde, segurança pública) para fornecer uma visão inclusiva dos casos de violência, abordando diversos aspectos do problema.	Minera dados para identificar padrões significativos, possibilitando uma abordagem equitativa na análise e intervenção em casos de violência contra a mulher.	Divulgação das práticas de monitoramento e análise, permitindo que a sociedade acompanhe as medidas protetivas e os casos de feminicídio, embora detalhes específicos possam ser restritos para proteger a privacidade das vítimas.	Ministério Público do Rio de Janeiro é responsável pela precisão dos dados e pela ética na utilização das análises, com protocolos estabelecidos para revisão contínua e proteção de dados sensíveis.

Fonte: Da pesquisa (2024).

As ferramentas que utilizam IA para analisar dados de violência contra a mulher, devem assegurar que os dados arquivísticos sejam preservados de maneira que mantenham sua integridade e autenticidade. Além disso, conforme o Decreto nº 7.724/2012, é necessário garantir que os dados públicos sejam acessíveis ao cidadão comum, permitindo que qualquer pessoa possa consultar e verificar as informações de forma transparente, de maneira que os algoritmos utilizados não perpetuem ou ampliem desigualdades de gênero.

A responsabilidade é outro aspecto essencial abordado tanto no artigo da OGP, quanto nas recomendações da Transparência Brasil. As instituições responsáveis por essas ferramentas, devem garantir que haja mecanismos de responsabilização caso os sistemas de IA apresentem falhas ou prejudiquem grupos minoritários e, assegurar a revisão contínua dos sistemas, tendo- se, por exemplo, o *feedback* de usuários como auxílio para mitigar possíveis impactos negativos.

Com base em Jardim (2006), ao abordar sobre políticas públicas arquivísticas, bem como as normas federais brasileiras que regulam o acesso à informação e a transparência pública no Brasil, citadas neste trabalho, infere-se que as ferramentas de IA devem

respeitar princípios arquivísticos que garantam a integridade, autenticidade e acessibilidade dos dados, considerando:

1. **Transparência e acesso à informação**:
   - Incorporar análises desde o início do processo de *design algorítmico*, para garantir que os arquivos não contenham viés ou discriminação.
   - Abrir as estratégias e projetos de automação ao público, conforme sugerido, para melhorar a transparência e a responsabilidade.
   - Publicar informações sobre os projetos de arquivo em andamento, permitindo revisão, comentários e colaboração.
2. **Mitigação de viés e discriminação**:
   - Monitorar regularmente os sistemas de IA e os dados subjacentes para garantir que não haja inclusão de viés contra grupos específicos.
   - Incluir dados representativos e dados gerados pela própria comunidade nos arquivos para melhorar a equidade e a qualidade das decisões automatizadas.
3. **Uso de dados abertos e inclusivos**:
   - Utilizar dados abertos para criar arquivos representativos e responsáveis, levando em consideração a privacidade e o gerenciamento de dados.
   - Melhorar o acesso à informação por meio do aprimoramento da qualidade e usabilidade dos dados abertos.
4. **Avaliação de impacto**:
   - Realizar avaliações de impacto nos arquivos, identificando possíveis diferenças de gênero, inclusão e possíveis formas de discriminação, e transversalidade com outras políticas públicas.
   - Documentar e divulgar essas avaliações para garantir a transparência e a prestação de contas.
5. **Vinculação com compromissos nacionais e internacionais**:
   - Alinhar as políticas de arquivo com os compromissos da Agenda 2030, por exemplo, promovendo a participação e consulta pública.
   - Abrir os programas de arquivos por meio de espaços públicos para garantir um acesso inclusivo e transparente aos serviços e informações arquivísticas.

As políticas públicas de arquivo possuem relevância no contexto do uso de dados governamentais abertos, especialmente diante da crescente utilização da inteligência artificial. Estas políticas estabelecem princípios norteadores para a preservação, organização e acesso aos documentos governamentais, o que assegura a completude e a autenticidade dos dados. Da mesma forma, ao organizar os metadados e formatos de dados, as políticas de arquivo oferecem condições de estabelecer a identificação e a aplicabilidade das informações para os sistemas de inteligência artificial, diminuindo-se o risco de que o uso de algoritmos no poder público constitua riscos de vieses de gênero e lacunas de equidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas públicas de arquivo são fundamentais para a geração e acesso aos dados governamentais abertos. Sob a perspectiva da interseccionalidade, representam um mecanismo útil na luta pelo uso de dados governamentais abertos contra a violência de gênero. Nesse sentido, conforme descrito ao longo do texto, a proteção da privacidade e da confidencialidade da informação, seja nos sistemas ou na legislação, assegura o uso ético e necessário desses dados, dando luz à transparência.

A reflexão desenvolvida neste trabalho, ao apresentar ferramentas IA que visam auxiliar no combate a violência contra a mulher, soma-se aos discursos sobre como a convergência de sistemas e a integração de informações podem ser fomentadas por meio de diretrizes arquivísticas, para uma análise mais ampla e eficiente com o uso de inteligência artificial. Ao garantir a preservação e o acesso a esses dados de forma segura e ética, as políticas de arquivo possibilitam a análise e a divulgação de informações relevantes para a formulação e implementação de políticas públicas mais eficazes no combate à violência contra a mulher. Pensar, portanto, sobre como a "práxis interseccional" no contexto de políticas públicas de arquivo podem ser incluídas no âmbito das estratégias complexas do combate à violência, em direção a justiça social.

Dessa forma, considera-se como lacuna, políticas públicas de arquivos para o exercício da promoção e uso efetivo dos dados governamentais abertos que contribua para promoção da equidade de gênero e a conscientização sobre as múltiplas formas de violência, considerando a qualidade, segurança e eficiência na utilização dessas informações em ambientes de inteligência artificial.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. I. S. **Inteligência Artificial como instrumento de governança radical para organizações públicas**. Brasília: Enap, 2023. Coleção Cadernos Enap, 127.

BRASIL. **Decreto [s/n], de 15 de setembro de 2011**. Institui o Plano de Ação Nacional sobre Governo Aberto e dá outras providências. Brasília, DF, 2011. Disponível em: http://www.

planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2011/Dsn/Dsn13117.htm. Acesso em: 24 mai. 2014.

BRASIL. **Decreto n. 7.724, de 16 de maio de 2012**. Regulamenta a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição. Brasília, DF, 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011- 2014/2012/decreto/D7724.htm. Acesso em: 23 mai. 2024.

BELLOTTO, H. L. O papel instrumental dos arquivos e as qualidades profissionais do arquivista. **Ágora**, Florianópolis, v. 22, n. 44, p. 5-18, 2012. Disponível em: http://arquivistica.fci.unb.br/wp-content/uploads/tainacan-items/476350/819835/O-papel-instrumental-dos-arquivos-e-as-qualidades-profissionais-do-arquivista.pdf. Acesso em: 10 jun. 2024.

CARNEIRO, S. **Enegrecer o feminismo:** a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. Blog do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígena/Universidade Católica de Pernambuco, 2020. Disponível em: https://www.patriciamagno.com.br/wp-content/uploads/2021/04/CARNEIRO-2013- Enegrecer-o-feminismo.pdf. Acesso em: 10 jun. 2024.

CARNEIRO, S. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, n.17, v. 49, p. 117-132, 2003. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ea/a/Zs869RQTMGGDj586JD7nr6k/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 10. jun. 2024.

CHAPPELET, JL. e-Government as an Enabler of Public Management Reform: The Case of Switzerland. *In:* Traunmüller, R. (eds). **Electronic Government**. Berlin, Heidelberg: Springer, 2004. p. 283-288. Disponível em: https://doi.org/10.1007/978-3-540-30078-6_47. Acesso em: 09 jun. 2024.

COLLINS, P. H.; BILGE, S. **Interseccionalidade**. Tradução de Rane Souza. São Paulo: Boitempo, 2021.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. **Código de ética.** (Adopted by the General Assembly in its XIII th session in Beijing (China) on 6 September 1996). Disponível em: http://www.wien2004.ica.org/sites/default/files/Ethics-EN.pdf. Acesso em: 13 jun. 2024.

DE ROBBIO, Antonella. Dati aperti nella Pubblica Amministrazione tra crescita e trasparenza. **DigItalia Web**, 2013. Disponível em: http://digitalia.sbn.it/article/view/718. Acesso em: 01 jun. 2024.

FONTOURA, N.; REZENDE, M., QUERINO, A. C. (Orgs). **Beijing +20:** avanços e desafios no Brasil contemporâneo. Brasília: Ipea, 2020. Disponível em: https://encurtador.com.br/J1hLc. Acesso em: 20 mai. 2024.

JARDIM, J. M. Políticas públicas arquivísticas: princípios, atores e processos. **Arq. & Adm.**, Rio de Janeiro, v.5, n.2, p. 5-16, jul./dez. 2006.

LUHMANN, N. **Sistemas sociais:** esboço de uma teoria geral. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2016.

MEDEIROS, R. S. Interseccionalidade e políticas públicas: aproximações conceituais e desafios metodológicos. *In:* PIRES, R. R. (Org.). **Implementando desigualdades:** reprodução de desigualdades na implementação de políticas públicas. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2019. p. 79-103. Disponível em: https://portalantigo.

ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/190527_livro_imple mentando_desigualdades_reproducao_de_desigualdades_Cap2.pdf. Acesso em: 14 jun. 2024.

OPEN ALGORITHMS NETWORK. **Three Recommendations for More Inclusive and Equitable AI in the Public Sector.** Por Allison Merchant. 2023. Disponivel em: https://www.opengovpartnership.org/stories/three-recommendations-for-more-inclusive-and-equitable-ai-in-the-public-sector/. Acesso em: 15 jun. 2024.

TRANSPARÊNCIA BRASIL. **Recomendações de governança: uso de inteligência artificial pelo poder público**. 2020. Disponível em: https://www.transparencia.org.br/downloads/publicacoes/Recomendacoes_Governanca_U so_IA_PoderPublico.pdf. Acesso em: 01 jun. 2024.

O PAPEL ESTRATÉGICO DO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA NA GOVERNANÇA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

THE STRATEGIC ROLE OF ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA ON THE GOVERNANCE FOR THE SUSTAINABLE DEVELOPMENT

Luana Lobo dos Santos
Arquivo Nacional

Marli Dias de Souza Pinto
Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo

Apresenta as contribuições do Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), a segunda mais importante instituição arquivística pública estadual do Brasil, em prol do desenvolvimento sustentável do estado da Bahia, considerando as relações que se estabelecem para governança brasileira deste novo tipo de desenvolvimento. De cunho aplicado, exploratório e abordagem qualitativa, este estudo teve como procedimentos técnicos a pesquisa bibliográfica para fundamentação teórica e documental para coleta e tratamento dos dados, sob os planos plurianual e cultural do estado da Bahia referente ao período de 2020 a 2023, portal e documentos institucionais do APEB. Os resultados apontam uma perspectiva governamental apenas voltada para a sustentabilidade ambiental e o desconhecimento de ações e práticas sustentáveis pelo arquivo. No entanto, constata-se o potencial de contribuição do APEB para o alcance efetivo do desenvolvimento sustentável nas dimensões nacional e global, bem como nos pilares econômico, social e cultural, reforçando a garantia dos direitos de acesso à informação, cultura e diversidade cultural às gerações de agora e futuras, por meio da gestão de documentos, informação e dados, preservação e proteção do patrimônio arquivístico para memória coletiva baiana e toda humanidade.

Palavras-Chave: Arquivos; Agenda 2030; Desenvolvimento Sustentável; Objetivos de Desenvolvimento Sustentável; Cultura.

Abstract

It presents the contributions of the Public Archive of the State of Bahia - APEB, the second most important state public archival institution of Brazil, in favor of the sustainable development of the state of Bahia, considering the relations that are established for Brazilian governance of this new type of development. With an applied, exploratory and qualitative approach, this study had as its technical procedures bibliographical research for theoretical and documentary foundation for data collection and processing, under the multi-annual and cultural plans of the state of Bahia for the period from 2020 to 2023, portal and APEB's institutional documents. The results point to a governmental perspective focused only on environmental sustainability and the archives's lack of knowledge of sustainable actions and practices. However, the potential for contribution of APEB to effectively achieve of sustainable development to the national and global dimensions, as well as to the economic, social and cultural pillars, strengthening the guarantee of the rights of access to information culture and cultural diversity for generations of now and in the future, through the records management, information and data, preservation and protection of archival heritage of Bahian collective memory and all humanity.

Keywords: Archives; 2030 Agenda; Sustainable development; Sustainable Development Goals; Culture.

INTRODUÇÃO

A promoção de mais qualidade de vida, prosperidade econômica, redução das desigualdades e do impacto ao meio ambiente em vista das emergências climáticas, ser inclusivo, acessível e sustentável é um compromisso de todos os setores sociais e os arquivos, enquanto instituições de Estado não podem ficar à margem das agendas que norteiam a administração pública, sobretudo no que diz respeito ao campo informacional.

Como Bernardes (2015, p. 169) enfatiza em seus textos, "é urgente a construção de um novo conceito de arquivo público, de perfil institucional moderno e democrático, como órgão de inteligência, executor de funções típicas de Estado." Nesse sentido, o arquivo alcança esse perfil ao garantir a transparência e controle social das ações do Estado,

direitos de acesso à informação, memória e cultura, ou seja, sendo instrumento essencial de apoio à administração pública e às demandas sociais.

Atualmente no Brasil, a Administração Pública federal tem como principal instrumento de planejamento orçamentário de médio prazo do Governo Federal, o Plano Plurianual (PPA) para exercer uma gestão estratégica e colaborativa com base em diretrizes, objetivos e metas definidas, de modo a promover a participação social e a integração com outras agendas transversais como a Agenda 2030, o plano de ação vigente da Organização das Nações Unidas (ONU) que indica 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) para um futuro melhor (Ministério do Planejamento e Orçamento, 2024).

O governo estadual da Bahia não abrange os ODS da Agenda 2030 da ONU em seu PPA 2020-2023, porém estabelece diretrizes, objetivos e metas para ampliar as condições para o desenvolvimento sustentável, tendo como cerne a dimensão ambiental da sustentabilidade (Governo do Estado da Bahia, 2022).

Criado em 1890, o Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB) atualmente é órgão integrante da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia (Secult, constituinte da Fundação Pedro Calmon (FPC), unidade vinculada ao Sistema Estadual de Cultura que coordena a implementação, articulação e gerenciamento das políticas culturais do estado da Bahia.

Tendo por custódia uma diversidade de acervos documentais gêneros textuais, iconográficos e cartográficos de valor histórico e cultural do estado da Bahia, produzido, recebido e acumulado desde o século XVI até o século XXI, reunindo aproximadamente 7.360,14 metros lineares de documentos provenientes dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, "por meio da gestão de documentos, do recolhimento, do tratamento técnico e da divulgação, com vistas a apoiar a tomada de decisão governamental, o cidadão na comprovação de direitos e a produção do conhecimento científico e cultural." (Governo do Estado da Bahia, 2024, p.1)

ACESSO À INFORMAÇÃO E À CULTURA NA AGENDA 2030 PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Pautada nas pessoas, prosperidade, paz, planeta e parcerias, o atual plano de ação para o desenvolvimento sustentável das Nações Unidas, a Agenda 2030, é considerada um desafio à escala global, a ser incorporada transversalmente nas agendas governamentais e no planeamento estratégico, assumido por 193 chefes de Estados-membros desde 2015.

Nesse sentido, em busca do equilíbrio entre as dimensões ambientais, econômicas e sociais, o *Triple Bottom line*, pilares do desenvolvimento sustentável, indica 17 ODS, 169 metas e 232 indicadores globais, com propósitos de natureza integrada, indivisível e adaptáveis às realidades locais:

> ODS 1 - Erradicação da pobreza; ODS 2 – Erradicação da fome; ODS 3 – Saúde e bem-estar a todos; ODS 4 – Educação de qualidade; ODS 5 – Igualdade de gênero; ODS 6 – Água potável e saneamento; ODS 7 – Energia acessível e limpa; ODS 8 – Emprego digno e crescimento econômico; ODS 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura; ODS 10 – Redução das desigualdades; ODS 11 – Cidades e comunidades sustentáveis; ODS 12 – Consumo e produção responsáveis; ODS 13 – Combate às alterações climáticas; ODS 14 – Vida debaixo d'água; ODS 15 – Vida sobre a terra; ODS 16 – Paz, Justiça e Instituições fortes; ODS 17 – Parcerias e Meios de implementação. (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2015).

O direito de acesso à informação é compreendido pela ONU como princípio básico do desenvolvimento sustentável global desde a Cúpula da Terra ou evento Rio-92, realizado em 1992, quando à época se preocupavam apenas em assegurar a participação social nas tomadas de decisões em torno das questões ambientais, "**cada indivíduo deve ter acesso adequado a informações relativas ao meio ambiente de que disponham as autoridades públicas, inclusive informações sobre materiais e atividades perigosas em suas comunidades, bem como a oportunidade de participar de processos de tomada de decisões. Os Estados devem facilitar e estimular a conscientização e a participação pública, colocando a informação à disposição de todos.**" (ONU, 1992, p. 153-159, grifo nosso).

No que diz respeito ao aspecto estratégico da informação como recurso, em termos ecológicos, políticos e comerciais, para o desenvolvimento sustentável, os autores Geraldo e Pinto (2021, p.19) identificam:

> [...] a Sustentabilidade Informacional, refere-se a recursos informacionais que facilitam a integração, conscientização e participação em objetivos globais e no fortalecimento do processo de transformação da sociedade e de tecnologias sustentáveis da informação, de acordo com as dimensões do desenvolvimento sustentável.

Diversas entidades como UNESCO, IFLA, ICA, nesse sentido, empreendem esforços para chamar a atenção dos Estados membros quanto a responsabilidade de desenvolvimento de políticas e mecanismos voltados às questões informacionais, que somente foram abordadas a nível operacional na Agenda 2030 como meta 16.10 (Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais) para o alcance do ODS 16. (Santos e Pinto, 2022).

Da mesma forma, diante da deficiência de acesso, efeitos climáticos, socioeconômicos e de violência sob a cultura e os acervos de todos os gêneros, a UNESCO e a Secretaria Geral Ibero-americana (SEGIB) advogam pela cultura e diversidade cultural como vetor do desenvolvimento sustentável, por meio dos programas de fomento *Memory of the World*

- MoW e Iberarquivos para conscientização da importância do patrimônio documental mundial e de sua proteção, contemplada na Agenda 2030 como meta 11.4 (Fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo) para alcance do ODS 11, além de reforçar o *Quadruple Bottom Line* do setor privado:

> A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável não apresenta qualquer Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) em matéria cultural, mas, no entanto, reconhece que as culturas e a diversidade cultural contribuem em grande escala para o desenvolvimento sustentável. (SEGIB, 2019, p.71)

Em 2002, para valorizar as instituições que garantam o direito de acesso à informação e à cultura, a UNESCO consolidou a diversidade cultural como patrimônio comum da humanidade e sua relação com o desenvolvimento sustentável na Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural, uma vez que "a pluralidade de identidades que caracterizam os grupos e sociedades que compõem a humanidade" (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, 2002b, p. 3).

Para consolidar o Espaço Cultural Iberoamericano (ECI), a SEGIB publicou o documento Estratégia Iberoamericana de Cultura e Desenvolvimento Sustentável (2020), por meio do qual reforça essa perspectiva direcionando ações alinhadas à meta 16.10 ao programa Iberarquivos, a fim de ressaltar as relações que os direitos de acesso à cultura e informação se estabelecem para o alcance de uma cidadania cultural, prosperidade econômica e bem-estar em um sistema democrático.

Desse modo, a SEGIB articula no âmbito do ECI pela garantia da participação das instituições culturais junto aos demais setores sociais no desenvolvimento e monitoramento das políticas públicas e indicadores culturais, para que ninguém fique para trás, mote da Agenda 2030 e os propósitos dos ODS.

PERCURSOS METODOLÓGICOS

Metodologicamente, caracteriza-se por um estudo de natureza aplicada, por ter como objetivo "gerar conhecimentos para aplicação prática e dirigidos à solução de problemas específicos" (Silva e Menezes, 2005, p. 20); e exploratória, a fim de "aumentar a familiaridade do pesquisador com um ambiente, fato ou fenômeno" (Lakatos e Marconi, 2017, p. 317) uma vez que é escasso a produção a respeito dessa temática, tanto na literatura arquivística brasileira quanto no campo científico arquivístico.

A pesquisa bibliográfica para fundamentação teórica se deu em bases de dados das áreas de conhecimento das Ciências Sociais Aplicadas, como Arquivologia e Ciência da Informação, na Base de Dados de Dissertações e Teses (BDTD) e a Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI); e a documental

nos portais institucionais do governo do estado, da secretaria estadual de cultural da Bahia e do APEB, por plano plurianual, plano de cultura referente ao período de 2020 a 2023 e documentos institucionais.

Para tratamento dos dados coletados, realizou-se uma análise com abordagem qualitativa à medida que se preocupa em provocar maior entendimento e aproximação da realidade, conforme Silva e Menezes definem "a descrição direta da experiência tal como ela é. A realidade é construída socialmente e entendida como o compreendido, o interpretado, o comunicado" (Silva e Menezes, 2005, p. 27).

RESULTADOS

Identificou-se que para ampliar as condições de desenvolvimento sustentável do estado da Bahia, o governo estadual no seu plano plurianual direciona ao APEB o programa Gestão Governamental, tendo como compromisso fortalecer a comunicação pública e a transparência nas ações governamentais, assim como a preservação da memória institucional do Estado e a gestão da informação.

Para tanto, o APEB é responsável pela execução das seguintes iniciativas:

a. estabelecer diretrizes, normas e procedimentos referentes à gestão de documentosfísicos e digitais;

b. mobilizar os órgãos e entidades da Administração Pública Estadual para a importância da gestão de documentos arquivísticos;

c. prestar orientações técnicas aos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual;

d. acompanhar as ações de descartes de documentos desprovidos de valor administrativo, fiscal, jurídico-legal e histórico, de acordo com os dispositivos legais e normativos vigentes;

e. aumentar a capacidade de custódia de documentos de valor histórico; capacitar servidores que atuam em protocolos e unidades de arquivo em métodos e procedimentos arquivísticos;

f. acompanhar a construção das tabelas de temporalidade de documentos referentes às atividades-fim de órgãos da Administração Pública Estadual, elaboradas pelas Comissões de avaliação de documentos de arquivo; e

g. articular a realização da classificação de documentos, de acordo com o grau de sigilo determinado pela LAI.

Além disso, o APEB também é direcionado ao programa Cultura comprometendo-se com a promoção do reconhecimento, preservação e salvaguarda da memória, do patrimônio cultural, do acesso democrático aos bens e serviços culturais, de ações de fortalecimento e proteção de culturas populares, ampliar a rede de equipamentos culturais, e salvaguardar o patrimônio documental.

Tal programa abrange a assistência técnica de arquivos municipais e comunitários, a restauração do APEB, a criação de repositório arquivístico digital para preservação e acesso aos acervos das bibliotecas e arquivos públicos, e ampliar o quantitativo de acervos bibliográficos e documentais preservados e acessíveis.

Alinhado ao programa citado acima do governo estadual, a Secretaria Estadual de Cultura (SECULT) da Bahia estabelece em seu planejamento a implantação sustentável de equipamentos culturais, com vistas a motivar a participação da cultura na economia para o desenvolvimento da Bahia, isto é, tornar os equipamentos culturais modelos de desenvolvimento sustentável e solidário que corroboram para redução da desigualdade regional e ampliação da diversidade cultural concomitantemente.

Como componente da rede de equipamentos culturais da SECULT da Bahia, o APEB é contemplado em diretrizes, estratégias e ações no Plano Estadual de Cultura de 2014, sintetizadas no Quadro 1 a seguir:

Quadro 1 – Contribuições do APEB para redução da desigualdade regional e ampliação dadiversidade cultural da Bahia

DIRETRIZ	ESTRATÉGIA	AÇÕES
III - Da diversidade: reconhecer, valorizar, proteger e promover as expressões culturais	11 - Promoção por meio de políticas de formação, pesquisa e difusão, estímulo à produção e circulação, formação de acervos e repertórios	criar políticas de apoio, reconhecimento e transmissão dos saberes e fazeres das culturas; apoiar o mapeamento, documentação e preservação de sítios de valor simbólico e histórico; mapear, preservar, restaurar e difundir os acervos históricos e culturais.
IV - Do acesso: universalizar o acesso à cultura	13 - Desenvolvimento e ampliação dos espaços culturais existentes na Bahia, inclusive os da Secretaria de Cultura do Estado	ampliar e diversificar as ações de formação e fidelização de público, qualificando a fruição e o contato com as culturas; promover a disponibilização de repertórios, de acervos, de documentos e de obras de referência.

Fonte: elaborado pelas autoras com base no Plano Estadual de Cultura (GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, 2014).

Observa-se que a SECULT, reconhece que o APEB vem a contribuir para redução da desigualdade regional e ampliação da diversidade cultural, por meio de ações transversais

relacionadas à proposta do desenvolvimento sustentável e ao mesmo tempo intrínsecas a sua missão, como a identificação e formação, preservação e restauro de seus acervos, além de pesquisa e difusão para promover o intercâmbio de saberes e fazeres culturais.

Outro ponto importante é a participação do APEB no Programa MoW da UNESCO, a partir da nominação no Registro Nacional do Brasil dos conjuntos documentais, em ordem cronológica: **2008** – o fundo Tribunal da Relação do Estado do Brasil e da Bahia (1652-1822); **2010** – Registros de Entrada de Passageiros no Porto de Salvador (1855-1964); **2013** – Cartas Régias (1648-1821); e em **2016** – a Companhia Empório Industrial do Norte (1891-1973).

De acordo com a perspectiva da UNESCO e SEGIB, inferimos que o reconhecimento da relevância nacional de tais conjuntos documentais para compor o patrimônio histórico da humanidade por meio do Programa MoW é uma contribuição do APEB para consciência coletiva da importância da cultura e diversidade cultural baiana, o que fortalece a ampliação e o *advocacy* pela sustentabilidade cultural como pilar do desenvolvimento sustentável, ao garantir a preservação, proteção, o acesso a longo prazo das gerações de agora e futuras ao direito à memória da sociedade brasileira e em benefício da humanidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Objetivando apresentar as contribuições do APEB, enquanto instituição arquivística estadual da Bahia, para o alcance do desenvolvimento sustentável, o presente trabalho realizou pesquisa por indicações de ações em objetivos (compromissos), metas (iniciativas) e indicadores relacionados ao desenvolvimento sustentável ou aos ODS da Agenda 2030 no plano plurianual referente ao período de 2020 a 2023 e do plano de cultura em vigência do governo do estado da Bahia.

Apesar da identificação de compromissos e iniciativas que reconhecem o papel estratégico do APEB para o desenvolvimento sustentável brasileiro, no portal ou documento normativo da instituição não se constatou nenhuma indicação ou menção aos ODS, à Agenda 2030 nem ao Desenvolvimento Sustentável, apenas nos planejamentos governamentais que possuem uma perspectiva ambiental que diverge da atual condição da instituição na estrutura administrativa, sob o risco de leilão do conjunto arquitetônico que abriga, construção referência como patrimônio histórico arquitetônico nacional que remonta ao século XVI e tombado pelo Instituto do Patrimônio Artístico Nacional (Iphan) em 1949.

Não obstante, sendo o APEB equipamento cultural tomado como modelo de desenvolvimento sustentável e solidário e agente no Programa MoW, apesar de reforçar a perspectiva da UNESCO e SEGIB da valorização da cultura e diversidade cultural como vetor para o desenvolvimento sustentável, é contemplado apenas em ações que remetem

ao arquivo o estereótipo de instituição guardiã tradicional ou de memória ou cultural, esquecendo do potencial político e administrativo do mesmo na formulação e monitoramento das políticas públicas e indicadores culturais e informacionais.

O alcance efetivo de um desenvolvimento sustentável requer uma governança que fortaleça o engajamento e o compromisso de todos os setores sociais e interessados nos níveis local, regional, nacional e global, inclusive o APEB, de forma regulamentada com políticas, estratégias e responsabilidades bem definidas para com a promoção da transparência, justiça social, responsabilidade socioambiental e eficiência econômica, bem como a redução dos impactos de sua gestão nas dimensões pilares ambiental, econômica, social e cultural e a disseminação dessas informações.

Diante do exposto ao longo do trabalho, é notável a necessidade da construção do conhecimento sustentável no âmbito do APEB para que reconheçam ações e práticas sustentáveis alinhadas aos ODS sejam incorporadas ao seu cotidiano, do planejamento ao monitoramento, e assim consiga afirmar o seu papel estratégico para implementação da Agenda 2030 na governança do desenvolvimento sustentável brasileiro.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS DA BAHIA (AABA). Audiência pública – Leilão APEB. Sem categoria. 2024. Disponível em: https://arquivistasbahia.org/2022/10/15/audiencia-publica-leilao-apeb/ Acesso em: 10 maio de 2024.

BARBIERI, José Carlos. Desenvolvimento Sustentável: das origens à Agenda 2030. **Coleção Educação Ambiental**. ISBN: 978-85-326-6309-2. Petrópolis: Vozes, 2020.

BERNARDES, Ieda P. Gestão documental e direito de acesso: interfaces. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 164-179, 2015. Disponível em: https://brapci.inf.br/index.php/res/v/44985. Acesso em: 28 abril 2024.

COMITÊ NACIONAL DO BRASIL MEMÓRIA DO MUNDO. Comitê Nacional do Brasil da Memória do Mundo da UNESCO, 2004. Disponível em: http://mow.arquivonacional.gov.br/index.php/mow-brasil.html. Acesso em: 07 maio 2024.

GERALDO, Genilson; PINTO, Marli D. D. S. Aspectos epistemológicos da Ciência da Informação e a construção conceitual da Sustentabilidade Informacional. In: BARBALHO, Célia R. S. Sustentabilidade Informacional em Ecossistemas de Conhecimentos. Manaus: **Edua**, 2021. p. 229 p. Disponível em: http://riu.ufam.edu.br/handle/prefix/5856. Acesso em: 10 abr 2024.

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA. Arquivo Público do estado da Bahia. Apresentação. Fundação Pedro Calmon, 2024. Disponível em: http://www.fpc.ba.gov.br/arquivo-publico/ Acesso em: 10 de abril de 2024.

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA. **Plano Plurianual 2020-2023**, 2022. Disponível em: https://www.seplan.ba.gov.br/wp-content/uploads/PPA_2020_2023_Revisao_2022.pdf. Acesso em: 16 abril. 2024.

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA. **Plano Estadual de Cultura 2014**. Disponível em: http://www.cultura.ba.gov.br/arquivos/File/PROJETODEPLANOESTADUALDECULTURABAHIA.pdf. Acesso em: 16 abril. 2024.

JARDIM, J. M. **Transparência e opacidade do estado no Brasil**: usos e desusos da informação governamental. 239 p. ISBN 85-228-0288-2. Niterói: **EdUFF**, 1999.

LAKATOS, Eva Maria e MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5ª edição. Ed. Atlas S.A. São Paulo: 2003. Disponível em: http://docente.ifrn.edu.br/olivianeta/disciplinas/copy_of_historia-i/historia-ii/china-e- india/view Acesso em: 24 jan. 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 621-626, Mar. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141312320120003000007&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 24 jan. 2021. DOI: https://doi.org/10.1590/S1413- 81232012000300007.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO. **Plano Plurianual 2024**. Disponível em: https://www.gov.br/planejamento/pt-br/assuntos/plano-plurianual Acesso em: 14 maio 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Relatório Nosso Futuro em Comum** (em inglês). 1987. Disponível em: https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/5987our-common-future.pdf Acesso em: 02 fev. 2021

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Agenda 21 Global. 1992. Disponível em: https://antigo.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21- global.html Acesso em: 02 fev. 2021

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL (ONUBR). Relatório O Futuro que queremos (em inglês). Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – Rio +20. Jun. 2012. Disponível em http://www.rio20.gov.br/documentos/documentos-da-conferencia/o-futuro-que-queremos/ Acesso em: 02 fev. 2021

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL (ONUBR). Relatório Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. 2015. Disponível em: https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf Acesso em: 02 fev. 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). Programa Memória do Mundo. Elaborada por Ray Edmondson e traduzida por Maria Elisa Bustamante. Divisão da Sociedade da Informação. Diretrizes para a salvaguarda do patrimônio documental, 2002a. Disponível em: https://mowlac.files.wordpress.com/2012/07/diretrizes-para-a-salvaguarda-do-patrimc3b4nio- documental.pdf. Acesso em: 18 maio 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA(UNESCO). **Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural**, 2002b. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000127160?posInSet=1&queryId=929329b8-126a- 40fd-9eba-cbb0795f35c0. Acesso em: 03 jun. 2024.

SANTOS, Luana L. D.; PINTO, Marli D. D. S. Os Arquivos e a implementação da Agenda 2030 da ONU sob a ótica da UNESCO. In: (ORGANIZADORES), Camila S. L. [A.]. A função social da Arquivologia na contemporaneidade. Florianópolis: **Associação dos Arquivistas**

do Estado de Santa Catarina - AAESC, 2022. Cap. Seção 2, p. 398. Disponível em: https://aaesc.org.br/. Acesso em: 12 jun. 2024.

SANTOS, Luana Lobo dos. Arquivos públicos brasileiros e a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas: proposta de incorporação dos objetivos de desenvolvimento sustentável. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - **Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina**, Centro de Ciências da Educação. Florianópolis: UFSC, 2022. 226p. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/244012 Acesso em 20 de abril de 2024.

SECRETARIA GERAL IBEROAMERICANA. **Estrategia Iberoamericana de Cultura y Desarrollo Sostenible**, 2020. Disponível em: https://www.iberarchivos.org/wp- content/uploads/2022/03/EICDS-ESPAN%CC%83OL.pdf. Acesso em: 15 fev 2022.

SILVA, Edna L. D.; MENEZES, Estera M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**, Florianópolis/SC, n. 4ª ed., 2005. Disponível em: http://tccbiblio.paginas.ufsc.br/files/2010/09/024_Metodologia_de_pesquisa_e_elaboracao_d e_teses_e_dissertacoes1.pdf. Acesso em: 28 maio 2024.

MULHERES E ARQUIVOS: A REPRESENTATIVIDADE FEMININA NO CURSO DE ARQUIVOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

WOMEN AND ARCHIVES: FEMALE REPRESENTATION IN THE ARCHIVAL SCIENCE COURSE AT THE UNIVERSITY OF BRASÍLIA

Shirley Carvalhêdo Franco
Universidade de Brasília

Rosale de Mattos Souza
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Thais Ketlyn da Silva Medeiros
Universidade de Brasília

Resumo

Este texto investiga a representatividade feminina no curso de Arquivologia da Universidade de Brasília (UnB), destacando a inclusão e participação das mulheres na ciência e educação superior. O principal objetivo é demonstrar a influência feminina no curso de Arquivologia da UnB entre 1991 e 2024. A metodologia por meio de pesquisa documental, levantamento bibliográfico, quali-quantitativo com coleta de dados, inclui a criação de uma linha do tempo registrando eventos-chave na atuação das mulheres no curso; inicialmente entrevistas com cinco professoras, uma ex-professora, cinco ex-alunas egressas; análise de documentos acadêmicos e institucionais e levantamento de dados demográficos dos egressos. Este estudo justifica-se pela necessidade de maior visibilidade e aprofundamento sobre a participação feminina na Arquivologia, enfatizando a educação de qualidade e a redução das desigualdades de gênero. Enquanto resultado parcial, este estudo pretende contribuir para a memória historiográfica do curso de Arquivologia da UnB e reforçar a importância da representatividade feminina no avanço da pesquisa científica e destacar a contribuição majoritária das professoras para a excelência do curso.

Palavras-Chave: Representatividade feminina; Curso de Arquivologia; Universidade de Brasília; Estudo de Gênero.

Abstract

This text investigates female representation in the Archival Science course at the University of Brasília (UnB), emphasizing the inclusion and participation of women in science and higher education. The main objective is to demonstrate the influence of women in the Archival Science course at UnB between 1991 and 2024. The methodology, through documentary research, bibliographic survey, and quali-quantitative data collection, includes the creation of a timeline recording key events in the involvement of women in the program; initial interviews with five professors, one former professor, and five alumnae; analysis of academic and institutional documents, and demographic data collection of alumni. This study is justified by the need for greater visibility and a deeper understanding of female participation in Archival Science, emphasizing quality education and reducing gender inequalities. As a partial result, this study aims to contribute to the historiographic memory of the Archival Science program at UnB, reinforce the importance of female representation in advancing scientific research, and underscore the major contribution of female professors to the program's excellence.

Keywords: Female representation; Archival Science course; University of Brasilia; Gender Study.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objeto a participação feminina no curso de Arquivologia da Universidade de Brasília (UnB), destacando a inclusão e participação do universo feminino na ciência e educação superior. O principal objetivo é demonstrar a influência feminina no curso de Arquivologia da UnB entre 1991 e 2024. Observa-se como problema ou inquietação o grau de incidência ou (in)visibisibilidade das mulheres na ciência, em particular no ambiente universitário.

As discussões acerca da desigualdade de gênero tem se tornado cada vez mais recorrente nos últimos anos. Um mundo em que mulheres tenham liberdade para fazer suas próprias escolhas e usufruir das mesmas responsabilidades, oportunidades e direitos, é uma luta constante e que se intensificou em meados do século XX,

impulsionada principalmente pelos movimentos feministas existentes ainda vigentes. (World Economic Forum, 2023).

De acordo com Schiebinger (2001, p. 64), nos séculos XVII e XVIII, "[...] Diversos acessos ao trabalho científico eram disponíveis às mulheres antes da formalização rigorosa da ciência no século XIX." No entanto, diversos fatores que dialogam entre o desenvolvimento do capitalismo e separações entre público e privado, além da ciência ter se tornado objeto profissional, a participação das mulheres se tornou mais restrita. O universo feminino sempre esteve envolto por preconceitos e as desigualdades se exteriorizam de inúmeras maneiras, como salários menores, profissões que se diferenciavam entre "feita para homens, feita para mulheres", além de cargos de chefias que quase nunca são ocupados por mulheres (Lima; Sabino, 2015).

Nesse cenário, não somente a inclusão de mulheres nas organizações públicas e privadas são observadas, como também tem ganhado notoriedade a representatividade hierárquica destas no âmbito privado (Madalloza, 2011) e no público (Vaz, 2013), e encontrando uma disparidade quando comparados aos seus congêneres. Tal fato também pode ser observado no contexto universitário quando analisado (Ambrosini, 2017).

O "*Global Gender Gap Report 2023*", publicado anualmente pelo Fórum Econômico Mundial, oferece uma ampla análise da desigualdade de gênero em 146 países, avaliando áreas como participação econômica, educação, saúde e empoderamento político. Este relatório, realizado há vários anos, fornece uma visão detalhada sobre os progressos e os desafios na promoção da igualdade de gênero. De acordo com o relatório, o Brasil ocupa a 57ª posição, com um índice de 0,726, indicando que o país alcançou aproximadamente 72,6% da igualdade de gênero, mostrando progresso, mas ainda com a necessidade de avanços significativos. Comparando com outros países, a Islândia lidera o ranking com um índice de 0,912, seguida pela Noruega com 0,879 e a Finlândia com 0,863. Esses países têm índices superiores a 0,85, demonstrando um nível muito alto de igualdade de gênero. Embora o Brasil esteja atrás desses líderes, o país mostrou uma melhoria notável, subindo 37 posições no ranking em relação ao ano anterior, com um aumento de 0,030 no índice.[1]

De acordo com o relatório, esse progresso pode ser atribuído a esforços governamentais e sociais para reduzir a desigualdade de gênero, sobretudo em áreas como saúde, educação e segurança das mulheres. Entretanto, ainda há um longo caminho para o Brasil alcançar uma posição ideal, em particular no ambiente científico. A continuidade e a ampliação das políticas de igualdade, bem como o monitoramento e ajuste das estratégias existentes, serão essenciais para que o Brasil continue a melhorar seu índice de

1 WORLD ECONOMIC FORUM. The Global Gender Gap Report 2023. Disponível em: https://www.weforum.org/publications/global-gender-gap-report-2023/. Acesso em: 17 jun. 2024.

igualdade de gênero, em relação a outros países, em que as mulheres alcançaram mais direitos e representatividades.

A escolha do objeto de pesquisa - a participação das mulheres na construção da ciência, não dialoga com o acaso, tampouco se demonstrou fácil ao longo do percurso. Ao decidir incorporar um tema como uma pesquisa científica, inicia-se um período de olhar diferente para o que se entende como "verdade" ou "comum" (Corazza, 2007).

METODOLOGIA E JUSTIFICATIVA

Considerando essa perspectiva, e embora nem todos os temas possam nos tocar igualmente, a relevância deste se destaca, especialmente ao refletir sobre a observação de Larrosa de que 'quase nada nos acontece'. A aprovação deste tema como objeto de pesquisa no Programa de Iniciação Científica (PROIC) da UnB para o período 2023/2024 reforça sua importância no debate contemporâneo sobre gênero e ciência. Este trabalho tem como objetivo geral ilustrar como a representatividade feminina no curso de Arquivologia da UnB tem moldado a ciência, tornando-se cada vez mais fundamental para o desenvolvimento robusto do curso e para o progresso da pesquisa científica, cobrindo o período de 1991 a 2024. A metodologia empregada por pesquisa documental, levantamento bibliográfico, métodos exploratório, descritivo e quali-quantitativo, por coleta de dados por amostragem, abrange a criação de uma linha do tempo para registrar eventos-chave na atuação das mulheres no curso, com a aplicação de questionários para quatro professoras atuais, uma ex-professora, quatro ex-alunas e sete alunas ativas; análise de normativas, documentos acadêmicos e institucionais.

A primeira fase da coleta de dados foi destinada às mulheres docentes do curso de Arquivologia. Como ferramenta de coleta, foi utilizado o *Google Forms,* com 10 perguntas, divididas entre 5 perguntas objetivas, que buscou entender a trajetória de formação enquanto alunas até que se tornaram professoras, e 5 perguntas discursivas sobre sua trajetória profissional.

Quanto à aplicação do questionário para as discentes utilizando também a ferramenta *Google Forms,* com 7 perguntas, divididas entre 2 objetivas e 5 dissertativas, a fim de compreender o perfil das alunas e suas trajetórias durante o curso e após se tornarem graduadas.

A justificativa para este estudo reside na necessidade de aumentar a visibilidade e aprofundar o entendimento sobre a contribuição das mulheres no Curso de Arquivologia da UnB, uma iniciativa que destaca a importância da educação de qualidade e da diminuição das desigualdades de gênero. Como resultado preliminar, o estudo visa contribuir para a memória historiográfica do curso de Arquivologia da UnB e reforçar o papel crucial da representatividade feminina no avanço da pesquisa científica, além de destacar a predominância das professoras na excelência do curso.

Embora a criação do último Projeto Pedagógico de Curso (PPC) seja relativamente recente, desde sua implantação e implementação até os dias atuais, o curso contou com um corpo docente majoritariamente feminino, e de acordo com o último PPC do curso, feito em 2019, o perfil dos discentes se caracterizava também como maioria sendo do sexo feminino. Uma nova análise do perfil dos docentes e discentes se faz relevante, bem como um estudo mais detalhado sobre as contribuições das mulheres docentes na estruturação do curso. Ressalta-se que este resumo representa apenas uma visão parcial do desenvolvimento de um PROIC em andamento, e por isso, os resultados aqui mencionados são preliminares. Há também a intenção de expandir futuramente a amostra para incluir professoras egressas, visando abranger um maior número de entrevistadas.

PESQUISA CIENTÍFICA NAS UNIVERSIDADES DO BRASIL E NA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UNB)

Atualmente, muitas universidades e instituições de pesquisa contam com um número expressivo de mulheres. No entanto, essa participação ainda é dicotômica, pois as mulheres tendem a se concentrar em determinadas áreas da ciência. Percebe-se também que as mulheres avançam nas carreiras de forma desproporcional em relação aos homens, a exemplo disso, em carreiras acadêmicas como de professor titular, utilizando como parâmetro o recebimento de bolsas de Produtividade em Pesquisa (PQ) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), utilizando filtros de categorias como "sexo", as mulheres ocupam 36,02% de pedidos de bolsas concedidas entre 2018 e 2023. O último censo feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2023 aponta que no Brasil as mulheres são maioria com 6.015.894 mulheres a mais, compondo então 51,5% da população. Porém, é muito comum que as mulheres sejam minorias em cargos de maiores níveis hierárquicos. Com base em algumas pesquisas qualitativas que visam discutir sobre a trajetória das mulheres na busca por se tornarem profissionais da ciência, autores como (Cabral, 2006; Lima, 2008; Souza, 2003) apontam que diferentemente dos homens, as mulheres enfrentam muitas dificuldades e barreiras na trajetória de construção de suas carreiras.

> Uma vez feita a opção pela carreira científica, a mulher se depara com o conflito da maternidade, da atenção e obrigação com a família vis-a-vis as exigências da vida acadêmica. Algumas sucumbem e optam pela família, outras, pela academia, e um número decide combinar as duas. Sobre essas últimas, não é necessário dizer quanto têm que se desdobrar para dar conta não apenas das tarefas múltiplas, mas também para conviver com a consciência duplamente culposa: por não se dedicar mais aos filhos e por não ser tão produtiva quanto se esperaria (ou gostaria). (Velho, 2006, p. xv).

Dessa forma, sugere que existe um "modelo masculino de carreira", que restringe a participação das mulheres uma vez que, concordando com Tabak (2002, p. 49) "que é muito mais difícil para a mulher seguir uma carreira científica numa sociedade ainda de caráter patriarcal e em que as instituições sociais capazes de facilitar o trabalho da mulher ainda são uma aspiração a conquistar.", essa narrativa se traduz na compreensão de que a desigualdade vai além da discussão do patriarcado.

> [...]o exercício do poder patriarcal não se restringe ao sexo biológico da mulher, permeia a construção social do sexo feminino, que se associa ao frágil, ao desvalorizado, ao subalterno e ao subserviente, enquanto o "modelo" patriarcal do homem é o da força, virilidade, poder e dominação. (Cisne e Santos, 2018, p.43)

No contexto da UnB, de acordo com a Secretaria de Administração Acadêmica (SAA) 50% dos estudantes de graduação são mulheres, nos quadros de matrículas de mestrado e doutorado, respectivamente, as mulheres representam 51% e 53%. E que com o passar dos anos, o número cresce e as mulheres seguem em liderança em ingresso e também em conclusão de cursos.[1][2] Com relação aos servidores da universidade, a secretaria responsável pela gestão de pessoas, informa que em 2021 o quadro de mulheres somavam 48,62%. Os números são próximos e isso demonstra que elas têm ganhado o seu espaço. Na docência e na pesquisa, ainda no ano de 2021, o número de homens soma 54,76% e mulheres com a porcentagem de 45,21%, mas tal fato é intrigante pois mesmo sendo em número menor, a maioria delas são doutoras (93,95%), fato este que não se iguala quando comparado aos colegas de sexo oposto.[2]

Ainda sobre pesquisas científicas, observa-se que entre os alunos que se inserem em atividades como Programas de Iniciação Científicas, as mulheres se destacam sendo 65% de bolsas aprovadas. Mesmo em áreas tecnológicas como o Programa de Iniciação Científica em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (Pibiti), as mulheres somam 67% com bolsas aprovadas.[3]

Podemos destacar que, após a inserção do tema de desigualdade de gênero ser inserido como um dos 17 objetivos da ONU para o desenvolvimento sustentável do mundo, na agenda 2030, diversas instituições de fomento em parceria com as universidades implementaram programas de incentivos para o desenvolvimento de mulheres na pesquisa científica, como é o caso do programa "Mulheres e Meninas na

1 Todos os dados foram analisados a partir da publicação no site de notícias da UnB, com a colaboração da Secretaria de Administração Acadêmica.

2 Todos os dados foram analisados a partir da publicação no site de notícias da UnB, com a colaboração da Coordenação e Estudos em Gestão de Pessoas (Code) da UnB.

3 Todos os dados foram analisados a partir da publicação no site de notícias da UnB, com a colaboração da Secretaria de Administração Acadêmica.

Ciência" desenvolvido pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), tem contribuído para o aumento do interesse desse grupo de pessoas, visto que além de ganharem espaço para atuação, conta também com o devido reconhecimento de seus trabalhos. Para além de incentivos financeiros, é sabido que quando há espaços abertos, ocupados, contudo é necessário trazer destaque à representatividade que outras mulheres são capazes de inspirar, especialmente quando ocorre a ocupação de um cargo de maior hierarquia numa instituição, como o de reitora.

Márcia Abrahão, a atual reitora da UnB, é a primeira mulher a ocupar este cargo na história de sessenta e dois anos da instituição. Notavelmente, ela completou todos os níveis de sua formação acadêmica de graduação, mestrado e doutorado na própria UnB, servindo de inspiração para outras mulheres através de suas iniciativas voltadas para a inclusão feminina na universidade. Além disso, Márcia faz parte de um grupo exclusivo de dezoito mulheres que alcançaram a posição de reitora entre as sessenta e nove universidades públicas no Brasil.

A REPRESENTATIVIDADE FEMININA DO CURSO DE ARQUIVOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UNB): RESULTADOS PARCIAIS

O curso de Arquivologia da UnB teve sua primeira tentativa de implementação na década de 1970, devido à necessidade de formar profissionais na capital do país, onde estão localizados todos os órgãos da administração pública. Em 1977, foi criada uma comissão interdepartamental para planejar e implementar o curso, vinculado inicialmente ao Departamento de História e Geografia. A primeira proposta, enviada em 1978, incluía um ciclo básico de disciplinas e várias habilitações, mas não foi efetivada.

No início da década de 1990, uma nova proposta surgiu sob a liderança do Departamento de Biblioteconomia, visando formar profissionais aptos a atuar em todas as áreas da Arquivologia. O curso de Bacharelado em Arquivologia foi aprovado em 1990 e começou a ser oferecido em 1991. Em 1995, o curso passou a integrar o "Departamento de Ciência da Informação e Documentação", recebendo reconhecimento do Conselho Federal de Educação.[4]

Desde a sua criação, o curso teve vinte coordenadores, começando com a professora Lídia Alvarenga. Ao longo destes trinta e três anos de curso, foram doze coordenadoras mulheres enquanto seis professores homens. Considerando que cada mandato de coordenação é de dois anos, a maior parte do histórico de coordenação, ou seja, aproximadamente vinte e quatro anos, as mulheres foram responsáveis pelo curso.

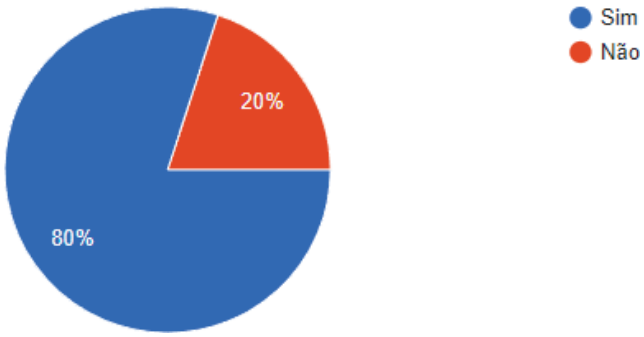
4 Resolução do Conselho Federal de Educação nº 28, de 14 de maio de 1974.

Docentes

A respeito das professoras que estão ativas atualmente ou inativas no quadro do curso de Arquivologia da UnB, das respostas coletadas, apenas uma docente não está compondo o quadro atual da UnB.

Você faz oarte do atual corpo docente da Universidade de Brasília?

5 respostas



Quanto à identificação de gênero, a totalidade das respodentes se declarou comocisgênero.

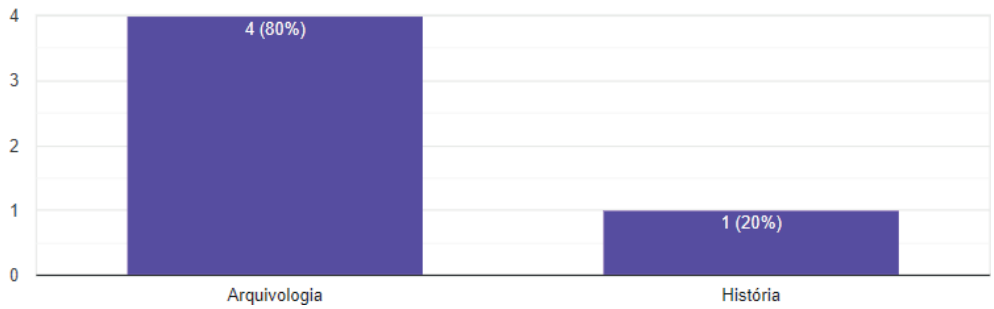
Com relação a questões de gênero, como você se identifica?

4 respostas

Com relação à área de formação, 80% das respondentes são formadas em Arquivologia e apenas 20%, ou seja, uma das respondentes é formada em História.

Qual sua formação no curso de graduação?

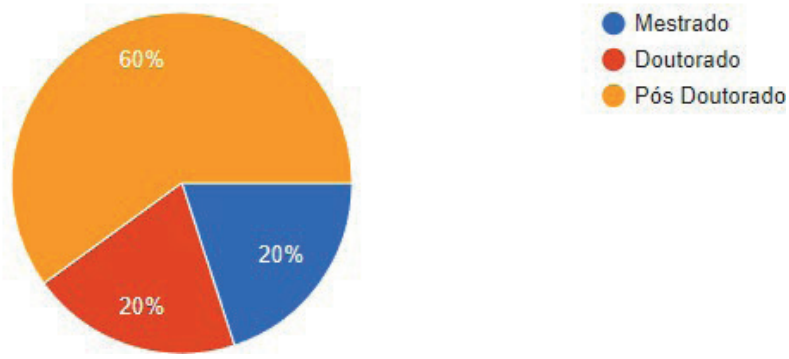
5 respostas



Com relação ao nível de formação, 20% possui apenas nível de mestrado e 80% possui doutorado.

Qual seu maior nível de formação?

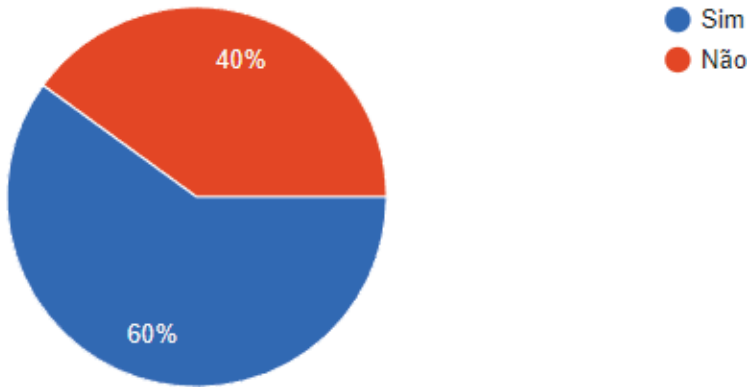
5 respostas



Verificou-se que a maioria das docentes - 60% se graduou na Universidade de Brasília UnB, enquanto apenas 40% se graduaram em outras universidades.

Você se formou na Universidade de Brasília?

5 respostas



Quanto à trajetória profissional de cada docente e como os desafios enfrentados até os dias atuais impactam a sua atuação na ciência, de forma geral, docentes mencionaram que, pelo menos uma vez em sua trajetória, houve um momento em que sentiu a necessidade de se afirmar e de se reafirmar enquanto profissionais. Além disso, uma docente mencionou o desafio de iniciar a carreira na docência muito jovem, tendo que enfrentar preconceitos vindos de alunos. Outra docente mencionou ainda que para além de ser mulher, o fato de ser afrodescendente torna a sua caminhada ainda mais desafiadora.

Quanto ao levantamento dos obstáculos específicos enfrentados por ser mulher dentro da academia, uma docente mencionou que "a Arquivologia brasileira foi basicamente fundada por mulheres, diferentemente de outras áreas". Contudo, a docente concorda que mesmo no século XXI, ainda há uma extensa luta por espaços de reconhecimento.

Mediante as respostas das docentes, observou-se que os termos "Misoginia", "machismo" ainda se fazem presentes enquanto realidade no mundo acadêmico e quando se narra a luta feminina por ocupação de espaços de liderança.

Sobre a percepção das docentes quanto à influência das mulheres no campo da pesquisa científica foram mencionados diversos nomes inspiradores na área como Heloísa Bellotto, Ana Maria Camargo, Luciana Duranti, Helen Willa Samuels, Margaret Hedstrom, Sarah Tyacke, Meredith Evans, Louise Gagnon-Arguin, Angelika Menne-Haritz.

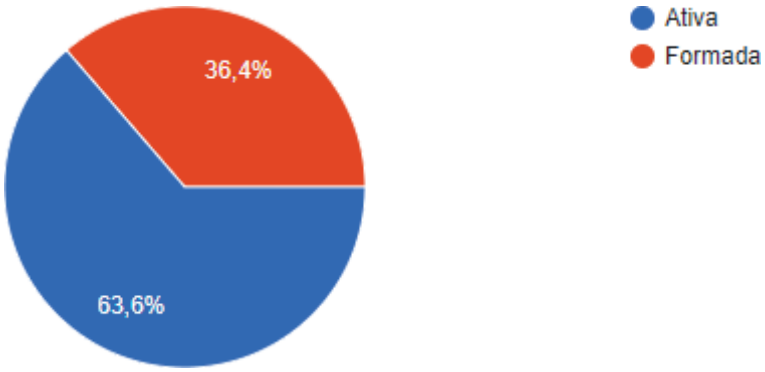
As docentes também destacaram que, atualmente, é possível observar muitas mulheres atuando em campos de pesquisa, publicando trabalhos de destaque, especialmente no curso de Arquivologia, onde são maioria tanto no ingresso quanto na formação. Além disso, houve um aumento significativo nas publicações de teses e dissertações sobre temas arquivísticos elaboradas por mulheres e com temáticas sobre gênero..

Quanto às políticas da UnB para promover inclusão e igualdade de gênero, a maioria das docentes mencionou não conhecer práticas específicas com essa finalidade. No entanto, as professoras destacaram que a UnB, pela primeira vez em sua história, tem uma mulher ocupando o cargo de Reitora. As docentes veem isso como um avanço, não apenas na prática da igualdade de gênero, mas também como um incentivo para que outras mulheres busquem ocupar esses cargos.

Enquanto recomendação para futuras docentes do curso, uma das professora registrou uma mensagem inspiradora que reflete sua luta e trabalho, aqui reproduzida na íntegra: "A caminhada em prol da pesquisa e da ciência é sempre mais árdua e desigual para as mulheres, muito provavelmente por nossa natureza provedora e que acolhe, para alcançarmos vitórias profissionais, somos sempre mais exigidas em termos de gerenciamento de tempo e produtividade. Sim. A luta é desigual. No entanto, acredito que nossa persistência e sororidade nos levará a um futuro onde teremos um equilíbrio na disparidade de salários e cargos de chefia, em que homens são melhores aceitos e muito menos adjetivados como "estressados", "histéricos", "loucos", "descontrolados".

Dicentes e Egressas

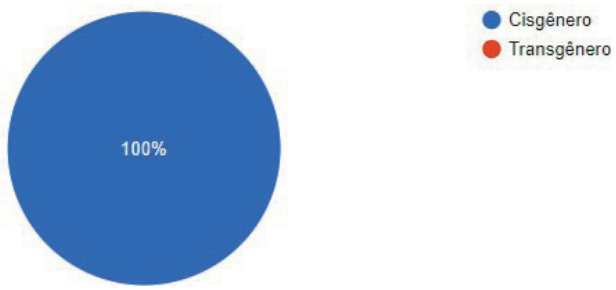
Quanto ao seu vínculo na universidade, alunas são graduandas e 36,4% são egressas.



Quanto à identificação de gênero, todas as respondentes se declararam cisgênero.

Com relação a questões de gênero, como você se identifica?

11 respostas



Com relação à experiência acadêmica das discentes, a maioria (66% das respostas) relatou que a maior dificuldade é a conciliação entre a carga horária de trabalho e a carga horária do curso. Além disso, 22% afirmou não sentir empatia por parte dos docentes quanto à flexibilização dos horários de fim das aulas, especialmente considerando o período noturno do curso. Apenas 1 discente indica que sua maior dificuldade é a idade, que considera avançada em comparação com a dos outros colegas de curso/semestre. Outros 2% mencionam que o currículo do curso está defasado em relação ao uso de tecnologias, e que a falta de matérias nesse aspecto os deixam "sem bagagem" para o mercado de trabalho atual.

Quanto à perspectiva de gênero e aos obstáculos enfrentados pelas discentes durante o curso, destacou-se que a segurança é um tema importante para esta discussão. De acordo com 68% das discentes, elas não se sentem seguras no campus, pois precisam percorrer longos trajetos dentro da universidade que não são bem iluminados e não contam com segurança adequada, o que as torna mais vulneráveis para serem abordadas por indivíduos desconhecidos. Uma discente observou que, apesar de o curso contar com uma maioria de mulheres entre discentes e docentes, não percebe um acolhimento efetivo ou sororidade acadêmica. Outra discente mencionou que, embora nunca tenha refletido profundamente sobre o assunto, reconhece que certamente existem dificuldades nesse aspecto.

No que diz respeito à forma como as alunas entendem a influência feminina no avanço da pesquisa e no curso, todas as discentes afirmam que se inspiram muito ao perceber que a maioria do corpo docente é composta por mulheres, assim como a maioria das alunas. No entanto, também expressaram insatisfação por não ver esse reflexo nos ambientes de trabalho. Um comentário reproduzido na íntegra: "A atividade de arquivo é muito manual, muitas vezes pesada, então acaba tendo mais preferências para que homens ocupem lugares como estagiário, arquivista.". Além disso, dizem também que notam mudança no cenário científico no que diz respeito à atuação feminina, mas que seguem a passos lentos.

Quanto às iniciativas do curso de Arquivologia na promoção e igualdade de gênero, 90% das discentes afirmaram não conhecer nenhuma iniciativa atual ou anterior. Uma discente diz que é totalmente a favor de que o curso crie iniciativas neste sentido.

Quanto às recomendações das discentes para as futuras estudantes que pretendem se destacar e contribuir no campo da Arquivologia, 80% das respostas foram conselhos para que as discentes ocupem os espaços na universidade para abrir portas para outras mulheres na ciência, tais como, Programas de Iniciação Científica (PROIC), congressos e conheçam as políticas de incentivo da universidade; que se inspirem nas docentes e que não desistam de conquistar seus ideais. Outros 20% aconselharam para que as discentes se destacassem nos ambientes científicos, e buscando ainda enquanto graduandas, cursos complementares relacionados à tecnologia, como visão de futuro para o mercado de trabalho.

Diante das respostas, uma em especial deve ser reproduzida na íntegra: "Baixa representatividade de mulheres em cargos de liderança ou como referências acadêmicas podem afetar o desenvolvimento de modelos de identificação e mentoria para estudantes. Incentivar a representação equitativa de gênero em palestras, seminários e cargos de liderança dentro do departamento.".

O fato da UnB, após 60 anos de existência, ter a sua primeira reitora é um avanço para a luta de gênero. Outra grande avanço é que para as eleições de próxima reitora, concorrem à vaga três mulheres docentes Olgamir Amancia Ferreira, Maria Fátima de Sousa, Rozana Reigota Naves, enquanto respectivamente seus vices são todos homens, Gustavo Adolfo Sierra Romero, Paulo Celso dos Reis Gomes, Márcio Muniz de Farias.

Entretanto, apesar destes avanços observados na participação e na representatividade feminina na academia, ainda existem barreiras significativas que impedem as mulheres de alcançar posições de maior poder e reconhecimento, como indicado pelo número limitado de mulheres em cargos de reitoria. Neste contexto, enquanto a UnB e outras instituições têm demonstrado progressos na inclusão de mulheres em todos os níveis acadêmicos, muitos esforços ainda são necessários para garantir que a igualdade de gênero na academia se torne uma realidade constante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação preliminar da representatividade feminina no curso de Arquivologia da UnB revela tanto progressos significativos quanto desafios persistentes em relação à equidade de gênero no ambiente acadêmico. As docentes indicaram o crescimento da participação das mulheres na pesquisa, especialmente no campo da Arquivologia, com um aumento de publicações sobre temas arquivísticos e de gênero.

As discentes também indicaram sobre os desafios relacionados à conciliação entre trabalho e estudos, segurança no campus e falta de iniciativas de igualdade de gênero,

apesar de se inspirarem na representatividade feminina no corpo docente e entre as alunas, e reconheceram que ainda há barreiras significativas para a ascensão das mulheres em posições de liderança acadêmica.

Desde a sua criação na década de 1990, houve um aumento notável na participação feminina, tanto em níveis discentes quanto docentes, com mulheres frequentemente assumindo posições de liderança, como a coordenação do curso. Isso demonstra um comprometimento contínuo com a promoção da igualdade de gênero. No entanto, as mulheres ainda enfrentam barreiras significativas para alcançar posições de maior poder, especialmente nos cargos de reitoria.

Este estudo incluiu aplicação de questionário com docentes, discentes e egressas para explorar as barreiras que ainda persistem na progressão feminina dentro da academia. Essa análise visou compreender os obstáculos e identificar práticas eficazes que possam ser recomendadas para promover uma maior equidade de gênero. A realização dessas entrevistas e a subsequente análise dos dados coletados ajudaram a entender as dinâmicas atuais e a sugerir melhorias nas políticas de igualdade. Esses esforços são importantes para fortalecer as iniciativas de inclusão e promover o universo feminino com visibilidade e representatividade, com o objetivo de transformar a igualdade de gênero na academia em uma realidade sustentável. Destaca-se a maior presença de docentes e discentes mulheres no curso, com a afirmação da maior produção científica e acadêmica dentro do universo feminino.

Em abril de 2024, diversas universidades e institutos federais espalhados por todo o Brasil enfrentaram uma greve por parte dos docentes e técnicos administrativos, ocasionando lentidão na maioria das atividades, bem como mudança no calendário letivo, e por esse motivo os dados levantados foram incipientes para uma conclusão efetiva dos objetivos mencionados; porém se mostrou fortemente necessário um aprofundamento no tema, com uma busca mais detalhada e investigação minuciosa com outras docentes do curso de Arquivologia e, possivelmente, outras docentes de outras universidades, a fim de explorar a atuação das mulheres nesses cursos. Além disso, a UnB atualmente está passando por uma nova eleição para a reitoria, o que, apesar dos esforços de mobilizar uma entrevista com a atual reitora, se tornou inviável especialmente pelo curto tempo para coleta dos dados. A notável atuação da Reitora Márcia Abrahão demonstrou um encorajamento promissor, visto que hoje 3 mulheres estão concorrendo ao cargo de reitora, enquanto os candidatos a vice-reitor são homens, o que demonstra que toda e qualquer atuação feminina pode e deve se tornar espelho.

Este estudo não pretendeu esgotar todas as fontes e possibilidades, uma vez que este artigo é parte de uma pesquisa de iniciação científica e projeto de mestrado, mas seus resultados, ainda que parciais, podem ser utilizados como fonte de pesquisas futuras em outros trabalhos que tenham como objetivo delinear a trajetória da universidade no

universo da questão de gênero e na busca por dar visibilidade a atuação feminina em cursos de Arquivologia de universidades pelo Brasil, além do tema fazer parte de um dos objetivos da Agenda 2030 da ONU.

REFERÊNCIAS

Ambrosini, A. B. **A representação das mulheres como reitoras e vice-reitoras das universidades federais do Brasil**: um estudo quantitativo. In: XVII Colóquio Internacional de Gestão Universitária, 2017, Universidade del Plata, Argentina. Anais [...]. 2017. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/181013/101_00162.pdf?sequence=1&i sAllowed=y. Acesso em: 10 ago. 2024.

Cisne, M.; Santos, S. M. M. **Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 2018.

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. **Site CNPQ.** Disponível em: https://www.gov.br/cnpq/pt-br. Acesso em: 17 jun. 2024.

Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz. **Mulheres e meninas na ciência**. Disponível em: https://portal.fiocruz.br/mulheres-e-meninas-na-ciencia. Acesso em: 17 jun. 2024.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística **Site IBGE.** Disponível em: https://www.ibge.gov.br/pt/inicio.html. Acesso em: 17 jun. 2024.

Madalozzo, Regina. CEOs e composição do conselho de administração: a falta de identificação pode ser motivo para existência de teto de vidro para mulheres no Brasil? **Revista de Administração Contemporânea**, v. 15, n. 1, p. 126-137, 2011.

Organização das Nações Unidas – ONU. Brasil. **Transformando Nosso Mundo:** A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. 15 setembro 2015. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustent%C3%A1vel. Acesso em: 17 jun. 2024.

Schiebinger, L. **O feminismo mudou a ciência?** São Paulo: EDUSC, 2001.

Tabak, F. Estudos substantivos sobre mulher e ciências no Brasil**.** In: COSTA, A. A. A.;

Sardenberg, C. M. B. (Org.). **Feminismo, ciência e tecnologia.** Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2002. p. 39-49.

Vaz, Daniela Verzola. O teto de vidro nas organizações públicas: evidências para o Brasil.

Economia e Sociedade, v. 22, n. 3, p. 765-790, 2013.

Velho, L. Prefácio. In: Santos, L. W.; Ichikawa, E. Y.; Cargano, D. F. (Org.). **Ciência, tecnologia e gênero:** desvelando o feminino na construção do conhecimento. Londrina: IAPAR, 2006. p. xiii-xviii.

Universidade de Brasília. Faculdade de Ciência da Informação - FCI. **Projeto Pedagógico do Curso***:* Curso de Arquivologia. Disponível em: https://sigaa.unb.br/sigaa/public/curso/ppp.jsf?lc=pt_BR&id=414931. Acesso em: 10 ago. 2024.

World Economic Forum. **The Global Gender Gap Report 2023**. Disponível em: https://www.weforum.org/reports/global-gender-gap-report-2023. Acesso em: 17 jun. 2024.

MEMÓRIA E ARQUIVO: A AFIRMAÇÃO DO CENTRO DE MEMÓRIA PROFESSORA NALVA PEREIRA CALDAS

MEMORY AND ARCHIVE: THE AFFIRMATION
OF THE CENTRO DE MEMÓRIA
PROFESSORA NALVA PEREIRA CALDAS

Claudio Paulino de Oliveira
Universidade do Estado Rio de Janeiro

Luiza Mara Correia
Universidade do Estado Rio de Janeiro

Resumo

Este estudo tem a intenção de afirmar o Centro de Memória Professora Nalva Pereira Caldas como um importante repositório de informações para os estudos da história da enfermagem. Serão debatidos sucintamente a memória na Arquivologia e a comparação entre centro de memória e centro de documentação, identificando se são sinônimos ou locais distintos de referência. Também serão apresentados as estruturas e ações do Centro, dentre elas a execução da digitalização do acervo como meio de modernizar a o tratamento e difusão de seu conteúdo.

Palavras-Chave: Memória; Centro de memória; Centro de documentação; Arquivologia.

Abstract

This study intends to affirm the Centro de Memória Professora Nalva Pereira Caldas as an important repository of information for studies of the history of nursing. Memory in Archival Science and the comparison between memory center and documentation center will be briefly discussed, identifying whether they are synonymous or different places

of reference. The Center's structures and actions will also be presented, including the implementation of the digitalization of the collection as a means of modernizing the treatment and dissemination of its content.

Keywords: Memory; Memory center; Documentation center; Archival science.

INTRODUÇÃO

A informação ao longo do tempo vem se evidenciando e posicionando como um importante elemento para as tomadas de decisões dos que detém o poder, definindo estratégias e ações nos mais diversos contextos; auxiliando na produção do conhecimento que reverbera na sociedade, ajudando em seu desenvolvimento, e na sedimentação de repositórios que auxiliarão os produtores e pesquisadores a buscar soluções para as suas demandas. Esse último, tornando-se fundamentais a sua organização e estrutura de acesso e disseminação da informação. No cerne do processo, encontramos os arquivos, centros de documentação e centros de memória.

Assim, as instituições públicas e privadas precisam desempenhar atividades que possibilitem a produção e o aproveitamento dos documentos com qualidade, através de uma gestão de documentos adequada, bem como a custódia, preservação e difusão das informações de seus acervos.

Como materialização dessa dinâmica, citamos uma instituição que possui imenso valor, que é o Centro de Memória Professora Nalva Pereira Caldas, da Faculdade de Enfermagem (ENF) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Criado em 18 de junho de 1998, no período de comemoração do Jubileu de Ouro da Faculdade, em 2018, recebeu oficialmente o nome da professora emérita Nalva Pereira Caldas, tendo como missão preservar e tratar fontes de pesquisa da história e memória da Enfermagem, com vistas a se evidenciar como um espaço de referência e acessibilidade aos gestores e pesquisadores, no tocante às informações contidas no seu acervo.

O espaço é localizado no sexto andar do Prédio Paulo de Carvalho, endereço Boulevard 28 de Setembro, 157, Vila Isabel, sendo um rico repositório de conhecimento produzido, bem como importante local de estudo para a elaboração de trabalhos destinados à divulgação e compreensão da origem da enfermagem no Estado do Rio de Janeiro, na UERJ e no país. Divide-se em três ambientes (Figura 1), sendo o primeiro destinado à Coordenação, à equipe de trabalho e ao minimuseu; o segundo ambiente dispondo de documentação iconográfica, textual e audiovisual; e o terceiro à documentação textual mais antiga da ENF.

Figura 1 – Dependências do Centro de Memória

Fonte: o próprio autor

Além de sua inegável contribuição, o Centro trouxe algumas reflexões sobre a necessidade de sua criação e o seu conteúdo informacional. Essas inquietações são os objetivos deste trabalho, em que se procurará entender o termo memória e a sua aplicabilidade dentro da Arquivologia; os termos centro de memória e centro de documentação, e se são sinônimos no que tange a sua atuação; bem como apresentar as ações executadas, dentre elas a digitalização dos documentos arquivísticos da ENF, e o estado da arte das dependências e estrutura, identificando a potencialidade dos seus serviços e se é uma fonte de pesquisa relevante para a sociedade.

O trabalho é de natureza qualitativa, com o levantamento bibliográfico e documental, no intuito de compreensão dos conceitos de memória, centro de memória e centro de documentação. A pesquisa é descritiva-exploratória, por abordar o conceito de memória na Arquivologia, tema que poderia ser mais aprofudado na área; na comparação de centro de documentação e centro de memória, entendendo suas similaridades e especificidades; e nas ações desenvolvidas no Centro de Memória Professora Nalva Pereira Caldas (CMNPC), entre elas a digitalização do acervo.

A MEMÓRIA DENTRO DO ARQUIVO

A intenção deste trabalho não é esgotar todas as nuances sobre o tema "memória" na Arquivologia, mas sim introduzir a sua conceituação para subsidiar os demais pontos da pesquisa. Através de pesquisa bibliográfica e documental, constatou-se que não é de hoje o pouco debate sobre o termo dentro da área, dificultando a sua inserção como essencial para o desenvolvimento da sociedade. Talvez isso ocorra devido ao forte enfoque técnico dentro da academia, mas isso não pode ser um impeditivo para que se consiga refletir sobre o termo 'memória' e atingir a real potencialidade do seu uso no fazer arquivístico, almejando a perpetuação do legado informacional dos acervos institucionais.

Jardim (1995, p. 8) já mencionava essa escassez de literatura e preocupação com a formação dos arquivos públicos como fonte de pesquisa para a sociedade.

A memória que se inventa em nossos arquivos públicos não parece transcender a escassa dimensão política desses equipamentos públicos de restritas possibilidades de uso social. A invenção da memória nos arquivos públicos brasileiros tampouco parece encontrar sua referência na racionalidade técnica dos princípios teóricos da avaliação e seleção de documentos consagrados internacionalmente. A reduzida literatura sobre o tema no Brasil evidencia esta situação, bem como as lacunas teóricas com que se opera o conceito/noção de memória entre os arquivos públicos.

É importante ressaltar que as atividades arquivísticas são essenciais para possibilitar a formação do patrimônio arquivístico e, consequentemente, da memória institucional. Uma gestão de documentos eficaz indicará os documentos arquivísticos que servirão como fonte de pesquisa e traduzirão a memória dos seus produtores. Jardim (1995) é categórico em dizer que a memória é traduzida como um projeto de futuro e leitura do passado no presente, proporcionando a visão acerca do contexto e das decisões tomadas.

Para melhor compreensão, precisamos entender o que é memória. De acordo com o dicionário Michaelis (2024), o termo memória significa a "faculdade de lembrar e conservar ideias,imagens, impressões, conhecimentos e experiências adquiridos no passado e habilidade de acessar essas informações na mente". Trata-se de uma definição simples, mas que já esclarece a importância de se adquirir e alcançar informações vivenciadas. Araújo e Gomes (2011, p. 41) reforçam esse entendimento acrescentando a necessidade de evocar essas informações, pois a memória "equivale dizer que a evocação é também chamada recordação, lembrança, recuperação".

Cabe trazer e analisar a visão da psicologia, em que a memória demonstra o seu canal direto com a aprendizagem e molda as características de nossa identidade pessoal.

A memória é um dos mais importantes processos psicológicos, pois além de ser responsável pela nossa identidade pessoal e por guiar em maior ou menor grau nosso dia adia, está relacionada a outras funções corticais igualmente importantes, tais como

a função executiva e o aprendizado. Ainda que sem perceber, estamos fazendo uso desse importante recurso cognitivo a todo momento (Mourão Júnior e Faria, 2016, p. 780 – 781).

O simples ato de realizar comportamentos automáticos em nossas atividades expõe uma conexão com a memória, pois aprendemos como fazer e a partir daí conseguimos desenvolver e reproduzir em nosso cotidiano. Clarifica-se que a memória é vida em movimento e está em constante evolução, tanto para a lembrança, quanto para o esquecimento.

Como ideia de perpetuar esse conhecimento adquirido através da memória, o homem procurou registrar essas informações. Lodolini *apud* Jardim (1995, p. 4) relata que essa estratégia vem de longo tempo e que é a base de nossa existência.

> "(...) desde a mais alta Antigüidade, o homem demonstrou a necessidade de conservar sua própria 'memória' inicialmente sob a forma oral, depois sob a forma de graffiti e desenhos e, enfim, graças a um sistema codificado(...). A memória assim registrada e conservada constituiu e constitui ainda a base de toda atividade humana: a existência de um grupo social seria impossível sem o registro da memória, ou seja, sem os arquivos. A vida mesma não existiria – ao menos sob a forma que nós conhecemos – sem o DNA, ou seja, a memória genética registrada em todos os primeiros 'arquivos'".

Os arquivos são locais importantes de concentração de informações, manifestadas em documentos arquivísticos, que possibilitam a recuperação de vivências e relatos de uma sociedade. Thiesen (2013, p. 29) insere outro elemento importante nessa conjectura, ao elucidar que "a memória como alvo político passa por determinados discursos e está aliada aos critérios de verdade vigentes na sociedade". Assim sendo, compreendemos que o arquivo é um lugar de representação da memória e essa é definida por escolhas, que se tornam certezas de um contexto apresentado. Como exemplo, podemos trazer dois países em guerra, no qual a perspectiva de um lado não será a mesma do outro, conflitando versões e verdades que podem se tornar absolutas em cada eixo afetado.

Indo além das fronteiras dos arquivos, dois locais também têm papel fundamental na custódia dos registros da sociedade, que são: centro de documentação e centro de memória. Refletiremos a seguir sobre as suas missões e se podem ser considerados sinônimos.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO X CENTRO DE MEMÓRIA

O centro de documentação é a "instituição ou serviço responsável pela centralização de documentos e disseminação de informações" (Arquivo Nacional, 2005, p. 46). Segundo a publicação arquivística, esse local centraliza documentos visando alcançar o status de serviço de referência de informações. Mesmo com a sua definição, Sousa (2016, p. 36) percebe um certo equívoco no entendimento relativo ao centro de documentação, por não ser "amplamente conhecido pela sociedade, o que leva muitas vezes a confundir

centro de documentação com arquivos, bibliotecas ou museus, quando na realidade ele reúne elementos desses três num único lugar".

Esses centros são muito presentes em órgãos públicos, empresas e universidades. Ligados a um determinado tema, reúnem documentos arquivísticos, bibliográficos e museológicos. Especificamente aos arquivos, apesar de se assemelharem a um arquivo permanente, na prática o que vemos também é a recepção dos documentos das idades corrente e intermediária. Ou seja, mesmo que seja um ambiente de referência, recepcionando e unificando o acervo de arquivos, bibliotecas e museus, não se impede que uma instituição possa reunir os documentos que percorram as três idades.

E quando trazemos a memória para a discussão, percebemos a necessidade de enquadramento de suas delimitações de alcance em cada ambiente, mas atuando simultaneamente, assim como dito por Chagas (*apud* Castro e Gastaud, 2017, p. 265) em que "museus, centros de documentação, bibliotecas e arquivos são instituições culturais e de memória, operando com patrimônios e documentos, e atravessadas de ponta a ponta por linhas de poder, formando uma espécie de grande teia". Sendo assim, é perfeitamente possível entender que arquivos, bibliotecas, museus e centros de documentação possam atuar em conjunto, representando a memória da instituição, mas observando as suas peculiaridades.

Retomando a questão do espaço destinado aos arquivos dentro do centro de documentação, é muito comum a sua utilização como arquivo geral, o que traz à tona a dificuldade de se reunirem apenas os documentos permanentes em suas dependências. Por conseguinte, também é corriqueiro chamar o centro de documentação em centro de memória, por suas similaridades que reproduzem a história da instituição e por serem serviços de acesso à informação, visando o público externo ao seu contexto de produção. Mas será que seriam sinônimos?

Camargo (2019, p. 1), em entrevista ao SESC São Paulo, expõe a sua visão sobre o centro de memória, fazendo uma comparação oportuna, e retratando uma possível mudança de nomenclatura em meio a práticas já conhecidas.

Se eu fosse comparar o centro de memória com as instituições mais convencionais de custódia de documentos, como museus, bibliotecas e arquivos, eu o aproximaria da ideia de "arquivo", e vou justificar: acho que um centro de memória é (ou deveria ser) um arquivo ampliado. No livro que escrevemos ["Centros de memória: uma proposta de definição", edições Sesc, 2015], Silvana Goulart e eu partimos da ideia de que "centro de memória" é um novo nome pra designar velhas práticas que, por sua natureza, foram assumindo um caráter pejorativo, ou de menor importância. (...) O arquivo, dentre todas essas instituições, é a que tem menos visibilidade, porque é associada a algo velho, inservível, lúgubre, reduto da burocracia. Temos uma ideia muito negativa do arquivo. Por outro lado, um centro de memória que não contenha ou abranja o arquivo não passa de algo supérfluo e de vida efêmera.

A autora é categórica em dizer que o arquivo é necessário para as atividades de um centro de memória, mesmo com as distorções de valor que o seguem, diminuindo o seu caráter informativo e decisório no cotidiano das instituições. Camargo (2019, p. 1) ratifica a sua opinião destacando a atuação no meio em que atuam, identificando a sua importância perante a sociedade.

Quanto maior for o grau de intervenção de uma instituição no meio em que atua, maior a importância de seu arquivo, de seu centro de memória. É o que ocorre com as prefeituras, com os tribunais e tantas outras entidades que atendem a uma demanda social ampla. A importância dos documentos reunidos em seus acervos nada tem a ver com o fato de serem órgãos sociais ou de representarem o poder público, e sim com o largo espectro de sua atuação na sociedade. Não é à toa que constituem fonte de primeira ordem para a pesquisa histórica.

Não se encontrou a definição terminológica para centro de memória, embora a clara evidência de que esses espaços cuidem do legado informacional de instituições públicas e privadas. Mas o que não se tornou evidente são as mesmas atribuições de um centro de memória e de um centro de documentação, pois, como já dito, esse último abre margem para que sejam exercidas ações voltadas para a rotina organizacional.

O manual de implantação dos Centros de Memória do Itaú traz uma contribuição bem interessante para a diferenciação desses dois espaços de referenciação.

> O Centro de documentação tem o objetivo de coletar a documentação, organizá-la e disseminar informações. O Cm, por sua vez, tem ainda a função de pensar na trajetória da instituição a fim de elaborar formas de utilizar o conhecimento adquirido e produzir novos conteúdos, difundindo valores e refletindo a cultura organizacional. O trabalho de documentação e o de memória exigem competências distintas, mas complementares. Um é mais técnico, baseado nas ciências da informação, da arquivologia e da biblioteconomia; o outro, mais analítico, fundamentado na história, na antropologia e na sociologia. As duas competências são fundamentais para, a partir do conhecimento e do entendimento de tudo o que é produzido pela instituição, definir quais são os documentos históricos relevantes e que devem ser reunidos no acervo (Itaú Cultural, 2013, p. 9).

Observa-se que embora tenham funções bem parecidas, cabe a reflexão para que se percebam os reais objetivos de cada centro. No que se refere aos arquivos, o centro de documentação tem um viés mais técnico ou organizacional, podendo incorporar funções que são contempladas nos arquivos institucionais visando a gestão de documentos. Isso pode ser empregado devido à falta de espaço nas instituições e no pressuposto, ou desconhecimento funcional, em unir as atividades das áreas de ciência de informação.

Quanto ao centro de memória, entende-se como local de difusão dos valores da instituição e produção de conhecimento através da documentação permanente; ou seja, uma vez custodiado ali o documento não poderá ser eliminado, sendo parte perene do patrimônio documental da organização.

A ideia de construção ao que se propõe ser é um dos grandes problemas na formação de repositórios institucionais. Como exemplo, citaremos a seguir o CMNPC, pertencente à ENF da UERJ.

ESTRUTURA E AÇÕES DO CENTRO DE MEMÓRIA PROFESSORA NALVA PEREIRA CALDAS

O CMNPC é um dos mais importantes repositórios sobre a história da enfermagem no Rio de Janeiro. Possui em seu acervo cerca de 200 metros lineares de documentos, contendo documentos textuais, iconográficos, audiovisuais, micrográficos, digitais, distribuídos em 15 armários fixos e um arquivo deslizante, com 5 módulos. No ambiente ainda temos uma biblioteca especializada em enfermagem e um minimuseu com a história da faculdade. Detém uma equipe com três servidores, sendo uma professora de enfermagem (coordenadora), um arquivista (responsável técnico), e uma técnica de nível médio; além de uma funcionária terceirizada e um bolsista em biblioteconomia.

Aos poucos a Direção da Faculdade vem sendo conscientizada da importância no uso das tecnologias de informação e comunicação para melhoria dos serviços no CMNPC. Aliás, no uso desses recursos para toda a faculdade. Entretanto, o exemplo do Centro é bem esclarecedor para observarmos que não adianta possuirmos avanços tecnológicos sem pensarmos em como, onde e para quem fazer. Desse jeito, apenas estaremos transferindo os problemas de massa documental acumulada do analógico para o digital.

As atividades desempenhadas no espaço contemplam atender as pesquisas de alunos e servidores da ENF, pesquisadores externos de outros cursos de graduação e programas de pós-graduação, e público externo que queira conhecer a história do curso e do CMNPC. Internamente ainda são desempenhadas a digitalização do acervo, identificação dos itens museológicos e bibliográficos, e documentos que sejam recepcionados pelo Centro, além da preservação desses itens.

No entanto, através de uma decisão da Faculdade de Enfermagem, sem se precisar quando, não houve delimitação de atuação do CMNPC, em que documentos de idade corrente e intermediária foram arquivados no local. Não se realizou a gestão de documentos no acervo e esses permaneceram sem tratamento no Centro. Outro detalhe importante, e que clarifica a situação, é a não existência de um setor de arquivo na Faculdade.

Através de um diagnóstico do CMNPC, confeccionado em 2024, observaram-se as condições do acervo e do local de guarda. Também foi questionado à Direção da

Faculdade de Enfermagem quanto à definição do setor, se esse seria um arquivo geral, um centro de memória ou um centro de documentação. Foi exposto que nas condições atuais o ambiente tem mais atributos para ser um centro de documentação. Porém, foi escolhida a opção de continuidade da proposta inicial, que é a de oferecer à sociedade um centro de memória. Ressalta-se que nenhuma função arquivística tinha sido desempenhada no CMNPC até a formulação do diagnóstico.

A partir desse momento, foram efetuadas orientações e realizadas as primeiras ações para a transformação do espaço num centro de memória. Cabe esclarecer que foi levado em consideração que somente poderiam ficar no local documentos que refletissem a história da faculdade. Em relação aos documentos arquivísticos, apenas os de idade permanente poderão ser custodiados no CMNPC. Entende-se que qualquer arquivamento de documentos correntes ou intermediários no setor seria caracterizado como um centro de documentação, por terem aspectos mais técnicos e destinados à gestão de documentos.

Antes da realização do diagnóstico, como uma das estratégias de preservação utilizadas pela ENF, realizou-se um convênio com o Centro de Produção da UERJ (CEPUERJ), que é responsável pelos concursos, cursos, processos seletivos e eventos na universidade. O acordo consistia em digitalizar o acervo do CMNPC, para permitir o acesso e proteção aos documentos convencionais, em razões de manuseio excessivo. Porém, o trabalho foi executado sem planejamento e acompanhamento, sendo entregue um HD sem divisões, indexação clara e índice para recuperação das informações. A equipe do Centro está analisando os representantes digitais, com o intuito de organizar o acervo, e planejando os próximos passos de continuação ou refazimento do processo de digitalização.

Mesmo com o trabalho embrionário de digitalização, as demandas e atividades do CMNPC não foram paralisadas. A pesquisa local ainda é muito forte no setor e é necessário que o acervo esteja tratado e acessível. As mudanças ocorrem lentamente, mas o auxílio tecnológico não pode excluído do processo, principalmente na difusão das informações da história da ENF.

Como resultados do início do trabalho, salientamos a identificação e separação dos documentos com diferentes idades; o descarte de documentos destituídos de valor e itens não afetos ao setor, o que já reduziu sensivelmente a massa documental acumulada; e a classificação dos documentos arquivísticos. Essas ações já forneceram perspectivas para uma melhora significativa na organização e recuperação da informação.

Outro ponto que chamamos atenção é o trabalho realizado com os representantes digitais oriundos do projeto de digitalização junto ao CEPUERJ. Começamos a criação de uma base de dados sobre as imagens disponibilizadas para que, futuramente, estejam disponíveis via internet. Lembrando que esse trabalho é feito em conjunto com a análise desses documentos digitalizados, em que são observadas a qualidade das imagens recebidas pelo serviço prestado.

Em suma, a digitalização utilizada como solução não resolveu todos os problemas do acervo. Em contrapartida, a efetivação das práticas arquivísticas, principalmente no que diz respeito à gestão de documentos, vem sendo estratégica e proporcionando excelentes resultados quanto ao tratamento adequado dos documentos que estejam em qualquer suporte ou plataforma, detectando o que de fato pode ser considerado legado para a ENF, permitindo que eles possam cumprir o seu papel e pelo tempo que forem destinados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As implementações de centros de memória são importantes para criar raízes sólidas sobre temas específicos, com o intuito de apresentar a história e o desenvolvimento de instituições públicas e privadas. Torna-se fundamental delimitar as suas ações e criar perspectivas que atendam o público-alvo, percorrendo as suas inquietações e necessidades de informação.

Memória e arquivo estão intimamente ligados através dos documentos, pois, em certa medida, unem a capacidade de articulação da formação da identidade pessoal e do aprendizado de um, juntamente com a tecnicidade e o registro de informações do outro. Isso tudo objetivando representar a construção de determinados contextos e grupos sociais.

Os arquivos fazem parte de centros de memória e centros de documentação. Entretanto, como reflexão, entendemos que apesar de suas similaridades como serviços de referência, esses centros têm especificidades que não podem ser desconsideradas. Enquanto o primeiro traz em sua essência a história e a difusão dos valores das instituições, o segundo tem um caráter mais organizacional, voltado à presença da gestão de documentos.

Como citado anteriormente, por vezes o arquivo é absorvido em sua integralidade pelo centro de documentação, ou mesmo centro de memória, devido a decisões políticas, aliadas à falta de espaço institucional para acomodação do setor. No caso do CMNPC, o espaço sofre desse dilema interno, já que o seu arquivo está integralmente alocado dentro de suas dependências. Porém, a Direção da ENF optou em permanecer com o local recebendo o status de centro de memória, percebendo o seu alcance de atuação.

Sendo assim, mudanças precisaram ser adotadas para que os documentos que não tenham a idade permanente sejam armazenados em outro ambiente. Após definições estruturais e metodológicas, conseguiu-se aplicar uma linha de trabalho que está rendendo bons frutos. O trabalho consiste em tratar arquivísticamente o acervo que ali está custodiado; reforçar a consciência dos servidores e da Direção da faculdade sobre a importância dos documentos arquivísticos; e propor estratégias de marketing, oferecendo serviços e apresentando a sua relevância histórica.

Por fim, reforçamos que sejam elaborados outros estudos quanto à criação de centros de memória e à terminologia dessa expressão. Cabe maior reflexão dentro da Arquivologia

sobre a diferenciação de significado e aplicabilidade de centros de memória e de documentação, com vistas a fortalecer as atividades desses dois serviços de referência como importantes fontes de informação para a sociedade.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, N. C., GOMES, S. M. A memória institucional e a produção científica do arquivista no cenário nacional. **ÁGORA**: Arquivologia Em Debate, 2012, 21(43), 39–57. Disponível em: https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/320.Acesso em: mar. 2024.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. (Publicações técnicas-AN, n. 51). Disponível em: http://www.arquivonacional.gov.br/download/dic_term_arq.pdf. Acesso em: mar. 2024

CASTRO, R. B. de; GASTAUD, C. R. O que são centros de documentação? O caso do Centro de Documentação do Centro de Estudos e Investigações em História da Educação. **Revista Linhas**. Florianópolis, v. 18, n. 37, p. 263-282, maio/ago. 2017.

ITAÚ CULTURAL. **Centros de memória**: manual básico para implantação. São Paulo: Itaú Cultural, 2013. 80 p. Disponível em: http://www.itaucultural.org.br/centros-de-memoriamanual-basico-para-implantacao-2. Acesso em: mar. 2023.

JARDIM, J. M. A invenção da memória nos arquivos públicos. **Ciência da Informação**, v. 25, n. 2, ago. 1995. Disponível em: http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/659. Acesso em mar. 2024.

MEMÓRIA. *In*: **Michaelis**: Dicionário brasileiro de língua portuguesa. Rio de Janeiro. Disponível em: https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/memoria/. Acesso em: 24 abr. 2024.

MOURÃO JÚNIOR, C. A.; FARIA, N. C. Memória. **Psicologia**: reflexão e crítica, 2015, 28 (4), 780-788. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1678-7153.201528416. Acesso em: mar. 2024.

THIESEN, I. **Memória Institucional**. João Pessoa UFPB, 2013.

ARQUIVOS PRESIDENCIAIS BRASILEIROS: NATUREZA JURÍDICA E ACESSO AOS DOCUMENTOS PRIVADOS DE INTERESSE PÚBLICO[1]

BRAZILIAN PRESIDENTIAL ARCHIVES:
LEGAL NATURE AND ACCESS TO PRIVATE
DOCUMENTS OF PUBLIC INTEREST

Renato de Mattos
Universidade Federal Fluminense

Resumo

No contexto brasileiro, a importância dos conjuntos documentais produzidos e acumulados por pessoas físicas é atestada pela legislação que trata da preservação do patrimônio arquivístico nacional, a exemplo da Lei nº 8.394/1991, que reconhece o interesse público e social dos arquivos privados dos presidentes da República e dispõe sobre a organização e o acesso a esses documentos. No entanto, parte dos arquivos presidenciais está dispersa em instituições públicas e privadas e, por vezes, a documentação de um mesmo titular se encontra fragmentada em arquivos, museus e centros de memória. A inexistência de planos interinstitucionais voltados à divulgação dos acervos é agravada pela ausência de guias, inventários e outros instrumentos de pesquisa capazes de reunir e compilar informações sobre a localização, as características e a composição dos arquivos presidenciais, impondo-se, assim, como um dos principais obstáculos à difusão do potencial informativo de parcela importante do patrimônio arquivístico nacional. Ao constatarmos que cerca de metade dos acervos presidenciais brasileiros se concentra na Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, a pesquisa objetiva a inventariação e a difusão dos acervos presidenciais a partir da confecção de instrumento de pesquisa e da promoção de atividades voltadas à publicização de documentos de valor histórico e cultural custodiados por instituições sediadas na Região Metropolitana do Rio de

1 Pesquisa financiada pela Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj) no âmbito do programa Jovem Cientista do Nosso Estado (JCNE).

Janeiro. A partir de uma pesquisa de natureza qualiquantitativa, exploratória e descritiva, pautada na revisão bibliográfica e na análise da legislação brasileira pertinente à preservação dos acervos privados presidenciais brasileiros, os dados compulsados serão reunidos e sistematizados em um instrumento contendo informações pormenorizadas acerca dos acervos, incluindo o nível de tratamento, a representatividade dos conjuntos documentais, as condições de acesso, bem como as abordagens teórico-metodológicas que fundamentaram as diferentes práticas de conservação, organização e descrição. Dentre os resultados parciais da pesquisa ora em curso, sublinhamos o mapeamento dos arquivos preservados e a identificação do perfil institucional dos custodiadores dos acervos presidenciais.

Palavras-Chave: Arquivos Presidenciais; Patrimônio arquivístico; Arquivos pessoais.

Abstract

In the Brazilian context, the importance of document sets produced and accumulated by individuals is supported by legislation that addresses the preservation of national archival heritage, such as Law 8.394/1991, which recognizes the public and social interest of the private archives of the presidents and provides for the organization and access to these documents. However, part of the presidential archives is dispersed in public and private institutions and, at times, the documents of the same provenance are found fragmented in museums and documentation centers. The inexistence of inter-institutional plans aimed at the dissemination of archives is aggravated by the absence of guides, inventories and other research instruments capable of gathering and compiling information on the location, characteristics and composition of the presidential archives, thus imposing themselves as one of the main obstacles to the dissemination of the informational potential of an important portion of the national archival heritage. As we see that about half of the Brazilian presidential archives are concentrated in the metropolitan region of the State of Rio de Janeiro, this project aims to inventory and disseminate presidential collections by creating a reference document and promoting activities aimed at publicizing documents of historical and cultural value held by institutions based in the Metropolitan Region of Rio de Janeiro. Based on qualitative-quantitative, exploratory and descriptive research, based on a bibliographical review and analysis of Brazilian legislation concerning the preservation of Brazilian presidential private archives, the data collected will be compiled and systematized in a document containing detailed information about the collections, including the level of treatment, the representativeness of the documentary

sets, the conditions of access, as well as the theoretical-methodological approaches that supported the different conservation, organization and description practices. Among the partial results of the research currently underway, we highlight the mapping of the preserved archives and the identification of the institutional profile of the custodians of the presidential archives.

Keywords: Presidential Archives; Archival Heritage; Personal Archives.

INTRODUÇÃO

Dentre os diferentes acervos arquivísticos, os documentos produzidos e acumulados por pessoais físicas têm conquistado especial destaque a partir da segunda metade do século XX (Mattos; Pereira, 2019). Cada vez mais, os arquivos pessoais vêm sendo reconhecidos enquanto fontes potenciais para a construção da memória coletiva e do conhecimento histórico, para a educação formal e informal, para o desenvolvimento de exercícios criativos e para a promoção de políticas identitárias.

No entanto, no Brasil apenas uma parcela dos arquivos pessoais recebe o tratamento adequado dispensado por instituições dedicadas à preservação e à difusão de acervos. Ainda assim, mesmo nessas instituições, os critérios de aquisição e de avaliação dos conjuntos documentais tendem a passar ao largo da função social dos arquivos e do diálogo com diferentes segmentos da sociedade acerca da definição das parcelas que deverão ser preservadas. As políticas de aquisição e salvaguarda se baseiam, geralmente, em aspectos temáticos ou em critérios subjetivos e demandas pessoais ligadas aos interesses de uma parcela reduzida de pesquisadores (Oliveira, 2012).

Em 1991, depois de quase uma década de discussões envolvendo arquivistas e profissionais de diversas outras áreas, a Lei nº 8.159, conhecida como Lei de Arquivos, foi promulgada. Além de reconhecer o estatuto arquivístico dos conjuntos de documentos produzidos e recebidos por indivíduos, a Lei de Arquivos estipula que os documentos gerados por pessoas físicas ou jurídicas, "em decorrência de suas atividades", devem ser identificados pelo Governo Federal como "de interesse público e social, desde que [...] considerados como conjuntos de fontes relevantes para a história e desenvolvimento científico nacional". (Brasil,1991a).

Se o reconhecimento do interesse público e social dos documentos pessoais da maioria dos cidadãos brasileiros é condicionado à avaliação da Comissão Técnica e ao deferimento do presidente do Conselho Nacional de Arquivos (Conarq), isso não ocorre com os acervos dos presidentes da República, os quais, desde a publicação da Lei nº 8.394 em dezembro de 1991, passaram a ser compreendidos automaticamente como parte integrante do patrimônio cultural brasileiro. Por sua vez, ainda que o interesse público e

social dos documentos acumulados pelos titulares do executivo federal seja reconhecido desde a sua origem, tais acervos se encontram fragmentados e dispersos em instituições públicas e privadas e, em alguns casos, estão sob os cuidados de herdeiros dos titulares em espaços inadequados ao tratamento arquivístico necessário. Esse quadro é agravado pela ausência de inventários, guias e outros instrumentos de pesquisa capazes de reunir e compilar informações sobre a localização, as características e a composição dos arquivos presidenciais, impondo-se, assim, como um dos principais óbices à difusão do potencial informacional de parcela importante do patrimônio arquivístico nacional. Assim, ao constatarmos que parte dos acervos presidenciais hoje preservados se concentra na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (Lopes; Rodrigues, 2019) e que o acesso previsto nos termos da Lei nº 8.394/1991 é limitado em função da inexistência de guias e inventários abrangentes, a pesquisa objetiva a inventariação e a difusão dos acervos presidenciais a partir da confecção de instrumento de pesquisa e da promoção de atividades voltadas à publicização de documentos de valor histórico e cultural custodiados por instituições sediadas na Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

ARQUIVOS PRESIDENCIAIS BRASILEIROS: ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO

Não obstante a dificuldade em se definir o que é público do que é privado no universo dos arquivos presidenciais, o texto da Lei nº 8.394 de 1991 determina que os documentos que constituem os acervos privados presidenciais são, na sua origem, "de propriedade do Presidente da República, inclusive para fins de herança, doação ou venda". (Brasil, 1991b). Mas, por integrarem o patrimônio cultural brasileiro e serem reconhecidos como de interesse público, os acervos presidenciais são sujeitos a algumas restrições que tornam a União a detentora do "direito de preferência" em caso de venda do acervo.

Ainda de acordo com a Lei, o direito de pleitear o apoio técnico e financeiro aos detentores dos arquivos é condicionado à adesão às diretrizes formuladas pela Comissão Memória dos Presidentes da República, grupo permanente instituído pela Lei nº 8.394, vinculado ao Gabinete Pessoal do Presidente e composto pelo titular da Secretaria de Documentação Histórica do Gabinete Pessoal da Presidência e pelos representantes das instituições partícipes do Sistema Nacional de Arquivos (Sinar). As atribuições e a estrutura de funcionamento da Comissão Memória dos Presidentes foram reiteradas sem grandes alterações no Decreto nº 4.344, de 2002, marco regulatório da Lei nº 8.394/1991. Entre os principais aspectos abarcados pelo Decreto, dois se distinguem em relação ao que havia sido estabelecido em 1991. O primeiro deles é a descrição pormenorizada dos itens que comporiam os acervos presidenciais, abarcando os conjuntos de documentos, em qualquer suporte, de natureza arquivística, bibliográfica e museológica. O segundo aspecto, por sua vez, reformulou o texto anterior ao ampliar a compreensão de quais documentos poderiam ser identificados como parte do acervo privado dos presidentes (Mattos, 2020).

Em que pese os esforços da Comissão Memória dos Presidentes da República voltados à manutenção do registro dos acervos presidenciais, bem como suas condições de conservação, organização e acesso, Lopes e Rodrigues (2019) destacam que apenas um terço dos arquivos presidenciais preservados no país está indisponível para a consulta pública e, em alguns casos, não há informações sobre o depositário responsável. Ainda segundo o levantamento feito pelas autoras, a Região Metropolitana do Rio de Janeiro se notabiliza por concentrar mais da metade dos arquivos presidenciais que receberam algum tipo de tratamento. Ademais, cumpre assinalar que, em alguns casos, a documentação de um mesmo titular se encontra dispersa em mais de uma instituição pública ou privada, como arquivos, museus e centros de documentação. No entanto, embora as instituições mantenedoras dos arquivos presidenciais estabelecidas no Rio de Janeiro sejam dotadas de corpo técnico especializado no tratamento de acervos de valor histórico, a fragmentação dos conjuntos documentais dificulta o amplo acesso e a efetiva exploração do potencial informacional dos acervos.

A inexistência de planos interinstitucionais de divulgação e, em especial, a carência de instrumentos de pesquisa capazes de sistematizar e detalhar informações essenciais aos consulentes, em última instância, contribuem para a perpetuação da "invisibilidade" de parte significativa do patrimônio documental referente à história do Brasil República. Diante do contexto ora apresentado, ao propor a inventariação e a difusão dos acervos presidenciais a partir da confecção de instrumento de pesquisa e da promoção de atividades voltadas à publicização de documentos de valor histórico e cultural custodiados por instituições sediadas na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, o projeto assume relevância atual, uma vez que contempla alguns dos principais Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) definidos pela Organização das Nações Unidas (ONU) na Agenda 2030, especialmente ao "assegurar o acesso público à informação" e ao "fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural" (Organização das Nações Unidas, 2015).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa caracteriza-se como qualiquantitativa, exploratória e descritiva (Braga 2007; Santos 1999), pautada na revisão bibliográfica e na análise da legislação brasileira pertinente à preservação dos acervos privados presidenciais brasileiros. Este procedimento é imprescindível ao propiciar uma maior aproximação entre as abordagens e estratégias de tratamento e de difusão adotadas pelas instituições responsáveis pelos arquivos dos Presidentes da República e os marcos legais vigentes no país que regulam a salvaguarda e o acesso aos acervos em análise

Atualmente, estão em curso visitas técnicas nas instituições públicas e privadas responsáveis pela custódia de arquivos presidenciais sediadas na Região Metropolitana do

Rio de Janeiro. Durante as visitas técnicas, são conduzidas entrevistas semiestruturadas (Minayo, 2002, p. 58) com os membros do corpo técnico responsável pela organização, descrição, conservação e difusão dos acervos. Sem deixar de considerar as particularidades das distintas abordagens empregadas pelas instituições durante a organização dos arquivos presidenciais, bem como dos diferentes níveis de tratamento em que os arquivos se encontram, os dados compulsados que servirão de base para a confecção do instrumento de pesquisa adequado aos objetivos do projeto serão coligidos e estruturados de acordo com os critérios formulados a partir das contribuições de Lopez (2002), Bellotto (2006) e Meehan (2018). A partir do mapeamento de cada arquivo presidencial examinado, será iniciada a confecção de um instrumento de pesquisa capaz de abranger e unificar as características essenciais à ampla difusão dos conjuntos documentais. Previsto para ser publicado em formato digital, o modelo de instrumento de pesquisa apropriado para a presente proposta reúne elementos característicos do "guia" – instrumento de pesquisa que cumpre a função de oferecer aos consulentes informações gerais sobre a instituição mantenedora, desde a sua localização, horário de funcionamento e tipos de atendimentos até informações específicas sobre o acervo e sua história custodial, o nível de organização, as condições físicas e jurídicas do acesso, as possibilidades de reprodução de documentos (Lopez, 2002, p. 23) – e do "inventário", instrumento que apresenta a descrição das atividades dos titulares dos arquivos, as séries e subséries, o volume de documentos, as datas-limite os critérios de ordenação (Lopez, 2002, p. 29-30).

RESULTADOS PRELIMINARES

Em que pese o estágio preliminar da pesquisa em tela, alguns resultados parciais obtidos assumem importância significativa acerca da temática. Dentre eles, sublinhamos o mapeamento e a identificação de parte dos arquivos presidenciais preservados em instituições sediadas no Estado do Rio de Janeiro:

a. **Arquivo Nacional (AN)**: responsável pela custódia de parcelas dos arquivos de Floriano Vieira Peixoto (1891-1894), João Belchior Marques Goulart (1961-1964), Prudente José de Morais e Barros (1894-1898), José Sarney (1985-1990) e Jair Messias Bolsonaro (2019-2022);

b. **Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC)**: responsável pela custódia de parcelas dos arquivos de Arthur da Costa e Silva (1967-1969), Ernesto Geisel (1974-1979), Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), Getúlio Dornelles Vargas (1930-1945; 1951-1954), João Belchior Marques Goulart (1961-1964), João Fernandes Campos Café Filho (1954-1955), Tancredo de Almeida Neves e Wenceslau Braz Pereira Gomes (1914-1918);

c. **Museu da República**: instituição pública localizada na cidade do Rio de Janeiro (RJ) responsável pela custódia de parcelas dos arquivos de Epitácio Lindolfo da Silva Pessoa (1919-1922), Getúlio Dornelles Vargas (1930-1945; 1951-1954) e Nilo Procópio Peçanha (1909-1910);

Conforme já mencionado, a fragmentação das parcelas dos arquivos presidenciais expressa no levantamento preliminar obsta o acesso e a efetiva exploração do potencial informacional dos documentos. Nesse sentido, espera-se que a publicização dos dados relativos aos arquivos presidenciais custodiados pelas instituições sediadas na Região Metropolitana do Rio de Janeiro concorra para a promoção de atividades voltadas à difusão de parcela relevante do patrimônio histórico-cultural brasileiro. Pretende-se, ainda, que a divulgação e a publicação do potencial informacional dos documentos produzidos e acumulados por titulares de cargos públicos no exercício de seus mandatos por meio de instrumento de pesquisa em formato digital contribua para que os respectivos acervos atendam efetivamente o "interesse público e social" previsto na Lei nº 8.394/1991.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora os arquivos presidenciais sejam compreendidos como fontes representativas da história da República brasileira, a dispersão e a fragmentação dos conjuntos documentais em distintos órgãos públicos e privados, somado à ausência de planos interinstitucionais voltados à divulgação dos acervos reforçam a "invisibilidade" dos acervos. Nesse sentido, fundamentando-se nas contribuições de Antonia Heredia Herrera (1991) e Heloísa Bellotto (2006), a proposta parte do pressuposto de que o objetivo primordial dos arquivos é, por meio da aplicação dos princípios teórico-metodológicos da Arquivologia, dar o amplo acesso à informação, seja aquela considerada indispensável ao processo decisório e para o funcionamento das atividades governamentais ou das empresas privadas e pessoas físicas, seja aquela essencial aos cidadãos para a compreensão e (re)construção de sua história e de sua identidade.

Com efeito, segundo Heredia Herrera (1991), a forma mais adequada para que um determinado corpus documental seja acessível é por meio da elaboração de instrumentos de pesquisas capazes de difundir os arquivos para além do universo de interesse de pesquisadores acadêmicos e dos administradores, atraindo, igualmente, um público diversificado, como estudantes do ensino fundamental e médio. Nesse sentido, acredita-se que a construção de instrumento de pesquisa dedicado aos arquivos presidenciais preservados na região metropolitana do Rio de Janeiro faculte não apenas a amplificação das consultas realizadas por usuários especializados, das áreas de História, Ciências Sociais e Direito, entre outros, como, também, a inserção de segmentos da sociedade pouco familiarizados com os arquivos e sua importância

social como repositório do patrimônio documental brasileiro e potencial promotor de ações culturais e educativas.

REFERÊNCIAS

BELLOTTO, H. L. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. 4. ed., Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BRAGA, K. S. Aspectos relevantes para seleção de metodologia adequada à pesquisa social em Ciência da Informação. In: MUELLER, S. P. M. (Org.). **Métodos para a pesquisa em Ciência da Informação**. Brasília: Thesaurus, 2007, p. 17-38.

BRASIL. Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados. Brasília, DF: Presidência da República, [1991a].

BRASIL. Lei nº 8.394, de 30 de dezembro de 1991. Dispõe sobre a preservação, organização e proteção dos acervos documentais privados dos presidentes da República. Brasília, DF: Presidência da República, [1991b].

HEREDIA HERRERA, A. **Archivistica General**: Teoria y práctica. 5° ed. Sevilla, Espanha: Diputación Provincial de Sevilla, 1991.

LOPES, B. P.; RODRIGUES, G. M. Os acervos privados de presidentes da República no Brasil. **InCID**: Revista de Ciência da Informação e Documentação, Ribeirão Preto (SP), v. 10, n. 1, p. 64-80, 2019.

LOPEZ, A. P. A. **Como descrever documentos de arquivo**: elaboração de instrumentos de pesquisa. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.

MATTOS, Renato de; PEREIRA, A. A. Discussões em torno dos arquivos pessoais face à teoria arquivística. **Biblos**, v.33, p.75-91, 2020.

MATTOS, Renato de. Entre o interesse público e o privado: natureza jurídica e amparo legal dos acervos presidenciais brasileiros. In: MATTOS, R. de; FONSECA, Vitor M. M. da; CAMPO, L. M. C.; FREITAS, L. S. (Org.). **Tendências de pesquisa no PPGCI/UFF**: abordagens e perspectivas. São Paulo: Tikinet, 2020, p. 106-122.

MATTOS, Renato de; MENDES, J. M. Arquivos pessoais e patrimônio: a Declaração de Interesse Público e Social como instrumento de patrimonialização de arquivos. **Ágora**, v.31, p.1-21, 2021.

MATTOS, Renato de. Acervos presidenciais brasileiros: entre o patrimônio público e a propriedade privada. **Acervo**: Revista do Arquivo Nacional, [S. l.], v. 37, n. 3, p. 1–24, 2024.

MEEHAN, J.. Novas considerações sobre ordem original e documentos pessoais. In: HEYMANN, L.; NEDEL, L. (Org.). **Pensar os Arquivos**: uma antologia. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2018, p. 305-327.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 21ª ed., Petrópolis (RJ): Vozes, 2002.

OLIVEIRA, L. M. V. Política de aquisição: uma reflexão em torno das questões que orientam o processo de ampliação dos acervos institucionais. In: OLIVEIRA, L. M. V.; SILVA, M. C. S. M. (Org.). **Políticas de aquisição de preservação de acervos em universidades e instituições de pesquisa**. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2012, p. 117-130.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development**. New York: UN. 2015.

SANTOS, Antônio R. dos. **Metodologia científica**: a construção do conhecimento. Rio de Janeiro. DP&A, 1999.

A IMPORTÂNCIA DE ESTUDOS RELACIONADOS AOS USUÁRIOS DA INFORMAÇÃO NO ÂMBITO DO SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES – SEI

THE IMPORTANCE OF STUDIES RELATED TO INFORMATION USERS WITHIN THE CONTEXT OF THE ELECTRONIC INFORMATION SYSTEM – SEI

Raissa Kelly Marinho dos Santos
Universidade Estadual da Paraíba
Jacqueline Echeverría Barrancos
Universidade Estadual da Paraíba
Manuela Eugênio Maia
Universidade Estadual da Paraíba

Resumo

Com a adoção do Sistema Eletrônico de Informações por diversos órgãos da administração pública federal brasileira, compreender as necessidades dos usuários tornou-se uma questão crucial, tendo em vista as transformações na prestação de serviços informacionais. Dessa forma, este texto tem por objetivo mapear os estudos que abordem as necessidades informacionais dos usuários quanto ao uso no citado Sistema. Do ponto de vista da metodologia, adotou-se abordagem quali-quantitativa e pesquisa exploratória. Utilizou-se revisão bibliográfica nas seguintes bases de dados: Portal de Periódicos Capes, Base de Dados em Ciência da Informação, *Scientific Electronic Library Online* e *Google Scholar*, em período entre 2015 e 2023. Identificou-se onze trabalhos, no entanto, apenas um deles descreve as demandas do Sistema Eletrônico de Informações relacionadas ao usuário da informação. Conclui-se que existe carência de relatos de experiências que abordem as demandas informacionais dos usuários, tendo em vista que este é um dos principais atores no contexto dos serviços informacionais.

Palavras-Chave: Administração pública federal; Demanda informacional; Sistema eletrônico de informações; Usuário da informação.

Abstract

With the adoption of the Electronic Information System by various bodies in the Brazilian federal public administration, understanding users' needs has become a crucial issue, given the transformations in the provision of information services. As such, the aim of this texto is to map studies that address users' information needs in relation to their use of the Electronic Information System. From the point of view of methodology, a qualitative-quantitative approach and exploratory research were adopted. A bibliographic review was carried out on the following databases: Capes Journal Portal, Information Science Database, Scientific Electronic Library Online and Google Scholar, between 2015 and 2023. Eleven papers were identified, but only one of them describes the demands of the Electronic Information System in relation to the information user. The conclusion is that there is a lack of reports on experiences that address the information demands of users, given that users are one of the main actors in the context of information services.

Keywords: Federal public administration; Information demand; Electronic information system; Information user.

INTRODUÇÃO

As demandas informacionais tem sido pauta nas últimas décadas devido aos avanços tecnológicos. Neste novo cenário, o usuário da informação tornou-se um dos principais atores fundamentais no processo arquivístico, devido às nova relação entre tecnologia e usuários da informação. Assim, há desafios impostos à Arquivologia, exigindo abordagens diferenciadas para lidar com as transformações digitais (Jardim; Fonseca, 2004; Nascimento, 2023).

Como resultado dessa transformação tecnológica em ambiente arquivístico, destaca-se o Sistema Eletrônico de Informações (SEI), desenvolvido, em 2009 pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), destacando-se como ferramenta para a gestão da informação, visando melhorias na celeridade, na transparência e na produtividade (Ataíde; Silva, 2022). Nesse contexto, a pergunta central da pesquisa é: quais são os estudos acadêmicos que relacionam as necessidades informacionais dos usuários no ambiente arquivístico do SEI?

Este Sistema é utilizado por diversos órgãos, principalmente, da administração pública federal, tornando-se fundamental para a verificação do mapeamento das demandas e da satisfação das necessidades informacionais dos usuários (Jardim, 1999). É imprescindível este estudo para compreender como a produção em Arquivologia se comporta na área dos estudos de usuários em serviços com perspectiva tecnológica.

Dessa forma, o principal objetivo desta pesquisa é mapear estudos que abordem as necessidades informacionais dos usuários quanto ao uso do SEI. Tem-se o intuito de compreender a dinâmica das demandas informativas dos usuários em ambiente tecnológico arquivístico.

Assim, esta investigação é importante porque visa a apresentar o progresso ou recuo no estudo dos usuários da informação e a sua promoção, permitindo uma compreensão mais profunda das referências da área arquivística quanto às necessidades, aos comportamentos e às habilidades na utilização do SEI. Por isso, essa pesquisa contribui para sensibilizar os estudiosos quanto ao desenvolvimento de investigações adaptadas à realidade das instituições públicas brasileiras que utilizam o SEI.

METODOLOGIA

A metodologia adotada na presente pesquisa caracteriza-se quanto aos fins como sendo exploratória. De acordo com Michel (2009, p. 40), o citado tipo de pesquisa visa a "proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipótese". O objetivo em utilizá-la aponta para examinar o tema e identificar suas características, por meio da literatura nacional.

Quanto aos procedimentos, o método utilizado na presente pesquisa foi a revisão bibliográfica, utilizando de materiais já existentes, permitindo que o pesquisador abranja uma variedade de fenômenos maior do que conseguiria investigar diretamente (Gil, 2008). Dessa forma, a coleta de dados foi realizada nas bases: Portal de Periódicos Capes, Base de Dados em Ciência da Informação (Brapci), *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e *Google Scholar*. Essas bases de dados foram escolhidas pelo fácil acesso, praticidade e pelo número significativo de pesquisas nas áreas de Ciência da Informação e da Arquivologia.

Desse modo, justificamos o emprego da revisão bibliográfica para conhecer os principais autores que se debruçam sobre o assunto e seus principais trabalhos. Na busca, foram recuperadas: cinco pesquisas no Portal de Periódicos Capes; uma, no BRAPCI; nenhum estudo na SciELO; e cinco, no *Google Scholar*, perfazendo o total de onze trabalhos ao todo, no período compreendido entre 2015 e 2023.

Utilizamos ainda, as seguintes palavras-chave: "usuário do SEI", "usuários da informação", "sistema eletrônico de informações", "estudo de usuários do SEI" e "usuários da informação do SEI". Dessa forma, iniciamos a pesquisa na base de dados do Portal

de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, plataforma online que reúne uma vasta quantidade de recursos acadêmicos e científicos, oferecendo acesso a mais de 38 mil periódicos completos nas mais diversas áreas do conhecimento (Capes, 2020).

A Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (Brapci), por sua vez, é uma "plataforma digital brasileira voltada para a coleta, preservação e acesso à literatura científica na área de Ciência da Informação, englobando uma ampla variedade de publicações, principalmente provenientes de fontes brasileiras e da América Latina" (Brapci, 2010-2024).

A *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) é um programa destinado a promover a infraestrutura de comunicação de pesquisas por meio do acesso aberto, implementado de forma descentralizada como uma política pública de apoio à comunicação científica, utilizando o Modelo SciELO de Publicação (Scielo, 2023).

Em relação ao *Google Scholar*, trata-se de uma ferramenta que proporciona de modo simplificado a busca por literatura acadêmica, consolidando informações de diversas disciplinas e fontes. Ela permite realizar pesquisas abrangentes em artigos, em teses, em livros, em resumos, em pareceres judiciais, entre outros, oferecendo ainda uma interface única para acessar uma grande variedade de recursos (Google Scholar, 2024).

Quanto à abordagem, utilizamos uma pesquisa quali-quantitativa, mapeando quantitativamente o número de pesquisas nas bases de dados mencionadas e analisando qualitativamente os dados dessas pesquisas para identificar estudos sobre as necessidades informacionais dos usuários no SEI.

SEI: TRANSFORMANDO A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Toda atividade humana e as suas atividades dentro das organizações organizam-se em sistemas, interagindo para alcançar objetivos compartilhados. Nas últimas décadas, com a ampla adoção da informática, as organizações passaram a integrar todas as suas atividades em sistemas informatizados.

Por isso, tanto empresas com fins lucrativos quanto àquelas de natureza pública precisam de sistemas de informação efetivos, que tratem os dados de maneira a maximizar sua importância estratégica. Neste cenário, os "sistemas de informação desempenham um papel crucial na realização dos objetivos da instituição", conforme esclarece Ferreira e Bufoni (2006, p. 10). Para os autores, esses sistemas são importantes pelo simples fato de criarem vantagem competitiva.

Segundo Laudon e Laudon (2007, p. 9), um sistema de informação pode ser definido como um conjunto de componentes interconectados que coletam ou recuperam, processam, armazenam e distribuem informações destinadas a auxiliar na tomada de decisões, na coordenação e no controle de uma organização. Além de oferecer suporte

a essas funções, esses sistemas também capacitam gerentes e funcionários a analisar problemas, compreender questões complexas e criar produtos (Laudon; Laudon, 2007).

Isso posto, existe uma estreita relação entre sistemas de informação e tecnologia da informação, já que é difícil separar completamente a informação, a tecnologia e os sistemas de informação (Davenport, 1994). Essa conexão se torna evidente quando consideramos que sistemas de informação envolvem pessoas, tecnologia, procedimentos e a adoção de métodos.

Neste contexto, em 2013, a administração pública federal criou o Processo Eletrônico Nacional (PEN) com o objetivo de implementar uma infraestrutura para processos e para documentos administrativos eletrônicos, sendo uma das ações dessa iniciativa a implantação do SEI. Este trata-se de um sistema de gerenciamento eletrônico que organiza o conhecimento institucional, eliminando o uso de documentos físicos, ocasionando a celeridade nos processos de trabalho, garantindo decisões administrativas coerentes e melhoria na gestão de recursos humanos (Farias, 2021).

Com uma interface intuitiva e recursos robustos, o SEI oferece funcionalidades que simplificam e que agilizam o fluxo de trabalho. Entre suas características marcantes, destacam-se a assinatura digital, o controle de acesso por perfis, a tramitação eletrônica, o histórico de alterações e a integração com outros sistemas, promovendo gestão integrada e transparente (Nascimento, 2023).

Embora a adesão ao SEI tenha sido significativa no âmbito das instituições brasileiras, é importante reconhecer que o software não é código aberto e nem público. Nessa direção, quaisquer modificações necessitam ser homologadas pelo órgão proprietário. No entanto, é disponibilizado gratuitamente para instituições públicas através de um acordo de cooperação técnica (Ataíde; Silva, 2022).

Assim, o SEI oferece uma série de benefícios em termos de eficiência e de praticidade, mas também, ressaltamos as preocupações e os desafios associados aos usuários da informação, à implementação, ao uso e à preservação dos documentos arquivísticos digitais.

ESTUDO DE USUÁRIOS DA INFORMAÇÃO: SUA IMPORTÂNCIA

No contexto atual, observamos mudanças consideráveis de paradigmas no campo arquivístico, especialmente, em relação à maneira como os arquivos são concebidos, gerenciados e disponibilizados para o uso. Por exemplo, o paradigma da pós-custódia arquivística, que direciona a compreensão dos arquivos como locais ativos e que a informação é gerenciada e disponibilizada de maneira dinâmica, visando abordagem voltada aos usuários. Essa perspectiva é contraria à concepção dos arquivos como depósitos passivos de documentos (Jardim; Fonseca, 2004).

Nesta realidade, o estudo de usuários da informação desempenha um papel fundamental, em específico, nos serviços informacionais e na concepção e no aprimoramento

de sistemas de informação. Compreender as necessidades, as preferências e os comportamentos dos usuários permitem desenvolver melhores soluções, aumentando a usabilidade e a relevância das informações disponibilizadas. Corroborando, Jardim e Fonseca (2004, p. 1) afirmam: "[...] é cada vez mais ressaltado que arquivistas não servem aos arquivos, mas à sociedade e seus diversos agentes".

Dessa forma, os estudos voltados aos usuários tendem a ser uma parte fundamental do *design* de produtos e de serviços, pois ajudam a entender as suas necessidades, as suas preferências e os seus comportamentos. No entanto, conduzir esses estudos podem ser desafiadores devido à complexidade dos seres humanos e à variedade de fatores que os influenciam.

Aplicação do Estudo de Usuários no Contexto do SEI

No contexto do SEI, o estudo de usuários é essencial para garantir que a plataforma atenda às necessidades dos seus usuários, geralmente internos, que por vezes são servidores públicos, e os cidadãos, nominados pela literatura da área por usuários externos (Batista *et al.*, 2019). Compreender como esses usuários buscam, consomem e interagem com as informações no sistema contribui para o entendimento das necessidades e das demandas dos usuários por informações. Além disso, permite o desenvolvimento dos melhores serviços de informação e, consequentemente, a otimização da usabilidade do sistema, tornando-o mais acessível.

Embora os estudos relacionados aos usuários não sejam recentes (Farias, 2021, p. 16), deve-se considerar as discussões sobre essa temática na atualidade. Haja vista que, segundo Jardim e Fonseca (2004, p. 2), a evolução dos estudos de usuários, no campo da Documentação e da Ciência da Informação, revela que, tradicionalmente, esses estudos se concentravam em avaliar o grau de satisfação dos usuários em relação aos serviços de informação oferecidos.

No entanto, com as mudanças nas formas de produção e no uso da informação, as abordagens clássicas têm sido revisitadas, pois limitam as pesquisas a focar mais nos usos dos sistemas do que nos próprios usuários. Indicando a necessidade de uma mudança de foco nas pesquisas, passando da análise dos sistemas para uma compreensão mais profunda das necessidades e comportamentos dos próprios usuários.

Nessa percepção, a partir do referencial teórico, foi realizado o mapeamento de estudos de usuários da informação relacionado ao sistema SEI. Percebemos que, embora algumas pesquisas tenham relacionado a relevância dos estudos de forma positiva quanto à utilização do SEI, ainda há algumas questões e lacunas concernente as demandas informacionais destes usuários, conforme é mostrado no Quadro 1:

Quadro 1: Estudos de usuários da informação relacionado ao SEI

Base de dados	Tipo	Autor/ Ano	Título do trabalho	Resumo
Periódi-cos Capes	Artigo	Silva; Souza; Ceolin (2022)	Sistema eletrônico de informações em uma instituição pública do estado de Pernambuco: uma análise da aceitação e uso do sistema.	O estudo analisa as possibilidades e o uso do SEI em uma instituição pública de Pernambuco, sob a perspectiva dos usuários internos, com base na teoria unificada de aceitação e uso da tecnologia.
	Artigo	Farias *et al*. (2020)	Implantação do sistema eletrônico de informações em uma Universidade Pública Federal: percepção dos servidores da área de gestão de pessoas.	O texto analisa a percepção dos servidores da área de gestão de pessoas da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) sobre a implementação do SEI.
	Artigo	Ataíde; Silva (2022)	Avaliação de usabilidade dos ícones da interface visual do SEI/UFCG a partir de uma abordagem híbrida.	O artigo visa identificar a compreensão dos usuários sobre os ícones a partir da criação de uma escala de semântico diferencial.
	Artigo	Fulton *et al*. (2018)	Adoção do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) pelo Ministério da Justiça: uma avaliação na ótica de usuários.	Este estudo investiga a atitude de usuários em relação ao SEI, divulgadas pelo Ministério da Justiça (MJ) do Brasil, com base em dimensões de adoção de tecnologia.
	Artigo	Oliveira (2019)	Comportamento informacional de servidores e colaboradores da Universidade Federal do Ceará no uso do Sistema Eletrônico de Informações (SEI).	Trata do comportamento informacional dos usuários do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) que estão lotados na Coordenadoria de Administração e Patrimônio (CAP) da UFC.
Brapci	Artigo	Santos; Souza; Lima (2023)	Gestão Eletrônica de Informações do estado de Alagoas: abordagem integrada entre sistema e usuário.	A pesquisa teve por objetivo analisar preliminarmente as condições de integração entre sistema e usuário na melhoria da gestão da informação.
SciELO	-	-	-	-

Base de dados	Tipo	Autor/ Ano	Título do trabalho	Resumo
Google Scholar	Artigo	Batista (2019)	Implantação do Sistema Eletrônico de Informações em uma Universidade Federal da Amazônia Ocidental: sob a visão da teoria unificada de aceitação e uso da tecnologia.	Este artigo apresenta estudo realizado sobre a aceitação do SEI implantado na Universidade Federal de Rondônia, com o fito de identificar a percepção dos usuários sobre o sistema.
	Artigo	Bernardo; Rodrigues; Silva (2018)	Avaliação da usabilidade e desempenho do Sistema Eletrônico de Informações (SEI).	A pesquisa teve como objetivo avaliar a qualidade do sistema a partir da percepção do usuário, em um órgão de segurança pública federal localizado em Brasília.
	Disser-tação	Nascimen-to (2023)	A competência em informação e os usuários do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) do protocolo e arquivo do Instituto Federal de Sergipe (IFS) do Campus São Cristóvão.	Este estudo aborda a competência em informação no contexto dos usuários do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) do protocolo e arquivos do Instituto Federal de Sergipe (IFS) do Campus São Cristóvão.
	Disser-tação	Hernandes (2022)	Usuário de arquivos: estudo de recuperação da informação no contexto do DNIT/RS.	Trata-se de uma pesquisa que visa relacionar o estudo de usuários a recuperação da informação, na visão da Arquivologia.
	Disser-tação	Silvestro (2020)	Adoção de um sistema de governo eletrônico em uma universidade pública: uma exploração de fatos, percepções e eficácia da implantação.	O estudo confronta as finalidades e características do SEI frente às expectativas dos servidores e resultados operacionais obtidos após sua adoção.

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2024.

Ao analisar o Quadro 1, podemos observar que, apesar dos avanços das pesquisas no campo da Ciência da Informação, os estudos relacionados aos usuários da informação em Arquivologia permanecem carentes, esse contexto pode ser reforçado por Vitoriano, Leme e Casarin (2020) e por Jardim e Fonseca (2004, p. 3), estes últimos descreverem: "a literatura arquivística sobre estudos de usuários é pouco expressiva quando comparada a outros temas como transferência de documentos, avaliação, arranjo e descrição, etc.".

Dessa forma, em sua maioria, essas investigações permanecem restritas ao contexto de instituições específicas, focando, principalmente, na avaliação do grau de satisfação e de usabilidade dos sistemas. No entanto, foi identificado apenas um estudo que aborda o assunto exposto nesta pesquisa, a dissertação de Hernandes (2022, p. 6), que se limita "a levantar dados que possibilitem entender o funcionamento das rotinas e utilização prática do sistema".

Portanto, após consulta às bases de dados mencionadas, não foram identificados estudos que abordem as demandas informacionais dos usuários do SEI no âmbito da administração pública federal, considerando as demandas informacionais dos usuários. Isso reforça a necessidade de mais pesquisas abrangentes e aprofundadas nessa área.

Essa falta de investigações holísticas resulta em uma lacuna na compreensão das necessidades informacionais dos usuários e na melhoria dos sistemas para atendê-las (Jardim; Fonseca, 2004, p. 7). Ao focar apenas na satisfação e na usabilidade, os estudos negligenciam a complexidade das interações entre os usuários e os sistemas, bem como, as variáveis contextuais que influenciam o processo de busca, de uso e de avaliação da informação. Portanto, é essencial que os pesquisadores ampliem sua análise para incluir uma compreensão mais profunda do comportamento informacional dos usuários, considerando suas motivações, estratégias de busca e de preferências de interação e das necessidades informacionais específicas.

Dessa forma, para obter dados concretos em estudos de usuário da informação, é necessário analisar uma série de aspectos que o envolve, como, por exemplo, a formação educacional, o know-how, as interações com outros usuários e organizações, as demandas específicas, a personalidade, os comportamentos, as atitudes e as preferências.

Além disso, é crucial considerar fatores como motivação, percepção e mudanças de atitude ao longo do tempo (Garcia; Santana, 2018). Ou seja, cada pessoa e suas relações são únicas, suas ações e reações podem variar dependendo do contexto, o que torna a tarefa de estudá-las ainda mais desafiadora. Assim, compreender essas diferenças é essencial para oferecer produtos e serviços que atendam às necessidades e expectativas dos usuários, e até mesmo superá-las e ressignificá-las.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar dos avanços na área da Ciência da Informação, considerando a Arquivologia uma subárea desta, segundo a Capes, os estudos voltados para compreender as demandas informacionais dos usuários da informação do SEI permanecem em uma fase incipiente, sendo limitadas, basicamente, a instituições específicas e trazendo uma avaliação superficial do grau de satisfação e de usabilidade.

Quer dizer, as abordagens ainda não incorporam, de forma abrangente, o comportamento e as competências informacionais dos usuários. Também verificamos a incipiência, quanto às abordagens, no tocante às necessidades de informação e às complexas interações que estabelecem com o SEI.

Assim, verificamos a urgente necessidade de estimular a produção de pesquisas relacionadas ao tema "estudo de usuários da informação no âmbito do SEI". Para tanto, é essencial desenvolver ações centradas no usuário, buscando assim, estabelecer uma relação mais dinâmica e colaborativa entre os profissionais da informação e os usuários.

Este cenário pode ser caracterizado nas falas de Jardim e Fonseca (2004, p. 4) ao descreverem:

Do ponto de vista dos impactos deste contexto no universo arquivístico, alguns autores sugerem que não apenas necessitamos nos movermos em direção a um paradigma da pós-custódia arquivística, mas também partirmos do modelo "arquivos direcionados para os arquivistas" para "arquivos direcionados para os usuários".

E por fim, a promoção de pesquisas voltadas ao assunto, ora exposto, ressalta a importância de uma abordagem centrada no usuário, visando a conhecer suas necessidades informacionais, seu perfil, a qualidade da informação e como busca determinada informação. Acreditamos que a ampliação em tal campo investigativo pode criar condições para as discussões envolvendo os serviços ofertados no SEI, especialmente, pelos arquivistas. Isso, por sua vez, contribui para o desenvolvimento pesquisas arquivísticas voltadas à realidade das instituições públicas federais.

REFERÊNCIAS

ATAÍDE, T. X. de; SILVA, I. F. da. Avaliação de usabilidade dos ícones da interface visual do SEI/UFCG a partir de uma abordagem híbrida. **Human Factors in Design**, Florianópolis, v. 11, n. 22, p. 110-132, 2022. Disponível em: https://revistas.udesc.br/index.php/hfd/article/view/22444. Acesso em: 13 maio 2024.

BATISTA, R. C. S. *et al*. Implantação do sistema eletrônico de informações em uma Universidade Federal da Amazônia ocidental: sob a visão da teoria unificada de aceitação e uso da tecnologia. *In*: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA - CIGU, 19., 2019, Florianópolis. **Anais** [...]. Florianópolis: UFSC, 2019, p. 1-15. Disponível em: https://repositorio.apps.uern.br/xmlui/handle/123456789/42. Acesso em: 10 maio 2024.

BERNARDO, N. M.; RODRIGUES, E. C. C.; SILVA, R. B. da. Avaliação da usabilidade e desempenho do sistema eletrônico de informações (SEI). **Revista Negócios em Projeção**, [*S. l.*], ano 2017, v. 8, n. 2, p. 50-61, 19 jan. 2018. Disponível em: https://revista.projecao.br/index.php/Projecao1/article/view/899. Acesso em: 10 maio 2024.

BRAPCI. **Sobre a Brapci**. Florianópolis: [*s.n.*], 2010-2024. Disponível em: https://www.brapci.inf.br/#/about/brapci. Acesso em: 11 maio 2024.

CAPES. **Quem somos**. Brasília: [*s.n.*], 2020. Disponível em: https://www-periodicos-capes-gov-br.ezl.periodicos.capes.gov.br/index.php/sobre/quem-somos.html. Acesso em: 11 maio 2024.

DAVENPORT, T. H. **Reengenharia de processos**. Rio de Janeiro: Campus, 1994.

FARIAS, E. G. de. **Análise do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) na perspectiva dos usuários**: um estudo de caso em uma empresa estatal pernambucana. 2021. 27 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Administração Pública) – Unidade Acadêmica de Educação a Distância e Tecnologia, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2021.

FARIAS, L. de A. *et al*. Implantação do sistema eletrônico de informações em uma Universidade Pública Federal: percepção dos servidores da área de gestão de pessoas.

Revista Brasileira de Administração Científica, [*S. l.*], v. 11, n. 4, p. 189-199, 2020. Disponível em: https://navus.sc.senac.br/navus/article/view/1689/pdf. Acesso em: 10 maio 2024.

FULTON, D. de C. P. *et al*. Adoção do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) pelo Ministério da Justiça: uma avaliação na ótica de usuários. **Revista do Serviço Público**, [*S. l.*], v. 69, n. 4, p. 1015-1036, 2018. Disponível em: https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/3624. Acesso em: 1 abr. 2024.

GARCIA, G. da P. C.; SANTANA, M. Y. D. Os usuários da Informação no arquivo: perspectivas de aproximação e aplicação no âmbito dos estudos da Ciência da Informação. **E-Ciencias de la Información**, San Pedro de Montes de Oca, v. 2, p. 39-63, 2018. Disponível em: http://www.scielo.sa.cr/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1659-41422018000200039&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 27 mar. 2024.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. Atlas, São Paulo, 2008.

GOOGLE SCHOLAR. [*S. l.*]: [*s. n.*], 2024. Disponível em: https://scholar-google-com.translate.goog/intl/en/scholar/about.html?_x_tr_sl=en&_x_tr_tl=pt&_x_tr_hl=pt-BR&_x_tr_pto=sc. Acesso em: 11 maio 2024.

HERNANDES, J. P. **Usuário em arquivos**: estudo de recuperação da informação no contexto do DNIT/RS. 2022. 156 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/handle/10183/252798. Acesso em: 10 maio 2024.

JARDIM, J. M. **O acesso à informação arquivística no Brasil**: problemas de acessibilidade e disseminação. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999 [Caderno de textos].

JARDIM, J. M.; FONSECA, M. O. K. Estudos de usuários em arquivos: em busca de um estado da arte. **DataGramaZero**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 5, p. A04, 2004.

LAUDON, K. C.; LAUDON, J. P. **Sistemas de Informação Gerenciais**. 7. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7552318/mod_resource/content/1/Laudon%20e%20Laudon.pdf. Acesso em: 10 maio 2024.

MICHEL, M. H. **Metodologia e pesquisa científica em Ciências Sociais**: um guia prático para acompanhamento da disciplina e elaboração de trabalhos monográficos. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

NASCIMENTO, L. C. do. **A competência em informação e os usuários do sistema eletrônico de informações (sei) do protocolo e arquivo do Instituto Federal de Sergipe (IFS) do campus São Cristóvão.** 2023. 168 f. Dissertação (Mestrado em Gestão da Informação e do Conhecimento) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2023. Disponível em: https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/18164. Acesso em: 30 mar. 2024.

OLIVEIRA, T. P. R. de. Comportamento informacional de servidores e colaboradores da Universidade Federal do Ceará no uso do Sistema Eletrônico de Informações (SEI). **Informação em Pauta**, [*S. l.*], v. 4, n. 2, p. 193-95, 2019. Disponível em: http://www.periodicos.ufc.br/informacaoempauta/article/view/43117. Acesso em: 30 mar. 2024.

SANTOS, E. F. dos; SOUZA, E. D. de; LIMA, P. R. da S. Gestão eletrônica de informações do estado de Alagoas: abordagem integrada entre sistema e usuário. *In*: ENCONTRO

NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB, 23., 2023, Aracaju. **Anais** [...]. Aracaju: UFS, 2023. Disponível em: https://www.brapci.inf.br/#/v/257697. Acesso em: 9 maio 2024.

SILVA, A.; SOUZA JUNIOR, P.; CEOLIN, A. C. Sistema eletrônico de informações em uma instituição pública do estado de Pernambuco: uma análise da aceitação e uso do sistema. **Revista Ambiente Contábil,** [*S. l.*], v. 14, n. 1, p. 355-378, 2022. Disponível em: https://periodicos.ufrn.br/ambiente/article/view/22967. Acesso em: 13 maio 2024.

SILVESTRO, R. **Adoção de um sistema de governo eletrônico em uma universidade pública**: uma exploração de fatos, percepções e eficácia da implantação. 2020. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção e Sistemas) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2020. Disponível em: https://riut.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/5210. Acesso em: 10 maio 2024.

SciELO, **Programa SciELO, Modelo SciELO de Publicação e Rede SciELO**. [*S. l.*]: [*s. n.*], 2023. Disponível em: https://www.scielo.org/pt/sobre-o-scielo/programa-scielo-modelo-scielo-de-publicacao-e-rede-scielo/. Acesso em: 11 maio 2024.

VITORIANO, M. C. de C. P.; LEME, T. F.; CASARIN, H. de C. S. Estudos de usuários em arquivos: panorama dos relatos de experiência publicados em periódicos nacionais. **Acervo**, [*S. l.*], v. 33, n. 3, p. 154–174, 2020. Disponível em: https://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/1612. Acesso em: 4 ago. 2024.

PROJETOS DE CENTROS DE MEMÓRIA NO VERSALIC: UM PANORAMA[1]

MEMORY CENTER PROJECTS IN VERSALIC: AN OVERVIEW

Felipe Lopes Gonçalves
Universidade Federal de Minas Gerais

José Francisco Guelfi Campos
Universidade Federal de Minas Gerais

Resumo

A partir de 1980, o perfil das instituições de custódia no Brasil foi diversificado com o surgimento dos centros de memória. Atualmente, ainda não há consenso sobre o conceito do termo centro de memória, ausente nos principais dicionários e tesauros de Arquivologia e de Ciência da Informação. Apesar disso, os centros de memória figuram como objeto de pesquisa na área da Arquivologia, em estudos que frequentemente destacam o caráter híbrido de seus acervos e as dificuldades orçamentárias dessas instituições. É comum na práxis desses espaços, lançar mão de projetos via leis de incentivo à cultura para contornar a situação do subfinanciamento. Este texto é um estudo exploratório, baseado em revisão de literatura e pesquisa documental no aplicativo VerSalic, uma ferramenta para navegação através dos projetos culturais que recebem incentivos fiscais do Ministério da Cultura. A busca foi realizada na aba "Projetos" do aplicativo, com o intuito de encontrar os projetos culturais relacionados a centros de memória, retornando trinta e seis resultados. A análise se deu em todos esses projetos encontrados, avaliando o título do projeto, local, proponente e recursos captados. Assim, foi possível constatar a desigualdade regional na quantidade de projetos e na distribuição dos recursos, bem como a diversidade tipológica dos centros de memória, que fazem parte da realidade arquivística nacional.

1 O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001

Palavras-Chave: Centro de memória; Arquivologia; Patrimônio documental; Projetos culturais; VerSalic.

Abstract

Since 1980, the profile of custody institutions in Brazil has diversified with the emergence of memory centers. Currently, there is still no consensus on the concept of the term "memory center," which is absent from the main dictionaries and thesauri of Archival Science and Information Science. Despite this, memory centers have become objects of research in the field of Archival Science, in studies that often highlight the hybrid nature of their collections and the budgetary difficulties of these institutions. It is common practice in these spaces to use projects through cultural incentive laws to address underfunding. This text is an exploratory study, based on literature review and documentary research in the VerSalic application, a tool for navigating through cultural projects that receive tax incentives from the Ministry of Culture. The search was conducted in the "Projects" tab of the application, aiming to find cultural projects related to memory centers, returning thirty-six results. The analysis covered all these projects, evaluating the project title, location, proponent, and resources raised. Thus, it was possible to observe regional inequality in the number of projects and the distribution of resources, as well as the typological diversity of memory centers, which are part of the national archival reality.

Keywords: Memory center; Archival science; Documentary heritage; Cultural projects; VerSalic.

INTRODUÇÃO

Os centros de memória (CMs) compõem o perfil institucional das entidades brasileiras de custódia de acervos. De acordo com Camargo e Goulart (2015), no Brasil, o surgimento dessas instituições se deu em 1980. Atualmente, ainda não se observa um consenso a respeito da definição do termo "centro de memória", termo ausente nos principais dicionários e tesauros de terminologia arquivística e da Ciência da Informação, como o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística e o Tesauro Brasileiro de Ciência da Informação.

Na primeira parte deste artigo, utilizando revisão de literatura, evidencia-se uma convergência para a compreensão do hibridismo dos acervos nos CMs, compostos por

documentos tipicamente associados aos acervos de arquivos, bibliotecas e museus. Além disso, outra característica em comum desses espaços está relacionada ao subfinanciamento.

Para manter o funcionamento é comum o uso de projetos via leis de incentivo à cultura nos CMs. O objetivo deste artigo é analisar o panorama desses projetos, num estudo comparativo das informações disponíveis no aplicativo VerSalic.

O VerSalic é um portal de visualização de dados relativos a projetos culturais que recebem incentivos fiscais do Ministério da Cultura. Operando com o termo "centro de memória" na aba de busca de "Projetos" do VerSalic, foram encontrados trinta e seis resultados, que serviram de dados para análise da aprovação ou não das propostas, da localidade de execução dos projetos, bem como os valores captados.

O texto apresenta uma análise qualiquantitativa dos resultados encontrados, que aponta a diversidade e a complexidade dos perfis institucionais dos CMs e a desigualdade regional no Brasil em termos de quantidade de projetos e de distribuição dos recursos.

PERFIS INSTITUCIONAIS DIVERSOS

Além dos arquivos, bibliotecas e museus, nos anos 1970 surgem os centros de documentação no Brasil e, na década seguinte, os primeiros centros de memória, tornando o rol de instituições de custódia ainda mais complexo.

Para Lima (2009), os centros de documentação surgiram inicialmente para apoiar pesquisas através da organização de bibliografias e materiais de referência. Em seguida, tornam-se responsáveis, também, pela guarda de diversos tipos de documentos, sejam eles arquivísticos, bibliográficos ou museológicos. Smit (1986, p. 10) observa que a documentação, entendida como ramo de especialidade da Biblioteconomia, "organiza as informações relacionadas a um assunto, sem restrições quanto ao acervo", sendo o objetivo do centro de documentação referenciar e organizar informação sobre um assunto específico.

Na visão de Camargo (2013), o centro de documentação constitui uma biblioteca especializada, enquanto Bellotto (2014) o considera como um órgão colecionador e, muitas vezes, referenciador. Tessitore (2017) empregou os termos "centro de documentação" e "centro de memória" indistintamente, supondo uma aproximação entre eles, o que também se percebe em Célia Camargo (1999), que reconhece a inserção destas instituições no ambiente universitário e as define como entidades voltadas para a geração de informações e para a organização de fontes para a pesquisa.

Em palestra proferida em 2013, a professora Ana Maria Camargo instiga a refletir sobre o termo "centro de memória", que parece ser mais atraente que o termo "arquivo", dado o desprestígio dos arquivos, das bibliotecas e dos museus na nossa sociedade. Assim, não deixa de provocar quando afirma que "grande parte daquilo que chamamos de centro de memória nada mais é do que um arquivo" (Camargo, 2013).

Camargo e Goulart (2015), investigando sobre centros de memória de empresas, afirmam que eles possuem características híbridas e funções específicas (corporativa, organizacional). Tais centros de memória atuam na reunião de documentos probatórios do funcionamento da instituição, mas com foco em conhecimento e instrução, voltados para a própria organização. A missão dessas instituições seria a de transformar os arquivos em algo que diz coisas importantes para a organização, para que ela funcione de maneira melhor.

De acordo com Camargo e Goulart (2015), o acervo nos centros de memória é formado por acumulação natural ou proveniente de fontes múltiplas, com presença de coleções, nichos voltados para o *marketing* e multiplicidade de gêneros documentais. Há uma preocupação com a memória das atividades-fim da organização e existe um uso constante do conhecimento tácito e de projetos de história oral para registro da experiência das pessoas que trabalharam na organização. Para as autoras, o diferencial de um centro de memória estaria na capacidade de atender às necessidades das instituições a que se vinculam, não raro as presumindo ou mesmo as antecipando.

Fontanelli (2005) ressalta a dificuldade de compreensão da missão e responsabilidades dos centros de memória, pois não há uma metodologia de trabalho e nem mesmo uma conceituação apropriada para essas instituições. Nesta linha, Tessitore (2003) assinala que vários órgãos recebem a denominação de centros de documentação ou de memória de forma equivocada, pois existe uma confusão entre essas instituições com o arquivo permanente de entidades. Já para Oliveira (2015), os centros de memória são confundidos com os centros de documentação, uma vez que ambas são instituições híbridas, que se preocupam com a organização das informações para a geração de novos conhecimentos e preservação da memória.

Para conseguir recursos, observa-se que os centros de memória se esforçam para se posicionarem estrategicamente dentro das organizações, "reforçando os vínculos mantidos com diferentes públicos, garantindo visibilidade a suas ações e funcionando como um verdadeiro trunfo em situações de crise" (Camargo; Goulart, 2015, p. 83). Porém são setores que estão sempre em desvantagem em relação a outros quando se trata de contenção de gastos, já que não fazem parte da atividade-fim das organizações.

Camargo e Goulart (2015) também alertam os centros de memória, ressaltando que devem dar acesso a informações, obtidas a partir dos documentos de arquivo, para responder às questões das diferentes áreas da organização. Percebemos que embora o objetivo de Camargo e Goulart (2015) seja propor uma definição para o centro de memória, o enfoque de suas reflexões recai exclusivamente sobre os centros de memória de empresas.

Porém, a realidade brasileira aponta para a existência de centros de memória vinculados a outros tipos de instituições, o que sinaliza uma maior diversidade na tipologia e no perfil dessas instituições de custódia, como é o caso de centros de memória de

instituições de ensino, de entidades religiosas, dos poderes executivo, legislativo ou judiciário e de grupos sociais.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E COLETA DOS DADOS

A pesquisa realizada é do tipo descritiva-exploratória e de natureza qualiquantitativa. Além da revisão de literatura evidenciada na seção anterior, realizou-se pesquisa documental a partir do portal VerSalic. Para a coleta de dados, operou-se busca com o termo "centro de memória" na aba denominada "Projetos", no intuito de encontrar os projetos relacionados a centro de memória.

O VerSalic apresenta os dados em tempo real, de acordo com a base do Sistema de Apoio às Leis de Incentivo à Cultura (SALIC), através de sua interface de programação de aplicações (API)[1]. Portanto, é importante mencionar que a coleta de dados aconteceu no dia 16 de junho de 2024, e que nessa data, o motor de busca do VerSalic retornou trinta e seis resultados, ou seja, trinta e seis projetos relacionados a centros de memória. Nem todos eles apresentaram a data de previsão ou de execução do projeto, sendo a referência mais antiga encontrada a de outubro de 2010, do Centro de Memória do Samba Carioca (31/10/2010 a 31/10/2011), portanto estima-se que essa pesquisa tenha coletado informações de projetos relacionados a CMs num período de aproximadamente quatorze anos.

Optou-se pela análise de todos os projetos listados no resultado da busca, avaliando o título do projeto, o local, a denominação do proponente e os valores aprovado e captado, dados sistematizados no Quadro 1, abaixo:

Quadro 1 – Parte dos Projetos do VerSalic relacionados a CMs

Título	Local	Aprovado?	Proponente	PF/ PJ?	Valor captado
Aprimoramento e manutenção do Centro de Memória - Centro Cultural Minas Tênis	MG	Sim	Minas Tênis Clube	PJ	R$ 400.000,00
ARCA - Gestão do Acervo do Centro de Memória da Arquitetura e Engenharia	SP	Sim	José Roberto Bernasconi	PF	R$ 0,00
Associação dos Amigos do Centro de Memória do Circo - Plano Anual - 5ª edição - SOU DE CIRCO - Programa de Formação e Experimentação Profissional em Museologia, Pesquisa e História do circo	SP	Sim	Associação dos Amigos do Centro de Memória do Circo	PJ	R$ 0,00

1 O código deste aplicativo está disponível no repositório do Ministério da Cultura, disponível em: github.com/CulturaGovBr. Acesso em: 16 jun. 2024.

Título	Local	Aprovado?	Proponente	PF/ PJ?	Valor captado
Ativação Cultural Itaguaí - Centro de Memória dos Povos Originários	RJ	Sim	Alessandra Reis 27 Produções Artísticas Ltda.	PJ	R$ 497.085,43
Casa da Estação - Centro de Memória e Referência Audiovisual	RJ	Sim	Associação Cultural para o Desenvolvimento de Tecnologias Humanas	PJ	R$ 0,00
Casa do Samba - Centro de Memória	RJ	Sim	Sarau Agência de Cultura Brasileira Ltda.	PJ	R$ 0,00
Centro de Memória Beto Bittencourt	MA	Não	Joana Maria Bittencourt	PF	R$ 0,00
Centro de Memória Casimiro de Abreu, Resgate, Preservação Construção da História do Município	RJ	Não	Fundação Cultural Casimiro de Abreu	PJ	R$ 0,00
Centro de Memória do Banestes - 1 etapa	ES	Não	Instituto Modus Vivendi de Desenvolvimento Social, Cultural e Ambiental	PJ	R$ 0,00
Centro de Memória do Samba Carioca	RJ	Sim	Museu do Samba	PJ	R$ 0,00
Centro de Memória Dorina Nowill	SP	Não	Fundação Dorina Nowill Para Cegos	PJ	R$ 0,00
Centro de Memória e Cultura	SP	Não	Instituto Cultural J. Safra	PJ	R$ 0,00
Centro de Memória e Cultura Kaingang	PR	Não	Associação dos Moradores da Terra Indígena Apucaraninha	PJ	R$ 0,00
Centro de Memória Virtual da Imigração Árabe no Brasil	SP	Sim	Instituto da Cultura Árabe	PJ	R$ 0,00
Centro de Memórias	SP	Não	Cobalto Produções, Projetos, Editora e Comunicação - Ltda - ME	PJ	R$ 0,00
Centro de Memórias de Pindamonhangaba	SP	Sim	Pauliceia Arquitetura Restauro e Projetos Culturais Ltda.	PJ	R$ 3.158.361,00

Título	Local	Aprovado?	Proponente	PF/ PJ?	Valor captado
Centro de Memórias dos povos da Serra da Capivara, uma experiência educativa e de capacitação cultural	PI	Sim	Associação do Instituto Olho d'Água	PJ	R$ 1.300.000,00
Construção da Sede do Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina	PR	Sim	Fundação Universitária do Desenvolvimento do Oeste	PJ	R$ 0,00
Continuidade da Requalificação e Revitalização do Centro de Memória da AngloGold Ashanti	MG	Sim	Associação Pro-Cultura e Promoção das Artes	PJ	R$ 1.766.000,00
Criação do Centro de Memória e Documentação do Teatro de Pesquisa	MG	Sim	Teatro de Pesquisa	PJ	R$ 0,00
Digitalização do acervo do Centro de Memória da Eletricidade no Brasil	RJ	Não	Centro da Memória da Eletricidade no Brasil	PJ	R$ 0,00
Estação Cultural - Centro de Memória Italvense	RJ	Não	Prefeitura Municipal de Italva	PJ	R$ 0,00
Implantação do Centro de Memória e Estudos da Obra de Guimarães Rosa	MG	Sim	Associação dos Amigos do Museu Mineiro	PJ	R$ 0,00
Implantação do Centro de Memória Usiminas	MG	Sim	Instituto Usicultura	PJ	R$ 6.563.003,77
Manutenção do Acervo e Atividades do Centro de Memória AngloGold Ashanti 2024	MG	Sim	Associação Pro-Cultura e Promoção das Artes	PJ	R$ 0,00
Nova Exposição do Centro de Memória do Minas Tênis Clube e Manutenção do Espaço - Plano Plurianual 2024 a 2027	MG	Sim	Minas Tênis Clube	PJ	R$ 0,00
Organização e Ampliação do Centro de Memória da Casa de Cultura Xerente	TO	Sim	Associação Indígena Akwe	PJ	R$ 247.159,43
Plano Bianual (2024-2025) do Centro de Memória dos povos da Serra da Capivara, CEMOPSCapivara	PI	Sim	Associação do Instituto Olho d'Água	PJ	R$ 0,00
Plano Bianual 2024/2025 do Centro de Memória Usiminas	MG	Sim	Instituto Usicultura	PJ	R$ 734.864,00

Título	Local	Aprovado?	Proponente	PF/ PJ?	Valor captado
Plano Bianual de Programação e Manutenção do Centro de Memória do Trabalhador de Contagem/MG	MG	Sim	Associação de Amigos do Centro de Cultura Belo Horizonte - AMICULT	PJ	R$ 0,00
Portal FWA - Centro de Memória e Biblioteca	CE	Sim	Fundação Waldemar Alcântara	PJ	R$ 571.931,00
Projeto Centro de Memória Arca do Axé	BA	Não	Associação Cultural Comunitária e Carnavalesca Arca do Axé	PJ	R$ 0,00
Projeto de Requalificação do Centro de Memória Brenno Renato/ CMBR	MG	Sim	Minas Tênis Clube	PJ	R$ 2.000.000,00
Requalificação e Revitalização do Centro de Memória Morro Velho AngloGold Ashanti	MG	Sim	Associação Pro-Cultura e Promoção das Artes	PJ	R$ 900.000,00
Resgate do Centro de Memória Chico Bagre - Construindo Sonhos	CE	Sim	Associação Cultural dos Artistas e Amigos da Arte	PJ	R$ 694.340,98
Vasco da Gama Centro	RJ	Sim	Pancultural Eventos e Projetos Culturais	PJ	R$ 0,00

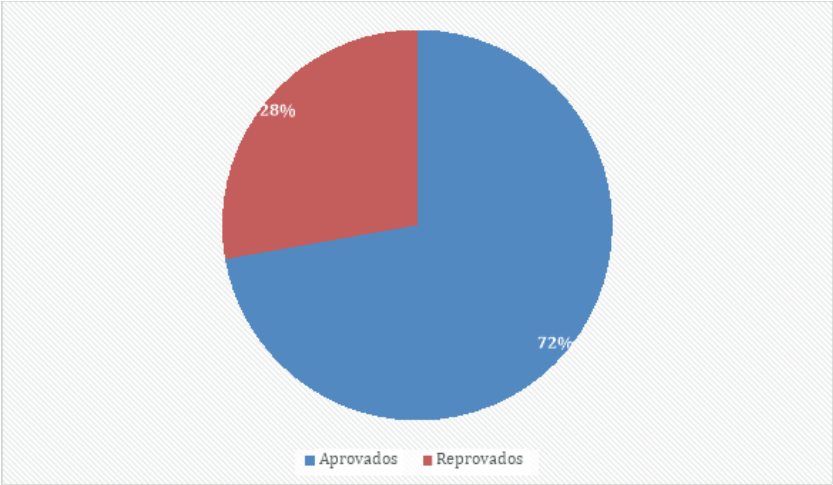
Fonte: Elaborado pelos autores, a partir do resultado pela busca de projetos relacionados a CMs no VerSalic

ANÁLISE DOS DADOS

Dos trinta e seis resultados coletados na pesquisa, foram aprovados pelo Ministério da Cultura (MinC) para a captação, vinte e seis propostas, o que indica uma taxa de reprovação de aproximadamente 28%. Desses projetos aprovados, apenas doze de fato conseguiram captar recursos, o que evidencia uma taxa de eficiência na captação de recursos em projetos relacionados a CMs em torno de 46,15%. Esses dados estão representados nos Gráficos 1 e 2.

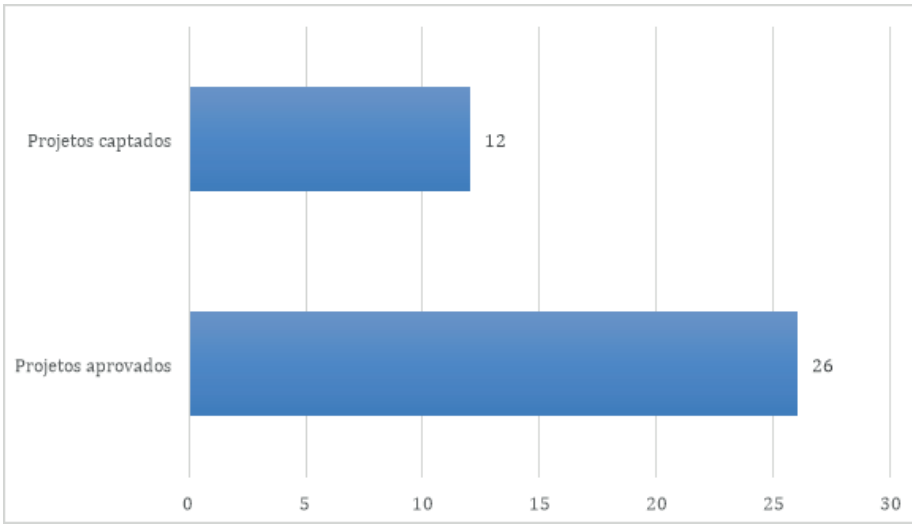
O total de recursos captados no período estimado (2010-2024) foi de R$ 18.832.745,61.

Gráfico 1 – Aprovações de projetos relacionados a CMs pelo MinC



Fonte: Elaborado pelos autores

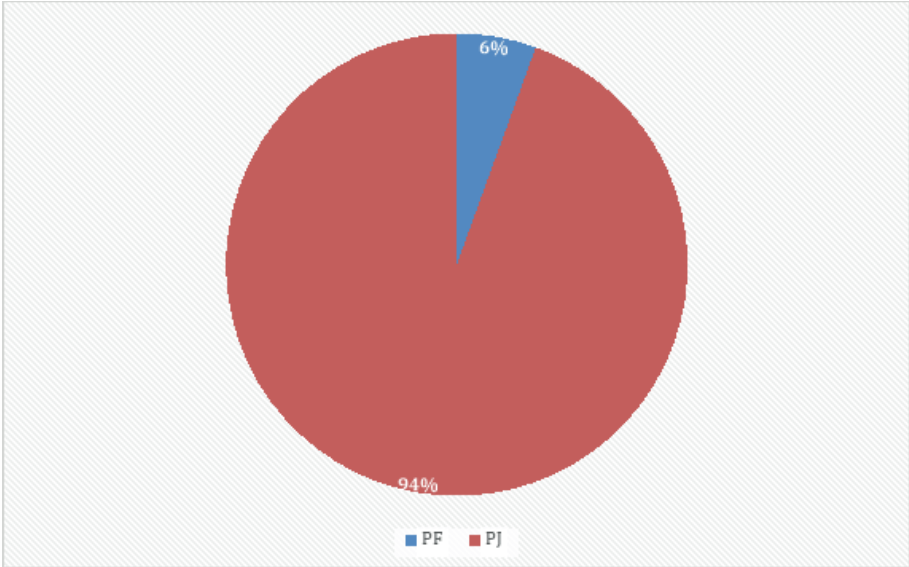
Gráfico 2 – Quantidade de projetos de CMs que captaram recursos



Fonte: Elaborado pelos autores

Percebe-se que o perfil dos proponentes é predominante de pessoas jurídicas, sendo apenas 5,55% deles propostos por pessoas físicas, o correspondente a dois projetos, conforme a Gráfico 3.

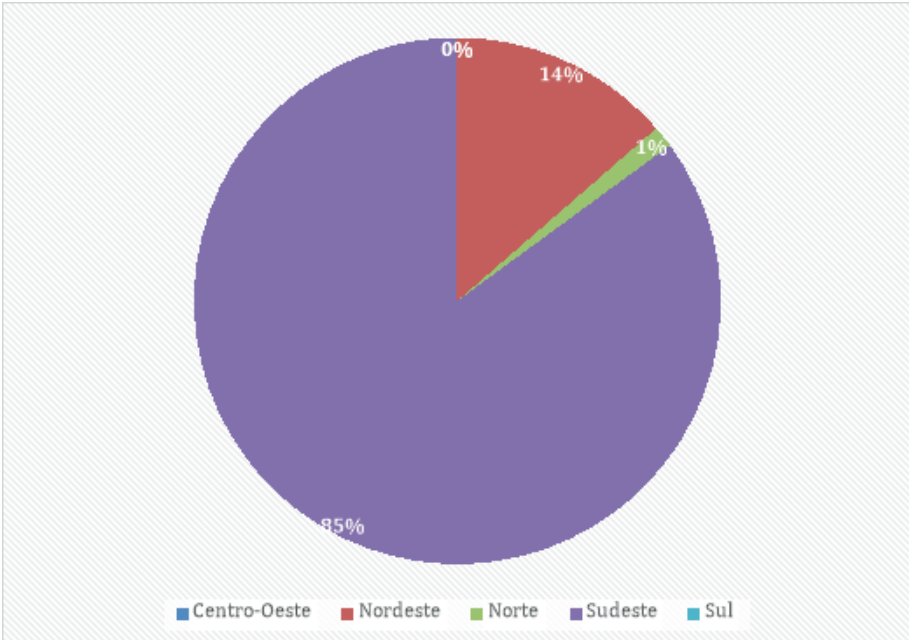
Gráfico 3 – Perfil dos proponentes dos projetos de centros de memória



Fonte: Elaborado pelos autores

Existe uma concentração de projetos de centros de memória na região sudeste brasileira (75% dos resultados), e portanto, uma desigualdade regional de distribuição dos recursos, evidenciada no Gráfico 4.

Gráfico 4 – Captação de recursos por região brasileiras por projetos relacionados a CMs



Fonte: Elaborado pelos autores

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os centros de memória fazem parte da realidade brasileira, ampliando o rol de instituições de guarda, preservação e difusão de acervos do Brasil.

Percebe-se uma diversidade tipológica dos CMs brasileiros, que podem ser de empresas, de instituições de ensino, de entidades religiosas, dos poderes executivo, legislativo ou judiciário e de grupos sociais. Apesar das divergências a respeito do conceito de CM, a literatua apresenta convergência para o hibridismo de seus acervos, que podem ser constituídos de documentos de arquivo, de biblioteca ou de museus.

No geral, os CMs lançam mão de projetos via leis de incentivo à cultura para manterem o seu funcionamento, já que o subfinanciamento também é uma característica marcante desses espaços.

Os resultados da pesquisa sobre projetos de CMs no VerSalic apontam para uma desigualdade regional na distribuição de recursos de captação via lei de incentivos para projetos relacionados a CMs, sendo mais de 80% da captação destinada para o sudeste, apenas 14% para o nordeste e 1% para o norte do Brasil. Os dados mostram que não houve recurso destinado a projetos de CMs para o sul e nem para o centro-oeste brasileiro.

Diante disso, cabe questionar: tal desigualdade poderia estar ligada a uma baixa divulgação dos meios de captação de recursos? Essa desigualdade estaria ligada a qualidade ou eficiência dos projetos de captação de recursos?

Em todo caso, a ausência do termo "centro de memória" nos dicionários de terminologia arquivística e nos tesauros de CI é, por si só, fato intrigante, que aponta um descompasso entre as obras de referência e a realidade do cenário arquivístico, abrindo espaço para um necessário debate sobre a definição deste tipo de instituição.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL. Brasil. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: O Arquivo, 2005. Disponível em: https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/dicionrio_de_terminologia_arquivistica.pdf. Acesso em: 09 maio 2024.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivo**: estudos e reflexões. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

CAMARGO, A. M. de A.; BELLOTTO, H. L. (Coord.). **Dicionário de terminologia arquivística**. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 1996.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Arquivos ou centros de memória? **Sesc Memórias**. São Paulo: Sesc-SP, 2013. Disponível em: https://youtu.be/gWI-GfNNl3s. Acesso em: 09 maio 2024. Palestra.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Os centros de Memória são instrumentos de ação. Entrevista concedida a Carla Lira, Gabriel Vituri, João Paulo Guadanucci e Marta Raquel Colabone. **Cadernos SESC Cidadania**, São Paulo, v. 10, n. 15, p. 30-33, jun. 2019. Disponível

em: https://sites.usp.br/arquivogeral/wp-content/uploads/sites/39/2019/10/2019n06-SAUSP.pdf. Acesso em: 09 maio 2024.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; GOULART, Silvana. **Centros de memória**: uma proposta de definição. São Paulo: Edições SESC, 2015.

CAMARGO, Célia Reis. Os centros de documentação das universidades: tendências e perspectivas. In: SILVA, Zélia Lopes da (org.). **Arquivos, patrimônio e memória**: trajetórias e perspectivas. São Paulo: Editora UNESP; FAPESP, 1999, p. 49-63.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. **Glossário**. Disponível em: https://www.gov.br/conarq/pt-br/assuntos/camaras-tecnicas-setoriais-inativas/camara-tecnica-de-documentos-eletronicos-ctde/2008_ctdeglossario_v4.pdf. Acesso em: 09 maio 2024.

FONTANELLI, Silvana Aparecida. **Centro de memória e ciência da informação**: uma interação necessária. Monografia (Trabalho de Conclusão do Curso de Biblioteconomia) – Escola de Comunicações e Artes – Universidade de São Paulo, 2005. São Paulo: ECA/USP, 2005. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/309607622_Centro_de_Memoria_e_Ciencia_da_Informacao_uma_interacao_necessaria. Acesso em: 15 maio 2024.

GOULART, Silvana. Centros de memória: substância e funções no mundo contemporâneo. In: OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. et al (org.). **Preservação, acesso, difusão**: desafios para as instituições arquivísticas no século XXI. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2013.

LIMA, Suely Torres de Melo dos Santos. **Projeto de criação do Centro de Memória do Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada**: uma história de competência, paixão e perseverança. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2009. Disponível em: https://repositorio.fgv.br/items/382f4b8d-4484-44ab-8e87-2ff73a3ac46a. Acesso em: 15 maio 2024.

MINISTÉRIO DA CULTURA. VerSalic: portal de visualização do sistema de apoio às leis de incentivo à cultura. Disponível em: https://versalic.cultura.gov.br/#/home. Acesso em: 16 jun. 2024.

OLIVEIRA, Thaís Nodare de. **Centros de memória e documentação da Universidade Federal de Minas Gerais**: perfis institucionais e políticas de acervo. Belo Horizonte: UFMG, 2016. (Dissertação de mestrado). Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUBD-AE3LQT/1/disserta__o_tha_s_n._vers_oelotr_nica.pdf. Acesso em: 09 maio 2024.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. FERREZ, Helena Dodd. **Tesauro brasileiro de Ciência da Informação**. Rio de Janeiro; Brasília: Ibict, 2014. Disponível em: http://sitehistorico.ibict.br/publicacoes-e-institucionais/tesauro-brasileiro-de-ciencia-da-informacao-1/copy_of_TESAUROCOMPLETOFINALCOMCAPA24102014.pdf. Acesso em: 14 maio 2024.

SMIT, Johanna. **O que é documentação**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

TESSITORE, Viviane. Arquivos e centros de documentação: Um perfil. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (Org.). **Introdução à história pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011, p.161-175.

TESSITORE, Viviane. Arquivos, centros de documentação e de memória: perfis institucionais e funções sociais. In: CAMPOS, José Francisco Guelfi (org.). **Arquivos pessoais**: experiências, reflexões, perspectivas. São Paulo: ARQ-SP, 2017, p. 12-28.

TESSITORE, Viviane. **Como implantar centros de documentação**. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2003. Disponível em: https://www.arqsp.org.br/arquivos/oficinas_colecao_como_fazer/cf9.pdf. Acesso em: 15 maio 2024.

TESSITORE, Viviane. **Os arquivos fora dos arquivos**: dimensões do trabalho arquivístico em instituições de documentação. São Paulo: ARQ-SP, 2002.

TOCAR AS PAREDES DO TEMPO: O DIREITO À ACESSIBILIDADE CULTURAL ATRAVÉS DAS FOTOGRAFIAS NA UFC

TOUCHING THE WALLS OF TIME: THE RIGHT TO CULTURAL ACCESSIBILITY THROUGH PHOTOGRAPHS AT UFC

Marcela Gonçalves Teixeira
Universidade Federal do Ceará

Josivan Soares Ferreira
Universidade Federal do Ceará

Ana Isabel Ferreira Wanderley
Universidade Federal do Ceará

Resumo

O presente relato de experiência tem como objetivo apresentar a execução e avaliação da vivência do projeto "Tocar as paredes do tempo: conhecendo o patrimônio arquitetônico da Universidade Federal do Ceará (UFC)", realizado pelo Memorial da UFC, em parceria com a Secretaria de Acessibilidade da referida universidade. A proposta nasceu a partir da problemática em possibilitar às pessoas com deficiência visual o acesso aos bens culturais e à memória coletiva. A ação contemplou percurso e visita guiada entre as unidades da universidade e a exposição de fotografias do acervo da UFC, no Salão Nobre da Reitoria. Participaram do projeto oito estudantes e dois servidores com deficiência visual. Utilizou-se como metodologia a pesquisa bibliográfica, exploratória, qualitativa e uma pesquisa-ação e, ademais, o uso de recursos de tecnologia assistiva: audiodescrição, impressão em braille, peça tátil e réplica em 3D, cujos recursos comunicacionais mediaram o acesso às imagens estáticas. Como aporte teórico a pesquisa fundamentou-se nas reflexões sobre acessibilidade cultural discorridas por Sarraf (2018), a importância do registro fotográfico enquanto bem cultural para Kossoy (2012) e Carboni (2020) e o entrelace entre patrimônio cultural e a memória nas palavras de Halbwachs (1990), Le

Goff (2003) e Pollak (2007). Como principais resultados, buscou-se ampliar o repertório de ações e atividades práticas que possibiltem às pessoas com deficiência a acessibilidade cultural através dos registros fotográficos enquanto acesso à memória e à cultura.

Palavras-Chave: Acessibilidade cultural; Pessoas com deficiência visual; Fotografias.

Abstract

This experience report aims to present the execution and evaluation of the experience of the project "Touching the walls of time: getting to know the architectural heritage of the Federal University of Ceará (UFC)", carried out by the UFC Memorial, in partnership with the Secretariat of Accessibility of said university. The proposal was born from the problem of enabling people with visual impairments to access cultural goods and collective memory. The action included a tour and guided tour between the university's units and an exhibition of photographs from the UFC collection, in the Rectory's Noble Hall. Eight students and two visually impaired employees participated in the project. The methodology used was bibliographical, exploratory, qualitative research and action research and, in addition, the use of assistive technology resources: audio description, Braille printing, tactile piece and 3D replica, whose communicational resources mediated access to the images static. As a theoretical contribution, the research was based on reflections on cultural accessibility discussed by Sarraf (2018), the importance of photographic recording as a cultural asset for Kossoy (2012) and Carboni (2020) and the intertwining between cultural heritage and memory in the words of Halbwachs (1990), Le Goff (2003) and Pollak (2007). As main results, we sought to expand the repertoire of practical actions and activities that enable people with disabilities to have cultural accessibility through photographic records as access to memory and culture.

Keywords: Cultural accessibility; People with visual impairments; Photographs.

INTRODUÇÃO

Dar acesso à informação a qualquer cidadão sem nenhuma barreira física, social ou tecnológica é princípio constitucional básico. O acesso vai além da disponibilidade material, e sim, fazer com que essa informação proporcione a cidadania plena.

Em relação aos artefatos e equipamentos culturais, tal premência mostra-se desafiadora ao pensarmos no acesso aos espaços urbanos, aquitetônicos, urbanísticos e culturais no que tange às pessoas com deficiência.

Por conseguinte, a temática que envolve acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência, a atenção, por vezes, restringe-se ao direito à saúde e à educação. Assim, urge expandir socialmente esta perspectiva e adensar no rol de pautas como o direito à cultura, ao acesso e a difusão dos arquivos institucionais independentemente do gênero e suporte.

Assim, o presente relato de experiência tem como objetivo apresentar a execução e avaliação da vivência do projeto "Tocar as paredes do tempo: conhecendo o patrimônio arquitetônico da Universidade Federal do Ceará (UFC)", realizado pelo Memorial da UFC, em parceria com a Secretaria de Acessibilidade da referida universidade.

A ação contemplou a comunidade acadêmica com deficiência visual mediante passeio e visita guiada nas unidades da universidade e a exposição de fotografias do acervo da UFC, no Salão Nobre da Reitoria.

A ação fez parte da programação dos Encontros Universitários de 2023, e contou com a participação de 8 (oito) estudantes e 2 (dois) servidores, ambos com deficiência visual.

TRILHA METODOLÓGICA

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica que, de acordo com Marconi e Lakatos (1992), tem o objetivo de investigar toda a bibliografica publicada em periódicos, livros, revistas científicas, entre outros, com o fito de que o pesquisador tenha o conhecimento sobre o material escrito sobre o assunto ou temática de determinada área do conhecimento.

A modalidade descrita acima é uma pesquisa exploratória, pois tem como objetivo a aproximação do problema da pesquisa através de hipóteses, a fim de explicá-lo, desenvolvendo e demonstrando conceitos e ideias. Nas palavras de Gil (2007, p.43), "este tipo de pesquisa é realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis".

No que concerne à classificação desta pesquisa, podemos dizer que a investigação é de caráter empírico, caracterizada de acordo com Meksenas (2006 *apud* SOUSA, 2010, p.17) "... por lidar com processos de interação direta com o objeto estudado, ou seja, a pesquisa precisa analisar *in locus* o objeto a ser estudado, em detrimento às hipóteses levantadas". Isto significa dizer que um dos caminhos para construir novos conhecimentos deve-se à presença do pesquisador no campo de pesquisa.

Trata-se também, de uma pesquisa-ação, pois de acordo com Michel (2009), além de pesquisar e diagnosticar o problema, ele se envolve tanto para analisá-lo criticamente, quanto para desenvolver e implantar soluções.

Temos como abordagem de pesquisa o método qualitativo. Esta abordagem busca uma interação contextual e analítica entre o pesquisador e o objeto estudado. Segundo Michel (2009) tal método fundamenta-se na discussão de ideias entre a ligação e correlação de dados interpessoais, na coparticipação das situações dos informantes analisados, a partir da significação que estes dão ao seu ato.

Por fim, utilizou-se como metodologia a revisão de literatura sobre conceitos, abordagens e perspectivas sobre acessibilidade cultural, a importância do registro fotográfico e o acesso à memória. Assim, tem-se o seguintes procedimentos, a saber:

a. Levantamento bibliográfico sobre acessibilidade cultural;
b. Percurso e visita guiada mediada nas unidades da univeridade e a exposição de fotografias do acervo da UFC, no Salão Nobre da Reitoria.
c. Uso de recursos de tecnologia assistiva: audiodescrição, impressão em Braille, peça tátil e réplica em 3D, cujos recursos comunicacionais mediaram o acesso às imagens estáticas para pessoas com deficiência visual.

ACESSIBILIDADE CULTURAL E CIDADANIA: BREVES REFLEXÕES

O acesso à cultura é direito fundamental de qualquer cidadão. A Declaração Internacional de Direitos Humanos (1948) afirma, em seu artigo 27, que "Todo ser humano tem o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de fruir das artes e de participar do progresso científico e de seus benefícios".

Com isso, coube aos países consignatários do documento, criar políticas públicas de Estado a fim de garantir o livre acesso à cultura enquanto um bem. No Brasil, a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 215, destaca que "O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e difusão das manifestações culturais".

No tocante à acessibilidade, temos, a partir da Lei Federal nº. 10.098/2000, que estabelece normais gerais e critérios básicos para a promoção das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, uma discussão mais pontual ao conceituar à acessibilidade às informações, bens e artefatos culturais:

> [...] possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transporte, informação e comunicação, inclusive de sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertas ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona rural quanto na urbana, por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida. (art. 2º, Inciso II)

Em relação à normatização, a ABNT/NBR 15599/2008, destaca a importância e as orientações técnicas para a identificação e sinalização dos espaços através da utilização de símbolos universais das diversas formas de acessibilidades: pessoas com deficiência visual, com surdez e usuários de Libras e pessoas surdo-cegas.

Outrossim, é a partir do Estatuto da Pessoa com Deficiência (EPD), Lei Federal nº. 13.146/2015, que foi instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, que destina-se a "assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania" (art. 1º).

Com efeito, os espaços destinados à promoção do acesso à memoria e à cultura – arquivos, museus, centros de documentação entre outros -, precisam (re)pensar sua acessibilidade de forma a integrar toda a comunidade de pessoas com deficiência.

Assim, cabe ao arquivo proporcionar uma ampla difusão cultural que, de acordo com Bellotto (2007), posiciona criticamente ao destacar que o serviço de difusão cultural se estabelece como instrumento atrativo do público nas instituições arquivísticas, pois possibilita promover diferentes ações culturais, como por exemplo, simpósios, palestras, debates, lançamentos de obras, exposições, concursos literártios entre outros.

Dessa forma, para Sarraf (2018, p. 24), "promover a acessibilidade nos espaços culturais para pessoas com deficiência e novos públicos e propiciar a eles o protagonismo é trabalhar pela garantia do direito de participação de todo ser humano na vida cultural da comunidade".

REGISTRO FOTOGRÁFICO E ACESSIBILIDADE: CRIANDO PONTES PARA ACESSO À MEMÓRIA E AS VISÕES DE MUNDO

A fotografia é um poderoso veículo de comunicação visual, pois além de seu valor como fonte de informação e como patrimônio documental, propicia às instituições culturais custodiadoras deste tipo documental a possibilidade de promover e/ou ampliar políticas democráticas e acessíveis de acesso à cultura por todo cidadão e por toda cidadã.

De acordo com Kossoy:

> O mundo tornou-se de certa forma 'familiar' após o advento da fotografia; o homem passou a ter um conhecimento mais preciso e amplo de outras realidades que lhe eram, até aquele momento, transmitidas unicamente pela tradição escrita, verbal e pictórica.". (p. 28).

Assim, temos a fotografia como um meio de comunicação de informações, ideias e sentimentos a medida em que evoca a recordação e o acesso às memórias de quem o fotografou e, sobretudo, daqueles que a visitam com o objetivo de conhecer e memorar o ambiente ao qual a fotografia se insere.

Para Carboni (2020, p. 7), a fotografia tem como objetivo capturar, registrar e salvaguardar um determinado acontecimento; um determinado lugar ou paisagem; uma determinada pessoa ou grupos de pessoas

> [...] a fotografia promove registro de uma dada situação – física e quimicamente, ela consegue cumprir o contrato que lhe deu origem –, supera as tentativas que a pintura empreendia em fazer uma cópia da realidade e, efetivamente, como meio de expressão, ainda hoje carrega grande responsabilidade, por ser uma linguagem cada vez mais acessível e massiva.

Dessa forma, fazer dos espaços com acervo fotográfico um instrumento de acesso à cultura mostra-se imprescindível às pessoas com deficiência no tocante às múltiplas formas de acessar os registros de memória.

Destaca-se que, além de um registro documental, enquanto gênero iconográfico, tem-se sua importância para a preservação e registro da memória enquanto patrimônio documental, a fotografia traz consigo a subjetividade de quem a registrou:

> O documento traz consigo a possibilidade de expor quem faz sua leitura e a época em que foi feita, o que significa também ressaltar toda parcialidade presente em documentos históricos. O mesmo se aplica à fotografia, um registro elaborado por um sujeito que fala sobre si e sobre seu tempo. (Carboni, 2020, p. 8)

Com isso, atendendo as diretrizes da acessibilidade cultural, um grande desafio foi tornar uma fotografia que, originalmente é tida como uma imagem estática, em uma fotografia acessível a todos por meio da elaboração de peças táteis em acrílico e uma peça tátil em 3D, entendo a fotografia como gênero documental iconográfico e imagem fixa de conteúdo estável.

Dessa forma, as pessoas com deficiência têm a oportunidade de experenciar os conteúdos, sensações e emoções ao tocarem as fotografias em 3D, como também ouvir sua autodescrição. Para Meireles, Araújo e Vieira (2024, p. 21) "As sensações táteis devem ser privilegiadas, para que o visitante com deficiência visual possa sentir o trabalho".

Assim, as imagens além de acessíveis por meio da audiodescrição das peças táteis e das legendas, foi disponibilizado audiodescrição em braille. Dessa forma, o acesso ao acervo fotográfico mostrou-se salutar a medida em que comunica a memória e afetividade aos sujeitos sociais.

PATRIMÔNIO CULTURAL, MEMÓRIA E ATUAÇÃO DO ARQUIVISTA: MEDIANDO O ACESSO À MEMÓRIA SOCIAL E COLETIVA

A memória coletiva, grosso modo, diz respeito a todos a formas de *ser-fazer* do ser humano ao longo de sua existência nas diversas áreas do conhecimento com o objetivo de atender as demandas sociais, registrar e perpetuar a memória.

Para Halbwachs (1990), a memória coletiva deve abarcar todos os sujeitos em sua construção social e, sobretudo, àqueles que tem suas memórias (registradas ou não) esquecidas, apagadas e silenciadas. Assim, toma-se como mote, às memórias dos sujeitos que se encontram nas chamadas bordas da sociedade: pessoas com defiência, quilombolas, indígenas entre outros.

De acordo com Pollak (2007, p. 9):

> A memória é construída na tentativa de resgatar o passado por meio das lembranças e configura-se também pelo esquecimento, pois nem todos os fenômenos são passíveis de recordações, assim, recordamos uma pequena parcela de nosso passado.

Dessa forma, a preservação de documentos, artefatos e objetos culturais, mostra-se mister ao adentrarmos nos meandros que perfazem o acesso aos bens culturais e, sobretudo, a acessibilidade cultural.

Para Le Goff (2003, p. 536), o documento "não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder".

Portanto, desenvolver tais pesquisas significa legitimar o papel social que a Arquivologia, enquanto uma ciência social aplicada tem com os sujeitos sociais que se encontram às margens da sociedade ao eleger o acesso à cultura como um política de Estado.

Por fim, cabe à Arquivologia, enquanto área privilegiada do saber, criar estratégias que garantam o acesso pleno à memoria, enquanto patrimônio cultural que condiciona a produção de conhecimento e saberes.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Pelas reflexões feitas aqui, a promoção da acessibilidade cultural contribiu para que o exercício da cidadania plena e das garantias constitucionais de acesso à cultura por qualquer cidadão, independente de sua deficiência ou mobilidade reduzida, seja efetivada.

Tais paradigmas – promoção de acessibilidade cultural - estão vinculados à Arquivologia contemporânea no que concerne aos usos dos arquivos que possuem uma dimensão pedagógica, educativa e de difusão cultural.

Observa-se, no entanto, que as questões ligadas à informação social, numa perspectiva da Arquivologia, não tem sido objeto privilegiado em nossa literatura. Quase

inexistem estudos acadêmicos que reflitam praticamente sobre a informação social em Arquivologia.

De acordo com Araújo (1999), a informação é um elemento de fundamental importância na medida em que proporciona aos sujeitos sociais intercâmbio de informações, através de recepção, geração e transferência de informações e, consequentemente, promove a apropriação de direitos e deveres no seio social.

Assim, a temática abordada se constitui perspectiva importância que agrega valor aos arquivistas enquanto mediadores do acesso à informação, à cidadania e à memória. Com, isso, o arquivo cumpre seu papel social de mediar a produção de novos saberes e conhecimentos tendo como pano de fundo a fotografia.

Por fim, essa interação só se realiza através do acesso à informação e de seu uso, de maneira comunicativa, ou seja, uma ampla disseminação de informações relativas às suas necessidades, mediante a conquista de direitos civis, políticos e sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto ora apresentado discorreu sobre a importância em criar ações e atividades que possibilitem o acesso de pessoas com deficiência visual e auditiva o acesso à memoria e à cultura através do acervo fotográfico da UFC

A pesquisa utilizou metodologias assistivas e visitas guiadas para mediar o acesso ao conhecimento e ao patrimônio cultural, atendendo de maneira prática e construtiva o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Universidade Federal do Ceará (UFC) para o quinquênio 2023-2027, em seus referenciais estratégicos e princípios norteadores.

Assim, o trabalho buscou valorizar a importância das Tecnologias Assistivas (TAs), como forma de possibilitar o desenvolvimento sustentável e a inclusão das pessoas com deficiência aos equipamentos culturais da universidade. Na avaliação da vivência, a experiência foi considerada positiva e foram apresentadas sugestões para aprimoramento da ação e expresso interesse por mais projetos acessíveis no campo da cultura e da educação patrimonial.

Assim, criar mecanismos de acesso a essas informações consiste na principal tarefa da arquivologia contemporânea. Através de trabalhos como o proposto neste relato de experiência, acredita-se que a Arquivologia vem mostrar à sociedade que os arquivos abrigam muito mais do que, aparentemente, uma organização, mas uma construção e disseminação do saber cultural, não privilégio de poucos, mas um bem da coletividade.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *ABNT NBR5599: Acessibilidade – comunicação na prestação de serviços*. Rio de Janeiro: ABNT, 2008.

ARAÚJO, Eliany Alvarenga. *A construção social da informação:* dinâmicas e contextos. DataGramaZero, v.2, n.5, out., 2001.

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2007.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 25 jun. 2024.

_____. *Lei Federal nº. 10.098*, de 19 de dezembro de 2020. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10098.htm. Acesso em: 25 jun. 2024.

_____. *Lei Federal nº 13.146*, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: Acesso em: 25 jun. 2024.

CARBONI, Maria Cecília C. *Fotografia, registro sem documento*. Artigos Galáxia: São Paulo, Maio-agosto, 2020. Disponível em: *https://doi.org/10.1590/1982-25532020242527*. Acesso em: 23 jun. 2024.

FICO, Carlos. História do tempo presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro.*Varias Histórias*, Belo Horizonte, v.. 28, n. 47, p.43-59, jan/jun, 2012.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5 ed., São Paulo: Atlas, 2007.

HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. Edições Vértice, Editora Revista dos Traibunais, 1990.

KOSSOY, Boris. *Fotografia & história*. 4. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2012.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Ed. Unicamp, 2003.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Metodologia do trabalho científico*. 4 ed, São Paulo: Editora Atlas, 1992.

MEIRELES, Andressa Maia Fonseca; ARAÚJO, Vera Lúcia Santiago; VIEIRA, Roberto César Cavalcante. Exposição "O que não nos diseeram" 2º edição: acessibilidade com autodreswcrição **e peças táteis.** In: _____ DEGASPERI, Marisa Helena (Org.). *Caminhos da traduçãi visual acessível*. Curitiba: CRV, 2024.

MICHEL, Maria Helena. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

POLLAK, M. Memória, esquecimento e silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

ROUSSEAU, J. I.; COUTURE, C. *Os fundamentos da disciplina arquivística*. Lisboa: Dom Quixote, 1998.

SARRAF, Viviane. *Acessibilidade cultural para pessoas com deficiência:* benefícios para todos. Revista do Cen. de Pesquisa e Formação, nº. 6, jun, 2018.

SOUSA, Aryelli Sterphani Costa de. *A construção de instrumento de referência: uma possibilidade de recuperar a informação da história dos escravizados na Paraíba***.** João Pessoa: Universidade Estadual da Paraíba, 2010 (Monografia).

VASCONCELOS, Cláudio Beserra de. As análises da memória militar sobre a ditadura: balanço e possibilidades. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.22, n.43, p. 65-84, jan./jun., 2009.

A AGENDA 2030 (ONU) E O PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR COMO ESTRATÉGIAS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS ARQUIVÍSTICAS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

THE UN 2030 AGENDA AND THE INSTITUTIONAL DEVELOPMENT PLAN OF FEDERAL HIGHER EDUCATION INSTITUTIONS AS STRATEGIES FOR IMPLEMENTING ARCHIVAL PUBLIC POLICIES AT THE FEDERAL UNIVERSITY OF CEARÁ

Marcela Gonçalves Teixeira
Universidade Federal do Ceará

Ana Isabel Ferreira Wanderley
Universidade Federal do Ceará

Josivan Soares Ferreira
Universidade Federal do Ceará

Resumo

Tomando por base os instrumentos fundamentais de referência – Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Universidade Federal do Ceará (UFC), correspondendo aos períodos 2013-2017, 2018-2022 e 2023-2027, desenvolvido coletivamente como instrumento norteador para tomada de decisões administrativas da Instituição, e a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), elaborada para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) –, este trabalho tem como objetivo investigar como a participação ativa de arquivistas na fase de planejamento e aplicação de estratégias que coadunam com o cumprimento legal das ações da Universidade pode contribuir na elaboração e implementação de políticas públicas arquivísticas na Instituição. A metodologia proposta para esta investigação se configura

em duas dimensões: teórica e aplicada. Do ponto de vista teórico, se caracteriza como uma investigação exploratória e descritiva, com um enfoque científico de caráter qualitativo. No que concerne ao campo aplicado, a estratégia metodológica foi o estudo de caso da própria realidade situacional da UFC, a partir do levantamento das informações dispostas nos relatórios do PDI e em instrumentos legais, como a política arquivística da UFC, e relatórios de diagnósticos de arquivo no âmbito dessa mesma Universidade. A coleta de dados foi realizada por meio da observação direta simples, do levantamento documental de instrumentos legais e de informações constantes em relatórios de atividades arquivísticas realizadas e coordenadas pela CPAD/UFC ou outras unidades relacionadas. A pesquisa foi feita em três etapas: a primeira constou da revisão de literatura; na segunda etapa, fizemos o mapeamento das atividades e ações realizadas nos 10 anos de existência da CPAD (2014-2024), extraídas de relatórios de gestão anual, do próprio PDI da Universidade e dos objetivos e metas dispostos na Agenda 2030, com atividades relacionadas à transparência administrativa e acesso à informação. A terceira etapa constou da análise de seus próprios resultados. Como resultado, verificou-se que os PDIs da UFC se consolidaram como instrumentos de destaque para o estabelecimento de metas e objetivos na instituição, especificamente para a efetividade de ações em prol da consolidação da gestão de documentos arquivísticos e preservação da memória institucional. A própria criação da política arquivística da UFC (Resolução Consuni nº11/2023) é resultado da participação de arquivistas na colaboração de seus instrumentos de referência. Notou-se também que os referidos PDIs passam a exercer um papel de importância para o alcance de uma universidade mais sustentável, após a consolidação da Agenda 2030 e a inserção dos ODS na pauta do planejamento da instituição, o que possibilita reunir argumentos eficazes para a consolidação de estratégias estabelecidas. A construção coletiva dos últimos PDIs e a presença dos objetivos da Agenda 2030 enquanto documento de referência para essa Universidade colaboram para a implementação de políticas públicas arquivísticas no âmbito institucional. Nota-se, contudo, a necessidade de sua consolidação a partir da efetivação e cumprimento de diretrizes dispostas nesses instrumentos norteadores.

Palavras-Chave: Políticas públicas arquivísticas; Agenda 2030; Plano de Desenvolvimento Institucional; Universidade Federal do Ceará.

Abstract

Based on two fundamental reference instruments: a) the Institutional Development Plan (PDI) of the Federal University of Ceará (UFC), covering the periods 2013-2017, 2018-2022, and 2023-2027, collectively developed as a guiding tool for administrative decision-making within the Institution, and b) the UN 2030 Agenda designed to achieve the Sustainable Development Goals (SDGs), this study aims to investigate how the active participation of archivists in the planning and implementation phases of strategies that align with the legal compliance of University actions can contribute to the development and implementation of archival public policies within the Institution. The methodology proposed for this investigation consists of two dimensions: theoretical and applied. From a theoretical standpoint, it is characterized as an exploratory and descriptive study with a qualitative scientific approach. Regarding the applied field, the methodological strategy was a case study of the UFC's own situational reality, based on gathering information from the Institutional Development Plan reports and legal instruments such as the UFC's archival policy and archive diagnosis reports within the UFC. The data collection was carried out through simple direct observation, the documentary survey of legal instruments, and information contained in activity reports of archival activities conducted by CPAD/UFC or other related units. The research was conducted in three stages: the first stage consisted of a literature review; in the second stage, we mapped the activities and actions carried out during the 10 years of CPAD's existence (2014-2024) extracted from annual management reports, the University's own PDI, and the objectives and goals related to the UN 2030 Agenda with activities related to administrative transparency and access to information. The third stage consisted of analyzing its own results. As a result, it was found that the PDIs of UFC have been consolidated as prominent instruments for establishing goals and objectives in the institution, specifically for the effectiveness of actions aimed at consolidating the management of archival documents and preserving institutional memory. The very creation of UFC's archival policy (Consuni Resolution No. 11/2023) is the result of archivists' participation in collaborating with these reference instruments for the institution. It was also noted that these PDIs have gained importance in achieving a more sustainable university, following the consolidation of the UN 2030 Agenda and the inclusion of the SDGs in the institution's planning agenda, which enables the gathering of effective arguments for the consolidation of established strategies. The collective construction of UFC's latest PDIs and the presence of the UN 2030 Agenda's objectives as a reference document for the institution contribute to the implementation of archival public policies at the institutional level. However, there is still a need for

consolidation through the implementation and adherence to the guidelines set forth in these guiding instruments.

Keywords: Archival public policies; UN 2030 Agenda; Institutional Development Plan; Federal University of Ceará.

INTRODUÇÃO

O trabalho tem por escopo investigar como a participação ativa de arquivistas na fase de planejamento e aplicação de estratégias que coadunam com o cumprimento legal das ações da Universidade podem contribuir na elaboração e implementação de políticas públicas arquivísticas na Instituição. Para tanto, tomamos por base dois instrumentos fundamentais de referência: a) o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Universidade Federal do Ceará (UFC), correspondendo aos períodos 2013-2017, 2018-2022 e 2023-2027, desenvolvido coletivamente como instrumento norteador para tomada de decisões administrativas da Instituição, e b) a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), elaborada para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Diante deste panorama, averiguar os meandros da política institucional da UFC, particularizando as questões arquivísticas, requer uma estratégia metodológica que incida na confluência das dimensões teórica e aplicada. Neste sentido, a vertente teórica se caracteriza por uma investigação exploratórica e descritiva, amparada pela abordagem qualitativa. A pesquisa aplicada, a seu turno, reveste-se de uma dimensão prática e visa favorecer a resolução de problemas concretos (Andrade, 2007, p. 113); desta feita, abarca demandas que emergem de instituições, organizações, grupos e/ou atores sociais, contribuindo para a consecução de diagnósticos, a identificação de problemas e a busca por soluções (Thiollent, 2009 *apud* Fleury; Werlang, 2017). Quanto à dimensão aplicada, elegemos a estratégia metodológica do estudo de caso da própria realidade situacional da UFC. Para tanto, efetuamos a coleta de dados mediante a observação direta simples da instituição, ademais do levantamento de dados contidos em fontes documentais concernentes ao contexto micro e macro que entornam a UFC. No Quadro 1, dispomos o *corpus* de nossa pesquisa:

Quadro 1 – Corpus da pesquisa

Contexto de Produção	Documento		Ano
Realidade Micro (produzidos no âmbito da UFC)	**Plano de Desenvolvimento Institucional 2018/2022 2023/2027**		**2013/2017**
	Relatório de Gestão Anual		**2014-2023**
	Resolução nº 11/CONSUNI, de 27 de junho de 2023 Institui a política arquivística da Universidade Federal do Ceará		**2023**
	Relatório de Diagnóstico Arquivístico (de diversos acervos e unidades acadêmicas e/ou administrativas que compõem a UFC)	**Anexo do Arquivo Geral**	2012
		Acervo Antônio Martins Filho	2013
		Núcleo de Perícia e Assistência ao Servidor e Estudantes	2013
		Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas	2014/2017
		Núcleo de Documentação Cultural	2015
		Acervo do Horto de Plantas Medicinais Professor Francisco José de Abreu de Matos	2019
		Acervo do Departamento de Letras Vernáculas	2019
		Materioteca do Instituto de Cultura e Arte	2019
		Memorial	2021
		Superintendência de Infraestrutura e Gestão Ambiental	2021
		Pró-Reitoria de Extensão	2024
Realidade Macro	**Agenda 2030**		**2015**

Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

Ressaltamos que, quanto ao contexto micro, o *corpus* selecionado congrega instrumentos legais e relatórios de atividades elaborados sob a coordenação da Comissão de Avaliação de Documentos da UFC (CPAD/UFC) e/ou outras unidades correlatas à gestão documental na Universidade. Quantos aos relatórios de gestão, demarcamos o ano de 2014 como ponto de partida, uma vez que se refere ao ano de instituição da CPAD/UFC. Pontuamos igualmente que os diagnósticos ora elencados de modo algum refletem a

totalidade da instituição, posto que, considerando sua complexidade, o levantamento situacional dos acervos arquivísticos ainda se encontra em andamento.

Destarte, a partir da dialogia entre as vertentes teórica e aplicada, realizamos a pesquisa em três etapas: a primeira constou da revisão de literatura sobre as temáticas de políticas públicas arquivísticas, Agenda 2030 e Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade Federal do Ceará; na segunda etapa, mapeamos as atividades e ações realizadas nos 10 anos de existência da CPAD/UFC (2014-2024), extraídas de relatórios de gestão anual, do próprio PDI da Universidade e dos objetivos e metas dispostos na Agenda 2030, com atividades relacionadas à transparência administrativa e acesso à informação; já a terceira etapa constou da análise dos resultados obtidos nas fontes de informações.

POLÍTICAS PÚBLICAS ARQUIVÍSTICAS

Dado o crescimento exponencial do volume de documentos produzidos e acumulados pela administração pública, urge a necessidade de tratamento técnico qualificado para a gestão e tratamento da informação. Para além dos procedimentos de planejar, identificar, recuperar, armazenar e disseminar as informações registradas no exercícios das atividades governamentais, é necessário estabelecer métodos e diretrizes que possibilitem a elaboração de políticas públicas arquivísticas para subsisdiar a gestão de documentos, recolhimento seguro e a efetivação do direito e garantia da informação ao cidadão.

No âmbito da política nacional de arquivos, essa temática está construída e tem sido revisitada, ao longo de quatro décadas, por diferentes atores. Embora seja um tema histórico da arquivologia brasileira, contraditoriamente, conforme Jardim (2024, 14"), em uma *live* realizada durante a Semana Nacional de Arquivos organizado pelo Fórum Nacional das Associações de Arquivologia do Brasil (FNArq), este parece ser algo aparentemente desconhecido pelo próprio Conselho Nacional de Arquivos (Conarq). Em pesquisas realizadas a partir de análises de reuniões do Conarq, onde foram apreciadas as atas, conforme classificação e temas abordados, de 1994 até 2021, Jardim (2024) conclui que o tema "Política Nacional de Arquivos" foi abordado apenas seis vezes. Em nenhuma dessas vezes se definiu ou se projetou uma política nacional de arquivos que estivesse sendo implementada pelo Arquivo Nacional. Tampouco se avaliou, pela análise de políticas públicas, uma política nacional de arquivos. O mesmo autor (Jardim, 2008, p. 7) definiu as políticas públicas de informação como: "O conjunto de premissas, decisões e ações – produzidas pelo Estado e inseridas nas agendas governamentais em nome do interesse social – que contemplam os diversos aspectos (administrativo, legal, científico, cultural, tecnológico, etc.) relativos à produção, uso e preservação da informação arquivística de natureza pública e privada". E continua: "[...] o Conarq não formulou como previsto na legislação uma política nacional de arquivos e tampouco implementou após onze anos de atuação, o Sistema Nacional de Arquivos" (Jardim, 2008, p. 3).

Jardim inspirou ainda outros autores a abordarem essa temática. É o caso da pesquisadora Adão (2017, p. 124), que faz uma análise sobre políticas públicas arquivísticas de 2007 a 2016, tendo como referência a 1ª Conferência Nacional de Arquivos para a construção de uma política nacional para os arquivos brasileiros. A autora constatou que o Conarq ainda se concentrava na atuação de normas técnicas e legislação arquivística de interesse da categoria. Neste mesmo âmbito, Ferreira e Marques (2023, p. 12-14) apresentam uma pesquisa que abordou o período de 2017 a 2021, com o objetivo de analisar a agenda de temas de interesse do Conarq e se contrapor com o tema específico "política nacional de arquivos". Mais uma vez se constatou que, na agenda do Conarq, não houve espaço para se tratar,, substancialmente, o tema política nacional de arquivos, o qual, segundo estes últimos autores, com relação ao período de 1994 a 2021, continua, portanto, sendo um tema periférico em relação ao universo de pautas abordadas pelo Conselho Nacional de Arquivos. Vale destacar que as políticas públicas arquivísticas fazem parte da seara das políticas públicas de informação e são regulamentadas ou normatizadas pela legislação arquivística. Jardim destaca, entretanto, que uma lei voltada para arquivos não pode ser considerada uma política

Souza (2006, p. 36) reforça que "esse tipo de política não se constitui apenas de leis ou regras, mas possui intenção e objetivos a serem alcançados e deve ser construída pensando além de sua implementação, também a sua implantação, execução e avaliação". Diante do exposto, as políticas públicas, por sua vez, serão definidas como as linhas de orientação que asseguram e possibilitam a ação governamental na resolução dos problemas do setor arquivístico, considerando-se que a resolução de questões públicas se deve à eficiência dessas políticas, de modo a assegurar as diretrizes previstas nas leis.

AGENDA 2030 X PDI

A administração pública necessita de estratégias e métodos que possibilitem a garantia e acesso à informação como contribuição para a transparência e integridade pública. Um documento de arquivo acessível proporciona a participação social dos cidadãos, a partir da gestão de documentos sustentada em uma administração transparente, acessível e responsável. É o caso da Agenda 2030, que tem como parâmetro as boas práticas de gestão, amparadas pela integridade pública no âmbito da administração governamental.

Sendo os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da ONU, um dos documentos de referência para a construção do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFC, a partir de 2018, e tendo como princípios norteadores a sustentabilidade, governança e inclusão, essa Universidade traça uma atuação eficaz e democrática do ponto de vista do planejamento participativo, estratégico e avaliativo, apresentando uma visão sistêmica e estratégica do seu ambiente interno e externo, para a constituição e consolidação de seu PDI.

O Desenvolvimento Sustentável é um tema transversal nas políticas públicas, tendo como objetivo projetar compromissos a serem assumidos pelo poder público e pela coletividade, de modo que todos sejam corresponsáveis pela elaboração de instrumentos mais eficazes em âmbito mundial. Assim, a Agenda 2030 proposta na Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU) em 2015, realizada em Nova York, apresentou, como meta, traçar dezessete objetivos interconectados, com o propósito de enfrentar os principais desafios de desenvolvimento travados pela sociedade de forma universal.

Na Agenda 2030, um dos principais desafios refere-se à busca por fomentar a insclusão dos ODS nas estruturas públicas e privadas, buscando, desde o planejamento das organizações, chamar a atenção para a promoção de condições para o desenvolvimento sustentável. No cenário do cotidiano das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), o PDI se constitui como um dos principais instrumentos para tal planejamento pois, a partir da consolidação dos ODS, são capazes de vencer o desafio de internalizar, para o cotidiano das universidades, ações em prol de uma instituição mais sustentável.

Com base nesse conhecimento, foi possível que arquivistas pudessem traçar estratégias para a UFC, com o objetivo de analisar o papel da Agenda 2030 e os ODS, sobretudo as metas 16.6 e 16.10, enquanto instrumentos de referência no âmbito do PDI da UFC e de suas correlações com a promoção de um planejamento institucional, com sustentabilidade social e ambiental, de forma a possibilitar e garantir o acesso à cidadania e o direito à informação.

Conforme a Agenda 2030, (2015, p. 36), o objetivo 16 consiste em "Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis". Mais especificamente, as metas 16.6 e 16.10 dizem respeito à gestão e acesso à informação, cujos textos correspondem, respectivamente a: Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis; Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais.

O ODS 16 da Agenda 2030 tem potencial para desempenhar ações de democratização do acesso à informação, processo que só é possível em um contexto democrático de transparência, o que demonstra consideração e compromisso com a demanda da população. Segundo Rosa e Cabero (2019, p. 73): "O acesso e a promoção da transparência estão intimamente interligados, pois ao se obter e disponibilizar o acesso às informações públicas implementa-se a transparência e viceversa".

Este cenário exige, por sua vez, a capacidade de gestão, de governança e de políticas públicas que proporcionem estratégias de gestão da informação e o acesso à cidadania. Isto implica infraestrutura física, tecnológica e recursos humanos, além de outras demandas voltadas à prática da governança. Esses instrumentos se tornam, então,

norteadores, com a vantagem de terem sido construídos coletivamente por arquivistas da instituição, os quais sabem que é preciso criar e implementar uma política de arquivos, a fim de se estabelecer um avanço de demandas fundamentais para a aplicabilidade e efetividade da gestão.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Considerando a inexistência do órgão arquivístico central na Universidade, os arquivistas da UFC procuram atuar por vias outras – ora no contexto micro de suas unidades de lotação, ora no âmbito macro a partir das ações da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos da Universidade Federal do Ceará (CPAD/UFC). Instituída pela Resolução *ad referendum* n° 46/2014 e homologada pela Resolução n° 2/2015, a CPAD/UFC tem participado de modo expressivo no fomento e regulamentação da gestão da informação arquivística na Universidade. Por conseguinte, ademais de municiar diretrizes quanto aos processos de classificação e avaliação documental, perpassa no rol de suas atribuições os estudos e elaboração de documentos que incidam na implantação do Arquivo Central e do Sistema de Arquivos da UFC (Siarq/UFC).

No decurso dos últimos dez anos, a CPAD e os arquivistas colaboraram em inúmeras atividades visando a sensibilização e o desenvolvimento de uma política arquivística na UFC, que se consolidará com a institucionalização do Arquivo Central enquanto órgão matricial de um sistema de arquivos. No que diz respeito ao Plano de Desenvolvimento Institucional da UFC (PDI/UFC), substrato fundamental para o planejamento das ações da Universidade, percebemos que os objetivos que envolvem a política e o tratamento dos acervos se alinham de modo preponderante ao eixo de gestão:

Quadro 2 – Ações estratégicas referente à política de acervos no PDI/UFC

Edição do PDI	Objetivo Estratégico	Ação Estratégica
2013/2017	Aumentar a eficiência da gestão e dos controles internos. Reduzir o tempo de tramitação dos processos.	Fazer a modernização administrativa dos arquivos da UFC, com especial atenção ao Arquivo Geral e Setoriais da Universidade
	Melhorar e ampliar infraestrutura física para realização das atividades institucionais.	Reformar e equipar as edificações existentes. 1. Reformar e equipar o arquivo geral da UFC

Edição do PDI	Objetivo Estratégico	Ação Estratégica
2018/2022	**Aumentar a eficiência, eficácia e efetividade dos processos da Gestão, garantindo a sustentabilidade orçamentária/ financeira.**	**Criar instrumentos de Normatização das atividades e funções do Arquivo Intermediário da PROPLAD.**
		Elaborar uma proposta de criação e institucionalização de sistema de arquivos (SIARQ/UFC), semelhante ao sistema que já existe na biblioteca, com criação de um setor central.
	Preservar a memória e o patrimônio científico e cultural da UFC para garantir o registro e a divulgação de sua história.	**Estabelecer uma gestão documental, criando um Sistema de Arquivos que apresente diretrizes para a preservação dos documentos físicos e digitais.**
		Incentivar a produção de instrumentos de pesquisa dos acervos da UFC como guias, inventários, catálogos.
		Implantar um Plano de Gerenciamento de Riscos e Preservação de Acervos da UFC.
2023/2027	**Programa: Eficiência da gestão de contratações Otimizar os processos da gestão de contratações visando ao atendimento das demandas em tempo hábil, à economicidade e à qualidade esperada.**	**Articular com a administração superior a implantação do arquivo central da UFC, contemplando o sistema de gerenciamento de arquivo para a universidade, em parceria com a Superintendência de Infraestrutura e Gestão Ambiental e a Superintendência de Tecnologia da Informação.**
	Programa: Fomento, gestão e produção cultural Potencializar as iniciativas relacionadas ao fomento cultural através de ações formativas e mentorias sobre gestão e produção cultural, bem como estimular a realização de parcerias internas e externas à universidade.	**Formar e institucionalizar uma rede de integração entre os espaços culturais, coleções e acervos da UFC, fortalecendo a interlocução entre setores da universidade.**

Fonte: PDI/UFC (2013/2017; 2018/2022; 2023/2027).

Observamos nos últimos PDIs o recorrência da ação estratégica de criação do Arquivo Central e a institucionalização dos arquivos setoriais da Universidade. Além do reforço na regulamentação das atividades da gestão documental, percebemos as propostas atinentes ao tratamento dos acervos permanentes, envolvendo a salvaguarda do patrimônio histórico, envolvendo tanto a elaboração de um plano de gerenciamento de riscos como também a constituição de instrumentos de pesquisa visando a difusão e o acesso dos registros informacionais para toda a sociedade.

As atuações da CPAD e dos arquivistas se encontram materializadas igualmente em documentos institucionais como os relatórios anuais de gestão e os diagnósticos arquivísticos realizados pelos membros da comissão. De modo geral, destacamos as seguintes ações:

a. Publicação da Cartilha de Gestão de Documentos (2020);

b. Aprovação da Resolução nº 11/CONSUNI, de 27 de junho de 2023 que institui a política arquivística da Universidade Federal do Ceará;

c. Realização da Semana Nacional de Arquivos (2017-2023);

d. Promoção de eventos no Dia do Arquivista;

e. Elaboração de orientações técnicas às unidades acadêmicas e administrativas;

f. Desenvolvimento de Diagnósticos de Arquivos de várias unidades;

g. Concepção de proposta para a criação do Arquivo Central e do Sistemas de Arquivos da UFC;

Dentre essas ações, salientamos a necessidade de implantação do Siarq/UFC, fundamental para constituir ações e ferramentas articuladas para que a gestão documental se concretize de forma integrada entre todos os setores da Universidade. Assim sendo, integra o Siarq/UFC as unidades de arquivo setoriais, a CPAD e o Arquivo Central – unidade matriz que coordena o Sistema, visando a regulamentação das funções e atividades arquivísticas no âmbito da UFC. Consoante a proposta elaborada pelos membros da CPAD, configuram-se como objetivos do Siarq/UFC: favorecer a implementação da política arquivística na UFC; promover a interação das unidades responsáveis pela produção e acumulação de documentos arquivísticos; assegurar as condições de preservação e acesso ao patrimônio documental arquivístico da UFC; garantir o cumprimento de normas e legislação vigentes relacionadas à área arquivística.

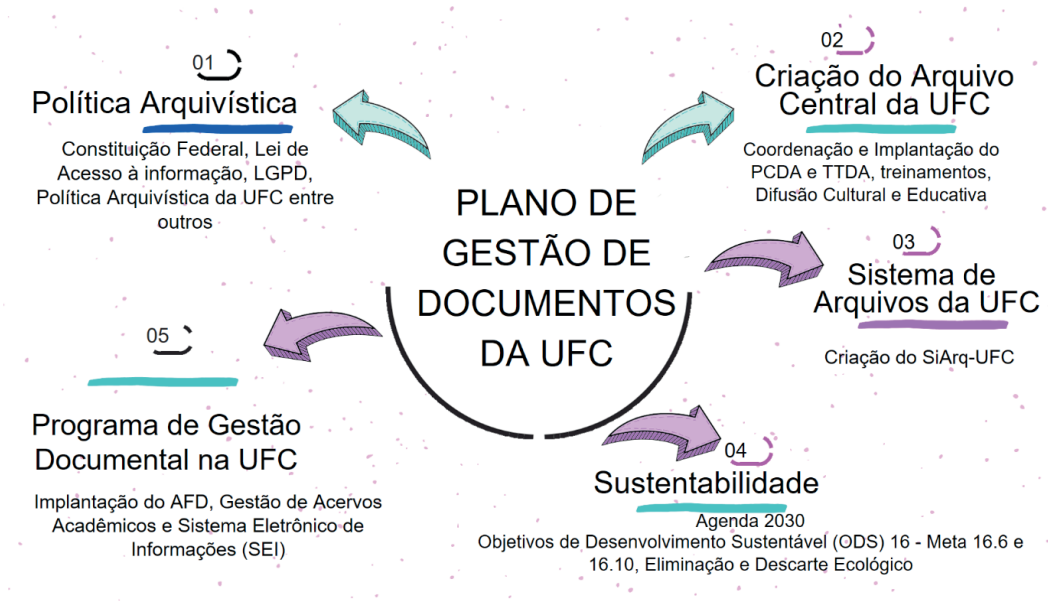
Ao longo desse período, os integrantes da CPAD/UFC, também participaram ativamente na construção de estratégias de boas práticas de gestão e eficiência administrativa, como é o caso da inserção de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) extraídos da Agenda 2030, um plano de ação global comprometido com a construção de uma sociedade transformadora e mais justa para todas as nações, e um mundo mais sustentável e melhor para se viver. É o caso do descarte ecológico de documentos destituídos de valor, que já ultrapassou seu prazo de guarda, cuja destinação é a própria eliminação. O percurso dos documentos que já passaram por este procedimento seguiu todas as normas de sustentabilidade, respeitando a legislação arquivística e a política de gestão de documentos e ambiental.

Especificamente, atendeu aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 16 - Meta 16.6 e 16.10, Eliminação e Descarte Ecológico dispostos na Agenda 2030:

> 16. Paz, Justiça e Instituições Eficazes
>
> Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.
>
> Meta 16.6
>
> Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis.
>
> Meta 16.10
>
> Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais.

Em suma, a proposta para o plano de gestão de documentos da UFC, perpassa por cinco diretrizes: a política arquivística que inclui além da legislação arquivística e constitucional, a própria política arquivística da UFC como eixo norteador para a instituição. Para tal efetivação, faz-se necessário a criação do arquivo central da UFC, como órgão central do Sistema de Arquivos da instituição. Todo o plano deve estar alinhado com a sustentabilidade, contemplando uma eliminação responsável para a eficiência da gestão e do próprio meio ambiente. Por fim, o Programa de Gestão Documental na UFC, deve contemplar a integração de todos os sistemas necessários para a condução das boas práticas de gestão arquivística.

Figura 1 – Síntese da proposta de gestão documental para a UFC



Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

Por fim, ao longo da trajetória da CPAD é notório que foram realizados diversos esforços em busca de uma aproximação com a alta gestão para a consolidação da eficiência administrativa alinhada às boas práticas de gestão documental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como resultado, verificou-se que os PDIs da UFC se consolidaram como instrumentos de destaque para o estabelecimento de metas e objetivos na instituição, especificamente para a efetividade de ações em prol da consolidação da gestão de documentos arquivísticos e preservação da memória institucional. A própria criação da política arquivística da UFC (Resolução Consuni nº11, de 27/06/2023) é resultado da participação de arquivistas na colaboração desses seus instrumentos de referência. Notou-se também que os referidos PDIs passam a ganhar um papel de importância na busca por uma universidade mais sustentável, após a consolidação da Agenda 2030 e a inserção dos ODS na pauta do planejamento da instituição, o que possibilita reunir argumentos eficazes para a consolidação de estratégias estabelecidas. A construção coletiva dos últimos PDIs da UFC e a presença dos objetivos da Agenda 2030, enquanto documento de referência para a instituição, colaboram para a implementação de políticas públicas arquivísticas no âmbito institucional. Embora se tenha ciência desse avanço, ainda se nota a necessidade de sua consolidação, o que pode acontecer a partir da efetivação e cumprimento de diretrizes dispostas nesses instrumentos norteadores.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**: elaboração de trabalhos na graduação. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

FERREIRA, Rafael Chaves; Marques, Rodrigo Moreno. **A política nacional de arquivos fora da pauta:** uma análise das reuniões plenárias do Conselho Nacional de Arquivos (Conarq). Ágora: Florianópolis. v. 33, n. 66, 2023. Disponível em: https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/1163/1041. Acesso em: 19 jun. 2024.

FLEURY, Maria Tereza Leme; WERLANG, Sergio Ribeiro da Costa. Pesquisa aplicada: conceitos e abordagens. **Anuário de Pesquisa GVPesquisa**, nov. 2017. Disponível em: https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/apgvpesquisa/article/view/72796. Acesso em: 12 set. 2019

JARDIM, José Maria. Políticas públicas de informação: a (não) construção da política nacional de arquivos públicos e privados (1994-2006). *In*: **Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**, 9., 2008, São Paulo. Comunicação oral...São Paulo: USP, 2008. p. 1-17. Disponível em: https://egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/30774-32938-1-PB.pdf. Acesso em: 21 jun. 2024.

JARDIM, José Maria. Políticas públicas arquivísticas: princípios, atores e processos. **Arquivo & Administração**. Rio de Janeiro, v. 5, n.2, p. 5-16, 2006.

ONU BR – NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. **A Agenda 2030**. 2015. Disponível em: https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf. Acesso em: 13 out. 2022.

ROSA, T. C; CABERO, M. M. M. **Transparência Pública:** legislações de acesso à Informação Brasileira e Espanhola. Páginas a&b: Arquivos & Bibliotecas, 72–93. 2019. Disponível em: https://ojs.letras.up.pt/index.php/paginasaeb/article/view/5464. Acesso em: 12 jun. 2023.

SOUZA, Celina. **Políticas arquivísticas**: uma revisão de literatura. Sociologias, Porto Alegre, ano 8. n. 16, jul./dez. 2016.

A DIFUSÃO DE ARQUIVOS POR MEIO DE JOGOS: O EXEMPLO DO ARQUIVO NACIONAL DO REINO UNIDO

THE DISSEMINATION OF FILES THROUGH GAMES: THE EXAMPLE OF THE UNITED KINGDOM NATIONAL ARCHIVE

Marcelo Kosawa da Costa Nogueira de Siqueira
Univesidade Federal do Amazonas

Jefferson Loureiro Silva
Universidade Federal do Amazonas

Renan Filipe Caranhas Feitoza
Univesidade Federal do Amazonas

Taiane Figueiredo da Silva
Univesidade Federal do Amazonas

Thaís de Carvalho Mar
Univesidade Federal do Amazonas

Resumo

O presente trabalho consiste em apresentar as estratégias de difusão de arquivos utilizadas pelo Arquivo Nacional do Reino Unido por meio de jogos eletrônicos e refletir sobre as escolhas da implementação de jogos no *site* e os possíveis impactos dessa estratégia. Inicialmente será investigado as ações da instituição voltadas para as políticas de acesso e difusão associadas com a legislação do Reino Unido. Serão analisados os jogos *Focus on the Census; Great Fire of London Game* e *Victorian Britain* como exemplos na implementação dessa estratégia. A metodologia será do tipo exploratória e descritiva, onde serão analisados três jogos disponibilizados no *site* do Arquivo Nacional. como a difusão dos arquivos da instituição é realizada por meio dessa estratégia. Pretende-se, portanto, contribuir com a discussão sobre o uso de jogos em atividades de difusão arquivística.

Palavras-Chave: Arquivo Nacional do Reino Unido; Difusão; Jogos.

Abstract

This work consists of presenting the file dissemination strategies used by the National Archives of the United Kingdom through electronic games and reflecting on the choices of implementing games on the website and the possible impacts of this strategy. Initially, the institution's actions aimed at access and dissemination policies associated with UK legislation will be investigated. The Focus on the Census games will be analyzed; Great Fire of London Game and Victorian Britain as examples in implementing this strategy. The methodology will be exploratory and descriptive, where three games available on the National Archives website will be analyzed. how the institution's archives are disseminated through this strategy. The aim, therefore, is to contribute to the discussion on the use of games in archival dissemination activities.

Keywords: National Archives of the United Kingdom; Dissemination; Games.

INTRODUÇÃO

O Arquivo Nacional do Reino Unido, é um organismo governamental britânico criado em abril de 2003, fundado para ser um Arquivo nacional da Inglaterra e do País de Gales, já que a Escócia e a Irlanda do Norte possuem seus próprios arquivos nacionais, não fazendo parte dessa administração. Sua fundação ocorreu em 2003 com a unificação de quatro arquivos existentes, sendo este novo local o guardião de mais de 1000 anos de documentos contendo parte significativa da história do Reino Unido.

Desde 2015 que o Arquivo Nacional britânico possui projetos que visam estreitar laços com a comunidade, buscando mudar a forma como as pessoas pensam os arquivos. Com a prerrogativa de atingir públicos como jovens em idade escolar e pesquisadores que não estão ligados necessariamente à universidade, o Arquivo Nacional do Reino Unido inovou ao adotar novas formas de difusão da informação, principalmente por meio de seu *site*.

Em 2017 foi criado um Plano de Ação intitulado *Archives Unlocked*, com o propósito de impulsionar a inovação e o acesso digital nos arquivos do Reino Unido. Nessa perspectiva, a instituição desenvolve projetos que permitem preservar os registros digitais e facilitar a pesquisa e a localização de registros físicos, que outrora eram de difícil acesso e que o pesquisador precisava estar presencialmente no local. As políticas de acesso e

difusão de arquivos no Reino Unido também são influenciadas fortemente pela legislação do país. A legislação relacionada a arquivos vem desempenhando um papel importantíssimo tanto na acessibilidade como na gestão das informações que são armazenadas, seja por entidades públicas ou privadas. O Reino Unido é um dos países que possuem um robusto arcabouço legislativo voltado para essa gestão, acesso e reutilização de informações públicas e de arquivos históricos. Segundo Cook (2011), a implementação da legislação de Liberdade de Informação (*Freedom of Information*), as Leis de Proteção de Dados de 1984 e 1998, a Lei de Liberdade de Informação (FoI) de 2000 e o Regulamento de Informações Ambientais de 2004 influenciaram diretamente nas práticas profissionais de manutenção de registros no país, introduzindo mudanças profundas na prática da gestão de documentos.

Seguindo a legislação, foi determinado que as instituições públicas necessitam disponibilizar publicamente um esquema que conste informações sobre as atividades que são feitas na instituição, com foco nos tipos de informações que são publicadas regularmente. Sendo uma das instituições mais relevantes na implementação dessa legislação, o Arquivo Nacional do Reino Unido desempenha um papel fundamental na aplicação e promoção das leis de acesso e gestão de informações públicas.

No site da instituição foram publicadas informações adicionais consideradas úteis para o público e para aqueles que utilizam os serviços oferecidos, as quais envolvem seções para cada uma das legislações e instrumentos, tais como: a Lei de Registros Públicos (PRA) de 1958; Mandado da Comissão de Manuscritos Históricos de 1869; Regras de documentos senhoriais; Regulamentos sobre reutilização de informações do setor público de 2015; Lei de Proteção de Dados de 1988; Regulamentos de Informação Ambiental e a Lei de Liberdade de Informação (FoI) de 2000.

Esse cenário de políticas arquivísticas direcionadas a aperfeiçoar as ações de acesso à informação, somadas a uma política educacional de promover o arquivo para um público cada vez maior, resultou na implementação de estratégias inovadoras de difusão de arquivos pela instituição. Uma dessas estratégias foi a implementação de jogos em seu site, conforme será visto a seguir.

METODOLOGIA

Esta pesquisa possui caráter exploratório, pois visa compreender o uso de jogos como estratégia de difusão de documentos arquivísticos. Para Gil (2008, p. 27) as pesquisas exploratórias "são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato". Também se trata de uma pesquisa descritiva, haja vista que serão analisados os jogos desenvolvidos e utilizados pelo Arquivo Nacional do Reino Unido para a difusão. A linha descritiva dialoga com a análise exploratória, pois pode oferecer subsídios para uma nova visão do que se está pesquisando.

Optou-se neste trabalho por uma análise qualitativa. Quanto aos procedimentos técnicos, na primeira etapa foi realizado levantamento bibliográfico com intuito de auxiliar na compreensão do conceito de "Difusão" em Arquivos e jogos eletrônicos, e um levantamento documental para apurar os dispositivos legais do Reino Unido.

DIFUSÃO EM ARQUIVOS POR MEIO DE JOGOS

No contexto da Arquivologia, de acordo com Rousseau e Couture (1998), a difusão constitui-se em um dos "quatro grandes sectores principais que foram objeto dos trabalhos dos especialistas dos arquivos, ou seja, o tratamento, a conservação, a criação e a difusão", além de ser uma das sete funções arquivísticas, juntamente com a produção, avaliação, classificação, aquisição, conservação e descrição. A difusão só poderá ser bem exercida nas atividades de um arquivo quando todas as demais funções arquivísticas forem executadas de maneira satisfatória.

De acordo com Martendal e Silva (2020), a difusão corresponde a função da Arquivologia que se relaciona à divulgação dos acervos e serviços de informação intermediada por arquivistas e é identificada por seu caráter inclusivo, ao reunir os usuários da informação (potenciais e frequentes) a capitais informacionais.

Bellotto (2006) propõe que a Difusão assume um caráter Cultural, Educativo e Editorial. Para a autora, é cabível ao serviço de difusão cultural duas principais vias contrárias de ação: a que lança elementos de dentro do arquivo para fora, que diz respeito a políticas de acesso à informação, divulgação de instrumentos de pesquisa, divulgação dos serviços realizados, além de informar de maneira mais ampla todas as questões relacionadas aos acervos sob sua custódia, e a que possibilita o retorno dessa mesma política, acenando com atrativos no recinto do arquivo, como realizações de seminários, palestras, assim como exposições diversas realizadas nas instituições arquivísticas.

Nesse cenário, podemos compreender as atividades de difusão realizadas no Arquivo Nacional do Reino Unido. Umas das atribuições desenvolvidas pela instituição envolve o desenvolvimento de jogos visando uma política educacional. Neste eixo educacional, foi considerado uma estratégia de utilizar aspectos lúdicos ao acessar informações do Arquivo, e tornar o acessível uma quantidade grande de acervos da história britânica presentes na instituição. Acessível, também, a um público para além do acadêmico, onde alguns acervos poderiam ser utilizados para jovens e professores em contextos escolares. Nesse cenário, foram desenvolvidos, no site do Arquivo Nacional do Reino Unido, três jogos de importantes momentos históricos do país, todos eles bastante documentados, sendo eles: *Victorian Britain, Focus on the Census e Great Fire of London game*. É importante ressaltar que dos jogos citados, apenas o jogo *Great Fire of London game* está

ativado no site, os outros dois encontram-se arquivados no site, mas o acesso é livre para pesquisas e informações.

O jogo *Victorian Britain*, que foi lançado no ano de 2000, e retrata como tema central, o modo de vida na era vitoriana (1837-1901), na qual refere-se o reinado da Rainha Vitória na Grã-Bretanha, marcado por mudanças sociais significativas em diversos setores da sociedade na época, dos quais são retratados no jogo.

Segundo o *site*, tem-se como objetivo incentivar os usuários a olharem criticamente para evidências documentais dispostas sobre esse evento, investigando e desafiando as interpretações e visões do passado e, dessa forma, chegar a conclusões equilibradas com base nas evidências (Chandler, 2000). Para isso, em fins de ambientação, são utilizados fatos históricos importantes como a Grande Exposição das obras da indústria de todas as nações, um dos principais marcos do período vitoriano, para que o usuário possa exercitar sua interpretação e julgamento baseado em fatos. O principal questionamento que permeia todo o jogo é se a era vitoriana foi justa ou injusta. Isso fica evidente com a estética do jogo, que lembram cartazes da época, principalmente em seu menu.

Na sequência, é colocada em dúvida a declaração da Rainha Vitória, na qual considerou a grande exposição como sendo "a mais maravilhosa", mas será que a vida na Grã-Bretanha também era tão "grande" e "maravilhosa" como parecia estar? São levantadas questões sobre seções importantes de vários setores da sociedade na época, tais como saúde, indústria, política e no âmbito social.

O jogo é iniciado com a exibição de um menu apresentando seções com questões como: "Uma nação industrial? O quão seguro eram os trabalhos nas minas", os principais trabalhos da época, suas condições e perigos; "Uma nação feliz? Como as ferrovias mudaram as vidas de pessoas da Grã-Bretanha Vitoriana", meios de transporte e esportes mais populares; "Uma nação saudável? Os ricos eram igualmente propensos a pegar doenças como os pobres?", as doenças mais comuns, sendo a mais mortal a cólera; "Uma nação solidária? O tratamento com os pobres melhorou depois da Lei dos Pobres de 1834?"; "Uma nação sem lei? As ruas eram seguras durante a era vitoriana?"atuação da polícia na Grande Exposição; "Uma nação dividida? A igualdade de gênero era realidade na era vitoriana?", visão e direitos das mulheres que a sociedade tinha sobre a população feminina.

Cada uma dessas seções são compostas pela seguinte estrutura: Introdução, na qual é apresentado um contexto sobre o tópico; uma linha do tempo, definindo de forma cronológica quais foram os principais feitos naquela área durante a era vitoriana; Uma série de fontes, cada uma com tarefas a serem cumpridas, que pedem ao usuário para investigar o problema e então chegar a suas próprias conclusões; Uma seção contendo informações básicas sob o título "você quer saber mais?", no qual permite que o usuário expanda sua visão sobre o tópico.

E por último, há a seção "Uma Grande Nação? A era vitoriana foi justa ou injusta?", na qual há um questionário interativo de verdadeiro ou falso, baseado nas informações apresentadas nas outras seções, exigindo que os alunos, concluindo as questões, cheguem a um julgamento geral sobre a Era Vitoriana, definindo-a como justa ou injusta.

O jogo *Focus on the Census*, lançado no ano de 2009, tem como objetivo o fornecimento de informações sobre o censo, sendo apresentadas desde sua criação, sua função e como o censo era utilizado no século XIX, no período de 1891. O usuário, ao adentrar o jogo, visualiza um menu com quatro seções, sendo essas: "O que é um censo?", "Por que é feito?", "Usando o censo", e por último a seção "Sua vez".

Na primeira seção, "O que é um censo?", é apresentada por Price e O'Leary (2009) uma introdução ao censo e seu contexto histórico no Reino Unido, explicando sua criação em 1801 e de como é feita a cada dez anos. Além disso, é explanado que a partir de 1841, o Censo passou a registrar informações detalhadas de cada pessoa em um lar, possibilitando que o censo se tornasse uma fonte valiosa para historiadores, com registros mantidos confidencialmente por mais de 100 anos. Também há informações sobre como o censo era feito, descrevendo o processo de coleta do censo no Reino Unido, onde enumeradores distribuem e coletavam formulários preenchidos pelos habitantes em suas casas. Por fim, há um quiz interativo com três questões utilizando as informações apresentadas na seção.

Na seção, "Por que é feito?", há a exploração do tema de forma mais ampla e detalhada, explicando seu contexto histórico mundialmente, desde a antiguidade com os Babilônios, Chineses, Egípcios, Gregos e Romanos, e explicando sobre o primeiro Censo na Grã-Bretanha, intitulado "Domesday Book" de 1086, focado principalmente em terras. Explica-se a evolução do censo que levou ao primeiro censo moderno em 1801, e sua coleta de dados mais detalhados, como condições de habitação e trabalho, que possibilitaram ao governo a planejar políticas públicas. Nessa seção, também há um quiz interativo contendo três questões: uma de verdadeiro ou falso e outras duas questões de múltipla escolha. (Price; O'Leary, 2009)

Já na seção "Usando o censo", é destacada a importância do censo para descobrir a história da família ou área, permitindo que se explore informações sobre pessoas que viveram há mais de 100 anos. Ele menciona que, embora os dados do censo possam ser difíceis de ler, principalmente por conta da escrita, eles revelam muitos detalhes sobre os residentes de 1891, que é apresentado em uma parte interativa na seção, onde é possível clicar e obter informações sobre cada parte do documento. São mostradas a importância de cada uma dessas informações, facilitando a forma de usar o censo para pesquisar a história familiar ou da área, detalhando informações coletadas como endereço, nomes, estado civil, idade, profissão, relação com o chefe da família e local de nascimento. Destaca-se também a dificuldade com a mudança de nomes de ruas, erros

de transcrição, descrições imprecisas de relações familiares, e ocupações não padronizadas, assim como a de problemas de precisão em idades e locais de nascimento. (Price; O'Leary, 2009). Nessa seção há uma parte exclusiva informando onde é possível consultar esses censos, com uma lista de endereços e formas de consulta.

Por último, na seção "Foco no censo" há uma parte totalmente interativa na qual é apresentado um mapa do bairro de Chelsea em Londres, dividido em Chelsea Norte e Chelsea Sul. Há três partes disponíveis para explorar: a Cadogan Square, Cheyne Row e a Milman Street, que quando clicadas, é possível clicar em três residências disponíveis nas quais, ao serem clicadas, mostram a página do censo referente a residência e quatro questões a serem respondidas, sendo essas: quantas famílias moram na residência, quantos empregados possuíam, quantos cômodos possuem e qual o trabalho do chefe da família, tendo suas correções feitas imediatamente ao serem respondidas.

Por fim, há o jogo *Great Fire of London game*, lançado em 2016, que retrata o grande incêndio que ocorreu em Londres em 1666. O jogo possui três perspectivas, sendo a primeira, uma versão descrita como *"Children's Game"*, que é um jogo pensado para crianças para que possam entender do que o documento se trata de forma lúdica. Sendo a segunda, a perspectiva denominada de *"Explore"*, um cenário robusto que contém mais textos, mas mesmo assim, de fácil compreensão, na qual, pesquisadores que buscam se aprofundar sobre o conteúdo do documento em questão, possam obter as informações necessárias. Por último, *"Minecraft Experience", que* se utiliza dos programas e das bases de outro jogo muito conhecido, o *Minecraft*, um jogo eletrônico do tipo 'sandbox' que pode ser jogado em várias plataformas. Ele é chamado de jogo sandbox por permitir aos usuários brinquem, explorem e criem o que quiserem. Com este aspecto criativo e de construção, se permite que os jogadores construam estruturas 3D usando cubos texturizados e paisagens virtuais onde ocorrem as construções que são frequentemente chamadas de 'mapas' por causa da sua simulação de áreas geográficas.

O site oferece informações essenciais que os jogadores devem ler antes de iniciar o jogo, disponíveis na aba "História", divididas em capítulos: "Fogo", "Ruas e Edifícios", "Vidas das Pessoas e Sociedade" e "Política".

O capítulo Fogo apresenta, em ordem cronológica, detalhes sobre os incêndios que ocorreram antes e depois de 1667, descrevendo como o fogo se alastrou, as previsões feitas por autoridades e religiosos, os equipamentos utilizados para combater as chamas e a atuação das autoridades.

No capítulo Ruas e Edifícios, são descritas as características das casas e ruas de Londres antes do incêndio, os prédios importantes que foram destruídos, os planos de reconstrução da cidade e as leis e decretos implementados para restaurar a capital, incluindo a criação de um memorial sobre o desastre.

Já o capítulo Vidas das Pessoas explora a vida cotidiana da população na época, abordando o uso do fogo por pessoas comuns e fábricas, a reação da população ao incêndio, os crimes cometidos durante a tragédia, os esforços para salvar pertences, relatos documentados em cartas, diários e livros, a vida dos desabrigados, as ações governamentais de apoio, o número de vítimas e a criação do Tribunal de Bombeiros, responsável por decidir quem financiaria a reconstrução.

O capítulo Sociedade e Política traz informações sobre os desafios que Londres enfrentava antes do incêndio, como a Grande Peste e as guerras com Holanda, França e Espanha, além da forte presença do protestantismo, que resultou em discriminação contra os católicos e em teorias conspiratórias sobre o incêndio. Também aborda a disseminação das notícias sobre o incêndio pelo país, a investigação das causas, a punição dos responsáveis e as decisões do Conselho Comum para a reconstrução da capital. Esses capítulos estão organizados de forma cronológica, abrangendo os períodos antes, durante e depois do incêndio.

A aba "Navegar pelos Artefatos" permite ao usuário explorar detalhes sobre os objetos mencionados na aba História, como documentos variados, mapas, leis, decretos, gravuras, pinturas, diários e fotografias.

No jogo infantil, o jogador ajudará os personagens Tom, um menino de 8 anos, e Jane, a empregada de Samuel Pepys, durante os seis dias do grande incêndio, descobrindo mais sobre esse evento histórico em Londres. O jogo inicia com uma introdução dos personagens e seu paradeiro no momento do incêndio. Durante o jogo, o usuário responderá perguntas interativas sobre o desastre. Além de responder, o jogador aprende, pois todas as respostas são explicadas, sejam corretas ou não. Em algumas fases, um ícone de lupa permite que o jogador leia mais sobre objetos relevantes para as perguntas. O usuário também poderá tentar apagar as chamas usando equipamentos da época, como ganchos, baldes de couro e pólvora, e participará da reconstrução das moradias conforme as legislações estabelecidas na cidade.

Usando *Minecraft* como parte da experiência do jogo eletrônico "*The Great Fire of London*" foram criados três mapas (com escala 1:1.5) que simulam os eventos que levaram ao grande incêndio e recriam parte da cidade de Londres na época do evento baseada na documentação presente no Museu Britânico. No jogo, os jogadores buscam mapas que oferecem experiências imersivas para compreender e investigar como o grande incêndio ocorreu, permitindo que os jogadores entrem na cidade de Londres de 1666 e explorem a história e as causas deste terrível evento. Nesta imersão, os jogadores podem ajudar a combater o incêndio e, eventualmente, tentar reconstruir Londres. Cada um dos mapas inclui desafios para ajudar os jogadores a se aprofundarem na história e simularem algumas atividades de combate ao incêndio com os recursos da época. O jogo possui três mapas, cada um com experiências diferentes: o primeiro é sobre o "pré-incêndio", onde

o jogador pode explorar Londres antes do incêndio e deve buscar informações dentro do jogo dos motivos pelos quais a tragédia se iniciou. O segundo é o mapa "Durante o Incêndio", onde o jogador deve fugir dos locais em chamas e combater o fogo espalhado pela cidade. O jogador pode simular personagens que tiveram papel importante no combate ao incêndio, como um jornalista do *The London Gazette*, o padeiro Thomas Farriner, o diarista Samuel Pepys. E finalmente, o mapa do "pós-incêndio", onde o objetivo é reconstruir a cidade a partir das ordens do Rei Carlos II com a ajuda dos principais arquitetos da época.

Os jogos, nesse sentido, desempenham uma função de ensino, onde professores e estudantes aprendem sobre temas importantes para a história britânica, e de divulgação do acervo do próprio arquivo, em que os usuários podem conhecer diversas espécies documentais pertencentes à instituição e saber sobre sua descrição, a que fundo pertence, compreender sua tipologia, contribuindo assim para uma melhor difusão arquivística da instituição, seja dos seus documentos ou de seus serviços.

A empresa responsável pelo desenvolvimento do jogo no site foi a Fish in a Bottle, enquanto o mapa utilizado no Minecraft foi criado pelo Museu de Arqueologia de Londres. Entre os colaboradores listados no site do jogo, encontram-se o Museu de Londres, o Arquivo Metropolitano de Londres, a Galeria de Arte Guildhall, O Monumento, o Museu do Corpo de Bombeiros de Londres, o Arquivo Nacional do Reino Unido, a Catedral de São Paulo e a Biblioteca Pepys. Conforme destacado na reportagem "How Museums Are Using Minecraft To Gamify Learning Experiences" (Charr, 2023, tradução nossa), "Um dos projetos mais bem-sucedidos de utilização do Minecraft para atrair visitantes foi desenvolvido pelo Museu de Londres. Em 2016, para marcar o 350º aniversário do Grande Incêndio de Londres, o Museu contratou uma equipe especializada em Minecraft para criar uma réplica virtual da cidade antes do incêndio. Com impressionantes níveis de detalhes, essa equipe recriou a orla do Tâmisa, a cidade de Londres e até mesmo as grandes catedrais da época, permitindo à geração Minecraft explorar as ruas da cidade como se estivessem no século XVII".

Como uma expressão cultural da sociedade, os jogos eletrônicos possuem uma função de mediação, onde os jogadores/usuários, por meio da simulação e interação, aprendem e interagem com as informações e temas presentes na obra. Por ser uma mídia ativa, em que o usuário necessariamente precisa agir para que a informação se revele, os jogos tornam-se ferramentas didáticas e pedagógicas interessantes para transmitir conhecimento. Nesse sentido, cabe uma reflexão sobre os impactos que as escolhas dos jogos como ferramenta de ensino e de transmissão do conhecimento têm para os usuários de arquivos.

Os jogos eletrônicos educativos propõem atividades apoiadas no computador cujas características favorecem o processo de ensino e aprendizagem, e, juntamente com as

estratégias do jogo, se integram para alcançar um objeto educacional determinado e, assim promovendo o interesse e a motivação do aluno. (Jacobsen, Maffei, Sperotto, 2013)

O aluno ao ter contato com o jogo, começa a utilizar todos os sentidos para resolver os desafios que são impostos no game, o professor deve utilizar esta ferramenta para fazer com que o aluno adquira o conhecimento de maneira transparente, pois o game, é somente um recurso aproveitado para atrair o interesse do estudante, e caberá ao docente traçar objetivos para definir o que será explorado no jogo, quais lições o aluno deverá absorver ao interagir com ele.

Os jogos eletrônicos são artefatos tecnológicos culturais que produzem efeitos em ambientes sociais e culturais, educando crianças, jovens e adultos com estratégias muito bem constituídas e articuladas. Eles caracterizam-se como um fenômeno da cultura digital, ou seja, um fenômeno do nosso tempo causador de efeitos como medos, apreensões, dúvidas, fascínios, prazer e êxtase. (Jacobsen, Maffei, Sperotto, 2013)

Os jogos eletrônicos possuem formas, cores e histórias, buscam atiçar o usuário a jogar para desvendar os mistérios, além de ser uma maneira de entretenimento muito utilizada atualmente. Por essa razão, os professores ao utilizarem essa ferramenta em sala de aula, fazem com que o ensino educacional possa estar inserido no mundo tecnológico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse artigo buscou-se apresentar os jogos do Arquivo Nacional do Reino Unido como uma política de divulgação de arquivo. Observou-se que a existência de legislações voltadas para a gestão, acesso e reutilização de informações públicas e de arquivos no âmbito do Reino Unido, impulsionaram uma série de estratégias para atrair o público e divulgar não só o seu acervo mas também o seu papel institucional na sociedade.

Nesse artigo buscou-se apresentar a relevância do uso de jogos como uma política de difusão arquivística, tomando como exemplo o Arquivo Nacional do Reino Unido. A adoção dessa tecnologia representa uma importante evolução nas políticas de acesso e disseminação de informações, refletindo um esforço contínuo para modernizar as práticas arquivísticas e torná-las mais acessíveis a públicos diversificados. No cenário contemporâneo, em que o uso de tecnologias se torna um pilar fundamental para a preservação e divulgação do patrimônio histórico, o uso de jogos oferece uma maneira criativa e envolvente de conectar as pessoas à história, sobretudo aqueles que não estão familiarizados com o universo dos arquivos.

Ao explorar essa abordagem, percebe-se que o uso de jogos eletrônicos no contexto arquivístico promove uma reconfiguração da interação dos usuários com o acervo. Eles deixam de ser apenas espectadores passivos para se tornarem agentes ativos na construção do conhecimento, permitindo um nível de imersão que vai além da simples consulta de documentos. Nesse sentido, os jogos desenvolvidos pelo Arquivo Nacional do Reino

Unido, como Focus on the Census, Great Fire of London Game e Victorian Britain, exemplificam como a integração de elementos lúdicos e históricos pode transformar a forma como as pessoas percebem e utilizam os arquivos. Ao incorporar aspectos interativos, esses jogos não apenas facilitam o acesso a informações complexas, mas também despertam o interesse de diferentes públicos, incluindo pesquisadores, estudantes, professores e entusiastas da história. Ademais, esses jogos desempenham um papel muito importante no campo educativo. Ao possibilitar que temas da história britânica sejam abordados de forma dinâmica e acessível, tornam-se ferramentas pedagógicas. Essa iniciativa não só reforça a função dos arquivos para preservação da memória coletiva, mas também posiciona essas instituições como protagonistas ao acesso à informação e propocionando o desenvolvimento da educação e da cultura. A combinação de tecnologia, educação e preservação histórica demonstra como os arquivos podem se adaptar às exigências do século XXI, utilizando-se de novos meios para alcançar e cativar um público cada vez mais digital.

Outra questão relevante levantada por este estudo é o impacto positivo que tais estratégias podem ter na democratização do acesso à informação. Tradicionalmente, os arquivos eram vistos como locais destinados a pesquisadores e estudiosos, muitas vezes restritos a consultas presenciais. Com a introdução de jogos eletrônicos, esse panorama se altera radicalmente. Os jogos permitem que qualquer pessoa com acesso à internet possa explorar os documentos arquivísticos permanentes, sem a necessidade de um conhecimento técnico prévio. Isso amplia significativamente o alcance dos arquivos, tornando-os mais inclusivos e acessíveis para todos.

Nesse contexto, o papel da legislação britânica no incentivo a essas práticas também é digno de nota. O robusto arcabouço legal voltado para a gestão e reutilização de informações públicas no Reino Unido, como a Lei de Liberdade de Informação (FoI) e os Regulamentos de Informação Ambiental, contribuiu diretamente para a implementação de políticas que priorizam a transparência e o acesso público. O Arquivo Nacional do Reino Unido, ao se alinhar a essas diretrizes, desenvolveu uma série de projetos que utilizam a tecnologia como uma ferramenta para aproximar o público de seu acervo. Isso demonstra a importância da legislação no fomento de iniciativas que buscam modernizar e otimizar o uso de arquivos na era digital.

A reflexão sobre essas iniciativas vai além da análise dos jogos como ferramentas isoladas. Elas representam uma nova fase na difusão arquivística, onde a convergência entre cultura, educação e tecnologia redefine o modo como os arquivos são percebidos e utilizados pela sociedade. As estratégias adotadas pelo Arquivo Nacional do Reino Unido servem de modelo para outras instituições arquivísticas, que podem se inspirar nessas práticas para desenvolver suas próprias formas de disseminação de informação, promovendo maior interação e engajamento com seus acervos.

Conclui-se, portanto, que o uso de jogos eletrônicos como estratégia de difusão arquivística contribui significativamente para a ampliação do acesso à informação e para a democratização dos arquivos. Essa prática permite que as instituições arquivísticas transcendam os métodos tradicionais de disseminação e se conectem de forma mais eficaz com as novas gerações, que estão cada vez mais imersas em ambientes digitais. Ao oferecer uma experiência interativa e envolvente, os jogos possibilitam que os usuários compreendam a história de maneira mais significativa e participativa, fortalecendo o papel dos arquivos na preservação e difusão da memória coletiva.

Espera-se contribuir com a discussão sobre uso de jogos eletrônicos como uma ferramenta educativa no universo dos arquivos e novas pesquisas sejam realizadas sobre a temática e o uso de tecnologias emergentes no campo da arquivologia, incentivando um diálogo mais profundo sobre o impacto de ferramentas interativas na disseminação de informações. Ao mesmo tempo, reafirma a importância de adaptar as práticas arquivísticas às demandas da era digital, garantindo que os arquivos permaneçam relevantes e acessíveis em um mundo cada vez mais conectado. Dessa forma, espera-se que iniciativas como as do Arquivo Nacional do Reino Unido inspirem outras instituições a inovar e expandir suas práticas de difusão, contribuindo para uma sociedade mais informada, educada e consciente de sua história e cultura.

REFERÊNCIAS

BELLOTO, H. L. **Arquivos Permanentes**: tratamento documental. 4 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. 320p.

COOK, M. Liberdade de Informação: Influência sobre a prática profissional em gestão de arquivos. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 245-256, 2011.

CHANDLER, M. **Teachers Guide**. Victorian Britain, 2000. Disponível em: https://webarchive.nationalarchives.gov.uk/ukgwa/20220201231129/https://www.nationalarchives.gov.uk/education/victorianbritain/teachers/default.htm. Acesso em: 28 jun. 2024.

CHARR, M. **How Museums Are Using Minecraft To Gamify Learning Experiences**. MuseumNext, 2023. Disponível em: https://www.museumnext.com/article/minecrafting-the-museum/. Acesso em: 28 jul. 2024.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

JACOBSEN, D. R.; MAFFEI, L. Q.; SPEROTTO, R. I. Jogos eletrônicos: um artefato tecnológico para o ensino e para a aprendizagem. In: **XI Encontro Nacional de Educação Matemática**. Curitiba (PR), 2013.

MARTENDAL, F. F.; SILVA, E. C. L. **Difusão arquivística e suas expressões nos cursos de graduação em arquivologia no Brasil**. Informação & Informação, p. 256-279, 2020.

PRICE, S.; O'LEARY, T. **Focus on...** The Census. Focus on Census, 2009. Disponível em: https://www.nationalarchives.gov.uk/education/focuson/census/. Acesso em: 29 jun. 2024.

ROCKEMBACH, M. Difusão em arquivos: uma função arquivística, informacional e comunicacional. **Informação Arquivística**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 98-118, jan./jun. 2015. Disponível em: http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/41739. Acesso em: 04 dez. 2023.

ROUSSEAU, J. Y.; COUTURE, C. **Os fundamentos da disciplina Arquivística**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

O FOMENTO DA ARQUIVOLOGIA NO TRIÂNGULO MINEIRO: O IMPACTO E A IMPORTÂNCIA DAS AÇÕES DE EXTENSÃO REALIZADAS PELO CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA EM HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

FOSTERING ARCHIVAL SCIENCE IN THE TRIÂNGULO MINEIRO: THE IMPACT AND IMPORTANCE OF EXTENSION ACTIONS CARRIED OUT BY THE CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA EM HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Raphael Bahia do Carmo
Universidade Federal de Uberlândia
Universidade Estadual Paulista "Júlio Mesquita Filho"

Maria Andréa Angelotti Carmo
Universidade Federal de Uberlândia

Sonia Maria Troitiño Rodriguez
Universidade Estadual Paulista "Júlio Mesquita Filho"

Alex Fernandes
Universidade Federal de Uberlândia

André Ribeiro
Universidade Federal de Rondônia

Resumo

Neste trabalho, iremos realizar a compilação e análise de dados sobre as ações de extensão realizadas pelo Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDHIS) da Universidade Federal de Uberlândia entre os anos de 2022 e 2023, vamos em busca de perceber a dimensão do impacto e da importância dessas ações para o conjunto da sociedade e

para o fomento da Arquivologia e da difusão de boas práticas arquivísticas no Triângulo Mineiro. Neste aspecto, realizamos uma pesquisa exploratória que usará como procedimentos técnicos o estudo de caso, a pesquisa documental, a revisão bibliográfica e a elaboração de um questionário, que será repassado aos participantes das ações de extensão. O CDHIS é o mais antigo centro de documentação em atividade no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba e um dos maiores em termos de volume de acervo do Sistema Nacional de Arquivos, assim como, desempenha hoje um papel de referência em assuntos ligados à arquivologia na região. Em relação aos trabalhos desenvolvidos pelo CDHIS, destacam-se: as ações de extensão universitária desenvolvidas, que impactam as práticas em acervos na região, a formação de estudantes do nível básico ao universitário, e o fomento de políticas públicas. Como resultados, as ações de extensão desenvolvidas pelo CDHIS no biênio 2022/2023, auxiliaram na construção de competências para o trabalho em arquivos, em nível de auxiliar, conduziram à construção de minutas de leis relacionadas aos arquivos e criação de arquivos públicos, bem como, difundiram a arquivologia como uma estratégia para o desenvolvimento da sociedade.

Palavras-Chave: Arquivologia; Extensão universitária; Centro de Documentação e Pesquisa em História - CDHIS

Abstract

In this work we will compile and analyze data on the extension actions carried out by the Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDHIS) of the Universidade Federal de Uberlândia between the years 2022 and 2023, we will seek to understand the dimension of the impact and the importance of these actions for society as a whole and for the promotion of Archivology and the dissemination of good archival practices in the Triângulo Mineiro. In this aspect, we carried out exploratory research that will use case studies, documentary research, bibliographic research and the preparation of a questionnaire as technical procedures, which will be passed on to participants in the extension actions. CDHIS is the oldest active documentation center in the Triângulo Mineiro and Alto Paranaíba and one of the largest in terms of collection volume in the Sistema Nacional de Arquivos, as well as today playing a reference role in matters related to archival science in the region. In relation to the work carried out by CDHIS, the following stand out: the university extension actions developed, which impact practices in collections in the region, the training of students from basic to university levels, and the promotion of public policies. As a result, the extension actions developed by CDHIS in the

2022/2023 biennium helped to build skills for working in archives, at an assistant level, led to the construction of draft laws related to archives and the creation of public archives, as well as, disseminated archival science as a strategy for the development of society.

Keywords: Archival science; University extension; Centro de Documentação e Pesquisa em História - CDHIS.

INTRODUÇÃO

O Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDHIS) é um órgão vinculado ao Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia e o mais antigo em funcionamento no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. É um dos maiores em volume de acervo do Sistema Nacional de Arquivos, responsável pela custódia de mais de 21 milhões de páginas de textos impressos e manuscritos, aproximadamente 17 mil discos, mais de 5 mil fotos, além de mapas, desenhos, coleções de revistas e de jornais de Uberlândia e outras localidades. A relevância de seu acervo e o conhecimento técnico arquivístico acumulado pelos servidores do CDHIS, oportuniza ao órgão dedicar seu espaço, capital humano e intelectual ao desenvolvimento de projetos de extensão, ensino e pesquisa, a formação de alunos, a difusão do conhecimento em arquivologia e áreas correlatas, assim como a acumulação e preservação de documentos históricos e a sua disponibilização para os usuários.

> Ao longo de mais de três décadas o CDHIS tem acumulado documentos provenientes de ações de pesquisa e extensão desenvolvidas pelo Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia – UFU, pelo Núcleo de Estudos de Gênero – NEGUEM e pelo próprio órgão, documentos custodiados por "comodato", como é o caso da coleção processos crime, uma das mais consultadas e que registra cerca de 100 anos de atividades criminais empreendidas na cidade de Uberlândia e região, coleções diversas, e fundos de arquivos pessoais de cientistas, intelectuais, políticos e personalidades que, por meio dos documentos acumulados em sua trajetória de vida, registraram muito mais do que suas memórias, e sim, as transformações políticas, sociais, arquitetônicas, de costumes, etc... que ocorreram em Uberlândia e no Triângulo Mineiro (Carmo, p. 1010, 2023)

Nesse sentido, é importante ressaltar que o CDHIS não tem como sua atribuição zelar pelos documentos arquivísticos que representam a memória institucional da Universidade Federal de Uberlândia e sim a memória social e coletiva da cidade de Uberlândia e região, por meio de fundos, coleções e documentos arquivísticos importantes para o

estudo da Cidade, do Triângulo Mineiro, e para a reconstrução de trajetórias nas mais variadas esferas, institucionais, pessoais, acadêmicas, climáticas, políticas, entre outras possibilidades inumeráveis que se apresentam como opções de pesquisa nos arquivos da instituição, dentre os quais "os protagonistas são os arquivos pessoais". (Carmo, p. 1013, 2023), que em geralmente, são de personalidades com histórias de vida e trajetórias outras, relevantes para a cidade de Uberlândia e região.

O CDHIS também assume um importante papel para a formação dos estudantes da educação básica da rede pública da cidade de Uberlândia e região, desenvolvendo práticas educativas com os seus arquivos históricos e visitas mediadas aos espaços de trabalho do Centro de Documentação, onde são apresentados aos processos pelos quais os documentos percorrem ao serem incorporados ao acervo. Ainda em relação a esse aspecto, o CDHIS colabora com a formação de graduandos em História, a medida em que seu acervo é amplamente trabalhado em disciplinas dos currículos de Bacharelado e Licenciatura, além de oferecer aos graduandos (em História e áreas afins) estágios em todos os setores do Centro de Documentação, a saber: Documentação e Pesquisa: Conservação e Restauro; Publicação e Comunicação; Núcleos e Laboratórios; e, Ações Educativas[1]. Bem como, fomenta, divulga e dissemina conhecimentos e práticas arquivísticas a toda a comunidade nos diversos cursos de extensão que oferece.

Mesmo com a sua importância reconhecida, em muitos momentos, pela Universidade Federal de Uberlândia e pela sociedade, o Centro de Documentação possui inúmeros desafios, muitos deles provenientes da falta de um profissional arquivista, pois somente em 2019 após mais de 30 anos de atuação do órgão foi contratado um servidor com essa formação. Essa lacuna ocasionou um lapso quando vislumbramos os trabalhos realizados pelo CDHIS à luz das resoluções do Conselho Nacional de Arquivos (Conarq), normas e leis que se aplicam aos trabalhos em arquivos.

Desde a sua criação, o CDHIS desenvolveu ações e projetos voltados para a perspectiva da pesquisa histórica e historiográfica, dada a sua vinculação aos cursos e profissionais da História. Contudo, sempre buscando observar, dentro do possível, as normas e regulamentações pertinentes à organização, conservação e preservação dos acervos. Com o trabalho especializado e recente de um servidor arquivista foi desenvolvida uma metodologia para adaptar os trabalhos já realizados à Norma Brasileira de Descrição Arquivística (Nobrade), onde em uma só publicação se articulam dois instrumentos de pesquisa, o Guia e o Inventário[2]. Tal metodologia tem chamado atenção de outras instituições que

1 O setor de Ações Educativas mesmo não estando formalizado nas Normas de Funcionamento do CDHIS que está em vigência existe de fato. Há previsão da formalização do setor na revisão das Normas que está em andamento.

2 Neste trabalho o Guia e o Inventário se articulam a fim de evidenciar o vínculo orgânico dos documentos e permitir ao usuário o acesso a descrição dos itens documentais. O Guia, de caráter mais abrangente, traz informações gerais sobre o fundo em todos os itens obrigatórios da Nobrade, e ainda, a biografia do titular

passam pelo mesmo problema, o que suscitou reuniões com docentes da Universidade Federal do Ceará, da Universidade Estadual do Ceará e algumas prefeituras da região do Triângulo Mineiro que se mostraram interessadas em replicar o método em seus arquivos históricos.

Destacamos que o Centro de Documentação também é responsável pela publicação da revista "Caderno de Pesquisa do CDHIS" (Classificada como Qualis A3), e que integra a sua estrutura o Núcleo de Estudos de Gênero (NEGUEM), responsável pela revista "Caderno Espaço Feminino" (Classificada como Qualis B2), revistas que tem contribuído há décadas com a publicação e divulgação de pesquisas de diferentes áreas de conhecimento por meio de artigos científicos.

Neste contexto, o CDHIS desenvolveu quase quatro dezenas de ações de extensão nos anos de 2022 e 2023, muitas dessas contam com a parceria de profissionais técnicos, docentes e pesquisadores de diversas instituições espalhadas pelo país, onde citamos: profissionais do Arquivo Nacional, do Arquivo Público do Estado do Ceará, da Universidade Federal de Catalão, da Universidade Federal do Ceará, da Universidade Federal Fluminense, da Universidade Estadual Paulista e, como principal parceiro a Universidade Estadual do Ceará e o seu Mestrado Interdisciplinar em História e Letras.

Para dar continuidade às ações de extensão arquivísticas e impulsionar o correto direcionamento das forças empreendidas pelo CDHIS, que podem se materializar de forma tangível e intangível, se torna primordial a seguinte indagação: como dimensionar o real impacto das ações de extensão arquivísticas empreendidas pelo CDHIS para a vida das pessoas, para as instituições e para as comunidades?

Em busca de responder esse questionamento e elucidar o impacto e a importância das ações de extensão arquivísticas do CDHIS, realizaremos uma pesquisa exploratória que usará como procedimentos técnicos o estudo de caso, dedicado às atividades de extensão realizadas pelo CDHIS no biênio 2022/2023, a pesquisa documental, que se utilizará principalmente de documentos, desenvolvidos pela Pró-reitoria de Cultura e Extensão da Universidade Federal de Uberlândia e do CDHIS, a revisão bibliográfica, que se aportará em autores, artigos e demais publicações acadêmicas que trabalham com as temáticas da extensão universitária e centro de documentação e a elaboração de um questionário, que será repassado aos participantes das ações de extensão. Com os dados e informações coletadas realizaremos uma análise quali-quantitativa, o que possibilitará a confecção de um quadro geral das ações de extensão estudadas.

---

e o quadro de arranjo, que são itens opcionais. Já o inventário, permite que o usuário orientado pelo quadro de arranjo tenha acesso a descrição de cada item documental do fundo e a informação sobre os documentos que dialogam nas séries, subséries e dossiês.

ATUAÇÃO EXTENSIONISTA DO CDHIS

Podemos qualificar as ações de extensão arquivísticas empreendidas pelo CDHIS em duas grandes categorias: (1) O primeiro tipo de ação, tem como principal característica estar ligado à educação e se concretizar, principalmente, por meio de cursos de extensão ofertados com o objetivo de criar competências em nível auxiliar para o desenvolvimento de trabalhos em arquivos. Estes cursos são oferecidos à comunidade acadêmica e a comunidade externa; (2) O segundo tipo de ação, tem como principal característica estar ligado a políticas públicas arquivísticas.

São iniciativas maiores que entram na agenda oficial do poder público, projetos ligados ao desenvolvimento de minutas de lei e assessoria da execução de projetos arquivísticos, bem como a coordenação e a realização de cursos de extensão voltados ao fomento das atividades arquivísticas e ao desenvolvimento de competências para a execução de trabalhos em arquivos em nível de auxiliar para servidores, funcionários públicos e terceirizados. Esses projetos possuem também o caráter pedagógico junto aos gestores, que muitas vezes desconhecem a legislação arquivística e o potencial do profissional arquivista de contribuir para importantes demandas no que respeita, especialmente, a gestão de documentos e arquivos nos setores público e privado[3].

Como um órgão de perfil extensionista e levando em consideração os anos de 2022 e 2023, o CDHIS coordenou 39 iniciativas de extensão, atingindo um público de 21.743 pessoas conforme os registros junto ao Sistema de Informação de Extensão e Cultura (SIEX) da Universidade Federal de Uberlândia. As atividades foram divididas em 4 programas de extensão, 10 projetos, 10 cursos/oficinas e 15 eventos. As áreas principais de atuação das atividades de extensão foram educação, cultura, trabalho, direitos humanos e meio ambiente. Essas atividades também estão relacionadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), sendo que uma única atividade pode estar associada a mais de um ODS.

Treze dos dezessete ODS foram trabalhados pelo CDHIS em suas ações, dos quais destacamos: (1) Educação de Qualidade, 29 menções; (2) Redução das Desigualdades, 20 menções; (3) Trabalho Decente e Crescimento Econômico, 9 menções; (4) Paz Justiça e Instituições Eficazes, 7 menções; (5) Erradicação da Pobreza, 4 menções; (6) Igualdade de Gênero, 3 menções; (7) Fome Zero e Agricultura Sustentável, Cidades e Comunidades Sustentáveis, Consumo e Produção Responsáveis, Parcerias e Meios de Implementação,

3 Em nossas experiências, muitos dos gestores municipais desconheciam a regulamentação da profissão de arquivista e técnico de arquivo, assim como as atividades dispostas na lei como inerentes a esses profissionais.

2 menções; (8) Saúde e Bem-Estar, Água Potável e Saneamento, Indústria Inovação e Infraestrutura, 1 menção[4].

Em suma, os trabalhos realizados pelo CDHIS, ao mesmo tempo em que se preocupam com as necessidades locais, regionais e nacionais, se conectam também, por meio dos ODS, às pautas globais que integram a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (ONU).

A seguir, apresentamos o resumo de algumas das ações de extensão desenvolvidas pelo Centro de Documentação:

- **Treinamento Arquivístico para Sistemas de Arquivos Municipais: do arquivo administrativo ao histórico:** o treinamento foi fruto de um trabalho conjunto de várias entidades que sob a coordenação do Centro de Documentação e Pesquisa em História-CDHIS somaram-se neste esforço. Destacam-se: a Universidade Estadual do Ceará-UECE, o grupo de pesquisa Prática de Edição de Textos do Estado do Ceará-PRAETECE, o Mestrado Interdisciplinar em História e letras-MIHL da UECE e a Associação das Prefeituras do Estado do Ceará – APRECE. O curso teve como principal objetivo gerar competências em nível de auxiliar de arquivo aos servidores públicos das prefeituras e do Estado do Ceará, principalmente aqueles que possuem algum tipo de atuação nos arquivos. As prefeituras custearam as diárias e passagens para que os seus servidores assistissem ao curso na sede da APRECE em Fortaleza-CE.

- **Preservação da História e da Memória Institucional do MUnA:** o projeto se vincula ao programa: Histórias de um Museu: trabalhos arquivísticos e historiográficos nos arquivos institucionais do MUnA desenvolvido entre o Instituto de História e o Instituto de Artes da UFU. Por meio deste trabalho, que ainda está em andamento, se pretende identificar o conteúdo dos documentos do acervo do Museu Universitário de Artes - MUnA e o seu potencial histórico e informativo, contribuindo para a preservação da história e da memória institucional do Museu, bem como, de parte da memória de muitos artistas que por lá passaram.

- **Atualização da Legislação Arquivística do Estado do Ceará: lei 13.087/2000:** o CDHIS em parceria com o Arquivo Público do Estado do Ceará - APEC, conduziram a revisão e proposta de atualização da legislação arquivística do Estado do Ceará, em especial, a lei 13.087/2000, que "dispõe sobre a reestruturação do Sistema Estadual de Documentação e Arquivo- SEDARQ e a criação da Comissão Estadual de Arquivos - CEARQ e dá outras providências". Em conjunto com uma gama de parceiros foi produzida e enviada uma minuta com a proposta de atualização da referida lei, ao APEC, que deu prosseguimento a sua tramitação.

4 Dados fornecidos pela Pró-reitoria de Extensão e Cultura (UFU) e disponíveis em: https://proexc.ufu.br/servicos/evolucao-da-extensao-na-ufu.

- **Curso Preservação e Práticas em Arquivos:** o curso teve como objetivo atender aos membros da comunidade externa e aos discentes da Universidade Federal de Uberlândia. Dispôs sobre conceitos básicos sobre as áreas da arquivologia e conservação e restauro, bem como, proporcionou aos participantes uma experiência prática nos trabalhos relacionados a preservação, restauração, arranjo, descrição, e formulação de instrumentos de pesquisa

CONCLUSÃO

As ações de extensão arquivísticas ainda são pouco exploradas na área, tendo em vista que além do seu potencial de transformar a realidade de comunidades, no contexto atual, devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação.

Nessa perspectiva**,** entendemos as atividades extensionistas como parte de um projeto de Universidade que se propõe a propagar conhecimento científico em diálogo com a comunidade e vinculado aos anseios da sociedade.

Em suma, os números das atividades de extensão realizadas pelo CDHIS no biênio 2022/2023 nos permitem dimensionar o impacto e a importância dessas ações para a sociedade. As 39 ações de extensão, que atingiram a um público de mais de 21 mil pessoas, bem como a sua conexão com os ODS, demonstram que as ações de extensão do CDHIS se dedicaram a contribuir, principalmente, com a educação de qualidade, redução de desigualdades, trabalho decente e crescimento econômico, paz justiça e instituições eficazes e erradicação da pobreza.

Desta forma, observamos que o caminho que a extensão do CDHIS tem percorrido, bem como o grande o alcance de suas ações de extensão junto à comunidade, imputam ao Centro de Documentação um papel mais amplo para a transformação da sociedade em seu entorno, tendo como parâmetro o seu conhecimento e experiência na aplicação prática do que preconiza a Ciência da Arquivologia.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 6.546, de 04 de Julho de 1978. **Dispõe sobre a regulamentação das profissões de arquivista e de Técnico de Arquivo, e dá outras providências**. Brasilia, 1978. Disponível em:http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6546.htm. Acesso em: 10 set. 2019

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 29 dez. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução n. 7,** de 7 de dez. de 2018: estabelece as diretrizes para a extensão na educação superior brasileira e regimenta o disposto na meta 12.7 da lei n. 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências; 2018a. Disponível em: http://portal.

mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 5 jan. 2024.

CARMO, Raphael Bahia do. Guia e Inventário do Arquivo Pessoal de Olívia Calábria: do processo de desenvolvimento a solidificação de suas memórias e trajetória. In: LOUSADA PINHA, Mariana; VITORINO, Marcia Cristina de Carvalho Pazin; SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. **Arquivos, democracia e justiça social**. São Paulo: ARQ-SP, 2023, p. 1110 – 1119. Disponível em: https://www.arqsp.org.br/wp-content/uploads/2023/08/Arquivos-democracia-e-justica-social_FINAL-1.pdf. Acesso em: 28 dez. 2023

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA EM HISTÓRIA. **Normas de Funcionamento do CDHIS**, 2011.

PAULA, J. A. de. A extensão universitária: história, conceito e propostas. Interfaces - **Revista de Extensão da UFMG**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 5–23, 2013. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistainterfaces/article/view/18930. Acesso em: 18 jan. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. **Pró-reitoria de Extensão e Cultura**, 2023. Evolução da Extensão da Extensão. Disponível em: https://proexc.ufu.br/servicos/evolucao-da-extensao-na-ufu. Acesso em: 28 dez. 2023

OS ARQUIVOS DE DIREITOS HUMANOS E O DIREITO À INFORMAÇÃO: PERSPECTIVAS ACERCA DA DIFUSÃO

HUMAN RIGHTS ARCHIVES AND
THE RIGHT TO INFORMATION:
PERSPECTIVES ON DISSEMINATION

Roselene Candida Alves
Universidade de Brasília

Resumo

Os arquivos de direitos humanos são importantes não somente para a reparação das vítimas de direitos humanos, como também dos seus defensores. Os acervos arquivísticos que constituem esta documentação constituem a base de sociedades democráticas, pois os cidadãos buscam ter acesso aos seus direitos e deveres. Desta forma, o direito à informação chegou tardiamente no Brasil a partir da Constituição Federal e a Lei de Acesso à Informação, que permite a transparência desse tipo de informação, em que o sigilo é derrubado para elucidar graves violações e delitos contra a humanidade. Assim, a difusão deste tipo de informação arquivística permite não somente o resgate à memória, à cultura e à informação, como também a transparência à informação arquivística e a manutenção da democracia, os documentos estão sendo acessados para a manutenção da democracia e para resguardar direitos.

Palavras-Chave: Direitos humanos; Direito à informação; Acesso à informação; Arquivos; Difusão; Transparência;

Abstract

Human rights archives are important not only for the reparation of human rights victims, but also their defenders. The archival collections that make up this documentation form the basis of democratic societies, as citizens seek access to their rights and duties. In this way, the right to information has arrived belatedly in Brazil since the Federal Constitution and the Access to Information Law, which allows for transparency in this type of information, in which secrecy is overturned in order to elucidate serious violations and crimes against humanity. Thus, the dissemination of this type of archival information allows not only the recovery of memory, culture and information, but also the transparency of archival information and the maintenance of democracy; documents are being accessed for the maintenance of democracy and to safeguard rights.

Keywords: Human rights; Right to information; Dissemination; Access to information; Archives; Transparency;

INTRODUÇÃO

Os arquivos de direitos humanos devem ser analisados a partir da perspectiva de reparação das vítimas de violações de direitos e dos seus defensores. Além disso, os acervos que constituem esta documentação constituem a base de sociedades democráticas, pois os cidadãos buscam as informações contidas nestes arquivos para terem acesso aos seus direitos e deveres, além de identificar os responsáveis por estas violações.

Desta forma, a responsabilidade dos arquivistas em torno desta documentação não está somente na custódia e na preservação, como também na difusão destes acervos ligados aos direitos humanos. O cidadão tem direito ao acesso à verdade sobre informações relativas aos fatos relacionados às violações de direitos humanos ou aos graves delitos contra a humanidade.

Assim, a perspectiva da difusão será analisada sob égide da transparência, tendo em vista que o acesso à informação estará reforçado a partir das demandas apresentadas pela sociedade. A escolha das temáticas da difusão deve estar de acordo com os anseios da sociedade, além de permitir a construção da própria cultura, identidade e memória.

O texto foi escrito sob uma pesquisa indutiva, qualitativa, que emprega diferentes concepções filosóficas, análise e interpretação de dados. A alegação de conhecimento utilizada é a construtivista, tendo em vista que vai buscar uma complexidade de visões,

em vez de estreitá-las. Realiza-se uma construção social, histórica e sociológica. (Creswell, 2010). A análise das informações obtidas será a partir da pesquisa bibliográfica.

ARQUIVOS DE DIREITOS HUMANOS E DIREITO À INFORMAÇÃO

Se há um consenso de que os arquivos são produtos da natureza orgânica de instituições públicas ou privadas, ou até mesmo de pessoas físicas ou jurídicas, esta relação fica mais evidente quando lidamos com documentos relacionados às violações de direitos humanos ou os que são referentes às garantias de direitos políticos ou qualquer situação de exercício à liberdade de expressão. Os documentos refletem a estrutura orgânica do seu produtor e os processos os quais alcançaram seus fins e consideram o contexto social e cultural da criação dos documentos que o compõem. Tornam-se provas de violação de direitos humanos, como também elementos probatórios das ações políticas e históricas do passado.

O conceito de arquivos de direitos humanos pode ser construído a partir da leitura de Gonzalez Quintana (2009) a respeito do tema. Para ele,

> A realização das propostas profissionais que, como arquivistas, pretendemos levantar para lidar com a organização, conservação e uso de documentos relacionados com os direitos humanos, tanto do ponto de vista da violação destes como da perspectiva de seus defensores, exige o mais amplo conhecimento possível das entidades que produzem os acervos documentais gerados nessas práticas, seja de violação, seja de defesa de direitos humanos. (Gonzalez Quintana, 2009, p. 37)

Caswell (2014) sugere que sejam examinados os registros que documentam discrepâncias e abusos de poder em todos os poderes e que sejam considerados como arquivos de direitos humanos. Desta forma, um número de novas organizações começou a tomar forma, juntamente com os sistemas de arquivo e manter todo o patrimônio documental. Mesmo em países onde herdaram os serviços secretos dos antigos regimes tomados pelo Arquivo Nacional, estes últimos confrontaram a necessidade de experimentar novas formas de cumprir suas funções de atender o papel que esses registros deveriam desempenhar na reparação das vítimas da repressão e na identificação dos responsáveis pelas violações dos direitos humanos durante o antigo regime (Boel, Canavaggio, Quintana; 2021).

Além disso, foi este período que se destacou a importância dos arquivos públicos para os direitos e deveres dos cidadãos em sociedades democráticas. Mesmo nas sociedades ou organizações onde os registros não são usados para o propósito para o qual eles foram originariamente planejados, o fato de coletar e preservar este material tem um significado importante. (Boel, Canavaggio, Quintana; 2021).

Peterson (2021) recorre a Roy L. Brooks para identificar cinco fatores como pré-requisitos para uma reinvindicação de reparação meritória: 1. Uma injustiça humana deve ter sido cometida; 2. Deve ser bem documentado; 3. As vítimas devem ser identificadas como um grupo distinto; 4. Os membros atuais do grupo devem continuar a sofrer danos; 5. Tal dano deve estar casualmente conectado a uma injustiça passada. Dessa forma, o segundo desses fatores está relacionado a um arquivo.

Direito e acesso à informação

O direito à informação começou a ser desenhado a partir de 1766, quando a Suécia estabelecia a Lei de Liberdade de Imprensa, no qual o direito de acesso aos arquivos públicos também pode ser assimilado da seguinte forma: "Para promover o livre intercâmbio de opiniões e esclarecimento público, todos os suecos terão acesso aos documentos oficiais". Dessa forma, o acesso aos arquivos deixou de ser um privilégio, e sim um direito garantido pela lei a todos os cidadãos.

A partir de 1966, a Lei de Liberdade de Informação, aprovada nos Estados Unidos, marcou o início da tendência de tornar as informações administrativas publicamente disponíveis em nossas sociedades tornando a acessibilidade uma configuração padrão para documentos oficiais, com algumas óbvias exceções altamente específicas.

A Constituição de 1988 e a Lei nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991, possuem artigos referentes ao acesso à informação, embora limitem o acesso às informações sigilosas. Tardiamente, o Brasil ingressa nos mecanismos de acesso à informação.

A Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, conhecida como a Lei de Acesso à Informação (LAI), foi implantada tardiamente no país, ao dispor de um conjunto de orientações normativas a respeito do acesso à informação a todos os cidadãos. O acesso é a regra, o sigilo, a exceção. Os pedidos de informação não precisam ter motivação específica e as informações são fornecidas gratuitamente, salvo os custos de reprodução.

Andrade e Cardoso (2014) enumeram os artigos dos tratados internacionais os quais a LAI mostra consonância. Podem ser citados o art. 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, os artigos 10 a 13 da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, o item 4 da Declaração Interamericana de Princípios de Liberdade de Expressão e o art. 19 do Pacto Internacional dos Direitos Políticos.

O art. 6º da LAI é claro ao afirmar que os órgãos e entidades do poder público devem assegurar a gestão transparente da informação, ao propiciar amplo acesso a ela e sua divulgação; proteger a informação, garantido sua disponibilidade, autenticidade e integridade; e proteger a informação sigilosa e a informação pessoal, observada a sua disponibilidade, autenticidade, integridade e eventual restrição de acesso.

O art. 21 da referida lei informa que o acesso à informação necessária à proteção judicial ou administrativa de direitos fundamentais não pode ser negado. E o seu parágrafo

único afirma que documentos ou informações que contemplem condutas que impliquem violação de direitos humanos praticada por agentes públicos ou a mando de autoridades públicas não poderão ser objeto de restrição de acesso.

De acordo com Perlingeiro et. al (2016), o Brasil adotou o entendimento da Corte Interamericana de afastar o sigilo sempre que houver grave ofensa aos direitos humanos, segundo o art. 45 da Lei Modelo Interamericana, ao afirmar que "as exceções não deverão ser aplicadas em casos de graves violações de direitos humanos ou de delitos contra a humanidade". Além disso, os autores compreendem que o Estado de Direito não deve ter segredos, mas que eles escapem da lei.

Paes (2014) mostra como inovação da Lei de Acesso à Informação as medidas referentes quanto ao sigilo. Além disso, as inovações referentes ao modo de elaboração dos requerimentos de informação e a respectiva tramitação, a estipulação de prazos e penalidades de descumprimento são fundamentais para o arcabouço legal. Quanto maior o número de exigências que se faz ao requerente e maior discricionariedade administrativa, menor o acesso à informação.

Desta forma, apesar de ter entrado tardiamente no circuito das nações que possibilitaram o direito à informação aos seus cidadãos, o Brasil conseguiu estar atento às convenções internacionais e a projetar-se na agenda internacional dos direitos humanos, equacionando o direito à informação ao espectro dos direitos fundamentais.

Para Jardim (2013), o fundamento da LAI[1] é a primazia da transparência do Estado sobre a opacidade. Para isso, as condições de acesso à informação arquivística governamental devem ser garantidas ao cidadão. Para o pesquisador, os avanços na gestão arquivística ocorreram nestes últimos anos. Entretanto, a ausência de políticas públicas e de ações técnico-científicas de caráter arquivístico confronta os diversos setores do Estado brasileiro com as exigências da LAI. Dessa maneira, o ônus da opacidade recai sobre a cidadania.

AS POLÍTICAS DE ACESSO E DIFUSÃO DOS ARQUIVOS

A difusão é conceitualmente a ação de tornar conhecidos ou acessíveis os documentos arquivísticos aos seus usuários, sejam pessoas físicas ou jurídicas, para o atendimento de necessidades ou condicionada às atividades coletivas ou individuais. Rockenbach (2015) afirma que o "'difundir' fazendo parte do fenômeno 'comu-nicar' que, por sua vez, estabelece relação com o fenômeno 'informar' a partir dos usos do conteúdo produzido".

1 Jardim (2012) afirma que foram necessários 23 anos para que o Brasil contasse com uma Lei de Acesso à Informação que favorecesse a aplicação dos princípios do direito à informação presentes na Constituição de 1988. Após duas décadas de mobilização da sociedade civil, a LAI tem sido objeto de regulamentação em outros poderes da União, bem como nos estados e municípios.

A forma com que a difusão arquivística é fomentada pelas instituições arquivísticas brasileiras, segundo a pesquisa, retrata um *habitus*, em que, de acordo com Bourdieu (1983) há uma estratégia não intencionada de atrair apenas uma parcela de usuários aos arquivos. Seja a partir da forma incipiente com que os instrumentos de pesquisa são divulgados ao público em geral, seja a partir das ações de difusão arquivística, que são insuficientes para atrair mais usuários aos acervos arquivísticos.

Desta forma, Merlo e Konrad (2015) destacam a importância não somente de preservar o acervo, mas também de realizar a difusão, tendo em vista que as demandas intelectual e social crescem e sobrepõem-se às políticas de acesso, as quais devem ser completamente revistas, à medida que a sociedade se desenvolve e apresenta novas necessidades. Tendo em vista que o acesso e a difusão do acervo permitem que a informação arquivística seja acessada pelos cidadãos, estas atividades permitem que o direito à informação seja permitido às pessoas que recorrem aos arquivos.

O papel da difusão atenta justamente para as estratégias de divulgação dos acervos arquivísticos, de forma com que haja transparência para atingir determinado público. Assim, Rockenbach afirma que

> Neste sentido, a difusão em arquivos consiste na busca de estratégias que visem a acessibilidade (facilitar o acesso, procurar vencer as barreiras tecnológicas e linguísticas), transparência (tornar público), atingir determinado público (através do marketing e de-mais ferramentas auxiliares), entender qual é o público (estudo de usuários e comporta-mento informacional), estudar as competências informacionais do público (literacia in-formacional / educação informacional, distinguindo-a da educação patrimonial), realizar a mediação (selecionar, filtrar, acrescentar qualidade informacional na recuperação de con-teúdos), procurando uma maior proximidade dos usuários à informação contida nos acervos, por meio de vários canais de comunicação ou aqueles considerados mais ade-quados, considerando três vértices principais: os usuários, o conteúdo e a tecnologia.

Desta maneira, a realidade brasileira em torno da difusão deve ser pensada nestas frentes, que são pouco trabalhadas, segundo Barros (2020). O autor afirma que, em virtude da falta de recursos financeiros, de pessoal, de sensibilidade do gestor público e relacionados também à tendência autoritária do gestor público, o acesso aos documentos está relegado ao segundo plano e em condições pouco favoráveis. Assim, a difusão não se trata apenas de disseminar o acervo arquivístico, como também é uma ação de transparência dos documentos produzidos pelo Estado.

Além disso, a escolha das temáticas a serem difundidas está nas mãos dos profissionais responsáveis pelo acervo, considerando que a atividade de difusão é multidisciplinar. Como a difusão dos documentos permite aproximar os usuários aos arquivos, com a

grande possibilidade de criar vínculos entre estes dois entes, permite-se inferir que as temáticas difundidas devem estar próximas dos anseios da sociedade, que busca a informação para construir sua própria identidade, cultura e memória. Inserido em um contexto democrático e plural, o arquivo possui sua faceta social e uma função relevante de lugar de memória e conhecimento histórico.

Kurtz (2004) afirma que o arquivo tem a função de servir ao cidadão comum e aos futuros cidadãos, no sentido de conhecer sua herança cultural e sua identidade, preservar o patrimônio histórico, além de acessar o conhecimento de forma lúdica, a partir de atividades culturais e educativas que se constituem na chamada função cultural e social. A prática comum de que a política de acesso seja estabelecida para atender somente ao pesquisador "erudito" tem sido substituída a partir da democratização, com as organizações sociais ocupando mais espaço nas decisões sobre políticas públicas.

Desta forma, segundo Rockembach (2015) o papel do profissional da informação não é neutro, nem imparcial, pois ele atua como mediador entre a informação e o usuário, traz qualidade na organização, recuperação e difusão de conteúdos, sobre o qual a ideia de que a ação do profissional da informação sobre os acervos resulta em uma interferência, o que diferencia de manipulação da informação.

CONCLUSÃO

Os acervos arquivísticos de direitos humanos devem ser vistos sob a ótica do cidadão que precisa resguardar seus direitos, além de reparar injustiças e violações de direitos humanos. Os arquivos sob esta temática, em sua última instância, são elementos históricos e probatórios do passado, além de promoverem a manutenção da democracia. Desta forma, a legislação referente ao acesso à informação permite que os arquivos de direitos humanos constituam os direitos e deveres dos cidadãos em sociedades democráticas.

Desta forma, a Lei de Acesso à Informação é um instrumento de direito à informação, em que possui consonância com os tratados internacionais, apesar da adesão tardia do Brasil ao acesso à informação. Desta forma, os documentos relativos aos direitos humanos não são restritos de acesso, em que o sigilo deve ser afastado nos casos de graves violações de direitos humanos ou nos delitos contra a humanidade.

Assim, a difusão dos arquivos deve ser contemplada não somente sob o aspecto da preservação dos acervos e da memória, como também do acesso à informação arquivística, sobretudo nos aspectos dos documentos de direitos humanos, tendo em vista que os documentos estão sendo acessados para a manutenção da democracia e para resguardar direitos. A importância da difusão não é meramente acessória no papel de comunicar ou de levar informação ao usuário, mas também de tornar transparentes as ações produzidas pelo Estado.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Camila; CARDOSO, Ana Maria. O acesso à informação pública no Brasil: a lei 12.527/11 e as práticas sociais. In: Moura, M. (org.). **A construção social do acesso público à informação no Brasil: contexto, historicidade e repercussões.** Belo Horizonte, Editora UFMG, 2014, p. 107-126.

BARROS, Thiago Henrique Bragato. Sem gestão não há difusão e acesso: aspectos histórico-conceituais da arquivística canadense e brasileira. **Acervo**, v. 33, n. 3, p. 68-85, 2020. Disponível em https://revista.an.gov.br//index.php/revistaacervo/article/view/1606.

BOEL, Jens. CANAVAGGIO, Perrine. GONZALEZ QUINTANA, Antonio. **Archives and Human Rights**. Nova York: Routledge, 2021.

BOURDIEU, Pierre. **Pierre Bourdieu (Sociologia).** Org.: Renato Ortiz. São Paulo: Ática, 1983.

BRASIL. Constituição de 1988.

BRASIL. Lei 8.159, de 08 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências.

BRASIL. Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Brasília: Diário Ofícial da União, 2011.

GONZALEZ QUINTANA, Antonio. Archival Policies in the Protection of Human Rights: an updated and fuller version of the report prepared by UNESCO and the International Council on Archives (1995), concerning the management of the archives of the state security services of former repressive regimes. Paris: UNESCO, 2009.

JARDIM, J. M. A lei de acesso à informação pública: dimensões político-informacionais. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 5, n. 1, 2013. Disponível em: http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/119450. Acesso em: 04 out. 2023.

KURTZ, Clara M. As instituições arquivísticas e as práticas de difusão. In: CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA. 2004. Disponível em <https://www.aargs.com.br/ICNA/PDFs/Plenaria02_P07_ClaraKultz_AsInstituicoesArquivisticas.pdf.>

MERLO, Franciele; KONRAD, Glaucia Vieira Ramos. Documento, história e memória: a importância da preservação do patrimônio documental para o acesso à informação. Informação & informação, v. 20, n. 1, p. 26-42, 2015. <Disponível em http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/18705>. Acesso em 03 de janeiro de 2022.

PAES, Eneida. "A construção Da Lei De Acesso à Informação Pública No Brasil: Desafios Na implementação De Seus princípios". **Revista Do Serviço Público** 62 (4):p. 407-423. 2014

PETERSON, Trudy Huskamp. Proof. In: BOEL, Jens. CANAVAGGIO, Perrine. QUINTANA, Antonio. **Archives and Human Rights**. Nova York: Routledge, 2021.

ROCKEMBACH, Moisés. Difusão em arquivos: uma função arquivística, informacional e comunicacional. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, v. 11, n. 1, 2015. Disponível em <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/pbcib/article/view/29528>.

SEELAENDER, Airton C. L. Surgimento da Ideia de Liberdades Essenciais Relativas à Informação – A "Areopagitica" de Milton. **Revista da Faculdade de Direito da USP**. v. 86, 1991

A FOTOGRAFIA ESCOLAR E A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO CAPIXABA: CATÁLOGO SELETIVO DOS ACERVOS FOTOGRÁFICOS CUSTODIADOS PELO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

SCHOOL PHOTOGRAPHY AND THE HISTORY OF EDUCATION IN ESPÍRITO SANTO: A SELECTIVE CATALOG OF PHOTOGRAPHIC COLLECTIONS HELD BY THE PUBLIC ARCHIVES OF THE STATE OF ESPÍRITO SANTO

André Malverdes
Universidade Federal do Espírito Santo

RESUMO

O texto consiste em analisar a identificação, catalogação e indexação dos documentos fotográficos que tem como enfoque a História da Educação no Estado do Espírito Santo (Brasil), tendo como fonte o acervo custodiado pelo Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (Brasil). A catalogação das imagens tem como base uma descrição orientada pela Norma Brasileira de Descrição Arquivística (Nobrade). A pesquisa analisou o entendimento dos acervos fotográficos como fonte de pesquisa, na sua gênese documental e sua importância social, cultural, artística, histórico e documental. Trata-se de um estudo de caso que utiliza revisão bibliográfica sobre os arquivos fotográficos, além de coleta de dados por meio de levantamento sobre as imagens referentes a história da educação no Espírito Santo no acervos custodiados no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES). Como resultado apresenta o levantamento realizado em diversos fundos e coleções da instituição que na identificação de 4500 imagens sobre a temática, além de analisar a documentação referente aos governos que pertencem os registros fotográficos. Por fim, constata que o APEES estabelece procedimentos para descrição arquivística, tratamento e acesso próprios, explicitando a importância dos registros fotográficos para a história local e nacional.

Palavras-chaves: História da educação; Acervos fotográficos; Arquivo público; Descrição arquivística.

Abstract

This text analyzes the identification, cataloguing and indexing of photographic documents focusing on the History of Education in the State of Espírito Santo (Brazil), using as a source the collection held by the Public Archive of the State of Espírito Santo (Brazil). The cataloging of the images is based on a description guided by the Brazilian Standard of Archival Description (Nobrade). The research analyzed the understanding of photographic collections as a source of research, their documentary genesis and their social, cultural, artistic, historical and documentary importance. It is a case study that uses a bibliographical review of photographic archives, as well as data collection through a survey of images relating to the history of education in Espírito Santo in the collections held in the Public Archives of the State of Espírito Santo (APEES). As a result, it presents the survey carried out in various funds and collections of the institution, which identified 4,500 images on the subject, in addition to analyzing the documentation referring to the governments to which the photographic records belong. Finally, it shows that the APEES has established its own procedures for archival description, treatment and access, highlighting the importance of photographic records for local and national history.

Keywords: History of education; Photographic collections; Public archives; Archival description.

APRESENTAÇÃO

A pesquisa A fotografia escolar e a História da Educação Capixaba está vinculada ao Departamento de Arquivologia da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), consiste na identificação, catalogação e indexação dos documentos fotográficos que tem como enfoque a História da Educação no Estado do Espírito Santo (Brasil), tendo como fonte o acervo custodiado pelo Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (Brasil). A catalogação das imagens tem como base uma descrição orientada pela Norma Brasileira de Descrição Arquivística (Nobrade). A pesquisa também analisou o entendimento dos acervos fotográficos como fonte de pesquisa, na sua gênese documental e sua importância social, cultural, artística, histórico e documental.

A temática da coleta abrangeu os espaços escolares (sala de aula, corredores, pátios internos e externos, fachadas laterais e frontais dos prédios, etc); os personagens que ocuparam estes espaços (os alunos, professoras(es), pais, funcionárias(os) e visitantes) e os eventos, as práticas e os rituais, entre eles, atividades esportivas (futebol, atletismo, educação física), atividades pedagógicas escolares (reunião dos professores, conselho de aula, concursos, dias de formação de professores), atividades culturais/sociais (desfiles, grupos teatrais, musicais, de canto, exposição de arte, feira de ciências, festas) e atividades de confraternização e comemoração (almoço, inaugurações, discursos e palestras em solenidades, visitas de autoridades, etc).

A presente proposta tem como produto a elaboração de um banco de imagens intitulado "Catálogo Fotográfico Digital: História da Educação no Espírito Santo (1946- 1971)", que tem como produto principal a construção de um catálogo seletivo de fotografias selecionadas do acervo do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES) que estejam no escopo da pesquisa sobre a História da Educação no Espírito Santo. A organização de um catálogo seletivo e a elaboração de um eficiente instrumento de pesquisa o projeto tem como finalidade proporcionar mais pesquisas, que vão resultar em vários produtos como monografias, livros, exposições, documentários, etc.

Esta pesquisa foi realizada pelo grupo do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) *Archivum: Sociedade, Informação e Cultura,* junto ao APEES, no ano de 2022 e ainda em andamento, no Fundo Serviço de Cinema, Rádio e Teatro Educativos – Seção Fotográfica, que era subordinado ao Departamento de Educação da Secretaria de Educação e Saúde, e depois, Secretaria de Educação e Cultura, composto por 34.917 negativos datados de 1946 a 1971.

Este trabalho teve como resultado a reunião, identificação e descrição do acervo fotográfico com o tema História da Educação, no período de 1946 a 1971, no estado do Espírito Santo (Brasil), partindo da premissa que se faz necessário que a memória um dia registrada por imagens seja resgatada e difundida com auxilio de ferramentas arquivisticas. O trabalho foi realizado durante o ano de 2023, resultado de uma pesquisa de licença capacitação. Como meio de descrição e difusão dessa memória é apresentado como produto um catálogo seletivo de fotografia, resultado de um processo inicial de descrição que possibilitou a identificação, rastreamento e a localização de todas as informações do objeto a ser descrito na fotografia, e também servirá de subsidio para inserção de metadados em sistemas informatizados.

Estes sistemas visam também à identificação, descrição e difusão de objetos analógicos em meios digitais através da digitalização, são programas indicados pelo Conselho Internacional de Arquivos (CIA), fazem parte das funções arquivisticas que contemplam os requisitos metodológicos e teóricos, as áreas como patrimônio cultural/documental e a tecnologia da informação contribuem para a aplicação e promoção da pesquisa. Neste

sentido, a reunião, identificação e descrição das fotografias devem contribuir para a difusão da memória da educação capixaba, salientando cada vez mais a importância do patrimonio cultural e documental do Espírito Santo.

O DOCUMENTO FOTOGRÁFICO: CONCEITO, DEFINIÇÃO E CARACTERÍSTICAS.

A fotografia não somente constitui um tipo de representação icônica que goza de um extenso uso cultural e uma ampla trajetória histórica como também apresenta uma morfologia específica e um tipo documental com características específicas. Ao longo das duas últimas décadas, surgiu um grande interesse no âmbito das ciências sociais e humanas em torno da fotografia, fato que tem possibilitado haver, em relação a esse meio documental, uma abordagem interdisciplinar e enfoques historiográficos, da história das técnicas fotográficas, filosóficos, artísticos, antropológicos, sociológicos, psicológicos, semióticos, educativos, para citar aqui apenas algumas.

No que tange ao conceito de imagem e à perspectiva icônica, adotaremos o conceito de Roman Gubern (apud Pérez, 1999, p. 206), que a define como:

> Una modalidad de la comunicación visual que representa de manera plástico-simbólica, sobre un suporte físico, un fragmento de entorno óptico (percepto), o reproduce una representación mental visualizable (ideoscena), o una combinación de ambos, y que es susceptible de conservarse en el espacio y/o en el tiempo para constituirse en experiencia vicarial óptica: es decir, en suporte de comunicación entre épocas, lugares y/o sujetos distintos de su existência, incluyendo entres estos últimos al propio autor da la representación en momentos distintos de su existencia.

Para Sontag, as fotos podem ser mais memoráveis do que imagens em movimento, porque são instantâneos do tempo e não um fluxo. A televisão, por exemplo, é um fluxo de imagens em que cada imagem subsequente cancela a precedente. Além disso, "uma foto equivale a uma prova incontestável de que determinada coisa aconteceu. A foto pode distorcer; mas sempre existe o pressuposto de que algo existe, ou existiu, e era semelhante ao que está na imagem (...)" (Sontag, 2004, p. 16).

Nossa perspectiva aqui pretende enfocar a fotografia no ponto de vista informativo- documental, examinando a imagem como evidência de um registro dentro de um sistema da informação, estudando a gestão dos fundos e coleções fotográficas, e do tratamento de seu conteúdo de representação icônica para gerar representações documentais secundárias, visando possibilitar a recuperação dos documentos e das informações nelas contidas. Partindo dessa perspectiva, buscaremos a partir de agora a contribuição de autores que irão corroborar na construção teórica de nossa

apresentação, no que diz respeito aos conceitos da fotografia e de suas características (Malverdes; Lopez, 2017).

Para Cunha e Cavalcanti (2008, p.175), o termo fotografia é entendido como "técnica ou arte de produzir imagens visíveis pela ação da luz, que fixa essas imagens de modo direto e durável sobre uma superfície sensibilizada". Para Ejarque (2000, p. 217), é definido como "arte y técnica con las que fijar y reproducir por médio de reacciones químicas a la luz, sobre superfícies convenientemente preparadas, las imágenes visibles directa o indirectamente recogidas en el fondo de uma câmara oscura".

Para o Glossário proposto pela Câmara Técnica de Documentos Audiovisuais, Iconográficos e Sonoros (CTDAIS), do Conselho Nacional de Arquivos (Conarq), o termo é definido como "imagem produzida pela ação da luz sobre película coberta por emulsão fotossensível, revelada e fixada por meio de reagentes químicos" (Conselho Nacional de Arquivos, 2014, p. 11).

Para os autores Rezende e Lopez (2014), no que tange a contribuição do Grupo de Pesquisa de Acervos Fotográficos, formalizado em 2008 no âmbito do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), no que diz respeito aos conceitos de fotografia, os pesquisadores apresentam a seguinte contribuição:

> Dentro de la propuesta del Grupo, el término fotografía es comprendido en su sentido más amplio, abarcando la diversidad de los procesos técnicos, siendo preferente el uso de término "documentos fotográficos" para los documentos imagéticos generados por todos los procesos de captación fotográfica de imágenes, incluyéndose los digitales. Sin embargo, existen otros investigadores que defienden el uso de la expresión "documentos fotográficos" apenas para los que resultan de los procesos fotoquímicos. Aquellos que resultan de procesos digitales no pueden llamarse fotografías, sino "imágenes digitales", tanto por su naturaleza numérica como por la cuestión de la ruptura referencial. Dicha corriente de pensamiento considera que La imagen digital no mantiene un "vínculo umbilical" con el referente, así como lo tiene la imagen fotográfica (calco fotoquímico del cuerpo referenciado), por basarse, o ser alterada, por cálculos algebraicos.

Os conceitos aqui apresentados têm algo em comum, que é a ideia da captação da imagem pela ação da luz numa superfície coberta com substância sensível, apesar de haver um problema nas definições, que é o de excluir as fotos digitais, ou seja, produzidas pelas câmeras digitais. André Lopez (2000, p. 170) comenta a necessidade de ampliação desse conceito ao dizer que:

> [...] o próprio conceito tradicional de imagem fotográfica é ampliado quando se considera não apenas o processo físico-químico de reação da luz por uma emulsão, mas também qualquer imagem

> obtida através de captura da luz (o que inclui imagens obtidas por câmeras digitais, porém exclui as montagens e as imagens digitais criadas pelo computador). [...] A diferença está na relação inicial com a cena retratada. O registro fotográfico feito pela câmera digital, mesmo não sendo analógico, é resultante da captura da luz emitida por um cenário real.

O autor inova o debate ao utilizar o termo documento imagético para designar as múltiplas possibilidades de ocorrência da imagem nos arquivos, para englobar as diversas categorias da imagem de modo mais amplo do que os termos fotografia, pintura, obras de arte etc. Mas, Lopez (2000, p.158) alerta que "nem todo registro fotográfico é necessariamente imagético: veja-se, por exemplo, os registros fotográficos gerados para produzir os microfilmes de textos".

No que tange a intervenção em conjuntos documentais, sejam de natureza analógica ou digital, o profissional vai adotar a mesma metodologia e dos mesmos princípios científicos. Com o digital, o princípio da câmera escura permanece, porém a química desaparece. Iglesías Franch (2008) destaca que: "ahí se produce la verdadera fractura, ya que el objeto final tiene una naturaleza bien distinta y esto distingue la revolucion digital de sus precedentes". Além disso, poucos anos depois da aparição das primeiras câmeras digitais, na década de 1980, entraram em cena os editores de imagem e a *World Wide Web,* dois fatores determinantes do desenvolvimento e uso da fotografia digital.

Do ponto de vista metodológico, uma das primeiras questões para abordamos o tratamento documental dos conjuntos fotográficos é definir o alcance dos conceitos de "fundo" e "coleção". Para Salvador Benítez (2015) se denomina "conjunto documental" a um grupo de documentos que se originou de forma natural como resultado das atividades de uma pessoa física ou jurídica, ou de forma artificial, pela atuação voluntária de uma pessoa ou instituição. Esses conjuntos serão denominados de "fundo" ou "coleção" conforme sua formação tenha sido realizada de uma forma ou de outra.

No caso, da coleção estamos diante de um ato voluntário. A partir de alguns critérios geralmente pré-estabelecidos, uma pessoa ou instituição decide criar, por vontade própria, uma coleção para uso e desfrute pessoal ou coletivo. Além disso, no caso específico das fotografias, o conjunto reunido é composto por muitos autores diferentes que podem vir de diferentes procedências, o que nos leva a um conjunto documental sem organicidade, ou seja, não existe uma relação natural entre os documentos do arquivo em decorrência das atividades da entidade produtora.

Por outro lado, o fundo com documentos fotográficos vem de um ato inevitável. Espontaneamente e como resultado da atividade, profissional ou amador, do seu criador, é produzido um conjunto de documentos fotográficos que de maneira acumulativa geram

um arquivo. Geralmente resultantes do trabalho de um fotógrafo profissional, uma família, uma pessoa, uma instituição ou uma empresa fotográfica (Boadas i Raset, 2016).

Boadas i Raset (2001) apresenta uma proposta de definição para os diferentes tipos de conjuntos de uma instituição da seguinte forma, com base nos tipos de produtores: fundos produzidos ou recebidos por pessoas jurídicas de caráter privado: fotógrafos com galerias ou sem, imprensa ou revista;

fundo produzido ou recebido por qualquer pessoa física: fotógrafos e pessoas físicas ou famílias; fundos da Administração Pública durante o exercício de suas funções e como consequência de suas atividades administrativas; e, coleções fotográficas.

Na proposta de Heredia Herrera (2007, p.116), podemos distinguir os documentos de arquivo entre os agrupamentos naturais e os artificiais, o fundo, a seção, a série, a unidade arquivística; entre as segundas, as denominadas seções factícias ou as coleções. No caso das seções factícias e as coleções, numa primeira observação, parecerem a mesma coisa, tendo em vista que são uma acumulação artificial reunida por alguém, por gosto ou curiosidade, a única variação é a intenção do colecionador:

> Colección documental: "conjunto de documentos reunidos según critérios subjetivos (un tema determinado, el critério del coleccionista, etc) y que por lo tanto no conserva una estrutura orgânica ni responde al principio de procedencia";

> Colección factícia: "conjunto de documentos reunidos de forma factícia por motivos de conservación o por su especial interés" (Heredia Herrera, 2007, p. 116).

A primeira definição refere-se às agrupações documentais que se encontram nos arquivos, na maioria das vezes como produto de doação ou de compra. Sua origem não é oriunda da gestão institucional, mas sim da vontade individual de alguém. E as denominadas coleções factícias correspondem a agrupações documentais realizadas voluntariamente nos arquivos a partir de seus fundos por motivos de conservação ou instalação, determinados por seus suportes ou por sua grafia, em algum momento, realizadas pelo profissional responsável pelo acervo, foram transformadas em agrupamento de documentos para ressaltar sua importância ou atender a uma necessidade específica que não condiz com o arquivo.

Em conclusão, portanto, os critérios para definir um fundo envolvem duas questões: um produtor definido (entidade coletiva ou pessoa) e um sistema de arquivamento de documentos relacionados. Se ambos existirem independentemente e demonstrarem alguma continuidade ao longo do tempo, então todo o acúmulo físico de documentos resultante daquele produtor (como séries, dossiês/processos e/ou itens) pode ser identificado como um fundo (Cook, 2017).

No que diz respeito a metodologia arquivística foi adotado pensarmos os documentos dentro das séries estipuladas conforme as principais atividades de seu produtor que forma a refletirem as relações funcionais e estruturais da pessoa que as produziu, com o risco de se perderem caso o arranjo não fosse esclarecido.

Carvalho e Alencar (2010) destacam que: "na arquivística, (...), a noção de contextualização se fixa na 'gênese documental', isto é, no momento de produção, incluindo ainda o pequeno circuito que cumpre o documento dentro da empresa, instituição ou vida privada." Foi nessa perspectiva que pensamos, analisamos e apresentamos essa proposta de pesquisa e identificação do acervo na instituição.

Em relação a pertinência de falarmos em fundo fotográfico, Heredia Herrera (2014, p. 42) nos pergunta "¿resulta pertinente hablar de fondo fotográfico de un periódico cuando el fondo de tal periódico es toda su producción documental incluidas las fotografías?". Nossa resposta é que tal expressão seria ambivalente, apesar de teoricamente ser um pouco pertinente embora que na prática o seja. Nesse sentido não parece correto que existam fundos fotográficos tendo em vista que o fundo de uma instituição, família ou pessoa está constituído por todos os documentos que produziu, e entre eles estão as fotografias, nos exercícios de suas atribuições e atividades. Nesse sentido, se existe toda essa produção documental consideramos que seria um equívoco chamarmos de fundo fotográfico.

Dessa forma, a fotografia pode ou não ser um documento de arquivo. Nesse caso quando a fotografia está acompanhada de documentos amplia as potencialidades informacionais, a partir do momento que é possível ao profissional da informação um trabalho de analisarmos os elementos necessários no que diz respeito produção, as funções, as atribuições e os processos que deram origem ao conjunto documental e suas fotografias.

O PATRIMÔNIO FOTOGRÁFICO

A imagem fotográfica desempenha um importante papel na transmissão, conservação e visualização das atividades políticas, sociais, científicas ou culturais da humanidade. Além disso, reduz a tridimensionalidade característica do mundo real à bidimensionalidade própria do plano, marcada por um quadro, escolhido pelo fotógrafo, como limite infranqueável e com uma destacável alteração da escala de representação.

As fotografias estão em nossas casas em álbuns, emolduradas em paredes, nas estantes, ou em nossas carteiras. Embora sendo importante documento de memória pessoal, desde os primórdios da fotografia essa não é a única função de uma coleção ou de conjuntos específicos de fotografia. Desta maneira, no mundo inteiro se fotografa, seja por profissionais ou por amadores, e se publica em periódicos, revistas, livros, cartazes e também entram em fototecas, arquivos, banco de imagens, museus, coleções ou álbuns.

Patrimônio fotográfico é, em nossa análise, a ideia geral de organização, guarda, preservação e possível divulgação de acervos fotográficos que compreendem também os objetos, incluindo materiais relacionados às indústrias fotográficas, tais como publicações, fotografias, cartazes, materiais publicitários, manuscritos e várias criações, entre as quais estão equipamentos técnicos e conceitos como a perpetuação de técnicas e ambientes caída em desuso associado à reprodução e apresentação desses meios. Incluímos ainda nesse entendimento acervos fotográficos pessoais, profissionais e institucionais e sua importância social, industrial, cultural, artística, histórico e/ou documental.

O patrimônio documental se define para essa pesquisa como os documentos de qualquer época, conservados ou reunidos no exercício de sua função por qualquer organismo ou entidade de caráter público, por pessoas jurídicas, por entidades públicas ou por pessoas físicas. Igualmente fazem parte desse patrimônio aqueles documentos cuja antiguidade superior aos cinquentas anos, conservados ou reunidos no exercício de suas atividades por entidades de caráter político, sindical ou religioso e por entidades, fundações e associações culturais e educativas de caráter privado.

Cumprindo diferentes funções e atendendo a critérios distintos, as fotografias se encontram custodiadas em arquivos, museus, bibliotecas e outras instituições públicas de caráter cultural, bem como também são conservadas em fundos e coleções em âmbito privado. Conhecer e estudar essa importante fonte documental e artística pode resultar, com frequência, uma atividade larga e penosa. Facilitar a gestão dos principais arquivos e coleções fotográficas ajudará a iniciar, ou continuar, frutíferas investigações que tem como objetivo a preservação e difusão do patrimônio fotográfico.

Para Boadas i Raset (2007, p.15), a grande maioria da documentação fotográfica existente nas mais distintas entidades custodiadoras de acervos arquivísticos procede de quatros âmbitos: fotografias geradas pela instituição, que muitas vezes podem acompanhar a documentação de natureza textual e são produzidas como resultados de suas atividades; relatórios contratados pela instituição com o objetivo de deixar um testemunho iconográfico de suas atividades (sociais, culturais, promocional, informativo, etc.); aquisição de acervos de valor histórico e informativo para o patrimônio cultural; e doações ou cessão, na maioria dos casos constituem acervos pessoais de artistas, políticos ou fotógrafos que deixam seu espólio a instituição ou seus familiares resolvem doá-lo após a morte do titular.

Sobre a questão Lopes (2000) destava que podemos supor três tipos de ocorrência de documento fotográfico no universo dos arquivos: integrado em outros documentos (positivos anexos a um processo, por exemplo); como resultado final de uma ação (registros fotográficos de uma assessoria de prefeito, por exemplo) ou; como uma coleção que não guarda uma, onde o termo é definido como "imagem produzida pela ação da luz

sobre película coberta relação orgânica com seu produtor, ou cujo vínculo já não é mais possível de determinar.(Lopez, 2000)

Para definirmos o conceito de fotografía destacamos a definição do glossário da Câmara Técnica de Documentos Audiovisuais, Iconográficos e Sonoros (CTDAIS), do Conarq, por emulsão fotossensível, revelada e fixada por meio de reagentes químicos" (Conselho Nacional de Arquivos, 2014, p.11). O conceito aqui apresentado destaca a ideia da captação da imagem pela ação da luz numa superfície coberta com substância sensível. Mas há um problema nas definições, ao excluir as fotos digitais, produzidas pelas novas câmeras digitais.

Dentro da proposta do Grupo de Pesquisa Acervos Fotográficos (GPAF), formalizado em 2008, dentro do CNPq, o termo fotografia é compreendido num sentido mais amplo, abarcando a diversidade dos processos técnicos, sendo utilizado o termo "documentos fotográficos" para os documentos imagéticos gerados por todo processo de captação fotográfica de imagem, inclusive os digitais. (Rezende & Lopez, 2014, p. 2)

Cabe destacar que nem todo registro fotográfico é necessariamente imagético, como é o caso, por exemplo, dos registros fotográficos gerados para produzir os microfilmes de textos (Lopez, 2000, p.158). Nesse caso, dentro da infinidade de possibilidades e de instituições que contêm acervos fotográficos, assinalamos três grandes categorias de fotografias, conforme nos apresenta Gastaminza (1999, p.16): a fotografia artística: realizada originalmente com finalidade de expressão artística; a fotografia documental, criada com intenção de documentar todo tipo de entidade ou instituição; e a privada, constituída de imagens comuns de indivíduos privados para uso particular.

O ACERVO FOTOGRÁFICO DO APEES E AS FONTES PARA A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

O APEES foi criado pelo Presidente do Estado, Jerônimo Monteiro, que dava especial atenção à documentação produzida no seu governo. Não foi por outro motivo que ele criou, via Lei nº 559, de 18 de julho de 1908, o "Archivo Público Espírito-Santense", como um anexo da biblioteca pública, situado no térreo do Palácio Anchieta. O APEES, atualmente vinculado à Secretaria de Cultura, tem a função social de gerir, organizar e democratizar o acesso público aos documentos de valor permanente. Ou seja, sua função é gerenciar os documentos de valor histórico, probatório e cultural, em condições que garantam a sua integridade e transmissão a gerações futuras, porquanto constitui parte do patrimônio cultural do Espírito Santo e da humanidade.

A maior parte da documentação é oriunda do Poder Executivo ou de instituições a este vinculadas. O acervo documental do APEES é de importante valor para a reconstituição da história e da memória do Espírito Santo, portanto, de grande valor para o

patrimônio cultural brasileiro, pois resgata as transformações e permanências que caracterizam a evolução do estado e da sociedade capixaba no tempo e no espaço.

O acervo é composto por coleções de fotografias, material sonoro, plantas arquitetônicas, mapas, microfilmes, filmes, fitas magnéticas, anuários, boletins, jornais, legislação avulsa do Espírito Santo, publicações oficiais, relatórios e mensagens de governo produzidas pela administração pública, que, no decorrer dos anos, também incorporou documentos particulares. O APEES conta atualmente com 12 fundos documentais de valor permanente, de origem das funções públicas, e 11 fundos e 24 coleções de caráter privado, preservados em caráter definitivo, em função do seu valor probatório, histórico ou informativo.

Além desse seu acervo, o APEES recebeu conjuntos de documentos produzidos por diversas pessoas, em decorrência de suas atividades intelectuais, possuindo uma relação orgânica perceptível através de processo de acumulação. Esses recolhimentos, na sua maioria, são frutos de doações familiares. O acervo de origem privada é composto por onze fundos, nos quais constam arquivos pessoais de ex- governadores, políticos, artista plástico, historiadora e desembargador, além disso, contém 24 coleções oriundas de pessoas físicas.

Dentre os conjuntos que compõem o acervo fotográfico do APEES, destaca-se o Serviço de Cinema, Rádio e Teatro Educativos – Seção Fotográfica (SCRET), composto por 34.917 mil negativos datados de 1944 a 1971. O referido acervo contém informações sobre as ações governamentais em diversos municípios capixabas, é de acesso irrestrito e, para localização e disponibilização ao pesquisador, é utilizada uma lista de recolhimento, que contém as informações descritas de forma didática e simples. No instrumento, é possível identificar o governador, a data e o título do envelope. Neste último caso, o título resume a ação para a qual a fotografia foi registrada.

O acervo é de extrema relevância histórica, pois retrata diversas atividades políticas e culturais adotadas pelos governadores durante seus respectivos mandatos. É possível verificar a existência de fotografias de inaugurações de escolas, de visitas de autoridades nas instituições de ensino, construções de escolas, manifestações culturais, atos solenes, de personagens ilustres e anônimos da história capixaba. Nota-se também a evolução urbana e econômica do estado do Espírito Santo, nesses quase 50 anos que representaram o grande *boom* industrial, econômico e social do estado.

A DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA E O ARQUIVO

A política de descrição documental do APEES está intimamente ligada à da preservação e difusão do seu acervo, especialmente pela elaboração de instrumentos de pesquisa que são vitais para o processo historiográfico. As vantagens de uma atividade de descrição constante e eficiente são: conservação dos fundos, facilidade de acesso aos documentos,

favorecimento do controle por parte do arquivo, economia nas horas de trabalho do pesquisador, redução do desnível entre a demanda dos pesquisadores e a oferta da instituição e agilização na administração da instituição custodiadora.

A busca dos pesquisadores nas áreas de história, comunicação, artes, sociologia, entre outras, por documentos como fotografías gereada pelas atividades ligadas a História da Educação, levou a parceria entre o APEES, o Departamento de Arquivologia e o Grupo de Pesquisa *Archivum* da Universidade Federal do Espírito Santo a pensar na construção do catálogo seletivo e na digitalização desse material.

O catálogo seletivo é um instrumento de pesquisa que transcende a dimensão arquivística dos catálogos convencionais ao escolher documentos que atendam a criterios temáticos, independentemente de sua posição no plano de classificação, podendo, inclusive, reunir documentos de fundos e arquivos distintos. A metodologia aplicada à realização deste trabalho seguiu as recomendações e as normas estabelecidas pelo Conarq, que é o órgão central do Sistema Nacional de Arquivos (SINAR) no Brasil, do qual o APEES faz parte.

O processo de digitalização do acervo acompanhou as Recomendações para Digitalização de Documentos Arquivísticos Permanentes no que diz respeito a aspectos gerais para segurança, armazenamento e preservação dos representantes digitais. As vantagens e a importância da digitalização do acervo são a de contribuir para o amplo acesso e disseminação dos documentos, pois permitirá o intercâmbio de acervos e de seus instrumentos de pesquisa por meio de redes informatizadas, promoverá a difusão e reprodução dos acervos, além de incrementar a preservação e segurança dos documentos arquivísticos originais que estão em outros suportes não digitais, por restringir seu manuseio.

METODOLOGIA

O método de nosso trabalho foi o hipotético indutivo em que a construção partiu da observação dos acervos da instituição analisada de forma empírica e, a partir daí, construimos um catalogo seletivo e um relatório de observações que possam, no futuro, subsidiar a proposição de modelos para pesquisa e organização de pesquisas realizadas em fundos e coleções fotográficas custodiadas por instituições custodiadoras de acervos fotográficos. A pesquisa também foi qualitativa visando ao aprofundamento nos levantamentos realizados nos conjuntos documentais recebidos e custodiados pelo APEES, com objetivos exploratórios envolvendo levantamento bibliográfico e documental, entrevistas com pessoas envolvidas na gestão da instituição e análise dos fundos e coleções, visando à compreensão do objeto da pesquisa.

A metodologia para a realização da pesquisa consistiu na análise da bibliografía referente ao tema, no âmbito da História da Educação no Espírito Santo, Arquivologia

e da Ciência da Informação, acompanhada de uma análise da gênese documental do acervo e dos procedimentos de tratamento de acervos fotográficos, mediante pesquisa de campo na instituição no que diz respeito ao objeto de estudo, resultando em um levantamento sobre a realidade dos acervos fotográficos em análise e suas possibilidades com a História da Educação no Espírito Santo.

O estudo de caso foi escolhido por ser uma estratégia de pesquisa adequada para investigar um fenômeno social complexo e abrangente para as pesquisas sociais, como forma de investigação empírica, pois analisou um fenômeno contemporáneo dentro de um contexto da vida real. A pesquisa permitiu um número significativo de informações detalhadas, por meio de diferentes técnicas de pesquisa, possibilitando compreender a totalidade da situação em questão, através de um mergulho profundo e exaustivo no nosso problema de pesquisa. (Calazans, 2007, p.40)

O *corpus* de trabalho de nossa pesquisa analisou os procedimentos de tratamento dos fundos e coleções fotográficas que existem hoje (e que estão sendo produzidas) no APEES, para a gestão de documentos fotográficos no ámbito público e privado. A partir de uma pesquisa documental, buscamos analisar publicações, legislação, instrumentos de pesquisa e de gestão documental do APEES para compreender o lugar da fotografia, no que concerne à gestão dos acervos fotográficos e a representação da História da Educação em seu acervo.

No levantamento realizado junto aos acervos fotográficos que estão custodiados sob a custódia do APEES levamos em conta a fotografia documental entendida aqui como "gênero da fotografia atrelado à noção do real, uma imagem que atua como registro de determinado evento, situação, local, indivíduo ou grupo". No levantamento foram selecionadas todas as imagens que continham as palavras "escola", "colégio", "educação", "professora", "professor", "grupo escolar" e suas possíveis abreviaturas.

RESULTADOS

O acervo do Fundo do Serviço de Cinema, Rádio, Teatro Educativo e Secção Fotográfica (SCRTE) é composto por 34.917 mil negativos e distribuídos em 11 séries, a saber:

- AAC - Aristides Alexandre Campos (1946); 644 fotografias.

- BR.APEES.CHE.SCRTE.ACGS - Arthur Carlos Gerhardt Santos (1971); 3.407 fotografias.

- BR.APEES.CHE.SCRTE.CDLF - Cristiano Dias Lopes Filho (1967-1971); 2.856fotografias.

- CFML - Carlos Fernando Monteiro Lindenberg (1947-1951/1959-1963); 11.011fotografias.

- FLA - Francisco Lacerda de Aguiar (1955-1958/1963-1966); 6.610 fotografias.

- JSN - Jones dos Santos Neves (1944-1945/1951-1954); 4.356 fotografias.

- OCL - Otávio Carvalho Lengruber (1946); 7 fotografias.

- MUS - Moacir Ubirajara da Silva (1946-1947); 36 fotografias.

No levantamento desse fundo identificamos o seguinte quantitativo de imagens referente a História da Educação.

SÉRIE	QUANTIDADE	PORCETAGEM
AAC	11	1,7%
ACGS	173	0,5%
CDLF	811	28%
CFML	2.434	22%
FLA	667	10%
JSN	397	9%
OCL	0	0%
MUS	7	19%

No nosso levantamento a pesquisa está ampliando seu objeto analisando os Fundos Elcio Alvares, Instituto Jones dos Santo Neves e a coleção Jerônimo Monteiro, os fundos Hugo Borges, Max Freitas Mauro, Paulo Hartung, José Inacio e as coleções Saldanha da Gama e Foto Clube do Espírito Santo, no presente momento se encontra em andamento.

Nível	Nome	Quantidade
Fundo	Élcio Álvares	256
Fundo	Eurico Rezende	146

Fundo	Instituto Jone dos Santos Neves	65
Coleção	Jerônimo Monteiro	55

Cada registro fotográfico foi codificado e descrito, contendo as informações necessárias à sua identificação e contextualização, tais como: o código de referência, o assunto, o local, a data, a dimensão, o suporte, a cromia e o localizador topográfico conforme a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (Nobrade).

BR.ESAPEES.CHE.JM.F.287. Alunos da Escola Mista Rural de Sabiano Pessoa. Jerônimo Monteiro (ES). Setembro de 1925. Fotografia. P&B. Papel. 15x10 cm. Autor: Não identificado. Notação: JM.287. Entidade custodiadora: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

Os documentos receberam um código de referência da seguinte forma: **BR.ESAPEES. CHE.JM.F.287 -** em que **BR** corresponde ao país de origem (Brasil); ESAPEES é o Código de Entidade Custodiadora de Acervos Arquivísticos (CODEARQ) cadastrado junto ao Conarq, nesse caso o código do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo; **CHE**, que é o nome da pesquisa e do Catálogo da História da Educação; **JM** é a abreviatura do nome da coleção, no caso Jerônimo Monteiro; enquanto que **F.287** é o código topográfico do documento para a localização física do mesmo no acervo.

Com a perspectiva de difusão do acervo dentro de sua temática a pesquisa realizou a digitalização e a elaboração do catálogo na perspectiva de garantir não só o acesso ágil, mas também a conservação dos originais dos referidos fundos arquivísticos e o intercâmbio de informações com outras instituições, população e pesquisadores da memoria da educação. Entre os benefícios proporcionados pelo projeto destacamos possibilitar mais pesquisas, ampliando a produção acadêmica sobre o período e temáticas relacionadas a Educação; a realização de projetos culturais e educacionais sobre o tema, através do uso da documentação dos acervos; maior oferta de aporte documental aos pesquisadores, professores, gestores, artistas e interessados em temáticas como História de Educação, cotidiano urbano, história da fotografia, entre outros.

O projeto, bem como a publicação do catálogo, por fim, pretende dar maior visibilidade ao acervo fotográfico sobre a temática, disponível no APEES, o qual compõe as memórias fotográficas da História da Educação. Além disso, busca-se oferecer aos pesquisadores e a população, em geral, com interesse na história do Espírito Santo, o acesso às imagens e às informações do contexto fotográfico em questão, o que fomentará o desenvolvimento de pesquisas e investigações e a elaboração de outros produtos.

Conhecer e identificar essa importante fonte documental e artística pode resultar, na maioria das vezes, numa atividade complexa e de difícil desenvolvimento. Porém, identificar e proporcionar a difusão dos principais arquivos e coleções fotográficas, em nível local e nacional, propiciará, a médio e longo prazo, subsídios para importantes investigações que tenham como objeto o patrimônio fotográfico. Um dos objetivos deste resumo foi apresentar um trabalho fundamental para a pesquisa na História da Educação e as fontes custodiadas pelo APEES com suas importantes coleções e fundos fotográficos. Esperamos propiciar uma contribuição para futuras ações como essa em diversas instituições custodiadoras de acervos fotográficos e parcerias entre elas, universidades, pesquisadores e sistema educacionais, no Brasil e na América Latina.

REFERÊNCIAS

BOADAS I RASET, Joan. Un tiempo nuevo en la gestión del patrimonio fotográfico: desafíos y oportunidades. **Patrimonio cultural de España**, ISSN 1889-3104, Nº. 11, 2016 (Ejemplar dedicado a: Fotografía y patrimonio a debate), págs. 17-36.

_____. **Patrimonio fotográfico:** estrategias de gestión y preservación, dins el documento escrito y el documento fotográfico. Las Palmas de Gran Canaria: Anroart Ediciones, 2007, p. 15 a 32.

_____. CASELLAS, L.; SUQUET, M. **Manual para la gestión de fondos y colecciones fotográficas**. Girona: Biblioteca de la Imagen, CCG Ediciones - Ajuntament de Girona (CRDI), 2001.

CALAZANS, Angélica Toffano Seidel. Estudo de caso – uma estartégia de pesquisa. In:

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado (Org.). **Métodos para a pesquisa em ciência da informação.** Brasília: Thesaurus, 2007.

CARVALHO, Vânia Carneiro de; ALENCAR, Michelle de Oliveira. Por histórias das fotografias: do índice ao artefato. In: **Registros fotográficos, Patrimônio e Memória da USP:** [S.l: s.n.], 2010.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. (BRASIL) Câmara Técnica de Documentos Audiovisuais, Iconográficos e Sonoros. **Glossário**. Versão 1.1. 2014 Disponível em: <http://conarq.gov.br/images/csais/Glossario_CTDAISM_V1_1.pdf>. Acesso em: 28 jun 2020.

COOK, Terry. **O conceito de fundo arquivístico**: teoria, descrição e proveniência na era pós-custodial [recurso eletrônico] / Tradução de Silvia Ninita de Moura Estevão e Vitor Manoel Marques da Fonseca. -- Dados eletrônicos. -- Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2017.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008.

EJARQUE, L. G. **Diccionario del archivero-bibliotecário**: terminologia de la elaboración, tratamento y utilización de los materiales propios de los centros documentales. Gijón: EdicionesTrea, S. L., 2000.

GASTAMINZA, Féliz Del Valle**. Manual de documentación fotográfica**. Madrid: Editorial Síntesis, 1999.

HEREDIA HERRERA, Antonia. "De Colecciones". **Boletín ANABAD**, LXIV, N. 1, 2014. pp. 37-49.

_____. **Qué es un archivo?** Gijón: Trea, 2007.

IGLÉSIAS FRANCH, David. **La fotografia digital em los archivos**: que és y como se trata. Gijón: Ediciones Trea, 2008.

LOPEZ, André Porto Ancona. **As razões e os sentidos**: finalidades da produção documental e interpretação de conteúdos na organização arquivística de documentos imagéticos. Tese (Doutorado em História Social) - Programa de Pós- Graduação em História Social da FFLCH-USP, São Paulo, 2000.

MALVERDES, André; LOPEZ, André Porto Ancona. A fotografia e seus tentáculos: interpretações possíveis no universo dos arquivos. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, [S. l.], v. 8, n. 1, p. 24-45, 2017. DOI: 10.11606/issn.2178-2075.v8i1, p24-45. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/103427. Acesso em: 9 mar. 2022.

MALVERDES, Andre. **A fotografia escolar e a História da Educação Capixaba**: catálogo seletivo dos acervos fotográficos custodiados pelo Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Vitória: Departamento de Arquivologia da UFES, 2023. Disponível em: <www.arquivisticaufes.com.br>. Acesso em 20jul2024.

PÉREZ, Antônio Hernández. La fotografia digital. In: GASTAMINZA, Féliz Del Valle. **Manual de documentación fotográfica**. Madrid: Editorial Síntesis, 1999.

REZENDE, Darcilene Sena; LOPEZ, André Porto Ancona. (2014). **Adecuación de la descripción archivística de documentos fotográficos a estándares internacionales** [en línea]. Archivos e Industrias Culturales: 2ª Conferencia Anual de Archivos, 9ª Conferencia Europea de Archivos, 13ª Jornadas Imatge i Recerca, Girona, del 11 al 15 de octubre de 2014.

Disponible en: http://www.girona.cat/web/ica2014/ponents/textos/id164.pdf. Acesso em: 25mar2018.

SALVADOR BENÍTEZ, Antonia. Conocer e describir el patrimonio fotográfico. In: SALVADOR BENÍTEZ, ANTONIA. **Patrimonio fotográfico. De la visibilidad a la gestión.** Gijón: Trea, 2015.

SONTAG, Susan. **Sobre fotografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

ARQUIVOS E MULHERES: ANÁLISE DOS ANAIS DO CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA

ARCHIVES AND WOMEN: AN ANALYSIS OF THE PROCEEDINGS OF THE CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA

Karla Simone Willemann Schütz
Universidade Federal de Santa Catarina

Patricia Ladeira Penna Macêdo
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Priscila Rosa Martins
Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo

Este trabalho analisa a relação entre Arquivologia e gênero, com um foco específico na representatividade das mulheres no Congresso Nacional de Arquivologia (CNA). O estudo foi realizado por meio de uma abordagem qualitativa, de natureza descritiva-exploratória e documental, examinando os Anais do CNA entre 2004 e 2022. A pesquisa utilizou como categoria principal de busca o termo "mulher" nos títulos dos trabalhos e eventos paralelos. Os resultados revelaram uma presença limitada de trabalhos diretamente relacionados ao tema, com apenas um trabalho apresentado em 2022 focado em arquivos pessoais de mulheres. No entanto, a análise destacou a forte presença e contribuição das mulheres no evento, superando 55% das autorias e coautorias dos trabalhos entre 2010 e 2022, e com uma significativa participação nas comissões organizadoras. Esses dados refletem o papel de destaque que as mulheres têm desempenhado na Arquivologia brasileira. Além disso, a presente pesquisa aponta a necessidade de ampliar a produção científica e o debate sobre gênero e representatividade nos arquivos, incentivando a criação de políticas inclusivas que valorizem a pluralidade das vozes e experiências de mulheres.

Palavras-Chave: Congresso Nacional de Arquivologia; Arquivos; Mulheres; Produção Científica.

Abstract

This text analyzes the relationship between Archival Science and gender, focusing on the representation of women in the Congresso Nacional de Arquivologia (CNA). The study was carried out using a qualitative, descriptive-exploratory and documental approach, examining the CNA Annals between 2004 and 2022. The research used the term "woman" as a search category in the titles of papers and side events. The results revealed a limited presence of works directly related to the topic, with only one paper presented in 2022 focused on women's personal archives. However, the analysis highlighted the strong presence and contribution of women at the event, exceeding 55% of authorships and co-authorships of works between 2010 and 2022, and with a significant participation in the organizing committees. These data reflect the prominent role that women have played in Brazilian Archival Science. In addition, this research points to the need to expand scientific production and the debate on gender and representativeness in archives, encouraging the creation of inclusive policies that value the plurality of women's voices and experiences.

Keywords: Congresso Nacional de Arquivologia; Archives; Women; Scientific Production.

INTRODUÇÃO

A Arquivologia, como disciplina dedicada à gestão, preservação e acesso à informação desempenha um papel fundamental na construção e manutenção de determinadas narrativas históricas e memoriais. No entanto, ao observar o cenário arquivístico brasileiro, ainda hoje, percebe-se a escassez de arquivos "de" e "sobre" mulheres em espaços de custódia de acervos, o que reafirma a necessidade de repensar e reestruturar os métodos de aquisição, preservação e difusão desses conjuntos documentais a fim de incluir e valorizar as vozes e contribuições das mulheres em diferentes aspectos da sociedade.

Nos últimos anos, tem-se observado no campo da Arquivologia um crescimento significativo dos estudos e debates em torno das temáticas de gênero, mulheres e representatividade nos arquivos. Esse aumento é evidenciado, por exemplo, em eventos como o I Seminário Internacional Arquivos, Mulheres e Memórias, realizado em 2017 no Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) da Universidade de São Paulo (USP), e no subsequente

lançamento do dossiê "As mulheres e seus arquivos" em 2018. Essa publicação se destaca não apenas pela produção de conhecimento, mas também pela mobilização da comunidade arquivística para a ação.

O seminário reuniu pesquisadores, arquivistas e ativistas de diversos países para discutir os desafios e as oportunidades na construção de arquivos mais inclusivos e representativos. A temática foi consolidada na publicação organizada em forma de dossiê, composta por diversos artigos que abordam prioritariamente temas como a presença das mulheres na história dos arquivos, as desigualdades de gênero na produção documental e o papel das mulheres na preservação e organização de acervos.

Tal movimentação reflete uma conscientização crescente sobre a importância de reconhecer e valorizar as contribuições das mulheres na Arquivologia e na sociedade em geral, promovendo uma abordagem mais equitativa e diversa na preservação da memória coletiva.

Nesse contexto, destaca-se ainda o trabalho de Franciele Carneiro Garcês da Silva e Natalia Lima Romeiro (2019, 2020), editoras do Selo Nyota e organizadoras de volumes que embasam e fortalecem os debates em torno da presença de mulheres nos arquivos. Suas publicações destacam o protagonismo das mulheres na Arquivologia, Biblioteconomia e Ciência da Informação, incluindo discussões a respeito das mulheres e das epistemologias negras. A produção de dissertações e teses sobre o tema também tem demonstrado o crescente interesse e a mobilização acadêmica em torno da temática de gênero na Arquivologia.

No que tange os periódicos relevantes para a área, enfatiza-se a Revista Acervo, editada pelo Arquivo Nacional (AN), a partir da publicação do dossiê "As várias faces dos feminismos: memória, história, acervos", de 2020, a qual reflete esse interesse crescente, destacando a importância da preservação da memória de movimentos feministas e de mulheres por meio de seus documentos. Assim sendo, essa edição reflete a relevância de documentar, preservar e refletir sobre os registros históricos do feminismo, em toda sua historicidade e complexidade, garantindo que lutas e conquistas de mulheres sejam reconhecidas e sustentadas para futuras gerações.

Ainda em 2022, sob organização de Mabel Mota, Rosa Borges e Sonia Troitiño, a Revista Manuscrítica lançou o dossiê "Mulheres, arquivos e processos de criação", volume que contempla de maneira transdisciplinar os processos de produção e usos dos documentos.

No cenário internacional, destaca-se a chamada de maio de 2024 para o dossiê *Femmes (in)visibles dans les archives* na publicação *Archivistes!* da Associação de Arquivistas Franceses e o Seminário Interinstitucional "*Memoria y Archivo de Mujeres*" realizado em conjunto com a Universidade Autônoma de Aguascalientes, a Universidade de Guadalajara e o El Colégio de Jalico, no México, essa atividade inclusive conta com um calendário a ser concluído em 2025. Ainda no que tange a discussão em âmbito internacional, cabe citar a iniciativa chilena em criar o *Archivo Mujeres y Géneros* e o *Museo de las Mujeres*; na

Colômbia, o *Archivo Histórico Vamos Mujeres*; na Argentina, *Programa de Memorias Políticas Feministas y Sexo-Genéricas*; na Austrália, *The Australian Women's Register*; nos Estados Unidos da América, *Iowa Women's Archives*, entre outros.

No Brasil, destaca-se ainda mais duas importantes formação: a Rede Arquivo de Mulheres (RAM), em 2020, que nasce como o objetivo de fortalecer os debates em torno da presença de mulheres nos arquivos, unindo as instituições do IEB-USP, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Arquivo Nacional (AN) e o Instituto Moreira Salles (IMS). E a criação da linha de pesquisa Arquivos Pessoais de Mulheres, no Grupo Acervos Privados e Pessoais: memórias, políticas e patrimônio (Grupo APP), credenciado no CNPq e com sede na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio).

Essa linha do grupo reúne pesquisadores de diferentes instituições, como Universidade Federal de Santa Catarina, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Universidade Estadual Paulista, Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade Federal de Santa Maria, Universidade do Extremo Sul Catarinense, Museu de Astronomia e Ciências Afins, Instituto Municipal Nise da Silveira, Secretaria de Cultura do Amazonas, Instituto Tunga entre outros.

Uma das atividades desenvolvidas por essa linha de pesquisa foi a construção do Mapa Colaborativo de Identificação de Mulheres nos Arquivos (traMA), em 8 de março de 2024. Por meio de um formulário on-line, a traMA busca identificar itens documentais relacionados a mulheres armazenados em diversos espaços, como arquivos, museus, bibliotecas, centros de memória, universidades, institutos e até mesmo espaços privados, como as casas de herdeiros e titulares.

Com o intuito de disponibilizar os dados coletados na construção de um mapa virtual, a traMA tem feito uso das redes sociais, especialmente do *Instagram* (@trama.mapamulheres), para difundir as informações recebidas e incentivar novos cadastros. Além disso, a iniciativa também busca atingir um público mais amplo através da criação e atualização de verbetes na *Wikipedia*, em parceria com o projeto "Mais Teoria da História na Wiki". Essas e outras estratégias visam promover a visibilidade dos documentos e da história das mulheres, contribuindo para a elaboração de uma memória coletiva mais inclusiva e representativa.

Embora essas iniciativas estejam vinculadas ao campo dos arquivos, pode-se observar como também estão alinhadas com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, lançada em 2015, pela Organização das Nações Unidas (ONU), especialmente, com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 5 - Igualdade de Gênero, que prevê no indicador 5.5 "Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política,

econômica e pública"[1]. Ao promover e preservar a história e o impacto das mulheres, esses projetos ajudam a criar um ambiente mais justo e igualitário, apoiando a presença delas em níveis de liderança e tomada de decisão em todos os setores. Portanto, a visibilidade e o reconhecimento do papel das mulheres na construção da história e nas comunidades são passos essenciais para a realização da igualdade de gênero, contribuindo para os objetivos globais.

Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é apresentar o resultado de uma pesquisa que buscou analisar o cenário de estudos sobre o tema mulheres (em articulação com a categoria gênero[2]) no Congresso Nacional de Arquivologia (CNA), do período de 2004 a 2022, bem como a presença delas enquanto autoras, co-autoras, pareceristas e organizadoras do evento[3].

Realizado presencialmente a cada dois anos pelo Fórum Nacional de Arquivologia do Brasil (FNArq), o evento reúne arquivistas, pesquisadores, estudantes e profissionais da área de todo o país para discutir temas relevantes para a profissão, apresentar pesquisas e dialogar sobre desafios próprios da área. Por isso, a questão que norteou essa pesquisa foi: Como a temática de gênero se manifesta no CNA? Nossas análises buscaram compreender qual o espaço que o tema (mulheres e gênero) ocupa na comunidade arquivística dentro de um dos seus principais eventos da área, que congrega experiências profissionais e de pesquisa de arquivistas de diversas partes do Brasil.

GÊNERO, FEMINISMO E ARQUIVOLOGIA

Diante das reflexões críticas sobre a representação de mulheres nos arquivos e da importância dos estudos de gênero na Arquivologia contemporânea, pesquisadoras como Marika Cifor e Stacy Wood (2017) têm se destacado por suas análises que tensionam a teoria feminista e a prática arquivística. As autoras são arquivistas que vêm refletindo sobre a ausência de documentação produzida por mulheres e outros grupos marginalizados nos arquivos e apresentam análises que relacionam a teoria feminista e a arquivística, questionando não apenas a ausência e a organização de registros documentais de mulheres

1 Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/5. Acesso em: 8 ago. 2024.

2 Tanto a categoria "mulher", quanto a categoria "gênero", estão inseridas em incessantes debates e reformulações que pensam sobre seus alcances e limitações. No presente trabalho, elas são compreendidas como uma maneira de perceber as relações de poder que estão imbricadas nas relações políticas e sociais que se desenrolam a partir das diferentes identidades de gênero, visão que incluiria nesse debate também outros grupos minoritários como aqueles abraçados pela sigla LGBTQIA+. Para um debate aprofundado, a título de exemplos, ver: (Bento, 2022); (Gomes, 2018); (Pedro, 2005); (Scott, 2012); (Soihet; Pedro, 2007).

3 Cabe registrar que, no ano de 2020, prevista para ocorrer no Rio de Janeiro, a edição do evento foi cancelada devido às medidas de isolamento e distanciamento social a fim de evitar o impacto da pandemia e transmissão da covid-19. Coordenação-Geral do IX Congresso Nacional de Arquivologia. Nota de Cancelamento do IX Congresso Nacional de Arquivologia (CNA), 2020. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/12P32TNW9iVHgLXSStf2nlYsBddWlcxqC/view Acesso em: 8 ago. 2024.

nas instituições arquivísticas e outros espaços de guarda, mas também a própria estrutura dessas entidades.

Para tanto, elas examinam a presença da teoria feminista nos estudos arquivísticos e na prática contemporânea, desafiando as compreensões tradicionais e muitas vezes masculinas do trabalho arquivístico, trazendo à tona como o gênero pode moldar e ser moldado pelos arquivos. Assim, propõem maneiras de integrar a teoria feminista crítica e interseccional no discurso e na prática arquivística de forma que não se concentre apenas em documentar mais mulheres nos arquivos. As autoras sugerem que a aplicação do feminismo pode não apenas reformular a prática arquivística, como também atuar como um meio de desmantelar estruturas patriarcais, heteronormativas, capitalistas e racistas.

A partir dessa abordagem crítica e interseccional, as autoras demonstram o potencial das teorias feministas de enriquecer significativamente o campo dos estudos arquivísticos, promovendo uma maior reflexão sobre o papel dos arquivos na construção e na representação da história. No sentido de modificar hierarquias estabelecidas que atribuem certos papéis de gênero a homens e mulheres, elas sugerem que uma intervenção feminista crítica nos arquivos de forma a implicar uma reorganização fundamental das próprias instituições arquivísticas (Cifor; Wood, 2017).

De fato, as conclusões das autoras nos apresentam um panorama de análise interessante, não apenas no panorama internacional, mas também no nosso cenário brasileiro. Nesse sentido, é importante destacar que entender nossos arquivos a partir da perspectiva de gênero e por meio da ideia de interseccionalidade, torna-se a escolha mais assertiva, uma vez que atitudes excludentes e/ou opressivas não sejam perpetuadas.

De acordo com essa perspectiva, a categoria "mulher" é ampliada para incluir mulheres cisgêneras, pessoas transgêneras, intersexo e não-binárias, considerando também as diversas manifestações de gênero manifestadas pela comunica LGTBQIA+, todas consideradas sujeitas do feminismo. Além das mulheres trans, há de se reconhecer também homens trans e pessoas transmasculinas, que enfrentam alguns desafios de gênero e memória semelhantes aos das mulheres cisgêneras, por conta das relações de poder e violência que estão a essas adversidades subjacentes.

Nesse contexto de pensar as práticas e atividades arquivísticas, podemos destacar Randall Jimerson (2008), no texto *"Archives for all"*. O autor destaca o papel crucial dos arquivos na preservação da memória coletiva, transparência e responsabilidade dentro das sociedades. Jimerson (2008) explora várias dimensões do trabalho arquivístico, desde a aquisição e avaliação até a organização e descrição, enfatizando as considerações éticas e desafios inerentes à gestão de coleções arquivísticas, que se desdobram também na formulação de discussões dentro do campo acadêmico.

Jimerson (2008) também ressalta o potencial democratizante dos arquivos, defendendo políticas de aquisição e acesso que garantam a representação de vozes diversas. Ele destaca o poder transformador desses ao facilitar a pesquisa histórica, apoiar processos legais e administrativos, e capacitar comunidades a reivindicar suas narrativas.

Compartilhando a perspectiva apresentada por Cifor e Wood (2017) e Jimerson (2008), este estudo pretende oferecer subsídios para impulsionar maiores debates e propostas de trabalho sobre a temática de gênero na Arquivologia brasileira a partir da análise de eventos relevantes para o campo. Sendo assim, como apontado anteriormente, o presente estudo tem como objetivo examinar o cenário de investigações sobre o tema das mulheres nos arquivos presentes nos Anais do Congresso Nacional de Arquivologia (CNA).

A pesquisa foi realizada no mês de maio de 2024 por meio de uma abordagem qualitativa, de natureza descritiva-exploratória e documental, sendo examinados os Anais supracitados, desde sua primeira edição, no período de 2004 a 2022. A coleta utilizou como categoria principal de busca o termo "mulher" nos títulos dos trabalhos e eventos paralelos.

Para complementar as informações obtidas nos Anais do CNA, também foram avaliadas a programação dos eventos e outras informações disponíveis nos sites oficiais, disponibilizadas on-line pelo Fórum Nacional das Associações de Arquivologia do Brasil (FNArq). Essa abordagem foi necessária, pois nem todas as informações estão discriminadas nos Anais. Por esse motivo, também foi utilizada a Base de Dados em Arquivística (BDA), na qual é possível pesquisar por edição do CNA na opção "Coleção". A análise dessas fontes adicionais permitiu uma compreensão mais abrangente do contexto do evento, possibilitando uma avaliação mais apurada. Para a contagem de autoria e coautoria, foram consideradas apenas a primeira referência ao nome, considerando a relação entre o registro civil como expressão social de gênero.

É importante ressaltar o artigo "A Representação Feminina no Congresso Nacional de Arquivologia (CNA)", em que as autoras Rodrigues, Casagrande, Braga e Santos (2023) conduzem uma pesquisa sobre o papel das mulheres enquanto pesquisadoras, analisando oito edições do CNA, de 2004 a 2018. O estudo foca na representação feminina em termos de autoria, coautoria e colaboração, bem como nas principais temáticas abordadas por elas no campo científico, e seus resultados indicam uma participação ativa das mulheres, mas ainda em crescimento quando comparada à dos homens.

A título de diferenciar a temática de tal publicação em relação ao recorte aqui abordado, vale destacar algumas particularidades da análise de Rodrigues, Casagrande, Braga e Santos (2023). As autoras parecem considerar a categoria gênero apenas no contexto das mulheres cisgêneras e não aplicam essa categoria para explorar a temática em trabalhos e outras iniciativas do Congresso, como eventos paralelos. Além disso, a reflexão revela uma representatividade masculina mais expressiva em comparação às mulheres, em

contraste com o estudo aqui proposto que faz uso de outros recortes de análise, como se verá a seguir.

MULHERES E REPRESENTATIVIDADE NO CNA: ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O levantamento realizado pelo termo "mulher" nos títulos dos trabalhos apresentados no CNA resultou na recuperação de apenas 1 (um) resumo expandido apresentado no ano de 2022. De autoria de Jéssyca Almeida (2022), o texto discute a importância dos arquivos pessoais no contexto do patrimônio documental brasileiro, destacando seu papel na reconstrução de trajetórias biográficas e na sua relevância para a compreensão de diferentes ambientes sociopolíticos.

Nesse sentido, Almeida (2022) alerta acerca do impacto das escolhas na organização desses arquivos, enfatizando a necessidade de considerar as suas representatividades sociais. Tema que estaria ligado também às políticas de aquisição de acervos pessoais e que aponta para a importância de preservar e dar acesso a vozes e experiências diversas, especialmente, as das mulheres, historicamente ausentes ou ocultadas.

Em relação aos eventos paralelos, não identificamos nenhum que fosse especificamente dedicado a refletir sobre a temática de gênero e/ou mulheres nos arquivos. A única exceção encontrada foi o 1º Encontro Diversidade em Arquivos (2018), que se destacou como uma oportunidade significativa de diálogo sobre a categoria mulher.

É importante apontar que o CNA se configura como um importante espaço de debate e reflexão sobre a área arquivística no Brasil. No entanto, a análise dos dados coletados nesta pesquisa revela um cenário que ainda precisa ser aprimorado em relação à representatividade de gênero. A pouca presença de trabalhos sobre mulheres revela que o debate sobre gênero no evento e também na Arquivologia ainda é tímido, com pouca apropriação do conceito e reflexões limitadas.

Tal apontamento pode ser enfatizado pela listagem de temas integradores propostos a cada edição do CNA. As temáticas relacionadas a gênero, estratégias para combater a invisibilidade identificada pelas práticas arquivísticas ou promover diversidade não foram propostas em nenhuma das edições de 2004 a 2022. Conforme já apontado por Rodrigues, Casagrande, Braga e Santos (2023), destacam-se as temáticas que envolvem a preocupação com os avanços em relação à tecnologia no âmbito arquivístico. Em 2024, o tema escolhido "A Arquivologia e as tecnologias disruptivas: o arquivista na era da Ciência de Dados e da inteligência artificial", realizado em Salvador (BA), não destoa desse panorama.

Por outro lado, no processo de levantamento de dados, alguns trabalhos registram que pesquisas acerca de arquivos de mulheres, movimentos sociais, representatividade

LGBTQIA+ e o potencial democratizante dos arquivos são de interesse dos apresentadores do CNA. Na primeira edição do evento, a professora Maria Odila Fonseca (2004) promoveu a seguinte palestra: "O direito de acesso às informações arquivísticas na perspectiva dos direitos humanos".

No âmbito de trabalhos que abordassem o caráter mais coletivo dos arquivos, arquivos comunitários ou de importância para a representatividade LGBTQIA+, cabe citar, na III edição, o artigo "O arquivo e a memória das minorias sociais: um estudo do fundo grupo 'Somos' do arquivo Edgard Leuenroth", por Lívia Motta de Lara e Antônio Gouveia de Sousa (2008) e, na V edição, o artigo "Movimentos Sociais e Arquivo: a importância da documentação no processo de construção da memória", por Fernanda Monteiro (2012). Ainda no V CNA, houve trabalhos que abordaram a organização de arquivos de mulheres, entre eles: "O arquivo de Lina Bo Bardi: revisitando uma experiência, de José Francisco Guelfi Campos (2012) e "A organização arquivística nos arquivos pessoais de escritores brasileiros: relato do arquivo Clarice Lispector", de Marcos Ulisses Cavalheiro e Sonia Troitiño Rodriguez (2012). Em 2018, foram apresentados: "MEL - Movimento do Espírito Lilás: uma tentativa de gestão documental entre as cores do arco-íris", por Teresa Ludmilla de Castro Cardoso e Cleber Ferreira da Silva (2018) e "Da teoria à prática: organização do arquivo do Instituto Leônidas e Maria Deane-FIOCRUZ", por Rodolfo Azevedo, Helter Brito e Luciana Ferreira Matos (2018). Nesse mesmo ano, durante o 1º Encontro Diversidade em Arquivos, foram registradas as comunicações "A escassez de fontes primárias de feministas do século XX", "Arquivo, memória e poder: a identificação dos acervos do movimento feminista no Rio de Janeiro" e "Organização, preservação e disseminação da memória: uma descrição do acervo fotográfico do Centro de Referência da Mulher Ednalva Bezerra" (Ribeiro, 2019). Por fim, na edição de 2022, merece destaque o texto "Memórias feministas reveladas: uma sondagem no fundo do SNI do Arquivo Nacional", de Giseli Balbino e Renato Venâncio (2022), publicado em e-book como resultado do evento.

Ainda sobre o processo de levantamento de dados, no IV CNA, Katia Isabelli Melo (2010) apresentou "Visibilidade do arquivista no mundo do trabalho". O trabalho completo revela a análise de 452 arquivistas formados até o ano de 2008. Na categoria sexo, 62% dos respondentes informaram ser mulher. Em relação a estarem atuando no momento da coleta, 64% dos que estavam atuando na área eram mulheres. Na linha de dados socioeconômicos, a pesquisa "O perfil dos estudantes de Arquivologia da UFF em 2010", de Wagner Ridolfi e Ana Vargas (2010), identificou a predominância de mulheres no curso em 2010, destacando 66,7% na amostra de 108 respondentes. O dado ainda é comparado com pesquisa anterior, feita em 1995, que já registrava 62%.

Dois trabalhos no VI CNA tiveram proposta similar. Em "O perfil do arquivista formado pela Universidade Federal de Santa Maria", Eliseu Lima e Fernanda Pedrazzi (2014) avaliaram a inserção dos arquivistas dez anos após a conclusão do curso. Relacionando a pesquisas de outros autores que identificaram essa predominância, enfatizam que a grande maioria dos egressos é do "sexo feminino". Tânia Gava e Jamila Bertuce (2014), em "Análise do perfil dos estudantes de Arquivologia da Universidade Federal do Espírito Santo utilizando a mineração de dados", entrevistaram os alunos ativos no curso no período de 2012. Os dados da pesquisa foram agrupados por etapas no curso, dividindo-os em "iniciante", "intermediário" e "concluinte". As autoras destacam que a maioria são mulheres: dos 304 respondentes, 200 se identificaram como mulheres. Gava e Bertuce (2014) também identificaram que o coeficiente de rendimento das notas das mulheres é superior ao comparado com o outro grupo.

Em nosso levantamento, pudemos observar a atuação das mulheres no que se refere à própria organização do evento, identificando-as nas comissões organizadoras, científicas e na atuação enquanto pareceristas (Tabela 1). Em relação ao total, as mulheres representam 54,1% da comissão organizadora, 54% da comissão científica e 57,9% de pareceristas com identificação nos Anais.

Tabela 1 - Levantamento por nome da participação das mulheres no CNA

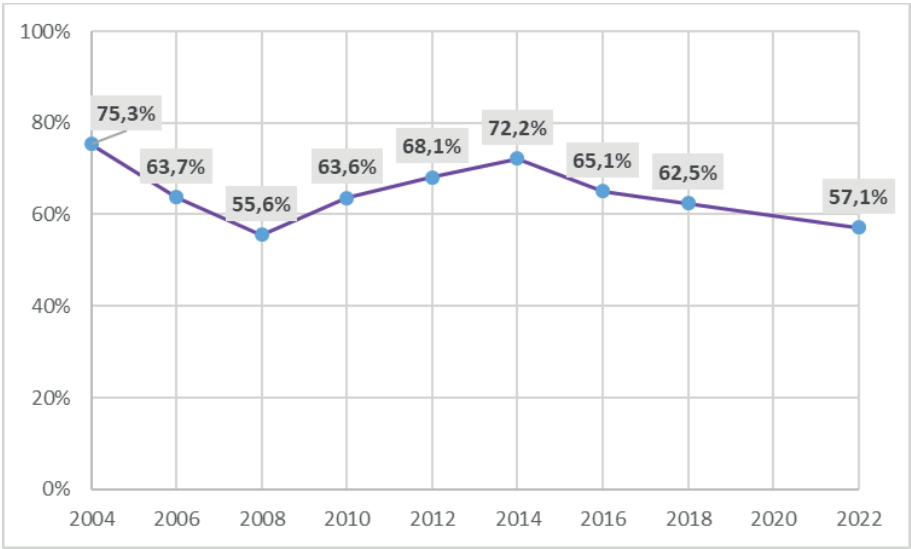
Ano	Edição	Comissão Organizadora	Comissão Científica	Pareceristas
2004	I	8 (5 mulheres)	12 (9 mulheres)	Sem informação
2006	II	4 (3 mulheres)	12 (11 mulheres)	Sem informação
2008	III	3 (1 mulher)	8 (4 mulheres)	Sem informação
2010	IV	6 (3 mulheres)	28 (14 mulheres)	Sem informação
2012	V	7 (4 mulheres)	3 (2 mulheres)	20 (14 mulheres)
2014	VI	15 (6 mulheres)	Sem informação	50 (28 mulheres)
2016	VII	11 (5 mulheres)	20 (8 mulheres)	15 (4 mulheres)
2018	VIII	3 (2 mulheres)	3 (1 mulher)	34 (23 mulheres)
2022	IX	4 (4 mulheres)	49 (24 mulheres)	Sem informação

Fonte: Dados da pesquisa.

Ao expandir a análise para a participação no CNA, não restringindo apenas à modalidade de publicação dos trabalhos completos e considerando as diversas formas de autoria, seja como autoria única ou colaborativa, a predominância das mulheres é evidenciada. Entre as edições de 2004 a 2022, foram identificados 1258 participantes, desses, 830 são

mulheres, totalizando 65,9%. A distribuição da participação das mulheres por edição do CNA (Gráfico 1) demonstra a assiduidade e comprometimento com o evento, atingindo mais de 55% em todas as edições analisadas.

Gráfico 1 - Identificação de mulheres participantes no CNA



Fonte: Dados da pesquisa.

Rodrigues, Casagrande, Braga e Santos (2023) reconhecem dez autoras com produção expressiva no CNA, entre elas: Angelica Alves da Cunha Marques, Rosale de Mattos Souza, Georgete Medleg Rodrigues e Maria Cristina de Carvalho Pazin. Em nossa análise, identificamos também a recorrência de participação de Tassiara Jaqueline Fanck Kich, Maria Lourdes Blatt Ohira, Lizete Dias de Oliveira e Rosani Beatriz Pivetta da Silva, entre outras. Esse dado reflete o papel de destaque que as mulheres têm desempenhado no cenário arquivístico. Entre as muitas contribuições notáveis, podemos citar o legado de Celina Vargas do Amaral Peixoto, Maria Odila Fonseca, Heloísa Liberalli Bellotto e Ana Maria de Almeida Camargo. Essas pioneiras têm sido fundamentais para o desenvolvimento e avanço da Arquivologia no Brasil, inspirando e abrindo caminhos para novas gerações de arquivistas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora a discussão sobre gênero ainda seja tímida na produção de trabalhos apresentados no Congresso Nacional de Arquivologia (CNA), a realidade demonstra um cenário bem diferente quando se observa a participação de mulheres. Essa representatividade se estende para além da produção científica. A participação das mulheres nas comissões

de organização e científica do evento também é expressiva, demonstrando seu engajamento na gestão e coordenação do congresso.

Após esta pesquisa, é possível afirmar que o espaço do CNA é reconhecido como um local propício para essas discussões, uma vez que foram identificados trabalhos que abordaram o acesso à informação no contexto dos direitos humanos, representação de movimentos e minorias sociais, organização de arquivos de mulheres, bem como análises do perfil de estudantes, egressos e arquivistas atuantes em que se constata a predominância das mulheres nessa área.

Outro ponto que merece atenção é a forma particular que a cada edição do CNA a organização das informações é disposta por ser realizada pela instituição promotora do evento, evidenciando a necessidade de padronização da compilação dos Anais. No VI CNA, de 2014, não foi especificada a comissão científica, assim como, nas edições de 2004 a 2016 e na de 2022, não há a listagem de pareceristas atuantes, sendo consultado os websites dos eventos. Para o levantamento de autoria e participação, o uso da Base de Dados em Arquivística (BDA) foi uma ferramenta de busca que viabilizou o processo de coleta de dados.

Em suma, o que este trabalho revela após a análise dos Anais entre os anos de 2004 e 2022 é a necessidade de um esforço conjunto para fortalecer a representatividade de gênero no CNA. O X CNA dá indícios dessa mudança, ao observar a presença de seis mulheres na comissão organizadora formada por oito pessoas e seis mulheres na comissão científica composta por dez profissionais. A presidência do evento está a cargo de Leide Mota. Entre os trabalhos aprovados, além deste, mais quatro incluem o termo "mulher" em seus títulos. São dados iniciais que apontam para a inserção e relevância de pesquisas que incluam essa categoria no âmbito dos estudos em Arquivologia. Cabe atentar para outros recortes de pesquisa, incluindo questões de etnia, raça, localização geográfica, idade, profissão, buscando maior representação e pluralidade.

A importância deste debate já é algo evidenciado em nossa sociedade e isso também precisa acontecer na área. Trabalhos como esse, a exemplo da discussão apresentada por Cifor e Wood (2017), longe de apresentar juízo de valor, propõem defender a busca por ações que estimulem o debate e a pesquisa junto à comunidade arquivística a partir de uma abordagem crítica e interseccional.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Jéssyca Janiffer Diniz de. Arquivos pessoais e gênero: os arquivos de mulheres na produção científica arquivística brasileira. *In:* CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA, 9, 2022, Florianópolis. **Anais...**Florianópolis: Associação de Arquivistas do Estado de Santa Catarina (AAESC), 2022. p. 65-68.

AZEVEDO, Rodolfo; BRITO, Helter Brito; MATOS, Luciana Ferreira. Da teoria à prática: organização do arquivo do Instituto Leônidas e Maria Deane-FIOCRUZ. *In*:CONGRESSO

NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA, 8, 2018, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa**,** Associação dos Arquivistas da Paraíba (AAPB), 2018. p.862-876 Disponível em: http://arquivologiauepb.com.br/racin/publicacaoanterior_v6nesp.htm. Acesso em: 12 ago. 2024.

BALBINO, Giseli; VENÂNCIO, Renato. Memórias feministas reveladas: uma sondagem no fundo do SNI do Arquivo Nacional. *In*: LEHMKUHL, Camila (org.). **A função social da Arquivologia na contemporaneidade**. Florianópolis, Associação de Arquivistas do Estado de Santa Catarina. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1yp7K7Modcm20W5artf2spl4rUsSEhpC_/view. Acesso em: 12 ago. 2024.

BARBOSA, Alexandre; PAIXÃO, Fernando; DANTAS, Mônica (orgs). As mulheres e seus arquivos. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 71, 2018.

BENTO, Berenice. Gênero: Uma Categoria Útil de Análise? **Revista de História Comparada**, Rio de Janeiro, vol. 16, no. 1, jun. 2022, pp. 15–50. Disponível em: revistas.ufrj.br/index.php/RevistaHistoriaComparada/article/view/48966. Acesso em 8 ago. 2024.

CAMPOS, José Francisco Guelfi. O arquivo de Lina Bo Bardi: revisitando uma experiência. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA, 5, 2012, Salvador. **Anais...** Salvador, Associação dos Arquivistas da Bahia (AABA), 2012. p 1-13. Disponível em: https://fnarq.com.br/wp-content/uploads/2024/04/AnaisVCNA2012.pdf. Acesso em: 12 ago. 2024.

CARDOSO, Teresa Ludmilla de Castro; SILVA, Cleber Ferreira da Silva. MEL - Movimento do Espírito Lilás: uma tentativa de gestão documental entre as cores do arco-íris. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA, 8, 2018, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa**,** Associação dos Arquivistas da Paraíba (AAPB), 2018. p.465-482 Disponível em: http://arquivologiauepb.com.br/racin/edicoes/v6_nesp/racin_v6_nesp_TA_GT05_0465-0482.pdf. Acesso em: 12 ago. 2024.

CAVALHEIRO, Marcos Ulisses; RODRIGUEZ, Sonia Troitiño. A organização arquivística nos arquivos pessoais de escritores brasileiros: relato do arquivo Clarice Lispector *In*: CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA, 5, 2012, Salvador. **Anais...** Salvador, Associação dos Arquivistas da Bahia (AABA), 2012. p 1-15. Disponível em: https://fnarq.com.br/wp-content/uploads/2024/04/AnaisVCNA2012.pdf. Acesso em: 12 ago. 2024.

CIFOR, Marika; WOOD; Stacy. *Critical Feminism in the Archives*. In: CASWELL, M.; PUNZALAN, R.; SANGWAND, T-K. (orgs.). Journal of Critical Library and Information Studies, Sacramento, n.2, 2017.

Coordenação-Geral do IX Congresso Nacional de Arquivologia. Nota de Cancelamento do IX Congresso Nacional de Arquivologia (CNA), 2020. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/12P32TNW9iVHgLXSStf2nlYsBddWlcxqC/view. Acesso em: 8 ago. 2024.

ENGEL, Magali Gouveia; GUERELLUS, Natália de Santanna; SOIHET, Rachel (orgs.). As várias faces dos feminismos: memória, história, acervos. **Revista Acervo**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 2, 2020.

FONSECA, Maria Odila. O direito de acesso às informações arquivísticas na perspectiva dos direitos humanos. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA, 1, 2004, Brasília. **Anais...** Brasília: Associação Brasiliense de Arquivologia, 2004. s/p Disponível em: https://www.aargs.com.br/ICNA/PPP/P03.htm. Acesso em: 8 ago. 2024.

FÓRUM **Nacional de Associações de Arquivologia no Brasil**. Edições anteriores. Disponível em: https://fnarq.com.br/cnas/. Acesso em: 11 mai. 2024.

GARCÊS, Franciele Carneiro; ROMEIRO, Natalia Lima (orgs.). **Epistemologias Negras**: relações raciais na Biblioteconomia. Florianópolis: Rocha Gráfica e Editora Ltda, 2019.

GARCÊS, Franciele Carneiro; ROMEIRO, Natalia Lima (orgs.). **O protagonismo da mulher na Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação**. Florianópolis: Rocha Gráfica e Editora Ltda, 2019.

GARCÊS, Franciele Carneiro; ROMEIRO, Natalia Lima (orgs.). **O protagonismo da mulher na Biblioteconomia e Ciência da Informação**: celebrando a contribuição intelectual e profissional de mulheres latino-americanas. Florianópolis: Rocha Gráfica e Editora Ltda, 2020.

GAVA, Tânia; BERTUCE, Jamila Bertuce. Análise do perfil dos estudantes de Arquivologia da Universidade Federal do Espírito Santo utilizando a mineração de dados. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA, 6, 2014, Santa Maria. **Anais...** Santa Maria, Associação dos Arquivistas do do Estado do Rio Grande do Sul (AARS), 2014. p.291-311 Disponível em: http://arquivistica.fci.unb.br/au/analise-do-perfil-dos-estudantes-de-arquivologia-da-universidade-federal-do-espirito-santo-utilizando-a-mineracao-de-dados/ Acesso em: 12 ago. 2024.

GOMES, Camilla de Magalhães. Gênero como categoria de análise decolonial. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, vol. 18, no. 1, abr. 2018, p. 65-82. Disponível em: https://doi.org/10.15448/1984-7289.2018.1.28209. Acesso em: 8 ago. 2024.

JIMERSON, Randall. *Archives for all: the importance of archives in society*. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, jul./dez. 2008.

LARA, Lívia Motta; SOUSA, Antônio Gouveia de. O arquivo e a memória das minorias sociais: um estudo do fundo grupo "Somos" do arquivo Edgard Leuenroth. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA, 3, 2008, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, Ed. AUM, 2008. p.514-525. Disponível em: http://arquivistica.fci.unb.br/au/o-arquivo-e-a-memoria-das-minorias-sociais-um-estudo-do-fundo-grupo-somos-do-arquivo-edgard-leuenroth/ Acesso em: 12 ago. 2024.

LE CORVEC, Maria-Alice; MOYSAN, Magalie; PORÉE, Lydie (orgs.). *Femmes (in)visibles dans les archives*. Archivistes!, Paris, n. 148, 2024.

LIMA, Eliseu; PEDRAZZI, Fernanda. O perfil do arquivista formado pela Universidade Federal de Santa Maria. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA, 6, 2014, Santa Maria. **Anais...** Santa Maria, Associação dos Arquivistas do do Estado do Rio Grande do Sul (AARS), 2014. p.79-102 Disponível em: http://arquivistica.fci.unb.br/au/o-perfil-do-arquivista-formado-pela-universidade-federal-de-santa-maria/. Acesso em: 12 ago. 2024.

MELO, Kátia Isabelli. Visibilidade do arquivista no mundo do trabalho. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA, 4, 2010, Vitória. **Anais...** Vitória, Associação dos Arquivistas do Estado do Espírito Santo (AARQES), 2010. p. 1-25 Disponível em: http://arquivistica.fci.unb.br/au/visibilidade-do-arquivista-no-mundo-do-trabalho/. Acesso em: 12 ago. 2024.

MONTEIRO, Fernanda. Movimentos Sociais e Arquivo: a importância da documentação no processo de construção da memória. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA, 5, 2012, Salvador. **Anais...** Salvador, Associação dos Arquivistas da Bahia (AABA), 2012. p.1-16. Disponível em: http://arquivistica.fci.unb.br/au/movimentos-sociais-e-arquivo-a-importancia-da-documentacao-no-processo-de-construcao-da-memoria/. Acesso em: 12 ago. 2024.

MOTA, Mabel; BORGES, Rosa; TROITIÑO, Sonia (orgs.). Mulheres, arquivos e processos de criação. **Manuscrítica**: Revista de Crítica Genética, São Paulo, n. 47, 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil. Objetivo 5. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/5. Acesso em: 8 ago. 2024.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo O Debate: O Uso Da Categoria Gênero Na Pesquisa Histórica. **História**, São Paulo, vol. 24, 2005, pp. 77–98, Disponível em: www.scielo.br/j/his/a/fhHv5BQ6tvXs9X4P3fR4rtr/abstract/?lang=pt. Acesso em: 31 jul. 2024.

RIBEIRO, Tiago. Considerações (feministas) sobre a temática de gênero nos arquivos e na Arquivologia. In: SILVA, Franciéle; ROMEIRO, Nathalia (orgs.). **O protagonismo da mulher na Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação**. Rocha Gráfica Editora Ltda: Florianópolis, 2019. p. 287-310. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1B3PaB00RPC_8IpDnV_560OYjg1xDAArO/view. Acesso em: 8 ago. 2024.

RIDOLPHI, Wagner; VARGAS, Ana. O perfil dos estudantes de Arquivologia da UFF em 2010. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA, 4, 2010, Vitória. **Anais...** Vitória, Associação dos Arquivistas do Estado do Espírito Santo (AARQES), 2010. s/p. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1nsJ_swVnZzBlIWAJLVXLy8bzjb9TiWln/view. Acesso em: 12 ago. 2024.

RODRIGUES, Glenda; CASAGRANDE, Beatriz; BRAGA, Eduarda; SANTOS, Luciana. A representação feminina no Congresso Nacional de Arquivologia (CNA). **Páginas a&b:** Arquivos E Bibliotecas**,** Porto, n. 20, p. 101–112, 2023. Disponível em: https://ojs.letras.up.pt/index.php/paginasaeb/article/view/13449/12299 Acesso em: 12 ago. 2024.

SCOTT, Joan W. Os usos e abusos do gênero. **Projeto História,** São Paulo, n. 45, p. 327-351, 2012.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A Emergência Da Pesquisa Da História Das Mulheres E Das Relações de Gênero. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 27, n. 54, dez. 2007, pp. 281–300. Disponível: www.scielo.br/scielo.php?pid=s0102-01882007000200015&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 8 ago. 2024.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Base de Dados em Arquivística. Projeto de Iniciação Científica "Construção de um modelo de base de dados na área de Arquivologia". Disponível em: http://arquivistica.fci.unb.br. Acesso em: 7 mai. 2024.

OS ARQUIVOS MUNICIPAIS DAS CAPITAIS DOS ESTADOS DO BRASIL NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS ARQUIVÍSTICAS

THE MUNICIPAL ARCHIVES OF BRAZILIAN STATE CAPITALS IN THE CONTEXT OF PUBLIC ARCHIVAL POLICIES

Juliana Loureiro Alvim Carvalho
Universidade Federal Fluminense

Ana Célia Rodrigues
Universidade Federal Fluminense

Renato de Mattos
Universidade Federal Fluminense

Resumo

Os arquivos públicos municipais podem ser entendidos como instituições promotoras da cidadania. Uma de suas finalidades legais é garantir o acesso à informação. É nesse arquivo que um cidadão pode obter acesso aos documentos comprobatórios de sua residência, ao óbito de um familiar e aos impostos recolhidos. Em decorrência de sua importância para a construção da cidadania, o presente trabalho aborda os arquivos públicos municipais no contexto das políticas públicas arquivísticas das capitais dos estados brasileiros. O objetivo deste estudo é analisar o modelo dos arquivos públicos municipais das capitais brasileiras na perspectiva da política pública arquivística. Os procedimentos metodológicos consistem na pesquisa e na análise documental: a) em Leis orgânicas dos municípios; b) na existência de arquivistas no quadro de servidores das prefeituras a partir do portal transparência; c) em portarias, normas e procedimentos acerca da gestão de documentos; d) em organogramas; e) em regimento interno; e f) em lei ou decreto de criação de arquivo público municipal. O universo da pesquisa aplicada engloba os municípios das capitais dos vinte e seis estados brasileiros. Os resultados

apontam para fragilidade dos arquivos públicos municipais brasileiros, principalmente em algumas regiões do Brasil, carecendo de autoridades para exercer o que se compreendeu como instituição arquivística.

Palavras-Chave: Arquivo público municipal; Política pública arquivística; Instituição arquivística; Acesso à informação.

Abstract

Municipal public archives can be seen as institutions that promote citizenship. One of their legal purposes is to guarantee access to information. It is in these archives that a citizen can obtain access to documents proving their residence, the death of a family member and taxes collected. Because of their importance in building citizenship, this study looks at municipal public archives in the context of public archival policies in Brazilian state capitals. The aim of this study is to analyze the model of municipal public archives in Brazilian state capitals from the perspective of archival public policy. The methodological procedures consist of research and documentary analysis of: a) the organic laws of the municipalities; b) the existence of archivists on the staff of the city halls based on the transparency portal; c) ordinances, rules and procedures on record management; d) organizational charts; e) internal regulations; and f) the law or decree creating the municipal public archive. The universe of the research applied encompasses the municipalities in the capitals of the twenty-six Brazilian states. The results point to the fragility of Brazilian municipal public archives, especially in some regions of Brazil, lacking authorities to exercise what was understood as an archival institution.

Keywords: Municipal public archives; Archival public policy; Archival institution; Access to information.

INTRODUÇÃO

O presente estudo consiste no recorte da pesquisa de doutorado desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense (PPGCI|UFF), na Linha de Pesquisa 2: "Fluxos e Mediações Sócio-técnicas da Informação. Além de contar com bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível

Superior (CAPES) e fez parte do Projeto de Pesquisa PDPA 4408 (PMN/UFF/FEC)[1] "Um arquivo público municipal para Niterói: gestão de documentos, acesso à informação e transparência na administração pública no horizonte da história e da cooperação regional do Leste Fluminense", coordenado pela Profa. Dra. Ana Célia Rodrigues (PPGCI/UFF) e pelo Prof. Dr. Paulo Knauss de Mendonça (PPGH/UFF), contemplado pelo Edital do PDPA em 2020.

Argumenta-se que houve uma ampliação no que se compreende como função dos arquivos públicos, uma vez que, quando criados, a partir da Revolução Francesa (1789), tinham a finalidade de receber, recolher, preservar e dar acesso aos documentos advindos da administração pública, como frisou Fonseca (1996)[2]. Essa finalidade modificou-se após a II Guerra Mundial (1939-1945), dado que os arquivos públicos "passam a ter como objeto de intervenção todo o ciclo documental e não mais apenas os arquivos históricos" (Jardim, 2012, p. 397). Com isso, eles deveriam atuar mediante às políticas arquivísticas, no que se refere à gestão dos documentos correntes e intermediários produzidos pela administração pública (Jardim, 2012).

No caso brasileiro, os arquivos públicos foram concebidos em decorrência de um modelo do século XIX. Tal cenário se modificou, principalmente, no retorno a um Estado Democrático de Direito após duas décadas de ditadura civil-militar (1964-1985), em especial, com a inserção de alguns aparatos legais que contribuíram para que os arquivos públicos pudessem ressignificar o seu campo de atuação, sobretudo, a Lei de Arquivos. Como exemplo desses aparatos, cita-se[3]: 1) a Constituição Federal de 1988 que, em seu Art. 5º e inciso XIV, afirmou o direito ao acesso à informação; 2) a Lei de Arquivos nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991 que dispôe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências, em seu Art. 1º destacou o dever do Poder Público na gestão de documentos e na proteção especial a documentos de arquivos. No decorrer da Lei, o direito ao acesso à informação foi frisado, assim como definição de arquivos municipais e o dever de cada ente federado com relação

1 O PDPA foi construído a partir de uma parceria entre a Prefeitura Municipal de Niterói (PMN), a Universidade Federal Fluminense (UFF) e a Fundação Euclides da Cunha (FEC), com o objetivo de incentivar o desenvolvimento de projetos aplicados para promover soluções relacionadas aos desafios prioritários da Cidade nas diferentes áreas do Niterói Que Queremos (NQQ), que faz parte de um novo modelo de gestão da Cidade – para o qual foi elaborado um planejamento estratégico de médio e longo prazos – e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU).Disponível em: https://somosfec.org.br/projetos-aplicados/.Acesso: 25 fev.2022.

2 Em 1996, Maria Odila Kahl Fonseca investigou o direito à informação nas capitais brasileiras a partir da identificação do grau de institucionalização dos arquivos públicos municipais, das características dos recursos humanos, da identificação da existência de espaço físico adequado para a preservação dos arquivos municipais, do grau de dispersão dos fundos municipais e da identificação das características dos usuários.

3 Vale apontar além desses marcos legais, A Lei federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, conhecida como Lei Anticorrupção, regulamentada pelo Decreto nº 8.420, de 18 de março de 2015, que origina o Programa de Integridade Pública da Controladoria Geral da União, e foi acompanhado pelo Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017, que institui a Política de Governança da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.

à definição de critérios de organização, gestão e acesso aos documentos; 3) a Lei de Responsabilidade Fiscal nº 101, de 04 de maio de 2000, que estabelece as normas de finanças públicas voltadas à responsabilidade na gestão fiscal; e 4) a Lei de Acesso à Informação (LAI) nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que regula o acesso à informação em território nacional.

A Constituição Federal de 1988, no Art. 216 e Parágrafo 2º, afirma a incumbência da administração pública quanto à gestão de documentos governamentais e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem (Brasil,1988). A Lei nº 8.159, de 1991, reafirma a gestão de documentos como responsabilidade da administração pública e é fiel ao pacto federativo, como verificado no Art. 21.

A Lei de Arquivos conferiu aos arquivos públicos um estatuto jurídico não visto antes no Brasil. Esse dispositivo legal representou uma ruptura com a perspectiva de arquivos destinados apenas à guarda da documentação considerada histórica, porque dotou o arquivo público de autoridade arquivística, uma vez que eles, de acordo com a Lei, devem gerenciar todo o ciclo documental e, dessa forma, formular as políticas públicas arquivísticas, sendo protagonistas da gestão de documentos na administração pública.

Soma-se também aos mecanismos legais apontados, a Resolução nº 27, de 16 de junho de 2008, do Conselho Nacional de Arquivos (Conarq), que dispôs sobre o dever do Poder Público, no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de criar e manter arquivos públicos, na sua específica esfera de competência, para promover a gestão, a guarda e a preservação de documentos arquivísticos e a disseminação das informações neles contidas.

Com a Lei de Acesso à Informação (LAI), Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, os municípios brasileiros com mais de dez mil habitantes passaram a ter obrigatoriedade na divulgação, via internet, de informações relativas à execução orçamentária e financeira, conforme critérios e prazos previstos na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal (Brasil,2011). Essa obrigatoriedade de divulgação de informações é destoante da participação de arquivos públicos municipais nesse processo e, consequentemente, o desenvolvimento dessas instituições nos municípios brasileiros.

No Encontro Nacional de Arquivos Públicos em 2022[4], foram apresentados dados acerca de uma pesquisa realizada pelo Conarq que enviou questionário aos municípios das Capitais brasileiras no período de julho/2022 com o intuito de compreender o cenário dos arquivos públicos municipais a partir dos seguintes tópicos: 1) estrutura; 2) recursos humanos (qualificação/quantificação pessoal envolvida no tratamento técnico,

4 Encontro Nacional de Arquivos Públicos – 29/11/2022 – Tarde. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=9eyDpCncl-U. Acesso em 08 mai 2023.

qualificação/quantificação pessoal envolvida no tratamento técnico com formação na área, vinculação/quantificação pessoal envolvida no tratamento técnico); e 3) recursos tecnológicos (infraestrutura tecnológica, infraestrutura de digitalização e microfilmagem). Houve um retorno de 50% dos arquivos municipais das Capitais.

Referente às respostas relacionadas à gestão de documentos na pesquisa apontada acima, 65% dos arquivos das Capitais informaram que não possuem programa de gestão de documentos e 80% não possui um Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos (SIGAD), ainda que os arquivos tenham obtido autoridade arquivística com a Lei de Arquivos, como mencionado anteriormente, a realidade encontrada não condiz com essa autoridade conferida.

Nessa perspectiva, o objetivo deste trabalho foi analisar o modelo dos arquivos públicos municipais das capitais brasileiras na perspectiva da política pública arquivística. Para isso, observou-se o campo empírico a partir de dispositivos legais sobre a criação e regulamentação de arquivos municipais das capitais brasileiras[5]. A exploração desse universo consistiu em verificar nos arquivos sua vocação, sua estrutura organizacional, sua formulação de políticas públicas arquivísticas e seus serviços de eficiência ao cidadão, a partir de eixos denominados: aspectos institucionais; funções arquivísticas | gestão de documentos; funções arquivísticas | preservação e acesso; e aspectos atuais. Além de identificar o elevado grau de institucionalização desses arquivos, uma vez que a noção[6] de instituição arquivística é mais abrangente, pois prevê um papel mais atuante na coordenação das políticas públicas arquivísticas.

Desta maneira, entende-se a relevância do papel dos arquivos públicos municipais na construção da cidadania a partir do combate à corrupção, do acesso à informação e da construção de uma sociedade mais justa. Iacovino (2016, p. 261) lembra que "os arquivos não são capazes de evitar fraude ou corrupção, mas podem ajudar a detectá-las". A autora ainda destaca que a responsabilidade pública, compreendida como a tradução de *accountability*[7], não pode ser tratada inteiramente por meio da legislação, uma vez que há uma dimensão ética.

---

5 A pesquisa envolve as 26 capitais estaduais brasileiras que correspondem a uma esfera da federação, sendo: A Região Sul é composta por 3 (três) capitais: Curitiba (PR); Florianópolis (SC) e Porto Alegre (RS).A Região Sudeste é composta por 4 (quatro) capitais: Belo Horizonte (MG); Rio de Janeiro (RJ); São Paulo (SP) e Vitória (ES). A Região Centro-Oeste é composta por 3 (três) capitais: Campo Grande (MS); Cuiabá (MT) e Goiânia (GO). A Região Nordeste é composta por 9 (nove) capitais: Aracaju (SE); Fortaleza (CE); João Pessoa (PB); Maceió (AL); Natal (RN); Recife (PE); Salvador (BA); São Luís (MA) e Teresina (PI). A Região Norte é composta por 7 (sete) capitais: Belém (PA); Boa Vista (RR); Macapá (AP); Manaus (AM); Palmas (TO); Porto Velho (RO)e Rio Branco (AC).

6 Com relação à utilização do termo "noção" para denominar a questão das instituições arquivísticas, não há um consenso sobre o assunto.Segundo Minayo (1992, p.93), entende-se por noção "elementos de uma teoria que ainda não apresentam clareza suficiente e são usados como imagens na explicação do real.Eles expressam também o caminho do pensamento".

7 Por esse ângulo, ao afirmar que os arquivos públicos municipais deveriam ser instituições responsáveis, alude-se ao conceito de *accountability* porque, para Dunn (1999), esse conceito, em sua forma mais básica,

Para isso, a análise do modelo dos arquivos públicos municipais permitiu compreender o cenário nacional e perceber se os arquivos brasileiros podem ser considerados como uma instituição arquivística coordenadora de uma política pública para os arquivos, para os seus documentos e para as suas informações.

Neste trabalho, entende-se política pública arquivística como "o conjunto de premissas, decisões e ações – produzidas pelo Estado e inseridas nas agendas governamentais em nome do interesse social [...]" (Jardim, 2003, p. 38).

Como resultados, apesar de não ter desenvolvido métricas e, tampouco, diagnóstico nesses arquivos, observa-se, por meio dos aparatos legais, que quando esses arquivos não estão visíveis na estrutura da administração pública municipal, eles não são reconhecidos como a instituição que se buscou na pesquisa. Esses arquivos, então, eram apenas meros locais de guarda de documentos.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A natureza desta pesquisa foi teórica e aplicada porque objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática dirigidos à solução de problemas específicos. Envolve verdades e interesses locais (Silva; Menezes, 2001).

Pesquisa exploratória e descritiva, cujos procedimentos metodológicos utilizados foram: a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental nos dispositivos legais dos arquivos públicos municipais localizados. A finalidade foi investigar e analisar o modelo desses arquivos públicos municipais a partir de sua estrutura político-jurídica.
Realizou-se um levantamento nas fontes documentais escritos em formato de legislação municipal dos poderes executivos, que caracterizava, à luz dos dispositivos legais, o modelo dos arquivos públicos municipais pesquisados. Esses atos referiam-se, em um primeiro momento, à lei orgânica dos municípios inquiridos. Antes de tudo, foi necessário reconhecer como os municípios pensavam questões relacionadas ao patrimônio público e, consequentemente, aos seus documentos.

Posteriormente, buscou-se leis ou decretos de criação do arquivo, legitimação da gestão de documentos no município, organogramas, regimento interno dos arquivos públicos municipais (quando não localizados, buscou-se regimentos das secretarias aos quais o arquivo estava vinculado), *site* próprio, existência do Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras de Arquivos (CODEARQ) e de arquivistas no quadro de servidores dos municípios brasileiros

---

consistiria em responsabilizar por ações ou por comportamento atores políticos, assim como instituições. No ponto de vista desse autor, *accountability* está focado na obrigação de todos os funcionários a prestarem serviços aos cidadãos por meio da explicação e das justificativas de gastos de poderes delegados ao governo, afinal, isso faria parte do processo constitucional.Na concepção deste trabalho, os arquivos, quando bem estruturados, são instituições que contribuem para a prestação de contas públicas visando tornar transparentes as ações do governo. Bovens; Schillemans; Goodin (2014, p.12, tradução nossa) apontaram que *accountability* público seria "uma pré-condição essencial para o processo democrático de trabalho, pois fornece aos cidadãos e seus representantes as informações necessárias para julgar a conduta do governo".

pesquisados. Referente ao CODEARQ, realizou-se um levantamento no *site* do Arquivo Nacional do Brasil. Ademais, usou-se o Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-Sic), contato via e-mail e telefone para realizar essas consultas.

As categorias iniciais observadas nos dispositivos legais recuperados pertencentes aos arquivos públicos municipais foram:[8]

- **Eixo - Aspectos institucionais**: 1) CODEARQ; 2) vinculação; 3) natureza; 4) finalidade; 5) estrutura; 6) competência; 7) missão; 8) política pública arquivística; 9) sistema municipal; 10) vocação; 11) autoridade arquivística; subelementos- 11.1) lei orgânica com destaque para o arquivo; 11.2) quadro de servidores (arquivistas).

- **Eixo - Funções arquivísticas | gestão de documentos**: 12) criação e produção; 13) avaliação; 13.1) elaboração da tabela de temporalidade; 14) aquisição; 15) classificação;

- **Eixo - Funções arquivísticas | preservação e acesso**: 16) conservação e preservação; 16.1) preservação digital; 17) descrição; 17.1) elaboração de instrumentos de pesquisa; 18) difusão e acesso; 18.1) Política de acesso à informação; 18.2) Disponibilização dos Instrumentos de pesquisa; 18.3) Divulgação da instituição-existência de site.

- **Eixo- Aspectos atuais**: 19) governo aberto; 20) dados abertos; e 21) proteção de dados pessoais.

Os elementos escolhidos para realização da análise dos dispositivos legais localizados pautam-se, principalmente, na afirmação de que "gerenciar serviços e instituições arquivísticas é também administrar pessoas, tecnologias da informação, infraestrutura física, legislação, orçamento, ademais requer um grande conhecimento do contexto contemporâneo das organizações e suas alterações [...]" (Jardim, 2018, p. 12).

Anterior a essa afirmação, Ampudia Mello (1988) destaca que a institucionalidade arquivísticas depende de três níveis: a concepção dos serviços arquivísticos como instrumento e patrimônio da administração pública; a regulação institucional desses serviços; e a formalização das atividades relacionadas à produção e ao tratamento dos documentos. Jardim (2018, p. 40) chamou a atenção para que a instituição arquivística seja dotada de autoridade. Para o autor, "a instituição arquivística tem uma autoridade legal a ser exercida no marco de um segmento do Estado".

8 Para este trabalho, em decorrência da quantidade de páginas, alguns resultados mais detalhados não forma mantidos. Para maiores informações consultar a tese completa disponível em: https://app.uff.br/riuff/handle/1/30732. Acesso em: 17 ago 2024.

Soma-se a isso um conjunto de parâmetros apontados por Silva (2022, p. 186-187) que permitiu identificar o que uma instituição arquivística deve ser dotada, sendo:

> 1) personalidade jurídica; 2) autonomia de gerenciamento- planejamento, organização, direção e controle das suas funções e recursos; 3) infraestrutura física, material e tecnológica; 4) recursos orçamentários e financeiros; 5) recursos humanos para dar cumprimento às especificidades das suas atividades; 6) cuja atividade fim é a gestão, o recolhimento, a preservação e o acesso de arquivos de outras pessoas – físicas ou jurídicas, públicas ou privadas.

Justifica-se a escolha das capitais dos estados devido ao fato de serem municípios com infraestrutura mínima e possibilidades econômicas maiores do que outros que não se configuram como capitais. Vale ressaltar que os elementos pesquisados acerca do modelo dos arquivos públicos municipais e estruturados no formato de coleta de dados não consideraram os recursos materiais e financeiros dos arquivos, apesar de compreender que tais recursos são fundamentais para se pensar uma instituição arquivística municipal forte e com autoridade arquivística.

O universo de pesquisa escolhido englobou as 26 capitais brasileiras. Esse universo de pesquisa escolhido, foi organizado esquematicamente e apresentado em ordem sistemática; pode ser visualizado por meio da organização em regiões[9], Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Nordeste e Norte.

RESULTADOS

Ao analisar as regiões do Brasil a partir dos eixos, elementos e subelementos elencados, percebe-se o protagonismo das Regiões Sul e Sudeste na elaboração de dispositivos legais voltado aos arquivos municipais e iniciativas promissoras da Região Nordeste e Norte, apesar de todas as dificuldades impostas em pensar um arquivo formulador de uma política pública. Esse protagonismo da Região Sudeste também é percebido no formulário enviado aos Arquivos Municipais das Capitais pelo Conarq, uma vez que os arquivos do Sudeste que possuíam CODEARQ responderam ao questionário, ao passo de outras regiões que não eram dotadas desse cadastro e não responderam ao formulário enviado.

9 De acordo com o IBGE (2017), a Divisão Regional do Brasil consiste no agrupamento de Estados e Municípios em regiões com a finalidade de atualizar o conhecimento regional do País e viabilizar a definição de uma base territorial para fins de levantamento e divulgação de dados estatísticos. Ademais, visa contribuir com uma perspectiva para a compreensão da organização do território nacional e assistir o governo federal, bem como Estados e Municípios, na implantação e gestão de políticas públicas e investimentos. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/divisao-regional/15778-divisoes-regionais-do-brasil.html?=&t=o-que-e.Acesso em 07 jan.2021.

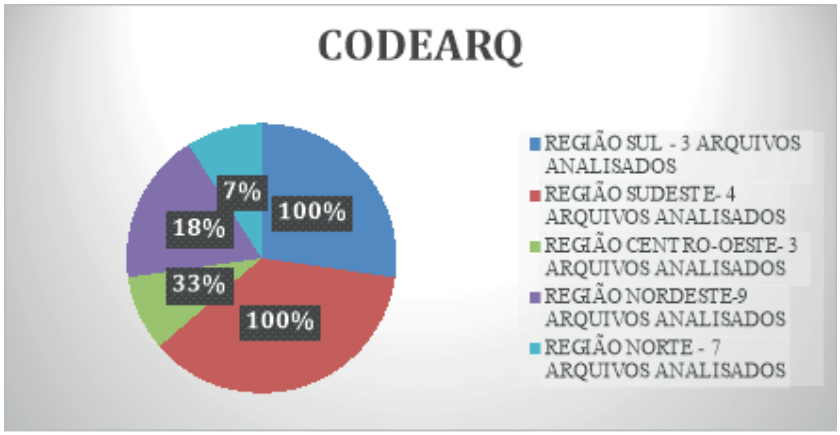
Todos os Arquivos da Região Sudeste apresentam estrutura (são destacados no organograma da administração municipal ou possuem organograma próprio), competência, missão, sistema municipal de arquivos e avaliação.

Todavia, ao observar a realidade do Centro-Oeste, Nordeste e Norte, apenas Cuiabá; João Pessoa; Teresina; Manaus e Palmas possuem em seus dispositivos legais um maior número de eixos e elementos de eixos contemplados, sendo: aspectos institucionais, função arquivística | gestão de documentos e função arquivística | preservação e acesso. Aspectos atuais foram elementos não abordados por nenhum dispositivo legal das capitais brasileiras.

Um outro fato bem importante é que poucos são os Arquivos Públicos Municipais brasileiros que possuem *sites*, apenas os Arquivos da Região Sul (dois do total de três), Sudeste (todos os arquivos pesquisados) e Centro-Oeste (dois do total de três) disponibilizam informações sobre o Arquivo na internet, seja por meio de *site* próprio, página da secretaria ao qual o Arquivo possui vínculo e um blog. Essa ausência de divulgação dos Arquivos Públicos Municipais das Capitais brasileiras favorece fragmentação no quesito acesso, principalmente porque não há publicidade dos documentos arquivísticos que estão sob a custódia desses arquivos.

As Regiões Nordeste e Norte corresponderam a poucos dispositivos legais sobre arquivos localizados e, consequentemente, dificuldades em preencher os elementos, bem como subelementos elencados. Além de poucos Arquivos contarem com CODEARQ nas regiões: Centro-Oeste, Nordeste e Norte. Abaixo, seguem alguns gráficos que caracterizam certa discrepância ao observar todas as regiões brasileiras.

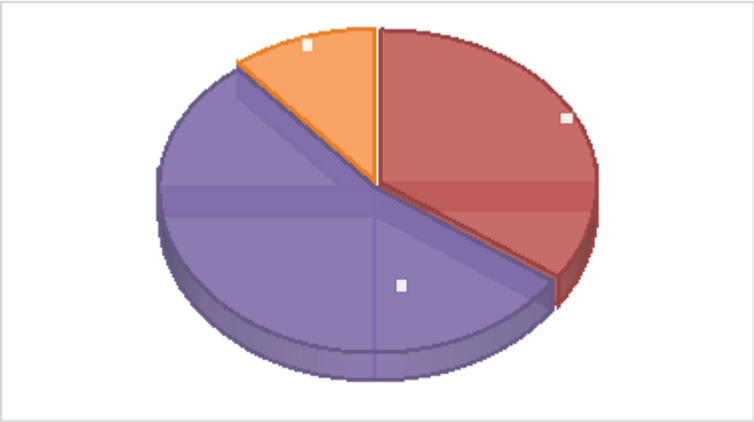
Figura 1 – Existência de CODEARQ nas regiões brasileiras10



Fonte: Elaboração própria, com base no *site* do CODEARQ

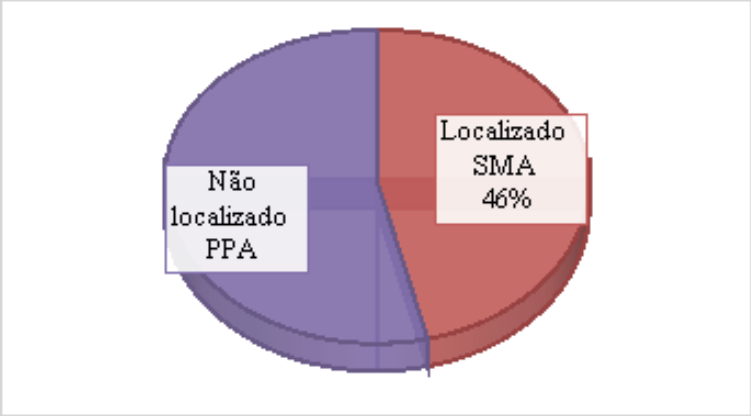
10 Levantamento realizado entre os anos de 2020 e 2021. Em abril e maio de 2023, realizou-se nova atualização.

Figura 2 – Vinculações dos Arquivos das Capitais brasileiras



Fonte: Elaboração própria, com base nos dispositivos legais

Figura 3 – Sistema Municipal de Arquivos e políticas públicas arquivísticas nos dispositivos legais encontrados



Fonte: Elaboração própria, com base nos dispositivos legais

Nota-se que a Região Sudeste e Sul possuem pioneirismo com relação ao reconhecimento de seus arquivos, tendo em vista que nessas regiões todos os arquivos contam com ato de criação e CODEARQ, conforme gráfico acima. Percebe-se que os arquivos das capitais se encontram vinculados, em sua grande maioria, à administração, seguido da Cultura.

A adesão ao CODEARQ é voluntária. Então, esses percentuais refletem, muito provavelmente, o conhecimento que as instituições arquivísticas, das diferentes capitais, têm em relação ao Conarq. O Conarq é reconhecido no Sul e Sudeste, mas pouco conhecido, aparentemente, nas outras regiões. Uma correlação interessante é que as

instituições arquivísticas com CODEARQ são as que também mais frequentemente têm propostas de programas de gestão. Isso não decorreria, pelo menos em parte, de um melhor conhecimento da existência do Conarq? Isso significa dizer que o reconhecimento do Conarq pode, de certa forma, trazer mais eficiência aos serviços ofertados pelos arquivos públicos municipais.

A pesquisa contribui para repensar determinados lugares comuns. Por exemplo, apenas 35% dos arquivos públicos municipais pesquisados estão vinculadas às secretarias de cultura. Essa vinculação tem sido usada como argumento para mostrar as deficiências dessas instituições. Porém, mesmo o fato de 65% dessas instituições estarem vinculadas à Administração/Gestão e Casa Civil não garante qualidade arquivística a ela. Ao que parece, a questão da autoridade arquivística fraca, em nível federal, acaba se reproduzindo no nível municipal.

Outro lugar-comum pode ser problematizado pela existência de arquivistas (na Região Sul, localizou-se uma capital com arquivista no quadro de servidores; Sudeste, três; Centro-Oeste, um; Nordeste, quatro; Norte, dois) em paralelo à ausência de propostas de programas de gestão de documentos (conforme eixo sugerido: **Funções arquivísticas | gestão de documentos)**. Dessa maneira, retornamos à questão da autoridade arquivística. É recomendado que os arquivos públicos possuam arquivistas em seus quadros, mas isso, por si só, não garante políticas públicas arquivísticas, dado que essas políticas precisam de um grupo de atores (principalmente a administração pública, o arquivo público municipal, as associações, os conselhos e outros) para serem formuladas e implementadas.

Um outro ponto que merece destaque é o contexto arquivístico regional (arquivo estadual, faculdades de Arquivologia etc.), tendo em vista que a existência de arquivos estaduais como instituições fortes podem auxiliar no fortalecimento dos arquivos públicos municipais. Além disso, as universidades que possuam o curso de Arquivologia também podem ser atores no desenvolvimento de uma política pública arquivística para a esfera municipal.

Com relação à política pública arquivística, onze, de um total de 26, são os que possuem um documento com essa denominação ou tal termo é localizado nos dispositivos legais encontrados, representando, assim, 42% que possuem. Quanto ao sistema de arquivos, retoma à fala de Jardim (1995), tendo em vista que, de repente, a ideia de sistema esteja mais nítida e qualificada do que a de política. O autor mencionou essa afirmação no aspecto de sistema nacional de arquivos e política nacional de arquivos, mas pode-se estender para a esfera municipal em decorrência dos resultados obtidos.

A pesquisa demonstra que os municípios acompanham tendência regional. O caso da Bahia com seu arquivo público municipal vinculado à fundação de cultura constatou-se como evidência clara de que o modelo estadual se repete na ordem municipal. Entretanto, o caso do município de São Paulo demonstrou que o quadro municipal difere do quadro da administração pública estadual. Um outro ponto que merece destaque foi

de que há uma diversidade na história dos arquivos nos municípios brasileiros tendo em vista suas especificidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante frisar que a existência de um marco legal acerca de determinado elemento apontando, não indica que há efetivação de uma política pública arquivística. Isso significa dizer que se há o termo política pública arquivística em um dispositivo legal, não necessariamente caracteriza a existência dessa política, uma vez que a política se efetua a partir de plano, programas, ações e produtos. Além de compreender essa política a partir da definição de Jardim (2003). De certa forma, a inexistência de dispositivos legais como ato de criação que demonstre a competência, atribuições, finalidades e outros, delimitam a existência de um arquivo e o seu grau de institucionalização ao considerar o aspecto legal.

Após 27 anos da pesquisa de Fonseca (1996), onde a autora questionou as capitais sobre a existência ou não de arquivos públicos municipais, percebeu-se que dezesseis arquivos negaram essa existência, sendo: Belém, Boa Vista, Cuiabá, Curitiba, Florianópolis, Goiânia, João Pessoa, Manaus, Macapá, Maceió, Natal, Palmas, Porto Velho, Recife, Rio Branco e Teresina. Dentre esses dezesseis, Cuiabá, Curitiba, Florianópolis, João Pessoa, Manaus, Palmas, Recife e Teresina possuem atos de criação de seus arquivos formulados no fim dos anos de 1990 e nos anos 2000 (2001 a 2022).

Se naquele período mais da metade afirmava não possuir arquivo, ou seja, dezesseis capitais não possuíam, o cenário modificou. Apesar dessa mudança, apenas quatorze (14) capitais contam com atos de criação em seus arquivos e cinco (5) possuem regimento interno.

Na década de 1990, após a promulgação da Lei 8.159, de 8 de janeiro de 1991, alguns arquivos públicos foram criados em formato de lei ou decretos, sendo eles: Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (maio/1991); Arquivo Histórico do Município de Florianópolis (1994); Arquivo Histórico de Campo Grande (1991); e Arquivo Público do Município de Recife (1998). Já nos anos de 2000, cita-se a criação dos Arquivos de: Curitiba (2004); Cuiabá (2019); João Pessoa (2022); Teresina (2019); Manaus (2022) e Palmas (2001). Fato esse que demonstrou a influência da legislação arquivística nacional no território municipal.

Na Região Norte, notou-se o empenho do Arquivo de Manaus para ser institucionalizado e como seu ato de criação foi inovador para aquela localidade, uma hipótese dessa inovação pode ser pelo fato de comportar o curso de Arquivologia. A Região Sudeste comporta universidades que possuem o curso de Arquivologia. Dentre esses cursos, há o mais antigo do país, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Essa região comporta um maior número de mão-de-obra especializada.

Apesar de todo o processo advindo de governos passados para a interiorização e expansão das universidades, a Região Norte, por exemplo, maior no que se refere às questões territoriais, possui apenas dois cursos de Arquivologia nas Universidades: Federal do Amazonas e Federal do Pará, criados em 2009 e 2012, respectivamente. Esse fator também ajuda a compreender o cenário atual.

No caso do Rio de Janeiro, trata-se de uma localidade que foi capital do país durante o século XVIII ao século XX, centralizando, assim, muitos documentos indispensáveis para o cenário nacional. Em Belo Horizonte, o fato de o arquivo público ter sido criado na época da formação da cidade e, depois extinto, sendo recriado em 1991, no contexto da Lei de Arquivos e pela responsável da gestão de documentos no Arquivo Nacional, Norma de Goes Monteiro à época, pode ter influenciado o seu desempenho atual. O Arquivo de Belo Horizonte foi criado nos preceitos defendidos no trabalho, ou seja, atuante na gestão de documentos pelo menos o que foi estabelecido em sua legislação.

O trabalho demonstrou que a existência de arquivos, não importa o tipo de estrutura, não garante afirmação de autoridade arquivística, tal como se almeja no plano das boas práticas. O fato de que cada município possuir uma organização na estrutura administrativa, ora definido pela cultura, ora definido pela administração o que aponta diferentes conceituações. A existência de cursos de Arquivologia pode fazer diferença para o desenvolvimento ou institucionalização dos arquivos públicos municipais. Um bom exemplo dessa influência pode se dar pela região Sudeste, como já mencionado.

Quanto aos arquivos públicos que mais se aproximam do elevado grau de institucionalização, pode-se citar os arquivos das Regiões Sul e Sudeste, em especial, o destaque para o trabalho desenvolvido pelo Arquivo da Cidade de Belo Horizonte, Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro e o Departamento de Gestão de Arquivo Público de Curitiba, principalmente porque muitos dispositivos legais estavam à disposição em seus sites (ou nos sites da Prefeitura). Entretanto, daqui a alguns anos os arquivos de Cuiabá, João Pessoa e Manaus, caso cumpram seus dispositivos legais, poderão ser referência para o país.

A afirmação dos arquivos públicos municipais como atores ativos nas políticas públicas arquivísticas está condicionada a uma diversidade de fatores, principalmente seu reconhecimento; e sua autoridade na configuração administrativa da prefeitura. Esse reconhecimento vai muito além de apontá-lo em um organograma de uma determinada secretaria, mas, sobretudo, destinar orçamento e incluí-lo nas configurações de uma política pública, como no plano plurianual do município.

Ademais, constata-se com o trabalho que frágil, precário e incompleto é o processo de formulação e implementação dos mecanismos de institucionalização da política pública arquivística no Brasil que, nesse caso, deveria ser chamada de política nacional de arquivos. Assim, a institucionalização dos arquivos públicos municipais deveria ser o

produto dessa política nacional. Dos arquivos pesquisados, Maceió (AL), Boa Vista (RR), Macapá (AP), Palmas (TO) e Rio Branco (AC) não foram localizados na estrutura administrativa da prefeitura e nem nos organogramas pesquisados. Como pensar nesses arquivos como autoridade se não possuem esse mero reconhecimento? Dessa forma, muitos arquivos públicos municipais sobrevivem de maneira heroica ao disponibilizar acesso aos seus documentos ainda que vivam há muito tempo ou nunca tenha saído da periferia.

Vale refletir sobre os casos bem-sucedidos localizados (como a Região Sul; Sudeste; e os avanços de João Pessoa, Teresina e Manaus), ainda que o cenário apresente uma situação preocupante como as contradições entre a previsão de funções e a não previsão de setores administrativos incumbidos de implementar essas funções. Isso significa dizer que onze arquivos públicos municipais afirmaram contar com gestão de documentos, mas poucos foram os casos que se localizaram a previsão de estrutura institucional responsável por implementar os procedimentos previstos de gestão. Nas regiões analisadas, apenas a Região Sul (Curitiba); Sudeste (Belo Horizonte Rio de Janeiro, São Paulo -não vinculado ao Arquivo Histórico Municipal); Nordeste (João Pessoa e Teresina); Norte (Manaus – conta com um setor denominado gestão de acervo- e Porto Velho) possuem uma estrutura disponível para gestão, como apontou seus organogramas.

Reconhece-se que "uma lei restrita ou incapaz de fornecer mecanismos garantidores dos preceitos de personalidade jurídica tende a fragilizar ou até inviabilizar a institucionalidade arquivística pretendida" (Cougo Júnior, 2022, p. 106). Para o autor, e o que se julgou necessário nesta pesquisa, um arquivo público que não tenha um ato legal ou que esse ato não tenha delegado a mínima personalidade jurídica, dificilmente poderá contribuir para a gestão, a preservação e o acesso.

Pode-se afirmar, assim, que, a partir dos materiais analisados, os arquivos públicos municipais carecem de institucionalidade, tendo em vista que apenas quatorze são os que possuem um ato de criação em formato de lei ou decreto e cinco regimento interno. Quando existem esses documentos, o arquivo possui um viés amparado em questões relacionadas à guarda e ao acesso, não se pensando nele como atuante nas funções arquivísticas e, tampouco, como formulador de políticas públicas.

Esta pesquisa possui um papel social com a finalidade de apresentar um panorama dos arquivos públicos municipais no contexto das políticas públicas arquivísticas, identificando, a partir de marcos legais e elementos optados pelos pesquisadores como necessários para se pensar uma instituição arquivística proativa voltada à gestão, preservação e acesso aos documentos e informações públicas, além de formular políticas públicas.

REFERÊNCIAS

ALVIM CARVALHO, J. L. **Os arquivos municipais no contexto das políticas públicas arquivísticas das capitais dos estados do Brasil**. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense, 2023.467 f.

AMPUDIA MELLO, J. Enrique. **Institucionalidad y Gobierno**: un ensayo sobre la dimensión archivística de la Administración Pública. Cidade do México: Archivo General de la Nación, 1988.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. OLIVEIRA, C. B. (orgs.). Rio de Janeiro: **Roma Victor**, 2002. 320 p.

BRASIL. Lei nº 8.159, de 8 de janeiro, 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 8 jan. 1991. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm. Acesso em: 18 mar. 2019.

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. **Regula o acesso a informações.**

Brasília, DF, 18 de nov. de 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em: 20 fev. 2022.

BOVENS M., R. E.; SCHILLEMANS, T.; GODIM, R. E. **The Oxford Handbook of Public Accountability**. Oxford: Oxford University Press, 2014. 734 p.

COUGO JUNIOR, F. A. SOBRE A INSTITUCIONALIDADE ARQUIVÍSTICA. **OFFICINA - Revista da Associação de Arquivistas de São Paulo**, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 100-125, 2022. DOI: 10.29327/263416.1.2-7. Disponível em: https://revista.arqsp.org.br/index.php/revista-da-associacao-de-arquivi/article/view/27. Acesso em: 24 maio. 2023.

FONSECA, M. O. K. **Direito à informação**: acesso aos arquivos públicos municipais. 1996. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996.

IACOVINO, Livia. Os arquivos como arsenais de responsabilidade. In: EASTWOOD, Terry. MACNEIL, Heather. (Org.). **Correntes atuais do pensamento arquivístico**. Belo Horizonte: UFMG, 2016, p. 261-303.

JARDIM, J. M. O inferno das boas intenções: legislação e políticas arquivísticas. *In:* MATTAR, Eliana (org.). **Acesso à informação e política de arquivos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional,

JARDIM, J. M. **Sistemas e políticas públicas de arquivos no Brasil**. Niterói: EDUFF, 1995. 196p.

JARDIM, J. M. Governança arquivística: um território a ser explorado. **Revista do Arquivo**, São Paulo, ano IV, n. 7, p. 12-14, out. 2018. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/revista_do_arquivo/07/capa.php. Acesso em: 18 jun. 2021.

SILVA, W. A. Rede e sistema de arquivos: propriedades, finalidades e qualidades distintivas. *In*: SILVEIRA, F. J. N.; FROTA, M. G.; MARQUES, R. M. (orgs). **Informação, mediação e cultura:** teorias, métodos e pesquisas. Belo Horizonte, MG: Letramento: PPGCI, 2022.

SILVA, E.L.; MENEZES, M.E.**Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação**.3.Ed. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, UFSC, 2001.121p.

EIXO 6

GESTÃO ARQUIVÍSTICA E PRESERVAÇÃO DIGITAL

POLÍTICA DE GESTÃO E PRESERVAÇÃO DE DOCUMENTOS: A EXPERIÊNCIA DO GRUPO DE TRABALHO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FLUMINENSE

RECORD MANAGEMENT AND PRESERVATION POLICY: THE EXPERIENCE OF WORK GROUP OF FLUMINENSE PUBLIC MINISTRY

Fernanda Maria Pessanha Viana Maciel
Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Larissa da Silva Canto Bastos
Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Vivian dos Santos Maia
Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Marcella Chaves Faria
Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Kevyn Gonçalves Silva
Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

Resumo

Este trabalho visa apresentar o estudo de caso do Grupo de Trabalho de Gestão Documental do Ministério Público Fluminense para elaboração da sua Política de Gestão e Preservação de Documentos. Para atingir tal objetivo, a pesquisa se caracteriza como exploratória e descritiva, de natureza aplicada e abordagem qualitativa. Como resultado da pesquisa, foram detalhadas as etapas percorridas pelo Grupo de Trabalho durante a elaboração da sua política. Finaliza-se defendendo a ideia de que a política deve ser um dos instrumentos estratégicos preliminares a serem produzidos no âmbito de ações arquivísticas de instituições públicas custodiantes de acervos arquivísticos. Salienta-se a importância de uma equipe multidisciplinar atuante na elaboração desse instrumento, para que seja capaz de direcionar adequadamente as ações e os serviços de gestão e preservação de documentos.

Palavras-Chave: Política Arquivística; Política de Gestão e Preservação de Documentos; Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.

Abstract

This work aims to present the Fluminense Public Ministry Record Management Working Group's case study, in order to create its Record Management and Preservation Policy. To achieve this goal, the research is characterized as exploratory and descriptive. It is an applied study with a qualitative approach. As the research result, the steps taken by the working group during the preparation of its policy were detailed. It concludes by defending the idea that the policy should be one of the preliminary strategic instruments to be produced regarding archival actions by public institutions that are custodians of archival records. This text stands out the importance of a multidisciplinary working team in developing this instrument so that it will be able to properly direct record management and preservation actions and services.

Keywords: Archival Policy; Record Management and Preservation Policy; Public Ministry of the State of the Rio de Janeiro.

INTRODUÇÃO

O Ministério Público (MP) brasileiro é uma instituição pública que tem em sua missão ser responsável pela defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses individuais e sociais indisponíveis. O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), assim como os demais ramos e unidades do MP, adquiriu caráter permanente e conquistou sua autonomia e independência administrativa e funcional a partir da Constituição Federal de 1988. Nesse momento, a instituição passou a confirmar o seu perfil fiscalizador e essencial à democracia no Estado do Rio de Janeiro.

Feito esse breve contexto, este trabalho visa apresentar o estudo de caso do Grupo de Trabalho (GT) de Gestão Documental do MPRJ na elaboração da sua Política de Gestão e Preservação de Documentos. Esse GT foi criado no ano de 2016, integrado, na sua maioria, por profissionais com formação em Arquivologia ou atuantes nos arquivos da instituição. Após alterações na sua composição, teve, em 2023, sua maior modificação: houve um acréscimo de integrantes, tornando o grupo mais multidisciplinar com as designações de profissionais de diferentes formações e atuação em diversas áreas da instituição.

Cabe esclarecer que por não estar subordinado ao Poder Executivo Estadual, o MP, enquanto instituição pública, possui algumas peculiaridades como custodiar os seus documentos, não realizando recolhimento junto a entidades arquivísticas. Com isso, a demanda relacionada à implantação de uma Política de Gestão e Preservação de Documentos se faz premente numa instituição como o MP, não apenas por conta do armazenamento de documentos arquivísticos analógicos, recebidos e produzidos, mas também em função da custódia desses documentos nos formatos digitais.

Desse modo, o problema de pesquisa apresentado neste estudo deriva-se da ausência de regramento interno capaz de fornecer parâmetros basilares para direcionar as ações afetas à gestão arquivística e a preservação de documentos produzidos e custodiados pela instituição. Importa ressaltar que há em vigor resolução interna que dispõe sobre a Gestão de Documentos no Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências. No entanto, o normativo não se caracteriza como uma política e carece de atualizações, tendo em vista o lapso temporal desde a sua publicação, os avanços arquivísticos e as atualizações pelos quais o próprio MP vem passando.

Nesse sentido, ciente das diversas diretrizes emanadas pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP)[1] e pelo Conselho Nacional de Arquivos (Conarq), no tocante à gestão arquivística e preservação digital de documentos, sabe-se que essas devem ser incorporadas a um novo normativo, com vistas a torná-lo efetivamente uma política institucional.

O grupo de trabalho, inserido nesse cenário, identificou essa demanda por meio da análise do contexto interno institucional. Essa análise incluiu levantamento de diversos documentos, tais como: diagnósticos arquivísticos encomendados pelo MPRJ, relatórios técnicos, dissertações de mestrado e artigos acadêmicos - cujos marcos empíricos circunscreveram a gestão arquivística e a preservação digital de documentos do MPRJ.

No tocante aos diagnósticos, um deles, realizado em 2013, já sugeria, na seção de recomendações, a elaboração de uma política de gestão arquivística.

Outra contribuição importante foi o relatório elaborado em 2022, pelo GT temporário de "Gestão e Preservação de Documentos em âmbito Digital" no MPRJ, - grupo criado com a finalidade de realizar estudos para implementação conjugada de Sistema Informatizado de Gestão de Arquivística de Documentos (SIGAD) e Repositório Arquivístico Digital Confiável (RDC-Arq) - que também recomendou a elaboração de uma política de gestão de documentos e uma política de preservação digital, como instrumentos prioritários para esse MP.

1 Órgão externo encarregado de controlar e fiscalizar a atuação administrativa e financeira dos órgãos integrantes do Ministério Público brasileiro.

Em relação às dissertações, a pesquisa realizada em 2019[2] trouxe à baila que a formação de uma cultura de gestão de documentos na administração pública pressupõe o entendimento de que a adoção de seus procedimentos é estratégica e deve estar vinculada a uma política pública arquivística. Ressaltou, ainda, a necessidade de instituição de uma política de gestão arquivística no MP fluminense, esclarecendo que o estabelecimento desta é uma oportunidade de se aplicar as disposições legais às rotinas que perfazem a produção, o uso e a preservação dos documentos. Somado a isso, outro estudo, realizado 2023[3], sugeriu a elaboração de uma política de preservação digital para o MPRJ, traçando diretrizes para tal.

Ante o exposto, o grupo de trabalho, considerando o referencial teórico, as análises do contexto externo, e sobretudo as análises sobre o contexto interno institucional, optou por adaptar as propostas, sugerindo a integração das premissas de gestão de documentos e da temática de preservação digital em único instrumento estratégico: a Política de Gestão e Preservação de Documentos do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.

Assim, na seção Resultados deste artigo serão apresentadas as etapas seguidas para a elaboração da referida Política e seus respectivos subprodutos. A finalidade é demonstrar, por meio de apresentação detalhada do percurso, a experiência do MP fluminense, ressaltando a pertinência da implantação de uma Política de Gestão e Preservação de documentos arquivísticos.

METODOLOGIA

Acerca dos níveis de pesquisa, este trabalho configura-se como exploratório e descritivo, de natureza aplicada e abordagem qualitativa.

Quanto aos procedimentos metodológicos, o trabalho foi dividido em duas etapas, na qual na primeira foi realizado levantamento bibliográfico e revisão de literatura sobre as temáticas Transformação Digital, Política Arquivística, Gestão de Documentos e Preservação Digital.

Por conseguinte, na segunda etapa houve descrição do percurso realizado pelo GT de Gestão Documental do MPRJ para a elaboração da Política de Gestão e Preservação de Documentos, tendo como destaque o detalhamento das técnicas para coleta de dados realizadas a partir de pesquisas documentais e análises dos contextos institucionais.

Por se tratar de um estudo de caso, de natureza aplicada, a descrição das etapas, dos elementos essenciais e dos requisitos utilizados para compor a Política, bem como as

2 BASTOS, L. S. C. **Diagnóstico e recomendações para o arquivo central do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro**: acervo, gestão de documentos e serviços arquivísticos. 2019. Dissertação (Mestrado profissional em Gestão de Documentos e Arquivos) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019. 193 p.

3 Dissertação de Maciel (2023) citada ao longo deste artigo.

condições para sua aplicabilidade no MPRJ, foram cruciais para atingimento do objetivo deste trabalho. Além disso, o relato permite a difusão de conhecimento com vistas à replicação da experiência.

REFERENCIAL TEÓRICO

Os referenciais teóricos abordados nesta pesquisa delimitam-se entre os seguintes conceitos: Transformação Digital, Política Arquivística, Gestão de Documentos e Preservação Digital. Embora trate-se de conceitos densos e, em sua maioria, consolidados na Arquivologia, os autores realizaram levantamento bibliográfico e revisão de literatura, a fim de harmonizar o conhecimento sobre termos, conceitos e princípios e facilitar o cumprimento do objetivo.

Identificou-se que no tocante à Transformação Digital (TD), Bustelo-Ruesta (2017) afirma que a base da TD é a gestão de documentos digitais. Já Flores (2021) denomina a TD no contexto arquivístico como Transformação Digital Sistêmica. Ainda que não haja consenso quanto à definição de TD na literatura, observou-se diálogo entre esses pensadores no contexto arquivístico.

A respeito do segundo termo investigado, Política Arquivística, Jardim (2006) o define da seguinte maneira:

> conjunto de premissas, decisões a ações – produzidas pelo Estado e inseridas nas agendas governamentais em nome do interesse social – que contemplam os diversos aspectos (administrativos, legal, científico, cultural, tecnológico, etc.) relativos à produção, uso e preservação da informação arquivística de natureza pública e privada (Jardim, 2006, p.7).

O autor em um de seus artigos mais recentes, intitulado "Caminhos e perspectivas da gestão de documentos em cenários de transformação", verticaliza as definições e a emergência da Gestão de Documentos (GD), após os anos 1950 no cenário norte-americano, destacando que a GD trata de "(...) um dos territórios arquivísticos mais diversificados, sujeito a distintas percepções teóricas e práticas" (Jardim, 2015, p. 20).

Com base nesse artigo, Maciel (2023, p. 17) define a GD "[...] como um conjunto de normas e operações técnicas de controle de documentos, cujo objetivo recai sobre a eficiência e racionalização de documentos, tendo como ideia principal a economia de recursos.". Notadamente, a GD é uma premissa tanto para a TD, como observado, quanto para a Preservação Digital de documentos arquivísticos.

No âmbito dos documentos digitais, uma das definições de Preservação Digital é:

> conjunto de ações gerenciais e técnicas exigidas para superar as mudanças tecnológicas e a fragilidade dos suportes, garantindo

> o acesso e a interpretação de documentos digitais pelo tempo que for necessário (Conselho Nacional de Arquivos, 2020, p. 39).

Dito isso, a delimitação do arcabouço teórico desta pesquisa buscou contextualizar o trajeto percorrido pelo GT, trazendo o foco para uma das ações gerenciais. Uma vez que trata da elaboração de uma política, o instrumento deve compreender os princípios, os objetivos, as diretrizes, as responsabilidades e os requisitos que orientem a elaboração de programas, projetos, planos e procedimentos. Além disso, deve direcionar, de acordo com Maciel (2023), para a manutenção e a responsabilização de ambientes informatizados de gestão e preservação.

RESULTADOS

O Ministério Público fluminense tem desenvolvido e aplicado uma série de iniciativas referentes à gestão de documentos desde os anos 1990, tais como: elaboração de diagnósticos arquivísticos, criação da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos, publicação de instrumentos arquivísticos e normativos, contratação de pessoal especializado, capacitação do corpo funcional, criação de grupos de trabalho, entre outras[4].

Mais recentemente, a partir da publicação do último normativo definido pelo CNMP, em 2021[5], nota-se um reflexo nas ações e serviços de gestão e preservação de documentos do MP fluminense. O GT temporário desse MP, conforme mencionado anteriormente, realizou diversas recomendações no tocante à gestão e preservação digital de documentos para o MPRJ, dentre as quais sugeriu elaboração de políticas.

Em 2023, o GT de Gestão Documental do MPRJ retomou suas atividades com nova composição, renovada e ampliada. Tal medida foi importante haja vista que parte do grupo, os quais atuam nas áreas administrativa e finalística, conhece os trâmites para produção, processamento e manutenção dos documentos institucionais. Enquanto outra, tem conhecimentos especializados em gestão de documentos e preservação digital.

Desse modo, é notório que a harmonização do conhecimento é indispensável a um grupo com formações heterogêneas. Porém, essa característica multidisciplinar é também essencial para nortear a definição de normas, estratégias, padrões, modelos e requisitos fundamentais na construção de uma abordagem integrada da gestão e da preservação de documentos no órgão. Ideias que vão ao encontro das sugestões de Grácio

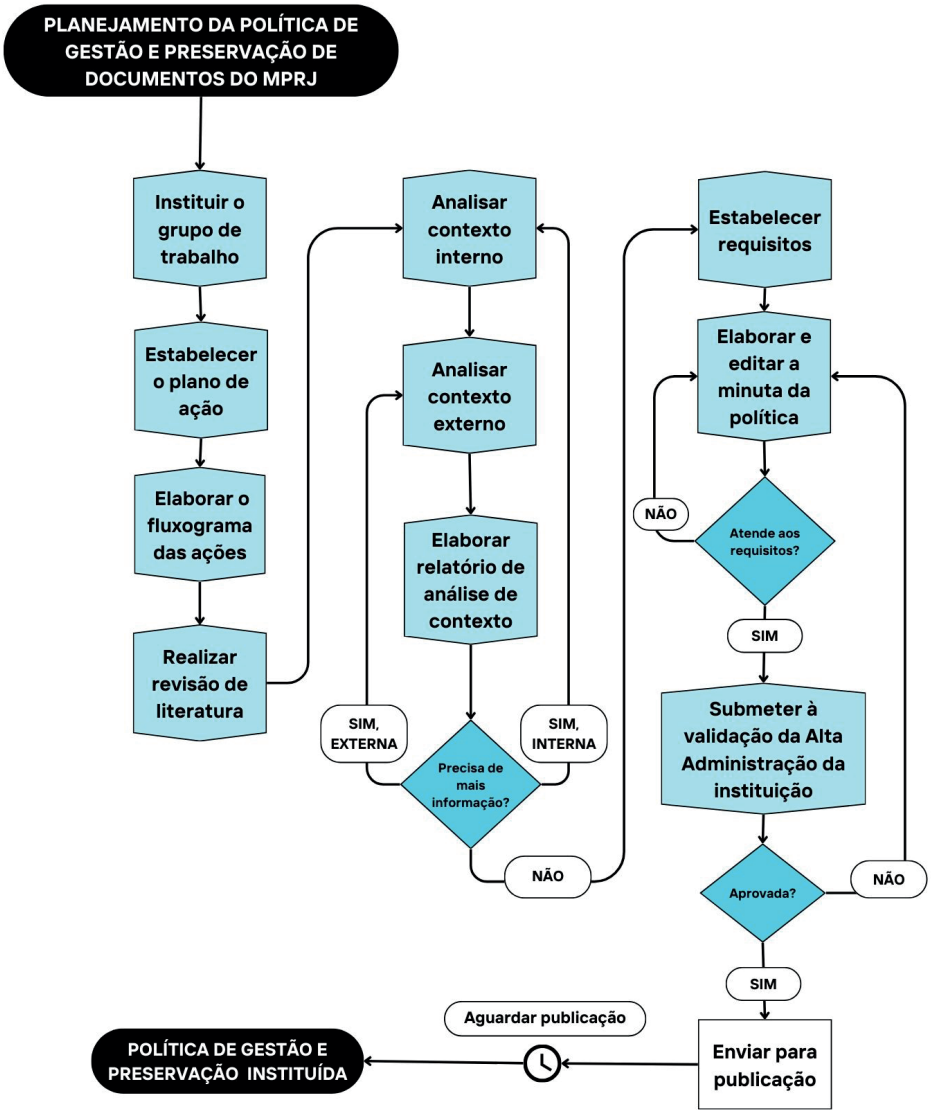
4 Para mais informações ver: "A gestão de documentos no Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro: iniciativas de 1997-2018 e perspectivas para a adoção de uma política pública". Disponível em: Colibri: Memorias del XIII Congreso de Archivología del MERCOSUR. Paradigmas de los archivos en las políticas públicas. Conferencias, ponencias, carteles y conclusiones. Montevideo, 21 al 25 de octubre de 2019. (udelar.edu.uy)

5 Resolução CNMP nº 225, de 24 de março de 2021. Institui o Plano de Classificação de Documentos do Ministério Público (PCD) e a Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos do Ministério Público (TTD), altera a Resolução CNMP nº 158, de 31 de janeiro de 2017, e dá outras providências.

(2011); Holanda e Lacombe (2019) ao indicar a necessidade de instituição de grupos de trabalho para esse fim.

A partir desse contexto, os resultados a serem apresentados a seguir irão direcionar as etapas percorridas pelo GT durante o planejamento e a elaboração da sua política[6] e os subprodutos de cada etapa, conforme a figura e os detalhamentos abaixo indicados.

FIGURA 1 – Fluxograma de planejamento da Política de Gestão e Preservação de Documentos do MPRJ



Fonte: Elaborada pelos autores, adaptada de Holanda e Lacombe (2019)

6 A estruturação da política do MPRJ teve como premissa a seção "Roteiro para a política de preservação digital do MPRJ", constante da dissertação de Maciel (2023).

A primeira ação foi a instituição do grupo de trabalho a partir da nova composição do GT de Gestão Documental designada por Ato do Gabinete do Procurador Geral de Justiça do MPRJ em 2023. Além disso, frisa-se que esse grupo teve suas atribuições (para além da elaboração de instrumentos e normativos) consignadas na Portaria da Secretaria Geral do MP nº 464, de 26 de outubro de 2023.

A partir da sua nova composição, com o intuito de elaboração da política, o GT teve como um de seus primeiros subprodutos um plano de ação. O estabelecimento do plano de ação foi fundamental para auxiliar o grupo na definição da sequência de ações, prioridades, responsabilidades e controle de prazos a serem alcançados durante o planejamento e a elaboração da política.

Fundamentou-se a partir do plano de ação, um fluxograma dessas atividades. Vale ressaltar que essa ferramenta permitiu a visualização de todas as etapas do plano de ação de forma clara e compreensível, identificando e ilustrando o fluxo das tarefas, além de conferir transparência e controle dos processos de trabalho.

Em seguida, com o propósito de reconhecer conceitos, princípios, objetivos e normas foi realizado levantamento bibliográfico e análise da literatura relacionada às temáticas de gestão arquivística e preservação digital, de forma a estabelecer conexões entre o saber científico e a possibilidade de aplicação da política na instituição.

Na sequência, conforme sugere a literatura, houve a análise do contexto. Para tal, fez-se necessário o levantamento dos normativos e iniciativas que guardam relação com a gestão e preservação digital de documentos no contexto interno e externo ao MP fluminense. Sob a perspectiva do *Parquet* fluminense, foram analisadas as resoluções internas, as resoluções do CNMP, e demais publicações sobre as temáticas divulgadas no sítio eletrônico desse MP.

Em relação ao contexto externo, observou-se normativos referentes à gestão de documentos e à preservação digital implementados por instituições públicas correlatas e ou de referência, auxiliando o reconhecimento de elementos essenciais para o MPRJ. Desse modo, foram examinadas as seguintes políticas: a Política de Gestão, Preservação e Difusão de documentos arquivísticos do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT); a Política de Preservação Digital do Tribunal Superior Eleitoral (TSE); a Política de Preservação Digital do Superior Tribunal de Justiça (STJ); e a Política de Preservação de Acervos Científicos e Culturais da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ). Foram analisados, ainda, normativos e diretrizes do Conselho Nacional de justiça (CNJ), bem como as ações de preservação digital divulgadas pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT).

A consolidação das informações e análise dos dados resultou na elaboração do relatório de análise de contexto, envolvendo tanto os fatores internos quanto os externos. A partir da elaboração desse relatório, definiram-se os requisitos para a construção

da política de acordo com as necessidades institucionais, os regramentos e a ciência arquivística, de modo a garantir a gestão e a preservação de documentos arquivísticos autênticos, confiáveis e acessíveis.

No tocante à elaboração e edição da minuta da política, definiu-se pela estruturação conforme as seguintes seções: Disposições Preliminares, Glossário, Princípios e Objetivos, Requisitos para Gestão e Preservação de Documentos Arquivísticos, Diretrizes para implantação de Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos e de Repositório Arquivístico Digital Confiável, Responsabilidades, Revisão e Atualização e Disposições Finais.

Destaca-se que, nesta etapa, foi utilizada a minuta da Política de Preservação Digital para o MPRJ, criada por Maciel (2023), para elaboração da minuta da Política de Gestão e Preservação de Documentos. Esta minuta foi editada em formato de resolução a ser publicada pelo Gabinete do Procurador Geral de Justiça, com sugestão de revogação do atual normativo que dispõe sobre a Gestão de Documentos no MPRJ.

A partir disso, foi realizado um controle de conformidade entre os requisitos preestabelecidos e a minuta do referido normativo. Nessa etapa de revisão, frisa-se a necessidade de realizar um processo de reanálise e adequação do texto, caso haja desconformidade entre o texto e o material analisado.

Por fim, a política foi submetida à validação e aprovação da Alta Administração do MPRJ, por meio de procedimento de gestão administrativa próprio. Atualmente, o instrumento aguarda os trâmites necessários para sua publicação. Destaca-se que é recomendável envidar esforços para que, após aprovada, a política seja amplamente divulgada a todos os integrantes da instituição, de modo a garantir a sua efetiva implantação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com a literatura arquivística, a implantação de uma política pode viabilizar a melhor execução dos serviços arquivísticos, a partir do momento em que são estabelecidos os princípios, objetivos, requisitos e responsabilidades para o desenvolvimento das ações de gestão e preservação digital dos documentos.

No MPRJ observa-se uma tradição arquivística por meio da aplicação de processos de trabalho voltados para a gestão de documentos. Nesse contexto, o esforço recente aplicado para a elaboração da Política de Gestão e Preservação de Documentos reafirma o compromisso com as boas práticas e a excelência na execução dos procedimentos arquivísticos na instituição.

Dito isso, esta pesquisa apresenta duas principais contribuições práticas, na qual a primeira é demonstrar a viabilidade de aplicação de um roteiro preestabelecido para a elaboração da política. Trata-se de contribuição inovadora, uma vez que não se tem notícia,

ao menos em registros científicos, sobre relatos de experiência de sua aplicabilidade, embora modelos de elaboração já venham sendo abordados por autores consagrados.

A segunda contribuição, refere-se ao fato de apresentar proposta de instrumento único, ou seja, uma política abrangente, com vistas a contemplar os desafios tanto da gestão de documentos quanto da preservação digital.

Acredita-se que este trabalho pode suscitar interesse de futuras pesquisas por parte dos ramos e unidades do Ministério Público na elaboração de suas políticas, com a finalidade de aprimorar os seus serviços e cumprir com a implementação das diretrizes do Plano Nacional de Gestão de Documentos e Memória do Ministério Público (PLANAME). Além disso, o modelo apresentado neste trabalho pode ser replicado em outras instituições que tenham interesse em desenvolver suas próprias políticas.

Ressalta-se que para que seja possível dar concretude à Política de Gestão e Preservação de Documentos institucional faz-se necessário ampliar o debate, conscientizando os atores envolvidos sobre a relevância da sua efetiva implantação.

Portanto, por meio da implantação da sua política, o MP fluminense terá a oportunidade de reafirmar o seu compromisso com a sociedade, viabilizando a promoção do acesso à informação, da transparência e da preservação da memória institucional.

REFERÊNCIAS

BUSTELO-RUESTA, C. La normalización internacional en información y documentación: ¿una historia de éxitos? el caso de la normalización iso en gestión de documentos. **Métodos de información (Espanha),** v. 3, n. 4, p. 39-46, 2012. DOI: 10.5557/IIMEI2-N2-039046. Disponível em: https://brapci.inf.br/index.php/res/v/85854. Acesso em: 09 abr. 2024.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). **Glossário de documentos arquivísticos digitais.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, v. 8, 2020. Disponível em: https://www.gov.br/conarq/pt-br/assuntos/camaras-tecnicas-setoriais-inativas/camara-tecnicade-documentos-eletronicos-ctde/glosctde_2020_08_07.pdf. Acesso em: 10 abr. 2024.

FLORES, D. **O arquivo e os arquivistas como protagonistas da transformação digital do Poder Judiciário brasileiro**: gestão de documentos, preservação digital sistêmica e acesso e transparência ativa. Palestra online. 41 slides, color, Padrão Slides Google Drive/Docs 16x9. Material elaborado para o V Congresso Brasileiro de Arquivos do Poder Judiciário, 20 a 22 de outubro de 2021. Brasília, DF, 20 de outubro de 2021. Disponível em: http://documentosdigitais.blogspot.com. Acesso em: 10 abr. 2024.

GRÁCIO, J. C. A. **Preservação digital na gestão da informação**: um modelo processual para as instituições de ensino superior. 2011. 223 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2011. Disponível em: http://hdl.handle.net/11449/103351. Acesso em: 03 jun. 2024.

HOLANDA, A. P.; LACOMBE, C. **Recomendações para elaboração de política de preservação digital. Rio de Janeiro**: Arquivo Nacional, 2019. 24 p. (Série Recomendações para gestão de documentos nos órgãos e entidades do Poder Executivo federal). Disponível

em: http://arquivonacional.gov.br/images/COGED/Politica_presercacao_digital.pdf. Acesso em: 24 maio. 2024.

JARDIM, José Maria. Políticas públicas arquivísticas: princípios, atores e processos. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 5-16, 2006. Disponível em http:// https://cip.brapci.inf.br/download/56783. Acesso em: 14 abr. 2024.

JARDIM, José Maria. Caminhos e perspectivas da gestão de documentos em cenários de transformação. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 19-50, 2015. Disponível em: http:// revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/607. Acesso em: 18 abr. 2024.

MACIEL, F. M. P. V. **Diretrizes para implementação da política de preservação digital do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro**. 2023. Dissertação (Mestrado profissional em Gestão de Documentos e Arquivos) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023. 222 p. Disponível em: http://www.unirio.br/ppgarq/tccs/turma-2020/maciel-fernanda-maria-pessanha-viana-diretrizes-para-implementacao-da-politica-de-preservacao-digital-do-ministerio-publico- do-estado-do-rio-de-janeiro/view. Acesso em: 10 maio. 2024.

PROGRAMA DE ACESSO DIGITAL AOS ACERVOS ARQUIVÍSTICOS DO MUSEU NACIONAL DE BELAS ARTES

DIGITAL ACCESS PROGRAM TO THE ARCHIVE COLLECTIONS OF THE NATIONAL MUSEUM OF FINE ARTS

Thaís Rodrigues de Freitas
Museu Nacional de Belas Artes
Instituto Brasileiro de Museus

Eliezer Pires da Silva
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Resumo

Tem por objetivo expor desafios enfrentados por arquivos históricos do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) para avançar na digitalização e preservação digital no setor museal. Mais especificamente trata da gestão de acervos arquivísticos em museus brasileiros, com foco na implementação de plataformas digitais e preservação digital. É um estudo de natureza aplicada e abordagem qualitativa utilizando por procedimentos técnicos a pesquisa bibliográfica e documental em torno das dificuldades operacionais com a implantação do AtoM e outros sistemas. Os resultados revelam obstáculos de longa data desde a escolha até implantação de infraestrutura tecnológica adequada para bancos de dados, sobretudo no que diz respeito à importância do desenvolvimento de políticas voltadas para a regulamentação e padronização da digitalização e preservação digital de acervos culturais.

Palavras-Chave: Arquivos em museus; Acesso digital; IBRAM; AtoM; Preservação digital

Abstract

This paper aims to expose challenges faced by the historical archives of the Brazilian Institute of Museums (IBRAM) in order to advance digitization and digital preservation in the museum sector. More specifically, it deals with the management of archival collections in Brazilian museums, with a focus on the implementation of digital platforms and digital preservation. This study is an applied one with a qualitative approach, That uses bibliographic and documentary research approches as technical procedures, and focuses on the operational difficulties in the implementation of AtoM and other systems. The results reveal long standing obstacles that range from the choice of the adequate technological infrastructure for databases to its effective implementation, especially with regard to the importance of developing policies aimed at regulating and standardizing the digitization and digital preservation of cultural collections.

Keywords: Museum archives; Digital access; IBRAM; AtoM; Digital preservation

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é consequente das diversas ramificações de estudo com origem na dissertação de mestrado, defendido no Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos (PPGARQ – UNIRIO), sobre arranjo e descrição em unidade museal. Ademais, é a sequência de análises científicas em desenvolvimento, da qual já resultaram publicações de artigos, incluindo apresentação de trabalho no "XIII Seminário Internacional de Políticas", ministrado na Fundação Casa de Rui Barbosa.

A justificativa da pesquisa se deve pela necessidade de mapear cientificamente os entraves enfrentados dentro dos órgãos de cultura, na administração pública brasileira, tal como, por dificuldades na viabilização das aplicações dos recursos e técnicas. Impulsionados por questões como a alta exigência de articulação de trabalho em rede, para conseguir força política nas escolhas de sistemas, complexidade na implantação e grandes esforços para avanços significativos na gestão de acervos arquivísticos em unidades museais, como, por exemplo, o Museu Nacional de Belas Artes, Museu Histórico Nacional e Museu da República.

O processo investigativo apresentou por objetivo de pesquisa expor fatores de relevância para as questões enfrentadas em alguns dos arquivos históricos integrantes do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), para encontrar meios de avançar no contexto de uso de plataformas de acessos digitais online, implantação de repositórios,

sustentabilidade da informação no campo cultural e consolidação, bem como manutenção, das ações para preservação digital dos acervos arquivísticos nas instituições museológicas federais brasileiras.

Com a implantação do AtoM como plataforma de acesso aos acervos arquivísticos dos museus federais do IBRAM, questões com relação ao método de operacionalização, padronização, apoio técnico de infraestrutura de tecnologia da informação e usabilidade passaram a ter destaque na rotina de utilização da ferramenta. Como em toda nova forma de trabalho, dificuldades surgiram e os profissionais atuantes diretamente com a ferramenta passaram a ter em suas rotinas a necessidade de aprofundamento da prática e uso de requisitos técnicos, bem como, apoio operacional tecnológico mais dedicado.

Somado a isso, Freitas descreve o processo de transformação digital, tão almejado pelo governo a ser aplicado nas instituições federais:

> O governo federal se posiciona nos últimos anos por desburocratização de acessos, incentivo à inovação no setor, avanço da digitalização, aceleração da transformação digital e encorajamento à maior participação do cidadão para lidar com serviços de todo tipo na esfera pública. Ao se acessar a página de painel de serviços do governo federal brasileiro, encontram- se informações que reforçam o projeto atual de enfoque no digital. (Freitas, 2022, p. 169)

Os órgãos de cultura são uma potencialidade a ser explorada, sob a perspectiva de preservação digital, ampliação de acessibilidade e difusão em ambientes tecnológicos, dentro da esfera do poder público federal. Enquanto em outras instituições públicas, tanto no âmbito do poder executivo, judiciário e legislativo federal, nota-se uma ampla rede de discussões e medidas, com ações amadurecidas para direcionamentos quanto ao tratamento de acervos arquivísticos históricos no âmbito digital, são justamente nas instituições de memória museal, que nota-se a existência de locais com uma maior fragilidade para realização de medidas direcionadas aos acervos permanentes em ambientes tecnológicos.

PLATAFORMAS DE ACESSO DIGITAL NOS MUSEUS

Em seus estudos, Freitas (2022) apontou ações para serem adotadas pelo Museu Nacional de Belas Artes, com a finalidade de melhorar o fluxo das informações arquivísticas sob a guarda institucional. O estudo apresentou desdobramentos que contribuiram para novos pontos de partida em outros processos investigativos.

Entre eles, evidenciaram-se principalmente ações em que a autora determinou como essenciais:

Quadro 1 – Recomendações para adoção institucional

RECOMENDAÇÕES PARA ADOÇÃO INSTITUCIONAL:
O estabelecimento de mecanismos de infraestrutura para o armazenamento digital de dados, com a adoção de critérios de autenticidade e confiabilidade para os dados e metadados.
A digitalização do acervo arquivístico permanente, com a criação de representantes digitais para preservar o patrimônio documental e garantir a integridade física dos itens.
Confecção de manual técnico interno, para consolidação de métodos nos requisitos de digitalização de documentos históricos, tal como o estabelecimento de uma política de preservação que permitisse a coexistência de documentos físicos e digitais.
Seleção de hardwares, softwares e formatos de arquivo ideais para a permanência e acesso dos materiais digitais a longo prazo, assegurando a estabilidade dos documentos arquivísticos.
Construção de Repositórios Arquivísticos Digitais Confiáveis (RDC-Arq) e implementação do AtoM como plataforma de acesso.
Utilização do Archivemática, para possibilitar o processamento de objetos digitais desde a entrada dos itens até a realização da preservação dos conteúdos digitais a longo prazo.
Medidas para proteção dos materiais digitais contra perdas acidentais e corrupção de dispositivos, prevenção da obsolescência de tecnologias e promoção da difusão cultural digital para ampliar o acesso ao acervo

Fonte: Elaborado pela autora com base em Freitas (2022)

O quadro 1 indica elementos estruturantes para a realização de planos de ações que tenham por direcionamento a inserção institucional no uso de fluxo, tramitação e preservação digital. A construção deste plano é pautada na transformação do campo digital do museu proposta pelo IBRAM alinhado ao governo federal.

Nota-se, portanto, que é preciso realizar articulações políticas negociais internas, com sensibilização das partes envolvidas e impactadas. Isto é, trabalhar com os parceiros internos de forma clara e objetiva, para a implantação de medidas que apresentem viabilidade de avanços significativos no campo arquivístico digital.

Além disso, foram observadas medidas necessárias para a reconfiguração da gestão de acervos arquivísticos na era digital e, por consequência, a inserção das práticas de preservação digital por instituições de memória, compreendo que:

> A preservação digital permite, por uma abordagem inter e transdisciplinar, uma área convergente com facetas que podem e/ou necessitam abranger do campo da museologia ao campo informacional, da ciência da computação aos estudos históricos, culturais, do patrimônio dentre outros. (Gobira, Portugal & Silva, p. 48, 2024)

As dificuldades para escolha, implantação e adotação de banco de dados, nas instituições museológicas integrantes do IBRAM, são um desafio histórico de décadas. As

oscilações no cenário político nacional, com impacto direto na estrutura de órgãos centralizadores de competências, como a criação e extinção do próprio Ministério da Cultura, com constantes trocas de gestores, descontinuidades nos programas de fomentos, inviabilidade de operacionalização por entraves tanto de recursos financeiros, quanto de aparatos tecnológicos e capital humano não só capacitado, como também constante nas ações, para garantir a continuidade das atividades, refletem diretamente no cenário atual.

Em breve histórico recente, destaca-se o fato de os museus federais, a partir da Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009 (Brasil,2009), estarem subordinados à autarquia IBRAM, pertencente ao MINC. Só nos últimos 15 anos, durante o tempo de existência do IBRAM, o MINC foi extinto por 2 vezes.

A primeira ocorreu brevemente no governo do presidente Michel Temer, através da medida provisória número 726, de 12 de maio de 2016. A ação gerou efeitos de grande reprovação na sociedade como um todo. Os impactos desta medida contribuíram para forte mobilização popular da sociedade, com recriação do Ministério, em 23 de maio, através da medida provisória número 728, responsável por revogar os dispositivos da legislação publicada anteriormente.

O segundo momento foi resultado de uma política de governo adotada por Jair Bolsonaro, assim que assumiu a presidência. Através da Medida Provisória Nº 870, de 1º de janeiro de 2019, o recém-empossado governante, em primeira ação de gestão, publicou a reorganização do estado brasileiro, com fusões e transformações de ministérios. Portanto, o Ministério da Cultura, durante toda a gestão do referido gestor, passou a existir no formato de secretaria, subordinada como Secretaria Especial de Cultura, dentro do Ministério da Cidadania. Posteriormente, transferiu a Secretaria, através da publicação do Decreto nº 10.107, de 6 de novembro de 2019, para o Ministério do Turismo. Apenas em 2023, com o governo de Luís Inácio da Silva, através do Decreto nº 11.336, de 1º de janeiro de 2023, o MINC volta a funcionar como ministério.

Toda oscilação na trajetória, observadas sobre a própria forma de condução de políticas públicas para a área da cultura, começando por instabilidades na própria forma de hierarquização, impactaram diretamente nas maneiras como as atividades finalísticas se adaptaram para conduzir seus próprios trabalhos. As políticas públicas e os fatores dependentes de uma continuidade de gestão permitem compreender "Os processos de gestão requerem planejamento, diretrizes, execução e avaliação de resultados, e com a cultura se dá o mesmo". (Calabre, 2019, p. 185).

A transitoriedade constante nas gestões complicou as tentativas dos profissionais atuantes nas atividades finalísticas de articularem soluções duradouras, assertivas e contínuas. Um exemplo está no fato de, apesar de os museus federais integrarem o instituto centralizador, os profissionais de arquivos das unidades museológicas, até pouco tempo, não dialogavam. Não por falta de iniciativa, porém, por consequência da própria

forma como a concepção dos órgãos estava estruturada. A partir do momento em que pequenas ações e uniões para um trabalho em rede começaram a acontecer, por iniciativa das próprias pessoas atuantes nas áreas, a informação começou a circular. Ocorreu o fortalecimento e articulações para solução de entraves que se iniciaram nas tratativas para escolha de um banco de dados, o qual deveria ser comum a todos.

PLANO DE APERFEIÇOAMENTO DO ACESSO AOS ACERVOS ARQUIVÍSTICOS

O descompasso entre implantação e avanços no campo de acesso e preservação da memória em ambientes digitais nos museus refletem "Na continuidade de toda conjuntura de aceleração nos processos de uma sociedade analógica para imersão em cenários híbridos ou até mesmo totalmente digitais, assisti-se ao transmutar de metodologias, rotinas de trabalho em diferentes escalas." (Freitas, 2022, p. 166).

Em diálogos realizados, os 3 museus classificados pelo IBRAM como unidades 1 de grau de relevância de gestão, os Museu Nacional de Belas Artes, Museu Histórico Nacional e Museu da República, concluíram estarem no mesmo processo de busca pela implantação do AtoM em suas instituições. Ressalvados os estágios de implantação e uso, todos notaram a necessidade de se fortalecerem para demandar pedidos para a gestão central dos museus federais, na sede do Instituto, em Brasília.

Antes de 2019, as 3 unidades já realizavam estudos individuais para o uso do AtoM. As arquivistas do Museu Nacional de Belas Artes e Museu Histórico Nacional dialogavam e estudavam o sistema desde 2015, após realização de curso de treinamento na instituição FIOCRUZ. No entanto, entraves de aspectos operacionais, tais como a falta de profissionais de TI, maquinário com viabilidade de requisitos técnicos para instalação, entre outras medidas, fizeram os museus citados não conseguirem avançar.

Apenas após um profissional gestor de TI, em Brasília, viabilizar o uso, com a instalação em nuvem, para o Museu Histórico Nacional, as outras unidades museológicas avançaram e conseguiram adentrar também na implantação do AtoM como plataforma de acesso aos arquivos.

> A automação dos documentos arquivísticos através dos sistemas informatizados é um grande avanço em relação à sua produção, acesso, uso, localização, gestão, manifestação, comunicação etc., porém este mesmo sistema que proporciona tais facilidades é normalmente concebido para atender os requisitos estabelecidos pelos gestores dos sistemas, pelos administradores da instituição e pelos profissionais das TICs e quase nunca para atender as demandas arquivísticas e dos profissionais de arquivo, responsáveis pela gestão e preservação dos documentos arquivísticos. (Innarelli, 2015, p.142)

O AtoM (Acess to Memory) é um software desenvolvido desde 2007 pela Artefactual Systems e que utiliza os padrões descritivos internacionais. Funciona em ambiente web através de uma aplicação de código aberto que se destina à descrição de acervos arquivísticos. Inicialmente foi desenvolvido pelo Conselho Internacional de Arquivos (ICA) para facilitar o acesso on-line aos acervos sob guarda das instituições de arquivo e seus acervos dentro de um padrão normativo.

Sua interface amigável juntamente com a capacidade de ser multilíngue, multi--repositório, com uso de padronização altamente eficaz no emprego de normalizações descritivas vigentes como Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística (ISAD-G), Norma internacional de registro de autoridade arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias (ISAAR(CPF)), Norma internacional para descrição de instituições com acervo arquivístico (ISDIAH) e Norma internacional para descrição de funções (ISDF), torna essa uma ferramenta importante e estratégica para uso em instituições de memória.

Os museus federais optaram pela adoção do AtoM em seus acervos permanentes justamente por ser o mais indicado para a manutenção de requisitos normativos descritivos. O fato de estar em constante aperfeiçoamento, utilização por vários órgãos da esfera federal, o que facilita em momentos que seja necessário o pedido de cooperação técnica, além de não precisar do constante emprego de recursos monetários para simples hospedagem, são alguns dos elementos determinantes para esta escolha. Além disso, facilitador na manutenção de padrões. Apesar dos museus do IBRAM serem vinculados numa única administração geral, até então, as unidades trabalhavam isoladamente para solucionar estas questões de acervos. Agora, com o uso do AtoM, os museus federais que começaram a utilizar o software, estão com maior fluidez de comunicação e trabalhando mais em rede. Na forma ideal para integrantes de um mesmo instituto.

O Instituto Brasileiro de Museus, como uma autarquia que agrega em sua estrutura museus federais por todo o país, é um órgão em processo de uso da gestão de acervos arquivísticos permanentes digitais. Os referidos museus que fazem o uso do AtoM como plataforma de acesso estão em vias de amadurecimento de suas bases, em conformidade de linguagens dentro da esfera do instituto. É uma situação na qual denota um órgão com várias unidades, caracterizadas por atributos próprios distintos, em uma estrutura que vincula todos a um único órgão central.

Portanto, a transdisciplinaridade, multiplicidade das unidades vinculadas, dos museus federais subordinados ao instituto, espelham uma realidade com vasto campo a ser explorado no âmbito digital. Logo, "Pensar em ordenação, organização, estabilidade da informação para o acervo institucional com guarda no Arquivo Histórico consiste em ações que permitam ofertar acesso aos dados do passado, atuais e futuros" (Freitas, 2022, p.165).

Enquanto a maioria das instituições se direciona para falar sobre uso de repositórios digitais, preservação digital e avançam numa Web 3.0., os museus federais ainda realizam esforços para avanços já superados por uma grande parcela de outras instituições federais.

Em março de 2024, ocorreu a "4ª Conferência Nacional de Cultura". Uma realização do Ministério da Cultura e correalizada pela Organização de Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura no Brasil (OEI). O evento debateu políticas públicas para a área e definiu ações prioritárias para os eixos temáticos estabelecidos, com aprovação de diretrizes para direcionar um novo Plano Nacional de Cultura (PNC), para nortear as ações da área na próxima década.

O relatório final apresentou os acervos dos arquivos de museus no dito Eixo 3, intitulado "Identidade, Patrimônio e Memória". Entre as propostas votadas para a área, está a de número 5, a qual aprovou:

> Criar e implementar políticas públicas para valorizar e fortalecer a salvaguarda dos bens culturais e de ciência e tecnologia, promover a comunicação e atualizar periodicamente os acervos de arquivos históricos, garantindo o seu acesso público, através de um banco de dados digital unificado e publicações impressas, compostos por acervos dos três níveis da federação. Garantir o fomento aos acervos públicos e privados, por meio de editais e políticas públicas, de modo a promover: (a) a digitalização dos acervos referentes aos patrimônios material, imaterial e natural, garantindo sua preservação; (b) o fomento a ações para proteção e armazenamento de acervos representativos da produção cultural brasileira, tais como: acervos de música, de dança, de arquitetura e urbanismo, arqueológicos, de design, de cinema, de teatro, da moda, do artesanato e cultura popular, das culturas indígenas, da cultura afro-brasileira e outros acervos referentes aos segmentos e manifestações representativos do povo brasileiro. (Conferência Nacional de Cultura, 2024, p. 68)

Embora exista esta movimentação no panorama de políticas públicas para a cultura, o cenário atual apresenta notícias sobre dificuldades enfrentadas nos órgãos públicos. Notícias sobre dificuldades orçamentárias, impasses na gestão de pessoal remontam aos apontamentos realizados aos problemas constatados na trajetória da existência do ministério, desde a sua criação em 1985.

A reconstrução e a conquista de respeitabilidade da área cultural, vista por muitas esferas da alta gestão, como algo de menor importância, por não ser em princípio um serviço declarado como essencial ou como fonte de arrecadação direta, é algo a ser modificado. Uma nação sem memória e cultura está fadada a repetir erros do passado e as próprias ações constantes nos arquivos de órgãos culturais subordinados ao MINC

nos espelham um pouco sobre medidas que devem passar por outras formas de tratar assuntos pertinentes às práticas aplicadas na área.

PERCURSOS METODOLÓGICOS

Para expor desafios enfrentados por arquivos históricos do IBRAM com vistas no avanço da digitalização e preservação digital no setor museal, trata-se de um estudo de natureza aplicada, por se propor esclarecer e soluções objetivas para a preservação digital e acesso aos acervos arquivísticos. (Lakatos e Marconi, 2017)

O processo investigativo ocorreu por pesquisa bibliográfica e documental, como procedimentos técnicos, em diferentes fontes de acesso aberto no cenário nacional e global, por publicações científicas da área de Arquivologia e Acervos de Arte em banco de dados das instituições apontadas, sites de instituições culturais do Governo Brasileiro, como Ministério da Cultura, IBRAM, Ibict, Fiocruz, USP, entre outros.

Para tratamento dos dados coletados realizou-se uma análise com abordagem qualitativa, segundo Minayo (2012, p.21), que "[..] trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes", a partir da leitura de legislações sobre acervos digitais, publicadas pelo Arquivo Nacional, não apenas identificando os entraves existentes, mas oferecendo uma análise detalhada sobre a implementação de plataformas digitais, como o AtoM, e a importância de uma infraestrutura tecnológica.

RESULTADOS DE PESQUISA

O IBRAM, como autarquia que integra museus federais por todo o país, enfrenta o desafio de amadurecer suas bases digitais, harmonizando as iniciativas dentro da instituição. A transdisciplinaridade e a multiplicidade das unidades vinculadas refletem uma realidade complexa, que exige ações coordenadas para garantir a organização, estabilidade e acessibilidade das informações arquivísticas. Conforme Freitas (2022), é essencial pensar em estratégias que permitam oferecer acesso consistente agora e no futuro.

Com as diretrizes da Conferência Nacional de Cultura e as recomendações de Freitas (2022), o compromisso com a digitalização e a preservação digital dos acervos torna-se um imperativo. Esse compromisso exige não apenas políticas consistentes, mas também a continuidade das ações a longo prazo, garantindo que as unidades museológicas possam evoluir de forma coesa e integrada no cenário digital pós-pandemia.

Nesse sentido, é imperativo ter a continuidade nas ações para a construção de um AtoM estável, acessível e difundido para todos os interessados nestes tipos de acervos. Por consequência, promover a implantação de repositório digital RDC-Arq confiável. Garantir que a movimentação das equipes envolvidas com o foco de implantação, para

utilização do Archivematica, ocorra com estabilidade. Apenas desta forma, as próximas gerações poderão ser contempladas com o legado informacional produzido e preservado de tempos remotos e atuais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo destaca a importância da implementação de plataformas digitais e da preservação digital nos museus brasileiros, focando no IBRAM. A pesquisa evidencia desafios enfrentados pelas unidades museológicas, como o Museu Nacional de Belas Artes, na adoção e uso de sistemas como o AtoM. Os resultados indicam que, apesar das adversidades, os museus federais começam a amadurecer suas práticas.

A proposta de criar um banco de dados digital com padrão unificado, fomentar a digitalização dos acervos e promover ações de proteção e armazenamento são passos essenciais para consolidar o acesso público e a preservação do patrimônio cultural brasileiro. Ademais, o fortalecimento das unidades museológicas por meio do trabalho em rede e a busca pela implementação da preservação digital são fundamentais para superar as barreiras impostas pela transitoriedade das políticas culturais.

Portanto, este estudo não apenas mapeia os entraves existentes, mas também oferece uma visão estratégica para o futuro de acervos arquivísticos em instituições museológicas. Espera-se que os museus federais possam avançar de forma coesa e integrada, garantindo a preservação e o acesso ao patrimônio cultural brasileiro na era digital.

REFERÊNCIAS

ACCESS TO MEMORY. *AtoM: Open Source Archival Description Software*. (n.d.). Disponível em: https://www.accesstomemory.org/pt-br/. Acesso em: 10 ago. 2024.

BRASIL. **Ações e programas**. Disponível em: https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas-1. Acesso em: 02 jun. 2024.

BRASIL. (2021c). **Lei nº 14.129, de 29 de março de 2021.** Dispõe sobre princípios, regras e instrumentos para o Governo Digital e para o aumento da eficiência pública e altera a Lei nº 1857.116, de 29 de agosto de 1983, a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), a Lei nº 12.682, de 9 de julho de 2012, e a Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14129.htm. Acesso em: 03 jul. 2024.

BRASIL. **Política de Preservação Digital Arquivo Nacional Dezembro -2016 versão 2**. [s.l: s.n.]. Disponível em: https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas-1/Politica_Preservacao_Digital_v2.pdf. Acesso em: 07 jul. 2024.

CALABRE, Lia. **Escritos sobre Políticas Culturais**. Rio de Janeiro: FCRB/MinC, 2019.

FIGUEIREDO, Rejane Maria da Costa *et al.* **Governo Digital Brasileiro:** Relatório Técnico. Ministério da Economia. Projeto de Cooperação "Projeto de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação para a Automação de Serviços Públicos no âmbito da Jornada da Transformaçaão dos Sérviços". Information Technology – Research and Application Center (ITRAC)

e Universidade Federal de Brasília, 2019. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/34787/3/RELATORIO_GovernoDigitalBrasileiro.pdf. Acesso em: 05 mar. 2024.

FLORES, Estefania. **Tic's 2 Web 1.0, 2.0, 3.0, 4.0.** Universidad Tecnica de Ambato, Facultad de Jurisprudencia y Ciencias Sociales, Segundo de Trabajo Social, 2017. Disponível em: https://pt.slideshare.net/steffynflores5/web-10-203040-82669547?from_action=save. Acesso em: 04 abr. 2024.

FREITAS, Thaís Rodrigues de. **Proposta de arranjo e descrição de documentos arquivísticos no Museu Nacional de Belas Artes**. Dissertação (Mestrado em Gestão de Documentos e Arquivos.) – Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. – 2022.

FUNDAÇÃO NACIONAL DAS ARTES. Rio de Janeiro. **Notícias.** Disponível em: https://www.funarte.gov.br/. Acesso em: 08 abr. 2024.

GOBIRA, Pablo, PORTUGAL, Priscila Rezende e SILVA, Emanuelle de Oliveira. Preservação digital em museus e acervos artísticos In: **Temas de pesquisa em preservação digital**. Organizadores: ARELANO, Miguel Ángel Márdero [et al.]. 2024. p. 56 – 82. — Brasília, DF. Disponíel em: https://omp-editora.prd.ibict.br/index.php/edibict/catalog/download/339/376/2178?inline=1. Acesso em: 13 jun 2024.

GOVERNO DO BRASIL. **Painel de monitoramento de serviços federais**. Disponível em: https://painelservicos.servicos.gov.br/. Acesso em: 05 ago. 2024.

HOLLÓS, Adriana Cox. **Entre o passado e o futuro:** os limites e as possibilidades da preservação documental no Arquivo Nacional do Brasil. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: http://eprints.rclis.org/17025/1/disserta%C3%A7%C3%A3o%20Adriana%20Holl%C3%B3s.pdf. Acesso em: 25 mar. 2024.

INNARELLI, Humberto Celeste. **Gestão da preservação de documentos arquivísticos digitais**: proposta de um modelo conceitual. 2015. Tese (Doutorado em Cultura e Informação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. doi:10.11606/T.27.2015.tde-27052015-101628. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-27052015-101628/pt-br.php. Acesso em: 10 jun 2024.

LAKATOS, Eva M.; MARCONI, Marina D. A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 8ª. ed. São Paulo/SP: Atlas S.A., 2017. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7237618/mod_resource/content/1/Marina%20Marconi%2C%20Eva%20Lakatos_Fundamentos%20de%20metodologia%20cient%C3%ADfica.pdf. Acesso em: 11 jan. 2024.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 621-626, Mar. 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csc/a/39YW8sMQhNzG5NmpGBtNMFf/. Acesso em: 24 jul. 2024.

MINISTÉRIO DA CULTURA (MINC). **Relatório Final. 4ª Conferência Nacional de Cultura**. Brasília. 2024. Disponível em: https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/4a-conferencia-nacional-de-cultura-1/bannersedocumentos/4cnc-documento-final-20240524-1.pdf. Acesso em: 11 jun. 2024.

MUSEU NACIONAL DE BELAS ARTES (MNBA). **Plano Museológico: 2016-2020**. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: https://antigo.museus.gov.br/wp-content/uploads/2021/03/Plano-Museologico-MNBA.pdf Acesso em: 20 fev. 2024.

ELABORAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE GESTÃO DOCUMENTAL: RELATO DE EXPERIÊNCIA DO ARQUIVO PÚBLICO E HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE RIO CLARO

DEVELOPMENT OF DOCUMENT MANAGEMENT INSTRUMENTS: EXPERIENCE REPORT FROM THE ARQUIVO PÚBLICO E HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE RIO CLARO

Ednaldo A. R. da Mata
Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro

Monica Cristina Brunini Frandi Ferreira
Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro

Resumo

Este texto, pautado nos princípios de gestão documental, tem como objetivo apresentar o relato de experiência do trabalho coordenado pelo Arquivo Público e Histórico de Rio Claro (APHRC) na formação de uma comissão intersecretarial e a criação de Planos de Classificação (PC) e Tabelas de Temporalidade de Documentos (TTD) na administração pública municipal. Para tanto, foram descritas, com base em observação e análise documental de relatórios mensais de atividades desenvolvidas pela coordenadoria de arquivo intermediário, as etapas de composição e criação de PC e TTD. Os resultados foram analisados qualitativamente a partir da análise de conteúdo balizada pelos aspectos que compreenderam o processo de criação da comissão e dos seus instrumentos de gestão documental (PC e TTD). Os resultados indicaram que, no processo de criação de Planos de Classificação e Tabelas de Temporalidade de Documentos no contexto abordado, as orientações e capacitações coordenadas pelo APHRC potencializaram a atuação da CADA e a implementação das políticas arquivísticas de gestão documental no município.

Palavras-Chave: Arquivos municipais;Gestão de documentos; Comissão de Avaliação de Documentos e Acesso; Tabela de Temporalidade de Documentos.

Abstract

This text, based on the principles of document management, aims to present the experience report of the work coordinated by the Public and Historical Archive of Rio Claro (APHRC) in the formation of an intersecretariat commission and the creation of Classification Plans (PC) and Tables Temporality of Documents (TTD) in municipal public administration. To this end, based on observation and documentary analysis of monthly activity reports carried out by the intermediate file coordinator, the stages of composition and creation of PC and TTD were described. The results were analyzed qualitatively based on content analysis based on the aspects that comprised the process of creating the commission and its document management instruments (PC and TTD). The results indicated that, in the process of creating Classification Plans and Document Temporality Tables in the context addressed, the guidelines and training coordinated by the APHRC enhanced the performance of CADA and the implementation of archival policies for records management in the municipality.

Keywords: Municipal archives; Records management; Document Evaluation and Access Committee; Records schedule.

INTRODUÇÃO

O relato de experiência é compreendido como forma de registro de uma atividade, de maneira a compartilhar conhecimentos adquiridos por meio das vivências, contribuindo para novas discussões e para o aperfeiçoamento de práticas e técnicas (Mussi; Flores; Almeida, 2021).

Dessa forma, o objetivo do presente trabalho é apresentar um relato de experiência que consistiu na elaboração de Planos de Classificação (PC) e de Tabelas de Temporalidade de Documentos (TTD), como instrumentos para a gestão documental e requisitos para o processo de implantação de sistema informatizado de gestão de documentos arquivísticos. Esse processo, iniciado no ano de 2017, e, ainda em andamento, está sendo coordenado pelo Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro (APHRC) por meio da Coordenadoria de Arquivo Intermediário. Criado no ano de 1979, o APHRC, até recentemente, não havia realizado avaliações e eliminações de documentos produzidos

e acumulados pelo poder público em Rio Claro, embora desde 1984, houvesse uma lei municipal regulamentadora dessa ação.

A Lei Municipal nº 1.883 de 29 de março de 1984, criada no contexto histórico da época de maneira pioneira, instituiu o Sistema Municipal de Arquivos e definiu as atribuições do Arquivo Intermediário. Dentre as atribuições, consta em seu texto a elaboração de "planos de destinação de documentos e tabelas de temporalidade, que deverão ser submetidas à Comissão de Análise de Documentos de Arquivo", formada por equipe multidisciplinar (Rio Claro, SP, 1984). Porém, os trabalhos para este fim não foram iniciados e, consequentemente, nenhum instrumento de gestão documental foi produzido no período de 1984 a 2017.

Os instrumentos de gestão documental, quando elaborados por equipe envolvida diretamente com a produção dos documentos, são essenciais para racionalização dos processos de gestão documental, conferindo agilidade na recuperação das informações e assegurando, de maneira legal, uma eliminação cuidadosa dos documentos que já cumpriram sua função administrativa e probatória (Bernardes e Delatorre, 2008, p. 6).

Além disso, os manuais arquivísticos apontam que os PCs e TTDs são fundamentais para a gestão de documentos, físicos, híbridos e digitais, nos quais os documentos já são registrados, capturados ou produzidos, classificados e avaliados, com os devidos códigos de classificação, e a definição de prazos de guarda e destinação (Brasil,2022, p. 39; São Paulo, 2023, p. 35).

Assim, tomando como base, os manuais e roteiros elaborados pelo Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP), cuja função é auxiliar órgãos públicos no desenvolvimento e na implantação de sistemas de gestão documental, descrevemos no presente trabalho a experiência do APHRC na constituição da Comissão de Avaliação de Documentos e Acesso (CADA), bem como na elaboração de PC e de TTD das unidades do poder executivo municipal. Para tanto apresentaremos nos tópicos seguintes aspectos da metodologia adotada para alcance do objetivo pretendido e em seguida, os resultados obtidos com a pesquisa realizada, bem como a discussão desses dados com a literatura da área.

METODOLOGIA

Este trabalho, de natureza qualitativa do tipo descritivo, relata a experiência do processo de composição e atuação de uma CADA, coordenada pelo Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro na elaboração de PCs e TTDs das atividades-meio e fim da Administração Pública Municipal. Os materiais, métodos, bem como os procedimentos metodológicos serão descritos nos subtópicos abaixo, conforme adaptado de Mussi, Flores e Almeida (2021):

1. Período temporal: 01/2017 a 05/2024.

2. Descrição do local: Prefeitura Municipal de Rio Claro, estado de São Paulo.

3. Caracterização da atividade realizada: durante o processo foi realizado pela Coordenadoria de Arquivo Intermediário do APHRC estudo teórico acerca da temática gestão documental para sistematização dos trabalhos a serem realizados; elaboração de um projeto de trabalho com os passos necessários para a criação da comissão e, posteriormente, os PCs e TTDs; articulação para a formação da comissão com representantes de todas as 18 secretarias municipais; construção de um projeto de capacitação voltada aos participantes da comissão; realização da capacitação; realização de reuniões individuais por secretaria para entrevistas; e aplicação de formulários para o levantamento da produção documental.

4. Participantes: 22 membros da CADA com seus devidos suplentes, incluindo o autor que atua como coordenador da CADA.

5. Recursos: foram utilizados notebook e projetor multimídia na formação e nas reuniões, além de formulários impressos para as entrevistas.

6. Instrumentos de coleta de dados: observação e análise documental de relatórios mensais de atividades desenvolvidas pela Coordenadoria de Arquivo Intermediário.

7. Critérios de análise: análise de conteúdo tendo como base os aspectos que compuseram o processo de criação da comissão, bem como, da elaboração dos PCs e TTDs.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Diante da necessidade de desenvolver e de implementar uma política municipal de arquivos na Administração Pública Municipal, e de atender às exigências de novas demandas referentes à modernização da administração pública, a Lei Complementar Municipal nº 132 de 23 de maio de 2018, estabeleceu a reorganização administrativa do APHRC.

Neste momento, foram criadas três coordenadorias – de Arquivo Permanente, de Arquivo Intermediário e de Difusão do Acervo – ocupadas por servidores públicos, em função de confiança, com atribuições específicas objetivando o fortalecimento do Sistema de Arquivos do Município de Rio Claro (SIARC).

Como atribuição da Coordenadoria de Arquivo Intermediário, os trabalhos para implementação da gestão documental em Rio Claro foram iniciados com reuniões para sensibilização e mobilização dos agentes públicos, no caso, o Prefeito e os secretários de todas as pastas da administração municipal, bem como para orientação dos servidores públicos produtores de documentos nas rotinas da Prefeitura, com o objetivo de explanar sobre a importância da gestão documental e da elaboração de seus instrumentos, como os PCs e as TTDs.

Nesses encontros também foi ressaltada a necessidade da criação de uma comissão de trabalho, prevista na supracitada Lei, que deveria ser composta por servidores públicos representantes de todas as secretarias, autarquias e fundações vinculadas ao executivo municipal, bem como a importância dos os PCs e as TTDs para a contratação de serviços ou para a criação de sistemas informatizados para a gestão de documentos, em base arquivística.

Pelo porte e pela estrutura organizacional da Prefeitura de Rio Claro, optou-se por constituir uma única CADA, coordenada pelo APHRC. Essa comissão foi regulamentada pelo Decreto municipal nº 11.464/2019 que definiu que a sua composição contemplaria dois representantes de cada uma das dezoito unidades da administração municipal, direta e indireta. Duas secretarias que haviam se fundido na reforma administrativa do ano 2017 solicitaram mais dois representantes adicionais.

Devido ao volume de documentos produzidos e a estrutura organizacional, os representantes da CADA da Fundação Municipal de Saúde solicitaram a criação de uma subcomissão, com representantes dos diversos setores produtores de documentos, com o intuito de facilitar as orientações e as práticas de gestão documental naquela unidade.

Após a nomeação dos membros da CADA em portaria no Diário Oficial do Município, a equipe do APHRC, formada por dois analistas de gestão documental, com formação em arquivologia, auxiliados por um estagiário, iniciou os treinamentos, com orientações sobre a produção documental, a preservação dos suportes e a legislação arquivística relacionada à gestão documental.

Nessas reuniões de trabalho foram compartilhados conceitos básicos da arquivologia, como a "Teoria das três idades", os princípios arquivísticos e os principais instrumentos da gestão documental. Também foi ressaltado que a eliminação de documentos públicos sem critérios pode causar sérios prejuízos à administração, além de constituir sanção grave prevista no Código Penal.

A metodologia adotada para a elaboração dos PCs e das TTDs foi pautada pelo "Manual de Elaboração de Planos de Classificação e Tabelas de Temporalidade de Documentos da Administração Pública do Estado de São Paulo: Atividades-Fim", do ano de 2008, bem como pelo "Roteiro Para Elaboração de Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade de Documentos das Atividades-Fim", de 2018, ambos elaborados e publicados pelo APESP.

Embora concebidos para a administração pública estadual, concorda-se que esses referenciais podem ser adaptados e aplicados em órgãos de qualquer esfera da administração pública, com as devidas adaptações, tendo ambos a qualidade de seguirem o modelo funcional. Esse modelo, ainda que, para alguns, seja considerado mais complexo, atende satisfatoriamente os quesitos da arquivística e é entendido como mais adequado frente às constantes alterações e reformas administrativas comuns ao poder executivo (Gonçalves, 1998). superior do formulário

Seguindo esses referenciais, a coordenação da CADA solicitou aos seus membros o levantamento da estrutura administrativa e da legislação definidora das atribuições de seus órgãos, objetivando a confecção de planilhas com as unidades produtoras de documentos. Além disso, requereu-se que, posteriormente a esta etapa, fosse realizada a identificação dos documentos produzidos em cada unidade e que esses documentos fossem relacionados na "Ficha de Identificação e de Avaliação de Documentos", conforme modelo definido no roteiro do APESP.

No desempenho das atividades propostas, os membros da CADA relataram algumas dificuldades, dentre elas: sobrecarga de funções; problemas para identificação da legislação com as atribuições de cada órgão, visto as constantes reformas administrativas; ausência de decretos regulamentadores ou existência de decretos mais antigos e que não estavam indexados no repositório eletrônico da Prefeitura Municipal de Rio Claro, e por fim, dificuldade no preenchimento da "Ficha de Identificação e de Avaliação de Documentos" produzidos e acumulados em cada uma das unidades da administração municipal.

Ademais, foram identificados pela coordenação da CADA, conforme registros dos relatórios analisados, outros fatores que podem ter dificultado a implementação da gestão documental no município em questão, como a constante rotatividade de membros das unidades da administração municipal, devido ao remanejamento de funcionários entre os próprios órgãos, bem como a indicação de servidores comissionados, sem vínculo com a administração municipal, apesar de o decreto municipal que institui a CADA recomendar que seus membros sejam servidores efetivos.

Destaca-se que, no ano de 2021 houve a mudança do chefe do executivo municipal, o que acarretou em novas indicações para composição da CADA e, muitas vezes, a necessidade de novos treinamentos, individualizado, aos membros recém incorporados à equipe.

Para dar prosseguimento ao projeto e levando em consideração a reduzida equipe do APHRC, optou-se por utilizar como "projeto piloto" a Secretaria de Agricultura, por ser uma unidade com estrutura mais simplificada, possuir legislação atualizada e pelo engajamento de seus membros com os trabalhos. Assim, um quadro com a legislação e atribuições dos departamentos foi elaborado para a identificação de suas funções e foram agendadas entrevistas individuais com os dirigentes e com os servidores da pasta para identificação dos documentos.

A etapa seguinte consistiu em entrevistas com os servidores da supracitada Secretaria para a aplicação da "Ficha de Identificação e de Avaliação de Documentos". As informações foram preenchidas pelos servidores do APHRC e os funcionários entrevistados indicavam quais documentos eram produzidos no exercício de suas atividades, sugerindo prazos de guarda com embasamento legal para determinar a destinação final, ou seja, a eliminação ou a preservação dos documentos.

Nos casos em que os funcionários entrevistados não souberam indicar a referência legal para fundamentar a destinação, foi necessária a realização de pesquisas na legislação pertinente e em outras TTDs publicadas e aplicadas, bem como no "Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade de Documentos para as Administrações Públicas Municipais", do ano de 2007 (Olivera), e na "TTD-fim da Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo", publicada em 2017.

De maneira complementar, realizou-se o levantamento de documentos referentes à Secretaria Municipal de Agricultura no sistema informatizado de protocolos da Prefeitura, filtrando os processos por órgão produtor. Com este trabalho, foi possível identificar os tipos documentais referentes aos atendimentos aos cidadãos e alguns processos administrativos internos, bem como, a falta de padronização e de critérios para a criação de tipos documentais pela secretaria, devido à ausência de instrumentos de gestão no Município, como o PC e a TTD específicos.

Após a redação de minuta do PC, da TTD e do seu índice, foram realizadas quatro reuniões para homologação dos itens com os entrevistados e representantes da CADA da Secretaria Municipal de Agricultura, na qual foram efetuados alguns ajustes em nomenclaturas de tipos documentais e de prazos de guarda.

Na sequência, a coordenação da CADA elaborou minuta de decreto utilizando o "Modelo de ato que publica o Plano de Classificação e a Tabela de Temporalidade de Documentos das atividades-fim", conforme orientação do APESP, em 2018 e, com a anuência do Secretário Municipal de Agricultura a referida minuta foi enviada para análise jurídica.

A Secretaria Municipal de Negócios Jurídicos aprovou o texto e autorizou a publicação do Decreto Municipal nº 11.574/2019, que dispõe sobre a aprovação do "Plano de Classificação de Documentos e Tabela de Temporalidade de Documentos das

Atividades-Fim da Secretaria Municipal da Agricultura, Abastecimento, Silvicultura e Manutenção", no Diário Oficial do Município.

Seguindo o mesmo percurso descrito, foram elaboradas ainda a TTD-fim da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (Decreto Municipal nº 11.699/2019) e do Departamento de Mobilidade Urbana e Sistema Viário da Secretaria de Segurança, Mobilidade Urbana e Defesa Civil (Decreto nº 11.939/2020) e outras cinco unidades tiveram os trabalhos iniciados. Elaboradas de forma concomitante, cada TTD-fim levou em média doze meses para ser produzida, desde as reuniões iniciais com os servidores, até a sua publicação no Diário Oficial do Município de Rio Claro.

No final do ano de 2021, o APESP publicou os modelos de "Plano de Classificação de Documentos das Atividades-Fim e Atividades-Meio do Poder Executivo Municipal" e este documento passou a ser utilizado pela CADA como referência para as entrevistas, o que facilitou a identificação de documentos produzidos, a padronização dos tipos documentais, a definição dos prazos de guarda e da destinação final dos documentos.

Nos meses subsequentes foi possível a conclusão e a publicação da TTD-Fim do Departamento de Assistência Farmacêutica, da Fundação Municipal de Saúde de Rio Claro; da Secretaria Municipal de Compras; da Secretaria Municipal de Esportes, e da Secretaria Municipal de Cultura, e outros instrumentos estão em processo de homologação, como as TTDs da Secretaria Municipal de Segurança Pública e Defesa Civil; da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social; da Secretaria Municipal de Educação, e da Secretaria Municipal de Obras.

Ademais, cinco secretarias estão em processo de elaboração da TTD atividades-meio: a Secretaria Municipal de Administração; a Secretaria Municipal de Justiça; a Secretaria Municipal de Comunicação, e a Secretaria Municipal de Finanças.

Por fim, referente à aplicação dos conceitos arquivísticos, os membros da CADA conseguiram elaborar ou levantar subsídios para a construção das respectivas TTDs, o que indica um bom nível de apropriação do conhecimento compartilhado nas ações de orientação e capacitação. De acordo com as recomendações do Guia Técnico de Transparência Municipal (São Paulo, 2019), para a TTD ser eficiente faz-se necessário, além do comprometimento de quem está envolvido na sua elaboração, o conhecimento acerca de conceitos e técnicas arquivísticas básicas e uma contínua atualização e capacitação profissional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se afirmar que o objetivo foi alcançado à medida que os PCs e TTDs foram concluídos e as práticas de gestão documental no município de Rio Claro, implementadas sob a coordenação do APHRC, foram difundidas junto à CADA e às demais repartições públicas municipais.

Sabe-se que são necessários estudos mais detalhados para avaliar qualitativamente os resultados da aplicação das metodologias adotadas, contudo, pode-se inferir que, apesar dos desafios, as orientações e capacitações coordenadas pelo APHRC demonstraram eficácia ao viabilizar a atuação constante da CADA e a implementação das políticas arquivísticas de gestão documental, com a elaboração, compartilhada, de seus instrumentos efetivos.

Por fim, espera-se que a implantação de PCs e TTDs das unidades da Prefeitura Municipal de Rio Claro possibilite, dentre outras coisas, a padronização e produção racional dos tipos documentais nas unidades da administração municipal, principalmente no setor de protocolo.

Conclui-se que, até o presente momento, o trabalho de gestão documental descrito neste artigo, tem se mostrado essencial para a definição de uma política sistêmica para a avaliação documental contínua, o que consequentemente, irá impactar na otimização dos espaços de guarda, seja em meio físico ou digital, bem como na preservação dos documentos de valor comprobatório e histórico, e na celeridade e eficiência do desempenho do serviço público.

REFERÊNCIAS

BERNARDES, Ieda Pimenta; DELATORRE, Hilda. **Gestão Documental Aplicada**. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2008. Disponível em: https://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/publicacoes/livros/gestao_documental_aplicada.pdf. Acesso em: 07 jun 2024.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. **E-ARQ BRASIL**: modelo de requisitos para sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2022. Disponível em: https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/EARQV203MAI2022.pdf. Acesso em: 07 jun 2024.

GONÇALVES, Janice. **Como classificar e ordenar documentos de arquivo**. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 1998. (Projeto como fazer, v. 2). Disponível em: https://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/publicacoes/livros/como_classificar_e_ordenar_documentos_de_arquivo.pdf. Acesso em: Acesso em: 07 jun. 2024.

MUSSI, R. F. de F.; FLORES, F. F.; ALMEIDA, C. B. de. **Pressupostos para a elaboração de relato de experiência como conhecimento científico**. Práxis Educacional, Vitória da Conquista, v. 17, n. 48, p. 60-77, 2021. DOI: 10.22481/praxisedu.v17i48.9010. Disponível em: https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/9010. Acesso em: 07 jun 2024.

OLIVEIRA, Daise Apparecida. **Planos de Classificação e Tabelas de Temporalidade de Documentos para as administrações públicas municipais**. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2007.

RIO CLARO (SP). **Decreto Municipal nº 11.574, de 05 de setembro de 2019**. Dispõe sobre a aprovação do Plano de Classificação de Documentos e Tabela de Temporalidade de Documentos das Atividades-Fim da Secretaria Municipal da Agricultura, Abastecimento, Silvicultura e Manutenção: Prefeitura Municipal de Rio Claro, 2019. Disponível em:

https://rioclaro.sp.gov.br/wp-content/themes/prefeitura-rio-claro/assets/pdf/diario-oficial/2019/09/20190920_1009.pdf. Acesso em: 07 jun 2024.

RIO CLARO (SP). **Decreto Municipal nº 11.699, de 05 de setembro de 2019**. Dispõe sobre a aprovação do Plano de Classificação de Documentos e Tabela de Temporalidade de Documentos das Atividades-Fim da Secretaria Municipal de Meio Ambiente: Prefeitura Municipal de Rio Claro, 2019. Disponível em: https://rioclaro.sp.gov.br/wp-content/themes/prefeitura-rio-claro/assets/pdf/diario-ficial/2019/12/20191227_1044.pdf. Acesso em: 07 jun 2024.

RIO CLARO (SP). **Decreto Municipal nº 11.939, de 17 de setembro de 2020**.Dispõe sobre a aprovação do Plano de Classificação de Documentos e Tabela de Temporalidade de Documentos das Atividades-Fim da Secretaria Municipal da Segurança, Defesa Civil, Mobilidade Urbana e Sistema Viário: Prefeitura Municipal de Rio Claro, 2019. Disponível em: https://rioclaro.sp.gov.br/wp-content/themes/prefeitura-rio-claro/assets/pdf/diario-oficial/2020/09/20200925_1153.pdf. Acesso em: 07 jun 2024.

RIO CLARO (SP). **Lei Complementar Municipal nº 132, de 23 de maio de 2018**. Reorganiza o Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro, "Oscar de Arruda Penteado", e dá outras providências correlatas: Prefeitura Municipal de Rio Claro, 2018. Disponível em: https://www.rioclaro.cespro.com.br/visualizarDiploma.php?cdMunicipio=9320&cdDiploma=20180132&NroLei=132&Word=132&Word2=. Acesso em: 07 jun 2024.

RIO CLARO (SP). **Lei nº 1.883, de 19 de dezembro de 1983**. Dispõe sobre o patrimônio arquivístico de Rio Claro e institui o Sistema Municipal de Arquivos. Rio Claro: Prefeitura Municipal de Rio Claro, 1983. Disponível em: https://www.rioclaro.cespro.com.br/visualizarDiploma.php?cdMunicipio=9320&cdDiploma=19841883&NroLei=1.883&Word=1883&Word2=. Acesso em: 07 jun 2024.

SÃO PAULO. Arquivo Público do Estado de São Paulo.**Guia técnico de transparência municipal**. Arquivo Público do Estado de São Paulo, Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, São Paulo: APESP; TCESP, 2018. Disponível em:https://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/publicacoes/livros/guia_tecnico_de_transparencia_municipal.pdf. Acesso em: 07 jun 2024.

SÃO PAULO. Arquivo Público do Estado de São Paulo. **Implantação da gestão documental nos municípios**: cartilha. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2018. Disponível em: https://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/publicacoes/livros/cartilha_implantacao_gestao_documental_municipios.pdf. Acesso em: 07 jun 2024.

SÃO PAULO. Arquivo Público do Estado de São Paulo. **Plano de Classificação de Documentos das Atividades-Fim e Atividades-Meio do Poder Executivo Municipal**. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2023. Disponível em: https://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/publicacoes/livros/plano_de_classificacao_e_ttd_para_administracao_publica_municipal_da_atividade_meio_e_fim.pdf. Acesso em: 07 jun 2024.

SÃO PAULO. Arquivo Público do Estado de São Paulo. **Roteiro Para Elaboração de Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade de Documentos das Atividades-Fim**. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2018. Disponível em: https://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/publicacoes/livros/roteiro_para_elaboracao_de_plano_de_classificacao_e_ttdaf.pdf. Acesso em: 07 jun 2024.

SÃO PAULO. Ieda Pimenta Bernardes. Arquivo Público do Estado de São Paulo. **Manual de elaboração de planos de classificação e tabelas de temporalidade de documentos da administração pública do Estado de São Paulo**: atividades-fim. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2008. Disponível em: https://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/publicacoes/livros/manual_de_elaboracao_de_planos_de_classificacao_e_tabelas_de_temporalidade_de_documentos_da_administracao_publica_do_estado_de_sao_paulo__atividades_fim.pdf. Acesso em: 07 jun 2024.

SÃO PAULO. **Resolução SAA - 19, de 27 de abril de 2017**. Fica homologada a tabela de temporalidade de documentos das atividades-fim da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, anexa a esta resolução, nos termos do artigo 9º do Decreto 29.838/89: Governo do Estado de São Paulo, 2017. https://www.defesa.agricultura.sp.gov.br/legislacoes/resolucao-saa-19-de-27-04-2017,1292.html.Acesso em: 07 jun 2024.

A RELEVÂNCIA DO DIAGNÓSTICO ARQUIVÍSTICO NO CENÁRIO DA TRANSFORMAÇÃO DIGITAL DO ACERVO ACADÊMICO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS: UMA PERSPECTIVA A PARTIR DA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

THE RELEVANCE OF ARCHIVAL DIAGNOSTICS IN THE DIGITAL TRANSFORMATION OF ACADEMIC COLLECTIONS AT FEDERAL UNIVERSITIES: A PERSPECTIVE FROM THE LITERATURE REVIEW

Maria Abdilene Correia
Universidade Federal de Sergipe

Luciana Marques da Silva
Universidade Federal de Sergipe

Resumo

A transformação digital do acervo acadêmico faz parte do contexto atual das universidades federais, tendo sua obrigatoriedade a partir da publicação das Portarias n.º 315/2018 e n.º 360/2022 do Ministério da Educação (MEC). Essa pesquisa se apresentou como de caráter exploratório, utilizando a pesquisa bibliográfica como meio para coleta e análise de dados, estabelecendo como objetivo compreender a significância do diagnóstico no processo de transformação digital do acervo acadêmico das universidades. Conclui-se que esta é uma temática ainda pouco explorada, sendo assim, campo fértil para novos estudos.

Palavras-Chave: Diagnóstico arquivístico; Transformação digital; Acervo acadêmico.

Abstract

The digital transformation of the academic collection is part of the current context of federal universities, becoming mandatory after the publication of Ordinances No. 315/2018 and No. 360/2022 of the Ministry of Education (MEC). This research presented itself as exploratory in nature, using bibliographical research as a means of collecting and analyzing data, establishing the objective of understanding the significance of the diagnosis in the process of digital transformation of universities' academic collections. It is concluded that this is a topic that is still little explored and is therefore a fertile field for new studies.

Keywords: Archival diagnosis; Digital transformation; Academic collection.

INTRODUÇÃO

A transformação digital caracteriza-se pelo processo de mudança que as organizações estão experimentando, não apenas aquelas ligadas ao setor privado, mas também as instituições públicas, a exemplo das universidades federais. Este cenário ganhou grande ênfase com a publicação da Portaria n.º 315/2018/MEC, precedida pela 360/2022/MEC onde consta a obrigatoriedade das universidades realizarem a conversão dos seu acervo físico para o formato digital e estabelece prazo para que essa ação ocorra, respectivamente.

A partir disso, cresceu a preocupação dos profissionais arquivistas que atuam nas universidades federais: de que forma se dará essa transformação do acervo acadêmico? quais recursos serão disponibilizados para que tal processo atenda aos requisitos mínimos para salvaguardar a informação registrada? E quais as atitudes serão necessárias para que a transformação digital ocorra de forma apropriada à realidade de cada instituição?

Reiterando tal inquietação, Flores (2022) afirma que a transformação digital é cada vez mais desafiadora para os Arquivos, profissionais que atuam nessas unidades de informação e às documentações por estar ocorrendo de maneira "compulsória", do ambiente interno para o externo sem aplicação inicial de um diagnóstico para determinação da metodologia a ser utilizada, bem como a definição da trajetória de transformação que reflitam as peculiaridades da entidade custodiadora.

Com fundamento nos informes acima, se estabeleceu como objetivo compreender a significância do diagnóstico arquivístico no processo de transformação digital do acervo acadêmico das universidades utilizando-se da revisão bibliográfica para obtenção de resultados.

TRANSFORMAÇÃO DIGITAL E DIAGNÓSTICO ARQUIVÍSTICO

A transformação digital do acervo acadêmico das universidades federais atinge seu ápice a partir da publicação da Portaria n.º 315/2015/MEC, que determina, em seu artigo 45, a conversão para o meio digital dos documentos físicos que o compõem. Além disso, a ação deve ser executada para garantir a confiabilidade, autenticidade, integridade e durabilidade de todas as informações dos processos e documentos originais. A conversão deveria ocorrer dentro de vinte e quatro meses, a partir da data da sua publicação.

Posteriormente, no ano de 2022, é publicada a Portaria n.º 360/2022/MEC, que altera esse prazo e proíbe a continuação do acervo acadêmico no formato físico a partir de 1º de agosto do mesmo ano, impulsionando um processo compulsivo de transformação digital nas universidades federais.

Nesse sentido, realizar o diagnóstico arquivístico é obter uma visão ampla da situação institucional das questões arquivísticas (Linden; Bräscher, 2019) com o intuito de se definir a estratégia mais adequada para que o processo de transformação do acervo esteja coerente com a realidade da universidade.

Bandeira, Gonçalves e Azevedo (2018) corroboram essa ideia ao afirmar que o diagnóstico arquivístico é uma técnica cujo objetivo é descrever o contexto arquivístico das organizações através da análise, levantamento de dados e a ligação destes com o fluxo documental. Ou seja, é um estudo minucioso de todo o contexto arquivístico que envolve a instituição universitária, do processo de produção documental até a sua destinação final, para os resultados obtidos serem transparentes e coerentes.

O diagnóstico fornece dados fundamentais para a tomada de decisão em relação às alterações direcionadas aos arquivos, permitindo a verificação das melhores medidas a serem tomadas no processo de transformação. Contudo, após a obtenção das informações através deste instrumento, é importante verificar se as alterações propostas são práticas e condizentes com a realidade institucional, como ressaltam Oliveira e Bedin (2018).

Visando garantir que as informações obtidas através do diagnóstico arquivísticos sejam coerentes a situação institucional da universidade, Santos e Maia (2023) afirmam que este deve ser desenvolvido a partir de sete etapas:

1ª Etapa	Conhecer a organização e o contexto da produção documental: coleta de informações relativas a criação, missão, funções, atividades e estrutura organizacional.
2ª Etapa	Conhecimento da equipe envolvida com a gestão de documentos: levantamento do quadro de pessoal da instituição.
3ª Etapa	Identificação de instrumentos e iniciativas de gestão de documentos: caracterização dos sistemas utilizados para organização documental.
4ª Etapa	Inventário: relativo a pesquisa referente aos documentos e acervo institucional.

5ª Etapa	Característica das instalações: objetiva conhecer onde os documentos estão localizados, setores diversos ou arquivo.
6ª Etapa	Identificação de tecnologias usadas na gestão de documentos: tem como propósito verificar quais sistemas informatizados são usados na gestão de documentos e os equipamentos empregados na mudança de suporte.
7ª Etapa	Identificação de problemas informacionais: reconhecida na satisfação dos usuários e na equipe responsável pela gestão documental, abrangendo reclamações e situações que esta enfrenta no desempenho das suas funções.

Fonte: Adaptado de Santos; Maia, 2023.

Inteirar-se das informações que descrevem o contexto organizacional é fundamental para o planejamento de mudanças no ambiente da instituição, e nesse contexto o diagnóstico situacional do arquivo proporciona a criação de uma metodologia funcional e estratégica (Barboza; Silva; Silva, 2020), para que as mudanças a serem implantada atinjam seus objetivos qualitativamente.

A partir desses pressupostos, bem como o cenário atual que abarca todas as universidades federais no tocante a transformação digital do seu acervo acadêmico, é possível reiterar a relevância do diagnóstico como meio de identificação da situação arquivística (Feitoza; Almeida; Lima, 2017) dessas instituições como ferramenta a favorecer em seu processo de digitalização do acervo acadêmico.

METODOLOGIA

Para o desenvolvimento da presente pesquisa foi realizado levantamento nas bases de dados, CAfe e *Web of Science*, de produções brasileiras direcionadas ao diagnóstico arquivístico, em especial aquelas com foco à transformação digital do acervo acadêmico. Visto que esta temática tem sido frequentemente apreciada nas universidades federais, e uma das suas atuais preocupações, especificamente pela publicação das Portarias MEC que exige e determina prazo para transformação digital do acervo acadêmico, se estabeleceu como espaço temporal os anos de 2018 a 2023.

Como forma de filtragem se utilizou dos seguintes termos: "transformação digital" e "diagnóstico arquivístico"; "transformação digital" e "arquivo"; "diagnóstico arquivístico"; e "transformação digital em arquivos". Os dados obtidos por meio da busca estão descritos na tabela a seguir:

Termo pesquisado	**CAfe**	Web of Science
"transformação digital" e "diagnóstico arquivístico"	-	-

"transformação digital" e "arquivo"	6	-
"diagnóstico arquivístico"	7	-
"transformação digital em arquivos"	4	-

Fonte: desenvolvida pela autora

Das produções localizadas foram selecionadas as que mais condizem com o objetivo da pesquisa e estas foram discutidas na construção do referencial teórico. Destacamos que a *Web of Science* nos trouxe resultados referentes aos termos "transformação digital" e "arquivo", "transformação digital" e "diagnóstico arquivístico" e "transformação digital em arquivos", contudo, como definiu-se a predileção às publicações brasileiras, tais produções não foram contabilizadas.

As publicações recuperadas através dos filtros "transformação digital" e "arquivo", "transformação digital em arquivos", não foram utilizadas nesse estudo em razão do seu conteúdo não remeter ao objetivo proposto, sendo examinados os resgatados através do termo "diagnóstico arquivístico".

Partindo dos pressupostos anteriores, esse estudo se caracterizou como sendo qualiquantitativo, pois os dados estatísticos apresentados servem de suporte para às argumentações emergidas a partir do referencial teórico (Rangel; Rodrigues; Mocarzel, 2018).

Quanto à análise dos dados, se configura como revisão de literatura, visto que oportuniza a organização de conhecimentos anteriormente produzidos a fim de determinar a relevância do tema explorado (Creswell, 2010, p. 51). Certificado por Barros (2019) como ferramenta fundamental para o preenchimento de lacunas existentes sobre o assunto estudado.

A pesquisa também possui caráter exploratório, que possibilita a apreensão de informações complementares que darão suporte a estudos futuros, conforme Gonçalves (2005, p. 65), uma vez que tenciona apresentar uma visão panorâmica sobre a importância da aplicação do diagnóstico arquivístico para o cumprimento da transformação digital do acervo acadêmico de modo coerente às possibilidades e limitações institucionais.

RESULTADOS

Títulos analisados
Diagnóstico arquivístico: uma proposição metodológica a partir de instrumentos normativos de descrição.
Experiências no Instituto Histórico e geográfico de Vila Velha: relato de estágio supervisionado, múltiplas vivências arquivísticas.

Conselhos de Fiscalização de Profissões Regulamentadas: pré-diagnóstico dos Arquivos dos Conselhos Federais.
A importância da gestão de documentos para o acesso à informação da Pró-Reitoria de Administração do Instituto Federal do Amazonas - IFAM.
Diagnóstico do Arquivo Judicial do Fórum Desembargador Júlio Aurélio Moreira Coutinho em Cabedelo - PB.
Diagnóstico arquivístico como instrumento à proposta de uma política de gestão de documentos: um relato de experiência no SEBRAE/PB.
Videosaúde distribuidora da FIOCRUZ: uma análise diagnóstica do acervo.

Fonte: Autoria própria

O texto 1 (um) traz como objetivo abordar os conceitos e metodologias utilizados na área da Arquivologia no tocante a realização do diagnóstico arquivístico a partir do uso das normas de descrição arquivística. Os autores concluem argumentando que é fundamental a escolha de elementos informativos, extraídos das normas de descrição, que contribuam para um diagnóstico arquivístico capaz de corresponder às soluções arquivísticas de acordo com a realidade da instituição.

O texto 2 (dois) refere-se a um relato de experiência ocorrido durante o desenvolvimento de estágio supervisionado no Instituto Histórico e Geográfico de Vila Velha - IHGVV, destacando a importância dessa atividade para o processo de aprendizagem. Destacando também a significância de profissionais formados e capacitados na área para o fazer arquivístico quanto à aplicação do diagnóstico.

Na terceira publicação analisada, se verificou a execução de um pré-diagnóstico através do método *Survey*, ficando asseverado que a maioria dos Conselhos de Fiscalização não atendem aos requisitos mínimos exigidos para uma gestão documental adequada.

No quarto artigo os autores também se utilizam do diagnóstico arquivístico para obtenção de dados sobre a organização documental do arquivo do Instituto Federal do Amazonas - IFAM, concluindo que, mesmo havendo lacunas, o IFAM tem iniciado a gestão de documentos, sendo possível já se perceber os benefícios da sua realização.

No quinto texto é detalhado o diagnóstico arquivístico realizado no Arquivo Judicial do Fórum Desembargador Júlio Aurélio Moreira Coutinho na Paraíba. São minuciados no texto dados sobre a instituição que abrangem desde o seu organograma, sua estrutura física e os serviços arquivísticos desempenhados nela, precedida por uma proposta de reestruturação do Fórum.

O texto 6 (seis), assim como o segundo texto, trata-se de um relato de experiência ocorrido no SEBRAE da Paraíba, onde da aplicação do diagnóstico emerge a proposta de uma política de gestão documental que objetiva reduzir incertezas e subsidiar ações para tomadas de decisões rápidas e seguras.

O sétimo texto refere-se a análise diagnóstica do acervo da Videosaúde, distribuidora da Fiocruz, usando esta ferramenta como forma de colher informações detalhadas sobre a instituição com vistas a preservação do acervo sob a sua guarda. Destacamos que o autor também denomina o diagnóstico arquivístico como diagnóstico situacional do acervo.

Alicerçado nas descrições acima, nota-se que o tema objeto deste estudo tem sido trabalhado em diversas instituições, sejam elas públicas ou privadas, contudo, se percebeu que há uma lacuna quando remetemos aos acervos acadêmicos, mais especificamente no que concerne a sua transformação digital. Consistindo em um campo amplo a ser explorado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A transformação digital faz parte da realidade atual das universidades federais, a obrigatoriedade dessa transformação direciona-se em especial ao seu acervo acadêmico, causando certo alvoroço nessas instituições, especialmente pelo estabelecimento de prazos. Assim, as ações compulsórias para atendimento do que se determina podem resultar em prejuízos que só serão percebidos no futuro, pois as demandas definidas para as atualizações do acervo acadêmico podem ser estabelecidas sem uma visão clara da realidade institucional.

Nesse sentido, a execução do diagnóstico arquivístico é um aliado essencial para garantir que as ações a serem executadas estejam em consonância com o panorama arquivístico de cada universidade federal.

A presente pesquisa observou que, apesar de existirem pesquisas sobre diagnóstico arquivístico, há um número escasso de publicações, sendo esse um tema aspirante a ser explorado em estudos futuros, principalmente pelo contexto atual das nossas universidades. Aprofundar-se no tema possibilitaria a essas instituições compreenderem mais claramente o papel primordial que o mesmo possui e suas contribuições para que o atendimento à transformação digital do acervo acadêmico não seja compulsória, mas consoante a realidade que elas vivenciam.

AGRADECIMENTOS

À Fundação de Apoio à Pesquisa e a Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe - FAPITEC/SE.

REFERÊNCIAS

BANDEIRA, Raquel Diniz; GONÇALVES, Eliane Silveira; AZEVEDO, Rodolfo Almeida. A importância da gestão de documentos para o acesso à informação no arquivo da Pró-Reitoria de Administração do Instituto Federal do Amazonas - IFAM. **ÁGORA**, Florianópolis, v. 28, n. 57, p. 293-313, jul./dez. 2018.

BARBOZA, Verônica dos Santos; SILVA, Manuela do Nascimento; SILVA, Dulce Elizabeth Lima de Sousa e. Diagnóstico arquivístico: um relato de experiência na Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão (PROPEX) do Instituto Federal de Sergipe (IFS). ÁGORA, Florianópolis, v. 30, n. 60, p. 255-274, jan./jun. 2020.

FEITOZA, Rayan Aramís de Brito. ALMEIDA, Sonia Scoralick de; LIMA, Ediene Souza. Diagnóstico arquivístico como instrumento à proposta de uma política de gestão de documentos: um relato de experiência no SEBRAE/PB. **Archeion Online**, João Pessoa, v. 5, número especial, p. 66-83, jul./dez. 2017.

FLORES, Daniel. Transformação digital compulsória que vem acometendo os arquivos, os documentos e arquivistas. Quais subsídios temos para uma tomada de decisão: disruptura ou inovação sustentada? **ARKHÉ** - Boletin Digital de la Asociación Latinoamericana de Archivos - Edición número 65 - Marzo de 2022.

GONSALVES, Elisa Pereira. **Conversas sobre iniciação à pesquisa científica.** Campinas/SP: Editora Alínea, 2005.

LINDEN, Leolíbia Luana; BRÄSCHER, Marisa. Diagnóstico arquivístico: uma proposição metodológica a partir de instrumentos normativos de descrição arquivística. **Inf. Inf.**, Londrina, v. 24, n. 3, p. 335 – 364, set./dez. 2019. Disponível em: http://www.uel.br/revistas/informacao/. Acesso em: 15 abr. 2024.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (BRASIL). **Portaria nº 315, de 4 de abril de 2018**. Dispõe sobre os procedimentos de supervisão e monitoramento de Instituições de Educação Superior integrantes do sistema federal de ensino e de cursos superiores de graduação e de pós-graduação lato sensu, nas modalidades presencial e a distância. 2018. Disponível em: https://abmes.org.br/legislacoes/detalhe/2419/portaria-mec-n-315. Acesso em: 26 maio 2024.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (BRASIL). **Portaria nº 360, de 18 de maio de 2022**. Dispõe sobre a conversão do acervo acadêmico para o meio digital.. 2018. Disponível em: https://abmes.org.br/legislacoes/detalhe/3937/portaria-mec-n-360. Acesso em: 26 maio 2024.

OLIVEIRA, Tânia Mara Marque; BEDIN, Sonali Paula Molin. Diagnóstico de arquivo como instrumento de avaliação na gestão documental. ÁGORA, Florianópolis, v. 28, n. 56, p. 115-135, jan./jun. 2018.

PRODANOV, Cleber Cristiano. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2 ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. *E-book*.

RANGEL, Mary; RODRIGUES, Jéssica do Nascimento; MOCARZEL, Marcelo. Fundamentos e princípios das opções metodológicas: metodologias quantitativas e procedimentos quali-quantitativos de pesquisa. **Omnia**, vol. 8(2), jun. 2018, p. 05-11.

SANTOS, Áquila da Silva; MAIA, Manuela Eugênio. Diagnóstico do Arquivo Judicial do Fórum Desembargador Júlio Aurélio Moreira Coutinho em Cabedelo-PB. **Conhecimento em Ação**, Rio de Janeiro, v. 8, n.2, Jun/Dez 2023.

DECRETO DE DIGITALIZAÇÃO DO GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

DIGITIZATION DECREE OF THE GOVERNMENT OF THE STATE OF ESPÍRITO SANTO

Tânia Barbosa Salles Gava
Universidade Federal do Espírito Santo
Daniel Flores
Universidade Federal de Alagoas
Juliana Oliveira de Almeida
Arquivo Público do Estado do Espírito Santo
Wagner Santana Bianchi
Arquivo Público do Estado do Espírito Santo

Resumo

Com a popularização dos computadores pessoais e a rede internet, e após o cenário pandêmico, os documentos arquivísticos passaram a ser migrados ou produzidos cada vez mais em ambiente digital. Os documentos arquivísticos digitais em formato digital podem ser nato digitais ou representantes digitais de documentos analógicos. Os documentos nato digitais, segundo a legislação arquivística brasileira, devem ser produzidos em Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de documentos (SIGAD), conforme o modelo E-Arq Brasil. Da mesma forma, a legislação arquivística também apresenta normativas para a digitalização de documentos, a exemplo do Decreto 10.278, da Presidência da República, e da Resolução nº 48 do Conarq. Neste contexto Este texto tem como objetivo geral apresentar algumas reflexões sobre a digitalização de documentos, inicialmente esclarecendo dois termos, digitização e digitalização, que por questões de tradução da língua inglesa para o português trazem diferenças entre o que os conceitos originalmente representam na língua inglesa e o significado de sua tradução usado na legislação arquivística brasileira, como também trazer uma breve reflexão sobre o Decreto 10.278,

da Presidência da República, e a Resolução nº 48 do Conarq, apresentando pontos que precisam de melhorias. O artigo também apresenta o Decreto de Digitalização adotado no governo do Estado do Espírito Santo, em vias de atualização, trazendo as principais diferenças entre o decreto estadual e federal.

Palavras-Chave: Digitização x Digitalização; Decreto de Digitalização; Governo do Estado do Espírito Santo.

Abstract

With the popularization of personal computers and the internet, and after the pandemic scenario, archival documents began to be migrated or increasingly produced in a digital environment. Digital archival documents in digital format can be born digital or digital representatives of analogue documents. Naturally digital documents, according to Brazilian archival legislation, must be produced in Computerized Document Archival Management Systems (SIGAD), according to the E-Arq Brasil model. Likewise, archival legislation also presents regulations for the digitization of documents, such as Decree 10,278, of the Presidency of the Republic, and Resolution nº 48 of Conarq. In this context, this text has the general objective of presenting some reflections on the digitization of documents, initially clarifying two terms, digitization and digitalization, which for reasons of translation from the English language into Portuguese bring differences between what the concepts originally represent in the English language and the meaning of its translation used in Brazilian archival legislation, as well as bringing a brief reflection on Decree 10,278, of the Presidency of the Republic, and Resolution nº 48 of Conarq, presenting points that need improvement. The article also presents the Digitalization Decree adopted by the government of the State of Espírito Santo, which is in the process of being updated, bringing out the main differences between the state and federal decree.

Keywords: Digitization x Digitalization; Digitalization Decree; Government of the State of Espírito Santo.

INTRODUÇÃO

Desde a década de 1990, com a popularização dos computadores pessoais e o advento da rede internet, e após o cenário pandêmico, a sociedade começou a passar por uma

transformação digital. Um dos efeitos dessa transformação foi a produção cada vez maior de documentos em formato digital, seja pela conversão de documentos do formato analógico para o formato digital, seja pela produção cada vez mais constante de documentos nato digitais em ambientes digitais (Gava *et al.*, 2022). A produção de documentos digitais trouxe muitas facilidades, mas também muitos desafios, dada a vulnerabilidade do ambiente digital, trazendo a necessidade de planejamento e adoção de ações e estratégias de preservação digital com o objetivo de manter os documentos nato digitais, ou representantes digitais de documentos analógicos, autênticos e confiáveis.

Manter documentos nato digitais autênticos e confiáveis tem a ver com o monitoramento do ambiente no qual esse documento foi produzido. Neste sentido, o Modelo e-ARQ Brasil (Conselho Nacional de Arquivos, 2022) apresenta um modelo de requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos (SIGAD). No entanto, também se faz necessário definir critérios para que a conversão de documentos em formato analógico para o formato digital seja feita de maneira adequada.

Neste sentido, este texto tem como objetivo geral apresentar algumas reflexões sobre a digitalização de documentos, inicialmente esclarecendo dois termos, digitização e digitalização, que por questões de tradução da língua inglesa para o português trazem diferenças entre o que os conceitos originalmente representam na língua inglesa e o significado de sua tradução usado na legislação arquivística brasileira. Em seguida apresenta uma breve reflexão sobre as principais normativas brasileiras sobre a digitalização de documentos, que são o Decreto 10.278 e a Resolução nº 48 do Conarq. O artigo também apresenta o Decreto de Digitalização no âmbito do Estado do Espírito Santo, fazendo um breve paralelo entre o decreto estadual com o decreto Federal.

Em relação ao tipo de pesquisa, trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, que tem como fontes principais documentos e artigos científicos provenientes de organizações e de pesquisadores especialistas nos temas relacionados ao trabalho (Gil, 2002).

DIGITIZAÇÃO X DIGITALIZAÇÃO

No contexto da transformação digital, existem dois termos em inglês que, quando traduzidos para o português, causaram uma confusão conceitual. São eles o termo "*digitization*" e "*digitalization*". Segundo Mahraz, Benabbou e Berrado (2019, p. 921-922 apud Silva, 2022, p. 36):

> Com efeito, digitalização (digitization) significa a conversão de um formato analógico para um formato digital; é a representação da informação com uma linguagem binária (0 e 1). É a representação da informação em qualquer sistema de computador. Por exemplo, podemos digitalizar uma foto com um scanner para armazená-la em um CD. Enquanto digitização (digitalization) significa o uso de dados e tecnologia digital para automatizar o manuseio de

> dados e otimizar processos, é o uso de um sistema de computador para automatizar ou semi-automatizar processos. Deste ponto de vista, informatização é termo próximo à digitização e às vezes é considerado sinônimo.

No entanto, segundo observado por Silva (2022), no Brasil, o termo "digitization" foi traduzido para "digitalização", e o termo "digitalization" como "digitização". Além disso, conforme Mendonça e Zaidan (2019, p. 296), "[...] o processo de digitalização nas organizações modernas e na sociedade tornou-se tão frequente e ampliado, que um novo conceito foi introduzido para caracterizar as mudanças tecnológicas inseridas na sociedade e em suas organizações – a chamada transformação digital." Isso fez com o termo transformação digital fosse associado ao conceito de digitalização como o simples ato de conversão de documentos analógicos em documentos em formato digital. No entanto, é importante ressaltar que a transformação digital é um fenômeno muito mais amplo, que se refere ao uso tecnologias digitais para automatizar processos, o que envolve mudança de modelos de negócio e cultura organizacional, o que estaria mais próximo do conceito de "digitização".

Já a definição dada pelo dicionário Merriam-Webster da língua inglesa é que digitização significa "[...] o processo de conversão de algo na forma digital." (2024, online, tradução nossa). O que nos leva ao conceito também de representação digital do original, que foi originalmente produzido em analógico ou que estava anteriormente em suporte analógico.

Desta forma, já podemos depreender que digitização está relacionada com o ato de transformar algo em formato digital, ou seja, de representá-lo digitalmente, especificamente nos arquivos, de copiar o documento analógico, no ambiente digital (considerando documentos em suporte papel, fotografias, fitas de vídeo e etc., mas sempre, do analógico para o digital). E já a digitalização como uma informatização, ou a reprodução de um processo de negócio do analógico, para o ambiente digital, ou seja, a adoção de processos, normalmente contínuos, de digitização e de gestão destes materiais digitais com enfoque num modelo de negócio digital, reproduzindo-o, do analógico para o digital, como uma automatização de passos ou procedimentos. A digitização, assim, e novamente, é como exemplo, escanear ou tirar uma foto de um documento analógico, e assim, ter este resultado no ambiente digital, um representante digital de um documento analógico.

Assim, embora a legislação arquivística brasileira utilize o termo digitalização, o que envolve a conversão de documentos um formato analógico para o formato digital, o termo digitização seria mais apropriado, pois esse processo envolve, ou pelo menos deveria envolver, assegurar que o ambiente em que essa conversão de formatos aconteça deve ser seguro o suficiente para manter os representantes digitais gerados autênticos e confiáveis, o que envolve elementos tais como uma boa definição dos conceitos envolvidos,

requisitos técnicos mínimos para a digitalização, definição de um conjunto mínimo de metadados de gestão, descrição e preservação, e requisitos para manutenção e preservação dos representantes digitais.

DECRETO DE DIGITALIZAÇÃO E RESOLUÇÃO Nº 48 DO CONARQ

No Brasil, existem duas principais normativas sobre a digitalização de documentos, que são o Decreto 10.278, de 18 de março de 2020 (Brasil, 2020) e a Resolução nº 48 de 10 de novembro de 2021 do Conarq (Conselho Nacional de Arquivos, 2021a). O Conarq também publicou em 2021 as diretrizes para a digitalização de documentos de arquivo nos termos do Decreto nº 10.278/2020 (Conselho Nacional de Arquivos, 2021b).

O Decreto nº 10.278 regulamenta o disposto no inciso X do caput do art. 3º da Lei nº 13.874 de 20 de setembro de 2019, que institui a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica, e no art. 2º-A da Lei nº 12.682 de 9 de julho de 2012, que dispõe sobre a elaboração e o arquivamento de documentos em meios eletromagnéticos, com o objetivo de estabelecer a técnica e os requisitos para a digitalização de documentos públicos ou privados, a fim de que os documentos digitalizados produzam os mesmos efeitos legais dos documentos originais.

O primeiro ponto a observar no Decreto 10.278 é a definição apresentada no Art. 2º, e usada ao longo de todo o texto, de que o decreto aplica-se a "documentos físicos digitalizados", o que deveria ser definido como documentos analógicos digitalizados. Isso porque, assim como o documento analógico, um documento digital também é um objeto físico. Ou seja, um documento em formato digital é um conjunto de símbolos ou sinais inscritos num suporte físico como, por exemplo, disco rígido, CD-ROM, DVD, disquete, HD externo, pendrive, entre outros. O suporte físico define o domínio dos símbolos a utilizar. Por exemplo, uma fotografia digital pode encontrar-se inscrita numa vasta gama de suportes físicos. Os símbolos, ou sinais físicos, utilizados para representar essa fotografia num CD diferem substancialmente dos símbolos utilizados para a representar num disco rígido. No primeiro suporte os símbolos utilizados são essencialmente pequenos orifícios refletores dispostos em espiral sobre uma base de policarbonato. No segundo, são utilizados padrões magnéticos sobre um prato metálico (Ferreira, 2006).

Um segundo ponto é em relação ao item II do Art 3º, que apresenta o conceito de metadados como dados estruturados que permitem classificar, descrever e gerenciar documentos. No entanto, seria importante que o decreto destacasse que os metadados de classificação e gestão devem atender ao modelo E-Arq Brasil (Conselho Nacional de Arquivos, 2022), principalmente porque esses representantes digitais podem ser posteriormente usados por um SIGAD; e que os metadados de descrição deveriam atender à Norma Brasileira de Descrição Arquivística (Nobrade) (Conselho Nacional de Arquivos, 2006). Neste mesmo item também existe a definição de integridade, que poderia ser definida

de forma mais completa. Uma boa definição é a utilizada pelo padrão PREMIS, que apresenta a integridade como um evento sistêmico, monitorada ao longo do tempo, com checagem de formatos, validação e estrutura de representação (PREMIS *Data Dictionary for Preservation Metadata*, 2015).

Além disso, embora o decreto traga conceitos importantes como o de integridade e confiabilidade, ele não traz o conceito de autenticidade, que é definida como a "Credibilidade de um documento enquanto documento, isto é, a qualidade de um documento ser o que diz ser e que está livre de adulteração ou qualquer outro tipo de corrupção. A autenticidade é composta de identidade e integridade [...]" (Conselho Nacional de Arquivos, 2020, p. 12), sendo um conceito muito importante no contexto da digitalização.

Já a Resolução nº 48 do Conarq estabelece diretrizes e orientações aos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos (SINAR) em relação aos procedimentos técnicos que devem ser observados no processo de digitalização de documentos públicos ou privados. A resolução chama a atenção que seu objetivo é estabelecer diretrizes e orientações quanto aos procedimentos técnicos a serem observados no processo de digitalização de documentos públicos ou privados a todos os órgãos e entidades integrantes do SINAR, e que também orientarão o processo de digitalização de documentos realizado por pessoas jurídicas de direito público interno, pessoas jurídicas de direito privado e pessoas naturais, diretamente ou por meio de terceiros contratados, desde que observado o contido no Decreto nº 10.278. A Resolução também apresenta que os documentos digitalizados produzirão os mesmos efeitos legais dos documentos originais, sendo que é necessário que o disposto no Decreto nº 10.278 seja observado. Destaca-se que as Diretrizes para a digitalização de documentos de arquivo do Conarq reforçam que para efeitos do estabelecido no Decreto nº 10.278/2020, a digitalização de documentos arquivísticos deve ser vista como "[...] um processo de trabalho complexo. Deve ser tratada como uma política institucional destacada frente à complexidade dos procedimentos e recursos, bem como da responsabilidade no trato dos documentos públicos [...]" (Conselho Nacional de Arquivos, 2021b, p. 10), reforçando a seriedade com que o processo de digitalização deve ser levado em conta pelas instituições.

DECRETO DE DIGITALIZAÇÃO DO GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

O Programa de Gestão Documental do Governo do Estado do Espírito Santo (Proged) foi instituído pelo Decreto nº 1.552-R em 10/10/2005 e atualizado pelo Decreto 4343-R de 20 de Dezembro de 2018. O Proged tem como objetivo "estabelecer diretrizes quanto aos procedimentos de gestão de documentos, independente da forma ou do suporte em que a informação esteja registrada, no âmbito dos órgãos e entidades do Poder Executivo

Estadual", ou seja, os representantes digitais provenientes da digitalização, também fazem parte do escopo.

O ponto de partida para a elaboração do ato normativo teve como base o disposto no Decreto Federal 10.278, de 18 de março de 2020, que regulamenta o disposto no inciso X do caput do art. 3º da Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, e no art. 2º-A da Lei nº 12.682, de 9 de julho de 2012, para estabelecer a técnica e os requisitos para a digitalização de documentos públicos ou privados, a fim de que os documentos digitalizados produzam os mesmos efeitos legais dos documentos originais. Desde a data de publicação do referido decreto, arquivistas e demais profissionais da área da Ciência da Informação, Tecnologia da Informação e afins, iniciaram uma série de questionamentos acerca do texto, apontando fragilidade jurídica, ausência de aspectos relacionados à preservação digital dos representantes digitalizados, dentre outros.

Cabe ressaltar que os órgãos e entidades que compõem o Executivo Estadual possuem um grande legado de documentos em papel. A necessidade de acessar esses acervos teve um aumento significativo desde a promulgação da lei de acesso à informação, 12.527, de 18 de novembro de 2011.

No período pandêmico da COVID-19, as empresas públicas e privadas tiveram que reorganizar os seus fluxos e processos internos de trabalho, e com a Administração Pública Estadual não foi diferente. Muitos servidores passaram a executar suas atividades na modalidade de teletrabalho, e principalmente os órgãos tais como de controle interno e assessoramento jurídico, começaram a demandar a digitalização de processos para que a análise pudesse ser feita de forma remota. Nesse período já estava na fase de implantação o sistema E-Docs[1], que é um Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de documentos (SIGAD), e muitos desses documentos digitalizados foram capturados para tramitação no referido sistema. No mesmo período, a Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos (SEGER), suspendeu o contrato de mensageria, que tinha como principal objetivo a movimentação de documentos e processos em papel entre os órgãos do Executivo, a fim de reduzir custos e evitar o risco de contaminação da COVID por meio de contato direto com os documentos. Todos esses fatores foram fundamentais para que o Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES), no âmbito do Proged, começasse a pensar em soluções para que os procedimentos de digitalização obedecessem a padrões mínimos de qualidade. Um manual de procedimentos para digitalização foi elaborado e publicado. Concomitante a essa ação, os membros do Comitê Gestor do PROGED reuniram um grupo multidisciplinar de servidores, para estudar a legislação

1 Sistema eletrônico de processos administrativos e documentos eletrônicos. Sua definição completa é: Sistema corporativo de gestão de documentos arquivísticos digitais, que contempla os procedimentos de autuação, despacho, tramitação, classificação, prazos de guarda, arquivamento e destinação final.

vigente que regulamenta a digitalização de documentos, para propor um ato normativo próprio para atender pontualmente às necessidades do Governo do Estado.

Nesse sentido, foi publicado o Decreto Estadual nº 5491-R, de 1º de setembro de 2023, que regulamenta a técnica e os requisitos a serem utilizados pelos órgãos e entidades da administração pública direta e indireta do Estado do Espírito Santo para a digitalização de documentos públicos ou privados. O Decreto visa tornar os procedimentos para digitalização de documentos mais criteriosos e seguros, inclusive abrangendo cláusulas relativas à preservação digital e, sobretudo, mantendo a premissa de que a norma tem como principais objetivos dar valor legal de original aos representantes digitais e agilizar o acesso aos documentos, sendo a substituição de suporte, e descarte do documento em papel original, como consequência de todo o procedimento.

Fazendo um comparativo no disposto do decreto Federal e Estadual, é importante destacar:

1. O decreto Estadual ampliou os conceitos relativos à Gestão Documental, sendo eles: fase corrente, fase intermediária, guarda permanente, destinação final, preservação digital, Repositório Digital Arquivístico Confiável (RDC-Arq), Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos (SIGAD), legado e documento tridimensional. Tais conceitos são de suma importância, em função de projetos de Governo que estão em execução voltados à Preservação Digital.[2]

2. No que tange à desnecessidade da digitalização: Optou-se por deixar claro que os tipos documentais que devem ser priorizados são aqueles de guarda permanente, e que possuam no mínimo 10 (dez) anos de prazo de guarda a cumprir;

3. A eliminação dos documentos em papel após a digitalização só será permitida após a conferência de que a digitalização atende aos metadados estabelecidos, a garantia da captura do representante digital no SIGAD ou RDC-Arq, conforme estabelecido na Política de Preservação Digital, e respeitando a Resolução nº 51 do Conarq (Conselho Nacional de Arquivos, 2023).

4. Documentos relativos à vida funcional do servidor, ainda que cumprido todos os requisitos do decreto, só poderão ser eliminados após o cumprimento do prazo estabelecido na Tabela de Temporalidade e Destinação (TTD), em atendimento a Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos (Seger);

2 Política de Preservação Digital do Estado do Espírito Santo (PPDig@ES) publicada em 11 de setembro de 2023, disponível em: https://proged.es.gov.br/Media/Proged/Publicacoes%20Tecnicas/Pol%C3%ADtica-Preserva%C3%A7%C3%A3o%20Digital.pdf. Acesso em: 04 jun. 2024.

5. Manter a premissa que o objetivo do decreto é regulamentar os métodos e técnicas para digitalização de documentos em papel, dar valor legal de original, ampliar o acesso e não incentivar ou promover a substituição de suporte.

Além de trazer mais responsabilidades aos órgãos e entidades, o decreto reforça a necessidade de respeitar as normas já existentes e chama a atenção para essa mudança de paradigma no estado, que inclui a adoção de um RDC-Arq, em atendimento à Política de Preservação Digital.

A publicação do Decreto motivou o desenvolvimento de uma nova funcionalidade no SIGAD utilizado no Estado (E-Docs), que consiste em permitir que o documento capturado no sistema tenha valor legal de original. Até então todos os representantes digitais que eram capturados no E-Docs tinham valor de cópia. O decreto publicado passaria a vigorar em 90 dias a contar da data de publicação, que é o prazo que a equipe de desenvolvedores juntamente com os gestores do sistema entenderam como viável para a entrega da nova funcionalidade, mas esse prazo foi prorrogado por mais 120 dias para mais estudos e desenvolvimento. Durante o desenvolvimento da funcionalidade percebemos que o Decreto deveria passar por alterações antes que entrasse em vigor, pois, para dar valor original ao representante digital, foi necessário um diálogo mais aprofundado para se adequar a fatores como metadados, permissões de uso e outros.

Atualmente o decreto já sofreu as devidas alterações no texto, incluindo seus anexos, e foi encaminhado à Secretaria de Estado de Governo (SEG) para análise e posterior publicação, com data prevista no segundo semestre de 2024.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo geral apresentar algumas reflexões sobre a digitalização de documentos. Desta forma, esclarece os dois termos, digitização e digitalização, e apresenta uma breve reflexão sobre o Decreto 10.278, a Resolução nº 48 do Conarq e o Decreto de Digitalização no âmbito do Estado do Espírito Santo, realizando um paralelo entre o decreto estadual com o decreto Federal.

A partir deste estudo, conclui-se que é um tema sensível, o qual divide opiniões no meio acadêmico, o que justifica a necessidade de ampliação nas pesquisas, destacando que o entendimento sobre a temática na área pode se solidificar a partir das iniciativas desenvolvidas por pesquisadores e os governos de forma geral, em suas diferentes esferas e poderes. Infere-se que toda essa transformação digital carece de uma mudança de cultura, principalmente nas instituições públicas, o que justifica a necessidade do estabelecimento de normas e procedimentos para atuar como norteadores na

implantação de políticas públicas permanentes no Estado, a fim de acompanhar todas as mudanças tecnológicas.

No contexto do Governo do Espírito Santo, além de um Programa de Gestão consolidado desde o ano de 2005, do estabelecimento de uma Política de Preservação Digital e de um Decreto de digitalização em vias de atualização, várias outras ações têm sido desenvolvidas, como o projeto de pesquisa iniciado em maio de 2024, com duração de dois (2) anos, que tem como objetivo criar um modelo conceitual para a Preservação Digital Sistêmica dos documentos arquivísticos digitais no âmbito do Governo do Estado do ES, a começar pelos documentos do E-Docs, que é o SIGAD implantado no Estado de 2018.

Todo este conjunto de ações visam basicamente garantir estratégias de governança acerca da gestão de documentos com um todo, com ênfase na gestão e preservação de documentos digitais (nato digitais e documentos digitalizados) a fim de garantir seu ciclo de vida, preservação e acesso a longo prazo, com segurança e atendendo às prerrogativas da legislação arquivística vigente.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 10.278, de 3 de janeiro de 2002. **Regulamenta a Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados**. Diário Oficial da União, Brasília, 3 de janeiro de 2002.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Conarq). **Diretrizes para a digitalização de documentos de arquivo nos termos do Decreto nº 10.278/2020**. Rio de Janeiro: PRONAME | Manual de Digitalização de Documentos do Poder Judiciário 69 Conarq, 2021b. Disponível em: https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/Diretrizes_digitalizacao__2021.pdf. Acesso em: 12 jun. 2024.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Conarq). **Diretrizes para a Implementação de Repositórios Arquivísticos Digitais Confiáveis – RDC-Arq.** v. 2. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2023. 53 p. Disponível em: https://www.gov.br/conarq/pt-br/legislacao-arquivistica/resolucoes-do-conarq/resolucao-conarq-no-51-de-25-de-agosto-de-2023. Acesso em: 22 abr. 2024.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Conarq). **Glossário**: Documentos Arquivísticos Digitais. Versão 8.0. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2020. 62 p. Disponível em: https://www.gov.br/conarq/pt-br/assuntos/camaras-tecnicas-setoriais-inativas/camara-tecnica-de-documentos-eletronicos-ctde/glosctde_2020_08_07.pdf. Acesso em: 12 jun. 2024.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Conarq). **Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos - e-ARQ Brasil.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2020, v. 2. Disponível em: https://www.gov.br/conarq/pt-br/assuntos/noticias/conarq-abre-consulta-publica-visando-a-atualizacao-do-e-arq-brasil/EARQ_v2_2020_final.pdf. Acesso em: 24 mar. 2021.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Conarq). **Nobrade**: Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006. Disponível em: https://

www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/nobrade.pdf. Acesso em: 06 jun. 2024.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Conarq). **Resolução Nº 48, de 10 de novembro de 2021.** Estabelece diretrizes e orientações aos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos quanto aos procedimentos técnicos a serem observados no processo de digitalização de documentos públicos ou privados. 2021a. Disponível em: https://www.gov.br/conarq/pt-br/legislacao-arquivistica/resolucoes-do-conarq/resolucao-no-48-de-10-de-novembro-de-2021. Acesso em: 12 jun. 2024.

FERREIRA, Miguel. **Introdução à preservação digital** – Conceitos, estratégias e actuais consensos. Guimarães, Portugal: Escola de Engenharia da Universidade do Minho, 2006. 88 p.

FERREIRA, Miguel. **Introdução à preservação digital:** Conceitos, estratégias e actuais consensos. Guimarães, Portugal: Escola de Engenharia da Universidade do Minho, 2006. 88 p. Disponível em: http://eprints.rclis.org/8524/1/livro.pdf. Acesso em: 04 jun. 2024.

FLORES, Daniel; GAVA, Tânia Barbosa Salles. PRESERVAÇÃO DIGITAL SISTÊMICA. In: Arquivo, documento e informação em cenários híbridos: anais do Simpósio Internacional de Arquivos. **Anais**...São Paulo(SP) Eventus, 8, 2021. Disponível em: https//www.even3.com.br/anais/simposiointernacionaldearquivos/336975-PRESERVACAO-DIGITAL-SISTEMICA. Acesso em: 28 jun. 2024.

GAVA, Tânia Barbosa Salles; FLORES, Daniel. Auditoria e certificação ao longo da cadeia de custódia digital arquivística. **Informação & Informação** (Online), v. 26, p. 424-449, 2021.

GAVA, Tânia Barbosa Salles; FLORES, Daniel. Repositórios arquivísticos digitais confiáveis (RDC-Arq) como plataforma de preservação digital em um ambiente de gestão arquivística. **Informação & Informação**, [S.l.], v. 25, n. 2, p. 74-99, jul. 2020. ISSN 1981-8920. Disponível em: http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/38411. Acesso em: 04 jun. 2024. DOI: http://dx.doi.org/10.5433/1981-8920.2020v25n2p74.

GAVA, Tânia Barbosa Salles; FLORES, Daniel; ROCCO, Brenda Couto de Brito; MELO, Josemar Henrique de. Transformação digital nas instituições: a necessidade de uma preservação digital sistêmica. In: Congresso Nacional de Arquivologia, 9, 2022, Florianópolis. **Anais...** IX Congresso Nacional de Arquivologia. Florianópolis: AAESC, 2022. p. 98-111.

PREMIS DATA DICTIONARY FOR PRESERVATION METADATA. version 3.0, 2015. Disponível em: http://www.loc.gov/standards/premis/v3/premis-hierarchical-3-0.html. Acesso em: 06 jun. 2024.

SILVA, Roberta Cruz da. **Produção e adoção de precedentes administrativos nos processos disciplinares:** uma análise empírica da perda do cargo motivada por desídia no âmbito do Poder Executivo Federal. 2022. 256 p. Tese (Doutorado) - Universidade Católica de Pernambuco. Programa de Pós-graduação em Direito. Doutorado em Direito, 2022. Disponível em: http://tede2.unicap.br:8080/handle/tede/1583. Acesso em: 28 mai. 2024.

ESTUDO DE ADERÊNCIA DO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO AO RDC-ARQ: UMA ANÁLISE CRÍTICA

STUDY OF THE COMPLIANCE OF THE ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO WITH RDC-ARQ: A CRITIC

Tânia Barbosa Salles Gava
Universidade Federal do Espírito Santo

Alex Pereira de Holanda
Arquivo Nacional
Universidade Federal Fluminense

Resumo

Este trabalho tem como objetivo geral apresentar uma metodologia para medir a aderência do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo às normas e teorias inerentes aos Repositórios Arquivísticos Digitais Confiáveis (RDC-Arq), cuja análise dos dados será quali-quantitativa. A metodologia incluirá a avaliação de quatro principais critérios de auditoria: Transparência, Mensurabilidade, Adequação e Documentação (Evidência). Trata-se de uma pesquisa de natureza aplicada e exploratória, com procedimentos metodológicos relacionados à pesquisa bibliográfica e documental, que permitirá uma análise detalhada e contextualizada da aderência do APEES às normativas e teorias relacionadas aos RDC-Arq. Os resultados esperados deste estudo incluem a identificação de pontos fortes e áreas de melhoria no APEES, bem como a formulação de recomendações específicas para aprimorar a aderência do APEES às normas e teorias do RDC-Arq. Espera-se também que o estudo contribua significativamente para o desenvolvimento de uma metodologia inovadora e replicável para a auditoria e certificação de Repositórios Arquivísticos Digitais Confiáveis no contexto brasileiro.

Palavras-Chave: Repositórios Arquivísticos digitais Confiáveis; Estudo de aderência ao RDC-Arq; Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

Abstract

The general aim of this paper is to present a methodology for measuring the adherence of the Public Archives of the State of Espírito Santo to the standards and theories inherent in Trusted Digital Archival Repositories (TDAR), whose data analysis will be qualitative and quantitative. The methodology will include the evaluation of four main audit criteria: Transparency, Measurability, Adequacy and Documentation (Evidence). This is an applied and exploratory study, with methodological procedures related to bibliographical and documentary research, which will allow for a detailed and contextualized analysis of Public Archives of the State of Espírito Santo adherence to the regulations and theories related to TDAR. The expected results of this study include the identification of strengths and areas for improvement in APEES, as well as the formulation of specific recommendations to improve Public Archives of the State of Espírito Santo's adherence to TDAR standards and theories. It is also hoped that the study will contribute significantly to the development of an innovative and replicable methodology for auditing and certifying Trusted Digital Archival Repositories in the Brazilian context.

Keywords: Trusted digital Archival Repositories; Compliance Study; Public Archive of the State of Espírito Santo.

INTRODUÇÃO

O debate sobre o impacto dos computadores e das tecnologias da informação nos arquivos remonta à década de 1970, tendo como marco importantes publicações como as de Charles M. Dollar, que ao longo de mais de duas décadas discutiu o tema em edições de periódicos. Um exemplo é o volume 42, n.º 2, de 1979 da *The American Archivist*, que abordava a relação entre arquivistas, arquivos e computadores no artigo "*Archivists, Archives and Computers: Starting Point*". Iniciativas semelhantes também ocorreram em outros contextos, como o trabalho de F. Bukard, que tratou das perspectivas da informática para os arquivos na França, e o grupo de trabalho estabelecido pelo Conselho Internacional de Arquivos (ICA) em 1972, que discutiu o processamento automatizado de dados e suas implicações na gestão de arquivos.

No VII Congresso Internacional de Arquivos, realizado em Moscou em 1972, o Conselho Internacional de Arquivos apresentou um relatório que sintetizava as discussões das sete sessões do evento, com destaque para as "novas técnicas arquivísticas", descritas como métodos e tecnologias que substituíram ou modificaram significativamente práticas arquivísticas tradicionais. Dentre essas técnicas, cinco categorias específicas abordavam o uso de computadores: controle administrativo das operações arquivísticas; evolução dos procedimentos e dispositivos para aumentar a eficiência na gestão de documentos; preservação de documentos legíveis por máquina; produção de instrumentos de pesquisa mais eficientes; e desenvolvimento de metodologias de reprodução documental. Essas novas técnicas refletiam a crescente incorporação da tecnologia no campo arquivístico (Rieger; Morris, 1973).

James B. Rhoads, um dos relatores do congresso, destacou que os computadores seriam a solução para gerenciar o crescente volume de informações, sendo a automação uma tendência inevitável nas estruturas governamentais. No entanto, ele também enfatizou que a acessibilidade dos arquivos dependeria da capacidade dos arquivistas em assegurar as condições ideais de preservação e uso dos materiais arquivísticos, tanto em termos físicos quanto de conteúdo. As conclusões da sessão incluíram a necessidade de garantir melhores condições de armazenamento e a adoção de técnicas avançadas para a preservação de documentos, especialmente os gerados por computadores, evidenciando a crescente preocupação com a durabilidade e acessibilidade dos acervos digitais (Rieger; Morris, 1973).

No âmbito do congresso, foi destacada a necessidade urgente de formar uma nova geração de arquivistas capacitados em tecnologias de informação para lidar com os desafios da preservação de documentos digitais. Era consenso que o impacto da automação seria significativo, transformando a prática arquivística e exigindo que os arquivistas dominassem tanto os ideais tradicionais da profissão quanto às novas ferramentas tecnológicas. A capacitação em computação e gestão tornou-se essencial para que esses profissionais pudessem adaptar suas práticas e explorar plenamente o potencial das tecnologias digitais na preservação, organização e acessibilidade de grandes volumes de documentos.

Nos últimos 50 anos esse processo de "informatização" ou, como tem sido nomeado na última década, a transformação digital, cresce exponencialmente, ainda mais após o cenário pandêmico da COVID-19 em 2020. Na Arquivologia, em especial, isso acarretou a migração de documentos analógicos para documentos digitais, além de uma crescente e constante produção de documentos nato digitais. No entanto, dada a complexidade, fragilidade e vulnerabilidade do ambiente digital, houve a necessidade de se desenvolver e implementar estratégias e ações para a preservação do patrimônio arquivístico digital.

A efetiva salvaguarda dos documentos em formato digital exige não apenas sua manutenção, mas também a garantia da autenticidade e confiabilidade dos processos

que os geram, os mantêm e os preservam. As estratégias de preservação digital, quando aplicadas isoladamente, mostram-se ineficazes diante do desafio de gerenciar volumes crescentes de arquivos digitais, que se expandem exponencialmente e correm o risco de se perderem com o tempo. Esta problemática não se restringe a uma preocupação institucional, mas constitui um desafio significativo para os profissionais responsáveis pela custódia e preservação desses acervos.

Analisando a abordagem da preservação digital ao longo dos anos, pode-se observar que por muito tempo o foco concentrou-se na aplicação de estratégias de preservação de forma isolada, principalmente no que tange à preocupação com a obsolescência de formatos e suportes (Ferreira, 2006). No entanto, com a evolução da área, notou-se a importância de se ver a preservação digital de forma sistêmica, ou seja, de maneira bem mais geral e abrangente, não apenas focada na aplicação isolada de estratégias de preservação, mas como um processo contínuo, complexo e que abarca todos os ambientes envolvidos no ciclo de vida dos documentos arquivísticos, que são o ambiente de produção, de preservação e de difusão e acesso. Esta abordagem prevê a ideia de uma Cadeia de Custódia Digital Arquivística (CCDA) ao longo de todo o ciclo de vida dos documentos, que é uma cadeia de custódia ressignificada para o ambiente digital, fundamentada na norma ISO 14721:2012, que é o modelo de referência *Open Archival Information System* (OAIS) para gerenciamento de documentos digitais (Gava; Flores, 2021).

No cenário brasileiro, o Conselho Nacional de Arquivos (Conarq) também tem se preocupado com a questão dos documentos digitais, tendo feito várias publicações técnicas desde 2005. Gava e Flores (2021, p. 03) apresentam uma evolução dessas publicações em ordem cronológica.

Quadro 1 – Publicações Técnicas do Conarq concernentes ao documento digital de 2005 a 2016

Título	Data	Objetivo
Carta para a Preservação do Patrimônio Arquivístico Digital	2005	Conscientizar e ampliar a discussão sobre o legado cultural em formato digital, e que se encontra em perigo de perda e de falta de confiabilidade. A Carta manifesta a necessidade de estabelecer políticas, estratégias e ações que garantam a preservação de longo prazo e o acesso contínuo aos documentos arquivísticos digitais.
Resolução nº 25	27 de abril de 2007	Dispor sobre a adoção do modelo de requisitos para sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos (e-ARQ Brasil) pelos órgãos e entidades integrantes do sistema nacional de arquivos - SINAR
e-ARQ Brasil	Dezembro de 2009	Apresentar um Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos

Resolução nº 31	28 de abril de 2010	Auxiliar as instituições detentoras de acervos arquivísticos de valor permanente, na concepção e execução de projetos e programas de digitalização
resolução nº 32	17 de maio de 2010	Dispor sobre a inserção dos metadados na parte II do modelo de requisitos para sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos - e-ARQ Brasil
Resolução nº 36	19 de dezembro de 2012	Dispor sobre a adoção das Diretrizes para a Gestão arquivística do Correio Eletrônico Corporativo pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos - SINAR
Resolução nº 37	19 de dezembro de 2012	Aprovar as Diretrizes para a Presunção de Autenticidade de Documentos Arquivísticos Digitais
Resolução nº 38	9 de julho de 2013	Dispor sobre a adoção das "Diretrizes do Produtor - A Elaboração e a Manutenção de Materiais Digitais: Diretrizes Para Indivíduos" e "Diretrizes do Preservador - A Preservação de Documentos Arquivísticos digitais: Diretrizes para Organizações"
Resolução nº 39	29 de abril de 2014	Estabelecer diretrizes para a implementação de repositórios digitais confiáveis para a transferência e recolhimento de documentos arquivísticos digitais para instituições arquivísticas dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos - SINAR.
Resolução nº 43 (altera a redação da Resolução nº 39)	04 de setembro de 2015	Estabelecer diretrizes para a implementação de repositórios arquivísticos digitais confiáveis para o arquivamento e manutenção de documentos arquivísticos digitais em suas fases corrente, intermediária e permanente, dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos –SINAR
Orientação Técnica n.º 3	Novembro de 2015	Apresentar cenários que representam algumas possibilidades de implantação de um Repositório Arquivístico Digital Confiável (RDC-Arq) integrado a um Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos (SIGAD).
Orientação Técnica n.º 4	Outubro de 2016	Apresentar recomendações gerais sobre o uso do formato PDF/A na produção e no arquivamento de documentos arquivísticos digitais, ou seja, nas idades corrente, intermediária e permanente, visando o seu acesso e a sua preservação.

Fonte: Gava e Flores (2021, p. 03).

Atualmente, soma-se a essa lista a Resolução Conarq nº 48, de 10 de novembro de 2021, que estabelece diretrizes e orientações aos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos quanto aos procedimentos técnicos a serem observados no processo de digitalização de documentos públicos ou privados; a Resolução Conarq nº 50, de 06 de Maio de 2022, que dispõe sobre o Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos - e-ARQ Brasil, Versão 2; a Resolução Conarq nº 51, de 25 de Agosto de 2023, que dispõe sobre as Diretrizes para a Implementação de Repositórios Arquivísticos Digitais Confiáveis, Versão 2; a Resolução Conarq nº 52, de 25 de Agosto de 2023, que estabelece a Política de Preservação de Websites e Mídias Sociais

no âmbito do Sistema Nacional de Arquivos (SINAR); e a Resolução Conarq nº 53, de 25 de Agosto de 2023, que define requisitos mínimos de preservação para websites e mídias sociais no âmbito do SINAR.

Neste cenário, a preservação digital deixou de ser apenas uma medida técnica e tornou-se uma necessidade estratégica para instituições arquivísticas. No Brasil, esse movimento é amplamente guiado pela Resolução nº 51 do Conarq, que estabelece diretrizes detalhadas para a implementação de Repositórios Arquivísticos Digitais Confiáveis (RDC-Arq). Essa resolução, ao integrar normas internacionais, como a ISO 16363, introduz não apenas requisitos técnicos, mas também práticas de gestão e auditoria contínuas, essenciais para garantir que os documentos arquivísticos digitais mantenham sua autenticidade e acessibilidade ao longo do tempo. A adaptação dessas normas ao contexto brasileiro reflete uma tentativa de alinhar as instituições nacionais com os padrões globais de preservação digital.

Ao longo do tempo, observa-se que as entidades encarregadas da custódia de acervos têm implementado uma variedade de estratégias para mitigar os riscos associados à deterioração dos materiais sob sua responsabilidade. Tais estratégias incluem intervenções nos suportes de armazenamento, aprimoramentos nas matérias-primas utilizadas, controles ambientais rigorosos, acondicionamento adequado e reparos em danos acumulados ao longo do tempo. Entretanto, a complexidade inerente à preservação de documentos intensificou-se significativamente com a invenção dos computadores e seu intenso uso nas instituições. Como apontado por Waters e Garrett (1996, p. 1):

> Os guardiões do registro cultural sempre tiveram que administrar o conflito inerente entre permitir que as pessoas usassem manuscritos, livros, gravações ou vídeos e ter certeza de que eles seriam preservados para uso futuro. Para trabalhos impressos em papel de polpa de madeira ácida, como a maioria dos livros tem sido desde 1850, medimos o tempo de vida restante desses materiais em décadas, não em séculos.

Neste sentido, o Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES) vem empreendendo ações com o propósito de dotar a instituição dos recursos e infraestrutura necessários à preservação digital sistêmica de documentos arquivísticos digitais no âmbito do Governo do Estado do Espírito Santo, por meio de um projeto de pesquisa que inclui um estudo de aderência do APEES às normas e boas práticas advindas das teorias relacionadas à implantação dos Repositórios Arquivísticos Digitais Confiáveis (RDC-Arq). Sendo assim, este artigo tem como objetivo geral apresentar uma metodologia para medir a aderência de um Arquivo Público a essas normativas, utilizando como estudo de caso o próprio APEES.

Os arquivos públicos estaduais desempenham um papel fundamental na preservação do patrimônio arquivístico e na garantia de acesso à informação. Conforme estabelecido pela Lei nº 8.159/1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados, e pelo Decreto nº 4.073/2002, que a complementa, esses arquivos têm a responsabilidade de gerir, preservar e assegurar o acesso aos documentos produzidos e recebidos pelos órgãos públicos estaduais. Esses documentos são essenciais não apenas para a administração pública, mas também para a história, cultura e memória da sociedade, garantindo a transparência e a prestação de contas ao cidadão.

Os arquivos estaduais têm a responsabilidade de assegurar que os documentos de valor permanente sejam preservados em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Conarq. Essa preservação garante que o ciclo de vida dos documentos, desde a sua produção até o destino final, seja gerido de maneira a manter a autenticidade e o acesso contínuo a essas informações.

Iniciativas como as implementadas pelo APEES são de extrema relevância, pois não há registro de outros arquivos públicos estaduais ou do Distrito Federal com projetos semelhantes. A criação de um sistema robusto e integrado de gestão e preservação digital no Espírito Santo, conforme orientações da política nacional de arquivos, estabelece uma base sólida para que outras unidades federativas desenvolvam e implementem projetos semelhantes. Ao garantir a preservação e o acesso contínuo aos documentos, o arquivo público contribui para a eficiência da administração pública e o fortalecimento da cidadania.

O estudo de aderência do APEES a um RDC-Arq está no âmbito de um projeto de pesquisa intitulado "Preservação Digital Sistêmica dos documentos arquivísticos no âmbito do Governo do Estado do Espírito Santo", que integra o Programa ES+ Inovador, no eixo Gestão Pública Inovadora, dentro do planejamento estratégico 2023-2026. Este projeto visa ampliar a capacidade do Governo em executar programas e projetos e entregar resultados à sociedade. Previsto para ser desenvolvido de maio de 2024 a abril de 2026, o projeto contará com a participação de pesquisadores do APEES, do Instituto de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Espírito Santo (Prodest), da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e de pesquisadores externos.

Em relação ao tipo de pesquisa, trata-se de uma pesquisa de natureza aplicada, pois planeja-se como resultado um estudo de aderência inovador no APEES referente às normativas e teorias relacionadas à implantação de um RDC-Arq no contexto brasileiro. A pesquisa também é exploratória, uma vez que terá como objetivo proporcionar conhecimento sobre o tema relacionado aos critérios de auditoria e certificação de RDC-Arq. Em relação aos procedimentos metodológicos, trata-se de pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica é "desenvolvida com base em material já elaborado,

constituído principalmente de livros e artigos científicos" (Gil, 2002, p. 44), e a pesquisa documental possui fontes mais diversificadas e dispersas (Gil, 2002).

NORMATIVAS RELACIONADAS AO RDC-ARQ

O desenvolvimento das normas de certificação para repositórios digitais teve início em 1999, quando especialistas se reuniram no *Archival Workshop on Ingest, Identification, and Certification Standards* (AWIICS). O objetivo era criar padrões que garantissem a integridade e autenticidade das informações armazenadas nos repositórios digitais. Durante este workshop, foi decidido que a certificação deveria assegurar várias camadas de confiança, garantindo que os dados armazenados fossem preservados de maneira idêntica à sua forma original, com uma documentação clara de todas as modificações realizadas ao longo do tempo. Com o Modelo de Referência OAIS ainda em desenvolvimento na época, a certificação foi postergada até que o modelo fosse padronizado pela ISO.

Em 2000, a *Research Libraries Group* (RLG) e a *Online Computer Library Center* (OCLC) deram continuidade a esses esforços com o relatório *"Trusted Digital Repositories: Attributes and Responsibilities"*, que se baseava no modelo OAIS. Este documento, publicado em 2002, delineou os atributos necessários para que um repositório digital fosse considerado confiável, destacando a importância de responsabilidades bem definidas e de uma terceira parte neutra para a avaliação desses repositórios. Os princípios estabelecidos neste relatório formaram a base para as normas que viriam posteriormente e enfatizaram a necessidade de garantir a confiabilidade e sustentabilidade a longo prazo dos repositórios digitais.

Com o avanço dessas iniciativas, a criação de critérios formais para auditoria e certificação de repositórios digitais foi consolidada com o lançamento, em 2007, do documento *"Trustworthy Repositories Audit & Certification: Criteria and Checklist"* (TRAC). O TRAC forneceu uma lista detalhada de requisitos organizacionais, de gestão de objetos digitais, e de infraestrutura técnica e segurança, estabelecendo um padrão para auditoria e certificação de repositórios digitais em todo o mundo. Ele reforçou a ideia de que repositórios digitais precisam monitorar continuamente seus sistemas, mitigar riscos e garantir a transparência de seus processos para manter a confiança de seus usuários e comunidades designadas.

O TRAC serviu como base para o desenvolvimento da norma ISO 16363, publicada em 2012, que formalizou ainda mais o processo de certificação de repositórios digitais confiáveis. A ISO 16363 introduziu uma estrutura mais robusta e internacionalmente reconhecida para auditoria e certificação, agrupando os requisitos em três categorias principais: infraestrutura organizacional, gestão de objetos digitais, e infraestrutura técnica e segurança. O processo de certificação era complexo e exigente, envolvendo

auditorias rigorosas conduzidas por organismos certificadores, que asseguravam que os repositórios cumprissem os mais altos padrões de preservação digital.

Na Alemanha, em paralelo, o projeto NESTOR desenvolveu o *"Catalogue of Criteria for Trusted Digital Repositories"*, culminando na publicação da norma DIN 31644 em 2012. Esta norma complementou os esforços internacionais, focando na confiabilidade de repositórios digitais em termos de documentação, transparência, alinhamento com as partes interessadas e mensurabilidade dos critérios. A certificação NESTOR Seal, baseada nesta norma, tornou-se um marco na certificação de repositórios na Europa, fornecendo uma abordagem detalhada para a autoavaliação e auditoria externa dos repositórios digitais.

Simultaneamente, o CoreTrustSeal surgiu como uma certificação de nível básico, focada em garantir que os repositórios de dados cumpram com as boas práticas estabelecidas para a preservação e acessibilidade de longo prazo dos dados digitais. Derivado da fusão entre o *Data Seal of Approval* (DSA) e o *World Data System*, o CoreTrustSeal foi lançado oficialmente em 2017 como uma entidade internacional sem fins lucrativos. Sua certificação é amplamente utilizada por repositórios de dados científicos e permite uma autoavaliação baseada em 16 requisitos organizados em três categorias: infraestrutura organizacional, gestão de objetos digitais e infraestrutura técnica e segurança. Este selo representa o primeiro passo no processo de certificação, permitindo que repositórios avancem para certificações mais avançadas, como o NESTOR Seal e a ISO 16363.

No Brasil, a evolução das normas de certificação culminou com a publicação da Resolução nº 51 do Conarq em 2023. Esta resolução estabeleceu diretrizes específicas para a implementação de Repositórios Arquivísticos Digitais Confiáveis (RDC-Arq) no país, adaptando os padrões internacionais, como a ISO 16363 ao contexto nacional. A Resolução nº 51 introduziu requisitos rigorosos de auditoria e certificação, focados em garantir a preservação e autenticidade dos documentos arquivísticos digitais, contribuindo para a construção de um ecossistema de preservação digital no Brasil.

O termo RDC-Arq refere-se aos Repositórios Arquivísticos Digitais Confiáveis e foi citado pela primeira vez na Resolução nº 43 do Conarq de 04 de setembro de 2015 (Conselho Nacional de Arquivos, 2015). Um RDC-Arq, por definição, deve "[...] ser capaz de atender aos procedimentos arquivísticos em suas diferentes fases e aos requisitos de um repositório digital confiável." (Conselho Nacional de Arquivos, 2023, p. 13). Vale ressaltar que a Resolução nº 43, em sua primeira versão, deu nova redação à Resolução nº 39 do Conarq, de 29 de abril de 2014, que estabelecia diretrizes para a implementação de "Repositórios Digitais Confiáveis para a transferência e recolhimento de documentos arquivísticos digitais" para instituições arquivísticas dos órgãos e entidades integrantes do SINAR. Ou seja, na resolução nº 39 os repositórios eram chamados de Repositórios Digitais

Confiáveis de Documentos Arquivísticos. A mudança de nomenclatura da Resolução nº 39 para a Resolução nº 43, que adjetiva os repositórios para Repositórios Arquivísticos Digitais Confiáveis, traz em si um sentido muito mais profundo que se possa imaginar, atribuindo ao RDC um caráter arquivístico, com características específicas, e não um RDC genérico que contemple qualquer material digital, incluindo os documentos arquivísticos. Assim, um Repositório Arquivístico Digital Confiável deve ser um Repositório Digital Confiável, mas que incorpore princípios e normas arquivísticas. A Resolução nº 43 foi revogada, e substituída pela resolução nº 51 do Conarq, de 25 de agosto de 2023, que dispõe sobre as Diretrizes para a Implementação de Repositórios Arquivísticos Digitais Confiáveis, em sua segunda versão (Conselho Nacional de Arquivos, 2023).

Decorridos quase 10 anos da publicação das resoluções do Conarq, observa-se um esforço contínuo das instituições em atender aos requisitos nelas descritos, visando a construção de repositórios digitais para a preservação de documentos arquivísticos digitais, fenômeno similar àquele visto por especialistas no início dos anos 2000 em que muitas instituições se diziam aderentes ao modelo OAIS. Contudo, frequentemente se limitavam à simples instalação de um software de repositório, demonstrando uma incompreensão do conceito de um Repositório Arquivístico Digital Confiável e das normas que conformam este conceito (Braga; Holanda; Canelhas, 2022).

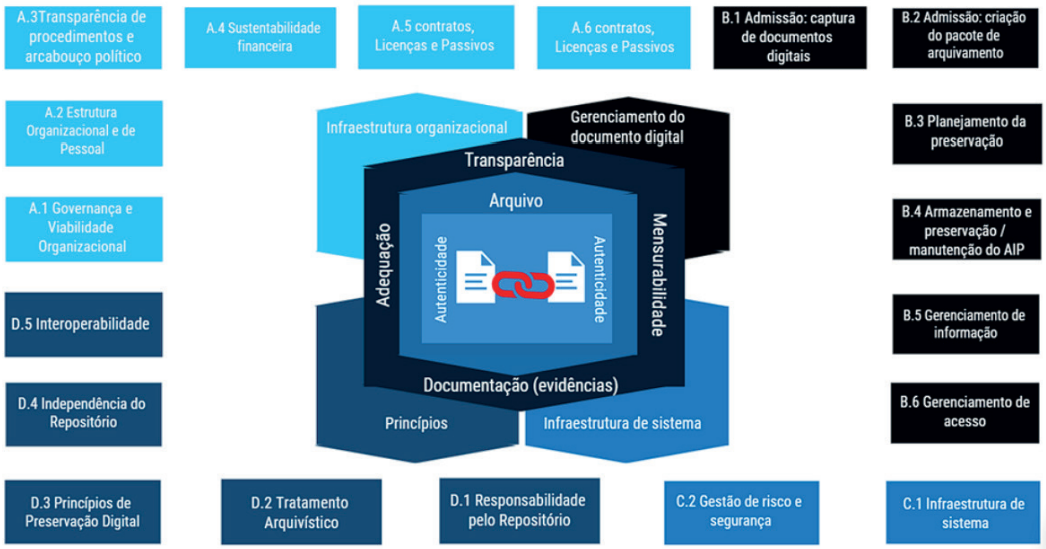
Diante desse cenário, o Conarq tomou a iniciativa de atualizar as "Diretrizes para a Implementação de Repositórios Arquivísticos Digitais Confiáveis", instituindo uma Câmara Técnica Consultiva (CTC) com este propósito. Este esforço culminou na publicação da resolução nº 51 que passa a apontar a necessidade de ciclos de auditoria e certificação além da listagem completa com todos os requisitos que um RDC-Arq deve cumprir, assim como os elementos de evidência para a validação de seu cumprimento.

Os requisitos de confiabilidade, centrados na garantia da preservação da autenticidade e do vínculo orgânico dos documentos arquivísticos, passaram a ser observados segundo critérios rigorosos de auditoria, tais como transparência, mensurabilidade, adequação e documentação (evidência). Esses elementos são fundamentais para permitir uma auditoria e a verificação da conformidade e aderência das instituições com a Resolução nº 51 do Conarq. A transparência assegura que os processos e procedimentos são claros e acessíveis, enquanto a mensurabilidade proporciona métricas objetivas para avaliar a eficácia das práticas de preservação. A adequação garante que as políticas e procedimentos adotados sejam apropriados ao contexto específico de cada instituição, e a documentação oferece as evidências necessárias para comprovar o cumprimento das normas e a integridade dos documentos arquivísticos ao longo do tempo.

A adoção desses princípios permite não apenas assegurar a preservação de documentos digitais autênticos e íntegros, mas também fortalece a confiança das partes

interessadas na capacidade das instituições em cumprir suas responsabilidades arquivísticas. A Figura 1 ilustra a estrutura proposta na resolução nº 51.

Figura 1: Organização dos requisitos da resolução nº 51 do Conarq



Fonte: (Braga; Holanda; Canelhas, 2022, pg. 5)

Além disso, o RDC-Arq não pode ser visto apenas como uma solução de *software* e *hardware*, e sim como uma estrutura organizacional que contempla pessoas, políticas, normas, padrões, modelos, requisitos. É importante ressaltar que a gestão de um RDC-Arq é uma área multidisciplinar, que deve envolver pelo menos dois tipos de profissionais: arquivistas e profissionais da Tecnologia da Informação (TI). O arquivista deve ser responsável pela gestão arquivística e do *dashboard*[1] do ambiente de preservação, atendendo as normativas da área arquivística e as políticas de preservação da instituição em questão, e o profissional de TI deve se responsabilizar pela administração do *Storage Service*[2], e respeitar as políticas de Segurança da Informação da Instituição.

A Resolução nº 51 não apenas se alinha com a ISO 16363, mas também busca adaptar esses padrões internacionais ao cenário específico das instituições arquivísticas brasileiras. Enquanto a ISO 16363 estabelece uma estrutura rigorosa para a auditoria de repositórios digitais confiáveis, a Resolução nº 51 fornece diretrizes adaptadas que

1 Um **dashboard** é a interface gráfica de um *software* que apresenta de forma visual as informações mais importantes e necessárias, reunidas em uma única tela para que a informação possa ser monitorada de forma adequada

2 O **Storage Service** é uma interface onde é possível fazer a gerência da área de armazenamento no servidor onde a plataforma de preservação encontra-se instalada e oferece ferramentas para a TI administrar o armazenamento, backup em cadeia de custódia e gerenciamento de pacotes.

permitem que instituições nacionais, com suas particularidades em termos de recursos e capacidades, possam alcançar essas certificações. Assim, essa resolução promove a criação de um ecossistema arquivístico digital mais robusto e sustentável no Brasil, facilitando não apenas a conformidade com normas globais, mas também promovendo o desenvolvimento de uma política nacional de preservação digital

ESTUDO DE ADERÊNCIA DO APEES EM RELAÇÃO AO RDC-ARQ

A implantação do RDC-Arq no APEES, embora alinhada às diretrizes da Resolução nº 51, enfrenta desafios específicos, como a escassez de pessoal capacitado para lidar com os requisitos tecnológicos e arquivísticos impostos pelas normas e padrões nacionais e internacionais. A capacitação contínua é, portanto, um aspecto importante para que as instituições possam promover a preservação digital de forma eficiente, realizar auditorias eficazes e manter a conformidade com a resolução do Conarq. A formação de equipes multidisciplinares, incluindo tanto arquivistas quanto especialistas em TI, é um fator determinante para o sucesso do processo de certificação e, consequentemente, para garantir a longevidade e autenticidade dos documentos arquivísticos digitais.

O estudo proposto neste trabalho tem como objetivo avaliar a aderência do APEES às normativas e boas práticas advindas das teorias relacionadas à implantação de Repositórios Arquivísticos Digitais Confiáveis (RDC-Arq). Dada a importância da preservação digital no contexto arquivístico contemporâneo, especialmente após a pandemia de COVID-19, um estudo de aderência visa garantir que as práticas do APEES estejam alinhadas com os padrões nacionais e internacionais de preservação digital. Para isso, serão adotadas metodologias de auditoria de sistemas e compliance, assegurando uma abordagem mais adequada e abrangente para este tipo de estudo.

A pesquisa será de natureza aplicada, pois busca proporcionar uma aplicação prática dos conhecimentos adquiridos, especificamente na implantação de um RDC-Arq no APEES. Trata-se também de uma pesquisa exploratória e descritiva, uma vez que visa proporcionar conhecimento detalhado sobre os critérios de auditoria e certificação de RDC-Arq, além de descrever as práticas atuais do APEES e sua conformidade com as normas e teorias inerentes à implantação dos RDC-Arq.

Quanto a metodologia, partirá da pesquisa bibliográfica que será desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente por livros, artigos científicos e normas técnicas relevantes. Esta etapa visa construir um referencial teórico que fundamentará a análise dos processos e práticas do APEES. Já a pesquisa documental incluirá a análise de documentos internos do APEES, tais como políticas de preservação digital, procedimentos operacionais, relatórios de auditoria anteriores e outros registros que evidenciem as práticas de preservação digital.

A coleta de dados será feita a partir da revisão da literatura, dos documentos institucionais como políticas, procedimentos, relatórios, manuais, portaria de demais documentos considerados importantes e da aplicação de questionários e entrevistas estruturadas com os profissionais do APEES e instituições parceiras do projeto.

A análise dos dados coletados se dará em duas etapas: uma primeira qualitativa, analisando os dados coletados e em uma segunda etapa com a análise quantitativa. Essas análises nos permitirão identificar e acompanhar o nível de aderência e seu amadurecimento no decorrer do projeto, como também avaliar a própria metodologia do processo de auditoria.

Quanto aos resultados espera-se apresentar as análises de conformidade realizadas, destacando os pontos fortes e as áreas de melhoria do APEES em relação às diretrizes do RDC-Arq. Serão identificadas as lacunas de conformidade e propostas recomendações específicas para aprimorar a aderência às normas e teorias estabelecidas e identificadas no estudo. Os resultados incluirão uma avaliação dos seguintes critérios de auditoria: **Transparência**: Análise da clareza e acessibilidade dos processos e procedimentos adotados pelo APEES; **Mensurabilidade**: Avaliação das métricas objetivas utilizadas para medir a eficácia das práticas de preservação; **Adequação**: Verificação da pertinência das políticas e procedimentos em relação ao contexto específico do APEES; **Documentação (Evidência)**: Revisão da documentação que comprova a conformidade e a integridade dos documentos arquivísticos preservados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização deste estudo de aderência do APEES às normas e teorias estabelecidas pelo RDC-Arq constitui um passo fundamental para a efetiva implantação de um Repositório Arquivístico Digital Confiável. Este processo visa garantir que as práticas de preservação digital adotadas pela instituição APEES estejam alinhadas com os mais elevados padrões de confiabilidade para a preservação dos documentos arquivísticos digitais. O estudo que será desenvolvido prevê uma abordagem abrangente que inclui a avaliação das práticas atuais, a identificação de lacunas de conformidade e a proposição de melhorias.

A metodologia adotada, que combina pesquisa bibliográfica, documental e a aplicação de entrevistas e questionários, permitirá uma análise detalhada e contextualizada da aderência do APEES às normativas do RDC-Arq. A utilização de métodos qualitativos e quantitativos assegurará uma compreensão abrangente e precisa dos processos e práticas de preservação digital em vigor. A aplicação de critérios de auditoria, como transparência, mensurabilidade, adequação e documentação (evidência), proporcionará uma avaliação da conformidade do APEES com as diretrizes estabelecidas pelo Conarq e teorias da literatura levantadas no estudo.

Os resultados esperados incluem a identificação de pontos fortes e áreas de melhoria no APEES, bem como a formulação de recomendações específicas para aprimorar a aderência às normas e teorias aderentes à implantação dos RDC-Arq. Além disso, espera-se que este estudo contribua significativamente para o desenvolvimento de uma metodologia inovadora e replicável para a auditoria e certificação de Repositórios Arquivísticos Digitais Confiáveis no contexto brasileiro. As conclusões deste estudo não só fortalecerão as práticas de preservação digital do APEES, mas também servirão como referência para outras instituições arquivísticas que buscam implementar repositórios digitais confiáveis.

Além dos benefícios já observados na aplicação da Resolução nº 51, é fundamental que as políticas públicas de preservação digital no Brasil avancem em direção a uma abordagem mais integrada e colaborativa. Isso inclui o desenvolvimento de programas nacionais de capacitação contínua, investimentos em tecnologias emergentes e o fortalecimento de redes de colaboração entre instituições arquivísticas. Somente através da união de esforços será possível garantir que as práticas de preservação digital, guiadas por esses marcos regulatórios, se tornem sustentáveis e efetivas no longo prazo.

REFERÊNCIAS

BRAGA, Tiago Emmanuel Nunes; HOLANDA, Alex Pereira; CANELHAS, Tatiana Pignataro. Resolução RDC-Arq Conarq. **Revista Brasileira de Preservação Digital**, v. 3, p. e022004-e022004, 2022. DOI: 10.20396/rebpred.v3i00.16583. Disponível em: https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/rebpred/article/view/16583/11385. Acesso em: 2 jun. 2024.

Burkard, François. Les archives et l'informatique en France, perspectives et directions de recherches. **La Gazette des Archives**, 75, 159-177, 1971. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/gazar_0016-5522_1971_num_75_1_2213. Acesso em: 2 jun. 2024.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Conarq). **Diretrizes para a Implementação de Repositórios Arquivísticos Digitais Confiáveis – RDC-Arq.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2015. 31 p. Disponível em: https://www.gov.br/conarq/pt-br/legislacao-arquivistica/resolucoes-do-conarq/resolucao-no-43-de-04-de-setembro-de-2015. Acesso em: 24 mai. 2024.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Conarq). **Diretrizes para a Implementação de Repositórios Arquivísticos Digitais Confiáveis – RDC-Arq.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2023. 2. versão. 53 p. Disponível em: https://www.gov.br/conarq/pt-br/assuntos/noticias/diretrizes-para-a-implementacao-de-repositorios-arquivisticos-digitais-confiaveis-versao-2/DIRETRIZESRDCArq12DEZ2023.pdf. Acesso em: 24 mai. 2024.

DOLLAR, Charles; GEDA, Carolyn. Archivists, Archives, and Computers: A Starting Point. **The American Archivist**, [s.l.], v. 42, n. 2, April 1979. Disponível em: https://meridian.allenpress.com/american-archivist/issue/42/2. Acesso em: 24 mar. 2024.

FERREIRA, Miguel. **Introdução à preservação digital: Conceitos, estratégias e actuais consensos.** Guimarães, Portugal: Escola de Engenharia da Universidade do Minho, 2006. 88 p. Disponível em: http://eprints.rclis.org/8524/1/livro.pdf. Acesso em: 02 jun. 2024.

GAVA, Tânia Barbosa Salles; FLORES, Daniel. Auditoria e certificação ao longo da cadeia de custódia digital arquivística. **Informação & Informação** (Online), v. 26, p. 424-449, 2021.

GAVA, Tânia Barbosa Salles; FLORES, Daniel; ROCCO, Brenda Couto de Brito; MELO, Josemar Henrique de. Transformação digital nas instituições: a necessidade de uma preservação digital sistêmica. In: Congresso Nacional de Arquivologia, 9, 2022, Florianópolis. **Anais...** IX Congresso Nacional de Arquivologia. Florianópolis: AAESC, 2022. p. 98-111.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projeto de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Ed. Atlas, 2002.

LEE, Christopher A. **Defining digital preservation work**: A case study of the development of the reference model for an open archival information system. 2005. Tese (Doutorado em Informação) - The University of Michigan, Michigan, 2005.

RLG; OCLC. **Attributes of a Trusted Digital Repository**: Meeting the Needs of Research Resources. [S.l.]: RLG; OCLC, agosto de 2001. Versão preliminar para comentário público. Disponível em: https://www.oclc.org/content/dam/research/activities/trustedrep/attributes01.pdf. Acesso em: 04 jun. 2024.

RIEGER, Morris; The VIIth International Archives Congress, Moscow, 1972: A Report. **The American Archivist** 1 October 1973; 36 (4): 491–633. doi: https://doi.org/10.17723/aarc.36.4.q652g0l66101306n

WATERS, Donald; GARRETT, John. **Preserving Digital Information:** Final Report of the Task Force on Archiving of Digital Information. 1996. Disponível em: https://www.clir.org/pubs/reports/pub63watersgarrett.pdf. Acesso em: 02 jun. 2024.

GESTÃO DE DOCUMENTOS INTEGRADA AOS PROCESSOS DE NEGÓCIO

RECORDS MANAGEMENT INTEGRATED WITH BUSINESS PROCESSES

Rafael Soares Carvalho Alvim
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Ana Celeste Indolfo
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Danilo André Cinacchi Bueno
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Resumo

A pesquisa tem como objetivo discutir a gestão de documentos como um processo de gestão estratégica integrado aos processos de negócio e, a partir disso, evidenciar as contribuições e os benefícios da disciplina arquivística. Preconiza-se cada vez mais o controle do fluxo de informações e de documentos como uma atividade de grande importância para as instituições. A gestão de documentos integrada aos processos de negócio se mostra imprescindível à continuidade das operações, ao atendimento às obrigações legais, aos requisitos de *accountability,* à transparência e à governança, aos interesses das partes envolvidas nos processos, às demandas sociais por direito ao acesso à informação e proteção dos dados e a preservação da memória institucional. A pesquisa caracteriza-se como de natureza qualitativa e do tipo exploratória, apoiada na pesquisa bibliográfica e documental, que consistiu em discutir a gestão de documentos integrada aos processos de negócio e em apresentar seu potêncial estratégico a partir do método *Business scorecard*. A pesquisa resultou em um mapa estratégico com indicadores de desempenho a partir dos eixos finanças, clientes, processos internos e aprendizagem e crescimento, a fim de acompanhamento e melhoria contínua da gestão de documentos nas organizações.

Palavras-Chave: Gestão de documentos; Arquivologia; Processos de negócio.

Abstract

The aim of this research is to discuss records management as a strategic management process integrated into business processes and, on this basis, to highlight the contributions and benefits of the archival discipline. Controlling the flow of information and documents is becoming increasingly important for institutions. Records management integrated into business processes is essential for the continuity of operations, compliance with legal obligations, accountability requirements, transparency and governance, the interests of the parties involved in the processes, social demands for the right to access information and data protection and the preservation of institutional memory. The research is qualitative and exploratory in nature, based on bibliographical and documentary research, which consisted of discussing records management integrated with business processes and presenting its strategic potential using the Business Scorecard method. The research resulted in a strategic map with performance indicators based on the axes of finance, customers, internal processes and learning and growth, to monitor and continuously improve records management in organizations.

Keywords: Records management; Archive Science; Business process.

INTRODUÇÃO

A Arquivologia e seus fundamentos são marcados pelas características e "tradições" nacionais do Estado moderno europeu. Em meados do século XX, a disciplina de gestão de documentos surge nos Estados Unidos no pós II Guerra Mundial sob forte intervenção estatal, em um cenário capitalista e por influência da administração científica (Jardim, 2015).

A partir dos anos 1990, considerando a diversidade de correntes teóricas e práticas da disciplina, foi desenvolvida por iniciativa da *International Organization for Standardization* (ISO) e do *International Counsil on Archives* (ICA) a normalização da gestão de documentos, que ganharia uma universalização sem precedentes com a criação da norma ISO 15489:2001. Com o trabalho, as diferentes perspectivas teóricas e metodológicas da disciplina receberam um novo padrão de reconhecimento internacional.

A sistematização da gestão administrativa integrou, por meio da ISO, diversos sistemas de gestão, dentre eles o de gestão de documentos. A normalização da disciplina gerou como instrumento normativo a série de normas ISO 30300 que nasceu

> com uma vocação integradora com os outros sistemas de gestão. [...] O sistema de gestão para os documentos de arquivo proposto na ISO 30300 pode, portanto, implementar-se integrado com outros sistemas de gestão, permitindo, com pouco esforço, ampliar a eficácia deles (Bustelo Ruesta, 2012, p. 6, tradução nossa).

O estudo de uma perspectiva integrada entre a gestão de documentos e os processos de negócio parte deste cenário de normalização da disciplina promovido pela ISO 15489:2001. De acordo com Llansó i Sanjuan (2009), a orientação da norma para os processos de negócio é inegável. A Norma entende o processo de gestão de documentos como um processo extensível a toda a organização, e não hesita em integrar a gestão de documentos aos sistemas e processos de trabalho, servindo de suporte às atividades e decisões, atribuindo responsabilidade.

A abordagem integrada entre a gestão de documentos e os processos de negócio contribui para reforçar a manutenção dos princípios arquivísticos e do vínculo dos documentos, ao passo que a não integração reduz os benefícios potenciais dos programas de gestão da informação e de documentos das organizações (Watanabe;Sousa 2019).

Diante disso, fez-se necessário pensar sobre quais aspectos a gestão de documentos integra-se aos processos de negócio e qual forma de apontar o seu potencial estratégico para o desempenho organizacional.

O objetivo da pesquisa[1] é discutir a gestão de documentos como um processo de gestão estratégica integrado aos processos de negócio e, a partir disso, evidenciar as contribuições e os benefícios da disciplina arquivística.

Pensar a integração da gestão de documentos com os processos de negócio é discutir seu papel na estrutura e nos objetivos da organização como um todo, e construir uma narrativa que aponte essa integração requer argumentos que coadunam sobre os seus benefícios a nível institucional. É preciso principalmente no contexto brasileiro reforçar debates que ampliem a importância da gestão de documentos como componente da estrutura organizacional para fins de resultado.

1 Esse trabalho baseou-se na dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Gestão de Documentos e Arquivos – PPGARQ, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, com o título: Análise de requisitos de Gestão de Documentos de Arquivo para Gestão Estratégica dos Processos de Negócio de Bio-Manguinhos, em setembro de 2023. Disponível em: https://www.unirio.br/ppgarq/tccs/turma-2021/carvalho-alvim-rafael-soares-analise-de-requisitos-de-gestao-de-documentos-de-arquivo-para-gestao-estrategica-dos-processos-de-negocio-de-bio-manguinhos/view. Acesso em: 10 abr. 2024.

METODOLOGIA

Classificou-se a pesquisa como de natureza qualitativa e do tipo exploratória. A pesquisa qualitativa preocupa-se com expressões da realidade que não podem ser quantificadas, focando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais (Minayo, 2009).

Definiu-se a pesquisa exploratória como método pela qualidade de "desenvolver, esclarecer e modificar conceitos, com vista à formulação de problemas precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores". O objetivo é proporcionar uma visão acerca de um determinado fato. O produto é um problema mais esclarecido, passível de investigação mediante aos procedimentos sistematizados (Gil, 2008, p. 27).

A pesquisa exploratória constituiu, também, a base que norteou a pesquisa bibliográfica. Pretendeu-se explorar na literatura acadêmica e nas normas de padronização como e sobre quais aspectos e abordagens pode-se sugerir a gestão de documentos de arquivo como um processo de gestão estratégica integrada aos negócio para melhoria de desempenho das organizações.

Adotou-se a pesquisa bibliográfica como técnica para levantamento de trabalhos relacionados à gestão de documentos, à gestão estratégica de processos de negócio e análise de desempenho, onde os fundamentos das disciplinas, as normas, os requisitos e os estudos que sugerem e ressaltam a gestão de documentos de arquivo como um processo estratégico para as organizações foram analisados.

A análise consistiu em verificar aspectos da gestão de documentos que podem contribuir para os processos de negócio de forma estratégica, alinhando as perspectivas de melhoria dos processos de controle dos documentos preconizados na literatura aos eixos da metodologia *Balanced Scorecard* (BSC), proposta por Kaplan e Norton (1997), para medir a gestão de uma organização.

GESTÃO DE DOCUMENTOS COMO PROCESSO ESTRATÉGICO INTEGRADA AOS NEGÓCIOS

A gestão de documentos, termo traduzido do americano *records management*, surgiu como disciplina arquivística alinhada à conceitos da Administração, na década de 1940, nos Estados Unidos, a partir da evolução das práticas governamentais frente à necessidade de controlar e reduzir o volume de massa documental produzida pelo Estado e demais órgãos públicos que se acumulavam sem tratamento, tornando ineficiente os trabalhos do poder público federal.

Desde o final do século XIX, os conceitos da administração científica eram relacionados ao uso dos documentos visando soluções para melhoria e eficácia da administração pública federal. Segundo Jardim (1987, p. 2), os órgãos da administração pública americana receberam influência da

> chamada administração científica, em que Frederick Taylor e Frank Gilbreth procuravam mostrar aos administradores como racionalizar o processo administrativo, desenvolvendo suas atividades de forma menos dispendiosa, melhor e mais rápida. A palavra-chave das administrações daqueles países, sobretudo dos E.U.A., passou a ser eficiência. A aplicação dos princípios da administração científica para a solução dos problemas documentais gerou os princípios da gestão de documentos, os quais resultaram, sobretudo, da necessidade de se racionalizar e modernizar as administrações.

A respeito da adoção de princípios da área da administração científica para o controle sistemático dos documentos, Indolfo (2007, p. 34) menciona que

> os elementos economia, eficácia e eficiência, sem esquecer o fator produtividade, são ressaltados, normalmente, em quase todos os conceitos uma vez que as mudanças por que passavam as organizações, governamentais ou não, no início do século XX, tanto no processo de produção, como na organização racional do trabalho, passaram a exigir a adoção dos princípios da administração científica.

Na década de 1950, foi promulgada a *Federal Records Administration Act* (1950), onde definia pela primeira vez o conceito de gestão de documentos como

> o planejamento, o controle, a direção, a organização, o treinamento, a promoção e outras atividades gerenciais relacionadas à criação, manutenção, uso, e eliminação de documentos, com a finalidade de obter registro adequado e apropriado das ações e transações do Governo Federal e efetiva e econômica gestão das operações das agências (44 U.S.C. Chapter 29, tradução nossa).

No bojo do conceito de gestão de documentos está o conceito de ciclo de vida dos documentos, desenvolvido pelo arquivista estadunidense Philip C. Brooks (1940). Esta teoria baseia-se na premissa de que é possível dividir a vida de um registro em oito estágios distintos e separados, começando com uma fase de gerenciamento de registros, que consiste em:

> criação ou recebimento de informações na forma de documentos, classificação dos documentos ou sua informação em algum sistema lógico, manutenção e utilização dos documentos, e sua destinação através da eliminação ou recolhimento para um arquivo (Atherton, 1985-1986, p. 44).

E uma segunda fase, de caráter propriamente arquivístico, incluiria:

> seleção/aquisição dos documentos por um arquivo, descrição dos documentos através de inventários, outros instrumentos de

> pesquisa e afins, a preservação dos documentos ou, talvez, sua informação nos documentos, de referência e uso das informações por pesquisadores e estudiosos (Atherton, 1985-1986, p. 44).

O conceito de ciclo de vida dos documentos, segundo Cruz Mundet (2011), representou um dos paradigmas da Arquivologia, em que os documentos têm vida similar a um organismo biológico, que nasce (criação), vive (manutenção e uso) e morre (expurgo).

A noção de ciclo de vida dos documentos reconfigurou o modelo de instituição arquivística adotado pelo Arquivo Nacional dos Estados Unidos. Visualizado como um processo, o ciclo de vida dos documentos passou a ser o objeto de atuação da instituição, transcendendo a lógica do gerenciamento arquivístico voltada exclusivamente, até então, para o arquivo permanente Para (Jardim, 2015).

O conceito originou-se com a criação dos programas de gestão de documentos e dos arquivos intermediários, sendo utilizado para estruturar os programas com base em três fases: 1) produção/criação, 2) manutenção e uso e 3) destinação de documentos. (Rhoads, 1989).

Segundo Costa Filho (2016, p.156),

> a relação entre a utilização de depósitos intermediários de arquivamento e o ciclo vital dos documentos está no estabelecimento de uma fase ou estágio em que os documentos são pouco utilizados por seus órgãos produtores e, devido a uma motivação econômica, já não necessitam ser mantidos próximos a estes para que aguardem sua destinação.

A operacionalização do ciclo de vida dos documentos foi relacionada, na literatura de gestão de documentos, à teoria de valor primário e secundário, desenvolvida por Schellenberg (2006) e à teoria das três idades, desenvolvida, segundo Caya (2004), por Yves Perótin (1961). Ele propôs os termos arquivo corrente, arquivos intermediários e arquivos permanentes e aconselhou a priorização no contexto de produção de documentos antes da transferência aos arquivos, a fim de melhorar a avaliação.

A teoria das três idades consiste na "sistematização das características dos arquivos correntes, intermediários e permanentes quanto a sua gênese, tratamento documental e utilização" (Associação de Arquivistas de São Paulo, 2012, p. 79).

As etapas consistem em:

> **primeira idade ou corrente** – conjunto de documentos vinculados aos objetivos imediatos para os quais foram produzidos ou recebidos no cumprimento de atividades e que se conservam junto aos órgãos produtores em razão de sua vigência e da frequência de uso;

> **segunda idade ou intermediário** – conjunto de documentos com uso pouco frequente, que aguardam em depósito de armazenamento temporário sua destinação final e;
>
> **terceira idade ou permanente** – conjunto de documentos custodiados em caráter definitivo, em função de seu valor histórico ou informativo (Associação de Arquivistas de São Paulo, 2012, p. 22-23).

Estruturada para fundamentar estratégias de avaliação e de seleção de documentos de acordo com a frequência de uso, a teoria proposta por Schellenberg (2006) é baseada em duas categorias de valores: o primário (documentos administrativos, fiscais, legais e executivos) criado para a finalidade da entidade produtora e o secundário (documentos probatórios e informativos) preservado para acesso de outras entidades para fins históricos e informativos para prova em longo prazo.

A gestão de documentos como uma prática universalmente conhecida foi resultado dos trabalhos da Organização das Nações Unidas para a Educação (UNESCO), a partir do programa para a gestão de documentos e arquivos denominada *Records and Archives Management Programme* (RAMP), e do ICA, com a organização de comitês, conferências e simpósios para abordar a gestão de documentos, influenciando as práticas de gestão de documentos em diversos países.

Segundo Jardim (2015, p. 30), a padronização de "diferentes perspectivas teóricas e modelos de aplicação relacionados à gestão arquivística de documentos correntes e intermediários ganhará uma universalização sem precedentes com a Norma Internacional de gestão de documentos, a ISO 15489".

A ISO 15489:2001, criada pelo Comitê Técnico da *International Standard Organization* (ISO) – ISO/TC 46, *Information and Documentation, Subcommittee* SC 11, *Archives/records*, instalado em 1998, teve como bases a metodologia *Dirks* (*Design and Implementation of a Record Keeping System*) e modelo norte-americano de gestão de documentos (Jardim, 2015).

Núñez Fernández (2008, p. 74, tradução nossa), ao abordar os cenários de demandas que levaram à norma ISO 15489, destacou que

> a norma surge como resultado da necessidade de prover dois outros sistemas, o sistema de gestão da qualidade (ISO 9001) e o sistema de gestão ambiental (ISO 14000), com um sistema de gestão documental confiável e eficaz que os suporte [...]. O padrão tenta ser a aplicação prática do gerenciamento de registros sob o novo modelo de *continuum* de registros segundo o qual os documentos não seguem as fases de um ciclo de vida de forma linear, passando por sucessivos tipos de etapas e arquivos, mas estão sujeitos a ciclos constantes até sua eliminação ou conservação definitiva. A experiência e a casuísticas decorrentes do novo ambiente de produção,

> gestão e conservação de documentos eletrônicos são decisivas no desenvolvimento deste novo modelo.

Ainda no contexto acima, a gestão de documentos tornou-se um "componente a mais nos processos de gestão administrativa, conectando-se aos Sistemas de Qualidade (ISO 9000)" (Bueno, 2019, p. 28). Os processos de controle de documentos, previsto na norma de sistema de qualidade, base para o gerenciamento de processos de negócio, ampliaram-se com a gestão de documentos.

A normalização da gestão de documentos se desdobrou em diversas outras normas desenvolvidas pela ISO. A série ISO 30300, de sistemas de gestão para documentos de arquivo e a ISO 26122, de análise de processos de trabalho para documentos de arquivo. Essas normas complementam as ações estabelecidas na ISO 15489 para o desenvolvimento de sistemas de gestão de documentos de arquivo.

Com a universalização do conceito de gestão de documentos, a relação dos processos de gerenciamento de documentos tornou-se compartilhada e extensível a toda a organização. A gestão de documentos integrou-se aos sistemas e aos processos de trabalho das instituições, servindo como suporte para as atividades e decisões e atribuindo responsabilidades.

A necessidade de alinhamento de sistemas de gestão díspares, tendo como foco o cliente, é oportunidade para definir estruturas, processos, produtos e valores que uma organização precisa criar e promover para atingir seus objetivos e metas.

O alinhamento estratégico une os objetivos gerais da instituição e os objetivos que cada unidade contribui para o sucesso da organização. Para alcançar isso e garantir que as metas dos programas de gestão de documentos estejam alinhadas à organização, deve-se entender e observar a estratégia e adotar abordagens orientadas a processos.

De acordo com Andolsen (2007, p. 1, tradução nossa),

> a gestão de documentos e de informações tem sido um espectador inocente desse movimento contínuo. Apenas acidentalmente a gestão de documentos fez parte do esforço de alinhamento estratégico. Mas isso não é mais uma situação aceitável. Com o crescente reconhecimento da importância de uma boa gestão de documentos e informações - especialmente impulsionado pelos efeitos da baixa conformidade regulamentar e litígios - os arquivistas têm uma excelente oportunidade de se tornarem participantes ativos nos esforços de alinhamento estratégico da organização.

A abordagem orientada a processos para alinhamento estratégico dos programas de gestão de documentos é uma alternativa para direcionar os objetivos e metas de cada unidade em consonância com os objetivos corporativos. Nessa perspectiva, Andolsen (2007) apresentou uma versão adaptada da abordagem da tecnologia da informação, de

Christoph F. Strnadl (2006 *apud* Andolsen, 2007), aos procedimentos de gestão de documentos a partir de quatro dimensões e da seguinte forma:

1. **Processos**: trabalha para otimizar os processos de negócio. Os procedimentos de gestão de documentos devem, em última análise, refletir e apoiar a estratégia geral de quatro maneiras:
   - garantindo que os processos sejam definidos e documentados de forma clara, com responsáveis identificados e vinculados a processos específicos;
   - definindo indicadores de desempenho apropriados;
   - especificando quando cada processo deve ocorrer, estipulando que processos definidos e medidos se tornem uma atividade contínua da organização.
   - monitorando e auditando os procedimentos ao longo do tempo para garantir que os resultados desejados sejam alcançados.
2. **Informação**: abordagem orientada para o processo, concentra-se na informação. Entende-se que seus processos incluem a:
   - classificação dos tipos de informação; definição dos cronogramas de retenção de documentos e um conjunto padrão de classificações seja definido.
   - análise e compreensão dos procedimentos para garantir o fluxo de informações;
   - disponibilidade de informações claras e completas para os processos de decisão. elemento-chave do alinhamento estratégico é a tomada de decisão eficaz.
   - preservação de informações para a gestão contínua e histórica da organização. O foco é garantir que a preservação reflita os objetivos corporativos e seja ajustada à medida em que as estratégias mudam.
3. **Serviços**: concentra-se na criação e gestão de serviços que promovam os objetivos da organização e não impeçam o progresso. Os componentes desta dimensão incluem:
   - descrição clara e precisa dos serviços oferecidos pelo programa de gestão de documentos;

- garantia de qualidade definidas e (se apropriado) acordos de nível de serviço que reflitam claramente os objetivos gerais da organização;

- disponibilidade de serviço alinhada aos objetivos corporativos.

4. **Tecnologia**: abordagem orientada por processos para o alinhamento estratégico. concentra-se na disponibilidade de tecnologia para suporte às metas da organização. Os componentes incluem:
   - especificações de tecnologia para a gestão dos documentos;
   - recursos tecnológicos para gestão de documentos apropriado aos funcionários;
   - tecnologia continuamente atualizada.

Para constantemente comprovar a eficiência e eficácia dos procedimentos de controle documental para as instituições, os sistemas de gestão de documentos devem incluir na sua manutenção o acompanhamento, a medição e a análise por meio de indicadores de desempenho, porém são poucas as metodologias de indicadores voltadas para valorizar a gestão de documentos.

Em alternativa ao cenário descrito, Alonso, García Alsina, Lloveras I Moreno (2008, p. 21-22, tradução nossa) sugere a utilização de modelos de gestão das organizações ou modelos para avaliar serviços e sistemas de informação e documentação como base para estabelecer esquemas de indicadores voltados para a demonstração dos benefícios da gestão de documentos, sendo eles:

- Modelo EFQM de Excelencia;
- Balanced Business Scorecard (BSC);
- Retorno Sobre Investimento (ROI - *Return on Investment*);
- Custo Total de Propriedade (TCO - *Total Cost of Ownership*);
- Custos Baseado em Atividades (ABC - *Activity Based Costing*);
- Valor Econômico Agregado (EVA);

- Modelo de requisitos para a gestão de documentos eletrônicos (MoReq);

- Indicadores de desempenho para bibliotecas (ISO 11620:2003, UNE-ISO/TR 20983:2006 IN).

Para medir a gestão estratégica de uma organização, Kaplan e Norton (1997) desenvolveram a metodologia *Balanced Scorecard* (BSC), que é uma ferramenta que traduz a missão e a visão das empresas em um conjunto de medidas de desempenho que servem de sistema de medição e de gestão, a fim de que os objetivos da organização atinjam os interesses de seus investidores.

Nessa metodologia, os objetivos são agrupados em quatro perspectivas:

- **financeira**: demonstra se a execução da estratégia está contribuindo para a melhoria dos resultados financeiros e para o retorno sobre os investimentos;

- **do cliente**: avalia se a proposição de valor da empresa para os clientes-alvo está produzindo os resultados em termos de satisfação, conquista, retenção dos clientes e lucratividade e, por fim, participação de mercado;

- **dos processos internos**: identifica se os principais processos definidos na cadeia de valor estão contribuindo para a qualidade, o tempo de resposta, a melhoria do custo e do lançamento de novos produtos e geração de valor percebido pelos clientes e atingimento dos objetivos financeiros da empresa e;

- **da aprendizagem e crescimento**: verifica se a aprendizagem, a obtenção de novos conhecimentos e o domínio de competências no nível do indivíduo, do grupo e das áreas de negócios estão desempenhando o papel de viabilizadores das três perspectivas anteriores (Herrero, 2005, p. 30).

O BSC traduz a missão e a estratégia de uma organização em um conjunto de medidas de desempenho que servem de base para um sistema de medição e gestão estratégica, com o objetivo de tornar as ações entendíveis de forma que impactem o desempenho da organização. A metodologia oferece equilíbrio e balanceamento entre as medidas externas (clientes e acionistas) e as internas da organização (processos de negócio, aprendizado e crescimento), avaliando os resultados e determinando medidas de desempenho futuro.

De acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) na NBR ISO 15489 (2018), na área de política e responsabilidade, deve-se estabelecer critérios para monitorar e avaliar as políticas, os sistemas e os procedimentos e os processos de documentos de arquivo, com envolvimento e suporte de arquivistas, profissionais de tecnologia da

informação, profissionais da área jurídica, auditores e gestores. Esses procedimentos garantem que a gestão de documentos: 1) sejam desenvolvidas de acordo com as políticas e requisitos de negócio; 2) funcionem conforme foram definidos e desenvolvidos, 3) atenda a possíveis alterações e 4) seja aprimorada continuamente.

RESULTADOS

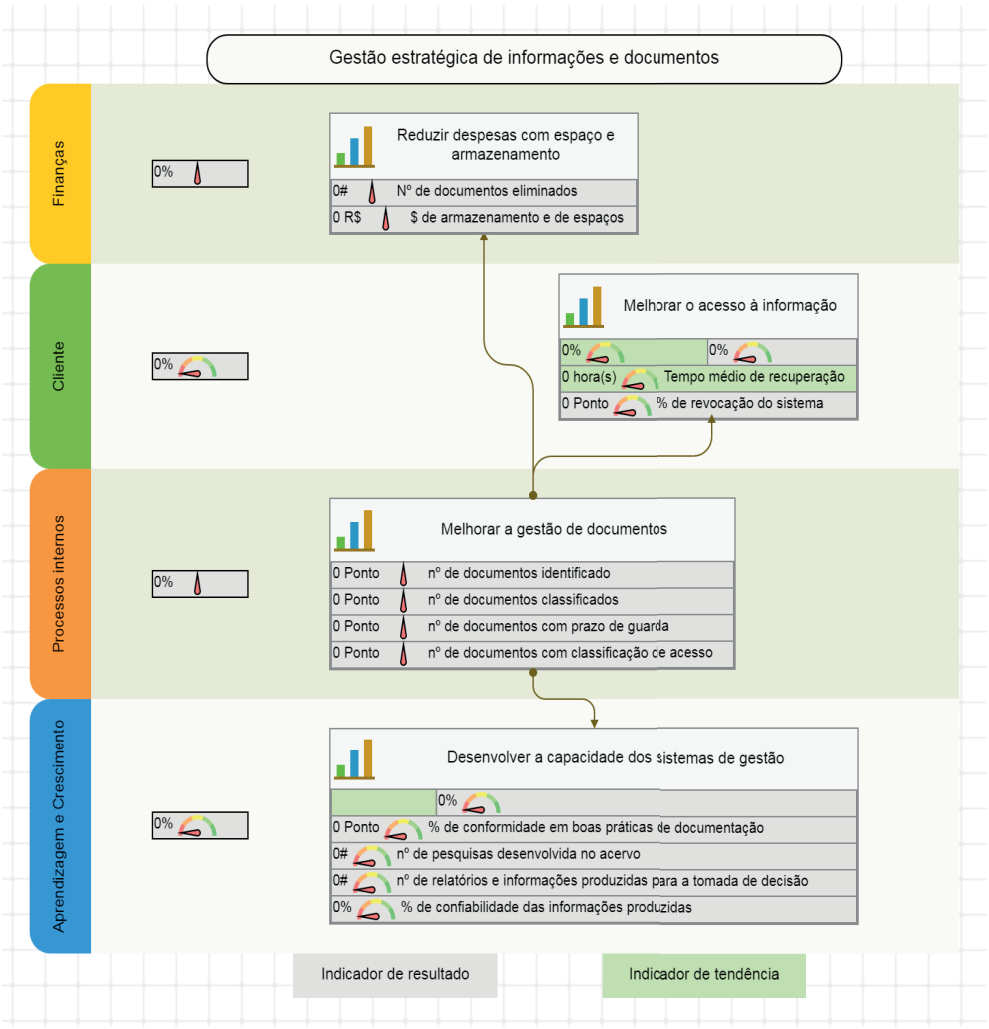
Com base nas discussões apresentadas e com vista a construção de uma metodologia que valorize a contribuição da gestão de documentos para as organizações, a pesquisa sugeriu, numa abordagem inicial e sem definição de valores, o seguinte mapa estratégico e seus respectivos indicadores de desempenho para a gestão de documentos de arquivo.

Na figura 1, considerou-se as seguintes ações:

- **Financeira**:
    - Objetivo: Reduzir despesas com espaço e armazenamento de documentos:
        - Indicadores: 1) nº de documentos eliminados conforme estabelecido na tabela de temporalidade; 2) valor de armazenamento e espaço. Discute-se a economia gerada com os processos de gestão.
- **Cliente**:
    - Objetivo: Melhorar o acesso à informação:
        - Indicadores: 1) tempo médio de recuperação e 2) capacidade de revocação do sistema. Avalia-se a qualidade dos serviços de acesso e consulta aos documentos.
- **Processos internos**:
    - Objetivo: Melhorar a gestão de documentos de arquivo
        - Indicadores: 1) nº de documentos identificados; 2) nº de documentos classificados; 3) nº de documentos com prazo de guarda definidos e 4) nº de documentos com classificação de acesso. Verifica-se o desempenho da aplicabilidade dos processos de gestão.
- **Aprendizagem e crescimento**:
    - Objetivo: desenvolver a capacidade dos sistemas de gestão:

- Indicadores: 1) nível de conformidade em boas práticas de documentação com a gestão de documentos; 2) nº de relatórios e informações produzidas para tomada de decisão e 3) nível de confiabilidade das informações produzidas. Analisa a contribuição da gestão de documentos para os demais sistemas, como a gestão da qualidade e da informação.

Figura 1 – Mapa estratégico e indicadores de desempenho para gestão de documentos



Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

A proposta visa contribuir metodologicamente para analisar os processos de gestão de documentos de arquivo e alinhar estrategicamente as funções arquivísticas aos processos de negócio para obtenção de resultados. Os objetivos e os indicadores de desempenho definidos para a criação do mapa estratégico foram pensados a

partir das atividades de gestão de documentos e suas contribuições, que reforçam a importância de seus processos para os demais sistemas de gestão e para a instituição como um todo.

Os indicadores de desempenho e suas conexões foram formulados a partir dos resultados esperados com a realização dos processos de gestão de documentos. Entende-se que a gestão de documentos pode contribuir para os objetivos estratégicos das organizações com o desenvolvimento de melhorias nos sistemas de informação a partir do acesso à informação, com o aumento dos índices de conformidade a partir da aplicação, por exemplo, dos requisitos de avaliação preconizados nas boas práticas de documentação e, por fim, com a melhoria do retorno financeiro para a instituição, com o controle da produção e do armazenamento de documentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considera-se a gestão de documentos um importante processo de gestão estratégica para instituições públicas e privadas. O desenvolvimento dessa capacidade é consequência de processos, de políticas e de tecnologias bem definidas que possam conferir maior grau na estrutura organizacional e maior poder de decisão no que compete aos arquivos: controlar o fluxo de informações e de documentos desde a fase de produção até a sua destinação.

A pesquisa teve como objetivo discutir a gestão de documentos como um processo de gestão estratégica integrado aos processos de negócio e, a partir disso, evidenciar as contribuições e os benefícios da disciplina arquivística.

Partiu-se da apresentação dos fundamentos teóricos da gestão de documentos como um processo estratégico integrado aos negócios, onde foi destacado aspectos e contribuições da disciplina, metodologias para avaliação de desempenho e, por fim, modelos teóricos para mapeamento estratégico e indicadores para melhoria de processos.

Acredita-se que a utilização da metodologia BSC poderá contribuir para as discussões a respeito de indicadores de desempenho para arquivos. O método pode ser uma importante ferramenta para a demonstração de como os objetivos da gestão de documentos podem estar interligados à organização com um todo. Esta pesquisa limitou-se a sugerir objetivos e indicadores, pois não foi possível atribuir e aplicar valores reais nesta pesquisa.

O trabalho norteará novas propostas de desdobramentos e continuidade da pesquisa no campo da Arquivologia. As discussões suscitadas fomentam recomendações para o desenvolvimento de estudos envolvendo aspectos interdisciplinares da gestão de documentos e as possíveis forma de alinhamento estratégico das instituições arquivísticas a organização. Nesse sentido, a pesquisa contribui para discussões relacionadas ao estudo de métodos de análise de desempenho e melhoria contínua para gestão de documentos.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNTNBR ISO 15489**: Informação e documentação - Gestão de documentos de arquivo. Parte 1: Conceitos e princípios. 2018.

ALONSO, José Alberto; GARCÍA ALSINA, Montserrat; LLOVERAS I MORENO, M. Rosa. La norma ISO 15.489: un marco sistemático de buenasprácticas de gestión documental enlasorganizaciones. **Revista de Biblioteconomia i documentació**, 2007, n. 47 p. 41-70. Disponível em: http://eprints.rclis.org/12263/1/Alonso_Garcia_Lloveras_-_La_norma_ISO_15489.pdf. Acessoem: 20 jun. 2023.

ANDOLSEN, Alan A. Does Your RIM Program Need Strategic Alignment? **Information Management Journal**, v. 41, n. 4, p.35, 2007. Disponível em: https://www.proquest.com/openview/1ee42a5c883b0a6eca5b8131d21b70ac/1?pq-origsite=gscholar&cbl=47365. Acesso em: 10 jun. 2023.

ATHERTON, J. From Life Cycle to Continuum. Some Thoughts on the Records Management-Archives Relationship. **Archivaria**, Ontario, n. 21, p. 43-51, 1985-86.

BUENO, Danilo André Cinacchi. **Gestão de documentos no âmbito das políticas públicas arquivísticas do Poder Executivo Estadual no Brasil**. 2019. 492f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal Fluminense, 2019.

BUSTELO-RUESTA, Carlota. La normalización internacional en información y documentación:¿ una historia de éxitos? El caso de la normalización ISO en gestión de documentos. **Métodos de información**, v. 3, n. 4, p. 39-46, 2012. Disponível em: http://www.metodosdeinformacion.es/mei/index.php/mei/article/view/717. Acesso em: 30 mar. 2023.

CAYA, M. La théorie des trois âges en archivistique. En avons-nous toujours besoin ? In: **CONFÉRENCE DE L'ÉCOLE DES CHARTES**, 2004. Disponível em: http://elec.enc.sorbonne.fr/conferences/caya. Acesso em: 24 dez. 2022.

CRUZ MUNDET, J. R. **Administración de documentos y archivos**: textos fundamentales. Madrid: Cordinadora de Asociaciones de Arqchiveros (CAA), 2011. 486p

COSTA FILHO, C. A. O ciclo vital ante o documento digital: o modelo Records Continuum como recurso de elucidação. **Acervo**, *[S. l.]*, v. 29, n. 2, p. 155–167, 2016. Disponível em: https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/705. Acesso em: 12 set. 2023.

EVANS, Frank B. Archivists and records managers: variations on a theme. **The American Archivist**, v. 30, n. 1, p. 45-58, 1967.

FEDERAL RECORDS MANAGEMENT ACT – 1950, **44 U.S.C.** Chapters 21, 29, 31, and 33. Disponível em: https://www.archives.gov/about/laws/records-management.html#2901. Acesso em 30 out. 2020.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas da pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 200 p. Disponível em: https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todosetc3a9cnicas-de-pesquisa-social.pdf. Acesso em: 24 nov. 2019.

HERRERO, Emílio. **Balanced Scorecard e a gestão estratégica**. Gulf Professional Publishing, 2005.

INDOLFO, Ana Celeste. Gestão de Documentos: uma renovação epistemológica no universo da Arquivologia. **Arquivística.net**, Rio de Janeiro, v. 3, n.2, p. 28-60, jul./dez. 2007. Disponível em: https://www.brapci.inf.br/_repositorio/2011/06/pdf_59336b505e_0003553.pdf. Acesso em: 10 fev.2023

JARDIM, José Maria. Caminhos e perspectiva da gestão de documentos em cenários de transformações. **Revista acervo**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 19-50, jul./dez. 2015. Disponível em: http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/recistaacervo/article/. Acesso em: 25 mar. 2023.

LLANSÓ I SANJUAN, J. La Norma UNE-ISO 15489-1 y 2: Análisis, contenido y aplicación de la norma. **Revista Arch-e**, Andaluzia, España, n. 1, maio. 2009. Disponível em: http://www.juntadeandalucia.es/cultura/archivos_html/sites/default/contenidos/general/revista/numeros/ Numero_1/galeria/01-04_Joaquim_Llansx_Sanjuan_II.pdf. Acesso em: 12 abr. 2021.

KAPLAN, Robert S.; NORTON, David P. **A estratégia em ação**: balancedscorecard. Gulf Professional Publishing, 1997.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2009. 109 p. Disponível em: https://www.mobilizadores.org.br/wpcontent/uploads/2015/03/MINAYO-M.-Cec%C3%ADlia-org.-Pesquisa-social-teoriam%C3%A9todo-e-criatividade.pdf. Acesso em: 24 nov. 2019.

NÚÑEZ FERNÁNDEZ, Eduardo. **La acreditación de las normas ISO en los sistemas de gestión de documentos y archivos de administraciones locales**. 2008. Disponível em: http://www.madrid.es/UnidadesDescentralizadas/Bibliotecas/EspecialesInformativos/Archivo DeVilla/XVII%20Jornadas/Actas_jornadas.pdf. Acesso em: 15 maio 2021.

RHOADS, James B. **La función de la gestión de documentos y archivos en los sistemas nacionales de información**: un estudio del Ramp. Paris: UNESCO, 1983.

SCHELLENBERG, T. R. **Arquivos Modernos**: princípios e técnicas. Tradução: Nilza Teixeira Soares. 6. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. 388 p.

WATANABE, E.; SOUSA, R.. Gerenciamento de processos de negócio e gestão arquivística de documentos: uma proposta de aproximação a partir da engenharia de documentos. **ENANCIB**, Brasil, oct. 2019. Disponível em: https://conferencias.ufsc.br/index.php/enancib/2019/paper/view/757/785. Acesso em: 13 Jun. 2024.

INSTRUMENTOS DE GOVERNANÇA ARQUIVÍSTICA PARA IMPLEMENTAÇÃO DO MODELO HIPÁTIA DE PRESERVAÇÃO DIGITAL

ARCHIVE GOVERNANCE INSTRUMENTS FOR IMPLEMENTATION OF THE HIPÁTIA DIGITAL PRESERVATION MODEL

Leolíbia Luana Linden
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia

Resumo

O texto aborda a importância da governança arquivística na gestão eficaz de documentos e informações ao longo do tempo, especialmente em um contexto onde tecnologias aplicadas aos arquivos são cada vez mais comuns. O Modelo Hipátia é destacado como uma abordagem de preservação digital que visa estabelecer Repositórios Arquivísticos Digitais Confiáveis (RDC-Arq), integrando barramento, repositório de preservação e de disseminação. O estudo foca em identificar os instrumentos de governança arquivística aplicáveis ao Modelo Hipátia, abordando sua implementação em cinco fases distintas: preparação arquivística, preparação computacional, extração de objetos digitais, preservação e disseminação. Instrumentos como políticas de gestão e preservação de documentos, esquemas de classificação, tabelas de temporalidade e diagnósticos arquivísticos são essenciais nesse contexto. A governança arquivística, conforme discutido, promove transparência, prestação de contas e conformidade regulatória, contribuindo para a preservação da memória institucional e o acesso à informação histórica.

Palavras-Chave: Governança arquivística; Modelo Hipátia; Preservação digital.

Abstract

The paper addresses the importance of archival governance in the effective management of documents and information over time, especially in a context where technologies applied to archives are increasingly common. The Hipátia Model is highlighted as a digital preservation approach that aims to establish Reliable Digital Archival Repositories (RDC-Arq), integrating bus, preservation and dissemination repository. The study focuses on identifying the archival governance instruments applicable to the Hipátia Model, approaching its implementation in five distinct phases: archival preparation, computational preparation, extraction of digital objects, preservation and dissemination. Instruments such as document management and preservation policies, classification schemes, temporality tables and archival diagnoses are essential in this context. Archival governance, as discussed, promotes transparency, accountability and regulatory compliance, contributing to the preservation of institutional memory and access to historical information.

Keywords: Archival governance; Hypatia model; Digital preservation.

INTRODUÇÃO

No contexto da Arquivologia, a governança é responsável por estabelecer a estrutura e as diretrizes que asseguram a gestão dos arquivos ao longo do tempo. Ela define políticas para a criação, manutenção, preservação e acesso aos documentos, garantindo que sejam autênticos, íntegros e acessíveis tanto para as necessidades contemporâneas quanto futuras. A governança na arquivologia promove a transparência e a responsabilidade, assegurando que todos os processos arquivísticos estejam em conformidade com os padrões legais e normativos, além de facilitar a integração de tecnologias avançadas na gestão de arquivos.

A relevância dos debates acerca da governança arquivística reside na sua capacidade de estabelecer diretrizes, normas e processos que garantam a eficácia na gestão dos documentos e informações ao longo do tempo. Sobretudo, no cenário onde as aplicações tecnológicas aos arquivos se demonstram recorrentes, os instrumentos de governança arquivística são imprescindíveis para trazer maior aderência às implementações.

O Modelo Hipátia de preservação digital é reconhecido como uma abordagem de preservação digital que visa estabelecer Repositórios Arquivísticos Digitais Confiáveis

(RDC-Arq), promovendo uma integração entre o barramento, o repositório de preservação e o de disseminação, com o intuito de concretizar o RDC-Arq (Hipátia[1], 2023).

Dessa forma o objetivo deste estudo é identificar os instrumentos de governança arquivística que são observados para a implementação do Modelo Hipátia. Para isso, foram descritas as características do modelo e ressaltados os conceitos de governança que levaram ao entendimento do que seriam os instrumentos de governança arquivística no contexto do Modelo Hipátia de preservação digital.

MODELO HIPÁTIA DE PRESERVAÇÃO DIGITAL

No Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), são conduzidos diversos projetos que contribuem para o avanço das aplicações tecnológicas no campo dos arquivos e da preservação digital. Dentre esses projetos, destaca-se o Hipátia, que é um modelo de preservação digital voltado para a implementação RDC-Arq, estabelecendo um padrão de integração entre o barramento, o repositório de preservação e o de disseminação para a implementação do RDC-Arq (Hipátia, 2024).

Esse modelo homenageia a cientista conhecida por sua contribuição na organização da biblioteca de Alexandria. Hipátia, por um longo período, foi reconhecida como a única mulher cientista de quem se tinha registro. Embora grande parte de seu legado tenha sido considerada perdido ao longo dos séculos, com o tempo, algumas de suas contribuições foram redescobertas e seu papel foi revelado à sociedade contemporânea. A trajetória de Hipátia e a maneira como seu legado foi preservado até os dias de hoje inspiraram o desenvolvimento do modelo proposto pelo Ibict, conforme descrito por (Braga, 2021).

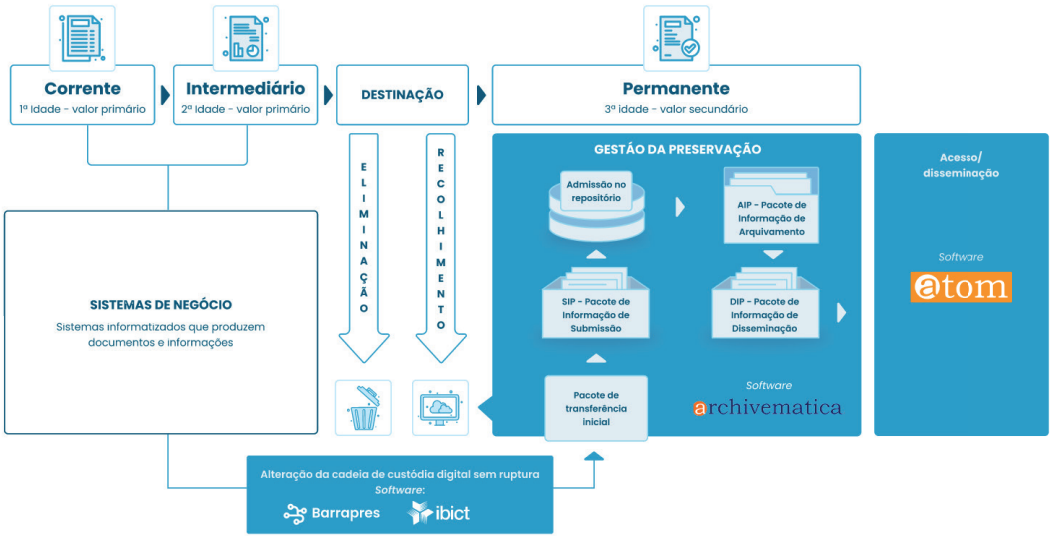
Neste contexto, o Modelo Hipátia tem sido aplicado em diversas organizações e tem apresentado resultados eficazes na implementação dos modelos *Open Archival Information System* (OAIS) e RDC-Arq. De acordo com Flores (2023), atualmente, este modelo é reconhecido como uma das poucas iniciativas que consegue efetivamente aplicar os princípios teóricos mais recomendados pela literatura, bem como os requisitos normativos sugeridos por organismos nacionais e internacionais para a preservação digital.

O Open Archival Information System (OAIS) é o modelo conceitual mais recomendado por pesquisadores e instituições de referência, ele descreve as funções de um repositório digital e os metadados necessários para a preservação e o acesso dos materiais digitais gerenciados pelo repositório, que constituem um modelo funcional e um modelo de informação. (Linden, 2022)

1 Disponível em: https://hipatia.ibict.br/.

A Resolução do Conselho Nacional de Arquivos (Conarq) nº 43, de 04 de setembro de 2015, conhecida como RDC-Arq, estabelece diretrizes para a implementação de repositórios digitais confiáveis para a transferência e recolhimento de documentos arquivísticos digitais para instituições arquivísticas dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos (SINAR) com base no modelo de preservação OAIS. O repositório digital é um aliado na gestão, conservação e preservação de documentos digitais, desde que seja criado e gerenciado seguindo as normas e diretrizes existentes para a criação e uso do mesmo.

Figura 1: Integração de conceitos e tecnologias na implementação do Modelo Hipátia



Fonte: Ibict, 2024.

Nessa perspectiva, o Modelo Hipátia possui aderência a diversas teorias, normativas e diretrizes que são baseadas em práticas e padrões internacionais reconhecidos na arquivologia, preservação digital e tecnologia da informação. Na Figura 1, é possível identificar o entrosamento e integração dessas premissas, a começar pelos preceitos da gestão de documentos representados pela teoria das três idades (corrente, intermediário e permanente) e pelos fluxos de destinação final (eliminação e recolhimento). Encadeados nesse fluxo, estão os ambientes de gestão, preservação e acesso, protagonizados pelos respectivos softwares que executam suas funções.

Na Figura 1 também é possível identificar a interação sistêmica que o Modelo de Preservação Hipátia proporciona a partir de diferentes tecnologias, baseado no padrão normativo do OAIS, RDC-Arq e demais, com os seguintes elementos:

- **Sistema produtor:** sistemas de negócio que produz documentos no âmbito das atividades da instituição;

- **BarraPres:** solução tecnológica de código aberto desenvolvido pelo Ibict, é um barramento que atua como um sistema de comunicação que transfere dados entre componentes da arquitetura;

- **Archivematica:** sistema de código aberto, responsável por orquestrar as ações de preservação previstas nos padrões normativos;

- **AtoM:** sistema de código aberto, utilizado para descrições arquivísticas baseadas em padrões de acesso.

No ambiente de gestão, temos os sistemas de negócio que são responsáveis pela produção e pela gestão dos documentos; no ambiente de preservação temos as ações de gestão da preservação orquestradas pelo software Archivematica que são baseadas no Modelo OAIS e RDC-Arq; no ambiente de acesso temos as possibilidade de descrição e disseminação a partir do software AtoM.

A estrutura de arquitetura tecnológica demonstrada na Figura 1 e posteriormente descrita, resulta em um ecossistema de sistemas de informação que possibilitam a implementação do RDC- Arq, enquanto um ambiente de preservação e acesso aos documentos arquivísticos digitais pelo tempo que for necessário. Esse ecossistema, composto pelos sistemas de negócio institucionais, pela solução tecnológica BarraPres desenvolvida pelo Ibict e pelos sistemas de preservação e acesso de código aberto, constituem o que denominamos de Modelo Hipátia de preservação digital.

A implementação do Modelo Hipátia de preservação é organizada em cinco fases distintas: preparação arquivística, preparação computacional, extração de objetos digitais, preservação e disseminação. Essas fases podem ocorrer de maneira síncrona, como é o caso da preparação arquivística e computacional, ou de forma sequencial, como acontece com as etapas de extração de objetos digitais, preservação e disseminação (Braga, 2020).

Figura 1 – As cinco etapas do Modelo Hipátia

Fonte: A autora com base em Braga, 2020, p.56.

Dentre as etapas, assinala-se a etapa de Preparação Arquivística onde acontece a análise de instrumentos de governança arquivística que apoiem a gestão de documentos

no contexto institucional, a definição dos objetos a serem preservados, a definição dos metadados que irão compor o pacote de preservação, a definição da estrutura do objeto digital a ser preservado por meio do pacote OAIS, a avaliação documental a partir da análise da tabela de temporalidade e dos critérios arquivísticos.

A equipe do Modelo Hipátia sistematizou um portfólio de serviços, onde estão descritos previamente qual é o tipo de intervenção tecnológica, suas etapas e tarefas. Dentre as atividades previstas estão elencadas no Quadro 1:

Quadro 1 - Destaques do Portfólio do Modelo Hipátia

OBJETIVOS ESPECÍFICO (OE)	ATIVIDADES
OE1 Avaliar escopo informacional, tecnológico e computacional	1.1 Estudar e analisar o ambiente da infraestrutura computacional; 1.2 Levantar os requisitos de desempenho e confiabilidade; 1.3 Realizar alinhamento inicial e conceitual do Modelo Hipátia de Preservação; 1.4 Efetuar estudo diagnóstico quanto ao nível de maturidade em Preservação Digital; 1.5 Efetuar estudo e análise do ambiente da infraestrutura informacional dos arquivos digitais do sistema de gestão, inclusive diagnóstico da governança arquivística.
OE2 Estruturar a aplicação do modelo de preservação Hipatia	2.1 Realizar estudo do sistema de gestão; 2.2 Desenvolver do dicionário de dados do sistema de gestão; 2.3 Estudar os formatos dos arquivos; 2.4 Estabelecer, em conjunto com a instituição parceira, diretrizes para o Modelo de Preservação Digital; 2.5 Delimitar parâmetros de configuração de *softwares* de preservação; 2.6 Delimitar parâmetros de configuração de *softwares* de acesso; 2.7 Instalar e configurar dos sistemas Archivematica e AtoM; 2.8 Desenvolver o *Plugin* temático do sistema de acesso; 2.9 Gerar estrutura de pacotes de acordo com o modelo OAIS; 2.10 Sistematizar o processo de coleta automatizada de dados.
OE3 Implementar o modelo de preservação Hipátia definido para o sistema de gestão	3.1 Aplicar do Modelo de Preservação Hipatia no ambiente de teste escolhido; 3.2 Realizar compliance do RDC-Arq; 3.3 Testar funcionamento do Modelo (primeiros testes); 3.4 Aplicar do modelo de preservação Hipatia no ambiente de homologação da instituição parceira; 3.5 Testar funcionamento do modelo (replicação de testes); 3.6 Aplicar do modelo de preservação Hipatia no ambiente de produção da instituição parceira; 3.8 Testar funcionamento do modelo (replicação de testes 2).
OE4 Disseminação do conhecimento	4.1 Elaboração de documentos técnico-científicos; 4.2 Transferência de conhecimento e capacitações das equipes das instituições parceiras.

Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

É importante ressaltar que um portfólio de serviços de preservação digital abrange uma gama de atividades e processos projetados para proteger e manter o acesso a recursos

digitais ao longo do tempo. Esses serviços podem incluir, mas não estão limitados, a ingestão de conteúdo digital, a gestão de metadados, a migração de dados, a emulação, a preservação de longo prazo e o acesso público. Cada um desses serviços desempenha um papel na garantia de que o conteúdo digital permaneça utilizável, autêntico e acessível para as gerações futuras.

A definição do portfólio de serviços e atividades técnicas desenvolvidas no âmbito da implementação do modelo Hipátia de preservação digital funciona como um protocolo que garanta o adequado e sistêmico uso das tecnologias que compõe o modelo: BarraPres, Archivematica e AtoM, promovendo assim a Cadeia de Custódia Digital Arquivística. (Gava e Flores, 2021)

O portfólio é utilizado como base para o planejamento na realização das atividades demandadas pela instituição, e é a partir dele que se define o que será implementado, a quantidade de horas de pesquisa, a quantidade de pesquisadores dedicados à atividade e o cronograma. Esses elementos são definidos de acordo com a complexidade de cada instituição.

Nas últimas décadas foram inúmeras iniciativas que desenvolvem e impulsionam a propagação de normativos e padrões, nacionais e internacionais, que buscam parametrizar as práticas de gestão, preservação e acesso aos documentos arquivísticos digitais. Esses instrumentos são aplicados a diferentes realidades organizacionais, precisam fazer adaptações necessárias para tornarem essas práticas aderentes ao seu cenário institucional.

> Embora exista todo um normativo a ser considerado, bem como diversos guias e orientações de boas práticas, uma vez que se tem a intenção de permitir a aplicação para qualquer sistema informacional que faça a gestão de documentos digitais, há também a necessidade de se permitir que sejam feitas personalizações no processo a fim de que as peculiaridades de cada instituição sejam atendidas. (Braga, 2020, p.55).

Essa perspectiva nos conduz à necessidade de investigar e analisar de que maneira essa personalização, conforme apontada por Braga (2020), acontece. Assim, percebe-se que esse tensionamento da teoria, normatização e boas práticas em direção ao cenário organizacional, ou seja, ambientando as ferramentas tecnológicas ao panorama institucional, ressalta a importância das tecnologias serem adaptáveis aos contextos organizacionais, onde o papel da governança à luz das práticas arquivísticas passam a ter um protagonismo necessário.

Dessa forma, a implementação do Modelo Hipátia vai além de instalação de tecnologias, mas se aprofunda na compreensão do contexto organizacional ao compreender a maturidade arquivística e tecnológica da instituição, desenvolvendo estudos e pesquisas de base científica que proporcionem as reflexões necessárias para a promoção dos processos

de mudança organizacional rumo à transformação digital sempre atenta aos instrumentos de gestão e de governança arquivística. Essa característica enfatizada é delineada pelo perfil de pesquisa aplicada que cada um dos projetos do Modelo Hipátia possui.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Quanto à metodologia, as questões centrais associadas aos objetivos gerais e específicos, demonstram que se tratou de uma pesquisa qualitativa enquadrada como "[...] um meio para explorar e para entender o significado que os indivíduos ou os grupos atribuem a um problema social ou humano" (Creswell, 2010, p. 43), por buscar expor os instrumentos de governança arquivística institucionais observados pelos pesquisadores durante o processo de implementação do modelo Hipátia.

Foi utilizada a técnica de análise documental, identificando em relatórios de atividades de execução dos projetos em instituições parceiras quais eram os instrumentos de governança relacionados à macro e micro arquivologia que são observado na implementação do modelo Hipátia

Como método base para a análise realizada, utilizou-se Bardin (2016), que preconiza a análise de conteúdo como um conjunto de operações técnicas de análise das comunicações, sejam elas linguísticas, icônicas ou em outros códigos semióticos. Esta técnica é baseada em três etapas, nas quais a metodologia se baseia, são elas: 1) pré-análise; 2) exploração do material; e 3) tratamento dos resultados com inferência e interpretação dos mesmos (Bardin, 2016).

INSTRUMENTOS DE GOVERNANÇA ARQUIVÍSTICA NO CONTEXTO DO MODELO HIPÁTIA

Jardim (2018) argumenta que a governança arquivística é um conceito abrangente que engloba dimensões sociais, culturais, políticas e técnico-científicas, as quais influenciam significativamente o contexto e as práticas arquivísticas. Segundo o autor, essa abordagem visa assegurar a qualidade na gestão de arquivos, promovendo a sua integração nas práticas do poder público dentro de um regime democrático. Esta integração se dá tanto no âmbito interno do Estado quanto na dinâmica entre o Estado e a sociedade civil, refletindo a importância de uma gestão arquivística que respeite e promova princípios democráticos e de transparência.

Ainda segundo Jardim (2018), a ideia de governança arquivística está intimamente ligada à gestão ou gerenciamento arquivístico e sua implementação promove uma atualização das práticas de gestão, incorporando ações interdisciplinares que possam interagir com diversos atores. O autor incorpora a reflexão de Conde Villaverde (2016) quanto à concepção de macro e micro arquivologia, que categoriza as soluções

de governança de acordo com sua natureza gerencial ou operacional no âmbito do fazer arquivístico.

A Macro Arquivologia é composta por atividades relacionadas à estruturação e operação de instituições e serviços de arquivo; desenvolvimento e implementação de programas, projetos, redes e sistemas; formulação, implementação e avaliação de políticas arquivísticas; prospecção arquivística, entre outros. Enquanto isso, a Micro Arquivologia institui-se de atividades técnico-científicas relacionadas ao desenvolvimento das funções arquivísticas, tais como produção, avaliação, aquisição, conservação, classificação, descrição e disseminação. Estas atividades estão envolvidas na gestão de documentos correntes e intermediários, bem como na administração de arquivos permanentes, entre outras responsabilidades. (Jardim, 2018)

> A governança arquivística mira a teia de interesses, ações e atores, do Estado e da sociedade, que ultrapassa os limites da autoridade e institucionalidade da administração das instituições arquivísticas. E ao fazê-lo, fortalece essa autoridade e institucionalidade (Jardim, 2018, p. 40).

O trabalho de Jardim (2018) na área de governança é pioneiro e justifica uma extensão por meio de pesquisas sobre os potenciais métodos de governança arquivística, assim como já é realizado com considerável maturidade em campos como a governança de tecnologia da informação. Indica que desenvolver modelos que orientem a aplicação da governança arquivística representa um desafio a ser enfrentado tanto pelas práticas gerenciais das instituições arquivísticas quanto pela pesquisa acadêmica em arquivologia.

A partir desse entendimento, busca-se referências de aplicação do conceito de governança em outras áreas do conhecimento, para compreender os limites de aplicação a fim de estabelecer inferências acerca da concepção de governança no âmbito da arquivologia com o objetivo de ampliar o entendimento deste conceito.

Para o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (2024), a governança corporativa constitui um sistema composto por princípios, normas, estruturas e procedimentos pelos quais as organizações são conduzidas e supervisionadas, com o objetivo de promover a criação de valor sustentável para a própria organização, seus agentes e a sociedade em geral. Esse sistema orienta a conduta dos agentes de governança e demais indivíduos dentro da organização, visando ao equilíbrio dos interesses de todas as partes envolvidas.

De acordo com o *Control Objectives for Information and Related Technologies* a Governança de TI se traduz em um conjunto de políticas, processos, papéis e responsabilidades associados a estruturas e pessoas da organização, de modo a se estabelecer claramente o processo de tomada de decisões e as diretrizes para o gerenciamento e uso da TI, tudo isso de forma alinhada com a visão, missão e metas estratégicas da organização. (ISACA, 2024)

Dessa forma, é possível inferir que os instrumentos de governança arquivística são aqueles vinculados a macro arquivologia (vinculados aos aspectos gerenciais e organizacionais) e a micro arquivologia (vinculados às funções arquivísticas) que estejam materializados em um conjunto de preceitos e diretrizes (tais como: políticas, processos, princípios, normas, procedimentos, organização, sistema, entre outros) que possam ser utilizados como mecanismos para conduzir, monitorar e avaliar a condução da gestão de documentos e arquivos. Este é o entendimento de governança arquivística aplicada ao contexto de implementação do Modelo Hipátia de preservação digital.

Os instrumentos de governança, vinculados ao conceito da micro arquivologia, a serem levados em consideração no desenvolvimento das atividades de preservação digital previstas no contexto do Modelo Hipátia são: Normativas e resoluções sobre gestão de documentos; Diagnóstico Arquivístico; Política de gestão de documentos; Política de preservação de documentos; Esquema de classificação de documentos; Tabela de temporalidade de documentos; Plano de descrição arquivística; Manual de tipos de processo e tipologia documental; Estudo de formatos de documentos; Análise de ambiente computacional.

Diante do exposto, indica-se os instrumentos de governança arquivística que são observados na implementação do Modelo Hipátia e suas respectivas descrições. A coleta dessas informações ocorre por meio de aplicação de diagnóstico arquivístico aplicado na primeira etapa de implementação do modelo, na "Preparação Arquivística".

CONSIDERAÇÕES

Ao estabelecer políticas, procedimentos e diretrizes claras para a gestão documental, a governança arquivística promove a transparência, prestação de contas e conformidade com regulamentos e legislações aplicáveis. Essa abordagem não apenas facilita a tomada de decisões informadas, mas também contribui para a preservação da memória institucional e o acesso à informação histórica para a comunidade e futuras gerações.

Ressalta-se a importância do tensionamento do conceito de governança arquivística acerca de suas aplicações práticas, identificando suas características e modelos ampliando sua compreensão e atributos. É possível observar que a implementação do modelo de preservação Hipátia garante sua eficiência por proceder a observação atenta dos instrumentos de governança arquivística da instituição, a fim de garantir uma melhor aderência das tecnologias que compõem o modelo à realidade institucional.

A observação atenta e os avanços de estudos e pesquisas relacionados à temática de governança arquivística assinalam a responsabilidade e o compromisso do Modelo Hipátia e do Ibict acerca do desenvolvimento de soluções tecnológicas que consigam corroborar com as demandas apresentadas pelas instituições de modo coerente e assertivo.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRAGA, T. E. N. O modelo Hipátia: a proposta do Ibict para a preservação digital arquivística. In: BRAGA, T. E. N.; MÁRDERO ARELLANO, M. Á. (org.). **Hipátia: modelo de preservação para repositórios arquivísticos digitais confiáveis**. Brasília: Ibict, 2022. p. 52-65. (Informação, Tecnologia e Inovação, v. 1). DOI 10.22477/9786589167501.cap4. Disponível em: http://labcotec.ibict.br/omp/index.php/edcotec/catalog/view/livrohipatia/136/943. Acesso em: 4 abr. 2024.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Referencial básico de governança aplicável a órgãos e entidades da administração pública / Tribunal de Contas da União**. Versão 2 - Brasília: TCU, Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, 2014. 80 p. Disponível em: https://portal.tcu.gov.br/data/files/FA/B6/EA/85/1CD4671023455957E18818A8/Referencial_basico_governanca_2_edicao.PDF Acesso em: 16 jun. 2024.

CONDE VILLAVERDE, M. L. La aplicación de nuevos conceptos mediante una nueva metodología para alcanzar nuevos objetivos. **TRIA – Revista Archivística de la Asociación de Archiveros de Andalucía**, Sevilla, n. 20, 2016. Disponível em: https://www.archiverosdeandalucia.org/wp-content/uploads/2019/04/maria-luisa-conde-tria-20-4.pdf Acesso em: 14 abr. 2024.

CRESWELL, J. W. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

FLORES, D. Requisitos para as Plataformas de Acesso, Descrição Difusão de Documentos Eletrônicos. Youtube, 20 de setembro de 2021. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=aPtZbDKtvOc. Acesso em: 14 abr. 2024.

GAVA, Tânia Barbosa Salles; FLORES, Daniel. Auditoria e certificação ao longo da cadeia de custódia digital arquivística. **Informação & Informação,** [S. l.], v. 26, n. 4, p. 424–449, 2021. DOI: 10.5433/1981-8920.2021v26n4p424. Disponível em: https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/44504. Acesso em: 20 ago. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA. O IBGC. **IBGC**, 2024. Disponível em: https://ibgc.org.br/quemsomos. Acesso em: 14 abr. 2024.

ISACA. Information Systems Audit and Control Association. **ISACA**, 2024. Disponível em: https://www.isaca.org/ Acesso em: 14 abr. 2024.

JARDIM, J. M. Governança arquivística: contornos para uma noção. **Acervo**, *[S. l.]*, v. 31, n. 3, p. 31–45, 2018. Disponível em: https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/987. Acesso em: 8 abr. 2024.

LINDEN, Leolíbia Luana. **Curadoria Digital**. In: Eliane Lourdes da Silva Moro; Lizandra Brasil Estabel; Ariel Behr; Filipe Xerxeneski da Silveira; Gabriela Fernanda Cé Luft; Sérgio Wesner Viana. (Org.). CAPAGIIC-Saúde: Gestão, Informação, Inovação e Conhecimento. 1ed.Porto Alegre: Evangraf, 2022, v. 1, p. 195-206.

TEIXEIRA, A. F.; GOMES, R. C. **Governança pública: uma revisão conceitual. Revista do Serviço Público**, [S. l.], v. 70, n. 4, p. 519-550, 2019. DOI: 10.21874/rsp.v70i4.3089. Disponível em: https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/3089. Acesso em: 7 ago. 2023.

RECOMENDAÇÕES PARA A PRESERVAÇÃO DE DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS DIGITAIS PRODUZIDOS PELO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

RECOMMENDATIONS FOR PRESERVATION OF DIGITAL ARCHIVES DOCUMENTS PRODUCED BY THE STATE OF RIO DE JANEIRO

Claudio Paulino de Oliveira
Universidade do Estado Rio de Janeiro

Mariana Lousada Pinha
Universidade Federal do Estado Rio de Janeiro

Brenda Couto de Brito Rocco
Universidade Federal do Estado Rio de Janeiro

Resumo

Esta pesquisa apresenta recomendações para a preservação de documentos arquivísticos digitais produzidos pelo Estado do Rio de Janeiro. Tem por objetivo discutir sobre a preservação digital, refletindo sobre a importância do documento arquivístico digital, a conceituação de preservação digital, elencando as estratégias e matrizes de preservação digital, e verificando os dispositivos legais sobre o tema. Também aborda a custódia de documentos arquivísticos digitais, desde a conceituação de custódia até a análise sobre o Repositório Arquivístico Digital Confiável (RDC-Arq) e a computação na nuvem. Através de uma pesquisa de campo aplicada em órgãos que têm a competência de normatizar a preservação digital no Estado do Rio de Janeiro, conseguiu-se perceber o cenário estadual, identificando os seus pontos positivos e negativos. Por fim, estabeleceram-se as recomendações para a preservação digital, bem como orientações que visam um melhor envolvimento dos agentes do Estado para modificar o quadro, além da ratificação do RDC-Arq como a melhor alternativa para a criação de uma infraestrutura capaz de armazenar com segurança e responsabilidade os documentos arquivísticos digitais.

Palavras-Chave: Preservação digital; Custódia de documentos arquivísticos digitais; Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro.

Abstract

This research presents recommendations for the preservation of digital records, produced by the State of Rio de Janeiro. It aims at discuss digital preservation, reflecting on the importance of digital archival documents, the concept of digital preservation, listing digital preservation strategies and frameworks, and examining the legal provisions on the subject. It also addresses the custody of digital archival documents, from the concept of custody to an analysis of the Trusted Digital Archival Repository (RDC-Arq) and cloud computing. Through applied field research in agencies responsable for regulating digital preservation in the State of Rio de Janeiro, it was possible to understand the State scenario, identifying its strengths and weaknesses. Finally, recommendations for digital preservation were established, along with guidelines aimed at greater involvement of State agents to change the situation, and the endorsement of RDC-Arq as the best alternative for creating an infrastructure capable of securely and responsibly storing digital archival documents.

Keywords: Digital preservation; Custody of digital archival documents; Executive Branch of the State of Rio de Janeiro.

INTRODUÇÃO

As atividades arquivísticas devem acompanhar as mudanças ditadas pelo passar dos anos, tanto para um entendimento da importância do documento arquivístico, quanto na maneira de produzir esses registros, proporcionando a compreensão de todos aqueles que façam o seu uso, em qualquer tempo e espaço. Atuando decisivamente e que se atualizam de maneira bem dinâmica, as tecnologias da informação e comunicação (TIC´s) conduzem o arquivista a novas perspectivas para o trabalho e atuação frente a uma complexa realidade. Esse profissional é peça-chave de uma engrenagem que engloba a gestão e preservação dos documentos arquivísticos, e um importante parceiro das organizações que detém os seus acervos.

Sendo assim, os documentos de arquivo precisam estar disponíveis e acessíveis, pois materializam decisões, contemplando finalidades e atividades; reafirmam direitos e deveres; e registram ações do cidadão e de instituições para alcançar os seus objetivos

específicos. Nesse contexto, as TIC´s proporcionam celeridade na produção e transmissão dos documentos, e, consequentemente, na troca de informações.

Diante disso, o Governo do Estado do Rio de Janeiro se insere como protagonista na vida dos cidadãos, buscando oportunizar meios para que se consigam atingir os direitos e deveres preconizados pela Legislação Estadual e Federal, através de mecanismos legais e estruturais dentro de sua esfera.

O Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), de acordo com a Resolução Casa Civil nº 339, de 20 de março de 2014, que estabelece o seu Regimento Interno, determina, em seu art. 1º, que o APERJ tem por missão implementar a política estadual de arquivos, por meio da gestão, recolhimento, tratamento técnico, preservação e divulgação do patrimônio documental estadual (Rio de Janeiro, 2014). O órgão tem o papel de orientar, recomendar e acompanhar as atividades pertinentes aos documentos arquivísticos produzidos pelo Poder Executivo Estadual, bem como atender ao cidadão carioca em suas demandas por informação, e alcançar níveis ideais no tocante à preservação digital desses registros para assegurar a sua proteção, o respaldo legal e a acessibilidade em instrumentos, meios e condições planejadas e julgadas necessárias pelo APERJ.

Portanto, este trabalho teve como objetivo a elaboração de recomendações para a preservação digital dos documentos arquivísticos produzidos pelos órgãos do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro[1]. Para isso, através de um exame de literatura, discutiu-se o conceito de preservação digital, dialogando com a custódia de documentos arquivísticos digitais; e se examinou o funcionamento do Repositório Arquivístico Digital Confiável (RDC-Arq) e da *cloud computing* - computação na nuvem (CN). Ainda foram analisadas, em órgãos estratégicos do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, as iniciativas gerenciais que orientam e regulamentam a preservação e a custódia de documentos arquivísticos digitais.

Para o desenvolvimento do estudo optou-se por uma pesquisa exploratória, visando compreender a questão da preservação de documentos arquivísticos digitais de maneira ampla, examinando questões conceituais, legais e institucionais. Também foi utilizada a linha descritiva, pois contempla a oportunidade de diálogo com a análise exploratória, oferecendo subsídios para uma nova visão do que se está pesquisando.

Na primeira etapa foi realizado o levantamento bibliográfico e documental, com intuito de auxiliar na compreensão dos temas: documento arquivístico digital; conceituação de preservação digital, especificando estratégias e matrizes de preservação digital,

1 Trabalho apresenta parte dos estudos de pesquisa de mestrado. Oliveira, Claudio Paulino de. **Recomendações para a preservação de documentos arquivísticos digitais produzidos pelo Estado do Rio de Janeiro**. Dissertação (Mestrado em Gestão de Documentos) Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: https://www.unirio.br/ppgarq/tccs/turma-2021/oliveira-claudio-paulino-de-recomendacoes-para-a-preservacao-de-documentos-arquivisticos-digitais-produzidos-pelo-estado-do-rio-de-janeiro/view. Acesso em: 13 jun. 2024.

os dispositivos legais sobre esse assunto; e a custódia dos documentos arquivísticos digitais, citando o RDC-Arq e CN.

Como segunda etapa, buscou-se uma análise empírica sobre os órgãos estratégicos no Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, onde foi aplicado questionário, contendo perguntas abertas e fechadas, investigando-se quais as decisões gerenciais e executivas foram tomadas no que dizem respeito à preservação digital e custódia de documentos arquivísticos digitais.

PRESERVAÇÃO E CUSTÓDIA: UM DIÁLOGO NECESSÁRIO NO MEIO DIGITAL

A Arquivologia possui inúmeros conceitos que sedimentam o tratamento técnico de documentos e arquivos. Um dos mais importantes e que ganhou notável cuidado com o decorrer do tempo foi o de preservação. Segundo o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (Arquivo Nacional, 2005, p. 135), é a "prevenção da deterioração e danos em documentos, por meio de adequado controle ambiental e/ou tratamento físico e/ou químico". Cassares (2000, p.12) traz à luz a preservação como "um conjunto de medidas e estratégias de ordem administrativa, política e operacional que contribuem direta ou indiretamente para a preservação da integridade dos materiais". Silva (1998, p.9) amplifica essa conceituação referindo-se ao termo como a soma de esforços, aquele que abriga todas as etapas de proteção do documento arquivístico.

Preservação, portanto, deve ser entendida, hoje em dia, pelo seu sentido geral e abrangente. Seria, então, todo o planejamento que se dedica a refletir e aplicar ações que proporcionem a salvaguarda ou a recuperação das condições físicas dos suportes dos documentos, visando a permanência dos seus materiais.

E os documentos produzidos em meio digital não se excluem desse processo. Glossário de Documentos arquivísticos digitais (Conarq, 2020, p. 39) identifica a preservação digital como um "conjunto de ações gerenciais e técnicas exigidas para superar as mudanças tecnológicas e a fragilidade dos suportes, garantindo acesso e interpretação dos documentos digitais pelo tempo que for necessário". Ferreira (2006, p. 20), reforça essa definição, pois considera que a preservação digital tem a capacidade de garantir que a informação permaneça acessível e com qualidade de autenticidade suficiente para que possa ser interpretada no futuro recorrendo a uma plataforma tecnológica diferente da utilizada no momento da sua criação.

Assim, o documento arquivístico digital precisa ser acessado em qualquer tempo e espaço. Aquele que o requisitar tem a primazia pela utilização das informações produzidas em determinado panorama e para fim específico. Para isso, estruturas e condições deverão ser mantidas ou adaptadas para a garantia da manifestação desses registros.

A preservação digital é um tema relativamente recente na Arquivologia. Tavares (2012, *apud* Rocco, 2021 p.73) adverte que "a temática da preservação digital emerge da

própria dominância do meio eletrônico e de sua transversalidade nas práticas cotidianas e em todas as dimensões da vida". Hoje observamos muitos debates sobre o assunto, que proporcionam compreender a extensão de suas atividades, que se diferenciam dos registros produzidos em meio físico.

Ao dialogarmos com a custódia, outro elemento importante deste trabalho, percebemos que os arquivos têm intrinsecamente uma afinidade muito estreita com esse termo, que por sua vez também é associada à preservação. Segundo o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, custódia é a "responsabilidade jurídica de guarda e proteção de arquivos, independentemente de vínculo de propriedade" (Arquivo Nacional,2005, p.62). Em sua tese de doutorado, Silva (2015, p. 31) traz à tona um debate sobre as relações que envolvem o arquivo e o seu lugar de custódia, sinalizando a sua inerente polarização na Arquivologia.

> *Na década de 1990, a custódia polarizou a comunidade arquivística. Esse tema foi identificado como central para discutir a fundamentação teórica da Arquivologia, especialmente os conceitos de arquivo e documento arquivístico, e também se, no novo cenário da revolução tecnológica, a abordagem custodial, ainda seria válida para enfrentar os desafios da preservação digital.*

A autora destaca que havia uma discussão em que a custódia enfatizaria a preservação voltada para a guarda física, cabendo aos documentos digitais uma abordagem diferente. No entanto, é manifesto que a preservação incide sobre qualquer documento, independentemente de qualquer suporte, tendo a custódia como aliada para proporcionar a sua segurança.

A pessoa ou instituição que tiver a custódia de documentos arquivísticos terá a responsabilidade de protegê-los, organizá-los e deixá-los acessíveis para que possam cumprir as suas funcionalidades em determinado contexto, tanto no meio analógico, quanto no digital.

No Estado do Rio de Janeiro a discussão no meio digital recaiu sobre meios de apoio para que se consiga realizar a guarda documental com eficácia e segurança: RDC-Arq e a CN. As características evidenciam suas ações para com os documentos arquivísticos digitais. Enquanto o RDC-Arq tem um direcionamento bem definido para a custódia e preservação digital; a CN, embora possua atributos que permitam entendê-la como um local de guarda documental, tem a sua funcionalidade mais voltada à acessibilidade, já que pode ser pesquisada em qualquer lugar.

Assim, percebe-se que o RDC-Arq e a CN não se excluem dentro de um cenário; ou seja, escolhendo um, não se eliminaria o outro, podendo atuar perfeitamente em sinergia e fortalecendo as atividades a serem desempenhadas em documentos arquivísticos digitais.

OS DESAFIOS QUANTO À PRESERVAÇÃO DIGITAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Na análise empírica, a aplicação do questionário trouxe clareza sobre a preservação de documentos arquivísticos digitais nos órgãos que, em nosso juízo, deveriam normatizar o tema no Estado do Rio de Janeiro. São eles: APERJ, Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Rio de Janeiro (PRODERJ), Secretaria de Estado da Casa Civil (CASA CIVIL) e Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (SEPLAG).

Em linhas gerais, a situação apresentada é preocupante, indicando-se como fatores para mudança da situação o diálogo entre esses órgãos gerenciais e com outros segmentos que venham somar esforços para normatizar o planejamento e a execução de ações voltadas para a preservação digital; e a urgente captação de recursos para que cada instituição do Estado consiga resolver as suas necessidades e atingir as suas expectativas e especificidades. Vejamos a seguir os resultados da aplicação do questionário.

Os órgãos pesquisados não possuem políticas de preservação digital publicadas. Aliás, não existe tal política em todo o Poder Executivo, o que foi confirmado pelo APERJ. O PRODERJ, que é o órgão central no tocante as ações e orientações referentes às tecnologias de informação e comunicação, relatou que possui tal diretriz, mas não foi apresentada durante a pesquisa. Somente o APERJ relatou que sua política está em fase de confecção.

Outro dado informado e que possui extrema relevância, diz respeito à CASA CIVIL não ter ideia que o APERJ, órgão subordinado a sua pasta, é aquele que orienta quanto às práticas de preservação de documentos arquivísticos digitais. Essa afirmação torna visível a dificuldade de ações, envolvimento político e requerimento de melhorias ao Arquivo. O APERJ também foi o único órgão que afirmou ter comissão de preservação digital e setor responsável para a preservação de documentos arquivísticos digitais.

Sobre o tratamento desses documentos, nenhum dos órgãos possui arquivista ou equipe que trabalhe exclusivamente com o gerenciamento dos documentos arquivísticos digitais. Apesar de haver setor responsável para a preservação, o APERJ orienta e executa procedimentos pontuais de digitalização do acervo, inserindo os documentos em *storages*. Em contrapartida, o PRODERJ respondeu que possui soluções para atuar em caso de desastres que afetem os seus documentos e que detém um RDC-Arq, fato que causou surpresa pelas afirmações anteriores em que demonstram a carência de ações de preservação digital nesse órgão.

Relativo à redundância de dados na guarda dos documentos arquivísticos digitais, somente o PRODERJ possui essa prática, utilizando como ambientes de guarda o Centro Integrado de Controle Comando (CICC), como local oficial, e a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), como local redundante. O Centro de Tecnologia ainda informou que a SEPLAG utiliza sua estrutura para custódia e redundância de seus documentos.

O serviço de armazenamento na nuvem foi outro item inserido no questionário. O PRODERJ relatou que possui infraestrutura para esse serviço e a oferece a todos os entes do Estado do Rio de Janeiro, desde que patrocinem as suas fatias de utilização. Dos outros órgãos que participaram da pesquisa, a CASA CIVIL e a SEPLAG desfrutam dessa plataforma do Centro de Tecnologia.

Ainda sobre a CN, também foi perguntado sobre sua utilização como local único de arquivamento de documentos arquivísticos digitais, que foi uma determinação extraoficial emanada em 2020 aos órgãos do Poder Executivo Estadual. O APERJ confirmou que essa regra não existe mais, no entanto o PRODERJ e a SEPLAG relataram que essa prática ainda continua. Ou seja, não há consenso ou existência de algo oficial que exclua ou permaneça com essa decisão.

Finalizando os dados obtidos, todos os órgãos consultados confirmaram que não existe debate e nunca foi pauta a troca de ideias quanto à produção de uma política de preservação digital no Estado.

Sendo assim, a partir dessas informações levantadas foram elaboradas recomendações para a preservação de documentos arquivísticos digitais produzidos pelo Estado do Rio de Janeiro. Destaca-se, porém, que o universo pesquisado não contempla a maioria da estrutura do Poder Executivo. Todavia, como se tratam de instituições com poder de decisão e que precisam se posicionar, orientar e executar o planejamento e as ações referentes à custódia e preservação de documentos arquivísticos digitais, conseguimos perceber, mesmo que indiretamente, os problemas que afetam os demais órgãos do Estado.

RECOMENDAÇÕES PARA A PRESERVAÇÃO DE DOCUMENTOS AQUIVÍSITICOS DIGITAIS

De acordo com as informações fornecidas pelo questionário, foram propostas as seguintes recomendações para a preservação de documentos arquivísticos digitais, que possibilitem atenuar a situação apresentada no Estado do Rio de Janeiro. São elas:

a. **Efetivação da gestão de documentos**: o Estado do Rio de Janeiro possui o Programa de Gestão de Documentos do Estado do Rio de Janeiro (PGD), que orienta todos os processos para a racionalização e padronização das atividades vinculadas à gestão de documentos da administração pública estadual. Os órgãos do Estado devem seguir esses procedimentos, evitando a acumulação desordenada e sem tratamento de sua documentação, seja em qualquer suporte, e auxiliando na custódia e preservação desses registros. Como orientação, sugerimos a criação de um Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos (SIGAD), pois é a alternativa aconselhável para o desempenho das atividades da gestão de documentos em ambiente digital.

b. **Reuniões para a normatização da custódia e preservação digital**: é essencial a normatização de ações de custódia e preservação de documentos arquivísticos digitais, evitando que cada órgão aplique metodologias diferentes e que não sejam ideias assertivas para o seu contexto. De acordo com o estudo realizado, o APERJ, a Casa Civil, o PRODERJ e a SEPLAG são os órgãos que traçarão estratégias e metas para a confecção de dispositivos legais e o desenvolvimento de atividades para as boas práticas no tratamento dos documentos. Todavia, nada impede que outros segmentos do Estado ou da sociedade possam colaborar na reflexão e definição dessas normas.

c. **Participação do APERJ nas tratativas sobre os temas de custódia e preservação digital**: o APERJ é a autoridade arquivística do Estado do Rio de Janeiro e deve ser envolvido nas tratativas que almejam o planejamento e a execução de medidas para a custódia e preservação dos documentos arquivísticos digitais. Além de ser protagonista nesse cenário, o Arquivo também é o responsável por recolher os documentos permanentes do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro. Isso reforça ainda mais a necessidade dos órgãos cumprirem os regramentos estabelecidos no PGD, auxiliando na qualidade arquivística e formação do patrimônio estadual.

d. **A confecção de uma política de preservação digital estadual**: essa política é indispensável para as ações de preservação digital. Após o alinhamento de entendimentos dos órgãos que normatizarão o assunto, será redigida, publicada e seguida por todo o Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro. Trará a definição de diretrizes e objetivos, envolvendo todos os elementos pertinentes ao tema, estando alinhada com a política arquivística e de preservação geral institucional. Salienta-se que cada órgão estadual poderá desenvolver a sua política de preservação digital, respeitando a regra geral pré-estabelecida e atendendo o seu cenário interno.

e. **Infraestrutura organizacional e tecnológica**: esse item deverá estar alinhado a política de preservação digital do órgão. Antes de qualquer investimento, a instituição que conjectura possuir boas condições de armazenamento e preservação de documentos arquivísticos digitais, deverá se realizar um planejamento detalhado. A definição pontual das condições que atendam as demandas arquivísticas do órgão, tornará viável a aplicação de recursos sem números exorbitantes. Ou seja, construir o que realmente é necessário a sua realidade. Como alerta, enfatiza-se que órgão deve investir e contemplar a preservação dos documentos arquivísticos digitais, mas não esquecer do tratamento dos documentos convencionais, atendendo o plano de preservação estabelecido.

f. **Equipes que atuem na custódia e preservação digital**: os documentos arquivísticos têm características bem particulares e que precisam da participação

de profissionais de áreas diferentes. Sendo assim, sugere-se que os órgãos do Estado criem setores específicos, com equipes multidisciplinares, para que desenvolvam as tarefas e uma conjuntura de preservação digital. Reforçando essa orientação, uma boa alternativa seria incluir esses setores na estrutura do Regimento Interno. A capacitação das equipes também é uma recomendação relevante para atividades direcionadas à preservação digital, pois o incentivo e qualificação dos servidores são formas de proteger a informação contida nos arquivos dos órgãos.

g. **A criação de um RDC-Arq**: esse ambiente é o meio mais adequado para proporcionar a custódia e preservação eficiente dos documentos arquivísticos digitais. Não se trata apenas de uma solução informatizada, mas sim de um arcabouço normativo, legal e técnico para conseguir manter autênticos, preservar e prover acesso aos documentos pelo tempo que for necessário. De acordo com os resultados da pesquisa, percebe-se que o APERJ possui a competência para prescrever tudo o que é relacionado à área arquivística, dentre eles a concepção de um RDC-Arq, e o PRODERJ detém de condições para regulamentar, orientar e propor ações à construção de repositórios seguros nos demais órgãos do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro.

h. **Utilização da computação em nuvem como ferramenta e não como fim**: a prática de emprego da CN como local único de armazenamento de documentos arquivísticos digitais não é aconselhável. Geralmente esse serviço é compartilhado, o que traz a incerteza se todos os usuários têm os mesmos critérios para a salvaguarda de informações, colocando em risco a autenticidade e integridade dos documentos na plataforma. A interrupção de serviço também é um fator preocupante, pois interfere diretamente nas tomadas de decisões dos usuários. Ressalta-se que esse serviço não pode ser terceirizado, conforme estabelecido no art. 1° da Lei Federal n° 8.159/1991, em que "é dever do Poder Público a gestão documental e a proteção especial a documentos de arquivos", e na Resolução nº 6, de 15 de maio de 1997, do Conarq, que traz em seu art. 2º que "a guarda dos documentos públicos é exclusiva dos órgãos e entidades do Poder Público(...)". Dessa forma, entende-se que a CN não é um ambiente de arquivamento único e pode ser utilizado com o propósito de garantir o acesso aos documentos, não tendo requisitos que comprovem a sua eficácia plena para a preservação digital.

i. Enfatizamos que as recomendações emitidas são importantes e requerem urgência, além de não esgotarem outras linhas de planejamento, desenvolvimento e ações que viabilizem a preservação digital; ou seja, existirão prioridades e hierarquização de ações para que se possa atingir, gradativamente, o ambiente adequado de proteção dos documentos arquivísticos digitais, no entanto não precisarão ser restritas e não serem abertas a novas estratégias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na Arquivologia, o olhar direcionado ao ambiente digital vem ganhando espaço a cada dia. O crescimento significativo nos estudos que tem como cerne os documentos arquivísticos digitais e a preservação digital, proporcionam a construção de alicerces sólidos na confecção dos marcos teóricos, credibilizando a área perante à sociedade.

Durante a pesquisa, percebe-se que ainda é bem incipiente o entendimento dos que precisam tomar as decisões no Governo do Estado, quanto ao tratamento adequado aos documentos e arquivos, não se atentando que quanto maior o nível de consciência em gerir apropriadamente a sua documentação produzida, recuperando e utilizando as informações em sua plenitude, melhor será o cumprimento do seu papel de gestor perante a população e a preservação da memória institucional.

Para atingir essa condição de estabilidade dos documentos arquivísticos, serão necessárias estratégias de preservação digital, com parâmetros pré-estabelecidos e especificidades pontuais de cada instituição e observação dos níveis de preservação digital, para atender essas singularidades.

Ao se falar de custódia, considera-se o RDC-Arq a melhor alternativa para a criação de uma infraestrutura capaz de armazenar com segurança e responsabilidade os documentos, projetando melhorias e propiciando perenidade a um fundo arquivístico. Quanto à CN, foram analisadas as suas características e constatou-se que é um modelo de serviço que proporciona o acesso dos documentos arquivísticos. Contudo, questões de segurança ainda trazem dúvidas sobre a sua adoção, principalmente na utilização como solução única e definitiva para o arquivamento de um fundo arquivístico.

A CN é um assunto pouco explorado na Arquivologia e nos dias de hoje afeta sensivelmente a questão de custódia, armazenamento e preservação de documentos arquivísticos digitais. Sugere-se a produção de mais estudos que tratem sobre esses temas, pois elucidarão os questionamentos sobre segurança e contribuirão para melhores práticas de arquivamento e custódia em ambientes digitais.

Por fim, de acordo com a análise relativa às atividades de preservação digital no Estado do Rio de Janeiro, notou-se um cenário de urgência e preocupação. Enquanto não houver envolvimento das autoridades e das áreas gerenciais que possam mudar a situação caótica que se revela, sucessivamente perde-se informações cruciais para as rotinas da máquina do serviço público, o requerimento de direitos pelo cidadão e a possibilidade de construção do patrimônio arquivístico estadual. Estamos diante de uma realidade inadiável.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. (Publicações técnicas-AN, n. 51). Disponível em: http://www.arquivonacional.gov.br/download/dic_term_arq.pdf. Acesso em: mar. 2024

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (APERJ). **Manual de gestão de documentos do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro. 2012.

BRASIL. Lei n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 09 de jan. de 1991. Seção 1, p. 457. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm. Acesso em: 10 abr. 2021.

CASSARES, N. C. **Como Fazer Conservação Preventiva em Arquivos e Bibliotecas**. São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial, 2000.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (CONARQ).**Resolução nº 06, de 15 de maio de 1997**. Dispõe sobre a inserção dos documentos digitais em programas de gestão arquivística de documentos dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos. Disponível em: https://www.gov.br/conarq/pt-br/legislacao-arquivistica/resolucoes-do-conarq/resolucao-no-20-de-16-de-julho-de-2004Acesso em: 05 jan. 2023.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (CONARQ). **Câmara Técnica de** Documentos Eletrônicos (CTDE). **Glossário**: Documentos arquivísticos digitais (versão 8.0). Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: https://www.gov.br/conarq/pt-br/assuntos/camaras-tecnicas-setoriais-inativas/camara-tecnica-de-documentos-eletronicos-ctde/glossario-da-ctde. Acesso em: 08 jan. 2021.

FERREIRA, M. **Introdução à Preservação Digital**. Conceitos, estratégias e actuais consensos. Minho Portugal: Edição Eletrônica, Escola de Engenharia da Universidade do Minho. 2006.

OLIVEIRA, Claudio Paulino de. **Recomendações para a preservação de documentos arquivísticos digitais produzidos pelo Estado do Rio de Janeiro.** 2023. 225p. Produto técnico-científico (Mestrado em Gestão de Documentos e Arquivos) — PPGARQ, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: https://www.unirio.br/ppgarq/tccs/turma-2021/oliveira-claudio-paulino-de-recomendacoes-para-a-preservacao-de-documentos-arquivisticos-digitais-produzidos-pelo-estado-do-rio-de-janeiro/view. Acesso em: 05 mai 2024.

RIO DE JANEIRO. Resolução Casa Civil nº 339, de 20 de março de 2014. Altera e aprova o regimento interno do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, da Secretaria de Estado da Casa Civil. **Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro**, de 21 de março de 2014. Disponível em: http://www.silep.planejamento.rj.gov.br/resolucao_casa_civil_n_339_-_2.htm. Acesso em: 10abr. 2021.

ROCCO, B. C. B. **A preservação de documentos em ambiente digital**: contribuições da Teoria Social na ampliação da abordagem técnica. Orientadora: Profa. Dra. Angelica Alves da Cunha Marques; Coorientador: Prof. Dr. Flavio Leal da Silva. 2021. 212 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro; Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, RJ, 2021. Disponível em: https://ridi.ibict.br/handle/123456789/1163. Acesso em 01 dez. 2022.

SILVA, M. **O arquivo e o lugar**: a custódia arquivística como responsabilidade pela proteção aos arquivos. 2015. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-22122015-093801/publico/2015_MargarethDaSilva_VCorr.pdf. Acesso em: 23 ago 2023.

SILVA, S. C. A. **Algumas reflexões sobre preservação de acervos em arquivos e bibliotecas**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1998.

ARQUIVO EM UMA INSTITUIÇÃO PÚBLICA ESTADUAL: ESTUDO DE CASO SOBRE AS AÇÕES DE GESTÃO ARQUIVÍSTICA DIANTE AS IMPLEMENTAÇÕES DE NOVAS FERRAMENTAS DIGITAIS

ARCHIVES IN A STATE PUBLIC INSTITUTION: A CASE STUDY ON ARCHIVAL MANAGEMENT ACTIONS IN THE FACE OF THE IMPLEMENTATION OF NEW DIGITAL TOOLS

Flávia de Araújo Telmo
Universidade Federal da Paraíba

Resumo

O estudo tem por objetivo apresentar as ações inerentes aos aspectos gerenciais observados em um Arquivo Público Estadual durante o processo de implantação do Sistema para Produção de Documentos Digitais. Essas ações foram observadas, a partir de atividades executadas em um arquivo de uma secretaria estadual pública, que em 2022 passa a produzir os documentos das atividades-meio em um sistema digital. Quanto aos procedimentos a pesquisa é descritiva, com abordagem qualitativa e método estudo de caso, na qual permitiu como resultado, a proposição de ações para melhoria da gestão documental, principalmente em meio digital, considerando as ações relacionadas a aspectos gerenciais arquivísticos, podendo servir orientação para o planejamento de outros arquivos inseridos no serviço público estadual que utilizam o sistema. Dentre as ações propostas estão: a mudança da estrutura organizacional, a elaboração de políticas de gestão arquivísticas, um repositório de documentos, padronização de metadados e parâmetros para recuperação dos documentos, elaboração de fluxo documental, classificação e tabela de temporalidade e a implementação de recurso orçamentário contínuo.

Palavras-Chave: Gestão arquivística; Arquivo de instituição pública estadual; Ações gerenciais.

Abstract

The aim of this study is to present the actions inherent in the management aspects observed in a State Public Archive during the process of implementing the Digital Document Production System. These actions were observed based on the activities carried out in an archive of a state public secretariat, which in 2022 will start producing its middle-activity documents in a digital system. In terms of procedures, the research is descriptive, with a qualitative approach and a case study method, which resulted in the proposition of actions to improve document management, especially in digital media, considering actions related to archival management aspects, which could serve as a guideline for planning other archives within the state public service that use the system. Among the proposed actions are: changing the organisational structure, drawing up archival management policies, a document repository, standardising metadata and parameters for retrieving documents, drawing up a document flow, classification and temporality table and implementing ongoing budget resources.

Keywords: Archival management; State public institution archives; Managerial actions.

INTRODUÇÃO

As instituições públicas tem buscado implementar ferramentas tecnológicas em suas instituições de maneira a atender as demandas de produção, armazenamento de informação e documentos que são produzidos em suas atividades públicas. Percebe-se, que a aquisição de novas tecnologias não são suficientes para manutenção da qualidade da gestão documental nesses ambientes, para isso é demandada ações gerenciais efetivas para que se alcancem resultados que tragam soluções para essas unidades de informação, e que comtemple a dimensão dos seus usuários que produzem e usam as informações.

Amaral (2008, p. 32), considera os arquivos como um tipo de unidade de informação, denominadas "organizações e sistemas que prestam serviços de informação [...] envolvidos com os processos de gestão da informação relativo às variadas etapas do ciclo informacional". Segundo a autora, para que as unidades de informação funcionem, os

seus sistemas precisam ter seus processos organizados e integrados a instituição na qual fazem parte.

Para Santos e Flores (2015) no processo de implementação de gestão arquivística de documentos, as instituições precisam criar requisitos que proporcionem a manutenção e produção de documentos de modo que estes sejam autênticos e fidedignos, na qual os usuários tenham a confiabilidade dos seus sistemas quanto a produção da informação.

Na prática, sistemas tem sido colocado em funcionamento sem que haja uma padronização de ações, implementação de políticas para o seu desempenho bem como a observância de investimentos necessários, evitando assim acúmulo de documentos em ambiente digital e fragilidades em seus documentos e atividades.

Quanto as funcionalidades, percebe-se sistemas de informação produzindo documentos e com ausência de operações necessárias para o funcionamento de Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos (SIGAD), que "é uma solução informatizada que visa o controle do ciclo de vida dos documentos, desde a produção até a destinação final, seguindo os princípios da gestão arquivística de documentos" (Conarq, 2022, p. 21).

O estudo tem por objetivo apresentar as ações inerentes aos aspectos gerenciais observados em um Arquivo Público Estadual durante a implantação do Sistema para Produção de Documentos Digitais. Essas ações foram observadas, a partir de atividades executadas em um arquivo de uma Secretaria Estadual, que iniciou a produção de documentos digitais em 2022, 11 anos após o início do seu funcionamento.

O estudo estrutra-se em introdução, com a apresentação do aspecto geral da pesquisa, a discussão teórica, os procedimentos metodológicos, a seção GESTÃO ARQUIVÍSTICA: aspectos gerenciais observados em um Arquivo Público Estadual, e propostas a serem implementadas, e por fim, as considerações.

GESTÃO ARQUIVÍSTICA: E O GERENCIAMENTO FRENTE AS FUNCIONALIDADES NECESSÁRIAS PARA O FUNCIONAMENTO DOS SISTEMAS EM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS

As atividades no serviço público tem gerado a necessidade das instituições públicas adequarem a produção documental para registro de suas informações e atendimento aos cidadãos de modo célere e transparente. Com as tecnologias disponíveis e fornecidas pelo mercado, essas instituição fazem aquisição de sistemas e adequam rotinas para alcançar maior qualidade dos serviços que oferece.

Verifica-se na prática, que a aquisição de um sistema de modo extrito, não trará as soluções almejadas pela instituição, sendo indispensável um planejamento do contexto em que este sistema estará inserido, seus usuários, investimentos, adaptações

e aplicação das funcionalidades que tragam confiabilidade do que é produzido nestes ambientes digitais.

> Redes e sistemas, assim como as instituições e os serviços arquivísticos, recursos operativos e funções arquivísticas devem ser planejados, organizados, dirigidos econtrolados a fim de que sejam uma ferramenta eficiente para o gerenciamento arquivístico. (Maluf, 2023, p.41)

Lopes e Sousa (2020) recomenda que diante as inseguranças e riscos que permeiam os ambientes digitais, estratégias precisam ser adotadas para assegurar a preservação e a autenticidade e não seja comprometido o ciclo vital dos documentos e a finalidade de prova para qual cada documento foi criado, sendo indispensável a gestão documental.

Para Jardim (2018) a gestão arquivística é

> [...] um conjunto de elementos mobilizados para a gerência de serviços e instituições arquivísticas. Inclui todo o ciclo, da produção à guarda permanente, passando pela gestão de documentos, a preservação, a produção de mecanismos de recuperação da informação, a difusão, o acesso e as demais operações que constituem a missão das instituições e serviços arquivísticos. Envolve também os aspectos gerenciais relacionados a pessoas, infraestrutura física, legal, tecnológica, recursos orçamentários etc. (Jardim, 2018, p. 32).

Os aspectos gerenciais propostos por Jardim (2018), norteiam esse trabalho de gestão realizado nos arquivos, podendo ser aplicados de modo a ter um panorama das ações indispensáveis para o bom funcionamento dos arquivos que devem ser acompanhados continuamente. Observar esses aspectos, geram resultados amplos de modo a integrar as ações a serem efetivadas e existentes sem desconsiderar o que precisa ser realizado na dimensão de cada um deles.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Quanto aos procedimentos a pesquisa é descritiva, com abordagem qualitativa e método estudo de caso. A aplicação do método estudo de caso múltiplo, dividiu-se em três etapas: a primeira etapa consistiu em um **levantamento teórico/exploratório** sobre temas introdutórios quanto as ações gerenciais para a gestão arquivística; na segunda etapa **elaborou-se um quadro** com as ações gerenciais observadas no campo de pesquisa: o arquivo de uma secretaria de um governo Estadual o; e a terceira etapa consistiu na **elaboração e análise das propostas** para este arquivo em estudo, considerando a estrutura das ações gerenciais apresentadas.

O arquivo escolhido como campo de pesquisa, foi definido pela participação da autora na gestão documental nesta unidade de informação, antes e depois da implantação do Sistema para Produção de Documentos Digitais.

Definiu-se a manutenção da confidencialidade do campo de estudo, para proteger questões éticas da instituição.

ASPECTOS GERENCIAIS OBSERVADOS E PROPOSTOS A UM ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL

Para esse estudo, foi realizada a observância em um arquivo institucional público Estadual que tem realizado ações de implementação da produção documental digital por meio de um sistema adquirido pelo governo estadual que funciona já em 100% das suas secretarias.

Nesse processo de mudança foram observados aspectos gerenciais que impactam a qualidade dos sistemas e a gestão arquivistas, que seguem apresentadas no quadro 1:

Quadro 1: Aspectos gerenciais observados em um Arquivo de Instituição Pública Estadual durante a implantação do Sistema para Produção de Documentos Digitais

Aspectos gerenciais da Gestão Arquivística de um Arquivo de Instituição Pública Estadual	
Aspectos Gerenciais	**Ações Observadas**
GERÊNCIA DOS SERVIÇOS	Os serviços arquivísticos de atendimento ao usuário interno e externo são realizados pelo setor de arquivo, de modo a orientar práticas de gestão documental e a concessão de informações.
GERÊNCIA DA INSTITUIÇÃO	A gerência institucional é executada por um secretário que encontra-se subordinado a uma secretária de competência maior, tendo o apoio de todos os setores que compõem a estrutura organizacional.
PESSOAS	Possui arquivista, que atua no cargo de Assessora Técnica de Arquivo, desempenhando todas as atividades de gestão arquivística. Possui 4 estagiários(as) do curso de graduação em Arquivologia que atuam nas atividades técnicas do arquivo; A equipe tem o apoio de uma servidora efetiva, cedida por outra secretaria; Não possui outros colaboradores com conhecimento arquivístico para executar atividades de apoio a arquivista.
INFRAESTRUTURA FÍSICA	Possui arquivo em funcionamento na instituição, sendo um setor, mas não é instituído formalmente como gerência na estrutura organizacional; O espaço digital encontra-se em domínio de outra instituição paga pelo governo, responsável por fornecer serviços e produtos a todas as secretarias estaduais.

Aspectos gerenciais da Gestão Arquivística de um Arquivo de Instituição Pública Estadual	
Aspectos Gerenciais	**Ações Observadas**
INFRAESTRUTURA LEGAL	O arquivo encontra-se subordinado ao setor administrativo, que é responsável em executar as decisões propostas para gestão documental; Tem instituída a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos, compostas por profissionais da área da Arquivologia, Direito, Administração e Tecnologia da Informação; Possui Decreto que institui o Arquivo Estadual, na qual compete orientar os arquivos das secretarias que compõem a estrutura governamental; A instituição estadual não possui regimento interno formalizado e publicado para subsidiar as funções para o seu funcionamento; Não possui política de gestão arquivística formalizada; Não possui plano de classificação e tabela de temporalidade aprovadas.
INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA	Possui um sistema de informação para produção de alguns tipos documentais e arquivamento de processos digitalizados; Possui um Sistema para Produção de Documentos Digitais; Não possui repositório digital e requisitos de um SIGAD.
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	Não possui recurso contínuo direcionado para aquisição de pessoas, infraestrutura tecnológica e materiais para atender demandas do arquivo.

Fonte: Dados da Pesquisa (2024)

Observa-se que todo o conjunto de aspectos apresentados precisam ser considerados e integrados para busca de um funcionamento seguro que permita a efetiva gestão documental. As soluções tecnológicas funcionam se outras questões forem melhoradas como as pessoas capacitadas para atuação na elaboração de ações que proporcionem o atendimento das demandas recebidas nesses arquivos.

Compreender as funções de cada área que compõe essa instituição é um dos fatores que fundamenta a elaboração dos documentos produzidos para a então elaboração da Tabela de Temporalidade de Documentos indispensáveis na avaliação documental que ocorre tanto em ambientes físicos como digitais.

Ter um sistema que tenha os requisitos, funcionais e não funcionais, previstos para o funcionamento de um SIGAD, é uma forma de assegurar a gestão documental com segurança durante a produção, tramitação, arquivamento e recuperação.

Foram identificados que o arquivo analisado possui Arquivista, CPAD e um Arquivo Estadual instituído para orientar as atividades, sendo estes aspectos importantes para a discussão e adoção de medidas técnicas e elaboração da política de gestão arquivística, para proporcionar avanços de modo seguro.

A partir da observância durante a implementação do Sistema para Produção de Documentos digitais, foi possível além de identificar as ações realizadas no arquivo da secretaria pública Estadual, propor ações para melhoramento da gestão arquivística na instituição observada, estas descritas no quadro 2.

Quadro 2: Ações propostas para a Gestão Arquivística um Arquivo de Instituição Pública Estadual

Ações propostas para a Gestão Arquivística um Arquivo de Instituição Pública Estadual	
Aspectos Gerenciais	**Ações Propostas**
GERÊNCIA DOS SERVIÇOS	Manter os serviços arquivísticos de atendimento ao usuário interno e externo são realizados pelo setor de arquivo e ampliar a integração entre as mudanças institucionais e o setor de arquivo para que haja maior qualidade dos documentos e também dos serviços.
GERÊNCIA DA INSTITUIÇÃO	Estabelecer parceria, entre o secretário executivo e secretário da instituição para compartilhar as experiências e ações que envolvam a gestão arquivística e informacional.
PESSOAS	Inserir a Arquivista em posição de gerência para facilitar a implementação de projetos, e com isso dar maior autonomia na tomada de decisões; Contratar mais um estagiário do curso de Arquivologia para atuar nas atividades técnicas; Contratação de um novo servidor.
INFRAESTRUTURA FÍSICA	Aquisição de equipamentos: triturador, desumidificador de ar, carrinho para transporte de documentos físicos; Adquirir estantes deslizantes; Reformar o espaço físico.
INFRAESTRUTURA LEGAL	Atualizar o organograma institucional para incluir o arquivo em posição de gerência e seja possível criar mais cargos; Revisar continuamente a composição da Comissão Permanente de Avaliação Documental (CPAD), bem como a sua atuação. Possuir um regimento aprovado para seja permitida funções de cada setor Construir e formalizar uma política de gestão Arquivística; Reelaborar e publicar o regimento da instituição; Elaborar o Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade;
INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA	Concentrar a produção documental no Sistema para Produção de Documentos Digitais, que tem sido utilizado apenas para assuntos da atividade meio, podendo esse ser implementado para produção dos documentos da área fim; Implementar um repositório digital para preservação documental; Acompanhar rotineiramente as ações aplicadas pela empresa responsável pelo armazenamento das informações e documentações digitais; Elaborar e implementar a classificação dos documentos digitais, com base em uma tabela de temporalidade a provada previamente ao funcionamento do sistema. Padronizar o uso de metadados e parâmetros para facilitar a tramitação e recuperação dos documentos; Elaborar sempre de modo prévio fluxo documental, antes da elaboração de um tipo documental no ambiente digital, o que facilita a tramitação dos documentoso controle dos procedimentos burocráticos.
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	Implementar recursos orçamentários para atender as demandas para a execução da gestão documental, modernização dos sistemas e capacitação contínua dos servidores que atua no arquivo e nas atividades.

Fonte: Dados da Pesquisa (2024)

Dentre as propostas que trará melhorias imediatas está a padronização de metadados e parâmetros para recuperação dos documentos, algumas secretarias não possuem nenhuma padronização para representação das informações para recuperação o que tem dificultado as atividades de aberturas de novos processos. A elaboração de um fluxo para a tramitação de novos processos trará celeridade das ações em todos os setores na resposta a cada documento encaminhado, evitando erros na produção dos documentos.

A proposta de reestruturar a estrutura organizacional atual e formalizar o regimento, permitirá a continuidade da elaboração da classificação e tabela de temporalidade dos documentos, contratar mais profissionais, realizar investimentos em seus colaboradores e conceder maior autonomia para o setor de arquivo implementar as melhorias na gestão documental existente.

Segundo Matos (2022), é importante observar que:

> Aplicar as melhores práticas significa conferir a devida fidelidade aos documentos originais e assegurar a capacidade de interoperabilidade. Registra-se, ainda, que as parcerias possibilitaram o benefício de financiamentos para viabilizar a aquisição de equipamentos, assim como a contratação de recursos humanos especializados (Matos, 2022. p.76).

Essas ações propostas poderão trazer qualidade para o serviço oferecido por este arquivo observado, trazer qualidade para gestão arquivística, ampliar a qualidade da documentação e do funcionamento dos seus sistemas, melhorar a prestação de informações aos orgãos de controle, que consequentemente trará maior confiança na prestação do serviço público que este oferece a sociedade na qual está inserido.

CONSIDERAÇÕES

A pesquisa demonstra que a implementação de um sistema para gestão documental demanda previamente a implementação de ações planejadas de gestão arquivística, podendo estas subsidiarem o bom funcionamento de uma unidade de informação arquivística. Para isso, necessita-se de uma estrutura legal, pessoal, física, tecnológica e orçamentária contínua, pois para que se contemple uma gestão arquivística eficiente e que proporcione bons resultados, requer antes de tudo a execução desempenho de ações gerenciais prévias que estejam em conformidade com os interesses da instituição, sejam elas públicas e privadas.

Verificou-se que para nortear essas atividades de gestão arquivísticas é imprescindível a observância contínua dos aspectos gerenciais, pois eles norteiam uma avaliação ampla da atividades arquivísticas.

O estudo demonstra que ações planejadas como, por exemplo, a construção de fluxos de tramitação prévios e o estabelecimento de metadados, podem evitar erros na produção

de documentos, ampliar a celeridade das atividades da instituição e o acúmulo documental no ambiente digital.

A representação planejada dos metadados desses documentos nos ambientes digitais facilitam a recuperação, o seu acompanhamento e preservação, mesmo que os sistemas não possuam todas as funcionalidades de um SIGAD.

Assim como acontece com o gerenciamento dos documentos físicos e indispensável a elaboração e aplicação do plano de classificação e tabelas de temporalidade

A partir, da observâcia foi possível propor ações que podem trazer qualidade para a gestão documental nesta Secretaria, baseados na estrutura dos aspectos gerenciais de governança arquivística e ações, que podem contribuir na identificação do panorama do que é realizado e outros arquivos que vinculados a instituições públicas.

Sugere-se que sejam desenvolvidos novos estudos demonstrando, por exemplo, a elaboração de Políticas de Gestão Arquivística, que é pouco observada em instituições municipais e estaduais brasileiras, uma ação vista como estratégica para a execução ordenada de práticas gerenciais de gestão documental de modo a implementar ações e acompanhar resultados.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Sueli Angélica. MARKETING DA INFORMAÇÃO: entre a promoção e a comunicação integrada de marketing. **Informação & Sociedade**:Est., João Pessoa, v.18, n.1, p.31-44, jan./abr. 2008. Disponível: https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/1636/1637. Acesso em: 18 ago. 2024.

CONARQ – Conselho Nacional de Arquivos (Brasil). **e-ARQ Brasil**: Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos. Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2022. Disponível em: https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/EARQV205MAI2022.pdf. Acesso em: 18 ago. 2024.

SANTOS, Henrique Machado; FLORES, Daniel. Repositórios digitais confiáveis para documentos arquivísticos: ponderações sobre a preservação em longo prazo. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.20, n.2, p.198-218, abr./jun. 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pci/a/mNsCkHM77L7RMrNqj8L57XF/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 18 ago. 2024.

JARDIM, José Maria. Governança Arquivística Contornos para uma noção. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 3, p. 31-45, set./dez., 2018. Disponível em: https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/987/994. Acesso em: 10 jun. 2024.

LOPES, Ana Suely Pinho; SOUSA, Jorge Pedro. O acesso aos documentos com e seu o uso da tecnologia da informação. **LOGEION**: Filosofia da informação, Rio de Janeiro, v. 6 n. 1, p.171-185, set.2019/fev. 2020. Disponível em: https://revista.ibict.br/fiinf/article/view/4822/4200. Acesso em: 18 ago. 2024.

MATOS, Maria Teresa Navarro de Britto. GOVERNANÇA EM ARQUIVOS ESTADUAIS: relato do Arquivo Público do Estado da Bahia. *In:* CUNHA, Francisco José Aragão

Pedroza; MATOS, Maria Teresa Navarro de Britto; LIMA, Gillian Leandro de Queiroga. **GOVERNANÇA ARQUIVÍSTICA EM ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS NO BRASIL: teoria e prática**. Salvador: EDUFBA, 2022. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/35442/1/governanca-arquivistica-REPO.pdf. Acesso em: 15 jun. 2024

GESTÃO DE DOCUMENTOS NA USINA HIDRELÉTRICA DE ITAIPU: DESENVOLVIMENTO DE APLICATIVO *WEB* PARA MAPEAMENTO E ARRANJO DO ACERVO DE DOCUMENTOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA

DOCUMENT MANAGEMENT AT ITAIPU HYDROELECTRIC PLANT: DEVELOPMENT OF A WEB APPLICATION FOR MAPPING AND ARRANGEMENT OF ENGINEERING TECHNICAL DOCUMENTS COLLECTION

Rafael Felipe de Souza
Usina Hidrelétrica de Itaipu

Jefferson Rodrigo de Melo
Usina Hidrelétrica de Itaipu

Juan Jesus Ferreira Rojas
Usina Hidrelétrica de Itaipu

Resumo

Este trabalho aborda os desafios específicos enfrentados na gestão do acervo de documentos técnicos da Usina Hidrelétrica de Itaipu, tendo como característica ser um relato de experiência das atividades de arranjo e organização do acervo em suporte papel. Pretendeu-se explorar a importância da gestão de documentos em uma instituição como Itaipu, os desafios enfrentados na organização das unidades arquivísticas e acesso ao acervo e a implementação de tecnologias, como um aplicativo web para dispositivos móveis, para facilitar a gestão e localização dos documentos.

Palavras-Chave: Acervo técnico de engenharia; Arranjo; Aplicativo web; Gestão de documentos.

Abstract

This work approaches the specific challenges faced in managing technical documents collection at the Itaipu Hydroelectric Plant, it is an experience's report for arranging and organizing activities on paper collection types. The aim was to explore the importance of document management in an institution like Itaipu, the challenges faced in organizing archival units and access to the collection and the implementation of technologies, such as a web application for mobile devices, to serve the management and location of documents.

Keywords: Technical engineering collection; Arrangement; Web application; Document management

INTRODUÇÃO

A Usina Hidrelétrica de Itaipu se destaca como líder mundial na geração de energia limpa e renovável. Com 20 unidades geradoras e uma potência instalada de 14 gigawatts (GW), ela provê cerca de 8,6% da energia elétrica consumida no Brasil e 86,3% do consumo do Paraguai. Em março de 2024, a usina alcançou a marca inédita de 3 bilhões de megawatts-hora (MWh) de energia acumulados desde o início de sua operação, em maio de 1984 (Itaipu Binacional, 2024).

A grandiosidade da Usina Hidrelétrica de Itaipu também se reflete em seu vasto acervo técnico documental, acumulado desde o início de sua construção na década de 1970. Esse acervo inclui mais de 3 milhões de documentos, como relatórios técnicos, especificações, memórias de cálculo, desenhos e plantas de engenharia, todos produzidos como parte das atividades de engenharia e arquitetura que viabilizaram sua construção.

De acordo com Rousseau e Couture (1998, apud Crivellaro e Vitoriano, 2022, p. 94), as organizações registram e armazenam informações orgânicas em documentos gerados durante o cumprimento de suas missões. O acervo técnico de Itaipu é um exemplo claro disso, composto por informações registradas em documentos, criados com o objetivo de cumprir a missão de gerar energia elétrica para o Brasil e Paraguai de maneiro sustentável. Os documentos técnicos de Itaipu fazem parte de um acervo especializado, uma vez que foram produzidos no contexto de atividades de engenharia por profissionais habilitados junto aos conselhos de classe competentes (Job, 2023, p. 34).

Marilene Leite Paes (2004, p. 147) destaca que os acervos especializados, como o de Itaipu, custodiam documentos produzidos em campos específicos da experiência humana, com características físicas e conteúdos especiais. Plantas de engenharia, por

exemplo, podem ser elaboradas em folhas de tamanho A3 a A0 e apresentam tipografias, símbolos e códigos específicos que representam edificações ou a fabricação de equipamentos e a instalação de sistemas industriais, exigindo um tratamento especial em relação ao arquivamento, registro, acondicionamento, conservação e controle.

Sendo assim, o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (Arquivo Nacional,2005, p. 30) define um arquivo especializado como aquele em que os documentos compartilham características relacionadas à natureza, função ou atividade da organização produtora, além de elementos como tipo, conteúdo, suporte e data dos documentos.

Dado o contexto do acervo técnico de Itaipu e suas características documentais, ele se encaixa perfeitamente no conceito de arquivo como "conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, [...] no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte" (Arquivo Nacional,2005, p. 27).

A magnitude e a complexidade desse acervo impõem desafios consideráveis, especialmente nas etapas de arquivamento, organização, conservação e recuperação das informações, que são cruciais para o desenvolvimento das atividades técnicas na Usina. Crivellaro e Vitoriano (2022, p. 91) afirmam que "se entendemos o documento como informação registrada, então, quando não são conservados e arquivados de forma adequada, ocorre a perda de informação".

A gestão documental eficaz é, portanto, essencial para garantir a integridade e organização do acervo técnico de Itaipu, além de preservar a memória institucional da usina. Segundo Bernardes e Delatorre (2008, p. 7), um plano de gestão documental eficaz envolve a produção, uso, destinação, tramitação, organização e arquivamento dos documentos, atividades cruciais para assegurar que informações valiosas permaneçam acessíveis e protegidas ao longo do tempo.

Dessa forma, o presente trabalho visa apresentar a experiência de Itaipu nas atividades de organização do acervo técnico, com foco nas práticas de arquivamento, organização, arranjo, mapeamento e recuperação da documentação nos depósitos de arquivo da empresa. Essas atividades estão sendo realizadas com o apoio de um aplicativo informatizado web, desenvolvido internamente pela Divisão de Arquivo Técnico da usina (ENCA.DT).

Para fins de contextualização, deve-se esclarecer que, na Itaipu Binacional, o acervo de documentação técnica, também considerado documentação relacionada à atividade-fim da organização, está sob a custódia da Divisão de Arquivo Técnico, unidade pertencente à Diretoria Técnica da empresa. Por outro lado, o acervo correspondente à documentação de atividade-meio está sob a custódia do Centro de Documentação, unidade pertencente à Diretoria Geral da empresa, responsável por estabelecer as diretrizes de gestão documental para a entidade.

Neste sentido, o objetivo é demonstrar não apenas os desafios enfrentados antes do desenvolvimento da aplicação, mas também destacar os benefícios significativos obtidos após a implementação dessa tecnologia na gestão da documentação técnica de Itaipu. Entre os benefícios, incluem-se a melhoria no mapeamento do acervo, a redução de tempo e custos operacionais, e a agilidade no acesso e recuperação das informações. Além disso, o trabalho busca detalhar o processo de desenvolvimento da solução, desde a concepção até a implementação prática do aplicativo, proporcionando insights valiosos para outras organizações que enfrentam desafios semelhantes na gestão de seus acervos documentais.

PROCEDIMENTO METODOLÓGICO UTILIZADO

Este estudo adota uma abordagem de natureza qualitativa, buscando capturar a perspectiva dos participantes diretamente envolvidos na situação investigada, por meio de um estudo de caso (Gil, 1999), e se enquadra no tipo de pesquisa descritiva. Segundo Baptista e Campos (2018), a pesquisa descritiva é empregada para descrever um grupo específico e identificar suas condições, sem a intenção de estabelecer relações causais. Nesse contexto, o estudo visa compreender a situação do ambiente analisado, no caso, o universo do acervo de documentos técnicos da Itaipu Binacional e o trabalho de organização e arranjo documental. A escolha pela natureza qualitativa do trabalho permitiu uma compreensão mais profunda dos processos de organização do acervo técnico documental na Usina Hidrelétrica de Itaipu, explorando as percepções, experiências e desafios enfrentados pela equipe responsável. A pesquisa descritiva possibilitou a investigação detalhada dos procedimentos adotados, das tecnologias utilizadas e dos resultados obtidos no desenvolvimento da aplicação informatizada web para organização do acervo em suporte papel.

A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO DOS DOCUMENTOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA EM ITAIPU E SEUS DESAFIOS

De acordo com o artigo 3ºda Lei 8.159/1991 (BRASIL, 1991), gestão de documentos, é definida como o "conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente". Sob essa ótica, a gestão de documentos se estabelece como um preceito legal para as organizações, fundamentado nas diretrizes teóricas da arquivística para assegurar o cumprimento do ciclo vital dos documentos em todas as suas etapas. Isso é essencial tanto para atender às necessidades administrativas e técnicas imediatas quanto para garantir a memória arquivística das organizações e sociedade em geral.

Na Itaipu Binacional a preocupação com a gestão de documentos é latente, e as atividades de arquivamento, arranjo, mapeamento e recuperação dos documentos, compreendidas como parte dos procedimentos da gestão documental, tornam-se essenciais para atender à demanda por informações técnicas na usina hidrelétrica. Neste contexto, a implementação de práticas eficientes de gestão documental contribui não apenas para a preservação da memória institucional, mas também para o suporte operacional da empresa.

Os arquivos, identificados como conjuntos de documentos organicamente vinculados às entidades que os produziram (Russeau, Couture,1998), representam uma parcela significativa do patrimônio intangível das empresas e necessitam de procedimentos técnicos eficientes para atender as necessidades informacionais dos usuários nas fases corrente, intermediária e permanente conforme prescreve o arcabouço epistemológico da arquivística.

Compreende-se também que a gestão de documentos é "o trabalho de assegurar que a informação arquivística seja administrada com economia e eficácia; que seja recuperada de forma ágil e eficaz, subsidiando as ações das organizações [...]" (Moreno,2008, p. 84).

Na Usina Hidrelétrica de Itaipu a prática da gestão de documentos está associada ao desenvolvimento das atividades de organização do acervo técnico documental além de outras relacionadas com os demais acervos da organização.

O acervo técnico documental de Itaipu enfrenta uma série de desafios, incluindo o grande volume e diversidade de tamanhos de documentos, a necessidade de preservação adequada dos documentos em suporte papel e a garantia de acesso rápido à informação. Além disso, a complexidade na organização e localização dos depósitos de documentos na usina se apresenta como uma questão importante pois estão dispostos geograficamente em diferentes locais necessitando serem devidamente mapeados e identificados.

Segundo Coelho (2017, p. 60, apud Job, 2023, p. 34), uma das questões enfrentadas na gestão de documentos de engenharia é a escassez de estudos específicos sobre esses arquivos especializados na arquivística. Embora a teoria preveja procedimentos e metodologias bem fundamentados para a organização e preservação de documentos de arquivo, a falta de pesquisas direcionadas aos acervos de engenharia, também denominados documentos de atividades-fim, torna o trabalho de gestão mais desafiador.

Também, torna-se um desafio ao trabalho de gestão documental a característica especial da documentação de engenharia conforme elencado por Araújo (2021, apud Job, p. 36):

- estar sujeito alterações à medida que o projeto avança;

- possuir criticidade devido aspectos de segurança;

- ser um entregável de um trabalho de engenharia;

- tramitação e envio em momento inoportuno trazem prejuízo financeiro.

- Essas características exigem procedimentos e metodologias específicas que não são comumente abordados nas referências teóricas da arquivística para o desenvolvimento das atividades de arranjo, codificação e arquivamento.

IMPLEMENTAÇÃO DA TECNOLOGIA PARA FACILITAR A GESTÃO DOS DOCUMENTOS TÉCNICOS DE ITAIPU

Diante dos desafios apresentados, a equipe do Arquivo Técnico da usina desenvolveu um aplicativo web e móvel, utilizando-se do framework da Google: Flutter como plataforma tecnológica.

O Flutter é uma plataforma de desenvolvimento de software de código aberto lançada em 2017 pela Google. Ele permite a criação de aplicativos nativos para dispositivos móveis, web e desktop utilizando uma única base de código. Usando a linguagem de programação Dart, também desenvolvida pelo Google, o Flutter possibilita a compilação do código diretamente para a linguagem nativa de cada plataforma, garantindo alta performance (Morais, 2020).

De acordo com Morais (2020), o Flutter proporciona uma abordagem eficiente para o desenvolvimento de aplicativos móveis, permitindo aos desenvolvedores criar interfaces nativas para múltiplas plataformas utilizando uma única base de código, o que acelera e torna mais consistente o processo de desenvolvimento.

A solução recebeu o nome de *APP do Acervo Físico*. Por meio desta tecnologia pode-se realizar o mapeamento preciso dos documentos, contribuindo de maneira significativa com o processo de busca e recuperação da informação técnica de engenharia disponíveis nos projetos elaborados para a construção da usina e armazenados nos depósitos da empresa.

A aplicação consiste em uma interface inicial centrada no campo de busca e numa base de dados que possibilita a recuperação fácil dos documentos por seu código de classificação documental (CCD) ou pelo código do pacote, ou seja, tipo de sistema de armazenamento onde os documentos estão acondicionados, como caixas, tubos, pastas, entre outros.

Anteriormente ao desenvolvimento do *APP do Acervo Físico*, a guarda dos documentos era feita considerando exclusivamente a sequência do código de classificação documental para fins de ordenação física e seu controle era feito por meio de planilhas de cálculos do Microsoft Excel. Isso tornava o trabalho mais oneroso e suscetível a

falhas de armazenamento. Hoje, por meio da utilização do *APP do Acervo Físico*, é possível utilizar outros campos de metadados que permitem realizar um arquivamento mais linear, proporcionando melhor aproveitamento do espaço físico e controle do acervo.

A implementação do aplicativo informatizado trouxe outras várias vantagens para a organização do acervo, tais como:

- dupla verificação: O responsável pela inclusão do documento no acervo e o responsável pela guarda do pacote no depósito verificam se todos os itens foram considerados, com o registro de atividades em um arquivo de log;

- geolocalização: Apontamento em mapa do local exato de guarda;

- cálculos de volumetria: Capacidade de calcular a volumetria dos documentos armazenados;

- prevenção de duplicidade: O sistema impede a guarda duplicada, informando quando um documento com o mesmo código já está em outro pacote;

- parametrização do CCD: Para evitar erros de digitação ao incluir documentos no sistema;

- geração automática de etiquetas: Com *QR Code* e capacidade de exportar o relatório do pacote em PDF;

- painéis administrativos: Para acompanhamento dos trabalhos de guarda e identificação de situações de insegurança (como pacotes abertos) ou sem local de guarda definido;

- utilização de dispositivo móvel em *loco* para consulta dos documentos.

Como resultado, a implantação do sistema evitou dois grandes problemas: a falta de informação sobre quais documentos estavam efetivamente armazenados nas caixas e tubos do acervo técnico, e o trabalho manual intensivo de inclusão e remoção desses documentos, que causava lotação ou esvaziamento dos pacotes e, consequentemente, uma necessidade contínua de reorganização do sistema de armazenamento.

O arranjo dos documentos técnicos de Itaipu é realizado por meio do estabelecimento de classes, de acordo com a disciplina da engenharia. No primeiro nível da classe, são definidos os agrupamentos referentes as disciplinas da engenharia como civil,

mecânica e elétrica/eletrônica, que são distribuídos em três níveis hierárquicos abaixo, do geral para o particular. No segundo nível, são especificadas as áreas de atuação do documento, como casa de força, barragem, vertedouro e subestações. No terceiro nível, é determinado o assunto ou sistema propriamente dito. Esta estrutura de classificação é denominada de Assunto Base.

O Assunto Base é representado por um código numérico de quatro dígitos que, juntamente com outros elementos estabelecidos por documentos normativos internos, forma o código de classificação documental (CCD). Após o Assunto Base, o próximo campo do código é o tipo documental, que segue uma lista específica para elencar os principais tipos existentes no acervo. Em seguida, há o sequencial, que determina o órgão emitente e a sequência de produção do documento, além do idioma e da revisão, campos que completam a sequência alfanumérica do código. Dessa forma, o código documental se configura da seguinte maneira: ASSUNTO BASE - TIPO DOCUMENTAL - SEQUENCIAL - IDIOMA - REVISÃO.

O APP do Acervo Físico registra o código de cada documento e o vincula ao sistema de arquivamento, seja ele uma caixa, pasta, tubo ou outro tipo de pacote utilizado para armazenamento. Dessa forma, estabelece a localização física dos documentos nos depósitos da empresa. Essa abordagem permite rastrear a posição dos documentos, independentemente das revisões que os projetos de engenharia possam ter sofrido, que podem resultar em armazenamento em diferentes locais dentro do acervo.

Outra característica importante está relacionada aos diversos formatos dos documentos técnicos, que exigem um controle específico para o adequado acondicionamento. Esse controle é estabelecido pelo aplicativo do Acervo Físico, garantindo a organização e conservação apropriadas dos documentos.

RESULTADOS

A gestão eficiente do acervo de documentos técnicos de engenharia da Usina Hidrelétrica de Itaipu é essencial não apenas para a preservação da memória institucional, mas também para o suporte às atividades operacionais e de manutenção da hidrelétrica. Através da implementação de tecnologias inovadoras, como o aplicativo web e móvel desenvolvido internamente, Itaipu garante o acesso rápido e eficiente à informação contida nos documentos, alinhado com os princípios da gestão documental preconizados pela teoria arquivística.

As atividades de guarda, arranjo e recuperação dos documentos passaram a ser realizadas de maneira sistemática e controlada, utilizando uma base de dados corporativa. Com essa mudança, as planilhas de cálculo, antes utilizadas para inventariar o acervo, foram substituídas por um sistema integrado, permitindo uma gestão muito mais precisa e segura dos documentos. Isso possibilitou a extração de dados estatísticos essenciais

para o acompanhamento do crescimento do acervo, facilitando a análise de tendências e a tomada de decisões estratégicas para o futuro.

Além disso, a informatização dos processos de gestão documental permitiu o mapeamento detalhado dos depósitos arquivísticos, assegurando que todos os documentos estejam devidamente categorizados e localizados. Esse mapeamento não só melhora a eficiência na recuperação de informações, mas também contribui para a conservação dos documentos físicos, ao reduzir a necessidade de manuseio constante. O resultado é uma maior preservação dos recursos documentais, garantindo que o conhecimento acumulado ao longo dos anos esteja protegido e acessível para futuras gerações de profissionais e pesquisadores.

Vale ressaltar que o *APP do Acervo Físico* não se trata de um Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos (SIGAD), pois não contempla todos os requisitos definidos pelo modelo do e-ARQ Brasil atrelados ao "trabalho rotineiro de produzir, receber, armazenar e acessar a documentos arquivísticos" (Conselho Nacional de Arquivos, 2022, p. 10). No entanto, é uma ferramenta tecnológica valiosa que complementa um SIGAD, oferecendo suporte nas atividades de arquivamento, organização, mapeamento e localização dos documentos em formato papel do acervo técnico de Itaipu. Sua função é garantir um controle sistemático, seguro e ágil dos documentos em seus depósitos.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística.** 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. p. 27, 30. Disponível em: https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/dicionrio_de_terminologia_arquivistica.pdf. Acesso em: 29 julho 2024.

BAPTISTA, M. N.; CAMPOS, D. C. de. **Metodologias de pesquisa em ciências:** análises quantitativa e qualitativa, 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2018.

BERNARDES, Ieda Pimenta (Coord.). **Gestão Documental Aplicada** / Ieda Pimenta Bernardes, Hilda Delatorre. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2008. 54 p. Disponível em https://www.santoandre.sp.gov.br/pesquisa/ebooks/368689.pdf. Acesso em: 30 jul. 2024.

BRASIL. Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. **Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências.** Art. 3º. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8159.htm. Acesso em: 10 maio 2024.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). **e-ARQ Brasil:** Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos. [recurso eletrônico] / Camara Técnica e Documentos Eletronicos. 2. Versão – Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2022. Disponível em: https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/EARQV203MAI2022.pdf. Acesso em: 20 ago. 2024.

CRIVELLARO; Fernanda Furio; VITORIANO, Marcia Cristina de Carvalho Pazin. **Mapeamento de Processos como ferramenta para Gestão de Documentos**. Em Questão,

Porto Alegre, v. 28, n. 1. p. 90-127, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.19132/1808-5245281.90-127. Acesso em: 30 julho 2024.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

INOJOSA, R. M. **Gerenciamento de documentos**: avaliação. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ARQUIVOS UNIVERSITÁRIOS, 1., Campinas, 1992. Anais...Campinas: UNICAMP, 1992.

ITAIPU BINACIONAL**. Itaipu atinge recorde mundial dos 3 bilhões de MWh na madrugada de domingo.** *Itaipu Binacional*, Foz do Iguaçu, 11 mar. 2024. Disponível em: https://www.itaipu.gov.br/sala-de-imprensa/noticia/itaipu-atinge-recorde-mundial-dos-3-bilhoes-de-mwh-na-madrugada-de-domingo. Acesso em: 19 ago. 2024.

JOB, Lívia Oliveira. **Arquivos de engenharia:** contribuições da arquivologia. [recurso eletrônico] / Lívia Oliveira Job. Dados eletrônicos (1 arquivo: 1.800 kb). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2023. (Prêmio Nacional de Arquivologia Maria Odila Fonseca; 6). Disponível em: https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br/servicos/publicacoes/arquivos-de-engenharia.pdf. Acesso em: 30 jul. 2024. Consultado na p. 34, 36.

MORAIS, Misael Elias de. Flutter: *Programação para Android & iOS [livro eletrônico]* / Misael Elisa de Morais. 1ª ed. Campina Grande, PB: Ed. do Autor, 2020.

MORENO, Nádina Aparecida. **Gestão documental ou gestão de documentos:** trajetória histórica. In: BARTALO, Linete; MORENO, Nádina Aparecida (orgs.). Gestão em Arquivologia: abordagens múltiplas. Londrina: EDUEL, 2008. p. 71-88.

PAES, Marilena Leite. **Arquivo:** teoria e prática. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004. p. 176.

RODRIGUES, W. A. **Flutter:** Desenvolva apps incríveis para Android e iOS com código único. 1. ed. São Paulo: Casa do Código, 2020.

ROUSSEAU, Jean Yves; COUTURE, Carol. **Os Arquivos, os arquivistas e a arquivística**. In: _____. Os fundamentos da disciplina arquivística. Lisboa: Publicações dom Quixote, 1998, p. 61 - 73.

HIPÁTIA SMA: SERVIÇO DE METADADOS DE ACESSO PARA REPOSITÓRIOS ARQUIVÍSTICOS DIGITAIS

HYPATIA AMS: ACCESS METADATA SERVICE
FOR DIGITAL ARCHIVAL REPOSITORIES

Cássio Felipe de Oliveira Pires
Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia

Luiz Felipe Sandes Nogueira
Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia

Marcelo Moro Brondani
Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia

Resumo

A pesquisa, de natureza aplicada e abordagem quali-quantitativa, visa a desenvolver um novo serviço de metadados de acesso para repositórios arquivísticos digitais, denominado provisoriamente como Hipátia SMA ("Serviço de Metadados de Acesso"), baseado no modelo de preservação digital Hipátia, proposto pelo Ibict. O modelo Hipátia incorpora *softwares* de código aberto, como BarraPres, Archivematica e AtoM, para implementar funções do modelo de referência *Open Archival Information System (OAIS)*. Contudo, restrições de Archivematica e AtoM no mapeamento e envio automático de metadados descritivos para a interface de acesso, durante o fluxo de preservação, acabam por limitar a qualidade das descrições arquivísticas. Consequentemente, essas restrições prejudicam a disseminação da informação. A pesquisa aponta para a necessidade de desenvolver uma solução que possibilite aos arquivos explorar o pleno potencial oferecido pelo padrão *ISAD(G): General International Standard Archival Description*, utilizado pelo AtoM no repositório arquivístico digital.

Palavras-Chave: Metadados de acesso; Descrição arquivística; Repositório arquivístico digital; Modelo Hipátia.

Abstract

The research, applied in nature and with a quali-quantitative approach, aims to develop a new access metadata service for digital archival repositories, provisionally named Hipátia AMS ("Access Metadata Service"), based on the Hipátia digital preservation model proposed by Ibict. The Hipátia model incorporates open-source software, such as BarraPres, Archivematica, and AtoM, to implement functions of the Open Archival Information System (OAIS) reference model. However, limitations of Archivematica and AtoM in the mapping and automatic transmission of descriptive metadata to the access interface during the preservation workflow ultimately limit the quality of archival descriptions. Consequently, these limitations compromise the information dissemination. The research points to the need to develop a solution that enables archives to fully explore the potential offered by the ISAD(G) standard: General International Standard Archival Description, used by AtoM in the digital archival repository.

Keywords: Access metadata; Archival description; Digital archival repository; Hipátia model.

INTRODUÇÃO

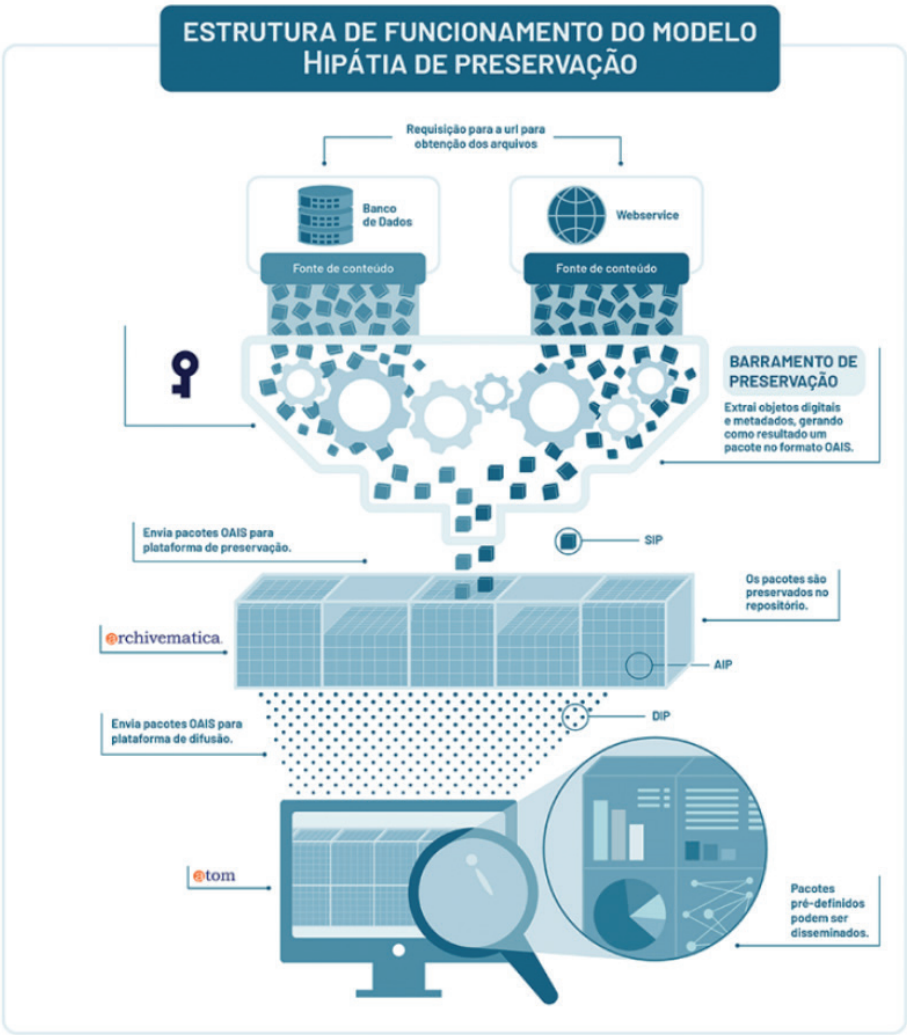
Esta pesquisa tem o objetivo de propor uma solução para um problema na disseminação automatizada de metadados de acesso enfrentada por repositórios digitais arquivísticos que utilizam os *softwares* AtoM e Archivematica. Propõe-se o desenvolvimento de um serviço de metadados de acesso, implementado por meio de *software*, para solucionar o problema identificado.

O modelo de preservação digital Hipátia (Shintaku, Braga, Oliveira, 2021; Braga, Márdero Arellano, 2022) consolidou-se nacionalmente como a solução do Ibict (Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia) para a implantação de repositórios arquivísticos digitais. Atualmente, o modelo trabalha com os *softwares* código aberto Archivematica e AtoM (A*ccess* to M*emory*), que apoiam a execução de funções do repositório previstas no modelo de referência OAIS (CCSDS, 2012).

O modelo Hipátia contempla também o *software* código aberto BarraPres, desenvolvido pelo próprio instituto, que auxilia o repositório arquivístico a manter um fluxo

ininterrupto do sistema produtor para o repositório arquivístico digital durante o recolhimento dos documentos digitais e da informação de apoio à preservação. Portanto, BarraPres, AtoM e Archivematica são tecnologias de *software* que operam apoiando as funções do repositório. As três soluções integradas podem auxiliar na constituição de uma cadeia de custódia digital, nos termos de Flores, Rocco e Santos (2016).

Figura 1 - Funcionamento do modelo Hipátia



Fonte: adaptado de INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA (2024).

A Figura 1 ilustra o fluxo de preservação ininterrupto proposto pelo modelo Hipátia. Este fluxo funciona, resumidamente, da seguinte maneira: o BarraPres, *software* código aberto desenvolvido pelo Ibict, obtém documentos digitais e metadados do sistema

produtor por meio de *webservices* disponibilizados para este fim ou, se necessário, por meio de consultas ao banco de dados do sistema produtor. Na Figura 1, o BarraPres está referenciado como "Barramento de Preservação". O BarraPres também é responsável pela elaboração de um Pacote de Transferência Inicial (PTI) contendo os dados coletados. O PTI é implementado conforme o padrão BagIt, desenvolvido pela Biblioteca do Congresso dos EUA (Kunze *et al.*, 2018).

O PTI é submetido, em ambiente seguro e sem interferência humana, para um destino configurado como "origem de transferência" no Archivematica, para que este inicie o processamento do pacote visando à admissão no repositório digital. A execução dos microsserviços do Archivematica resulta na produção de um "Pacote de Informação de Submissão (SIP)". O SIP, se admitido no repositório, resultará em um "Pacote de Informação de Arquivamento (AIP)" após a execução dos microsserviços previstos para este fluxo de preservação. As siglas SIP e AIP, assim como DIP (de Pacote de Informação de Disseminação), são termos procedentes do modelo de referência OAIS (CCSDS, 2012).

Nos casos em que o repositório dispõe também de uma instância de *software* de acesso e difusão, a exemplo do AtoM, integrada com o Archivematica, esse fluxo pode incluir o envio de um DIP (Pacote de Informação de Disseminação) para o AtoM (ARTEFACTUAL SYSTEMS, 2024). Metadados e documentos digitais contidos no DIP manifestam-se, então, no sistema de acesso e disseminação AtoM para que os usuários do repositório possam acessá-los. Esta é a etapa representada na parte inferior da Figura 1, que ilustra o envio de "pacotes" (DIPs) para a "plataforma de difusão" (AtoM).

Todo este fluxo, como indica a terminologia dos pacotes de informação, tem como base o modelo de referência OAIS (Consultative Committee on Space Data Systems, 2012), os critérios de auditoria de repositórios (Consultative Committee on Space Data Systems, 2011) e as diretrizes para implementação de RDC-Arq (Conselho Nacional de Arquivos, 2023), entre outras referências.

PROBLEMA

Organizações parceiras do Ibict no objetivo de implantar um RDC-Arq (Repositório Arquivístico Digital Confiável), e outras organizações nacionais e internacionais, têm utilizado Archivematica e AtoM como soluções para implementar funções do repositório. Essa opção apresenta vantagens, pois ambos os *softwares* têm características alinhadas com requisitos e recomendações das "Diretrizes para implementação de RDC-Arq" (Conselho Nacional de Arquivos, 2023). Entre essas referências, estão o mencionado modelo OAIS (CCSDS, 2012), e padrões de metadados, como METS (*Metadata Encoding and Transmission Standard*) (Digital Library Federation, 2010), PREMIS (*Preservation Metadata: Implementation Strategies*) (Premis Editorial Committee, 2015), entre outros. Destaca-se

como central para a presente pesquisa, o padrão ISAD(G) (Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística) (Conselho Internacional de Arquivos, 2001).

Entretanto, apesar da aderência dos *softwares* Archivematica e AtoM às normas supracitadas, organizações parceiras do Ibict e outras entidades têm se deparado com uma limitação ao implementar a entidade funcional "acesso" de OAIS com o apoio dos *softwares* mencionados. Poucos elementos de descrição arquivística no padrão ISAD(G) (metadados de acesso ou metadados descritivos) são automaticamente preenchidos no AtoM. Isso ocorre porque, quando o Archivematica produz um DIP e realiza o *upload* para o AtoM, somente dados que foram relacionados a 14 tipos de metadados do padrão Dublin Core (Dublin Core Metadata Initiative, 2024) que são mapeados e transpostos para 13 metadados ISAD(G) e "pontos de acesso" (vocabulários controlados do AtoM). A funcionalidade de *upload* de DIP para o AtoM funciona com esta limitação por padrão do código-fonte desses *softwares*.

Alterar o código-fonte arbitrariamente de um *software* código aberto, sem realizar um *pull request* para propor alterações, pode trazer uma série de consequências negativas, tais como isolamento da comunidade de desenvolvedores, dificuldades de manutenção e perda de compatibilidade com futuras atualizações, entre outras. Por isso, no âmbito desta investigação, descartou-se a possibilidade de alteração do código do AtoM ou Archivematica.

O mapeamento, ou "*crosswalk*", de metadados Dublin Core para ISAD(G) realizado por Archivematica e AtoM integrados segue as equivalências listadas no Quadro 1.

Quadro 1. Mapeamento de metadados Dublin Core para ISAD(G) em integração Archivematica-AtoM[1]

Metadados Dublin Core (Archivematica 1.15.1)	**Metadados manifestados no AtoM 2.8 em descrições arquivísticas padrão ISAD(G)**
Identifier	Código de referência
Title	Título
Date	Data(s) (produção ou acumulação)
Extent ou Format	Dimensão e suporte
Creator	Produtor

1 O Quadro 1 diverge em relação àquele que consta na documentação oficial do Archivematica versão 1.15.1 (ARTEFACTUAL SYSTEMS, 2024). Primeiramente, o metadado Dublin Core "type" foi excluído da lista porque não se manifestou como "ponto de acesso de assunto" nos testes realizados nesta investigação. Segundo, os metadados "format" e "extent" contam como apenas um metadado. Os valores atribuídos a ambos se manifestam no elemento "Dimensão e suporte" do padrão ISAD(G) no AtoM, mas o segundo Dublin Core destes que for fornecido sobrescreve os dados do primeiro

Metadados Dublin Core (Archivematica 1.15.1)	**Metadados manifestados no AtoM 2.8 em descrições arquivísticas padrão ISAD(G)**
Provenance	Fonte imediata de aquisição ou transferência<?>
Description	Âmbito e conteúdo
Rights	Condições de acesso
Language	Idioma do material
Source	Existência e localização de originais
Publisher / Contributor	Ponto de acesso de nome
Coverage	Ponto de acesso de lugar
Subject	Ponto de acesso de assunto

Fonte: adaptado de ARTEFACTUAL SYSTEMS, 2024.

Conforme consta no Quadro 1, são 10 elementos ISAD(G) e 3 pontos de acesso que o fluxo ininterrupto estabelecido nos repositórios arquivísticos pode preencher automaticamente no AtoM (coluna da direita), desde que esses metadados sejam admitidos no repositório como um dos 14 Dublin Core listados na coluna da esquerda. O "publisher" e o "contributor" são ambos mapeados para os pontos de acesso de nome no *template* ISAD(G) do AtoM. Essa limitação de metadados prejudica o acesso e a difusão dos documentos digitais do repositório, pois dificulta a recuperação da informação, uma vez que os metadados descritivos são fundamentais para identificar, localizar e contextualizar os documentos digitais.

Ademais, a restrição também dificulta o trabalho com alguns elementos de descrição em particular. Por exemplo, a "data crônica" no padrão ISAD(G) contempla o registro de uma data de início e de uma data final, o que é utilizado em diversos níveis de descrição. Por exemplo, em "processos" e "dossiês", cuja data inicial na descrição arquivística pode registrar a abertura do processo e, a data final, a do arquivamento. No entanto, os repositórios têm encontrado dificuldades para disseminar automaticamente, com o envio automático de DIP do Archivematica para o AtoM, mais do que uma única data por descrição arquivística.

Considerando essas limitações na integração de Archivematica e AtoM, questiona-se: o que deve ser feito para superá-las, possibilitando que as organizações que implementam o modelo Hipátia, e também outras que optem por utilizar esses *softwares*, tenham a seu dispor todos os elementos de descrição (metadados descritivos) do padrão ISAD(G)?

A hipótese de trabalho decorrente desta investigação indica que este problema é solucionável por meio de um ajuste nas configurações do BarraPres e do desenvolvimento de um serviço de metadados de acesso. Este serviço pode ser executado no mesmo

ambiente do sistema de acesso e difusão do repositório (uma instância do AtoM, no presente caso), sem prejudicar a constituição de uma cadeia de custódia ininterrupta e resguardando o ambiente de preservação e os AIPs nele armazenados, que devem se manter inviolados.

METODOLOGIA

A presente investigação tem natureza aplicada, pois busca solucionar uma limitação que impacta diretamente na performance de repositórios arquivísticos, em particular, na qualidade e na quantidade de informação que contextualiza e descreve documentos digitais recolhidos. Ademais, o estudo pretende gerar um novo produto, designado provisoriamente como "serviço de metadados de acesso" (Hipátia SMA), e fundamenta-se em tecnologias código aberto já existentes: os *softwares* BarraPres, AtoM e Archivematica.

Em relação à abordagem, a pesquisa é multidimensional, quali-quantitativa. Por um lado, busca ampliar a quantidade de metadados utilizáveis por meio da elaboração de algoritmos que cumpram objetivamente esta meta. Logo, parte de seus resultados são quantificáveis. Por outro lado, também objetiva aprimorar a capacidade de localização e recuperação de documentos arquivísticos digitais nos repositórios, possibilitando descrições arquivísticas e um serviço de acesso, em geral, qualitativamente superior.

Os objetivos da pesquisa são fundamentalmente explicativos. A investigação busca compreender e explicar de que forma é possível superar a limitação constatada nos metadados de acesso em repositórios arquivísticos que utilizam Archivematica e AtoM integrados. Explicar como é possível superar essa limitação é uma condição para o desenvolvimento de um serviço baseado em algoritmos que liberem todo o potencial do padrão ISAD(G) no âmbito do modelo de preservação Hipátia.

Os procedimentos realizados são pesquisa bibliográfica e documental, para fundamentar os requisitos que o serviço de metadados deve cumprir, e experimentais, pois a maior parte dos procedimentos são executados em um ambiente controlado e reproduzível, no qual é possível observar os resultados, alterar as variáveis necessárias e refazer testes.

O Quadro 2 resume os procedimentos experimentais realizados.

Quadro 2 - Resumo dos procedimentos experimentais da pesquisa

Etapa	Procedimento
1. Preparação do ambiente	Preparação de um repositório digital arquivístico de testes, utilizando Archivematica (v. 1.15.1) e AtoM (v. 2.8) integrados.
	Preparação de um PTI para submissão no Archivematica.
	Realização de testes de processamento e *upload* de DIP para o AtoM.
	Introdução, no ambiente do AtoM, de *scripts* de manipulação de metadados, escritos na linguagem de programação *python*.
2. Execução do experimento	Submissão do PTI para processamento no Archivematica, que culmina na produção e *upload* de um DIP para o AtoM.
	Execução, no servidor do AtoM, de algoritmos na linguagem de programação *python*. Os *scripts* consultam a API do AtoM e obtêm dados de arquivos contidos no DIP, que possibilitam a preparação de uma planilha com metadados ISAD(G).
	Importação automática de planilha de metadados ISAD(G), que resulta na atualização da descrição arquivística no AtoM, ampliando a quantidade e melhorando a qualidade dos metadados de acesso.
3. Avaliação dos resultados e implementação de ajustes nas variáveis do experimento (algoritmos).	

Fonte: autores.

Objetiva-se, por meio das iterações, aprimorar os algoritmos para torná-los adequados ao desenvolvimento de um novo serviço de metadados de acesso para o modelo de preservação digital Hipátia, contribuindo para o aprimoramento dos repositórios arquivísticos implantados com base nesse modelo.

SERVIÇO DE METADADOS DE ACESSO DO MODELO HIPÁTIA

A análise dos dados levantados com a pesquisa bibliográfica e documental e obtidos com o experimento resultaram em uma lista preliminar de requisitos funcionais e não funcionais que o serviço de metadados de acesso deve cumprir. O Quadro 3 lista e classifica esses requisitos.

Quadro 3 - Requisitos funcionais e não funcionais para um serviço de metadados de acesso do modelo de preservação digital Hipátia

Requisitos funcionais	Analisar o DIP recebido do Archivematica pelo AtoM
	Enviar para o AtoM metadados preservados no AIP
	Utilizar comandos e serviços disponibilizados por padrão pelo AtoM para operar com este *software*

Requisitos não funcionais	Prescindir de quaisquer alterações no código-fonte de Archivematica ou AtoM
	Resguardar a trilha auditável de ações de preservação produzida pelo repositório
	Prescindir de acesso ao ambiente de preservação, contribuindo para a segurança da informação do repositório arquivístico
	Manter a cadeia de custódia digital inalterada

Fonte: autores.

Os experimentos com algoritmos na linguagem *python* também indicaram que é tecnicamente viável o desenvolvimento de um serviço de *software* que cumpra os requisitos do Quadro 3 e, ao mesmo tempo, proporcione a manifestação de todos os elementos de descrição previstos na norma ISAD(G), acrescentando os elementos ausentes desse padrão à lista de 13 metadados do Quadro 1. Portanto, o desenvolvimento de um serviço de metadados de acesso no modelo Hipátia habilita também a disponibilização automática de mais 22 metadados descritivos, totalizando 35 metadados, que perpassam todas as áreas da ISAD(G), o "ponto de acesso de gênero" e outros metadados implementados pelo AtoM ("identificador da entidade custodiadora", "estado atual da descrição", "nível de detalhamento da descrição", "idioma da descrição" e "fontes").

O Quadro 4 representa essa lista completa de metadados das descrições arquivísticas do *software* AtoM no padrão ISAD(G), cujos testes preliminares indicam que é possível liberar sua plena utilização com o apoio do Hipátia SMA. Nos casos em que Archivematica-AtoM não mapearam por padrão o metadado Dublin Core para ISAD(G) nos testes realizados, a coluna de "Metadados Dublin Core" do Quadro 4 foi preenchida com um hífen ("-").

Quadro 4. Lista completa de metadados descritivos no padrão ISAD(G) do software AtoM, divididos por áreas da descrição e correlacionados ao padrão Dublin Core

Metadados Dublin Core (Archivematica 1.15.1)	**Metadados manifestados no AtoM 2.8 em descrições arquivísticas padrão ISAD(G)**
	Área de identificação
Identifier	Código de referência
Title	Título
Date	Data(s) (produção ou acumulação)
-	Nível de descrição
Extent ou Format	Dimensão e suporte

Metadados Dublin Core (Archivematica 1.15.1)	**Metadados manifestados no AtoM 2.8 em descrições arquivísticas padrão ISAD(G)**
	Área de contextualização
Creator	Produtor
-	Entidade custodiadora
-	História do arquivo
Provenance	Fonte imediata de aquisição ou transferência<?>
	Área de conteúdo e estrutura
Description	Âmbito e conteúdo
-	Avaliação, seleção e eliminação
-	Incorporações
-	Sistema de arranjo
	Área de condições de acesso e uso
Rights	Condições de acesso
-	Condições de reprodução
Language	Idioma do material
-	Características físicas e requisitos técnicos
-	Instrumentos de descrição
	Área de materiais associados
Source	Existência e localização de originais
-	Existência e localização de cópias
-	Unidades de descrição relacionadas
-	Nota de publicação
	Área de notas
-	Nota
	Pontos de acesso
Publisher / Editor	Ponto de acesso de nome
Coverage	Ponto de acesso de lugar
Subject	Ponto de acesso de assunto

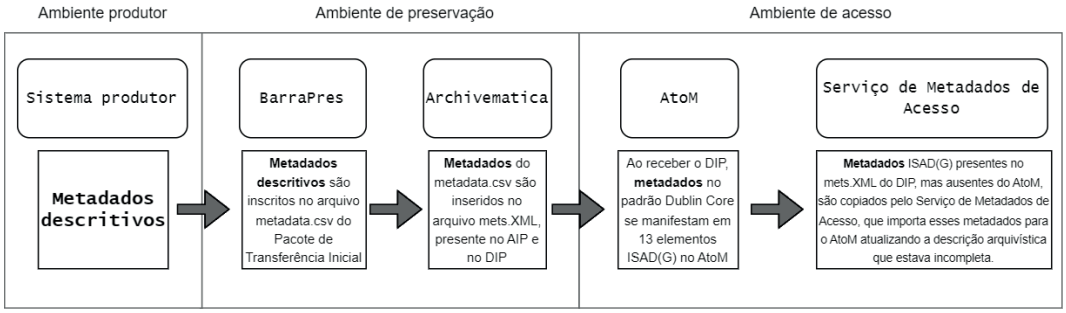
Metadados Dublin Core (Archivematica 1.15.1)	Metadados manifestados no AtoM 2.8 em descrições arquivísticas padrão ISAD(G)
-	Ponto de acesso de gênero
	Área de controle da descrição
-	Identificador da entidade custodiadora
-	Regras ou convenções utilizadas
-	Estado atual
-	Nível de detalhamento
-	Data de criação, revisão, eliminação
-	Idioma
-	Fontes
-	Nota do arquivista

Fonte: adaptado de ARTEFACTUAL SYSTEMS, 2024.

Em síntese, o desenvolvimento do Hipátia SMA propõe que todos os metadados da coluna da direita do Quadro 4 sejam automaticamente preenchidos no AtoM após o recebimento de um DIP.

A Figura 2 representa o fluxo proposto com o Hipátia SMA. O fluxo está na perspectiva dos metadados descritivos obtidos pelo BarraPres, por meio de *webservices* ou consulta a banco de dados do sistema produtor documental, e que serão utilizados como metadados de acesso na plataforma de acesso e difusão (AtoM). Em cada etapa do fluxo, a Figura 2 resume as ações executadas nesses metadados.

Figura 2. Fluxo de preservação e acesso na perspectiva dos metadados descritivos



Fonte: autores.

Observa-se, na Figura 2, que todas as etapas já estão previstas no modelo de preservação Hipátia e foram implementadas com sucesso em conjunto com os parceiros do Ibict, à exceção da última etapa acrescentada, do "Serviço de Metadados de Acesso", que é aquela que se propõe o desenvolvimento e implementação com base no presente estudo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação diagnosticou uma limitação que tem obstaculizado o potencial para acesso e disseminação da informação de repositórios arquivísticos digitais. Esse diagnóstico indicou a necessidade de realização de um experimento em um ambiente computacional e de levantamento bibliográfico e documental. Os resultados indicam a possibilidade de criação de um serviço de metadados de acesso para o modelo de preservação digital Hipátia que cumpra os requisitos listados no Quadro 3 e libere o potencial do padrão ISAD(G) para os repositórios arquivísticos. Portanto, o aprofundamento dessa pesquisa aplicada deve resultar no desenvolvimento de um serviço de metadados de acesso e na proposição de sua incorporação ao modelo de preservação digital Hipátia.

REFERÊNCIAS

ARTEFACTUAL SYSTEMS. **User manual**: upload a DIP to AtoM. Disponível em: https://www.archivematica.org/en/docs/archivematica-1.15/user-manual/access/access/#upload-atom. Acesso em: 20 maio 2024.

BRAGA, T. E. N.; MÁRDERO ARELLANO, M. Á. (org.). **Hipátia: modelo de preservação para repositórios arquivísticos digitais confiáveis**. [*S. l.*]: Ibict, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.22477/9786589167501. Acesso em: 22 maio 2024.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. **ISAD(G)**: Norma geral internacional de descrição arquivística: segunda edição. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2000. Disponível em: https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/isad_g_2001.pdf. Acesso em: 22 maio. 2024.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. **Diretrizes para implementação de repositórios arquivísticos digitais confiáveis (RDC-Arq)**. 2ª versão. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2023. *E-book*. Disponível em: https://www.gov.br/conarq/pt-br/legislacao-arquivistica/resolucoes-do-conarq/Diretrizes_certificacao_rdc_arq_2023_12_12.pdf. Acesso em: 22 maio 2024.

CONSULTATIVE COMMITTEE ON SPACE DATA SYSTEMS. **Reference model for an Open Archival Information System**. Recommended Practice, Issue 2. CCSDS 650.0-M-2. CCSDS Secretariat: Washington (DC), 2012. Disponível em: https://public.ccsds.org/pubs/650x0m2.pdf. Acesso em: 22 maio 2024.

CONSULTATIVE COMMITTEE ON SPACE DATA SYSTEMS. **Audit and Certification of Trustworthy Digital Repositories**. Recommended Practice, Issue 1. CCSDS 652.0-M-1. CCSDS Secretariat: Washington (DC), 2011. Disponível em: https://public.ccsds.org/Pubs/652x0m1.pdf. Acesso em: 22 maio 2024.

DIGITAL LIBRARY FEDERATION. **Metadata Encoding and Transmission Standard: Primer and Reference Manual, version 1.6**. 2010. Disponível em: https://www.loc.gov/standards/mets/METSPrimer.pdf. Acesso em: 22 maio 2024.

DUBLIN CORE METADATA INITIATIVE. **Dublin Core Metadata Element Set**, Version 1.1. Disponível: http://www.dublincore.org/specifications/dublin-core/dces/. Acesso em: 22 maio 2024.

FLORES, D.; ROCCO, B. C. de B.; SANTOS, H. M. dos. **Cadeia de custódia para documentos arquivísticos digitais**. Acervo, *[S. l.]*, v. 29, n. 2, p. 117–132, 2016. Disponível em: https://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/717. Acesso em: 22 maio. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA. **O modelo Hipátia**. 2024. Disponível em: https://hipatia.ibict.br/o-modelo/. Acesso em: 17 ago. 2024.

KUNZE, J. A. *et al.* **The BagIt File Packaging Format (V1.0)**. 2018. Disponível em: https://datatracker.ietf.org/doc/html/rfc8493. Acesso em: 11 jul. 2022.

PREMIS EDITORIAL COMMITTEE. **PREMIS Data Dictionary for Preservation Metadata, Version 3.0**. 2015. Disponível em: https://www.loc.gov/standards/premis/v3/premis-3-0-final.pdf. Acesso em: 22 maio 2024.

SHINTAKU, M.; BRAGA, T. E. N.; OLIVEIRA, A. D. F. Hipátia: uma ferramenta livre no apoio à preservação digital. **Revista Brasileira de Preservação Digital**, [*s. l.*], v. 2, p. e021006, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.20396/rebpred.v2i00.15987.

O PROTOCOLO NO SERVIÇO PÚBLICO FRENTE AO USO DO PROCESSO ELETRÔNICO: UM ESTUDO NO INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE

THE PROTOCOL IN THE PUBLIC SERVICE IN FRONT OF THE USE OF THE ELECTRONIC PROCESS: A STUDY AT THE INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE

Juliana Soares da Fonseca
Instituto Federal de Sergipe

Larissa Coimbra do Nascimento
Instituto Federal de Sergipe

Ana Claudia Medeiros de Sousa
Universidade Federal da Bahia

Resumo

Esta pesquisa teve objetivo de evidenciar as mudanças decorrentes do uso do processo eletrônico nas atividades dos protocolos do Instituto Federal de Sergipe. A pesquisa se caracteriza como descritiva, com o uso do método documental e da abordagem qualitativa. Como resultados, os dados indicam a importância e os impactos do uso do Processo Eletrônico Nacional no setor de protocolo nos órgãos públicos no que tange as mudanças no atendimento, produtividade, agilidade, melhorias ou dificuldades nas atividades desenvolvidas pelo setor frente ao uso do processo eletrônico. Conclui-se que as inovações tecnológicas têm fomentado mudanças importantes e favoráveis aos protocolos do Instituto Federal de Sergipe.

Palavras-Chave: Protocolo; Protocolo informatizado; Gestão documental; Processo eletrônico.

Abstract

This research aimed to highlight the changes resulting from the use of the electronic process in the activities of the protocols of the Instituto Federal de Sergipe. The research is characterized as descriptive, using the documentary method and qualitative approach. As a result, the data indicate the importance and impacts of using the Processo Eletrônico Nacional in the protocol sector in public bodies in terms of changes in service, productivity, agility, improvements or difficulties in general in the activities carried out by the sector in relation to the use of the electronic process. It is concluded that technological innovations have fostered important and favorable changes to the protocols of the Instituto Federal de Sergipe.

Keywords: Protocol; Computerized protocol; Document management; Electronic process.

INTRODUÇÃO

O uso do Processo Eletrônico Nacional (PEN) para tramitação de processos nas instituições públicas torna-se cada vez mais frequente, visto que as inovações e recursos tecnológicos têm subsidiado o aprimoramento de diversos produtos e serviços. É válido ressaltar que a adoção de sistemas eletrônicos demanda desenvolvimento de competências tanto para profissionais quanto para os usuários que utilizam desses sistemas cotidianamente no exercício de suas funções.

O Instituto Federal de Sergipe (IFS) passou a adotar o Sistema Eletrônico de Informações (SEI) em janeiro de 2022. Com a modernização dos serviços públicos e o surgimento de normativas voltadas para a obrigatoriedade da implantação do processo eletrônico, o IFS adotou o SEI como PEN, visando a otimização dos seus serviços, contribuindo para facilitar a busca, o acesso e o uso da informação na esfera pública e por dar maior celeridade às tarefas realizadas pelos servidores em seus respetivos setores.

Diante da realidade trazida pelo uso do processo eletrônico por meio do SEI, levantou-se o seguinte problema de pesquisa: quais mudanças trazidas pelo uso do processo eletrônico nas atividades do setor de protocolo do Instituto Federal de Sergipe? Para responder essa questão, esta pesquisa teve como objetivo evidenciar as mudanças decorrentes do uso do processo eletrônico nas atividades dos protocolos do Instituto Federal de Sergipe.

A realização desta pesquisa foi motivada pelo fato de a temática ter importância significativa para Arquivologia, já que a grande maioria dos órgãos púbicos possuem

um setor de protocolo. Outra justificativa do interesse pelo *corpus* decorre da atuação profissional e investigativa da autoria.

O PROTOCOLO NO SERVIÇO PÚBLICO

O protocolo objetiva a padronização e a uniformidade de procedimentos, visando facilitar a identificação e a rastreabilidade dos documentos. Quando aplicados de forma eficiente as atividades do protocolo evita o retrabalho e garante a celeridade no processamento das informações. A partir da década de 1990, o documento digital passa a ser um marco e o ambiente digital demanda da Arquivologia novas investigações e reconfiguração de diretrizes e instrumentos de preservação, fluxo e recuperação da informação arquivística. O que antes era compreendido como o conjunto de documentos gerados e recebidos por uma entidade ou pessoa no decorrer de uma atividade, "[...] passa a ser compreendido como o conjunto de informações orgânicas, registradas em meios virtuais dinâmicos" (Tognoli, 2010, p. 56). Com isso, dentro do contexto da utilização do processo eletrônico nos órgãos públicos, o protocolo começa a se preocupar com a especificidade e complexidade do documento no ambiente digital.

De acordo com Valentim (2012, p. 26), o protocolo é a:

> [...] denominação atribuída a setores encarregados do recebimento, registro, distribuição e movimentação dos documentos em curso. É também definido com o número de registro dado ao documento ou até mesmo o livro de registro de documentos recebidos e/ou expedido. É o órgão da empresa responsável pela atividade de controle da documentação e pode ser dividido em dois compartimentos: recebimento e classificação, e registro e movimentação.

Portanto, o protocolo assegura o efetivo controle dos documentos, a partir da origem. Ou seja, na etapa de produção ou recepção de documentos, haverá o controle do fluxo documental da instituição. Essas atividades possuem critérios previamente definidos nos planos de classificação e nas tabelas de temporalidade de documentos voltados para o protocolo também no ambiente digital, assim como era feito no ambiente físico.

O Arquivo Nacional (2005, p. 140), define o protocolo como "Serviço encarregado do recebimento, registro, classificação, distribuição, controle da tramitação e expedição de documentos". Já Paes (2005, p. 27) o conceitua como "[...] denominação atribuída a setores encarregados do recebimento, registro, distribuição e movimentação de documentos em curso, denominação atribuída ao próprio número de registro dado ao documento, e livro de registro de documentos recebidos e/ou expedidos". Essas concepções sobre a terminologia 'protocolo' - ambas datadas de 2005 - fazem alusão tanto a um setor quanto a um serviço responsáveis pela tramitação de documentos. Trazer esses conceitos para a realidade atual, é reafirmar que o protocolo se mantém na gerência da tramitação dos itens

documentais, sendo que na ambiência e usabilidade da web, proporcionando a otimização e agilidade no encaminhamento de documentos.

Para Furtado e Santos (2020, p. 30) o protocolo é "[...] um órgão ímpar e parte integrante de um sistema de arquivos e oferece benefícios para gestão documental, que atua sobre os documentos na fase corrente, tornando-o responsável em prepará-los para as funções arquivísticas subsequentes". Por isso, reitera-se que o protocolo é importante para os órgãos e entidades públicas, pois ele controla toda a documentação recebida e emitida pela instituição que a depender da natureza do assunto dos documentos terá um valor de prova e/ou histórico.

As atividades desenvolvidas no protocolo são: recebimento; registro e autuação; classificação; expedição/distribuição; e controle da tramitação/movimentação. Especificando as funções dessas atividades, na etapa do **recebimento**, o setor de protocolo recebe documentos provenientes de várias origens como correios, malotes e outros documentos encaminhados por terceiros à instituição. No **registro e autuação** é o procedimento no qual o protocolo cadastra o documento em um sistema de controle, atribuindo ao mesmo um número codificado de acompanhamento. A autuação, utilizada geralmente para processos, é também conhecida como protocolização. A **classificação** se refere a etapa em que o protocolo efetua a análise do documento, a fim de identificar o assunto do mesmo, situando-o de acordo com o plano de classificação da instituição. **Expedição/distribuição** é a atividade que consiste em enviar o documento ao seu destinatário. Chama-se distribuição quando é interna e expedição quando direcionada a outra instituição. O **controle da tramitação/movimentação** é a função que o protocolo tem de fazer o controle da tramitação dos documentos, no sentido de identificar os departamentos pelos quais passam os documentos, bem como para se consultar a fase de tramitação (Santos; Reis, 2011).

É também no âmbito do setor de protocolo que se classificam os documentos de acordo com o seu grau de sigilo, conforme a Lei de acesso à informação Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Brasil,2011). Desse modo, os documentos podem ser ostensivos ou ordinários, que são documentos cuja divulgação não prejudica a administração. Já os documentos sigilosos, devido a sua natureza, devem ser de conhecimento restrito e precisam de medidas especiais de salvaguarda para sua custódia e divulgação (Santos; Reis, 2011). Diante dos aspectos apresentados nesta seção, fica evidente a relevância do protocolo dentro das instituições.

METODOLOGIA

Esta pesquisa se configura como descritiva, cujo objetivo foi evidenciar as mudanças decorrentes do uso do processo eletrônico nas atividades dos protocolos do Instituto Federal de Sergipe. Para Gil (2022, p. 27), as pesquisas descritivas "[...] têm como objetivo

a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento entre as variáveis".

Para coleta de dados foi adotado o método documental, além do uso da observação direta com a adoção de diário de campo. Assim, o levantamento de dados se deu a partir de informações registradas em documentos normativos, como também do acompanhamento e da observação da usabilidade do sistema eletrônico realizada por profissionais e usuários que atuam no IFS. Para a análise dos dados, adotou-se a abordagem qualitativa, que implica tratar de modo mais subjetivo os dados coletados, descrevendo a situação do contexto ao qual está sendo realizada a investigação.

Deste modo, esta pesquisa foi realizada em duas etapas. A primeira foi feita um levantamento bibliográfico por meio de utilização de estudos e trabalhos já publicados como artigos científicos e dissertações voltados para o protocolo e o uso do processo eletrônico no serviço público, além de leis e portarias que tratam desse tema. Para tanto, foram escolhidas as seguintes bases de dados: Base de dados de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI) e *google* acadêmico para selecionar os artigos referentes às temáticas abordadas nesta pesquisa e a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) para selecionar dissertações e teses voltadas para a temática em estudo.

A segunda etapa teve como finalidade a aplicação de um questionário eletrônico, via *Google Forms*, com os oito profissionais lotados nos protocolos da reitoria e campi do IFS, com sete perguntas divididas em dois blocos: o bloco I com dados referentes ao perfil dos respondentes e o bloco II com dados de conteúdo sobre as mudanças trazidas pela implantação do processo eletrônico. O questionário foi aplicado no período de 08 de maio a 08 de junho de 2024 e os participantes concederam anuência do interesse em publicizar as informações no momento em que responderam os dados preliminares do questionário.

O SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES E SUA IMPLANTAÇÃO NO INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE

O Sistema Eletrônico de Informações (SEI) foi desenvolvido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) e é uma plataforma que engloba um conjunto de módulos e funcionalidades, cedido gratuitamente para instituições públicas mediante assinatura de Acordo de Cooperação Técnica (ACT). É a principal ação do processo Eletrônico Nacional, que permite a produção, edição, assinatura e trâmite de documentos dentro do próprio sistema.

O SEI foi instituído no âmbito do Ministério da Educação (SEI/MEC) como sistema oficial de informações, documentos e processos eletrônicos por meio da Portaria nº 1.042 de 4 de dezembro de 2015. Já o Instituto Federal de Sergipe (IFS), como autarquia federal vinculada ao MEC, começou seus trabalhos de implantação no IFS por meio da

Portaria nº 1.309 de 13 de maio de 2016, que compõe a primeira comissão de estudos para implantação do processo administrativo eletrônico no órgão.

O uso do SEI no IFS foi autorizado por meio da Portaria Nº 2.910/2021, de 20 de dezembro de 2021, que instituiu o seu uso como sistema de gestão de processos e documentos eletrônicos no âmbito do Instituto Federal de Sergipe. Segundo o Portal Institucional do Sistema Eletrônico de Informações[1], o projeto de implantação do Processo Eletrônico Nacional no IFS iniciou em 2016. Em 2017, após o início das atividades desenvolvidas no SIPAC, a Reitoria modificou a escolha do sistema, escolhendo o SEI como processo eletrônico a ser implantado.

Foram elaboradas diretrizes e realizadas análises de pré-requisitos e infraestrutura necessária para implantação. Nesse sentido, para atender ao calendário de implantação, dividiram-se as atividades entre dezembro de 2020 a julho de 2021. Em 2020 houve a aprovação do plano de comunicação, mapa de risco, metodologia de implantação do SEI e assinatura do termo de Cooperação Técnica, nº 77/202023, entre o Tribunal Regional Federal da 4ª Região e o IFS. Em 2021 deu-se início a Implantação da versão *3.1.6* do SEI e a parametrização administrativa do sistema. Por fim, o IFS adotou o modelo de implantação imediata e instituiu o uso do SEI como sistema de gestão de processos e documentos eletrônicos no âmbito do Instituto Federal de Sergipe, a partir do dia 01 de janeiro de 2022.

No SIPAC, o módulo protocolo foi desativado para autuação de processos, ficando disponível apenas para o acompanhamento da tramitação dos processos físicos; para os demais, todos da instituição passaram a utilizar a ferramenta SEI. Abaixo segue a figura 1 com o resumo do histórico de implantação do SEI no IFS.

Figura 1 - Histórico de Implantação do SEI no IFS

Fonte: Nascimento (2023, p. 83)

1 Disponível em: http://portalsei.ifs.edu.br.Acesso em: 20 abril.2024.

De acordo com a página da Coordenação Geral de Protocolo e Arquivo do IFS[2] a instituição possui nove protocolos sendo um na Reitoria e os demais distribuídos nos seguintes campi: Campus Estância, Campus Aracaju, Campus Socorro, Campus São Cristóvão, Campus Glória, Campus Lagarto, Campus Itabaiana, Campus Propriá e Campus Tobias Barreto.

O uso do SEI no IFS acarretou mudanças significativas para o setor de Protocolo e Arquivo e também para o atendimento prestado ao usuário. Desta forma, foram inseridas atribuições específicas e novas atividades a serem realizadas, especialmente com a utilização do SEI. Assim, o protocolo é responsável pelas seguintes atribuições relacionadas ao SEI: orientar os usuários no âmbito do órgão ou entidade sobre a utilização do SEI; informar ao administrador do SEI as necessidades de melhoria e atualização do SEI e os problemas observados em sua utilização; verificar se os registros e as movimentações de processos no âmbito de seu órgão ou sua entidade estão sendo efetuados de forma adequada; encaminhar ao administrador do SEI a solicitação, o cancelamento ou alteração de perfil de usuário de sua unidade; manter-se em constante contato com a área de documentação a respeito de todas as atividades relacionadas ao protocolo e o desenvolvimento delas ligado ao SEI. Ademais, o setor de Protocolo do IFS é responsável pelo envio de recebimento de malotes entre os campi e a Reitoria ou entre os campi, assim como, o envio de correspondência via Correios.

Com a implantação do processo eletrônico, de acordo com as orientações da Portaria 2.774 de 30 de novembro de 2021, Art. 7º compete as unidades de Protocolo dos Campi:

> I - Dispor de espaço e infraestrutura para funcionamento das ilhas de digitalização, com scanners, computador, mesa de apoio e cadeira.
>
> II - Tanto os protocolos, quanto os demais setores do instituto poderão autuar os processos de usuários externos.
>
> III - autuar os processos físicos quando da impossibilidade de autuação em meio eletrônico, somente em casos especificados no Art. 21;
>
> IV - sanar eventuais dúvidas no que se refere à gestão documental, seja processos físicos ou digitais, bem como às normas e procedimentos instituídos pela Coordenação Geral de Protocolo e Arquivo - CGPA;
>
> V - orientar aos usuários quanto ao uso do SEI;

2 Disponível em: https://www.ifs.edu.br/as-coordenacoes-de-protocolo-e-arquivo-cpra.html. Acesso em: 16 abril.2024.

> VI - digitalizar documentos ou processos de procedência externa em suporte físico, respeitando o disposto no art. 25. Parágrafo único. Na ausência de servidor para realizar a autenticação, a chefia superior indicará outra unidade ou servidor para realizar a autenticação dos documentos digitalizados.

Assim, fica evidente a importância do Setor de Protocolo do IFS, contemplando as características vinculadas ao protocolo defendidas por Santos e Reis (2011). Haja vista também a necessidade de controle, organização e preservação dos documentos produzidos na instituição e da sua guarda e conservação de acordo com os princípios arquivísticos. Com a implantação do SEI como sistema oficial de informações, documentos e processos eletrônicos no IFS, surge uma nova forma de gerir e usar a informação, que geram novos contextos informacionais e demandam dos usuários um maior conhecimento do sistema e autonomia na utilização. No caso do SEI no IFS, o protocolo passou a ter novas atribuições conforme quadro comparativo a seguir.

Quadro 1 - Comparação entre as atividades do protocolo antigas versus novas atividades do protocolo

ATIVIDADES ANTIGAS	NOVAS ATIVIDADES
Autuação de processo físicos pelo profissional do protocolo, com o processo eletrônico isso é feito pelo próprio servidor com seu *login* e senha e não mais pelo profissional de protocolo.	Orientar os usuários e sanar dúvidas no âmbito do órgão ou entidade sobre a utilização do SEI.
Envio de malotes para a Reitoria e campi. Essa atividade continua, pois ainda há processos físicos em tramitação, além de correspondências físicas em geral.	Informar ao administrador do SEI as necessidades de melhoria e atualização do SEI e os problemas observados em sua utilização.
Orientação ao usuário na tramitação de processo e a necessidade de uso das guias físicas de tramitação.	Verificar se os registros e as movimentações de processos no âmbito de seu órgão ou sua entidade estão sendo efetuados de forma adequada.
Busca de processos no antigo sistema SIPAC para saber sua suposta localização física. A localização nem sempre correspondia ao que estava no sistema. (atividade ainda realizada, apesar de menos frequente)	Encaminhar ao administrador do SEI a solicitação, o cancelamento ou alteração de perfil de usuário de sua unidade.
Arquivamento de processos fisicamente e no sistema. Essa atividade continua, pois ainda há processos físicos em tramitação.	Manter em constante contato com a área de documentação a respeito de todas as atividades relacionadas ao protocolo e o desenvolvimento delas ligado ao SEI.
Elaboração de despachos manuais.	Dispor espaço de infraestrutura para digitalização de documentos com *scaneres* (muito usado para documento externo físicos que precisam ser inseridos no SEI) e disponibilização de computador para acesso ao sistema caso o usuário necessite.

	Autuar os processos físicos quando da impossibilidade de autuação em meio eletrônico, somente em casos especificados.

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2024.

Essas mudanças evidenciadas no quadro 1 reforçam a concepção de Tognoli (2010) de que os documentos gerados e recebidos por uma entidade ou pessoa no decorrer de suas funções passaram a se constituir em informações orgânicas registradas em meios digitais e dinâmicos e, por isso, necessitam de sistemas eletrônicos eficientes para suprir todas as etapas do fluxo informacional. Com a produção documental feita em meio digital, as atividades desenvolvidas pelo profissional do protocolo, seja ele arquivista ou não, apenas migraram para outro suporte e a função de orientação atribuída ao setor de protocolo quanto ao uso do SEI, associada a todas as atividades já mencionadas nessa seção, fazem do setor de protocolo um dos setores necessários para o bom funcionamento das funções administrativas do IFS e demais instituições públicas.

Conforme exposto na metodologia, esta pesquisa foi realizada em duas etapas, na primeira o levantamento dos dados ocorreu a partir da análise documental, do acompanhamento e da observação da usabilidade do sistema eletrônico realizada por profissionais e usuários que atuam no IFS. Na segunda etapa, os dados foram coletados a partir de um questionário. Inicialmente buscou-se delinear o perfil dos profissionais que atuam nos protocolos da Reitoria e dos campi, conforme apresentado no quadro a seguir.

Quadro 2 - Perfil do Profissional do Protocolo do IFS

Variáveis	**Indicadores**			
Vínculo do profissional com o IFS	2 terceirizados	6 servidores		
Gênero	7 mulheres	1 homem		
Faixa Etária	3 acima de 50 anos	1 entre 41 e 50 anos	4 entre 31 e 40 anos	
Nível de escolaridade	3 com mestrado	1 com ensino médio	2 com graduação	2 com especialização
Tempo de atividade no setor de Protocolo	2 com 6 anos	1 com 8 anos	1 com 7 anos	3 com 2 anos
Cargo ocupado	1 assistente de alunos	4 arquivista	2 Contínuos terceirizados	1 administrador

Fonte: dados da pesquisa, 2024.

A partir dos dados expostos no Quadro 2, é possível constatar que o perfil do profissional que atua no protocolo do IFS é em sua maioria de servidores públicos, isso é importante pois contribui para que esses sujeitos tenham conhecimento da cultural organizacional da instituição. Foi observado que a maioria dos respondentes são mulheres, com faixa etária entre 31 e 40 anos de idade. Quanto ao nível de escolaridade, três respondentes possuem mestrado e dois com especialização, dado importante, posto que a educação continuada fomenta uma atuação ainda mais crítica e criativa por parte dos profissionais. Outro dado que merece atenção é quanto ao cargo de arquivista, dos oito respondentes quatro afirmaram ser arquivista, aspecto relevante, uma vez que esse profissional possui competências e habilidades para atuar de maneira consciente na gestão documental.

Em relação as mudanças trazidas pelo uso do processo eletrônico, de acordo com os respondentes, as alternativas mais pontuadas foram:

Quadro 3 – Mudanças trazidas pelo uso do PEN no IFS

Aumento da procura para orientação para uso do sistema.
Automatização dos procedimentos, otimização de tempo e de recursos, menor necessidade de espaço físico para os arquivos.
Maior flexibilidade, agilidade e autonomia nas rotinas administrativas, além da economicidade do uso de recursos materiais.
Melhoria no atendimento. Por meio do processo eletrônico consigo atender melhor os usuários, pois não há mais a barreira física, resolvo os problemas de onde estiver.
Produtividade (consigo trabalhar mais com o apoio das tecnologias em qualquer hora ou lugar).
Agilidade no desenvolvimento das atividades do setor (por ser o SEI um processo eletrônico os problemas são resolvidos de forma mais rápida, pois maioria dos problemas são resolvidos via sistema).

Fonte: dados da pesquisa, 2024.

Das respostas indicadas pelos participantes da pesquisa, 100% dos respondentes apontaram o crescimento da procura do protocolo para orientações sobre sistema tanto de forma remota quanto presencial. Esse dado confirma que o setor e/ou serviço de protocolo são essenciais para as práticas cotidianas de uma instituição, haja a vista a necessidade de controle, organização e preservação dos documentos produzidos e da sua guarda e conservação futura de acordo com os princípios arquivísticos, como defendem Furtado e Santos (2020), ao apontarem o protocolo como benefício para gestão documental.

Com base nos resultados, foi constatado que mesmo com a produção documental feita em meio digital, as atividades desenvolvidas pelo profissional do protocolo, seja ele arquivista ou não, apenas migraram para outro suporte e a função de orientação atribuída ao setor de protocolo quanto ao uso do SEI, associada a todas as atividades já

mencionadas fazem do setor de protocolo um dos setores necessários para o bom funcionamento das funções administrativas do IFS e demais instituições públicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O uso do SEI trouxe mudanças significativas no atendimento prestado pelo profissional do setor de protocolo e passou a ser a base de sustentação das informações sobre processos autuados no Instituto Federal de Sergipe. Isso feito de forma descentralizada e com total autonomia do usuário, já que os processos podem ser abertos por eles em qualquer horário e lugar, necessitando apenas possuir um *login* e senha.

Os meios e tecnologias digitais de processamento, transmissão e armazenamento de informações proporcionam facilidades como: redução de custos e aumento da eficácia dos processos de criação, troca e difusão da informação. Quando não existe controle sobre o documento produzido e armazenado por diversas mídias e sistemas informatizados, o risco de perda do documento digital, bem como da sua acessibilidade, aumentam exponencialmente e, por isso, é importante o setor de protocolo tanto o meio físico e digital.

Sendo assim, o protocolo possui importância estratégica em qualquer política de gestão documental em funcionamento seja com documentos físicos ou digitais. O protocolo deve possuir atribuições específicas em relação às demais unidades do órgão, assim, recomenda-se que as funções do protocolo estejam escritas em norma própria, a ser divulgada pelo órgão responsável pela área de documentação.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 232 p. Disponível em: https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/dicionrio_de_terminologia_arquivistica.pdf. Acesso em: 29 jul. 2024.

BRASIL. **Lei no 12.527, de 18 de novembro de 2011.** Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 50, no inciso II do § 30 do art. 37 e no § 20 do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Edição de 18/11/2011. Brasília, 2011.

BRASIL. Portaria 1.309 de 13 de maio de 2016. Dispõe sobre a composição da Comissão de Estudos para Implantação do Processo Administrativo Eletrônico. **Boletim Informativo do Instituto Federal de Sergipe**, Sergipe, n. 53, p. 20, 2016.Disponível em: file:///C:/Users/ACER/Downloads/BS_53-2016.pdf.Acesso em: 20 maio.2024.

BRASIL. **Portaria Nº 2.910 de 20 de dezembro de 2021**.Dispõe sobre Instituir o uso do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) como sistema de gestão de processos e documentos eletrônicos no âmbito do Instituto Federal de Sergipe a partir do dia 01 de janeiro de 2022.

BRASIL. **Portaria nº 2.774 de 30 de novembro de 2021**. Dispõe aprovar o Sistema Eletrônico de Informações (SEI) no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe - IFS, como sistema eletrônico de informações e como ferramenta auxiliar na execução dos fluxos de trabalho, na forma do Regulamento em anexo.

BRASIL. **Portaria MEC 1.042 de 04 de novembro de 2015.** Dispõe sobre a implantação e o funcionamento do processo eletrônico no âmbito do Ministério da Educação. Diário Oficial da União, Brasília, Edição 211 de 5 de novembro de 2015, Seção 1, p.21, 2015.

FURTADO, Renata Lira; SANTOS, Felipe César Almeida dos. Gestão de protocolo: uma proposta teórica de novos modelos organizacionais para a administração pública. **Informação@Profissões**, v. 9, n. 1, 2020. Disponível em: https://cip.brapci.inf.br//download/140447. Acesso em: 29 jul. 2024.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE. **Portal do SEI:** documentos - Acordo de Cooperação Técnica. Disponível em: http://portalsei.ifs.edu.br. Acesso em: 20 maio. 2024.

TOGNOLI, Natália Bolfarini; GUIMARÃES, José Augusto Chaves. A**rquivística pós-moderna, diplomática arquivística e arquivística integrada**: novas abordagens de organização para a construção de uma disciplina contemporânea. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 11., 2011, Rio de Janeiro. Anais [...]. Rio de Janeiro, ANCIB: Ibict, 2010.

NASCIMENTO, Larissa Coimbra do. **A competência em informação e os usuários do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) do protocolo e arquivo do Instituto Federal de Sergipe (IFS) do campus São Cristóvão.** 2023. 169 f. (Mestrado Profissional em Gestão da Informação e do Conhecimento) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2023.

PAES, Marilene Leite. **Arquivo:** teoria e prática. 3 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

SANTOS, João Thiago do; REIS, Leandro. **Arquivologia Facilitada**: teoria e questões. Rio de Janeiro: Elserier, 2011.

VALENTIM, Renato. **Arquivologia para concursos.** 3. ed. Rio de Janeiro: Elservier, 2012.

ASSENTAMENTO FUNCIONAL DIGITAL: REFLEXÕES SOBRE A CULTURA ORGANIZACIONAL E AS PRÁTICAS DE GESTÃO DO CONHECIMENTO E DA INFORMAÇÃO NO IFPE

DIGITAL PERSONNEL FILES: REFLECTIONS ON ORGANIZATIONAL CULTURE AND KNOWLEDGE AND INFORMATION MANAGEMENT PRACTICES AT IFPE

Waldemir Machado Leão Neto
Instituto Federal de Pernambuco
Petrônio Pereira da Silva
Instituto Federal de Pernambuco

RESUMO

Com a efervescência informacional e a carência de se ter a informação disponível a todo o momento, houve a necessidade de impulsionar a Administração Pública Federal, em especial o Poder Executivo, a migrar seus assentamentos funcionais analógicos para o ambiente digital, promovendo eficiência e eficácia na recuperação da informação, primordial à tomada de decisões, sob o prisma da gestão do conhecimento e da gestão da informação, cujo objetivo fundamental é promover práticas que incentivem o compartilhamento do conhecimento e das informações. Em uma revisão da literatura, o presente artigo discorre sobre a influência da cultura organizacional na implementação e aceitação do Assentamento Funcional Digital (AFD), no Instituto Federal de Pernambuco, bem como sobre a importância do estímulo e desenvolvimento de práticas de gestão do conhecimento e da informação, com foco na capacitação e aprimoramento de rotinas laborais, na mitigação da perda do capital intelectual, tecendo considerações e a propositura de ações relacionadas ao AFD.

Palavras-Chave: Assentamento Funcional Digital; Gestão do conhecimento; Gestão da informação.

Abstract

With the effervescence of information and the need to have information available at all times, there was a need to push the Federal Public Administration, especially the Executive Branch, to migrate its analog functional records to the digital environment, promoting efficiency and effectiveness in the retrieval of information, which is essential for decision-making. From the perspective of knowledge management and information management, the fundamental aim of which is to promote practices that encourage the sharing of knowledge and information. In a literature review, this text discusses the influence of organizational culture on the implementation and acceptance of the Digital Personnel Files (AFD), at the Federal Institute of Pernambuco, as well as the importance of encouraging and developing knowledge and information management practices, with a focus on training and improving work routines, mitigating the loss of intellectual capital, making considerations and proposing actions related to the AFD.

Keywords: Digital Personnel Files; Knowledge management; Information management.

INTRODUÇÃO

A efervescência da produção de dados e igual entusiasmo e procura por estes, impulsionados principalmente pelas facilidades tecnológicas que colocam, de fato, a informação na palma da mão, nos pede um olhar prudente sobre essa acentuada geração informacional e a forma como ela pode ser encontrada em ambiente digital.

Nesse cenário, surgiu a necessidade de compreender como a gestão do conhecimento (GC) e a gestão da informação (GI), sobre as práticas relacionadas à plataforma SIGEPE – AFD, estão sendo desenvolvidas, com base na revisão da literatura e nos estudos referentes à gestão da informação e do conhecimento.

O Assentamento Funcional Digital (AFD) se apresenta como um marco tecnológico para a Administração Pública Federal, englobando os órgãos do Poder Executivo Federal que fazem parte do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal (SIPEC). Evidenciada a importância da mediação nesse processo informacional, levanta-se a seguinte pergunta: como o Instituto Federal de Pernambuco (IFPE) desenvolve a gestão da informação e do conhecimento, a respeito do AFD, diante dos apontamentos literários sobre a GI e a GC?

Dessa forma, neste artigo, pretendemos analisar, na perspectiva de administrador da plataforma, a prática da gestão da informação e do conhecimento, relacionando-a com a cultura organizacional e com os pontos fomentadores e adversos encontrados. A partir disso, propor ao IFPE melhorias aplicáveis, uma vez que, conforme explicita Barbosa (2008, p. 04), "a informação e o conhecimento se transformam, cada vez mais, em importantes fatores de transformações econômicas e sociais".

Trata-se de um estudo cuja abordagem teórica tem como basilares a pesquisa bibliográfica e documental para tratar das temáticas do Assentamento Funcional Digital, da Cultura Organizacional e da Gestão da Informação. Conforme Andrade (2010, p. 25), a "pesquisa bibliográfica é obrigatória, nas pesquisas exploratórias, na delimitação do tema de um trabalho ou pesquisa, no desenvolvimento do assunto, nas citações, na apresentação das conclusões". Na mesma linha, Severino (2007, p. 122) reflete que esse tipo de pesquisa é feito por meio do "[...] registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utilizam-se dados de categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registrados [...]".

Este estudo se configura como um relato de experiência, oferecendo uma reflexão concisa sobre a realidade profissional sob a perspectiva da gestão do conhecimento e da gestão da informação. Portanto, pode-se afirmar que, de acordo com Gil (2022, p. 18), "uma pesquisa sobre problemas práticos pode conduzir a descoberta de princípios científicos. Da mesma forma, uma pesquisa pura pode fornecer conhecimentos passíveis de aplicação prática imediata".

Destarte, faremos uso da observação participante, uma vez que, para Gil (2022, p. 86), "[...] consiste na participação real do pesquisador na vida da comunidade, da organização ou do grupo em que é realizada a pesquisa. O observador assume, pelo menos até certo ponto, o papel de membro do grupo".

Assim, foram realizadas buscas nas bases BRAPCI, Periódicos Capes e *Google* Acadêmico, utilizando-se as etapas de análise das produções publicadas sobre a temática, em seguida, procedeu-se à leitura dos textos e à correlação com a temática de interesse do estudo, quais sejam: Assentamento Funcional Digital, Cultura Organizacional e Gestão da Informação.

Para consecução de nossos objetivos, optamos por um estudo de caso, no qual iremos analisar as práticas de gestão da informação (GI) e do conhecimento (GC) no IFPE, com foco no Assentamento Funcional Digital. O estudo de caso é uma ferramenta importante, pelo contato direto do pesquisador com o problema. Além disso, o tratamento informacional a partir da descrição irá denotar maior familiaridade para os interessados na temática.

INFLUÊNCIA DA CULTURA ORGANIZACIONAL

O estabelecimento do Assentamento Funcional Digital destacou a relevância de se abordar a cultura organizacional no IFPE. Ao longo do tempo, esse tema ganhou notoriedade, atraindo o interesse tanto de estudiosos quanto da Administração Pública, sendo definida como:

> O conjunto de pressupostos elementares que o grupo aprendeu na solução de problemas de adaptação externa e integração interna, que funcionou satisfatoriamente bem para ser considerado válido e, em vista disso, são incorporados pelos membros como a maneira correta de perceber, pensar, e sentir em relação à aqueles problemas. (Schein, 2004, p. 17, tradução nossa).

Dessa maneira, podemos afirmar que a cultura organizacional consiste em um conjunto de crenças, valores e ideais que sustentam as práticas funcionais e comportamentais que embasam a dinâmica da instituição. Nesse contexto, destaca-se uma das principais características da cultura organizacional: o ambiente colaborativo e coletivo, conforme asseverado por Robbins (2005, p. 375), "se refere a um sistema de valores compartilhados pelos membros que diferencia uma organização das demais. Esse é, em última análise, um conjunto de características-chave que a organização valoriza".

Assim, Inazawa (2009, p. 214), afirma que a cultura organizacional é "influenciada pela cultura individual trazida pelas pessoas que trabalham na empresa [...] este fator interfere no desenvolvimento da cultura organizacional". Partindo do pressuposto que a cultura organizacional é influenciada pela individualidade do sujeito, pelo contexto social e pela coletividade laboral, é possível afirmar que ela pode atuar como um conjunto de práticas que tanto facilitam quanto dificultam o desenvolvimento e evolução da própria instituição.

Considerando a realidade do IFPE, uma instituição centenária, com mais de 114 anos de fundação, a rotatividade e a renovação de servidores demandam uma cultura organizacional profundamente enraizada, que promova o compartilhamento do conhecimento. Isso é fundamental para acompanhar os avanços tecnológicos e as necessidades de readequação ao longo do tempo.

Na revisão bibliográfica conduzida por Carneiro e Streit (2021, p. 82), os autores identificaram e elencaram elementos culturais que podem impactar a gestão do conhecimento e da informação nas instituições, os quais destacam-se:

a. Adaptabilidade: é o elemento que define se uma cultura organizacional é aberta ou resistente a mudanças e quebra de paradigmas. Em culturas fortes, comum em empreses constituídas na era analógica, também pode estar presente a institucionalização, que é quando a empresa passa a ser

valorizada por si só e não pelo que produz, são características que dificultam a mudança cultural e o processo de gestão do conhecimento.

b. Aversão ao risco: abrange as características culturais que definem a forma como a empresa trata a aversão ao risco, se existe punição a erros e falhas, se os funcionários estão submetidos a normas e controles rígidos;

c. Autonomia: diz respeito à autonomia que os funcionários podem atuar, se as estruturas hierárquicas e de supervisão são rígidas ou flexíveis;

d. Colaboração: elemento diretamente relacionado a criação e ao compartilhamento de conhecimento, mediante uma relação de confiança e reconhecimento; e

e. Liderança: representa a atuação do líder na promoção da gestão do conhecimento, inclusive no que diz respeito à efetividade do processo de comunicação na organização.

Assim, uma cultura organizacional enraizada e consistente é fundamental para o processo de gestão do conhecimento e da informação no Instituto. A cultura organizacional pode tanto favorecer e impulsionar a GC e GI, quanto servir como uma barreira, predispondo ao fracasso desse processo essencial para as organizações.

ASSENTAMENTO FUNCIONAL DIGITAL

A velocidade na qual as novas tecnologias vão surgindo e o alto poder de transmissão da internet põem a sociedade moderna em um estado de pulsar em busca por informações. No contexto da Gestão de Pessoas do Poder Executivo Federal, essa realidade não é diferente.

Associados constantemente à desordem, devido ao acúmulo de papéis e à difícil recuperação informacional, a forma tradicional, analógica, de custodiar os registros funcionais dos servidores já não atende de maneira eficiente às demandas e necessidades dos usuários, bem como da própria Administração Pública.

Nesse cenário, surge o Assentamento Funcional Digital (AFD), buscando proporcionar a agilidade e uma pronta resposta à necessidade informacional, particularmente no âmbito da Gestão de Pessoas, tornando a informação acessível ao alcance de alguns cliques no *mouse*.

> [...] no âmbito dos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal – SIPEC, para os servidores públicos federais, empregados públicos, contratados temporariamente, residentes, estagiários, militares de ex-territórios e os participantes do Programa Mais Médicos, neste ato considerados

> servidores, como forma de **agilizar o acesso à informação**, subsidiar a tomada de decisão, resguardar os direitos e os deveres dos órgãos, entidades e de seus agentes (Brasil, 2018, p. 1, grifo nosso).

Assim, englobando os órgãos e entidades integrantes do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal e com o objetivo de agilizar o acesso à informação, subsidiar a tomada de decisões e salvaguardar os direitos e deveres dos órgãos, entidades e seus agentes, o Assentamento Funcional Digital (AFD) foi criado pela Portaria Normativa nº 04, de 10 de março de 2016, de ordem do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, através da Secretaria de Gestão de Pessoas e Relações do Trabalho no Serviço Público (SEGRT), posteriormente, atualizada pela Portaria nº 09, de 01 de agosto de 2018.

Conforme afirmam Silva *et al.* (2019, p. 85), de forma abrangente, o AFD

> Pode ser compreendido como o projeto do MP, que visa conversão dos assentamentos funcionais físicos, dos servidores integrantes dos órgãos e entidades do SIPEC, em dossiês digitais que serão armazenados e disponibilizados na web, por meio de um repositório arquivístico digital, o qual também é nomeado AFD (Silva *et al.*, 2019, p. 85).

O Assentamento Funcional Digital é tido como um documento arquivístico e deve observar e seguir as diretrizes advindas do Arquivo Nacional (AN), órgão central do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo (SIGA), da Administração Pública Federal.

Nesse contexto, conforme Silva (2019), o Assentamento Funcional Digital pode ser entendido como sendo um módulo integrante do SIGEPE, que se refere à informatização dos Assentamentos Funcionais, os quais são mantidos sob a guarda e responsabilidade das entidades de recursos humanos dos órgãos e entidades do SIPEC.

Assim, o AFD surgiu com a intenção de tornar a recuperação informacional ágil e eficiente, promover a economicidade dos bens públicos, bem como atribuir a segurança de acesso que a particularidade da Gestão de Pessoas requer.

GESTÃO DO CONHECIMENTO E DA INFORMAÇÃO

A carência da sociedade informacional perpassa setores e instrumentos responsáveis pelo mantenimento e difusão da informação. De acordo com Carvalho e Kaniski (2000), a elevação da vultuosidade e afluência por informações, somada às dificuldades de tornar esse conhecimento ou informação em um produto acessível, tem trazido aos centros de documentação, arquivos, museus e afins sérios desafios.

No Instituto Federal de Pernambuco, esse cenário de opulência não é diferente, haja vista que "as organizações estão expostas a mudanças cada vez mais velozes e profundas e necessitam se adequar a essa nova realidade" (Tomassini, 2001, p. 01). Assim, a adequação

das instituições perpassa pelos servidores, uma vez que, ao passo que novas tecnologias são inseridas, novos conhecimentos são necessários, requerendo da administração uma literal gestão do conhecimento e das informações. Desse modo, boas práticas de gestão do conhecimento e da informação podem ser consideradas uma condição *sine qua non* ao IFPE.

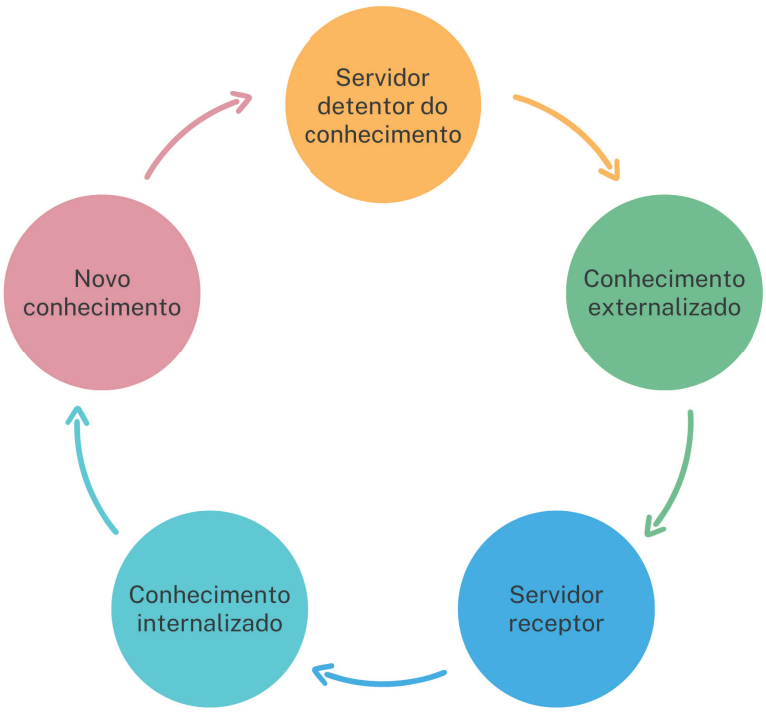
> A gestão da informação e a gestão do conhecimento focalizam aspectos complementares de dois importantes fenômenos organizacionais. Enquanto a GI focaliza a informação ou o conhecimento registrado, a GC destaca o conhecimento pessoal, muitas vezes tácito, e que, para ser efetivamente utilizado, antes precisa ser descoberto e socializado (Barbosa, 2008, p. 14)

Principalmente no serviço público, a gestão do conhecimento e a gestão da informação são aspectos sensíveis. A rotatividade de servidores ou a retenção de conhecimentos e informações especializadas tornam a GC e GI ainda mais complexas, uma vez que as informações são potencialmente tácitas.

> Estabelecer uma cultura organizacional que favoreça o comportamento voltado a gestão do conhecimento, não é fácil, primeiramente, porque as pessoas acreditam que compartilhar conhecimento, significa perder a propriedade intelectual da ideia, dos métodos, dos processos etc., pensados por elas. Num segundo momento, porque as pessoas acreditam que compartilhar conhecimento, significa perder o poder frente às outras pessoas da organização, uma vez que não será o único a pensar sobre aquela possibilidade ou cenário (Valentim, 2003, p. 1).

É necessário, principalmente no ambiente institucional, que ocorra a externalização do conhecimento, para que haja uma concatenação entre informação e conhecimento. Essa conexão é bem apresentada no modelo elaborado por Nonaka e Takeuchi (1997), conhecido como espiral do conhecimento.

Figura 1 - Espiral do conhecimento



Fonte: Adaptação de Nonaka e Takeuchi (1997).

De acordo com Nonaka e Takeuchi (1997), o conhecimento que fora construído ao longo da vida funcional do servidor, uma vez externalizado, pode ser transformado e/ou convertido em informação, e esta, por sua vez, recepcionada e internalizada por outro servidor ou grupo, converte-se em um novo conhecimento.

Nesse contexto, podemos perceber que, para que ocorra a implantação de um modelo de gestão do conhecimento e da informação, faz-se necessário que a Administração possua a compreensão clara do seu capital intelectual e desenvolva ações que estimulem, sobretudo, a expressão do conhecimento e o constante compartilhamento de informações.

O ASSENTAMENTO FUNCIONAL DIGITAL NO IFPE

O Assentamento Funcional Digital é, indiscutivelmente, um avanço significativo em resposta aos anseios informacionais em favor da transparência e acesso à informação.

Com a implementação do AFD, houve uma considerável promoção da economicidade, da segurança da informação, da eficiência informacional e consequente subsídio à tomada de decisões em consonância com as legislações atuais. Contudo, foi necessária uma "reformulação" organizacional, concomitantemente ao dramático cenário da pandemia do coronavírus. Diante disso, os servidores vinculados à gestão de pessoas do

IFPE se viram motivados a utilizar a plataforma SIGEPE – AFD, em substituição à habitual prática de consulta aos assentamentos analógicos.

A ausência de um planejamento apropriado suprimiu o mapeamento dos fluxos informacionais voltados à implantação do AFD. Cada Diretoria e Coordenação desenvolveram suas atividades de maneira independente, refreando até mesmo a perspectiva da *espiral do conhecimento*, de Nonaka e Takeuchi (1997), minorando a interação e o compartilhamento do conhecimento dos servidores que atualmente laboram com o Assentamento Funcional Digital.

Indiscutivelmente, a instituição de novas tecnologias propicia mudanças, alargada por se tratar de uma instituição centenária, no caso do IFPE. Evidenciando, assim, a necessidade de otimizar e estimular a gestão do conhecimento e da informação, face ao desuso dos assentamentos analógicos, sobretudo, em relação aos servidores que operam a plataforma SIGEPE – AFD.

A mudança cultural é um fator determinante para a implementação da GC e da GI, e, principalmente, no início da inserção do AFD, gestores e servidores lançaram à plataforma nuances de descrédito e dubiez, levantando barreiras que possivelmente dificultaram ainda mais as práticas de gestão.

> Para que a transformação cultural ocorra, é necessário que a organização propicie um ambiente favorável ao diálogo e compartilhamento de informações, bem como treinamentos e acompanhamentos para a capacitação permanente dos sujeitos organizacionais, a fim de se obter o hábito do compartilhamento de dados, informações e conhecimento. (Santos; Damina; Valentim, 2019, p. 61).

Na figura a seguir, são representadas algumas ações que podem propiciar uma melhor experiência no IFPE, quanto à gestão do conhecimento e da informação, nas práticas do Assentamento Funcional Digital.

Figura 2 - Gestão do conhecimento e informação para o AFD

Fonte: Elaboração própria (2024).

Dessa forma, o conhecimento seria compartilhado, proporcionando a aceitação da plataforma devido à intensificação da sua utilização. A externalização e a criação de repositórios digitais possibilitaria a constituição de um corpo funcional capacitado e pronto para lidar com qualquer eventualidade e, por fim, reduziria consubstancialmente a perda de capital intelectual factível, em razão das movimentações de pessoal tão naturais no serviço público.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É irrefutável a possibilidade da associação e construção de conteúdo científico unindo temáticas fundamentais como a gestão do conhecimento e da informação e os assentamentos funcionais digitais, com base no constructo de autores e autoras de acentuada relevância para as áreas.

Na revisão da literatura conduzida, cujo objetivo foi investigar, à luz da literatura existente e das experiências práticas, a gestão da informação e do conhecimento em relação à cultura organizacional e ao Assentamento Funcional Digital – AFD, foram analisados livros e produções científicas relevantes para o desenvolvimento deste estudo.

Conclui-se que há uma lacuna significativa na literatura científica que explore o diálogo entre a gestão da informação e do conhecimento no contexto do AFD, apesar de se tratar de temas de notória relevância e importância indiscutível para o debate acadêmico.

São perceptíveis as melhorias providas pela instituição com a implementação do Assentamento Funcional Digital. Desse modo, é primordial o desenvolvimento de práticas

que promovam e incentivem a gestão do conhecimento e a gestão da informação, tendo em vista a importância do compartilhamento do conhecimento, que, por vezes, é recôndito à rotina laboral do servidor.

No entanto, é possível identificar alguns entraves na rotina do IFPE. Destacam-se a aversão ao risco, a resistência à adoção de novas tecnologias e o apego excessivo a práticas tradicionais que, embora perpetuadas ao longo dos anos, já não satisfazem as demandas informacionais do Instituto Federal de Pernambuco. Essa postura resulta em uma repressão prática tanto da Gestão do Conhecimento quanto da Gestão da Informação.

Não se estabeleceram condições ideais para a implementação de um planejamento que promovesse a adaptação progressiva do corpo funcional a essa mudança cultural. Isso se deve, também, ao fato de que a instituição foi forçada a enfrentar outra readequação, relacionada à adesão ao trabalho remoto, de maneira intempestiva, em virtude da pandemia.

Práticas de GC e GI bem alicerçadas proporcionarão um quadro funcional capacitado, motivado e propício à implementação de novos sistemas e tecnologias, alinhado com a cultura organizacional da Instituição, objetivando o seu desenvolvimento e avanço contínuo.

Diante de todo o exposto, para o desdobramento de estudos futuros, percebemos a pertinência do desenvolvimento de um estudo com usuários, para melhor compreender as necessidades e as práticas desenvolvidas pelo IFPE em favor da gestão do conhecimento e da gestão da informação, por compreendermos que a percepção do usuário se enquadra como um potencial propulsor para a proposição de melhorias ao Instituto Federal de Pernambuco no que tange ao Assentamento Funcional Digital.

Por fim, nesta revisão, não foram realizados estudos com usuários, o que evidencia a necessidade de pesquisas futuras que explorem essa dimensão. Contudo, compreender as experiências do corpo funcional com as mudanças organizacionais frente à implementação do Assentamento Funcional Digital no IFPE é essencial, pois tem o potencial de impulsionar melhorias na GC e da GI. Portanto, recomenda-se fortemente que futuras investigações considerem esse aspecto para aprimorar o desenvolvimento da Gestão do Conhecimento e da Gestão da Informação, face ao Assentamento Funcional Digital.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**: elaboração de trabalhos na graduação. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BARBOSA, Ricardo Rodrigues. Gestão da informação e do conhecimento: origens, polêmicas e perspectivas. **Informação & Informação**, Londrina, v. 13, n. 1, p. 1-25, 2008. Disponível em: https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/1843. Acesso em: 23 jun. 2024.

BRASIL. **Portaria Normativa nº 04**, de 10 de março de 2016. Cria o Assentamento Funcional. Brasília: (SEGRT), 2016. Disponível em: https://www.gov.br/conarq/pt-br/legislacao-arquivistica/portarias-federais/portaria-normativa-no-4-de-10-de-marco-de-2016. Acesso em: 23 jun. 2024.

BRASIL. **Portaria Normativa nº 09**, de 01 de agosto de 2018. Cria o Assentamento Funcional. Brasília, DF: Secretaria de Gestão de Pessoas e Relações do Trabalho no Serviço Público, [2016]. Disponível em: https://www.gov.br/servidor/pt-br/acesso-a-informacao/gestao-de-pessoas/assentamento-funcional-digital/PortariaNormativaN09DE01DEAGOSTODE2018.pdf. Acesso em: 23 jun. 2024.

CARNEIRO, Herivelton Luís Bueno; STREIT, Rosalvo Ermes. O impacto da cultura organizacional na gestão do conhecimento para a inovação de processos e serviço. **Atoz novas práticas em informação e conhecimento**, v. 10, n. 2, 2021. Disponível em: https://cip.brapci.inf.br/download/160231. Acesso em 23 jun. 2024.

CARVALHO, Isabel Cristina Louzada; KANISKI, Ana Lúcia. A sociedade do conhecimento e o acesso à informação: para que e para quem?. **Ciência da informação**, Brasília, v. 29, n. 3, 2000. Disponível em: http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/871. Acesso em: 23 jun. 2024.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2022.

INAZAWA, Fernandez Kenji. O papel da cultura organizacional e da aprendizagem para o sucesso da gestão do conhecimento. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 14, n. 3, 2009. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/22392/17986. Acesso em: 23 jun. 2024.

NONAKA, Ikujiro; TAKEUCHI, Hirotaka. **Criação do conhecimento na empresa**: como as empresas japonesas geram a dinâmica da inovação. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

ROBBINS, Stephen Paul. **Comportamento organizacional**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

SANTOS, Vanessa Cristina Bissoli dos; DAMINA, Ieda Pelogia Martins; VALENTIM, Marta Lígia Pomim. A cultura organizacional como fator crítico de sucesso à implantação da gestão do conhecimento em organizações. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação em Biblioteconomia**, v. 14, n. 3, p. 51-66, 2019. Disponível em: https://www.brapci.inf.br/#/v/243079. Acesso em: 23 jun. 2024.

SCHEIN, Edgar Henry. **Organizational culture and leadership**. 3 ed. São Francisco: Jossey-Bass, 2004.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Manuela do Nascimento *et al.* O processo de digitalização dos assentamentos funcionais do Instituto Federal de Sergipe: uma nova etapa. **Revista Expressão Científica**, v. 4, n. 1, p. 79-93, 2019. Disponível em: https://periodicos.ifs.edu.br/periodicos/REC/article/view/459. Acesso em: 23 jun. 2024.

SILVA, Sandra Messa da. **Análise do assentamento funcional digital (AFD) sob a perspectiva arquivística e sua implantação no âmbito das IFES**. 2019. 314 f. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural) – Programa de Pós-Graduação Profissional em Patrimônio Cultural, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2019. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/17023/DIS_PPGPC_2019_SILVA_SANDRA.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 16 ago. 2024.

TOMASSINI, Nélson Luiz dos Santos. **A influência da cultura organizacional na administração estratégica de uma empresa estatal**: um estudo de caso. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis: UFSC, 2001. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/79820. Acesso em: 23 jun. 2024.

VALENTIM, Marta Ligia Pomim. **Cultura organizacional e gestão do conhecimento**. Londrina: Infohome, 2003. Disponível em: https://www.ofaj.com.br/colunas_conteudo.php?cod=70. Acesso em: 23 jun. 2024.

BLOCKCHAIN E CADEIA DE CUSTÓDIA DIGITAL: *CARAMURU* UM MODELO LÓGICO DE AUTENTICAÇÃO DISTRIBUÍDA PARA DOCUMENTOS ACADÊMICOS

BLOCKCHAIN AND DIGITAL CUSTODY CHAIN: CARAMURU LOGICAL DISTRIBUTED AUTHENTICATION MODEL FOR ACADEMIC RECORDS

Alexandre Fernal
Universidade Federal do Paraná

Rodrigo Eduardo Francisco Botelho
Universidade Federal do Paraná

Gustavo Resende da Costa
Universidade Federal do Paraná

Paula Hara da Silva
Universidade Federal do Paraná

André Vieira de Freitas Araújo
Universidade Federal do Paraná

Resumo

Na contemporaneidade, com o advento das tecnologias da informação e comunicação, acelerou-se o processo de ruptura no contexto da materialidade dos documentos arquivísticos. Nesse cenário, os documentos arquivísticos digitais encontram-se, em sua grande maioria, em sistemas descentralizados. Diante disso, o Ministério da Educação institucionalizou a Portaria n.º 360, de 18 de maio de 2022, que dispõe a respeito da conversão do acervo acadêmico analógico para o meio digital e, por conseguinte, torna obrigatória a implementação do acervo acadêmico digital. Nessas conjunturas contemporâneas, surge em 2008 a tecnologia *blockchain,* cuja utilização possibilita a autenticação distribuída automatizada de documentos, em vista de que a tecnologia consiste em

grande banco de dados distribuído, que arquiva todas as movimentações realizadas de forma irreversível, posto que dispõe de *ledger* – livro-razão, o qual configura-se como *distributed ledger technologies* – tecnologia de registros distribuídos. Nessa direção, questiona-se, portanto: de que modo a tecnologia *blockchain* poderá corroborar nas aplicações descentralizadas na autenticação de documentos acadêmicos. Assim, objetiva-se projetar modelo lógico denominado *Caramuru*, com base na tecnologia *blockchain*, para fins de autenticação distribuída, isto é, *peer to peer* – ponto a ponto (P2P) – dos documentos, que compõem os acervos acadêmicos digitais. Para tanto, realizou-se pesquisa bibliográfica de natureza pura, de cunho teórico, documental, exploratória, descritiva e qualitativa, acerca da literatura científica nacional e internacional, publicada em livros, artigos, teses, dissertações e normativas. Como resultado demonstrou-se a aplicação do modelo lógico qualificado como *Caramuru* na autenticação distribuída de documentos, a saber: nato-digitais e representantes digitais, que compõem o acervo acadêmico digital das Instituições de Ensino Superior.

Palavras-Chave: *Blockchain*; Cadeia de Custódia Digital; Documentos Acadêmicos.

Abstract

In contemporary times, with the advent of information and communication technologies, the process of rupture in the context of the materiality of archival records has accelerated. In this scenario, the vast majority of digital archival records are found in decentralized systems. In this direction, the Ministry of Education institutionalized Ordinance Nº. 360, of May 18, 2022, which provides for the conversion of the analogue academic collection to the digital medium and therefore makes the implementation of the digital academic collection mandatory. Thus, in these contemporary circumstances, *blockchain* technology emerged in 2008, which could be used for automated distributed authentication of documents, given that the technology consists of a large distributed database, which archives all movements carried out irreversibly, since it has a ledger, which is configured as a distributed ledger technologies. In this sense, the question arises, therefore: how *blockchain* technology can support decentralized applications in the authentication of academic records. Thus, the objective is to design a logical model called Caramuru, based on *blockchain* technology, for the purposes of distributed authentication, that is, peer to peer (P2P) of records, which make up digital academic collections. To this end, a bibliographical research of a pure nature, of a theoretical, documentary, exploratory, descriptive and qualitative nature, was carried out on

national and international scientific literature published in books, articles, theses, dissertations and rules. As a result, the application of the logical model qualified as Caramuru was demonstrated in the distributed authentication of records, namely: born digital and digital representatives, which make up the digital academic collection of higher education institutions.

Keywords: *Blockchain*; Digital Chain of Custody; Academic Records.

INTRODUÇÃO

Com as inovações tecnológicas do final do século XX, houve a ampliação da escala e da velocidade das transações informacionais. Esse cenário modificou a maneira pela qual o trabalho científico era conduzido e como diferentes áreas do conhecimento interagiam entre si (Silva; Dufloth, 2018). Nesse contexto, cientistas da computação corroboraram para que pesquisadores de diversos campos pudessem criar conceitos e teorias, a partir de vastos conjuntos de dados. Isso requereu a integração de *hardware*, *software* e demais procedimentos para captura, armazenamento, análise e visualização dos dados (Silva; Dufloth, 2018; Rodrigues; Dias; Lourenço, 2022).

Dentre os desafios que permeiam o aumento exponencial de dados e formatos, seus compartilhamentos se destacam ante as barreiras impostas para o alcance dos benefícios da distribuição das informações. Para viabilizar o processo, a padronização e adoção de normas auxiliam a mitigar as dificuldades associadas ao referido compartilhamento. Nesse sentido, a padronização dos protocolos permite a comunicação entre diferentes sistemas (Cunha; Costa, 2021).

No Brasil, com o aumento da produção de documentos no contexto digital, houve estímulo ao desenvolvimento de sistemas informatizados, para proceder à gestão documental. Entretanto, esses basearam-se no Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos (e-ARQ-Brasil) do Conselho Nacional de Arquivos (Conarq) (Brasil,2022a). Assim, os Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos, também conhecidos como SIGAD, foram concebidos com a finalidade de capturar, armazenar e fornecer acesso a documentos arquivísticos, de modo a propiciar o gerenciamento ao longo de seu ciclo de vida (Brandão; Silva, 2017).

Por outro lado, mediante a necessidade de autenticação dos documentos digitais, Klauss Schwab (2018) enfatizou o uso da tecnologia *blockchain* como solução para esse requisito. Mais especificamente, o *blockchain* possibilita o registro compartilhado e programável, via sistema, é criptograficamente seguro e pode ser auditado por todos os participantes, sem depender de controle centralizado. Composto por

"livro-razão", permite a auditoria e a segurança dos registros, por meio de blocos de informações, conectados ao bloco anterior por chaves imutáveis (Narayanan *et al.*, 2016; Silva; Fegueredo, 2023).

Nesse sentido, para atendimento da Portaria n.º 360, de 18 de maio de 2022, sobre a migração do acervo acadêmico de formato analógico para o digital, esta pesquisa propõe a utilização de um modelo lógico, denominado Caramuru, com foco na preservação digital (Brasil,2022b). Assim, mediante aplicação da tecnologia *blockchain,* tenciona-se atenuar a problemática acerca da autenticação automatizada e descentralizadas de documentos acadêmicos.

BLOCKCHAIN

O prelúdio da tecnologia *blockchain* ocorreu no início da década de 1970, com o surgimento das bases de dados. Esse período em questão ficou conhecido como *big iron,* no qual as grandes corporações do setor tecnológico, como a *International Busines Machine* (IBM), armazenavam seus dados em grandes bancos de dados (Cesar, 2020). Nessa direção, nos anos 1990, o criptógrafo norte-americano David Lee Chaum foi pioneiro na criação da primeira moeda *on-line* na Holanda (Narayanan *et al.*, 2016). Denominada o *DigiCash*, esta consistia na extensão de algoritmo criptográfico conhecido como Rivest, Shamir, Adleman (RSA), que inicialmente despertou o interesse de várias instituições financeiras em seu uso. Porém, o acúmulo de erros administrativos ao longo do ciclo de vida do *DigiCash* culminou na sua decadência e, por conseguinte, no seu desaparecimento do mercado em 1998 (Narayanan *et al.*, 2016; Reiff, 2022).

Já a segunda geração de dinheiro digital na *internet* apropriou-se das experiências do *DigiCash*. Dentre os sistemas para pagamentos monetários baseados na *internet*, destacou-se o *paypal*, que oferecia aos usuários a possibilidade de utilizar dinheiro nas plataformas de navegadores *web* (Perset, 2010; Ningtias *et al.*, 2023). O *paypal* foi capaz de realizar, pela primeira vez, a transferência de recursos financeiros *on-line,* por meio de rede *peer to peer* – ponto a ponto (P2P) (Perset, 2010).

Finalmente, o evento que transformou o contexto das criptomoedas foi a crise das hipotecas conhecida como *subprime,* em 2008, nos Estados Unidos da América (EUA), a qual quase neutralizou o sistema financeiro daquele país. Sabe-se, também, que essa provocou problemas significativos para grande maioria das instituições financeiras. Consequentemente, esse evento catastrófico, com viés monetário, despertou o alerta para as principais economias globais, que culminou na conjuntura necessária para o surgimento da tecnologia que viera a ser conhecida como *blockchain* (Barkatullah; Hanke, 2015).

Logo, o *blockchain* surgiu em 2008, com a publicação do artigo *Bitcoin: a peer-to-peer electronic cash system*. Curiosamente naquele estudo, o autor ou seus autores utilizaram o pseudônimo conhecido por Satoshi Nakamoto para apresentar a tecnologia e cunhou-se,

assim, o conceito de *blockchain* e *bitcoin*. A pesquisa retratou os princípios fundamentais e o funcionamento do *blockchain,* com sua aplicação em criptomoedas (Nakamoto, 2008).

Nota-se que o conceito de *blockchain* é distinto do conceito de *bitcoin*, entretanto essas tecnologias, frequentemente, são associadas como sinônimas. Mais especificamente, a criptomoeda *bitcoin* configura-se como uma das várias aplicações de possíveis usos do *blockchain*; enquanto o *bitcoin,* foi o primeiro uso dessa tecnologia (Tapscott; Tapscott, 2017). Percebe-se, portanto, a diferença entre *blockchain* e *bitcoin* e que aquele trata-se de *Distributed Ledger Technology* (DLT), plataforma na qual é construído o *bitcoin*.

Nessa direção, como o objeto de estudo desta pesquisa tem em seu escopo a tecnologia *blockchain* e suas possibilidades de aplicação além do *bitcoin*, as características detalhadas da criptomoeda não serão abordadas. O *blockchain* é composto por rede de registros imutáveis públicos e distribuídos, cujas cadeias referenciais são encadeadas uma às outras por intermédio de chaves públicas, de entrada e saídas (Narayanan *et al.*, 2016).

Em suma, são consideradas imutáveis, pois quando determinado registro é inserido, esse não pode ser alterado. As cadeias são públicas, já que o acesso poderá ser realizado por meio da *internet*. Ademais, as cadeias de registro estão armazenadas e replicadas em várias máquinas conectadas na rede mundial de computadores, isto é, o sistema não é armazenado em único servidor central (Narayanan *et al.*, 2016).

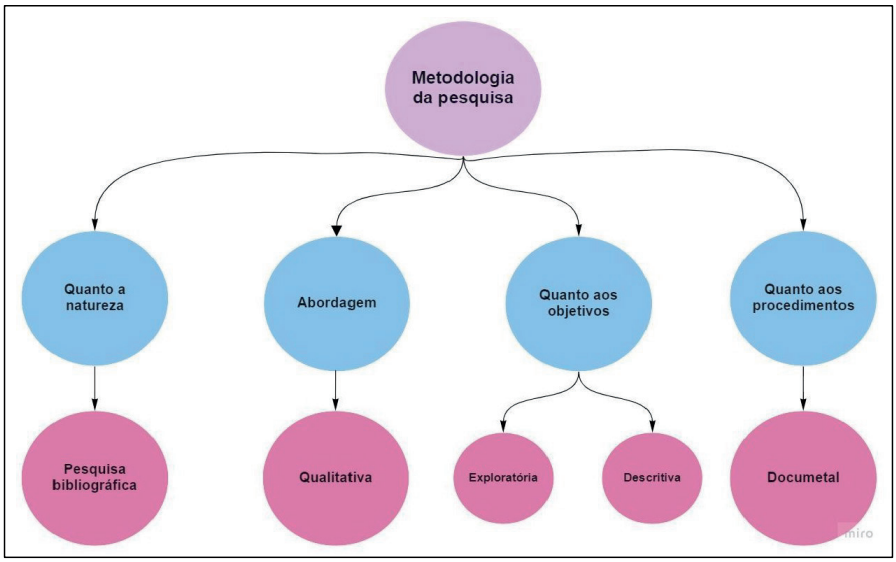
Na seção 3 será apresentada a metodologia utilizada na pesquisa para autenticação distribuída de documentos acadêmicos das Instituições de Ensino Superior (IES) no Brasil. Essa teve como base a proposta do modelo lógico *Caramuru*, o qual foi concebido a partir da tecnologia *blockchain*.

METODOLOGIA

A pesquisa científica, de acordo com Marconi e Lakatos (2008), pode ser entendida como o processo formal, que envolve reflexão e requer abordagem científica. Esse método é essencial para compreender a realidade ou descobrir verdades parciais. Nessa direção, caracteriza-se o presente estudo como pesquisa teórica, exploratória, descritiva, de abordagem qualitativa e documental.

A Figura 1, a seguir, representa a síntese da metodologia de pesquisa adotada, projetada por meio da plataforma MIRO

Figura 01 – Síntese da metodologia de pesquisa



Fonte: Os autores (2024).

Os procedimentos da pesquisa são bibliográficos, em vista de que buscam aclarar determinado problema, a partir de referências teóricas publicadas em artigos científicos, livros, dissertações, teses e normativas. A abordagem é qualitativa, posto que qualquer pesquisa que produza resultados não alcançados por meio de procedimentos estatísticos, é considerada qualitativa (Magalhães, 2007).

Quanto aos objetivos, é caracterizada como exploratória, já que este tipo de pesquisa tem por enfoque familiarizar-se com o fenômeno ou obter nova percepção e descobrir novas ideias. Ainda quanto aos objetivos, possui viés descritivo, uma vez que o principal propósito das pesquisas descritivas é descrever as características de população ou fenômeno específico (Gil, 2019).

Nesse sentido, Marconi e Lakatos (2008) afirmam que todo estudo deve ter como fundamento uma teoria, a qual é essencial para iniciar a investigação do problema de modo eficaz. A presente pesquisa surgiu a partir desses pressupostos, com o intuito de ampliar o conhecimento acerca da temática dos estudos da autenticação distribuída automatizada dos documentos acadêmicos permanentes das IES no Brasil.

Já o desenvolvimento da pesquisa documental faz-se em meio a documentos textuais, audiovisuais, iconográficos, sonoros e aqueles relacionados ao objeto de investigação. Esses podem ser coletados na forma pura, ou s eja, que não tenha sofrido intervenções analíticas, e/ou em circunstâncias denominadas como fonte secundária, quer dizer, que contemple os documentos provenientes de outras fontes de informação (Gil, 2019).

A seção 4, apresentada a seguir, dispõe da análise e discussão dos resultados acerca da autenticação distribuída de documentos acadêmicos das IES no Brasil. Essa teve como base o modelo lógico *Caramuru*, idealizado a partir da tecnologia *blockchain*.

PROPOSTA PARA ELABORAÇÂO DE UM MODELO LÓGICO DE AUTENTICAÇÃO DE DOCUEMNTOS ACADÊMICOS NO BRASIL DENOMINADO CARAMURU

No Brasil, o Ministério da Educação (MEC) institucionalizou a Portaria n.º 360, de 18 de maio de 2022, que dispõe a respeito da conversão do acervo acadêmico analógico para o meio digital e, por conseguinte, torna obrigatória a implementação do acervo acadêmico digital (Brasil, 2022b). Nessa direção, emerge, no referido contexto, a problemática acerca da autenticação automatizada e descentralizada desses documentos acadêmicos no contexto dos ambientes informacionais digitais.

Nessa direção, o art. nº 37 da Portaria do MEC nº 315, define o acervo acadêmico como "Conjunto de documentos produzidos e recebidos por instituições públicas ou privadas que ofertam educação superior, pertencentes ao sistema federal de ensino, referentes à vida acadêmica dos estudantes e necessários para comprovar seus estudos" (Brasil,2018, p. 01). Esses acervos acadêmicos devem permanecer sob custódia das Instituições Federais de Ensino Superior e, que necessitam implementar o programa de gestão de documentos, a qual é institucionalizado por meio da Lei Federal 8.159, de 08 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências e por conseguinte as IFES precisam cumprir os prazos de guarda e destinações finais dos documentos acadêmicos definidos na Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos (TTD) de Arquivo relativos às Atividades-Fim das IFES, bem como os documentos concernentes às Atividades-Meio (Brasil,1991). Assim, os tipos documentais que compõem o acervo acadêmico para as Atividades-fim como, por exemplo, comprovante de matrícula, histórico escolar, diploma de graduação compõem o acervo acadêmicos. Dessa forma, os acervos acadêmicos podem ser constituídos por documentos analógicos e documentos digitais, isto é, um acervo híbrido, o qual poderá possuir em sua composição documentos analógicos, documentos nato digitais, os denominados documentos arquivísticos digitais e/ou representantes digitais, aqueles que foram convertidos do analógico para o digital, com uma ampla gama de tipos documentais, específica do domínio acadêmico.

Logo, constata-se a inexistência de um modelo lógico consolidado e institucionaliado no cenário nacional e internacional, para autenticação de documentos acadêmicos, que compõem o acervo digital das IFES. Nessa direção, propõe-se a elaboração de um possível projeto de um modelo lógico para autenticação distribuída de documentos acadêmicos,

denominado *Caramuru*, que surge com base na tecnologia *blockchain* no âmbito da arquivologia, o qual poderá ser aplicado desde o contexto da gênese dos documentos, até a sua destinação final, abarcando todos o tipos documentais, que integram as atividades--meio e atividades-fim das IFES.

O modelo lógico supracitado, foi concebido com base em outros 03 modelos conceituais institucionalizados e consagrados no cenário internacional, que utilizam a tecnologia *blockchain*, para autenticação de documentos sob o viés arquivístico, a saber: modelo *Archangel*, modelo Canadense de autenticação distribuída de documentos de arquivo e modelo da administração pública do Emirados Árabes Unidos (EAU).

No Reino Unido, a iniciativa para uso da tecnologia *blockchain*, ocorreu no âmbito da autenticação distribuída de arquivos permanentes, por meio do modelo lógico denominado *Archangel*. Nesse contexto, o Arquivo Nacional daquele país utiliza da tecnologia *blockchain* para autenticações distribuídas de documentos arquivísticos digitais e representantes digitais (Collomosse *et al.*, 2018).

O modelo *Archangel* para autenticação distribuída faz uso da tecnologia *blockchain,* para gerar entradas imutáveis para os documentos nos Arquivos Nacionais do Reino Unido. Dessa forma, o projeto *Archangel* é constituído pelos Arquivos Nacionais do Reino Unido, da Universidade de Surrey e do Instituto de Dados Abertos do Reino Unido. Financiados pelo Conselho de Pesquisas em Engenharia e Ciências Físicas (EPSRC), o objetivo do *Archangel* é produzir uma trilha de auditoria distribuída para os documentos arquivísticos digitais e os representantes digitais (Collomosse *et al.*, 2018).

Já no Canadá, o uso da tecnologia *blockchain* aplicada aos arquivos, foi apresentada em 2018 no *Digital Identity Design Challenge* (DIDC), promovido pelo *Digital ID & Authentication Council of Canada* (DIACC), para sua aprovação, e, posteriormente, sua institucionalização para uso. O modelo Canadense para aplicações da tecnologia *blockchain* compreende uma abordagem, que faz uso de serviços distribuídos. O referido modelo abrange o fluxo de dados e serviços, que estão em um contexto de aplicação distribuída. Nessa direção, de aplicações e serviços distribuídos, ocorrem os *off chain services* – os serviços fora da cadeia de fluxos, em vista de que não operam no modelo cliente servidor. Esses podem fazer uso do *ledger application interfaces* – interfaces de

aplicação com uso de *ledger*. O *off chain services* é composto dos *storages* como, por exemplo, serviços *cloud* de armazenamento e sistemas operacionais que funcionam de forma distinta da arquitetura cliente servidor, os quais podem utilizar-se das *ledger application interfaces* – interfaces de aplicação com *ledger*. O ledger application interfaces é viabilizado por meio do *distributed ledger*, com uso de DLT (Lemieux *et al.*, 2019).

No caso das DLT, essas, no modelo supracitado, podem ser de dois tipos, a saber: *distributed ledger sidechain* – cadeia lateral e *distributed ledger core processing* – processamento principal. O primeiro, os *sidecahains*, que são *blockchain* especializados, isto é, autorizado e privado

que trabalham com o processamento de transações do *blockchain* principal. Esses são utilizados para melhorar a eficiência do processamento das operações e permitir a flexibilização para customizar os mecanismos de consenso, recursos de contratos inteligentes e dados. O segundo, o *distributed ledger core processing*, é o *blockchain* principal na qual as transações são agrupadas em blocos criptografados, cujo *hash* é inserido no cabeçalho de um bloco proposto, minerado e propagado para a rede distribuída – P2P (Lemieux *et al.*, 2019).

Por fim, o nos Emirados Árabes Unidos (EAU), a tecnologia *blockchain* é utilizada pelo governo de Dubai, nos mais diversos setores da governança pública. Nessa direção, com a concepção do atual governante Mohammed Bin Rashid Al Maktoum, é altamente desejável e necessário que Dubai se prepare e, molde-se para o futuro. Logo, fundou-se a *Dubai Future Foundation* (DFF), cujo objetivo é a adoção de tecnologias inovadoras, bem como sua utilização em nível global. Assim, foi institucionalizado o *Global Blockchain Council* (GBC) para analisar as possíveis aplicações da tecnologia *blockchain* no contexto administrativo governamental de Dubai (United Arab Emirates, 2022).

Verifica-se que, o Governo de Dubai percebeu o potencial do uso da tecnologia *blockchain* e idealizou o Dubai *blockchain Strategy*, o qual tem por objetivo tornar o Governo de Dubai o primeiro no cenário mundial a realizar todas as operações governamentais por meio da utilização do *blockchain*, com a seguinte arquitetura, a saber: eficiência do governo, criação de indústrias e liderança internacional (United Arab Emirates, 2022). Ademais, o primeiro ministro de Dubai, Mohammed Bin Rashid Al Maktoum, está implementando essa tríade para que o território de Dubai seja um padrão global de inovação no uso da tecnologia *blockchain,* em concomitância ao projeto *Dubai blockchain Strategy*, surge o *World Blockchain Forum*, que foi elaborado para discutir e debater tecnologias relacionadas aos usos do *blockchain*, tais como: operações financeiras com uso de criptomoedas, transações digitais de ativos, *internet* das coisas (IoT) (United Arab Emirates, 2022).

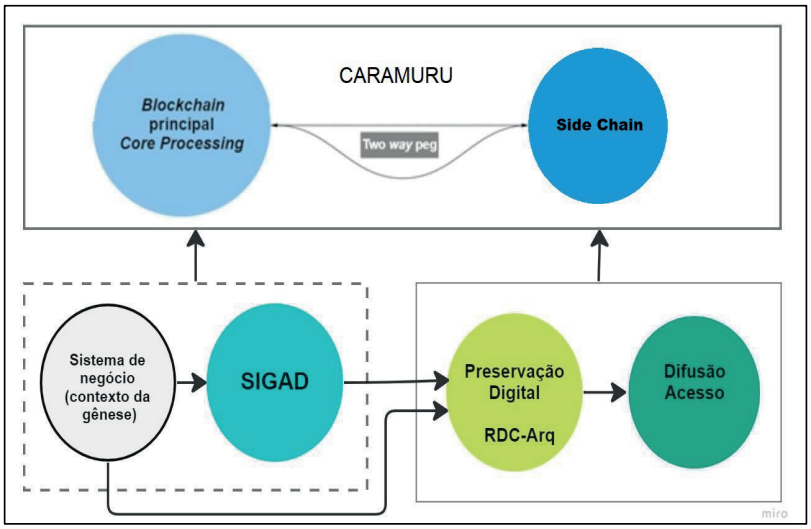
Os EAU adotaram a tecnologia *blockchain* no âmbito governamental e regulamentaram seu uso com o objetivo de melhorar a qualidade de vida em Dubai. O lançamento, e, por conseguinte, a institucionalização da tecnologia *blockchain* em 2016, teve seu primeiro uso em plataformas de pagamentos para aumentar a eficiência da produtividade. Na ocasião, o *blockchain* foi considerado uma tecnologia inovadora com a concepção de um aplicativo multifacetado, que inclui as criptomoedas (United Arab Emirates, 2022).

Assim, o governo de Dubai deseja ampliar o produto interno bruto (PIB), com a expansão no uso do *blockchain* e metaverso. Para tal, se faz necessário acelerar o desenvolvimento de padrões globais na construção de plataformas seguras e criar modelos na administração pública, em setores vitais de Dubai, tais como: turismo, educação, varejo, trabalho remoto, saúde e setor jurídico (United Arab Emirates, 2022).

Destarte, intenta-se validar no âmbito jurídico e admistrativo, por meios institucionais o projeto de cunho nacional, ou seja, genuinamente Brasileiro denominado Caramuru. A

Figura 2 apresenta o modelo lógico de aplicação da tecnologia *blockchain* na autenticação descentralizada de documentos acadêmicos, representada por meio da plataforma MIRO.

Figura 2 – Modelo lógico Caramuru



Fonte: Os autores (2024).

Conforme representado na Figura 2, o modelo proposto para autenticação inicia-se no contexto de gênese, isto é, quando é produzido documento nato-digital na conjectura dos sistemas de negócios, o qual gera um resumo criptográfico para o documento arquivístico digital por meio de

função *hash*. Esse resumo consiste em metadado do tipo *string*, em que inicia o bloco gênesis, o *root hash;* o bloco 00 fica armazenado no *core processing*.

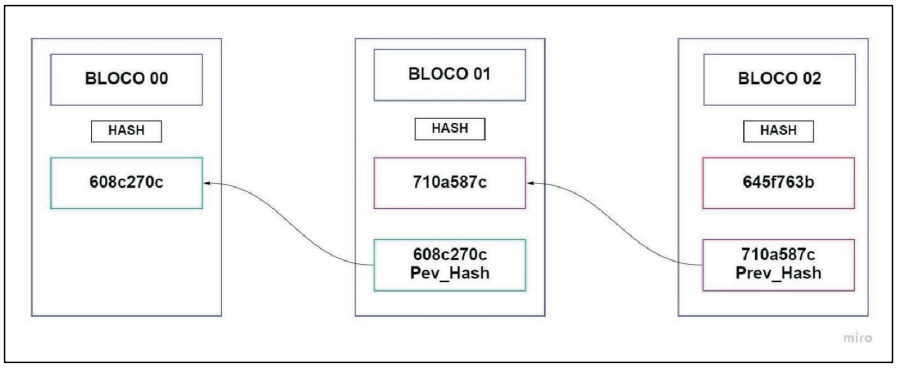
Após o documento arquivístico digital ser produzido nos ambientes de negócios, faz-se necessário realizar a gestão documental no Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos (SIGAD), o qual segue os requisitos do e-ARQ Brasil. Posteriormente, é realizado o recolhimento do documento arquivístico digital para o ambiente de preservação, o repositório arquivístico digital confiável (RDC-Arq) e acesso/difusão.

Logo, gera-se o *root hash* na gênese documental, e, ao longo do ciclo de vida do documento, são gerados outros *hashes*, principalmente no momento em que há o recolhimento do SIGAD para o ambiente de preservação, cujos *hashes* constituem blocos. Esses, por sua vez, serão validados e adicionados na cadeia de blocos de forma permanente, com o objetivo final de criar a trilha de auditoria.

A Figura 3 demonstra a aplicação detalhada do modelo lógico *Caramuru*, com base na tecnologia *blockchain* na autenticação distribuída dos documentos acadêmicos em

seu ciclo de vida, o qual compreende o *main blockchain – core processing* e o *sidechain*. A projeção dessa aplicação foi realizada por meio da plataforma MIRO.

Figura 3 – Aplicação detalhada do modelo lógico Caramuru na autenticação distribuída



Fonte: Os autores (2024).

A Figura 3, cujo objetivo é produzir a trilha de auditoria ininterrupta e imutável ao longo do ciclo de vida dos documentos, poderá ser utilizada, ainda, para verificação da proveniência. O bloco 00 é o bloco gênesis, bloco inicial que contém o *root hash* referente ao documento arquivístico nos sistemas de negócio, no caso a função *hash*. Isto é, o resumo criptográfico do documento arquivístico digital, representado por meio de metadado, qual seja: 608c270c.

O bloco 01, seguinte do *blockchain,* dispõe do *prev hash* (608c720c) – *hash* referente ao bloco gênesis. O bloco 01 é encadeado ao bloco 00 – gênesis, em vista de que os *hashes* foram reconhecidos por meio dos algoritmos de validação consensual, a saber: *proof of work* e *proof of stake*. Já o bloco 02, este tem acesso ao *prev hash* (710a587e) do bloco 01. No caso, o bloco 02 aponta para o bloco anterior, ou seja, para o bloco 01, após a validação consensual e inicia-se a formação do *blockchain*.

Nesse sentido, demonstrou-se, por intermédio da Figura 3, as questões relacionadas à autenticação distribuída de documentos acadêmicos, a qual poderá utilizar-se dos *sidechains,* com intuito de auxiliar na construção das cadeias de blocos, bem como produzir as trilhas de auditorias

para fins de verificação da proveniência. O resumo inicial – *root hash,* é obtido por intermédio de algoritmo de função *hash,* que foi aplicado no documento arquivístico digital.

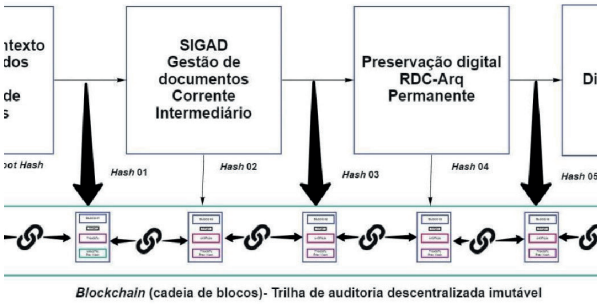
Com base no metadado supracitado, isto é, 608c270c, referente ao bloco 00 – gênesis, é possível garantir autenticação, em vista de que, ao comparar o documento arquivístico digital com o resumo *hash,* esse será válido. Todavia, quando o documento arquivístico digital sofrer quaisquer modificações, a exemplo da migração da

sua extensão em decorrência da obsolescência tecnológica de arquivo de texto (TXT), com o *hash* inicial de 608c270c, convertido para *Portable Document Format* (PDF), este sofrerá alteração em seu resumo, já que ocorreram modificações na camada lógica do documento.

Logo, o documento arquivístico digital receberá novo resumo, tal como 710a587, cujo objeto digital com extensão em pdf, posteriormente, sofrerá nova migração da extensão pdf para pdf/a. Seguidamente, haverá alteração de sua camada lógica, e, por conseguinte, de seu resumo, o qual será modificado para 745f763b.

Nessa direção, o *blockchain* consiste em cadeia de blocos estruturados em sequência linear, validados por meio de algoritmo de consenso, que resolve o desafio criptográfico proposto, no qual novo bloco é adicionado à cadeia de blocos preexistentes. Assim, cada bloco possui um *hash* exclusivo e o *hash* do bloco anterior. A Figura 4 apresenta a síntese de aplicação do modelo lógico *Caramuru* no âmbito dos documentos acadêmicos por intermédio de um diagrama de blocos. A projeção dessa aplicação foi realizada pela plataforma MIRO.

Figura 4 – Diagrama de blocos do funcionamento da aplicação do modelo lógico Caramuru no âmbito dos acervos acadêmicos



Fonte: Os autores (2024).

Conforme observado, a Figura 4 apresentou diagrama de aplicação do modelo lógico *Caramuru* para autenticação descentralizada de documentos acadêmicos, desde a sua produção até a preservação/acesso de longa duração. Ademais, nota-se a eficiência do *blockchain* na autenticação descentralizada nos ambientes informacionais digitas, já que o processo de gerar os resumos criptográficos podem ser realizados de forma automatizada e descentralizada nas migrações a serem realizadas no SIGAD, RDC-Arq e plataformas de difusão e acesso.

Por fim, em todos os eventos ao longo do ciclo de vida do documento arquivístico digital, podem ser gerados *hashes*, que serão validados e adicionados à cadeia de blocos,

para constituição de trilha de auditoria descentralizada e imutável. Portanto, a tecnologia *blockchain* fornece a solução para problemática da autenticação em ambientes descentralizados, bem como auxílio às questões relacionadas à preservação digital de longa duração.

Dessa forma, o *blockchain* poderá garantir que as migrações realizadas no documento arquivístico digital sejam modificações autorizadas com uso de algoritmos de validação consensual. Por sua vez, esses devem propiciar o registro cronológico inalterável, no qual as trilhas de auditorias são realizadas com os registros dos metadados criptografados com o uso do algoritmo árvore de *merkle,* que realiza auditoria desde o último *hash* do bloco até o bloco gênesis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na contemporaneidade, a Arquivologia poderá utilizar-se da tecnologia *blockchain* para apoiar a autenticação distribuída de documentos e, assim, corroborar com a cadeia de custódia digital arquivística de forma automatizada. Nessa perspectiva, emerge a proposta de um modelo lógico nacional, qual seja: *Caramuru*, que tem por base a aplicação da tecnologia *blockchain* no âmbito da Arquivologia, para proceder a autenticação distribuída ao longo do ciclo de vida dos documentos acadêmicos das IFES no Brasil, contemplando todos os tipos documentais referentes as atividades-meio e ativiades-fim.

Demonstrou-se as aplicações da tecnologia *blockchain* no contexto da autenticação distribuída para fins arquivísticos, com a proposta de modelo um lógico denominado *Caramuru*, que criptografa, envia e valida transações, as quais propiciam o registro cronológico inalterável de todas as operações realizadas. A auditoria é realizada por meio do *ledger,* dos registros em conjunto com algoritmo denominado árvore de *merkle,* que poderá verificar se o documento sofreu alterações, corrompimento e adulterações não autorizadas.

Assim, observa-se que os novos desafios dos sistemas distribuídos, que surgem nos ambientes informacionais digitais com uso das tecnologias da informação e comunicação e dos aparatos institucionais, em especial a tecnologia *blockchain,* fazem um convite para discutir e debater seus impactos na Arquivologia. Sobretudo, na autenticação automatizada e distribuída de documentos nato-digitais e representantes digitais, que compõem os acervos acadêmicos digitais.

REFERÊNCIAS

BARKATULLAH, J.; HANKE, T. Goldstrike 1: CoinTerra's First-Generation Cryptocurrency Mining Processor for Bitcoin. **IEEE Micro**, v. 35, n. 2, p. 68-76, 2015, DOI: 10.1109/MM.2015.13. Acesso em: 13 mai. 2024.

BRANDÃO, R. S.; SILVA, M. F. Proposta de plano de classificação facetado para as universidades federais. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 16, n. 1, p. 104-118, 2017. DOI: 10.20396/rdbci.v16i1.8646302. Acesso em: 16 jun. 2024.

BRASIL. Arquivo Nacional (AN). Conselho Nacional de Arquivos (Conarq). Resolução n.º 50, de 6 de maio de 2022. **Dispõe sobre o Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos – e-ARQ Brasil**. 2. ed. 2022a. Acesso em: 10 jun. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria n.º 315/2018, de 4 de abril de 2018. Dispõe sobre os procedimentos de supervisão e monitoramento de instituições de educação superior integrantes do sistema federal de ensino e de cursos superiores de graduação e de pós-graduação lato sensu, nas modalidades presencial e a distância. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF. 2018. Acesso em: 17 ago. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Portaria n.º 360, de 18 maio de 2022. Dispõe sobre a conversão do acervo acadêmico para o meio digital. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF. 2022b. Acesso em: 13 mai. 2024.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assunto Jurídicos. **Lei 8.159, de 08 janeiro de 1991**. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/cciviL_03/////LEIS/L8159.htm#:~:text=LEI%20No%208.159%2C%20DE%208%20DE%20JANEIRO%20DE%201991.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20pol%C3%ADtica%20nacional,privados%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAncias. Acesso em 17 ago. 2024.

CESAR, D. M. F. *Blockchain* **aplicado à aviação:** uma revisão integrativa da literatura. 2020. 144 f. Dissertação (Mestrado em Aeronáutica) – Escola de Aeronáutica – Instituto Superior de Educação e Ciências, Lisboa. 2020. Acesso em: 13 maio 2024.

COLLOMOSSE, J. et al. Archangel: trusted archives of digital public documents. **ACM DocEng'18**, 2018. Disponível em: https://arxiv.org/pdf/1804.08342.pdf. Acesso em: 12 mai. 2024.

CUNHA, M. B. da; COSTA, M. M. Fontes de informação sobre Gestão de Dados de Pesquisa. **Informação & Sociedade**, v. 30, n. 4, p. 1-59, 2021. DOI: 10.22478/ufpb.1809-4783.2020v30n4.57183. Acesso em: 12 jun. 2024.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas. 2019. ISBN-10: 8597020571.

LEMIEUX, V. L.; HOFMAN, D.; BATISTA, D.; JOO, A. **Blockchain Technology and Recordkeeping**. Project Underwritten by: ARMA Canada Region. 2019. Disponível em: http://armaedfoundation.org/research-program_menu/research-reports/. Acesso em: 17 ago. 2024.

MAGALHÃES, L. E. R. **O trabalho científico: da pesquisa à monografia**. Curitiba: FESP, 2007.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisa-amostragens técnicas de pesquisa-elaboração, análise e interpretação de dados**. 8. ed. São Paulo: Atlas. 2017. ISBN-10: 8597012811.

NAKAMOTO, S. **Bitcoin: a peer-to-peer electronic cash system**. 2008. Cryptography Mailing list at https://bitcoin.org/bitcoin.pdf. Acesso em: 13 mai. 2024.

NARAYANAN, A. *et al*. **Bitcoin and Cryptocurrency Technologies. Princeton**. New Jersey: Princeton University Press, 2016. ISBN-10: 9781400884155. Acesso em: 13 mai. 2024.

NINGTIAS, A. D. et al. Enforcement of the Crime of Money Laundering in Digital Financial Transactions. **Jornal Independent**, v. 11, n. 2, p. 575-585, 2023. DOI: 10.30736/ji.v11i2.265. Acesso em: 13 mai. 2024.

PERSET, K. The economic and social role of Internet intermediaries. **OECD Digital Economy Papers**, n. 171, 2010. DOI: 10.1787/5kmh79zzs8vb-en. Acesso em: 13 maio 2024.

REIFF, N. **What Was the First Cryptocurrency?**. Investopedia, 23 jul. 2022. Disponível em: https://www.investopedia.com/tech/were-there-cryptocurrencies-bitcoin/. Acesso em: 10 jun. 2024.

RODRIGUES, M. M.; DIAS, G. A.; LOURENÇO, C. de A. Repositórios de dados científicos na América do Sul: uma análise da conformidade com os Princípios FAIR. **Em Questão**, v. 28, n. 2, p. 113057, 2022. DOI: 10.19132/1808-5245282.113057. Acesso em: 13 jun. 2024.

SCHWAB, K. **A quarta revolução industrial**. São Paulo: Edipro, 2018. ISBN-10: 857283978X.

SILVA, E. J.; FEGUEREDO, R. S. O impacto da tecnologia *blockchain* na gestão de negócios logísticos. **Revista Processando o Saber**, v. 15, n. 1, p. 278-288, 2023. Acesso em: 10 jun. 2024.

SILVA, M. M. da; DUFLOTH, S. C. Revolução científica? Reflexões para uma teoria crítica da ciência dos dados. **Anais do Workshop de Informação, Dados e Tecnologia – WIDaT**, v. 2, p. 4-11, 2018. DOI: 10.22477/ii.widat.152. Acesso em: 13 jun. 2024.

TAPSCOTT, D.; TAPSCOTT, A. **Blockchain Revolutio**n. New York: Penguin Books. 2017. ISBN-10: 0241237866.

UNITED ARAB EMIRATES (UAE). **Dubai Government**. Dubai Future Fondation (DFF). Disponível em: https://www.dubaifuture.ae/. Acesso em: 20 maio 2022.

DESAFIOS E ESTRATÉGIAS NA IMPLEMENTAÇÃO DAS RESOLUÇÕES Nº 52 E Nº 53 DO CONARQ: PRESERVAÇÃO DIGITAL E ARQUIVAMENTO DA WEB NO BRASIL

CHALLENGES AND STRATEGIES IN IMPLEMENTING CONARQ RESOLUTIONS Nº 52 AND Nº 53: DIGITAL PRESERVATION AND WEB ARCHIVING IN BRAZIL

Jonas Ferrigolo Melo
Universidade do Porto
Moisés Rockembach
Universidade de Coimbra

Resumo

A pesquisa aborda os desafios enfrentados pelas instituições públicas brasileiras na implementação das resoluções nº 52/2023 e 53/2023 do Conarq, que visam à preservação digital e ao arquivamento da web. O objetivo geral é identificar esses desafios e propor soluções práticas. A metodologia utilizada é exploratória e descritiva, baseada em revisão bibliográfica e documental, com análise qualitativa. A pesquisa identificou diversos desafios na implementação das resoluções, incluindo a complexidade técnica na captura e preservação de conteúdos digitais dinâmicos, a necessidade de infraestrutura tecnológica adequada, a falta de capacitação técnica das equipes envolvidas e a conscientização dos gestores sobre a importância do arquivamento digital. A capacitação contínua dos profissionais e a promoção da cooperação interinstitucional são destacadas como fatores críticos para o sucesso das iniciativas de preservação digital. As resoluções do Conarq representam um avanço significativo, mas sua implementação eficaz depende de abordagens integradas e estratégicas que enfatizem a cooperação, conformidade técnica e capacitação constante dos agentes envolvidos.

Palavras-Chave: Arquivamento da web; Preservação digital; Conarq.

Abstract

The research addresses the challenges Brazilian public institutions face in implementing Conarq resolutions nº 52 and nº 53, which aim at digital preservation and web archiving. The overall objective is to identify these challenges and propose practical solutions. The methodology is exploratory and descriptive, based on a bibliographic and documentary review, with qualitative analysis. The research identified several challenges in implementing the resolutions, including the technical complexity of capturing and preserving dynamic digital content, the need for adequate technological infrastructure, the lack of technical training for the involved teams, and the awareness of managers about the importance of digital archiving. Continuous training of professionals and promoting inter-institutional cooperation are highlighted as critical factors for the success of digital preservation initiatives. Conarq resolutions represent a significant advancement, but their effective implementation depends on integrated and strategic approaches emphasizing cooperation, technical compliance, and the agents' continuous training.

Keywords: Web archiving; Digital preservation; Conarq.

INTRODUÇÃO

A crescente integração da tecnologia nas nossas vidas não apenas redefine como interagimos com o mundo, mas também impulsiona inovações e cria novas oportunidades e desafios.. Tornar-se cada vez mais digital é uma realidade que tem influenciado profundamente a ciência, a economia e a vida cotidiana dos cidadãos (Gomes, 2022). Esse processo de transformação digital não apenas altera as competências e conhecimentos exigidos no ambiente de trabalho, mas também modifica a maneira como comunicamos e informamos, especialmente no que se refere à produção e gestão de documentos. A transição de registros em papel para documentos eletrônicos trouxe consigo desafios significativos para a infraestrutura de informação e práticas documentais (Wiehl, 2020; Silva, 2022). Nesse contexto, o arquivamento da web e a preservação digital emergem como áreas essenciais para garantir a continuidade e acessibilidade das informações na era digital, refletindo a necessidade de novas abordagens e tecnologias para enfrentar os desafios de uma sociedade cada vez mais digitalizada.

Confirmando essa tendência, o digital assume um papel preponderante na informação que é produzida, organizada, representada, armazenada e difundida. O termo "*prosumer*", introduzido em 1980 (Xie; Bagozzi; Troye, 2008; Fonseca et al., 2008; Islas-Carmona,

2008), descreve indivíduos que, utilizando websites, blogs, redes sociais digitais, canais de vídeo e plataformas de *streaming*, produzem informação ativa e autonomamente, sem a necessidade de intermediários (Fernández Marcial, 2018). A pesquisa TIC Domicílios 2023 (CGI.BR, 2023) destaca que 84% dos lares brasileiros têm acesso à internet, totalizando 156 milhões de usuários. Além disso, o Brasil conta com 152,4 milhões de usuários ativos nas redes sociais, correspondendo a 70,6% da população (Globalad, 2023). Esses dados sublinham a importância da preservação digital, pois o volume de informações geradas e compartilhadas é vasto e crescente, exigindo métodos eficazes para arquivamento da web e garantindo que esse patrimônio digital permaneça acessível no futuro.

Um estudo recente do *Pew Research Center* (Chapekis, et al., 2024) demonstrou a efemeridade do conteúdo online, revelando que um quarto das páginas web que existiam entre 2013 e 2023 não estão mais acessíveis como resultado da exclusão individual de páginas ou da inatividade de websites funcionais. Essa descoberta destaca os desafios enfrentados pela preservação e acessibilidade do conteúdo digital em um ambiente virtual em constante mudança.

Dentro desse contexto de crescente digitalização, surge a questão de investigação desta pesquisa: quais são os principais desafios enfrentados pelas instituições públicas na implementação das resoluções nº 52/2023 e nº 53/2023 do Conarq e como podem ser superados? O objetivo geral é identificar esses desafios e propor soluções práticas para superá-los. A pesquisa, de natureza básica e exploratória, adota uma abordagem descritiva, fundamentada na revisão bibliográfica e documental como procedimentos metodológicos, com análise qualitativa, a análise foi realizada a partir do texto das resoluções objeto desta investigação sem a intenção de ser uma pesquisa aplicada. Essa investigação se mostra fundamental para entender as barreiras enfrentadas pelas instituições públicas no que tange à preservação digital e ao arquivamento da web, e para desenvolver estratégias que garantam a eficácia e sustentabilidade dessas práticas no longo prazo.

TRANSFORMAÇÃO DIGITAL E O ARQUIVAMENTO DA WEB

A transição do físico para o digital transformou profundamente as práticas de comunicação e informação, exemplificada pela mudança de convites impressos para postagens em redes sociais e newsletters físicas para versões online. Esta nova realidade desafia a tecnologia a inovar e adaptar-se para estar presente em múltiplas plataformas simultaneamente. A gestão documental e os profissionais da informação enfrentam a tarefa de desenvolver e implementar estratégias eficazes para o arquivamento da web, garantindo a captura, armazenamento e preservação de conteúdos digitais. A crescente quantidade de dados gerados diariamente exige soluções escaláveis e novas competências para gerenciar e preservar o patrimônio digital de maneira eficiente

e segura, assegurando que informações relevantes permaneçam acessíveis e protegidas contra a obsolescência tecnológica.

Especificamente no contexto da área da informação e dos arquivos digitais, os avanços proporcionados pela tecnologia da informação e das comunicações (TIC) têm causado transformações significativas nas melhores práticas de gestão documental. Esses avanços otimizam o processo de tomada de decisão e atendem às crescentes demandas por busca, acesso, recuperação, apropriação, uso e disseminação da informação na Era Digital (Paletta; Silva, 2023). A contínua evolução tecnológica tem permitido que os cidadãos e instituições aproveitem melhor os benefícios do acesso à informação, especialmente nos campos acadêmico e técnico. Esse processo contínuo de mudanças facilita a criação, difusão e uso de informações, promovendo uma maior eficiência e eficácia na gestão de arquivos digitais (Paletta; Moreiro Gonzáles, 2020).

O arquivamento da web foi introduzido no Brasil em 2017 com a criação do Grupo de Pesquisa em Arquivamento Web e Preservação Digital (NUAWEB) na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Segundo Rockembach (2018), o arquivamento da web pode ser definido como um processo que envolve coletar, armazenar e disponibilizar informações da *World Wide Web* para futuros pesquisadores. Nos últimos anos, dezenas de iniciativas sobre arquivamento da web foram desenvolvidas no Brasil (Melo; Oliveira; Rockembach, 2023; Melo; Rockembach, 2021a; 2021b), levando a uma crescente preocupação com esses procedimentos. Essa preocupação tem sido objeto de análise do Conselho Nacional de Arquivos (Conarq), destacando a importância de estratégias eficazes para a preservação digital e o arquivamento da web como fundamentais para a continuidade e acessibilidade da informação digital no país.

Em 2023, o Conarq publicou a resolução nº 52/2023, que estabelece a Política de Preservação de Websites e Mídias Sociais no âmbito do Sistema Nacional de Arquivos (Sinar) e a resolução nº 53/2023, que define os requisitos mínimos de preservação para websites e mídias sociais no âmbito do Sinar. As resoluções do Conarq são consideradas normativas que orientam práticas no setor público e servem como referência para profissionais no setor privado. E, portanto, sua efetiva implantação depende das condições para implantação da gestão documental como um todo.

ESTRATÉGIAS PARA IMPLEMENTAÇÃO DAS RESOLUÇÕES 52 E 53

Este artigo visa explorar os desafios e oportunidades envolvidos na implementação das resoluções 52/2023 e 53/2023 do Conarq no contexto do arquivamento da web e preservação digital. Reconhecemos que há limitações significativas, como a necessidade de estudos mais aprofundados sobre as condições específicas das equipes, infraestrutura tecnológica disponível e recursos financeiros destinados a projetos de preservação de longo prazo em instituições públicas brasileiras. Essas considerações são essenciais para entender

melhor as capacidades e limitações das instituições envolvidas nesse processo crucial de preservação digital. No entanto, mesmo diante dessas limitações, foi possível identificar questões cruciais que merecem atenção e análise detalhada ao longo deste estudo.

É fundamental estabelecer uma estratégia nacional consolidada para o arquivamento da web, considerando a necessidade premente de preservar o patrimônio digital brasileiro. Para tanto, é necessário superar diversos obstáculos técnicos, como as dificuldades na captura abrangente e na constante atualização tecnológica das plataformas online. A estrutura de plataformização, comum nas redes sociais e outros serviços digitais, representa um desafio adicional significativo, pois dificulta a captura e preservação de conteúdos de forma sistemática e integral. Como destacado por Brügger (2005) e Masanès (2006), o arquivamento da web emerge como uma estratégia crucial para neutralizar essas características da rede e assegurar o acesso contínuo e a longo prazo às informações essenciais da web.

As resoluções 52/2023 e 53/2023 do Conarq representam um avanço significativo na direção da preservação digital no Brasil. A resolução Conarq nº 52, de 25 de agosto de 2023, estabelece a Política de Preservação de Websites e Mídias Sociais dentro do Sistema Nacional de Arquivos (Sinar). Por sua vez, a resolução Conarq nº 53, também de 25 de agosto de 2023, define requisitos mínimos de preservação específicos para websites e mídias sociais, estabelecendo diretrizes fundamentais para as instituições públicas nacionais. Essas resoluções são passos essenciais para enfrentar os desafios técnicos e estruturais mencionados anteriormente, assegurando a integridade e acessibilidade dos registros digitais brasileiros ao longo do tempo.

Apesar de ter iniciado posteriormente em relação a iniciativas como o Internet Archive, que começou em 1996, e o Consórcio Internacional de Preservação da Web, estabelecido em 2003, o Brasil também vem se destacando por, desde 2023, ter uma regulamentação do arquivamento da web, proporcionando uma base de segurança para instituições interessadas em preservar o conteúdo digital.

Analisando as duas resoluções recentemente publicadas, e iniciando pela Resolução nº 52/2023, é possível identificar que alguns desafios em sua implementação pelas instituições públicas. Primeiramente, destaca-se a complexidade técnica e operacional envolvida na captura, armazenamento e manutenção de conteúdos dinâmicos da web, exigindo recursos financeiros, humanos e tecnológicos para garantir a preservação adequada ao longo do tempo. Questões relacionadas aos procedimentos de curadoria avaliação (Post, 2017) e a definição de metadados (Formenton; Gracioso, 2022) são fundamentais neste processo. Além disso, a conformidade com padrões internacionais de arquivamento da web (Terrada, 2022) e a necessidade de capacitação contínua dos profissionais são essenciais para assegurar a eficácia e a sustentabilidade dessa política.

A implementação da Resolução nº 53/2023, também contém desafios significativos. Segundo este documento, as etapas da preservação dos websites envolvem a seleção, definição de metadados, captura, controle de qualidade, armazenamento e acesso. Um dos principais obstáculos reside na diversidade e complexidade dos formatos digitais dessas plataformas, que incluem conteúdo dinâmico e distintas formas de apresentação. Websites governamentais, de notícias, e redes sociais possuem estruturas variadas, demandando abordagens técnicas e flexíveis para assegurar uma captura mais precisa desses elementos. Além disso, a transitoriedade dos conteúdos digitais e a rápida obsolescência tecnológica exacerbam as dificuldades de preservação a longo prazo. Definir claramente o escopo do arquivo web e priorizar a preservação dos elementos mais relevantes, assim como a arquivabilidade dos websites (Melo; Rockembach, 2020), são passos essenciais, enquanto a colaboração entre instituições e parcerias técnicas podem otimizar recursos e compartilhar conhecimentos (Melo, Oliveira; Rockembach, 2023).

Para superar esses desafios, é fundamental que as instituições públicas integrem esforços em rede e promovam uma cooperação eficaz entre os diversos órgãos do Sinar. A colaboração facilitaria a obtenção de recursos financeiros e tecnológicos necessários, além de possibilitar o compartilhamento de boas práticas e conhecimentos especializados. Ademais, a adoção de tecnologias baseadas em padrões abertos e a priorização de sistemas interoperáveis reduziriam a dependência de plataformas proprietárias, promovendo a sustentabilidade dos investimentos a longo prazo (Rockembach; Pavão, 2018). A superação dos desafios na implementação das resoluções demandam uma abordagem integrada e estratégica, que enfatize a cooperação, a conformidade técnica e a capacitação contínua dos agentes envolvidos.

A implementação eficaz do arquivamento da web envolve por exemplo questões relacionadas ao conhecimento e capacitação das equipes envolvidas (Nunes; Rockembach, 2021; Rockembach; Pavão, 2024). Em muitos casos, há uma lacuna crítica na compreensão das tecnologias necessárias para capturar e preservar conteúdos web de forma abrangente e precisa. Além disso, a rápida evolução das tecnologias web e das plataformas digitais requer um constante processo de atualização e aprendizado por parte dos profissionais envolvidos.

A infraestrutura também se apresenta como um grande desafio. Para realizar o arquivamento da web de maneira eficiente, é essencial dispor de recursos tecnológicos adequados. Muitas instituições públicas enfrentam limitações orçamentárias e técnicas para adquirir e manter infraestruturas adequadas, o que pode comprometer a eficácia e a continuidade dos programas de preservação digital a longo prazo.

Além dos aspectos técnicos e estruturais, a conscientização e o engajamento dos gestores são fundamentais para o sucesso do arquivamento da web. Muitos gestores ainda

não compreendem totalmente a importância estratégica do arquivamento da web, seja por questões históricas, científicas, jurídicas ou culturais. Portanto, é essencial promover uma maior sensibilização entre os líderes institucionais sobre os benefícios de uma política de arquivamento da web bem estruturada, que não apenas protege o patrimônio digital, mas também fortalece a transparência, *accountability* e acessibilidade da informação pública no contexto digital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A implementação das Resoluções nº 52/2023 e nº 53/2023 do Conarq para o arquivamento da web e preservação digital exige abordagens estratégicas e integradas. A Resolução nº 52 estabelece a Política de Preservação de Websites e Mídias Sociais, promovendo a necessidade de capturar e preservar conteúdos digitais de forma abrangente e acessível. A diversidade e dinamicidade das plataformas digitais, juntamente com a rápida obsolescência tecnológica, destacam a importância de infraestruturas flexíveis e atualizadas para garantir a eficácia contínua desse processo. Além disso, a Resolução nº 53 define requisitos mínimos para a preservação de websites e mídias sociais, apresentando questões como a complexidade dos formatos digitais e a necessidade de interoperabilidade entre sistemas. Para superar esses desafios, é essencial fortalecer a capacitação técnica das equipes, investir em infraestrutura adequada e promover a conscientização sobre a importância estratégica do arquivamento da web.

A capacitação técnica das equipes encarregadas do arquivamento da web emerge como um fator crítico para o sucesso das iniciativas de preservação digital. A falta de treinamento especializado em metodologias de captura web, padrões de metadados e práticas de preservação pode comprometer a integridade e a acessibilidade dos registros digitais ao longo do tempo. Ademais, a infraestrutura tecnológica adequada representa um ponto significativo para muitas instituições públicas, que enfrentam limitações orçamentárias e técnicas para adquirir e manter sistemas e software. Além dos aspectos técnicos, a conscientização e o engajamento dos gestores são essenciais para assegurar o apoio contínuo e o investimento necessário nessas iniciativas. A promoção de estudos e pesquisas aplicadas no âmbito das funções arquivísticas também se faz necessário para que se possa inserir o arquivamento da web no escopo das atividades dos arquivos e dos arquivistas.

Esta pesquisa foi pautada na revisão de literatura e pesquisa documental como procedimento metodológico e, portanto, é necessário seu aprofundamento em estudos de caso. Essa limitação da pesquisa representa também uma oportunidade para investigações futuras, que serão realizadas quando houver notícias de que alguma instituição pública esteja implantando as resoluções.

Por fim, é fundamental o estabelecimento de uma estratégia nacional consolidada para o arquivamento da web no intuito de unificar os agentes envolvidos na preservação destes conteúdos na formação de uma rede de disseminação de conhecimento. A promoção de uma compreensão mais ampla dos benefícios estratégicos do arquivamento da web não apenas fortalece a transparência e a accountability, mas também garante a preservação do patrimônio digital brasileiro.

REFERÊNCIAS

BRÜGGER, Niel. **Archiving Websites:** General Considerations and Strategies. Denmark: The Centre for Internet Research, 2005.

CGI.br. **Website** [*online*], 2023. Pesquisa TIC Domicílios 2023 - Individuos. Disponível em: https://cetic.br/pt/pesquisa/domicilios/indicadores. Acesso em: 12 jun. 2024.

CHAPEKIS, Athena et al. When Online Content Disappears. 2024. Disponível em: <https://www.pewresearch.org/data-labs/2024/05/17/when-online-content-disappears/. Acesso em: 17 jun. 2024.

FERNÁNDEZ MARCIAL, V. Comportamiento informacional: nuevos escenarios, nuevos desafíos. **Páginas a&b**, Porto, s. 3, n. especial, p. 3-16, 2018. Disponível em: http://ojs.letras.up.pt/index.php/paginasaeb/article/view/3952/3699. Acesso em: 1 jun. 2024.

FONSECA, M. A.; FONSECA, M. J.; GONÇALVES, M. A.; OLIVEIRA, M. O. R. D.; TINOCO, M. A. C. Tendências sobre as comunidades virtuais na perspectiva dos prosumers. In: Encontro de Marketing da Anpad, 3, 2008, Curitiba. **Anais...** Curitiba: Anpad, 2008.

FORMENTON, Danilo; GRACIOSO, Luciana de Souza. Padrões de metadados no arquivamento da Web: recursos tecnológicos para a garantia da preservação digital de websites arquivados. **RDBCI**: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação, v. 20, p. 1-28, 2022.

GLOBALAD. **Website** [*online*], 2023. Digital Brazil 2023: report anual de plataformas digitais.

GOMES, Daniel, et al. Web archives as research infrastructure for digital societies: the case study of Arquivo.pt. **Archeion**, 2022 (123), p. 46-85.

ISLAS-CARMONA, J. O. El prosumidor. El actor comunicativo de la sociedad de la ubicuidad. **Palabra Clave**, v. 11, n. 1, p. 29-39, 2008.

MASANÈS, Julien. **Web Archiving**. Paris, FRA: Springer-Verlag Berlin Heidelberg, 2006.

MELO, J. F.; OLIVEIRA, C. de; ROCKEMBACH, M.. História do arquivamento da web no Brasil: um percurso entre a academia, o legislativo e executivo brasileiro. In: Simpósio da História dos Arquivos e da Arquivologia, **Anais...** Niteroi, RJ, 2023. https://doi.org/10.31235/osf.io/u4ydh.

MELO, J. F.; ROCKEMBACH, M. Arquivabilidade de websites para preservação digital: estudo a partir da área da saúde. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**, [S. l.], v. 14, n. 3, 2020. DOI: 10.29397/reciis.v14i3.2116.

MELO, J. F.; ROCKEMBACH, M. International Initiatives and Advances in Brazil for Government Web Archiving. In: International Conference on Data and Information in Online, **Anais...**: Springer International Publishing, 2021a. p. 83-95.

MELO, J. F.; ROCKEMBACH, M. Panorama das ações de arquivamento da web governamental no brasil e no mundo. In: XXI Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação, **Anais...** Rio de Janeiro, RJ, 2021b.

MELO, J. F.; ROCKEMBACH, M. Explorando intersecções entre Arquivamento da Web e Organização do Conhecimento. In: VI Congresso ISKO Espanha-Portugal (16º ISKO Espanha), **Anais...** Facultad de Ciencias de la Documentacion, Madri, 2023.

NUNES, L. A. N. de O.; ROCKEMBACH, M. Análise de conteúdo de termos de uso e políticas de privacidade de arquivos da web. Fórum de Estudos em Informação, Sociedade e Ciência (4.: 2021: Porto Alegre, RS). **Resumos** [recurso eletrônico]. Porto Alegre, RS: UFRGS/PPGCIN, 2021.

PALETTA, Francisco Carlos; MOREIRO GONZÁLEZ, José Antonio. O reflexo da transformação digital nas atividades e conhecimentos requeridos nos concursos públicos para profissionais da Informação no Brasil. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 30, n. 2, p. 1-30, abr./jun. 2020.

PALETTA, Francisco Carlos; SILVA, Armando Malheiro da; OHMAYE, Helio. Tecnologia e organização da informação VII TOI 2021-transformação digital: contribuições da Ciência da Informação, **Anais...** São Paulo, 2023.

POST, Colin. Building a living, breathing archive: a review of appraisal theories and approaches for web archives. Preservation, **Digital Technology & Culture**, v. 46, n. 2, p. 69-77, 2017.

ROCKEMBACH, M. Arquivamento da web: estudos de caso internacionais e o caso brasileiro. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, SP, v. 16, n. 1, p. 7-24, 2018.

ROCKEMBACH, M.; PAVÃO, C. M. G. Políticas e tecnologias de preservação digital no arquivamento da web. **Revista Ibero-americana de Ciência da Informação**, Brasília: UnB. v. 11, n. 1, 2018, p. 168-182, 2018.

ROCKEMBACH, M.; PAVÃO, C. M. G. **Arquivamento da web e preservação digital**. São Paulo: Ed. Pimenta Cultural, 2024.

SILVA, Eduardo. Digital transformation and knowledge management: relationships in scientific production. **Advanced Notes in Information Science**, 2022, 2: 43-52.

TERRADA, Gabriela Ayres Ferreira. Preservação digital da web: uma reflexão sobre políticas e práticas. Niterói, 2022. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Instituto de Arte e Comunicação Social. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2022.

XIE, Chunyan; BAGOZZI, Richard P.; TROYE, Sigurd V. Trying to prosume: toward a theory of consumers as co-creators of value. **Journal of the Academy of marketing Science**, 2008, 36: 109-122.

WIEHL, Anna. Digital transformation of doing documentary: Committed documentary and the knitting of networks of co-creation. **Catalan journal of communication & cultural studies**, 2020, 12.2: 181-196.

MODELO HIPÁTIA: INTEGRAÇÃO COM O *SOFTWARE* DSPACE

HYPATIA MODEL: INTEGRATION WITH DSPACE SOFTWARE

Alexandre Faria de Oliveira
Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia

Raul Carlos Neres
Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia

Marilete da Silva Pereira
Universidade de Brasília
Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia

Resumo

A salvaguarda de conteúdos digitais em repositórios brasileiros enfrenta diversos obstáculos que comprometem a manutenção do acesso contínuo e protegido a dados e documentos digitais ao decorrer do tempo. Esses obstáculos são variados e abrangem dimensões financeiras, tecnológicas, legais e culturais. Neste contexto, este trabalho propõe uma alternativa inovadora para a conservação digital de documentos armazenados em sistemas de informação que utilizam o *DSpace*, por meio da integração com o modelo Hipátia. Para atingir tal finalidade, a pesquisa adota métodos computacionais aplicados, com ênfase em inovação e solução de problemas.Os resultados deste estudo demonstram as configurações e adaptações necessárias no Modelo Hipátia para viabilizar a integração com software *DSpace* por meio do protocolo *Open Archives Initiative - Object Reuse and Exchange.*

Palavras-Chave: Modelo Hipátia; OAI-ORE; *DSpace*; Interoperabilidade. Preservação digital.

Abstract

The safeguarding of digital content in Brazilian repositories faces various obstacles that compromise the maintenance of continuous and secure access to digital data and documents over time. These obstacles are diverse and encompass financial, technological, legal, and cultural dimensions. In this context, this work proposes an innovative alternative for the digital preservation of documents stored in information systems that use DSpace, through integration with the Hipátia model. To achieve this goal, the research adopts applied computational methods, with an emphasis on innovation and problem-solving.The results of this study demonstrate the necessary configurations and adaptations in the Hypatia Model to enable integration with DSpace software through the Open Archives Initiative - Object Reuse and Exchange protocol.

Keywords: Hypatia Model; OAI-ORE; DSpace; Interoperability; Digital preservation.

INTRODUÇÃO

Atualmente, vivemos em um ambiente cada vez mais tecnológico, caracterizado pela produção, armazenamento e compartilhamento massivo de dados e informações em formato eletrônico. As organizações, independentemente de seu setor de atuação, enfrentam o desafio de lidar com uma verdadeira avalanche de informações digitais.

Para alguns pesquisadores, esse desafio se torna ainda mais complexo devido à natureza sensível e valiosa das informações geradas. Essas informações incluem pesquisas científicas, dados experimentais, relatórios técnicos e documentos científicos, que são fundamentais para o avanço do conhecimento e da inovação tecnológica.

A preservação digital desses arquivos é essencial para garantir que as descobertas e os dados científicos permaneçam acessíveis e utilizáveis a longo prazo. Isso envolve a implementação de estratégias de arquivamento e *backup*, bem como a utilização de formatos de arquivo que assegurem a integridade e a legibilidade dos dados a longo prazo.

Desde a sua criação, o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict) tem a missão de organizar e promover a disseminação da produção científica brasileira. Uma de suas principais responsabilidades é a preservação dessa informação em formato digital, uma tarefa especialmente relevante no atual cenário permeado pelas tecnologias.

Em 2018, a parceria estabelecida entre o Ibict e o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT) resultou na criação do Modelo Hipátia, destinado à

preservação digital, foi cuidadosamente desenhado não apenas para atender às diretrizes das normativas atuais, mas também para garantir a interoperabilidade entre diferentes sistemas de informação. Além de ter como objetivo principal facilitar uma implementação eficiente e segura de Repositórios Arquivísticos Digitais Confiáveis (RDC-Arq), promovendo assim a preservação e o acesso confiável à informação digital (Braga; Márdero Arellano, 2022).

Estudos mais recentes sobre a capacidade de interoperabilidade do Modelo Hipátia em integrar qualquer sistema produtor vêm sendo realizados pelo Ibict, baseando-se em conceitos, paradigmas e técnicas de integração sistêmica, Shintaku *et al.* (2023) apresentaram, de forma detalhada, as modificações requeridas no software *DSpace* para habilitar o uso do protocolo *Open Archives Initiative - Object Reuse and Exchange* (OAI-ORE), visando a integração efetiva com o Modelo Hipátia.

Diante do exposto, este estudo objetiva apresentar a discussão sobre integração do Modelo Hipátia com o *software DSpace*.

SOFTWARE DSPACE E PROTOCOLO OAI-ORE

O *DSpace* é um software livre, de código aberto, desenvolvido originalmente para a Biblioteca do *Massachusetts Institute of Technology (MIT) pela Hewlett Packard (HP). O DSpace adota o Protocolo de Metadados de Iniciativa* de Arquivos Abertos (OAI-PMH), que permite a coleta de metadados de seus repositórios por serviços agregadores e motores de busca, facilitando a visibilidade e acessibilidade do conteúdo digital (Silveira *et al.*, 2018; Van de Sompel; Lagoze, 2009).

Os autores Pereira e Da Silva (2020) dividem as principais características do *DSpace* em dois grupos, conforme descrito no Quadro 1.

Quadro 1 - Características do DSpace

IMPORTANTES/ESSENCIAIS	COMPLEMENTARES/MARGINAIS
Serviço de padrão internacional que garante acesso ao conteúdo digital de forma perpétua	Interfaces de usuário personalizáveis;
Design de arquitetura modular voltada ao acesso aberto, permitindo a criação de grandes repositórios	Recursos eficientes para armazenamento, preservação e disseminação de registros com sistemas de busca e visualização
Habilidades para trabalhar em redes e em ambientes web, com links permanentes, segurança e autenticação	Consistem em metadados e objetos digitais que compõem uma coleção.
Opções de recuperação de informação, mediante a implementação de padrões de metadados como o *Dublin Core* com interoperabilidade, via protocolos como OAI-PMH	Organização de dados de forma que reflita a estrutura organizacional da Instituição, através do sistema de comunidades/coleções.

Importação e exportação de registros baseados em *Extended Markup Language* (XML)	-
Armazenamento de diferentes tipos de arquivos e formatos, tanto de imagem, quanto de vídeo e texto, inclusive na íntegra (completo).	-

Fonte: Elaborado pelos autores com base em Pereira; Da Silva, 2020; Muñoz; Restrepo, 2016; Meirelles; Palacios, 2011.

Ademais, o *DSpace* também utiliza a implementação do OAI-ORE permite a descrição e intercâmbio de recursos agregados na web, melhorando a integração com outros sistemas e serviços digitais. O OAI-ORE é baseado em várias tecnologias e conceitos fundamentais que permitem a interoperabilidade e a reutilização de recursos digitais. De acordo com Lagoze *et al.* (2008, p.2), o " [...] OAI-ORE explora a arquitetura da web e os princípios do *Linked Data* para criar uma infraestrutura que permita a descrição e a troca de agregações de recursos". Nesse contexto, a arquitetura da web é a base sobre a qual o OAI-ORE é construído. O uso de *Uniform Resource Identifiers* (URIs) para identificar recursos e *Hypertext Transfer Protocol* (HTTP) para a transferência de dados são princípios fundamentais que garantem a interoperabilidade. Como Berners-Lee *et al.* (2006, p.5) afirmam, "a arquitetura da web permite a integração de informações de maneira global e escalável".

O protocolo OAI-ORE permite recuperar metadados de itens, coleções e comunidades no *DSpace*. Para isso, basta enviar uma requisição *getRecord* com o identificador do recurso desejado e o formato de metadados desejado (ex: XML). O *DSpace* então responde com os metadados nesse formato, além dos próprios objetos digitais, se solicitados. A especificação do formato de saída e, principalmente, o fornecimento do identificador correto são essenciais para o sucesso da requisição. A estrutura hierárquica do *DSpace* é representada no quadro 2.

Quadro 2 - Estrutura hierárquica do Dspace

ESTRUTURA	DESCRIÇÃO
Comunidades	Representam grandes temas ou áreas de conhecimento.
Coleções	São conjuntos de documentos pertencentes a uma.
Itens	Consistem em metadados e objetos digitais que compõem uma coleção.

Fonte: Da pesquisa, 2024.

Para assegurar a preservação adequada desses elementos, é fundamental que o sistema ofereça opções flexíveis de preservação, permitindo:

- Preservar uma comunidade inteira, incluindo suas subcomunidades, coleções e itens.

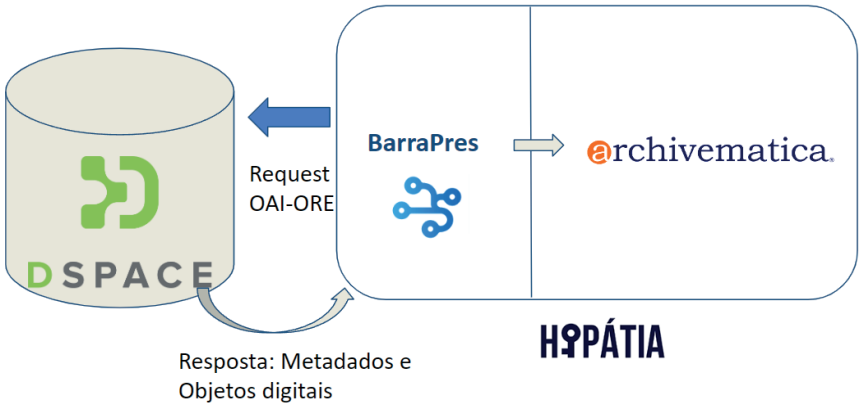
- Preservar uma coleção específica com todos os seus itens.

- Preservar um único item individualmente.

Essa granularidade nas opções de preservação garante que os administradores possam adequar as estratégias de preservação de acordo com as necessidades específicas de cada nível da hierarquia do *DSpace*.

Nesse contexto, conforme ilustrado na Figura 1, o processo começa no *DSpace* com a indicação do desejo de preservar um determinado elemento ou conjunto de objetos. Em seguida, o processo é iniciado também no Hipátia. Essa interação é essencial para sincronizar as duas ferramentas e permitir o início da transferência dos itens entre elas.

Figura 1 - Integração Modelo Hipátia - DSpace

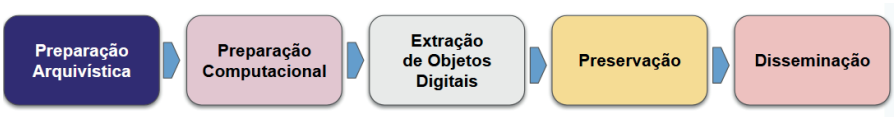


Fonte: Elaborada pelos autores, 2024.

Para iniciar o processo de preservação, o Hipátia envia uma requisição ao *DSpace* solicitando o identificador do elemento a ser preservado. O *DSpace*, então, retorna o identificador ao Hipátia. Com o identificador em mãos, o Hipátia envia uma nova requisição, desta vez utilizando o protocolo OAI-ORE com o verbo *"getRecord"*, para obter os itens a serem preservados. O *DSpace* responde com os itens solicitados, e estes seguem as fases de preservação digital do Modelo Hipátia.

Segundo Braga(2022), o modelo Hipátia de preservação digital é organizado em cinco fases distintas: preparação arquivística, preparação computacional, extração de objetos digitais, preservação e disseminação (Figura 2).

Figura 2 - Etapas do Modelo Hipátia



Fonte: Adaptado de Braga, 2022.

A fase inicial e fundamental do modelo Hipátia é a preparação arquivística, que estabelece as diretrizes norteadoras para todo o processo subsequente. Esta etapa crucial envolve uma análise minuciosa do ambiente a ser preservado, visando identificar todos os objetos digitais que comporão os pacotes destinados à preservação futura. O arquivista desempenha um papel essencial nesta etapa, utilizando seu conhecimento especializado para assegurar que todos os aspectos relevantes sejam considerados. Suas decisões são baseadas em sólidos princípios arquivísticos e no arcabouço legal brasileiro, garantindo a conservação adequada, o acesso e a utilização eficaz do patrimônio documental.

De fato, as decisões tomadas durante esta etapa têm um impacto direto e significativo em todas as fases subsequentes do processo. Assim, a preparação arquivística serve como alicerce para todo o fluxo do modelo Hipátia, influenciando diretamente a eficácia e a eficiência das etapas posteriores. Sua execução meticulosa é essencial para garantir uma preservação digital bem-sucedida e duradoura.

É importante destacar que o Modelo Hipátia assegura a cadeia de custódia ao seguir rigorosamente todas as diretrizes arquivísticas, desde a fase de preparação até a disseminação da informação, por meio de um fluxo totalmente informatizado. Além disso, o Hipátia, em sua concepção, baseou-se no modelo *Open Archival Information System* (OAIS[1]) de preservação digital, que oferece uma estrutura abrangente para a gestão e preservação de arquivos digitais, garantindo que eles permaneçam acessíveis e compreensíveis no futuro.

METODOLOGIA

A pesquisa apresenta características práticas, com aspectos que se assemelham aos tratados na ciência da computação. De acordo com Wazlawick (2009), há estudos que se concentram em apresentar inovações na resolução de problemas. Esses estudos investigam novas abordagens e metodologias que possam proporcionar soluções mais eficientes e eficazes para os desafios existentes. A criatividade e a aplicação de conhecimentos interdisciplinares são enfatizadas para desenvolver tecnologias e processos que não apenas solucionem problemas de maneira inovadora, mas também contribuam para o avanço do campo em questão. O autor argumenta, em grande medida, que essas pesquisas são

1 Modelo de referência criado pela *Consultative Committee for Space Data Systems* para padronizar atividades de preservação digital (De Souza *et al.*, 2012).

conduzidas em áreas emergentes e esses esforços são essenciais para promover o progresso e a adaptação contínua às mudanças e demandas emergentes na sociedade.

Dessa maneira, este estudo apresenta a discussão de propostas para integrar o Modelo Hipátia ao software *DSpace*, visando a preservação digital dos objetos digitais armazenados no *DSpace*. Em seguida, é apresentada uma automatização computacional seguindo todas as etapas previstas no Modelo Hipátia, que almeja averiguar como preparar o modelo Hipátia para realizar a coleta, empacotamento, preservação e disseminação dos objetos digitais do *DSpace* e inferir se é possível, através do protocolo OAI-ORE, a integrar do Modelo Hipátia ao *DSpace* para a preservação digital de metadados e objetos digitais.

Nesse sentido, O estudo foi dividido em quatro etapas:

1. Iniciou-se com a etapa de preparação do ambiente computacional, por meio da instalação dos *softwares* utilizados pelo Modelo Hipátia (BarraPres, *Archivematica* e *AtoM*).

2. Posteriormente realizou-se estudos de integração com o protocolo OAI-ORE/OAI-PMH, permitindo a criação de agregações que podem incluir diversos tipos de objetos digitais, como documentos, imagens, vídeos e metadados.

3. Em seguida, foram realizados estudos sobre os padrões de metadados para descrever e organizar os itens que serão preservados.

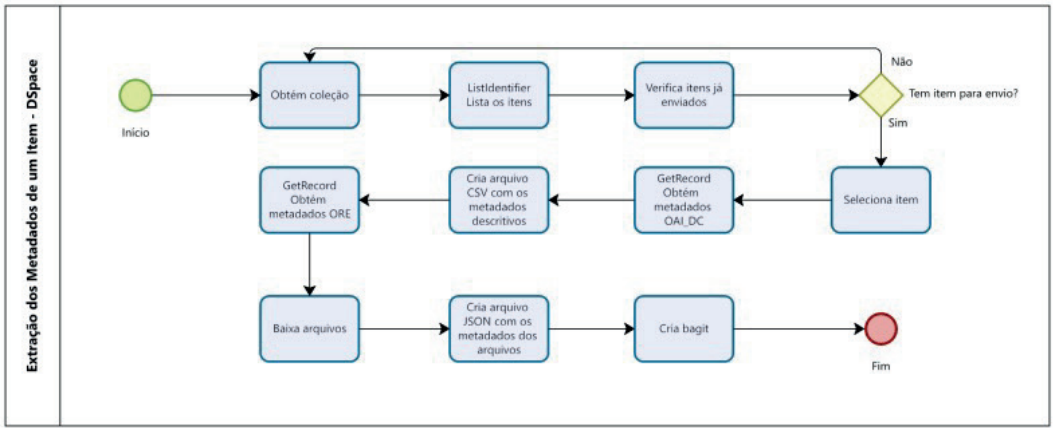
4. Logo após, os resultados das etapas 2 e 3 foram aplicados ao contexto da pesquisa.

Ressalta-se que para viabilizar essa integração, foi necessário conduzir estudos focados nos padrões de metadados utilizados no *DSpace*, bem como ajustes na camada informatizada do Modelo Hipátia. As modificações implementadas no modelo foram cuidadosamente realizadas em estrita conformidade com os princípios arquivísticos de preservação digital, assegurando a integridade da cadeia de custódia.

RESULTADOS

Os resultados deste estudo demonstram as configurações e adaptações necessárias no Modelo Hipátia para viabilizar a utilização do protocolo nativo OAI-ORE do *DSpace*, com intuito de coletar, empacotar, preservar e disseminar os objetos digitais. Diante disso, apresenta-se o fluxo do mecanismo de extração dos metadados para preservação, ilustrado na Figura 3.

Figura 3 - Fluxo do processo de extração dos metadados de um item e de seus arquivos do DSpace



Fonte: Elaborado pelos autores, 2024.

Ademais, elencam-se as seguintes atividades realizadas no âmbito desse processo.

1. Realização de uma consulta em *link* onde estão dispostas as coleções que terão seus itens preservados e uma coleção é selecionada;
2. Os itens da coleção são listados através do verbo "*ListIdentifiers*" e dos parâmetros "*MetadataFormats*" e "*set*". Para esse tipo de consulta o formato utilizado foi o "OAI_DC";
3. Verificação no banco do barramento os itens já preservados e então obtido o identificador do próximo item. Para o caso de coleções com todos os itens preservados é iniciado o mesmo processo com outra coleção;
4. Outra requisição é realizada, através do verbo "*GetRecord*" e dos parâmetros "*MetadataFormats*" e "*identifier*", buscando os metadados descritivos do item selecionado. Novamente, para esse tipo de consulta o formato utilizado foi o "OAI_DC";
5. Após a extração dos metadados no padrão Dublin Core, com o mesmo verbo e parâmetros da última consulta, porém com formato "ORE" definido no "MetadataFormats", os arquivos do item são baixados, bem como seus dados extraídos.

Conforme demonstrado na Figura 3, com os metadados OAI_DC é gerado o arquivo "*metadatas.csv*" e com os ORE, além do download dos arquivos do item, é criado o arquivo

"*ore.json*". Assim, o pacote bagit é gerado e compactado no formato zip, o processo de extração é finalizado e o próximo passo é o envio para o Archivematica.

É importante salientar também, que conforme descrito na atividade 1, o barramento arquivístico foi desenvolvido de modo a possibilitar o filtro das coleções/itens que irão ou não para o ambiente de preservação digital ou a depender da regra de seu usuário o envio total da base contida no *DSpace*.

A adoção do modelo Hipátia envolveu várias etapas críticas, incluindo a avaliação inicial das coleções, a análise dos tipos documentais do repositório e o estudo aprofundado dos metadados de preservação possíveis presentes no *DSpace*. Cada uma dessas etapas foi cuidadosamente planejada e executada para garantir a integridade e a acessibilidade dos acervos a longo prazo. Como resultado prático, foi possível implementar integralmente todo o fluxo de preservação delineado no modelo Hipátia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em conclusão, os ajustes realizados no Modelo Hipátia para suportar o protocolo OAI-ORE do *DSpace* representam um avanço significativo na integração de repositórios digitais no Brasil. Essa integração simplificada, utilizando um protocolo nativo, contribui para a disseminação e adoção de práticas de preservação digital de longo prazo, essenciais para garantir a disponibilidade e o acesso contínuo aos recursos digitais armazenados em repositórios como o *DSpace*.

O OAI-ORE é um padrão flexível que facilita a interoperabilidade e a reutilização de recursos digitais na web. Ao ser adotado, o protocolo oferece uma infraestrutura poderosa para a descrição e a troca de agregações de recursos e resulta no desempenho de um papel crucial na promoção da descoberta e reutilização de informações digitais.

A principal contribuição deste trabalho é a simplificação do processo de integração de ferramentas ao Modelo Hipátia, por meio do uso de um protocolo já incorporado ao *DSpace*. Essa abordagem facilita a adoção do Modelo Hipátia por instituições que já utilizam o *DSpace* como repositório digital, uma vez que não requer a implementação de protocolos adicionais ou extensas modificações no sistema.

REFERÊNCIAS

BERNERS-LEE, Tim et al. Creating a Science of the Web. **Science**, v. 313, n. 5788, p. 769-771, 2006. Disponível em: DOI: 10.1126/science.1126902. Acesso em 11 jun. 2024.

BRAGA, T. E. N. O modelo Hipátia: a proposta do Ibict para a preservação digital arquivística. In: BRAGA, T. E. N.; MÁRDERO ARELLANO, M. Á. (org.). **Hipátia: modelo de preservação para repositórios arquivísticos digitais confiáveis**. Brasília: Ibict, 2022. p. 52-65. (Informação, Tecnologia e Inovação, v. 1). DOI 10.22477/9786589167501.cap4. Disponível em: http://labcotec.ibict.br/omp/index.php/edcotec/catalog/view/livrohipatia/136/943. Acesso em: 17 jun. 2024.

BRAGA, T. E. N.; MÁRDERO ARELLANO, M. Á. **Hipátia: modelo de preservação para repositórios arquivísticos digitais confiáveis**. Brasília, DF: Ibict, 2022. Disponível em:http://labcotec.ibict.br/omp/index.php/edcotec/catalog/view/livrohipatia/136/943. Acesso em: 18 jun. 2024.

DE SOUZA, A. H. L. R. et al. O modelo de referência OAIS e a preservação digital distribuída. **Ciência da Informação**, v. 41, n. 1, 2012. Disponível em: https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1352. Acesso em: 15 jun. 2024.

LAGOZE, C. *et al*. Open Archives Initiative Object Reuse and Exchange (OAI-ORE). **Open Archives Initiative**, 2008.

MUNÕZ, W. C.; RESTREPO, M. C. Los repositorios como herramienta para la recuperación del patrimonio bibliográfico: El caso de seis bibliotecas públicas municipales del departamento de Antioquia. **Revista Interamericana de Bibliotecología**, Medellin, v. 39, n. 1, p. 57-68, 2016. Disponível em: https://aprendeenlinea.udea.edu.co/revistas/index.php/RIB/article/vi ew/25424/20984. Acesso em: 06 nov. 2019.

SHINTAKU, M. et al. Uso do protocolo de interoperabilidade OAI-ORE para preservação digital. **Revista Brasileira de Preservação Digital**, Campinas, SP, v. 4, n. 00, p. e023012, 2023. DOI: 10.20396/rebpred.v4i00.17992. Disponível em: https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/rebpred/article/view/17992. Acesso em: 17 jun. 2024.

SILVEIRA, Lucas Ângelo et al. **Guia para a Integração do** DSpace **com o TemaTres**. Brasília, DF: Ibict, 2020. Disponível em: https://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/1118/1/SILVEIRA_GOMES_MENESES_SHINTAKU_%20Integra%c3%a7%c3%a3oDspaceETematres_2020.pdf. Acesso em 10 jun. 2024.

PEREIRA, M. S; DA SILVA, M. B. Software DSpace: um extrato de características que viabilizam a implementação de repositórios institucionais. **ConCI**: Convergências em Ciência da Informação, v. 3, n. 3, p. 106-127, 2020. Disponível em: https://ufs.emnuvens.com.br/conci/article/view/14974. Acesso em: 13 ago. 2024.

ROSA, F. G. M. G.; MEIRELLES, R. F.; PALACIOS, M. Repositório institucional da Universidade Federal da Bahia: implantação e acompanhamento. **Informação & Sociedade**: Estudos, João Pessoa, v. 21 n. 1, p. 129-141, 2011. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/4058. Acesso em: 13 ago. 2024.

VAN DE SOMPEL, H.; LAGOZE, C. Notes from the interoperability front: a progress report on the Open Archives Initiative. In: **International Conference on Theory and Practice of Digital Libraries**. Berlin, Heidelberg: Springer Berlin Heidelberg, 2002. p. 144-157.

WAZLAWICK, Raul Sidnei. **Metodologia de pesquisa para ciência da computação**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

MODELOS DE MATURIDADE EM PRESERVAÇÃO DIGITAL: PRIMEIROS PASSOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DE REPOSITÓRIOS DIGITAIS

DIGITAL PRESERVATION MATURITY MODELS: FIRST STEPS TOWARDS THE IMPLEMENTATION OF DIGITAL REPOSITORIES

Alex Pereira de Holanda
Arquivo Nacional
Universidade Federal Fluminense

Resumo

A preservação digital é uma preocupação crescente para instituições. Iniciativas relacionadas à preservação digital remontam à década de 1970 e, com maior intensidade, à década de 1990. A aplicação de modelos de maturidade, como o *Digital Preservation Capability Maturity Model* (DPCMM) e o *Digital Preservation Capability* (DPC) RAM, é importante para avaliar e melhorar a capacidade de preservação digital. Este trabalho analisa como esses modelos podem ser aplicados como etapas iniciais para instituições que estão implementando repositórios digitais de preservação. Exploramos a estrutura desses modelos, suas componentes chave e a metodologia para sua aplicação, destacando os benefícios e desafios no contexto institucional, além de discutir a relevância das normas ISO 14721 e ISO 16363 nestes modelos.

Palavras-Chave: Digital Preservation; Maturity Model; Digital Repositories; DPCMM; DPC RAM; ISO 14721; ISO 16363; Capacity Assessment.

Abstract

Digital preservation is a growing concern for institutions. Initiatives related to digital preservation date back to the 1970s and, with greater intensity, to the 1990s. The application of maturity models, such as the Digital Preservation Capability Maturity Model (DPCMM) and the Digital Preservation Capability (DPC) RAM, is important for assessing and improving digital preservation capability. This paper analyzes how these models can be applied as initial steps for institutions that are implementing digital preservation repositories. We explore the structure of these models, their key components and the methodology for their application, highlighting the benefits and challenges in the institutional context, as well as discussing the relevance of ISO 14721 and ISO 16363 standards in these models

Keywords: Digital Preservation; Maturity Model; Digital Repositories; DPCMM; DPC RAM; ISO 14721; ISO 16363; Capacity Assessment.

INTRODUÇÃO

A preservação digital transcende o mero processo técnico, configurando-se como um campo interdisciplinar em ascensão que demanda a integração de conceitos e práticas provenientes da Arquivologia, Diplomática e Ciência da Computação. Trata-se de um esforço contínuo cujo objetivo central é assegurar que a informação permaneça não apenas acessível, mas também autêntica e confiável ao longo do tempo, garantindo sua integridade diante das constantes transformações tecnológicas.

Ou como afirma Thibodeau (2002, p.10):

> *Para arquivos, bibliotecas, centros de dados ou quaisquer outras organizações que precisam preservar objetos de informação ao longo do tempo, o resultado final do processo de preservação deve ser objetos preservados autênticos; ou seja, os resultados de um processo de preservação devem ser idênticos, em todos os aspectos essenciais, ao que entrou nesse processo.*

Essa noção é fundamental para a preservação de documentos arquivísticos digitais, que, diferentemente dos documentos físicos, têm esses "aspectos essenciais" garantidos não apenas pelo próprio documento, mas também pelos metadados e registros digitais que o acompanham em cada fase de seu ciclo de vida. Assim, a preservação digital de documentos arquivísticos deve ser vista como uma tarefa que começa com a criação do

documento e continua ao longo de todo o seu ciclo de vida, incluindo a gestão, o uso e, por fim, a preservação.

Diante da complexidade envolvida nesse processo de preservação, torna-se importante utilizar ferramentas adequadas para avaliar e aprimorar as práticas institucionais. É nesse contexto que a aplicação de modelos de maturidade em preservação digital surge como uma estratégia possível. A ideia de utilizar modelos de maturidade em preservação digital para o projeto de implementação de repositórios digitais de preservação nasceu durante minha atuação como pesquisador no projeto Hipátia[2], desenvolvido pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict).

O projeto Hipátia tem como objetivo desenvolver um modelo para a implementação de repositórios arquivísticos digitais confiáveis e a preservação digital. Nesse contexto, iniciei a aplicação experimental desses modelos na fase inicial do projeto em várias instituições. A proposta era obter dados que comprovassem a evolução das práticas de preservação digital através de avaliações sistemáticas de maturidade ao longo das fases de início, desenvolvimento e conclusão do projeto de implementação de um RDC-Arq.

A implementação de repositórios digitais por si só não é uma tarefa simples e a aderência as normas e boas práticas associadas à sua certificação torna esse processo anda mais complexa. Garantir que as instituições estejam preparadas para sustentar práticas de preservação eficazes e sustentáveis exige a avaliação detalhada de suas capacidades. Modelos de maturidade, como o DPCMM e o DPC RAM, fornecem uma metodologia para essa avaliação, ajudando as organizações a diagnosticar seus níveis de maturidade em áreas críticas, como governança, políticas institucionais, infraestrutura tecnológica e expertise técnica.

Esses modelos não apenas oferecem uma visão estruturada dos elementos que precisam ser desenvolvidos, mas também permitem que as instituições planejem sua evolução com base em critérios internacionalmente aceitos. O uso desses frameworks pode orientar a implementação de melhorias graduais que fortalecem a capacidade das instituições de preservar seus acervos digitais de maneira eficaz e sustentável ao longo do tempo.

METODOLOGIA

A metodologia adotada neste trabalho envolve uma revisão detalhada dos modelos de maturidade DPCMM e DPC RAM, análise comparativa de suas componentes e aplicação prática em contextos institucionais. A análise baseia-se em documentos fornecidos pela *Digital Preservation Coalition* (DPC) e pelo *Council of State Archivists* (CoSA), relatórios de autoavaliação e literatura complementar relevante. Os seguintes passos foram seguidos:

2 Para mais informações consulte o link do projeto https://hipatia.ibict.br/

1. **Revisão Bibliográfica sobre Preservação Digital e Repositórios Confiáveis:** A literatura sobre preservação digital tem evoluído significativamente nas últimas décadas, especialmente com a crescente preocupação em manter a autenticidade e acessibilidade de documentos arquivísticos digitais em longo prazo. A implementação de repositórios digitais confiáveis é uma das principais estratégias sugeridas às instituições para enfrentar os desafios inerentes à preservação de conteúdos digitais. Conforme destacado por autores como Hedstrom (1997) e Duranti et al. (2019), a preservação digital não se limita apenas à manutenção de acesso, mas envolve uma série de processos e estratégias multidisciplinares que garantem que a autenticidade e o valor intrínseco dos documentos sejam mantidos ao longo do tempo. A estruturação de repositórios digitais com base em normas como o OAIS e a adoção de modelos de certificação, como a ISO 16363, são fundamentais para assegurar a confiança nos repositórios e a preservação eficaz dos documentos digitais. Além disso, as diretrizes estabelecidas pelo Relatório "*Trusted Digital Repositories*" (RLG, 2002) e as estratégias propostas para a certificação de repositórios digitais confiáveis fornecem uma base sólida para a construção de um arcabouço metodológico eficaz para a preservação digital.

2. **Revisão dos Modelos de Maturidade:** Esta etapa incluiu o estudo aprofundado dos documentos do DPCMM e DPC RAM para entender suas estruturas e componentes. Foram analisados documentos primários disponibilizados pela DPC e pelo CoSA. O objetivo foi compreender detalhadamente como cada modelo é estruturado, os critérios que utilizam para avaliar a maturidade da preservação digital e as especificidades de cada componente.

3. **Análise Comparativa:** Nessa fase, realizamos uma comparação sistemática das diferentes abordagens e métricas utilizadas por cada modelo. Foram identificadas as similaridades e diferenças entre o DPCMM e o DPC RAM, focando em aspectos como a granularidade dos componentes, a flexibilidade do modelo, e a aplicabilidade em diferentes contextos institucionais. Esta análise permitiu identificar os pontos fortes e fracos de cada modelo e como eles podem ser complementares em determinadas situações.

4. **Estudo de Caso:** Para ilustrar a aplicação prática dos modelos, realizamos um estudo de caso. Escolhemos uma instituição no estágio inicial de implementação de um repositório digital de preservação. Aplicamos os modelos DPCMM e DPC RAM para avaliar a capacidade de preservação digital da instituição. Este estudo de caso serviu para demonstrar a utilidade dos modelos na prática, bem como os passos necessários para a melhoria contínua.

5. **Discussão dos Resultados:** Nesta etapa, avaliamos os benefícios e desafios observados na aplicação dos modelos. Discutimos como os modelos ajudaram

a identificar áreas críticas que necessitam de melhorias e como eles podem ser usados para desenvolver estratégias de preservação digital mais robustas. Além disso, apresentamos recomendações para a implementação futura, baseadas nas observações feitas durante o estudo de caso. Estas recomendações visam ajudar outras instituições a aplicar esses modelos de forma eficaz.

6. Esta pesquisa, portanto, articula a necessidade de que qualquer implementação prática de repositórios digitais confiáveis seja acompanhada por estratégias de preservação contínua e planejadas, a fim de garantir a integridade e acessibilidade dos documentos arquivísticos digitais a longo prazo.

A aplicação dessa metodologia nos permitiu explorar de forma abrangente os modelos de maturidade em preservação digital e nos auxiliando a compreender sua utilidade e implementação prática.

DESENVOLVIMENTO

A preservação digital é uma disciplina complexa que requer abordagens sistemáticas para garantir que documentos arquivísticos digitais permaneçam acessíveis, autênticos e utilizáveis ao longo do tempo. Como observa Hedstrom (1997), a preservação digital é uma "bomba-relógio" para bibliotecas e arquivos devido à rápida obsolescência das tecnologias e ao risco de perda de integridade dos dados. A preservação da autenticidade dos documentos arquivísticos digitais, portanto, exige mais do que a simples manutenção dos arquivos; requer estratégias que preservem tanto os aspectos tecnológicos quanto contextuais dos documentos (Duranti & Thibodeau, 2005).

No cenário internacional, normas como a ISO 14721:2012 (que define o modelo de referência do *Open Archival Information System* - OAIS) e a ISO 16363:2012 (que estabelece critérios de auditoria e certificação para repositórios digitais confiáveis) são amplamente adotadas. Essas normas fornecem diretrizes claras para garantir que os repositórios digitais sejam capazes de preservar documentos digitais com a integridade necessária, atendendo a requisitos de confiança estabelecidos globalmente (ISO 14721, 2012; ISO 16363, 2012).

A preservação da autenticidade é um desafio particular no contexto dos documentos arquivísticos digitais. Como destaca Rothenberg (1999), para que os documentos digitais sobrevivam à obsolescência tecnológica, é fundamental que eles sejam criados e mantidos de maneira independente das plataformas originais. A criação de metadados que documentem o contexto e as relações dos documentos originais é essencial para garantir sua integridade e autenticidade ao longo do tempo.

De acordo com Gagnon-Arguin e Lemay (2009), preservar documentos arquivísticos digitais implica não apenas garantir a continuidade da informação, mas também assegurar que ela permaneça acessível, autêntica e confiável ao longo do tempo. Isso requer

uma abordagem que vá além da preservação de dados, incluindo a documentação de todas as intervenções realizadas no documento ao longo de seu ciclo de vida, conforme sugerido pelo modelo OAIS e pelas normas ISO que preveem o registro e a rastreabilidade das intervenções de preservação.

A diplomática também desempenha um papel na preservação digital. Como argumenta Duranti (2015), a preservação de documentos arquivísticos digitais não se trata apenas de garantir a integridade física ou digital dos arquivos, mas também de preservar suas características arquivísticas essenciais. Isso inclui a rastreabilidade e documentação de todas as intervenções realizadas no documento ao longo de seu ciclo de vida, de forma a garantir sua autenticidade contínua.

A implementação de modelos de maturidade, como o *Digital Preservation Capability Maturity Model* (DPCMM) e o *Rapid Assessment Model da Digital Preservation Coalition* (DPC RAM), oferece uma estrutura valiosa para avaliar e aprimorar as práticas de preservação digital em instituições arquivísticas. O DPCMM, por exemplo, organiza os requisitos de preservação digital em componentes que vão desde a infraestrutura e os repositórios digitais até os serviços de preservação, permitindo às instituições identificar áreas críticas que necessitam de melhorias (Dollar e Aschley 2013). Esses modelos fornecem uma visão detalhada das capacidades institucionais e ajudam a garantir que as instituições arquivísticas possam desenvolver estratégias de preservação digital robustas e eficazes.

O DPCMM foi desenvolvido pela *Council of State Archivists* (CoSA) em colaboração com especialistas como Charles Dollar **e** Lori Ashley, como uma ferramenta destinada a auxiliar instituições, especialmente arquivos estaduais, na avaliação e no aprimoramento de suas capacidades de preservação digital. O modelo surgiu em resposta à necessidade crescente de garantir a preservação a longo prazo de documentos digitais, uma vez que as instituições governamentais passaram a migrar para o ambiente digital, criando desafios significativos para a manutenção e acessibilidade dessas informações.

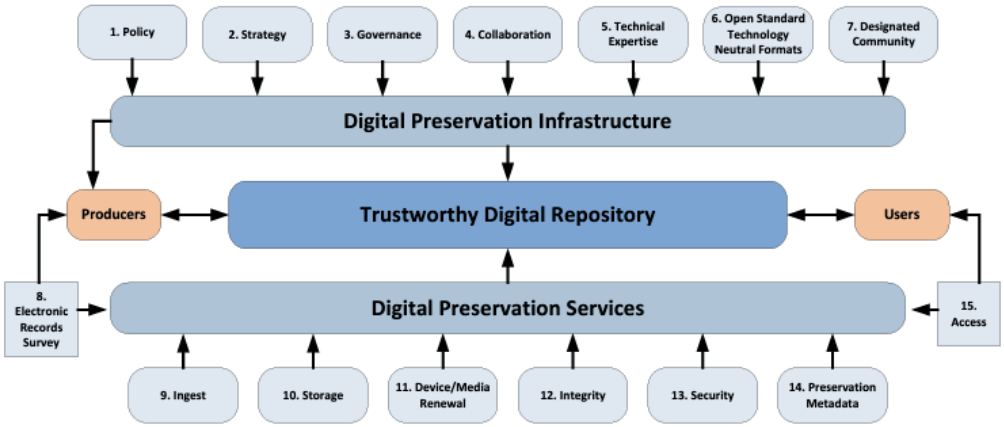
Sua criação faz parte de um esforço mais amplo para fortalecer a infraestrutura de preservação digital nos Estados Unidos. O modelo foi projetado para ser flexível e aplicável a uma ampla gama de instituições, permitindo que estas possam avaliar suas práticas de preservação digital e progredir em diferentes níveis de maturidade, desde capacidades básicas até níveis mais avançados e sofisticados.

O DPCMM organiza suas diretrizes e componentes em três domínios principais: Infraestrutura organizacional**,** Repositórios digitais**, e** Serviços de preservação. Dentro de cada domínio, o modelo identifica componentes essenciais como políticas de preservação digital, governança, colaboração, expertise técnica e o uso de formatos tecnológicos neutros. Cada um desses componentes é avaliado em uma escala de cinco níveis de maturidade, permitindo às instituições realizar uma análise detalhada de suas capacidades em preservação digital e identificar áreas onde melhorias são

necessárias. Desde sua criação, o DPCMM tem sido amplamente utilizado por arquivos estaduais contribuindo para o desenvolvimento de estratégias de preservação digital.

O DPCMM foi desenvolvido a partir dos requisitos e especificações das ISO 14721 e 16363, focando nos serviços, infraestrutura e requisitos de confiança aplicados a eles. Isso garante que as práticas de preservação digital estejam alinhadas com padrões internacionais de excelência. A figura a seguir ilustra a estrutura de avaliação do DPCMM (Fig 1).

Fig 1. Estrutura de avaliação do DPCMM



Fonte: Dollar, C. M., & Ashley, L. J., 2013.

Por outro lado, o DPC RAM, desenvolvido pela *Digital Preservation Coalition*, é um modelo que visa mapear a maturidade da preservação digital de uma instituição em vários domínios, incluindo governança, políticas, infraestrutura e práticas operacionais. Similar ao DPCMM, o DPC RAM avalia a maturidade em níveis que refletem a progressão das capacidades de preservação digital. No entanto, o DPC RAM é projetado para ser mais flexível e adaptável, permitindo que instituições de diferentes tamanhos e com diferentes níveis de recursos possam utilizá-lo de maneira eficaz.

Além disso, o modelo da DPC foi desenvolvido para dialogar com outras ferramentas disponibilizadas pela instituição. Dentre elas, destacamos a matriz de desenvolvimento de competências (DPC *Competency Framework*) para os profissionais que atuam na instituição, de modo a desenvolver os profissionais para elevar a maturidade em pontos sensíveis da avaliação. O DPC *Competency Framework* é uma ferramenta que complementa o modelo de maturidade, fornecendo orientações claras sobre as habilidades e conhecimentos necessários para que os profissionais alcancem níveis mais elevados de maturidade em preservação digital. Essa integração garante que as instituições não apenas implementem práticas de preservação digital, mas

também desenvolvam a capacidade interna necessária para sustentar e aprimorar essas práticas ao longo do tempo.

As normas ISO 14721 (*Open Archival Information System* - OAIS) e ISO 16363 (*Audit and Certification of Trustworthy Digital Repositories*) desempenham um papel na estruturação e implementação de modelos de maturidade em preservação digital. A ISO 14721 fornece um modelo de referência que define os serviços e componentes necessários para a preservação a longo prazo e o acesso a objetos digitais. A norma estabelece um modelo conceitual abrangente para a implementação de sistemas de arquivamento que suportem a preservação digital. Já a ISO 16363 oferece critérios detalhados para a auditoria e certificação de repositórios digitais confiáveis, assegurando que esses repositórios atendam aos requisitos de confiabilidade, integridade e acessibilidade dos dados a longo prazo.

O DPCMM e o DPC RAM são fortemente influenciados por essas normas para se ter ideia, cada nível de maturidade no DPCMM reflete um grau crescente de alinhamento com os requisitos da ISO 14721 e ISO 16363. Assim, uma instituição que atinge os níveis mais altos de maturidade no DPCMM está bem-posicionada para cumprir os padrões estabelecidos pelas normas ISO.

Para ilustrar a aplicação prática desses modelos, consideramos uma instituição fictícia que está no estágio inicial de implementação de um repositório digital de preservação. A aplicação do DPCMM revelou várias áreas críticas que necessitam de atenção, incluindo a falta de uma política de preservação digital formal e a necessidade de maior expertise técnica. A partir dessa avaliação, a instituição pôde desenvolver um plano de ação detalhado para melhorar sua capacidade de preservação, priorizando a implementação de políticas, treinamento de pessoal e atualização de infraestrutura tecnológica.

No caso do DPC RAM, a instituição pôde utilizar o modelo para mapear suas capacidades atuais e identificar áreas específicas onde melhorias eram necessárias. O DPC RAM ajudou a instituição a estabelecer um plano de ação que incluía a implementação de uma governança clara, desenvolvimento de políticas de preservação, e colaboração com outras instituições e especialistas na área. O modelo também destacou a importância de adotar tecnologias padrão e interoperáveis para garantir a preservação a longo prazo dos dados digitais.

Ambos os modelos enfatizam a importância da governança e da colaboração na preservação digital. A governança clara é essencial para assegurar que as políticas e práticas de preservação sejam seguidas de maneira consistente em toda a instituição. A colaboração, por sua vez, permite que a instituição aproveite o conhecimento e a experiência de outras organizações e especialistas na área, aumentando a eficácia de suas práticas de preservação.

A aplicação desses modelos de maturidade traz vários benefícios para as instituições que estão implementando repositórios digitais de preservação. Primeiramente, os modelos fornecem uma estrutura clara e sistemática para avaliar as capacidades de preservação digital da instituição, identificando áreas críticas que necessitam de melhorias. Em segundo lugar, os modelos ajudam a instituição a desenvolver um plano de ação detalhado e orientado para melhorar suas práticas de preservação digital, garantindo que os dados e documentos sejam preservados de maneira eficaz a longo prazo. Por fim, a aplicação dos modelos aumenta a conscientização sobre a importância da preservação digital e promove uma cultura de melhoria contínua dentro da instituição.

No entanto, a aplicação desses modelos também apresenta alguns desafios. Um dos principais desafios é a necessidade de recursos adequados, tanto em termos de financiamento quanto de pessoal qualificado. A implementação de práticas eficazes de preservação digital requer investimento em infraestrutura tecnológica, treinamento de pessoal e desenvolvimento de políticas e estratégias. Além disso, a avaliação e implementação de melhorias podem ser um processo demorado e complexo, exigindo um compromisso contínuo da instituição.

Apesar desses desafios, os benefícios de aplicar análises de modelos de maturidade em preservação digital superam os obstáculos. Instituições que adotam esses modelos como parte de sua estratégia de implementação de repositórios digitais de preservação estão mais bem posicionadas para garantir a integridade e acessibilidade de seus documentos a longo prazo. A aplicação desses modelos também promove a transparência e a responsabilidade, aumentando a confiança das diversas partes interesadas nas capacidades de preservação digital da instituição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A adoção desses modelos ajuda a garantir que as instituições possam preservar seus documentos digitais de forma eficaz, mantendo a integridade e acessibilidade a longo prazo. Além disso, a conformidade com as normas ISO 14721 e ISO 16363 é facilitada pela aplicação desses modelos, assegurando que as práticas de preservação digital estejam alinhadas com os padrões internacionais de excelência.

Além dos benefícios na implementação e melhoria das práticas de preservação digital, a utilização de modelos de maturidade também contribui para o desenvolvimento de uma cultura organizacional focada na preservação a longo prazo. Essa mudança cultural é importante para garantir que os esforços de preservação sejam sustentáveis e recebam o apoio contínuo de todos os níveis da instituição. A integração dos modelos de maturidade com frameworks de competências profissionais, como o DPC *Competency Framework*, assegura que a equipe esteja devidamente capacitada e comprometida com os objetivos de preservação digital. Assim, as instituições não apenas adotam práticas de

preservação mais resilientes, mas também fortalecem suas capacidades internas, garantindo um futuro mais seguro para seus acervos digitais.

A metodologia de aplicação sistemática de avaliações de maturidade pode ser utilizada em sistemas de arquivos compostos por várias instituições, onde a instituição que coordena este sistema pode implementar medidas a partir desses resultados, assim como a *Council of State Archivists* (CoSA) o faz no contexto das instituições que compõem esse conselho. Em 2022, a CoSA publicou o relatório de avaliação do ano de 2022, apresentando a evolução de maturidade observada nos ciclos anteriores de avaliação (2012 e 2015). Assim, foi possível avaliar se as ações empreendidas pela instituição surtiram o efeito esperado e permitiram a progressão na escala de maturidade das instituições avaliadas, como podemos observar na figura a seguir:

Fig. 2 SERI Self-Assessment Scores by DPCMM Component

	2012	2015	Increase	% Increase	2022	Incre
ation Policy	47	64	17	36.2%	64	
ation Strategy	64	99	35	54.7%	105	
	34	58	24	70.6%	71	1
:ngagement	101	110	9	8.9%	98	-1
rtise	70	109	39	55.7%	126	1
/Neutral Formats	76	114	38	50.0%	112	-
mmunity	29	55	26	89.7%	75	2
ɔrds Survey	63	76	13	20.6%	70	-
	58	86	28	48.3%	108	2
;e	47	72	25	53.2%	83	1
Renewal	52	83	31	59.6%	90	
	13	47	34	261.5%	80	3
	86	126	40	46.5%	135	
	43	73	30	69.8%	101	2
	51	74	23	45.1%	85	1
	834	**1,246**	**412**	**49.4%**	**1,403**	**15**

Fonte: Martzahl, Veronica. 2022 p.6

No entanto, esses modelos são baseados nas normas ISO e no contexto de aplicação de outros países. Questões de contexto local influenciam diretamente a metodologia e a aplicação dessas avaliações. Por isso, estamos desenvolvendo uma metodologia específica baseada não só nas normas ISO, mas também nas resoluções do Conselho Nacional de Arquivos (Conarq), em especial a Resolução nº 51, de 25 de agosto de 2023, que dispõe sobre as "Diretrizes para a Implementação de Repositórios Arquivísticos Digitais Confiáveis". Esta abordagem garante que as práticas de preservação digital sejam adequadas às necessidades e peculiaridades das instituições brasileiras, promovendo uma maior eficácia e relevância nas ações de preservação e mecanismos de monitoramento das instituições arquivísticas brasileiras.

As instituições que buscam implementar repositórios digitais confiáveis precisam, portanto, considerar não apenas os aspectos técnicos, mas também as questões teóricas relacionadas à autenticidade e confiabilidade dos documentos arquivísticos digitais. Como demonstrado, a preservação digital vai além de manter os dados acessíveis; ela envolve garantir que a integridade do documento seja mantida durante todo o seu ciclo de vida, desde a sua criação até o arquivamento final (Waters & Garrett, 1996). O compromisso com essa preservação precisa ser incorporado na cultura institucional e nas políticas internas das organizações, conforme enfatizado pelos modelos DPCMM e DPC RAM. Ademais, as normas internacionais, como as ISO 14721 e 16363, fornecem um arcabouço para garantir que os repositórios digitais sigam práticas confiáveis de preservação digital. A mudança para uma abordagem mais ampla na preservação digital ajudará as instituições a adotar práticas de preservação mais resilientes, desenvolvendo suas capacidades internas para assegurar um futuro seguro para seus acervos digitais.

Finalmente, este tipo de metodologia de avaliação pode ser utilizado no bojo de uma política pública para a definição do planejamento de ações para períodos pré-definidos, com métricas e objetivos bem definidos. A aplicação regular e sistemática desses modelos permite não apenas o monitoramento contínuo do progresso, mas também a identificação de áreas emergentes que necessitam de intervenção. Dessa forma, políticas públicas podem ser mais bem informadas e direcionadas, garantindo que os recursos sejam alocados de maneira eficiente e que os objetivos de preservação digital sejam alcançados de maneira eficaz e sustentável. A implementação dessa abordagem em políticas públicas reforça a importância da preservação digital e assegura que as práticas desenvolvidas sejam mantidas e aprimoradas ao longo do tempo, beneficiando a sociedade como um todo.

REFERÊNCIAS

DIGITAL PRESERVATION COALITION. Digital Preservation Capability Maturity Model Self-Assessment Survey Report. 2022. Disponível em: https://www.dpconline.org/digipres/tags/maturity-modelling. Acesso em: 13 dez. 2023.

DOLLAR, Charles M.; ASHLEY, Lori J. Assessing Digital Preservation Capability Using a Maturity Model Process Improvement Approach. 2013. Disponível em: https://www.nycarchivists.org/Resources/Documents/Dollar-Ashley_2013_DPCMM%20White%20Paper_NAGARA%20Digital%20Judicial%20Records_8Feb2013-1.pdf. Acesso em: 13 dez. 2023.

DIGITAL PRESERVATION COALITION. DPC RAM. Disponível em: https://www.dpconline.org/digipres/implement-digipres/dpc-ram. Acesso em: 13 dez. 2023.

DURANTI, Luciana et al. Trusting Records and Data in the Cloud: The Creation, Management, and Preservation of Trustworthy Digital Content. *Facet Publishing*, 2019. DOI: 10.29085/9781783304042.

DURANTI, Luciana; THIBODEAU, Kenneth. The Concept of Record in Interactive, Experiential and Dynamic Environments: The View of InterPARES. *Archival Science*, v. 6, n. 1, p. 13-68, 2005. DOI: https://doi.org/10.1007/s10502-005-2980-0.

HEDSTROM, Margaret. Digital Preservation: A Time Bomb for Digital Libraries. *University of Michigan Library, Deep Blue Repository*, 1998. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/30200423. Acesso em: 1 mar. 2024.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION. ISO 14721:2012 - Space data and information transfer systems -- Open Archival Information System (OAIS) -- Reference Model. [S.l.]: ISO, 2012.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION. ISO 16363:2012 - Space data and information transfer systems -- Audit and Certification of Trustworthy Digital Repositories. [S.l.]: ISO, 2012.

MARTZAHL, Veronica. Self-Assessment Survey Report: 2022 Digital Preservation Capability Maturity Model. The Council of State Archivists (CoSA), 2022. Disponível em: https://www.statearchivists.org/blogs/anne-ackerson/2022/07/19/cosaseri-release-digital-preservation-capability-m. Acesso em: 15 dez. 2022.

LAVOIE, Brian F. The Open Archival Information System (OAIS) Reference Model: Introductory Guide. *Digital Preservation Coalition (DPC) Technology Watch Report*, 2004. Disponível em: https://www.dpconline.org/docs/technology-watch-reports/595-oaisintroguide/file. Acesso em: 13 dez. 2023.

ROTHENBERG, Jeff. Ensuring the Longevity of Digital Documents. *Scientific American*, v. 272, n. 1, p. 42-47, 1999. DOI: https://doi.org/10.1038/scientificamerican0199-42.

THIBODEAU, Kenneth. Overview of Technological Approaches to Digital Preservation and Challenges in Coming Years. In: COUNCIL ON LIBRARY AND INFORMATION RESOURCES (Ed.). *The State of Digital Preservation: An International Perspective*. Washington, D.C.: Documentation Abstracts, Inc. - Institutes for Information Science, 2002. Disponível em: http://chnm.gmu.edu/210digitalhistory/links/pdf/preserving/8_37e.pdf. Acesso em: 29 jun. 2020.

WATERS, Donald; GARRETT, John. Preserving Digital Information: Report of the Task Force on Archiving of Digital Information. *Commission on Preservation and Access & Research Libraries Group*, 1996. Disponível em: https://www.clir.org/pubs/reports/pub63watersgarrett/. Acesso em: 13 dez. 2023.

HEDSTROM, Margaret. Digital Preservation: A Time Bomb for Digital Libraries. *Computers and the Humanities*, v. 31, n. 3, p. 189-202, 1997. DOI: 10.1023/A:1000986112798.

WATERS, Donald; GARRETT, John. Preserving Digital Information: Final Report of the Task Force on Archiving of Digital Information. *Commission on Preservation and Access*, Washington, D.C., 1996. Disponível em: https://www.clir.org/pubs/reports/pub63watersgarrett.pdf. Acesso em: 13 dez. 2023.

RESEARCH LIBRARIES GROUP; ONLINE COMPUTER LIBRARY CENTER. Trusted Digital Repositories: Attributes and Responsibilities. 2002. Disponível em: https://www.oclc.org/content/dam/research/activities/trustedrep/repositories.pdf. Acesso em: 13 dez. 2023.

OS ARQUIVOS DO PODER LEGISLATIVO: UMA PROPOSTA DE GESTÃO DOCUMENTAL PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

THE ARCHIVES OF THE LEGISLATIVE BRANCH: A PROPOSAL FOR DOCUMENT MANAGEMENT IN THE CITY COUNCIL OF SALVADOR

Fernanda Marcele Santana Lage Linhares
Câmara Municipal de Salvador
Universidade de Salvador

Resumo

As Câmaras Municipais brasileiras são formadas por acervos resultantes da sua natureza administrativa, essenciais para suas atividades. Com 475 anos de existência, a Câmara Municipal de Salvador necessita de práticas adequadas de gestão documental para preservar a sua memória institucional e atender às demandas de uma administração pública eficiente e transparente. Este texto teve como objetivo identificar as etapas necessárias para a implantação de um programa de gestão de documentos, a partir das ações promovidas na estrutura organizacional, no ano de 2022, através de um estudo de caso na Câmara Municipal de Salvador, baseando-se em uma pesquisa qualitativa de natureza descritiva. Os dados foram analisados utilizando o método de análise de conteúdo para identificar padrões e temas que demonstrassem a viabilidade de uma gestão de documentos eficiente. Os resultados mostraram que as mudanças na estrutura organizacional foram fundamentais para essa implantação. Concluiu-se que a implantação do programa é viável e benéfica, promovendo a preservação da memória institucional, a eficiência administrativa e a transparência pública, contribuindo, assim, para o desenvolvimento social e cultural da cidade.

Palavras-Chave: Gestão Documental; Plano de Classificação; Tabela de Temporalidade; Câmara Municipal de Salvador.

Abstract

Brazilian city councils are made up of collections resulting from their administrative nature, which are essential to their activities. With 475 years of existence, the Salvador City Council needs appropriate document management practices to preserve its institutional memory and meet the demands of an efficient and transparent public administration. The aim of this text is to identify the necessary steps for implementing a document management programme, based on the actions promoted in the organizational structure in 2022, through a case study at Salvador City Council, based on qualitative research of a descriptive nature. The data was analysed using the content analysis method to identify patterns and themes that demonstrated the feasibility of efficient document management. The results show that changes to the organizational structure were fundamental to this implementation. It was concluded that the implementation of the programme is feasible and beneficial, promoting the preservation of institutional memory, administrative efficiency and public transparency, contributing to the social and cultural development of the city.

Keywords: Records Management; Classification Plan; Retention Schedule; Salvador City Council.

INTRODUÇÃO

As Câmaras Municipais brasileiras, assim como os outros órgãos públicos, detêm acervos formados devido à sua natureza administrativa, essenciais para suas atividades. Em Salvador, a Câmara Municipal adotou diversos procedimentos para o tratamento documental, dentre eles, através da Lei nº 4.508/1992, instituiu o recolhimento de suas publicações governamentais para o Arquivo Histórico Municipal (AHMS), especificando as espécies documentais encaminhadas (Salvador, 1992).

Assim sendo, o projeto de gestão de documentos na Câmara Municipal de Salvador configura-se como necessário para resgatar a memória e a história político-administrativa da cidade, promovendo o desenvolvimento cultural e econômico, além de destacar o papel do Legislativo na construção da cidadania e no progresso econômico (Andrade, 2008).

Partindo do pressuposto de que há dificuldade de estabelecer um programa de gestão de documentos na Câmara Municipal de Salvador porque os gestores não estão cientes da

importância da gestão de documentos para a eficiência administrativa e para a preservação da memória institucional, pretende-se nesse artigo responder, como problema da pesquisa, se há viabilidade na implantação da gestão de documentos na Câmara Municipal de Salvador, a partir das alterações na estrutura organizacional, no ano de 2022.

Como objetivo geral, propõe-se identificar as etapas necessárias para a implantação de um programa de gestão de documentos na Câmara Municipal de Salvador, a partir das alterações promovidas na estrutura organizacional, no ano de 2022. Para alcançar esse objetivo, de forma específica, pretende-se mapear a fundamentação teórica adotada para a formulação do programa de gestão de documentos na perspectiva da adminstração pública; identificar e caracterizar as mudanças promovidas na estrutura organizacional da Câmara Municipal de Salvador no ano de 2022; e descrever o processo de implantação do programa de gestão de documentos na Câmara Municipal de Salvador.

A pesquisa em curso justifica-se por contribuir para a obtenção de uma visão abrangente das mudanças ocorridas na Câmara Municipal de Salvador, no ano de 2022, e por avaliar a viabilidade da implantação da gestão de documentos, que poderá melhorar as práticas arquivísticas no poder legislativo e tornar o acesso à informação mais ágil (Rodrigues, 2006).

Esse artigo está dividido em seis partes. A primeira é a introdução, que trata da viabilidade de implantação de um programa de gestão de documentos na Câmara Municipal de Salvador, apresentando o problema, os objetivos gerais e específicos e a justificativa. A segunda seção, "Gestão de Documentos", traz a revisão dos conceitos básicos e fundamentos essenciais sobre a gestão documental no contexto brasileiro e na administração pública.

A terceira seção, intitulada As Câmaras Municipais no Brasil, contextualiza a trajetória e a participação do poder legislativo no país. A quarta seção, denominada Metodologia, detalha as etapas de desenvolvimento da pesquisa, o método, o procedimento, o local da pesquisa e os sujeitos dela participantes.

A quinta seção, Gestão de documentos na Câmara Municipal de Salvador, aborda as etapas necessárias à organização e preservação dos documentos no contexto legislativo municipal, incluindo uma subseção sobre o Arquivo Geral da Câmara Municipal de Salvador, demonstrando as alterações promovidas na estrutura organizacional em 2022. Por fim, as Considerações Finais consolidam a pesquisa, retomando os aspectos-chave, o alcance dos objetivos e respondendo à questão da pesquisa, além de apresentar os principais achados e as sugestões para novos estudos sobre o tema.

GESTÃO DE DOCUMENTOS

A gestão documental é um campo de estudo com diversas publicações científicas e livros sobre o tema, focando em técnicas para o manuseio, preservação e acesso a documentos

arquivísticos, essenciais para a eficiência administrativa e preservação da memória institucional (Arquivo Nacional, 1995)

A Constituição Federal de 1988 solidificou a gestão de documentos no Brasil, estabelecendo a obrigação de práticas e políticas adequadas para garantir a transparência, eficiência administrativa e proteção do patrimônio documental (Sousa, 2023). Nesse sentido, a Lei nº 8.159 de 1991 define a gestão de documentos como um "conjunto de procedimentos técnicos para as fases corrente e intermediária dos documentos, desde a produção até a destinação final, seja o descarte ou guarda permanente" (Brasil,1991).

Um programa de gestão de documentos assegura a organização, proteção, acesso e preservação dos documentos, promovendo a eficiência operacional e bons resultados institucionais, tornando necessária a implantação de políticas claras, definindo diretrizes e princípios que orientam a organização do acervo e o estabelecimento de responsabilidades e atribuições para a execução das atividades rotineiras nos arquivos (Assis, 2015).

Assim, compreende-se que se trata de uma prática essencial para organizações que buscam eficiência administrativa, transparência e preservação da memória institucional (Silva, 2020). Por isso, cumprir todas as suas fases garante o tratamento adequado ao longo do ciclo de vida dos documentos, facilitando o funcionamento dos órgãos públicos e assegurando o acesso rápido às informações, podendo trazer melhorias para os resultados institucionais.

AS CÂMARAS MUNICIPAIS NO BRASIL

As Câmara Municipais têm uma longa e significativa trajetória no Brasil, que remonta ao período colonial, desempenhando um papel significativo na administração local e na vida política do país, refletindo as transformações políticas, sociais e econômicas ao longo do tempo (Sousa, 2014).

As primeiras câmaras surgiram no período colonial, após a chegada dos portugueses em 1500, inspiradas nas cortes portuguesas para administrar vilas e cidades recém-estabelecidas, sendo fundada a primeira Câmara Municipal brasileira em 1532, na vila de São Vicente, por Martim Afonso de Sousa (Sousa, 2014).

Após a independência do Brasil, as Câmaras Municipais ganharam mais autonomia com o Ato Adicional à Constituição de 1824 e a Constituição de 1891, ampliando suas funções legislativas (Ruy, 2017). A centralização do poder durante o Estado Novo e a ditadura militar limitou essa autonomia, mas a redemocratização e a Constituição de 1988 restabeleceram-na, fortalecendo as câmaras como órgãos legislativos e fiscalizadores, promovendo transparência e participação popular nas organizações públicas (Tuma, 2019).

Atualmente, as Câmaras Municipais desempenham funções legislativas, fiscalizadoras e representativas nos municípios brasileiros, responsáveis pela criação de leis

municipais, pela aprovação do orçamento e pela fiscalização das ações do prefeito e da administração municipal (Tuma, 2019).

METODOLOGIA

Para resolver o problema de pesquisa, foi realizado um estudo de caso na Câmara Municipal de Salvador, baseado em uma pesquisa qualitativa, "com o investigador tipicamente envolvido em uma experiência sustentada e intensiva com os participantes" (Creswell, 2010, p. 107).

No que diz respeito aos objetivos, classifica-se como exploratória, que visa "avaliar a magnitude ou extensão de um fenômeno, problema ou comportamento específico" (Bhattacherjee, 2012, p. 5). Através de revisão bibliográfica e análise documental, buscou-se compreender a viabilidade da implantação da gestão documental no poder legislativo municipal, com base nas ações de 2022.

O estudo de caso, conforme descrito por Creswell (2010, p. 38), permite que "o pesquisador explore profundamente um programa, um evento, uma atividade, um processo ou um ou mais indivíduos", obtendo, assim, uma compreensão detalhada e contextualizada do processo em seu ambiente real. A coleta de dados incluiu a revisão de fontes bibliográficas relevantes e análise de documentos institucionais da Câmara Municipal de Salvador.

Foram revisados livros, artigos científicos relacionados à gestão documental e administração pública, além dos dispositivos normativos que modificaram a estrutura organizacional da Casa Legislativa e fomentaram projetos institucionais no ano de 2022. Assim, os dados foram analisados usando métodos de análise de conteúdo, visando identificar padrões e temas que demonstrassem a viabilidade de uma gestão de documentos eficiente no poder legislativo municipal.

A seguir serão apresentadas a análise e a discussão das informações encontradas.

GESTÃO DE DOCUMENTOS NA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

Esta seção tem como objetivo apresentar as etapas de implantação de um programa de gestão de documentos no contexto legislativo municipal e seus impactos na administração pública e na sociedade.

Caracterização do Arquivo Geral da Câmara Municipal de Salvador

O Arquivo Geral da Câmara Municipal de Salvador teve a sua criação em 1975, sob a nomenclatura de Seção de Expediente, Arquivo e Biblioteca, obtendo *status* de Arquivo Geral somente no ano de 2022, através da Lei nº 9.625, que promoveu mudanças significativas na estrutura organizacional do poder legislativo municipal. Seu acervo inclui toda a produção legislativa como, por exemplo, diários oficiais, projetos de leis, decretos,

resoluções, indicações, moções e atas, datados de 1948 até os dias atuais, correspondendo a um total de 187,2 metros lineares.

Proposta de Gestão de Documentos para a Câmara Municipal de Salvador

A implantação de um programa de gestão de documentos na Câmara Municipal de Salvador tem como objetivo capacitar os gestores públicos para aplicar procedimentos arquivísticos e promover a gestão documental, abrangendo a criação, avaliação, seleção, arquivamento e conservação de documentos, além de seguir as técnicas arquivísticas estabelecidas pela legislação brasileira. Nesse artigo, sugere-se que o programa seja dividido em três etapas principais, que incluem a implantação e organização dos arquivos da Câmara Municipal de Salvador, a capacitação dos gestores públicos em técnicas de gestão documental e a elaboração de instrumentos de pesquisa, como o Plano de Classificação e a Tabela de Temporalidade Documental. Essas etapas são indispensáveis para a organização e recuperação eficiente das informações, garantindo a aplicação adequada dos procedimentos arquivísticos.

Etapas da Gestão de Documentos na Câmara Municipal de Salvador

Para a implementação eficiente da gestão de documentos na Câmara Municipal de Salvador, é fundamental seguir uma série de etapas sistemáticas e bem planejadas. Elas garantem que todos os aspectos do ciclo de vida dos documentos sejam considerados, desde sua criação até sua destinação final, consistindo em planejamento e diagnóstico; elaboração de políticas e normas; classificação e organização; avaliação e seleção; armazenamento e preservação; digitalização e gestão eletrônica de documentos; acesso e transparência; e monitoramento contínuo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A implantação de um programa de gestão de documentos na Câmara Municipal de Salvador revelou-se não apenas como uma necessidade administrativa, mas também uma exigência fundamental para a preservação da memória institucional e a promoção da transparência e eficiência pública. Através desse estudo de caso, verificou-se que as mudanças promovidas em sua estrutura organizacional, no ano de 2022, estabeleceram uma base importante para avaliar a viabilidade de um sistema eficaz de gestão de documentos, principalmente com a criação de uma Coordenação de Arquivo Geral e de uma Supervisão de Gestão de Documentos, que evidenciou a importância do acervo arquivístico para a instituição, fortalecendo as ações futuras que poderão ser promovidas para a sua preservação e difusão.

A análise bibliográfica e documental reforçou a importância da gestão de documentos na manutenção da memória institucional e no suporte à administração pública, conforme estabelecido pela legislação nacional.

Observou-se que a criação de instrumentos como o Plano de Classificação de Documentos e a Tabela de Temporalidade Documental se faz urgente e imprescindível para garantir a organização e a recuperação eficiente das informações. A pesquisa conclui que a implantação de um programa de gestão documental na Câmara Municipal de Salvador é viável e benéfica, promovendo a eficiência administrativa e a transparência pública, sugerindo a ampliação desse estudo para outros órgãos públicos, a fim de observarem os resultados nas demais organizações da esfera legislativa.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, A. I. S. L. Os arquivos do poder legislativo da Paraíba: uma proposta de gestão documental. *In*: Congresso Nacional de Arquivologia, 3, 2008, Rio de Janeiro. **Anais**... Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: http://www.aaerj.org.br/wp-content/uploads/2012/08/Anais-III-CNA.pdf. Acesso em: 02 maio 2024.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Gestão de documentos**: conceitos e procedimentos básicos. Rio de Janeiro: 1995. 49p. Disponível em: https://bdan.an.gov.br/server/api/core/bitstreams/76e69c70-c625-4f9a-b7b8-f8b91fdc4eb8/content. Acesso em 24 jun. 2024.

ASSIS, W. L. de. **Arquivos legislativos**: a política pública arquivística em instituições legislativas municipais. 2015. 188 p. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

BHATTACHERJEE, A. **Pesquisa em Ciências Sociais**: princípios, métodos e práticas. 2. ed. [s.l.]: Coleção de livros didáticos, 2012. Disponível em: http://scholarcommons.usf.edu/oa_textbooks/3. Acesso em: 30 jul. 2024.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 jun. 2024.

BRASIL. Lei nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 9 jan. 1991. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8159.htm. Acesso em: 20 jun. 2024.

CRESWELL, J.W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Tradução: Magda Lopes. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010. 296 p.

SALVADOR. Lei nº 4.508, de 31 de março de 1992. Institui o recolhimento de publicação governamentais da Câmara Municipal de Salvador, para fins de preservação da memória do município. **Diário Oficial do Município**, Salvador, 04 fev. 1992. Disponível em: https://leismunicipais.com.br/a/ba/s/salvador/lei-ordinaria/1992/451/4508/lei-ordinaria-n-4508-1992-institui-o-recolhimento-de-publicacao-governamentais-da-camara-municipal-de-salvador-para-fins-de-preservacao-da-memoria-do municipio?q=Lei%20n%BA%20 4508%2F1992. Acesso em: 10 jun. 2024

SALVADOR. Lei nº 9.625, de 24 de fevereiro de 2022. Dispõe sobre a reestruturação administrativa organizacional da Câmara Municipal de Salvador e dá outras providências. **Diário Oficial do Município**, Salvador, ano 35, n. 8.231, p. 2, 25 fev. 2022. Disponível em: https://leismunicipais.com.br/a/ba/s/salvador/lei-ordinaria/1992/451/4508/lei-ordinaria-n-4508-1992-institui-o-recolhimento-de-publicacao-governamentais-da-camara-municipal-de-salvador-para-fins-de-preservacao-da-memoria-do municipio?q=Lei%20n%BA%20 4508%2F1992. Acesso em: 10 jun. 2024

SILVA, L. C. **Desafios da implementação da política pública de arquivos**: as funções arquivísticas e o acesso à informação na prefeitura municipal de Vitória, ES. BELO HORIZONTE, 2020. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.

SOUSA, A. P. **Poder político local e vida cotidiana**: a Câmara Municipal da cidade de Salvador no século XVIII. 2 ed. Salvador: Câmara Municipal de Salvador, 2014. 140 p.

SOUSA, R. T. B. **Gestão de documentos no Brasil**: uma visão a partir da situação da Administração Pública Federal. Belo Horizonte: Editora Fino Traço, 2023. 216p.

RODRIGUES, A. M. L. A teoria dos arquivos e a gestão de documentos. **Perspect. ciênc. inf.**, Belo Horizonte, v.11 n.1, p. 102-117, jan./abr. 2006. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pci/a/kNWMg5vmqhBjKTzPYqSw8BQ/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 24 jun. 2024.

RUY, A. **História da Câmara Municipal da Cidade de Salvador**. Salvador: Câmara Municipal de Salvador, 2017. 380p.

TUMA, E. O papel da Câmara Municipal no exercício do controle externo. **Revista Simetria da Escola Superior de Gestão e Contas do TCMSP**, v. 1, n. 5, p. 10–17, 21 nov. 2019. Disponível em: https://revista.tcm.sp.gov.br/simetria/article/view/41. Acesso em: 09 jun. 2024.

MODELO HIPÁTIA: DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO DA PESQUISA EM PRESERVAÇÃO DIGITAL

HIPÁTIA MODEL: CHALLENGES IN IMPLEMENTING RESEARCH IN DIGITAL PRESERVATION

Marilete da Silva Pereira
Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
Universidade de Brasília

Marcos Sigismundo da Silva
Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia

Alexandre Faria de Oliveira
Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia

Resumo

O estudo tem o objetivo descrever as fases de um projeto de pesquisa em preservação digital, apontar em que fase os projetos do Modelo Hipátia e elencar os desafios que envolvem a sua implementação. Apresenta o caso do Modelo Hipátia de preservação digital a partir de estudo descritivo de abordagem qualitativa, de observação direta e análise documental. Resulta na demonstração das fases que abrangem um projeto de pesquisa e pontua os desafios que resultam desse processo. Por fim, conclui-se que oferece uma visão abrangente sobre a implantação de um projeto de pesquisa em preservação digital, desde suas necessidades fundamentais até as estratégias específicas e desafios enfrentados. Essa abordagem é importante não apenas para profissionais e pesquisadores da área, mas também para instituições que almejam o estabelecimento de projetos do supracitado escopo.

Palavras-Chave: Modelo Hipátia; Projeto de pesquisa; Preservação digital.

Abstract

The study aims to describe the phases of a research project in digital preservation, point out at what stage the Hipátia Model projects are carried out and list the challenges involved in its implementation. It presents the case of the Hypatia Model of digital preservation based on a descriptive study with a qualitative approach, direct observation and documentary analysis. It results in the demonstration of the phases that comprise a research project and highlights the challenges that result from this process. Finally, it is concluded that it offers a comprehensive view of the implementation of a digital preservation research project, from its fundamental needs to the specific strategies and challenges faced. This approach is important not only for professionals and researchers in the field, but also for institutions that aim to establish projects within the aforementioned scope.

Keywords: Hypatia Model; Research project; Digital preservation.

INTRODUÇÃO

A preservação digital é um campo emergente que visa a garantia de objetos digitais, como documentos, imagens, vídeos e outros tipos de dados, permaneçam acessíveis e utilizáveis ao longo do tempo. A necessidade de preservação digital surge da natureza inerente da tecnologia, entretanto a efemeridade dos ambientes digitais impõem perdas rápidas e definitivas de registros importantes. Em consideração a existência desses riscos, instituições nacionais e internacionais têm implementado técnicas e ferramentas para criação, gestão e preservação de arquivos digitais na intenção de torná-los acessíveis a longo prazo (Formenton; Gracioso, 2020).

Nesse cenário da criação de soluções, surge o Modelo Hipátia de Preservação Digital, proposta do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict) para a implementação de Repositórios Digitais Arquivísticos Confiáveis (RDC-Arq) (Hipátia, 2023).

Para realizar uma implementação bem sucedida de um projeto de pesquisa em preservação digital faz-se necessária uma abordagem multifacetada e integrada. Isso inclui desde financiamento até superação de obstáculos tecnológicos e políticos nas instituições.

Dado o contexto, o objetivo geral deste estudo é analisar as etapas de implementação do Modelo Hipátia de Preservação Digital, destacando os desafios específicos enfrentados na pesquisa em preservação digital e suas implicações para a criação de RDC-Arq.

Especificamente, pretende-se descrever as fases de um projeto de pesquisa em preservação digital, apontar em que fase os projetos do Modelo Hipátia e elencar os desafios que envolvem a sua implementação.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Tangente à metodologia, no propósito de alcançar os objetivos, utilizou-se de uma pesquisa qualitativa, que segundo Paiva, Oliveira e Hillesheim (2021, p.21)

> [...] trabalha com uma visão que não engloba números e comparações estatísticas, e sim engloba o entendimento, a compreensão e a observação nas relações entre as pessoas na sociedade tentando refletir e investigar novas possibilidades para o problema investigado.

Adotou-se também um estudo descritivo que procurou especificar as fases e os desafios que permeiam a pesquisa científica na temática de preservação digital. Utilizou-se de análise documental, método que, de acordo com Júnior *et al.* (2021, p.37) "pode ser desenvolvido a partir de várias fontes". No escopo deste estudo, foi analisado o conteúdo sistematizado no desenvolvimento dos projetos de pesquisa relacionados ao Hipátia, abrangendo relatórios técnicos e documentação de formalização de parceria.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A preservação digital caracteriza-se como um conjunto de práticas destinadas a garantir que as informações digitais, como documentos eletrônicos, arquivos de áudio e vídeo e softwares, permaneçam acessíveis e utilizáveis no futuro. Esse processo é vital, dado que a informação digital é notoriamente mais frágil e suscetível à perda do que a informação em formatos físicos, tornando-se essencial para a preservação do patrimônio cultural e histórico. As práticas de preservação digital enfrentam desafios inerentes, como a obsolescência tecnológica, que ameaça a longevidade e integridade dos formatos de arquivos armazenados (Waters; Garret, 1996). Giusti e Villarreal (2018) ressaltam a necessidade de as organizações estruturarem internamente processos que garantam a preservação digital de sua memória institucional, adaptando continuamente as tecnologias e procedimentos informacionais ao longo do ciclo de vida dos objetos digitais.

Nesse cenário, surge o *Open Archival Information System* (OAIS) que configura-se como um padrão internacional, definido pela ISO 14721, que estabelece um framework conceitual para as operações de arquivamento digital. O OAIS especifica as melhores práticas e requisitos para a ingestão, arquivamento e disseminação de objetos de informação digital, destacando a importância das "Comunidades Alvo", que são os grupos específicos de usuários que o sistema de arquivamento pretende servir. A aplicação deste

modelo em repositórios digitais, especialmente aqueles vinculados a sistemas de gestão documental, tem sido um desafio significativo na preservação e facilitação do acesso à informação científica e acadêmica a longo prazo (Ochoa-Gutiérrez; Giraldo; Tamayo, 2021).

As instituições culturais, por sua natureza, possuem a responsabilidade de preservar o patrimônio cultural para as gerações futuras. Contudo, no caso da informação digital, devido à sua característica transitória, os métodos tradicionais de preservação tornam-se menos aplicáveis (OCLC, 2001). O modelo OAIS detalha as diversas etapas necessárias para a criação de um Repositório Digital Confiável, abrangendo desde a estruturação dos conceitos de arquivamento digital até a preservação e o acesso a longo prazo (Ribeiro, 2019). O Research Library Group (RLG) e o Online Computer Library Center (OCLC) enfatizam a importância do desenvolvimento de repositórios digitais confiáveis para garantir a preservação e o acesso contínuo a esses conteúdos (RLG/NARA, 2007). A confiabilidade de um repositório digital depende não apenas da infraestrutura da instituição, seja ela uma universidade, biblioteca, arquivo ou museu, mas também das necessidades da comunidade que irá consumir as informações. Esses fatores são cruciais para determinar o que será depositado, como a informação digital será gerenciada e preservada, e de que forma será acessada (OCLC, 2001).

PROJETO DE PESQUISA: FASES DE IMPLEMENTAÇÃO

O Ibict é nacionalmente conhecido por sua expertise em implementação de projetos de pesquisa de cunho científico. O Modelo Hipátia está inserido nesse escopo, tendo em vista sua caracterização como pesquisa científica, de acordo com Silva e Menezes (2005), resulta da soma de procedimentos técnicos, realizados a partir de um método específico. Ademais, "o suporte teórico para proposição de um Modelo de preservação digital arquivística deve ser construído apoiado pelo aspecto conceitual e pelo arcabouço normativo" (Braga, 2022, p.54).

De acordo com Braga (2022, p. 63) "[...] o Modelo Hipátia é fruto de uma construção coletiva entre instituições públicas". Diante disso, o Modelo tem sua gênese na parceria estabelecida entre o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios e o Ibict para a implementação de um projeto de pesquisa com objetivo de preservar os Diários de Justiça Eletrônicos (DJe). Posteriormente, novos parceiros integraram o Hipátia para preservar os metadados de seus sistemas de gestão.

A partir do momento que se consolida uma parceria, surge um novo projeto de pesquisa no âmbito do Modelo Hipátia, dessa forma, cada parceiro do Modelo constitui um projeto distinto. Nessa perspectiva, fundamentado no caso de aplicação do Hipátia, tem-se o quadro 1, descrevendo as cinco principais fases de um projeto de pesquisa em preservação digital.

Quadro 1 - Fases de implementação de projeto de pesquisa em preservação digital

FASE	DESCRIÇÃO
Fase inicial	Identificam-se as partes interessadas e define-se o escopo do projeto. Elabora-se o termo de abertura do projeto junto ao parceiro e realizam-se reuniões de alinhamento para garantir a compreensão comum dos objetivos e expectativas do projeto.
Fase de Planejamento	Detalham-se os requisitos do projeto e desenvolve-se um cronograma de execução do projeto, permitindo ajustes conforme necessário. Cria-se um plano de comunicação para assegurar que todas as partes interessadas sejam mantidas informadas sobre o progresso do projeto. E determina-se os riscos que podem impactar a implementação do Modelo.
Fase de Execução	Implementam-se os componentes técnicos e organizacionais do Modelo Hipátia. Isso inclui a instalação e configuração dos softwares<?> que compõem o Modelo para posterior integração com o sistema pré-definido, o levantamento dos metadados a serem preservados e as questões gerenciais que delimitam o projeto. Elabora-se relatórios técnicos parciais sobre o desenvolvimento do projeto.
Fase de Monitoramento	Monitora-se e controla-se continuamente para garantir que o projeto permaneça no caminho certo. Utilizam-se ferramentas de gestão de projetos para auxiliar no acompanhamento do progresso e identificar áreas que necessitam de ajustes.
Fase de Encerramento	Formaliza-se a conclusão do projeto e encerram-se todas as atividades. Realiza-se uma revisão final para avaliar os resultados alcançados em relação aos objetivos iniciais e faz-se um levantamento das lições aprendidas. Elabora-se um técnico final sobre todo o conteúdo gerado no escopo do projeto.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2024.

As fases descritas representam o nível macro da concepção do projeto de pesquisa e refletem o planejamento elaborado para o cumprimento de seus objetivos. Destaca-se o quadro 2, com os projetos de pesquisa do Modelo Hipátia, seus respectivos sistemas de gestão de documentos e a fase de implementação na qual se encontram.

Quadro 2 - Projetos de pesquisa do Modelo Hipátia

PROJETO	SISTEMA	FASE DE IMPLEMENTAÇÃO
	Integração Diário de Justiça Eletrônico e Processo Judicial Eletrônico	Concluído
	Integração com Sistema Eletrônico de Documentos	Concluído
	Integração com Processo Judicial Digital e Diário de Justiça Eletrônico	Execução e monitoramento
	Integração com Processo Judicial Eletrônico	Execução e monitoramento

TJRO	Integração com Sistema Eletrônico de Documentos e Diário da Justiça Eletrônico	Execução e monitoramento
TCU	Integração com e-TCU	Execução e monitoramento

Fonte: Elaborado pelos autores, 2024.

As instituições parceiras do Hipátia determinam, na fase inicial do projeto, qual será o sistema de gestão que será integrado ao Modelo. A partir dessa definição, os responsáveis pelo planejamento se ocupam de viabilizar a execução do projeto no propósito de obter êxito no alcance dos objetivos.

Por fim, evidencia-se que o conceito de projeto de pesquisa perpassa por um processo que requer domínio teórico e prático viabilizado por uma metodologia que resulte, de maneira inovadora, em respostas aos problemas de pesquisa (Bourguignon, 2006). Ideal esse que contrapõe a compreensão da prestação de serviço comercial que, por sua vez, se descreve a partir de determinadas diretrizes a serem adotadas, dentre as quais Albertacci (2022) lista a identificação dos serviços prestados, a definição dos valores correspondentes e a limitação do prazo contratual.

DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS DE PESQUISA EM PRESERVAÇÃO DIGITAL

A implementação de um projeto de pesquisa em preservação digital enfrenta barreiras capazes de comprometer a eficácia do projeto. Essas dificuldades podem ser classificadas em três vertentes de desafios: técnicos, organizacionais e financeiros. Cada faceta exige abordagens específicas para ser superada. Nesse ângulo, o quadro 2 traça um paralelo dos principais desafios encontrados e sua respectiva descrição.

Quadro 3 - Vertentes de desafios de implantação de projeto de pesquisa em preservação digital

VERTENTE	DESAFIO	DESCRIÇÃO
DESAFIOS TÉCNICOS	Obsolescência Tecnológica	Um dos principais desafios técnicos na preservação digital é a obsolescência tecnológica. A rápida evolução das tecnologias de *hardware* e *software* pode tornar formatos de arquivos e mídias de armazenamento obsoletos com uma frequência cada vez maior.
	Complexidade dos Formatos de Dados e Metadados	A gestão de formatos de dados e metadados é outra área crítica. A complexidade dos objetos digitais de variadas tipologias requer a utilização de metadados abrangentes para garantir sua integridade e autenticidade. O uso de padrões de metadados é fundamental para assegurar a interoperabilidade e a longevidade dos dados. Todavia, a implementação e manutenção desses padrões podem demandar um alto nível de conhecimento técnico.
DESAFIOS ORGANIZACIONAI**S**	Coordenação e Colaboração	A coordenação entre diferentes departamentos e instituições é essencial para a implementação de um projeto de preservação digital eficaz. A preservação digital requer uma abordagem colaborativa multidisciplinar e a falta de comunicação e cooperação entre as partes envolvidas pode levar a inconsistências no desenvolvimento do projeto.
	Capacitação de Pessoal	A formação e capacitação de pessoal qualificado é um desafio organizacional relevante. A preservação digital exige conhecimentos especializados em tecnologia da informação, gestão de dados e ciência da informação. Programas de treinamento contínuos são necessários para manter as equipes atualizadas com as melhores práticas e tecnologias emergentes. A falta de recurso humano especializado pode afetar o cronograma de execução do projeto.
DESAFIOS FINANCEIRO**S**	Custos de Implementação e Manutenção	Os custos associados à preservação digital são elevados e representam um desafio significativo para muitas instituições. A aquisição de *hardware* e *software*, o desenvolvimento de infraestruturas e a manutenção contínua requerem investimentos substanciais. Além disso, tem-se a necessidade de alocação de recursos financeiros para equipamentos e pessoal especializado.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2024.

Os desafios que delineiam a implementação de projetos de pesquisa em preservação digital estão diretamente relacionados à evolução tecnológica que origina demandas específicas de preservação de documentos digitais a longo prazo, em cumprimento de normativas definidas por instituições regulatórias para a implementação de RDC-Arq.

Nessa perspectiva, o Modelo Hipátia se destaca por enfrentar os desafios inerentes a consolidação do projeto no cenário nacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das considerações abordadas ao longo deste estudo, percebe-se que a preservação digital se configura como uma área de crescente relevância, especialmente no contexto das instituições culturais, científicas e acadêmicas. A análise dos fundamentos teóricos da preservação digital, juntamente com a aplicação prática do modelo OAIS, evidencia que a manutenção da acessibilidade e integridade de objetos digitais ao longo do tempo envolve um conjunto complexo de desafios.

O Modelo Hipátia, discutido neste estudo, surge como um exemplo significativo de como as instituições podem enfrentar esses desafios por meio de uma combinação eficaz de estratégias, cooperação interinstitucional e capacitação contínua. A obsolescência tecnológica, a complexidade dos formatos de dados e metadados, a necessidade de coordenação entre diferentes instituições e a capacitação do pessoal envolvido permanecem como pontos fundamentais a serem vistos e exigem atenção constante. Além disso, os elevados custos de implementação e manutenção de repositórios digitais confiáveis representam um desafio substancial, especialmente para instituições com recursos limitados.

Portanto, a abordagem adotada neste estudo, que inclui desde as necessidades fundamentais até as estratégias específicas para a implementação de projetos de preservação digital, é crucial não apenas para os profissionais e pesquisadores da área, mas também para as instituições que buscam estabelecer repositórios digitais confiáveis e duradouros. A aplicação rigorosa dos princípios do modelo OAIS e a adoção de práticas colaborativas, como exemplificado pelo Modelo Hipátia, são essenciais para garantir que o patrimônio digital seja preservado e acessível para as gerações futuras. Assim, o presente estudo contribui para o aprofundamento da compreensão sobre os desafios e as melhores práticas na preservação digital, reforçando a importância de uma abordagem integrada e multifacetada para o sucesso desses projetos.

REFERÊNCIAS

ALBERTACCI, L. A. Qual a diferença entre contrato de prestação de serviços e parceria comercial?. **Jus.com.br**, 2022. Disponível em: https://jus.com.br/artigos/97635/qual-a-diferenca-entre-contrato-de-prestacao-de-servicos-e-parceria-comercial-qual-a-melhor-estrategia#google_vignette. Acesso em: 10 ago. 2023.

BOURGUIGNON, J. A. O processo da pesquisa e suas implicações teórico-metodológicas e sociais. **Emancipação**, v. 6, n. 1, 2006. Disponível em: https://revistas.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/71. Acesso em: 11 jun. 2024.

BRAGA, T. E. N. O modelo Hipátia: a proposta do Ibict para a preservação digital arquivística. In: BRAGA, T. E. N.; MÁRDERO ARELLANO, M. Á. (org.). **Hipátia: modelo de preservação para repositórios arquivísticos digitais confiáveis**. Brasília: Ibict, 2022. p. 52-65. (Informação, Tecnologia e Inovação, v. 1). DOI 10.22477/9786589167501.cap4. Disponível em: http://labcotec.ibict.br/omp/index.php/edcotec/catalog/view/livrohipatia/136/943. Acesso em: 4 abr. 2024.

FORMENTON, D.; GRACIOSO, L. de S. Preservação Digital desafios, requisitos, estratégias e produção científica. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 18, p. e020012, 2020. Disponível em: scielo.br/j/rdbci/a/Fyqn4LTqnHgb3fVPdTHdYjC/?format=pdf&lang=pt. Acesso em 21 jun. 2024.

GIUSTI, M. R. de; VILLARREAL, G. L. Revisão de diferentes implementações para a preservação digital: para uma proposta metodológica de preservação e auditoria de confiança de RI. **RDBCI**: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação, v. 16, n. 2, p. 273–292, 19 abr. 2018. https://doi.org/10.20396/rdbci.v16i2.8651589. Acesso em 15 ago. 2024.

HIPÁTIA. O Modelo Hipátia. **Hipátia**, 2023. Disponível em: https://hipatia.ibict.br/o-modelo/. Acesso em: 18 jun. 2024.

JUNIOR, Eduardo Brandão Lima et al. Análise documental como percurso metodológico na pesquisa qualitativa. **Cadernos da FUCAMP**, v. 20, n. 44, 2021. Disponível em: https://www.revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2356. Acesso em: 20 jun. 2024.

OCHOA-GUTIÉRREZ, Jaider; GIRALDO, Reinaldo Andrés Sáenz; TAMAYO, Tatiana Tirado. Experiencias de gestión de los procesos de preservación digital a partir del modelo OAIS en repositorios institucionales. **Anales de Documentación**, v. 24, n. 1, 16 mar. 2021. DOI 10.6018/analesdoc.428141. Disponível em: https://revistas.um.es/analesdoc/article/view/428141. Acesso em 15 ago. 2024.

OCLC, Working Group. Trusted Digital Repositories: Attributes and Responsibilities. 1 ago. 2001. Disponível em: https://www.oclc.org/content/dam/research/activities/trustedrep/repositories.pdf. Acesso em 15 ago. 2024.

PAIVA, A. B. de; OLIVEIRA, G. S.; HILLESHEIM, M. C. P. Análise de conteúdo: uma técnica de pesquisa qualitativa. Revista Prisma, v. 2, n. 1, p. 16-33, 2021. Disponível em: https://revistaprisma.emnuvens.com.br/prisma/article/view/40. Acesso em: 15 jun. 2024.

RIBEIRO, C. J. S. Modelo de Maturidade para Repositórios Digitais: um caminho para sua adoção na gestão de dados de pesquisa. **Liinc em Revista**, v. 15, n. 2, 11 dez. 2019. DOI 10.18617/liinc.v15i2.4816. Disponível em: https://revista.ibict.br/liinc/article/view/4816. Acesso em 13 ago. 2024.

RLG/NARA. **Trustworthy repositories audit & certification**. [S. l.]: OCLC, 2007.

SILVA; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4. ed. rev. atual. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2005.

WATERS, D.; GARRETT, J. Preserving Digital Information, Report of the Task Force on Archiving of Digital Information. [S. l.: s. n.], 1996. Disponível em: https://www.clir.org/pubs/reports/pub63/. Acesso em 15 ago. 2024.

PRODUÇÃO DOCUMENTAL NO SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÃO DA PREFEITURA DE CARIACICA - ES: AVALIAÇÃO DOS REQUISITOS ARQUIVÍSTICOS NA PERSPECTIVA DO E-ARQ BRASIL

DOCUMENT PRODUCTION IN THE ELECTRONIC INFORMATION SYSTEM OF CARIACICA MUNICIPALITY: EVALUATION OF ARCHIVAL REQUIREMENTS FROM THE E-ARQ BRAZIL PERSPECTIVE

Leandro Porto
Universidade Federal do Espírito Santo
Luiz Carlos Silva
Universidade Federal do Espírito Santo
Luciana Itida Ferrari
Universidade Federal do Espírito Santo

Resumo

Este estudo investiga a gestão documental em uma instituição pública que implementou um Sistema Eletrônico de Informação (SEI) para gerenciar seu patrimônio documental. Observou-se problemas como a falta de identificação e localização de documentos, ausência de captura de documentos não digitais, falta de informações sobre alterações funcionais e deficiência na integração entre setores. A pesquisa, de natureza descritiva e predominantemente qualitativa, avaliou a conformidade do SEI com os requisitos do e-Arq Brasil, comparativamente, por meio de um instrumento de observação direta em que se evidenciou, neste recorte, os resultados referentes à função 'Produção'. Os resultados mostram que os sistemas eletrônicos de gestão de documentos e fluxos de informação são essenciais para a administração das organizações, mas precisam integrar funções arquivísticas adequadas para garantir a preservação e autenticidade dos documentos ao longo de seu ciclo de vida. Como sugestões, a parametrização dos fluxos de

informação, a construção de um plano de metadados, a implementação de ferramentas de identificação e classificação dos documentos são instrumentos importantes para a conformação aos preceitos arquivísticos e proporcionar uma gestão eficiente e eficaz também em ambientes digitais.

Palavras-Chave: Avaliação; Sistema eletrônico de informação; Gestão documental.

Abstract

This study investigates records management in a public institution that has implemented an Electronic Information System (SEI) to manage its document assets. Problems were observed such as the lack of identification and location of documents, the lack of capture of non-digital documents, the lack of information on functional changes and a lack of integration between sectors. The research, which was descriptive and predominantly qualitative in nature, assessed the SEI's compliance with the e-Arq Brazil requirements, comparatively, using a direct observation instrument which, in this section, highlighted the results relating to the 'Production' function. The results show that electronic records management systems and information flows are essential for the administration of organizations, but they need to integrate appropriate archival functions to guarantee the preservation and authenticity of documents throughout their life cycle. As suggestions, the parameterization of information flows, the construction of a metadata plan, the implementation of document identification and classification tools are important instruments for conforming to archival precepts and providing efficient and effective management in digital environments too.

Keywords: Evaluation; Electronic Information system; Records Management.

INTRODUÇÃO

A pesquisa se desenvolveu em meio a um contexto de ausência de organização dos documentos de uma instituição pública que adotou como solução para a gestão do seu patrimônio documental um Sistema Eletrônico de Informação (SEI). Nesse contexto a falta de integração entre os setores para facilitar a fluidez processual foram pontos que caracterizaram a problemática da investigação empírica que se caracterizam na (não)

organização, a exemplo, a não identificação e localização dos documentos, não captura de documentos não digitais no sistema substituído pelo SEI, ausência de informações sobre alterações funcionais. Assim, este estudo identificou um ambiente que carecia das funcionalidades arquivísticas referentes a recuperação da informação, captura, registro e fluxo ao alinhar a empiria com os fazeres arquivísticos. Logo então, após a implantação do SEI e a identificação dos problemas de (não) organização antriormente citados, verificamos se as funcionalidades propostas pelo SEI são aderentes aos requisitos propostos no e-Arq Brasil.

Agora, para este recorte, enfatiza-se demonstrar os resultados da avaliação da função 'produção' realizados no SEI, o que compõe a proposta do objetivo de comparar o SEI do município segundo o documento Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos (e-ARQ Brasil).

OBJETIVOS E ASPECTOS METODOLÓGICOS

Instituímos como objetivo geral avaliar a gestão documental executada pelo Sistema Eletrônico de Informação implementado na Secretaria Municipal de Administração (SEMAD) do Município de Cariacica – ES de acordo com os requisitos do e-Arq Brasil. Quanto aos específicos, consideramos: discutir o documento arquivístico digital e os sistemas que o comportam; também discutir a gestão documental integrada aos requisitos arquivísticos à luz da Ciência da Informação e da Arquivologia; descrever o processo de implementação do SEI no âmbito da SEMAD do município de Cariacica (ES) e por meio do estudo de campo, comparar o funcionamento do SEI no município com os requisitos do e-ARQ Brasil a partir do protocolo denominado Instrumento de Observação Direta (IOD).

Em relação ao transcurso metodológico, a natureza da pesquisa ficou configurada como descritiva para uma abordagem qualitativa quanto a problemática. E por isso, como etapas do trabalho utilizamos o procedimento bibliográfico para o levantamento nas bases de dados do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict) e da Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI) para construção da parte teórica, em que se encontram as definições pertinentes às questões conceituais e definições discutidas. Foi escolhido para finalidade de análise das documentações institucionais que apresentam os procedimentos e tomadas de decisões referente ao Sistema o procedimento entendido como documental que tratou de descrever o processo do SEI. Avançando para o estudo de campo, o utilizamos como estratégia para realização da coleta de dados em conjunto com o IOD.

Sobre o IOD, ele consiste numa estruturação metodológica que adotamos para coleta de dados, que utilizando uma seleção dos requisitos funcionais do Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos (SIGAD) preconizados pelo documento e-Arq

Brasil apresentam as funções arquivísticas dispostas a especificidade de atender as expectativas do município. Dessa forma, os requisitos escolhidos foram em observância aos princípios básicos da gestão de documentos que em âmbito digital se caracterizam na captura e elaboração; tramitação e fluxo de trabalho; e pesquisa, localização e apresentação dos documentos. A maneira de aplicação do protocolo consistiu em testes realizados no sistema por meio de navegação -interação humano/máquina. Além disso, a aplicação do IOD deu ênfase especificada na problemática da pesquisa apontada na investigação empírica em contrapartida das funções arquivísticas preconizadas pela literatura científica: que para esta etapa da pesquisa buscou-se realizar um comparativo que consistiu em o que se encontra dispostos no e-Arq Brasil e o que é encontrado no funcionamento do sistema SEI.

Em relação as inferências e a forma de interpretação dos dados coletados, o IOD contém uma escala numérica de mensuração de atitudes em relação as funcionalidades escolhidas para análise do SEI. As afirmativas são representadas numericamente: 'Sim' (4), 'Parcialmente' (3), 'Não se aplica' (02), 'Não' (1) e 'Não foi possível avaliar' (0). Assim, explicamos:

Para a afirmativa expressa no 'sim', entende-se que o sistema utiliza tal requisito;

- Para afirmativa 'parcialmente', o sistema utiliza o requisito de forma parcial, como exemplo, vide o caso do item 2.1.16 do Instrumento de Observação Direta:

- 2.1.16: Sempre que um documento tiver mais de uma versão, o SIGAD tem que permitir que os usuários selecionem pelo menos uma das seguintes ações: registrar todas as versões do documento como um só documento arquivístico; registrar uma única versão do documento como um documento arquivístico;

O item 'não se aplica' caracteriza-se pelo requisito constante não vem a ser aplicado no sistema;

- O item 'não' é do entendimento que o sistema não realiza o requisito;

- Para o caso de 'não foi possível avaliar', a exemplo, se configuram em situações quanto a nível de acesso não permitido e/ou instabilidade que venha a ocorrer no momento de navegação no sistema.

A forma adotada para mensurar os resultados numericamente foi com base na Escala de Likert em que sua função é medir a satisfação quanto a um produto ou serviço (Oliveira, 2001). Na avaliação do SEI adaptamos a realidade da pesquisa tomando os entendimentos da proposta da Likert com a finalidade de compreender o grau de adesão do SEI a um SIGAD. Quanto as inferências qualitativas, avaliamos se as expectativas de contratação

desse sistema foram atendidas e ainda, se houve possibilidade de aderência ao Sistemas Informatizados da Gestão Arquivística de Documentos (SIGAD) numa expectativa futura.

Esclarecemos, portanto, que adotamos para este recorte avaliar a função 'produção' da gestão documental realizada pelo SEI implementado na SEMAD do Município de Cariacica (ES) em conformidade com o Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos (e-ARQ Brasil).

ABORDAGENS E PERSPECTIVAS CONCEITUAIS DO DOCUMENTO ARQUIVÍSTICO

Quando tomamos a perspectiva de inclusão de novas tecnologias na gestão de documentos a definição e a evolução conceitual do documento na perspectiva da Arquivologia pode ser examinada em diversificadas abordagens. De início, importante destacar Heredia Herrera (1983) ao enfatizar a importância de reconhecer a tríplice dimensão dos arquivos, dos documentos de arquivo e da informação, destacando a unidade entre arquivos administrativos e históricos, além da abrangência dos suportes tecnológicos.

Além das contribuições de Heredia Herrera, Schellenberg (2002) foi pioneiro ao desvincular os arquivos da visão histórica tradicional, focando na natureza administrativa dos documentos e introduzindo a avaliação como ferramenta essencial na gestão documental. Ele define documentos como qualquer registro físico ou digital, mantido por entidades públicas ou privadas, que servem como prova de suas atividades.

Reforçado por Pederson (1987) e Rousseau e Couture (1994), enfatizam que os documentos arquivísticos são criados ou recebidos por organizações ou indivíduos no decorrer de suas atividades, sendo mantidos como evidências dessas ações. Indolfo (1995) acrescenta que esses documentos servem como elementos de prova ou informação, enquanto Martin-Pozuelo (1996) foca no valor informativo e de prova dos documentos ao longo do tempo. Em vista de estender as contribuições, Sousa (2023) amplia essa perspectiva, destacando a importância do suporte material do documento (papel, vinil, eletrônico, etc.) e sua função de consulta, estudo, prova e pesquisa. Sousa também aborda a relação entre o conteúdo, o contexto e o suporte do documento arquivístico, salientando a informação orgânica nele contida.

No olhar de Santos (2011), o autor distingue entre o conceito geral de documento e o específico de documento arquivístico, ressaltando que este último é produzido ou recebido no curso de uma atividade, seguindo requisitos normativos, e preservado como evidência dessa atividade. Santos (2011) enfatiza que os documentos arquivísticos são conjuntos de dados estruturados criados para registrar, preservar e transmitir informações, constituindo provas de ações jurídicas ou públicas. Innarelli (2015) complementa

essa visão, afirmando que os documentos arquivísticos são definidos pela atividade que os gerou, com conteúdo, contexto e estrutura que constituem prova dessa atividade.

Como visto, ao longo dos anos, os autores têm demonstrado uma forte inclinação para entender como os elementos constitutivos dos documentos arquivísticos são modificados em forma e conteúdo. O documento arquivístico é multifacetado, com propriedades que determinam o meio pelo qual será transmitido, atendendo a múltiplas finalidades. É necessário que os documentos, tanto na produção quanto no recebimento, obedeçam a critérios e técnicas arquivísticas específicas, garantindo uma adequada organização e custódia.

DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS DIGITAIS: CARACTERÍSTICAS E GESTÃO NA ERA DAS TICS

A discussão sobre o documento no ambiente digital envolve diversas abordagens e definições dentro da Ciência da Informação e Arquivologia. No contexto da Arquivologia, a questão central é a adaptação do registro da informação em suportes digitais, considerando documentos e arquivos como unidades informacionais. Como contexto, os autores Fonseca (2005) e Le Coadic (2004) destacam a importância da informação no período pós-Segunda Guerra Mundial, devido à produção científica e tecnológica que buscava hegemonia política e econômica mundial. Como exemplo desse contexto, a produção massiva de informações levou ao desenvolvimento de sistemas tecnológicos para processá-las, impulsionando a criação de sistemas mais eficientes para gerenciar a crescente quantidade de dados.

O Conselho Nacional de Arquivos (Conarq), em sua resolução nº 20 de 2004, art. 1º, define documento arquivístico digital como aquele codificado em dígitos binários, produzido, tramitado e armazenado por sistema computacional, incluindo planilhas eletrônicas, mensagens de correio eletrônico, bases de dados, entre outros. O InterPARES (2012) e o Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre Do Tombo (IAN/TT, 2002) também enfatizam a gestão desses documentos como arquivísticos. O Arquivo Nacional da Austrália[1] (NAA, 2013) destaca que documentos digitais podem ser criados digitalmente ou digitalizados. Innarelli (2015) sintetiza as definições, indicando que documento arquivístico digital combina documento digital, recursos computacionais e características arquivísticas. Rondinelli (2013) e o Conarq (2022) ressaltam que esses documentos devem ter características como organicidade, unicidade, confiabilidade, autenticidade e acessibilidade para preservação. Em Rondinelli (2013), a autora apresenta o documento arquivístico digital como uma unidade indivisível de informação em suporte digital, produzido ou recebido por uma pessoa física ou jurídica, com características como forma fixa, conteúdo estável e

1 No original: *National Archives of Australia*.

relação orgânica. Na concepção de Duranti e Preston (2008), os autores associam a forma documental às regras de representação do conteúdo dentro de um contexto de atividade.

A distinção entre documento eletrônico e digital é importante. Tomando como preceito as contribuições de Rondinelli (2013), a autora afirma que todo documento digital é eletrônico, mas nem todo eletrônico é digital, exemplificando com fitas cassetes. No olhar de Santos, Innarelli e Sousa (2009) os elementos estruturais dos documentos digitais são *hardware*, *software* e informação armazenada, gerados por sistemas informatizados, digitalização ou software específico. Retomando Rondinelli (2013), a autora diferencia documentos digitais estáticos e interativos, com o último permitindo alterações na forma e conteúdo. Em síntese, os documentos digitais podem ser nato digitais ou digitalizados. A exemplo, encontramos em Innarelli (2015) que documentos digitalizados são convertidos de formato físico para digital, enquanto nato digitais são criados diretamente em formato digital. Na mesma linha, Oliveira (2021) também destaca essa diferença. Por fim, no conteúdo presente no Decreto nº 10.278/2020, o documento digitalizado é apresentado como o representante digital do processo de digitalização do documento físico.

SISTEMAS: DEFINIÇÕES E ABORDAGENS PARA RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS NA ORGANIZAÇÃO DOS DOCUMENTOS

A automatização por tecnologia de informação viabiliza a utilização de diversificados sistemas eletrônicos de gerenciamento de documentos. Esses sistemas se apresentam em inúmeras terminações, a exemplo, o SEI e o Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos (SIGAD), em que tem como proposta desempenhar um papel crucial na disseminação eficiente, eficaz e econômica da informação nas instituições que gerenciam documentos arquivísticos. São também conhecidos na literatura como Sistema de Negócios ou Gerenciamento Eletrônico de Documentos (GED), tendo a incumbência fundamental para apoiar as atividades administrativas e reduzir custos.

Acerca desses últimos, Innarelli (2015) enfatiza que, embora esses sistemas tenham sido adaptados para atender às necessidades de gestão arquivística, eles não foram originalmente concebidos para essa finalidade, resultando em lacunas significativas na gestão de documentos convencionais e digitais; já o Conarq (2022) reforça a importância de incorporar conceitos arquivísticos nos sistemas informatizados para garantir a confiabilidade e autenticidade dos documentos digitais.

A literatura cunhada pelo Conarq dispõe que os Sistemas de Negócio são como sistemas informatizados que apoiam atividades específicas dentro das organizações, produzindo e mantendo dados, informações e documentos sobre essas atividades. Exemplos incluem sistemas de recursos humanos, financeiros, acadêmicos e de informação geográfica. Esses sistemas tradicionalmente registram atividades em tabelas de

banco de dados e, em alguns casos, mantêm documentos em formatos acessíveis, como *pdf, txt, jpg*, entre outros.

De início, a compreensão de "sistema" evoluiu, destacando-se como um todo integrado cujas propriedades surgem das relações entre suas partes, conforme explicado por Capra (2006). A Teoria Geral dos Sistemas (TGS), desenvolvida por Ludwig von Bertalanffy, foi fundamental para unificar várias disciplinas científicas, promovendo uma visão holística e interdisciplinar dos sistemas, incluindo a Arquivística.

No transcurso dos deslocamentos da tecnologia, o GED uma das primeiras ferramentas de TICs para gestão de documentos arquivísticos digitais foi adaptado ao longo do tempo para cumprir requisitos arquivísticos básicos, como captura, gestão e guarda de documentos digitais. No entanto, segundo Innarelli (2015), sua principal deficiência foi não contemplar a gestão de documentos convencionais. Em relação aos fluxos de trabalho automatizados, como o *Workflow*, e outras ferramentas como SGC[2], *CRM*[3] e *ERP*[4] foram desenvolvidas para automatizar processos e gerenciar documentos digitais, mas também não consideraram adequadamente a gestão arquivística. Essas ferramentas são úteis para automação de processos, interoperabilidade de informações e produção de relatórios estratégicos, mas carecem de uma visão arquivística para preservação adequada dos documentos.

A proposta do SEI, desenvolvido inicialmente pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4), é de um sistema de gestão de processos e documentos arquivísticos eletrônicos que promove a virtualização de documentos e processos, permitindo a atuação simultânea de várias unidades e medição de desempenho administrativo. Para Medeiros (2015), o SEI promove a eficiência administrativa, enquanto Resende (2019) ressalta suas possibilidades de aperfeiçoamento de práticas de gestão. Apesar do decreto federal nº 8539/2015, que orienta o uso do SEI como sistema padrão, Costa (2020) argumenta que o decreto não especifica obrigatoriamente o SEI, permitindo a adoção de outras soluções tecnológicas desde que sejam feitas programações técnicas para interoperabilidade. Nesta mesma linha de informação, ressaltamos que o SEI investigado neste trabalho não é o SEI desenvolvido pelo 4º TRF, mas sim um sistema comercializado por uma empresa privada que o desenvolveu para funções de gestão de documentos, e que foi adquirido pelo Município de Cariacica (ES).

Em conclusão, os sistemas eletrônicos de gestão de documentos e fluxos de informação são essenciais para as organizações, mas precisam integrar funções arquivísticas adequadas para garantir a preservação e autenticidade dos documentos ao longo de seu ciclo de vida. A adaptação e evolução dessas ferramentas são necessárias para

2 Sistema de Gestão de Conteúdo (Rossetti; Morales, 2007, p. 126).

3 Customer relationship management.

4 Enterprise Resource Planning.

atender às demandas arquivísticas e proporcionar uma gestão eficiente e eficaz dos documentos digitais.

O INSTRUMENTO DE OBSERVAÇÃO DIRETA: UMA PROPOSTA DE AVALIAÇÃO DA FUNÇÃO "PRODUÇÃO" NO SEI EM RELAÇÃO AO E-ARQ BRASIL

O Estudo de Campo consistiu na adoção de uma estratégia que tem por objetivo comparar os requisitos obrigatórios do SEI diante das funções arquivísticas dispostas na literatura com o Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos (e-ARQ Brasil). Nesse momento, tivemos duas formas de procedimento para coleta dos dados, em que uma foi por meio de publicações de organizações (Gil, 2022) o que se refere ao modelo de requisitos e a outra, um protocolo denominado instrumento de observação direta (IOD).

Os requisitos escolhidos para o recorte foram em observância a um dos elementos básicos da gestão de documentos que em âmbito digital, especificamente para este trabalho, se caracterizam na captura e elaboração pertencentes à função 'produção'.

PRODUÇÃO: CAPTURA E ELABORAÇÃO DE DOCUMENTOS						
REFERÊNCIA/ ITEM	SIM	PARCIALMENTE	NÃO	NÃO SE APLICA	NÃO FOI POSSÍVEL AVALIAR	TOTAL
2.1. Procedimentos gerais	7	1	2	1	1	12
2.2. Captura em lote	1	0	0	3	0	4
2.3. Captura de mensagens de correio eletrônico	0	1	0	0	0	1
2.4. Captura de documentos não digitais ou híbridos	1	0	1	0	2	4
2.5. Formato de arquivo e estrutura dos documentos a serem capturados	3	1	0	0	1	5

PRODUÇÃO: CAPTURA E ELABORAÇÃO DE DOCUMENTOS						
REFERÊNCIA/ ITEM	**SIM**	**PARCIALMENTE**	**NÃO**	**NÃO SE APLICA**	**NÃO FOI POSSÍVEL AVALIAR**	**TOTAL**
2.6. Estrutura dos procedimentos de gestão	0	1	2	0	0	3
5.2. Gerenciamento dos dossiês/processos	3	2	0	0	0	5
5.3. Requisitos adicionais para o gerenciamento de processos	2	7	0	0	0	9
5.4. Volumes: abertura, encerramento e metadados	1	2	1	0	0	4
5.5. Gerenciamento de documentos e processos/dossiês arquivísticos não digitais e híbridos	1	2	3	0	0	6
RESULTADO	19	17	9	4	4	53

Resultados avaliados por conformidade

Os resultados no gráfico a seguir representam a função arquivística 'Produção' avaliada através do IOD em observância às funcionalidades exigidas no documento e-Arq Brasil.

Do recorte de requisitos do e-Arq Brasil selecionados por representar a função 'produção', observa-se que 36% foram atendidos plenamente, e 32% parcialmente atendidos. Os 7% dos requisitos selecionados não se aplicam à instituição, e 17% não foram atendidos. Em 8% dos requisitos não foi possível avaliar, pois haveria a necessidade de possuir um acesso mais completo do que o disponibilizado para a pesquisa. Além disso, o resultado geral demonstra que a Instituição, ao implantar o SEI, precisa atentar-se para a imediata inserção dos instrumentos que conferem a adequada avaliação dos documentos em relação à informação inserida e devidamente classificada, para que a recuperação da informação seja fidedigna e condizente com a realidade das informações capturadas e/ou elaboradas dentro do SEI.

Quanto as inferências qualitativas, em suma, o resultado da função 'produção' nos traz o entendimento quanto a necessidade de uma política eficaz de gerenciamento dos documentos digitais, sejam eles nativos digitais ou digitalizados. Assim, o SEI não possui todos os requisitos para ser um SIGAD completo, mas cumpre alguns requisitos

importantes e tem a capacidade de ser configurado (parametrizado) e customizado (receber desenvolvimentos adicionais) de forma a incorporar mais conceitos arquivísticos futuramente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A conformidade com o e-ARQ Brasil é fundamental para garantir a eficiência e a legalidade do sistema, bem como a manutenção da autenticidade, confiabilidade e acesso aos documentos. Assim, utilizamos o Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos (e-ARQ Brasil) como base técnica para aplicar o IOD no SEI implementado na SEMAD do Município de Cariacica. Foi feito um recorte do e-ARQ Brasil avaliando a função 'produção', e neste recorte os resultados não foram ótimos porém foram satisfatórios, com capacidade para receber melhorias futuras que para esses desdobramentos seria de grande importância para nortear as prioridades e próximos passos a serem implantados pela instuição.

Como sugestão para pesquisas futuras, as sugestões a seguir não necessariamente segue uma ordem de prioridades, salietamos que é essencial que sejam desenvolvidas seja de maneira pontual ou concomitante: construção de um Plano de Metadados para atender às necessidades em torno da produção de informações e possibilitar eficiência na recuperação da informação e eficácia quanto da utilização dessas informações para tomadas de decisões pertinentes ao município;

- o mapeamento do fluxo para uma melhor fluidez da comunicação interdepartamental;

- o emprego de ferramentas de identificação e classificação dos documentos no momento de sua captura/elaboração por meio da automatização dos resquisitos arquivísticos parametrizados no *software*;

- a construção de um vocabulário controlado em que consistiria uma uniformização quanto aos termos empregados dentro do sistema bem como facilitação na construção de indexadores;

- Agora, em relação a terminologia em torno da nomenclatura SEI, o que nos trouxe a esclarecer quanto ao engano que nos gerou a expectativa de ser o mesmo sistema instituído no TRF-4, se faz necessário estimular estudos que retratem a questão da nomenclatura como também sua arquitetura de funcionalidades no intuito de compreender se faz acepção ao sistema SEI desenvolvido pelo tribunal ou se são apenas uma questão meramente de nominação.

Em síntese, concluímos que a avaliação do SEI revelou uma boa aderência aos requisitos funcionais arquivísticos, porém, a incompleta parametrização pode comprometer a organização e o tratamento dos documentos. Portanto, os resultados mostram que a estrutura do SEI está inter-relacionada e que sua conformidade com questões arquivísticas é crucial para garantir a autenticidade e probidade jurídica e administrativa dos documentos.

REFERÊNCIAS

BELLOTO, H. L. **Arquivo**: estudos e reflexões. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

CAPRA, Fritjof. **A Teia da Vida**: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. São Paulo: Cultrix, 2006.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). **e-ARQ Brasil**: Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos. recurso eletrônico]/ Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos. 2. versão. - Dados eletrônicos (1 arquivo: 1 MB). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2022.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. **Resolução nº 20, de 16 de julho de 2004**. Dispõe sobre a inserção dos documentos digitais em programas de gestão arquivística de documentos dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos. Disponível em: http://antigo.conarq.gov.br/resolucoes-do-conarq/262-resolucao-n20,-de-16-de-julho-de-200 4.html Acesso em: 11 fev. 2023.

COSTA, Arlene Xavier Santos. **Pen-sei**: a implantação do processo eletrônico nacional através do sistema eletrônico de informações na Universidade Federal de Juiz de Fora. Dissertação (Mestrado Profissional em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação), UFPB/ Educação, João Pessoa, 2020.

DURANTI, L., PRESTON, R. **International research on permanent autentic records in electronic systems 2**: experimental, interactive and dynamic records. taly: ANAI, 2008

FONSECA, Maria Odila Kahl. Arquivologia e ciência da informação. Reimpressão. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

GIL, Antonio C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. Grupo GEN, 2022. E-book. ISBN 9786559771653. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559771653/. Acesso em: 09 ago. 2023.

HEREDIA HERRERA, ANTONIA. **Archivística General. Teoria y Práctica**. Sevilha: Servicio de Publicaciones de Ia final da disciplina de Diputación de Sevilla, 1983. 512p.

INDOLFO, Ana Celeste, CAMPOS, Ana M. V. Cascardo et al. **Gestão de Documentos**: conceitos e procedimentos básicos. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

INNARELLI, Humberto Celeste. **Gestão da preservação de documentos arquivísticos digitais**: proposta de um modelo conceitual. 2015. Tese (Doutorado em Cultura e Informação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. doi:10.11606/T.27.2015.tde-27052015-101628. Acesso em: 2024-06-18.

INSTITUTO DOS ARQUIVOS NACIONAIS/TORRE DO TOMBO. **Recomendações para a gestão de documentos de arquivo electrónicos**. Lisboa: Instituto dos Arquívos Nacionais: Torre do Tombo: Instituto de Informática, 2002.

INTERNATIONAL RESEARCH ON PERMANENT AUTHENTIC RECORDS IN ELECTRONIC SYSTEMS, THE. **InterPARES 3 Project**. Canada, 2012. Disponível em: http://interpares.org/UBCProject/indexhtm. Acesso em: 11 fev. 2023.

LE COADIC, Yves-François. **A Ciência da Informação**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2004.

MARTIN-POZUELO CAMPILLOS, M. P. **La construcción teórica en archivistica**: el principio de procedencia. Madrid: Universidad Carlos Ill y BOE,1996.

MEDEIROS, Helder. **Sobre o SEI**. 2015. Disponivel em: https://softwarepublico.gov.br/social/sei/sobre-o-sei. Acesso em: 12 abr. 2023.

NATIONAL ARCHIVES OF AUSTRALIA. Glossary. **Canberra**, 2013. Disponível em: <http://www.naa.gov.au/records-management/publications/glossary.aspx> Acesso em: 21 maio 2023.

OLIVEIRA, Leticia Calsavara de. **Preservação digital de longo prazo de processos criados no Sistema Eletrônico de Informações (SEI)**: uma proposta de solução. 2021. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2021.

OLIVEIRA, T. M. V. de. Escalas de Mensuração de Atitudes: Thurstone, Osgood, Stapel, Likert, Guttman, Alpert. **Administração On Line**, v. 2, n. 2. Disponível em: https://www.fecap.br/adm_online/art22/tania.htm. Data de acesso: 14 fev. 2023.

PEDERSON, Ann. **Keeping archives**, Sidney: Australian Society of Archives Incorporated, 1987.

RESENDE, Odirley Hayalla de. **Processo Eletrônico Nacional**: um estudo sobre transição de paradigmas na Universidade Federal de Juiz de Fora. 2019. 196 p. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública) - Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2019.

RONDINELLI, R. C. **O documento arquivístico ante a realidade digital**: uma revisão conceitual necessária. Rio de janeiro: Editora FGV, 2013. 280p.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa, Portugal: Nova Enciclopédia, 1998.

SANTOS, V. B. INNARELLI, H. C.; SOUSA, R. T. B. **Arquivística**: temas contemporâneos: classificação, preservação digital e gestão do conhecimento. 3. ed. Distrito Federal. SENAC, 2009.

SANTOS, Vanderlei Batista dos. **A teoria arquivística a partir de 1898**: em busca da consolidação, da reafirmação e da atualização de seus fundamentos. 2011. 279 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) —Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

SCHELLENBERG, T. R. **Arquivos modernos**: princípios e técnicas. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

SOUSA, R. T. B. **Gestão de documentos no Brasil:** uma visão a partir da situação da Administração Pública Federal, Belo Horizonte, 2023.

PARTE IV
DELIBERAÇÕES, RECOMENDAÇÕES E MOÇÕES

DELIBERAÇÕES, RECOMENDAÇÕES E MOÇÕES APROVADAS NA CERIMÔNIA DE ENCERRAMENTO DO X CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA, EM 18 DE OUTUBRO DE 2024

IV Seminário de Arquivo e Cultura

- Que o presidente da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB) encaminhe ao Ministério da Cultura o pedido de recomposição do Colegiado Setorial de Arquivos junto ao Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC).

- Que os conselhos estaduais e municipais de cultura tenham representação da sociedade civil que contém a área de arquivos.

- Que o Prêmio de Memória do Poder Judiciário contemple novamente a categoria "Difusão Cultural e Direitos Humanos", com o objetivo de estimular ações voltadas à cultura nos arquivos da Justiça.

- Que o Conselho Nacional de Arquivos (Conarq) seja ampliado e destine cadeira para um representante do Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário do Conselho Nacional de Justiça (PRONAME/CNJ).

Ativo de Inovação, Empreendedorismo com Inteligência Artificial na Gestão de Arquivos

- Moção pela integração da Inteligência Artificial e Arquivística Digital: propomos que a comunidade arquivística adote de forma ativa e responsável a Inteligência Artificial (AI) como uma ferramenta estratégica para a gestão e preservação de acervos digitais. Com avanço da arquivística digital, a IA possibilita automação de processos, aprimoramento na recuperação de informações e a criação de metadados e paradados de alta qualidade alinhados às normas ISO, como a 42001, 24027 e 23884. Diante dessa transformação é crucial que promovamos a capacitação contínua dos arquivistas no uso de IA, desenvolvamos políticas éticas e fomentemos o uso de softwares arquivísticos com inteligência artificial. A IA representa uma nova camada tecnológica que se torna pervasiva na infraestrutura digital já existente, aprimorando os processos de preservação, organização e acesso à informação. A implementação

responsável dessas tecnologias garantirá a preservação da memória, a autenticidade documental e o acesso transparente à informação, fundamentais para a cultura da gestão arquivística

1º Encontro Nacional de Arquivos de Arquitetura

- Moção de recomendação que o Conselho Nacional de Arquivos incentive os estados e municípios brasileiros para, também, criarem dispositivos de identificação de arquivos privados de pessoas físicas ou jurídicas que reúnam documentos de relevância para a história, a cultura e o desenvolvimento regional e local.

- Moção de recomendação que o Poder Executivo Federal regulamente a declaração de interesse público e social de arquivos privados de pessoas físicas ou jurídicas que reúnam documentos relevantes para a história, a cultura e o desenvolvimento nacional.

- Moção de recomendação que sejam intensificados os estudos e pesquisas sobre dispositivos de patrimonialização cultural de arquivos no Brasil.

- Moção de recomendação que o Conarq regulamente o funcionamento da Comissão de Avaliação de Acervos Privados (CAAP-Conarq).

- Moção para que as autoridades devidas assegurem as condições para reabertura do atendimento público do Arquivo Municipal de Salvador.

Reunião do Fórum Nacional das Associações de Arquivologia do Brasil (FNArq)

- Buscar o comprometimento dos candidatos e candidatas aos cargos executivos e legislativos municipais eleitos no processo eleitoral de 2024 com as políticas arquivísticas para arquivos públicos e privados no Brasil.

- Solicitar ao Ministério do Trabalho a regulamentação da insalubridade em arquivos, conforme a alteração do Art. 200 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) pela Lei nº 14.846/24.

- Solicitar ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) que revogue todos os dispositivos legais estabelecidos entre 2016 e 2022 e que impedem que o Arquivo Nacional cumpra a sua missão institucional.

- Solicitar ao MGI que, ciente da carta enviada ao Arquivo Nacional e entregue durante o X CNA no I Encontro dos Arquivos Públicos Estaduais e do

Distrito Federal, indique um/a arquivista para exercer o cargo de Diretor(a) de Processamento Técnico, Preservação e Acesso ao Acervo, respeitando assim o Regimento Interno da instituição.

I Encontro Nacional de Arquivos Fotográficos

- Criação de uma Câmara Técnica para proposição de instrumentos e pesquisas sobre acervos fotográficos.

- Moção de louvor aos precursores da Arquivologia no Brasil: José Pedro Pinto Esposel, Maria Odila Kahl Fonseca, Heloísa Bellotto e Ana Maria Camargo.

- Necessidade de formação de recursos humanos especializados no trabalho com imagens e de ferramentas que contribuam para a identificação e descrição de documentos fotográficos.

- Que o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) inclua na sua tabela de organização do conhecimento o termo "arquivos fotográficos", subordinado à Arquivologia.

X Encontro Nacional de Paleografia e Diplomática

- Moção ao Conselho Nacional de Arquivos, solicitando a restituição da Câmara Técnica de Paleografia e Diplomática, instituída pela Portaria 97/2011 e extinguida com o Decreto 10.148/2019.

- Moção à Direção-Geral do Arquivo Nacional, solicitando o empenho de esforços pela retomada do Comitê Brasileiro do programa Memória do Mundo da UNESCO, criado em 2004 e extinguido em 2019.

- Moção ao Fórum Nacional de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (FEPARQ) solicitando a reformulação das disciplinas de Paleografia e Diplomática nos cursos de Arquivologia a fim de que sejam compreendidos como campos autônomos, científicos, com cabedal teórico próprio e incluam a diversidade documental, como por exemplo, os documentos musicográficos.

VIII Encontro Nacional de Documentação Audiovisual, Iconográfica, Sonora e Musical

- Solicitação ao Arquivo Nacional e ao Conselho Nacional de Arquivos para a reativação da Câmara Técnica de Documentos Audiovisuais, Iconográficos, Sonoros e Musicais, agora renomeada como Câmara Técnica de Documentos Audiovisuais, Iconográficos, Sonoros e Musicográficos.

- Definição de jogos eletrônicos como espécie documental do gênero audiovisual.

- Que as discussões e o relatório do VIII Encontro Nacional de Documentação Audiovisual, Iconográfica, Sonora e Musical sejam enviados à autoridades do Ministério da Cultura e demais órgãos da pasta para que a discussão seja ampliada, principalmente no que se refere à preservação pelo poder público da documentação audiovisual brasileira.

I Encontro Arquivos e Mulheres

- Propomos a implementação de oficinas e atividades de capacitação voltadas para produtores de arquivos com foco em técnicas de preservação, organização e acessibilidade de acervos.

- Propomos a busca por parcerias e apoio institucionais de universidades e centros de pesquisa para fomentar projetos e estudos voltados para arquivos de mulheres.

- Recomendamos a criação de uma Câmara Técnica no âmbito do Conselho Nacional de Arquivos (Conarq), dedicada exclusivamente aos arquivos de mulheres. Essa câmara técnica atuaria na formulação de políticas públicas, diretrizes e estratégias para garantir a preservação, organização e acessos a acervos relacionados a mulheres.

Fórum de Discussão por uma Política Nacional de Arquivos

- Que as Políticas e gestão arquivísticas estejam no centro das discussões do próximo Congresso Nacional de Arquivologia.

- Que a comunidade arquivística realize uma Conferência Popular de Arquivos.

- De apoio ao Projeto de Lei 2.789/2021, considerando que alterações debatidas durante o Evento Paralelo "Fórum de Discussão por uma Política Nacional de Arquivos" sejam incorporadas de maneira a apresentação de uma nova sugestão de substitutivo do PL ao relator do projeto na Comissão de Cultura.

V Reunião dos Arquivistas e Técnicos em Arquivo das Universidades e Institutos Federais

- Recomendar ao Ministério da Educação que a implementação da política de conservação digital do acervo acadêmico e diploma digital seja responsabilidade de uma equipe composta e coordenada por servidores de carreira do Ministério da Educação para garantir o devido desenvolvimento e continuidade das ações de transformação digital em curso.

- Reforçar ao Arquivo Nacional que a competência de coordenar a elaboração do código de classificação de documentos de arquivo das atividades fim das instituições federais de ensino é do Ministério da Educação, conforme Inciso III, Art. 5º, Decreto nº 4.915, de 12 de dezembro de 2003, redação dada pelo Decreto nº 10.148, de 2019.

- Que o Arquivo Nacional utilize os dados obtidos pelo Levantamento do Índice de Maturidade para constituir devolutivas individuais para cada uma das Instituições Federais de Ensino.

- Que o VIII Enarquifes discuta a alteração do nome GT Memória Institucional das IFES.

Plenária de encerramento

- A Plenária reunida no X CNA solicita à Presidência do Conarq a publicação e início dos trabalhos das câmaras técnicas de terminologia e de estudos de usuários; igualmente, pede a formalização da finalização dos trabalhos da Câmara Técnica Consultiva sobre documentos relacionados com a Arquitetura e o ambiente construído (CTC-AU/Conarq).

- Em relação às câmaras técnicas, rever o Decreto 10.148/2019, dando prioridade às temáticas levantadas pelos Eventos Paralelos do X CNA: acervos fotográficos; Paleografia e Diplomática; documentos audiovisuais, iconográficos, sonoros e musicográficos; e arquivos de mulheres.

Observação: os seguintes eventos paralelos do X CNA não encaminharam recomendações e/ou moções.: I Encontro dos Arquivos Públicos Estaduais e do Distrito Federal; Fórum Brasileiro de Inteligência Artificial aplicada às funções arquivísticas: desafios e perspectivas; 2º Seminário sobre LGPD e Arquivos; I Encontro de Arquivos, Turismo e Patrimônio; e I Encontro Nacional de Consultores e Empresas de Gestão de Documentos: novas estratégias.

PARTE V
“PRÊMIO DE MELHOR TRABALHO” POR EIXO TEMÁTICO DO X CNA

RELAÇÃO NOMINAL DOS PREMIADOS E MENÇÕES HONROSAS POR EIXO TEMÁTICO

EIXO 1 - EPISTEMOLOGIA DA ARQUIVOLOGIA NA ERA DIGITAL

Comunicação Oral

1º Lugar - Premiado

Título: NOVOS HORIZONTES NA DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA: DA CONCEPÇÃO ESPACIAL MODERNA À COMPLEXIDADE MULTIDIMENSIONAL CONTEMPORÂNEA

Autores(as): Cássio Murilo Alves Costa Filho, Renato Tarciso Barbosa de Sousa e Angélica Alves da Cunha Marques

2º Lugar - Menção Honrosa

Título: A GESTÃO DE TIPOLOGIA DOCUMENTAL E DOS SISTEMAS ARQUIVÍSTICOS DIGITAIS NOS HOSPITAIS FEDERAIS DO RIO DE JANEIRO: A PERCEPÇÃO DAS FUNÇÕES ARQUIVÍSTICAS PELOS GESTORES DE SAÚDE

Autores(as): Louise Anunciação Fonseca de Oliveira do Amaral, Francisco José Aragão Pedroza Cunha e Daniel Flores

Pôster

1º Lugar - Premiado

Título: ABORDAGENS ESTRATÉGICAS NA COMPREENSÃO DE POLÍTICAS DE ARQUIVO: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Autores(as): Ágatha Emanuelle Ramos da Conceição e Gillian Leandro de Queiroga Lima

2º Lugar - Menção Honrosa

Título: A GOVERNANÇA ARQUIVÍSTICA: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Autores: Leonardo dos Santos Araújo e Gillian Leandro de Queiroga Lima

EIXO 2 - GESTÃO DE DADOS, DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO EM ARQUIVOLOGIA

Comunicação Oral

1º Lugar - Premiado

Título: MODELO CONCEITUAL DE SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO ARQUIVÍSTICO: CONTRIBUIÇÕES PARA A GARANTIA CONTEXTUAL

Autoras: Denize Laureano Rocha e Clarissa Moreira dos Santos Schmidt

2º Lugar - Menção Honrosa

Título: BOAS PRÁTICAS DE ACESSIBILIDADE: UMA AVALIAÇÃO DAS BASES DE DADOS EM ARQUIVOLOGIA ATRAVÉS DO ACCESS MONITOR

Autoras: Maria Eduarda dos Santos de Sousa e Maria Meriane Vieira Rocha

Pôster

1º Lugar - Premiado

Título: DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA (DA) E A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL (IA): COMPARAÇÕES, ABORDAGENS E IMPLICAÇÕES.

Autores(as): Jônatas Edison da Silva, Camila Schwinden Lehmkuhl e Thiago Magela Rodrigues Dias

2º Lugar - Menção Honrosa

Título: INSTRUMENTOS DE PESQUISA DISPONIBILIZADOS PELOS ARQUIVOS PÚBLICOS BRASILEIROS EM SEUS WEBSITES

Autores(as): Eliezer Pires da Silva, Bianca de Rezende Carvalho e Ana Clara Fernandes da Costa

EIXO 3 - ATUAÇÃO PROFISSIONAL, PRÁTICAS FORMATIVAS E COMPETÊNCIAS NA ARQUIVOLOGIA FRENTE À TRANSFORMAÇÃO DIGITAL

Comunicação Oral

1º Lugar - Premiado

Título: ATUAÇÃO DO ARQUIVISTA EM SISTEMAS INFORMATIZADOS E SUA RELAÇÃO COM A MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO

Autoras: Lívia Braz Silva Soares e Gleise da Silva Brandão

2º Lugar - Menção Honrosa

Título: A CONTEXTUALIZAÇÃO DA LITERACIA DIGITAL NAS PRÁTICAS SOCIAIS E ARQUIVÍSTICAS: UMA ANÁLISE DAS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS NA ARQUIVOLOGIA

Autoras: Ana Carolina Soares Santos e Eliete Correia dos Santos

Pôster

1º Lugar - Premiado

Título: MAPEANDO O CAMINHO DA REVISÃO DA LEI nº 8.159: A INFLUÊNCIA DA SOCIEDADE CIVIL NA LEGISLAÇÃO DE ARQUIVOS DO BRASIL

Autores(as): Jonas Ferrigolo Melo; Clara Marli Scherer Kurtz; Leide Mota De Andrade e Camila Schwinden Lehmkuhl

2º Lugar - Menção Honrosa

Título: O FAZER ARQUIVÍSTICO FRENTE A FORENSE DIGITAL

Autoras: Fernanda Irene de Souza e Camila Schwinden Lehmkuhl

EIXO 4 - TECNOLOGIAS DISRUPTIVAS E A ARQUIVOLOGIA

Comunicação Oral

1º Lugar - Premiado

Título: INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL APLICADA A DOCUMENTOS EM SUPORTE PAPEL: O CASO DO SISTEMA SEP NO ES

Autores(as): Jussara Teixeira, Juliana Oliveira de Almeida, Tânia Barbosa Salles Gava, Tatiana Canelhas e José Márcio Moraes Dorigueto

2º Lugar - Menção Honrosa

Título: BLOCKCHAIN, SMART CONTRACTS E NON-FUNGIBLE TOKEN (NFT): A TRÍADE PARADIGMÁTICA NO ÂMBITO DOS DOCUMENTOS ACADÊMICOS

Autores(as): Alexandre Fernal, Rodrigo Eduardo Botelho Francisco, Gustavo Resende da Costa, Paula Hara da Silva e Telma Campanha de Carvalho Madio

Pôster

1º Lugar - Premiado

Título: INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL EM PUBLICAÇÕES DE ARQUIVOLOGIA

Autoras: Ana Maria Latgé, Gabriela Guerreiro e Diana V. B. S. Aleixo

2º Lugar - Menção Honrosa (Não houve)

EIXO 5 - PATRIMÔNIO, CULTURA E DIVERSIDADE NA ERA DE DADOS

Comunicação Oral

1º Lugar - Premiado

Título: O PRIMEIRO CONCURSO PÚBLICO PARA ARQUIVOS EM MINAS GERAIS: O PREENCHIMENTO DE CARGOS NO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO (1895-1898)

Autores(as): Ygor Souza e Ivana Parrela

2º Lugar - Menção Honrosa

Título: ANÁLISE DE FERRAMENTAS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL EM DADOS GOVERNAMENTAIS ABERTOS SOBRE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO BRASIL

Autoras: Bruna Lessa e Leide Mota de Andrade

Pôster

1º Lugar - Premiado

Título: PRESERVAÇÃO, TRANSCRIÇÃO PALEOGRÁFICA E ACESSO AOS MANUSCRITOS DAS COLÔNIAS ALEMÃS EM SANTA CATARINA

Autora: Aline Carmes Krüger

2º Lugar - Menção Honrosa

Título: ACESSO À INFORMAÇÃO COMO UM DIREITO HUMANO FUNDAMENTAL: UM ESTUDO SOBRE A LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO NO PARÁ

Autoras: Suzanne Oliveira Sousa e Mônica Tenaglia

EIXO 6 - GESTÃO ARQUIVÍSTICA E PRESERVAÇÃO DIGITAL

Comunicação Oral

1º Lugar - Premiado

Título: HIPÁTIA SMA: SERVIÇO DE METADADOS DE ACESSO PARA REPOSITÓRIOS ARQUIVÍSTICOS DIGITAIS

Autores: Cássio Felipe de Oliveira Pires, Luiz Felipe Sandes Nogueira e Marcelo Moro Brondani

2º Lugar - Menção Honrosa

Título: MODELO HIPÁTIA: INTEGRAÇÃO COM O SOFTWARE DSPACE

Autores(as): Alexandre Faria de Oliveira, Raul Carlos Neres e Marilete da Silva Pereira

Pôster

1º Lugar - Premiado

Título: DO NÃO DIGITAL PARA O DIGITAL: O SERVIÇO DE PROTOCOLO DE DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS NA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DA PARAÍBA

Autores(as): William Marques Barros Júnior, Rayan Aramís de Brito Feitoza e Bárbara Carvalho Diniz

2º Lugar - Menção Honrosa (Não houve)

PARTE VI - TEXTO DA FALA DE APRESENTAÇÃO DA PROFESSORA CLARISSA SCHMIDT (UFF) ACERCA DA NOVA COORDENAÇÃO (2024-2027) DO FÓRUM NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA EM ARQUIVOLOGIA (Feparq), NA CERIMÔNIA DE ABERTURA DO X CNA PROFERIDA EM 14 DE OUTUBRO DE 2024

Desde sua criação, em 2011, o Fórum Nacional de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (Feparq) tem contribuído para o fortalecimento da formação e da investigação científica na Arquivologia brasileira. Seja através de sua presença enquanto fomentador de debates pertinentes à área, seja por meio da exitosa realização de suas reuniões bianuais, a Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (Reparq), o Fórum tem sido um ator relevante para a comunidade arquivística do país.

Compreendemos, contudo, que as dificuldades trazidas pelo contínuo desinvestimento na educação e na ciência atingiram sobremaneira o funcionamento do Fórum. Se há uma década almejávamos a criação da Associação Científica em Arquivologia, hoje enfrentamos a desarticulação e o esvaziamento.

Foi, portanto, na perspectiva de recuperação da essência do Fórum enquanto espaço privilegiado de debate sobre o ensino e a pesquisa em Arquivologia no Brasil, que eu, professor Francisco Cougo (UFSM) e professora Meriane Vieira (UFPB) assumimos a coordenação do Feparq (2024-2027) nas respectivas posições: coordenação geral, coordenação executiva e coordenação científica.

Para esse desafio, muitas são as ideias e propostas, mas não há tempo em detalhá-las aqui. Estamos trabalhando na construção de espaços para trocas e discussões com a comunidade e informo que em breve teremos um novo site para ampliarmos nossa comunicação. Por ora, convido a todos que nos sigam nas redes sociais (Facebook e Instagram). Basta procurar por Feparq.

Apesar de esta ser uma fala de boas-vindas, não posso deixar de alertá-los acerca do risco que estamos correndo em relação a um importante espaço político do Fórum. Refiro-me a nossa representação no Conselho Nacional de Arquivos (Conarq).

Historicamente, desde o surgimento do Conarq, as instituições mantenedoras de Curso Superior de Arquivologia possuíam uma cadeira e indicavam um(a) conselheiro(a). Mas, em 2019, a partir do Decreto nº 10.148, assistimos a desestruturação do Conselho, cerceando suas competências e gerando obstáculos para as suas deliberações, limitando o seu âmbito de ação com a alteração da sua composição, redução do número de conselheiros e da participação de segmentos especializados e entidades da sociedade civil. Nesse contexto, a cadeira exclusiva das instituições de Curso Superior de Arquivologia deixou de existir e foi substituída por uma categoria de Representante de instituições de ensino e pesquisa, organizações ou instituições com atuação na área de tecnologia da informação e comunicação, arquivologia, história ou ciência da informação.

Mesmo com essa nova configuração, conseguimos emplacar um conselheiro, o professor Thiago Barros (UFRGS), que, nos últimos 4 anos, vem desempenhando um bom trabalho. Porém, o mandato dos conselheiros da sociedade civil terminou dia 29 de setembro.

Até agora, entretanto, o Governo Federal não divulgou como e quando haverá nova seleção e também não há qualquer indicativo sobre os critérios para a escolha de novos conselheiros e nem mesmo se as vagas destinadas a setores como as associações de Arquivologia estão asseguradas.

Dessa forma, na perspectiva de continuarmos nossa estratégia organizativa, a comunidade arquivística deve se articular e ter como prioridade a manutenção deste importante espaço.

Esta é uma de tantas lutas que encamparemos à frente do Feparq.

Por fim, é importante manifestarmos nossos sentimentos acerca do falecimento de duas grandes arquivistas: Rita São Paio, em 02 de setembro, e Antonia Heredia Herrera, em 09 de outubro. Ambas são responsáveis, cada qual à sua maneira, pelo desenvolvimento da Arquivologia.

Em nome do Fórum desejo um excelente congresso a todas e todos.